FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

LUÍS ALEXANDRE RODRIGUES

De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna

Volume I

Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Bragança, 2001

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

LUÍS ALEXANDRE RODRIGUES

De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna

Volume I

FUNDO GERAL
FLUP-BIBLIOTECA ()
529489

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 72357 (I)
Data 20 02 / 08 / 02

043 D
R 614 d
V. 1 ex. 2

Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Bragança, 2001

Para a minha mulher e para o meu filho

RESUMO DA TESE DE DOUTORAMENTO

De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna

Luís Alexandre Rodrigues

Uma conjuntura interna favorável e uma persistente acção diplomática permitiram que D. João III obtivesse a anuência da Santa Sé (1545) para a criação da diocese de Miranda do Douro. Territórios pertencentes à jurisdição dos arcebispos de Braga seriam agregados à nova circunscrição eclesiástica. A sede da nova diocese implantava-se na região fronteiriça do nordeste transmontano, caracterizada, entre outros aspectos, pela ocorrência de núcleos populacionais de pequena dimensão. Por sua vez, o trabalho da terra e a criação de gado, enquanto actividades económicas principais, disponibilizavam a maior parte dos rendimentos que garantiam o sustento dos moradores.

O estatuto de sede episcopal implicou a edificação *a fundamentis* de uma igreja catedral. Numa fase inicial, a sua construção reflectiu as debilidades da economia regional, a posição periférica relativamente aos principais centros urbanos e, no plano artístico, o confronto e hesitações entre as orientações decalcadas de práticas medievais e as fórmulas inovadoras que se filiavam no movimento cultural que, com berço na Itália, mostrava grande interesse pela revitalização do legado greco-romano. Mas a lentidão dos

trabalhos permitiu que a obra fosse tocada pela crescente influência de uma estética que fazia da severidade de linhas, dos planos lisos e da desornamentação o essencial do seu programa.

Com a aplicação das orientações tridentinas, as capelas maiores, transformaram-se em espaços de centralização da espiritualidade enquanto o culto tendia a associar-se a um cerimonial mais complexo e aparatoso. A par com as encomendas de máquinas retabulares recamadas de ouro e de pintura para a colocação das devoções, também se convocavam os ofícios relacionados com a execução de alfaias e paramentos, cada vez mais ricos e exuberantes. Ao mesmo tempo, acentuava-se a importância do espaço. Todavia, na Sé de Miranda do Douro, só em meados do século XVIII se reuniram as condições para se poder ampliar a área da cabeceira. Pouco tempo depois, em resultado de um acidente no paiol da guarnição militar e da invasão castelhana, a cidade seria parcialmente destruída e a sede diocesana transferida para Bragança.

Entre as disposições aprovadas em Trento contavam-se as que impunham aos bispos a obrigatoriedade de permanecerem nas respectivas dioceses e ainda o reconhecimento da importância da formação dos clérigos. Neste sentido, foi dado relevo ao edifício que se construiu em Miranda do Douro para residência episcopal, o qual também compreendia uma área funcional para os aposentos e salas de aula dos seminaristas.

As igrejas com funções paroquiais estavam longe de ostentarem a monumentalidade apresentada pela catedral, verificando-se mesmo a ocorrência de construções religiosas que além de, interior e exteriormente, mostrarem grande pobreza ornamental eram de pequena dimensão e, por isso, insuficientes para acolherem a totalidade dos fiéis. A estes competia em regra o pagamento das obras realizadas no corpo da igreja. Já as intervenções nas cabeceiras, com frequência, respeitavam a privilegiados, eclesiásticos ou não, em resultado de direitos que lhes tinham sido concedidos e que se relacionavam com a participação nos rendimentos da igreja.

Estudou-se a importância das planimetrias, constatando-se a preferência que, de forma avassaladora, se concedeu aos formatos rectangulares, geralmente estruturados numa única nave. Contudo, não se descurou o estudo das igrejas que apresentam uma organização do espaço com duas ou três naves. Dando-se atenção aos elementos do plano da construção, atentou-se de modo particular na importância e no forte simbolismo dos portais que solenizam os frontispícios dos templos. Destes, delinear-se-ia uma tipologia que também englobava os poucos casos de fachadas cegas, caracterizadas pela ausência de vãos de entrada nos paramentos principais.

Em todo o caso, seriam os portais principais a condensarem a quase totalidade do investimento decorativo exterior. Independentemente da qualidade formal dos reportórios arquitectónico e decorativo, essa prática não abrangia nem os paramentos exteriores nem as aberturas de iluminação. Porém, no interior, a talha conjugada com a pintura de caixotões ou de

perspectiva - o recurso a revestimentos azulejares é esporádico - assinala um vivo contraste com a desornamentação das superfícies parietais.

Servindo para alçar sinos, as torres e campanários configuram-se como estruturas marcantes e de grande influência na modelação volumétrica das igrejas paroquiais. No nosso país, a catedral de Miranda assinala o regresso das duas torres às fachadas. No entanto, na diocese são os campanários que, ao definirem uma vontade ascencional e sentido místico, tendem a contrariar o cunho longitudinal da maioria das construções sacras. O ensaio da seriação tipológica destes elementos determinou a análise de soluções que os complementavam como foram as modalidades de acesso aos sinos.

Relativamente à construção, evidenciaram-se aspectos de natureza técnica e jurídica, os quais foram matéria de um desenvolvimento analítico de processos relacionados com a arrematação de obras. Tais formalidades, ao reportarem-se aos ofícios de pedraria, madeiras, pintura e douramento, colocavam em destaque diversos níveis de interesses específicos, sendo de referir os relacionados com os materiais e com os procedimentos construtivos.

Finalmente, verificando-se nas zonas rurais o afastamento das paroquiais relativamente aos aglomerados, explicitaram-se as razões da sua mudança e anotou-se a tendência para se construírem novas igrejas matriciais na proximidade ou até no perímetro das povoações.

SUMMARY OF DOCTORATE THESIS

From Miranda to Bragança: religious architecture of parochial function in the modern age

Luís Alexandre Rodrigues

A favourable internal conjuncture and a persistent diplomatic action allowed D. João III to get the agreement of the Holy See (1545) for the creation of the Miranda do Douro diocese. Territories under the jurisdiction of the archebishops of Braga would be aggregated to the new ecclesiastical circumscription. The seat of the new diocese was designed in the bordering northeastern region of Trás-os-Montes, characterised, among other features by the existence of population centres of small dimension. On the other hand, farming and cattle rearing, as the main economic activities, provided them most of their income and were their main support.

The status of the episcopal seat implied the building *a fundamentis* of a cathedral. In an early stage, the construction reflected the weaknesses of the region economy, the inner position to the main urban centres and, concerning the artistic field, the confront and hesitations between the orientations, which were copied from medieval practices, and the innovating formules which had origin in a cultural movement that came from Italy and showed a great interest on the revival of the Greco-Roman legacy. However, the slowness of the works was responsible for the fact that the building suffered a growing

influence of an aesthetics that made of the severity of lines, of the simple plans without luxury or ornament the essencial of its intention.

With the application of the Trento Council, main chapels became central spiritual places while the cult tended to a more complex ceremony. Both the orders of retables, covered with gold and painting, where the devotion was placed, and the choice of crafts engaged with the execution of church tools and vestments were richer and more and more luxuriant. At the same time the importance of the place increased. However, in what concerns Mirando do Douro See, only in the middle of the 18th. century were the conditions to enlarge the area of the head of the church gathered. Later, and as result of an accident at the power-magazine of the army guarrison and of the spanish invasion, the town would be partly destroyed and the diocese seat would be transferred to Bragança.

Among the decisions taken in Trento we can point out the ones which imposed the bishops the obligation to remain in their own dioceses and the recognition of the importance of clergy ordaining as well. Therefore, it was given a big relevance to the building in Miranda do Douro of an episcopal residence, which also included a functional area used as dwelling and classrooms for the seminarists.

The churches with parochial functions were far from displaying the monumental greatness of the cathedral being even verified the existence of religious buildings which, besides showing a great ornamental poverty, both inside and outside of them, they were of such a small dimension that they became insufficient to shelter all the believers. To these ones it was attributed as a rule the payment of the works in the body of the church, while the works in the main chapel were frequently done by privileged people, ecclesiastics or not, in consequense of rigths granted to them and which were concerned with the participation in the income of the church.

It was studied the importance of the planimetries and was verified the huge preference for the rectangular shape generally strutured in a single nave. However, the study of churches which display a different space organization, with two or three naves, wasn't neglected. By paying attention to the various elements of the plan, it was given a particular emphasis to the importance and strong symbolism of the portals, which solemnize the façades of the temples. A type series that included the few cases of blind façades, characterized by the absence of gateways on its main façade was also designed

Nevertheless, the main doorways were the ones to take almost all the decorative investment. Without taking into account the formal quality of the achitectonic and decorative programmes that pratice didn't comprise either the outer paraments or the light openings, However, inside the church the woodcarved retables associated with paintings on cases or of perspective - the use of coating with tiles is rare - emphasize a strong contrast with the lack of ornamentation of the walls.

Used to the hold bells, the towers and belfries are remarkable structures, and of great importance in the volume modelling of the parochial churches. In our country, the cathedral of Miranda do Douro remarks the return to the use of two towers on the façades. However, in the diocese the belfries are the elements which, by defining an ascencional will and a mystical meaning, tend to contradict the longitudinal stamp of most of the holy buildings. The trial of a type series of these elements imposed an analysis of solutions that complemented them, like the different types of staircases to the bells.

Concerning the construction itself, aspects of technical and juridic nature were emphasized, by being subject of an analytical development of processes related to the sale by auction of the works, wood woorks, painting and gilding works, showed different levels of specific interests, specially the ones concerning the materials and the construction procedures.

Finally, taking in consideration between the distance of the parochial churches and the population centres in rural areas, the reasons for their removal were made clear and the tendency to build these principal churches in the surroundings or even inside the perimeter of the villages was pointed out.

RÉSUMÉ DE LA THÈSE DE DOCTORAT

De Miranda à Bragança: l'architecture religieuse de fonction paroissiale à l'époque moderne

Luís Alexandre Rodrigues

Une conjoncture interne favorable et une persistente action diplomatique ont permis que D. João III ait obtenu le consentement du Saint-Siège (1545) pour la créatrion de la diocèse de Miranda do Douro. Les territoires appartenant à la juridiction des archevêques de Braga seraient agrégés à la nouvelle circonscription ecclésiastique. Le siège de la nouvelle diocèse s'implanterait dans la région de frontière du Nord-est de la province de Trás-os-Montes, caractérisée, entre autres aspects, par l'occurence de noyaux de population de petite dimension. Par contre, le travail des terres et la création d'animaux, tandis que des activités économiques principales, disponibilisaient la plupart des rendements qu'ont garantis le soutien de ses habitants.

Le status de siège episcopal a provoqué l'édification *a fundamentis* d'une église cathédrale. Au début, sa construction a remarqué les débilités de l'économie régionale, la position périphérique relative aux principaux centres urbains et, dans le plan artistique, le confront et les hesitations entre les orientations décalquées de pratiques médiévales et les formules innovatrices que s'inscrivent dans le mouvement cultural qui, né en Italie, montrait un

grande intérêt par la revitalisation du légat greco-romain. Mais la lenteur des travaux a permis que l'ouvrage ait été touchée para la croissante influence d'une esthétique qui faisait de la rigidité des lignes, des plans ras et du dépouillement, l'essentiel de son programme.

Avec l'application des orientations du conclave de Trente les chapelles majeures se sont transformées en des lieux de centralisation de l'espiritualité tandis que le culte avait tendance à s'associer à un cérémonial plus complexe et somptueux. En même temps que les commandes de machines de retable broché en or et de peinture pour la mise en place des dévotions, on convoquait aussi les métiers qui concernaient la manufacture d'ornements divers pour la liturgie, chaque fois plus riches et exuberants. Em même temps était remarquable l'importance de l'espace. Pourtant, dans la cathédrale de Miranda do Douro seul le milieu du XVIIIème siècle se sont reúnies les conditions pour pouvoir augmenter l'aire du chevet. Quelque temps plus tard, à cause d'un accident au bosse aux câbles et à cause de l'invasion des troupes de Castille, la ville serait détruite et le siège diocésain transféré à Bragança.

Parmi les dispositions approuvées à Trente on calculait celles qui imposaient aux évêques l'obligation de demeurer dans leurs respectives diocèses et encore la reconnaissance de l'importance de la formation du clergé. Dans ce sens, a joué un rôle important l'immeuble qui a été bâti à Miranda do Douro comme résidence épiscopale qui englobait un espace fonctionnel poue le logement et des salles de classe des séminaristes.

Les églises avec des fonctions paroissiales étaient loin d'exhiber la monumentalité présentée par la cathédrale, en verifiant même l'ocurrence de constructions religieuses qui, au-delà de la présentation d'une grande pauvreté ornementale intérieure et extérieur, étaient de petite dimension et, pour cela, insuffisantes pour accueillir la totalité des fidèles. À ceux-ci concernait, en règle, le paiement des oeuvres réalisées aux nefs de l'église. Aux privilégiés ecclésiastiques ou pas, concernaient, habituellement, les interventions dans les chevets, comme résultat de droits qui leur avaient été concédés et qui étaient en rapport avec la participation des profits de l'église.

Nous avons étudié l'importance des planimétries, en constatant la préférence que, d'une façon prépondérante, s'est donné aux formats rectangulaires, généralement structurés en une seule nef. Cependant, nous n'avons pas négligé l'étude des églises qui présentent une organisation de l'espace avec deux ou trois nefs. En faisant attention aux éléments du plan de la construction, nous avons examiné très particulièrement l'importance et le fort symbolisme des portails qui solennisent les frontispices des temples. De ceux-ci on pourrait projeter une typologie qui englobait aussi les rares cas de façades aveugles, caractérisées par l'absence de portails dans les murs principaux.

En tout cas, les portails principaux condenseraient la presque totalité de l'investissement décoratif extérieur. Outre la qualité formelle des

répertoires architectonique et décoratif, cette pratique n'englobait ni les murs extérieurs ni les ouvertures d'illumination. Cependant, à l'intérieur, la *talha dourada* conjuguée avec la peinture de grandes caisses ou de perpective - le recours à des revêtements carreleurs est casuel - remarque un vif contraste avec la désornementation des surfaces des murs.

Afin de soulever des cloches, les tours et les clochers se configurent comme des structures remarquables et de grande influence dans le modelage volumétrique des églises paroissiales. Au Portugal, la cathédrale de Miranda do Douro souligne le retour des deux tours aux façades. Cependant, dans la diocèse sont les clochers qui, en se définissant par une volonté ascencionnelle et un sens mystique, ont la tendance à contrarier la forme longitudinale de la plupart des constructions sacrées. L'essai de la sériation typologique de ces éléments a déterminé l'analyse de solutions qui les complémentaient comme par exemple les modalités d'acçès aux cloches.

En ce qui concerne la construction, se sont évidentiés les aspects technique et juridique lesquels ont été matière d'un développment analytique de procès en rapport avec l'adjucation de travaux. Ces formalités, face aux métiers de maçonnerie, de charpenterie, de peinture et de dorage, évidentiaient divers niveaux d'intérêts spécifiques, notamment ceux qui sont en rapport avec les matériaux et avec les méthodes construtives.

Finalement, en vérifiant dans les pays ruraux l'éloignement des paroissiales par rapport aux agglomérations, nous avons explicité les raisons de leur changement et nous avons remarqué la tendance pour la construction de nouvelles églises matricielles dans la proximité ou même dans le périmètre des villages.

PLANO DE TRABALHO

I VOLUME

PREÂMBULO

FONTES E BIBLIOGRAFIA
FONTES MANUSCRITAS
BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

PRIMEIRA PARTE
RAZÕES PONDEROSAS E AMBIENTE ARTÍSTICO
A CATEDRAL DE MIRANDA DO DOURO

SEGUNDA PARTE
AUSÊNCIA DE MONUMENTALIDADE DOS EDIFÍCIOS RELIGIOSOS
ARQUITECTURA DE FUNÇÃO PAROQUIAL

CONCLUSÃO

II VOLUME

ARTISTAS E ARTÍFICES COM ACTIVIDADE NA ÁREA DA DIOCESE

DOCUMENTOS
OBRAS EM IGREJAS
ABASTECIMENTO DE ÁGUA A MIRANDA DO DOURO
TOMBOS E DEMARCAÇÕES DE IGREJAS
DESLOCALIZAÇÃO DE IGREJAS PAROQUIAIS
SACRÁRIOS
BENÇÃO DE CAPELAS MAIORES
OBRAS EM IGREJAS DA MESA CAPITULAR
DETERMINAÇÕES DOS VISITADORES

III VOLUME

PLANTAS
ILUSTRAÇÕES
ÍNDICES

PREÂMBULO

O presente estudo sobre a arquitectura religiosa de função paroquial respeitante aos territórios submetidos à jurisdição eclesiástica da diocese de Miranda do Douro, primeiro, e de Bragança-Miranda, depois, durante o período moderno, representa o corolário de um percurso de investigação e estudo, efectuado com esforçada vontade de modo a que as exigências de rigor não se deixassem embaraçar pelos efeitos de uma sortida gama de adversidades. Já antes, quando tínhamos em mãos a tese de mestrado, sentimos os efeitos resultantes do desencontro entre aspectos funcionais de alguns dos principais arquivos nacionais com os interesses e direitos de quem, vivendo na região interior do país, recorre aos respectivos serviços.

Por se encerrarem as portas do Arquivo da Universidade de Coimbra, por um período de tempo excessivamente, vimo-nos impossibilitados de utilizar as informações recolhidas em semanas de trabalho realizado nesta instituição. Mesmo sem levarmos em conta as questões materiais, tal decisão obrigar-nos-ia a ajustamentos involuntárias do nosso plano de trabalho, especialmente da vertente que, incidindo sobre a acção dos Jesuítas, projectava analisar as atitudes e a importância artística das igrejas em que os regulares detinham o padroado, para sustentação do Colégio de Bragança. Reportando-nos à reprodução fotográfica e anastática de alguns documentos,

pagos na altura da solicitação, ainda hoje aguardamos que esta instituição nos dê notícias.

No apoio à distância, o comportamento de alguns serviços do A.N.T.T., não é diferente. Um exemplo: o pedido para ser reproduzido em fotocópia um documento composto por duas folhas soltas, efectuado hà cerca de uma ano, ainda não foi satisfeito. Porém, este tipo de procedimentos de modo algum constitui uma singularidade.

O desenvolvimento desta dissertação foi possível por contar com o apoio e incentivo de várias pessoas e entidades a quem, por elementar justiça, pretendemos renovar o nosso preito de homenagem.

A primeira palavra queremos dirigi-la ao Professor-Doutor Joaquim Jaime Ferreira-Alves, Mestre que já antes tinha orientado a nossa tese de mestrado. Incentivando-nos para aprofundarmos o tema proposto, disponibilizou o seu empenho e interesse para acompanhar a evolução deste estudo, do qual aceitou a responsabilidade científica. As suas orientações reforçaram a consistência interna deste trabalho e o recurso aos seus conselhos, tornaram-se um hábito.

Apesar de, durante os anos de licenciatura e de mestrado, muito ter acrescentado à nossa formação, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto não tinha que aceitar o patrocínio do tema que propusemos e a respectiva dissertação. Ao fazê-lo, esta instituição reforçou os encómios que lhe creditávamos.

Para além dos ensinamentos, alguns dos seus docentes e investigadores distinguiram-nos com a sua amizade e simpatia. Por isso, é devida uma palavra de grande respeito e consideração à Professora Natália Marinho Ferreira-Alves, extensiva aos Professores Agostinho Araújo e Fausto Sanches Martins.

O trabalho de pesquisa evidenciou também o desejo de muitas pessoas e instituições em serem úteis aos nossos propósitos. A todas agradecemos. Pelo profissionalismo e simpatia constantemente demonstrados, sublinhamos o nosso apreço por todos os funcionários do Arquivo Distrital de Bragança e saudamos especialmente o Doutor Belarmino Afonso, a Doutora Ana Maria Afonso, anterior e actual Directores, e a Élia Correia.

Aos responsáveis da diocese de Bragança-Miranda e, de um modo geral, aos membros do Secretariado Diocesano dos Bens Culturais da Igreja agradecemos a autorização para visitarmos e registarmos fotograficamente os edifícios e objectos de culto da diocese. Neste sentido, manifestamos também a nossa gratidão aos muitos párocos e membros das comissões fabriqueiras que, nas zonas urbanas e rurais, com cordialidade, nos facilitaram a recolha de elementos.

Aos responsáveis da diocese é ainda devida uma palavra de gratidão por nos terem aberto as portas do Arquivo do Paço Episcopal. No entanto, seja-nos permitido registar a grande disponibilidade e a franca atitude de cooperação do Doutor Carlos Prada Oliveira.

Ao facultar a recolha fotográfica no interior da Sé de Miranda do Douro, o IPPAR / Direcção Regional do Porto deu também o seu contributo para a elaboração deste trabalho, o qual muito beneficiou do facto de nos ter sido concedida a equiparação a bolseiro no âmbito dos concursos promovidos pela Direcção-Geral da Administração Educativa.

Por último, um agradecimento muito especial à minha mulher pelo permanente apoio à realização deste trabalho e por tudo!

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

Razões ponderosas e ambiente artístico

1. A criação de novas dioceses
2. A diocese de Miranda do Douro
3. O quadro geográfico
4. Indefinição das orientações artísticas: obra «ao moderno»; obra «à antiga»
5. D. João III amador de arquitectura

CAPÍTULO II

A catedral de Miranda do Douro

1. A deslocação de Gonçalo de Torralva a Miranda
2. Hesitações na escolha do risco
3. O lançamento da primeira pedra
4. O arranque das obras
5. Mudanças de orientação
6. Os mestres da obra
    - 6.1 Francisco Velasquez
    - 6.2 Manuel Camelo
    - 6.3 Gaspar da Fonseca
    - 6.4 Domingos da Fonseca
7. A arquitectura da Sé
    - 7.1 O peso da tradição

7.2 O interior: planta e elementos arquitectónicos
7.3 Cabeceiras
7.4 A linhagem das igrejas-salão
7.5 O exterior
8. O apelo aos sentidos. Um rei, dois países. A intensificação dos contactos artísticos
9. Sede vacante (1636-1673)
10. A remodelação da capela-mor
11. As invocações: altares e capelas
11.1 Altar-mor
11.2 Altar do Senhor da Piedade
11.3 Altar de Nossa Senhora da Soledade
11.4 Altar da Senhora do Rosário
11.5 Capela de S. Pedro
11.6 Capela de S. José
11.7 Capela e altar de Santo Amaro
11.8 Altar de S. Caetano
11.9 Altar de Santo António
11.10 Altar de S. Jerónimo
11.11 Altar do Santíssimo Sacramento
11.12 Capela da Senhora da Alegria
11.13 Altar das Relíquias
12. Participação em obras de interesse colectivo
13. Edifícios eclesiásticos
13.1 O seminário diocesano
13.1.1 Escadaria
13.1.2 Claustro
13.2 Paço episcopal

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO I

Ausência de monumentalidade dos edifícios religiosos

1. Visitações dos freires de Cristo às igrejas da comenda de S. Mamede de Mogadouro, na primeira década do século XVI
1.1 As igrejas
1.2 Algumas estampas do Livro das Fortalezas
2. Encomendadores e fundos para as obras
2.1 O papel dos beneficiados
2.2 Cabido, Ordem de Malta, Ordem de Cristo, Companhia de Jesus

2.3 Obrigações dos paroquianos

CAPÍTULO II

Arquitectura religiosa de função paroquial

1. A função cívico-litúrgica do adro
2. Planimetrias
    2.1 O formato quadrangular e o círculo
        2.1.1 O monumento a S. Gonçalo
    2.2 As geometrias rectangulares
        2.2.1 As cabeceiras
        2.2.1.1 Retábulos
        2.2.2 Arco cruzeiro
3. As naves
    3.1 Altares
    3.2 Igrejas com «duas» e «quatro» naves. Uma questão semântica?
    3.3 Igrejas de uma nave
    3.4 Igrejas de duas naves
        3.4.1 A Matriz da Réfega
        3.4.2 Senhora da Assunção de Constantim
        3.4.3 Santa Ana de Fonte de Aldeia
        3.4.4 S. Martinho de S. Martinho do Peso
        3.4.5 S. Pedro de Silva
    3.5 Igrejas de três naves
        3.5.1 Santa Maria de Bragança
        3.5.2 Igreja da Senhora da Encarnação de Mirandela
        3.5.3 S. Pedro de Moimenta da Raia
        3.5.4 S. Gens de Parada
        3.5.5 Santa Marinha de Granja
        3.5.6 S.Bartolomeu de S. Julião
        3.5.7 Senhora da Ribeira
        3.5.8 Senhora da Serra
        3.5.9 Senhora do Campo
4. Elementos do plano (e da construção)
    4.1 Baptistérios
    4.2 Púlpitos
    4.3 Confessionários
    4.4 Coro
    4.5 Sacristias
    4.6 Alpendres
    4.7 Tectos e coberturas

4.8 Janelas
4.9 Pavimentos
5. Frontespícios
5.1 Fachadas cegas
5.2 Portais: tipologias
5.2.1 Frontões quebrados
5.2.2 Frontões redondos
5.2.3 Frontões policêntricos
5.2.4 Frontões triangulares
5.2.4.1 Frontão triangular com nicho
5.2.4. 2 Frontão triangular com nicho e ornatos
5.2.5 As inovações
6. Torres e campanários
6.1 Torres
6.1.1 Duas torres nos ângulos das frontarias
6.1.2 Uma torre
6.1.2.1 Torre posterior à cabeceira
6.1.2.2 Torres isentas
6.1.2.3 Uma torre num ângulo da frontaria
6.1.2.4 Torre no eixo da frontaria
6.2 Campanários
6.2.1 Sineiras de tipo arcaico
6.2.2 Sineiras de corpo único
6.2.2.1 Com um vão para um sino: empenas rectas; empenas curvas; cornijas
6.2.2.2 Com dois vãos
6.2.2.2.1 Remate horizontal; sem empenas
6.2.2.2.1.1 Remate horizontal; empenas rectas; sem cornija
6.2.2.2.1.2 Remate horizontal; empenas rectas; com cornija
6.2.2.2.1.3 Remate horizontal; empenas curvas; sem cornija
6.2.2.2.1.4 Remate horizontal; empenas curvas; com cornija
6.2.2.2.2 Remate triangular; sem empenas
6.2.2.2.2.1 Remate triangular; empena rectas
6.2.2.2.2.2 Remate triangular; empenas curvas
6.2.2.2.3 Remate curvilíneo; empenas rectas
6.2.2.2.3.1 Remate curvilíneo; empenas curvas e cornija
6.2.2.3 Com três vãos

6.2.2.3.1 Remate triangular; sem empenas
6.2.2.3.1.1 Remate triangular; empenas rectas
6.2.2.3.1.2 Remate triangular; empenas curvas
6.2.2.3.2 Remate curvilíneo
6.2.3 Sineiras com dois corpos
6.2.3.1 Com três vãos: sem empenas
6.2.3.1.1 Três vãos: remate de linhas horizontais; empenas rectas
6.2.3.1.2 Três vãos: remate de linhas horizontais; empenas curvas
6.2.3.2 Três vãos: remate triangular
6.2.3.3 Três vãos; variantes
6.3 Modalidades de acesso aos sinos
7. Obras de pedraria e madeiras
8. Mudança de igrejas

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Livro de acórdãos da Camara de Bragança (1587-1589), Cx. 1, Lv. 3

Livro de acórdãos da Camara de Bragança (1687-1690), Cx. 1, Lv. 5

Livro da Câmara de Bragança (1669-1725), Lv. 24, Mç. 5

Livo de acórdãos da Câmara de Algoso (1737-1742), Lv. 15, Cx. 3

Livro de registos da Câmara de Vilar Seco de Lomba (1710-1791), Lv. 22, Cx. 4

Livro de acórdaos da Câmara de Vimioso (1712-1725), Lv. 16, Cx. 3

Livro de acórdaos da Câmara de Vimioso (1769-1774), Lv. 17, Cx. 3

Livro de acórdaos da Câmara de Vimioso (1797-1804), Lv. 18, Cx. 3

CABIDO

Caixas

Cx. 1: Lv. 1 a Lv. 4 (1547-1688)

Cx. 2: Lv. 5 a Lv. 9 (1686-1870)

Cx. 3: Lv. 11 a Lv. 17 (1557-1825)

Cx. 4: Lv. 18 a Lv. 21 (1564-1735)

Cx. 5: Lv. 22 a Lv. 26 (1783-1790)

Cx. 6: Lv. 27 a Lv. 34 (1782-1815)

Documentação avulsa

Cx. 7 a Cx. 31

MITRA

Caixas

Cx. 1: Lv. 1 a Lv. 18 (1563-1810)

Cx. 2: Lv. 19 a Lv. 25 (1715-1824)

Cx. 3: Lv. 26 a Lv. 32 (1653-1774)

Cx. 4: Lv. 33 a Lv. 41 (1783-1818)

Cx. 5: Lv. 42 a Lv. 50 (1630-1820)

Cx. 6: Lv. 51 a Lv. 58 (1565-1819)

Cx. 7: Lv. 59 a Lv. 67 (1577-1737)

Cx. 8: Lv. 68 a Lv. 74 (1737-1769)

Cx. 9: Lv. 75 a Lv. 78 (1501-1848)

Cx. 10: Lv. 79 a Lv. 84 (1588-1634)

Cx. 11: Lv. 85 a Lv. 91 (1629-1670)

Cx. 12: Lv. 92 a Lv. 99 (1641-1664)

Cx. 13: Lv. 100 a Lv. 107 (1656-1705)

Cx. 14: Lv. 108 a Lv. 115 (1707-1737)

Cx. 15: Lv. 116 a Lv. 123 (1733-1759)

Cx. 16: Lv. 124 a Lv. 128 (1757-1796)

Cx. 17: Lv. 129 a Lv. 132 (1792 a 1832)

Documentação avulsa

Cx. 20 a Cx. 60

FUNDO PAROQUIAL

Registos de contas, tombos e visitações efectuadas às paróquias

Agrochão (1787-1826), Lv. 122, Cx. 13

Aguieiras (1764-1880), Lv. 68, Cx. 7

Algoso (1633-1650), Lv.98, Cx. 10

Algoso (1684), Lv. 99, Cx. 10

Alvites (1720-1793), Lv. 70, Cx. 7

Amendoeira (1764-1785), Lv. 36, Cx. 5

Amendoeira (1762-1819), Lv. 37, Cx. 5

Baçal (1745-1851), Lv. 4, Cx. 1

Bouça de Nuno (1622-1739), Lv. 72, Cx. 8

Carrazedo (1756), Lv. 124, Cx. 13

Carçãozinho (1639-1687), Lv. 10, Cx. 10

Castrelos (1721-1787), Lv. 5, Cx. 1

Cernadela (1655-1738), Lv. 46, Cx. 5

Cernadela (1739-1801), Lv. 47, Cx. 5

Cernadela (1751-1820), Lv. 48, Cx. 5

Coelhoso (1676-1764), Livro de registo de receita e despesa, Lv. 7, Cx. 1

Cortiços (1803-1845), Lv. 45, Cx. 5

Cortiços (1750-1820), Lv. 48, Cx. 5

Cortiços (1820-1845), Lv. 50, Cx. 6

Ervedosa (1687-1733), Lv. 126, Cx. 13

Gimonde (1732-1794), Lv. 11, Cx. 2

Gimonde (1789-1814), Lv. 12, Cx. 2

Guide, registo de sentenças, (1639), Lv. 131, Cx. 8

Guide (1770-1770), Lv. 76, Cx. 8

Malhadas, Livro de registo de receita e despesa (1747-1806), Lv. 90, Cx. 9

Mofreita (1767-1843), Lv. 107, Cx. 11

Morais (1703-1764), Lv. 53, Cx. 6

Nuzedo de Baixo (1770-1830), Lv. 116, Cx. 12

Outeiro, Tombo dos bens da villa de Outeiro (1678-1769), Lv. 13, Cx. 2

Parada (1706-1794), Lv. 14, Cx. 2

Paradinha Nova (1779-1854), Lv. 17, Cx. 2

Pinela (1690-1769), Lv. 19, Cx. 3

Pinelo (1689-1752), Lv. 103, Cx. 11

Pinheiro Novo (1769-1836), Livro de contas de Santo António da (anexa) Quinta de Sesnande (1769-1836), Lv. 108, Cx. 11

Pinheiro Novo (1697.1783), Lv. 110, Cx. 11

Pinheiro Novo (1785-1865), Lv. 112, Cx. 12

Pinheiro Velho (1727-1782), Lv. 111, Cx. 12

Pinheiro Velho (1779-1793), Lv. 111 A, Cx. 12

Pinhovelo (1585-1653), Lv. 39, Cx. 5

Pinhovelo (1761-1835), Lv. 40, Cx. 5

Pinhovelo (1679-1749), Lv. 41, Cx. 5

Póvoa, Contas da fábrica (1747-1806), Lv. 90, Cx. 9

Rio de Onor (1761-1852), Lv. 21, Cx. 3

S. Joanico, Inventário da igreja de S. João Baptista (1753-1870), Lv. 105, Cx. 11

Santulhão (1700-1765), Lv. 104, Cx. 11

São Julião de Palácios (1726-1798), Lv. 27, Cx. 4

Serapicos (1674-1727), Lv. 30, Cx. 4

Serapicos (1727-1802), Lv. 31, Cx. 4

Torre de D. Chama (1749-1801), Lv. 82, Cx. 8

Torre de D. Chama (1829-1847), Lv. 83, Cx. 9

Travanca (1667-1752), Lv. 114, Cx. 12

Tó (1739-1771), Lv. 89, Cx. 9

Vale Prados Grande (1687-1755), Lv. 58, Cx. 6

Vale Prados Grande (1755-1803), Lv. 59, Cx. 6

Vilar do Monte (1706-1734), Lv. 63, Cx. 7

Vilar do Monte (1758-1794), Lv. 64, Cx. 7

Vila Nova (1733-1835), Cx. 1, Lv. 8

Vilar Seco, Livro de receita e despesa, Lv. 106, Cx. 11

Vilarinho de Agrochão (1640-1763), Lv. 119, Cx. 12

Vilarinho do Monte (1706-1738), Lv. 67, Cx. 7

Zeive (1727-1789), Lv. 18, Cx. 3

BAPTISMOS E ÓBITOS

Livros de baptismos da paróquia de S. João Baptista de Bragança

Mç. 1, Lv. 1 (1608-1707) = Lv. 1, Cx. 1;

Mç. 2, Lv. 2 (1707-1762), = Lv. 2, Cx. 1;

Mç. 3, Lv. 3 (1763-1782) = Lv. 3, Cx. 2

Livros de baptismos da paróquia de Santa Maria de Bragança

Mç. 1, Lv. 1 (1654-1683) = Lv. 1, Cx. 1

Mç. 1, Lv. 2 (1684-1719) = Lv. 2, Cx. 1

Mç. 2, Lv. 3 (1719-1737) = Cx. 2, Lv. 3

Mç. 2, Lv. 4 (1737-1746) = Cx. 2, Lv. 4

Livros de óbitos da paróquia de S. João Baptista de Bragança

Mç. 1, Lv. 1 (1608-1707) = Cx. 3, Lv. 1

Mç. 1, Lv. 2 (1767-1795) = Cx. 4, Lv. 2

Livros de óbitos da paróquia de Santa Maria de Bragança

Mç. 2, Lv. 1 (1663-1679) = Cx. 11, Lv. 1

Mç. 2, Lv. 2 (1707-1725) = Cx. 11, Lv. 2

MANUSCRITOS ANTIGOS

Volumes IV e V

INVENTÁRIOS DE MENORES

Inventario que se fes por morte e falecimento de Bento Jozephe de Figueiredo *Sarmento [...] e de sua mulher Dona Anna Maria Felis*, (filho e nora de José Cardoso Borges), doc. em fase de classificação

NÚCLEO NOTARIAL

Bragança

Mç. 3: Lv. 11 (1758-1760)

Mç. 7: Lv. 25 (1791-1793) e Lv. 27 (1795-1793)

Mç. 15: Lv. 59 (1764-1767) e Lv. 63 (1771-1773)

Mç. 17: Lv. 69 (1788-1791)

Mç. 22: Lv. 96 (1776-1779)

Mç. 23: Lv. 78 (1783-1785)

Mç. 27: Lv. 117 (1777-1778)

Mç. 29: Lv. 123 (1788-1790) e Lv. 126 (1794-1795)

Mç. 33: Lv. 146 (1788-1791) e Lv. 147 (1791-1794)

Mç. 34: Lv. 150 (1799-1801)

Mç. 37: Lv. 173 (1788-1790)

Mç. 38: Lv. 177 (1798-1801)

Chacim

Mç. 1: Lv. 1 a Lv. 5 - (1744-1774)

Cortiços

Mç. 1: Lv. 1 a Lv. 5 - (1743-1790)

Mç. 2: Lv. 6 a Lv. 9 - (1793-1807)

Faílde

Mç. 1: Lv. 1 a Lv. 6 - (1676-1732)

Mç. 2: Lv. 7 a Lv. 11 - (1732-1750)

Mç. 3: Lv. 12 a Lv. 18 - (1756-1774)

Mç. 4: Lv. 19 a Lv. 25 - (1774-1791)

Mç. 5, Lv. 26 - (1793-1796)

Lombo

Mç. 1: Lv. 1 (1779-1802)

Macedo de Cavaleiros

Mç. 1: Lv. 1 a Lv. 3 - (1739-1801)

Mirandela

Mç. 1: Lv. 1 a Lv. 5 - (1678- 1768)

Mç. 2: Lv. 6 a Lv. 9 - (1704-1715)

Mç. 3: Lv. 10 a Lv, 13 - (1714-1718)

Mç. 4: Lv. 14 a Lv. 16 - (1717-1721)

Mç. 5: Lv. 17 a Lv. 19 - 1724-1732)

Mç. 6: Lv. 20 a Lv. 22 - (1729-1734)

Mç. 7: Lv. 23 a Lv. 25 - (1732-1741)

Mç. 8: Lv. 26 a Lv. 29 - (1723-1748)

Mç. 9: Lv. 30 a Lv. 33 - (1744-1747)

Mç. 10: Lv. 34 a Lv. 37 - (1747-1799)

Mç. 11: Lv. 38 a Lv. 42 - (1751-1759)

Mç. 12: Lv. 43 a Lv. 48 - (1758-1767)

Mç. 13: Lv. 49 a Lv. 53 - (1767-1773)

Mç. 14: Lv. 54 a Lv. 59 - (1772-1776)

Mç. 15: Lv. 63 a Lv. 64 - (1777-1778)

Mç. 16: Lv. 66 a Lv. 67 - (1778-1783)

Mç. 17: Lv. 70 a Lv. 74 - (1782-1789)

Mç. 19: Lv. 80 a Lv. 85 - (1787-1794)

Mç. 20: Lv. 86 a Lv. 90 - (1796-1796)

Mç. 21: Lv. 92 a Lv. 96 - (1793-1798)

Mç. 22: Lv. 97 a Lv. 100 - (1796-1802)

Pinhovelo

Mç. 1: Lv. 1 (1787-1798)

Rebordaínhos

Mç. 1: Lv. 1 a Lv. 7 - (1753- 1759)

Mç. 2: Lv. 8 a Lv. 13 - (1759- 1794)

Mç. 3: Lv. s/nº - (1787-1788)

Rebordãos

Mç.1: Lv. 1 a Lv. 7 - (1692-1710)

Mç. 2, Lv. 8 a Lv. 10 - (1710-1719)

Sanceriz

Mç. 1: Lv. 1 a Lv. 4 - (1731-1771)

Sesulfe

Mç. 1: Lv. 1 a Lv. 5 - (1769- 1790)

Mç. 2: Lv. 6 a Lv. 9 - (1790-1802)

Soeima

Mç. 1: Lv. 2 (1788-1789)

Vale de Asnes

Mç. 1: Lv. 1 a Lv. 5 - (1768-1798)

Vale de Prados

Mç. 1: Lv. 1 a Lv. 4 - (1713-1744)

Mç. 2: Lv. 5 a Lv. 10 - (1744-1761)

Mç. 3: Lv. 11 a Lv. 15 - (1764-1773)

Mç. 4. Lv. 16 a Lv. 20 - (1773-1787)

Mç. 5: Lv. 21 a Lv. 25 - (1787-1794)

Mç. 6: Lv. 26 a Lv. 28 - (1794-1801)

Vinhais

Mç. 64: Lv. 488 a 490 - (1718-1770)

Mç. 65: Lv. 493 a Lv. 494 - (1765-1773)

Mç. 73: Lv. 542 a Lv. 544 - (1782-1795)

Mç. 75: Lv. 555 a Lv. 557 - (1786-1801)

Mç. 77: Lv. 565 a Lv. 567 - (1782-1795)

Mç. 78: Lv. 568 a Lv. 571 - (1787-1801)

Mç. 79: Lv. 573 a Lv. 575 - (1788-1799)

Mç. 80: Lv. 578 a Lv. 582 - (1750-1782)

Mç. 81: Lv. 583 a Lv. 588 - (1778-1795)

Mç. 82: Lv. 589 a Lv. 590 - (1793-1799)

CONFRARIAS

Confraria das Almas de Coelhoso (1689-1744), Lv. 20, Cx. 2

Confraria das Almas do Zeive (1744-1750), Lv. 75, Cx. 6

Confraria da Senhora do Aviso de Serapicos (1703-1800), Lv. 53, Cx. 5

Confraria da Senhora dos Prazeres de Coelhoso (1743-1803), Lv. 22, Cx. 2

Confraria da Senhora do Rosário de S. Julião de Palácios (1787-1860), Lv. 46, Cx. 4

Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Avidagos (1747-1866), Lv. 8, Cx. 1

Confraria de Nossa Senhora de Paçó de Sortes (1723-1753), Lv. 59, Cx. 5

Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Amendoeira (1789-1836), Lv. 5, Cx. 1

Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Amendoeira (1709-1755), Lv. 5 A, Cx. 1

Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Coelhoso (1703-1768), Lv. 21, Cx. 2

Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Coelhoso (1673-1752), Lv. 23, Cx. 2

Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Ervedosa (1685-1719), Lv. 95, Cx. 9

Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Mós (1727-1802), Lv. 35, Cx. 8

Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Vale de Prados (1733-1798), Lv. 65, Cx. 5

Confraria de S. Bento da Junqueira (1671-1773), Lv. 29, Cx. 7

Confraria de S. Martinho de Vilar do Monte (1764-1863), Lv. 74, Cx. 6

Confraria de S. Pedro de Mós (1794-1875), Lv. 40, Cx. 8

Confraria do Santíssimo Cristo de Outeiro (1698-1836), Lv, 39, Cx. 4

Confraria do Santíssimo Nome de Jesus de Vale de Prados (1764-1802),

Lv. 67, Cx. 6

Confraria do Santíssimo Sacramento de Castrelos (1695-1788), Lv. 18, Cx. 2

Confraria do Santíssimo Sacramento de Donai (1796-1877), Lv. 30, Cx. 3

Confraria do Santíssimo Sacramento de Mofreita (1785-1807), Lv. 34, Cx. 3

Confraria do Santíssimo Sacramento de Serapicos (1626-1740), Lv. 66, Cx. 12

Confraria do Santíssimo Sacramento de Travanca (1779-1803), Lv. 61, Cx. 5

Confraria do Santíssimo Sacramento de Vale das Fontes (1783-1821), Lv. 64, Cx. 5

Confraria do Santíssimo Sacramento de Vale de Prados (1737-1803), Lv. 66, Cx. 6

Confraria do Santíssimo Sacramento de Valverde (1768-1828), Lv. 70, Cx. 6

Confraria de Santo Amaro de S. Julião de Palácios (1734-1919), Lv. 45, Cx. 4

Confraria de Santo Amaro de Vale das Fontes (1709-1719), Lv. 63, Cx. 5

Confraria do Santo Cristo de Outeiro (1726-1750), Lv. 76, Cx. 6

Confraria do Santo Cristo de Pinelo (1723-1763), Lv. 44, Cx. 4

Confraria de São Salvados (1746-1807), Lv. 52, Cx. 5

Confraria de São Salvador de Donai (1695-1775), Lv. 29, Cx. 3

Confraria do Senhor de Avidagos (1753-1851), Lv. 9, Cx. 1

Livro de contas da mordomia da igreja de S. Nicolau de Paçó de Sortes (1675-1689), Lv. 58, Cx. 5

Livro de contas da confraria da Senhora do Rosário de Paçó de Sortes (1724-1753), Lv. 59, Cx. 5

Livro de receita e despesa da confraria de S. Tiago de Mós (de Rebordãos) (1733-1813), Lv. 36, Cx. 8

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA

O coiseiro, ou registo do bispado de Leiria, 1857, (D - 6 A V3)

ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL

Visitação da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Tinhela, Lv. 139, UD: Cx PVLP 26-05

Visitação da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Sonim, Lv. 160 - UD: Cx PVL 25 - 05

Livro de registos de baptizados de Seara Velha (1703.1744)

Livro de receitas e despesas da confraria de S. Sebastião da freguesia de Pensalvos (1737-1761)

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Avelanoso, in «Diccionario geographico», vol. 5, fl. 821

Avelelas, in «Diccionario geographico», vol. 5, fl.873

Azinhoso, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 5, fls. 1035-1040

Bouça, in «Diccionario geographico», vol. 7, fl. 1067

Bouçoaes, in «Diccionario geographico», vol. 7, fl. 1075

Carçaozinho, in «Diccionario geographico», vol. 9, fls. 831-832

Carrazeda de Anciães, «Diccionario geographico», vol. 4, fl. 633

Castanheira, in «Diccionario geographico», vol. 11, fls. 2249-2251

Coelhoso, in «Diccionario geographico», vol. 11, fls. 2349-2350

Conlelas, in «Diccionario geographico», vol. 11, fl. 2523

Constantim, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 11, fl. 2547

Cortiços, «Diccionario geographico»,vol. 11, fls. 2689-2693

Fiães, in «Diccionario geographico», vol. 15, fl. 403

Fonte d'Aldea, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 16, fls. 634-634v

Grijó de Parada, in «Diccionario geographico», vol. 18, fls. 601-607

Grijó de Vabenfeito, «Diccionario geographico», vol. 18, fls. 609-612

Guide, «Diccionario geographico»,vol. 18, fls. 703-704

Izeda sua discrição, in «Diccionario geographico», vol. 18, fls. 343-347

Junqueira (anexa de Algoso), in «Diccionario geographico», vol. 18, fls. 297-298

Lamas, in «Diccionario geographico», vol. 19, fl. 185

Lamalonga, in «Diccionario geographico», vol. 19, fls. 165-167

Leiria, in «Diccionario geographico», vol. 20, fl. 541-546

Macedo de Cavaleiros, in «Diccionario geographico», vol. 22, fls. 57-63

Miranda do Douro, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fls. 999-1020

Mirandela, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fls. 1031-1041

Mogadouro, in «Diccionario geographico», vol. 23, fls. 1083-1093

Moimenta, «Diccionario geographico», vol. 25, fls. 1917-1920

Outeiro, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 26, fls. 429-436

Parada de Outeiro, in «Diccionario geographico», vol. 27, fld. 391-396

Pezo, in «Diccionario geographico», vol. 29, fl. 1173-1174

Pinela, in «Diccionario geographico», vol. 29, fl. 1281

Quintanilha, in « Diccionario geographico de Portugal», vol. 30

Portalegre, in «Diccionario geographico», vol. 29, fls. 1513-1515

Quintela de Lampaças, in «Diccionario geographico», vol. 30, fl. 121

S. Cristóvão, in «Diccionario geographico», vol. 11, fls. 2199-2200

S. Julião, in «Diccionario geographico», vol. 18, fls. 265-266

S. Martinho do Pezo, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 29, fl. 1167

S. Pedro da Silva, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 35

Santa Valha, in «Diccionario geographico», vol. 34, fls. 601-602

Sesulfe, in «Diccionario geographico», vol. 35, fl. 1171

Silva, in «Diccionario geographico», vol. 35, fl. 1197

Sonim, in «Diccionario geographico», vol. 35, fl. 1497

Tinhela, in «Diccionario geographico», vol. 36, fl. 353

Torre de D. Chama, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 37, fls. 633-651

Torre de Moncorvo, «Diccionario geographico», vol. 37, fls. 659-674

Tronco, in «Diccionario geographico», vol. 37, fl. 1151-1153

Urrós, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 41, fls. 2123-2124

Vila Chã de Barcioza, in «Diccionario geographico», vol. 40, fl. 1135

Vila de Paçó (Vinhais), in «Diccionario geographico», vol. 27, fl. 1

Vila Boa de Carçaozinho, in «Diccionario geographico», vol. 39, fl. 1075

Vila Boa de Ouzilhão, in «Diccionario geographico», vol. 39, fl. 1077

Vila Flor, «Diccionario geographico», vol. 40, fls. 1265-1271

Vimioso, in «Diccionario geographicode Portugal», vol. 41, fls. 2087-2092

Vinhas, «Diccionario geographico», vol. 41, fls. 2019-2111

Vinhais, in «Diccionario geographico», vol. 41, fls. 2099-2108

Mosteiro de Santa Clara de Bragança, vol I

Corpo Cronológico, Mç. 79, doc. nº 142

Corpo Cronológico, Parte 1ª, Mç. 81, doc. nº 29

Corpo Cronológico, Parte 1ª, Mç. 104, doc. nº 17

Corpo Cronológico, Parte 3ª, Mç. 17, nº 12.

Corpo Cronológico, Parte 3ª, Mç. 32, doc. nº 91

Corpo Cronológico, Parte 3ª, Mç. 32, doc. nº 94

Desembargo do Paço Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Cx. 11, Mç. 10, doc. nº 82

Desembargo do Paço Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Cx. 11, Mç. 16, doc. nº 123

Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Mç. 12, Cx. 14

Desembargo do Paço, Minho e Trás-os-Montes, Mç. 27, Cx. 32, s/fl.
Desembargo do Paço, Minho e Trás-os-Montes, Mç. 49, Cx. 60, s/fl.
Desembargo do Paço, Minho e Trás-os-Montes, Mç. 89, Cx. 17
Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Mç. 268, Cx. 346
Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Mç. 367, Cx. 445

Gaveta 10, Mç. 11, doc. nº 15
Gaveta 1ª, Mç. 3, nº 35
Gaveta 6, Mç. Único, nº 32 - *Sentença a favor da comenda de S. Christovam, e S. Sebastiam de Algozo, e seu ramo de Guide no bispado de Miranda deste reino de Portugal, que he da Ordem, e Milicia da Sagrada Religião de S. João Bautista do Hospital de Jerusalem*, Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1742

Mesa da Consciência e Ordens, Livros diversos, *Livro de lembranças das copias que vão aos comendadores (1778-1792)*
Mesa da Consciência e Ordens, Mç. 24, Cx. 24. Macete 5, doc. nº 126
Mesa da Consciência e Ordens, Ofícios, Mç. 12, Cx. 77
Mesa da Consciência e Ordens, Ordens militares (papéis diversos), Mç. 31, macete 3, doc. nº 68
Mesa da Consciência e Ordens, Ordens militares, Tombo das Comendas, Autos de posse Santa Maria de Bragança e Baçal, Cx. 24
Mesa da Consciência e Ordens, Papéis diversos, Mç. 24, Cx. 24, Macete 1, doc. nº 22
Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, S. Vicente de Vimioso, T.C. 542, s/fl.
Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, S. Vicente de Vimioso, s/ fl.
Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das comendas, T.C., 339, s/fl

Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das comendas, Tombo da comenda de São João da Castinheira de Monforte de Rio Livre

Relação de diversos papeis pertencentes a Secretaria da Repartição das Justiças, Mercês, e Chancellaria da extinta Casa do Infantado, Mç. 218-224

S. João da Castanheira, Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas

Mesa da Consciência e Ordens, Livros diversos

ARQUIVO DO PAÇO EPISCOPAL DA DIOCESE DE BRAGANÇA E MIRANDA

Libro das visitaçois da igreja de Sancta Marinha do lugar de Hedroso

Livro de registo de capítulos de visitas e pastorais de Pombares (1706)

Livro de visitação da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Dine (1688-1754)

Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1568-1588)

Visitações da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)

Taboa da igreja de Frezulfe

Livro de registo de capítulos de visitas e pastorais de Alfaião, (1734-1801), s/colocação

Livro de visitações da igreja de S. Nicolau de Candedo, (1603-1680)

Livro de visitações da igreja de S. Pedro de Montouto, Lv. 2

Livro de visitações da igreja de S. Pedro de Montouto, Lv. 3

Livro de registo de visitas e pastorais da paroquial de S. Pedro de Penhas Juntas

Processo de genere, Adrião Capitão, s/colocação

Lv. de Registo da Câmara Eclesiástica (1775), fls. 18-18v

Livro de receita e despesa da confraria de S. Bento de Junqueira, Confrarias, Cx. 7, Lv. 29

Livro de receita e despesa da confraria de S. Tiago de Mós (de Rebordãos), Confrarias, Cx. 8, Lv. 36

Livro de receita e despesa da confraria de Nossa Senhora do Rosário de Mós (de Rebordãos), Confrarias, Cx. 8, Lv. 35

Livro de registo de baptismos da matriz de Moncorvo, Lv. 1 (1714-1720); Lv. 11 (1785-1794); Lv. 12 (1794-1803)

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Comenda dos Cortiços, Tomo I,

Comenda dos Cortiços, Tomo II

Maço 6 e 7 de Parameo e Penas JuntasPaço de Vinhaes

Mç. 5º, *Paço de Vinhaes*

ARQUIVOS PAROQUIAIS

Arquivo paroquial da igreja da Senhora da Assunção de Gondesende

Livro de visitações (1685-1793);

Livro de visitações (1779-1811)

Livro do Tombo de todas as fazendas de rais que houver pertencentes a igreja, e confrarias do lugar de Gondezende (1756)

Arquivo paroquial da igreja de S. Frutuoso de Argoselo

Livro de registo de capítulos de visita e pastorais da igreja de S. Frutuoso de Argoselo (1698-1758);
Livro de registo de capítulos de visita e pastorais da igreja de S. Frutuoso de Argoselo (1755-1798)

Arquivo Paroquial de Azinhoso
Livro de visitas da igreja da Senhora da Natividade, s/colocação

Arquivo Paroquial de Espinhosela,
Livro de visitações e pastorais da igreja de Santo Estevão de Espinhosela (1674-1762);
Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua, (1634-1785);
Livro de receita e despesa da confraria de Nossa Senhora do Rosário de Espinhosela (1710-1781)
Livro de receita e despesa da confraria de Santo Estevão de Espinhosela (1789-1803)

Arquivo paroquial de Rabal,

Livro de visitações (1727-1767)
Livro de visitações (1774-1887)

Arquivo paroquial de Rebordãos

Livro de registos de capitulos de visitas e pastorais da paroquial de Nossa Senhora da Assunção (1722-1806);
Livro de registos de capitulos de visitas e pastorais da paroquial de Nossa Senhora da Assunção (1765-1851)

Arquivo paroquial de Vilar de Ossos

Livro de registo de capítulos de visitas e pastorais de Vilar de Ossos (1720-1770)
Livro de registo de capítulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1745)

Arquivo paroquial de Vilar Seco de Lomba

Livro de registo de capítulos de visitas e pastorais da igreja de S. Julião (1674-1706);
Livro de registo de capítulos de visitas e pastorais da igreja de S. Julião (1726-1793);
Livro de registo de capítulos de visitas e pastorais da igreja de S. Julião (1790-1803);
Livro de registo de capítulos de visitas e pastorais da igreja de Gestosa (1746-1787)

Arquivo paroquial de Quiráz

Livro de registo de capítulos de visitas e pastorais de Vilarinho de Lomba (1735-1801)

ARQUIVO PROVINCIAL DE ZAMORA

Notarial, nº 878, fls. 601-606v

Notarial, nº 878, fls. 611-611v

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CRUZ, Frei Marcos da - *Cronica do mosteiro de São Salvador de Grijó*, RES., ms. 640, fls. 295v, 296, 289v

BIBLIOTECA NACIONAL

BORGES, José Cardoso - *Descripção topografica da cidade de Bragança*, RES., COD. 248

Lembrança que o Conde de Alcáçova mandou ao Cardeal da vida do infante D. Luís, Évora, 1575, Arquivo Tarouca, nº 59

MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, RES., COD. 154

MONÇON, Francisco de - *Libro primero del perfecto principe christiano*, Lisboa, Luis Rodrigues, RES., 997v

Oração do Doutor Antonio Pinheiro quando por mandado del Rei Nosso Senhor começou a ensinar os Moços Fidalgos, feita por elle em Latim, e por elle traduzida em vulgar portuguez, COD. 3767

Treslladaçam do panigirico de Plinio o mais moço dito no Senado em louvor de Trajano em nossa vulgar linguagem dirigida ao mui alto e mui poderoso rei D. João o terceiro nosso senhor, COD. 13066

Treslado do livro das comendas da Ordem de Nosso Senhor Jezus Christo o qual mandou fazer El Rei Dom Sebastião Nosso Senhor por o Doutor Pedralves do seu Dezembargo por seu alvara COD. 900

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

RES., Pt. 24 (10)

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Belarmino - *O colégio do Santíssimo Nome de Jesus de Bragança. Subsídios para a sua História*, (reprodução anastática), Coimbra, 1975

- *Confrarias e mentalidade barroca*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto, 1991

ALARCÓN ROMÁN, Concepción - *La iconografía religiosa en el siglo XVIII*, in «Revista de Dialectologia y tradiciones populares», T. XLV, Madrid, 1990

ALBUQUERQUE, Luís de - *Universidade*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. VI, s/l., Iniciativas Editoriais, s/d.

ALMEIDA, Alfredo Betâmio de - *Infante D. Luís*, in «Dicionário de História de Portugal, vol. IV, s/l., Iniciativas Editoriais, 1975

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *A igreja de Jesus de Setúbal*, in «Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto», II Série, vol. VII, Porto, 1990

- *Carácter mágico do toque das campaínhas. Apotropaicidade do som*, Separata da Revista de Etnografia nº 12, Junta Distrital do Porto, Porto, s/d.

- *O românico*, in «História da Arte em Portugal», vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

- *Um retábulo de João Antunes*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto, 1991

ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, Porto - Lisboa, Livraria Civilização - Editora, 1967-1971, 4 vols. (nova edição)

ALVES, Alexandre - *Artistas e artífices*, in «Beira Alta», vol. XLII, fascículo 4, Viseu, 1983

ALVES, Ana Maria - *Iconologia do poder real no período manuelino*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s/d.

ALVES, Francisco Manuel - *O castro de Sacoias*, in «O Archeologo portugês», vol. XII, Lisboa, 1907

- *Castro de Avellãs. Mosteiro benedictino*, Separata de «O Instituto», Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910

- *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Bragança, Tipografia Académica, 1981-1982, XI Tomos. (Reedição do Museu Abade de Baçal fac-similada pelos volumes publicados em 1910, 1911, 1913, 1918, 1925, 1928, 1932, 1934, 1938, 1948)

ALVES, Francisco Manuel e AMADO, Adrião Martins - *Vimioso. Notas Monográficas*, Bragança, Junta Distrital de Bragança, 1968

AMPLIATO BRIONES, Antonio Luis – *Muro, orden y espacio en la arquitectura del Renacimiento* andaluz. *Teoría e prática en la obra de D. Siloe, A. Vandelvira y H. Ruiz II*, Sevilha, Universidade de Sevilha / Consejeria de Obras Públicas y Transportes, 1996

ANDRADA, Francisco de - *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1976

ANDRADE, António Alberto Banha de - *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771). Contribuição para a História da Pedagogia em Portugal*, vol. 2, Coimbra, 1981

ANTONIO RAMIREZ, Juan - *Evocar, reconstruir tal vez soñar. El templo de Jerusalén en la Historia de la arquitectura*, in «Dios arquitecto», Madrid, Ediciones Siruela, 1994

ARAÚJO. Ana Cristina Bartolomeu de - *Morte, memória e piedade barroca*, in «Revista de História das Ideias», vol. 11, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, 1989

ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de - - *História do palácio Marialva ao Loreto (1651-1859)*, Separata do Boletim Cultural Póvoa de Varzim, vol. XXX, nº 1/2, Póvoa de Varzim, 1993

- *Sobre ex-votos de cordel (A propósito de duas visitas à Igreja do Convento de S. Francisco, do Porto, em 1773 3 1898)*, in «MVSEV», IV Série, nº 7, 1998

- *Pintura votiva setecentista e figuração de negros (Cenas do tempo das minas)*, in «Portugal/Brasil - Brasil/Portugal: duas faces de uma realidade artística», Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001

ARIÈS, Filipe - Sobre *a história da morte no ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989

- *O Homem perante a morte*, Lisboa, Publicações Europa-América, s/d., 2 vols.

ARMAS, Duarte de - *Livro das fortalezas*, (Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco), Lisboa, A.N.T.T. - Edições INAPA, 1977. (Edição fac-similada do ms. 159 da Casa Forte do A.N.T.T.).

ARNAU AMO, Joaquin – *La teoria de la arquitectura en los tratados*, Madri, Tebas Flores, 1988

ARRAIS, Amador (Frei) - *Diálogos*, Porto, Lello & irmão - Editores, 1974

ATANÁZIO, Manuel C. Mendes - *A vinda de Andrea Sansovino a Portugal*, In «A introdução da arte da renascença na Península Ibérica», Actas do simpósio internacional, Coimbra, EPARTUR, 1981

- *O Baroco e a cultura religiosa*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto, 1991

Autos de Antonio Prestes, (revistos por Tito de Noronha), Porto, Em Casa de V. Moré - Editora, 1871

AVERINI, Riccardo - *As pinturas de Pompeo Batoni na basílica do Sagrado Coração de Jesus da Estrela*, in «Bracara Augusta. Actas do Congresso "A Arte em Portugal no século XVIII"», vol. XXVII, nº 64(76), T. II, Braga, 1973

AZEVEDO, Carlos - *Solares portugueses*, s/l., Livros Horizonte, 1988

AZEVEDO, J. Lúcio de - *O Marquês de Pombal e a sua época*, Lisboa, Clássica Editora, 1990

BASCHET, Jérôme - *Lieu sacré, lieu d'images. Les fresques de Bominaco (Abruzzes, 1263): thèmes, parcours, fonctions*, Paris-Roma, Éditions La Découverte et École française de Rome, 1991

BALDINI, Umberto - *Giorgio Vasari. Pittore "senza stento"*, Firenze, Edizione d'Arte Il Fiorino, 1994

BANGO TORVISO, Isidro Gonzalo - *Atrio y portico en el romanico español: concepto y finalidad civico-liturgica*, in «Boletín seminario estudios Arte y Arqueología», nº 40-41, s/l, s/d.

BARROS, João Borges de - *Relação summaria dos funebres obsequios, que se fizerão na cidade da Bahia, corte da America Portugueza, às memorias do Reverendissimo Senhor Doutor Manoel de Mattos Botelho, Abbade de Duas*

Igrejas, Provisor, Vigario Geral, e Governador do Bispado de Miranda», Lisboa, na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, Lisboa, 1745

BARROS, João de - *Panegíricos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa - Editora, 1937

BARROS, João de (Doutor) - *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Porto, Biblioteca Municipal do Porto, 1919

BASTO, A. de Magalhães - *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto - Gabinete de História da Cidade, s/d.

BATAILLON, Marcel - *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1952

BATTELLI, Guido - *Andrea Sansovino e l'Arte italiana della Ronascenza in Portogallo*, Firenze, 1936

- *Il Sansovino in Portogallo*, Separata da revista «Biblos», vol. V, nº 5-6, Coimbra, 1929

BATTISTI, Eugenio – *Renascimento e maneirismo*, s/l., Editorial Verbo, 1984

BAZIN, Germain - *L'Architecture religieuse du Portugal et du Brésil á l'époque baroque*, in «XVI Congrès Internacional d'Histoire de l'Art. Rapports et communications», Lisbonne-Porto, 1949

- *Reflexions sur l'origine et l'évolution du baroque dans le Nord du Portugal*, in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes», 2ª Série, nº 2, Lisboa, 1950

BERNALES BALLESTEROS, Jorge - *Arquitectos y escultores de las tierras del Duero en el Virreinato del Peru (siglos XVI y XVII)*, in «Relaciones artísticas entre la Península Ibérica y América. Actas del V Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte», Valhadolid, 1990

BLUTEAU, Rafael (D.)- *Vocabulario portuguez e latino*, T. I, Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712; T. VI, Lisboa, Na Officina de Pascoal da Silva, 1720

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos - *Domus Municipalis de Bragança*, nº 4, s/l.,1936

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos - Frescos, nº 10, 1937

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos - *Igreja de Freixo de Espada à Cinta*, nº 70, s/l., 1952

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos -*Igreja de Algosinho, nº 126*, s/l., 1972

BONET CORREA, Antonio - *El frontón invertido*, in «Bracara Augusta», Actas do Congresso "A Arte em Portugal no Século XVIII", vol. XXVII, nº 63(75), Braga, 1973

- *El urbanismo en España e Hispanoamerica*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1991

BORGES, Nélson Correia - *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*, Paisagem Editora, s/l., s/d.

- *Alguns aspectos da segunda época de João de Ruão*, in «A introdução da arte da renascença na Península Ibérica», Coimbra, EPARTUR, 1981

- *Do barroco ao rococó*, in «História da Arte em Portugal», vol. 9, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

- *Cadeiral*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989

- *Mateus Vicente de Oliveira*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989

- *Arquitectura monástica portuguesa na Época Moderna (Notas de uma investigação)*, Separata da Revista MVSEU, IV Série, nº 7. Porto, 1998

- *A arquitectura coimbrã (séculos XVII-XVIII)*, in «Portugal/Brasil - Brasil/Portugal: duas faces de uma realidade artística», Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001

- *Os túmulos de prata das Santas Rainhas de Lorvão*, in «Oceanos», nº 43, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001

BORNGASSER, Barbara - *Arquitectura barroca en España y Portugal*, in «El Barroco. Arquitectura. Escultura. Pintura», Bona, Konemannm 1997

BORROMEO, Agostino - *I vescovi italiani e láplicazione del Concilio di Trento*, in «I tempi del Concilio. Religione, cultura e società nell'Europa tridentina», Roma, 1997

BORROMEO, Carlos - *Instrucciones de la fabrica y del ajuar eclesiásticos*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1985

BOTTINEAU, Yves - *Le goût de Jean V: art et gouvernement*, in «Bracara Augusta. Actas do Congresso "A Arte em Portugal no século XVIII"». vol. XXVII, nº 64, Tomo II, Braga, 1973

BRANDÃO, Mário - *Documentos de D. João III*, Coimbra, 1937, vols. I, II

BRANDÃO, Domingos de Pinho (D.) - *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto*, Porto, 1984-1987, 4 vols.

BURCKHARDT, Jacob - *The architecture of the italian renaisance*, Harmondsworth, Penguin Books, 1987

BURY, John - *Benedetto da Ravenna (c. 1485 - c. 1556)*, in «A arquitectura militar na expansão portuguesa», Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Potugueses», 1994

BUSTAMANTE GARCÍA, Agustín - *La arquitectura de Felipe II*, in «Felipe II y el arte de su tiempo», Madrid, Fundación Argentaria - Visor Dis., 1998

CAMPOS, João Correia Aires de - *Indices e summarios dos livros e documentos antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, fascículo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867

CARDOSO, Arnaldo Pinto - *O terramoto de Lisboa (1755). Documentos do Arquivo do Vaticano*, in «Revista de História das Ideias», nº 18, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, 1996

CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano*, T. II, Lisboa, Na Officina de Henrique Valente d'Oliveira, 1657; T. IV, Lisboa, Na Regia Officina Silviana e da Academia Real, 1744

CARDOSO, José - *O IV Concílio Provincial Bracarense e D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, APPACDM Distrital de Braga, Braga, 1994

CARITA, Rui - *A pompa e aparato das sacristia ultramarinas portuguesas*, in «Oceanos», nº 36/37, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999

CARVALHO, Ayres de - *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*, Lisboa, 1971

- *Os três arquitectos da Ajuda. Do "Rocaille" ao Neoclássico*, Lisboa, 1979

- *D. João V e a arte do seu tempo. As memórias d'El-Rei D. João V pelo naturalista Merveilleux*, vol. I, s/l., s/d.

- *Pintores portugueses e estrangeiros de setecentos na corte de D. João V*, in «A pintura em Portugal no tempo de D. João V. Joanni V Magnifico», Lisboa, IPPAR, 1994

CARVALHO, Teresa Pires de - *Contributo para uma tipificação dos vãos de decoração manuelina de Freixo de Espada à Cinta*, in «Carlos Alberto

Ferreira de Almeida. "in memoriam"», vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s/d.

CASTRO, José de - *Portugal no Concílio de Trento*, Lisboa, União Gráfica, 1944-1946, 5 vols.

- *Bragança e Miranda*, Porto, Tipografia Médico , 1946-1951, 4 vols.

CHAVENT, Martine e ROBINNE, Paul-Edouard - *L'esprit de clocher*, in «L'Architecture en représentation», Inventaire génèral des monuments et des richesses artistiques de la France, Paris, 1985

CHICÓ, Mário Tavares – *A arquitectura gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1968

CHOAY, Françoise - *A regra e o modelo. Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, S. Paulo, s/d.

CIDADE, Manuel Pereira - *Memórias da Basílica da Estrêla*, (publicadas e prefaciadas por António Baião), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926

COLLAR DE CÁCERES, Fernando - *Arte y rigor religioso. Españoles e italianos en el ornato de los retablos del escorial (altares comunes y altares de reliquias)*, in «Felipe II y el arte de su tiempo», Madrid, Fundación Argentaria - Visor Dis., 1998

Colecção Chronologica da Legislação Portugueza (1603-1700), (compilação e anotações de José Justino de Andrade e Silva), Lisboa, 1855, 5 vols.

Constituições Sinodais do bispado de Miranda, 1563

Constituiçoens Sinodais do Arcebispado de Braga, Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes, 1697

Constituiçoes Sinodais do bispado do Porto novamente feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. João de Sousa, Coimbra, No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1735

Constituições Sinodais do bispado de novamente feitas, e ordenadas pelo Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Frei Aleixo de Miranda Henriques [...] propostas, e aceites em o Sinodo Diocesano, que o ditto Senhor celebrou em 10 de Maio de 1761

Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o seculo XVI até aos nossos dias, (por José da Silva Mendes), T. V, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1874

CORREIA, José Eduardo Horta - *Vila Real de Santo António levantada em cinco meses pelo Marquês de Pombal*, in «Pombal revisitado», vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1983

- *A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»*, in «História da Arte em Potugal», vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

- *A arquitectura religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa, 1987

CORREIA, Vergílio - *A arquitectura em Portugal no século XVI*, Separata da Revista «Biblos», vol. V, nº 1, 2, Coimbra, 1929

- *A pintura a fresco em Portugal nos séculos XV e XVI (Ensaio)*, Lisboa, 1921

- *Arte e arqueologia. Estudos, impressões, criticas e comentários*, Lisboa, 1920

COSTA, António Carvalho da - *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, T. I, Na officina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1706

COSTA, António Domingues de Sousa - *Patriarcado de Lisboa*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. V, s/l., Iniciativas Editoriais, 1975

COUTINHO, Bernardo Xavier - *Apontamentos para a história do culto do Coração de Jesus em Portugal*, in «Album da Exposição de Arte Sacra sobre o Coração de Jesus e o Coração de Maria», Porto, 1946

CRAVEIRO, Lurdes - *Manuel Alves Macamboa arquitecto da reforma pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Instituto de História de Arte - Faculdade de Letras, 1990

CUNHA, Rodrigo da (D.)- *Catalogo dos Bispos do Porto*, Porto, Na Officina Prototipa Episcopal, 1742

CURTO, Diogo Ramada - *Língua e memória*, in «História de Portugal», (Direcção de José Mattoso), vol. 3, s/l., Círculo de Leitores, 1993

DESWARTE, Sylvie - - *Les enluminures de la Leitura Nova 1504 - 1552. Etude sur la culture artistique au Portugal au temps de l´Humanisme*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1977

- *Francisco de Hollanda et les études vitruviennes en Italie*, in «A introdução da Arte da renascença na Península Ibérica», Actas do Simpósio Internacional, Coimbra, EPARTUR, 1981

Francisco de Holanda entre o renascimento e o maneirismo, in «História da Arte em Portugal», vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

Francisco de Holanda: Maniera e Idea, in «A pintura maneirista em Portugal. Arte no tempo de Camões», Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995

DIAS, Jorge - *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*, Porto, 1953

DIAS, José Sebastião da Silva - *A política cultural da época de D. João III*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1969, 2 vols.

DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, Coimbra, 1979

- *A importação de esculturas de Itália nos séculos XV e XVI*, Coimbra, Livraria Minerva, 1987

- *A arquitectura manuelina*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1988

- *As outras imagens; o Maneirismo na escultura portuguesa*, in «A pintura maneirista em Portugal. Arte no tempo de Camões», Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995

DIAS, Vítor Manuel Lopes - *Cemitérios, jazigos e sepulturas*, Coimbra, s/d.

DUARTE, Luís Miguel e BARROS, Amândio Jorge Morais - *Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna*, in «Douro. Estudos e documentos», nº 4, Porto, Instituto do Vinho do Porto / Universidade do Porto / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1997

DUBY, Georges – *O tempo das catedrais. A arte e a sociedade (980-1420)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1978

DURAND, A. - *Le culte catholique dans ses cérémonies et ses symboles d'aprés l'enseignement traditionnel de l'Église*, Paris, 1868

ESPANCA, Túlio - *Cadernos de História e Arte eborense*, Separata do Boletim «A cidade de Évora», nº 33-34, Évora, 1953

ESPERANÇA, Frei Manuel da - *Historia serafica da ordem dos frades menores de S. Francisco da provincia de Portugal*, Lisboa, Na Officina Craesbeeckiana, 1656

ÉVORA, André Rodrigues de - *Sentenças para ensinanças e doutrina do Príncipe D. Sebastião, (Introdução de Luís de Matos), Lisboa, 1983*

FARINHA, Maria do Carmo Jasmim Dias e RAMOS, Maria de Fátima Dentinho Ó - *Núcleo antigo (inventário)*, Lisboa, Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, 1996

FERNANDES, Hirondino da Paixão - *Para a «Bibliografia do Distrito de Bragança». Manuscritos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Memorias parochiaes de 1758*, in «Brigantia», vol. III, nº 2, Bragança, 1983

FERREIRA, Cândida Florinda - *A guerra da Sucessão no Distrito de Bragança*, in «O Instituto», vol. 78, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929

FERREIRA, J. Augusto - *Vila do Conde e o seu alfoz*, Porto, 1923

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime - *Matias Lourenço de Matos, mestre pedreiro de Vila Real no século XVIII. (Aportações documentais para o estudo da sua actividade)*, in «Estudos transmontanos», Vila Real, Biblioteca Pública Arquivo Distrital de Vila Real, nº 1, 1983

- *A capela de Nossa Senhora da Pena (Novas achegas para o estudo da actividade do mestre pedreiro Matias Lourenço de Matos)*, in «Estudos transmontanos», nº 2, Vila Real, 1984

- *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras públicas*, Porto, 1988, 2 vols.

- *Engenheiros Vilalobos*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989

Elementos para a História artística da Sé do Porto, in «Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto», II Série, vol. VIII, 1991

- *A participação nas manifestações festivas e gratulatórias relacionadas com a Família Real: alguns exemplos setecentistas transmontanos*, in «Actas do Congresso A festa popular em Trás-os-Montes», Bragança, 1995

Duas nótulas para a História da Arte, Separata de «Portvgalia», Nova Série, vol. XVII-XVIII, Instituto de Arqueologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996 / 1997

- *Festejos públicos no Porto pela "declaração da regencia" de D. João, Príncipe do Brasil*, in «Poligrafia», nº 7 / 8, Arouca, 1999

- *A casa nobre no Norte de Portugal no século XVIII: algumas refexões*, in «Portugal/Brasil - Brasil/Portugal: duas faces de uma

realidade artística», Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - *A arte da talha no Porto na época barroca (Artistas e clientela. Materiais e técnica)*, Porto, Arquivo Histórico - Câmara Municipal do Porto, 1989, 2 vols.

- *Púlpito*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989

- *Nótula para o estudo da paramentaria bracarense no século XVIII*, in «Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto», II Série, vol. VIIII, Porto, 1991

- *Estruturas retabilísticas portuenses da primeira metade do século XVIII*, in «Poligrafia», nº 6, Arouca, 1997

- *O entalhador Sebastião Dinis da Fonseca: alguns dados sobre a sua actividade, in «Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto»*, II Série, vol. VIII, Porto, 1991

- *A talha rococó da escola portuense e as figuras de Francisco Pereira Campanhã e José Teixeira Guimarães*, in «Poligrafia», nº 7/8, Arouca, 1999

- *Acerca da Talha Dourada no Norte de Portugal - do século XVII ao advento do Neoclássico*, in «Portugal/Brasil - Brasil/Portugal: duas faces de uma realidade artística», Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001

FOCILLON, Henri – *Arte do Ocidente. A Idade Média românica e gótica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980

FORSSMAN, Erik - *Dórico, jónico e coríntio na arquitectura dos séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Editorial Presença, 1990

FORTES, Manuel de Azevedo - *O engenheiro portuguez*, T. II, Lisboa Occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1729

FRANÇA, José Augusto - *Lisboa pombalina e o iluminismo*, Lisboa, 1983

- *Iconografia e não-iconografia pombalina,* in «Pombal Revisitado», vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1984

FRANCISCO, Bispo Conde (D.) – *Lista de alguns artistas portuguezes colligida de escriptos e documentos,* Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1839

FROESCHLÉ-CHOPARD, M.-H. - *La religion populaire em Provence Orientale au XVIII e. siècle,* Paris, Éditions Beauchesne, 1980

GALEGO, Júlia e DAVEAU, Suzanne - *O numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico,* Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986

GANDRA, Manuel Joaquim - *Coluna salomónica,* in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, 1989

GARCIA de RESENDE - *Crónica de D. João II e Miscelânea,* Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973

GARCIA TAPIA, Nicolas - *Ingenieria y arquitectura en el renascimiento español,* Valladolid, Secretariado de Publicaciones Universidad de Valladolid / Caja Samanca, 1990

GESSE, Uwe - *Escultura gótica em França, Itália, Alemanha e Inglaterra,* in «O gótico. Arquitectura. Escultura. Pintura», Colónia, Konemann, 1998

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Estrutura da antiga sociedade portuguesa,* Lisboa, Editora Arcádia, 1980

- *Os descobrimentos e a economia mundial,* vol. I, Lisboa, Editorial Presença, s/d

- *1580 e a Restauração,* in «Ensaios», vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Rditora, 1978

GOMES, Saúl António – *Oficinas artísticas no bispado de Leiria nos séculos XV a XVIII,* in «Actas – VI Simpósio Luso-Espanhol da História de Arte», Tomar, 1996

GONÇALVES, A. Nogueira, *Estudos de História da Arte da renascença,* Coimbra, EPARTUR, 1979

GONÇALVES, Flávio - *História da Arte. Iconografia e crítica*, s/l., Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s/d.

- *A Arte no Porto no tempo do Marquês de Pombal*, in «Pombal Revisitado», vol. II, Lisboa, 1993

- *A arte no Porto na época do Marquês de Pombal*, in «Triunfo do Barroco», Lisboa, Fundação das Descobertas, 1993

GUIMARÃES, Vieira - *O claustro de D. João III em Thomar*, Gaia, Edições Pátria, 1931

HANSON, Carla - *Economia e sociedade no Portugal barroco (1668-1703)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986

HAUPT, Albrecht - *A arquitectura do renascimento em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1986

Ho Flos Sanctorum em Lingoage: os Santos Extravagantes, (Introdução e notas por Maria Clara de Almeida Lucas), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988

HOLANDA, *Da Pintura Antiga*, (Introdução e notas de Angel González Garcia), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983

- *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, Livros Horizonte, s/l., 1984

- *Diálogos em Roma*, s/l., Livros Horizonte, 1984

HUYLEBROUCK, Roza - *Alguns documentos comerciais lusoflamengos do século XVII com interesse para a História de Arte*, in «Revista da Faculdade de Letras», II Série, vol. VII, Universidade do Porto, Porto, 1990

Instrução e relação da catedral da cidade de Viseu e mais igrejas do bispado para a sagrada Congregação. A diocese de Viseu no tempo de D. João de Melo (1673-1684), in «Beira Alta», (Introdução, leitura do texto e notas de Alexandre Alves), vol. LVII, fascículos 1 e 2, Viseu, 1998

JORGE, Ana Maria C. M. - *A dinâmica da cristianização e o debate ortodoxia / heterodoxia*, in «História religiosa de Portugal», vol. 1, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000

KAISER, Wolfgang - *A arquitectura românica na Alemanha*, in «O românico. Arquitectura. Escultura. Pintura», Colónia, Konemann, 2000

KEIL, Luís - *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, vol. I, Academia Nacional das Belas Artes, Lisboa, 1943

KRUS, Luís - *A vivência medieval do tempo*, in «Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques», vol. I, Editorial Estampa, Lisboa, 1982

KUBLER, George - *A arquitectura portuguesa chã. Entre as especiarias e os diamantes (1521-1706)*, Lisboa, Vega, s/d.

LAMEIRA, Francisco Ildefonso - *As oficinas de talha no Algarve durante a época barroca*, in «Oficinas Regionais. VI Simpósio Luso-Espanhol de História de Arte», Tomar, 1996

LAVAGNINO, Emilio - *L'Art baroque au Portugal*, in «XVI Congrès Internacional d'Histoire de l'Art. Rapports et communications», Lisbonne-Porto, 1949

LEBRUN, François - *As reformas: devoções comunitárias e piedade individual*, in «História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes», vol. 3, s/l., Edições Afrontamento, 1990

LEGUAY, Jean-Pierre - *La rue, lieu de sociabilité*, in «La rue, lieu de sociabilité?», Rouen, Publications de l'Université de Rouen, 1994

Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal 1574, (Introdução de Joaquim Veríssimo Serrão), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1971

LOPES, Miranda - *Argosêlo*, Separata do Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular, s/l., 1931

MACEDO, António de Sousa - *Flores de España excelencias de Portugal*, Coimbra, Na Officina de Antonio Simoens Ferreira, 1737

MACEDO, Jorge Borges de - *Do ouro aos diamantes: Portugal no século XVIII. Uma perspectiva*, in «Triunfo do Barroco», Lisboa, Fundação das Descobertas, 1993

MACHADO, Cyrillo Volkmar - *Collecção de memorias relativas as vidas dos pintores e escultores, architetos, e gravadores portuguezes*, Lisboa, 1823

MÂLE, Émile - *L'Art religieux du XIIe. au XVIIIe. siècle*, Paris, Armand Colin, 1961

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse - *Information artistique et «mass-media» au XVIIIe. siècle: la difusion de l'ornement gravè rococo au Portugal*, in «Bracara Augusta», vol. XXVII, nºs. 64(76), Braga, 1973

- *L'image ornementale et la litterature artistique importées du XVe. au XVIIe. siecle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais*, in «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. 1, 2ª série, Porto, 1983

- *La patriarcale du roi Jean V de Portugal*, in «Colóquio Artes», 2ª Série, nº 83, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989

- A patriarcal do Rei D. João V de Portugal, in «Triunfo do Barroco», Lisboa, Fundação das Descobertas, 1993

- *Rome, Lisbonne, Rio de Janeiro, Londres et Paris: le long voyage du "recueil Weale" (1745-1995)*, «Colóquio Artes», 2ª Série, nº 109, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996

MARAVALL, José António - *A cultura do barroco*, Lisboa, 1997

MARKL, Dagoberto e PEREIRA, Fernando António Baptista - *O Renascimento*, in «História da Arte em Portugal», vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Pesos e medidas*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. V, Iniciativas Editoriais, s/l, 1975

MARQUES, João Francisco - *A Parenética portuguesa e a Restauração 1640-1668. A revolta e a Mentalidade*, vol. I, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989

MARQUES, José - *Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI*, in «Revista da Faculdade de Letras», Universidade do Porto, II Série, vol. XIV, Porto, 1997

MARTÍN GONZÁLEZ, Juan José - *Centros artísticos de Castilla-Leon durante el siglo XVI*, in «Oficinas Regionais. VI Simpósio Luso-Espanhol da História de Arte», Tomar, 1996

- *Escultura barroca en España (1600-1770)*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1988

MARTINS, Fausto Sanches - *A arquitectura dos primeiros colégios Jesuitas de Portugal: 1542-1759. Cronologia, Artistas. Espaços*, (Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), vol I, Porto 1994

- *O trono eucarístico do retábulo barroco português: origem, função, forma simbolismo*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto, 1991

- *Presença dos Jesuítas em Bragança e introdução do culto e devoção a Santa Bárbara no século XVIII*, in «Páginas da História da diocese de Bragança-Miranda. Congresso histórico. Actas», Bragança, 1997

MARTINS, Firmino A. (Padre) - *Folklore do concelho de Vinhais*, Vinhais, 1987, 2 vols.

MATOS, Luís de - *A corte literária dos Duques de Bragança no Renascimento*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956

MATOS, Manuel Cadafaz de - *O caixotim, o caracter móvel e a prensa ao serviço da Bíblia. Um século áureo da Cultura tipográfica portuguesa, de*

Lisboa ao Padroado Português do Oriente (1495-1595), in «Revista da Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa», 5ª Série, nº 13/14, Lisboa, 1990

MATOSO, O. S. B. José (Frei), *Clero*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, s/l., Iniciativas Editoriais, s/d.

MECO, José - *As artes decorativas*, in «História da Arte em Potugal», vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

Memórias particulares de Inácio José Peixoto. Braga e Portugal na Europa do século XVIII, (Estudo introdutório de Luís A. Oliveira Ramos; leitura e fixação do texto de José Viriato Capela), Braga, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1992

MENDES, José Maria Amado - *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, 1981

MENDES, António Rosa - *O pré-humanismo português*, in «História de Portugal», (Direcção de José Mattoso), vol. 3, s/l., Círculo de Leitores, 1993

MENDEZ SILVA, Rodrigo - *Poblacion general de España*, Em Madrid por Diego Dias, 1645

MENESES, Luís de (D.) - *Historia de Portugal Restaurado*, T. I, II Lisboa, Na Officina de João Galrão, 1679

MICHEL, Olivier - *La biblioteca di un architetto maltese a Roma, Carlo Gimac*, in «Cultura. Revista de história e teoria das ideias», II Série, vol. IX, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1997

MONTAGU, Jennifer - *The scholarly importance of the Weale Album*, «Colóquio Artes», 2ª Série, nº 109, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996

MONTON, Bernardo de . *Segredos das artes liberais, e mecanicas*, Lisboa, Na Officina de Domingos Gonçalves, 1744

MORAIS, João Pinto de e MAGALHÃES, António de Sousa Pinto de - *Memórias de Ansiães*, Carrazeda de Ansiães, Edição da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, 1985

MOREIRA, Rafael - - *A ermida de Nossa Senhora da Conceição, mausoléu de D. João III ?*, in «Boletim informativo da Câmara Municipal de Tomar», nº 1, Tomar, 1981

- *O torreão do Paço da Ribeira*, Separata de «Mundo da Arte», nº 14, s/l., 1983

- *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*, (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), vol. I, Lisboa, 1991

- *D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do Renascimento em Portugal*, in «Mundo da Arte», nº 1, Iª Série, Lisboa, 1988

idem, Um exemplo: São João da Foz, de igreja a fortaleza, in «A arquitectura militar na expansão portuguesa», Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994

MOURA, Carlos - *Uma poética da refulgência: a escultura e a talha dourada*, in «História da Arte em Portugal», vol. 8, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

MOURINHO (Júnior), António Rodrigues - *Arquitectura religiosa da diocese de Miranda do Douro - Bragança*, Sendim, 1995

- *Abastecimento de água a Miranda do Douro desde o século XVI aos nossos dias*, in «Brigantia», Bragança, 1998

MURRAY, Peter & Linda - *Andrea* Sansovino, in «A dicionary of Art and artists», s/l., Penguin Books, 1960

NAVARRO TALEGÓN, José - *Artistas zamoranos en la diócesis de Bragança-Miranda*, in «Páginas da História da diocese de Bragança-Miranda. Congresso histórico», Bragança, 1997

NETO, Joaquim Maria - *O leste do território bracarense*, s/l., 1975

NORBERG-SCHULTZ, Christian - *Genius Loci. Paysage. Ambiance. Architecture*, Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeurs, 1981

- *Arquitectura occidental*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1999

- *Architecture baroque*, s/l., Gallimard / Electa, 1992

O Portugal de D. João V visto por três forasteiros, (Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983

OLIVEIRA, Aurélio de - *Os Beneditinos e os caminhos do barroco*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto, 1991

OLIVEIRA, Fernão de - *Gramática da linguagem portuguesa*, (Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com um estudo introdutório do Professor Eugenio Coseriu), Lisboa, edição da Academia das Ciências de Lisboa, 2000

OLIVEIRA, Marta M. Peters Arriscado de - *O mosteiro do Salvador: um projecto do século XVI*, in «Monumentos», nº 9, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998

OLIVEIRA, Valério Martins de - *Advertencias aos modernos que aprendem o officio de pedreiro e carpinteiro*, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1757

OLIVEIRA, Veiga de e GALHANO, Fernando - *Casas do Porto*, Separata de Douro-Litoral - Boletim da Comissão de Etnografia e História, Oitava Série, VII-VIII, Porto, 1958

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *Sistemas de construção com madeira e materiais leves. Um tipo de "Fachwert" em Portugal*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XVIII, Porto, 1961

ORTEGA ROMERO, Marís del Socorro - *A propósito del ornato de la capilla del Pilar de la catedral de Santiago*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol II, reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, Porto, 1991

PACHECO, Francisco - *El arte de la pintura*, Ediciones Cátedra, Madrid, 1990

PAIVA, José Pedro - *O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder (1741-1757)*, in «Revista de História das Ideias. Rituais e cerimónias», vol. 15, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993

PALLADIO - *Libros I y III*, (Traducidos por F. de Praves en Valladolid, 1625), Valladolid, edição fac-similada do Colegio de Arquitectos en Valladolid / Junta de Castilla y Leon / Consejeria de Educacion y Cultura, 1986

PALLADIO, Andrea - *Les quatre livres de l'Architecture*, Paris, Flammarion, 1997

PANOFSKY, Erwin - *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*, Lisboa, Editorial Presença, 1981

PASSOS, Carlos de - *A egreja romanica de Castro de Avelãs*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1958

- *Relações históricas luso-italianas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1961

PATRÃO, José Dias Heitor - "*Ereição*" *da Sé de Portalegre*, in «2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre», Lisboa, Associação dos Professores de História, 1996

PEREIRA, Gabriel - *Documentos históricos da cidade de Évora*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s/l., s/d.

PEREIRA, José Fernandes - *Arquitectura barroca em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992

PÉREZ PORTÚS, Javier - *Uso y función de la estampa suelta en los Siglos de Oro (Testimonios literarios)*, in «Revista de Dialectologia y tradiciones populares», T. XLV, Madrid, 1990

PIMENTEL, António Filipe - *Uma jóia em forma de templo. A capela de São João Baptista*, in «Oceanos», nº 43, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000

PIMENTEL, Luís Serrão - *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das Praças regulares e iregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architectura militar*, Lisboa, Na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, 1680

PINHEIRO, António (D.) - *Svmmario da pregaçam funebre e trasladaçam dos ossos d'El Rei Dom Manuel*, (Introdução de Fernando de Portugal), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985

PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa - *Portugal antigo e moderno*, vol. 8, Lisboa, 1878

Quarta relaçam verdadeira da victoria, que o fronteiro môr de Tras los Montes Rui de Figueredo de Alarcam ouve na sua fronteira, sinco legoas de Miranda, em Brandelhanes terra de Castella

QUIETO, Pier Paolo - *D. João V de Portugal*, Lisboa-Mafra, Edição ELO, 1990

- *Relações artrístico-culturais entre Lisboa e Roma*, in «A pintura em Portugal no tempo de D. João V. Joanni V Magnifico», Lisboa, IPPAR, 1994

RACZYNSKI, A. - *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Paris, 1847

- *Les Arts en Portugal. Lettres adressées a la Société artistique e scientifique de Berlin*, Paris, 1846

RADULET, Carmen M. - *Girolamo Sernigi e a importância económica do Oriente*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1984

RAMALHO, Américo da Costa - *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. I, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1988; vol.

II, s/l., Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994

RAMOS de CASTRO, Guadalupe - *La interrelación de los talleres regionales*, in «Oficinas regionais. Actas do VI Simpósio Luso-Espanhol da História de Arte», Tomar, 1996

RAMOS MONREAL, Amelia e NAVARRO TALÉGON, José - *La fundación de los Morán Pereira. El Hospital de la Encarnación*, Zamora, 1990

RÉAU, Louis - *Iconografía del arte cristiano. Iconografia de la Biblia. Antiguo testamento*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1995, 5 vols.

Repertorio das Ordenações e leis do reino de Portugal, Lisboa, No Mosteiro de S. Vicente de Fora Câmara Real de Sua Magestade, 1749, 1754, 2 Tomos

RIBEIRO, Mário de Sampaio - *El rei D. João III e a arquitectura em seu tempo*, Separata do «Arquivo Histórico de Portugal», vol V, Lisboa, 1946

- *El Rei D. João III e o claustro da Manga do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, separata do «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», vol. XXIV, Coimbra, 1958

RICARD, Robert - *Études sur l'Histoire morale et religieuse du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1970

RODRIGUES, Adriano Vasco - *O retábulo flamengo da Parentela de Santa Ana, na igreja matriz de Moncorvo*, in «Estudos sobre Escultura e Escultores do Norte de Portugal. Época manuelina», Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997

RODRIGUES, Luís Alexandre - - *Bragança: da averiguação dos efeitos do terramoto de 1755 às memórias paroquiais de 1758*, in «Amigos de Bragança», 9ª Série, nº 3, 1995

- *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, Bragança, Junta de Freguesia da Sé, 1997, 2 vols.

- *A reforma iconográfica e o apelo aos sentidos. A talha em Bragança: reflexões sobre alguns exemplares maneiristas e de estilo nacional (1657-1728)*, in «Páginas da História da diocese de Bragança-Miranda. Actas do Congresso Histórico», Bragança, 1997

- *A Sé de Miranda. O inventário da sua fábrica no primeiro quartel do século XVIII*, Separata da Revista MVSEU, IV Série, nº 7, Porto, 1998

- *O entalhador António André Robles: notícia de algumas obras executadas no século XVI para a capela-mor da Sé de Miranda*, Separata da revista «Brigantia», vol. XX, nº 3-4, Bragança, 2000

- *A igreja matriz de S. Frutuoso de Argoselo: algumas notas sobre a sua configuração arquitectónica no século XVIII*, in «Ilgvselo», nº 0, Centro Cultural e paroquial de Argoselo, Argoselo, 2000

- *A arte da talha dourada e policromada no Distrito de Bragança. Documentos. Séculos XVII - XVIII*, (No prelo)

- *A vila de Izeda em meados do século XVIII. Notícias da construção da nova matriz*, Bragança, 2000. (No prelo

RODRIGUES, Maria João Madeira - *Aspectos da definição estética da capela de São João Baptista*, in «Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa», Série III, nº 81, Lisboa, 1975

ROSSA, Walter - *Cidades Indo-portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997

RUÃO, *A arquitectura maneirista no Noroeste de Portugal. Italianismo e flamenguismo*, Coimbra, 1996

RYKWERT, Joseph - *On the oral transmission of architectural theory*, in «Les traités d'architecture de la renaissance», Paris, 1988

SALES, Ernesto Augusto Pereira de - *Mirandela. Apontamentos históricos*, s/l, 1950

SAMANIEGO HIDALGO, Santiago - *Primera aproximación a la pintura de los Remesales (1570-1630)*, in «Studia Zamorensia», Salamanca, Colegio Universitario de Zamora, 1984

SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *Santuario mariano*, T. V, Lisboa, Na Officina de Antonio Pedrozo Galran, 1716

SANTOS, Eugénio dos - *Missões populares e festa barroca: um aspecto da sensibilidade colectiva*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto, 1991

SANTOS, Paulo F. - *Contribuição ao estudo da arquitectura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil*, Separata do vol. IV das Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso - Brasileiros, Coimbra, 1966

SANTOS, Reynaldo dos - *A torre de Belém (1514 - 1520). Estudo histórico e arqueológico*, s/l., s/d.

- *Plantas e desenhos barrocos*, in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes», 2ª Série, nº 2, Lisboa, 1950

- *A arquitectura barroca em Portugal*, in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes», 2ª Série, nº 3, Lisboa, 1951

- *Freixo de Espada-à-Cinta*, in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes», 2ª Série, nº 4, Lisboa, 1952

SARAIVA, José – *Leiria. Breve estudo critico das suas origens e notícia histórica archeológica e artística*, Porto, Litografia Nacional, 1929

SCAMOZZI, Vicenzo - *L'idea della architecttura universale*, Parte prima, Libro terzo, In Venetia, Presso Lautore, 1615

SCOTTI, Aurora - *L'Accademia Degli Arcadi in Roma e i suoi rapporti com la cultura portoghese nel primo ventennio del 1700*, in «Bracara Augusta», vol. XXVII, nºs. 63(75), Braga, 1973

- *L'Attivita di Filippo Juvara a Lisbonna alla luce più recenti interpretazioni critiche della sua architettura com una appendice*

sui rapporti Roma-Lisbona, in «Colóquio Artes», 2ª Série, nº 28, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976

SEBASTIAN, Santiago - *Iconografia del claustro barroco en Portugal, España e Iberoamérica*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto, 1991

- *Mensage simbólico del Arte Medieval. Arquitectura, iconografia, liturgia*, Madrid, 1994

SEGURADO, Jorge - *Francisco D'Ollanda*, Lisboa, Edições Excelcior, s/d.

SÉRLIO, Sebastian – *Tercero y quarto libro de architectura*, (tradução de Francisco de Villalpando), Toledo, en Casa de Juan de Ayala, 1573

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX*, separata de «Portugaliae Historica», I vol., Lisboa, 1973

- *Cardeal Alpedrinha*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. I, s/l., Iniciativas Editoriais, s/d

- *Cardeal D. Henrique*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, s/., Iniciativas Editoriais, s/d.

- *D. Jaime*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, s/l., Iniciativas Editoriais, s/d.

- *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994

- *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria*, vol. 12, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974

- *Uma relação o reino de Portugal*, in «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», vol. XXV, 1962

SERRÃO, Vítor - *A pintura maneirista em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Língua Portuguesa, 1982

- *Marcos de Magalhães. Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)*, in «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa», III Série, nº 89, 1ª Tomo, Lisboa, 1983

- *Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)*, in «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa», III Série, nº 90, 1º e 2º tomos, Lisboa, 1984/1988

SILVA, Amélia Maria Polónio da - *Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do reino, em 1553*, in «Revista da Faculdade de Letras - Universidade do Porto», II Série, vol. VII, Porto, 1990

SILVA, Jorge Henrique Pais da - *Estudos sobre o maneirismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986

Páginas de História de Arte, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, 2 vols.

SILVA, José Custódio Vieira da - *O tardo-gótico em Portugal. A arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 158

SMITH, Robert C. - *The development of baroque art in Portugal and Brazil*, in «XVI Congrès Internacional d'Histoire de l'Art. Rapports et communications», Lisbonne-Porto, 1949

- *The portuguese woodcarved retable*, in «Belas Artes», 2ª Série, Lisboa, 1950

- *Os mausoléus de D. João V nas quatro partes do mundo*, Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, T. XXI, 2ª Série, nº 1, 1955

- *Agostinho Marques "enxambrador da cónega"*, s/l., Livraria Civilização, 1974

SOUSA, Luís de (Frei) - *A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984

- *Annaes de El Rei Dom João Terceiro*, Lisboa, 1844

TAFURI, Manfredo - *Sobre el Renacimiento. Principios, ciudades, arquitectos*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1992

TÁVORA, Bernardo Ferrão de Tavares e - *Imagens de Malines em Portugal*, in «MVSEU», Segunda Série, nº 16-17, Porto, 1975

TAYLOR, René - - *Juan Bautista Villalpando y Jerónimo de Prado: de la arquitectura prática a la reconstrucción mistica*, in «Dios Arquitecto», Madrid, Ediciones Siruela, 1991

- *Arquitectura y magia. Consideraciones sobre la idea de El Escorial*, Madrid, Ediciones Siruela, 1992

TEDIM, José Manuel - *Carlo Fontana e as exéquias de D. Pedro II na igreja de Santo António dos Portugueses em Roma*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto, 1991

TEIXEIRA, Raúl - *A "Domvs Mvnicipalis" de Bragança. Notícia histórica*, s/l., s/d., 1941

TELLECHEA IDÍGORAS, J. Ignacio - *EL Obispo ideal según el Concilio de Trento*, in «I tempi del Concilio. Religione, cultura e società nell'Europa tridentina», Roma, 1997

TEÓFILO - *As diversas artes*, Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, , comentários e notas por V. Ferreira Jorge, III Série, nº 89, 1º Tomo, 1983

TERRA, José da Silva - *Espagnols au Portugal au temps de la reine D. Catarina. I - D. Julião de Alva (c. 1500-1570)*, in «Arquivos do Centro Cultural Português. Homenagem a Marcel Bataillon», vol. IX, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian 1975

- *D. Julião de Alva (c. 1500 - 1570). Novos documentos*, in «Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian», vol.

XXXVII, Lisboa - Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1998

Tratado das vitorias que alcançou Simam Pitta de Ortigueira governador do presidio de Moumenta, e Monfreita, á ordem do fronteiro môr Rui de Figueiredo de Alarcam, Lisboa, 1641

VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de - *A Sé - velha de Coimbra*, Coimbra, 1993, 2 vols.

VASCONCELOS e SOUSA, Gonçalo de - *A joalharia no Porto na primeira metade do século XVIII*, Separata da Revista «MVSEV», IV Série, nº 4, Porto, 1995

VASCONCELOS, Flórido de - *Notas sobre estatuária nortenha em barro cozido*, in «MVSEU», IV Série, nº 1, 1993

VASCONCELOS, Inácio da Piedade - *Artefactos symmetriacos, e geometricos*, Lisboa occidental, Na officina de Jozeph Antonio da Silva, 1733

VASCONCELLOS, J. Leite - *Estudos de philologia mirandesa*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900

VASSALLO TORANZO, Luis - *Arquitectura en Toro (1500-1650)*, Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos «Florián de Ocampo» / Diputación de Zamora, 1994

VELEZ CHAURRI, Jose Javier - *El retablo barroco en los limites de las provincias de Alava, Burgos y La Rioja (1600-1780)*, Vitoria-Gasteiz, Diputación Foral de Alava, s/d.

VILA JATO, María Dolores - *Promotores, clientes y talleres en la Galicia barroca*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol II, reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, Porto, 1991

VINHAS, Joaquim Alves - *A igreja e o convento de Vilar de Frades*, Barcelos, 1998

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (Frei) - *Elucidário das palavras, termos e frases*, vol. II, Porto - Lisboa, Livraria Civilização, 1993

VITERBO, Sousa - *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, 3 vols. (Edição fac-similada pela de 1899)

VITRUVIO - *Los diez libros de arquitectura*, Barcelona, Editorial Iberia, 1955

NUNES, Filipe - *Arte da pintura*, (fac-simile da edição de 1615 com um estudo introdutório de Leontina Ventura), Porto, 1982

WITTE, Charles - Martial de - *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal*, vol. II, Lisboa, 1980

WITTKOWER, Rudolf - *Los fundamentos de la arquitectura en la edad del humanismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1995

ZÚQUETE, Afonso – *Leiria. Subsídios para a história da sua diocese*, Leiria, Gráfica, 1943

ABREVIATURAS E SINAIS

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

A.U.C. - Arquivo da Universidade de Coimbra

A.P.E. - Arquivo do Paço Episcopal da diocese de Bragança e Miranda

A.D.B. - Arquivo Distrital de Bragança

A.D.V.R. - Arquivo Distrital de Vila Real

A.D.L. - Arquivo Distrital de Leiria

A.P.Z. - Arquivo Provincial de Zamora

B.N.L. - Biblioteca Nacional de Lisboa

B.P.M.P. - Biblioteca Pública Municipal do Porto

B.G.U.C. - Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

OUTRAS ABREVIATURAS E SINAIS

ALL. - administração local

Arq. - arquivo

Bap. - baptismos

COD. - códice

Cx. - caixa

doc. - documento

ed. - edição

fl. - fólio

igr. - igreja

Lv. - livro

Mç. - maço

ms. - manuscrito

nº - número

Nuc. Not. - núcleo notarial

ob. cit. - obra citada

p. - página

pp. - páginas

ss. - seguintes

PRQ. - paroquial

Pt. - pasta

RES. - reservados

rs. - réis

s/d. - sem data

s/fl. - sem fólio

S. J. Bapt. - S. João Baptista

s/l. - sem local

s/nº - sem número

Sta. - Santa

T. - tomo

T.C. - tombo das comendas

v - verso

vd. - ver

vol. - volume

vols. - volumes

(*) - palavra ou palavras ilegíveis num texto

(?) - transcrição ou data incerta

[...] - omissão de palavras num texto

D.G.E.M.N. - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

G.A.T. T.F.T. - Gabinete de Apoio Técnico da Terra Fria Transmontana

A.D.B. / S.U.B. - Arquivo Distrital de Bragança / Serviços de Urbanização de Bragança

INTRODUÇÃO

Correspondendo aos desejos de D. João III, na Primavera de 1545, o Papa Paulo III selava o diploma que instituía a diocese de Miranda do Douro, da qual o espanhol D. Turíbio Lopes foi o primeiro prelado. Para o efeito, este aglomerado sobranceiro ao Douro internacional, até então com o estatuto de vila, acrescentar-se-ia ao rol das cidades portuguesas, como, por idênticas razões, sucederia com Leiria e Portalegre.

A criação da diocese de Miranda inscrevia-se na reformulação do esquema organizativo da igreja no nosso país. Pretendendo-se uma acção pastoral de proximidade com as populações, a criação desta nova circunscrição eclesiástica só podia efectivar-se sobre territórios do arcebispado de Braga. Neste sentido, a sua concretização implicava uma redução efectiva dos poderes do poderoso titular da Mitra Primaz. A estes objectivos devem adicionar-se os que intentavam a valorização política, social e económica de uma parte do território transmontano sem, contudo, se perderem de vista os lances que intentavam a manutenção dos necessários equilíbrios internos. Assim, seria para conter o excessivo poder da reabilitada Casa de Bragança que se optou por instalar em Miranda a sede diocesana, em clara atitude de secundarização do centro urbano que deu o nome à Sereníssima Casa.

Até à sétima década do século de setecentos, a sede do bispado manteve-se em Miranda do Douro. Contudo, a sua posição excêntrica parece nunca ter sido muito do agrado dos vinte e três bispos que, até esta altura, ostentaram a mitra episcopal. Revelador parece ser o facto de só nove terem falecido nesta urbe.

Em 1762, a falta de cuidado no armazenamento da pólvora e munições provocou uma cadeia de explosões que, originando a perda de numerosas vidas, destruiu parcialmente o casario e o sistema defensivo da cidade e praça de armas que, de seguida, seria ocupada pelas tropas castelhanas. No meio da dor e do desânimo, os mirandeses seriam ainda humilhados pelos desmandos protagonizados pela soldadesca invasora. Estes sucessos parecem ter potenciado os desencontros entre o bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques e os notáveis de Miranda. Seguir-se-ia a tranferência da hierarquia eclesiástica para Bragança, mudança que D. José sancionou em 1764 contra os protestos da Câmara daquela cidade e a oposição de alguns capitulares.

Em Março de 1770, quando Francisco de Almada Mendonça era ministro na Santa Sé, o monarca intentou a divisão da diocese de Miranda em duas entidades distintas: o bispado de Miranda e o bispado de Bragança. Clemente XIV atendeu as pretensões régias.

Com a indigitação, em 1770, de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques para a diocese do Porto, nomear-se-ia para a Sé de Miranda D. Manuel de Vasconcelos Pereira que três anos depois tomava posse da catedral de Lamego.

Em 1772, D. Miguel António Barreto de Meneses tomava posse do bispado de Bragança. Era o seu primeiro bispo. No ano seguinte, desvinculado-se destes laços, dirigir-se-ia para Miranda do Douro, sede diocesana de que resignou em 1779. Com a transferência de D. Miguel de Meneses foi eleito (1773) para Bragança D. Bernardo Pinto Ribeiro Seixas.

Todavia, a fragmentação do antigo bispado em duas dioceses cedo pôs a nú algumas chagas, uma das quais consistia na insuficiência das rendas para a sustentação das duas organizações eclesiásticas. Em 1780, com o acordo de D. Maria I e de Pio VI, as duas dioceses seriam unidas. Em consequência, a sede do bispado sediar-se-ia definitivamente em Bragança e

tanto D. Bernardo Pinto Ribeiro Seixas como os seus sucessores passariam a intitular-se bispos de Bragança e Miranda

Entre outras razões, estas notícias interessam-nos como justificação das balizas cronológicas deste trabalho em que a abordagem da arquitectura religiosa privilegiou o estudo de templos afectos ao serviço das paróquias. Por isso, os complexos monásticos, as instalações dos padres da Companhia de Jesus, em Bragança, e as numerosas capelas e ermidas que povoam o território, geralmente dedicadas a santos terapeutas, não seriam estudadas.

Na verdade, percorremos um longo fio de tempo que tem como limites a criação da diocese de Miranda e o apagar das luzes do século de setecentos. Por ser um marco instaurador, o início do período de estudo é relativamente pacífico. Já a data extrema que marca o fim do século poderá não ser tão taxativa. A mudança da sede diocesana de Miranda para Bragança, protagonizada em 1764 pelo antístide D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, ou a divisão do bispado, poderiam constituir marcos de referência aceitáveis. Porém, no plano arquitectónico, em particular, e artístico, em geral, estes sucessos não originaram conjunturas onde despontassem factores susceptíveis de provocarem a inversão do formulário construtivo que, com raízes na longa duração, se vinha praticando na região. Alguns dos seus esquemas teriam vitalidade suficiente para continuarem a manifestar vitalidade na centúria seguinte. Todavia, durante a segunda metade do século XVIII, conviveram com uma nova gramática artística que, a partir de Lisboa e sua região, de modo vagaroso e tímido se ia insinuando na área do bispado e que, principalmente nos portais das igrejas, explanava a valia dos seus elementos.

É certo que D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, antigo governador do arcebispado de Braga e futuro prelado da diocese do Porto, quando em Bragança, pretendeu fixar a sua cátedra num edifício que, pela sua envergadura e programa estético, demonstrasse estar à altura das funções religiosas e também de um alto dignitário eclesiástico que, como certos

testemunhos indicam, em momento algum abrandou as exigências que no Antigo Regime se conheciam como inerentes tanto ao estado das pessoas como aos cargos que desempenhavam.

Em Bragança, para a nova Sé destinaram-se as instalações dos padres da Companhia de Jesus, entretanto vagas pelas exigências do decreto que, com o aplauso do bispo, os declarou proscritos. Contudo, a igreja estava longe de possuir as condições necessárias e suficientes para poder dar uma resposta capaz à complexidade do quotidiano da nova catedral. Se o número de altares era insuficiente para os cónegos rezarem a missa, também a capela-mor mostrava limitadas aptidões para o cerimonial, mormente nas ocasiões em que se celebravam as festas principais do calendário litúrgico.

Sendo uma personalidade enérgica e com espírito de iniciativa, D. Frei Aleixo de Miranda Henriques não perdeu tempo, empregando-se em solucionar as insuficiências, em algumas das quais se escudavam certos cónegos renitentes a mudarem-se de Miranda para Bragança. Nesta perspectiva, importa valorizar um dos actos mais importantes, relacionado com a construção *a fundamentis* de uma nova catedral, de que se conhecem uma planta e um alçado, riscados pelo italiano António Stopanni Romano.

Sendo conhecida a sintonia do prelado com o poder central, onde pontificava a figura do poderoso Pombal, a verdade é que, até agora, não foi possível reunir elementos bastantes para se compreender o convite ao arquitecto italiano. No plano artístico, ainda que se considerem as relações intensas que o nosso país mantinha com Itália e a presença de um numeroso grupo de artistas transalpinos, interrogamo-nos sobre o papel que, neste lance, poderá ter desempenhado o influente militar e embaixador em Madrid, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, proprietário de várias casas em Bragança.

Em trabalho anterior estudámos as traças por onde a nova fábrica se devia pautar e num outro trabalho, intitulado «A transferência de D. Frei

Aleixo de Miranda Henriques para a diocese do Porto e o fracasso do projecto arquitectónico da Sé de Bragança, de António Stopani Romano», apresentado no I Congresso da diocese do Porto (1998), demos atenção à figura de D. Frei Aleixo, enquanto se equacionava sincronicamente o problema da nova catedral. O emudecimento das fontes históricas não tem permitido a adição de novos desenvolvimentos aos testemunhos divulgados. Neste sentido, todos os postulados relacionados com a construção da nova catedral seriam propositadamente ignorados, mesmo que se considerem as funções paroquiais decorrentes da congregação da paróquia de S. João Baptista, até aí estabelecida em igreja própria mas evidenciando sérios problemas na sua estrutura. Em todo o caso, valerá a pena referir a organização da planta, com três naves, e, no exterior, a frontaria principal solenizada por duas torres.Contudo, sob o ponto de vista semântico, o programa artístico moldava-se pelo gosto e pelas concepções praticadas em Mafra e, sobretudo, na Basílica da Estrela.

Uma vez iniciada, a construção nunca chegou a saír dos alicerces, acusando assim a falta do seu principal impulsionador que gastava os últimos dias na Sé e Paço episcopal do Porto, cidade onde, pouco depois, se despediu da vida. No entanto, ainda que o projecto não se tivesse desvanecido, acreditamos que, na diocese, as consequências artísticas da grande mole dificilmente podiam ultrapassar o degrau da incipiência. Versando matérias relacionadas com o ensino, numa carta escrita, em 1759, o reverendo Gaspar Caetano de Sá Ferreira, capitular mirandês, contrapunha a vida de algumas aldeias à de muitas vilas só com trinta vizinhos e que, em certos casos não se distanciavam mais de meia légua. Com todos os perigos das generalizações, estas palavras bastam para se concluir das parcas possibilidades económicas da diocese ou até, numa visão mais alargarda, da região. Foram estas razões que, no mundo rural, determinaram o apego a soluções construtivas económicas, ocorrência que não se alterou na décima sétima centúria, numa

altura em que a arquitectura pareceu viver de fingimentos e até em posição subalterna relativamente aos desenvolvimentos das máquinas retabulares que, representando um enorme investimento económico e artístico nos interiores sacros, condensavam o universo da espiritualidade enquanto maravilhavam os sentidos. Ou seja, se a fábrica desta catedral tivesse sido bem sucedida, o impacto das suas consequências no panorama arquitectónico regional teria, provavelmente, sido limitado.

Assim sucedeu com a Sé de Miranda cuja capacidade de influência se circunscreveu a um pequeno número de portais de igrejas matriciais. Deste modo, na esfera diocesana, esta Sé com a sua volumetria a espelhar monumentalidade continuava a configurar-se ao domínio das singularidades para o qual também concorreram o apoio régio e, no plano técnico, a intervenção de consagrados especialistas. Só estas razões eram bastante fortes para aconselharem uma visita às catedrais de Leiria e de Portalegre, empreendimentos submetidos a programa similar, ainda que com interpretações diferenciadas pelo espírito do lugar.

Todavia, mais do que estas, a obra da Sé de Miranda constitui a propagação de ideias a partir de um centro, Lisboa e Évora, onde a corte se demorava, e de um grupo, essencialmente literato, formado em ambiente medieval mas permeável ao universo cultural greco-latino. André de Resende, João de Barros e até D. António Pinheiro, futuro bispo de Miranda, são alguns dos cortesãos humanistas que davam consistência a um sistema que teve no seu vértice o próprio D. João III. De facto, este monarca, por perseguir interna e externamente uma política de pacificação, pelos actos de cunho mecenático e pelo interesse particular que votava à arquitectura, seria levantado por alguns áulicos como Pai da Pátria e equiparado a um novo Salomão.

No entanto, em consequência da divisão da igreja, fenómeno que já tinha hipotecado a crença num mundo unificado pelos valores da ordem e da harmonia, afloravam as forças do conflito e da tensão. Tanto a criação da

diocese de Miranda como a obra da catedral fazem parte dessa atmosfera de incerteza e, ao mesmo tempo, representam algumas das linhas reactivas que com parcialidade e crescente radicalismo despoletaram um ambiente de intolerância, primeiro, e persuasivo, depois, como forma de validar um sistema em que não havia lugar para a dúvida. A mudança de orientação da Universidade de Coimbra e o desterro de Diogo de Teive para a abadia de Vila Chã de Barciosa, nas proximidades de Miranda do Douro, seriam já o reflexo da supremacia a que a intolerância se alcandorou na sociedade portuguesa e que teve especiais incidências sobre a produção artística, nomeadamente sobre a escultura, pintura e arquitectura.

O concílio tridentino não só consolidou os princípios doutrinários como também redefiniu e normalizou comportamentos a que se deviam submeter tanto os leigos como os eclesiásticos. No primeiro grupo de preocupações saliente-se a importância concedida à criação de instituições de ensino e preparação de novos eclesiásticos; relativamente à alteração de condutas individuais, importa reter a directiva que impunha aos bispos a obrigatoriedade de residirem nas dioceses. Em ambos os casos foi necessário edificar estruturas adequadas e com porte arquitectónico concordante com as expectativas daquela reunião magna e com o papel de representação que lhe andava associado. Nestes termos, considerada a visibilidade institucional, não se podia passar em claro a evolução irregular, em matéria de ritmo, do estaleiro e a organização arquitectónica do edifício onde se instalaram o Seminário e o Paço episcopal.

Iniciámos este trabalho com a expectativa de contribuirmos operatoriamente para a inteligibilidade das manifestações artísticas em Portugal, durante o período moderno. Propusemo-nos analisar as situações de originalidade, o peso dos tradicionalismos e as influências exteriores com importância na caracterização da arquitectura paroquial da diocese bem como avaliar as intenções, testemunhos ideológicos e pessoais patenteados nos

objectos artísticos. Neste sentido, acompanhamos um tempo pautados por permanentes «Exercícios Espirituais» - termos que constituem o título de uma obra de Inácio de Loiola - em que o interesse pela eliminação de qualquer elemento que embaraçasse a relação da assembleia dos fiéis com a cabeceira, teve incidências sobre as opções planimétricas das paroquiais. Na área da diocese, a preferência pelo formato rectangular e de uma só nave é dominante.

Levando-se em linha de conta fontes relativas ao início do século XVI, como as visitações dos freires da Ordem de Cristo às igrejas da comenda de Mogadouro ou alguns desenhos do «Livro da Fortalezas», de Duarte de Armas, foi possível cruzar as informações e testemunhos diversificados. Neste conjunto, destaquem-se as actas em que os visitadores faziam anotar as suas deliberações, fossem ou não de carácter doutrinário directo. Tanto a estrutura das construções religiosas como a ampla gama de vectores que se lhe associavam, alguns dos quais se revelavam essenciais na caracterização das opções estéticas, expunham um elevado grau de exigência, visto serem tomadas na linha das directrizes relativas à «decência» do culto que, sem qualquer tipo de ambiguidade, as Constituições Sinodais especificavam e que as visitas regulares e inspectivas dos visitadores sancionavam. Nesta linha de acção seria possível aprofundar o trabalho de análise relativamente às volumetrias, aos planos e seus integrantes, bem como à construção e aos elementos de suporte e vedação dos espaços.

Apesar do predomínio de igrejas de uma só nave, a ocorrência de outras tipologias seria registada e objecto de atenção. Neste sentido, atentar-se-ia no significado simbólico elementos, nomeadamente dos púlpitos, dos confessionários e dos baptistérios. Na mesma linha de acção, seriaram-se os portais enquanto se evidenciavam as estruturas destinadas a alçar sinos, torres ou campanários, as quais, juntamente com as escalinatas de acesso, influenciam a configuração arquitectónica destes templos.

Finalmente, uma aproximação às antigas paisagens e a alguns caminhos que urgia percorrer para se poder participar nos ofícios, configuram a percepção do *genius locci* que dificilmente resistiu à contaminação dos tempos e dos homens. Porém, aquele que por ser periférico e pitoresco poderia ser um quadro edílico para um observador actual nem sempre quadrava com a arguta ambição dos habitantes dessas aldeias perdidas nas sombras dos carvalhais ou camufladas com a terra áspera dos planaltos. Foi para verem diminuídas as suas penas ou contornarem a fortuna adversa que, com alguma frequência, se deslocalizaram as paroquiais dos lugares ermos para o perímetro das povoações. Porém, muitas vezes eram determinantes os apelos ancestrais, implícitos na objectivação da repetição de estruturas e intromissões vernaculares, revelando-se nesta devotada afeição ao tempo dos seus avós sérias dificuldades na captação do fôlego e do espírito do tempo que eles próprios protagonizavam.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

RAZÕES PONDEROSAS E AMBIENTE ARTÍSTICO

1. A criação de novas dioceses

Na «Enformação sobre a repartição, que se pede por parte de Sua Alteza que se faça do arcebispado de Braga e bispado de Coimbra[1]», documento não datado mas provavelmente escrito em 1543, refere-se o desejo de D. João III em proceder à reformulação do modo como, então, se organizava o quadro eclesiástico nacional. Nesta perspectiva, as áreas do arcebispado de Braga e do bispado de Coimbra seriam as primeiras a merecer a atenção dos intentos reformadores.

[1] *Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o seculo XVI até aos nossos dias*, (por José da Silva Mendes), T. V, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1874, p. 234

D. Duarte, filho de D. João III, sendo o titular do arcebispado de Braga, viria a falecer de «bexigas» em 1543, informação que o monarca levava ao conhecimento do seu embaixador na Santa Sé, Baltasar de Faria, por carta de 18 de Novembro do mesmo ano[2]. Também o bispado de Coimbra e o anexo condado de Arganil ficariam sem prelado pelo falecimento de D. Jorge de Almeida. Em resultado da circunstancial conjugação destes sucessos, perpectivava-se uma conjuntura favorável à evolução dos projectos de divisão das duas dioceses e à criação de «outras egrejas catredaes e episcopaes, com suas dignidades, coneguos e Cabido[3]».

O facto do arcebispado de Braga ocupar uma extensão «muito grande, assi em grande numero de egrejas e moesteiros, como de vilas, cidades, e luguares nobres e de grande numero de clerezia e povo» constituía a base do principal e mais visível argumento para se proceder à sua divisão. Na realidade, a sua ordem de grandeza e a natureza dos factores traziam a primeiro plano quer as dificuldades em se administrar convenientemente tão vasta área como ainda diversas impossibilidades relativas à acção fiscalizadora e doutrinal que, periodicamente, os visitadores empreendiam. Dos inconvenientes ou insuficiências apontadas resultavam danos morais que atingiam não só a população mas também os membros do clero. Assim, enquanto se considerava o povo mal doutrinado também se entendia que, a manter-se a divisão existente, não se podia atalhar ao modo de vida dissoluto que caracterizava o quotidiano de muitos elementos do clero regular e secular.

Estes argumentos que se entendiam válidos para a diocese de Braga mantinham o seu valor quando, com idêntica finalidade, se tratava do bispado de Coimbra. Mas, ainda que de modo não explícito, a divisão do arcebispado era uma medida com evidente alcance político. Fragmentando-o, diminuíam -

---

[2] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*, T. V, p. 249
[3] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*, T. V, p. 235

-se as suas rendas e, simultâneamente, limitava-se a influência dos poderosos arcebispos. No entanto, a estes continuava-se a reconhecer o senhorio e jurisdição secular[4] na cidade de Braga, privilégios de que sempre foram muito ciosos[5].

Definidos os grandes objectivos da reforma a empreender, desencadearam-se os mecanismos diplomáticos tendentes a conseguirem, pelo Sumo Pontífice, a anuência e a sanção para uma comissão que se instituiu com o objectivo de estudar a melhor maneira de se criarem e erigirem novas dioceses à custa do desmembramento dos territórios pertencentes às de Braga e Coimbra.

Aloísio Lipomano, Núncio de Sua Santidade, Bipo Methonensi e Coadjutor Pergamensis, D. Rodrigo Pinheiro, bispo de Angra do Heroísmo, D. Bernardo, bispo de S. Tomé, mas residente na corte, e Frei António, Prior do convento de Tomar e representante da Ordem de Cristo, foram as personalidades escolhidas para, tendo em conta as questões geográficas e o problema das rendas eclesiásticas, ponderarem a criação de novos bispados.

Contudo, será conveniente dizer-se que somente no caso das resoluções tomadas agradarem a D. João III é que seriam apresentadas a Sua Santidade para serem sancionadas. Em todo o caso, só depois deste passo é que o monarca nomearia os prelados para Braga e Coimbra, visto que se levantavam razões estratégicas: por um lado, a vacatura dos bispados deixava maior margem de liberdade para se efectuarem as respectivas divisões; por outro lado, a nomeação dos prelados para aquelas dioceses ficava dependente da decisão de Roma, ou seja, da aceitação, ou não, do modo como se tinha

---

[4] Em 16 de Fevereiro de 1545 D. João III escrevia ao Papa Paulo III dando-lhe conta do seu desejo de nomear o bispo do Algarve, D. Manuel de Sousa, no governo do arcebispado. Nessa informação, refere-se: «o arcebispo que he do dito arcebispado he senhor da dicta cidade de Braga, e tem em ella jurisdiçam secular». *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*, T. V, p. 374

[5] A este propósito *vd.* ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Porto - Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1930, p. 7

efectuado o desmembramento. Assim, «fazendo se as ditas repartições e erecções de bispados, comprirá nomear pera perlados huuas pessoas, e não se fazendo, convirá nomear outras[6]». Por isso, na tentativa de ganhar tempo, pediu-se a Roma licença para se dilatar o prazo das nomeações do arcebispo de Braga e do bispo de Coimbra.

Em Roma, a divisão daqueles bispados não era muito do agrado do Papa: às inconveniências que vislumbrava na divisão de dioceses «tam antigas» acrescentava-se o seu entendimento de que «as novidades eram odiosas[7]». Face a esta posição, o embaixador de Portugal, Baltasar de Faria, teve que escudar-se nas possibilidades do Direito, mormente no princípio *ex crescente numero fidelium*, porque, como justificava, «a povoaçam crescera muito, e as vilas, que soiam ser pequenas, se ennobreceram[8]». Pôde assim ser este problema discutido em consistório, onde, a favor das pretensões do rei português, se destacou o Cardeal Santiquatro. Pelo seu alcance, registe-se a aceitação, na generalidade, da comissão que em Portugal se nomeou para tratar do problema da divisão das dioceses. Dela, apenas o Prior do convento de Tomar, Frei António, seria excluído, justificando-se este facto pelo motivo de não ser bispo.

Aos comissários cometiam-se a confirmação dos motivos e urgência das razões que moviam o rei de Portugal a instar a divisão acima referida, a avaliação dos rendimentos das dioceses de Braga e Coimbra e a verificação das possibilidades de divisão, já que das condições prévias constava a imposição papal de ficarem para a diocese de Braga pelo menos oito mil cruzados e cinco mil para a de Coimbra. Nas atribuições da comissão, contavam-se também alguns procedimentos relacionados com a recolha de informações genéricas sobre as qualidades das povoações escolhidas para

---

[6] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*, T. V, p. 236
[7] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*, T. V, p. 277
[8] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*, T. V, p. 277

cabeças dos novos bispados, dando-se particular relevo aos elementos de natureza demográfica.

Em simultâneo com este processo, o poder central desenvolvia uma política de sedução interna e externa: internamente, procurava-se evitar o surgimento de quaisquer reclamações das Mesas Capitulares das dioceses ou das respectivas populações, de molde a não se inviabilizarem, ou atrasarem, os desígnios reais; externamente, tornava-se importante tomar atitudes que fossem mobilizadoras da simpatia de alguns Cardeais estrangeiros, tendo em vista a causa real. Por isso, o próprio embaixador em Roma sugeria ao monarca que, por carta, lhes explicasse a importância da divisão das dioceses além de que devia enviar para Roma «alguas cartas sem sobrescritos[9]» que o representante da corte entregaria às pessoas que entendesse possuirem capacidade de influenciar, a favor de D. João III, o curso dos acontecimentos.

Com data de 16 de Fevereiro de 1545, seguia para Roma nova missiva endereçada a Baltasar de Faria. Nesta carta[10], pela primeira vez, D. João III aponta a vila de Miranda do Douro como sendo a povoação escolhida para sede do novo e único bispado que se viria a desenhar na antiga área do arcebispado de Braga.

Diga-se que esta decisão representava uma inflexão nos planos iniciais e correspondia à impossibilidade de sustentação do projecto inicial que previa retalhar a arquidiocese em três bispados. Das dioceses projectadas apenas a de Miranda teria realização. Também no bispado de Coimbra, onde se previu a criação de mais duas dioceses, decidir-se-ia pela formação de uma só entidade, a de Leiria[11]

Na informação que noticiava a opção feita pela vila de Miranda do Douro para sede diocesana, complementada por uma lista - que

---

[9] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*, T. V, p. 279
[10] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*, T. V, , p. 359
[11] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*, T. V, pp. 359-360

desconhecemos - dos lugares que passariam a pertencer à nova jurisdição, adiantavam-se alguns quantitativos necessários ao governo e administração da nova diocese. Sendo estas rendas retiradas à Mesa do arcebispado de Braga, estipulavam-se 1.395.000 réis para a Mesa Episcopal enquanto a Mesa Capitular passaria a ser titular das rendas do Mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs.

Confiante que as propostas de reorganização do quadro ecesiástico mereceriam a aceitação do Santo Padre, D. João III não perdeu tempo. De facto, noutra carta[12], com a mesma data da anterior, entre as pessoas que desejava ver providas como titulares das novas dioceses, já se podia ler o nome de D. Turíbio Lopez que viria a ser o primeiro bispo da diocese de Miranda.

2. A diocese de Miranda do Douro

Em 26 de Maio de 1546, enviava D. João III, de Almeirim, uma carta ao prior castreiro, Frei Francisco Correia, e monges do mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs, comunicando-lhes a concordância do Papa Paulo III ao seu pedido de anexação do mosteiro e suas rendas, à Mesa Capitular da diocese de Miranda, medida que o Papa Paulo III tinha sancionado ao assinar, em 22 de Maio de 1545, a Bula *Decet Romanum Pontificem*[13]. Ainda no mesmo ano mas no mês seguinte (19 de Junho), na presença de todos os monges, para

[12] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*, T. V, pp. 372-373

[13] A.D.B., Cabido, Cx. 22, doc. s/nº; *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*, T. V, pp. 413-414; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. III, pp. 14-15; *Idem, Castro de Avellãs. Mosteiro benedictino*, Separata de «O Instituto», Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910, pp. 91, 92

o efeito reunidos «em Cabido em as crastas delle e assentados cada hum em seu lugar[14]», seria lavrado o respectivo instrumento de posse.

Sem levantarem qualquer tipo de oposição visível ao despacho de anexação, consentiram os monges na mesma que, aliás, previa não só a sua continuação no mosteiro mas ainda o seu sustento e a conservação dos «seus uzos, e costumes, como athe qui foram[15]». Estas circunstâncias permitiriam que o notário, de forma pacífica, pudesse iniciar o cerimonial de transferência de poderes, investindo os procuradores do bispo de Miranda na posse do mosteiro. Com este acto, garantiam-se em boa medida os rendimentos necessários para a manutenção da recém criada diocese de Miranda, sabendo-se que a estes se acrescentavam os da igreja de Santa Maria de Miranda que o diploma fundador da nova diocese instituia em catedral.

Valerá a pena atentarmos no articulado do texto instaurador do novo quadro religioso nordestino, publicado em 22 de Maio de 1545, geralmente conhecido pela designação de *Pro excellenti apostolicae sedis*[16].

A publicação deste diploma significa, antes de mais, a aceitação pela Sé Apostólica e principalmente por Sua Santidade das razões que D. João III e os encarregados da diplomacia nacional sucessivamente invocaram a favor da criação de novas dioceses. Por isso, se é legítimo falar de triunfo diplomático, esta Bula representou a afirmação nos planos interno e externo do poder real. Nesta medida, não se estranha a utilização de expressões que abundantemente povoam a correspondência associada ao desenvolvimento deste processo e que, nos dois sentidos, percorreu a distância que separa Portugal de Roma. Assim, as considerações sobre o manifesto desejo de se promover o florescimento do culto divino, reflectindo-se na criação do «fértil

---

[14] A.D.B., Cabido, Cx. 22, doc. s/n
[15] A.D.B., Cabido, Cx. 22, doc. s/n
[16] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob.cit.*, T. V, pp.406-411; ALVES, Francisco Manuel - *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, T. III, Bragança, Tipografia

campo da igreja militante» de novas Sés Episcopais, cruzavam-se com o argumento mais explícito que fazia um problema à vista da enorme área geográfica subordinada ao governo espiritual do arcebispado de Braga.

Com uma densidade populacional relativamente elevada, mas irregular, era, como se disse, esta diocese pontilhada por um grande número de igrejas e mosteiros que requeriam a presença e a atenção constante de numeroso número de elementos do clero e especialmente do seu prelado no acompanhamento dos diversos assuntos eclesiásticos. E a verdade é que, nestas condições, o exercício equilibrado da acção pastoral seria extremamente difícil.

A institucionalização da diocese de Miranda do Douro[17], terra apenas separada da raia castelhana pelo acidentado curso do rio Douro, tornou necessária a reconfiguração dos territórios senhoreados por alguns dos principais aglomerados populacionais da região transmontana que agora, em termos de jurisdição eclesiástica, passariam a olhar para um bispo que, pelo menos em teoria, estaria geográficamente mais próximo das populações. Assim, ao termo e território de Bragança, o único núcleo populacional da região de Trás-os-Montes que, pela sua importância a vários níveis, gozava do título de cidade, agregavam-se os territórios encabeçados por Miranda do Douro, Vimioso, Outeiro, Vinhais, Monforte de Rio Livre, Chaves e Montalegre.

Académica, 1982, pp. 9-13; CASTRO, Padre José de - *Bragança e Miranda*, Vol. I, Porto, Tipografia Porto Médico, 1946, pp. 7, 8; 341-348

[17] Reafirmando o papel de D. João III na criação da diocese de Miranda, Mendez Silva, em 1645, descrevia, assim, esta cidade: «Distante una milla del celebrado Duero, ázia Castilla, està la ciudad de Miranda sobre peñas de intrincado monte, regãdo sus fuertes murallas un orgulloso arroyuelo adornada com vistoso castillo, quatro puertas, fertil de pan, vino, ganados, aves, caças, pesca, y fruta. Tiene quatrocientos vezinos, nobleza, una parroquia, Casa de Misericordia, buen hospital». MENDEZ SILVA, Rodrigo - *Poblacion general de Espanã, En Madrid por Diego Dias, 1645, p. 153*

Em resultado daquela opção, a vila de Miranda do Douro seria dignificada com o título de cidade[18] e, do mesmo modo, a paroquial de Santa Maria passaria a gozar do estatuto de Sé Catedral. De acordo com estas mudanças, a comenda da Ordem Militar de Cristo, da regra de Cister, erecta na igreja de Santa Maria, seria, como se refere na Bula *Pro execellenti apostilicae sedis*, «perpetuamente suprimida» após consentimento de D. João III, dada a sua qualidade de perpétuo administrador da Ordem de Cristo. Na mesma linha de orientação suprimia-se também a «vigararia perpétua da igreja de Santa Maria e os beneficios chamados do clericato e tesouraria», sem, contudo, se prejudicarem os interesses dos beneficiados.

De acordo com a Bula *Pro excellenti apostolicae sedis*, os proventos da igreja de Santa Maria, do padroado do rei de Portugal por ter sido erecta em comenda da Ordem Militar de Cristo, aproximavam-se dos 250 ducados ouro e a sua distribuição contemplava não só o comendador, com 125 ducados, mas também o vigário perpétuo, com 60 ducados, por exercer nesta igreja a cura das almas. Os restantes 165 ducados repartiam-se em partes iguais pelo tesoureiro e por outro clérigo, no valor de 30 cruzados para cada um, e ainda por outros eclesiásticos que coadjuvavam o vigário no serviço do altar e no desempenho de outros ministérios sacerdotais.

À luz do mesmo diploma, já após a morte de D. Duarte, que D.João III colocou como arcebispo de Braga, recebia o arcebispo de Évora, D. Henrique,

---

[18] Um alvará de Filipe II concedeu a Miranda e «seus cidadoens e moradores de todos os privilegios e eixençoens e regalias que gozão os cidadoens e moradores da cidade de Coimbra». No entanto, como em 1758 recordava o informador das Memórias paroquiais, cónego Bento de Morais Freire, «por alvara de Dom João III passado em 1526 he Miranda couto para homiziados que andarem em Castella por qualquer crime que seja excepto sendo de morte contanto que venhão mourar a esta cidade emquanto viverem com suas molheres e filhos. Este mesmo privilegio tinha cido já passado por El Rei D. Manoel seu pai e este em comfirmação de outro sobre o mesmo couto passado por El Rei D. João II. O mesmo D. João III atendeo a este privilegio dos homiziados que pudessem ser ate sessenta dando para isto por rezão as muntas invazoens do inimigo que na dita terra tem havido (*) das da falta de gente para o que mandou para a mesma alguns criados seus gente boa como consta do mesmo alvara».
A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1109

irmão do rei, da mesa arquiepiscopal de Braga a pensão anual de 3750 ducados de ouro. Sabemos que o mosteiro beneditino de Castro de Avelãs, pertencendo à arquidiocese de Braga, costumava ser dado em «comenda vitalícia a clérigos seculares», reservando-se, no entanto, por autoridade apostólica uma pensão anual de 500 ducados de ouro para o bispo de Osma e outra de 150 para o clérigo Paulo Pereira, pensões que após o desmembramento da arquidiocese continuaram inteiras.

Nesta altura, era comendador de S. Salvador de Castro de Avelãs o arcebispo D. Henrique, irmão do rei. Este alto dignatário da igreja, de forma «livre e espontaneamente», viria a depositar todos os seus direitos nas mãos do monarca, possibilitando assim com a declaração da vacatura da comenda toda a liberdade de acção ao rei. Este viria a reservar uma quantia anual de 50 ducados de ouro destinados a um vigário perpétuo que o Bipo de Miranda devia instituir para acompanhar espiritualmente os moradores de Castro de Avelãs e os das povoações anexas a esta paróquia. Diga-se, contudo, que este passo só poderia ser dado a partir do momento em que os monges que ainda habitavam o mosteiro falecessem ou se transferissem para outra casa religiosa apesar de, como se vê no documento que vimos seguindo, os religiosos não gozarem já de grande consideração, visto que:

> «há muito se afastaram dos estatutos da dita Ordem, vivendo dissoluta e deshonestamente com grande escândalo e indignação dos povos circunvizinhos a ponto de não haver esperança alguma de que venham a emendar-se[19]».

---

[19] O mosteiro de Castro de Avelãs tornara-se, no âmbito da Ordem de S. Bento, um dos mais poderosos do país como o atestam os bens temporais que lhe pertenciam e a hegemonia conseguida no Nordeste transmontano. De facto, «os bens temporais não os granjeara sòmente pelos meios lídimos e normais nessa época (doações régias, legados pios); a usurpação, a espoliação do forte - bem comrovadas no deplorável caso do maninhádego e nas demandas» que manteve com alguns monarcas, o Duque de Bragança e diversas populações «deveras contribuiu para o medrio do seu património. PASSOS, Carlos de - *A egreja romanica de Castro de Avelãs*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1958, p. 15. No verbete *Estremo*, Frei Joaquim Viterbo, classifica esta comunidade como um mosteiro avarento, dando conta de alguns abusos praticados à margem das ordenções do reino, como fossem as

Em todo o caso, procedendo-se a transformações tão importantes e de alcance tão dilatado, acautelaram-se aspectos decorrentes de tempos anteriores. Foi assim que, a par da salvaguarda dos encargos habituais do mosteiro, se garantia também o sustento dos monges que ainda integravam a comunidade. De acordo com as decisões então tomadas não seriam permitidos novos ingressos de religiosos mas impedia-se que os residentes pudessem ser dele expulsos contra a sua vontade.

Passadas que foram duas décadas sobre a publicação da Bula que uniu à Mesa Capitular o mosteiro beneditino, ainda esta casa não tinha sido completamente abandonada pelos religiosos.

Em 7 de Agosto de 1565, O bispo D. António Pinheiro estando «em a cidade de Bragança nas casas e aposentamento do castello da dita cidade donde pousa[20]», mandou avaliar todas as rendas do bispado. Para este efeito, foram nomeados alguns deputados perante quem o padre Francisco Roque, «prioste do mosteiro», prestou declarações tocantes aos rendimentos que auferiam os monges. Das suas palavras colheram-se as notícias seguintes:

> «na dita casa a tres padres e que cada um [sic] deles tem hua ração de pão e vinho e dinheiro pera sua sustentação e despesa sobre as rendas do Cabido da See de Miranda. E disse que cada hua das ditas rações tinha sete mil reis na igreja de Sanciriz e seis mil e duzentos e cinquoenta reis que tem a custa do Cabido e setenta e cinco alqueires

---

exigências de «levar o terço dos bens de todos os defuntos daquela terra», e tomarem «as cousas e mantimentos» sem pagarem por elas o justo valor. VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (Frei) - *Elucidário das palavras, termos e frases*, vol. II, Porto - Lisboa, Livraria Civilização, 1993, p. 235. Relativamente ao distanciamento dos frades e freiras relativamente às matérias da religião, também o Doutor António Pinheiro, quarto Bispo da diocese, num panegírico a D. João III, referiu: «Não somente nas casas das freiras mas tambem penetrara este ar mao nos conventos dos frades, a materia de todas as praticas era a dissolução. discordia, e dissenção dos religiosos; dentro das craustas abertamente se punhão tendas como em campo, e era a guerra entre irmãos mais crua que civil». *Oração do Doutor Antonio Pinheiro quando por mandado del Rei Nosso Senhor começou a ensinar os Moços Fidalgos, feita por elle em Latim, e por elle traduzida em vulgar portuguez*, B.N.L., COD. 3767, fls. 18-18v

[20] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 58, fl. 173

de trigo e cinquoenta almudes de vinho cada ano a custa do dito Cabido as quaes medidas forão avaliadas hum ano per outro o pão a cinquoenta reis e o vinho a oitenta reis o que tudo sumado e feito exame se motarão vinte mil reis pouco mais ou menos[21]».

Conclui-se, assim, que, no que respeita ao mosteiro, o Cabido seguia com escrúpulo o estipulado[22] nas cláusulas da Bula instauradora da diocese, diploma que também determinava que as obrigações que competiam ao Abade e religiosos, como eram missas e aniversários de defuntos, passassem para a esfera da igreja de Miranda.

Na nova Sé, de acordo com o mesmo diploma pontifício, manter-se-ia a invocação de Santa Maria e, ao mesmo tempo, explicitavam-se algumas tarefas imediatas do prelado:

«governe a mesma igreja, e lhe amplie os edificios e lhe dê forma de igreja catedral e na mesma igreja erija e institua duas dignidades e quatro canoninatos que se chamarão dos graduados».

Gozando de jurisdição episcopal plena na área da diocese de novo constituída, o bispo de Miranda devia, no entanto, sujeitar-se ao arcebispo de Braga em matéria de direito metropolítico.

3. O quadro geográfico

Quanto à configuração geográfica e população da diocese de Miranda, a carta que, em 12 de Agosto de 1545, D. João III enviou a Baltazar de Faria, nomeava além da cidade de Bragança as seguintes vilas:

---

[21] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 58, fl. 173v

[22] Em 1578, nas despesas da Mesa Capitular contavam-se «noventa mil reis das reções dos tres monges de Crasto Davellaas a razão de trinta mil reis cada hu». A.D.B., Mitra, Cx. 7, Lv. 59, fl. 45v

«a dita villa de Miranda e seu termo com suas igrejas, que tem mil e seiscentos trinta e cinquo moradores com suas familias: Item a cidade de Braguança e seu termo com suas egrejas, que tem cinquo mil seiscentos corenta e nove moradores com suas familias: Item a vila de Vinhaes e seu termo com suas egrejas, que tem mil cento e setenta moradores com suas familias: Item a villa de Outeiro e seu termo com suas egrejas, que tem quinhentos oitenta e seis moradores com suas familias: Item a vila de Monforte de Rio-livre, que tem oitocentos e sessenta e dous moradores com suas familias: Item a villa de Chaves e seu termo com suas egrejas, que tem tres mil trezentos oitenta e huum moradores com suas familias: Item a villa de Monte-Alegre e seu termo com suas egrejas, que tem dois mil quatrocentos e trinta moradores com suas famillias. E diz na dita enformação que em estes lugares e seus termos ha quimze mill novecentos trinta e seis vizinhos ou moradores, e que valem as rendas, que em elles tem o arcebispado de Braga e sua mesa, segumdo os arrendamentos que deles erão feitos, huum conto trezentos oitenta e cinquo mill e vinte e trees reis, no qual numero dos moradores e soma das rendas entrão os moradores e rendas dos coutos e camaras, que os arcebispos de Bragua e sua mesa tem na dita terra[23]».

Na área geográfica assim definida, ficavam encravados alguns coutos e câmaras pertencentes à arquidiocese de Braga, cujas populações se encontravam submetidas à jurisdição dos arcebispos, a quem além de rendas eclesiásticas deviam pagar outras do foro secular. Esta situação decorria, em boa medida, de antigas doações «à egreja e arcebispos de Bragua pollos reis ou senhorios que foram dos ditos lugares e coutos».

Na mesma carta, de Agosto de 1545, anotaram-se os nomes desses coutos e câmaras em que os arcebispos de Braga tinham domínio e rendas seculares:

«Panizo e Paredela, que estam no termo de Miranda e são camara do arcebispado de Braga; e Arocedo e Fallide, que jazem no termo de Bragança, que são coutos e camara do dito arcebispado, e tem em elles jurisdição secular: Item o lugar de Rebordinhos, camara e couto do arcebispado, e tem em elle jurdição secular e jaz no dito termo de Bragança e em sua terra: Item no termo de Chaves os lugares de Sancto

[23] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*,T. V, p. 457; CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 8

> Estevam e Sam Pero de Hostem, e outros, que são camaras do dito arcebispado; e o lugar de Bustello, camara e couto com jurisdiçam secullar; e o lugar de Herveredo, camara e couto, e tem em elle castello e allcaide, senhorio, jurisdiçam e renda secular[24]».

Além destes enclaves, existiam ainda na área da diocese de Miranda, concretamente «em terra de Bragança allguums lugares, que são concelhos sobre si apartados da jurisdiçam da cidade[25]», como eram os casos de Sanceriz, Vila Franca e Vale de Nogueira.

Importava por isso regulamentar a integração destes territórios no novo quadro religioso, tomando medidas que evitassem quaisquer dúvidas que futuramente se pudessem levantar. Nesta linha de orientação, D. João III afirmaria a sua «tenção e vontade» de os apartar da igreja e arcebispos de Braga tal como sucederia com os coutos e câmaras sujeitos à jurisdição do arcebispado. Desta forma, toda a jurisdição e rendas destes territórios seria transferida para a igreja e bispo de Miranda.

Ao delimitar o território da nova diocese uniformemente submetido ao mesmo prelado, D. João III revelava-se um estadista pragmático. Contudo, neste lance o monarca evidenciava igualmente o sentido de estado cujos contornos e orientações se desenhavam na limitação da capacidade de influência dos titulares da igreja de Braga. A importância atribuída a estas medidas seria evidenciada quando comunicou ao seu embaixador na cúria papal a necessidade de não poupar esforços para que fossem expressamente consagradas na Bula da criação da diocese de Miranda ou, caso esta tivesse já sido expedida, num Breve de Sua Santidade. Por outro lado, ainda que o senhorio do arcebispado nos territórios referidos resultasse de doações régias

---

[24] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*,T. V, p. 458. A jurisdição sobre os coutos de Carocedo, Pinhovelo, Faílde e Rebordaínhos, foi cedida ao arcebispo de Braga por D. Duarte. Nesta altura parece ter sido fonte de discórdia entre as duas dioceses e até com o poder central. De facto, em Agosto de 1548, produzir-se-ia uma sentença a favor da coroa e contra o Bispo de Miranda por este não provar a legalidade da posse de tais terras. A.N.T.T., Gaveta 10, Mç. 11, doc. nº 15

[25] *Corpo Diplomatico Portuguez, ob. cit.*,T. V, p. 458

ou senhoriais, compras ou trocas, envolvendo «juramentos ou outras firmidões[26]», ainda que confirmadas pela Sé Apostólica, tudo seria considerado sem validade desde que obstaculizasse a decisão do Piedoso em integrar esses territórios na igreja de Miranda. Afinal, justificava, nenhum desses lugares era subtraído à jurisdição eclesiástica. Tratando-se de uma transferência do senhorio de Braga para Miranda, todos os territórios continuavam no domínio da igreja.

Inicialmente separadas da arquidiocese, as igrejas de Chaves e Montalegre iriam permanecer na esfera da igreja de Braga em virtude da composição efectivada[27] entre o arcebispo D. Manuel de Sousa e o Bipo D. Turíbio Lopes, contrato que D. João III viria a sancionar.

Procurando-se com este acordo sujeitar às jurisdições diocesanas as igrejas e freguesias mais próximas das respectivas sedes, resultou que em troca das vilas de Chaves e Montalegre a diocese de Miranda recebia as terras das vilas de Algoso, Penas Roias, Chacim, Ervedosa, Nuselos, Sezulfe, Vale d'Asnes, Cortiços, Torre de D. Chama, Bemposta, Azinhoso e Mirandela[28], povoações que, de resto, já em 28 de Agosto de 1545, eram nomeadas como

---

[26] *Corpo Diplomatico Portuguez*, *ob. cit.*,T. V, p. 459

[27] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. III, p. 16; CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 8. No entanto, num alvará régio, assinado em Évora, em 14 de Julho de 1545, os territórios e igrejas afectas às vilas de Chaves e de Montalegre ainda eram incluídas na diocese de Miranda:
«Eu El Rei faço saber a vos corregedor da comarca de Miranda e ao ouvidor do Duque de Bragança [...] que eu pedi ao Santo Padre que criasse e alevantase em See Cathredal [sic] a egreja de Nossa Senhora da vila de Miranda e apartase da diocese do arcebispado de Bragua com toda a jurdição episcopal fruitos e remdas e direitos que o arcebispo de Bragua tinha nos lugares seguintes a dita villa de Miranda e seu termo com as egrejas da dita vila e termo a cidade de Braguamça e seu termo com as egrejas e moesteiros da dita cidade e seu termo e a vila de Vinhaes e seu termo com suas egrejas e a villa do Outeiro e seu tremo, e a vila do Vimioso e seu termo, e a villa de Chaveis e seu termo com suas egrejas, e a vila de Motealegre e seu termo com suas egrejas (...) para que o bispo que polo tempo for dela tenha a dita jurdição episcopal em elas e asi todos os direitos e rendas que os arcebispos de Bragua ate ora ouveram (...) e por confiar das bertudes bondade saber e experiencia de Dom Toribio Lopez adaiam da capela da Rainha (...) pedi a Sua Santidade que o provesse do dito bispado e Sua Santidade o proveo dele e lhe mandou passar hum Breve pera poder tomar posse do dito bispado». A.N.T.T., Gaveta 1ª, Mç. 3, nº 35

[28] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 8

partes integrantes da diocese de Miranda no alvará passado para D. Turíbio Lopes poder tomar posse[29] da diocese de Miranda.

Pela Bula *Pro excellenti apostolicae sedis* devia o bispo instituir na igreja catedral duas dignidades e quatro canoninatos e prebendas, sendo que uma dignidade e dois canoninatos com outras tantas prebendas se destinavam aos mestres ou graduados em teologia e a outra dignidade com dois canoninatos e prebendas eram para os doutores ou graduados em direito canónico pela Universidade de Coimbra.

À mesa capitular da igreja de Miranda seriam anexadas as rendas, frutos, benefícios e comenda da igreja de Santa Maria[30] bem como os frutos e rendas do mosteiro beneditino de Castro de Avelãs. O diploma de 12 de Outubro de 1546[31] instituía as seguintes dignidades[32]: um deado, um chantrado, um mestre escolado, uma tesouraria e três arcediagos. Dignidade instituída pelo Sumo Pontífice para os graduados em direito canónico, ao

---

[29] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. III, p. 18

[30] Segundo Frei Agostinho de Santa Maria, «foi esta igreja antigamente comenda, e casa dos Cavalleiros Templarios, que serião tambem os primeiros que levantarião o antigo templo, e que o dedicarião à Rainha dos Anjos Maria Santissima, debaixo do titulo, e invocação dos Remedios [...]. Porèm na extinção da mesma Ordem dos Templarios, se uniu esta commenda à Ordem de Christo, e nella perseverou atè o tempo do Serenissimo Rei Dom João III, que a uniu com as suas rendas, que erao grossas, à nova cathedral, para a congrua sustentação do bispo, e conegos, com outras rendas mais que lhe aggregou». SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *Santuario Mariano*, T. V, Lisboa, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1716, pp. 549, 550

[31] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. III, p. 26

[32] Com data de 13 de Novembro de 1546, estando em Santarém, enviou o monarca uma carta ao bispo de Miranda em que referia: «a voz D. Toribio Lopes bispo de Miranda do meu concelho, e deão da capela da Rainha, minha sobre todas muito amada, e prezada mulher que meu parecer e concelho he que nas dignidades e conezias que ora creastes com meu concelho, e asensu na Se de Miranda para os graduadoz em teologia e canones na Universidade de Coimbra haveis de prover com meu concelho provejaez do deado que he a dignidade dos graduadoz em direito canonico a Gil do Prado bacharel em canones, e ao Mestre Escolado, que he dignidade dos graduadoz em teologia a Francisco Artullo capelão da Rainha bacharel formado na teologia graduadoz na dita Universidade, e das duas conezias com suas prebendas dos graduadoz em teologia a Damião Luis, e a Gonçalo Lopez bacharel em teologia, graduadoz na dita Universidade, e das duas conezias com suas prebendas dos graduadoz em canones a Lopo Dias e João da Veiga bachareis em direito canonico, graduadoz na dita universidade, os quaes vos mostrarão as cartas de seus graos de como são

deão afectavam-se duas prebendas. Com uma prebenda, podia o chantre apresentar ao deão e Cabido um clérigo, hábil e idóneo, para sub-chantre cujo salário seria pago pela renda da fábrica. Também com uma prebenda, o mestre-escola devia ser graduado pela Universidade de Coimbra. Do mesmo modo afectar-se-ia uma prebenda ao tesoureiro bem como a cada um dos três arcediagos, a saber ao de Miranda, ao de Bragança e ao de Mirandela. O arcediago de Miranda tinha precedência sobre o de Bragança e o de Mirandela. Todavia, nenhum destes tinha precedência relativamente às dignidades da Sé.

Para os graduados instituíram-se quatro conesias e quatro prebendas; duas conesias com as respectivas prebendas para os graduados em teologia pela Universidade de Coimbra. Duas conesias com duas prebendas afectavam-se aos doutores ou graduados em direito canonico na Universidade de Coimbra. Para os cónegos destinaram-se nove conesias e nove prebendas, com a particularidade de o clérigo organista ser titular de uma conesia e de uma prebenda. Para os dois meios cónegos deste elenco destinavam-se duas meias conesias e meias prebendas enquanto que aos dois clérigos que o bispo nomearia para a «cura» da Sé e sua freguesia se destinavam duas meias prebendas. Completava-se este quadro com os quatro capelães para servirem na Sé que entre si repartiam uma prebenda e com seis moços do coro que entre si dividiam meia prebenda.

Com os tempos, este elenco seria ajustado às reais necessidades[33] tendo-se também em conta as variações dos rendimentos. Em 1578, acordou o monarca na desistência das terças provenientes das rendas eclesiásticas por um quantitativo de 150.000 cruzados que o estado eclesiástico se

---

graduados na dita Universidade de Coimbra, antes que os provejaes das ditas dignidades, e conezias». A.D.B., Mitra, Cx. 22, doc. s/nº

[33] Em 1645, havia «siete dignidades, outros tantos canonigos, seis medios rentanto al obispo diez mil ducados». MENDEZ SILVA, Rodrigo - *Poblacion general de España*, Em Madrid por Diego Dias, 1645, p. 152

comprometeu a pagar-lhe. Em virtude desta combinação foi necessário proceder-se à avaliação de todos as rendas do bispado, as quais atingiram o motante de 27.584.517 réis. Nesta altura, a Mesa Episcopal[34] tinha um rendimento de 3.760.000 réis, enquanto a Mesa Capitular[35] atingia os 3.223.000 réis. Como consequência, também a lista das despesas[36] se revela importante, tanto mais que ficamos a saber que se reservavam «150.000 réis das duas prebendas que da Meza (Episcopal) se dão a fabricada See» enquanto para o mesmo fundo a Mesa Capitular contribuía com 115.000 reis anuais.

Com base em informações que os bispos de Miranda prestavam à hierarquia de Roma e parcialmente trazidas à luz do Arquivo Secreto do Vaticano por Monsenhor José de Castro, temos notícia de que em 1590, na prelazia de D. Jerónimo de Menezes, existiam na diocese cem igrejas com

---

[34] «Foi declarado que as rendas da Mesa Episcopal que são em Tres Marras Miranda, Bragança e Mirandella estavão arrendadas este anno que acaba por São João de setenta e oito em tres contos e seiscentos e sesenta mil reis a massa de Miranda em hu conto e quinhentos mil reis e de Mirandella em hu conto e duzentos mil reis e a de Bragança em novecentos sesenta mil reis quevem a somar tres contos e seiscentos e sesenta mil reis. Junta se mais a dita conta [...] setenta mil reis das colheitas e trinta mil reis da chancelaria de modo que estas adições ambas montão cem mil reis que junctas adição atras escrita [...] montão tres contos setecentos e sesenta mil reis». A.D.B., Mitra, Cx. 7, Lv. 59, fls. 42-42v

[35] Foram avaliadores das rendas do Cabido o Arcediago da Sé de Miranda, Manuerl de Escovar, o Abade de Carrazedo, André Marinho e o Abade de Vila Chã, António Pegas.A.D.B., Mitra, Cx. 7, Lv. 59, fl. 45

[36] Em 1578, a Mesa Episcopal registava as seguintes despesas:
«cem mil reis de pensão a Rodrigo Sanches; cento e vinte mil reis dos meos frutos das igrejas de Failde e Rebordainhos, anexas *in perpetuum*, ao Colegio de São Pedro de Bragança que he o principio e fundação do seminario da dita cidade; quarenta mil reis do vigario Geral porquanto o que esta (*) de provisor não vence ordenado; cento e cinquenta mil reis das duas prebendas que da Meza se dão a fabrica da See; doze mil reis ao aljubeiro; oito mil reisdo aluguer das casas do aljube; dez mil reis do prometor da justiça; vinte e quatro mil reis de dous visitadores; seis mil reis de dous porteiros o que tudo vem a somar quatrocentos e setenta mil reis os quaes habatidos dos sobreditos tres contos e setecentos e sesenta mil reis restão em paz e em salvo pera o dito senhor tres contos e duzentos e noventa mil reis que com mais dez mil reis que se achou que montava a cevada que lhe davão alem do arrendamento somão tres contos e trezentos mil reis».

Nas despesas da Mesa Capitular contavam-se: «cento e quinze mil reis que ho Cabido hee obrigado a dar a fabrica em cada hu anno; noventa mil reis das reções dos tres monges de Crasto Davellaas a razão de trinta mil resis cada hu; duzentos e vinte mil reis de oito capellães; quarenta e dous mil reis de sete moços do coro; quatro mil reis do procurador do Cabido; dous mil duzetos e cinquentareis da colheita de Crasto Davellaas».
A.D.B., Mitra, fls. 42-42v, 45v

funções paroquiais as quais com as suas anexas totalizavam um número aproximado de duzentas e sessenta[37]. Incluíam-se neste número as que se encontravam adstritas aos Padres da Companhia de Jesus que administravam o Colégio de Bragança e as pertencentes às comendas. Seguindo o mesmo autor, em 1601, quando D. Diogo de Sousa sustentava a mitra determinou-se existirem trezentas igrejas, número que no tempo de D. Jorge de Melo, em 1629, subiu para trezentas e vinte e duas igrejas[38]. Durante o tempo que faltava correr para o século de seiscentos se consumir, este número manteve-se estável. Com efeito, não se verificando quaisquer alterações com D. André Furtado de Mendonça também com D. Manuel de Moura Manuel a variação foi mínima já que apenas se regista um aumento em duas unidades.

Com base nas listas que os diversos párocos tinham obrigação de apresentar aos seus vigários informou D. Manuel de Moura Manuel, em 1691, a Santa Sé que às trezentas e vinte e duas igrejas correspondiam sessenta mil fregueses. Mais completa seria a nota que deu D. Diogo Marques Mourato, segundo a qual, em 1749, existiam na diocese «22.625 fogos com 81.128 pessoas de confissão e comunhão, 4.920 pessoas sòmente de confissão, o que perfaz(ia) o número de 86.500 fiéis[39]».

Administrativamente, a diocese dividia-se em circunscrições submetidas a um arcipreste que, além da acção pastoral, podia julgar casos de pequena importância, aliviando assim o trabalho do vigário geral, que superintendia em todas as causas, e, ao mesmo tempo facilitando e diminuíndo os custos com a justiça eclesiástica a todos os que ao seu foro precisavam recorrer.

---

[37] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 9
[38] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 10
[39] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 12

Num documento de 1546, relativo à «instituição, irexão e fundação das dignidades, curistas, beneficios e officios[40]» da Sé, refere-se a existência de três arcediagos para os quais se destinava prebenda e meia. Um era o da Sé e cidade de Miranda e os outros dois eram os da cidade de Bragança e da vila de Mirandela. O de Miranda tinha precedência sobre os outros, seguindo-se o de Bragança e o de Mirandela.

Na relação da visita *ad limina* apresentada, em 1607, ao Papa Paulo V por D. Diogo de Sousa já se apresente a diocese dividida em «quatro províncias ou jurisdições[41]», que não se individualizam. A partir desta altura, todas as referências conhecidas sobre este assunto, indicíam que o bispado de Miranda se repartia em cinco distritos ou arciprestados: Miranda do Douro, Bragança, Mirandela, Quintela de Lampaças e Monforte de Rio Livre. Na conta que, em 1675, D. André Furtado de Mendonça prestou a Clemente X eram estas as circunscrições[42] existentes.

Quadro 1

Eclesiásticos da Sé de Miranda em 1758

«Consta a Se desta cidade de quarenta menistros que vem a ser cento e oitenta e tres prebendados seis meios prebendados, oito capelaens sete meninos do coro e hum são [sic] thezoureiro ou sacristão.

Dos prebendados sete são dignidades

o deam que deve ser formado em canones pella Universidade de Coimbra com obrigação de aconcelhar no Cabbido e mais couzas pertencentes ao bispado e de graça he da aprezentaçam do bispo precedendo o concensso regio tem de renda ordinaria duas prebendas que valem 500000 reis chantre com obrigação somente de rezar no coro e regalia de o governar e nomiar hu sobechantre a quem paga a fabrica tem de renda 250000 reis he de alternancia do bispo e Pontefice

mestre escolla graduado em theologia na Universidade de Coimbra tem obrigação de pregar os dias que lhe forem mandados pello Cabbido este tem de aprezentação do bispo com conssenço regio tem tãobem de renda como todos os mais prebendados 250000 reis

[40] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. III, p. 22
[41] CASTRO, Padre José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 16
[42] CASTRO, Padre José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 16

o thezoureiro mor com a obrigação do coro e aprezentação de subthezoureiro he de alternancia arcediago da Se arcediago de Bragança e arcediago de Mirandella com a obrigação do coro e de cantar evangelhos nos ponteficaes do bispo sendo lhe recomendados

mais dois magistrais graduados em canones com a obrigação supra dita e aconcelhar e assim os graduados como os magistrais da aprezentação do bispo percedente sempre a concensso regio

mais sete prebendados com obrigação somente de rezar no coro e dizer as missas que por destrebuição lhe tocarem como todos os mais assima ditos e estes são aprezentados de altrenativa com o Pontefice

seis meios prebendados que tem renda por metade dois somente com a obrigação do coro e missas são de alternativa dois com obrigação de parochiar, e dois com obrigação hum de tocar orgam e outro de ser mestre da capella com a obrigação de ensinar solfa aos meninos do coro e aos demais que aprender quizerem. Estes quatro *in solidum* do bispo

oito capellaens que tem de renda a quarta parte de hua prebenda cada hum delles dos quais huns servem de subchantre com a obrigação do coro cantochão e canto de orgão a que todos são obrigados e estes *in solidum* do bispo

meninos de coro para quem todos esta determinada hua meia prebenda e são da nimiação do bispo hum subthezoureiro que he da nomiação do thezoureiro mor como dito esta com a aprovação do bispo e Cabbido a quem paga a fabrica[43]».

Também em 1706, quando o padre António Carvalho da Costa publicou a sua *Corografia Portugueza*, estava o bispado dividido em cinco arciprestados encabeçados pelas cidades de Miranda e Bragança e pelas vilas de Mirandela, Monforte de Rio Livre e Quintela de Lampaças[44]. Neste tempo a vigararia do aro, como também se designava a de Miranda do Douro, era constituída por sessenta e oito paróquias, a de Bragança por cento e vinte e uma, a de Mirandela por quarenta e oito, a de Monforte por quarenta e uma e a de Lampaças por trinta e seis.

Com grande estabilidade organizativa, esta divisão vigorava ainda em 1758, altura em que o cónego pároco de Miranda, Bento de Morais Freire, respondeu ao questionário das Memórias paroquiais:

---

[43] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fls. 1006v-1008

[44] COSTA, António Carvalho da - *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reino de Portugal*, T. I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, pp. 480-481

«dividesse este bispado em cinco arceprestados que são o Aro o de Bragança o de Monforte o de Mirandella e o de Lampaças e tem o bispado trezentos e vinte quatro lugares e oitenta e quatro mil pessoas entres as de comfissão somente e confição [sic] e comunhão. Tem o arceprestado do Aro des abbadias e quatro comendas hua de Malta e tres de Christo tem secenta e oito parochias o arceprestado de Bragança tem cento e vinte e gua parochias o de Monforte tem quarenta e hua parochias o de Mirandella tem quarenta e oito e o de Lampaças tem trinta e seis e igrejas paroquiaes são trezentas e quatorze[45]».

Na prelazia de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, em 1761, com o intuito de se substituírem as Constituições resultantes do sínodo diocesano convocado por D. Julião d'Alva, elaborar-se-iam novas Constituições Sinodais[46]. Sem nunca terem chegado a vigorar em termos oficiais, no exemplar manuscrito conserva-se a lista de todas as povoações do bispado acompanhadas do número de fogos, «pessoas maiores» e «pessoas menores», assim como os títulos dos oragos das diversas igrejas. Elaborada quase dois séculos depois da fundação da diocese, sem contarmos com a potencialidade das suas informações, esta lista constitui um importante instrumento para a definição do quadro geográfico e humano da diocese.

---

[45] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fls. 1018 - 1019

[46] O Abade de Baçal, referindo-se às Constituições Sinodais de 1563, afirma serem aquelas pelas quais a diocese «ainda hoje se rege», atendendo a que as de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques não forão publicadas. Porém, certo é que, a partir de 1761, muitas das medidas que os visitadores pretendiam ver aplicadas se regulavam pelo texto manuscrito de 1761. Refira-se que após a transferência da Sé de Miranda para a Bragança e a criação da diocese de Bragança e Miranda, só em 28 de Agosto de 1945, com D. Abílio Augusto Vaz das Neves, é que foram promulgadas novas Constituições para o bispado.

Quadro 2

«O bispado de Miranda (em 1761) se comprehende na cidade de Miranda, e suburbanos, e nos cinco destrictos do Aro, Lampaças, Bragança, Mirandella, e Monforte tem 332 igrejas parochiaes, nellas há 23421 fogos, pessoas maiores 65267, e menores 6458».

«A cidade de Miranda, e suburbanos
O destricto do Aro tem 68 igrejas parochiaes»

Título	Orago	Povoação	Fogos	Pessoas maiores	Pessoas menores
Sé	Assunção de Nossa Senhora	Miranda do Douro	325	1106	71
Abadia	Santa Leucádia	Cércio	68	181	21
Curato	Senhora do Monte	Duas Igrejas	184	468	35
Abadia	S. Cristóvão	Vila Chã de Barciosa	93	260	40
Curato	Santa Ana	Fonte de Aldeia	54	168	15
Curato	Senhora da Expectação	Freixiosa	39	93	24
Abadia	S. Pedro	Sendim	256	723	83
Curato	S. João Baptista	Picote	75	275	50
Curato	Santa Maria Madalena	Urrós	143	311	50
Abadia	S. Pedro	Bemposta	160	425	112
Curato	Santo André	Algosinho	13	35	10
Curato	S. João Baptista	Peredo	61	176	20
Abadia	Nossa Senhora da Assunção	Travanca	75	186	25
Curato	S. Miguel	Figueira	22	61	4
Curato	Senhora da Purificação	Atenor	35	112	5
Curato	S. Bartolomeu	Teixeira	37	98	12
Curato	Santo Apolinário	Gregos	23	74	5
Curato	S. Nicolau	Saldanha	63	159	18
Curato	S. Martinho	Granja de Gregos	14	98	12
Abadia	S. Martinho	S. Martinho do Peso	84	211	25
Curato	S. Pedro	Peso	36	112	-
Curato	Santo Apolinário	Viduedo	22	53	2
Curato	Santa Maria Madalena	Sampaio	22	55	6
Curato	S. Bartolomeu	Macedo do Peso	37	110	13
Abadia	S. Pedro	Avelanoso	57	131	13
Curato	S. João Baptista	Cicouro	38	112	24
Abadia	Santa Eulália	Genísio	54	172	16
Curato	Santa Maria Madalena	Paradela	50	125	20
Curato	Senhora da Conceição	Especiosa	37	102	14
Abadia	S. Pedro	Caçarelhos	131	372	47
Curato	S. João	S. Joanico	45	122	17
Abadia	S. Pedro	S. Pedro da Silva	70	200	30
Curato	S. Vicente	Vila Chã da Ribeira	27	71	4
Curato	S. Tiago	Vilar Seco	74	210	56
Curato	S. Tiago	Granja	24	81	11
Curato	S. João Baptista	Fonte Ladrão	26	68	5
Abadia	S. Pedro	S. Martinho de Angueira	86	249	30
Reitoria	S. Ciprião	Angueira	80	186	23
Curato	S. Miguel	Palaçoulo	95	243	21

Curato	Visitação de Nossa Senhora	Prado Gatão	60	140	18
Curato	Santa Catarina	Àguas Vivas	32	83	2
Reitoria	S. Sebastião	Algoso	137	376	43
Curato	S. Cristóvão	S. Cristóvão	23	62	11
Curato	Purificação de Nossa Senhora	Matela	77	198	34
Curato	S. Lourenço	Valcerto	29	87	17
Curato	S. Bento	Junqueira	32	92	5
Curato	Santa Maria Madalena	Avinhó	35	84	17
Curato	Santa Marinha	Uva	41	113	10
Curato	Santo André	Mora	24	62	6
Curato	Santa Engrácia	Vale de Algoso	18	46	8
Reitoria	S. Vicente	Vimioso	272	750	46
Curato	S. Vicente	Serapicos	19	74	5
Curato	Santo André	Vale de Frades	57	133	9
Curato	Assunção da Senhora	Campo de Víboras	170	460	10
Reitoria	S. Miguel	Ifanes	137	385	33
Curato	Santa Catarina	Aldeia Nova	31	80	12
Vigararia	Assunção da Senhora	Constantim	73	215	21
Vigararia	Senhora da Natividade	Azinhoso	81	228	22
Curato	Expectação de Nossa Senhora	Malhadas	92	261	30
Curato	S. Sebastião	Póvoa	60	175	26
Curato	S. Miguel	Palácios	28	98	6
Curato	S. Lourenço	Milhão	112	285	22
Curato	S. Vicente	Veigas	36	93	25
Curato	S. Tomé	Quintanilha	30	83	9
Curato	S. Miguel	Paradinha de Outeiro	29	93	8
Curato	S. Vicente	Paçó de Outeiro	60	177	9
Curato	Assunção de Nossa Senhora	Rio Frio	99	254	14
Curato	S. João Mártir	Santulhão	164	412	30
Curato	Santa Cruz	Carção	239	646	120
Curato	S. Frutuoso	Argozelo	253	617	76
Curato	Assunção de Nossa Senhora	Outeiro	94	242	9
Curato	Santa Eulália	Pinelo	110	280	10
Curato	Santa Maria Madalena	Tó	102	261	29
Curato	Assunção de Nossa Senhora	Brunhosinho	52	122	12
Curato	Santo Antão	Variz	39	118	10
Curato	Santo André	Castanheira de Penas Roias	30	11	16
Curato	S. João Baptista	Sanhoane	60	145	23
Curato	S. Ciríaco	Vilariça	28	120	20
Curato	S. João Baptista	Penas Roias	55	139	19

Quadro 2

«Destricto da vigararia de Bragança tem 123 igrejas parochiaes»

Título	Orago	Povoação	Fogos	Pessoas maiores	Pessoas menores
Priorado	Santa Maria	Bragança	653	1025	76
Curato	S. Romão	Baçal	81	211	36
Curato	Senhora da Assunção	Samil	76	226	16
Abadia	S. João Baptista	Bragança	460	1189	32

Curato	S. Sebastião	Vale de Lamas	20	58	6
Abadia	S. Martinho	Alfaião	62	168	18
Abadia	S. Vicente	Freixedelo	46	124	6
Abadia	A Assunção	Serapicos	97	275	15
Curato	S. Pedro	Carçaozinho	16	44	6
Curato	Santo Estevão	Vila Boa de Carçãozinho	24	64	3
Curato	S. Nicolau	Pinela	51	168	18
Curato	S. Miguel	Talhas	133	348	38
Abadia	A Assunção	Quintela de Lampaças	145	371	39
Curato	S. Bento	Vila Franca	37	103	15
Curato	S. Miguel	Baldrês	28	74	8
Abadia	A Assunção	Rebordãos	107	304	38
Curato	S. Vicente	Valverde	30	78	12
Curato	S. Pedro	Mós de Rebordãos	50	131	10
Curato	S. Martinho	Melhe	30	88	15
Abadia	Santa Marinha	Edrozo	42	115	11
Abadia	A Assunção	Vilarinho de Agrochão	65	214	18
Curato	Santa Catarina	Arcas	44	136	8
Curato	S. Sebastião	Vilarinho do Monte	37	108	5
Curato	A Assunção	Nuzelos	17	57	5
Abadia	S. Pedro	Penas Juntas	80	260	27
Curato	S. Mamede	Agrochão	110	283	30
Curato	S. Martinho	Ervedosa	114	310	38
Curato	Santa Bárbara	Brito	40	102	7
Abadia	A Transfiguração	Vilar de Peregrinos	63	187	27
Curato	A Assunção	Cidões	18	69	6
Abadia	S. Genísio	Celas	65	212	26
Curato	S. Bartolomeu	Negreda	32	113	16
Curato	S. Tomé	Mós de Celas	41	127	25
Abadia	S. Martinho	Martim	21	55	11
Abadia	Santa Cecília	Carrazedo	52	197	6
Curato	A Expectação	Refoios	31	87	7
Curato	S. Pedro	Zoio	68	188	15
Curato	S. Mamede	Alimonde	43	160	7
Abadia	S. Tomé	Terroso	37	128	5
Abadia	Santo Estevão	Espinhosela	58	191	13
Curato	Santa Comba	Cova de Lua	25	78	6
Curato	S. Cipriano	Vilarinho de Cova de Lua	50	157	5
Abadia	A Assunção	Gondezende	70	130	20
Abadia	Santo Estevão	Frezulfe	43	148	13
Abadia	A Assunção	Vinhais	143	523	25
Curato	S. Fagundo	S. Fagundo (Vinhais)	71	225	21
Curato	Santo Ildefonso	Moás	37	140	12
Abadia	S. Mateus	Sobreiró	126	422	20
Curato	S. João Baptista	Alvaredos	46	144	5
Abadia	S. Pedro	Montouto	63	232	25
Abadia	S. Pedro	Moimenta	135	430	23
Curato	S. Cipriano	Vilar de Ossos	50	185	13
Abadia	S. Vicente	Mofreita	67	188	31
Curato	S. Cipriano	Zeive	36	100	15
Abadia	Santo André	Meixedo	74	244	24
Curato	A Assunção da Senhora	Sacoias	54	160	8
Curato	S. Miguel	Varge	45	65	12
Curato	S. Cipriano	Aveleda	89	252	15
Reitoria	S. Genésio	Parada	155	372	18
Curato	S. Lourenço	Paredes	45	125	8
Curato	S. Pedro	S. Pedro de Serracenos	97	271	15
Curato	Grijó de Parada	Santa Maria Madalena	69	187	14
Curato	S. Tiago	Coelhoso	76	194	17
Reitoria	S. Nicolau	Salsas	78	242	21

Curato	A Assunção de Nossa Senhora	Vale de Nogueira	55	182	27
Curato	S. Silvestre	Freixeda	39	95	17
Curato	Santa Comba	Santa Comba de Roças	49	143	6
Curato	S. Miguel	Fermentãos	31	110	6
Reitoria	S. Mamede	Sortes	53	142	20
Curato	S. Nicolau	Paçó de Sortes	35	117	9
Curato	S. Miguel	Lanção	38	112	5
Curato	S. Bartolomeu	Vidoedo	51	145	14
Reitoria	Santo André	Ouzilhão	115	289	22
Curato	Santa Eulália	Edroza	52	218	20
Curato	S. Cipriano	Nunes	50	149	13
Reitoria	S. Pedro	Conlelas	80	240	30
Curato	S. Lourenço	Fontes Barrosas	37	120	5
Curato	S. Tiago	Sabariz	42	106	19
Reitoria	S. Bento	Castro de Avelãs	36	94	18
Reitoria	A Assunção de Nossa Senhora	Carragosa	40	162	5
Curato	S. Salvador	Donai	52	106	19
Curato	S. Pedro	Soutelo de Gamoeda	50	217	11
Curato	S. Sebastião	Portelo[47]			
Curato	Santa Cruz	Montesinho	32	102	6
Reitoria	S. Martinho	Soeira	110	330	11
Curato	S. Miguel	Vila Boa de Ouzilhão	73	229	28
Reitoria	A Assunção	Nuzedo «traspassante[48]»	63	187	20
Curato	Santo André	Tuizelo	82	314	5
Curato	S. Bartolomeu	Cabeça de Igreja	45	136	9
Curato	S. Pedro	Quadra	21	72	4
Reitoria	Santa Eulália	Santalha	161	447	57
Curato	A Assunção	Casares e Cerdedo	48	167	5
Curato	S. Sebastião	Pinheiro Velho	20	86	5
Reitoria	Santa Marinha	Quintela de Vinhais	41	139	9
Curato	S. Miguel	Vila Verde	77	244	24
Curato	S. João Baptista	Castrelos	44	149	16
Curato	A Invenção da Santa Cruz	Santa Cruz	59	172	24
Reitoria	S. Julião	Paçó de Vinhais	75	234	26
Curato	Senhora da Expectação	Rio de Fornos	39	114	3
Curato	S. Pedro	Lagarelhos	53	170	7
Curato	S. Mamede	Travanca	46	157	12
Reitoria	S. João	Parâmio	132	320	15
Curato	Senhora do Rosário	Dine	34	116	9
Reitoria	S. Bartolomeu	Rabal	129	314	30
Curato	S. Lourenço	França	36	130	8
Curato	S. João	Rio de Onor	25	74	11
Curato	Santa Eulália	Vila Meã	43	115	3
Curato	S. Vicente	Guadramil	28	85	10
Curato	S. Lourenço	Petisqueira	14	44	5
Curato	A Assunção	Deilão	33	101	7
Reitoria	S. Bartolomeu	S. Julião	103	332	40
Reitoria	S. Pedro	Babe	92	327	14
Curato	A Assunção	Gimonde	56	145	17
Curato	A Assunção	Laviados	30	99	7
Curato	Santo Ildefonso	Faílde	36	113	19
Curato	A Assunção	Carocedo	37	91	14
Curato	A Assunção	Rebordaínhos	79	230	36
Curato	Santo Amaro	Pereiros	17	62	18

[47] S. Sebastião do Portelo e Santa Cruz de Montesinho constituíam um só curato.
[48] Deve referir-se à povoação actual de Nuzedo de Cima.

Curato	S. Miguel	Soutelo de Pena Mourisca	33	116	11
Curato	S. Mateus	Sarzeda	28	88	5
Curato	S. Paio	Nogueira	95	270	14
Curato	S. Cláudio	Gostei	113	369	29
Curato	S. Jorge	Vila Nova	30	120	10

Quadro 2
«O destricto do Ramo de Mirandella tem 50 igrejas parochiaes»

Título	Orago	Povoação	Fogos	Pessoas maiores	Pessoas menores
Abadia	S. Mamede	Guide	96	254	30
Curato	Senhora da Encarnação	Torre de D. Chama	122	330	43
Curato	A Epifania	Lamalonga	73	219	25
Curato	Santo André	Fornos de Ledra	62	157	8
Curato	S. Pedro	S. Pedro Velho	115	220	4
Curato	S. Lourenço	Fradizela	104	260	27
Curato	Santo André	Vale de Gouvinhas	88	219	20
Curato	Santo André	Vale de Prados de Ledra	29	70	3
Curato	Santo Amaro	Regodeiro	20	25	3
Abadia	Senhora da Assunção	Vale Benfeito	130	330	30
Reitoria	A Assunção	Mirandela	334	736	52
Curato	A Transfiguração	S. Salvados	57	172	11
Curato	Santo André	Freixeda	95	201	16
Curato	Santo Apolinário	Vila Verde	55	122	8
Curato	Santo Ildefonso	Cedães	96	242	8
Curato	S. Gonçalo	Vale de Lobo	55	138	15
Curato	Santa Maria Madalena	Chelas	34	84	9
Curato	Santo Ildefonso	Vale de Telhas	98	227	25
Curato	S. Sebastião	Vale de Salgueiro	81	212	21
Reitoria	Santa Marta	Bornes	226	303	33
Curato	S. Pedro	Vale de Asnes	112	298	32
Curato	S. Ciríaco	Cedaínhos	20	61	2
Curato	S. Brás	Caravelas	74	114	10
Curato	Senhora da Conceição	Burga	54	142	22
Reitoria	Santa Maria Madalena	Grijó de Vale Benfeito	99	245	27
Reitoria	S. Nicolau	Cortiços	86	254	29
Curato	S. Miguel	Cernadela	53	131	14
Reitoria	Santa Engrácia	Ala	91	260	11
Curato	S. Pedro	Meles	46	148	11
Curato	Santa Catarina	Brinço	55	146	12
Curato	S. Bartolomeu	Vilares	20	60	2
Curato	S. Martinho	Múrias	52	125	15
Curato	Santo André	Avantos	45	136	12
Curato	S. Vicente	Alvites	134	329	40
Reitoria	A Assunção	Mascarenhas	166	442	22
Curato	A Anunciação	Romeu	99	257	25
Curato	S. Pedro	Pousadas	17	53	7
Curato	S. Miguel	Vilar de Ledra	28	63	2
Curato	O Espírito Santo	Carvalhais	52	133	20
Curato	S. Sebastião	Cabanelas	43	127	3
Vigararia	S. Tomé	Abambres	104	258	20
Curato	S. João Baptista	Sezulfe	100	274	25
Curato	A Assunção	Pinhovelo	22	54	0
Curato	S. Geraldo	Carrapatas	42	221	14
Curato	S. Nicolau	Amendoeira	50	139	11

Curato	Nossa Senhora da Assunção	Quintas	18	41	10
Curato	S. João Baptista	Contins	35	78	4
Curato	Santo António	Vila Nova de Mirandela	32	83	8
Curato	S. Sebastião	Miradezes	35	78	7

Quadro 2
«Destricto de Lampaços»

Título	Orago	Povoação	Fogos	Pessoas maiores	Pessoas menores
Abadia	A Assunção de Nossa Senhora	Castro Roupal	38	113	15
Curato	S. Vicente	Vinhas	85	237	28
Curato	Santo Nome de Jesus	Bagueixe	68	210	19
Curato	S. Sebastião	Limãos	64	149	17
Curato	S. Geraldo	Banrezes	13	30	3
Curato	A Invenção da Santa Cruz	Gralhós	36	122	8
Abadia	S. Lourenço	Salselas	66	163	24
Curato	S. Vicente	Vale da Porca	78	196	12
Abadia	Santa Comba	Santa Combinha	39	115	11
Abadia	A Assunção de Nossa Senhora	Talhinhas	53	140	8
Abadia	A Purificação de Nossa Senhora	Macedo do Mato	24	70	8
Abadia	S. Pedro	Sendas	40	104	3
Curato	Santo Estevão	S. Cibrão	39	75	15
Curato	Santa Eufémia	Bragada	25	57	10
Abadia	A Purificação de Nossa Senhora	Podence	115	388	58
Abadia	Santa Comba	Chacim	186	502	74
Curato	Santo António Abade	Olmos	69	196	37
Reitoria	Santo André	Morais	145	416	17
Curato	S. Martinho	Lagoa	120	294	32
Curato	S. Bartolomeu	Paradinha dos Besteiros	10	22	3
Reitoria	A Assunção de Nossa Senhora	Izeda	164	500	58
Curato	S. Miguel	Paradinha Nova	56	168	14
Curato	S. Frutuoso	Pombares	44	150	5
Curato	S. Justo	Calvelhe	66	199	30
Reitoria	Nossa Senhora da Assunção	Lamas	72	193	70
Curato	S. Tiago	Curujas	48	144	19
Reitoria	S. Pedro	Macedo de Cavaleiros	168	440	99
Curato	A Assunção de Nossa Senhora	Castelãos	103	269	24
Curato	S. Martinho	Vilar do Monte	48	149	22
Curato	S. Jerónimo	Vale de Prados	113	260	81
Curato	S. Miguel	Espadanedo	56	158	18
Curato	Santa Isabel	Bouzende	26	78	4
Curato	A Assunção de Nossa Senhora	Ferreira	62	206	17
Curato	S. Lourenço	Murçós	36	126	17
Curato	S. João Baptista	Frieira	30	94	5
Curato	S. Ciríaco	Sanceriz	32	76	16

Quadro 2
«Destricto de Monforte»

Título	Orago	Povoação	Fogos	Pessoas maiores	Pessoas menores
Abadia	S. Pedro	Monforte de Rio Livre	144	235	33
Curato	A Expectação	Mairos	114	306	40
Curato	Santo António	Curral de Vacas	72	172	12
Curato	Santa Marinha	Casas	54	133	19
Curato	S. Lourenço	Águas Frias[49]			
Curato	Nossa Senhora da Natividade	Avelelos	76	180	24
Abadia	Santa Eulália	Santa Valha	150	379	52
Curato	S. João	Fornos do Pinhal	129	314	30
Curato	A Assunção	Bouça	48	136	17
Abadia	S. Miguel	Fiães	89	213	14
Curato	A Assunção	Sonim	103	282	32
Curato	Santa Catarina	Aguieiras	114	333	23
Curato	S. Vicente	Barreiros	51	141	14
Abadia	Senhora da Ribeira	Bouçoães	103	410	23
Curato	S. Lourenço	Vilartão	58	211	15
Reitoria	S. João	Castanheira	118	352	35
Curato	A Conceição de Nossa Senhora	Roriz	57	166	17
Curato	A Natividade de Nossa Senhora	S. Vicente	68	250	21
Curato	S. Bartolomeu	Travancas	109	263	23
Curato	Senhora das Neves	Paradela	76	177	17
Curato	S. Tiago	Tronco	67	189	22
Curato	S. Nicolau	Lebução	133	337	29
Curato	S. Pedro	Sanfins	82	285	7
Vigararia	A Assunção	Tinhela	128	451	31
Abadia	S. Pedro	Quirás	69	226	24
Curato	Santa Marinha	Pinheiro Novo	86	300	20
Curato	A Assunção	Vilarinho de Lomba	55	192	15
Curato	S. Sebastião	Pinheiro Velho	20	120	9
Abadia	S. Julião	Vilar Seco	82	288	26
Abadia	A Assunção	Gestosa	47	170	6
Reitoria	S. Romão	Edral	132	384	28
Curato	S. Tiago	Frades	36	143	57
Curato	S. Pedro	S. Jumil	71	245	19
Abadia	S. Nicolau	Candedo	38	142	20
Curato	Santo Estevão	Espinhoso	60	175	13
Curato	Santa Maria Madalena	Curopos	42	136	12
Curato	Nossa Senhora da Asunção	Vale de Janeiro	65	180	21
Abadia	S. Lourenço	Rebordelo	138	428	17
Curato	S. Bartolomeu	Vale das Fontes	55	146	19
Curato	A Expectação de Nossa Senhora	Nuzedo Subcastelo	26	72	-
Curato	S. Pedro	Valpaço	52	167	8

[49] S. Lourenço de Águas Frias e a Senhora da Natividade de Avelelos constituíam um só curato.

Como vimos, um dos fundamentos que presidiu à fundação da diocese de Miranda, e que assentava na grande distância entre Braga e muitas das freguesias que estavam submetidas à sua jurisdição ecelesiástica, seria negado ao escolher-se Miranda do Douro. Na verdade, para terem validade algumas das razões invocadas para o desmembramento da arquidiocese, impunha-se que a opção final tomasse o partido de uma terra que na circunferência do novo bispado ocupasse uma posição mais central.

Importará ter em conta a capacidade de influência e habilidade negocial do embaixador Baltasar de Faria para conseguir que o Papa Paulo III aceitasse em «diminuir duas igreijas tam antigas[50]», como eram a de Braga e Coimbra. Sabendo-se que a este respeito o Sumo Pontífice manifestou algumas reticências, Baltasar de Faria não hesitou em esgrimir o argumento da dimensão geográfica da diocese de Braga a que acrescentou um significativo aumento demográfico que, para a justificação pretendida, se traduziu num crescendo de importância de muitas povoações. Como já vimos, um dos objectivos que competiam à comissão composta pelo Núncio e bispos de Angra e de S. Tomé para a análise das possibilidades de se criarem novas dioceses consistia na recolha de informações relativas aos lugares escolhidos para sedes dos novos bispados, nomeadamente a averiguação «se sam populosos e decentes e tais, que mereçam aver neles igreijas catredais[51]».

Pela acção do Cardeal Santiquatro que, «com muita destreza alegando o que direito dizia», isto é, baseado no princípio *ex crescente numero fidelum*, conseguiu-se que a proposta do desmembramento das dioceses fosse discutida em consistório, razão pela qual se tornava necessária a existência da comissão. Aprovada esta, nomearam-se também os seus membros. Pela proximidade que mantinham com o círculo da coroa, a investigação efectuada pelos comissários, em princípio, só podia concluir pela reunião das condições

[50] *Corpo Diplomatico Portuguez - ob. cit.*, T. V, p. 278
[51] *Corpo Diplomatico Portuguez - ob. cit.*, T. V, p. 278

necessárias para se tornar realidade a vontade régia, ou seja, que Leiria e Miranda do Douro podiam ser sedes dos novos bispados.

Cidade que se recomendava «mais pela fé e religião dos seus habitantes que pela beleza e formosura dos edificios ou pela paisagem e natureza da região[52]», como escrevia D. Jerónimo de Meneses num relatório enviado ao Papa Urbano VII, em 1590, Miranda do Douro não era na diocese o aglomerado populacional onde habitasse mais gente nem sequer o que oferecia mais possibilidades de desenvolvimento regional atendendo aos condicionalismos políticos e sócioeconómicos decorrentes da sua posição periférica. Note-se, no entanto, que as impressões dos sucessivos prelados sobre a natureza das águas, abastecimentos, qualidade dos géneros alimentícios, bondade do clima e outro atributos da cidade são muito variáveis. Consequência da subjectividade destes factores era o tempo que os bispos se demoravam em Miranda, visto que para alguns os ares e paisagens preferidas, além da corte, eram as dos sítios em que os monarcas estanciavam.

Em Agosto de 1545, no momento em que se definia o quadro geográfico da nova diocese, em Miranda e seu termo viviam 1.635 «moradores com suas familias», número que, estando longe dos 5.649 «moradores (que) com suas familias» habitavam na cidade e termo de Bragança, em pouco suplantava os 1.170 fogos da vila e termo de Vinhais. As populações de Chaves e Montalegre por terem sido novamente integradas na igreja de Braga não as consideramos, assim como as de Mirandela por neste tempo serem de pouca expressão.

Para Miranda, não se conhecendo informações demográficas durante o século de seiscentos, será útil socorrermo-nos de dados, colhidos pelo Padre José de Castro nos arquivos da Santa Sé, resultantes das informações que, no século XVIII, os bispos prestavam à hierarquia eclesiástica: D. João Franco de Oliveira, em 1702, dava notícia de que Miranda «tinha dentro dos seus muros

---

[52] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 2

280 casas nas quais viviam 1.080 habitantes[53]»; D. João de Sousa Carvalho, em 1720 e 1725, referia «236 moradores e 670 pessoas de comunhão[54]»; os mesmos «236 moradores com suas famílias[55]» era o número apontado, em 1744, por D. Diogo Marques Mourato. Mas, cinco anos depois, afirmava a existência de «300 moradores, tendo 1.080 pessoas de comunhão e 1.060 sòmente de confissão, além das crianças[56]». Em 1758, o pároco, cónego Bento de Morais Freire, afirmava tratar-se de «hua piquena povoação que consta (va) de trezentos vezinhos e mil pessoas[57]».

Apesar de tudo, estes números são muito redondos para uma cidade fortificada[58], onde, apesar da tradicional desorganização do nosso exército, se exigia a presença vigilante de uma guarnição militar. Do mesmo modo, a

---

[53] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 3
[54] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 3
[55] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 3
[56] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 3
[57] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 999
[58] Extractando a informação que, em 1749, D. Diogo Marques Mourato prestou ao Papa, relativamente à cidade e sua fortificação, o padre José de Castro ecreveu: «a cidade estava munida de um fortissimo castelo plenamente preparado para a guerra, cercado de muralhas e antemuralhas, fechada desde a primeira hora da noite até à chegada da aurora, vigiando de noite contìnuamente os militares». *ob. cit.*, vol. I, p. 3. O castelo foi mandado levantar por D. Dinis. Em 1758, tinha três torres e «pedra das armas fixada no rebolim do mês o castello para a parte do Oriente hua que fiqua mais levantada com as armas riais coroa imperial e hua esfera ao lado fora do escudo, e abaixo desta tem outra pedra ou escudo que não contem senão as ondas de hum rio. São as armas dos Távoras; e delle hé alcaide mor o Illustrissimo Excellentissimo Marquêz de Tavora [...]. Tem os muros duas portas principais de que se uza huas para a parte do Occidente e outras para o Norte e alem disso hum postigo que faz cara ao Douro. Tem mais tres fortes [...].Para a milicia tem hum governador e ordinariamente cem infantes pertencentes ao Regimento de Bragança com tres officiaes ainda que a praça he de constituição de quinhentos homens para cujo alojamento no anno de 1748 se fizerão huns formozos coarteis dentro dos muros com seu terreiro a conta da Camara e comcorrencia da terra sendo entendente da obra o Doutor Joze Pinto de Almeida juis de fora que antão era [...]. Ha nella hu hospital real governada pellos religiozos de São João de Deos para curar os melitares».A.N.T.T., *Miranda do Douro*, «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fls. 1000v-1001, 1010-1011. Relativamente aos fortes, acrescente-se que, no Verão de 1710, os espanhóis ocuparam a cidade. Em seguida, guarneceram-na «com bastante gente, e para se milhor segurarem mandarão fazer hum forte ou reduto as partes principais da mesma». Em consequência , os mirandeses abandonaram a cidade, procurando asilo por toda a provincia e os cónegos da Sé fugiram para Chacim». FERREIRA, Cândida Florinda - *A guerra da Sucessão no Distrito de Bragança*, in «O Instituto», vol. 78, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, pp. 599-600

fundação da diocese não parece ter exercido grande poder apelativo sobre as gentes de molde a que ao radicarem-se na urbe se desencadeassem as consequências da sua fixação. Desta forma, o argumento da distância a Braga e a existência de povoações com um elevado número de habitantes enquanto requesitos operacionais para o estabelecimento da catedral parece terem sido falaciosos.

Por isso, será necessário encontrar outras razões justificativas da escolha efectuada. O facto de Bragança ser uma cidade da Casa de Bragança, em si, não seria factor impeditivo para a instalação da Catedral. À reabilitação dos Braganças com D. Manuel seguiu-se a concessão de vários privilégios por parte de D. João III, sinal de que não tencionava cercear-lhes direitos. Se a escolha tivesse recaído na cidade ducal, a Sereníssima Casa não veria afectado o seu prestígio; sucederia precisamente o caso contrário, podendo até proporcionar oportunidades à Casa de Bragança de aumentar a sua já vasta influência.

O facto da cidade de Bragança se ilustrar com o título de cabeça da Sereníssima Casa, não seria, assim, impedimento para nela se construir a catedral. Quase em meados do século XVIII, seriam os membros do Senado da Câmara a lamentarem que assim não tivesse acontecido porque, como argumentavam, era no «destricto» de Bragança que a diocese tinha a maior parte das suas rendas para além de ocupar uma posição central, o que facilitaria não só a acção pastoral mas também causaria «menores despezas e menos vexame dos subditos». Na defesa destas posições, invocavam ainda os Senadores o tempo em que Bragança estava sob a jurisdição do Arcebispo Primaz, para evidenciarem a existência, nesta cidade, de um auditório eclesiástico que tinha à sua frente um ministro residente com o título de arcediago e, posteriormente, vigário geral e juiz dos casamentos. Com a constituição da diocese de Miranda, sempre os prelados «a especializaram com a conservação do auditorio eclesiastico», nomeando, para o efeito,

vigários gerais, como, por exemplo, o foram o Doutor António da Guarda, prior da igreja matriz de Santa Maria, e o Doutor Belchior de Sá Cabral, abade da paroquial de S. João Baptista.

No tempo de D. João de Sousa Carvalho, a «jurisdição e alçada» do vigário chegou mesmo a ser ampliada. Mas, a orientação do seu sucessor encaminhou-se no sentido da suspensão deste auditório, razão que motivou o respeitoso protesto do Senado em carta dirigida ao bispo. Estes documentos permitem inferir a existência de duas linhas de acção que paulatinamente iam ganhando corpo na sociedade bragançana: a defesa dos privilégios eclesiásticos de que a cidade gozava e o trabalho latente por parte dos senadores e prelados diocesanos, em cujo pano de fundo já se vislumbravam algumas movimentações para a transferência da Sé de Miranda para Bragança, já antes, tudo o indica, ensaiada por D. Francisco Pereira[59].

Relativamente à questão dos privilégios eclesiásticos que beneficiavam a cidade de Bragança é importante um termo da Câmara, lavrado a 13 de Novembro de 1684. O seu conteúdo resultou de uma proposta do seu procurador, Gregório de Castro Morais, em virtude da presença na cidade do deão da Sé de Miranda, Doutor António da Costa, «para aver de vizitar em o espiritual e temporal as igreijas, e mais ermidas[60]» da cidade de Bragança. estes intuitos comunicou-os o visitador à Câmara:

> «por se conciderar que ha muitos annos que as ditas igreijas não forão vizitadas, menos que por prelados que actualmente prezide em o

---

[59] Na verdade, na carta do Senado ao Bispo (1744), refere-se: «bem attendeu já a esta consideração o grande zelo do bispo D. Francisco Pereira (1618-1621) undecimo prelado que foi desta diocese adiantando o requerimento de traslacção da Sé para esta cidade de Bragança e supposto se alcançou para esse effeito concessoriio regio julgando-se o mais difficil com a morte ou promocção deste prelado (ficou) sem effeito [...] produzindo os tempos um fatal esquecimento deste negocio».
ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. III, pp. 37-38

[60] A.D.B., ALL., Cx. 1, Lv. 5, fl. 24v. Além do Procurador Gregório de Castro Morais e do deão da Sé de Miranda, António da Costa, assinaram este termo os oficiais da Câmara seguintes: Francisco Peixoto de Sá, António da Ponte Galego e José de Morais Madureira.

bispado, e nunqua vizitadores particulares fizerão vizita em obsequio da Serenissima Caza de Bragança de que esta cidade he cabeça[61]».

O facto de ser período de *sede vacante*, ser o deão o representante da diocese, a necessidade da visita «para a corecção dos maos costumes e boa observancia do culto divino» e ainda por concorrerem na pessoa do deão «muitas calidades de prelado perfeito[62]», foi concedida licença para as visitações se efectuarem, mas:

> «adevirtindo que não sirva de exemplo para vir vizitador particular porquanto o seu intento não era prescrever *in solidum* o direito e exempção de serem vizitados mas querião conservarse na posse licita de serem pelo bispo somente vizitados na forma que de Direito Canonico lhes he premitido[63]».

Idêntica orientação seria afirmada, em Março de 1697, numa carta régia endereçada aos oficiais da Câmara de Bragança, a que deram execução os Desembargadores do Estado de Bragança, António Rodrigues de Araújo, ouvidor do crime na Casa da Suplicação, e António de Freitas Branco, do Conselho da Fazenda. Copiada no livro de registo da Câmara[64], esta carta refere ainda o privilégio que a matriz bragançana, a igreja de Santa Maria, gozava, e que se observava, de só poder ser visitada pelo próprio bispo. Aí, também se lembrava que se algumas visitações se fizeram sem a presença do bispo, «fora com termos assignados», o que, adiantava-se, não constituía exemplo nem sequer podia prejudicar o «estilo e posse» que favorecia a cidade há «mais de dosentos annos».

Por levarem demasiado à letra este direito, os oficiais da Câmara que serviam em 1699, Francisco Perestrelo de Morais, António de Morais Pinto, António da Ponte Galego e Francisco Peixoto de Sá, recusar-se-iam a receber o

---

[61] A.D.B., ALL., Cx. 1, Lv. 5, fl. 24v
[62] A.D.B., ALL., Cx. 1, Lv. 5, fl. 24v
[63] A.D.B., ALL., Cx. 1, Lv. 5, fl. 24v
[64] A.D.B., ALL., Lv. 24, Mç. 5, fls. 189v-190; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. III, p. 35

visitador que o bispo enviou à cidade. Daí que sobre eles tivesse caído o «interdito», situação em que ainda se encontravam no pricípio do ano de 1701 porque do recurso para o juízo da coroa a Mitra obteria sentença favorável às suas pretensões. Perante esta ocorrência, seria D. Pedro II a sugerir que os antigos juíz e vereadores bragançanos, como bons católicos, tratassem de «pedir humildemente absolvição» à hierarquia diocesana, já que eles «estão, e os mais, que lhe tem sucedido em termos de aceitar vizitador, que o prelado lhe mandar[65]», como em sentença anterior tinha sido decidido.

Também a localização de muitas fazendas do Cabido «dentro do distrito, e limite» da cidade de Bragança constituía um entrave ao livre arbítrio deste organismo diocesano no momento em que se pretendia fazer o tombo daquelas, como aconteceu, por exemplo, em Agosto de 1695. Obtida, para o efeito a licença real, seria necessário que o monarca notificasse o ouvidor da cidade para que, com aquele fito, não se levantassem quaisquer impedimentos aos delegados da Mesa Capitular. Tal procedimento vem expresso no documento, sob o pretexto de:

> «estarem as ditas fazendas dentro da dita cidade, á qual o juis do dito tombo não podia ir, sem ordem deste Estado de Bragança, por ser pertencente a elle[66]».

Com interesse é a notícia contida na carta de 6 de Março de 1697, em que o monarca referia a obrigação que o bispo tinha «de assestir ahi (em Bragança) seis mezes[67]», invocando, a este propósito a existência na Câmara de documentos que podiam confirmar tal obrigação. Para além do registo desta carta nos livros da Câmara, nunca vimos documento que confirmasse tal asserção. Também as notícias conhecidas sobre a presença dos prelados nesta

---

[65] A.D.B., ALL., Lv. 24, Mç. 5, fls. 202-202v; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. III, pp. 35-36

[66] A.D.B., ALL. Lv. 24, Mç. 25, fl. 156v

[67] A.D.B., ALL., Lv. 24, Mç. 5, fls. 189v-190; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. III, p. 35

cidade, não confirmam tal afirmação, embora a Mitra tivesse um edifício em Bragança para alojamento do prelado.

A ser tomado este caminho, a cidade de Bragança seria certamente a escolhida para aquele efeito, jogando ainda a seu favor o facto de ser o centro urbano mais importante e populoso de Trás-os Montes. Por outro lado, sempre estaria mais abrigada dos potenciais malefícios que a posição raiana poderia, em tempo de conflitos, facilitar.

Uma das explicações possíveis para a justificação da opção tomada poderá residir, justamente, na sua posição fronteiriça em virtude da qual a orientação do poder central privilegiava o fortalecimento do termo de Miranda através dos mecanismos de atracção e desenvolvimento que a fundação de uma catedral forçosamente provocaria. Era, sendo este o caso, a afirmação e a continuidade de uma linha de acção norteada pelo pensamento estratégico que vinha dos tempos de D. Manuel, pelo menos, desde o momento em que ordenou ao seu escudeiro Duarte de Armas a necessidade de iniciar um périplo pelo interior fronteiriço com a finalidade de debuxar as fortificações que nessas zonas assinalavam a soberania nacional.

Ao ser-lhe concedido o estatuto de cidade, por D. Afonso V, Bragança passou a ser, no século XV, juntamente com a Guarda, uma das duas únicas cidades existentes na área mais interior do país. Contudo, se a cidade da Guarda era de fundação mais antiga (séc. XII-XIII), a concessão do novo foro a Bragança parece decorrer da «protecção que o monarca dispensava à Casa de Bragança que, em grande parte, financiara a política de expansão em Marrocos[68]». Neste quadro, compreende-se tal mercê já que, no território nacional, outras vilas reuniam melhores condições e, consequentemente, dispunham de argumentos mais sólidos para reclamarem tal favoritismo.

---

[68] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX*, separata de «Portugaliae Historica», I vol., Lisboa, 1973, p. 14

Por outro lado, cumpre afirmar que para a concessão do estatuto de cidade a Bragança se seguiu uma orientação diversa daquela que entre nós era usual. Na verdade, afastando-se da via tradicional, desta vez as razões de ordem política anularam o conceito de que tal tal título só podia ser atribuído às povoações onde se erguiam Sés episcopais.

Posteriormente, no reinado de D. Manuel I, as vilas de Elvas, Tavira, Faro e Funchal seriam também agraciadas com o estatuto de cidade. Nas duas primeiras povoações, a avaliar pelas cartas de cidade, a lealdade dos vassalos, os serviços prestados à coroa, os merecimentos particulares dos membros dos vários estados e, particularmente dos privilegiados, fundamentavam os pressupostos da mercê. Contudo, a posição geográfica, favorecendo o fomento das terras, não deixava de ter interferência mormente quando se tratava de prestar o apoio que o prosseguimento expansionista do Norte de África exigia.

Estas razões manteriam a sua validade para os casos de Faro e do Funchal, pese, embora, o facto de nestas duas urbes se criarem outras tantas dioceses. É certo que no caso da capital da Madeira, sendo ainda vila, um alvará, com data de 17 de Agosto de 1508, estipulava que fosse governada «pella maneira que se rege a Camara da nossa cidade de Lisboa[69]». Mas tal privilégio não invalidou que, alguns dias depois, outro diploma régio lha atribuísse o foro de cidade. O consentimento dado por Leão X, manifestado na Bula *Pro excellenti proemnenti*, em 1514, para a criação do bispado do Funchal, com jurisdição nas ilhas atlânticas, costa africana e Índia, mostra, como sustentou Joaquim Veríssimo Serrão, tratar-se de uma relação causa-efeito, já calculada pelo Venturoso.

Faro seria elevada à categoria de cidade em 1540 depois de Paulo III sancionar, em finais do ano anterior, a instalação da sede diocesana. Como até aí, a mitra episcopal estava estabelecida em Silves, esta medida não seria

[69] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *ibidem*, p. 15

vista pelos habitantes desta terra com bons olhos, razão que levantou várias dificuldades à efectivação da transferência da Sé. Contudo, mais uma vez, os estatutos de sede episcopal e de cidade andavam associados.

Com D. João III, a criação das novas dioceses de Miranda, Leiria e Portalegre passaria também pela concessão do estuto de cidade a estas três povoações.

Na carta de 10 de Junho de 1545, o monarca declarando pretender «alevamtar em See Cathredal a igreja de Nossa Senhora da villa de Miranda» acrescenta o motivo que o determinou: «apartar certa parte da diocese do arcebispado de Bragua». Se as razões religiosas se definiram com clareza, parece não ter sido tão fácil alicerçar, de maneira convincente, a justificação para a mudança de categoria. Assim, de forma geral, mas sem convicção, apenas se adiantam os «merecimentos e serviços que a mim e aos reis meus antecessores tem feitos» e se conjectura a espectativa de que os seus moradores sejam leais continuadores dos propósitos enunciados.

Os termos que se apontaram para a cidade de Miranda do Douro seriam exactamente os mesmos que justificaram a mercê que também se concedeu a Leiria, em 13 de Junho de 1545, no momento em que, à custa da diocese de Coimbra, se criou novo bispado.

Com a criação da diocese de Portalegre, a mesma justificação seria aplicada quando, em 23 de Maio de 1550, se lhe concedeu o estatuto de cidade.

De referir que nos três casos, nunca se valorizou o aumento populacional, circunstância que, a verificar-se, não deixaria de ter, pelo seu significado económico, importantes consequências. Também a distância ao litoral e as características das produções locais eram factores limitativos de uma intervenção activa na empresa ultramarina. Porém, a localização geográfica de Miranda e Portalegre permitiam que os seus serviços nas lutas com Espanha fossem destacados. Contudo, nem sequer estes mereceram ser

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO

evidenciados, o que é a demonstração de que, havendo no país vilas de maiores merecimentos para beneficiarem do estatuto de cidade, a mercê que se lhes concedeu decorria claramente da criação e estabelecimento de novas dioceses, sabendo-se que a sede destas não ficaria dignificada se não estivesse numa cidade.

De acordo com o numeramento efectuado, a mando de D. João III, por circular expedida de Coimbra, em 17 de Julho de 1527, no termo de Miranda, em 1530, viviam 1625 moradores[70], contemplando este número os 287 que viviam dentro dos muros e seus arrabaldes. Mesmo assim, no quadro geográfico da área que viria a constituir a nova diocese, o que nos leva a excluir Chaves, Miranda perfila-se como o segundo centro populacional mais importante, logo a seguir a Bragança que contava no seu termo 5.649[71] habitantes.

Todavia, até à primeira década do século XVII as expectativas demográficas criadas pelo estabelecimento da Sé não se concretizaram plenamente, a fazer fé no escrito de Manuel Severim de Faria que afirmou:

> «a povoação he pequena e não passa de 400 vizinhos, posto que a cerca ocupa maior lugar[72]».

Tentando explicar a razão da existência de uma população tão limitada na cidade pelo «ceo inclementissimo» e pelo «Inverno de incomportavel frio e neves», o clérigo evorense adiantava igualmente uma explicação plausível para as motivações que determinaram o monarca a escolher para sede diocesa uma terra tão extrema:

---

[70] GALEGO, Júlia e DAVEAU, Suzanne - *O numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, p. 93

[71] GALEGO, Júlia e DAVEAU, Suzanne - *ibidem*, p. 93

[72] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria*, vol. 12, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, p. 116

«vendo El Rei D. João quanto importava em razão de estado ser bem povoada[73]».

Contudo, também admitia que os efeitos pretendidos se tinham gorado já que após a criação da diocese e a construção da catedral «nem por isso (se) tem erguido depois que se edificou (esta igreja) hua só caza[74]».

Manuel Severim de Faria era chantre na Sé de Évora que, desde Setembro de 1608, vivia um período de *sede vacante* por falecimento do arcebispo D. Alexandre. Em Agosto do ano seguinte, com a nomeação do bispo de Miranda, D. Diogo de Sousa, para o arcebispado alentejano a situação tendia a voltar à normalidade. Seria em resultado desta nomeação que o Cabido eborense escolheu e mandatou o seu chantre para efectuar uma deslocação a Miranda, para, como costumava em semelhantes circunstâncias, «dar os parabens e devida obediencia ao novo prelado[75]». Partindo de Évora em 27 de Outubro de 1609, Manuel Severim de Faria, chegaria a Miranda na tarde do dia 28 do mês seguinte, sendo recebido pelo prelado no paço episcopal.

Da viagem empreendida resultaria uma memória manuscrita intitulada «itinerario da jornada que fez o Senhor Manoel Severim de Faria Chantre e Conego da Sé de Evora, a Miranda, no anno de 1609», a qual, já em 1900, suscitou o interesse de J. Leite de Vasconcellos, ao ponto de ter admitido a possibilidade de a publicar integralmente[76]. Porém, este documento só em 1974 conheceria a forma de letra impressa pelo labor de Joaquim Veríssimo Serrão.

No «itinerario de jornada» podemos colher mais algumas notícias relativas a esta cidade transmontana. Referindo-se aos seus habitantes, somos

---

[73] *Idem, ibidem*, p. 117
[74] *Idem, ibidem*, p. 117
[75] *Idem, ibidem*, p. 68
[76] VASCONCELLOS, J. Leite - *Estudos de philologia mirandesa*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p. 109

informados que «fora o clero ha(via) poucos nobres[77]» pelo que a grande maioria dos moradores era gente plebeia. Eram estes que cultivavam as terras e animavam o comércio local, motivo pelo qual Miranda, sendo «abundantissima de pão e se senteio[78]», tinha ainda muitos e bons vinhos e «grande copia de carnes principalmente de vitelas e carneiros[79]», a que se juntavam as de porco.

Evidencia-se, assim, uma economia de feição agro-pastoril que garantia a subsistência dos moradores e lançava os excedentes nos circuitos comerciais existentes, com destaque para a feira que se fazia no princípio de cada mês, onde também se vendião «pelles, arforjes, e casubeis de que se lavr(av)ão muitos na terra posto que grosseiros[80]».

Da viagem de Manuel Severim de Faria interessam-nos duas notas correspondentes às observações efectuadas durante a sua permanência na cidade de Miranda do Douro. Estas notas, se por comparação com os tempos em que D. João III cogitou a reformulação da organização religiosa do país e com os conceitos que directa ou indirectamente acompanharam a edificação da Sé, se denotam afastamento ideológico, outrossim, revelam-se apropriadas para introduzirmos algumas linhas de força que caracterizem, mais do que as transformações sucedidas, as indefinições de orientação que se viviam no momento em que o século XVI se aproximava do seu ponto médio. A primeira relaciona-se com o modo como os mirandese falavam; a segunda atenta na apreciação arquitectónica da Sé. Não vindo ao caso a especificidade do mirandês, visto Severim de Faria a ter entendido como língua portuguesa, o chantre da Sé de Évora observou:

---

[77] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria*, vol. 12, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, p. 116
[78] *Idem, ibidem*, p. 116
[79] *Idem, ibidem*, p. 116
[80] *Idem, ibidem*, p. 117

«Falão mal se os compararmos cõ a lingoagem de hoje politica porque alem de usare de alguas palavras antigas pronunciaõ os vocabulos cõ grande pressa fazedo somente assentos agudos e prolongos na primeira e ultima silaba da dicçaõ o que parece herdaraõ ainda dos suevos, e godos e de outras naçoens do Norte que nesta provincia abitaraõ[81]».

Apesar do ambiente de «corte de aldeia» que então se vivia no país, admirava-se Severim de Faria com a persistênsia do legado bárbaro traduzido na comum utilização de «palavras antigas» cujo referente era a Idade Média, e constatava o afastamento deste modo de falar com a linguagem «política», ou seja, com aquela que eruditos e cortesãos utilizavam com frequência. Membro da hierarquia da Sé de Évora, sob cujas abóbadas tradicionalmente exerciam funções um escol de letrados, Severim de Faria colocava o problema da linguagem num campo em que os refinados frequentadores dos círculos cortesãos se opunham a um largo conjunto da população que quotidianamente falava uma língua pejada de arcaísmos vernaculares frequentemente acrescentados com castelhanismos. Nesta medida o chantre mostrava-se incondicional da linguagem-padrão cujo estabelecimento muito deve ao programa intectual posto em marcha pelos humanistas e a que não foi estranho o interesse pelos textos da antiguidade clássica, com destaque para os que tinham sido escritos em latim.

4. Indefinição das orientações artísticas: obra «ao moderno»; obra «à antiga»

Com a subida ao trono de D. João III, o quadro artístico e cultural, potenciado pela ambiência humanística, conheceu um impulso de modernidade renovadora com forte impacto durante os anos trinta e parte da década de quarenta. Todavia, não sendo de admitir cortes abruptos com a

[81] *Idem, ibidem*, p. 116

realidade, tais transformações só podem ser compreendidas à luz de algumas manifestações antes ensaiadas, nas quais se esboçava uma sensibilidade receptiva à corrente humanista e, particularmente, ao contexto antiquizante de extracção italiana.

No entanto, o panorama artístico dos inícios do reinado de D. João III não excluíu completamente as linhas de orientação arquitectónica subsidiárias da linguagem medievalizante que caracterizaram o reinado de D. João II e se prolongaram pelo tempo de D. Manuel I - altura em que se cruzaram expressões de sentido polivalente - pese embora a constatação de alguns sinais de actualização durante os reinados destes dois monarcas no sentido de uma aproximação à realidade transalpina.

Assinalando-se a fixação, em meados do século XV, dos italianos Mateus de Pisano, Justo Baldino e Estevão de Nápoles com a função de educarem nos *humanitatis studi* o filho de D. Afonso V e futuro soberano e de escreverem, ao que parece sem chegarem a concretizar, os sucessos da tomada de Ceuta e as crónicas de alguns dos nossos reis[82], infere-se que o fenómeno do humanismo renascentista em Portugal se iniciou muito antes de 1537, data da transferência da Universidade para Coimbra.

À luz de uma carta[83] que o siciliano Cataldo Parísio, «o introdutor do Humanismo em Portugal[84]», dirigiu a D. João II, escrita pouco depois da sua vinda para Portugal em 1485, clarifica-se a acção persuasiva dos seus amigos Fernando Coutinho , bolseiro régio em Itália antes de ser investido no bispado de Lamego (1493), e do siciliano António Corsetti, formado em Direito Civil e Canónico na universidade de Bolonha, no sentido de influenciar o humanista a estabelecer-se em Portugal. Na mesma carta, a alusão a «uma cartinha vossa

---

[82] MENDES, António Rosa - *O pré-humanismo português*, in «História de Portugal», (Direcção de José Mattoso), vol. 3, s/l., Círculo de Leitores, 1993, p. 375 e ss.

[83] RAMALHO, Américo da Costa - *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. II, s/l., Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, pp. 38, 39

a empurrar-me[85]» comprova a intervenção directa de D. João II para atrair à corte o humanista e a afirmação do seu desejo em se substituir à protecção mecenática que, em Bolonha, os Malvezzi, lhe tinham garantido.

Todavia, antes de Cataldo se deslocar para o nosso país já se ocupava com os versos[86] de «Arcitinge», composição em latim versando as conquistas de Arzila e Tânger (1471) e em que se evidenciava o teatro de guerra como pretexto para celebrar os feitos de D. Afonso V e enfatizar a cerimónia em que o futuro D. João II foi armado cavaleiro[87]. Nesta medida, os soberanos de Portugal aproximavam-se dos comportamentos seguidos por alguns príncipes italianos que não dispensavam os préstimos de poetas áulicos para, em latim, poderem imortalizar a recordação gloriosa dos seus feitos mais notáveis.

Por outro lado, a par com a importância crescente concedida ao uso do latim como critério de cultura clássica, a vinda de Cataldo Sículo para Portugal devia-se também ao despontar de preocupações de natureza cultural, nomeadamente as relacionadas com a pretensão de que o apetrechamento formativo dos príncipes devia ser concordante com a renovada dimensão da antiguidade clássica. Assim, o siciliano responsabilizar-se-ia pela educação de D. Jorge - fruto dos amores de D. João II com D. Ana de Mendonça - e do príncipe herdeiro, D. Afonso. Se entre os seus alunos se contaram D. Dinis, irmão do duque de Bragança, D. Jaime, e pessoas da Casa de Vila Real como D. Pedro de Meneses e sua irmã D. Leonor de Noronha, a sua acção não se confinaria a estes elementos masculinos da nobreza, pois a própria mulher de D. João II, D. Leonor, a infanta D. Joana, a mulher de D. Manuel, a rainha D. Maria, a marquesa de Vila Real foram algumas das personalidades a quem

---

[84] *Idem, ibidem*, vol. II, p. 1
[85] *Idem, ibidem*, vol. II, p. 39
[86] *Idem, ibidem*, vol. II, vol. II, pp. 9, 28, 37, 38, 108
[87] Em Arzila, o príncipe D. João, «sendo em ydade de desaseis anos. E na primeira cousa em que se vio, tam bem peleijada, e de tanto perigo, mostrou logo a grandeza dos seu coração. E no mesmo dia [...] el Rey seu pay com muyto contentamento o fez cavaleiro dentro na

Cataldo ensinou latim. Por isso, Costa Ramalho pôde afirmar que o humanista oriundo da Sicília «pôs a ler latim toda a gente à sua volta[88]». Por extensão, devemos admitir o florescimento no país de um ambiente sensível à cultura greco-latina e que não deixaria de encontrar no território italiano as referências essenciais.

Ao contrário de Mateus Pisano, o antecessor mais próximo de Cataldo, este parece não ter beneficiado sempre de um ambiente intelectual que o favorecesse, especialmente nos assuntos respeitantes à sua pretensão de colher informações para escrever algumas «crónicas» da expansão portuguesa. Os obstáculos que se lhe levantaram parece estarem relacionados com o desejo de se entregar tal empresa ao humanista florentino Ângelo Policiano que, entusiasmado pelos filhos do chanceler João Teixeira Lobo, seus alunos em Florença, ofereceu os seus serviços a D. João II. Contudo, a morte de Policiano[89] em 1494 e de D. João II no ano seguinte anularia o projecto de se escreverem em latim alguns dos feitos mais gloriosos dos portugueses[90].

---

mesquita». GARCIA de RESENDE - *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, p. 5

[88] RAMALHO, Américo da Costa - *ob cit.*, vol. II, p. 12. Mas no que respeita aos elementos femininos devem ser levadas em conta as palavras de João de Barros no «Panegírico da Infanta D. Maria». Referindo-se às qualidades desta princesa, filha de D. Manuel I e irmã de D. João III, João de Barros afirmou ter a infanta alcançado «inteiro conhecimento da língua latina, pera daqui chegar ao fim de sua tensão, que é o estudo da Sagrada Escritura [...] afastada dos particulares interesses com que muitos usam das letras ao modo de jornaleiros». João de Barros - *Panegíricos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1937, pp. 179, 180. Sobre esta infanta *Vd.* RAMALHO, Américo da Costa - *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. I, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1988, pp. 87-103

[89] Aluno de Poliziano, em Florença, foi o humanista Luís Teixeira que seria preceptor de D. João III. De Luís Teixeira, Francisco de Holanda herdaria o livro de epigrafia romana *Epigrammata Antiquae Urbis* que lhe serviu de guia em Roma. Note-se que, certamente em resultado dos seus contactos em Évora com André de Resende, também Holanda, antes ainda da sua partida para Itália, se interessava pela epigrafia latina. DESWARTE, Sylvie - *Francisco de Holanda entre o renascimento e o maneirismo*, in «História da Arte em Portugal», vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 13, 14; *Idem* - *Francisco de Hollanda et les études vitruviennes en Italie*, in «A introdução da Arte da renascença na Península Ibérica», Actas do Simpósio Internacional, Coimbra, EPARTUR, 1981, 237; *Idem* - *Les enluminures de la Leitura Nova 1504 - 1552. Etude sur la culture artistique au Portugal au temps de*

A gestação de um contexto antiquizante no campo artístico conheceu algum desenvolvimento com D. João II - apreciador das artes em geral, particularmente do poder inventivo do desenho[91], como testemunhou Garcia de Resende - e contou igualmente com os favores da rainha D. Leonor cuja sensibilidade à produção artística de Itália a levaria a receber com agrado relicários e alfaias de culto[92] enviadas pelo Cardeal D. Jorge da Costa ou a importar peças variadas em que se contavam alguns medalhões saídos da oficina dos Della Robia.

À acção de D. Leonor deve-se a construção do Hospital das Caldas de Óbidos, actualmente Caldas da Raínha, o qual copia, ainda que com «ligeiras alterações, a (organização espacial) do Hospital do Santo Spirito in Sassia em Roma[93]». Também a obra do Hospital Real de Todos-os-Santos[94], em Lisboa,

---

l'Humanisme, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1977, pp. 187, 188

[90] CURTO, Diogo Ramada - *Língua e memória*, in «História de Portugal», (Direcção de José Mattoso), vol. 3, s/l., Círculo de Leitores, 1993, p. 365

[91] «Eu debuxava muyto bem, e elle folgava muyto com isso, e me acupava sempre, e muitas vezes o fazia perante elle em cousas que me mandava fazer, e porque eu levasse gosto em o fazer me disse hum dia perante muytos, que me prezasse muyto disso, porque era tão boa manha que elle desejava muyto de a saber, e que o Emperador Maxemiliano seu primo era gram debuxador, e folgava muyto de o saber, e fazer»; «como (El-Rei) era ingenhoso em todos os officios, e sabia muyto em artelharias, cuydando muyto nisso, por milhor guardar sua costa com mais seguridade e menos despesas, aquy em Setuvel, com muytos esprimentos que fez, achou e ordenou em pequenas caravellas andarem muyto grandes bombardas, e tirarem tam rasteiras que hiam tocando na agoa, e elle foy o primeiro que isto inventou». GARCIA de RESENDE, *ob. cit.*, pp. 269, 255

[92] DIAS, Pedro - *A importação de esculturas de Itália nos séculos XV e XVI*, Coimbra, Livraria Minerva, 1987, p. 34. Para alguns foi «percursora de um amplo movimento de abertura da cultura portuguesa ao mundo de quinhentos [...]. Ela foi, fundamentalmente, a grande dinamizadora da cultura nacional em várias frentes, desde a pintura, a produção literária, até à própria produção tipográfica nacional, então de renome além-fronteiras».MATOS, Manuel Cadafaz de - *O caixotim, o caracter móvel e a prensa ao serviço da Bíblia. Um século áureo da Cultura tipográfica portuguesa, de Lisboa ao Padroado Português do Oriente (1495-1595)*, in «Revista da Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa», 5ª Série, nº 13/14, Lisboa, 1990, p.281-282

[93] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*, (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), vol. I, Lisboa, 1991, p. 50

iniciada por D. João II, seguiria uma fonte de inspiração estranha a práticas nacionais, embora no seu portal não se tenha repudiado o contributo da emblemática manuelina.

Sendo justo que se realcem as preocupações pela melhoria dos serviços assistenciais e as incidências urbanísticas que estas duas instituições representaram, também o seu alcance artístico deve ser colocado em relevo em virtude de terem seguido um esquema construtivo em que se patenteava uma orientação que, cortando com a organização planimétrica medieval, instaurava uma «tipologia absolutamente nova na arquitectura portuguesa, com grandes organismos simétricos e funcionais compostos racionalmente[95]» e em que sobressaía a apropriação de um «esquema cruciforme, simples ou duplicado [...] ao exemplo dos antecedentes italianos na sua forma mais pura[96]». Por isso, o autor que vimos seguindo não hesitou em considerá-los como a expressão monumental:

> «de uma mentalidade mais avançada no caminho da cultura renascentista, verdadeiros símbolos do Estado moderno centralizado e racionalista[97]».

Na mesma linha de orientação, enquanto conselheiro de D. Leonor nas obras do Hospital das Caldas da Rainha, terá interesse sublinhar o papel de D. Jorge da Costa, o Cardeal Alpedrinha, bom representante do «tipo de prelado romano do Renascimento[98]» a quem as mordomias como o luxo da corte

---

[94] Esta obra reunia «em hum soo Esprital todolos Espritaes de Lisboa, que erão muytos». Para o efeito, D. João II obteve, em 1485, licença do Papa Inocêncio VIII. GARCIA de RESENDE, *ob. cit.*, pp. 90, 91

[95] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*, (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), vol. I, Lisboa, 1991, pp. 32-33

[96] *Idem, ibidem*, vol. I, p. 37

[97] *Idem, ibidem*, vol. I, p. 33

[98] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Cardeal Alpedrinha*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. I, s/l., Iniciativas Editoriais, s/d., p. 122. «Perdura na igreja de Santa Maria del Populo, de Roma, o túmulo do Cardeal D. Jorge da Costa, o Alpedrinha [...]. Pouco adiante do palácio

pontifícia não desagradavam. O fenómeno da expansão, provocando transformações de sentido progressivamente burocrático e mercantilista, incidia igualmente sobre a ideologia do Estado de tal modo que os antigos ideais de cavalaria iam submergindo à medida que se consolidava um novo imaginário «essencialmente cénico[99]» em que o monarca, ou os seus símbolos, ocupavam a posição de maior destaque.

Na evolução do quadro cultural também as letras desempenharam papel de relevo, mormente pela acentuada tendência para o estudo e valorização da língua latina encarada não só como instrumento de conhecimento dos autores clássicos mas ainda como elemento catalizador das forças que, paulatinamente, iam corrompendo os tradicionalismos ainda cultivados num campo de moldura medieval. Preparavam-se, assim, as condições para a aceitação do classicismo no momento em que o esforço expansionista coincidia com a projecção de uma nova dimensão do Homem e do Cosmos.

Acalentadas pelo mecenato régio, por particulares e instituições as letras e as artes beneficiariam não só com a diversificação mas também com o estreitamento de relações que tradicionalmente mantínhamos com as cidades italianas e particularmente com Florença. Fosse sob a forma de «comércio organizado, compras pontuais através de encomendas específicas, ofertas de cariz diplomático, importação como recordação ou objecto devocional[100]», os esquemas de aquisição de peças artísticas não apresentavam grandes variações relativamente às correntes estabelecidas com o Norte de Europa. No

---

deste Cardeal havia um arco antigo, de Marco Aurélio, o qual foi destruído em 1675. Era designado vomo Arco de Portugal nos séculos XVI e XVII». PASSOS, Carlos de - *Relações históricas luso-italianas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1961, p. 171

[99] MARKL, Dagoberto e PEREIRA, Fernando António Baptista - *História da Arte em Portugal*, vol. VI, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 16. «Toda a vida social da Corte está repleta de "mostranças", não só ao nível do vestuário e dos atributos como até dos gestos». ALVES, Ana Maria - *Iconologia do poder real no período manuelino*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s/d., p. 73

entanto, do facto de se situar em Itália a sede papal acrescido com a importância económica das cidades italianas decorreriam consequências determinantes no estreitamento e diversificação das nossas relações com a península itálica. De maneira particular, o empenhamento de Portugal na empresa expansionista ao colocar de forma progressiva a exigência de financiamentos externos aproximou os nossos centros de decisão política e económica de algumas famílias burguesas transalpinas de tal modo que alguns dos seus elementos - João Francisco Affaitati (Lafetá), Jerónimo Sernigi[101], Lucas Giraldi, Bartolomeu Marchioni[102] - não enjeitaram a possibilidade de estabelecerem no nosso país algumas representações. Por outro lado, se cidades como Veneza sentiam a ameaça concorrencial dos portugueses outras, como Florença, baseavam a sua acção na base da colaboração. Por isso os Marchioni e os Sernigi beneficiaram de importantes privilégios que a Coroa lhes concedia, chegando mesmo a participar nas vantagens[103] comerciais que se lhes ofereciam no continente, ilhas, Oriente e Brasil.

Ainda em relação à importância dos italianos entre nós radicados deve destacar-se a petição apresentada em 1518 para edificarem uma igreja para servir a própria comunidade, a qual, embora em pequeno número, também contava com a presença de alguns artistas.

---

[100] DIAS, Pedro - *A importação de esculturas de Itália nos séculos XV e XVI*, Coimbra, Livraria Minerva, 1987, p. 29

[101] Jerónimo Sernigi obteve os privilégios e título de cidadão de Lisboa (1511) e carta de armas própria (1515). PASSOS, Carlos - *Relações históricas luso-italianas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1961, p.163

[102] Naturalizar-se-ia em 1482. PASSOS, Carlos - *Relações históricas luso-italianas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1961, p.164

[103] RADULET, Carmen M. - *Girolamo Sernigi e a importância económica do Oriente*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1984, pp. 4-11. Na expedição de 1500 comandada por Pedro Álvares Cabral, partiu a nau Anunciada, em cuja armação quinhoaram Jerónimo Serinigi e D. Álvaro, segundo Duque de Bragança. PASSOS, Carlos - *Relações históricas luso-italianas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1961, p. 163, GODINHO, Vitorino Magalhães - *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, Lisboa, s/d., pp. 8, 53, 57

Será, pois, neste contexto que a presença de Andrea di Niccolo di Domenico di Muccio, ou Contucci - Sansovino - em Portugal deverá ser entendida.

Foi Vasari quem deu conhecimento da deslocação deste escultor, arquitecto e desenhador para Portugal, onde se demorou durante nove anos. De acordo com a famosa passagem do texto do teórico maneirista italiano teria sido Lourenço o Magnífico quem enviou Sansovino a D. João II. Para este monarca executou diversos trabalhos nos campos da escultura e da arquitectura. Nesta área teria sido o responsável pela construção de um enigmático palácio com quatro torres o qual continha pinturas que Andrea Sansovino tinha esboçado e, ao mesmo tempo, ter-se-ia ainda ocupado com as traças de «algumas obras de arquitectura difíceis e estranhas no estilo do país[104]». Como obra de escultura consignavam-se-lhe um altar em talha com figuras de profetas, um estudo de uma batalha em barro para ser passada ao mármore e uma figura de S. Marcos[105]. Para dar credibilidade ao seu relato, Vasari acrescentava ter visto desenhos de algumas destas obras em Monte Sansovino, então, nas mãos dos herdeiros do escultor, informando também que o livro de desenhos passou para a posse do mestre Girolamo Lombardo, seu discípulo e encarregado de concluir algumas obras que o mestre não pôde terminar.

---

[104] HAUPT, Albrecht - *A arquitectura do renascimento em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 10. A nota, traduzida de *Le Vite de'più eccellenti Pittori, Scultori e Architecttori*, vol. IV, Firenze, Salanai Editori, 1963, pp. 148-149, é da autoria de Mendes Atanázio que assinou a introdução crítica daquele volume. A mesma passagem, mas em italiano, pode ler-se no estudo de ATANÁZIO, Manuel C. Mendes - *A vinda de Andrea Sansovino a Portugal*, In «A introdução da arte da renascença na Península Ibérica», Actas do simpósio internacional, Coimbra, EPARTUR, 1981, p. 196

[105] Raczynski escreveria: «La bataille aussi bien que la statue ont été exécutées en marbre, et se trouvaient dans l'église du couvent de Saint-Marc, prés de Coimbre, où je les ai vues moi-même avant 1810. Plus tard, lorsque Massena envahit le Beira, elles furent endommagées, mais on en voit encore quelque chose». RACZYNSKY, A. - *Les Arts en Portugal. Lettres adressées a la Société artistique e scientifique de Berlin*, Paris, 1846, p. 345

O conteúdo destas notícias seria objecto de controvérsias em que pela pena de diversos historiadores, nacionais e estrangeiros, se esgrimiram argumentos divergentes: uns de tipo atribuicionista, com paladinos como Guido Battelli[106], Joaquim de Vasconcelos e Albrecht Haupt[107]; outros de tipo duvitativo em que intervieram Reynaldo dos Santos, Virgílio Correia, Santos Simões; outros, fazendo fé nas palavras de Vasari, aceitavam que Sansovino tenha estado em Portugal mas não lhe consignando, por precaução, quaisquer realizações como Mendes Atanázio[108] e Peter e Linda Murray[109].

Limitando-se o nosso propósito apenas ao delineamento de um quadro que ajude à compreensão da gestação do ambiente artístico e cultural em que se inscrevem os preparativos para o lançamento da obra da Sé de Miranda a referência a esta problemática só tem sentido para mostrarmos que no

---

[106] Entre as obras que atribuía a Andrea Sansovino contavam-se a Porta Especiosa da Sé de Coimbra e a igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Tomar. A importância que Guido Battelli reconhecia a este artista pode ser sintetizada no seguinte trecho: «il Sansovino non solo fu l'iniziatore della nuova arte del Rinascimento in Portogallo, ma anche il promotore di una scuola artistica, che doveva continuare dopo la sua partenza e servir de guida e di modello ai maestri francesi e spagnuoli chiamati qui sui primi del Cinquecento dal Re Manuel». BATTELLI, Guido - *Il Sansovino in Portogallo*, Separata da revista «Biblos», vol. V, nº 5-6, Coimbra, 1929, p. 3. A mesma matéria seria retomada no estudo BATTELLI, Guido - *Andrea Sansovino e l'Arte italiana della Rinascenza in Portogallo*, Firenze, 1936

[107] Este arquitecto alemão admite a presença de Sansovino em Portugal até 1499, trabalhando para D. João II e, depois de 1495, para D. Manuel I. Com base no texto de Vasari coloca a hipótese de ter realizado o palácio das quatro torres para D. Manuel I , em Lisboa, junto do porto no Terreiro do Paço, depois destruído pelo terramoto de 1755. Além das alas do Paço Real de Évora e de um portal de mármore do palácio real de Sintra também admite algumas realizações de Garcia de Resende sobre desenhos de Sansovino. Em todo o caso, constatando a inexistência de obras de Sansovino em Portugal, afirmaria que o seu papel «no desenvolvimento renascentista [...] não deve ser exagerado». HAUPT, Albrecht - *ob. cit.*, pp. 10, 122

[108] «Admitimos como provável a estadia de Andrea de Sansovino em Portugal, talvez durante o reinado de D. Manuel I». Admitindo que a obra de Sansovino em Portugal «não foi muito numerosa, ou indispensável para o Renascimento», este autor pretendendo relançar a discussão do problema, afirmava a necesidade de novas tentativas, «sem preconceitos, nem entusiasmos demasiados» no sentido de se estabelecerem algumas atribuições. ATANÁZIO, Manuel C. Mendes - *A vinda de Andrea Sansovino a Portugal*, In «A introdução da arte da renascença na Península Ibérica», Actas do simpósio internacional, Coimbra, EPARTUR, 1981, p. 200

[109] MURRAY, Peter & Linda - *A dicionary of Art and artists*, s/l., Penguin Books, 1960, p. 290. Para estes autores, Sansovino foi para Portugal em 1491. Entre 1493 -1496, trabalhou no

território nacional, em finais do século XV e inícios do século XVI, outras influências, ainda que paulatinamente, iam perspectivando modificações num ambiente em que era nítida a supremacia da arte gótica.

Todavia, pela importância artística deste escultor italiano e pelas potencialidades que a sua actividade transportava na divulgação do formulário renascentista não poderiamos deixar de assinalar esta referência, tanto mais que o papel desempenhado por algumas das personalidades que o rodearam são de indiscutível interesse para as artes, para a economia e ainda no que respeita à compreensão do estreitamento de relações entre Portugal e a Itália.

Ao incluir num estudo académico (1991) o «contrato entre Clemente e Jerónimo Sernigi e o escultor Andrea Sansovino para este vir a Portugal pelo prazo de oito meses a fim de realizar certa obra a mando do rei D. João II[110]», acordo celebrado em Florença em 9 de Dezembro de 1492 quando o artista contava vinte anos de idade, Rafael Moreira não somente limitava o alcance de velhas e arrastadas polémicas relativas à deslocação a Portugal de Sansovino, como permitia a abertura de novos horizontes no sentido do debate sobre a «possibilidade da existência de um Renascimento português [...] da sua precocidade, apetências e virtualidades[111]».

Seria ainda o mesmo autor a dar notícia de um outro documento em que a presença de Sansovino em Portugal não só se confirma como ainda revela que o seu trabalho não se limitava apenas à escultura. Neste entendimento, compreender-se-à o invento de uma serra mecânica cujo alcance residia na comodidade e na rentabilização do trabalho do corte da pedra, permitindo, assim, o afeiçoamento ainda na pedreira de elementos arquitectónicos padronizados.

Baptistério de Florença, voltando ao nosso país, onde permaneceu até 1499 sem, no entanto se lhe poder atribuir qualquer realização.

[110] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - ob. cit., vol. I, pp. 3-14

Tanto a invenção de processos auxiliares na resolução de dificuldades práticas como o conhecimento dos materiais em nada diminui o mérito do artista. Pelo contrário, esta particularidade seria mesmo uma das ambições do homem da renascença para quem o domínio das várias facetas do saber era uma meta almejada. Por isso, arquitectos e escultores deviam conhecer as especifidades dos materiais que manipulavam. Nesta perpectiva, Giorgio Vasari, na introdução «alle tre arti del disegno cioè architettura, scultura e pittura[112]» começando por tratar das «diverse pietre che servono agli architetti per gli ornamenti, e per le statue alla scultura[113]», se não dispensava a referência aos preceitos de Vitrúvio, outrossim dava notícia das experiências de Leon Battista Alberti para trabalhar o pórfiro recorrendo à utilização de uma máquina-ferramenta[114] muito semelhante aquela que Sansovino utilizou em Portugal, embora menos evoluida.

Clarificado o problema da vinda de Sansovino a Portugal, subsiste a questão relativa ao aprofundamento da definição dos contornos da sua actividade entre nós. Por conseguinte, continua viva a necessidade de se superarem as limitações inibidoras da pretensão de se associarem os contributos da sua acção com o grau de receptividade que os esquemas clássicos encontraram numa conjuntura nacional em que, pela acção de D. Manuel I ou de outros encomendadores, particulares ou não, se gizavam

---

[111] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ob. cit.*, pp. 75-77

[112] BALDINI, Umberto - *Giorgio Vasari. Pittore "senza stento"*, Firenze, Edizione d'Arte Il Fiorino, 1994, p. 223

[113] *Idem, ibidem*, p. 223

[114] «A' dì nostri non s'è mai condotto pietre di questa sorte a perfezione alcuna, per avere gli artefici nostri perduto il modo di temperare i ferri, e così gli altri strumenti da condurle. Vero è che se ne va segando com lo smeriglio rocchi di colonne e molti pezzi per accomodalrli in ispartimenti per piani, e così in altri vari ornamenti per fabbriche, andandolo consumando a poco a poco com una sega di rame senza denti, tirata dalle braccia di due uomini; la quale com lo smeriglio ridotto in polvere e com l'acqua che continuamente la tenga molle, finalmente pur lo ricide. E sebbene si sono in diversi tempi provati molti begli ingegni per trovare il modo di lavorarlo che usarono gli antichi, tutto è stato in vano; e Leon battista Alberti, il qual fu il primo che cominciasse a far pruova di lavorarlo». BALDINI, Umberto - *Giorgio Vasari. Pittore "senza stento"*, Firenze, Edizione d'Arte IL Fiorino, 1994, p. 224

«diferentes correntes paralelas, ora na sequência da arte tradicional quatrocentista, ora alargando com originalidade o temário e o reportório das soluções plásticas e compositivas[115]».

Residindo em Florença, Clemente Sernigi era procurador do seu irmão Jerónimo que, habitualmente, vivia em Lisboa. O aparecimento destes burgueses como partes no contrato celebrado com Sansovino ilustra a proximidade de relações que mantinham com D. João II e, após o seu falecimento, com D. Manuel I a quem entregaram a Bíblia dos Jerónimos, encomendada em 1494 à oficina do iluminador florentino Attavante degli Attavanti. Nesta medida, estes elementos da comunidade mercantil italiana foram sujeitos activos nos afloramentos do gosto florentino na corte de D. João II e, ao mesmo tempo, protagonistas da primeira linha, se considerarmos o seu papel de intermediários na aquisição de obras de arte para a corte portuguesa, na divulgação no nosso país de uma estética italianizante.

Por outro lado, factos como a dedicatória (1510) a D. Manuel I do livro «Septem mirabilia orbis et urbis Romae et Florentiae civitatis» de Francesco Albertini e a sua tradução[116] parcial para português, negando a possibilidade de se tratar de episódios esporádicos, mostram como progressivamente se sedimentava o interesse dos meios cortesãos e intelectuais de Portugal pela antiguidade.

Numa relação de causa-efeito, a este processo não seriam alheias as contribuições daqueles que peregrinavam pelas diversas universidades de cidades europeias para se aplicarem nos estudos. Em Paris, por exemplo, no período de tempo compreendido entre os anos de 1500 e 1514 contavam-se 22 estudantes matriculados, descendo esse número para 19 entre 1515 e 1521. Embora não se possa afirmar que eram todos bolseiros régios, o facto é que o

---

[115] PAIS da SILVA, Jorge Henrique - *Páginas de História de Arte*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, p. 56

número, já com D. João III, conheceria um aumento significativo de matrículas[117]. Porém, a presença de estudantes nacionais, longe de se circunscrever unicamente à escola de uma só cidade, pode ser assinalada em todas as grandes universidades europeias. Na de Lovaina[118], por exemplo, entre 1522 e 1556, o número de inscrições ultrapassou as quatro dezenas.

Se considerarmos que, pela experiência e conhecimentos adquiridos, muitos destes estudantes se convertiam em arautos dos valores humanistas e que ao fascínio pelos testemunhos da antiguidade clássica se associava a valorização da mundividência cultural da Itália do Renascimento, aceita-se a gestação no nosso país, pelo menos desde os alvores do século XVI, de um enorme impulso intelectual cuja projecção não poderia deixar de ter consequências num vasto campo em que além das letras também cabiam as artes e a política. Todavia, nem sempre a totalidade dos elementos desta corrente erudita, na qual se integravam também estrangeiros ilustrados a viver entre nós, foram exemplos frutificantes no que respeita à aceleração e até à aceitação de uma nova realidade artística e cultural. A originalidade das contribuições que a empresa dos descobrimentos permitiu nem sempre foi compreendida nem assimilada por aqueles que tinham efectuado estudos no estrangeiro visto que na formação ministrada nem sempre se tinham em conta[119] as conclusões extraídas de uma realidade experimental. Por isso, a orientação livresca denotaria dificuldades de fusão com os novos

---

[116] HOLANDA, Francisco de - *Da pintura antiga*, (Introdução e notas de Angel González Garcia), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, p. 87

[117] DIAS, José Sebastião da Silva - *A política cultural da época de D. João III*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1969, p. 350

[118] DIAS, José Sebastião da Silva - *ibidem*, vol. I, p. 350

[119] No desenvolvimento da ideia relativa à substituição da visão mediterrâneo-continental pela visão oceânica, Vitorino Magalhães Godinho afirmou: «Discronia e disparidade de meios culturais: os centros do interior da Europa só com atraso conhecem as sucessivas transformações na representação do globo, porque com acesso menos directo às notícias e mais impregnados de erudição livresca do que de experiência vivida nos convés dos navios». GODINHO, Vitorino Magalhães - *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, s/d., p. 22

conhecimentos que não raro eram demolidores para os dogmas consagrados. A tais contradições, que atingiam todo o edifício social, não era imune o campo arquitectónico, mormente num período em que as persistências medievais ainda eram suficientemente vigorosas, para oferecerem resistência à lógica proposta pelo aparelho modernizante que tinha despontado em Itália.

Deixando de lado a matriz de Freixo de Espada-à-Cinta, os escassos exemplos conhecidos na região transmontana em que seja patente a vontade de ruptura com concepções góticas, reflectem idênticas hesitações. Assim, se as pinturas murais da capela-mor da igreja de S. Francisco, em Bragança, revelam influências directas de mestres transalpinos, as filacteras com letras góticas comprovam as dificuldades da plena assumpção do novo gosto; por outro lado, a presença de um baluarte moderno que Duarte d'Armas registou atado à fortificação de Miranda do Douro mostra o despontar de preocupações subjacentes aos novos problemas colocados pela pirobalística - que de forma brilhante seriam interpretados no emblemático baluarte de Belém. Embora não manifeste força suficiente para subverter a organização dos muros existentes nem por isso deixa de constituir um apontamento de grande importância, sabendo-se que o baluarte tem foros de ser a contribuição mais original da arquitectura do renascimento. Contudo, pela incipiência e singularidade este elemento não bastará para introduzir variantes na padronização dos esquemas artísticos que se manejavam no tempo de D. Manuel.

As construções de código manuelino continuarão a retardar a clarificação de opções estéticas, tanto mais que este processo parece estar dependente da evolução artística e da completa assimilação dos novos valores pelos mestres biscaínhos João e Diogo de Castilho, pelo francês Nicolau Chanterene e ainda pelos membros da importante dinastia dos Arrudas.

Perante a progressão de novos códigos, o debate relativo à produção arquitectónica em Portugal conduzir-se-ia, praticamente desde o início do

século XVI, de modo a estabelecer ou clarificar uma linha de demarcação entre a obra executada «ao moderno» e aquela que se cerzia «à antiga». No âmbito da primeira expressão cabia toda a arte gótica tardia - a arquitectura manuelina incluída – e, de uma maneira geral, todos os modelos artísticos com um percurso adverso a seguir as propostas da arte clássica ou esquemas dela derivados; já com as expressões «à antiga» ou «ao romano» invocava-se um precedente moldado nas referências culturais que em Itália tinham não só entusiasmado mas também inspirado numerosos artistas que a título individual ou sob o impulso da acção mecenática interpretaram a Antiguidade.

Um dos primeiros a confrontar a arquitectura «à antiga» com as práticas medievais foi António Averlino, «Il Filarete». Nascido em Florença, Filarete (1400-1470 ?) trabalharia em Roma (1433-1445) e, a partir de 1445, em Milão. Nesta cidade – onde prosseguia a fábrica da catedral gótica – vincular-se-ia aos Sforza. Esta relação seria determinante para redigir o seu «Trattato di architettura» que tem a particularidade de ter sido redigido em língua vulgar, os seja em italiano.

Num dos livros que constituem a obra escreveu:

> «Alabo sin reservas a aquellos que observan la prática y manera antiguas y bendigo el alma de Filippo Brunelleschi [...] el cual resuscitó en nuestra ciudad de Florencia este modo antiguo de edificar, de suerte que hoy en día no se usa outra manera que no sea la antigua, tanto en la edificación de iglesias como en los edificios civiles, públicos y privados[120]».

Se este trecho exprime o pensamento de Filarete a favor do clássico, o seguinte mostra o seu entendimento das práticas construtivas góticas:

---

[120] *Apud* ARNAU AMO, Joaquin – *La teoria de la arquitectura en los tratados*, Madri, Tebas Flores, 1988, p, 60

> «Ruego, pues, a cada cual que deje estar esa usanza moderna y no oiga consejos de los maestros que usan de tal rutina. Maldito el que la inventó. Creo que no fue sino gente bárbara que la trajo a Italia[121]».

Concluindo-se que só à arquitectura derivada da matriz romana podia ser concedida o certificado de autenticidade, por extensão os novos modos de pensar a arquitectura tendiam a confundir-se com a geografia italiana posto que vários eram os sinais que se reconheciam nos elementos patenteados pelos monumentos clássicos existentes na península itálica.

Juntamente com Leon Baptista Alberti e António Averlino também Francesco di Giorgio foi um dos importantes tratadistas do século XV. Mas tanto na «Architettura Ingegneria e Arte Militar» como na «Architettura Civile e Militare» as suas preocupações centrais eram de natureza prática, tanto mais que em Siena, cidade onde nasceu em 1439, era o responsável pelo abastecimento de água à urbe e ainda pela manutenção do aqueduto. Por outro lado, a sua condição de engenheiro militar, ao aproximá-lo de Vitrúvio, determinaria o seu empenhamento no estudo e aprofundamento teórico dos testemunhos da antiguidade:

> «me há parecido necesario por muchas circunstancias y por considerar las obras de los antiguos romanos y griegos, óptimos escultores y arquitectores [...] reencontrar casi como de nuevo la fuerza de las palabras de los autores más antiguos, y de Vitruvio sobre todos, reputado como más auténtico que los demás; lo cual no há sido posible nunca llevar a buen término por el impedimiento de las gramáticas griega y latina, a pesar de que los mejores conocedores de una y outra lengua han puesto todo su empeño, inducidos por mí y por mi señor[122]».

Reforçando a autoridade que reconhecia a Vitrúvio, di Giorgio evidenciava ainda a sua aplicação no estudo da arquitectura romana

---

[121] *Idem, ibidem*, p, 60
[122] *Idem, ibidem*, p, 80

sobretudo as proporções dos elementos arquitectónicos usados na construção de templos e palácios:

> «y este esfuerzo mío tanto menos gravoso parecía, sobre todo habiendo yo concordado sus dichos - los de Vitruvio - com aquellas pocas reliquias de los antiguos edificios y esculturas conservadas en Italia, de las cuales estimo haber visto y estudiado la mayor parte[123]».

Se o estudo resultava de um forte sentimento de admiração pelo equilíbrio dos edifícios antigos, era inevitável a comparação com os esquemas góticos:

> «sin arrogancia ni temor de merecida reprensión se puede decir que todos los edificios modernos están llenos de errores y de partes sin las debidas proporciones y simetria[124]».

A partir de Itália, o culto pela antiguidade difundir-se-ia em Portugal sem uniformidade e sem força bastante para promover o aparecimento de reflexões teóricas ou tentativas de sistematização desta problemática antes de se gastarem alguns decénios do século XVI. No entanto, tal não significa que em resultado de acções esporádicas de figuras singulares, a execução de obra «ao romano» não tivesse precedido ou anunciado as opiniões ou o gosto difundido no país pelos enviados a Itália com o estatuto de bolseiros ou no desempenho de outras funções.

No âmbito das visitações efectuadas às igrejas da Ordem de Cristo, D. João Pereira deslocar-se-ia, em Novembro de 1507, à igreja de S. Martinho do Peso (Mogadouro). Nesta igreja deparou com a existência de «varias pinturas no corpo da igreja, como sobre o arco triunfal, onde se via um calvario[125]».

---

[123] *Idem, ibidem*, p, 81

[124] *Apud* ARNAU AMO, Joaquin – *La teoria de la arquitectura en los tratados*, Madri, Tebas Flores, 1988, p. 82

[125] DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, Coimbra, 1979, p. XXIX

Entre outras recomendações, o visitador ordenou ao comendador que executasse algumas obras na igreja, entre as quais:

> «pintar a parede do dito altar de boõas pinturas e tintas de obra romana ou de imagens qual mais lhe prouver[126]».

Embora se possa admitir que o visitador não dominasse completamente os processos teóricos da arte renascentista não deixa de ser significativo este trecho, até porque em diversos capítulos de visitas transparece a formação gótica do visitador.

No processo de sedimentação de novos conceitos revela-se importante o trabalho de alguns lavrantes, tanto mais que, pela natureza do ofício, muitas vezes se convertiam em verdadeiros andarilhos calcorreando geografias diversas enquanto os empreendimentos onde estadeavam lhes podiam proporcionar a ocasião para diversificarem os conhecimentos ou actualizarem o reportório artístico. Antes de Nicolau Chanterene empreitar a porta axial de Belém (1517), algumas folhas de pagamentos[127] a pedreiros comprovam que já se lavravam «cantos ao romano[128]» para a fábrica do mosteiro. Do início de 1514 data o contrato que o bispo da diocese de Lamego, D. Fernando Coutinho, que sabemos ter persuadido Cataldo a vir para Portugal, fechou com o mestre pedreiro «da obra da See», o minhoto João Lopes, pelo qual este se comprometia a dar continuidade à obra, acabando «os portaaes na maneira e modo que eram começados com seus emtabollamentos os quaes emtavollamentos [sic] sam d'obra Romana[129]». Por conseguinte, desde a

---

[126] DIAS, Pedro - *ibidem*, pp. 42-43

[127] MARKL, Dagoberto e PEREIRA, Fernando António Baptista - *ob. cit.*, vol. VI, p. 40

[128] CORREIA, Vergílio - *A arquitectura em Portugal no século XVI*, Separata da Revista «Biblos», vol. V, nº 1, 2, Coimbra, 1929, p. 12; BATTELLI, Guido - *Andrea Sansovino e l'Arte italiana della Ronascenza in Portogallo*, Firenze, 1936, p. 7

[129] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*, (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), vol. II, Lisboa, 1991, pp. 36-37

segunda década do século XVI a reacção contra as obras de gosto «ao moderno», góticas ou manuelinas, não somente ensaiam a sua implantação como se expõem em áreas geográficas afastadas dos grandes centros. No caso vertente será útil atentarmos que a par com as instruções para se seguir um esquema «ao romano» outras orientações[130] remetem-nos para referentes da igreja de S. Francisco de Évora. Por isso, o caso da Sé de Lamego, reafirmando a validade das orientações propostas em S. Martinho do Peso, reveste-se de grande importância, na medida em que se adequa à demonstração da fragilidade dos limites territoriais perante o mundo das formas. Mas, ao mesmo tempo, também é revelador da posição inovadora que em termos artísticos o Sul do país e particularmente a cidade de Évora desempenhavam.

Nesta cidade viveu Francisco de Holanda, um dos principais teorizadores da maneira de edificar «à antiga» e que, poucos anos antes do século XVI ter atingido a sua metade, mostrou como o que se fazia em Itália tinha ganho fortuna já no círculo da corte portuguesa. Tentando justificar a bolsa concedida pelo monarca, Holanda interrogava-se sobre:

> «como poderia roubar e trazer a Portugal roubados os primores e gentilezas de Itália, do contentamento de El-Rei e dos Infantes, e do sereníssimo Senhor o Infante D. Luís[131]».

O mesmo artista, no diálogo em que tinha a Marquesa de Pescara, a senhora Vittoria Colona, como interlocutora, afirmava:

> «temos um rei mui poderoso e claro [...] e favorecedor das boas-artes, tanto que por se enganar com o meu engenho que de moço algum fruto prometia, me mandou ver Itália e suas polícias [...]. É verdade que não temos outras polícias dos edifícios, nem de pinturas, como cá tendes; mas todavia já se começam e vão pouco a pouco perdendo a

[130] «e na nave do meo fara hum espelho grande na maneira e tamanho do de Sam Francisco d'Evora». MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ob. cit.*, vol. II, p. 37
[131] Francisco de Holanda – *Diálogos em Roma*, s/l., Livros Horizonte, 1984, p. 23

superfuidade bárbara, que os Godos e Mauritanos semearam por as Espanhas[132]».

A alteração do quadro cultural e dos fenómenos de mentalidade com a rápida reacção à arte dos «godos e mauritanos» - leia-se «à romana» - e, por extensão à arquitectura manuelina, também pode ser lida nas palavras de Francisco de Holanda quando afirmou:

> «eu fui o primeiro que neste Reino louvei e apreguei ser perfeita a antiguidade, e não haver outro primor nas obras, e isto em tempo que todos quase queriam zombar disso, sendo eu moço [...]. E o conhecer isto me fez desejar de ir ver Roma; e quando dela tornei, não conhecia esta terra, como quer que não achei pedreiro nem pintor que não dissesse que o antigo (a que eles chamão *modo de Itália*) que essa levava a tudo; e achei-os a todos tão senhores disso, que não ficou lembrança de mim[133]».

À «guisa da Italia[134]» era a expressão usada em 1542 pelo Corregedor do Porto para explicar a D. João III o modelo artístico seguido na construção da igreja de S. João da Foz que D. Miguel da Silva tinha iniciado anos antes da sua atribulada fuga para Roma, a que se seguiria a sua desnaturalização em 1540.

Estudante na Universidade de Paris, onde conseguiu ser eminente nas línguas grega e latina, estudaria também em Siena e Bolonha antes de passar a Roma[135]. Pelo seu talento mereceria a confiança de D. Manuel I para em seu nome assistir ao Concílio de Latrão (1512-1515) sendo posteriormente acreditado para chefiar a missão de Portugal na Cúria Romana onde se

---

[132] Francisco de Holanda – *Diálogos em Roma*, s/l., Livros Horizonte, 1984, p. 32
[133] Francisco de Holanda – *Da pintura antiga*, s/l., Livros Horizonte, 1984, p. 41
[134] MOREIRA, Rafael - *D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do Renascimento em Portugal*, in «Mundo da Arte», nº 1, Iª Série, Lisboa, 1988, p. 16; *idem, Um exemplo: São João da Foz, de igreja a fortaleza*, in «A arquitectura militar na expansão portuguesa», Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 60
[135] ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Porto - Lisboa, Livraria Civilização - Editora, 1968, p. 661; CASTRO, José de - *Portugal no Concílio de Trento*, vol. I, Lisboa, União Gráfica, 1944, p. 82

manteve durante os pontificados de Leão X, Adriano VI e ainda com Clemente VII. Amigo de humanistas era uma figura prestigiada na Santa Sé, gozando tempo da estima pessoal de alguns pontífices. Leão X ao oferecer-lhe a dignidade do cardinalato, que declinou, ofereceu a D. João III o pretexto para apressar a transferência do nosso embaixador para Portugal, já que aquela elevada posição na hierarquia da igreja colocaria D. Miguel da Silva em pé de igualdade, no que concerne a matérias de dignidade eclesiástica, com alguns membros da família real. Apesar das diligências do papa Clemente VII em o manter na sua proximidade, a verdade é que não foi possível amolecer a decisão régia, razão pela qual D. Miguel da Silva, no Verão de 1525, iniciou a viagem para o nosso país[136].

Já em Portugal, o monarca nomeá-lo-ia comendador e prior perpétuo do mosteiro de Landim dos Cónegos Regrantes e Abade do mosteiro de Santo Tirso, sendo ainda agraciado com o ofício de escrivão da puridade, cargo que já seu pai, D. Diogo da Silva e Meneses, tinha ocupado[137]. Em 1526 seria eleito bispo de Viseu, mas a sua sagração não ocorreu antes do final de 1528 porque neste ano ainda se assinava[138] bispo eleito de Viseu.

Este exílio dourado, na expressão de Rafael Moreira, não impediu D. Miguel da Silva de continuar a alimentar os contactos com os seus selectos amigos que continuavam em solo italiano a viver as fulgurâncias e primores da cultura clássica. Terá, por isso, interesse referir a circulação de

---

[136] CASTRO, José de - *ibidem*, vol. I, p. 139

[137] ALMEIDA, Fortunato de - *ibidem*, vol. II, Porto - Lisboa, Livraria Civilização - Editora, 1968, p. 663. Este autor deu nota de algumas «desconsiderações» sofridas por D. Miguel da Silva no exercício do cargo, uma vez que se reservavam para António Carneiro, secretário do monarca e, mais tarde, para seu filho e sucessor Pedro de Alcáçova Carneiro, os mais importantes segredos e negócios que pertenciam às funções de escrivão da puridade. CASTRO, José de - *Portugal no Concílio de Trento*, vol. I, Lisboa, União Gráfica, 1944, p. 165; BASTO, A. de Magalhães - *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto - Gabinete de História da Cidade, s/d., p. 326

[138] ALMEIDA, Fortunato de - *ibidem*, vol. II,p. 663

correspondência e o envio de presentes para Itália como um conjunto «de medalhas antigas de que não há memória[139]» destinadas a Alexandre Farnese. Por outro lado, em razão das hostilidades que lhe moviam na corte, D. Miguel da Silva passaria largas temporadas nos seus domínios, atitude que contrariava o absentismo que caracterizava a generalidade dos detentores de benefícios eclesiásticos e mitras, sempre mais afeitos a viverem nos locais por onde a monarquia itinerava.

Deste modo, a brévia pertencente aos beneditinos de Santo Tirso, existente no local onde o Douro encontra as águas salgadas do Atlântico, seria submetida a transformações, acrescentando-se-lhe, então, uma ala palaciana em que se abriam janelas jónicas de «inspiração sangallesca[140]». A partir de 1527 mandaria levantar sobre a praia a igreja com planta rectangular e capela-mor de formato hexagonal. Para o efeito, socorreu-se dos conhecimentos de Francisco de Cremona, agora convertido em seu arquitecto particular, e que, provavelmente, trouxe consigo de Itália, acabando certamente por se radicar no Porto onde as suas capacidades eram reconhecidas como comprova o facto de, em 1539, ter sido chamado a consultas[141] pela Câmara desta cidade sobre «os abrimentos e cousas perigosas da torre» onde tinha a sua sede, tendo, sobre a matéria, dado parecer desencontrado com o de Diogo de Castilho.

---

[139] WITTE, Charles - Martial de - *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal*, vol. II, Lisboa, 1980, pp. 225-226. Nesta carta que o Núncio Jerónimo Caporífero enviava a Alexandre Farnese, comunicava ainda que o portador, António Ribeiro, lhe devia entregar «una carta di navigatione universale, qual mi donò alli de passati il signor Duca di Braganza».Sobre o mesmo tema, ainda que referentes a 1570, têm interesse algumas das cláusulas do testamento de André de Resende, particularmente a notícia da posse de «tres moedas de Nero, de que El-Rey Nosso Senhor me fez merce» e a indicação ao seu herdeiro para «que tenha bem guardadas as pedras dantigoalhas, e letras romanas que tenho em minha caza». ESPANCA, Túlio - *Cadernos de História e Arte eborense*, Separata do Boletim «A cidade de Évora», nº 33-34, Évora, 1953, pp. 56, 58

[140] MOREIRA, Rafael - *D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do Renascimento em Portugal*, in «Mundo da Arte», nº 1, Iª Série, Lisboa, 1988, p. 60

[141] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vo. I, p. 531; BASTO, A. de Magalhães - *ob. cit.*, p. 128; 140

Operando na construção da basílica de S. Pedro, aquele arquitecto relacionou-se[142] com Bramante, Rafael, Fra Giocondo, Sangallo e outros, dando, assim, consistência à sua formação e sedimentando a sua personalidade artística quando o Alto Renascimento atingia o seu ponto mais alto.

Deste modo, à acção conjugada de D. Miguel da Silva e do aquitecto lombardo deve-se o enunciado da linguagem renascentista e o seu coerente desenvolvimento nas obras[143] levadas a cabo na foz do Douro e em Viseu.

Não encontrando no país o ambiente cultural que apreciava, estas obras patrocinadas por D. Miguel da Silva são antes de mais nada o espelho do seu ânimo, a saudade de Roma e, ao mesmo tempo, uma tentativa de sobrevivência psicológica na medida em que traduzem a sua reacção contra as adversidades que se lhe deparavam. A sua desaptação ao país parece ter sido contínua e transparece numa carta que escreveu, em Agosto de 1532, a Clemente VII. Vincando sentidamente o desejo «de despender a vida e a fazenda ao menor aceno[144]» do Papa, lamentava-se do que sentia ser um desterro:

> «e eu cá tão longe em país onde as ocasiões ilustres, em que o homem se poderia mostrar, chegam como as naus da Índia depois de dois anos da sua partida[145]».

Perante a incapacidade de conseguir o seu regresso a Itália, em 1540, abandonaria em segredo o país e dirigiu-se para Roma, onde, no final do ano seguinte, seria nomeado[146] Cardeal por Paulo III. Perseguido, seria

---

[142] MOREIRA, Rafael - *ob. cit.*, p. 11
[143] ALMEIDA, Fortunato - *ob. cit.*, vol. II, p. 663; BASTO, A. de Magalhães - *ob. cit.*, p. 327
[144] CASTRO, José de - *Portugal no Concílio de Trento*, vol. I, Lisboa, União Gráfica, 1944, p. 132
[145] CASTRO, José de - *ob. cit.*, p. 185
[146] O Papa Paulo III, no consistório secreto de 12 de Dezembro de 1539, tinha já elevado D. Miguel da Silva à púrpura cardinalícia, conservando-a *in petto* até 2 de Dezembro de 1541. ALMEIDA, Fortunato - *ob. cit.*, vol. II, p. 663

desnaturalizado perdendo todos os bens de que era titular. Nesta cidade morreria (1556) sem conseguir alcançar a benevolência régia para regressar ao país.

Mas durante os quinze últimos anos da sua permanência em Portugal deixou nos seus domínios várias marcas impressas que atestam o esforço despendido na recriação de um ambiente de ressonâncias romanas. Nos rochedos existentes no meio do rio Douro mandou levantar quatro colunas e uma torre para servirem de referência aos mareantes dos perigos a evitar no acesso à barra. Além de possuir uma inscrição em latim, esta torre tinha a particularidade de ostentar uma escultura romana recuperada nas redondezas, facto que também comprova o seu interesse pela Arqueologia. Na Cantareira, ainda existe a capela de S. Miguel-o-Anjo que encontra as suas origens na construção, em 1528, de uma torre-farol, pois durante a noite o lume aceso sinalizava a barra. Apresentando um portal e janelas arquitravadas, esta construção cupulada é octogonal no interior, seguindo a orientação dos pontos cardeais. Afirmando ser «a primeira obra em Portugal de onde o gótico foi totalmente banido[147]», Rafael Moreira evidenciou a «alusão às maravilhas do Mundo Antigo», estabelecendo um paralelo entre as sugestões da posição e recorte maciço da torre - farol - observatório e o fascínio exercido sobre os navegantes portugueses pelo Farol de Alexandria. Na mesma linha de pensamento, o mesmo estudioso entendeu a orientação da torre pelos cardeais como «um símile cósmico que deriva da "Torre dos Ventos"[148]» que teria existido em Atenas e que algumas inscrições em grego e latim existentes no exterior, ao porem em relevo a acção das forças eólicas, fundamentavam.

---

[147] MOREIRA, Rafael - *D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do Renascimento em Portugal*, in «Mundo da Arte», nº 1, Iª Série, Lisboa, 1988, p. 14. Algumas inscrições encontram-se traduzidas em BASTO, A. de Magalhães - *ob. cit.*, pp. 326-332

[148] MOREIRA, Rafael - MOREIRA, Rafael - *D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do Renascimento em Portugal*, in «Mundo da Arte», nº 1, Iª Série, Lisboa, 1988, p. 14

Antes da construção da capela de S. Miguel-o-Anjo (1528) iniciaram-se as obras da igreja de S. João da Foz. A frontaria que incorporava duas torres seria destruída em 1643 quando se procedeu à «fortificação da fortaleza do dito lugar[149]» que integrava este templo, facto que seria determinante na ocultação da valia arquitectónica da igreja. O corpo da igreja, com três naves, apresentava os tramos separados por arcos de volta redonda e repousando sobre colunas coríntias de fuste estriado, enquanto na ábside, de planta hexagonal, corria um entablamento dórico, com a particularidade das suas referências terem sido colhidas na obra de Sagredo. Por sua vez, nas paredes, ritmadas por pilastras compósitas, rasgavam-se janelas de enxalços em que merecem nota de destaque as molduras com asas, cujo desenho parece filiar-se nas *tabulae ansatae*, ou seja, nas placas de bronze com inscrições que se penduravam nos templos romanos em honra dos vencedores.

Em Viseu, onde também residiu, pelos anos de 1529 e depois em 1535 - - 1537, D. Miguel da Silva empreendeu uma campanha de obras que incidiram particularmente sobre a Quinta da Mitra, chamada do Fontelo - com bosques, fontes, ruas e gaiolas que envolvim árvores e onde os pássaros voavam livremente - e na construção do claustro da Sé de que se devem excluir as galerias superiores por serem obra mais moderna. Esta obra, também atribuída a Francisco de Cremona, parece derivar do claustro do palácio ducal de Urbino[150], concluído pelos anos de 1470 por Francesco di Giorgio Martini. Desta forma, Francisco de Cremona parece assumir-se como um divulgador da obra de Francesco di Giorgio junto de João de Ruão e de Diogo de Castilho, já que também o mosteiro do Salvador na Serra do Pilar reflecte alguns dos seus postulados planimétricos, ao apresentar «pátios

---

[149] BASTO, A. de Magalhães - *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto - Gabinete de História da Cidade, s/d., p. 351. O autor dá também notícia do destino de alguns materiais que se aproveitaram da igreja.

[150] MOREIRA, Rafael - *ob. cit.*, p. 21

redondos, com e sem colunas, com pequenos espaços circulares nos cantos e um esquema de organização de um convento com claustro circular[151]».

A importância destas construções patrocinadas por D. Miguel da Silva e orientadas pelo italiano Francisco de Cremona não reside unicamente no programa artístico moldado nos desenvolvimentos da arte transalpina; a coerência discursiva, pela singularidade que representa no nosso panorama artístico, faz deste empreendimento nortenho um foco artístico com personalidade própria e que, por isso, pode incluir-se no quadro de honra em já estavam os de Coimbra e Évora.

Por outro lado, conclui-se que, do ponto de vista arquitectónico, durante os anos trinta do século XVI, a opção pela via italianizante em Portugal ultrapassou, ainda que de modo irregular, a dimensão do episódico.

Em 1529, Diogo de Torralva aceitava de Diogo de Castilho uma procuração para contratar com D. Luís da Silveira, conde de Sortelha, a obra da capela-mor da igreja de Góis, encarregando-se também da construção, para o mesmo fidalgo, de um paço junto ao rio Ceira, nas proximidades de Coimbra. Apontando-se Torralva como o autor do risco desta construção, refere-se também:

> «tudo bem lavrado ao romano de allgua bôa obra e as colunas serão redondas e inteiras duma pedra e será de pedra dãçã[152]»

Outro exemplo elucidativo é o contrato com João de Castilho para a obra do convento de Cristo. Celebrado em Évora no dia 30 de Junho de 1533, contém diversas especificações relativas a módulos «ao romano».

Relativamente às abóbadas da «crasta principall» estabelecia-se:

---

[151] OLIVEIRA, Marta M. Peters Arriscado de - *O mosteiro do Salvador: um projecto do século XVI*, in «Monumentos», nº 9, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, p. 19

[152] GUIMARÃES, Vieira - *O claustro de D. João III em Thomar*, Gaia, Edições Pátria, 1931, p. 76

«e posto que a ordenança e emlegimento destas abobadas estê emlegido com cruzeiros e chaves nam seram senam de berço em volta redonda [...] e serão dallgua boa muldura lavradas que bem pareça ao Romano[153]»;

Também as capelas previstas para o claustro, deviam ser construídas «com sua cruzaria ao Romano[154]». Contudo, o gosto crescente pela vertente plástica da estética renascentista não eliminou completamente os sinais do gótico final mesmo quando se tratava de encomendas patrocinadas por alguns que se aplicavam, no âmbito de outras disciplinas, ao estudo da antiguidade clássica. Exemplo paradigmático da persistência de tais atitudes contraditórias foi o humanista eborense André de Resende. Peregrinando pelo estrangeiro - Salamanca, Aix-en-Provence, Paris, Lovaina, Bolonha, Basileia - encontrava-se em Paris quando, em 1527, teve notícia do falecimento de Ângela Leonor, sua mãe. De regresso ao reino pelos anos de 1533 obteve autorização para efectuar a trasladação dos restos mortais da sua progenitora da igreja do mosteiro de S. Domingos para o claustro, onde, para honrar a sua memória, fez construir nova sepultura de mármore «muito bem lavrada à romana[155]». Todavia, as preferências do humanista para a sua «campa de marmor», recaíram numa construção de raiz gótica.

Apesar das dificuldades de assimilação dos valores da arte renascentista, está fora de dúvida que o movimento artístico transalpino ganhava cada vez mais adeptos entre nós. Se a Casa dos Bicos é um exemplo da aquitectura civil que colheu a inspiração em modelos italianos também a premência das necessidades defensivas no Norte de África não podia alhear-se das experiências levadas a cabo em Itália e noutras praças do Mediterrâneo.

---

[153] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p.264; MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ob. cit.*, vol. II, p. 63

[154] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p.264; MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ob. cit.*, vol. II, p. 64

[155] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994, p. 351

Embora se desconheçam tanto as circuntâncias como o estatuto que levaram Duarte Coelho a paragens diversas, entre as quais Itália, o certo é que este arquitecto ou engenheiro-militar era possuidor de um cabedal de conhecimentos e informações necessárias ao enfrentamento de alguns problemas relacionados com a capacidade defensiva das praças africanas.

Neste sentido, o documento publicado por Sousa Viterbo e que consta de uma carta que D. João III enviou a D. António da Silveira, capitão de Arzila, reveste-se de grande significado quer pelas referências directas que contém sobre a figura de Duarte Coelho quer ainda pelas que lhe são subjacentes. Assim, a determinação régia que enviava este «estrangeirado» a África esclarecia que a razão de tal escolha se fundamentava na «experiência e conhecimento[156]» dos sistemas de fortificação que Duarte Coelho adquiriu durante o «muito tempo» que passou em Itália e em outras partes. Porém, como se fazia acompanhar de João de Castilho - sempre nomeado em segundo lugar o que nos leva a suspeitar que este viajava na dependência daquele - parece-nos que não era somente a competência técnica que estava em causa mas os próprios fundamentos em que repousava a maneira de pensar o sistema de fortificação visto que as obras existentes não respondiam com eficácia à evolução do armamento posto em campo pelos seguidores do Corão. A estes elementos poder-se-ia acrescentar as instruções enviadas a D. António da Silveira no sentido de facilitar todas as informações e liberdade de movimentos para que Duarte Coelho pudesse regressar rapidamente ao reino na posse de todas as informações necessárias para se poder proceder a uma avaliação capaz das reais possibilidades de sustentação daquelas praças de armas.

Por outro lado, se o valimento de Duarte Coelho junto do monarca parece ser um dado adquirido também a existência no país de especialistas

[156] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p.215

conhecedores dos novos modos de fortificar podem reflectir uma vontade de fortalecer a capacidade técnica nacional, o que evitaria o recurso à contratação de estrangeiros para o acompanhamento do sensível campo militar.

As linhas de orientação que procuravam dar consistência à política de encurtamento de distâncias relativamente ao ambiente artístico de Itália se não excluíam a aprovação régia dependiam por vezes da acção mecenática de particulares, ainda que ligados por laços de sangue ao titular da coroa. Contava-se neste grupo um dos irmãos mais novos de D. João III, o Cardel D. Afonso (1509-1540). Havendo quem o considere «o verdadeiro promotor da ida a Itália de Francisco de Holanda[157]» também a viagem para as mesmas paragens de Gonçalo Baião teria contado com o seu patrocínio, embora pareça estar directamente relacionada com as diligências efectuadas para poder participar nas reuniões do Concílio de Trento, participação a que D. João III se opunha[158] apesar da indignação manifestada pelo Papa Paulo III. Nesta medida, ao reconhecimento das capacidades arquitectónicas de Gonçalo Baião associava-se o tacto diplomático, já que a sua função de emissário deixa antever o exercício de diplomacia paralela com o objectivo de se contornarem as dificuldades que D. João III levantava para a sua deslocação ao Concílio.

Apesar de ter falecido com 31 anos, o príncipe D. Afonso procurou recriar um ambiente cultural onde os ensinamentos que Aires Barbosa, seu mestre e antigo aluno de Poliziano, lhe transmitiu pudessem florescer. À sua acção dever-se-iam diversas obras efectuadas nas igrejas e mosteiros que tutelava pelo que a sua importância no campo arquitectónico foi já considerado superior ao dos seus irmãos mais velhos D. Luís e D. Fernando.

Compreender-se-á, assim, que Gonçalo Baião estivesse ao serviço do Cardeal D. Afonso e não do Cardeal D. Henrique como, a partir de uma nota

---

[157] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ob. cit.*, vol. I, p. 249
[158] CASTRO, José de - *Portugal no Concílio de Trento*, vol. I, Lisboa, 1944, pp. 302-303

de pagamento[159] de vinte cruzados, concluiu Sousa Viterbo. De resto, este pagamento ordenado pelo «Cardeal Iffante», ao ser datado de 1538, não é consentâneo com a concessão do título de Cardeal a D. Henrique que só teve aprovação[160] no consistório de 16 de Dezembro de 1545.

Embora Viterbo admita que a deslocação a Itália de Gonçalo Baião tivesse ocorrido entre 1540 e 1547, Rafael Moreira aponta o ano de 1539 como o mais correcto, por se relacionar com lances diplomáticos que, visando a sua nomeação como legado papal[161] em Portugal, contrariavam a oposição do irmão no que respeitava à sua presença na reunião conciliar.

Em todo o caso, a sua viagem não causou desagrado ao soberano porque com a sua anuência envolver-se-ia em diversas obras (1547) que correram na região do Porto. Incumbido pelo monarca de arbitrar um conflito no convento das freiras de Vila do Conde, acabaria por proceder a alguns estudos de melhoramentos para aquela instituição, nomeadamente propondo a construção de um aqueduto para o abastecimento de água e outras obras de engenharia hidráulica para a rentabilização dos moínhos do convento. Também, por nomeação régia, no convento da Conceição de Matosinhos dirigiu algumas obras de construção e de saneamento de terras desta casa, tornando-as aptas para poderem ser agricultadas.

Todavia, o que mais nos interessa é a notícia contida numa carta que escreveu ao monarca em que, noticiando um encontro anterior ocorrido em Almeirim, lhe dava conta da sua presença em Itália e da execução de um modelo do Coliseu de Roma para o soberano:

> «quanto as cousas que eu disse a V. A. que vyra em Italia e em outras partes, nomeando lhe alguas que eu entendy podellas fazer em sua perfeição dellas, dey huu apontamento a V. A. em Almeyrim e me dise que folgaria de as ver; que lhe fezese o Culuseu de Roma em huu

[159] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 95
[160] CASTRO, José de - *Portugal no Concílio de Trento*, vol. II, Lisboa, 1944, p. 53
[161] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ob. cit.*, vol. I, p. 249

> modello pequeno, o qual eu faço em grandura de trinta palmos de roda e tenho muita parte delle feito e vay em sua perfeiçã e asy as outras cousas que jaa forã todas acabadas se a obra do Culuseu nã fora em sy tamanha feita de cousas muy pequenas que sã necessarias pera se bem entender[162]».

Se, como pretende Viterbo, a partir de meados do século Gonçalo Baião trocou a actividade artística pela vida burocrática de Tesoureiro da Casa de Ceuta, ou acumulou este cargo com aquela função, o certo é que o desempenho das acções de que fora incumbido determinaram, em 1553, o reconhecimento régio:

> «Dom Joam &c [...] faço saber que ave(n)do respeyto ao trabalho que Gomçalo Bayão, cavaleiro de mynha casa, levou e a despesa que fez no Coliseu e outras cousas de meu serviço, que fez por meu mando, me praz lhe fazer merce de vimte mill rs. de tença em cada huu ano em dias de sua vida[163]».

Por outro lado, o modelo do Coliseu não reflecte unicamente a capacidade de absorção manifestada tanto pela corte portuguesa como por outros notáveis dos processos desenvolvidos pela arte romana e da sua progressiva divulgação. A encomenda da maquete e a recompensa ao artista que o executou trazem também para primeiro plano o interesse de D. João III pela problemática da edificação. Contudo, se o modelo proporcionou a análise e discussão sobre a configuração e organização dos seus elementos arquitectónicos - em que sobressaía a sobreposição das ordens e a planta circular - na estrutura do monumento, tal não significa que as novas propostas estéticas eliminassem de imediato tanto as concepções como os processos técnicos utilizados pelos pedreiros que por todo o país, isoladamente ou não, respondiam a inúmeras solicitações construtivas.

---

[162] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 94
[163] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 522

Embora as opções artísticas fossem contraditórias, era preciso tempo para que a aprendizagem e a prática do ofício «à moderna» pudessem ser dissolvidas no caldo da nova corrente que fundava as suas características principais em esquemas ao modo de Itália.

Na vivência desta problemática colheria António Prestes, «moço da capella de Sua Magestade», a matéria para caracterizar alguns dos personagens do seu «Auto da Avé Maria[164]», escrito na segunda metade do século XVI[165] e em que formalmente seguiu os passos de Gil Vicente. No enredo participavam diversas figuras, contando-se entre elas um mestre de obras (Bom propósito), três pedreiros (Bom trabalho, Bom serviço e Bom cuidado) e o Diabo. Este personificava um arquitecto vestindo à italiana, usando de linguagem erudita em que abundavam as referências culturais greco-latinas e, apelidando-se de «Lucio Vitruvio», vangloriava-se de ter dado a traça e lavrado com seu ofício alguns templos da antiguidade - o de Minerva e de Baco - e, entre outros, o Panteão. Confrontado pelo mestre sobre os motivos que o trazem a Portugal, o Diabo não hesita em responder ser conhecedor de que «ca en la arquitectura / quieren obra limpia y pura[166]». Por isso, afirmava ser sua pretensão:

«mostrar mi saber, mis manos,

---

[164] *Autos de Antonio Prestes*, (revistos por Tito de Noronha), Porto, Em Casa de V. Moré - Editora, 1871

[165] A primeira edição do «Auto da Avé Maria» foi impressa em 1587. A edição que utilizámos, revista por Tito de Noronha, foi «extrahida» daquela, admitindo este que a obra foi escrita «talvez em 1530». Na p. 60 podem ler-se os seguintes versos ditos pelo Diabo: «En toscano / muy a la suma / la escrevi, al no presuma; della el gran Sebastiano / fue la tinta, yo la pluma / y en siglos de edad dorada / por Villalpando en España / fue traduzido y sacada del toscano». Na nossa opinião alude-se ao «Tercero y quarto libro de Architectura de Sebastian Serlio Boloñes, traduzido de toscano en le(n)gua Castellana, por Francisco de Villalpando, architecto, Toledo, en Casa de Juan de Ayala, 1573». Por isso, António Prestes só podia ter escrito este auto depois de 1573. Por isso, não podemos concordar com a afirmação de Vieira Guimarães, para quem o auto da Avé Maria denotava «em 1528 ainda certa relutância que havia em aceitar as formas gregas e romanas».
GUIMARÃES, Vieira - *ob. cit.*, p. 68

[166] *ob. cit.*, p. 69

suen a allá que lusitanos
su gusto, aora se encierra
en edificios romanos[167]».

Estas palavras do arquitecto - que já antes tinha constatado haver «cá italianos / sem cheirarem nunca Italia[168]» - encontrando eco na figura do «Cavaleiro» quando manifestou ser «um dos que estão postos / n'esse gosto[169]», suscitou ao «Moço» o comentário: «tudo o nosso acho silvestre, muito grosseiro; o de lá é mais d'arte[170]».

Personificando esta figura uma nova geração formada nos termos de outros parâmetros de cultura em que a obra «silvestre» se pode identificar com os esquemas da arquitectura manuelina estamos perante uma reacção de desaprovação dos «portaes á querena[171]» que se deviam construir no edifício que motivou algumas cenas deste auto. No entanto, como as opções artísticas nem sempre se processam com uma nitidez bem definida, convém atentarmos na cantiga que os pedreiros cantavam ao som dos picos e que nos chamam a atenção para a alteridade dos estilos:

«bons principios, bons começos
dinos são de ser louvados
se assi forem acabados[172]».

Não sendo exclusivo de Portugal, também a Espanha não ficaria à margem de um debate semelhante. A progressiva extensão da arquitectura de Itália obrigou os seus intérpretes à elaboração de novos processos racionais

---

[167] *ob. cit.*, p. 72
[168] *ob. cit.*, p. 53
[169] *ob. cit.*, p. 72
[170] *ob. cit.*, p. 72
[171] *ob. cit.*, p. 31
[172] *ob. cit.*, p. 29. Mais tarde, quando se esgotava o primeiro quartel do século de setecentos, o naturalista suiço Charles Frédéric de Merveilleux também registava «o costume usual dos portugueses, que começam sempre os seus edifícios, jardins e outros empreendimentos com bons planos e desenhos corretos, e acabam-nos sempre mal». CARVALHO, Ayres de - *D. João V e a arte do seu tempo. As memórias d'El-Rei D. João V pelo naturalista Merveilleux*, vol. I, s/l., s/d., p. 81

porque as exigências de controle estrutural e dinâmico nem sempre encontraram continuidade no empirismo oficinal tão característico das práticas que se desenvolviam nos estaleiros medievais.

Também em Espanha, da alteração de procedimentos deu conta Alonso de Vandelvira, filho de André de Vandelvira, no seu «Libro de trazas de cortes de piedra» em que as sugestões para a resolução de problemas construtivos, nomeadamente abóbodas, eram acompanhados de uma sequência pedagógica de desenhos. O que nos interessa evidenciar é que, por se tratar de conceitos culturalmente diversos, em finais do século XVI ainda se sentia a necessidade de se fazer a distinção técnica entre a obra executada «à romana» e «à moderna. Em 1590, em resultado da aplicação de uma geometria «romana» a umas abóbodas «modernas», Alonso de Vandelvira viu-se obrigado a esclarecer:

> «Digo moderna en cuanto a ser por cruceros en forma de capilla moderna mas no en la forma de los arcos porque las capillas modernas son sus arcos apuntados y esta lleva los arcos a medio punto y su montea es en vulta de horno[173]».

Ampliato Briones publicou um desenho extraído do livro de Alonso de Vandelvira em que este mestre projectava uma abóboda semi-esférica com apontamentos de cones auxiliares para o cálculo gráfico dos blocos de pedra a utilizar. Apesar da legenda ser já por si esclarecedora, Vandelvira precisou o seu pensamento:

> «Esta capilla es principio y dechado de todas las capillas romanas porque así como en el romano los arcos son redondos y a medio punto, y no apuntados como en el moderno, así todas las maneras de cerramiento de capillas guardan esta misma manera y su regla general

[173] *Apud* AMPLIATO BRIONES, Antonio Luis – *Muro, orden y espacio en la arquitectura del Renacimiento* andaluz. *Teoría e prática en la obra de D. Siloe, A. Vandelvira y H. Ruiz II*, Sevilha, Universidade de Sevilha / Consejeria de Obras Públicas y Transportes, 1996, p. 72

es esta outra redonda la cual se labra com la misma cercha de su circunferencia[174]».

Enquanto tal, a importância deste trecho não reside unicamente nos contributos que dele se podem retirar com vista à compreensão do modo e termos em que decorria o debate sobre a matéria que vimos tratando; permite-nos ir mais longe por traduziu o pensamento de um importante arquitecto peninsular que, juntamente com Hernán Ruiz II, foi dos protagonistas importantes da segunda geração do Renascimento andaluz, ao ser sensível ao exercício intelectual decorrente da aplicação da nova geometria à arte da cantaria.

Com esta problemática certamente se debateram também, embora em patamares diversos de consciencialização, os principais protagonistas e responsáveis pelo início das obras das catedrais de Miranda, Portalegre e Leiria, tendo as duas primeiras a particularidade de se localizarem perto da raia e dos seus primeiros prelados serem oriundos de Espanha.

Como, segundo parece, desde o início se visou a criação de uma espacialidade interior unificada, o programa orientador dos propósitos construtivos se não mostrou total indiferença por opções artísticas já cansadas também não marginalizou outras soluções que, encontrando referências na Alemanha, outrossim se reconheciam nas tendências estéticas que progressivamente se vinham afirmando na Europa do Sul.

Por consequência, seria necessário alterar a interacção da planta e dos alçados. Assim, a inserção das aberturas para iluminação já não dependia da diferença de cotas entre os planos das nave central e laterais como acontecia nas igrejas basilicais; do mesmo modo, ao ser possível dispensarem-se os volumosos contrafortes, as superfícies parietais exteriores, já sem exercícios de exuberância ornamental, puderam ser moduladas em panos simples e de

[174] *Idem, ibidem*, p. 123

grande pureza formal. Por outro lado, razões de economia também merecem ser consideradas, já que, tanto na Alemanha como na Espanha, a igreja-salão servia essencialmente as comunidades mais pequenas, justamente aquelas que dispunham de menores recursos. Por isso, esta tipologia arquitectónica[175] era normalmente arredada das opções da arquitectura episcopal.

Contudo, não deixa de ser relevante que, entre nós, após os ensaios iniciados durante o período manuelino se assista a uma diminuição do prestígio desta tipologia para se retomar no momento em que a abertura cultural da corte de D. João III dava mostras de evoluir para uma quadro ideológico concordante com a definição dos princípios reformadores do catolicismo que então se começavam a desenhar. Nesta medida, a adopção da igreja-salão para as novas Sés de Miranda e de Leiria além de confirmar a atitude de distanciamento relativamente ao modo como se entendiam algumas propostas da arquitectura clássica é igualmente reveladora de que se procuravam encontrar planimetrias com aptidões para responderem ao rigorismo austero e conservador que se começava a desenhar no reino, antes mesmo da divulgação das primeiras decisões tomadas em Trento. Na realidade, não podemos passar em claro que os poderes de censura literária e intelectual assumidos pelo Tribunal do Santo Ofício em 1539 potenciaram os «índices expurgatórios» de 1547, numa tentativa de eliminação da consciência histórica de um mundo novo sustentado pela afirmação das possibilidades de consonância das Escrituras com as doutrinas dos clássicos pagãos e que acabaria por inviabilizar a modernização cultural do país que a transferência do Estudo Geral para Coimbra, em 1537, e o projecto do Colégio das Artes (1547) permitiam acreditar. Como alguns sustentaram, o ideal monástico, caracterizado pela contemplação e pelo retiro, deixava espaço para a

[175] KUBLER, George - *ob. cit.*, p. 30

afirmação do «ideal laico de uma existência na sociedade civil[176]». Será pois neste sentido que se devem enquadrar as palavras e preocupações arquitectónicas de André Gouveia em correspondência para D. João III, especialmente quando sublinhava o deficiente entendimento[177] dos arquitectos da corte na compreensão das exigências pedagógicas e culturais de um colégio moderno, pois a capacidade projectiva não ia além dos trabalhos realizados para frades; agora tratava-se de moldar os edifícios religiosos a um novo aparato ideológico cujo pragmatismo, assentando em estratégias de comunicação mais adequadas à ortodoxia da nova pastoral, optava por uma atitude de distanciamento relativamente ao modo como se entendiam alguns dos pressupostos da arquitectura clássica, ou seja revalorizavam-se as soluções «ao moderno». Afirmava-se, assim, a marcação de um novo tempo arquitectónico cujo desenvolvimento impossibilitaria que o lento e irregular processo de consciencialização dos valores renascentistas se sedimentassem completamente.

Nesta linha, as novas orientações ao apontarem para o despojamento do programa, evidenciavam a exigência dos comportamentos se submeterem aos reformados valores catequéticos. Ao mesmo tempo, continuavam a eleger a arquitectura como instrumento privilegiado de poder mas subvertendo os princípios que antes tinham levado ao envolvimento e cumplicidade de D. João III em grande número de construções como modo de justificar a centralização política do estado.

---

[176] DIAS, José Sebastião da Silva - *A política cultural da época de D. João III*, vol. II, Coimbra, 1969, p. 560

[177] Trancrevemos a referência, datada de 13 de Março de 1548: «...todos eles (agentes do governo) entendem tão pouco em fazer colégio como o eu quero e deve de ser, como aqueles

5. D. João III amador de arquitectura

A apetência do rei Piedoso para seguir as matérias relacionadas com o traçado dos edifícios e os seus problemas teóricos é conhecida. Diante das insuficiências editoriais que caracterizavam o nosso país, tentou-se durante o seu reinado a inversão desta tendência, criando condições para que os nossos arquitectos, ao disporem de exemplares de tratadística, pudessem consolidar a sua formação teórica aproximando-se ao mesmo tempo das novas concepções que se alicerçavam no conhecimento dos monumentos da antiguidade clássica e nas regras que presidiram às respectivas fábricas.

Se na Itália era possível a prática de um método arqueológico, em Portugal a escassez de vestígios arquitectónicos impunha a valorização de procedimentos de tipo filológico. Nesta medida, o esforço de conhecimento da obra «ao romano» tornava indispensável o domínio dos conteúdos que compunham a única fonte teórica da antiguidade que resistiu às injúrias dos tempos, o texto «De architectura» da autoria de Vitrúvio. Sendo certo que o seu conhecimento nunca se perdeu completamente - a partir do ano mil os manuscritos ter-se-iam até multiplicado pelo que muitos mosteiros possuíam exemplares nas suas bibliotecas - atribui-se[178] ao humanista Poggio Bracciolini a sua valorização após a sua «redescoberta» em 1415 na biblioteca da abadia de Saint Gall. Contudo, a edição *princeps* só em 1486 seria publicada pelo gramático Giovanni Sulpizio da Verole.

Em Portugal, as notícias do conhecimento de Vitrúvio são escassas. A mais antiga remete-nos para o irmão do cardeal Alpedrinha, o arcebispo de Braga D. Jorge da Costa que, mais por erudição do que por interesse arquitectónico, tinha, pelos anos de 1500, na sua biblioteca de proveniência

---

que nunca fizerão outro senão para frades ...». DIAS, José Sebastião da Silva - *A política cultural da época de D. João III*, vol. II, Coimbra, 1969, p. 560

[178] STIERLIN, Henri - *O império romano*, s/l., 1997, p. 56

italiana, um exemplar[179] daquela obra. Pela mesma ordem de razões alguns estudiosos recorreriam ao texto do arquitecto romano com vista a darem brilho e autoridade aos seus discursos. Situamo-nos, assim, numa linha cronológica que compreende a segunda e terceira décadas do século de quinhentos e que envolve nomes como o matemático e antigo estudante em Paris, Francisco de Melo, João de Barros e o gramático Fernão de Oliveira[180]. Porém, se o conhecimento da obra de Vitrúvio era restrito não significa que a veneração tributada ao romano não fizesse sentir a necessidade de alargar o número daqueles que podiam ter acesso aos seus preceitos.

Segundo parece, por incumbência do infante D. Luís, «protector de arquitectos, escritores e sábios e o fomentador do gosto renascentista[181]» e importador[182] de obras de arte italianas, em 1541, Pedro Nunes iniciou a tradução anotada[183] da obra Vitrúvio a qual, estando em curso[184] no ano de 1542, acabaria por se perder. Em 1552 seguir-se-ia a de Durer.

Ainda em 1541, mas com duas reedições em 1542, saíria dos prelos lisboetas de Luís Rodrigues a edição de «Medidas del romano» que o espanhol Diogo de Sagredo tinha feito imprimir em Toledo no ano de 1526 e que foi objecto de grande divulgação. Sabendo-se que Luís Rodrigues era livreiro do

---

[179] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ob. cit.*, vol. I, pp. 287, 288

[180] A obra deste autor foi publicada em 1536. OLIVEIRA, Fernão de - *Gramática da linguagem portuguesa* (Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com um estudo introdutório do Professor Eugénio Coseriu), Lisboa, Edição da Academia das Ciências, 2000, p. 87, 169

[181] ALMEIDA, Alfredo Betâmio de - *Infante D. Luís*, in «Dicionário de História de Portugal, vol. IV, s/l., Iniciativas Editoriais, 1975, pp. 71-72

[182] Em peregrinação a Santiago e acompanhado de Francisco de Holanda mandou ao convento de Santo Tirso um homem para receber de um criado do Cardeal Farnes, sobrinho do papa Paulo III e administrador dos benefícios de que tinha sido tiotular D. Miguel da Silva, «umas cabeças de gesso antigas que vieram de Roma», e as despachasse por água para Lisboa. DIAS, Pedro - *A importação de esculturas de Itália nos séculos XV e XVI*, Coimbra, Livraria Minerva, 1987, p. 41

[183] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. II, p. 202

[184] DESWARTE, Sylvie - *Francisco de Holanda et les études vitruviennes en Italie*, in «A introdução da arte da renascença na Península Ibérica», p. 238

rei, a hipótese de ter existido alguma interferência de D. João III para esta edição se realizar, não deverá ser afastada.

Mais tarde, seria André de Resende quem, respondendo a uma solicitação régia, se empenhava na tradução do texto de Alberti, o «De Re Aedificatoria» que acabaria por se perder. Destino idêntico teriam dois outros livros do mesmo autor, cujo objecto versava a arquitectura de aquedutos. Perante o silêncio das fontes Sylvir Deswarte levantaria a suspeita de se tratar da tradução do «De Aquaeductibus» de Júlio Frontino [185]. Mais recentemente, Rafael Moreira afirmaria a influência teórica de Frontino sobre André Resende para justificar a capacidade do humanista em persuadir D. João III a retomar o projecto do seu antecessor no sentido de mandar construir o celebrado aqueduto da Água da Prata que abasteceria a cidade de Évora onde, depois de 1532, a corte se fixou durante larga temporada, sancionando e ao mesmo tempo concorrendo para a sua transformação em importante centro regional. Após aturado trabalho, pôde André de Resende oferecer o texto traduzido «ao rei em Almeirim no Inverno de 1542-3, tendo em Junho de 1543 entregue o original à Câmara de Évora, manuscrito que o arquitecto Juan de Herrera levou consigo para Espanha[186]».

Tanto os esforços de tornar acessíveis os textos de Vitrúvio como os de Júlio Frontino enfatizavam uma política cultural cuja dinâmica impedia que estes textos se convertessem em meros adereços de tipo filológico. De imediato a celebração panegírica da obra à romana do aqueduto converter-se-ia num exemplo retórico da monumentalidade imperial numa clara

---

[185] DESWARTE, Sylvie - *Francisco de Holanda et les études vitruviennes en Italie*, in «A introdução da arte da renascença na Península Ibérica», p. 238-239; HOLANDA, *Da Pintura Antiga*, (Introdução e notas de Angel Gonzáles Garcia), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 8. No entanto, no seu testamento, encerrado em 1573, Garcia de Resende apenas refere: «Mando que os meus livros de Sam Frey Gil, e darquitectura, e todos os mais livros, e epistolas que tenho compostas, e me tem escrito de fora partes e letreiros, todo fique ao dito meu herdeiro, e elle o tenha todo muito bem goardado, porque sam muito proveitosos para a sua onra, e minha memoria». ESPANCA, Túlio - *ob. cit.*, p. 58

[186] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ob. cit.*, vol. I, pp. 351-352

associação com critérios de representação pública, os quais sofreriam o contágio de noções clássicas, visto que o monarca passava a ser considerado como o venerando «pai da pátria[187]».

Por isso, «la maladie de bâtir» que caracterizou o governo de D. João III parece encontrar a sua eficácia nos círculos humanísticos que legitimavam um sistema de aparato arquitectónico mas que não excluíam a exigência da monarquia praticar algumas virtudes como a prudência e justiça.

O interesse do soberano pelos problemas arquitectónicos deverá ser encontrado na sua formação enquanto príncipe, tanto mais que a experiência militar e o conhecimento das técnicas de fortificação se contavam entre os atributos que um fidalgo devia possuir. Por maioria de razão, não poderiam deixar de ser considerados, tratando-se, como se tratava, da educação do futuro rei.

Neste contexto, será admissível a influência que no príncipe terão exercido a actividade e conhecimentos de Bartolomeu de Paiva, «homem nobre e cidadão dos antigos de Lisboa[188]», seu preceptor. No tempo de D. Manuel, desempenhou o «officio de guardarroupa, e veador das obras do

---

[187] «A virtude, segundo diz Aristóteles, consiste no obrar, o qual tem que a bem-aventurança do homem não é outra cousa senão usar a nossa alma segundo a razão quer em toda a vida. Que mór testemunho do que digo queremos que o que êste dia e tempo presente nos pode dar, em que não sómente faz mais rica e populosa com sua presença a sua cidade de Evora, mas ainda mui desejoso de lhe ser causa de móres bens lhe traz novamente água de mui longe em muita abastança, vencendo com arte à natureza, restituindo o cano de água, tam necessário e tantos tempos há esquecido, e com grande ânimo suprindo os defeitos do lugar, por dar saúde e contentamento aos homens? Oh! Quam bem se pode aplicar a V. Alteza aquele consentimento geral, que o povo romão deu ao emperador Élvio Pertinaz em estas palvras: *Reinando o emperador Élvio Pertinaz, seguros vivemos, ninguém tememos. Ao pai piadoso, ao Pai do Senado, ao Pai de todos os bens.* Êste é o verdadeiro ofício do príncipe: viver pera proveito dos homens; isto é que Deus e o mundo e a obrigação do cetro real requerem». JOÃO DE BARROS - *Panegíricos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa - Editora, 1937, pp. 76-77

[188] ANDRADA, Francisco de - *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1976, p. 3

reyno[189]», mas continuou a trabalhar depois do seu pupilo real ter ascendido ao trono.

Ainda no tempo de D. Manuel, Bartolomeu de Paiva colocou a sua assinatura no contrato celebrado, em 1518, com o pedreiro João Lopes, então morador em Lamego onde devia continuar ocupado nas obras que corriam na Sé desta cidade. Tratava-se do ajuste da empreitada do convento de S. Bento de Avé Maria do Porto, cujo debuxo, na opinião de Jaime Ferreira Alves, teria saído da mão e do engenho[190] de João de Castilho. No princípio do ano seguinte, Bartolomeu de Paiva volta a estar presente quando, para o mesmo convento, se acertaram as condições[191] para o mestre carpinteiro Bartolomeu Dias executar a obra respeitante ao seu ofício. Pelo volume da obra e por idênticas razões, estas duas figuras voltariam a encontrar-se nos cartórios dos tabeliães em Agosto[192] de 1520 e, finalmente, em Maio de 1523 quando se tratava de dar andamento à obra do cadeiral do coro, o qual devia seguir o «teor e ordenança de hum debuxo, que pera isso é feito, e asinado pelo dito Amo[193]».

Em 1519, Bartolomeu de Paiva era provedor[194] das obras do baluarte de Belém, numa altura em que a sua fábrica, provavelmente, começada em 1514, já devia estar adiantada porque o seu irmão e primeiro capitão mor da Torre,

---

[189] ANDRADA, Francisco de - *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1976, p. 4. Bartolomeu de Paiva era cunhado de D. Álvaro da Costa que com a sua mulher D. Brites de Paiva eram padroeiros do convento de Nossa Senhora do Paraíso. Para a conclusão das obras desta casa de religião chamaram a Évora Nicolau Chanterene.

[190] FERREIRA - ALVES, Joaquim Jaime - *Duas nótulas para a História da Arte*, Separata de «Portvgalia», Nova Série, vol. XVII-XVIII, Instituto de Arqueologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996 / 1997, pp. 293, 294

[191] BASTO, A. de Magalhães - *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto - Gabinete de História da Cidade, s/d., pp. 224-228

[192] BASTO, A. de Magalhães - *ob. cit.*, pp. 229-234

[193] BASTO, A. de Magalhães - *ob. cit.*, p. 235

[194] SANTOS, Reynaldo dos - *A torre de Belém (1514 - 1520). Estudo histórico e arqueológico*, s/l., s/d., pp. 36-37

Gaspar de Paiva, já figurava no livro das moradias desse ano como estando no castelo do Restelo.

Na esteira de Viterbo, pode também documentar-se a actividade de Bartolomeu de Paiva, o amo, - era assim que assinava os documentos - em 1520, quando, por ordem de D. Manuel, se concertou com o pedreiro Estevão Lourenço sobre as obras relativas ao «fazimento de duas quadras da crasta[195]» do mosteiro de S. Bento de Évora. Com a sua assinatura existem também outros documentos tratando de diversas obras na igreja, dormitórios e claustro do mosteiro de S. Francisco de Évora[196], igreja de Xabregas[197] e palácio dos Estaus. A acção de Bartolomeu de Paiva não se circunscrevia apenas às arrematações das empreitadas, já que, por vezes ele próprio se encarregava do desenho das obras a executar. Assim aconteceu, em 1526, quando, por ordem régia, se empreitou o «paço do triguo e casa da camara e audiencia e cadea e açougues e outras casas[198]» na vila de Setúbal. As obras foram arrematadas pelo pedreiro Gil Fernandes que, na sua fábrica, devia orientar-se «pello teor e ordenança de huus debuxos que pera iso sam feitos e asinados por o dito amo». Em 1533 ainda estava activo porque foi quando assinou[199], com João de Castilho, o contrato para a realização das obras no convento da Ordem de Cristo, em Tomar. De facto, em 30 de Junho deste ano:

> «se concertou o amo d'El Rei Nosso Senhor com Johão de Castilho mestre de sua obras, sobre o ffazimento das obras que ora Sua Alteza mãda ffazer no convento de Tomar, as quaes elle ffara pelo theor e ordenança dos emlegimentos e debuxos que pera iso sã ffeitos[200]».

---

[195] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. II, pp. 83-84
[196] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. II, pp. 290-292
[197] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. II, pp. 292-293
[198] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 331; RIBEIRO, Mário de Sampaio - *El rei D. João III e a arquitectura em seu tempo*, separata do «Arquivo Histórico de Portugal», vol V, Lisboa, 1946, p. 15
[199] RIBEIRO, Mário de Sampaio - *El rei D. João III e a arquitectura em seu tempo*, separata do «Arquivo Histórico de Portugal», vol V, Lisboa, 1946, p. 12
[200] GUIMARÃES, Vieira - *O claustro de D. João III em Thomar*, Gaia, Edições Pátria, 1931, pp. 50, 52

Vê-se assim que era um homem de créditos reconhecidos, nem de outro modo seria fácil compreender a sua responsabilidade pela educação de D. João III. Sinal da sua notoriedade era a existência da sua capela particular no capítulo[201] de S. Francisco, em Évora e o conhecimento de que, em 1533, também administrava uma capela na igreja de Santa Maria de Almonda[202], termo de Santarém. Nestes termos, sob a alçada de um amo tão familiarizado e interveniente em empreitadas régias, dificilmente o príncipe poderia ter-se furtado a receber lições de arquitectura.

Como vários estudiosos já notaram, os conhecimentos e predilecção pelos projectos construtivos seriam reconhecidos pela pena do Doutor Francisco Monçon que valerá a pena transcrever:

> «entre todos los Principes antiguos y modernos, puede ser por muy insigne en esta arte contado El Rey Don Juan el tercero de Portugal, de gloriosa memoria, que, segun dezian todos los maestros de pedreria y canteria, tenia grande destreza en saber la traça de unos palacios y de una fortaleza y de qualquer otra obra tan perfectamente como se estuviera hecha, y assi la mandava añadir o mudar en la traça que los architectos le davan[203]».

---

[201] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. II, p. 294

[202] Esta notícia respeita a uma «sentença cível sobre a administração da capela instituída por Martim Anes Rebouça e sua mulher Margarida Tarega» na referida igreja, a «favor de Bartolomeu de Paiva, amo e camareiro de D. João III, e do seu Conselho, na acção que lhe foi movida por Simão de Faria, fidalgo da Casa Real. Évora, 18 de Julho de 1533». FARINHA, Maria do Carmo Jasmim Dias e RAMOS, Maria de Fátima Dentinho Ó - *Núcleo antigo (inventário)*, Lisboa, Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, 1996, p. 76

[203] MONÇON, Francisco de - *Libro primero del perfecto principe christiano*, Lisboa, Luis Rodrigues, 1544, fl. 66, B.N.L., Reservados, 997v. GUIMARÃES, Vieira - *ob. cit.*, p. 69; RIBEIRO, Mário de Sampaio - *El Rei D. João III e o claustro da Manga do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, separata do «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», vol. XXIV, Coimbra, 1958, pp. 17-18; *Idem - El-Rei D. João III e a arquitectura em seu tempo*, Separata do «Arquivo Histórico de Portugal», vol. V, Lisboa, 1946, p. 11; HOLANDA, *Da Pintura Antiga*, (Introdução e notas de Angel Gonzales Garcia), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 10

O Doutor Francisco de Monzon, foi cónego magistral na Sé de Lisboa e, 1539, seria nomeado[204]lente de teologia na Universidade de Coimbra. Foi pessoa «muito aceite Del-Rei», continuando a frequentar o Paço após a sua morte. O seu «Libro primero del perfecto principe christiano» chegaria mesmo a ser refundido para servir à educação de D. João, pai de D. Sebastião para quem também se escreveu um livro de «ensinança e doutrina[205]». Destarte, podiamos ser levados a pensar que as palavras do clérigo espanhol teriam a finalidade de se insinuar junto do monarca ou dos influentes da corte para poder com mais facilidade chegar à obtenção e, assim, beneficiar de privilégios que lhe fossem concedidos. Neste caso, os seus intuitos tornar-se-iam demasiado evidentes no caso de não existir qualquer correspondência nas aptidões que o monarca exercitava, ou seja seria difícil ao memorialista, por mais áulico que fosse, manter o seu crédito caso não houvesse alguma verdade que pudesse sustentar as suas afirmações.

É certo que houve pessoas, como Alexandre Herculano, na «História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal» que, de maneira radical, resolviam facilmente os problemas decorrentes de qualquer frase abonatória dos méritos deste monarca. O processo era fácil. Bastava considerar que o procedimento dos cronistas era condicionado por terem «diante dos olhos o látego da censura[206]», razão pela qual, dizia, o pintavam «como dotado de alta inteligência e de qualidades dignas de um rei[207]». Responsabilizando-o, dado o seu «carácter e inclinações[208]» pelo clima de intolerância do seu reinado, apelida-o de fanático, servindo-se até da construção que, sendo ainda jovem,

---

[204] BRANDÃO, Mário - *Documentos de D. João III*, vol. I, Coimbra, 1937, p. 168. Mas em Fevereiro de 1544 já não exercia funçoes na Universidade. Idem, ibidem, vol. II, pp. 109, 110, 168, 178

[205] ÉVORA, André Rodrigues de - *Sentenças para ensinanças e doutrina do Príncipe D. Sebastião, (Introdução de Luís de Matos), Lisboa, 1983*

[206] ALEXANDRE HERCULANO - *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, vol. I, Lisboa, Publicações Europa-América, s/d,, p. 99

[207] ALEXANDRE HERCULANO - *ob. cit*, vol. I, p. 99

[208] ALEXANDRE HERCULANO - *ob. cit*, vol. I, p. 99

mandou edificar para os dominicanos para concluir tratar-se de um presságio que anunciava um rei inquisidor. Contudo, afirmando não acreditar que D. João III «fosse idiota», considerava-o «uma inteligência abaixo da mediocridade e inábil para governar por si próprio[209]». Tais conceitos teriam seguidores e divulgadores diversos, onde também se pode contar o romancista Aquilino Ribeiro com «Príncipes de Portugal».

Não sendo nosso propósito a análise do reinado de D. João III, mas tão somente a averiguação do seu interesse pela arquitectura, importa ter em conta outro tipo de fontes. Obra importante parece-nos ser a do humanista António de Castilho, filho do arquitecto João de Castilho, intitulada «Vida d'El Rei D. João III de Portugal tirada da chronica do seu tempo[210]» que começou a ser escrita em 1589. Esta obra terá, porventura, exercido também alguma influência sobre o oratoriano Frei Luís de Sousa no momento em que, a instâncias de Filipe IV[211], aceitou a incumbência de escrever os «Annaes de El Rei Dom João Terceiro».

Relativamente à instrução do príncipe, António de Castilho, refere:

> «passados os primeiros da mama, teve cuidado de lhe ensinar a doctrina christã e as primeiras letras Alvaro Roiz Capellão del Rei seu pai ajudado de hum Martim Afonço que profesava este officio, teve cuidado de lhe ensinar os principios da lingua Latina D. Diogo Hortiz de Vilhegas bispo de Tanger que depois com Thomas Torres mathematico mui conhecido lhe deu alguas lições da esphera[212]».

---

[209] ALEXANDRE HERCULANO - *ob. cit*, vol. I, p. 101

[210] Publicada por: SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Vida d'El Rei D. João III de Portugal tirada da chronica do seu tempo*, in «Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal», Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, pp. 209-226

[211] Na advertência preliminar da edição de 1844, da autoria de Alexandre Herculano, refere-se, com base na tradição, que a ordem partiu do monarca espanhol quando Frei Luís de Sousa se encontrava em Madrid. Herculano adianta, ainda, que a obra teria sido iniciada pelos anos de 1628 e, a primeira parte, concluída à volta de 1630. SOUSA, Luís de (Frei) - *Annaes de El Rei Dom João Terceiro*, Lisboa, 1844, pp. X, XV, XVII

[212] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, pp. 211

No que respeita ao aproveitamento, João de Castilho não deixaria de observar que «ou por culpa dos passatempos a que se afeiçoava mais[213]» ou dos perceptores «que o guiavão por caminhos trocidos[214]», o príncipe «aproveitou se mal desta douctrina[215]».Também as lições que Luís Teixeira, «grãde letrado e criado nas boas letras de Italia[216]», lhe ministrou, aparentemente, não tiveram consequências, uma vez que «escazamente se emxergava nelle a sombra da lingoa Latina[217]», posto que «nas couzas do juizo se achava muito lembrado[218]».

Em resumo: durante a meninice o sucessor de D. Manuel, jurado nas cortes de Lisboa (1503) com a idade de um ano, não teria sido um estudante aplicado, visto colocar os divertimentos à frente dos estudos. Com base no desinteresse manifestado na aprendizagem do latim, também evidenciado na crónica de Frei Luís de Sousa, Alexandre Herculano não hesitou em afirmar que, ainda em vida de D. Manuel «muitos havia que o conceituavam como intelectualmente imbecil[219]». Desta forma, as palavras dos cronistas afirmando

---

[213] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *ob. cit.*, pp. 211
[214] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *ob. cit.*, pp. 211
[215] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *ob. cit.*, pp. 211
[216] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *ob. cit.*, pp. 211
[217] SERRÃO, Joaquim Veríssimo -*Ob. Cit.*, p. 212. Embora encomiásticas, as palavras dedicadas por Erasmo em *Les Chrysostomi Lucubrationes* a D. João III vão em sentido contrário: «Et non content de favoriser et encourager, dans les divers ordres d'études et spécialment en théologie, les maîtres et les étudiants, tu as toi-même appris des ton jeune âge le grec et le latin sous des hommes trés savants, entre autres Louis Teixeira avec qui j'ai eu en Italie [...] et en suite as reçu dans les disciplines mathematiques, l'astronomie et la géographie, et enfin en histoire [...] un instruction si bonne que ton exemple est de nature à eveiller chez les paresseux et les réfractaires l'amour des sciences». BATAILLON, Marcel - *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1952, p. 79. Carlos V, como referiu Sousa Macedo, também não sabia Latim. No entanto como este autor considerava, o «amor das letras, que o principe não póde empregar em se applicar aos estudos, deve mostrar em favorecer os letrados». MACEDO, António de Sousa - *Flores de España excelencias de Portugal*, Coimbra, Na Officina de Antonio Simoens Ferreira, 1737,
p. 77. No entanto, o Doutor Monçon tinha o Latim em grande opinião e muito necessário para um príncipe para entender as «historias dos principes antigos» e para «poder tomar alguns exemplos e virtudes dos herois». MONÇON, Francisco de - *ob. cit.*, fl. 50
[218] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *ob. cit.*, pp. 212
[219] ALEXANDRE HERCULANO - *ob. cit.*, vol. I, p. 99

ser o príncipe dotado de «hua memoria estranha, e tanto juizo como sempre mostrou[220]», para Herculano não possuiam qualquer valor.

No entanto, tanto António de Castilho como o próprio Herculano, embora por razões diferentes, parece, consideravam o futuro rei, enquanto criança e adolescente, como um homem em miniatura a quem se exigia fosse prodiogioso e com capacidades para discutir as matérias com os doutores.

Todavia, ainda que fosse pouco versado em latim - circunstância relativa que, sobretudo, comprova o crescente interesse pela antiguidade nos círculos cortesãos - as lições transmitidos pelos mestres acabaram por produzir alguns resultados:

> «a todos é notório quanto amor tem às letras, quanto favor, quanto amparo, quanta mercê recebem dele os letrados de toda a ciência; êste amor é causa de sua côrte florecer hoje tanto em letras como florece; êste mesmo o faz cuidar novas maneiras e novas invenções d'estudos gerais[221]».

Quanto aos assuntos relacionados com arquitectura, António de Castilho, diria:

> «florecerão em seu tempo outras artes apagadas que seu favor espertou, como foi a Architectura a que o mesmo Rei se inclinou e a navegação dos seus naturaes conhecimentos em todalas partes do mundo pella noticia das couzas do mar[222]».

Também Frei Luís de Sousa destacaria o interesse do monarca pelas matérias relativas à projecção e construção de edifícios, interesse que também se estendia às máquinas retabulares:

---

[220] SERRÃO, Joaquim Veríssimo -*ob. cit.*, p. 211

[221] JOÃO DE BARROS - *Panegíricos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa - Editora, 1937, p. 116. Relativamente ao mesmo tema, escreveu o Doutor António Pinheiro: «as letras meias mortas se resuscitão, e saem com grande novidade».
Oração do Doutor Antonio Pinheiro quando por mandado del Rei Nosso Senhor começou a ensinar os moços fidalgos, fl. 14, B.N.L., COD. 3767

[222] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *ob. cit.*, p. 215

«parece que tomava El Rei por genero de alivio e recreção de grandes cuidados, que sempre o cercavão, dar algumas horas já a curiosidade dos edificios e ordem das escolla que hião correndo em Coimbra, já ao bom governo da sua Ordem de Thomar. [...] Sobre o governo de Thomar são de ver duas cartas que Sua Alteza escreveo este anno (1541) ao Dom Prior. Em hua trata do retabolo e sacrario da igreja de S. João, com huma miudeza, que descobre bem o gosto que tinha de semelhantes obras[223]».

Mas o Doutor Monçon reforçaria a capacidade de D. João III. Com efeito, ao avisar que «a geometria e arithmetica son dos sciencias que soliã enseñar se a todos los moços nobles siendo pequeños», adiantava os benefícios que do seu domínio vinham ao príncipe:

«por la geometria se edificã los templos e casas y se hazen las ymagines y statuas de los sãctos e ilustres varones [...] mas es necessaria para edificar los fuertes alcaçares y las iexpugnables fortalezas para defensiõ de los reinos».

Finalmente, com a geometria ainda em análise, precisava:

«en esta ciecia têgo por cierto que el rey dõ Juã de Portugal nuestro senõr se avetaja porque por cierta relacio de grãdes maestros de obras se que ninguno de ellos se le yguale en debuxar traçar una fortaleza una casa un teplo y todos los otros edificios y afirmã que e tã grãde el spiritu que eñste d'buxo tiene que conosce tã pfectamete la obra como se la viesse edificada[224]».

Desta forma, a carta[225] do bispo de Miranda, D. Turíbio Lopes, escrita em 31 de Maio de 1549, ao considerar o monarca como uma pessoa muito familiarizada com plantas e obras importantes, não só abona as palavras daqueles que atribuem a D. João III uma vocação arquitectónica como dá alguma credibilidade a algumas ideias que a tradição teimava em manter e que alguns documentos parecem infirmar.

---

[223] SOUSA, Luís de (Frei) - *Annaes de El Rei Dom João Terceiro*, Lisboa, 1844, p. 337

[224] MONÇON, Francisco de - *Libro primero del perfecto principe christiano*, Lisboa, Luis Rodrigues, 1544, B.N.L., Reservados, 997v, fls. 52-52v

A demonstrá-lo está a carta (15 de Junho de 1551) que D. Frei Brás, primeiro bispo da diocese de Leiria, escreveu ao rei, tratando matérias relativas à construção da catedral desta diocese. Dando-lhe conta da chegada do arquitecto Afonso Álvares, refere-se também a alterações verificadas na escolha do sítio para a implantação do monumento e à introdução de correcções no risco:

> «mormente por esta mudança de sitios ser feita depois de Vossa Alteza ver todos os que haa em esta cidade, e nõ menos por a invenção da obra ser correita e tambem enmendada per Vossa Alteza[226]».

Não clarificando totalmente o alcance da intervenção régia no projecto e lançamento desta obra, este trecho evidencia que D. João III não ficava indiferente ao ritmo de algumas fábricas. Assim, o seu empenhamento, só compreensível pelo relacionamento de proximidade que mantinha com alguns arquitectos e interesse pelo trabalho em que estavam envolvidos, explicará, em boa medida, a elevada quantidade de empreendimentos lançados durante o seu reinado.

Alguns, do foro da engenharia hidráulica, almejavam o fomento agrícola. Contam-se neste caso os trabalhos que almejavam dominar as cheias do Mondego e Tejo, atenuando ou, se possível anulando os efeitos negativos sobre os campos de cultivo; outros tinham em conta a necessidade do bastecimento de água às populações de algumas cidades, como as obras do aqueduto da Prata, em Évora e do cano de Elvas. Em Lisboa, também era obra sua o edifício em que se recolhia os cereais e outras mercadorias que pagavam direitos à coroa, assim como o Arsenal.

Concluindo a obra da igreja de Nossa Senhora de Belém, iniciada por D. Manuel, no seu tempo, outras igrejas e conventos foram construídos ou reparados. E, se as despesas foram avultadas nas obras novas do mosteiro de

---

[225] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 136

Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra e Tomar, António Castilho não andou longe da verdade quando afirmou que «em todo o reino não ouve lugar em que não deixasse peguados de sua devação[227]», alardeando assim a magnificência que convinha aos reis mostrar[228]. De facto, a promoção de obras que acrescentassem a «Républica» associava-se ao bom governo e acrescentava a dignidade real. Num discurso laudatório, em nome de Trajano, davam-se alguns conselhos ao príncipe, e acrescentava-se:

> «tu mesmo es tam registado no edificar que delingente em conservar o dantes edefficado [...]. Mas tu quam magnifico es em obras publicas, vemos barcos, porticos, templos acabados com gram pressa de modo que nam parecem obras por tempo feitas [...] estas desafiando com igoal persumçam as mais sumptuozas obras, e templos que há hi em Roma[229]».

Além de alguns castelos da raia e fortes costeiros também as fortificações ultramarinas foram objecto de atenção, reformando-as ou

---

[226] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. II, p. XX-XXI

[227] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, pp. 221

[228] Semelhantes propósitos levavam ainda alguns memorialistas a estabelecerem algumas aproximações do monarca com Salomão: «encaresiasse y com mucha razon la grande piedad de Salomõ en hazer aquel magnifico templo [...] y las otras pieças ornametos dedicados al culto divino: pero que diremos que en todo Portugal no aya yglesia ni monesterio (de muchos y muy insignes que ay tãto como en qualquier outra parte de la christiãdad) que no aya sido edificado a expesas reales y assi ay muchos teplos en Africa: en las Yndias: y en todas las insulas de su navegacion y hechos a su costa: y todos estan proveydos de calices y vestimentas y de otras pieças de oro plata y seda muy ricas para servicio de los oficios divinos: y no ay dubda sino que si se juntasse todo el valor disto que excederia al valor de los vasos y ornamentos de Salomon aun que eran de mucho precio y estima». MONÇON, Francisco de - *ob. cit.*, fl. 183. Também o Doutor António Pinheiro celebrou a obra do «aqueducto sumptuoso [...] começado por Sertorio, e fez vir, o que não podérão os antigos, tanta agoa» a Évora. Ainda nesta cidade, este eclesiástico não esqueceria a obra da Senhora da Graça, edifício «honrado, e magnifico como o templo de Diana Efesia». Nesta medida, D. João III foi «igual a Salomão». *Oração do Doutor Antonio Pinheiro quando por mandado del Rei Nosso Senhor começou a ensinar os moços fidalgos*, fls. 16v, 22v, B.N.L., COD. 3767

[229] *Treslladaçam do panigirico de Plinio o mais moço dito no Senado em louvor de Trajano em nossa vulgar linguagem dirigida ao mui alto e mui poderoso rei D. João o terceiro nosso senhor*, B.N.L., COD. 13066, fls. 18-18v

construindo-as de novo. Contudo, neste último domínio, importa evidenciar o papel do infante D. Luís porque, como referiu Frei Luís de Sousa:

> «as mais das frotificações que se fizerão nos lugares maritimos deste reino, foi elle principal instrumento, e em fazer vir homens entendidos neste mister de Italia: e como assi nestas materias como em todas as mais de seu estado, justiça e fazenda descansava El Rei sobre elle[230]».

Opinião semelhante foi transmitida, em 1575, por Pedro de Alcáçova ao Cardeal D. Henrique:

> «deve muito lembrar quanto trabalhou, e procurou sempre á fortificação, e provimento a seus tempos tanto na paz como na guerra que sucedia dos lugares Dafrica, e quam contrairo se mostrou sempre em todos seus votos e conselhos a se deixar algu delles, e quanto sempre contrariou com palavras, e razões; e com dor o sentimento grande a determinação; que nisso se tomou. Tambem se deve lembrar, quanto sempre procurou, e trabalhou fazerense fortificações nos lugares de porto de mar nestes reinos pera defensão delles, e como elle nellas, e no modo de se fazerem á semelhança, das que se fazem em Italia, e noutros reinos, foi principio e meio pera se trazerem officiaes das ditas partes pera as poderem fazer, e quanto nisso se occupava, e quanto El Rei sobre elle descansava nestas materias[231]».

Dedicado ao estudo e ao mecenato, houve já quem quisesse ver no «Auto da Avé Maria», de António Prestes, uma crítica[232] relacionada com a sua preferência por arquitectos italianos.

Deste modo, reconhece-se que D. Luís era um dos principais conselheiros de D. João III e a quem não faltava capacidade para analisar os assuntos respeitantes às praças do Norte de África, dado que ele próprio era

---

[230] SOUSA, Luís de (Frei) - *Annaes de El Rei Dom João Terceiro*, Lisboa, 1844, pp. 462-463

[231] *Lembrança que o Conde de Alcáçova mandou ao Cardeal da vida do infante D. Luís*, Évora, 1575, B.N.L., Arquivo Tarouca, nº 59 ,fls. 10v-11

[232] RICARD, Robert - *Études sur l'Histoire morale et religieuse du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1970, p. 149

conhecedor e competente em matérias de arquitectura militar[233]. A hostilidade dos muçulmanos e o seu crescente poderio militar[234] originaram que as matérias da «defensão de todos os lugares de Africa, e no modo da sua fortificação[235]» tivessem sido várias vezes objecto de reflexão em conselhos presididos pelo monarca.

Por isso, a política africana impunha o destacamento frequente de engenheiros militares e de outros oficiais para no próprio local estudarem[236] as possibilidades que ofereciam mais garantias de defesa e estimarem as inevitáveis despesas. São várias as informações que comprovam o interesse do monarca em acompanhar de perto as fábricas que possibilitariam a sustentação do domínio territorial. E se nesta matéria as razões de estado estão presentes também nos parece inegável que os conhecimentos adquiridos capacitavam o rei para poder pronunciar-se sobre os problemas concretos da fortificação. Contudo, também é verdade que antes de tomar decisões não lhe repugnava escutar as opiniões das pessoas com experiência vivida nas realidades africanas. Mesmo assim, se a informação reunida não lhe parecia suficiente para tomar uma decisão avisada recorria à simulação da topografia

---

[233] RICARD, Robert - *Études sur l'Histoire morale et religieuse du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1970, p. 150. Nesta perspectiva compreende-se melhor a proximidade com Duarte Coelho que, pelos anos de 1529, percorreu Marrocos, com Benedetto de Ravena, que riscou os planos da fortaleza de Mazagão (1541) e com Diogo de Torralva, também presente, em 1541, no Norte de África.

[234] Mulei Hamete, depois de ter tomado Fez ao seu irmão Mulei Mahamet, proveu-se «de toda a sorte de munições, e encarretava a sua artilharia grossa, que eraõ trinta peças, antre as quais avia algumas de vinte palmos de cumprido, afóra outra mais miuda que já tinha, e outra que mandava fundir de novo». ANDRADA, Francisco de - *ob. cit.*, p. 980

[235] ANDRADA, Francisco de - *ob. cit.*, p. 995

[236] Veja-se o exemplo da praça de Tânger: em 1549, quando D. Pedro de Mascarenhas chegou a esta cidade vistoriou de imediato com D. Pedro de Meneses, capitão da praça, e com D. João de Mascarenhas as obras de fortificação já realizadas, tendo sido também consideradas aquelas que ainda não tinham sido executadas «conforme há traça que El Rei antes mandara». Da obra já levantada foi dada ordem a Miguel de Arruda para «fazer hum apontamento» que no dia seguinte seria enviado ao rei. À observação efectuada no local seguir-se-ia a discussão que permitiria concluir sobre o melhor sistema defensivo: «despois de cada hum delles cuidar comsigo, e todos juntos praticarem muitas vezes todos os modos que podia aver para esta fortificação, se vierão todos a concertar em huma traça [...] que Dom Pedro mandou a El Rei». *Vd.* ANDRADA, Francisco de - *ob. cit.*, pp. 1007-1008

e das obras executadas numa maqueta. Veja-se o exemplo das dúvidas levantadas a propósito da dimensão e utilidade da fortaleza do Seinal, pelo que:

> «não quis Sua Alteza resolver sem escrever a Dom Afonso (de Noronha), que lhe mandasse sobre ellas (as obras) seu parecer apontado em tudo muito distintamente. E porque tambem se lhe ofereción outras duvidas do Seinal apontadas por Miguel d'Arruda, que se não podião averiguar perfeitamente sem mais larga informação, lhe mandou que fizesse hum modello do monte, e da obra que estava feita nelle, e da que se ordenava fazer, com todas as suas medidas, e duvidas muito bem declaradas, e se viesse com elle ao reino, para o qual mandou tambem vir [...] Luis de Loureiro [...] porque vira tambem o monte, e o principio de toda a obra que se fazia nelle[237]».

Já antes vimos um procedimento semelhante quando (1547) João Baião executava para o rei um modelo do Coliseu de Roma. Porém, agora não se tratava de satisfazer um desejo de conhecer um monumento da antiguidade ainda que com evidentes intuitos didácticos; tratava-se de simular um quadro que permitisse uma visualização de conjunto e a análise das condições mais apropriadas para se poder agir sobre uma realidade concreta. A importância desta metodologia não decorre apenas do facto de mostrar um elevado grau de inovação no que respeita a processos de trabalho porque também comprova o rigor que se carreava quando estava em causa a moldagem do espaço defensivo.

Contudo, os ensaios teóricos não dispensavam o cruzamento com o maior número de informações possíveis. Já antes (1549), quando se pretendeu derivar o perigo que corria Alcácer-Ceguer e se entendeu ser necessário tomar o monte que estava a cavaleiro da vila e fortificá-lo, numa manobra de antecipação às pretensões do «xarife» muçulmano D. João III tratou o assunto em conselho, onde estiveram presentes «não sómente os que ordinariamente costumavão assistir nelle, mas tambem outros alguns praticos e

experimentados na guerra de Africa[238]». Desta reunião resultaria a escolha de D. Afonso de Noronha que era o governador de Ceuta para levar a cabo este empreendimento a que também se associaram o mestre das obras e fortalezas do reino, Miguel de Arruda e Luís de Loureiro, homem com grande conhecimento dos assuntos africanos, fazendo-se este acompanhar de alguns moços da câmara d'El Rei «para servirem no em que os elle encarregasse[239]». Quem eram os «moços» e as funções que lhe foram cometidas não são do nosso conhecimento. No entanto, a sua presença no teatro de operações parece dar substância a outra prática régia que também se pode constatar, dois anos antes, quando se tratava da conclusão das obras do convento de Tomar. Com efeito, contemplando-se algumas obras - «ladrilhos e alguas outras cousas» - que exorbitavam o contrato celebrado com João de Castilho, na carta que o monarca escreveu a Frei António de Lisboa em 1547, dando-lhe conta da possível necessidade de se contratar alguém com suficiência para este trabalho, afirmava:

> «eu tenho alguns moços de estribeira que cá por meu mandado serviram em obras minhas e tem informação e experiencia das cousas dellas, se vos isto assim parecer bem mandarvos-ei um deles para nisso servir[240]».

No entanto, a «febre» construtiva que do ponto de vista arquitectónico caracteriza o reinado do Piedoso não decorre unicamente da complexidade de motivações de natureza política e ideológica. O monarca não era indiferente às concepções estéticas emanadas dos esquemas construtivos tanto mais que, como reconhecia o bispo de Miranda D. Turíbio Lopes em carta[241] escrita em

---

[237] ANDRADA, Francisco de - *ob. cit.*, p. 994
[238] ANDRADA, Francisco de - *ob. cit.*, p. 981
[239] ANDRADA, Francisco de - *ob. cit.*, p. 983
[240] MOREIRA, Rafel de Faria Domingues - *ob. cit.*, vol. II, p. 104
[241] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 136

31 de Maio de 1549, era pessoa muito familiarizada com plantas e obras importantes.

A capacidade de apreciação da traça dos edifícios, implicando algumas noções sobre a articulação das suas partes e técnicas construtivas, não dispensava os conhecimentos de desenho necessários à compreensão do modo projectivo. Por isso não causará admiração o facto de uma ou outra vez o monarca se ter abalançado por iniciativa própria a riscar a planta de edifícios. Ao monarca não repugnava avançar sugestões, estivesse a obra em planta ou em execução; do mesmo modo, a escolha do sítio de implantação dos edifícios parece ter-lhe merecido sempre um juízo criterioso.

Embora a tradição mantenha que o Claustro da Manga, em Coimbra, teria sido desenhado por D. João III na própria manga do vestuário que o cobria[242], a verdade é que ainda não foi possível comprovar com argumentos sólidos tal desiderato. Nesta medida, ganha particular interesse o trecho em que o bispo D. Turíbio, suscitando os favores de D. João III para a obra da catedral de Miranda, refere:

> «tambem lembro a Vossa Alteza que esta See e sua e he planta de suas manos e com seu favor e ajuda se a de fazer e por em perfeição[243]».

Dos documentos que se conhecem relativos às obras da Sé, mais nenhum atribui ou confirma a pessoa do monarca como sendo o autor da planta. Contudo, tal atribuição pode não ser despropositada se, como a seguir veremos, antentarmos na leveza com que D. Turíbio Lopes objectou ao risco que Torralva trouxera de Lisboa e ainda ao facto de se ter mandado desenhar

---

[242] RIBEIRO, Mário de Sampaio - *El Rei D. João III e o Claustro da Manga do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», vol. XXIV, Coimbra, 1958, pp. 4 e ss.; KUBLER, George - *A arquitectura portuguesa chã. Entre as especiarias e os diamantes (1521-1706)*, Lisboa, Vega, s/d., p. 9

[243] A.N.T.T., Corpo Cronológico, Mç. 79, doc. nº 142; VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 135; RIBEIRO, Mário de Sampaio - *El-Rei D. João III e a arquitectura em seu tempo*, Separata do «Arquivo Histórico de Portugal», vol. V, Lisboa, 1946, pp. 14, 30; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. VII, pp. 558-559

uma planta da cidade de Miranda que, uma vez enviada para Lisboa, serviria para informação e conselho do rei no que respeitava à implantação, no terreno, do edifício. Estes factores, a nosso ver, constituem indicações muito fortes não só do interesse, mas também da estreita relação que D. João III mantinha com este projecto.

Por outro lado, a interpretação de Jorge Segurado, para quem, com aquela importante afirmação, o prelado apenas queria dizer «que tudo pertencia ao monarca, quer o edifício pronto, quer a ideia de o erguer, numa cidade e num episcopado criados por ele, dois anos antes, em 1545[244]» revela-se contraditória. Admitindo que o bispo passava a maior parte do seu tempo junto dos monarcas, concluía pelo seu conhecimento sobre o modo como «as traças eram feitas». Nesta medida, o bispo dificilmente atribuía ao lápis de D. João III o risco da Sé se soubesse ter sido outro o seu autor. Contraditória ainda porque afirmando dever-se a traça à mão de Francisco de Holanda, também afirma ter sido «ordenada e talvez esboçada pelo próprio Rei e naturalmente passada a limpo e esclarecida, com apontamentos (memória-caderno de encargos), por Francisco de Hollanda[245]».

[244] SEGURADO, Jorge - *Francisco D'Ollanda*, Lisboa, Edições Excelcior, s/d., p. 268
[245] SEGURADO, Jorge - *ob. cit.*, p. 307

CAPÍTULO II

A CATEDRAL DE MIRANDA DO DOURO

1. A deslocação de Gonçalo de Torralva a Miranda

Uma vez empossado do bispado de Miranda competia a D. Turíbio Lopes a estruturação dos principais orgãos da diocese a par com a nomeação dos seus ministros, dando em simultâneo os passos necessários para a instalação da Sé Catedral em edifício condigno. Contando com a ajuda dos membros do Cabido dispunha ainda o prelado do apoio e vontade de D. João III e da sua mulher, a rainha D. Catarina. Outra atitude não se poderia esperar dos monarcas uma vez que foram eles os grandes protagonistas das profundas alterações efectuadas em matéria de organização e administração ecelesiástica, as quais, além de outras modificações, se traduziram na

necessidade imediata de construir, a par da de Miranda, as Sés Catedrais de Leiria e Portalegre.

Assim, «com conselho e assensso» del Rei, o deão, António da Guarda, noticiava às dignidades, cónegos e Cabido de Miranda, por carta escrita em Lisboa e datada de 12 de Abril de 1552, sobre a necessidade do novo edifício, para o qual, recordava, já se tinha:

> «assignado e deputado o luguar onde se deve fazer o quall foi assi assignado e cordeado em nossa presença per officiaes que Sua Alteza mandou a dita cidade (de Miranda) para isso[246]».

Mostrando-se que nesta altura já se tinham dado alguns passos para o arranque da empreitada, convém atentarmos em algumas cartas que o bispo de Miranda enviou a D. João III e em que a obra da Sé se perfila como uma das preocupações mais importantes daqueles que estavam à cabeça do bispado. Publicadas por Sousa Viterbo, estes documentos, parece-nos, ainda não mereceram uma leitura atenta.

Em 15 de Dezembro de 1547, o bispo D. Turíbio Lopes, acusava[247] a recepção de uma carta régia da qual Gonçalo Torralva tinha sido portador. Chegando a Miranda no dia anterior, este mestre pedreiro - assim é referido quando, em 1562, juntamente com o pedreiro Francisco Esteves e o medidor de obras da cidade de Lisboa, Dinis Carvalho, avaliaram umas obras no convento de Chelas[248] - entregou também a D. Turíbio Lopes «o debuxo e apontamentos pera a obra desta See de Mirãda[249]». Esperados com ansiedade, os planos constituíram o motivo para que Gonçalo de Torralva tivesse algumas «práticas» com o prelado, primeiro, e com o Cabido, depois. Não se

---

[246] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº126
[247] VITERBO, Sousa - *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, pp. 134-135. (Edição fac-similada pela de 1899).
[248] VITERBO, Sousa - ob. cit., vol. III, p. 137
[249] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 134

conhecendo o resultado destas entrevistas, não andaremos longe da verdade se pensarmos que Torralva prestou aos clérigos alguns esclarecimentos sobre a configuração, organização espacial da catedral e preparativos necessários para as obras, podendo mesmo, de viva voz, transmitir outras indicações ou recomendações de que, provavelmente, D. João III o tinha encarregado.

Entre as funções que justificaram a deslocação de Torralva a Miranda, contava-se a demarcação do chão onde se havia de erguer a catedral. Assim, «cordeo e abaliso a dita obra por duas vezes[250]», acto que se processou com algumas cerimónia visto ter contado com a presença, além de pessoas eclesiásticas, do corregedor, homens da governação da cidade e populares. Pelo que se conhece, tratando-se como se tratava de «cousa ordenada per mãdado» de Sua Alteza Real, tudo o que constava dos planos e apontamentos de que Torralva tinha sido portador foi aceite. Contudo, em exercício de grande diplomacia para não se criarem eventuais susceptibilidades no ânimo da pessoa real, adiantavam-se algumas sugestões resultantes do parecer de «alguas pesoas» de qualidade que, uma vez regressado a Lisboa, Gonçalo de Torralva apresentaria ao monarca.

Desta forma, recomendava-se a necessidade de se proceder a alguns ajustamentos ou rectificações, cujas linhas de orientação fundamentais tinham em vista dois tipos de preocupações: umas de natureza urbanística, outras relacionadas com a dimensão da fábrica que se entendia desproporcionada tendo em conta os rendimentos disponíveis e o número de habitantes da cidade. Sob o ponto de vista urbanístico, consideravam-se factores tão importantes com a relação da catedral com a praça, tendo-se na devida conta o traçado urbano que desta conduzia ao terreiro onde se erguia a igreja de Santa Maria, agora convertida em catedral, e onde se projectava levantar a nova Sé. Assim, a nova construção assumia uma importância que

[250] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 134

ultrapassava largamente a função religiosa, dado que se alcandorava a elemento ordenador de percursos num conjunto urbano limitado pelos constrangimentos impostos pelos muros de protecção que o cingiam.

Sugerindo-se a implantação da capela-mor «casi ao Sul» do terreiro, intentava-se, deste modo, obter um largo espaçoso que ficasse «despejado e mui grandioso». Aí, se perfilaria toda a magestade da nova Sé que, alteando-se sobre o casario em competição com as torres da fortaleza, se afirmava, à distância, como ponto marcante e de orientação para todos os forasteiros que se dirigiam a este burgo.

Porém, parece que as balizas da demarcação inicial se organizavam de modo diverso, já que tiravam o seu ponto da orientação da igreja velha. Por isso, apontaram-se os inconvenientes daí resultantes: as portas da catedral ficariam «casi escondidas por não aver lugar abastãte por onde se extenda a obra[251]» além de que seria preciso derrubar algumas «casas principais» para se ganhar o espaço que fazia falta para o corpo da catedral.

Todas estas informações permitem concluir que a demarcação da Sé efectuada por Torralva seguia orientações de D. João III, certamente fundamentadas em informações anteriormente tomadas e que levavam em linha de conta o posicionamento da igreja de Santa Maria, na altura ainda aberta ao culto. Por esta razão, na tentativa de demoverem o monarca da ideia inicial, tomaram a iniciativa de mandarem riscar uma planta da urbe que aquele levaria ao rei, o qual, com o auxílio do «papel em que vai tirada a cidade ver(i)a muito craro», podendo com este auxílio ponderar melhor a sua decisão.

Apesar dos votos que se faziam, na expectativa de que a presença da sede diocesana ajudasse ao futuro crescimento da cidade, a monumentalidade da igreja, expressa no desenho que Gonçalo de Torralva apresentou aos

[251] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 134

clérigos, parecia deslocada e sem sentido para terra tão pequena. Argumentou-se então «que a igreja se poder(i)a fazer alguo mais pequena sem ir contra a ordem do debuxo[252]».

Mostra-se assim que, na impossibilidade ou na inconveniência de se recusar abertamente, a planta proposta era aceite com algumas reservas, as quais, parecendo centrar-se no volume da obra, não compreendiam razões estilísticas. Por isso, impunha-se o predomínio de atitudes de bom senso de forma poder acalentar-se a superação desta contrariedade. Com este fito, considerava-se a pobreza da fábrica e as suas insuficiências financeiras para levar a cabo um projecto tão ambicioso. Daí que a ajuda de Deus não dispensasse os favores da coroa real. Por outro lado, as circunstâncias do clima local, com invernos prolongados e rigorosos, também desaconselhavam, como se observava na planta, uma igreja com «tantas janellas», embora se adiantasse que este inconveniente a qualquer momento se poderia resolver, recorrendo-se simplesmente à sua eliminação pelo método do emparedamento, à redução dos vãos, ou, então, pela colocação de vidraças cujo uso era pouco generalizado.

Relativamente ao projecto que Gonçalo de Torralva levou para Miranda, não se conhecem notícias que permitam afirmar o nome do seu autor. Raczynski[253] e, mais recentemente, Dagoberto Markl e Fernando António Baptista Pereira[254], entre outros, atribuíram a paternidade de tal desenho a Gonçalo de Torralva, sem, contudo, discutirem essa possibilidade ou adiantarem quaisquer elementos que fundamentassem tal asserção. A presença de Gonçalo de Torralva em terras de Miranda e as explicações que, sobre o projecto, terá prestado ao bispo e Cabido em 1547, só por si não bastam para validarem tal conclusão.

---

[252] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 134

[253] RACZYNSKI, A. - *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Paris, 1847, p. 288

Como se sabe, a fábrica da Sé fazia parte de um conjunto de empreitadas que contavam com o empenhamento do monarca. Por isso, o risco de tais obras era da responsabilidade do mestre das obras régias, cargo de que Torralva nunca foi investido. Por nomeação de D. João III, Francisco de Arruda ocupava, desde 1531, o cargo de mestre das obras do Alentejo e dos Paços de Évora bem como as funções de medidor de todas as obras que se fizessem no reino «asi de muros como de moesteiros e igrejas e de quaesquer outras[255]» que o monarca decidisse mandar fazer, substituindo, assim, o seu falecido irmão, Diogo de Arruda.

Francisco de Arruda, ocuparia este cargo até à data da sua morte, em 30 de Novembro de 1547. Um ano depois, o seu genro, Diogo de Torralva substitui-lo-ia nas mesmas funções, sendo ainda nomeado medidor de todas as obras régias «asy de muros como de mosteiros e igrejas, e de quasquer outras[256]». A função de medidor de obras obrigando à presença dos mestres nos locais em que estas ocorriam, mostrou alguns desfazamentos com as situações concretas. Tanto Francisco de Arruda como Diogo de Torralva, por estarem muitas vezes ocupados «em cousas de meu serviço[257]», como o soberano reconhecia, viam-se impedidos de se deslocarem às cidades, vilas e lugares onde se levavam a cabo campanhas de obras. Para superar esta dificuldade seria mesmo necessário novo diploma régio, admitindo que os mestres se pudessem «comcertar com quaesquer medidores que por elle(s) façam mediçã[258]». Porém, não havendo nesses locais medidores, «quallquer outro oficiall pedreiro que bem e fielmente o saiba fazer[259]», podia, depois de ajuramentado, dar conta dessa tarefa.

---

[254] MARKL, Dagoberto e PEREIRA, Fernando António Baptista - *História da Arte em Portugal*, vol. VI, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 34
[255] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 60
[256] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 128
[257] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 61; *ibidem*, vol. III, p. 129
[258] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 61; *ibidem*, vol. III, p. 129
[259] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 61

Gonçalo de Torralva era pedreiro e não se conhece documento que lhe atribua a função de medidor. No entanto, o seu parentesco com Diogo de Torralva, de quem era irmão, e, certamente, o relacionamento que também manteve com Francisco de Arruda, não só lhe ampliou os conhecimentos do seu ofício mas ainda determinou relações de proximidade nas grandes obras de que estes dois mestres foram responsáveis. Desta forma, Gonçalo de Torralva tinha conhecimentos suficientes para se encarregar de uma missão que, competindo a Francisco de Arruda, por doença ou velhice, podia ser já da responsabilidade de Diogo de Torralva que somente em Novembro de 1548 seria oficialmente investido dessas funções. Nesta linha de orientação, este mestre fez-se substituir na obra projectada para Miranda do Douro pelo seu irmão Gonçalo.

Assim, Gonçalo de Torralva deslocou-se a Miranda na qualidade de medidor e não de autor da planta. É certo que levava consigo o projecto e os apontamentos para a nova Sé e que sobre eles prestou esclarecimentos. Contudo, é porque ia industriado para assim proceder. De resto, se assim não fosse, Gonçalo de Torralva teria, ainda que eventualmente considerasse algumas das sugestões que, à vista do terreno, avançaram as dignidades e notáveis de Miranda, defendido as ideias materializadas no projecto. Ao não o fazer mostrou claramente os limites da sua missão e ainda que a responsabilidade do desenho lhe não pertencia.

De acordo com as palavras de D. Turíbio Lopes, esta, como adiante veremos, ia inteirinha para a pessoa de D. João III cujo interesse pelas questões de arquitectura não pode ser posta em causa.

A estada de Gonçalo de Torralva em Miranda não se limitou unicamente à marcação do sítio para a implantação da catedral nem aos esclarecimentos que a novidade da planta e as condições contidas nos apontamentos suscitavam junto do clero e notáveis da cidade fronteiriça. Da sua missão constava também a averiguação das capacidades existentes

naquela área relativamente ao fornecimento e qualidade dos materiais necessários para a empreitada, mão-de-obra disponível e respectivos preços. Também a possibilidade de se aproveitar a deslocação do mestre pedreiro para se inteirar do estado ou resolver algum problema na fortificação não deverá ser excluída, não só porque nesta altura andava em obras, mas também porque a proximidade de Espanha e a facilidade com que o inimigo tradicional podia penetrar no território nacional era sempre um dado a considerar. Por outro lado, em matéria de fortificação, convém levar em conta as capacidades e conhecimentos de Torralva, comprovados pelo facto de em 1572 ser o mestre das obras da fortaleza de Atouguia[260].

Certo é que o interesse que Torralva colocou na resolução dos problemas da catedral, aliados ao seu temperamento de «ome manso, de bon juizo e entedimento» de obras, causaram boa impressão no meio. Como consequência, em carta particular na qual se pedia sigilo na informação, o bispo recomendava-o ao rei, para, desde que o preço fosse adequado, ser ele a tomar a obra. Pragmático, porque conhecedor de que a decisão final lhe escapava, D. Turíbio Lopes insistia na necessidade de se começar a catedral, idependentemente da pessoa a quem se viesse a atribuir a responsabilidade da sua execução, já que a simpatia que o prelado manifestou com Torralva não excluía «outro (mestre) que seja pera yso[261]», entre os vários que havia na corte. A condição principal passava pela reunião na pessoa escolhida das aptidões que uma fábrica daquela envergadura implicava. Esta, por sua vez, trazia para primeiro plano a necessidade de recrutamento de mãos hábeis, as quais não eram muito abundantes em terras do nordeste transmontano. Este facto, associando-se a factores psicológicos e também económicos que podiam inibir os mestres, dado que lhes podia parecer «que se desterrã a vir ca tã

[260] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, pp. 138, 140
[261] A.N.T.T., Corpo Cronológico, Mç. 79, doc. nº 142; VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 135

longe a soo esta obra[262]» continha o risco de provocar o aumento dos salários. Para o evitar, sugeria-se que, aos mestres que empreendessem a deslocação para Miranda, lhes fossem entregues outras obras que se iniciassem na região ou, então, que se empregassem nas obras da fortificação, as quais, como escrevia o bispo, corriam sem grandes pressas, tal como, de acordo com as suas palavras, também acontecia com «a obra de Frexo[263]» de Espada à Cinta.

Na realidade, estas razões não atendiam unicamente à sua pertinência, já que se constituíam também como um factor de pressão sobre a decisão régia no sentido conseguir que a obra da Sé se fizesse por empreitada, método que, indo ao encontro das limitações financeiras, certamente, permitia à fábrica alguma economia de custos. No seguimento do mesmo espírito de poupança, pretendendo-se evitar o risco de se consumir parte do orçamento com os encargos que feitores, escrivães e provedores de obras representavam. Por isso, propunha-se o detentor da mitra diocesana dispensar estes oficiais. Da sua substituição e das responsabilidades inerentes, encarregar-se-iam ele próprio e o Cabido.

2. Hesitações na escolha do risco

Em Fevereiro de 1549 ainda as obras se não tinham iniciado[264], pesem embora os votos formulados por D. Turíbio no ano anterior, quando se

---

[262] A.N.T.T., Corpo Cronológico, Mç. 79, doc. nº 142; VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 135

[263] A.N.T.T., Corpo Cronológico, Mç. 79, doc. nº 142; VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 135. Escritas pelo Bispo, tais palavras, devem referir-se à igreja manuelina, que, em finais de 1547, ainda estava por concluir.

[264] Antes de ter verificado o arranque das obras, o Cabido reunia na igreja de Santa Maria, agora com o título de Sé. A reunião efectuada em 7 de Janeiro de 1548 teve lugar na sacristia desta igreja, embora a «cappella da Sé» também tivesse sido usada para o mesmo efeito. Em 1570, as reuniões ocorriam num espaço deputado para aquela finalidade, como, ao referir-se a «casa do Cabido da See», parece poder concluir-se da respectiva acta, respeitante à sessão

mostrou convencido que «a mais tardar» podiam arrancar naquele mês e ano. De facto, a presença de Jorge Gomes em Miranda do Douro (Março, 1548), para onde fora enviado pelo monarca, juntamente «com os mestres de pedra e cal e cavouqueiros[265]» permitiam a conclusão sobre a proximidade do início dos trabalhos. Da presença destes oficiais e indiferenciados em Miranda resultou um intenso trabalho de sondagens nas pedreiras que, futuramente, haviam de abastecer de pedra e cal a obra da Sé. O regresso[266] de Jorge Gomes a Lisboa, em Agosto de 1548, ao não ter retorno, como parece, reflecte uma alteração na iniciativa.

Por isso, em Fevereiro de 1549, o bispo, mais uma vez, pressionava o rei para que lhe mandasse «os mestres que am de fazer ha obra da dita See pera que a comecem logo[267]». Tratando-se de uma empreitada de grande volume, a proporcionalidade dos custos parecia levantar algumas resistências. De novo, por carta de 31 de Maio de 1549, D. Turíbio Lopes algo temeroso de grandes despesas, trazia à liça o problema do risco que, como agora afirmava, o rei «mandou fazer[268]» e que sumariamente descrevia:

> «he tam suntuoso que pertece mais pera templo e See que tenha um conto de fabrica e pera cidade de mais calidade que pera esta See e cidade pera a qual nos bastara fazer hua See tã grande e tam lustroza como a See de Evora, que vay asaz encarecida, fazendose pello estilo comum de outras Sees e cidades antiguas e de muita mais calidade que esta[269]»

Desde logo, a referência a este desenho ordenado pelo rei Piedoso enuncia uma orientação contrária à afirmação produzida na carta de

---

de 18 de Março. Contudo, já em 1670, tais reuniões também podiam realizar-se na capela-mor. A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 1, fls. 5v, 6v, 8v, 109; *idem*, Cx. 1, Lv. 4, fl. 169

[265] A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte 1ª, Mç. 81, doc. nº 29; VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 433

[266] A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte 1ª, Mç. 81, doc. nº 29; VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, pp. 433-434

[267] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 135

[268] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 136

Dezembro de 1547, cujo testemunho considerava D. João III como autor material de uma planta. Nestes termos, atendendo ao conteúdo de ambas as cartas, concordante na qualificação da sumptuosidade da construção e na sua desproporção face às necessidades locais e às capacidades financeiras da diocese, não se invalida a possibilidade de estarmos perante um segundo desenho para a Sé de Miranda, cuja razão de ser passava pelo facto de se ter deixado de considerar o primeiro

Contudo, este quadro só seria possível se admitirmos que o monarca desistiu da ideia de realizar o seu plano, hipotése esta de que nos escapam os motivos determinantes de tal decisão.

O atraso nas obras, não se poderá explicar pela falta de liquidez na tesouraria nem tão pouco pela falta de mãos, tanto mais que os trabalhos das fundações, em boa medida, dispensavam mão-de-obra especializada, de custo mais elevado. Por outro lado, também o abastecimento de materias para a obra parecia não constituir um problema por ter sido anteriormente solucionado. A possibilidade de ter surgido alguma clivagem nas relações de D. João III com as dignidades da Sé de Miranda, não deverá ser afastada, tendo-se em conta os reparos colocados pelo bispo e pelo Cabido à dimensão e custo do projecto inicial, justamente aquele que, segundo parece, o monarca desenhara. Desistindo do seu projecto ou mandando introduzir-lhe modificações, manteve-se um prospecto igualmente sumptuoso, impondo desta forma o seu pensamento e vontade de construir um edifício monumental.

Deste modo continuava a inviabilizar o alcance das ideias do bispo que, mais preocupado com as despesas - que também lhe limitavam os rendimentos pessoais - não só se contentava como desejava uma construção

---

[269] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 136

de menor volume, mais sóbria e em que se inscrevesse um discurso artístico conservador.

Informado do curso que os acontecimentos levavam estava o espanhol D. Julião d'Alva, capelão da rainha, na companhia de quem, como igualmente D. Turíbio Lopes, viera para Portugal em 1525. Todavia, o futuro bispo de Portalegre e de Miranda[270], justamente o que lançou a *fundamentis* a Sé daquele bispado - cuja primeira pedra[271] seria lançada em Maio de 1554 - em Maio de 1549 era ainda cónego mestre-escola na Sé de Évora, cidade que também era um importante centro regional e para o qual muito concorreu a circunstância de aí estanciar a corte durante largas temporadas.

Gozando de grande prestígio na corte - o que mais tarde o levaria a ser conselheiro da regente D. Catarina - o cónego Julião d'Alva também não podia deixar de conhecer alguns dos principais mestres que se movimentavam na cidade alentejana. Mas a informação que D. Turíbio Lopes depositou no seu compatriota apontava para que este clérigo usasse a sua influência para persuadir o monarca a aceitar as suas pretensões.

Só assim se explica que uma outra planta da Sé de Miranda estivesse em poder do futuro bispo de Portalegre, agora convertido em procurador do bispo de Miranda e interlocutor de D. João III. Na carta que D. Turíbio dirigiu ao soberano (31 de Maio de 1549), dando conta do seu desejo «de ver começada e acabada» a Sé, pedia-lhe que ouvisse Julião d'Alva, a quem sobre a fábrica escreveu «largo». Embora os resultados da consulta permaneçam na

---

[270] Muito antes (1526) de ter sido Bispo de Miranda, D. Julião d'Alva foi abade da igreja de S. Cristóvão, em Vila Chã de Barciosa (Miranda). TERRA, José de Silva - *Espagnols au Portugal au temps de la reine D. Catarina. I - D. Julião de Alva (c. 1500-1570)*, in «Arquivos do Centro Cultural Português. Homenagem a Marcel Bataillon», vol. IX, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian 1975, p. 466. Este extenso, criterioso e bem documentado trabalho relativo a D. Julião d'Alva teria continuidade num outro estudo do mesmo autor, publicado mais de duas décadas depois. *Idem, D. Julião de Alva (c. 1500-1570). Novos documentos*, in «Arquivos do Centro Cultural Português. Homenagem a Maria de Lurdes Belchior», vol. XXXVII, Lisboa - Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 155-184

[271] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 130

sombra, conhecemos a proposta que, nesta altura, merecia maiores favores do prelado mirandês e que constava de:

> «(uma) igreja de tres naves ficando inteira a torre e igreja que aguora estaa com acrecentar a dita igreja hua pouca cousa que se pode mui bem fazer. E bem sei que estaa V. A. tam afeito a debuxos e obras illustrissimas e tam sumtuosas que a de zombar e rir deste debuxo que lhe mostrara Julião Dalva, que vai feito per mãos mui grosseiras e empotadas de trazer ho piquo e escoda nellas[272]».

Este trecho poderá condensar as diferenças de entendimento entre o bispo D. Turíbio e o monarca. Para o primeiro, em matéria de linguagem arquitectónica, a conservação formal era suficiente. Nunca o seu discurso se deixou trespassar pelo enunciado de uma ideia que lograsse inscrever na igreja que se pretendia erigir para nova catedral um apontamento inovador. Assim o atestam as suas referências às Sés de Salamanca, Burgos e Medina (carta de 15 de Dezembro de 1547) a propósito do número e dimensão das janelas que o primeiro desenho contemplava e à Sé de Évora (carta de 31 de Maio de 1549). A manutenção da torre existente e um pequeno acrescento à planície da igreja eram as propostas que se entendiam mais adequadas para a consistência da actividade pastoral e funções de representação da nova diocese. Porém, sob o ponto de vista artístico, ao manter-se o casco fundamental, a fuga a um ideário arquitectónico crepuscular seria difícil.

Assim, caso vingasse o partido do bispo, a «mui desolada» igreja de Santa Maria manter-se-ia quase intacta, como se demonstra pela rogativa do prelado ao implorar a D. João III que tivesse «piedade derribar obra que custou mais de tres mil cruzados[273]» quando, como deixava entender, com algumas adaptações podia servir muito bem. Diga-se que a memória desta despesa, ao manter-se viva, parece traduzir uma campanha de obras relativamente recentes durante as quais se teria erguido uma torre. O testemunho de Duarte

[272] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 136

d'Armas, nas duas vistas que tirou da cidade, não registou este elemento arquitectónico. Em ambos os desenhos apenas se assinalou um campanário com dois vãos para os sinos. Por outro lado, se esta hipótese encontrar confirmação, as obras ter-se-iam efectuado antes da criação da diocese uma vez que não avultaram como argumento suficiente forte para o bispo fazer valer a sua visão do problema.

Olhando as circunstâncias, também o anónimo mestre pedreiro a quem D. Turíbio encomendou a execução de um risco para a nova Sé, em que se considerava a condição de se contemplar a integração da velha igreja, dificilmente teria assimilado a nova linguagem cuja gramática se caracterizava pelo repúdio do programa gótico. Nesta medida, o desenho que chegou às mãos de D. Julião d'Alva para, em associação com as indicações que D. Turíbio lhe apresentou, tentar demover o monarca de levar a cabo uma construção de raíz, não podia integrar os esquemas renascentistas que emergiam na sociedade portuguesa

Por isso, a solução proposta, não se enquadrando no ambiente da época, mal podia colher o favor real. A criação de novas dioceses, representando a mudança de quadros ideológicos em que o poder central tendia a ganhar maior protagonismo, em paralelo com o prestígio que a corte portuguesa gozava na cúria papal, eram factores propiciadores da aplicação generalizada das medidas que a hierarquia eclesiástica ia produzindo a partir da cidade de Trento. Deste modo, a configuração da nova Sé, devendo espelhar a dimensão do poder real e indicar claramente o apoio que o poder central dispensava à igreja, devia igualmente traduzir nos paramentos exteriores ou na espacialidade interna as novas orientações religiosas, as quais, privilegiando as regras da austeridade deviam contribuir para a

[273] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 137

disciplinarem a igreja militante, no sentido da sua transformação numa igreja de massas.

3. O lançamento da primeira pedra

Com a viragem da metade do século ainda as obras da Sé de Miranda não tinham sido principiadas. Nesta altura, D. Toríbio Lopez aumentava na corte o número de prelados absentistas.

Mas, da corte o bispo ia dando sinais de vida aos capitulares. Relativas ao período compreendido entre Abril e Junho de 1552 conservaram-se algumas missivas contendo informações relevantes para podermos acompanhar o início dos trabalhos. Datada de 12 de Abril a primeira carta, ao dar notícia de que o espaço para a construção do edifício já estava definido, mostra que D. Toríbio estava particularmente apreensivo com a cerimónia do lançamento da primeira pedra, acto em que não participaria directamente por continuar em Lisboa, justamente ocupado «per justas causas e pera acabarmos da dar enteira perfeiçam a todo o que toca a dita nossa See[274]».

Receoso que a um acto tão importante os capitulares faltassem com as formalidades do estilo, já que, acentuava, «quando assi se fundão e fazem nobas igrejas se requer certa solemnidade e forma acerca da benção da primeira pedra dellas[275]», cometia ao Chantre, Miguel de Gouveia, as funções de representação ou, no impedimento deste, a Pedro Salazar que era o Arcediago da Sé. Ao mesmo declarava que juntamente com a carta enviava o regimento que, sob pena de obediência, devia ser cumprido integralmente, ordenando também que da cerimónia se lavrasse o competente auto que se devia arquivar no cartório do Cabido. A importância atribuída pelo bispo a

[274] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 126

esta solenidade e à observação do regimento era grande porque, em carta de 29 de Abril, voltaria ao assunto, declarando:

> «se benza a primeira pedra que na dita obra se puser com as solemnidades contheudas no regimento que pera isso envio o qual mandei tirar do livro pontificall *mutatis mutantis*»; «e o dia que se ouver de poor a primeira pedra da dita obra que seraa o dia da benção della e do sitio da dita See e do alltar moor diguo da See nova que se há de fazer e o sitio do alltar moor que nela hadaver o que tudo se faraa segundo forma do dito regimento[276]».

Os testemunhos conhecidos permitem-nos recuar a 16 de Maio de 1552, certamente um dos dias mais solenes que se viveram na cidade de Miranda do Douro pelo facto de, com o início da abertura dos alicerces, se ter dado início à maior construção religiosa da diocese nordestina.

De acordo com o instrumento assinado pelo notário apostólico, Lopo Godinho, iniciaram-se as cerimónias com uma «missa cantada do Spirito Santo», oficiada na igreja de Santa Maria pelo reverendo Jorge Ferreira que desempenhava o cargo de Tesoureiro. Uma vez terminada a função:

> «sairam da See velha omde [sic] ao presente se dizem os officios devinos cantando *Vini creatore* foram omde estava ordenado e determinado e se começar abrir o primeiro allicerce semdo junta a maior parte do povo da dita cidade e cheguando com a dita presiçam ao dito loguar e dizendo e fazemdo o officio conforme ao regimento que para isso Sua Senhoria emviou ho dito Senhor Thesoureiro começou primeiramente abrir os ditos alicerces, e acabado isto com a dita presiçam se tornaram a dita See cantando com muita sullinidade *The deuns laudamus*[277]».

Continuando os trabalhos de abertura dos caboucos, só no dia 24 do mesmo mês, já com «muita parte dos alicerces abertos» se procederia, como foi determinado pelas dignidades e Cabido da Sé, à benção e assentamento da

---

[275] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº126

[276] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº127; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, pp. 522, 523

[277] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº126

primeira pedra. Após ouvirem missa cantada da Santíssima Trindade, dita pelo religioso da Santíssima Trindade e chantre, Miguel de Moura:

> «sairam os ditos Senhores com presiçam fazemdo ho officio que por Sua Senhoria hera mamdado e seu regimento e foram ter homde se avia de assentar e bimzer a primeira pedra que hera omde ora se edificar ho altar mor homde ja estava hua cruz de pao posta e hi bemzeo o dito senhor chamtre a dita primeira pedra, e acabada de bemzer, debaixo della forao lançados pollo Doutor Guaspar Davidi que ora serve de viguairo geral, em nome do dito senhor bispo dous cruzados que ho dito senhor mamdou que se lamcasem e feito tudo isto, ho dito chantre amdou com agoa benta bemzemdo todos hos alicerces que abertos estavão conforme ao dito regimento, e acabado o dito officio, se tornaram todos, para a dita See com a dita presiçam[278]».

Com estas cerimónias estava dado um importante passo para que a construção do novo templo pudesse avançar, tanto mais que havia já pedra, cal e areia[279] para se lhe dar início, ficando tanto os alicerces como as paredes com solidez bastante, para a qual contribuía a proporção de «dous cestos de caall e tres darea[280]» que em permanência eram objecto de fiscalização.

4. O arranque das obras

Permanecendo na corte, o bispo ia tratando de diversos assuntos que interessavam à vida dos orgãos diocesanos. Um deles respeitava à regularização do abastecimento de bens alimentares, particularmente intentava-se obter um alvará que legitimasse a abertura de um talho que fornecesse carne aos moradores da cidade. Esta pretensão não se afigurava fácil já que só após se ter entrevistado com a rainha e com o rei é que o bispo conseguiu, como noticiou em carta de 13 de Abril de 1552, a autorização

[278] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº126
[279] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº127; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 523

pretendida. Problema logístico que a urgência da obra acentuava, um simples talho era um privilégio cujos serviços eram também extensivos a todos os que nela trabalhavam porque, como se clarificava:

> «nisto entrarão tambem os mestres das obras e pedreiros e todas as pessoas que andarem na obra da dita See[281]».

Ultrapassando problemas anteriores com o talho, provavelmente motivados por abusos anteriores praticados pelos clérigos no abastecimento, recomendava o bispo «que se dee(sse) carne primeiro aos pobres e officiaes e familiares[282]».

Tomadas isoladamente, estas determinações parecem de escassa relevância. No entanto, se vistas num quadro de preparação para o futuro imediato, mormente quando contemplavam aqueles que iriam trabalhar na construção, deixam adivinhar que o arranque efectivo das obras estava próximo. De resto, a suspeita de que já tinham sido dados passos decisivos para o avanço da empreitada seria confirmada na mesma carta, quando se ordenava a constituição de um fundo para se efectuarem os pagamentos aos oficiais contratados:

> «Vossa merces façam prestes todo o dinheiro da fabrica para dar conta porque ho aparelhador da obra da See he jaa partido di quaa para logo se ir a Miranda com officiaes para começar a obra e quaa fica outro seu companheiro que ha de levar provisão Del Rei Nosso Senhor para o dinheiro que ouber se entregar ao paguador dos officiaes que Senhor nomearaa e para tomar as co(n)tas e começar loguo a dar dinheiro aos officiaes porque a obra se ha de dar tanta pressa que em cinco annos se acabe prazendo a Deos[283]».

Por outro lado, a constatação da existência de um aparelhador que chefiava uma equipa de práticos permite-nos concluir que, nesta altura, já a

---

[280] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº95; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 526
[281] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. s/nº
[282] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. s/n

obra tinha sido arrematada. Para o esclarecimento deste ponto, outra carta de D. Toríbio Lopez, escrita em Lisboa no dia 29 de Abril de 1552, revela-se fundamental.

Prevendo-se um prazo de execução de cinco anos, esperava-se que os editais fossem afixados em diversas localidades para que os interessados pudessem formalizar a candidatura a uma obra que, pela envergadura e patrocínio régio, seria, desde logo, selectiva. Se os editais foram efectivamente distribuídos por várias áreas geográficas não se sabe. Mas como o bispo afirmava ter trabalhado para que os mestres se deslocassem a Miranda do Douro «pera verem o debuxo da obra que El Rei nos mandou fazer e o sitio[284] da Se e todo o mais necesareo pera fazerem seus lanços[285]», duas hipóteses são possíveis quanto à metodologia da arrematação. Podendo concluir-se da existência de um grupo de práticos que eram merecedores da preferência do bispo por razões que podiam decorrer do conhecimento pessoal, das obras por eles executadas ou por indicações de terceiros, também não se poderá excluir que tal referência poderá respeitar a uma equipa[286] composta por várias especialidades, considerando a diversidade de técnicas e o ritmo dos trabalhos que uma grande empreitada exigia.

Não sendo possível ultrapassar esta questão, terá interesse referir que dos mestres contactados - cujos nomes se desconhecem - nem todos tinham residência em Lisboa. Por esta razão, explicitando que o fazia da parte do monarca, como lhe tinha ordenado, D. Toríbio convocá-los-ia mais tarde para

---

[283] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. s/n

[284] No extremo do alinhamento do altar-mor, em resultado das necessidades de acomodação à escarpa da muralha e ao tecido urbano, a porta principal está voltada ao quadrante NNW. Por isso, as condições topográficas colocavam problemas que deviam ser levados em linha de conta no momento de abrirem as fundações.

[285] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 127; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 522

[286] Sendo conhecidos diversos casos, apontemos o do «arquitecto-empreiteiro» Diogo de Castilho que «tinha brigadas de trabalhadores em obras que corriam ao mesmo tempo, tanto no Porto como em Coimbra. Era obrigado a ter encarregados nas mesmas, simples pedreiros, canteiros da obra comum, e ainda decoradores».GONÇALVES, A. Nogueira, *Estudos de História da Arte da renascença*, Coimbra, EPARTUR, 1979, p. 79

a corte. Tratava-se agora de se reunirem «pera falar(em) com Miguel Darruda e praticarem na dita obra[287]». Não se sabe quem eram estes mestres, como igualmente se desconhece o que se passou nessa reunião e outros elementos que nos permitam aprofundar os motivos da congregação em volta da planta da catedral que aquele arquitecto não podia deixar de conhecer bem.

Quadro 3

Estatuto 26 (da Sé de Miranda do Douro)
«Que se digão vesperas e missa cantada com orgaons em cada hum anno a vinte coatro dias de Maio no qual dia se pos a primeira pedra nesta Seê no anno de 1552 em que se diga hum officio de defunctos de tres licois pellas almas Del Rei Dom Joam, e da Rainha Dona Caterina sua molher nossos senhores[288]».

De acordo com o documento que vimos seguindo foi o próprio monarca quem encomendou a planta. Também na atribuição da obra teria papel decisivo já que foi ele quem «ouve per bem se dese a dita obra a Pero de la Faia dempreitada per contrato[289]». A reforçar o seu empenhamento nesta empreitada e demonstrando o interesse que votava a matérias arquitectónicas, D. João III debruçar-se-ia sobre o articulado do contrato celebrado, ordenando também que Pero de la Faia fosse compensado pela fábrica da Sé pelos «guastos e trabalho do caminho».

O contrato da empreitada devia ter sido lavrado em 1551 porque, o bispo previa deslocar-se a Miranda «o mes de Janeiro passado» de forma a

[287] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 127; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 522
[288] A.D.B., Mitra, Cx. 5, Lv. 48, fl. 31. Os Estatutos foram organizados entre 1564 e 1573. Note-se que nem todos os documentos são unânimes quanto à data do lançamento da pimeira pedra.
[289] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 127; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 522

poder estar nesta cidade no princípio do mês seguinte para assistir ao lançamento da primeira pedra o que, como vimos, não aconteceria por ter permanecido em Lisboa, onde ainda estava em finais de Abril.

Na sua totalidade, os termos estipulados por aquele instrumento legal, lavrado nas notas de um tabelião de Almeirim, são desconhecidos. Nesta medida não sabemos se os compromissos daquele mestre pedreiro respeitavam à totalidade da obra ou apenas à execução dos «aliceces e paredes[290]» como noutra carta, escrita em 2 de Junho de 1552 por D. Toríbio Lopez, se sugere.

Uma das cláusulas inerentes a quase todos os contratos relacionava-se com a exigência de fianças «chaas e abonadas», imposição que Pero de La Faia devia satisfazer e que atingiam a quantia de mil cruzados[291]. Acreditamos que por ser desconhecido na vila de Almeirim, Pero de La Faia nem sequer tentou encontrar pessoa que o abonasse. Por isso, é provavel que se tivesse comprometido a resolver o problema em Miranda ou, com mais lógica, em Bragança, terra que lhe era familiar por aí já ter trabalhado. Contudo, pelos valores envolvidos, o assunto não parecia fácil de solucionar. Daí que ainda em Junho de 1552 o bispo voltasse ao assunto e ordenasse ao reverendo Diogo Gonçalves para não efectuar qualquer pagamento a Pero de La Faia enquanto o problema da fiança não estivesse resolvido.

Fosse por precaução, fosse porque o mestre empreiteiro tivesse outros compromissos em local diferente, nos termos do contrato obrigava-se a ter um aparelhador na obra para, em permanênia, acompanhar o curso dos trabalhos. Pouco antes de se iniciarem as fundações, este seria convocado a Lisboa «pera ser examinado» por Miguel de Arruda. Porém, estando o arquitecto «mui ocupado nas obras del Rei» dilatou-se a estada daquele na capital - o que significava mais despesas para a fábrica que as custeava - sem que se

[290] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 95; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 526
[291] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 95; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 526

pudessem encontrar. Por isso, o aparelhador abandonaria aquela cidade e dirigir-se-ia para o Porto onde estava a sua mulher, o que pode ser sinal da sua participação em empreendimentos que corriam nesta cidade. Só depois tomaria o caminho de Miranda do Douro onde se reclamava pressa no trabalho das fundações da catedral. Todavia, para se encontrar com Arruda, deixaria em Lisboa «hum companheiro», Diogo de la Devesa de seu nome, que na hierarquia do estaleiro parece ser o terceiro homem.

Com vontade de ver as obras iniciadas, a par com as sucessivas recomendações para a cerimónia da benção da primeira pedra, também o bispo com frequência renovava os avisos para se vistoriarem as fundações que desejava «bem cimentadas e de boa pedra e caal pera que a obra vaa firme e segura e depois per falta de alececes não faça asento[292]». Nesta medida, impunha fiscalizações frequentes que, embora não dispensassem uma vistoria final, efectuada por um perito enviado pelo rei, e que também iam no sentido de se evitarem alterações nas medidas referenciadas na planta. Ao mesmo tempo, com a nomeação do «recebedor e paguador do dinheiro e despesas da dita obra», Diogo Gonçalves e a Luís Alvares, seu escrivão, atendia-se aos problemas de gestão que, à distância, o prelado continuava a acompanhar.

A correspondência do bispo, ao permitir-nos desvendar o curso das obras na fase inicial e ainda a definição das responsabilidades de alguns dos seus intervenientes, constitui uma fonte de grande importância, mas claramente insuficiente para a caracterização de uma realidade que se afigura de grande complexidade.

Quanto a Pero de la Faia, é possível que, em 1549, desempenhasse o papel de mestre oficial das obras que o Cabido tinha a obrigação de patrocinar, entre as quais se contavam a igreja do mosteiro de Castro de

[292] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 95; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 524

Avelãs, onde poderia estar a trabalhar, e suas anexas. Tal hipótese parece poder ser sustentada com base num acórdão do Cabido:

> «aos dez dias do mez de Julho de 1549 annos em Cabido chamados a som de campa tangida os senhores daião e Cabido acordarão que o Arcediago de Braguança e o licenciado Lopo Dias bão com Guaspar de Paiva a prover as obras que o dito Guaspar de Paiva he obriguado a fazer nas igrejas anexas ao mosteiro de Crasto Davelans e asentem com Pero de la Faia em que se guastara o dinheiro que em seu poder tem que subejar feitas as cousas que aguora são necessarias no dito mosteiro[293]».

Em data posterior às fundações da Sé de Miranda, outras notícias[294] dão Pero de la Faia como obrigado à construção da ponte do Jorge que, para vencer o rio Fervença nas imediações do castelo de Bragança, a Câmara desta cidade levou à praça em 1556. Incapacitado por doença e na perspectiva de demorar o seu restabelecimento, a Câmara voltou a arrematar a ponte, não ouvindo os rogos do mestre que pedia a concessão de dois meses para os trabalhos arrancarem. A Pero de la Faia deve respeitar também a notícia, sem data mas anterior a 1564, que ia no sentido de se imprimir maior celeridade às obras da fundação, determinado que o licenciado Gonçalo Lopez «falara ao mestre das obras que ponha mais caboqueiros[295]». A confirmar-se esta correspondência, será a última referência conhecida da sua presença na obra da Sé de Miranda.

Sem dar outras indicações, o Abade de Baçal daria informação do registo da sua sepultura[296] na igreja de S. João Baptista, em Bragança, sinal do seu regresso a uma terra onde tinha obra construída.

É possível que La Faia integrasse uma das várias companhias, geralmente oriundas das montanhas espanholas de Trasmiera que se

---

[293] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 1, fl. 15
[294] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IX, p. 215
[295] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 2, fl. 2
[296] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. II, p. 280

deslocaram para território nacional. A contratação da obra da Sé de Miranda (1551) como a do convento para freiras Claras de Bragança que dirigia em 1545, como «m(es)t(r)e dalbenharia[297]», comprova as capacidades técnicas que se lhe reconheciam e remete-nos também, ainda que em grau indeterminado, para a esfera de relações com figuras tão importantes como D. João III e D. Teodósio I, 5º duque de Bragança. Se o primeiro, como temos visto, animou constantemente a construção da Sé de Miranda cuja empreitada lhe entregou, o segundo patrocinou, juntamente com a Câmara, o convento de Bragança[298] que, edificado inicialmente para freiras, acabaria por ser destinado para sede local da Companhia de Jesus.

D. Teodósio era filho do duque D. Jaime, o conquistador de Azamor e o responsável pela construção dos castelos de Vila Viçosa e de Évora Monte que integravam soluções arquitectónicas inovadoras[299] devidas a Francisco de Arruda embora haja quem faça depender o seu desenho[300] do lápis de

---

[297] A.D.B., *Manuscritos Antigos*, vol. IV, fl. 91. O instrumento de medição foi parcialmente publicado por ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. III, p. 233-237

[298] Na Primavera de 1545, o duque de Bragança visitava Bragança e o convento «que ho dito senhor mandou fazer». Com o empreendimento já avançado, proceder-se-ia à medição de «toda a obra dalvanaria» em que participaram Manuel Rodrigues, o escudeiro da Casa de Bragança, Luís Lopes, e o próprio Pero de La Faia. Esta medição para apuramento da obra realizada, cujas braças se pagavam a 700 réis, devia ter como objectivo algum pagamento intermédio, visto que, como se sabe, era norma os contratos estabelecerem além do pagamento inicial e final um outro quando a execução ia a meio.Os elementos materiais referenciados não nos possibilitam penetrar no conjunto de características que possam esclarecer ou caracterizar a prática artística. Dos oficiais seus coetâneos que trabalhavam neste convento apenas se conhece o nome de Fernão Pires que tinha assentado algumas colunas no claustro.

[299] O castelo de Évora Monte apresenta os torreões unificados por um terraço capaz de receber artilharia pesada. O castelo de Vila Viçosa, tal como o anterior atribui-se a Francisco de Arruda, mas como defendeu John Bury, na dependência de modelos renascentistas porque à sua planimetria quadrangular ataram-se dois baluartes cilíndricos em dois ângulos opostos. Foi iniciado cerca de 1525 e concluído em 1537. MARKL, Dagoberto e PEREIRA, Fernando António Baptista - *O Renascimento*, in «História da Arte em Portugal», vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 41; MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *A arquitectura militar*, in «História da Arte em Portugal», vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 139;

[300] «Avancei a hipótese de que neste período (1525) Benedetto possa ter estado ao serviço de um sobrinho do condestável de Castilha, a saber D. Jaime, quarto Duque de Bragança (1479-1532), para desenhar o notável «castelo artilheiro» de Vila Viçosa, que segue de perto, tanto na disposição como nas dimensões, desenhos feitos por Leonardo da Vinci que datam de c.

Benedetto de Ravena. A D. Jaime[301], importador de obras dos Della Robia, deve-se ainda o início da construção[302] do palácio ducal de Vila Viçosa. Por isso, D. Teodósio cresceu num ambiente[303] em que tanto as questões da edificação como alguns dos seus protagonistas não lhe eram estranhos. Alguns dos seus interesses ultrapassavam o âmbito nacional e, na linha de alguns humanistas que habitavam em Évora, também se interessava por antiguidades como se comprova pela sua decisão de mandar recolher no Convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa as inscrições[304] do Templo de Endovélico que estavam em Terena. O seu interesse pela cultura levá-lo-ia à tentativa de fundar no convento de Santo Agostinho uma universidade[305], lance que não foi em frente porque a morte o surpreendeu mas com o qual tentaria superar a gorada tentativa de D. João III, efectivada pelos anos de

---

1490 e c. de 1504». BURY, John B., *Benedetto de Ravenna (c. 1485 1556)*, in «A arquitectura militar na expansão portuguesa», Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 131

[301] Devido à morte violenta do seu pai, D. Jaime recebeu a primeira formação na corte dos Reis Católicos, onde foi discípulo do humanista italiano Pedro Mártir de Aughiera. Mais tarde, já senhor da Casa de Bragança, contrata para Vila Viçosa o francês Diogo Sigeu onde permaneceu, cerca de vinte anos, antes de passar para o serviço de D. João III como preceptor dos moços fidalgos. MATOS, Luís de - *A corte literária dos Duques de Bragança no Renascimento*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956, pp. 14-17

[302] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *D. Jaime*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, s/l., Iniciativas Editoriais, s/d., p. 350

[303] «Não duvidemos que no Paço Ducal se viveu o Renascimento e gosto pelo humanismo nos seus múltiplos aspectos. Os Duques de Bragança amantes da Música tiveram sempre escolhida capela, e D. Teodósio, dado às Belas-Artes e a antiguidades, enriqueceu o seu museu com pinturas e esculturas». De notar ainda a predilecção dos Duques pelos estudos de cosmografia e a existência em Vila Viçosa de um observatório astronómico, onde pontificava António Rodrigues, «grande oficial de fazer instrumentos astronómicos e de navegação». MATOS, Luís de - *A corte literária dos Duques de Bragança no Renascimento*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956, pp. 24-25

[304] «D. Teodósio tinha agentes na Europa que lhe enviavam relatos dos principais acontecimentos, os quais reunia em volumes, que intitulou *Os Livros de Muitas Cousas*. CASTELO-BRANCO, Fernando - *D. Teodósio I*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. VI, s/l., Iniciativas Editoriais, s/d., p. 149

[305] Para este efeito, chegou mesmo a obter do Papa Pio IV uma bula que legitimava tal intento e que lhe concedia privilégios semelhantes aos da Universidade de Coimbra. *Idem, ibidem*, p. 149

1525, de transferir a Universidade[306] para Évora. Por conseguinte, estamos perante uma personalidade com interesses multifacetados e, provavelmente receptivo à aceitação de obras «ao romano».

Embora não seja este o figurino[307] explicitado na obra que, mecenaticamente, patrocinou em Bragança nem por isso deixou de ser um exercício em que, apesar de cautelosamente, se abria espaço para a instauração um discurso relativamente inovador na medida em que nos paramentos exteriores, com destaque para o portal, se afirma a rejeição das formas góticas. Este, pelas fontes de inspiração é polimórfico mas acusando, pela presença de dois medalhões nas cantoneiras, uma consciência renascentista e sincronia com exemplares do centro e Sul do país.

As dificuldades em retirar da obscuridade os traços biográficos essenciais de Pero de La Faia não diminuem a importância da opção pela sua pessoa para orientar duas obras de grande prestígio regional.

Apesar da omissão do nome do autor da planta da Sé de Miranda do Douro, parece-nos fora de dúvida que para a realização do seu risco seria chamado um arquitecto que gozasse de prestígio profissional, qualidade que forçosamente o levaria para a proximidade de outras importantes figuras a quem se confiaram obras patrocinadas pelo monarca. Mas, perante a carência

---

[306] Só em 1559 seria concretizada a fundação da universidade, em Évora. Devendo-se à acção do Cardeal-Infante D. Henrique, seria entregue aos Jesuítas. ALBUQUERQUE, Luís de - *Universidade*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. VI, s/l., Iniciativas Editoriais, s/d., p. 231

[307] Trata-se de uma igreja de nave única. Interiormente assinala-se a presença de uma abóbada estrelada que cobre parte do corpo e capela-mor. Exteriormente é marcada por contrafortes que definem uma parede com várias células, nas quais se rasgam o portal - com disposição lateral - e duas janelas para iluminação da capela-mor e corpo da igreja.Nenhuma desta obras é referida no auto de medição. As janelas - uma das quais se apoia em mísulas oblíquas com incisões perspectivadas - possuem vergas curvas nas quais se evidenciam alguns ornatos cujo tratamento aponta para influências plateresca. No portal, de arco redondo, com excepção do pequeno nicho da Virgem do Leite aberto no ático, a coluna foi substituída por pilastras. No fuste destas não seriam consentidos ornatos. Porém, os seus capitéis, onde assomam cabeças de anjos, revelam-se de grande efeito. Movimentadas cornucópias estilizadas enquadram o nicho. Saleinte-se ainda a presença de dois medalhões nas cantoneiras e o barroquismo das cabeças das duas figuras.

de outros elementos, a constatação do nome de Miguel de Arruda ter surgido duas vezes no processo de preparação da empreitada se não exclui também não prova que a planta que serviu de matriz à fase inicial dos trabalhos da Sé tivesse sido da sua autoria.

Miguel de Arruda era membro de uma prestigiada família de arquitectos em que se contavam, Francisco de Arruda, seu progenitor - responsável, entre outras obras, pelas soluções inovadoras[308] patenteadas na Torre de Belém - e Diogo de Arruda[309], seu tio, que, juntamente com o irmão, tinha estado ocupado no convento de Cristo de Tomar. Com pouco mais de quinze anos já a sua presença pôde ser detectada em Azamor, quando o seu pai e o seu tio dirigiram os trabalhos de fortificação levados a cabo após a conquista desta praça (1513) pela expedição chefiada por D. Jaime, duque de Bragança.

Beneficiando de uma relação particularmente favorável, Miguel de Arruda pôde iniciar a sua aprendizagem junto daqueles dois importantes arquitectos enquanto a urgência da guerra africana o familiarizava directamente com a complexidade de procedimentos técnicos e com o rigor que a construção de fortificações exigiam. Mas, no século, as funções de um arquitecto não se limitavam à construção militar. A esta acrescentavam-se as práticas nos domínios da arquitectura civil e religiosa. Por isso, em 1533, seria a Miguel de Arruda que a Inquisição de Lisboa recorreu[310] quando pretendia instalar o seu cárcere nas naves da Alfândega da Ribeira. Outras notícias,

---

[308] Resultantes da compreensão das novas exigências que a artilharia determinava. Por isso, combinou-se um baluarte moderno com uma torre que, mantendo alguma fidelidade para com as práticas medievais, acusava a diminuição do sentido da verticalidade.

[309] O seu nome aparece ligado a um baluarte manuelino que existiu no local onde se implantou o Paço da Ribeira. Construído entre 1508 e 1511, já não aparece representado na segunda vista de Lisboa gravada por Braunio nem na de 1575 que Simão de Miranda desenhou. Em 1571 Francisco de Holanda defendia a sua reconstrução. A sua importância reside na novidade de concepção e na superação das concepções de tradição medieval. MOREIRA, Rafael - *O torreão do Paço da Ribeira*, Separata de «Mundo da Arte», nº 14, s/l., 1983, p. 43

[310] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, pp. 239, 240

como a sua nomeação (1533) para mestre de obras do mosteiro da Batalha[311], por renúncia de João de Castilho, mostram a consideração que o seu nome já gozava.

Pela mesma altura, mas antes de 1534, iniciar-se-ia a construção do convento eborense dos Agostinhos de Nossa Senhora da Graça em cuja igreja o rei Piedoso acalentou o desejo de se fazer sepultar pelo que iniciou uma aproximação interessada a esta ordem. Embora posteriormente a vontade régia tivesse deparado com a oposição do padre reformador Luís Montoia que invalidaria as intenções de D. João III, não impediu a explanação na frontaria da igreja de um formulário arquitectónico inovador que seria acentuado pela singularidade de se ter recorrido à utilização de duplo frontão de claras ressonâncias paladianas e que se fazia acompanhar de quatro gigantes - que então seguravam um facho na mão - de significado cosmogónico, símbolos de guerra e globos terráqueos. Se a estes elementos iconográficos acrescentarmos o individualismo e o culto ao império romano subentendido numa inscrição da arquitrave - *Conditium sum imperio divi Joanni III Patris Patriae* - compreender-se-á melhor a razão que leva alguns historiadores a evidenciarem o «carácter palaciano, quase pagão, da fachada da igreja[312]».

A construção desta frontaria, almejando ir além da aplicação de elementos tomados mais ou menos isoladamente para depois se fundirem num conjunto coerente, comprova que o intento inicial perseguia a obtenção de uma organização ideal, só possível de alcançar à custa de um grande investimento intelectual que abrisse caminho à apropriação cultural de matriz clássica para possibilitar o entendimento pleno na superação das complexidades formais e da articulação equilibrada que os seus elementos

---

[311] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 66

[312] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*, (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), vol. I, Lisboa, 1991, p. 375

determinavam. Na verdade, tudo aponta para que o seu fio condutor fosse desde o início da edificação plenamente imbuído de uma lógica racionalista de raíz erudita em que as alusões que propunha pudessem rivalizar com um imaginário influênciado por modelos clássicos de forma a obter-se a «"reconstituição" em chave cristã de um paradigma perdido[313]». Em causa estava a admiração e entusiasmo das sete maravilhas do mundo, na linha de continuidade da tradição helenística. Apreendendo esta realidade, Rafael Moreira, citando o testemunho do Doutor Francisco Monçón que entendia ser a igreja de Nossa Senhora da Graça um «edifício grande e honrado e magnífico como o Templo de Diana Efesia[314]», foi levado a considerar esta referência como um indicador marcante do nascimento do pleno Renascimento português.

Não estando à margem das expectativas culturais que os cultores do humanismo ambicionavam nem da atracção que sobre elas o imaginário mitológico exercia, Miguel de Arruda, ao materializar a fachada da igreja da Graça, comprovou que soube entender as preocupações e sentimentos que as élites culturais votavam à reinterpretação da antiguidade clássica. Ele próprio participava dessa sedução, deixando-se envolver pelo fascínio de um tempo fabuloso, quando baptizou uma sua filha (1535) com o nome de Hipólita numa clara alusão à rainha das Amazonas, as responsáveis pela fundação da cidade de Éfeso onde tinha existido o Templo de Diana, considerado - com os Jardins Suspensos da Babilónia, as Pirâmides do Egipto, a estátua de Zeus em Olímpia, o Colosso de Rodes, as Muralhas da Babilónia e o Mausoléu de Halicarnasso - uma das maravilhas do mundo.

Nesta medida, a igreja da Graça surge como fruto amadurecido da corte humanista que em Évora soube aproveitar e enriquecer os vestígios antigos aí existentes para modelar o ambiente cultural que havia de propiciar outro

[313] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ibidem*, vol. I, p. 368
[314] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ibidem*, vol. I, p. 369

grande empreendimento de interesse colectivo e que também se reconhecia no quadro de um esquema padronizado pela admiração da obra «ao antigo». Referimo-nos ao aqueduto da Água da Prata. Esta obra, apresentando algumas opções decorativas de sabor clássico, seria iniciada pouco depois de 1531, inaugurada em 28 de Março de 1537 e devia ter sido concluída em 1542 ano em que Francisco de Arruda, o responsável pela construção e autor da traça, foi nomeado seu visitador.

Também Miguel de Arruda participaria neste empreendimento com a execução de algumas obras complementares. A este arquitecto, Rafael Moreira atribui-lhe a arca de água da rua Nova[315], construção que possibilitaria extensões para o abastecimento de particulares, e ainda outra que ficava junto da praça de S. Francisco. Em relação a esta segunda obra[316], já inexistente mas de que se conhecem fotografias, o mesmo autor afirmou a possibilidade de se tratar de uma das mais elegantes construções do primeiro renascimento em Portugal, circunstância a que não seria estranha a contribuição de Nicolau Chanterene que para ela deu o risco.

Estes empreendimentos implicavam que Arruda manejasse não somente os conceitos teóricos que tinham a Itália como berço principal mas ainda que o seu círculo de relações se alargasse a elementos da intelectualidade local, circunstância que fazia de Évora uma cidade ímpar no contexto nacional, já que a corte de humanistas residentes, como não podia deixar de ser, era um importante foco impulsionador do ambiente antiquizante.

---

[315] Obra «já plenamente classicista com seus pares de colunas toscanas nos ângulos, sem dúvida da mão de Miguel de Arruda», apontando-se igualmente «as semelhanças com um monumento funerário romano da Sicíla, o *túmulo de Terão* em Agrigento». MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ibidem*, vol. I, p. 361

[316] À base octogonal associava-se um templete circular com nichos e integrava colunas, frontões curvos e uma cúpula com lanternim. *Cf.* MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *ibidem*, vol. I, p. 362

Desta forma, pelas obras em que a sua intervenção pode ser determinada, não ficam grandes dúvidas sobre o seu apetrechamento teórico nem sobre as suas capacidades técnicas, razão pela qual a apreciação dos seus serviços justificaria as elevadas funções que desempenhou.

Por estas razões não nos podemos admirar que em 1541 se deslocasse a Ceuta para vistoriar as defesas desta fortaleza na companhia do engenheiro do imperador Carlos V, o italiano Benedito de Ravena, «õme mui simgular e sabedor deste modo de fortificar cidades e asi de todo outro modo demgenho de guerra[317]», como declarava Afonso de Noronha, o governador da Praça. Seria este que, escrevendo ao monarca, deixaria registada a amizade existente entre os dois arquitectos e da boa opinião que Benedito de Ravena tinha de Arruda: «hum grande õme do seu mister pera a conquista[318]».

Identificadas as fraquezas da fortaleza, Arruda regressaria à metrópole. Em 1543, voltava a Ceuta levando consigo a traça da obra nova que se havia de fazer. Neste mesmo ano, numa carta régia, aparece designado como «cavaleiro de minha casa, (e) mestre de minhas obras[319]», sendo ainda nomeado pelo mesmo diploma, em substituição do seu falecido irmão, Pedro de Arruda, como «mestre das obras de pedraria e alvenaria[320]» dos paços das vilas de Santarém, Almeirim e Muge. Creditando-lhe uma formação clássica, admite-se que em 1543 tenha dirigido a capela da Penha Verde, em Sintra e, antes de 1555, a desaparecida capela palatina do Paço de Salvaterra, qualificada como uma «construção complexa em que se evidencia um dos

---

[317] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 67. Benedito de Ravena, juntamente com os engenheiros militares Gabriele Tadini da Martinengo e Pedro Luís Scrivá, espanhol activo no reino de Nápoles, e os arquitectos Antonio da Sangallo il Giovane e Michele Sanmicheli, «pertenceu à geração pioneira que foi responsável pelo desenvolvimento, em Itália, do novo baluarte poligonal que revolucionou a concepção das fortalezas durante o segundo quartel do século XVI». BURY, John - *Benedetto da Ravenna (c. 1485 - c. 1556)*, in «A arquitectura militar na expansão portuguesa», Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Potugueses», 1994, p. 130

[318] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 67

[319] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 70

[320] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 70

traços mais marcantes da transição para o Alto Renascimento[321]». Se a associação de Arruda a estas duas últimas realizações é hipotética já não o é a sua contribuição nos Paços de Enxobregas[322] que dirigia em 1544, embora ainda não se tenha podido estabelecer se o desenho era da sua autoria.

Da sua mão, segundo Viterbo, sairiam ainda as plantas da fortaleza de Moçambique (1546) e provavelmente a do Seinal. Em 1548, declarando a «abelidade e esperiencia que tem das ditas obras», D. João III conceder-lhe-ia o título de «mestre das obras da forteficação de meu reino, luguares dalem e Indias[323]», actividade que, se consideramos o recrudescimento do corso no litoral do continente e o desejo de modernizar as defesas, passaria a ser a sua ocupação predominante mas sem ser exclusiva posto que não estava isento do exame de algumas obras em que trabalhavam outras importantes figuras da arquitectura nacional. Antes da sua morte, em 1563, daria ainda a traça[324] para o convento de Santa Ana (1561), em Lisboa e, admite-se que também o desenho para o forte[325] de São Julião da Barra (1562) saiu da sua mão não por ser seu mestre e vedor mas ainda por apresentar a marca de procedimentos de simplificação e sobriedade.

Todavia, a simples associação do seu nome a uma empreitada não legitima a conclusão de que esta levava impressa a marca do seu engenho. Comprova-o a correspondência trocada entre João de Castilho e o monarca. Numa carta (11 de Setembro de 1548) que João de Castilho enviava a D. João III, é clara a referência a uma orientação do monarca para que «que praticase com elle (Miguel de Arruda) as cousas destas obras[326]», relativas ao convento de Tomar, numa das visitas efectuadas por este.

---

[321] MARKL, Dagoberto e PEREIRA, Fernando António Baptista - *ob. cit.*, vol. 6, p. 47
[322] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 517
[323] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 73
[324] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 74
[325] MOREIRA, Rafael - *A arquitectura militar*, in «História da Arte em Portugal», vol. 7, Lisbioa, Publicações Alfa, 1986, p. 142
[326] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 199

De acordo com o pormenorizado contrato[327] desta empreitada, dado à estampa por Sousa Viterbo, este foi celebrado (30 de Junho de 1533) entre João de Castilho e Bartolomeu de Paiva, o amo do rei, que assinou a planta (enlegimentos), os alçados (debuxos) e os apontamentos. Por outro lado, sem preocupações de exaustão, é conhecido o percurso artístico de João de Castilho e a sua participação num conjunto de grandes empreendimentos de que fazia parte a Batalha (1528), o Mosteiro de Alcobaça, Norte de África- onde esteve em 1529 (Arzila) na companhia de Duarte Coelho e 1542 (Mazagão) - Mosteiro de Belém e Paços da Ribeira. Por conseguinte, a experiência arquitectónica que se lhe reconhecia não pode sofrer contestação até pelos títulos com que foi honrado.

Sendo assim, a presença de Arruda na obra dever-se-á à natureza das funções que ocupava e, sobretudo, ao facto de o rei ter por hábito o acompanhamento do ritmo dos trabalhos e de não se dipensar de ter opinião sobre as opções construtivas que, por vezes, incidiam até sobre pequenos pormenores. Para tal era indispensável que estivesse na posse do máximo de informação. A esta realidade deve acrescentar-se a opinião de Castilho e as pretensões do reformador da Ordem de Cristo, Frei António de Lisboa, relativamente ao andamento dos trabalhos e à solução dos inúmeros problemas que um estaleiro desta dimensão não podia deixar de levantar com frequência. Nesta medida, a presença de Miguel de Arruda deve ser encarada como uma mais valia, se considerarmos que a sua experiência de grandes fábricas podia ser um auxílio importante na superação teórica de dificuldades construtivas, e como um instrumento fidedigno pelos relatórios circunstanciados que apresentaria ao monarca depois das suas deslocações às obras.

---

[327] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, pp. 263-264

Desta maneira , o facto de Arruda acompanhar circunstancialmente o desenvolvimento de uma empreitada nem sempre permite que se atribua à sua mão o risco da mesma, até porque os problemas de execução, ultrapassando com frequência as opções delineadas na mesa de trabalho pelo autor do projecto não dispensavam que tanto o mestre empreiteiro como o aparelhador pudessem, ainda que limitados a alguns dos seus elementos, participar na traça[328] do edifício em que o mestre das obras régias - a que ainda não se chamava arquitecto - superintendia.

Como o estado actual da questão não beneficia de testemunhos que apontem outras vias, parece-nos que a hipótese de assim ter acontecido com o início da obra de Miranda não deve ser afastada. Mesmo o facto de se ter chamado, para consultas, o aparelhador a Lisboa pode envolver questões de facilidade e de conveniência se atendermos a que Arruda se encontrava muito ocupado e, portanto, sem disponibilidade para empreender uma deslocação a Miranda do Douro.

Por outro lado, a sobriedade que caracteriza a catedral de Miranda ou a concepção geométrica do espaço, atributos presentes em obras de engenharia militar e constantes do reportório artístico divulgado por diversas figuras - cuja repetição originaria o designado «estilo chão» - só por si não são suficientes para assinalar a paternidade de Arruda relativamente ao plano da Sé de Miranda. Do mesmo modo, em meados do século XVI, a linguagem de Miguel de Arruda tinha que expressar segurança quanto ao vocabulário e reflectir apontamentos do melhor de anteriores intervenções, até porque se tratava da edificação de uma Sé. A estas razões podia adicionar-se a dificuldade na compreensão dos motivos que levaram a que não se tivesse respeitado o prestígio que aureolava o seu nome.

---

[328] GARCIA TAPIA, Nicolas - *Ingenieria y arquitectura en el renascimiento español*, Valladolid, Secretariado de Publicaciones Universidad de Valladolid / Caja Samanca, 1990, p. 48

Sendo certo que a evolução desta obra parece não se ter caracterizado pela uniformidade de ritmo, fenómeno que potencialmente abria caminho à interferência de linguagens diversificadas, será útil que a atenção dos estudiosos, até ao momento fixada em factos vestidos com a falsa roupagem das evidências, se diversifique no sentido de considerar outras hipóteses para esta questão.

Neste sentido, importará atentarmos na carta escrita ao Cabido mirandês, em 2 de Junho de 1552, por D. Toríbio Lopez, o qual terminava escrevendo:

> «ho Cardeal estaa aqui e eu falei a Sua Alteza no que toca as obras como cumpre estou remetido darei aviso do suceso[329]»

Com excepção da parte inicial, em que se lavraram orientações para, semanalmente, se realizarem duas procissões «ao redor da igreja» com o fito de se ajudar a evitar «ha guerra (que) se vai cada dia mais acendendo» entre o rei de França e Carlos V, toda a carta trata das obras da Sé, noticiando-se o contrato celebrado com Pero de La Faia, dando-se instruções para este apresentar fianças e chamando-se a atenção para a fiscalização dos seus alicerces.

O trecho anterior, apontando para o tratamento de matérias relacionadas com as obras, referencia directamente o prelado e o monarca e, de forma indeterminada, um terceiro sujeito, o «Cardeal», que não poderá ser outro senão o arcebispo de Évora, D. Henrique. As funções de inquisidor-geral do reino para que tinha sido nomeado em 1539 e de, desde 1552, legado apostólico[330] em Portugal - o que lhe ampliava os poderes de jurisdição religiosa - faziam do Cardeal um interlocutor com quem os bispos pudessem tratar de assuntos relacionados com a administração eclesiástica. Mas, sendo

[329] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 95

este o caso, o bispo de Miranda, porque vinha noticiando matérias diferentes, não deixaria de explicitar os motivos que o impulsionavam para um colóquio com D. Henrique. Embora se lhe atribuía um carácter de pendor severo, D. Henrique privou com humanistas da estirpe de Clenardo, André de Resende, do matemático Pedro Nunes. A sua casa, sendo «uma pequena corte de letrados, cantores, músicos[331]», constituiu uma importante contribuição para o ambiente humanístico que caracterizou Évora. Por outro lado, não podendo participar com uma amplitude tão lata da «maladie de bâtir» que caracterizou o reinado do seu irmão, não significa que tivesse ficado completamente arredado dessa tendência a que, aliás, viria a conceder enfâse mais tarde quando, sendo Regente, mandou reparar as fortalezas da metrópole e do ultramar.

Ao nosso interesse pelo Cardeal devem associar-se as relações que este mantinha com D. Julião d'Alva desde os tempos em que este era cónego na Sé de Évora e que certamente se estreitaram, ainda antes de ser o detendor da Mitra de Miranda, pelas importantes funções[332] que desempenhou. Sabendo-se que, por solicitação de D. Turíbio Lopes, o primeiro bispo de Portalegre acompanhou activamente, pelo menos durante algum tempo, o desenvolvimento das acções para a concretização da obra da Sé, a possibilidade do envolvimento de Manuel Pires, arquitecto privado do Cardeal, na traça deste edifício, não poderá deixar de ser considerada até que documentação segura permita o esclarecimento desta matéria.

---

[330] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Cardeal D. Henrique*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, s/., Iniciativas Editoriais, s/d., p. 191

[331] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Cardeal D. Henrique*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, s/l., Iniciativas Editoriais, s/d., p. 191

[332] Foi também «preceptor da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel, secretário da Princesa D. Maria, filha de D. João III e de D. Catarina, casada em 1543 com o Príncipe Filipe, futuro Filipe II», além de ser membro do Conselho de Estado, cargo em que D. Catarina o manteve após a morte de D. João III. TERRA, José da Silva - *D. Julião de Alva (c. 1500 - 1570). Novos documentos*, in «Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian», vol. XXXVII, Lisboa - Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1998, p. 157

Em 1559, orientava as obras da igreja de Santo Antão[333], em Évora, que o Cardeal D. Henrique tinha mandado edificar, e em 1562 sucederia a Diogo de Torralva no cargo de mestre das obras da comarca do Alentejo, que chegou a acumular até 1570 - ano da sua morte - com a mestrança das obras do Aqueduto da Água da Prata[334].

Tal como a Sé de Miranda, a igreja de Santo Antão pertence ao grupo das *hallenkirchen* em que as abóbadas são sustentadas por colunas com capitéis jónicos, definindo um plano de três naves de quatro tramos com uma cabeceira integrando três capelas. A existência de algumas diferenças em que se evidenciam os elementos de suporte, característicos de esquemas com grande fortuna no Sul do país, contabalançada pela presença de elementos comuns, não tem grande significado se atendermos aos objectivos funcionais e de representação que separavam estas duas igrejas. Por isso, o que aqui se deve valorizar é a tendência para a fusão dos acidentes de linguagem no âmbito da mesma consciência estética. Esta teria nas células dos frontispícios de ambas as igrejas a ocasião para evidenciar uma declaração de intenções sintetizada na ambição com que se perseguia, pela erradicação dos acidentes decorativos nos paramentos, a obtenção de superfície límpidas e volumes puros, cujo manifesto não demoraria muito a ser explanado em termos radicais por Jerónimo de Ruão na cabeceira do mosteiro dos Jerónimos.

5. Mudanças de orientação

A partir de meados de 1552 as notícias sobre o ritmo das obras são mais raras. Só em 1560, com D. Julião de Alva, então bispo da diocese de Portalegre, mas aguardando as bulas que haviam de sancionar a sua

[333] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. II, p. 308

transferência para o bispado de Miranda, voltamos a possuir informações sobre a construção da catedral.

De facto, neste momento, pareciam desenhar-se desenvolvimentos que, em relação às prelasias anteriores, se orientavam de forma distinta. Desde logo, como o bispo considerou numa carta de 4 de Janeiro de 1560, no que respeitava ao modo como se configurava a arquitectura do templo:

> «vi tambem a traça e debuxo dessa See de que não estou mui contente e parece me que seraa necessario mudarsse algua cousa[335]».

Nestas circunstâncias, o bispo indigitado convocava o mestre da obra para Lisboa. Na altura, o mestre empreiteiro era Francisco Velasquez, como se conclui de um alvará régio[336] em que, atendendo-se a uma petição sua, se ordenava o fornecimento a todos os trabalhadores da empreitada, a preços correntes, dos mantimentos necessários. No mesmo sentido, um outro diploma[337] procurava assegurar guaridas aos trabalhadores, impondo que os moradores lhes alugassem casas no período em que durasse a obra. A presença de numerosos «oficiaes, servidores, careiros e trabalhadores[338]» decerto perturbou, pelo menos no início, o quotidiano de uma comunidade relativamente pequena e com uma economia agrícola que pouco se dilatava em relação ao problema da subsistência. Daí que tivesse sido necessária a intervenção régia para regular as anomalias da conjuntura provocadas pelo aumento demográfico verificado.

Na viagem a Lisboa, Francisco Velasquez devia, como se lhe ordenou, fazer-se acompanhar de uma planta do sítio onde se implantava a Sé. Deste modo, o novo bispo se podia inteirar da situação existente e, ao mesmo tempo, dar outras indicações relativas às correcções que desejava introduzir.

---

[334] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 13
[335] A.D.B., Mitra, Cx. 22, Pt. 1, doc. s/nº; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. VII, p. 525
[336] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, pp. 170-171
[337] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 171

Entretanto, tais modificações não podiam deixar de ter consequências no estaleiro da fábrica, já que se impunham algumas condicionantes para se evitar que:

> «não se faça coussa que se aja de tornar depois a desfazer[339]».

Impondo precauções no ritmo dos trabalhos, acabaria por se determinar que os oficiais deixassem de laborar directamente na catedral, passando, contudo, a «lavrar silhais e pedras que possão servir em toda a obra». Por conseguinte, apesar da potencial reformulação do projecto inicial, mantinha-se viva a determinação de se prosseguir com esta fábrica. Para isso, todo o dinheiro era necessário. Daí que, D. Julião de Alva desejasse reactivar a autorização régia, entretanto ferida de caducidade, que concedia, para as obras, a terça parte dos rendimentos do concelho:

> «dizem me que El Rei fazia mercee da sua terça das rendas do concelho para a obra dessa See e que a dita mercee foi por tempo limitado e que he ja cabado se asi he mandai me hu alvara original para pidir a mercee por mais tempo[340]».

A ajuda régia era essencial na superação da desproporção entre os fracos rendimentos da fábrica e as exigências de um grande empreendimento. Já, em Abril de 1552, quando D. Turíbio Lopes escrevia aos capitulares reconhecia a sua importância:

> «Roguemos a Deos por El Rei Nosso Senhor que tam grande ajuda nos daa per a dita obra porque fez esmola pera ella da terça dessa cidade e nos empresta por cinco annos cada anno quinhentos cruzados[341]».

---

[338] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 170
[339] A.D.B., Mitra, Cx. 22, Pt. 1, doc. s/n; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. VII, p. 525
[340] A.D.B., Mitra, Cx. 22, Pt. 1, doc. s/n
[341] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 127

Todavia, é possível que esta ajuda tivesse deixado de ser prestada porque, em 1578, a matéria colectável conheceria algumas transformações. Em Fevereiro deste ano, o deão da Sé de Miranda, Gil do Prado, daria conhecimento aos capitulares de uma provisão de D. António Pinheiro, sucessor de D. Julião d'Alva, segundo a qual:

> «o stado [sic] ecclesiastico destes reinos prometeo a El Rei Nosso Senhor de serviço gratuito cento e cincoenta mil cruzados pagos pela Pascoa deste anno presente, cem mil cruzados e os cincoenta per Natal que vem proximo seguinte, e isto per Sua Alteza fazer merce ao dito stado ecclesiastico de desistir do direeto e anção que tinha per Bulla de Sua Santidade das partes chamadas terças de todas as rendas ecclesiasticas de seus reinos, e senhorios[342]».

Além daqueles proventos, na fábrica[343] da catedral entravam também os provenientes de foros, rendas de casas e outras propriedades bem como os de algumas prebendas.

---

[342] A.D.B., Mitra, Cx. 7, Lv. 59, fls. 1-3v. Em virtude desta provisão, procedeu-se à avaliação das rendas da Mesa Episcopal e da Mesa Capitular, das comendas, abadias, reitorias, benefícios e outras formasde rendimento. Todas as rendas eclesiásticas do bispado de Miranda forão avaliadas e. 27.584.517 réis.

[343] Na Primavera de 1560, D. Julião d'Alva escrevia ao rei para lhe agradecer a autorização para se executarem alguns devedores da fábrica: «Senhor: Vossa Alteza os dias passados por fazer merce a fabriqua desta sua See e bispado passou huna provisão por ho Licenciado Anriquez Estevez da Veiga corregedor nesta comarqua ir fazer execução nos devedores della a cidade de Bragança e seu termo onde vivem os mais ditos devedores ho que logo ho dito corregedor fez com muita deligencia commo elle a custuma fazer hindo a dita cidade lhe vierão por parte de duque com embargos e não consintirão que pola dita provisão de Vossa Alteza fizesse obra algua de que ouve grave eschandalo em não se obedecer ahos mandados de seu Rei e Senhor e de todo isto ho dito corregedor fez auctos que forão levados a Rellação honde sairão com hum despacho que sem embargo dos ditos embargos elle dito corregedor fizesse execução pela dita provisaon, e porque se deve muito na dita cidade de Bragança e seu termo a dita fabrica sem ho qual se não pode fazer na obra da See e numqua avera arrecadação se ho dito Licenciado Anrriquez Esteves da Veiga ho não executa em pessoa por ter muitas partes para ho bem fazer, pidimos a Vossa Alteza que nos mande dar ho dito despacho e desenbargo da Rellação e mandar aho dito corregedor que nisso ponha toda diligencia possivel para que todo venha a boa arrecadação e obra da nova See no encrecimento e sempre rogaremos a Nosso Senhor como ho fazemos de contino em nossos dacrifficios pola vida e Real Estado de Vossa Alteza deste seu Cabido e See de Miranda do Douro oje 24 de Abril de 1560 = A Mesa = Gil do Prado daiam = Almaça chantre = Mirandela = Bras da Mota = Joam da Veigua = Gonçalo Lopez = Dioguo Rodrigues = Simão

À luz da mesma carta, nota-se alguma intervenção do monarca relativamente à contabilidade da fábrica. Esta circunstância, ainda que de modo indirecto, era suficiente para obrigar o bispo, geralmente ausente da diocese, a pressionar os membros do Cabido no sentido da lisura de procedimentos:

> «porque El Rei Nosso Senhor por vezes me ha pergutado pello dinheiro da fabrica convem que loguo se vejam as contas da fabrica daquilo que vossas mercees e eu somos obriguados des do dia em que foram findas as contas pasadas atee o Sam João Baptista primeiro que vier de cincoenta e dous que creo segundo vereis pelos papeis que se disso fizerão he des do Sam João Baptista de isso de modo que atee dia de Sam João Baptista primeiro que vira sam dous annos e deces se ha de fazer a dita conta asi do que os Senhores deveis nos ditos dous annos per rezam da prebeda e mea cada ano e do que a fabrica tem de foros e rendas de casas e propriedades como do que eu sou obriguado per rezam de duas prebedas cada anno [...] e feitas (as contas) e mui bem declaradas de modo que não possa quaa aver duvida mas enviareis pera eu as mostrar a Sua Alteza[344]».

No conjunto de medidas régias tendentes a facilitar os meios necessários para a realização da obra da Sé conta-se ainda a autorização para, na área da diocese, se fazerem peditórios:

> «eu houve por bem por hua minha provisão que emquanto durasem as hobras da See da cidade de Miranda Dom Jullião Dallva bispo da dita cidade e do meu conselho e meu cappellão mor, poderia mandar pedir esmollas pellos lugares [...] do dito bispado pera ajuda da despesa das hobras da dita See[345]».

Este articulado é extraído de um treslado lavrado na prelazia de D. Jerónimo de Meneses que a Bula[346] *Pastoralis officii*, de 2 de Dezembro de 1579, nomeou

---

Moniz = Francisco de Gouvea = Antonio Nunes». A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte 1ª, Mç. 104, doc. nº 17

[344] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 127

[345] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. s/nº. No mesmo Arquivo, a mesma matéria é referida nos seguintes documentos: Mitra, Cx. 58, doc. nº90; Mitra, doc. nº 33.

[346] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 225

para quinto bispo de Miranda. Neste documento pode ver-se que desde 1560 se autorizaram os peditórios para as obras da catedral. Como estas se prolongaram, renovaram-se os pedidos de autorização. Por isso, desde 1560 que os responsáveis eclesiásticos se mostravam interessados nessa licença[347] para poderem acelerar o ritmo do estaleiro em cuja direcção pontificaram as figuras de Francisco Velasquez , Manuel Camelo e Gaspar da Fonseca.

6. Os mestres da obra

6.1 Francisco Velasquez

Como o apelido mostra a sua origem é espanhola. Atendendo à proximidade entre Miranda do Douro e algumas cidades espanholas dever-se-á considerar o poder de atracção que a fábrica da catedral exercia sobre muitos dos artistas naturais do país vizinho, com destaque para os mestres canteiros naturais das montanhas de Trasmiera, bem conhecidos pela perícia com que trabalhavam a pedra. Estes abandonavam a região de origem no princípio da Primavera só voltavam a casa quando o Inverno se aproximava. Organizados em grupos em que muitas vezes os laços familiares uniam e disciplinavam os seus elementos, caracterizavam-se por uma mobilidade muito grande. Parando nos locais onde contratavam trabalho, eram raros os que definitivamente se fixavam em lugar diferente do de origem[348]. Arrematando quase a totalidade das obras que iam à praça, conseguiram uma notável predominância relativamente aos seus pares naturais de regiões

[347] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº90

[348] Apontados como naturais de Santander, também João de Castilho e seu irmão Diogo eram da região de Trasmiera. Tendo vindo para Portugal nos começos do século XVI aqui se responsabilizaram pela execução de inúmeras obras, acabando por se radicarem no nosso

diferentes pelo que quase todas as obras de algum volume, incluídas as empreitadas de pontes, realizadas nas cidades de Toro e Zamora e, de um modo geral no território de Castela, foram orientadas por mestres oriundos das zonas montanhosas de Trasmiera.

Com muitos destes elementos, certamente que o mestre canteiro Francisco Velasquez se cruzou no exercício da sua actividade profissional. Ao estudar a «Arquitectura en Toro», no período compreendido entre 1500 e 1650, Vassallo Toranzo inventariou um numeroso grupo de artistas entre os quais se encontra referenciado um Francisco Velasquez que, pelas razões apontadas, poderá ser o mesmo de que nos chegou notícia por estar envolvido na orientação da empreitada da Sé de Miranda do Douro.

Deve ter nascido na cidade de Toro, onde vivia o seu pai, Luís Cantero, até ao momento do seu falecimento, em 1550. Se o pai era mestre canteiro, a mãe, Maria de la Torre, era filha de João de la Torre, também conhecido por João Cantero, igualmente mestre do mesmo ofício, assim como os seus filhos Pedro de la Torre e Pedro Cantero[349]. Daquele matrimónio conhecem-se pelo menos mais dois irmãos: Catarina Gonçalves e Melchor Velasquez, seguindo também este a via profissional do pai e irmão. Sem se esgotar o aprofundamento dos laços de parentesco existentes com outros praticantes do ofício, interessa-nos a constatação de estarmos em presença de uma família com tradições no afeiçoamento da cantaria e na contratação de obras, no seio da qual Francisco Velasquez teria feito a aprendizagem da sua arte.

Todavia, os elementos conhecidos relativamente a obras em que os membros deste clã tivessem intervenção não explicitam particulares rasgos criativos, o que poderá querer dizer que a sua acção se pautava pela execução de obras segundo os modelos tradicionais e, no que respeita às traças, se

país. Contudo, este facto mesmo não sendo exclusivo deve ser enquadrado no conjunto das excepções.

submetiam inteiramente às orientações que lhes eram apresentadas. Por outro lado, neste quadro familiar e profissional nenhum dos seus elementos figura no grupo dos mestres mais solicitados em Toro durante a primeira metade do século de quinhentos, onde a par de Rodrigo Gil de Hontañon se contavam João de Alvarado, João de Hoznaio, Pascoal de Jaén e João de Villafaña[350]. Na segunda parte do século, onde pontificaram Alonso de Hornedo o moço e Domingos de Garín[351], a actividade dos membros daquele clã parece ter sido bastante discreta o que também se poderá explicar pela contratação de obras noutras paragens.

É certo que da capacidade económica e motivações dos encomendadores depende o campo em que se concretizam as correntes estéticas e se exercita a valia dos arquitectos e mestres dos ofícios ligados à construção. Na ausência de uma burguesia dedicada à indústria e ao comércio, a economia e, por extensão, as artes de Toro dependiam, durante o século XVI, em grande parte da nobreza aí estabelecida. Com a tranferência da corte para Madrid, provocando a deslocação do centro político e económico para Sul, o declínio parece ter-se acentuado.

Em 1552, Toro foi a cidade escolhida para a celebração do casamento da filha de Carlos V, a infanta D. Joana e o único sobrevivente dos nove filhos de D. João III, o príncipe D. João, fazendo-se este representar pelo nosso embaixador em Espanha. Parecendo ter sido responsável pelo renascer da alma da cidade, este sucesso festivo estaria na origem do lançamento de várias obras. Contudo, estas ao incidirem de forma particular sobre o espaço urbano[352] não alcançaram a promoção de novas construções em que uma

---

[349] VASSALLO TORANZO, Luis - *Arquitectura en Toro (1500-1650)*, Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos «Florián de Ocampo» / Diputación de Zamora, 1994, p. 85

[350] VASSALLO TORANZO, Luis - *ob. cit.*, p. 52

[351] VASSALLO TORANZO, Luis - *ob. cit.*, p. 56

[352] VASSALLO TORANZO, Luis - *ob. cit.*, p. 27. Como afirma este autor (p. 48), na primeira metade do século XVI, em Toro «todos los edificios, excepto los financiados por Don Alonso de Fonseca, se fabricam en hispanoflamenco». A principal excepção, resultando da acção

gramática de raíz clássica se fosse sobrepondo a programas ainda inspirados no gótico final.

Na apreciação permitida pelas informações conhecidas, seria dentro dos limites deste ambiente estético que se tornariam visíveis as características da arte de Francisco Velasquez. Todavia, não sendo possível perder de vista que sobre o seu percurso humano e artístico avulta muito mais o que não sabemos do que os factos confirmados, impõe-se a reserva de outras possibilidades que, futuramente, possam vir a esclarecer tanto o seu percurso artístico como a sua evolução estética.

No exercício da sua profissão, registe-se a execução, em parceria com Luís Cantero, seu pai, de obras de pequena monta na casa do padre António de S. João. Ainda no ano de 1543, assume o compromisso de pagar 3.185 maravedis «pelo servicio que vos me heziestes en obra da canteria» a Toribio del Campo e confirma uma dívida de 4.500 maravedis ao canteiro João de Urtubi[353]. As relações com estes dois canteiros assim como a contratação, também em 1543, de João Carneiro[354] para o servir no ofício de canteiro, pressupondo a existência de obrigações, mostram que Francisco Velasquez era um homem empreendedor e que em vez de se resignar a trabalhar por conta de outros preferia ser ele próprio a encarregar-se de algumas empreitadas.

Em Março do mesmo ano, passaria a escrito a obrigação contratada com Antónia Rodrigues, viúva de Diego Cantero, para receber como aprendiz a Bernaldo de la Torre, seu filho. Este ficaria com o mestre durante quatro anos, período durante o qual, entre outras cláusulas, se obrigava a satisfazer as

---

mecenática de D. Alonso, bispo de Osma e membro do Conselho Real, residiu na construção do claustro pequeno do mosteiro de S. Francisco onde se aplicaram colunas e entablamentos compradas em Itália. No entanto, o exemplo parece não ter sido assimilado pelos arquitectos locais que só a partir da segunda metade do século começam a praticar a nova sensibilidade.

[353] VASSALLO TORANZO, Luis - *ob. cit.*, pp. 85, 86. Natural de Begaquemada, João Carneiro comprometia-se a continuar ao serviço de Francisco Velasquez durante o ano seguinte. *Idem, ibidem*, p. 100

necessidades de alojamento, vestuário, calçado e alimentação. Findo este tempo o jovem devia estar em condições de mudar de categoria para, à custa do seu próprio engenho, poder «ganar y gane de comer como ofizial del dicho oficio[355]». Para isso, devia ser capaz de:

> «labrar una piedra, y escodarla e labrar qualesquier molduras que sean nescesarias. E ansy mismo a que sepa hazer e trazar un arco paynel o de otra qualquier arte que sea. E anys [sic] mysmo que sepa hazer una capilla de qualquier arte y manera que sea. E ansy mysmo que sepa hazer una puerta o ventana desquyna. E ansy mysmo que sepa hazer todo lo demás de canteria perteneciente al dicho ofizio[356]».

Mostrando esta transcrição os requisitos e as capacidades operatórios de que um bom oficial canteiro se devia apropriar, ao mesmo tempo, também abonam o mestre que as transmitia. Nesta medida, as cláusulas enunciadas explicitam claramente que Francisco Velasquez estava apetrechado com os conhecimentos necessários para se poder candidatar à realização de qualquer empreitada. Pena é, no entanto, que não se conheça obra que, com segurança, possa ser atribuída integralmente a Francisco Velasquez.

Confirmada a sua presença em Miranda do Douro por dois alvarás régios, datados de Maio de 1560, que atendiam à petição dirigida ao monarca no sentido de se assegurar o fornecimento de mantimentos[357] a preços

---

[354] VASSALLO TORANZO, Luis - *ob. cit.*, p. 74
[355] VASSALLO TORANZO, Luis - *ob. cit.*, p. 99
[356] VASSALLO TORANZO, Luis - *ob. cit.*, p. 99
[357] Uma obra de grande volume, ao suscitar a presença de numerosos trabalhadores se colocava algumas exigências à economia local também desencadeava os habituais fenómenos de especulação. Neste caso particular não se tratava unicamente de moralizar o ritmo dos preços para evitar grandes penalizações aos trabalhadores da Sé; tratava-se também de garantir as possibilidades para estes poderem permanecer na cidade. Caso contrário, faltaria a mão-de-obra necessária para as obras avançarem. Por isso, considerando o tipo de economia e as irregularidades dos abastecimentos no Antigo Regime, os responsáveis pela orientação das obras viam-se obrigados a tomar posição. E, 1535, para enfrentar um problema semelhante na obra de Tomar, João de Castilho expunha ao rei a existência de algumas interferências provocadas no abastecimento de cereal pelos cristãos-novos e o seu «medo que a gente desta hobra asi hoficiais como a outra mais gente me hão de desemparar e deixar por fallta de pão nesta villa». VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 265

correntes e alojamentos a todos os que trabalhavam no estaleiro da catedral, Francisco Velasquez é apelidado de «mestre e empreiteiro da obra da Sé de Miranda» ou simplesmente «mestre da obra da Sé». Nesta cidade, como indica a pedra da sua sepultura, existente na Sé junto ao púlpito do lado do evengelho, faleceu em 1576. Além da data da sua passagem, a campa tem a particularidade de ostentar um escudo de tipo peninsular, com um castelo que se aproxima do representado num dos quartéis do brasão existente na matriz de Parada de Infanções[358], em cuja orla consta o nome de Francisco Velasquez e a confirmação de ter sido o mestre da Sé. Face à sua relativamente longa permanência em Miranda, como a sepultura deixa adivinhar, o prestígio carreado pela orientação de uma fábrica de vulto como era a da Sé permitirá a admissão de um eventual casamento em solo português no seio de uma família pertencente ao grupo da pequena nobreza rural.

Pese embora os apontamentos que aqui e ali se vão surpreendendo relativamente às relações de independência entre a figura do arquitecto e os elementos das artes mecânicas, durante o Antigo Regime aquele dificilmente era enquadrado no âmbito dos privilegiados. Deste modo, perante a insuficiência do prestígio, existia a noção de que a sua valia só contava quando associado ao estatuto de nobre. Estando estes tipos de relacionamentos mal estudados entre nós, os arquitectos e mestres espanhóis, ou os que exerciam as duas funções, almejavam a possibilidade de se nobilitarem. Assim, à influência adquirida acrescentariam o respeito dos seus concidadãos.

A afirmação produzida por Domínguez Ortiz, ao estudar as classes que, em Espanha, gozavam de privilégios durante o Antigo Regime, segundo a qual «los maestros trasmeranos [...] no eram pecheros sino hidalgos que

---

[358] *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. VI, 765, 769 onde se apresentam os respectivos desenhos.

pretendieron sacar carta de nobleza[359]», encontará também justificação em Portugal, sendo os candidatos filhos de oriundos dessa região. Referimo-nos a uma carta datada de 1561 em que D. Sebastião, considerando ser João de Castilho, «naturall das mõtanhas do reino de Biscaia e (que) decemdia da casa de Castilho, que he muito premcipall nas ditas partes e vinha dela por linha dereita[360]», como constava em documentos passados na «Jumta de Cudeo», no meirinhado de Trasmiera, e em Valhadolid, concedia autorização para que os seus filhos - António, Pedro, Diogo e Manuel de Castilho - e descendentes destes pudessem:

> «trazer em meus reinos e senhorios as armas dos Castilhos e usem delas asi e da maneira que as trazem e delas usam os de Castilho nos reinos de Castella, por as ditas armas pertemcerem aos ditos filhos de João de Castilho ja falecido[361]»

Deste modo, o facto de Francisco Velasquez fazer uso de emblemas particulares, adquiridos por casamento ou usados com base em direitos adquiridos pelos seus ascendentes, não sendo entre nós uma situação muito vulgarizada, parece que não era tão rara como isso entre os oriundos da região de Santander.

O religioso Frei Marcos da Cruz, ao historiar, cerca de 1630, os sucessos do capítulo geral de 1564, em que dava nota da aceitação *nemine descrepante* do reconhecimento de vida própria aos mosteiros de S. Salvador

---

[359] DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio - *Las classes privilegiadas en el Antiguo Régimen*, Madrid, Istmo, 1979 *Apud* VASSALLO TORANZO, Luis - *ob. cit.*, p. 117. Afirmando que a consciência da importância do estatuto social dos arquitectos e mestres crescerá durante o século XVII, este autor informa-nos da pretensão de alguns mestres de Trasmiera em acederam ao estatuto de nobre. Além da figura de João de Ribas acrescenta o nome de João de Senderón que, mandando que o pintor Cristóvão Sanches lhe representasse um escudo com as suas armas, «actuará toda su vida como un noble: vivía en el palacio de los Deza [...] servido por 6 criados, era miembro de cinco confradías, se mandó sepultar en la capilla mayor de la iglesia del monasterio de San Francisco [...] siendo de las mejores sepolturas - com un intierro de categoria».

[360] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 202

[361] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. I, p. 203

de Grijó, «com todos os seus privilegios, e izençoens[362]», e de S. Salvador da serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, não se cansou de evidenciar o trabalho do padre Pedro de Assumpção no reforço da vida espiritual da comunidade de Grijó e no aumento das reservas materiais e comodidade, visto que o «agazalhado que o convento tinha no mosteiro antigo era pouco accomodado, e a igreja pouco dessente para o serviço de Deos[363]». Desejando o engrandecimento do mosteiro, o padre Assumpção empenhar-se-ia em:

> «fazer mosteiro novo em este anno de 1572, onde se determinou fizece, e nelle se gastace em cada anno quinhentos mil reis, pouco mais ou menos, as quais obras se dece logo principio, e fossem feitas pello debuxo que fizera Francisco Velasques, hum dos bons architectos daquelles tempos[364]».

Na falta de outros elementos que nos permitam fundamentar relações interrogamo-nos sobre a correspondência existente: ou seja, se o mestre que surpreendemos em Toro é o mestre e empreiteiro da catedral de Miranda do Douro e o mesmo a quem se encomendou o risco para o mosteiro de Grijó. Sendo certo que algumas evidências apressadas ocultam armadilhas, o desconhecimento de informações relevantes não nos permitem adiantar quaisquer argumentos que possam preencher os espaços brancos da sua rede biográfica.

Mesmo assim consideramos ser possível esboçar um esquema em que algumas variáveis abonem a possibilidade de se tratar da mesma figura. Em primeiro lugar a definição de um quadro em que o exercício da profissão e a cronologia se adequam; também o percurso, tendo em atenção não só a mobilidade que caracteriza os praticantes do ofício, de que se conhecem

---

[362] CRUZ, Frei Marcos da - *Cronica do mosteiro de São Salvador de Grijó*, B.G.U.C., Reservados, ms. 640, fl. 289v

[363] CRUZ, Frei Marcos da - *Cronica do mosteiro de São Salvador de Grijó*, B.G.U.C., Reservados, ms. 640, fl. 295v

[364] CRUZ, Frei Marcos da - *Cronica do mosteiro de São Salvador de Grijó*, B.G.U.C., Reservados, ms. 640, fl. 296

vários exemplos, mas também a proximidade geográfica de Miranda com várias cidades espanholas - onde se inclui Toro - e que pelas empreitadas que com frequência levavam à praça e se arrematavam, mais de uma vez permitiram a contratação de artistas para a execução das obras em Miranda. Refira-se que o edital para a arrematação da obra do seminário e Paço Episcopal de Miranda, entre outras cidades, também foi publicado em Salamanca. E se o conhecimento deste facto permanece isolado não exclui a possibilidade de anteriormente se terem verificado procedimentos semelhantes.

Por outro lado, nada impedia que um mestre encarregado de adiantar uma fábrica de vulto pudesse traçar a planta e alçados de outra construção sem se comprometer no acompanhamento da obra. Nestes termos, aceita-se que Francisco Velasquez pudesse ter desenhado a planta de Grijó enquanto dirigia os trabalhos da Sé de Miranda. No entanto, continuando a subsistir muitas a dúvida a respeito do percurso artístico deste mestre, não foi ainda possível deslindar o quadro de relações em que se movimentava e que poderão explicar os motivos que determinaram que o risco de Grijó lhe tivesse sido entregue.

6.2 Manuel Camelo

Após o falecimento de Francisco Velasquez, em 1576, as fontes continuam a revelar-se avaras no que respeita à revelação de informações ou de pistas capazes de nos permitirem avanços importantes no conhecimento da complexa trama da obra da Sé de Miranda.

No entanto, um «estromento de comtrato comcerto e trasanção e amiguavel composisão[365]» lavrado, em 18 de Março de 1591, pelo tabelião Gaspar Vaz em casa do deão da Sé, o licenciado Francisco de Magalhães, aponta o nome de Manuel Camelo, morador e «cidadão» de Miranda do Douro, também presente, como o continuador das obras que Francisco Velasquez tinha em execução.

Embora passado a escrito em 1591, o documento em análise incide sobre factos passados. Na verdade, o seu conteúdo trata da pretensão, satisfeita, de Manuel Camelo ser pago de certas quantias que lhe eram devidas pelos trabalhos realizados na catedral quando D. António Pinheiro segurava a mitra episcopal e que se balizam entre 1564, data da sua indigitação para Miranda, e a sua transferência para a diocese de Leiria, em 1579. Nestes termos, o horizonte temporal a que o documento respeita deve situar-se no período compreendido entre os anos de 1576, em que faleceu Francisco Velasquez, e 1579.

Embora a fonte que vimos seguindo nunca aponte o ofício de Manuel Camelo e omita a qualificação de mestre das obras da Sé, ao contrário do que sucedia com Velasquez, a verdade é que refere a sua contratação pela necessidade «que havia de prosseguir e acabar» as obras que o mestre espanhol tinha em execução.

De resto, seria ainda aos trabalhos levados a cabo por Francisco Velasques que deve respeitar uma contenda em que eram partes os responsáveis da fábrica e a sua mulher. Tal é a resolução que, em 16 de Junho de 1586, tomou o Cabido ao ordenar:

> «ao vedor da fazenda que trate com o Senhor Daião que faça embargos contra a sentença do juiz para não ser pagua a molher do mestre das

[365] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 35

obras polo rendimento da sanjoaneira, e tescorra por mão do vedor da fabrica[366]».

Só a passagem do mestre determinaria a sua mulher a chamar a si o pagamento do trabalho realizado e não pago. A avaliação a que seria necessário proceder-se e a verificação de alguns desentendimentos impeliram o caso para o domínio da justiça. Daí o seu arrastamento quase dez anos depois do falecimento daquele.

Podendo aceitar-se que Manuel Camelo já operasse na Sé em vida de Francisco Velasques, só depois do falecimento deste teria algum protagonismo nesta construção, tendo realizado ainda na prelazia de D. António Pinheiro:

«muita parte da dita hobra de camteria e alvenaria e telhados[367]».

Por «rezão da dita obra e telhados», com a concordância do mestre pedreiro, entenderam o bispo D. Jerónimo de Meneses - bispo de Miranda entre 1579 e 1591 - e o Cabido efectuarem o pagamento de 60.000 réis ao empreiteiro Manuel Camelo. Embora os telhados sejam referidos mais do que uma vez, esta quantia compreendia igualmente outros «beneficio(s) que nella tinha feito ate o presente[368]» e em que se empregou ele próprio e «seus aparelhadores e oficiais».

Na Primavera de 1580, quando no corpo da igreja já se dizia missa nos altares colaterais dedicados ao Santíssimo Sacramento e a Nossa Senhora do Rosário[369], a execução da obra do telhado da Sé surge planificada e com alguma urgência de realização:

---

[366] A.D.B., *Livro dos acordaons e assentos antigos*, Cabido, Cx. 1, Lv. 2, fl. 46
[367] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº35
[368] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº35
[369] A.D.B., Cabido, *Livro de acordaons e assentos antigos* (1547-1606), Cx. 1, Lv. 2, fl. 60

«se lembrou e asse(n)tou em Cabido que se escreva ao Senhor bispo Dom Antonio Pinheiro sobre os trinta mil reis que prometeo para o telhado da See, como em suas cartas tem prometido[370]».

Todavia, as responsabilidades de Manuel Camelo na obra da catedral parecem não se ter confinado aos termos do acordo referido. Com efeito, o nome daquele mestre pedreiro aparece no momento (15 de Novembro de 1582) em que, na Mesa Capitular, inexoravelmente, se decidia o derrube da velha igreja de Santa Maria, nomeadamente da sua torre, para ceder o seu lugar e materiais à nova catedral:

«se assentou que parecia bem que a torre dos sinos se derribasse, e a pedra se gastasse na obra da Sé que ora andam (fazendo). E outrossi pareceo bem a(o) Senhor bispo e Cabido que emquanto se não tomasse outro assento, se assignasse e pagassem quinhentos reis a Manuel Camello por seu trabalho, e estipendio cada somana, por ter conta com os officiais que tenhão cuidado de trabalhar, e por olhar pola dita obra, e fazer tudo o que deve, como delle se espera e confia[371]».

Do exposto pode concluir-se que, nesta altura, a acção de Manuel Camelo na obra da Sé era bastante limitada. Embora conhecedor do ofício de pedreiro e de sistemas construtivos, a envolvência do seu emprego determinava-lhe as competências inerentes à sua qualidade de encarregado da obra, o que lhe retirava capacidade de decidir eventuais alterações quer na sua traça quer no seu desenvolvimento. Por outro lado, os termos em que se produziu esta decisão do Cabido parecem permitir a conclusão de que naquele momento a obra da Sé corria sob a forma de administração directa; a ausência de um mestre superintendente e a existência de um encarregado, a quem o Cabido confiava essencialmente a fiscalização do ritmo de trabalho dos oficiais, não negam legitimidade à suspeita. Ao mesmo tempo, o mestre pedreiro, em resultado das naturais expectativas que eventuais, mas

[370] A.D.B., Cabido, *Livro de acordaons e assentos antigos* (1547-1606), Cx. 1, Lv. 2, fl. 56
[371] A.D.B., Cabido, *Livro de acordaons e assentos antigos* (1547-1606), Cx. 1, Lv. 2, fl. 66

desconhecidos, acordos fundamentavam, esperaria guindar-se ao lugar de principal director da fábrica. Como tal não sucedesse, surgiram desentendimentos. Por isso, o bispo e o Cabido, como se vê no acordão que se segue, tratou de encontrar outro homem que o substituísse e que fosse capaz de assegurar o bom andamento dos trabalhos:

> «Aos treze dias do mes de Março de 1583 anos se assentou em Cabido estando presente o Illustrissimo Senhor Bispo (D. Jerónimo de Meneses) que tractandosse do milhor modo que se teria para esta obra da Sée andar por diante, offrecendosse aver a pia do dinheiro do Abril que vem por diante, que se busque hum homem pedreiro, e bom official que aceite o carrego desta obra, e tenha cuidado de a reger, e fazer ir por diante com o cuidado e dilligencia devida e que sendo caso que Manuel Camello queira estorvar a prosequção da dita obra, e demandar o Cabido, ou o recebedor da fabrica usando das clausulas dos quontractos que diz ter em seu favor, que o dito Cabido, e recebedor se defendão, e se opponhão a causa e sendo necessario anullem os dictos qtractos [sic] e as clauzullas delles, pola grande lesão que a dicta fabrica padece polos dictos qtractos, dando sempre conta ao dicto Senhor bispo do que succeder na dita demanda diguo que não se effectuando o que acima he conteudo, que então se busque hum homem perito, e que entenda da obra para se lhe poder encomendar[372]».

6.3 Gaspar da Fonseca

Em 29 de Janeiro de 1586, em Miranda, na casa onde residia D. Jerónimo de Meneses, reuniram-se quase todos os membros do Cabido para, na presença do tabelião Álvaro Gomes, passarem a escrito as obras contratadas com Gaspar da Fonseca que também estava presente neste acto. Morador em Coimbra, o mestre comprometia-se a observar as seguintes condições[373]:

---

[372] A.D.B., Cabido, *Livro de acordaons e assentos antigos* (1547-1606), Cx. 1, Lv. 2, fls. 68v-69

[373] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 38

- «acabar ho portal com ho coro e seus remates»;
- «residir em ha dita hobra pesoalmente ate se hacabar a dita hobra»;
- «não podera por houtro mestre nem sustituto em seu nome sem licença delle Senhor Bispo e Cabbido a quoal lhe sera dada vistas as rezois e necessidade que allegar»;
- «fazer a hobra comforme a traça que tem dado que fica em poder do coneguo Manoel Allvares veedor da fabrica».

Em caso de ausência:

«deixara [...] pessoa que holhe por a dita hobra a contentamento do Senhor Bispo e Cabbido».

Porém:

«indosse sem a dita licença paguara todas as perdas danos e interesses que nisso recebere a dita See».

Pelo seu trabalho na catedral, receberia:

«cada hum anno cimcoenta mil reis paguos aos terços em cada hu ano emqoamto durar a dita hobra e assi lhe daram mais casa em que viva todo a custa da fabrica».

Arrematadas estas obras, entre as quais, como se viu, se incluía o portal, o mestre Gaspar da Fonseca demorar-se-ia mais algum tempo em Miranda, onde ainda se encontrava no ano de 1588, com habitação[374] paga pela fábrica da Sé e vencendo o «partido» de 50.000 réis. Todavia, a obrigação de dar continuidade ao portal, apresentando para isso o desenho que ficou em poder do vedor da fábrica, pode não se ter concretizado, ou, se o foi, parece

ter sido, na primeira década do século XVII, submetido a outras intervenções resultantes de erros cometidos na construção do coro. A continuidade de Gaspar da Fonseca nesta cidade não se devia já às obras anteriormente contratadas mas antes a novos compromissos assumidos e que, ao mesmo tempo, são indicadores do reconhecimento das suas capacidades pelos responsáveis eclesiásticos.

As contas relativas ao ano de 1588, da responsabilidade dos cónegos fabriqueiros Manuel Alves e Pantaleão Ramos, não esclarecendo completamente os novos desenvolvimentos da fábrica, confirmam o prolongamento da sua estância na sede do bispado. Por outro lado, como consequência do facto de nada se adiantar de concreto relativamente às novas responsabilidades, fica a dúvida se os pagamentos que a partir de Janeiro lhe foram efectuados eram por conta de uma nova empreitada que tivesse tomado ou se, pelo contrário, respeitavam a funções de outra qualidade como director das obras que, entretanto, se faziam.

O facto da renda da casa[375] que habitava correr por conta da entidade encomendadora bem como a declaração expressa no «titolo do mestre das obras (que) tem de partido cimcoemta mil reis e cazas[376]» - de que apenas se conhece a quantia de oito mil réis que mensamente[377] assinava, constituíam condições contratuais que, formalmente, se aproximavam do modo estipulado para receber os seus honorários respeitantes à primeira fase dos trabalhos. No

---

[374] «paguou das cazas do mestre das obras mill e duzentos e sincoenta reis de meo anno». Outras anotações respeitantes ao «titulo do mestre das obras» assinalam ter «de partido cimcoemta mil reis e cazas». A.D.B., Mitra, Cx. 10, Lv. 79, fls. 55, 75

[375] Relativamente a esta matéria, dois registos do *Livro da reseita e despeza* referentes a 1588, mostram a continuação do mestre em Miranda e que as despesas de alojamento eram pagas pelo fabriqueiro da Sé: «pagou das cazas do mestre das obras mill e duzentos e sincoenta reis de meo ano»; das cazas do mestre das obras de São João atee dia de Janeiro de aluger delas - 750 reis».A.D.B., Mitra, Cx. 10, Lv. 79, fls. 55, 56

[376] A.D.B., Mitra, Cx. 10, Lv. 79, fl. 75

[377] O facto de nos meses de Janeiro e Fevereiro não receber na totalidade esta quantia pode relacionar-se com as dificuldades em se trabalhar por factores climáticos, ausência da obra ou até por dificuldades de liquidez sentidas pela fábrica.

entanto, a documentação conhecida não permite esclarecer o seu estatuto durante a segunda fase dos trabalhos. Nestes ocupavam-se diversos homens a quem se pagavam semanalmente as jeiras. A variação dos preços destas mostrando braços diversificados não permite avanços importantes no que respeita aos ofícios envolvidos nem tão pouco quanto às obras em curso apesar de, pelas quantidades de cal que se compravam, se tratar de obra de pedraria

Quadro 4

Pagamentos efectuados a Gaspar da Fonseca (1588)	**Valores** (em réis)
«recebeo des cruzados a comta [sic] do mes de Janeiro a asinou aos trinta dias do mes de Janeiro de 88 recebeo mais dous mil reis a comta do seu ordenado asinou esta adição e a de sima Gaspar da Fonseca	6.000
recebeo des cruzados a comta do mes de Fevereiro asinou aos vimte e sete dias do mes de Fevereiro de 88 Gaspar da Fonseca	4.000
recebeo mais a comta do seu ordenado do mes de Março e Abril outo mil reis asinou aos vimte e outo dias do mes de Maio de 88 Gaspar da Fonseca	8.000
recebeo a comtado seu ordenado do mes de Maio e do mes de Junho outo mil reis asinou aos nove dias do mes de Junho de 88 Gaspar da Fonseca	8.000
recebeo a comta do mes de Julho e Agosto outo mil reis a comta do seu ordenado asinou aos vimte e tres dias do mes de Agosto de 88 Gaspar da Fonseca	8.000
recebeo mais do mes de Setembro e Outubro outo mil reis a comta do seu ordenado asinou aos des de Outubro de 88 Gaspar da Fonseca	8.000
recebeo outo mil reis com os quais esta paguo deste ano de outenta e outo asinou Gaspar da Fonseca[378]»	8.000

[378] A.D.B., Mitra, Cx. 10, Lv. 79, fls. 75 e ss.

Todavia, o registo do elevado custo e transporte até à povoação de Azinhoso «de hua maroma que se fez na tore pera ha obra[379]» em associação com o pagamento de 520 réis «de seiscentos pregos pera o taboado e madeiramento do coro[380]» parece permitir a ilação de que nesta altura se processava o crescimento de pelo menos uma das torres em simultâneo com outros trabalhos que prosseguiam no coro.

Com a notícia dos pagamentos relativos aos meses finais do ano de 1588 perdem-se os passos de Gaspar da Fonseca e, ao mesmo tempo, também as fontes conhecidas não revelam elementos que permitam conhecer os seus principais intervenientes ou o ritmo e estado das obras que se deviam aproximar, em termos de grande intervençaõ arquitectónica, da conclusão.

No entanto, nos finais do século XVI, a Sé ainda não estava terminada porque na reunião plenária do Cabido, realizada em 28 de Março de 1607, foram adoptadas algumas medidas de gestão com o intuito de libertar fundos para dar continuidade à obra. Nesta linha de orientação, o cónego Jerónimo Monteiro, fabriqueiro da Sé e encarregado de aplicar as decisões tomadas, devia ter em conta o articulado do seguinte acórdão:

> «porquanto esta See não estava acabada e avia muitas obras mui necessarias a que importava muito acudir e que a fabrica não tinha possibilidade pera poder de presente acudir a todas assentou se com o consentimento do Senhor bispo Dom Diogo de Sousa que os charamellas todos se despedisse(m) porquanto fazião muito guasto a fabrica pello que se não podia acudir as ditas obras e despedinsosse se poderá acudir a ellas co(m) facilidade[381]».

---

[379] Pela corda, cuja grossura mostra que se destinava a alçar os aparelhos para a torre, e transporte pagou-se a quantia de 10.125 réis. O preço da maroma atingiu os 8.400 réis. A.D.B., Mitra, Cx. 10, Lv. 79, fl. 55v, 100

[380] A.D.B., Mitra, Cx. 10, Lv. 79, fl. 53v

[381] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fls. 5-5v

Neste sentido, ainda que o brilho desejado para as cerimónias litúrgicas pudesse resultar um pouco ofuscado pelo despedimento dos músicos, esta disposição parece demonstrar a vontade do Cabido em normalizar uma situação que teimava em arrastar-se, sendo certo que não tardaria a revelar-se, se é que não se tinha já patenteado, uma nova fonte de problemas. Referimo-nos a alguns erros cometidos na obra e que, afectando o coro alto, muito provavelmente se tornavam extensivos ao prospecto principal. Será, por isso, útil seleccionarmos uma das impressões registadas por Manuel Severim de Faria aquando da sua estada em Miranda no ano de 1609, particularmente aquela que se referia à catedral:

> «A Sé he feita a moderna tem os frontispicios de obra dorica cõ duas torres de sinos nos cantos de fremosa arquitectura. O templo por dentro he dorico de tres naves e não está de todo acabado por ter erros intoleraveis, como foi o do choro de sima que por fiquar muito junto da abobeda se não pode servir delle[382]».

Desconhecendo-se se as necessárias medidas de correcção tiveram lugar de imediato ou se ficaram a aguardar melhor ocasião, a verdade é que se tornavam evidentes alguns desajustamentos, nomeadamente no coro baixo. Situado na capela-mor, era aí que os cónegos e dignidades da Sé tomavam lugar para assistirem às cerimónias religiosas. Como estes tinham o costume de convidarem outras pessoas para aquele lugar, a exiguidade desse espaço tornava-se mais notória. Por isso, esta matéria mereceria tratamento particular na reunião do Cabido que se realizou em 20 de Março de 1610. Das suas conclusões destaca-se a imposição:

> «que se comprisse o estatuto em que manda que cada hum dos capitulares este em sua cadeira e assim per respeitarem ser o choro pequeno, apresentarão per mais votos que nenhum capitular assim conego como dignidade posto que presidente não possão chamar pera o

[382] SERRÃO, Veríssimo - *Viagens em Portugal de Manuel de Severim de Faria*, vol. 12, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, p.118

> choro pessoa algua de qualquer calidade e condição que seja; mas que soo o mestre de cerimonias que ao presente he e hao diante for tenha a seu cargo chamar as pessoas hospedes pera o choro; as quaes serão somente sacerdotes abades ou religiozos; e nenhuns leigos posto que sejão freires[383]».

Todavia, a estas preocupações acresciam aquelas que se relacionavam com a organização estrutural e envolvimento exterior do edifício catedralício, e ainda as que decoriam das necessidades espirituais, a que se associava a urgência de engrandecimento do interior da catedral e particularmente do seu altar-mor. Nesta linha de orientação, em Junho de 1610, o Cabido produziu uma importante resolução, ao determinar:

> «que do dinheiro da fabriqua se gastasse logo em tres obras nescessarias para a See convem a saber retabolo para o altar mor e portas para a porta principal, e lagear o pateo[384]».

Independentemente de sabermos se ocorreu neste ano a correcção dos defeitos que se apontavam ao coro, trabalhos que não podiam deixar de ter incidências sobre o desenvolvimento e configuração do portal principal, fechava-se um empreendimento arquitectónico iniciado cerca de meio século antes mas que, agora, além da função de representação devia dar resposta às vicissitudes de uma realidade sociológica conduzida por posições ideológicas que manifestavam repulsão por tudo o que pudesse ser veículo dos ideais clássicos - como a designação de obra «à moderna», utilizada pelo Chantre da Sé de Évora, traduzia - e que, ao serem considerados pagãos, não tinham lugar num contexto rigorista em que os princípios artísticos apenas tinham sentido se postos ao serviço da missão catequética que a igreja empreendia.

---

[383] A.D.B., Cabido, Cx. 29
[384] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 33v

6.4 Domingos da Fonseca

Constatada a necessidade de se «lagear o pateo» e, em 1610, afirmada tal pretensão pela mesa capitular, passaria cerca de uma década para que o terreiro fronteiro da Sé fosse intervencionado, definindo-se, assim, a área do adro.

As anotações contidas no «livro que he das despesas e gastos e partidos dos menistros da Sée[385]», ao referirem o nome de Domingos da Fonseca, alargam, ainda que com comedimento, o número dos principais intervenientes nas obras da catedral. As notícias relativas à sua actividade circunscrevem-se ao período de tempo compreendido entre 1621 e 1623 e respeitam a pagamentos que lhe foram efectuados. No entanto, pelo seu montante, as quantias recebidas em 1622 e 1623 não permitem a formulação de qualquer hipótese sobre a natureza dos trabalhos realizados, já que os pagamentos efectuados tanto podem referenciar obras novas como reportarem-se a trabalhos anteriormente executados.

Como as contas comprovam, foi em 1621 que se realizaram os trabalhos do «lageado» e do «taboleiro» ou adro que o mestre das obras da Sé - assim se intitulava Domingos da Fonseca - tinha contratado realizar e de que se desconhecem mais pormenores.

Estas notícias, ao limitarem a acção de Domingos da Fonseca aos arranjos exteriores da catedral, parecem excluir qualquer intervenção com consequências sobre a estrutura da mesma. No entanto, sabendo-se a importância que progressivamente será atribuída aos enquadramentos cenográficos, esta obra podia não desmerecer a importância do mestre cujos créditos eram já conhecidos por anteriormente ter trabalhado, em sociedade com Manuel Quaresma, na obra do seminário e Paço Episcopal. Mais tarde,

[385] A.D.B., Cabido, Cx. 29

por nomeação do bispo D. Jorge de Melo, faria parte de uma junta encarregada de avaliar as casas do Cabido existentes na cidade de Miranda em que moravam «os senhores prelados»

Visto que Manuel Quaresma, por ser medidor de obras, se ocupava preferencialmente em Lisboa, será a Domingos da Fonseca que se deve imputar a direcção da fábrica do seminário e Paço Episcopal. Tratando-se de um empreendimento de grande dimensão, a forma como o dirigiu permitiu-lhe mostrar a sua envergadura e capacidades na orientação de grandes projectos. Em consequência do reconhecimento público granjeado iria ser chamado a colaborar num importante empreendimento que se preparava na cidade de Zamora.

Resultava este projecto de uma das cláusulas que o capitão Pedro Morán Pereira mandou exarar no seu testamento e que expressava o seu desejo em fundar um hospital. Apelidado de Hospital da Encarnação, este edifício[386] depois de várias vicissitudes seria, já no nosso tempo, adaptado para sede da Diputación Provincial de Zamora.

Em consequência dos relacionamentos que mantinha em Madrid e das viagens que fazia a esta cidade, por ser representante da cidade de Zamora nas cortes, D. Pedro de Morán Pereira tornar-se-ia um fervoroso admirador da linguagem severa que os edifícios construídos por Herrera e seus seguidores patenteavam.

Tratando da fundação do hospital, uma das disposições do testamento de D. Pedro deixava ver a sua pretensão, ao estipular «que el edeficio e yglesia sea suntuoso y lustroso y fuerte, pues a de ser ovra perpetua[387]». Assim, ao mesmo tempo que se cumpria uma necessidade da urbe, com esta obra

---

[386] Sobre este edifício veja-se a monografia de RAMOS MONREAL, Amelia e NAVARRO TALÉGON, José - *La fundación de los Morán Pereira. El Hospital de la Encarnación*, Zamora, 1990. A estes autores deve-se a revelação da participação de Domingos da Fonseca neste empreendimento.

[387] RAMOS MONREAL, Amelia e NAVARRO TALÉGON, José - *ob. cit.*,p. 113

perseguiam-se outras finalidades como o acrescentamento do prestígio da cidade e a dilatação e perenidade do apelido da linhagem de que D. Pedro era herdeiro.

Segundo os autores que vimos seguindo, em virtude da crise económica[388] que desde 1560 fustigou Zamora não houve durante muito tempo capacidade para se erigirem nesta cidade novas construções que sob um ponto de vista arquitectónico expressassem o movimento artístico divulgado durante o reinado de Filipe II. Por isso, dada a relevância de que esta construção se iria revestir, impunha-se que os principais intervenientes na sua concepção fossem possuidores dos requisitos proporcionais relativamente às pretensões do encomendador.

Note-se que a cidade de Zamora era normalmente frequentada por diversos e experientes mestres, muitos deles oriundos do meirinhado de Trasmiera, sob cuja responsabilidade se executavam os trabalhos que particulares ou instituições religiosas e civis lhes arrematavam. Dominando os segredos do ofício, transmitido por práticos de engenho mais ou menos aguçado e que a permanência nos estaleiros caldeava, estavam apetrechados para enfrentarem os problemas que a cada momento se podiam colocar nas construções. No entanto, estas competências nem sempre eram acompanhadas do rasgo criativo e de capacidades de riscarem um edifício.

Não se tratando de emendar obra feita mas antes levantar um edifício de raíz, em que a solidez da sua estrutura fosse complementada por um conjunto de características que, ao olhar do observador, o tornassem magnífico, não se optou pela oferta local. João Gomes de Mora seria o escolhido para traçar a planta que fez acompanhar das instruções necessárias para se «entender la traça y el modo con que se a de executar[389]». Sobrinho de Francisco de Mora, o arquitecto que Herrera indicou ao monarca para lhe

---

[388] RAMOS MONREAL, Amelia e NAVARRO TALÉGON, José - *ob. cit.*,p. 118
[389] RAMOS MONREAL, Amelia e NAVARRO TALÉGON, José - *ob. cit.*,p. 121

suceder, João Gomes de Mora, beneficiando da protecção do seu tio, junto de quem se formou, alcançaria igualmente um elevado estatuto na sociedade espanhola, chegando mesmo a desempenhar as funções de «trazista mayor del rey».

Integrando uma igreja de nave única com capelas laterais sobrepujadas com tribunas, organizava-se o edifício em torno de um claustro, o que constituía um esquema arquitectónico que evidenciava claras ressonâncias monásticas.

Provavelmente em consequência das relações de proximidade e confiança que o capitão Morán Pereira mantinha com o cónego Monroy, mestre-escola na catedral, aquele manifestou ser seu desejo que o Cabido da Sé de Zamora se encarregasse da administração da obra. Sendo esta responsabilidade aceite em 1631, decidiu-se também que o clérigo Lourenço Alonso Morán e o cónego Monroy ficariam encarregados do acompanhamento dos trabalhos para a fundação do hospital.

Por vontade do testador, a obra só seria começada quando estivessem reunidos 400.000 ducados, entendendo-se ser este o valor necessário para comprar materiais, pagar aos oficiais e correr com ela sem interrupções. No entanto, antes desta cláusula estar realizada, os capitulares decidiram dar andamento aos trabalhos. Antes de estes se iniciarem, o falecimento do cónego Monroy ditaria a sua substituição no exercício das funções relacionadas com a empreitada pelo cónego magistral Francisco Bugueiro de Parga, enquanto D. Lourenço Alonso de Morán, ascenderia a mestre-escola, vendo mesmo a sua ligação com a obra reforçada por ter sido designado seu principal responsável.

Convém referir que pela ausência de fronteiras e pelas relações estabelecidas com a cidade e Sé de Miranda, onde então Alonso Remessal trabalhava no retábulo da capela-mor, muitos clérigos de Zamora frequentavam esta cidade, chegando mesmo alguns deles a passarem aí largas

temporadas. Registando-se a presença em Miranda do Douro de D. Diego de Zúñiga, bispo que governou os destinos da diocese de Zamora entre 1633 e 1637, também D. Lourenço Alonso Morán conhecia bem esta cidade, onde só de uma vez permaneceu cinquenta dias[390]. Em consequência dos laços estabelecidos e do conhecimento directo das pessoas e das obras realizadas verificar-se-ia a aproximação entre o mestre-escola de Zamora e Domingos da Fonseca de que resultaria a solicitação das competências deste para trabalhar no hospital da Encarnação.

Segundo os autores que vimos seguindo, os trabalhos começaram em 1633 cabendo já a Domingos da Fonseca, dada a sua qualidade de «maestro de obras para la fábrica, planta y edificio de el dicho hospital[391]», as responsabilidades da sua implantação, de acordo com a traça de João Gomes de Mora. A transferência de Domingos da Fonseca para Zamora, pelo exercício de funções tão importantes, não se limitava apenas a acrescentar o seu prestígio profissional porque as considerações de natureza económica também eram muito vantajosas. De facto, o soldo anual de 3.000 reais que se lhe estipulou era muito superior aos 400 reais[392] vencidos em 1635 por Bartolomeu de Oviedo que o substituiria na direcção da obra pouco depois do seu começo. Exercendo o ofício de carpinteiro que aprendeu com o seu progenitor, Bartolomeu de Oviedo era o mestre de obras da catedral de Zamora tendo passado para a fábrica do hospital na qualidade de aparelhador.

Em Março de 1634, sob o pretexto de que se devia parar a obra até se inteirarem os 4.000 ducados que o testamento de D. Pedro Morán citava, o Cabido decidia também o despedimento de Domingos da Fonseca. Contudo, como as obras recomeçaram poucos meses depois - convocando-se o mestre

---

[390] NAVARRO TALEGÓN, José - *Artistas zamoranos en la diócesis de Bragança-Miranda*, in «Páginas da História da diocese de Bragança-Miranda. Congresso histórico», Bragança, 1997, pp. 605, 606

[391] RAMOS MONREAL, Amelia e NAVARRO TALÉGON, José - *ob. cit.*,p. 138

[392] RAMOS MONREAL, Amelia e NAVARRO TALÉGON, José - *ob. cit.*,p. 139

de Salamanca João Moreno para reconhecer o trabalho efectuado pelo português - o argumento invocado no acórdão dos capitulares, parecendo falacioso, se deixa entender uma política de redução de custos, vistos os elevados quantitativos pagos a Domingos da Fonseca, não impede a suspeita de se terem movido intrigas favoráveis a Bartolomeu de Oviedo que, por menos dinheiro e com a implantação da obra realizada, assegurou a direcção desta fábrica até ao momento da sua morte.

Gorando-se a possibilidade de continuar na direcção da obra é provável que Domingos da Fonseca tivesse regressado a Miranda do Douro, ignorando-se a experiência espanhola, com o natural alargamento de horizontes em razão dos contactos aí mantidos, produziu quaisquer efeitos em obras que tivesse dirigido.

Quadro 5

Ano	Pagamentos efectuados a Domingos da Fonseca[393]
1621	«Digo eu Dominguos da Fonseca mestre das obras da See resebi do senhor coneguo Antonio Mendes vinte mil reis per hua provisão dos Senhores do Cabido, e de como recebi os ditos vinte mil reis fis esta e asinei era ut diguo oje nove de Abril de 621 annos. a) Domingos da Fonseca.
1621	Recebi mais do senhor coneguo Antonio Memdes [sic] coremta mil reis per hua provisão dos Senhores do Cabido e de como recebi os ditos coremta mil reis per conta da obra do taboleiro fis esta e asinei em os nove deste de Abril de 621 annos. a) Domingos da Fonseca. Recebi[394] do senhor coneguo Antonio Memdes oje os vinte e coatro de Abril vinte dous mil e outocentos reis que do dito senhor coneguo recebi per veses pera fazer pagamentos aos oficiais per comta do comtrato e feitio da obra do taboleiro que faso na See e per verdade de como recebi os ditos vinte dois mil e outocentos reis asinei sobredito mes e era. a) Domingos da Fonseca».

[393] A.D.B., Cabido, Cx. 29, fls. 101 e ss.

[394] Relativamente a este último assento anotou-se à margem esquerda: «ficão de fora mil e duzentos reis que dei a Bertolo».

1621	«Resebi do senhor coneguo Amtonio Memdes vimte e tres mil e trezemtos e sessenta reis a saber vimte mil reis que se fes de tres ferias estas pasadas e tres mil e novesentos diguo tres mil e trezemtos e sesemta que fas a soma dos ditos vimte e tres mil e trezemtos e sesenta reis e per verdade fis esta e asinei oje desasete dias do mes de Junho de mil e seiscemtos e vimte e hu annos. a) Domingos da Fonseca».
	«Recebi do senhor coneguo Antonio Mendes destas duas ferias atras que se comprirão oje, vimte e sete dias do mes de Junho vimte e dois mil seissemtos e sesemta reis que se comprirão em tres ambas as ferias e per verdade de como resebi os ditos vimte e dois mil e seissentos e sesenta reis fis esta e assinei sobredito mes hera. a) Domingos da Fonseca».
	«Recebi do senhor coneguo Amtonio Memdes des mil e outosemtos e sinquenta reis pera fazer a feria que se compriu aos simquo dias do mes de Julho em que emtrarão tres mil reis que per mim pagou a João Amado cura de Pinelo que lhos devia do salario que lhes avia de paguar da ofrenda do coneguo João (*) Leitão e per verdade de como recebi os ditos des mil outosemtos e sinquenta fis esta e assinei sobredito mes e era entrão tambem nesta conta mil reis que o senhor coneguo ade dar a Joana Pires do lugar da Fragua. a) Domingos da Fonseca».
1621	«Recebi do senhor coneguo Antonio Memdes da feria que se cumpriu aos desasete dias do mes de Julho desaseis mil e sesenta reis que se montarão nas duas ferias destas duas somanas atras e per verdade de como recebi os ditos desaseis mil e sesenta reis fis esta e assinei sobreito mes e era de 621 annos. a) Domingos da Fonseca».
	«Soma os partidos que tem entregue ao mestre das obras do lageado comforme [sic] seus assinados duzentos e vinte mil reis - 220.000»;
	«Paguesse outras pagas que estão fora deste libro que recebeo o mestre das obras da mão do conego Antonio Mendes pera a obra do lageado[395]»:
	«Soma os partidos que tem entregue ao mestre das obras do lageado comforme [sic] seus assinados duzentos e vinte mil reis - 220.000»;
	«Paguesse outras pagas que estão fora deste libro que recebeo o mestre das obras da mão do conego Antonio Mendes pera a obra do lageado[396]»:
1621	«hua paga de des [sic] desanove mil passada em vinte e oito dias de Setembro de 1621 e assinada per Domingos da Fonseca - 19.000
1621	outra paga de nove mil reis em treze dias de Outubro de 1621 assinada por dito Fonseca - 9.000
	mais outra paga de outo mil e trezentos e cinquoenta em 15 de Outubro - 8.350
	mais outra paga de tres mil e cem reis digo tres mil e cento e vinte feita em vinte e sette de Dezembro - 3.120
	mais outra paga de seiscentos e quorenta reis feita em 29 de Julho - 640
1621	mais outra paga de tres mil e quatrocentos reis feita a dezoito de Dezembro de 1621 - 3.400
1621	mais outra paga de tres mil reis feita em Dezembro de 1621 - 3.000

[395] Escreveu-se ao lado esquerdo desta nota: «que estas adiçoens que tudo he hua mesma cousa».

[396] Escreveu-se ao lado esquerdo desta nota: «que estas adiçoens que tudo he hua mesma cousa».

1622	mais outra paga de dois mil cento e sesenta reis digo dous mil e cento e sesenta reis feita a tres de Abril de 1622 - 2.160
	soma - 63.070 soma a folha primeira desta conta - 82.800 a volta da dita folha - 46.020 a volta folha soma - 26.910 218.800
	Somma o dinheiro que se deu ao mestre das obras confforme se ve destas duas folhas atras montão reis duzentos e dezouto mil, e outocentos reis - 218.800
1623	De outra paga do mesmo mestre Domingos da Fonseca de quatro mil seiscentos e quarenta reis que recebeo para pagamento a Bertolo carreteiro per despacho do bispo e paga sua feita a 30 de Maio de 1623 e com esta adição he tudo hua mesma cousa - 4.640
	Somma tudo dado a Domingos da Fonseca mestre das obras pelo lageado confforme se ve da folha atras e desta adição assima reis duzentos vinte tres quatrocentos e quarenta reis - 223.440».

Era o mestre da obra do seminário de Miranda do Douro. Quando o canteiro João Gonçalves respondeu ao um despacho do Provisor do bispado de Miranda sobre a obra da capela de Santiago em Mirandela, cuja fábrica tinha arrematado, indicou Domingos da Fonseca como potencial abonador das suas qualidades: «se pode tomar imformação [sic] com Domingos da Fonseca mestre da obra do seminario desa cidade (de Miranda) por me conhecer muito bem».

Arrematada a empreitada do seminário de Miranda do Douro por Manuel Quaresma, «medidor das obras desta cidade de Lisboa» , e havendo necessidade de esclarecer algumas dúvidas que certas despesas suscitavam, este, em «memorial» apresentado ao bispo D. Frei João de Valadares, dá-nos notícia dos interesses na obra de Domingos da Fonseca visto que lhe «tinha dado prasaria nella».

Em 1628 ainda o mestre continuava na cidade de Miranda do Douro porque, sendo necessário proceder-se a uma avaliação «das casas em que morão os senhores prelados[397]», a comissão para o efeito nomeada, contava com a participação do mestre Domingos da Fonseca.

[397] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 27v

O escasso conhecimento da sua biografia impõe reservas na associação a um pedreiro homónimo que, em 1636, morava na rua dos Canos, do Porto. Em Janeiro deste ano, sendo levado à praça «o chafariz que se há-de fazer na Rua Chã, e mudança do que está à porta do Pena para o muro de S. Sebastião[398]», foi Domingos da Fonseca o arrematante destas obras, embora se conheça a participação nas mesmas do pedreiro Valentim de Carvalho.

7. A arquitectura da Sé

7.1 O peso da tradição

As incertezas e hesitações das linhas directrizes que serviam de orientação ao itinerário artístico da Sé de Miranda do Douro não são possíveis de circunscrever no âmbito de um único modelo que, por si só, tivesse capacidade para apontar um esquema artístico em que a originalidade fosse a nota dominante.

Avulta, em primeiro lugar, a configuração da sua planta de cuja concretização não resultariam consequências evidentes na região e que espelhava não somente a derivação de concepções artísticas já antes enunciadas noutras realizações mas também os hibridismos e a incapacidade de converterem propostas com arcaboiço para se individualizarem na complexidade da conjuntura artística do século XVI.

Como vimos, no tempo em que se colocava a necessidade da construção da Sé de Miranda e se discutia o modelo projectual a discussão não esteve isenta de elementos de conflitualidade. Se as dificuldades da

[398] BASTO, A. de Magalhães - *Apontamentos para um Dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto / Gabinete de História da Cidade, s/d., pp. 116, 313

fábrica eram um problema também constituíam uma forma de escamotear preferências artísticas, cujos contornos, apesar de mal definidos, parecem oscilar entre a opção por uma arquitectura episcopal que desse expressão ao pensamento, certamente eclético, dos agentes artísticos que se movimentavam na órbita da corte e a adaptação de uma realidade pré-existente, a igreja paroquial de Santa Maria, cujo programa não deixaria certamente de reflectir um esquema tradicional como normalmente acontecia nas regiões mais interiores do país.

Embora a linguagem renascentista alargue a sua influência a partir de 1530 e se torne «após 1540, corrente e habitual[399]», desta disputa travada em meados do século XVI parece não ter havido posições claramente vencedoras embora, na Sé de Miranda, seja possível detectar inovações, nomeadamente no que respeita à adopção de uma espacialidade unitária. No âmbito da longa duração, as variações também devem ser consideradas já que, nos séculos anteriores, como referiu Duby, «a mais régia das igrejas não era uma catedral, mas um mosteiro[400]». Com a construção da Sé de Miranda do Douro e também com as de Leiria e Portalegre, a iniciativa artística deslocar-se-ia para as catedrais. Estas, por definição igrejas do bispo e da cidade[401], ao serem criações régias e justificarem uma nova vontade política, traduziam a aceleração do movimento das estruturas sociais e a preparação para a aceitação de novas orientações artísticas.

Todavia, as plantas episcopais não enjeitaram totalmente a sua filiação na linhagem de inúmeras igrejas que, desde o período medieval, se construíram em Portugal sob os auspícios do modelo basilical mendicante e

---

[399] CORREIA, Vergílio – *A arquitectura em Portugal no século XVI*, separata da revista «Biblos», vol. V, nº 1-2, Coimbra, 1929, p. 13

[400] DUBY, Georges – *O tempo das catedrais. A arte e a sociedade (980-1420)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1978, p. 103

[401] DUBY, Georges – *O tempo das catedrais. A arte e a sociedade (980-1420)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1978, p. 99

em que se integram as fábricas de alguns dos monumentos mais notáveis do país.

O fenómeno é compreensível se prestarmos atenção a alguns indicadores que mostram a sedimentação da linguagem usada pela arquitectura gótica que, entre nós, alcançaria a sua máxima perfeição no século XV, quando passou a obedecer «à arte requintada e elegante introduzida no país[402]» por mestre Huguet depois de, na passagem do século XIV para o século XV, ter substituído Afonso Domingues na direcção do empreendimento do mosteiro da Batalha.

Em resultado da actividade do arquitecto Huguet, operar-se-iam então alterações nas práticas instituídas de que resultaria «a sucessão do gótico austero e radiante pelo flamejante e florido[403]». Por isso, em consequência da afirmação de um reportório artístico mais erudito e internacionalizado, o mosteiro de Santa Maria da Vitória foi alçado a marco referencial relativamente a novas construções que se levantaram ainda durante o século de quatrocentos.

Mas apesar de avanços manifestos, mormente nas construções de maior volume, a estrutura arquitectónica dos edifícios das ordens mendicantes continuava a afirmar a validade dos seus elementos e princípios. Alguns dos créditos que se lhe atribuíam encontravam-se na utilização de madeira na cobertura dos corpos das igrejas, na tendência para o emprego de suportes pouco robustos e ainda pelas possibilidades de rasgamento nos muros de grandes aberturas. Pelas consequências estáticas e pela evolução deste esquema anunciava-se o aparecimento e organização de «um espaço próximo já do das igrejas-salão[404]» que se mostraria «adequado durante todo o período

---

[402] CHICÓ, Mário Tavares – *A arquitectura gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1968, p. 177

[403] Dias, Pedro – *A arquitectura manuelina*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1988, p. 25

[404] Dias, Pedro – *ibidem*, p. 25

anterior à divulgação dos novos modelos renascentistas, quando o século de quinhentos já ia muito adiantado[405]».

A este movimento somavam-se as tendências estéticas arcaizantes que dominavam nas zonas interiores do país, ainda próximas da «simplicidade de volumes e da decoração das igrejas monacais do século XIII[406]». Deste modo, a análise da realidade artística deve também contar com o peso da persistência dos valores tradicionais que auxiliavam o fortalecimento da resistência à expressão de valores estéticos inovadores.

Mário Chicó, vincando a tendência que se desenhava na generalidade das nações da Europa ocidental no período medieval e que se traduzia na aproximação que as igrejas monacais tentavam empreender relativamente ao formulário apresentado pela arquitectura episcopal, pôde sublinhar que, então, a «nave da abadia pretende(u) reproduzir a nave da catedral, copiar-lhe o aspecto, a composição e, até, em certos casos, a disposição da planta[407]».

As circunstâncias particulares da nossa história, determinando a formação de um país à custa de mil pelejas travadas de Norte para Sul não poderiam deixar de afectar as construções que nos novos territórios se iam levantando e de que nem todas conseguiam sobressair pela modéstia que as condições gerais da sociedade determinava. Mesmo assim, quando os dominicanos e franciscanos, juntamente com as ordens militares, aplicaram a linguagem do gótico às igrejas no centro e Sul, no Norte a seiva do românico continuava viçosa e a alimentar esquemas artísticos que, até às primeiras luzes do século XIV, se mostravam reticentes a fraquejarem.

Por ter sido dentro dos padrões do estilo gótico que as comunidades monásticas ergueram as suas principais construções, deste labor resultariam consequências. Já nos alvores da idade moderna, o processo artístico

---

[405] Dias, Pedro – *ibidem*, p. 25

[406] CHICÓ, Mário Tavares – *A arquitectura gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1968, p. 177

percorreria caminhos em sentido inverso relativamente ao modo como essas manifestações se tinham desenrolado em muitas nações da Europa. Assim, em Portugal foram «as catedrais que procura(ra)m adaptar-se à planta e à estrutura das igrejas das abadias[408]» . É assim que, ressalvados alguns elementos em que avultam as torres da fachada, a catedral da Guarda e mesmo a de Silves parecem reflectir a planta e e também outros apontamentos artísticos que Mestre Huguet desenvolveu na construção da Batalha[409].

Perante as incidências de um leque de possibilidades artísticas, algumas já em perda mas suficientemente vivas para continuarem a produzir os seus ecos, na catedral de Miranda explicitavam-se algumas dificuldades mormente no que respeita à adequação formal e experimentalista, já que, pela cronologia e pela natureza dos protagonistas responsáveis pela criação da diocese, se esperava anunciasse ou confirmasse uma prática arquitectónica dentro dos valores renascentistas. A não verificação de tal desiderato, significa que as manifestações ou correntes artísticas que durante o reinado de D. Manuel (1495-1521) explicitaram os seus valores – gótico final, luso-mourisco, alguns ensaios da arte da renascença, ao prolongarem-se pelo reinado de D. João III continuaram a dificultar a emergência de um novo vocabulário baseado no despertar da atenção e novo olhar que, pela via mediterrânica ou flamenga, se lançava para a matriz arqueológica da antiguidade greco-latina. Ao peso da herança somavam-se as dificuldades no entendimento dos valores arquitectónicos que do exterior nos iam chegando e cuja aceitação e afirmação dependia de factores como o esgotamento de soluções, evolução conceptual da prática dos mestres e alteração da mentalidade dos encomendadores. Dando-se a perfeita interacção destes

---

[407] CHICÓ, Mário Tavares – *ibidem*, p. 178
[408] CHICÓ, Mário Tavares - *ibidem*, p. 178
[409] CHICÓ, Mário Tavares - *ibidem*, p. 181

elementos com uma conjuntura política e cultural favorável poder-se-ia criar as condições necessárias para a execução de obras inovadoras. Caso contrário, qualquer resposta ao problema artístico passava por soluções de compromisso limitadoras de concepções inovadoras e ousadas.

7.2 O interior: planta e elementos arquitectónicos

A planta compõe-se de três naves para onde se abrem a capela-mor e as duas capelas colaterais que a ladeiam - todas situadas nos eixos daquelas - e um transepto. Este, com comprimento maior que os tramos das naves, é bem vincado e reflecte as proporções usadas nestes. Cada um dos três tramos da nave central desenha um quadrado em que a metade da sua diagonal iguala o lado menor de cada tramo da nave lateral.

Relação idêntica pode observar-se nas plantas das catedrais de Portalegre e Leiria. A par das semelhanças de proporcionalidade e da presença de elementos arquitectónicos que dão às três Sés um ar de família, assinalem-se também algumas diferenças planimétricas. Além dos tramos centrais rectangulares também o número de naves varia, já que a igreja de Portalegre apresenta mais duas naves que a de Miranda e a de Leiria.

As naves extremas da Sé de Portalegre apresentam relações geométricas diferenciadas relativamente às colaterais. Como resultado da diferença de tratamento, configuram-se como um sistema de células encadeadas e intercomunicantes em que se definiram estreitas zonas de passagem. Por isso, a planta da catedral de Portalegre acusando um certo fascínio pelos esquemas criptolaterais de algumas igrejas medievais e, já na era moderna, pelas dos padres da Companhia de Jesus, é ainda devedora do gosto pelas paredes habitadas, exercícios que os engenheiros militares também praticaram em

espaços religiosos e de que os confessionários da igreja dos Jerónimos são um bom exemplo.

Da existência destas naves resulta ainda a anulação dos braços do transepto, circunstância que tanto na igreja de Miranda como na de Leiria não se considerou. Nesta catedral, seguir-se-ia até um propósito diferente quando se agregaram, de modo simétrico, duas capelas exteriores nos ângulos formados pelo corpo da igreja com os braços do transepto. Como a necessidade de iluminação interior determinou a existência nestas capelas de amplas aberturas voltadas tanto para as naves como para o transepto também as possibilidades de circulação se viram acrescentadas. Deste modo, ao sugerir a presença de duplo transepto, o esquema de conjunto resulta ilusório e constitui uma particularidade que não se marcou nas outras catedrais.

Na entrada principal da Sé de Miranda, a toda a largura do corpo da igreja, sobre as naves, construiu-se o coro alto. No pavimento, três grupos de arcos que repousam em pilares contêm potencialidades para ritmar a definição de um nártex. O esquema, parecendo ser devedor de algumas propostas serlianas[410], repete-se no plano do coro onde se assinala a presença de um balcão voltado para cada nave e em que os finos balaústres torneados não só abrandam a secura de linhas e paramentos como ainda permitiam que o corpo da igreja colhesse benefício da luz que, a partir de um óculo elíptico e janelas rasgadas na fachada, inunda o coro.

Mesmo sem levarmos em linha de conta os condicionalismos espaciais impostos ao primeiro tramo, a simples observação da planta da catedral mirandesa será suficiente para se poder tirar a conclusão de que se perdeu a acentuada longitudinalidade que, por exemplo, caracteriza a Sé de Évora ou a

---

[410] «Esta manera de arcos demas de ser fortissima por la concordancia y ygualdad de las travazones, es ingeniosissima y muy agradable a los ojos: la qual invencion no solo podria servir a algunos corredores o soportales de templos, o casas, que se llamam porticos, o azaguanes, mas tambien podrian servir para puentes de sobre los rios, o de aguas o fuentes

igreja da Batalha. Todavia, em termos comparativos, não se registam alterações decisivas no que respeita aos conceitos espaciais.

Dividem os tramos robustos pilares de cantaria de secção cruciforme, despidos de ornamentação – mas sem a monumentalidade espressiva dos suportes de Leiria, com base mais alta e de maior circunferência - e capitéis de tipo dórico onde repousam abóbadas com perfil baixo.

O arco apontado, ao ser abandonado em favor do arco de volta redonda, não deixa de traduzir a dissolução que já atingia as fórmulas góticas – já expressa na nave central do mosteiro dos Jerónimos. Embora os elementos nervados das abóbadas de Miranda, já com secção quadrada, referenciassem ainda a permanência de elementos do repertório gótico, enunciam também diferenças relativamente às metodologias tradicionais porque, ao perderem o sentido funcional, a sua presença só pode ser entendida no âmbito de um programa decorativo em que continuadamente se apela aos efeitos da modulação do espaço. Deste modo, o interior da catedral de Miranda, como os de Leiria e Portalegre, ficou refém de dois sistemas que se opunham: de um lado, as influências decorrentes da reabilitação do passado clássico em que os elementos arquitectónicos apareciam como um instrumento de resolução dos problemas construtivos tendo em vista uma finalidade prática; do outro lado, alguns subsídios ainda góticos e que eram portadores de um desejo de expressão abstracto e espiritual cuja mecânica obedecia principalmente à expressão artística que, tornada essencial, constituía um fim em si mesma porque o modelo básico, resolvidos que estavam os problemas das cargas e da sua sustentação, era susceptível de se reproduzir infinitamente.

A superação destas dificuldades mecânicas não possibilitaria unicamente o desenvolvimento perpendicular que caracteriza algumas igrejas do gótico final e a abertura de numerosos vãos e janelas de iluminação das

---

de un gran cerro a outro». [410] SÉRLIO, Sebastian – *Tercero y quarto libro de architectura*, (tradução de Francisco de Villalpando), Toledo, en Casa de Juan de Ayala, 1573, p. XVI

naves e capelas. Também a espacialidade interior colheria os benefícios plásticos e organizativos decorrentes da aplicação sistemática da ogiva de cujo desenvolvimento funcional resultaria o lançamento de abóbadas com capacidade para abraçarem todo o espaço e para, simultaneamente, assegurarem a unidade na distribuição das partes.

A ogiva, grande invenção de pedreiro como escreveu Henri Focillon, ao permitir a «repartição dos empuxos, a fragmentação da abóboda, a independência das partes[411]» levaria, no período de maturidade do gótico, quando todas as suas potencialidades estruturais se desenvolveram, ao «domínio da matéria por uma expressão imaterial do movimento[412]».

É certo que na igreja de Miranda do Douro, particularmente nas naves, se manifestam já indícios de que a cobertura de ogivas era contrária à nova vontade criadora que paulatinamente se ia afirmando. Como toda a lógica do sistema gótico, em boa medida, tem os seus fundamentos na cruzaria de ogivas, o estilo acabou por se confundir com o elemento. Sendo conhecido o modo preconceituoso como o Renascimento olhou para a Idade Média, compreender-se-á a tendência para a sua substituição em favor de outras combinações técnicas e decorativas mais próximas da abóboda de berço.

Nas Sés criadas no reinado de D. João III, o arco apontado desaparece, sendo substituído pelo arco de volta redonda, obrigando ao rebaixamento do perfil da abóbada que, ao conseguir preservar a sua ligação à matriz pela manutenção dos arcos torais e formeiros, continuou a afirmar na massa da cobertura das naves uma vontade expressiva que a simples abóbada de berço não possuía.

---

[411] FOCILLON, Henri – *Arte do Ocidente. A Idade Média românica e gótica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980, p. 163

[412] WORRINGER, Wilhelm – *L'Art gothique*, Paris, Éditions Gallimard, 1967, p. 185. Idêntico sentido foi expresso pela apreciação de H. Focillon: «A arquitectura no fim da Idade Média tem o privilégio da qualidade mágica. Também ela, na medida em que ignora a antiga medida das relações, é irrealista. Este tormento dum estilo, esta sensibilidade tão viva, este

Como em Miranda os arcos torais que circunscrevem cada tramo têm largura igual às pilastras dos suportes acabam por prolongar estas como se de um mesmo bloco se tratasse. Desta forma, o carácter do arco que, como definiu Henri Focillon, «é ser arco e opor força activa a força activa[413]» tende a perder o seu sentido estrutural e a adquirir valor cenográfico.

Os pilares toscanos que Sérlio considerava «la mas fuerte orden y mas sin ornato [...] la mas rustica y la mas brava y de menos subtileza y gracia[414]», ao repetirem-se também nas Sés de Leiria e Portalegre constituem uma singularidade deste conjunto de igrejas-salão. Contudo, pela elementar secura e robusticidade não ocultam a associação ao modelo austero que caracterizava muitas das construções militares.

Este esquema, querendo instaurar uma nova atmosfera interior afasta definitivamente o partido das colunas combinadas com o pilar rectangular ou cruciforme, a que se deve, em boa medida, a plasticidade das naves de muitas igrejas medievais.

A aceitação das ordens poderá ser indicador da transição para o Renascimento. No entanto, em Itália, só no século XVI após um estudo mais aturado da obra de Vitrúvio e dos monumentos da antiguidade é que se praticará uma utilização mais correcta da teoria das ordens no sentido de manifestarem simbolicamente os fins a que os edifícios se destinavam.

A mais rústica das ordens – a toscana – sendo considerada uma forma autónoma, especialmente adequada para base ou piso térreo, se ressalvarmos as proporções, mantém algum parentesco com a ordem dórica, «obrigatória

---

luxo, mesmo esta desordem, estão de acordo com a vida moral do século e contribuem para colorir os seus valores essenciais». FOCILLON, Henri – *ob. cit.*, p. 313

[413] FOCILLON, Henri – *ob. cit.*, p. 311

[414] SÉRLIO, Sebastian – *Tercero y quarto libro de architectura*, (tradução de Francisco de Villalpando), Toledo, en Casa de Juan de Ayala, 1573, p. IV

para divindades másculas ou guerreiras[415]» a quem, mais tarde, com a difusão do cristianismo, se viriam a equiparar os santos[416] que deram a vida pela fé.

Nas três Sés, o modo como se compreendia a utilização das ordens mostrou-se nas naves com um desenvolvimento discursivo elementar. Apenas nos capitéis da cabeceira de Leiria e Miranda se ensaiou a adequação de primores classicistas à importância hierárquica do espaço no arco triunfal e nas capelas da cabeceira. Em Leiria, é em capitéis de tipo dórico – a tipologia não é de fácil classificação – que o arco triunfal repousa; em Miranda, optar-se-ia pelo seu emprego nos pilares das capelas que ladeiam a capela maior – algumas dedicadas a santas – de capitéis jónicos mas com volutas receosas de se expandirem com a desenvoltura pedida pela largura das pilastras.

O programa seguido em Leiria é semelhante ao de Miranda como decorre do quadro que José Saraiva traçou:

> «As naves, todas da mesma altura, são amplas e cobertas por abóbodas de cinco tramos, apoiadas [...] em duas filas de cinco pilares de projecção crucial. A nervagem é constituída em cada tramo das collaterais por duas cruzetas de vértice commum e volta plena, uma occupando as diagonais, e outra que divide o tramo em uadrados e se estriba nos vértices dos arcos torais e formeiros. Os tramos da nave central têem a mesma cruzaria complicada ainda de arcos partidos que nascem da cabeça dos pilares e vêem abraçar pelo meio os ramos da cruzeta quadriculante. D'esta maneira ficam divididos em oito pannos os tramos das collaterais, e em dezasseis os da nave central[417]».

---

[415] BATTISTI, Eugenio – *Renascimento e maneirismo*, s/l., Editorial Verbo, 1984, p. 70

[416] Sobre a ordem dórica, escreveu Sérlio: «Los antiguos constituyeron esta obra dorica a Jupiter, y a Marte, y a Hercules, y a otros dioses robustos: mas despues de la encarnacion de la salud humana, devemos los christianos proceder y ordenarla por outra orden: y ansi digo, que aviendose de edificar algun templo consagrado a Jesu Christo redemptor nuestro, o a Sant Pedro, o Sant Pablo, o a Sanctiago, o a Sant Jorge, o a otros sanctos cuya profession no solo aya sido de hombres de guerra, mas que yambien ayan tenido del delicado y humilde, y tambien parte de suerte y robusto, en poner la vida por la fee de Christo. A estos tales sanctos conviene hazerles los templos deste genero dorico». SÉRLIO, Sebastian – *Tercero y quarto libro de architectura*, (tradução de Francisco de Villalpando), Toledo, en Casa de Juan de Ayala, 1573, p. XIX

[417] SARAIVA, José – *Leiria. Breve estudo critico das suas origens e notícia histórica archeológica e artística*, Porto, Litografia Nacional, 1929, p. 80

O mesmo autor, referindo que a cobertura do transepto também era nervada e seguindo o risco da nave central, situava as capelas existentes:

> «as collaterais da cappella-mór, grandes e de sumptuosa architectura, no seguimento das naves laterais, e as outras nas extremas de cada braço[418]».

Descontadas algumas pequenas diferenças existentes na nervagem das abóbodas também a localização das capelas não apresenta variações assinaláveis relativamente a Miranda. Onde podia haver diversidade de orientação era na abóbada da capela-mor da Sé de Leiria, redonda e apainelada com caixotões, que o bispo Conde D. Francisco atribuíu à mão de João Turriano[419], o mesmo que, por nomeação de D. João IV, viria a exercer as funções de Engenheiro-mor do reino e faleceria em 1679. O bispo Conde atribui-lhe ainda, entre outras obras o delineamento da capela-mor da Sé de Viseu.

Todavia, esta atribuição não colheria a unanimidade de opiniões já que alguns pretenderam[420], embora sem avançarem argumentos convincentes, ver nesta obra a acção do progenitor daquele, Leonardo Turriano. Mas, a ser assim, como as obras começavam pela capela-mor, a abóbada de caixotões ou não era a de origem ou então a data de construção será mais tardia do que se pensa.

Contudo, a ampliação a que no século XVIII se sujeitou a capela-mor da Sé de Miranda do Douro e o desconhecimento da sua configuração não

---

[418] SARAIVA, José – *Leiria. Breve estudo critico das suas origens e notícia histórica archeológica e artística*, Porto, Litografia Nacional, 1929, p. 80

[419] D. FRANCISCO, bispo Conde – *Lista de alguns artistas portuguezes colligida de escriptos e documentos*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1839, p. 4

[420] É o caso de Afonso Zúquete que considerou que tal atribuição não se podia conciliar «com a notícia que temos de várias obras nesta capela [...] em data muito anterior, nos últimos anos do século XVI e nos primeiros do século XVII». Por isso, este autor entendeu que o bispo Conde se enganou e «quereria aludir a Leonardo Turiano, pai do referido João e engenheiro-mor, na sucessão de Filipe Tércio, por alvarás de 20 de Abril e 28 de Agosto de

permitem a comparação com a sua congénere de Leiria. Em todo o caso, na época, não podemos deixar de evidenciar a importância que a presença de uma abóbada de caixotões, ainda que hipotética, representava. Uma aplicação deste tipo, pelo seu alcance, não só traduzia a superação de uma linguagem que não tinha encontrado expressão nas naves mas ainda por confirmar que, mesmo numa região periférica, as forças sociológicas e os quadros mentais ainda resistentes à aceitação e divulgação da gramática renascentista se iam resignando ao poder das novas orientações estéticas, de resto já ensaiadas, por João de Castilho, na capela da Conceição, em Tomar.

Porém, como os indicadores conhecidos apontam para o arranque das obras pela cabeceira é provável que a abóbada de cobertura da capela-mor, ainda que se tenha em conta a importância deste espaço e a atenção particular que lhe era votada, não fosse além da cruzaria que ostentam as capelas que o ladeiam em que, no essencial, se reproduz o figurino da nave central.

Sendo mais amplas que as laterais, as naves principais das Sés criadas por D. João III, ao ostentarem um maior número de nervuras nos seus tramos, não deixam de constituir indicadores de que estes segmentos se utilizaram também com finalidades decorativas. Se o modelo aplicado em Miranda do Douro se pauta pelas regras da simplicidade, em Leiria e Portalegre procurou-se a superação dos efeitos transmitidos pelas ogivas e cadeias dos tramos das naves laterais. Daí que em Leiria deparemos com configurações estreladas de quatro pontas enquanto em Portalegre, a efeitos idênticos, se acrescentaram nervuras contracurvadas de que resultou um florido desenho de quatro pétalas muito semelhante ao que, nos começos do século XVI, se imprimiu na abóbada da matriz de S. Sebastião de ilha Terceira.

Se aceitarmos que de todos os formulários o de Portalegre parece ser aquele que mais próximo se encontra de práticas anteriores e que o de

---

1598, datas que se aproximam mais da época da construção da Sé». ZÚQUETE, Afonso – *Leiria. Subsídios para a história da sua diocese*, Leiria, Gráfica, 1943, p. 103

Miranda do Douro, pela sua elementaridade, evindencia já sinais do abandono a que estes tipos de coberturas seriam votados, poderíamos ser tentados a traçar para estas construções uma linha cronológica em cujos extremos se situavam as Sés de Portalegre e Miranda, respectivamente a de fábrica mais antiga e mais moderna.

Mas se considerarmos que para estas campanhas de obras o apoio da documentação conhecida não é considerável e que as empreitadas sofreram alguns hiatos no seu curso, facilmente nos damos conta dos riscos que comporta um juízo apressadamente mecanicista.

Por outro lado, a par do entendimento da importância desempenhada pela situação geográfica, a compreensão das regras que condicionavam a produção artística deve estar presente. Em Leiria, quando em 1545 o Papa Paulo III sancionou a criação da diocese, já existia «uma longa tradição como área regional religiosa autónoma[421]» por ter sido até aí «um priorado isento, directamente sujeito à Santa Sé[422]», embora administrativamente se submetesse aos freires de Santa Cruz de Coimbra.

Também a proximidade da Batalha, donde irradiaram muitas mãos que durante anos sucessivos tiveram actividade nos estaleiros do mosteiro, teve consequências em retirar Leiria da anterior influência crúzia coimbrã e acentuar o relacionamento com artistas e obras que se construíam em Caldas da Rainha, Lisboa, Santarém e Tomar, mas sem, no entanto, se excluir o importante centro artístico em que Coimbra se transformou.

Miranda e Portalegre eram cidades periféricas. Neste caso, a maior desvantagem ia para Miranda já que a par das dificuldades de comunicação não contava nas suas imediações com aglomerados populacionais com capacidade para levar à praça obras importantes, as quais, a terem lugar,

---

[421] GOMES, Saúl António – *Oficinas artísticas no bispado de Leiria nos séculos XV a XVIII*, in «Actas – VI Simpósio Luso-Espanhol da História de Arte», Tomar, 1996, p. 247

reclamavam a presença de oficiais com as competências necessárias. Por esta razão, mais do que uma vez se convocavam mestres que operavam no outro lado da fronteira.

Os sucessos relacionados com a construção da Sé de Portalegre são mal conhecidos. Contudo, sabe-se que os trabalhos foram iniciados durante a prelazia de D. Julião de Alva. Tendo sido o primeiro bispo desta diocese, permaneceu em Portalegre até 1560, altura em que passou para a de Miranda. Por conseguinte, nesta época já os fundamentos da nova Sé estavam lançados.

Em relação à catedral de Leiria não tem merecido unanimidade a notícia de que «sobre o portico della[423]» teria existido uma inscrição onde se atribuía ao bispo D. Fr. Gaspar do Casal o lançamento da primeira pedra, acto que teria ocorrido em 11 de Agosto de 1559. A ter existido semelhante inscrição ter-se-ia perdido na reforma da frontaria que, em meados do século XVIII, os bispos D. Fr. João de Nossa Senhora da Porta e D. Fr. Miguel de Bilhões levaram a cabo.

Na inscrição em latim, tal como Jorge Cardoso a transcreveu[424], cita-se D. João III e associa-se o seu nome ao exercício efectivo do poder. Jaime Cortesão, no «itinerário e descrição[425]» de Leiria - que Kubler seguiu – do «Guia de Portugal» ao referir-se às obras da Sé desta cidade, mostrou ter

---

[422] GOMES, Saúl António – *Oficinas artísticas no bispado de Leiria nos séculos XV a XVIII*, in «Actas – VI Simpósio Luso-Espanhol da História de Arte», Tomar, 1996, p. 247

[423] CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano*, T. II, Lisboa, Na Officina de Henrique Valente d'Oliveira, 1657, p. 375

[424] «Gaspar Leiriensis Episcopus, vir literis, pietate, e munificentia antiquis patribus per similis, Ecclesiam Dei gubernante Paulo IV Lusitanirum Rege Ioanne III anno à partu Virginis MDLIX tert. Idus August templi maximi fundmentu primum jecit, ac propriis sumptibus auxit». CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano*, T. II, Lisboa, Na Officina de Henrique Valente d'Oliveira, 1657, p. 376; *idem, ibidem*, T. IV, Lisboa, Na Regia Officina Silviana e da Academia Real, 1744, p. 490. A tradução, segundo Afonso Zuquete, é a seguinte: «Gaspar, bispo de Leiria, varão em letras e magnificência muito semelhante aos antigos Padres, lançou a primeira pedra desta catedral aos 11 dias de Agosto do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo 1559 presidindo à igreja de Deus Paulo IV, e sendo Rei de Portugal D. João III, e a promoveu a expensas suas». ZÚQUETE, Afonso – *Leiria. Subsídios para a história da sua diocese*, Leiria, Gráfica, 1943, p. 97

notícia do conteúdo daquela inscrição. Foi com este conhecimento que atribuíu o início e conclusão das obras ao prelado D. Frei Gaspar do Casal mas antecipando a data do lançamento da primeira pedra de 1559 para 1550. Pensamos, no entanto, que esta indicação deve resultar de um equívoco. Na verdade, não nos podemos esquecer da célebre carta de Frei Brás de Barros, datada de 1551, em que fazendo-se referência à escolha do sítio onde se havia de implantar a catedral e sugerindo-se igualmente que o desenho dos alçados ainda não tinha sido principiado, se mostra que aos trabalhos ainda não se tinha dado execução.

Por outro lado, em 1559 o monarca Piedoso já não pertencia ao mundo dos vivos. Por esta razão, não lhe podia ter chegado a informação da cerimónia do lançamento da primeira pedra nesta data. Por isso, somos confrontados com uma importante dificuldade que só com nova documentação poderá ser solucionada.

De qualquer modo, apesar das limitações em que a análise esbarra, o estabelecimento com precisão da data do lançamento da primeira pedra pode revelar-se de pouco alcance dado que entre esta cerimónia e o arranque da empreitada podia ter decorrido algum tempo.

Nestes termos, será conveniente apelarmos novamente à missiva de 1551 onde claramente se dá conta de que apenas se estava na fase de preparação para o início da empreitada visto que o desenho dos alçados ainda nem sequer tinha sido começado. Entendemos, por isso, que se pode admitir que as obras não começaram de imediato, pese embora o conhecido dinamismo do reformador[425] do convento de Santa Cruz que, aliás, viria a resignar pouco tempo depois (1553), embora as bulas que oficializavam a

---

[425] CORTESÃO, Jaime – *Leiria*, in «Guia de Portugal», vol. II, s/l., Fundação Calouste Gulbenkian, s/d., p. 657

[426] D. Frei Brás de Barros «governou o bispado athe o anno de 1553, o rezignou, e foi para Lisboa esperar as bullas, e dahi se reculheo ao mosteiro do Matto, da Ordem de Sam

aceitação da renúncia só tivessem chegado em 1556. Da acção do bispo D. Sancho de Noronha nada se sabe, excepto que a sua passagem pela diocese foi breve. Em 1557 nomeava-se D. Gaspar do Casal, religioso da Ordem de Santo Agostinho e antigo confessor de D. João III, que presidiria aos destinos do Bispado até 1576, altura em que, sendo provido no bispado de Coimbra[427], seria substituído pelo antístite de Miranda do Douro, D. António Pinheiro.

No terceiro ano da sua prelazia em Leiria, D. Gaspar deslocar-se-ia à cidade de Trento, onde decorria a reunião conciliar. Na ausência do bispo ficou a governar o bispado o deão, Luís de Araújo de Barros, a quem D. Gaspar recomendou «cuidado nas obras da Sé, que se hora fazem[428]». Apesar de não referir a existência da nomeada inscrição, o anónimo autor de «O coiseiro» é a D. Gaspar do Casal que atribui[429] a obra da nova Sé, marcando igualmente o faseamento dos trabalhos.

O facto da capela-mor ter sido concluída só em 1569 mostra bem as dificuldades que a sua fábrica teve de enfrentar pois, se admitirmos regularidade no curso dos trabalhos, o período de dez anos é nitidamente excessivo e, ainda mais, se comparado com o ritmo imposto aos trabalhos do corpo da igreja.

Neste espaço, as obras começaram «junto á porta principal», em 1570, para se acabarem) no ano seguinte. Em 1572 findava-se o prospecto principal e, em Agosto de 1573, telhava-se a igreja. Deste modo, o Cabido que residia na igreja de S. Pedro «se passou para esta nova (igreja) no anno de 1574[430]».

Jeronimo, e delle despachava tudo, o que era necessario, para o governo do bispado». A.D.L., *O coiseiro, ou registo do bispado de Leiria*, 1857, fl. 139, (D-6 A V3)

[427] A.D.L., *O coiseiro, ou registo do bispado de Leiria*, 1857, fl. 148

[428] A.D.L., *O coiseiro, ou registo do bispado de Leiria*, 1857, fl.147

[429] «O bispo Dom Gaspar do Cazal deo principio á nova Sé, e a acabou»; «O bispo Dom Gaspar do Cazal fes a Sé Nova». A.D.L.., *O coiseiro, ou registo do bispado de Leiria*, 1857, fls.144; 149. Antes ainda de ir ocupar a Mitra do bispado de Coimbra, D, Gaspar do Casal conseguiu que D. Sebastião lhe doasse «a barbacã do muro com as torres, para elle, e seos successores, bispos e que não poderião passar a outras pessoas». *Idem, ibidem*, fl. 148

[430] A.D.L., *O coiseiro, ou registo do bispado de Leiria*, 1857, fl.149

Alguns cronogramas gravados nos fechos das abóbadas e dos arcos permitem o acompanhamento da construção: entre o primeiro e o segundo tramo, lê-se a data de 1570; num arco do transepto lê-se a de 1571; a de 1572 no primeiro tramo da nave central. Neste tramo pode ainda ler-se a data de 1756 que deve assinalar as obras a que a catedral se sujeitou em consequência dos estragos causados pelo terramoto de 1755. No braço do transepto do lado do evangelho, sobre a porta de acesso ao claustro, defronte da passagem para a capela do Capitão de mar e guerra das naus da armada real, José de Sousa de Castelo Branco, inscreveu-se a era de 1597

Deste modo facilmente se conclui da lentidão com que as obras desta igreja se arrastaram. As outras componentes da catedral, claustro, poço, sacristia, casa do Cabido e adro, seriam posteriormente levadas a efeito por um descendente directo de Diogo de Castilho, o bispo D. Pedro de Castilho. A par das semelhanças formais, também a lenta evolução desta construção constitui um aspecto que a aproxima da que se construía em Miranda.

7.3 Cabeceiras

Já referimos que é desconhecido o modo como a capela-mor da catedral de Miranda se apresentava antes das obras que além de lhe ampliarem a área no século XVIII a tornaram saliente relativamente ao alinhamento das testeiras das capelas laterais . Mas, a avaliar pelo recorte das duas capelas que a ladeiam e pelos dois compartimentos situados nos extremos do mesmo plano transversal, tudo aponta para a presença de uma cabeceira recta.

Relativamente a outros exemplos de arquitectura episcopal que seguiram um programa mais arcaico, o esquema da igreja de Miranda representa indubitavelmente uma evolução. Contudo, a opção por cabeceiras planas não constitui de todo uma inovação formal, quer se considere o

panorama artístico nacional ou práticas exteriores às nossas fronteiras. Na igreja de Santa Clara, em Santarém, já anteriormente se tinha enunciado a tendência para se adoptar este partido e a preferência pelos ângulos rectos nos cantos de quatro das capelas principais que se organizam escalonadamente em honra de uma ábside em que apenas um paramento exterior continuava apegado ao desenho curvo.

Fortemente arreigadas na tradição construtiva, a reacção contra as planimetrias góticas, com ábsides e absidíolos curvilíneos, não se processou com facilidade. Mas, apesar de tudo, também em igrejas manuelinas que, no fundamental, continuaram a conservar características do gótico nacional é possível detectar, a par com modificações das proporções e decoração, uma evolução no sentido da simplificação da planta da cabeceira, passando em alguns casos a ser formada por uma ou três capelas de planta quadrangular, quiçá na linha dos ensinamentos divulgados pelos cistercienses que adoptaram «comummente a cabeceira plana[431]» nas suas igrejas.

7.4 A linhagem das igrejas-salão

Desde a construção da capela da Conceição, em Tomar, «que deve ter sido imaginada como experiência arquitectónica ou peça de ensaio[432]», ainda na primeira metade do século XVI, a generalidade das igrejas-salão apresenta abóbadas nervadas e como suporte preferencial a coluna em que apenas varia

[431] FOCILLON, Henri - *Arte do Ocidente. A Idade Média românica e gótica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1978, p. 183

[432] KUBLER, George – *A arquitectura portuguesa chã. Entre as especiarias e os diamantes (1521-1706)*, Lisboa, Vega, s/d., p. 34 Segundo uma «Relação» escrita pelo grão-prior Frei Febo Moniz, a ermida foi levantada durante o priorado de Frei António de Lisboa (1529-1551), tendo sido concluída, após demoradas paragens da sua fábrica, pelos anos de 1572-73. Rafael Moreira avançou a hipótese de se tratar de um «exemplo de arte funerária monumental e de uma arquitectura de Estado», ou seja para panteão pessoal de D. João III.

o tipo de capitel: coríntio na capela da Conceição e na Misericórdia de Beja que D. Luís mandou construir com a ideia inicial de servir de açougue; jónico na igreja de Santo Antão, em Évora, Vieiro, Santa Maria do Castelo, em Estremoz e Santa Maria do Castilho, em Olivença; dórico na Misericórdia de Santarém, na matriz de Monsaraz e a igreja de Nossa Senhora da Assunção de Torre de Moncorvo, esta levantada nos começos do século XVI mas cujas obras se prolongaram durante todo o século XVI.

Também em Espanha, mesmo nas zonas rurais de Castela e Leão, a par do tardio emprego de cruzaria de ogivas mais ou menos complexas e da utilização de colunas em associação com pilares, a coluna isolada será o suporte que alcançou maior fortuna para se alcançarem os objectivos de uma espacialidade unitária em igrejas do século XVI. Assim foi, para citarmos alguns exemplos, na igreja de Santa Cecília em Espinosa de los Monteros (Burgos), em Santa Maria de Roa (Burgos) – com fustes estriados – na paroquial de S. João de Palenzuela (Palência), em Santa Maria del Mercado de Berlanga del Duero (Sória). Todavia, o investimento artístico nos capitéis destas colunas mostra-se como o entendimento da teoria das ordens era titubeante. De facto, porque raramente iam além de um tímido anel, o investimento artístico seria limitado.

Destarte, as novas igrejas catedrais de Miranda, Leiria e Portalegre estão longe da inovação que seria legítimo esperar. Antes constituem a demonstração de como, em meados do século XVI, se encarava como normal a adopção de figurinos em que o espaço sofre um tratamento dentro dos esquemas patenteados por algumas igrejas do período manuelino e que já anteriormente tinham sido ensaiados na casa cisterciense de Alcobaça, Santa Clara-a-Velha de Coimbra e igreja de Palmela.

MOREIRA, Rafael - *A ermida de Nossa Senhora da Conceição, mausoléu de D. João III ?*, in «Boletim informativo da Câmara Municipal de Tomar», nº 1, Tomar, 1981, pp. 93-100

O tipo de igreja-salão que George Kubler filiou em alguns espécimenes medievais alemães e que se definia como templos «de pilares com abóbadas à mesma altura, sobre um esquema modular limitado por luminosas paredes que requerem pequenos contrafortes interiores ou exteriores e que possuem janelas apenas nos muros exteriores[433]», constituíu uma das singularidades do manuelino. Contudo, entre nós, esta tipologia só conheceria uma ampla generalização após a morte do rei Venturoso, já que «só no Renascimento este tipo de igreja se expande e fritifica[434]».

Apesar da rápida popularização do modelo, cuja tradição nos era estranha, devem-se assinalar diferenças no entendimento da sua prática. Assim, bastará a simples comparação do sistema de abobadamento do grupo formado pelas igrejas dos Jerónimos, Freixo de Espada à Cinta, Arronches e matriz de Moncorvo com a cobertura das naves da Sé de Miranda para percebermos como com a aplicação de um mesmo princípio se podem obter resultados tão diversificados. Não é só o modo como as massas se organizam que é diversa: também a ambiência interior é diferente já que a multiplicidade de perpectivas oferece outro tipo de sugestões, por vezes em consequência das potencialidades do sistema de iluminação.

Em todo o caso, os elementos arquitectónicos presentes no interior da catedral mirandesa exemplificam bem como, a partir da viragem da metade do século XVI, o modelo da igreja-salão foi instrumentalizado na reacção ao manuelino, em geral, e, em particular, aos registos barroquisantes que a sua gramática decorativa transportava.

---

[433] KUBLER, George – *A arquitectura portuguesa chã. Entre as especiarias e os diamantes (1521-1706)*, Lisboa, Vega, s/d., p. 29

[434] CHICÓ, Mário - *ob. cit.*, p. 106. *Vd.* também pp. 35, 96

7.5 O exterior

Cabe aqui apreciar a ordenação das massas e superfícies de linhas puras e severas que, à distância, dominam a imagem da cidade e parecem completar a fortaleza.

Antecedendo a fachada principal, uma escadaria possibilita o acesso ao plano de um tabuleiro, lajeado de granito em toda a sua planície, em que uma balaustrada define a área do sagrado e, consequentemente, avisa o crente da sua presença em território onde se exige mudança de comportamentos. Em 1758, o cónego Bento de Morais Freire anotando a presença de «duas torres a tuscana com cornija[435]», referia-se ainda ao:

> «frontespicio acolunado e lizo (e a) hum adro grande e espaçozo bem lagiado de cantaria com grades e balaustres a roda da mesma e remates de laranja em sima para o qual se sobre por tres escadas principais[436]».

Os paramentos exteriores reflectem a planta com a capela-mor orientada a SSE e o prospecto principal virada a NNW. Tal disposição resulta dos condicionalismos impostos por algum casario existente e pela topografia acidentada, cujas vantajens militares determinaram a passagem de alguns panos da muralha nas proximidades da Sé. Na orientação da frontaria, voltada para um espaçoso terreiro adjacente a uma das ruas principais, observar-se-ia um aspecto que Palladio teorizou em 1570, ao afirmar[437] que as fachadas dos templos devem orientar-se para a parte mais importante da cidade, de modo que a religião se afirme como guardiã e protectora dos habitantes.

Um dos alçados laterais, olhando a corrente tumultuosa das águas do Douro – agora mansa albufeira devido à construção da barragem - vigiava também os horizontes de Castela enquanto a outra que lhe correspondia se

---

[435] Pela importância arquitectónica, estes elementos merecerão um olhar mais demorado na segunda parte deste estudo.

[436] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico», vol. 23, fl. 1006

virava para a rua pública cujos limites, pela extensão parietal do edifício, ajudava a definir. Do formato rectangular da planta apenas a capela-mor e a capela do Santíssimo Sacramento, localizada no braço do transepto do lado do evangelho, sobressaiem. Por outro lado, apenas os paramentos correspondentes ao segundo e terceiro tramos das naves mantêm uma disposição recolhida em relação ao alinhamento das faces laterais das torres da frontaria e do transepto.

A superfície plana e o ângulo de noventa graus são a substância essencial que nos informa do despojamento decorativo que caracteriza esta catedral. Nos alçados adivinha-se a organização interior já que os tramos das naves laterais se acusam exteriormente na pureza volumétrica dos gigantes cujas massas pouco se salientam das superfícies parietais e em que os capitéis dão continuação à corrente das singelas linhas e volumes das cornijas.

Na igreja de Miranda estamos longe dos pesados contrafortes exteriores cujos volumes cadenciavam o perímetro de muitos templos. Vestidos com a roupagem de uma ordem colossal, nota-se a preocupação do disfarce e à custa das perspectivas geradas. Deste modo transformados em pilastras ganharam o carácter de um importante instrumento formal que além de dominar e articular os alçados também os caracterizava visualmente.

Mais do que a sobreposição das ordens, este esquema parece ter merecido os favores dos arquitectos nacionais durante a segunda metade do século XVI porque, sem preocupações de exaustão, se os vemos nas Sés de Leiria e Portalegre a sua aplicação também se contemplou na igreja de Santa Maria do Castelo, em Estremoz (1559-62), em Santa Maria da Atalaia (1577-94), em Fronteira, na igreja de Santo Antão, em Évora, na capela-mor dos Jerónimos (1571-72) e ainda em S. Salvador de Grijó.

---

[437] PALLADIO, Andrea - *Les quatre livres de l'Architecture*, Paris, Flammarion, 1997, p. 278

Contudo, a fortuna da ordem colossal continuaria no século XVII e XVIII, vindo mesmo a merecer o particular interesse dos Jesuítas que a ela recorreram até para enquadramentos[438] dos altares maiores das suas igrejas ou dos arcos triunfais.

No coroamento destes gigantes dois paralelipídedos sobrepostos, com volumetrias decrescentes, sublinham simbolicamente uma vontade ascencional, típica da maioria dos templos. Idêntico intuito será transmitido pelos remates dos cunhais do transepto em cuja configuração se afirmam influências de alguns templetes de planta circular sem, contudo, se engeitarem igualmente as possibilidades de filiação em elementos usados na arquitectura militar como seja o caso das guaritas.

A cor ferruginosa da cantaria e o volume dos gigantes, marcando o contraste com as paredes do corpo da igreja, lisas e com película de cal branca, acentuam a divisão em panos rectangulares nos quais, ritmadamente, se rasgaram janelas de enxalços. Estas têm perfil rectangular e, dada a inexistência de molduras, não ofereceram oportunidades para a inscrição de qualquer tipo de lavores.

Todavia, a ausência das molduras das janelas também é uma forma de não se adoçar a passagem do branco do reboco para os rectângulos escuros que as janelas definem. Esta simplicidade de processos não deixava de constituir um fino artifício para, com a aproximação dos extremos, introduzir alguma animação nas desornamentadas superfícies.

Ainda no aro exterior registe-se a existência de duas portas travessas que correspondem ao segundo tramo interior. Na porta do lado de evangelho não chegaria a rematar-se a sua cimalha. Em todo o caso, o seu desenvolvimento e configuração orientava-se pela abertura que lhe

---

[438] *Vd.* SANTOS, Paulo F. - *Contribuição ao estudo da arquitectura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil*, Separata do vol. IV do V Colóquio Internacional de Estudos Luso - -Brasileiros, Coimbra, 1966, p. 29

correspondia no lado da epístola. Aqui o portal apresenta-se em dois registos: no inferior, um arco de volta redonda repousa directamente na parede de que se destacam duas colunas, de fuste liso e capitéis dóricos, a que dão continuidade, na passagem do entablamento para o registo superior, elementos arquitectónicos semelhantes aos do coroamento dos gigantes do transepto. Neste nível, a rematar a composição, um pequeno nicho enquadrado por volutas veria o seu desenvolvimento condicionado pela presença de uma janela para iluminação das naves que se rasgou na mesma prumada.

Nos centros urbanos em que o casco medieval e a presença da muralha condicionavam fortemente as linhas de expansão da rede viária e casario nem sempre era fácil conseguir-se o espaço necessário para interpor entre o edifício e a rua. Por isso, muitas vezes, tanto as igrejas como as habitações fidalgas por serem construídas à face do espaço público definem os alinhamentos urbanísticos. Nestes casos, o prospecto das edificações sempre será condicionado por uma visão tangencial, geralmente secundada pela incidência lateral da iluminação.

Desejando-se aumentar o impacto da edificação, os arquitectos socorrem-se de dois tipos de artifícios: ou cadenciavam a superfície da frontaria com elementos verticais – colunas ou pilastras – para, assim, acentuarem a ilusão de perspectiva ou então, para a obtenção do mesmo efeito, recuavam-se proporcionalmente os diferentes planos em altura.

Em Miranda, apesar da existência do adro cujo plano mais elevado em relação à rua contribuía para a cenografia envolvente, procurou-se na fachada a intensificação daqueles efeitos. Compõe-se esta de um corpo central ladeado por duas torres cujas faces principais, se excluirmos a ténue saliência dos cunhais, se situam no mesmo plano.

A rudeza do granito, os poderosos corpos dos flancos e a austeridade das volumetrias não ocultam algumas características marciais desta frontaria,

atributos apenas atenuados nos enquadramentos do eixo da composição em que se destaca o portal sobrepujado por uma janela, o qual parece ter servido de modelo inspirador às igrejas paroquiais de Sendim, Caçarelhos, Vimioso, Algozo, e Castelãos.

Além do carácter funcional específico, estas aberturas ofereceram o pretexto para se enunciarem os postulados decorativos com maior relevo no exterior deste edifício. Dois pares de colunas emparelhadas e sobrepostas, validando a afirmação de Forssman, para quem o modo mais natural de resolver uma fachada com mais de um piso era a sobreposição[439] de ordens, constituem importante apelo visual no pano central da frontaria. Mas, como adiante veremos, a linguagem expressa nos dois registos, apresentará disparidades, essencialmente porque as regras que pautaram a aplicação de alguns dos seus subsídios gramaticais, se afastaram da uniformidade.

No plano baixo da frontaria, o portal é formado por ombreiras lisas sobre cujas impostas descansa um arco de volta perfeita com molduras tubulares pouco relevadas e sem especial capacidade para definirem um traço de sombra consistente. Aos lados, sobre um elevado pedestal assentam as colunas de fustes lisos e capiteis dóricos com friso composto com tríglifos e métopas, estas sem qualquer adorno.

Como a cada eixo colunário corresponde um tríglifo que se repete a meio do espaço inter-colúnio, podemos afirmar que a ordenação clássica se respeitou. Todavia, a presença do pedestal, a pouco canónica base das colunas dóricas e a insignificante arquitrave levam-nos a concluir da relativa liberdade com que se tomavam alguns valores arquitectónicos da antiguidade clássica.

A coluna que para os gregos era suporte isolado passaria com os romanos a adquirir uma qualidade decorativa. Provavelmente o maior

---

[439] FORSSMAN, Erik - *Dórico, jónico e coríntio na arquitectura dos séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p.30

responsável pela divulgação do novo carácter da coluna, baseado essencialmente na consideração de factores que a eliminavam do conjunto de elementos com características funcionais, seria Leon Baptista Alberti, justamente o autor daquele que é considerado o primeiro tratado moderno de arquitectura, o de *De re aedificatoria* (Florença, 1485).

Para Alberti, a beleza e o ornamento, por determinarem a aparência estética de uma edificação, formavam dois campos que era importante articular. Confundindo-se com o conceito de harmonia, a beleza de um edifício pressupunha relações entre todas as partes de tal modo organizadas que o acrescentamento ou a subtracção de elementos quebrava as qualidades de equilíbrio e proporção; o ornamento, sendo um aperfeiçoamento da beleza, nem por isso deixava de ser considerado como algo exterior às características inatas da construção.

Ao não considerar a coluna como elemento estrutural, Alberti viu-se na necessidade de relegar este elemento para o plano decorativo - *in tota re aedificatioria primarium certe ornamentum in columnis est*[440] - e de avançar com uma explicação genética da sua forma. Como salientou Whittekower, a posição do arquitecto resultava dos seus pressupostos se basearem apenas nos exemplares da arquitectura imperial romana, já que «não conhecia os templos gregos, edifícios em que a coluna é um elemento fundamental[441]». Como consequência deste enunciado, ordem e muro apareciam como duas manifestações de uma mesma natureza e na qual só os arcos se aceitavam como específicos da construção parietal. Como, de acordo com os postulados albertianos, a coluna era assimilada[442] à parede, os pilares tinham a sua origem nos arcos, um edifício só alcançava as categorias antes enunciadas

---

[440] *Apud* CHOAY, Françoise - *A regra e o modelo. Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, S. Paulo, s/d., p. 106

[441] WITTKOWER, Rudolf - *Los fundamentos de la arquitectura en la edad del humanismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1995, p. 56

[442] CHOAY, Françoise - *ob. cit.*, p. 85

pelo emprego do binómio arco-pilar, numa atitude que excluía a coluna como elemento efectivo de suporte. De facto, a teoria albertiana, consentido a combinação de colunas e entablamentos rectos, só em edificações de pouca importância contemplava a associação da coluna com o arco.

A alienação da função de suporte das colunas do registo inferior do portal da Sé de Miranda do Douro serve para evidenciar o valor alegórico das ordens, situação que apontava para o papel da *venustas* como complemento da *firmitas* e da *utilitas* vitruviana. Provavelmente por não ter sido possível executar o portal numa mesma campanha de obras ou porque o risco inicial sofreu interferências que o modificaram, o programa do segundo andar constitui como que uma reacção ao modelo orientador do registo inferior, expressa no comportamento anti-clássico da ordem e na tendência de subverter o significado iconográfico do remate do conjunto enquanto os ornatos invadiam o espaço livre.

É certo que o modelo renascentista permitia a sobreposição das ordens mas sem ferir a inteligibilidade das regras da expressão artística que entendia fundamentais. Assim, qualquer sobreposição devia assentar num partido robusto e desenvolver-se judiciosamente de acordo com uma gramática que propunha ordens progressivamente mais delicadas como a jónica e coríntia[443]. Por isso, quando este critério era esquecido e se miscegenavam elementos de ordens diferentes era forçoso resvalar-se para um campo em que a clareza de intenções não era a nota dominante, pelo que os atributos de ordem, proporção e equilíbrio saíam a perder.

Dois pares de colunas que arrancam de um plinto, decorado com motivos geométricos, assentes sobre envasamentos dão continuidade, no

---

[443] A redescoberta de tais procedimentos parece dever-se ao estudo do Coliseu, em Roma. Com efeito, nesta construção sobrepõe-se as ordens dórica, jónica e coríntia. Tal ocorrência permitiu a E. Battisti concluir que, durante o Renascimento, «conforme existam ou não estas ordens sobrepostas nas construções, sabemos se houve ou não relações directas com Roma». BATTISTI, Eugenio - *Renascimento e maneirismo*, s/l., Editorial Verbo, 1984, p. 70

segundo andar do portal da Sé, às linhas verticais sugeridas pelas colunas inferiores. Nos terços inferiores os delgados fustes apresentam-se anelados e com estrangulamentos, atributos que, ao modificarem o carácter destes elementos arquitectónicos, os aproximam de encorpados balaústres. Em paralelo com estas orientações práticas, outras experiências em que se patenteia a aceleração da ruptura com as referências de pendor clássico expressas no primeiro registo não podem deixar de ser vistas como indicadores das modificações que, a partir dos meados do século XVI, atingiram a sociedade e do modo como inter-agiram com as esferas moral e intelectual.

A expressão indefinida das superfícies lisas cederá perante a exploração das qualidades do material de modo a dar-se vida e movimento ao que antes era inerte ou pelo menos neutro. Por isso, a mão que com maior ou menor destreza guiava o cinzel pôde então lançar-se de modo mais afoito no trabalho de conjunção da sombra e da luz na mira de dar corpo tanto às novas preocupações como à tentativa de valorização de um discurso artístico que perseguia a instauração de novos mapas de sensibilidade.

Estes propósitos eram traduzidos pelas saliências almofadadas das ombreiras e lintel do janelão central e na tendência para um conjunto de motivos decorativos, constituídos por figuras geométricas enlaçadas e pontas de diamante, se assenhorearem do espaço disponível, incluindo pedestais das colunas e epaços inter-colúnios - onde se assentaram nichos[444] com mísulas em forma de cone invertido e docéis achatados de recorte curvilíneo, ladeados por pilastras caneladas.

A utilização destes elementos na decoração arquitectónica evidencia a progressão no país tanto do conhecimento como da assimilação de exemplos que circulavam em estampas avulsas ou que constavam de ilustrações de

[444] Não temos conhecimento que alguma vez se tenham colocado quaisquer imagens nestes nichos.

produções teóricas de diversos autores. Entre estes, tanto o texto de Sérlio, como pela via flamenga, a partir de criações de Vredeman de Vries, os motivos decorativos geométricos gozaram entre nós de bom acolhimento pelo que a sua aplicação em diversos elementos arquitectónicos conheceria vasta divulgação.

Riscada como se de um retábulo se tratasse, a estrutura que enquadrava o pórtico da catedral de Miranda era rematada por um frontão no interior do qual, ladeado por duas rosetas, se abria um óculo elíptico para iluminação do coro. Só por si a presença desta abertura seria suficiente para justificar o discurso anticlássico que se lavrou na zona central do frontispício da Sé. Mas esta constatação deve ser acrescida de uma nota relativa à incipiente desenvoltura daquele elemento que nem com o auxílio da cruz de membros lenhosos implantada no seu vértice superior teve força para dominar o eixo central do pano da fachada.

Como para o homem do Renascimento, o frontão era a «parte mais nobre, a cabeça do edifício, dotado de carácter sacro[445]» o exemplar de Miranda do Douro, ao ser suplantado pela platibanda que corre entre uma e outra torre, pode indicar uma vontade de revisão dos valores estéticos porque ao descontextualizar o frontão, tendo em conta as tradicionais exigências iconográficas, converteu-o em mero exercício de retórica. Portanto, somos confrontados com práticas que nos distanciam do referencial do Renascimento e nos abrem caminho ao entendimento de uma nova sensibilidade que, sendo maneirista pela plástica e pelos processos, se distancia, pela seca austeridade, dos esquemas alegres e barroquizantes que patenteiam portais como S. Gonçalo de Amarante, Misericórdia de Guimarães, S. Domingos de Viana do Castelo e a matriz de Moncorvo

[445] MOREIRA, Rafael - *ob. cit..*, vol. I, p. 393

Deste modo, pelas concepções que vincula, o significado desta máquina pétrea ultrapassa o simples carácter funcional de solenizar a entrada principal da catedral e de animação da austera superfície do plano central. Ao reprimir os excessos manifesta cruamente o significado e pretensão ideológica das novas orientações tridentinas.

8. O apelo aos sentidos. Um rei, dois países. A intensificação dos contactos artísticos

Já vimos como em 1610 o Cabido ambicionava dar execução às portas da fachada principal e ao lajeamento do adro. Em resultado das orientações tridentinas e na linha de das exigências de aprofundamento da consciência religiosa, emergiu da mesma reunião capitular a exigência de se emprestar maior solenidade à capela maior com a encomenda de uma estrutura retabular, agora encarada como uma metáfora destinada a estimular a relação sensorial com os valores da transcendência.

Todavia, para o altar principal da Sé de Miranda já antes se tinham dado passos nesse sentido, como se mostrará com informações contidas num documento que tivemos a sorte de descobrir relativo a uma «sentença que ouve a fabrica» contra o entalhador António André de Robles. A sentença foi proferida em 1587 mas a matéria de facto reporta-se a 1582, ano em que o bispo e o recebedor da fábrica contrataram com André de Robles um sacrário, uma custódia e o retábulo da capela-mor da Sé[446].

Antes de se deslocar para Miranda do Douro, André de Robles trabalhava em Zamora, «omde sempre morara», nas «obras da Samta See da dita cidade e do senhor Comde Dalva Daliste e de outros nobres» da urbe

[446] RODRIGUES, Luís Alexandre - *O entalhador António André Robles: notícia de algumas obras executadas no século XVI para a capela-mor da Sé de Miranda*, Separata da revista «Brigantia», vol. XX, nº 3-4, Bragança, 2000, pp. 29-45

espanhola, fazendo desta forma e de acordo com as suas palavras, jus ao estatuto de «hum dos milhores entelhadores e mestre de maçanaria que haa em Espanha». Assim, «semdo feita a capella primcipal da See» de Miranda, o bispo D. António Pinheiro e o Cabido, com promessas de bons pagamentos e da entrega de outros trabalhos, tudo fizeram para que André Robles se encarregasse das obras desejadas. Aliciado pelas propostas de trabalho que lhe ofereciam, o entalhador «se desbaratou de tudo (que) tinha em Çamora», acabando por se mudar para Miranda, onde «comprou casa e vinhas e o mais necesario».

Já nesta cidade, lançou mãos ao trabalho, adiantando a obra do retábulo ainda durante o ano de 1582. Apesar de tudo, os elementos conhecidos não permitem esclarecer se a sua contratação se ficou a dever ao facto da fama das suas qualidades ter chegado aos ouvidos dos responsáveis diocesanos ou se, pelo contrário, decorria de trabalhos realizados na Sé antes de 1582. O documento a que aludimos omite a sua participação no cadeiral do coro, embora em algumas notas de despesa registadas em 1588 se assinale o pagamento, de uma pequena quantia, a «Robles de consertar a cadeira do Senhor bispo e a cadeira do coro[447]». As notícias do mesmo «livro da reseita e despeza» respeitantes à execução de dois castiçais pelo preço de 6.040 réis e da compra de «preguos pera o taboado e madeiramento do coro[448]» comprovam a actividade de André Robles. Todavia, não esclarecem se as operações em causa se realizavam no espaço da capela-mor ou no coro alto. Nestes trabalhos, o mestre era provavelmente acolitado por um familiar, talvez filho, de nome Simão Robles[449]. Sendo vulgar que os filhos seguissem o ofício dos pais, a situação tornar-se-á mais compreensível se levarmos em

[447] A.D.B., Mitra, Cx. 10, Lv. 79, fl. 53
[448] A.D.B., Mitra, Cx. 10, Lv. 79, fl. 53v
[449] Sem se especificarem as suas funções registaram-se dois pagamentos: um de 600 réis «do mês de janeiro» e «mais 200 reis de des dias que se venceo do mês de Fevereiro». A.D.B., Mitra, Cx. 10, Lv. 79, fl. 91

conta que o entalhador de Zamora vivia - e morreria antes de 1618 - com a sua mulher, Beatriz Álvares, em Miranda, onde lhes nasceria o filho Sebastião.

Seria este quem, na petição que em 1618 dirigiu ao monarca para se naturalizar espanhol em virtude de querer tomar posse do curato de Almaraz, justificava a razão do seu nascimento em Portugal pela deslocação da sua família para Miranda, onde o seu pai foi «açer unas sillas en el coro de la yglesia catredal de la dicha çiudad y unos cajones y otras obras en la sacristia de la dicha yglessia[450]».

A obra do cadeiral não seria mencionada na sentença. No entanto, a sua fábrica tem como limites a prelazia (1565-1579) de D. António Pinheiro, visto serem deste bispo as armas[451] entalhadas no espaldar da cadeira episcopal, formadas por um escudo com duas âncoras cruzadas, chapéu eclesiástico com cordões e seis borlas, correspondentes à dignidade episcopal, contidas numa cartela sustentada pela figura de um anjo e onde se destaca a inscrição latina : *TIBI SVPER EST SACRA.*

O cadeiral mostra preocupações erudizantes de extracção italiana, com particular ênfase no espaldar onde se perfilam arcadas perspectivadas intercaladas, por colunas de fuste estriado como as pilastras em que assentam os arcos e capitel coríntio sobre o qual arranca um dossel curvo em cujo entablamento se recortam cabeças de anjos.

Não se levando em linha de conta as intervenções a que esta obra se sujeitou posteriomente, o figurino artístico patenteado permite a suposição de que elementos arquitectónicos semelhantes teriam sido aplicados no retábulo da capela-mor que já estava em «parte [...] assentado» em 1587. Nesta altura, surgiram algumas diferenças entre o entalhador e o Cabido, motivadas pela

---

[450] NAVARRO TALEGÓN, José - *Artistas zamoranos en la diócesis de Bragança-Miranda*, in «Páginas da História da diocese de Bragança-Miranda. Actas do Congresso Histórico», Bragança, 1997, p. 598

qualidade das madeiras utilizadas e ainda pela deficiente avaliação dos custos, circunstância esta que impulsionou André de Robles a pedir uma revisão de preços de forma a superar os prejuízos sofridos.

Entre os argumentos que avançou para justificar a sua pretensão, terá interesse darmos nota de algumas considerações então produzidas relativas à presença de práticos ou à abundância de materiais nas cidades de Zamora e Miranda do Douro. Qualificando a cidade de Zamora como «nobre e popullosa», acrescentava tratar-se de um aglomerado urbano onde operavam «muitos obreiros e oficiais do oficio de entalhador e macenaria»; ao contrário, a cidade de Miranda:

> «hera de pouquos vizinhos e nella não avia oficial nem obreiro do dito oficio nem em toda a sua comarqua não abia madeira de nogueira nem de castanho de que se fazem os retabollos sacrarios e custodias e mais obras do dito oficio pello que fora necesario a elle reo ir busquar os obreiros que o vieram ajudar há dita cidade de Samora e a Sallamanqua que lhe custava muito caro e asi ir busquar a madeira a dez a doze legoas omde tinha por enformação que ha avia e lhe estava caro e lha fazia muito custo no carreto por ser terra muito fragosa e trabalhosa[452]».

População escassa, dificuldades em se encontrarem os materiais necessários para as obras e a raridade de pessoas que manejassem as ferramentas para darem vida à matéria comprovam a inexistência de centros artísticos na área de Miranda do Douro e, de um modo geral, na região nordestina. Neste sentido, não se pode contestar a afirmação de Juan J. Martin González que, ao relacionar o meio social com a existência de uma clientela, concluiu que a história da realização de obras de arte é a das oficinas[453]. Por isso, à luz dos conhecimentos actuais, quem, neste período, tivesse a

---

[451] No Arquivo da Universidade de Coimbra existem documentos de D. António Pinheiro com aquelas armas e inscrição latina. São exemplos: A.U.C., Comenda dos Cortiços, T. I, doc. nº 9; *idem, ibidem*, T. II, doc. nº 40, fl. 11v; *idem, ibidem*, doc. nº 41, fl. 8

[452] RODRIGUES, Luís Alexandre - *ob. cit.*, pp. 41-42

pretensão de elaborar uma lista de artistas na área do nordeste transmontano não contaria muitos nomes; mas para a região de Zamora a tarefa seria melhor sucedida. Entre os centros artísticos[454] existentes no século XVI nas regiões de Castela e Leão, o da cidade de Zamora não podia competir com os de Burgos, Valladolid e Salamanca, ou com os que, pela sua importância, se seguiam a estes, como os das cidades de Leão, Palência, Medina del Campo, Segóvia e Ávila. Contudo, tal não significa o apoucamento das oficinas zamoranas. De facto, ainda que se considere a posição periférica de Zamora relativamente ao território espanhol, será sempre necessário levar em linha de conta que esta cidade além de ser sede de bispado colhia grandes benefícios quer da relativa proximidade quer da facilidade de comunicações estabelecidas entre uma rede de cidades importantes nas quais se contavam as de Salamanca, Valhadolid e Medina del Campo.

Já Miranda do Douro, além da dificuldade de acessos não tinha quaisquer instrumentos que lhe permitissem contrariar o secular isolamento a que ficou votada pelas circunstâncias políticas e geográficas. Afirmando quanto importava a D. João III, «em razão de estado», o seu crescimento populacional, Manuel Severim de Faria compreendeu o propósito do monarca ao erigir a Sé. Porém, não calou tratar-se de uma medida falhada, na medida em que, como referiu, «nem por isso (se) tem erguido depois que se edificou hua só caza[455]». Perante este quadro social e levando em linha de conta a proximidade geográfica e as relações que entre os povos de um e outro lado da fronteira quase sempre alimentaram torna-se compreensível que os contactos artísticos não ficassem marginalizados, embora sem atingirem patamares de grande desenvolvimento na época anterior a 1580.

---

[453] MARTÍN GONZÁLEZ, Juan José - *Centros artísticos de Castilla-Leon durante el siglo XVI*, in «Oficinas regionais. Actas do VI Simpósio Luso-Espanhol da História de Arte», Tomar, 1996, p. 219

[454] Sobre este assunto *Vd.* MARTÍN GONZÁLEZ, Juan José - *ob. cit.*,pp. 219-236

Em 1559, o bordador zamorano Juan Cenvellón respondia à encomenda de uma casula e outras peças para a igreja de Malhadas (Miranda do Douro), cujo preço de 12.000 maravedis comprova a modéstia dos ornamentos[456]. Oriundo de Vimioso, o prateiro João Peres vivia em Zamora em 1560, ano em que contratou a execução de uma cruz processional para a igreja de Santa Maria Madalena de Paradela, a qual pesaria cerca de «veynte mil maravedis[457]».

De 1568, data a escritura de aprendizagem[458] que o bragançano Jerónimo Mendes celebrou em Zamora com o prateiro André Gil. Tratava-se de este receber em sua casa Jorge Mendes, irmão de Jerónimo, a fim de aprender o ofício, sabendo-se que outro contrato de aprendizagem celebrado anteriormente mas no mesmo ano, com António Rodriguez, «el astro de la renombrada plateria zamorana del Renacimiento[459]» seria anulado por razões desconhecidas. Prateiro era também Juan de Salas, morador em Valhadolid, quando em 1578 recebeu poderes da sua mulher, Catarina Lopes, filha do prateiro Henrique Lopes, já defunto e antigo morador em Valderas, para poder reivindicar todos os direitos sobre a herança do seu tio, o prateiro António Lopes, vizinho de Miranda do Douro[460].

Filho de Miranda do Douro era Alonso Peres[461] que, aprendendo os ofícios de carpinteiro e de pedreiro talvez em Espanha, emigrou muito jovem

---

[455] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria*, vol. 12, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, p. 117

[456] NAVARRO TALEGÓN, José - *Artistas zamoranos en la diócesis de Bragança-Miranda*, in «Páginas da história da diocese de Bragança-Miranda. Actas do Congresso Histórico», Bragança, 1997, p. 591

[457] NAVARRO TALEGÓN, José - *ob. cit.*, p. 592

[458] RAMOS de CASTRO, Guadalupe - *La interrelación de los talleres regionales*, in «Oficinas regionais. Actas do VI Simpósio Luso-Espanhol da História de Arte», Tomar, 1996, pp. 213, 214

[459] NAVARRO TALEGÓN, José - *ob. cit.*, p. 593

[460] RAMOS de CASTRO, Guadalupe - *ob. cit.*, pp. 214, 215

[461] BERNALES BALLESTEROS, Jorge - *Arquitectos y escultores de las tierras del Duero en el Virreinato del Peru (siglos XVI y XVII)*, in «Relaciones artísticas entre la Península Ibérica y

para o Perú, onde, em 15 de Maio de 1568, viria a professar na Companhia de Jesus. De acordo com Jorge Ballesteros, em Lima - onde faleceu em 1634 - ser-lhe-ia encomendada (1569) a construção de uma igreja de nave única com cinco tramos e cobertura de madeira, tendo ainda, na mesma cidade, iniciado as obras do Colégio de S. Paulo. Em 1578, Bernardo da Ponte, canteiro, vizinho de Miranda do Douro, residia acompanhado da sua mulher em Valdefinjas, terra de Toro, trabalhando certamente na reedificação da igreja de Nossa Senhora da Assunção, cuja cabeceira, riscada por Rodrigo Gil de Hontañón, seria executada por Juan de Hoznayo e Juan de Alvarado[462].

Também a presença em Zamora dos irmãos vimaranenses Cristóvão e Gaspar da Costa, entalhadores, comprova que a atracção dos centros artísticos espanhóis não incidia particularmente sobre os oficiais que moravam na zona raiana. Muito embora haja notícia de Cristóvão morar em Bragança, onde, por volta de 1584, devia estar ocupado no seu ofício, sabe-se que já vivia em Zamora em 1574. Nesta ocasião trabalhava como oficial na oficina do entalhador Alonso de Castro, o mesmo que viria a acolher o mirandês António Fernandes.

Tanto Cristóvão, mais velho, como Gaspar da Fonseca radicaram-se na cidade duriense onde constituíram família que aumentaria o número de praticantes do ofício e aos quais se deverá acrescentar o nome do entalhador português Pedro da Silva, casado com Maria da Costa, irmã daqueles mestres. Nessa cidade acabariam os seus dias, Cristóvão pelos anos de 1602 e Gaspar em 1620. Porém, no exercício de intensa actividade profissional[463], os entalhadores portuguese, seguindo figurinos artísticos de pendor maneirista -

---

América. Actas del V Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte», Valhadolid, 1990, pp. *37, 38*

[462] NAVARRO TALEGÓN, José - *ob. cit.*, p. 592 - 593

[463] Sobre a actividade artística destes artistas nascidos em Portugal *Vd.* NAVARRO TALEGÓN, José - *Documentos ineditos para la Historia del Arte en Zamora*, in «Studia Zamorensia», Salamanca, Colegio Universitario de Zamora, 1983, pp. 100, 105, 106, 107;

como se pode concluir pelo facto de terem aceitado prosseguir obras iniciadas por Juan Falcote - cruzaram-se frequentes vezes com outros artistas locais de que resultaram contratos frutuosos, em sociedade ou a título individual, e também alguns litígios. Entre os artistas que conheceram[464] registe-se o nome do pintor Alonso de Remessal-o-velho, pai do pintor homónimo que, a partir de 1634, se ocuparia na obra dos retábulos da sacristia e capela-mor da catedral de Miranda de Douro.

Natural de Miranda era o entalhador António Fernandes que, pelos anos de 1572 aprendia o ofício em Salamanca com o mestre Pedro Rodríguez. Depois de dois anos junto deste acabaria por romper o contrato estabelecido, deslocando-se para Zamora onde trabalhou com Alonso de Castro, entalhador, o qual, para segurar o português junto de si, teve que suportar a demanda movida pelo mestre «helmântico» a António Rodrigues[465].

Embora as informações não sejam abundantes, aquelas que se vão conhecendo parecem comfirmar a existência de alguns contactos artísticos transfronteiriços antes do domínio filipino e, ao mesmo tempo, alguma dependência artística dos aglomerados populacionais portugueses próximos da raia em relação a Espanha, principalmente no domínio das artes portáteis.

Assim, compreende-se que numa comunidade relativamente pobre as encomendas não fossem constantes e simultâneamente atractivas para fixarem definitivamente um ou mais grémios de artistas de modo a que as suas oficinas pudessem dar resposta às solicitações regionais.

Deste modo nas cidades e vilas do nordeste transmontano nunca se estabeleceram oficinas que, pela sua produção, originassem centros artísticos.

---

idem, «Artistas zamoranos en la diocésis de Bragança-Miranda», in «Páginas da História da diocese de Bragança-Miranda. Actas do Congresso histórico», Bragança, 1997, pp. 594-597

[464] Em 1597 contratou-se a execução do retábulo de Santa Sofia, em Toro. Remessal trabalharia nesta máquina, sabendo-se também que a parte de escultura se deveu ás mãos de Tomás de Troas, Gaspar da Costa e Sebastião de Ucete. SAMANIEGO HIDALGO, Santiago - *Primera aproximación a la pintura de los Remesales (1570 - 1630)*, in «Studia Zamorensia», Salamanca, Colegio Universitario de Zamora, 1984, p. 46

Sabendo-se que nesta matéria os aglomerados de menor dimensão dificilmente se conseguem esquivar à atracção que os grandes centros exercem, resulta que o estilo e a moda das linguagens artísticas ficam dependente das directrizes que os principais centro produtores impõem. Por outro lado, os centros de produção, porque eram simultâneamente centros de formação, acabavam por integrar na própria rede de relações os aprendizes que ascendiam a oficiais. Como consequência, considerando-se que alguns para aprenderem o ofício tinham que vencer as distâncias que separavam as suas terras de origem das oficinas onde trabalhava o mestre que os acolhia, muitos nunca mais regressavam ao local de partida. Desta forma, a semente do engenho dificilmente se podia reproduzir fora dos centros urbanos de alguma importância.

Sendo claro que a obra da Sé se constituiu como um campo de oferta de trabalho artístico também é verdade que a união das duas coroas facilitou a circulação de oficiais entre os dois lados da antiga raia, quebrando, assim, a tradição nacional caracterizada pela tendência do poder central, da fidalguia mais poderosa ou da hierarquia eclesiástica patrocinarem directa ou indirectamente - com dinheiro ou orientação artística - as grandes obras que se realizavam no país, as quais, por sua vez, raramente deixavam de reflectir o gosto cortesão.

Por isso, dada a relativa proximidade de Miranda do Douro com alguns dos principais centros artísticos espanhóis, a intensificação dos contactos era inevitável. Como adiante estudaremos, obras de carácter público levadas a cabo em Miranda irão suscitar o interesse de práticos espanhóis. Confirmando a tendência que se desenhava, muitas das obras de talha, pintura e douramento, paramentaria e ourivesaria que se pretendiam para equiparem a

---

[465] NAVARRO TALEGÓN, José - *ob. cit.*, p. 593-594

nova catedral serão encomendadas às oficinas espanholas[466] ou a artistas deste país que as contratavam a título individual.

Assim, no seguimento da decisão do Cabido da Sé de Miranda que em 1610 atendia à necessidade de um retábulo para a capela-mor, seria para as cidades espanholas que os capitulares olharam já que se escalou o cónego António Mendes para acompanhar o deão na viagem que os levaria a «Valhadolid ou a Salamanqua» para, numa destas cidades, contratarem os oficiais que realizariam aquela obra. Não se indicando qual destas cidades seria o destino dos eclesiásticos mirandeses, a razão principal da deslocação a terras de Castela decorria da proximidade geográfica e, sobretudo, da pretensão de se fazer um retábulo grandioso, o que exigia mãos hábeis e grande capacidade criativa, atributos que desde o século XVI deram vigor à escultura produzida nas oficinas destas duas cidades espanholas.

A decisão de se executar um retábulo para a capela-mor era já anterior à que se tomou no mês de Junho. O Monsenhor José de Castro referiu[467] que a decisão de se dar andamento àquelas obras foi tomada na reunião do Cabido realizada em 8 de Janeiro de 1610. Não vimos nenhum acordão que confirme esta asserção. Todavia, antes de se decidir disponibilizar dinheiro da fábrica para aquelas obras, existiu uma reunião para tratar especialmente da execução do retábulo da capela-mor. Ocorrendo no primeiro dia de Março do mesmo ano, teve a particularidade de nela terem participado[468] alguns

---

[466] No entanto, as encomendas às oficinas espanholas serão contínuas. A título de exemplo, veja-se, referente ao ano de 1695 e à prelazia de D. Manuel de Moura Manuel, a seguinte nota: «recebi de Salvador Mendes de Saa de Bragança oitenta e oito mil trezentos e trinta e tres reis pertencentes ao quartel da Paschoa digo deste São João proximo passado da tenda que tras das terças de Bragança. Declaro que o Siqueira recebeo menos cinquenta mil reis digo vinte e sinco mil reis da dita quantia porquanto o dito Salvador Mendes os havia dado em Valledodid per minha conta ao mestre escultor».A.D.B., *Livro de lembranças do Illustrissimo Senhor Bispo Manoel de Moura Manoel, em que se assenta a cobrança das rendas do bispado do anno de 694 para 95*, ;itra, Cx. 7, Lv. 60, fl. 5

[467] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 108

[468] «Ao primeiro de Março de seiscentos e des chamou o chantre sendo presidente o Cabbido os capitulares que na See estavão para se tratar sobre o retavolo desta See com os officais que nella estavão para o fazer». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 34

mestres. A razão da presença dos práticos, cujos nomes e origens se desconhecem, é clara: estavam presentes «para o fazer[469]». Dada a limitação das informações só se pode concluir pela discussão das propostas apresentadas sem, contudo, se ter chegado a qualquer acordo. Por isso, na reunião seguinte tomou-se como boa a opção espanhola.

Em 26 de Abril de 1610, com os votos da maioria dos capitulares, mandatou-se o cónego António Mendes para ir a Valhadolid recolher informações relativas à segurança «das fianças que derão os officiais que tem tomado a obra do retavolo[470]». Conclui-se assim que, nesta altura, já a fábrica da máquina retabular estava arrematada e entregue a mestres radicados nesta cidade. Abona este facto a indicação de se fazer um adiantamento de dinheiro desde que as informações sobre a integridade moral e capacidade económica do fiador fossem favoráveis.

Ainda no mesmo ano (23 de Setembro), por decisão do Cabido, devia o deão entregar, do dinheiro que tinha em seu poder para o retábulo, cinquenta cruzados a Joam Muniategu[471]. Todavia, os documentos que conhecemos não autorizam a afirmação de que João Muniategu era artista e que a quantia em questão se destinava a pagar a sua intervenção nesta obra, visto que do dinheiro que lhe foi entregue apenas se sabe que foi retirado do fundo existente para pagamento daquela encomenda. Podia tratar-se de um empréstimo ou pagamento por qualquer outro motivo. O mesmo sucederia, em 1612, quando a mesma entidade ordenou ao vedor da fábrica que do dinheiro do retábulo se emprestassem 20.000 réis ao vedor da fazenda para

---

[469] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 34

[470] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 35v. *Vd.*, ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 528

[471] «Aos vinte e tres de Setembro de 610 se acordou e mandou em Cabido pleno que o senhor deam desse sincoenta cruzados do dinheiro do retabolo que tem em seo poder a Joam Muniategu e com sua recebida lhe serão levados em conta e eu João Borges secretario o fiz per mandado do Cabido era dia ut supra. chantre; Bernardino Ramires; Luis da Costa». A.D.B.,Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 40. *Vd.*, ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 528. Este autor apelida o recebedor da quantia como Juan Muniategio.

satisfazer compromissos relativos à prebenda de Sanceriz[472]. Por outro lado, o documento também não exclui a possibilidade da existência de alguma forma de relacionamento, mesmo a nível artístico, de Muniategu com o retábulo.

Em todo o caso, ou como medida cautelar ou por dificuldades do processo, em 8 de Outubro de 1611, mais uma vez o Cabido se decidiu por enviar a Valhadolid um seu representante, o cónego fabriqueiro, Jerónimo Mendes. Levava como incumbência «obriguar os offeciais do retabolo conforme a escriptura que tem feito[473]».

Em 1611 (22 de Novembro), pela mão do deão, efectuar-se-ia um pagamento de cem cruzados «aos officiais do retabolo[474]». Contudo, seria uma nota de pagamento, escrita em Janeiro de 1612, que revelaria o nome do «mestre do retablo», Tomás de Velasquez[475]. Temos, assim, um chefe de equipa que se responsabilizava pela orientação de um trabalho em que participavam alguns entalhadores[476]. Em 8 de Outubro de 1614, finalmente, estava a máquina assente na capela-mor, dado que, nesta data, uma decisão capitular ordenava ao fabriqueiro que «buscasse onde lhe parecesse[477]» um oficial de reconhecidas capacidades para vistoriar o retábulo e, simultaneamente, verificar se o trabalho efectuado concordava com as cláusulas da escritura que, para o efeito, se lavrou.

Por norma, à execução do retábulo não se seguia de imediato a sua pintura e douramento. Esta nova fase de trabalhos só seria aflorada pelos anos

---

[472] A.D.B.,Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 59v

[473] A.D.B.,Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 54v. *Vd.*, ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 528

[474] A.D.B.,Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 56. *Vd.*, ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 528

[475] «Aos onze dias de Janeiro de seiscentos e doze em Cabido pleno se assentou que o licenciado Manoel Damaral daiam dee vinte cruzados alem de dez que iá tem dados a Tomás de Velasquez mestre do retablo do dinheiro que tem deputado pera a dita obra e com seu assinado lhe será levado em conta». A.D.B.,Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 58. *Vd.*, ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 528

[476] «Aos vinte e quatro dias de Março de seiscentos e doze em Cabido pleno se assentou que o licenciado Manoel Damaral daiam fabriqueiro dee aos entalhadores vinte mil reis pera gastos alem dos vinte que disse lhe tinha dados». A.D.B.,Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 59v

[477] A.D.B.,Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 83v. *Vd.*, ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 528

de 1623 porque nesta altura registou-se o pagamento efectuado «a hu home que foi chamar o pintor a Çamora[478]» e ainda a despesa com a passagem ao papel da escritura de contrato[479] que o Cabido celebrou com um pintor zamorano. A convocatória do pintor zamorano significa que, antes desta data, já a obra estava contratada. Por isso, estas notícias, devem ser cruzadas com a informação do estudioso Navarro Talégón que, ao revelar ter o Cabido tomado a decisão de dourar o retábulo em 1621, trouxe a lume a eleição de Cristóvão Ruiz de la Talaya, nascido em Toro e formado na oficina do seu pai, João Ruiz de la Talaya. De facto, a escritura que obrigava aquele artista a «pintar el rretablo del altar mayor de la dicha iglesia catedral de la ciudad de Miranda e dorarlo e enbarniçarlo[480]» foi lavrada em Miranda neste ano nas notas de Lourenço Pimentel, sendo fiador D. Francisco de Valência, capitular da catedral zamorana e amigo do pintor, e assinando, na qualidade de testemunha o prateiro Martín Ruiz de Guraya. Todavia, por razões desconhecidas, o contrato não teve consequências.

Embora contrariando o parecer de alguns estudiosos[481], será conveniente referir que esta máquina retabular, ainda na primeira metade do século XVII, iria sofrer importantes transformações e acrescentos. Dois mestres, mais uma vez, oriundos da cidade castelhana de Zamora encarregar-se-iam de levar a cabo os trabalhos que, se excluirmos a intervenção setecentista, configurariam definitivamente esta peça: Alonso de Remessal na qualidade de pintor e dourador e Jerónimo Garcia, o escultor a quem se devem algumas das imagens que integram o retábulo.

Alonso de Remessal era um dos seis filhos (dois rapazes e quatro raparigas) de Alonso Remessal-o-Velho e de Ana de Paradinas. Com excepção

---

[478] A.D.B., Cabido, Cx. 29, fl. 112
[479] «Da escritura do contrato do pintor quinhentos reis - 500». A.D.B., Cabido, Cx. 29, fl. 113v
[480] NAVARRO TALEGÓN, José - *ob. cit.*, p. 603
[481] «Este retabulo é o que hoje permanece no altar mór da Sé de Miranda do Douro». ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 529

do seu irmão António que seguiu a vida religiosa, as suas irmãs, seguindo uma prática comum, casaram com membros do grémio dos pintores, entre os quais se contavam Juan e Alonso de Escovar. Neste sentido, estamos perante uma família de artistas. O seu pai, Alonso de Remessal - a que chamaremos o velho - tinha oficina em Zamora, na «calle de la Rua», onde também estava a oficina de Alonso de Aguilar, pintor e tio da sua mãe, Ana de Paradinas. Sendo um dos «más notables pintores romanistas[482]» de Zamora não pôde ensinar o ofício ao filho homónimo já que a morte o surpreendeu em 1598, quando este contava apenas cinco anos. Assim, é provável que a aprendizagem de Alonso de Remessal-o-Moço tenha decorrido junto de um dos seus cunhados em ambiente afecto às regras maneiristas e reforçado pela possível herança dos «papeles y un libro destampas[483]» que tinham pertencido a seu pai.

Casado com Antónia da Veiga levou a cabo algumas obras em Ciudad Rodrigo. Seguindo Samaniego Hidalgo[484], as primeiras notícias conhecidas sobre a sua actividade respeitam ao ano de 1614 quando se comprometeu a ensinar o ofício a seu sobrinho Melchor de Escobar, filho da sua irmã Luísa. Pouco depois aparece como fiador, juntamente com os entalhadores Juan González e Gaspar da Costa, de Estaban de Arnedo a propósito da obra de um órgão em Benavente. Em 1619 assinou um recibo de pagamento aos mordomos da igreja de Arcenillas à conta da pintura da custódia que antes Gaspar da Costa tinha entalhado; depois de um pleito com Benito de Segovia (1620) por causa de um retábulo colateral de Villamor de Cadozos, tomaria o trespasse, juntamente com o pintor Matias Ruiz de Juraya, do mestre carpinteiro Bartolomeu de Oviedo, de dois terços «del enlucido y dorado» da catedral de Zamora. Mais tarde, em 1624, de sociedade com Cristóvão Ruiz de

[482] NAVARRO TALEGÓN, José - *ob. cit.*, p. 604
[483] SAMANIEGO HIDALGO, Santiago - *ob. cit.*, p. 45
[484] SAMANIEGO HIDALGO, Santiago - *ob. cit.*, pp. 48-50

Atalaya, contrataria a reparação e pintura do retábulo de S. João da Porta Nova. Desta empreitada resultariam algumas desinteligências com o sócio que, agudizando-se, levariam (1625) Remessal à cadeia, aparentemente pelo delito de falso testemunho.

Pela afronta à sua dignidade, que sentia injusta, encaminhou-se para Portugal acabando por residir em Miranda do Douro - com habitação temporariamente paga pela Mitra - cidade onde conheceu o sorriso da fortuna antes de aí falecer, pouco antes de 1640, com 46 anos de idade.

Sinal de que a sua actividade não se limitou àquela cidade, decorre do conhecimento que temos que antes de se fixar em Miranda do Douro viveu em Bragança, na paróquia de S. João Baptista, onde certamente se relacionou com o flamengo Adrião Capitão, com Mateus de Sousa e Jorge da Costa, também pintores activos nesta cidade. É possível determinar a sua presença em Bragança porque, em 1633, na igreja paroquial de S. João Baptista baptizou[485] um dos seus filhos, de nome Pedro. Sendo de admitir que a sua permanência nesta urbe, de que se desconhece a duração, se relacione com o exercício do ofício que praticava não foi possível assinalar-lhe qualquer realização.

Quadro 6

Data	Pagamentos de rendas pela casa em que vivia Alonso de Remessal (Miranda do Douro)	Fonte
1636, Jan., 7	«se passou provisão ao conego João Alvares fabriqueiro deste anno pagasse reis 5.833 do aloguer da casa em que viveo Alonço Remessal pintor que pinta o retablo per assento de se lhe dar».	A.D.B., Mitra,Cx.6, Lv. 55, fl. 10

[485] «Pedro filho de Alonso de Remessal pintor e sua molher Antonia da Veiga naceo aos vinte, e nove dias do mês de Junho de mil e seiscentos e trinta, e tres annos foi baptizado pello reverendo Bento da Cunha Teixeira Abbade desta igreja (de S. João Baptista) oje oito dias de Julho da sobredita era recebeo os santos oleos forão seus padrinhos Jeronimo de Castro, e sua molher Isabel Sanches, e per verdade fiz e assinei dia mês e era ut supra. Sebastião Centeno». A.D.B., Lv. Baptismos da igreja de S. João Baptista, Lv. 1, Mç. 1, fl. 97v

1636, Out., 3	«se passou provisão para o reverendo conego João Alvares de Carvalho fabriqueiro este anno dar a Anna Rodrigues outo mil reis a conta do arrendamento da casa em que vive Alonso de Remessal».	A.D.B., Mitra, Cx.6, Lv. 55, fl. 15v
1637, Jan., 24	«se passe provisão pera o reverendo conego Manoel da Silva fabriqueiro dar 4.000 reis a Antonio de Moraes do alugel das casas de Remessal pintor»	A.D.B., Mitra, Cx.6, Lv. 55, fl. 18
1637, Mar., 15	«se passe provisão pera o conego fabriqueiro dar a Antonio de Morais 3.000 reis da renda da casa em que vive o Remessal per seis mezes que se comprirão per S. Joam».	A.D.B., Mitra, Cx.6, Lv. 55, fl. 19

Assim, pelo que se conhece, a obra do retábulo maior da catedral mirandesa parece ter sido a sua realização maior em terras portuguesas, embora não tivesse sido a única.

A envergadura desta obra e o prestígio que capitalizava o mestre a quem coubesse o seu empreendimento eram razões suficientemente apelativas para interessarem vários artistas. Por estas razões, no momento da arrematação desta máquina, Alonso de Remessal não foi o único a candidatar-se à sua realização. Mas, como adiante veremos, só se desembaraçou da concorrência por ter descido o seu lance mais de duzentos cruzados relativamente aos dos outros pintores. Por isso lhe seria entregue a empreitada que viria a desenvolver e a concluir com agrado geral.

Sem serem totalmente conclusivos, os elementos que se conhecem parecem indicar que a arrematação ocorreu no ano de 1634, já que uma provisão de 26 de Outubro deste ano ordenava:

> «ao fabriqueiro para que pague ao Alonso Remessal des mil reis per feitio dos quadros que se tirarão do altar mor[486]».

Este trecho, ao dar indicações sobre a natureza das operações pode associar-se com uma provisão de 20 de Julho de 1635, pela qual o bispo D. Jorge de Melo dava autorização ao tesoureiro do Seminário para poder emprestar[487] à fábrica da Sé a quantia de 100.000 réis para as despesas do

[486] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fls. 3v, 10

[487] «Dom Jorge de Mello por merce de Deos e da Santa Igreja de Roma bispo de Miranda [...] mandamos ao reverendo conigo Joam de Figueiredo Sarmento thesoureiro do seminario que

retábulo. No entanto, por falta de liquidez ou porque o acordo tenha sido reformulado, este valor seria dividido em três partes como atestam as notas[488] de pagamento escritas em castelhano e assinadas pela mão do próprio pintor. Na parte final do ano seguinte, a fábrica pagaria ao seminário o empréstimo[489] anteriormente contraído enquanto destinava o valor de 100.000 réis para outro pagamento:

---

do dinheiro que tiver recebido entregue a Alonso de Rameçal pintor cem mil reis prestados por conta da fabrica pera aiuda dos gastos do retabolo da nossa See os quais 100.000 reis se lhe levarão em conta ao ditto thezoureiro com paga de como os recebeo o ditto Alonso de Rameçal dada em Miranda sob nosso sinal e sello aos vinte de Julho Joam Frias Barbas escrivam da Camara que o escrevi de mandado do ditto Senhor de bXXXb anos». A esta provisão seguem-se os dois registos seguintes: «Nos o deão e Cabido desta See de Miranda havemos por bem que os reverendos deão, arcediago de Mirandella e conego Manoel Lopes de Moura chaveiros do nosso cartorio, de que paguem do dinheiro que beo de Coimbra e nelle esta metido, os cem mil reis conteudos na provisão atras do Senhor bispo que manda dar do dinheiro do Siminario desta See a Alonço de Remessal pintor per emprestimo a conta do custo e feitio do retabolo os quaes cem mil reis lhe devia a fabrica desta See e com o recebido do reverendo recebedor Luis da Cunha conego prebendado desta See deputado por esta Meza en sede vacante haveremos per bem paga a dita contia, dada em Meza e assinada polos reverendos assinadores e com o sello de nossa Meza aos doze de Novembro eu Manoel de Oliveira de Escovar a fiz anno de mil seiscentos e trinta e seis. Manoel Mendes Pimentel - deão; Andre da Fonseca - arcediago de Bragança; Estevão de Miranda Homem»; «Eu Luis da Cunha conego prebendado nesta Santa See thezoureiro do Seminario este prezente anno recebi dos senhores deão arcediago de Mirandella e conego Vicente Lopes de Moura chaveiros do cartorio da dita See donde esta o dinheiro da fabriqua dela que veo de Coimbra recebi os cem mil reis conteudos nesta provisão atras que a dita fabrica devia ao Seminario per tantas pagas a Alonso Ramassal a conta da obra do retabolo o qual dinheiro se me pagou por hordem do Cabido Miranda e Novembro des de mil e seiscentos e trinta e seis anos. Luis da Cunha».A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº43

[488] «Recibi a cuenta de la probision atras contenida del Señor canonigo Juam de Figeredo Sarmiento cincuenta mil marabedis los cuales son para en cuenta de la dicha probision y de la pintura del retabelo contenido en ella y per ser berdade lo firme em beynte de Julio de mil y seyscientos e treynta y cinco annos. a) Alonso Remessal». A esta nota seguir-se-iam mais dois pagamentos: «Recebi del señor canonigo Juam de Figeredo outros beyte y cinco mil marabedis per cuenta de la probision atras contenida y lo firme en 17 de Agosto de 1635. Alonso de Remessal»; «Recebi del señor canonigo Juam de Figeredo Sarmiento beynte y cinco mil marabedis com los quales se me acabo de pagar la probision de Su Yllustrissimo Señõr que es de cien mil marabedis como en el contiene y lo firme en 20 de Enero de 1636 anos. Alonso de Remessal». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº43

[489] «Em dez de Novembro de mil e seiscentos e trinta e seis cem mil reis que se pagarão ao reverendo conego Lopes da Cunha como recebedor do seminario, perquanto os tinha pagos per (*) do bispo a Alonso Remessal a conta da obra do retabulo desta See - 100.000 réis». A.D.B., Cabido, Cx. 3, Lv. 13, fl. 2

«Aos dez do dito (mês de Novembro) se passou provisão para que os reverendos Arcediago de Mirandella e o conego Vicente Lopes de Moura donde estava o dinheiro vindo de Coimbra desse os 100.000 reis que o bispo tinha mandado dar a Alonso de Remessal a conta do retablo desta See[490]».

As alusões ao «dinheiro de Coimbra» decorrem da transferência do bispo Jorge de Melo para este bispado e do acerto de contas efectuado com o Cabido de Miranda. D. Jorge de Melo foi nomeado em 9 de Junho de 1634 para a diocese de Coimbra mas só em Outubro de 1635 se iniciaram os trâmites burocráticos para a concretização da anunciada mudança. Impedido de se deslocar a Lisboa para fazer a profissão de fé e o juramento obteve o prelado autorização para se fazer representar pelo bispo de Zamora, D. Diogo de Zúñiga e Soto Mayor, que empreendeu a viagem, fazendo-se acompanhar pelo arcediago de Mirandela, Francisco Luís, pelo cónego doutoral e vigário-geral, o Doutor Vicente Lopes de Moura, e ainda pelo Doutor Francisco de Bugueiro y Barga, cónego doutoral na Sé de Zamora. Cumpriam-se, assim, alguns dos passos necessários para que Filipe IV nomeasse D. Jorge de Melo para a diocese de Coimbra (9 de Dezembro de 1635), possibilitando que o Papa Urbano VIII o desligasse dos vínculos que o prendiam à mitra de Miranda do Douro, o que viria a acontecer em 9 de Junho de 1636[491].

A par deste sucesso que teve como consequências imediatas a abertura de um longo período de *sede vacante* que só terminou em 1673, com a tomada de posse do bispado por D. André Furtado de Mendonça, valerá a pena sublinharmos a participação dos dois dignitários eclesiásticos da catedral de Zamora como representantes de D. Jorge de Melo na ocasião em que devia fazer o seu juramento.

A existência de relações de grande cordialidade entre os clérigos das duas dioceses, pressupondo o conhecimento pessoal de alguns dos seus

---

[490] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 16v
[491] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 55

elementos e das respectivas realidades religiosas, não podia deixar de ser seguida da intensificação dos contactos artísticos se atentarmos no papel desempenhado pelas catedrais na encomenda de obras de arte e na inerente proximidade de relações de clérigos e alguns artistas. Já em 1622, quando Cristóvão Ruiz de la Talaya se comprometeu a pintar o retábulo da igreja mirandesa, que, como dissemos, não chegaria a surtir efeito, foi o cónego D. Francisco de Valência, amigo íntimo do pintor, quem na qualidade de fiador[492], assinou a escritura, comprometendo-se, assim, perante o Cabido de Miranda à satisfação de todas as cláusulas respeitantes às obrigações do artista. Outras notícias[493] relativas à presença em Miranda tanto do bispo como de outros membros do Cabido zamorano dão credibilidade à afirmação anteriormente produzida. É o caso de D. Diogo de Zúñiga, prelado de Zamora entre 1633 e 1637, dos cónegos D. Diogo Ordóñez de Lozada, D. Cristóvão de Lozada e do mestre-escola D. Lourenço Alonso Morán. Entre 1635 e 1636, este clérigo esteve quase dois meses seguidos em Miranda, justamente na ocasião em que Remessal, utilizando algumas das instalações do Seminário como oficina, trabalhava no retábulo da capela-mor da catedral. Para além desta realidade, saliente-se o facto de todos terem conhecido e visitado Alonso Remessal no trabalho e em sua casa, testemunhando, ao mesmo tempo, a fama profissional que aureolava o nome do pintor.

Em Agosto de 1636, segundo um documento[494] em que D. Jorge de Melo, já bispo de Coimbra e Conde Arganil, regularizava algumas contas

---

[492] NAVARRO TALEGÓN, José - *Artistas zamoranos en la diócesis de Bragança-Miranda*, in «Páginas da história da diocese de Bragança-Miranda. Actas do Congresso Histórico», Bragança, 1997, p. 603

[493] NAVARRO TALEGÓN, José - *ibidem*, pp. 604-605

[494] «Aos doze dias do mês de Agosto do anno de 1636 annos nesta cidade de Miranda e See della nas casas do Cabido da dita See, me foi mostrada a mim notario apostolico pello Licenciado João Alvares de Carvalho conego nella e secretario do Cabido hua provisão do Illustrissimo Senhor Dom Jorge de Mello bispo e Conde da cidade de Coimbra feita por Diogo Pita [...] da qual provisão o treslado he o seguinte Dom Jorge de Mello por merce de Deos e Samcta Igreja de Roma bispo de Coimbra Conde de Arguanil do Conselho de Sua Magestade etc. fazemos saber que nas contas que mandamos fazer com o Reverendo Cabido

relativas à fábrica da Sé com o Cabido de Miranda, descontava a quantia de 255.000 réis por ter sido anteriormente paga a Alonso de Remessal, que, em Dezembro[495], receberia novo pagamento.

Da análise dos registos de contas pode concluir-se que após três anos de trabalho o retábulo estava terminado e com geral satisfação, motivo porque, como reza o documento assinado pelo deão, chantre e pelo mestre, se decidiu compensá-lo de alguns prejuízos sofridos:

> «Aos quatorze dias do mes de Agosto deste presente anno de seiscentos e trinta e sete, em Cabido pleno per voto de todos *nemine descrepante* se asentou, que porquanto Alonço de Remesal na obra que fez em dourar e pintar o retabolo desta See fez baixa de mais de duzentos cruzados do que os outros pintores fizerão lance e per a ditta obra estar mui perfeita, e per todos geralmente apuada [sic] e bem recebida, e per se entender em Cabido que o ditto Alonço Remesal no larguo tempo de tres annos que gastou na ditta obra com perda per ser machina tão grande ao que atendendo o Cabido, e a perf(e)ição da ditta obra, se lhe mandarão dar quarenta mil reis do mais principal de sua escritura[496]».

---

da nossa See de Miranda do que lhe deviamos do valor de duas prebendas que a nossa Mesa Episcopal era obrigada a pagar a fabrica de dita See em cada hum anno, e assi mais a pensão das casas da nossa morada que são da dita fabrica achamos, que estamos devendo a dita fabrica desde Sam João de seiscentos e vinte e sete quinze de Maio deste presente de seiscentos e trinta e seis dous contos dozentos noventa mil setecentos e seis reis dos quaes abatedos **dozentos cinquenta e cinco mil reis que temos pagos a Alonso de Remesal pintor a conta da obra do retabolo da dita See** estão liquidos dous contos trinta e cinco mil setecentos e seis reis, os quaes dous contos trinta e cinco mil setecentos e seis reis, que estamos devendo mandamos ao nosso recebedor João da Guerra, ou ao economo das rendas do ditto nosso bispado de Coimbra, dem he entreguem ao procurador bastantte do Cabido da nossa See de Miranda a dita contia de dous contos trinta e cinco mil setecentos e seis reis, e com paga sua lhe serão levados em conta nas que derem de seu recebimento». A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fls. 14-14v. A quantia de 255.000 réis encontra confirmação numa nota que se acrescentou à provisão de D. Jorge de Melo que mandava entregar cem mil réis ao pintor. Escreveu-se: «Esta provisão há de fazer bom á fabrica perquanto se emprestarão os 100.000 reis á fabrica pera se darem ao pintor á conta do retabolo sem ter recebido mais que duzentos e sincoenta e sinco mil reis». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 43

[495] «se derão ao conego João Alvares de Carvalho fabriqueiro deste anno setenta e cinco mil reis os quaes se lhe carregarão no seu livro a fl. E fora os proprios que deu a Alonso Remessal a conta da obra do retabolo». A.D.B., Cabido, Cx. 3, Lv. 13, fl. 2

[496] A.D.B., Cabido, Cx. 3, Lv. 13, fl. 4v. Sancionava-se desta maneira o pagamento efectuado em 1 de Junho de 1637: «se tirarão do dinheiro que esta no cartorio 40.000 reis que se derão a Alonço Remessal á conta da escritura que fes de dourar o retabolo do altar mor». A.D.B., Cabido, Cx. 3, Lv. 13, fl. 3v

Três dias depois, em Miranda do Douro, na presença do tabelião Francisco Borges Brandão - em casa de quem antes se lavrara a escritura da empreitada - Alonso de Remessal assinava o termo de quitação[497] do douramento do retábulo da capela-mor. Este documento, dando-nos a conhecer a naturalidade do mestre pintor, oferece-nos mais algumas notícias importantes para o conhecimento dos trâmites da obra. Assim, a obrigação «de acabar o retabolo» tinha como contrapartida a soma de 560.000 réis. Por outro lado, os 40.000 réis que o Cabido tinha decidido atribuir-lhe seria aumentado para 70.000 réis. Esta compensação, estando associada à «muita obra que o retabolo tinha», contemplava também o trabalho resultante da necessidade de o desmontar. Nesta medida, tornar-se-ia preciso realizar a operação inversa:

«deixando o posto em o dito luguar donde o tirara[498]»

Contudo, neste valor deve-se também incluir a execução «de huns paineis que acrecerão[499]». Mas, só em 19 de Agosto de 1637 se acabaria de pagar o retábulo, com a entrega « do dinheiro que veo de Coimbra a Alonso de Remessal em satisfação da obra do retabolo com que se lhe acabou de pagar 80.000 reis[500]».

Os três anos que Alonso de Remessal gastou nesta empreitada mostram que a operação realizada ultrapassou a especificidade do seu douramento. Se, como vimos, novos painéis de obra de pintura se lhe acrescentaram também se tornou imperativa a contratação do escultor Jerónimo Garcia, cuja presença só foi possível determinar-se em 1637 e, tal como sucedeu com Alonso de Remessal, através dos pagamentos efectuados: em 14 de Março deste ano, receberia 20.000 réis «a conta do que se lhe deve das imagens que fes pera o

[497] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 43
[498] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 43
[499] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 43
[500] A.D.B., Cabido, Cx. 3, Lv. 13, fl. 4v

retabolo do altar mor[501]»; mais 20.000 réis, em 6 de Junho, pelas «imagens que vai fazendo pera os taboleiros do retabullo do altar mor[502]». Finalmente, a 15 de Julho, entregaram-se:

> «quarenta mil a Jironimo Garcia escultor de Çamora, per remate de cem mil reis, que se lhe derão das imagens que fes pera o acrecentamento do retabolo[503]».

Qualificado Jerónimo Garcia como «un seguidor sin originalidade del estilo de Gregorio Fernández[504]», o estudioso espanhol Navarro Talegón duvidou - sem razão como se conclui dos pagamentos efectuados - da participação deste escultor na máquina da capela-mor de Miranda. Contudo teve o mérito de dar testemunho da realização de alguns trabalhos deste mestre escultor em zonas rurais do território castelhano. Em todo o caso, a inquestionável intervenção de Jerónimo Garcia na máquina retabular da Sé abala a tese[505] de Juan Martin Gonzalez que atribuía a Gregório Fernandes a autoria da obra de escultura.

Em de 19 de Agosto, quando Alonso de Remessal recebia o último pagamento de 80.000 réis, dava-se por concluído esta obra[506] que pela sua

---

[501] A.D.B., Cabido, Cx. 3, Lv. 13, fl. 2v
[502] A.D.B., Cabido, Cx. 3, Lv. 13, fl. 3v
[503] A.D.B., Cabido, Cx. 3, Lv. 13, fl. 4
[504] NAVARRO TALEGÓN, José - *ob. cit.*, p. 602
[505] «La catedral de Miranda do Douro encarga a los talleres vallisoletanos el retablo mayor. En 1610 recibe diversas cantidades Juan de Muniategui, ensamblador; su fallecimiento hace que tenga que continuar el ensamblador Cristóbal Velásquez. No se menciona el nombre del escultor, pero hay que hacer la salvedad de que habitualmente Gregorio Fernández trabajaba para los Velásquez. El analise estilistico revela que, efectivamente, Gregorio Fernández tiene que haber sido el autor de la parte escultórica [...]. El relieve de la Asunción es de grandes proporciones. Es prácticamente una obra de bulto completo. Es de los mayores relieves del arte castellano». MARTIN GONZALEZ, Juan Jose - *Escultura barroca en España (1600-1770)*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1988, p. 48
[506] «Em dezanove dias do mes de Agosto do anno presente de seiscentos e trinta e sete se entregarão do dinheiro que veo de Coimbra a Alonso de Remesal em satisfação da obra do retabolo com que se lhe acabou de pagar oitenta mil reis e per verdade asinou aqui com os reverendos deão e chantre.
a) Alonso de Remessal
a) O deão

importância e grandeza, ao concentrar o olhar dos crentes, se transformou não só num verdadeiro ponto de atenção como dava um notável contributo às exigências impostas pela missão catequética.

9. Sede vacante (1636-1673)

Eleito para Coimbra em Junho de 1636[507], D. Jorge de Melo viria a falecer na cidade de Miranda do Douro no início de Outubro do mesmo ano, sem ter chegado a tomar posse do bispado com sede naquela cidade[508].

Contudo, a passagem deste prelado não obstou a que a Mesa Capitular da Sé de Miranda reivindicasse, sobre a sua fazenda, o pagamento[509] de algumas dívidas, demanda esta que, em meados de 1638, seria favorável ao Cabido. Com a nomeação e falecimento de D. Jorge de Melo abrir-se-ia na diocese nordestina um longo período de sede vacante que só teria fim em 1673, depois de D. Pedro II ter nomeado D. André Furtado de Mendonça, Deputado da Junta dos Três Estados e Reitor da Universidade de Coimbra[510], para segurar a mitra da Sé de Miranda. Uma procuração passada ao seu capelão, Francisco dos Santos, nos finais de Janeiro de 1673, legitimava a posse do bispado. Porém, o antístite viria pessoalmente justificar a eleição do cargo em Junho da mesma era[511], não sendo difícil adivinhar um ambiente festivo que, desenvolvendo-se em todo o percurso, tinha o seu auge a partir do

---

a) O chantre
a) Joanne Mendez». A.D.B., Cabido, Cx. 3, Lv. 13, fl. 4v
[507] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 55
[508] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. II, pp. 33-34
[509] O total da dívida ascendia a 4.205$930 réis, constituída pelas seguintes parcelas: 334$440 réis à fábrica; 1.777$700 réis ao seminário; 2.093$790 réis ao Colégio de S. Pedro. CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 56
[510] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. II, pp. 36
[511] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 650. *Vd.*CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 87

momento em que a comitiva chegava às portas da cidade e se dirigia para a catedral, acompanhada do Cabido, religiosos e membros destacados das instituições locais. Sinos a repicar, salvas de artilharia, arcos de triunfo, as ruas alcatifadas com elementos vegetais e as janelas e balcões revestidos de colchas, encenavam a cidade enquanto eram usados como sinais[512] de poder e dele indissociáveis.

A ocorrência de um período tão dilatado em que a diocese esteve sem titular da mitra não significa que não tenha havido tentativas de remediar esta situação. Houve-as, só que após a Restauração da soberania a confirmação dos nomes propostos para bispos por D. João IV contrariavam os interesses de Espanha que, por isso, desenvolveu toda a sua força diplomática, apostada como estava em tudo fazer para que a nova situação política e religiosa não obtivesse reconhecimento internacional e, particularmente, da Santa Sé. Por isso, a eleição de D. Pedro de Meneses, D. Leão de Noronha[513], D. Estevão da Cunha e D. Martim Afonso[514], ao não obter o acatamento em Roma, ficava impedida de vigorar. Contudo, embora não surtissem efeito, estas nomeações

---

[512] Em certo sentido eram cerimónias religiosas que decalcavam usos tradicionalmente praticados pelos monarcas como se verifica no estudo de ALVES, Ana Maria - *Iconologia do poder real no período manuelino*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s/d.. Relativamente aos eclesiásticos é de grande interesse o trabalho de PAIVA, José Pedro - *O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder (1741-1757)*, in «Revista de História das Ideias. Rituais e cerimónias», vol. 15, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993

[513] D. Leão de Noronha foi nomeado bispo de Miranda em 1649. Em carta com data de 8 de Abril, D. João IV dando conhecimento deste facto ao Cabido da Sé exortava-o também ao pagamento das despesas decorrentes da nomeação: «deão dignidades, conegos, e mais Cabido eu El Rei vos envio muito saudar. Fui servido nomear para prelado dessa igreija Dom Leão de Noronha do meu concelho, e deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e porque se achou impossibilitado para o pagamento das letras, e ainda para fazer obrigação de as satisfazer quando embora cheguem ao reino vos encomendo muito façais obrigação ao banqueiro que tomou à sua conta a expedição dellas, de as mandardes pagar, e tirar de seu poder logo que cheguem ao reino pelo procedido dos rendimentos desse bispado (*) e poder com isso entregues as letrasao bispo nomeado, tomar posse dessa igreija». A.D.B., Mitra, Cx. 55, doc. s/nº

[514] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 650. O mesmo autor, deu ainda notícia de um outro bispo indigitado para a Sé de Miranda, cujo nome estava gravado numa lápide de mármore existente na igreja da Graça, em Lisboa. Trata-se de D. Pedro Pueros, irlandês, mestre de D. Teodósio, falecido em 14 de março de 1649. *Idem, ibidem*, p. 652

custavam caro à diocese, já que era a Mitra o organismo que devia suportar todas as despesas relativas «á [sic] eleição, confirmação, sagração e impetra de bullas dos bispos[515]», a quem, depois de tomar posse, se devia entregar o produto sobrante das rendas.

Dada a diferença de objectivos entre os dois países e o arrastamento da situação política, só depois da assinatura do tratado de paz, em 1668, é que a confirmação dos prelados das várias dioceses se encaminhou para o estado da normalidade.

Por conseguinte, durante quase quatro décadas o governo e administração dos assuntos diocesanos foram totalmente dirigidos pelos capitulares. Note-se que em situações similares ocorridas em outras Sés, ainda que de menor duração, os rendimentos das respectivas fábricas eram acrescidos com as rendas que cabiam aos prelados. Por esta razão, a ausência de tutela directa e permanente e a existência de mais dinheiro disponível possibilitaria que os Cabidos decidissem a execução de várias obras. Este quadro também se verificaria em Miranda, embora o seu eventual fulgor tivesse sido limitado pela fraqueza das rendas e pelas consequências decorrentes da nova conjuntura provocada pelo pronunciamento efectuado no primeiro de Dezembro de 1640.

No início do ano de 1636, quando o bispo D. Jorge de Melo já estava nomeado por Filipe IV para a diocese de Coimbra, discutia o Cabido as dificuldades sentidas pela fábrica da Sé e a verificação dos constantes atrasos na cobrança de algumas receitas de que os sucessivos prelados eram responsáveis, ao não darem satisfação atempada ao pagamento dos valores que lhes competiam. Os bispos de Miranda, como havia estipulado o Papa Pio IV, tinham a obrigação de contribuirem anualmente para a fábrica com o rendimento de duas prebendas. Este valor tinha como referência as prebendas

[515] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 651

de que beneficiavam os capitulares, cuja Mesa devia também concorrer, para o mesmo fundo, com o rendimento equivalente a prebenda e meia. Faltando às suas obrigações, voluntária ou involuntariamente, os prelados impediam a acumulação em cofre da liquidez necessária, facto que constituía um obstáculo à realização de algumas obras, visto que, até esta data, os valores das duas prebendas formavam o principal bolo das receitas da fábrica. Basicamente, era neste tipo de argumentação que assentavam as justificações dos capitulares para a não realização de obras, cuja premência, sendo algumas vezes muito notória, originava grandes faltas ao serviço da igreja, chegando mesmo a afectar o brilho exigido para o culto.

É certo que ainda no tempo de D. Jorge de Melo se tomaram algumas medidas para diminuir a pobreza da fábrica da catedral - unindo-lhe parcialmente os rendimentos da paróquia de S. Bartolomeu da Negreda[516] que era do padroado do Cabido e aplicando-lhe os excedentes da colheita das primícias das igrejas de Malhadas e Póvoa[517] que eram anexas da Sé - mas o acréscimo dos rendimentos não tinha suficiência para ultrapassar senão todas pelo menos as principais dificuldades.

Tendo presentes os condicionalismos decorrentes da limitação de recursos, no período incial da sede vacante os membros do Cabido da Sé de Miranda apontavam como realizações mais necessárias e de maior urgência:

> «retabolos, ornamentos orgaons, casa do Cabido, claustro, e outras cousas precisamente necessarias como sachristia, e choro alto, en tanto que nem para reparar o que esta feito ha possibilidade[518]».

A ultimação da máquina do altar maior e a sequente satisfação das últimas fracções do seu pagamento decerto animou os cónegos a prosseguirem na materialização destes empreendimentos de modo a que da teatralização e

---

[516] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 46
[517] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 47
[518] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 60-60v

do estímulo dos sentidos resultasse um culto mais luminoso e capaz de despertar com maior eficácia no espíritos dos crentes o aprofundamento dos preceitos religiosos.

Os magros cabedais disponíveis não aconselhavam de imediato a contratação de novos retábulos para as capelas existentes na planície da catedral. Impunha-se, por isso, escalonar as obras mais necessárias tendo em conta as possibilidades de se lhes dar execução. Aguns registos de despesas, fazem alguma luz sobre a dinâmica dos capitulares da Sé, a qual, indo no sentido de apoiarem algumas realizações públicas[519], também contemplavam, ainda que com limitada envergadura, intervenções no Paço Episcopal[520], casa do médico[521] e Sé. Nesta repararam-se os telhados[522], o órgão[523], pelo espanhol Andres Ortega, e prestou-se atenção à sacristia, chamando-se para alguns trabalhos o carpinteiro Lázaro Pires[524] enquanto, simultâneamente, se convocava o engenho do pintor zamorano, por cuja causa em:

---

[519] «O primeiro de Agosto de 637 se passou provisão de 7.000 reis pera ajuda dos custos dos canos e calçadas». Em 1642, nova provisão mandava entregar 6.000 réis a Lourenço Pimentel, vereador da cidade, para ajuda dos canos de água. Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fls. 22; 52v

[520] «Aos oito dias de Fevereiro (1638) se passou provisão pera o reverendo conego Manoel Antunes de Paiva dar 3.018 reis ao mestre das obras de hu conserto que se fes nas casas episcopais». Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 24v

[521] «se passou provisão (27 de Outubro de 1638) pera o reverndo conego Vicente Lopes de Moura veador da fazenda dar e entregar a Lazaro Pires carpinteiro 7.100 reis pera serem pagos elle e os officiais que trabalham nas casas donde vive o medico». Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 30

[522] «No mesmo dia (8 de Julho de 1637) se passou provisão ao reverendo conego Manoel de Oliveira de Escovar pera que mandasse caiar e consertar os telhados da See». Mais tarde, (29 de Maio de 1640), «se passou provisão pera que o reverendo mestre escola fabriqueiro [...] dar a Francisco Raposo desta cidade (de Miranda) 3.472 reis pello concerto dos telhados da See». A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fls. 21, 42

[523] «Aos quatro de Abril se passou provisão para o conego Manoel de Oliveira fabriqueiro deste anno de a Andres Ortega 4.000 reis de concertar os orgaos». A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 19v

[524] «se passou provisão (9 de Maio de 1637) ao reverendo conego Manoel de Oliveira fabriqueiro para dar 4.000 reis a Lazaro Pires pellos fachios e banco da samchristia». Este mestre carpinteiro faria ainda a «estante do choro» por 9.000 réis que se lhe acabaram de pagar em 1643. A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fls. 20, 54v

«28 de Junho (de 1638) se passou perovisam pera o reverendo conego Francisco Barbas pagar a Allonço Ramaçal 8.000 reis pella pintura do retabolo da samcristia[525]».

Este retábulo, que continha alguns painéis pintados, seria desmontado posteriormente, talvez no episcopado de D. João de Sousa Carvalho (1716-1737) porquanto no inventário da fábrica da Sé, iniciado em 1720, o padre Carlos Esteves, sacristão da Sé, ao enumerar «os quoadros e espelhos da mesma Sé» declarou estarem «em caza do Senhor bispo coatro coadros que estavão na sanchristia, e mais tres depois dos que se tiraram do retabollo da sanchristia[526]».

O aprimoramento da sacristia parece corresponder à finalização de outras obras iniciadas pelos anos de 1622, quando à frente da diocese se encontrava o bispo D. Frei João de Valadares, as quais se estenderam também a uma das torres. No primeiro quartel do século XVII, tanto a sacristia como a capela de Nossa Senhora dos Remédios utilizavam madeira na sua construção. Justifica-se esta afirmação com o facto de, em 1622, se ter comprado:

«a Domingos Cordeiro (da povoação) de Cerceo tres olmos para o madeiramento da sacristia e Nossa Senhora por mil e quinhentos reis[527]».

Nesta povoação, ter-se-ia ainda comprado mais madeira para estas obras, já que, se pagaram quatrocentos réis pelo «carreto da viga e mais madeira[528]». Registadas no «titulo dos gastos meudos da fabrica» da Sé, estas despesas sendo pequenas são importantes na medida em que se afirmam

---

[525] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 28v

[526] RODRIGUES, Luís Alexandre - *A Sé de Miranda. O inventário da sua fábrica no primeiro quartel do século XVIII*, Separata da Revista MUSEV, IV Série, nº 7, Porto, 1998, p. 239

[527] A.D.B., Cabido, Cx. 29, *Livro que he das despesas e gastos e partidos dos menistros da Sée*, fl. 110v

[528] A.D.B., Cabido, Cx. 29, *Livro que he das despesas e gastos e partidos dos menistros da Sée*, fl. 110v

como indicadores de que, nesta época, a catedral não era a massa pétrea que hoje conhecemos.

Árvore de grande porte, em processo acelerado de extinção nos nossos tempos, o olmo, pelas suas qualidades de resistência e envergadura, prestava-se para o travejamento de edifícios, sobre o qual corria a estrutura de madeira que, na sacristia e capela de Nossa Senhora, suportava os telhados.

Se alguns gastos de pouca monta confirmam obras de rectificação a que se sujeitavam os telhados destes espaços, também no quadro seguinte se apontam outras reparações que correram na torre e participação do entalhador Domingos Martins, em obras para a sacristia, e do carpinteiro espanhol Francisco Navaio.

Quadro 7

Mãos, materiais e geiras [em 1622(?)]	**valores em réis**	**Fonte**
«A Miguel Alves por amassar a cal e apagua la»	350	A.D.B., Cabido[529], Cx. 29, fl. 110v
«Comprou pera os telhados vinte e cinco canteados pera a sancristia e cappella de Nossa Senhora	1.080	*Ibidem*, fl. 111
«De trezentos e trinta alqueires de cal pera os telhados	5.452	*Ibidem*, fl. 111v
«A Francisco Pires alvanhil [...] once dias a cento e corenta reis»	1.540	*Ibidem*, fl. 111v
«A Pedro Gomes servidor de dez dias»	1.000	*Ibidem*, fl. 111v
«De aguoa pera esta obra»	122	*Ibidem*, fl. 111v
«De tres cargas de aguoa»	52	*Ibidem*, fl. 111v
«De oito carros de area»	320	*Ibidem*, fl. 111v
«A Francisco Pires alvanhil que andou na torre convertendo o telhado»	350	*Ibidem*, fl. 112
«A Miguel Alves o mesmo de dous dias e meio»	350	*Ibidem*, fl. 112
«A Pedro Gomes servidor»	250	*Ibidem*, fl. 112
«A Pedro Gonçalves servidor»	150	*Ibidem*, fl. 112
«De trezentos e setenta adobes pera tapar o arquo da torre»	740	*Ibidem*, fl. 112
«De aguoa pera esta obra»	100	*Ibidem*, fl. 112
«A Domingos Martins carpinteiro [...] de concertar huns quadros e as sacras»	140	*Ibidem*, fl. 112v
«De dous canhoes pera o lavatorio»	160	*Ibidem*, fl. 112v
«A Francisco Navaio de hu dia que andou apertando os sinos»	140	*Ibidem*, fl. 112v
«A Francisco navaio por hus pes pera a banqua da cera»	160	*Ibidem*, fl. 113v

[529] *Livro que he das despesas e gastos e partidos dos menistros da Sée.*

Na medida das possibilidades, os capitulares não esmoreciam na tentativa de aprimorar o culto. Por isso, a par da importância concedida à música[530] também se encomendavam novos paramentos[531], recorrendo neste particular, mais uma vez, aos serviços de artífices de Zamora como era o casuleiro Fernão Vaz.

Praticamente no início deste período de sede vacante ocorreria o pronunciamento dos conjurados que terminaria com quarenta anos de submissão do nosso país à coroa dos Filipes. A nova conjuntura que então se desenhou obrigando a um esforço de preparação para os previsíveis embates ultrapassou em muito o domínio político, ao obrigar os corpos sociais do país a compromissos económicos extraordinários. A premência destas exigências não deixaria de fora uma ordem social tradicionalmente privilegiada como era o caso do clero. Tratando-se de levantar o país na defesa da soberania readquirida, a todos se exigia o seu contributo. Ao clero seria lançada a décima enquanto a administração eclesiástica seria igualmente sujeita a outras contribuições obrigatórias e a fazer alguns empréstimos para que os exauridos cofres centrais pudessem sustentar o esforço militar que se impunha.

Administrando uma vasta área fronteiriça na qual se abriam fáceis vias de penetração ao invasor, não se poderão estranhar as ajudas solicitadas ao clero mirandês, tanto mais que nos métodos bélicos frequentemente praticados se contavam o saque e incêndio das povoações.

---

[530] Como decorre da provisão (26 de Março de 1640) a favor de «Joseph Rodrigues ministro de cornetilha e charamella pera se lhe dar 40.000 reis do partido que pagara o reverendo fabriqueiro». A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 38

[531] «Fernão Vaz vestimenteiro de Zamora recebeu 16.000 reis da mão do mestre escola (25 de Maio de 1640)»; «aos dose dias Outubro 1640 se passou provisão pera que o reverendo chantre de e entregue do dinheiro que tem que recebeo pelo conego Manoel Antunes de Paiva 12.400 reis a saber des mil a Fernão Vaz casuleiro de Samora e seis cruzados ao relogeiro que consertou o relogio»; A seguir a estes pagamentos Fernão Vaz receberia um outro de 70.170 réis. A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fls.39v, 42v

De facto, a existência do cargo de recebedor das rendas do bispado e o conhecimento das receitas e despesas permitem-nos acompanhar quase *pari passu* algumas das formas como o Cabido contribuiu para o esforço de guerra. O falecimento do cónego Manuel Antunes de Paiva, recebedor «desde dia de São João de seiscentos e trinta e seis, em que começou a See vacante athe outro tal dia de São João de seiscentos e cinquenta[532]», obrigou o seu substituto, o chantre Afonso de Morais Colmeeiro, a apresentar a contabilidade dos catorze anos em que as responsabilidades pertenceram ao cónego defunto. No entanto, após 1650 também se conhecem alguns números que traduzem o apoio da diocese mirandesa às solicitações de D. João IV. Aliás, este documento, lavrado em 19 de Junho de 1661, referindo alguma da correspondência do monarca para o Cabido, dá notícia da ordem régia para, após 1650, se levar a Lisboa o dinheiro das rendas, bem como da solicitação de alguns empréstimos.

Durante os catorze anos e meio em que o cónego Manuel Antunes de Paiva foi recebedor, os rendimentos do bispado atingiram um valor próximo dos cinquenta contos de réis enquanto as despesas não atingiram os doze contos e meio. Além das chamadas despesas ordinárias, no valor de 8.943.934 réis, enumeraram-se outras relativas a colheitas e transportes, pensões, caminheiros, esmolas, custas e demandas, quebras de rendas e obras. Atingindo estas o valor de 3.279.407 réis será útil evidenciar a modéstia relativa dos 175.877 réis que se gastaram em obras. Mesmo assim, convém notar que a indicação deste parâmetro, não sendo acompanhada de nenhuma especificação, leva-nos a pensar tratar-se de despesas efectuadas na generalidade das igrejas da área do bispado, facto que pode ou não incluir a Sé.

---

[532] A.D.B., Cabido, Cx. 31, Pt. 12, doc. s/nº

Em todo o caso, a desproporção das despesas com obras mostra como no período imediato à Restauração da independência a execução de obras, fossem novas ou de simples manutenção, passou para segundo plano.

Em períodos de grave crise, os interesses militares sempre se colocaram à frente de quaisquer outros. Será, pois, nesta linha de orientação que os fundos provenientes das rendas serão sucessivamente canalizados para o desorganizado sistema militar. As remessas de dinheiro para ajuda na defesa das praças da Beira e Alentejo era frequente[533]. Porém as investidas ou ameaças do inimigo na fronteira próxima obrigavam a um trabalho atento, cuja persistência seria louvada por alguns dos governadores das armas da província de Trás-os-Montes, como Francisco de Sampaio, D. João de Sousa, Rui Figueiredo de Alarcão e pelo Conde de Atouguia.

Desta forma, fosse para a compra de cavalos, para socorro de soldados de várias companhias e tropas «volantes», para a compra de pólvora, munições e peças de artilharia e seu transporte fluvial, Douro acima até às barcas de Foz Tua, e terrestre, valia o dinheiro que o Cabido conseguia juntar. Evidentemente que os paisanos, onde por vezes se contavam numerosos clérigos, que entravam na Praça de Miranda, fosse para ajudar à sua defesa ou simplesmente na busca de protecção, também tinham que ser socorridos com o dinheiro da igreja. Por outro lado, o estado das fortificações também se revelava uma fonte inesgotável de despesas como se vê pela entrega de 800.000 réis, em 26 de Outubro de 1650, ao «tesoureiro nomeado para as

---

[533] «A provincia de Tras os Montes com a primeira notícia da acclamação Del Rei em Lisboa, se separou dos reinos de Galiza, Castella, e Leão com quem confina, sem ficar lugar algum de todo este districto, que não tomasse as armas não só para se defender, senão para maltratar aos inimigos». MENESES, Luís de (D.) - *Historia de Portugal Restaurado*, T. I, Lisboa, Na Officina de João Galrão, p. 245. Continuando as escramuças de um e outro lado da raia, numa segunda fase, outras zonas fronteiriças ganharam maior projecção estrátégica. Nesta medida, em 1661, podia escrever-se que a «provincia de Tras os Montes não padeceu este anno os penosos estragos da guerra; porque o emprego das armas de Castella se apllicou todo ás emprezas de Alentejo, e Entre Douro e Minho». *Idem, ibidem*, T. II, pp. 348-349

fortificações[534]», o Doutor Francisco Geraldes. Provavelmente do mesmo ano será o pagamento efectuado para se resolverem algumas debilidades que a fortaleza mostrava. Para se aumentar a segurança foi necessário executar:

> «obras e consertos do muro, signo das vegias, portas da cidade, plataforma, reductos, e trincheiras junto a See[535]».

O desvio quase sistemático de fundos para finalidades diversas, explica que, durante mais de uma década de intermitente conflitualidade o Cabido não tivesse a necessária capacidade financeira para realizar obras no campo que lhe competia. Por isso, só quando o século atingiu o seu ponto médio, verificado-se, ainda que irregularmente, a atenuação das principais condicionantes, o abrandamento do clima de conflitualidade e a adequação conjuntural da malha defensiva, se reuniram as condições necessárias para o lançamento de algumas empreitadas.

Pelo que se conhece na Sé de Miranda, a orientação destas obras privilegiou claramente o interior do templo, já que a dignificação do culto impunha que alguns altares fossem revestidos de talha.

Em 3 de Setembro de 1650, Manuel Marcos, natural da povoação de Prado Gatão, no planalto mirandês, no seguimento de uma provisão[536] do Cabido, assinava um recibo em que declarava ter recebido:

> «quinze mil reis que se lhe estão devendo do resto do retabolo que fes no altar de Nossa Senhora dos Remedios[537]».

---

[534] A.D.B., Cabido, Cx. 31, Pt. 12, doc. s/nº

[535] A.D.B., Cabido, Cx. 31, Pt. 12, doc. s/nº

[536] «Nos o deão e Cabido da Sé desta cidade de Miranda sede episcopale vacante etc. pela presente ordenamos e mandamos o reverendo conego Antunes de Paiva que do dinheiro que e dos rendamentos deste (*) de a Manoel Marcos do lugar de Prado Gatão quinze mil reis que se lhe estão devendo do resto do retabolo que fes no altar de Nossa Senhora dos Remedios os quais quinze mil reis serão per emprestimo á fabrica desta Se per ao presente não ter dinheiro»; «Per não haver de presente dinheiro e ser da Mitra ordenamos que o arcediago de Bragança empreste da nossa fazenda os quinze mil reis contheudos nesta provisão e depois se mandarão tornar em Cabido a 24 de Setembro de 650».
A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 92

Apesar da soma envolvida ser modesta, precisou a fábrica da Sé de recorrer a fundos que não lhe pertenciam para pagar esta dívida. Em finais do mesmo mês, por conta da mesma empreitada[538], Manuel Marcos receberia o valor de 40.000 réis que o Cabido lhe mandou pagar.

Porém, as dificuldades financeiras da fábrica não impediram que, em 1662, o mestre António Lopes de Sousa recebesse trinta mil réis para poder iniciar «a obra do Santuario[539]» das Relíquias que, em 1629, por «mal conservadas[540]» não eram objecto de grande devoção popular. Natural da vila de Torre de Moncorvo, António Lopes de Sousa, ainda no final do ano de 1664, reclamava do Cabido o pagamento de algum dinheiro que lhe deviam por obras realizadas na Sé. Intitulando-se mestre de obras de arquitectura, levantava o véu sobre o seu nível de vida quando, no mesmo documento, se reconhecia como um «home pobre». Todavia, no acordão do Cabido que mandava ao cónego fabriqueiro, Adrião de Escovar, pagar o atrasado, o mestre é apelidado de escultor. Esta dívida relacionava-se com o «retabolo das Reliquias[541]», principiado[542] em 1622, e «outras obras que fez», a saber:

> «vinte mil reis que se lhe estavão devendo da obra do retabolo das Reliquias e que se lhe acabe de satisfazer a escriptura em que nos

---

[537] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 92

[538] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. VII, p. 291

[539] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 39

[540] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 113

[541] De acordo com o padre José de Castro, em 1545, a rainha D. Catarina ofereceu à Sé de Miranda várias relíquias (de que dá a lista) provenientes de Magúncia. Além do «Santo Lenho numa cruz de prata» contavam-se vários ossos de santos e santas. CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 113. Em 3 de Junho de 1611, também o bispo D. José de Melo. doou à mesma Sé várias relíquias. Desta doação constavam as seguintes: «Santo André, apostulo; S. Benedito Abbade; S. Fabiano e Lino Papas, martires; S. Probo, Sempronio, Clemente, Malcho, Donato, Pancracio, Rufino, Braz, Spridonio, Crispim, Athanazio e Tito, martires; Santa Agatha, Flavia, Primitiva, Emiliana, Bassilisca e Davis, virgens e martires». ALVES, Fracisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 518. CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 113. Relativamente às relíquias existentes em 1720, publicamos a respectiva relação no estudo RODRIGUES, Luís Alexandre - *A Sé de Miranda. O inventário da sua fábrica no primeiro quartel do século XVIII*, Separata da Revista MVSEU, IV Série, nº 7, Porto, 1998, pp. 224-226

[542] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 113

consertamos, e oito mil reis mais lhe mandamos dar demais per fazer os meios corpos e braços fora do contrato, e outras obras[543]».

Também o altar de Santo Amaro seria objecto de atenção, como se pode concluir da obrigação que o pintor António de Oliveira, morador na Vila de Torre de Moncorvo, assinou no início de 1666. Nas suas linhas de orientação, este documento circunscrevia a obrigação que o mestre assumia em «pintar e dourar, e estofar o retabolo[544]», depois de o aparelhar pelo recurso a processos técnicos que, futuramente, salvaguardassem a boa qualidade e duração do douramento. Para esta arquitectura de madeira, que devia enquadrar o nicho de Santo Amaro, cuja imagem de vulto seria dourada, gravada e estofada, comprometia-se António de Oliveira a pintar alguns quadros com as imagens de S. Lourenço, S. Vicente, santo Antão Abade, S. Gonçalo com hábito de S. Domingos, S. Luís, rei de França, S. Paulo e santo Onofre[545]. Apresentando Agostinho de Varge como fiador para a realização deste empreendimento, comprometia-se ainda «a pintar «mais o arco (da capela) na conformidade do arco da capella de S. Heronimo e tudo em preço de sessenta e dous mil reis[546]». Neste preço incluía-se ainda a pintura e douramento «com dous vasos de flores e com folhaxens[547]» da fresta da capela de Nossa Senhora dos Remédios.

Com data de 25 de Maio de de 1672, um «Assento que se tomou sobre se pedir a Sua Santidade haja por bem gastado o dinheiro que da Mitra deste

---

[543] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 44; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. VII, p. 540. Este autor, com a autoridade que lhe assiste de ter sido fundador do Museu que hoje ostenta o nome com que popularmente é mais conhecido (Abade de Baçal) refere que os relicários executados por António Lopes de Sousa são os que se expõem na mesma instituição. Desta forma, mostra-se que o autor das paginas dedicadas à escultura, incluídas na publicação com que se pretendeu celebrar, após polémicas e custosas obras, a recente reabertura do Museu Abade de Baçal, não tem razão ao admitir, apenas por facilidade e sem fundamento justificado, a possibilidade de serem originárias da igreja dos Jesuítas em Bragança. *Vd. Museu do Abade de Baçal. Bragança, s/l.*, Instituto Português de Museus, 1994, p. 86

[544] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 94; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. VII, p. 365

[545] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 94. ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. VII, p. 365

[546] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 94

[547] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 94

bispado se dispendeo em obras desta Sé», dá-nos algumas notícias. Neste documento, a questão das limitações da fábrica, mais uma vez seria abordada. Mostrando-se a sua insuficiência, aí se diz não bastar para:

> «os partidos do sacristão, musicos, e mais ministros, despeza da cera, e outros gastos [...]: e não ter renda, com que pudesse acodir a outras couzas necessarias que a dita fabrica devia fazer, e se fizerão das rendas da dita Mitra pelo discurso de trinta e seis annos, pouco mais ou menos, que está vaga, tomandosse algumas vezes o dinheiro por emprestimo para a mesma fabrica[548]».

O recurso a empréstimos, não sendo frequente, foi algumas vezes a solução encontrada para superar os diversos problemas com que o Cabido se deparava. Fosse para comprar cera[549] para os ofícios divinos ou para efectuar outros pagamentos urgentes, havia sempre o recurso ao empenho de algumas peças de prata[550] que os conventos de freiras, concretamente o de S. Bento de Bragança, recebiam.

Todavia, tendo presentes as dificuldades apontadas, a vacatura da Sé permitia o recurso ao dinheiro da Mitra, o que constituía um complemento essencial para se fazerem algumas reparações e se lançarem importantes obras:

> «como foi hum ornato inteiro de tella branca hum claustro com seu poço, por não ter agoa nenhua a Sé duas capellas com seus retablos dourados, hua de S. Amaro, e outra santuario para as Reliquias. Hum retablo e sacrario para o Santissimo Sacramento que se está acabando, e se ha logo de dourar. Hum coro alto, que de novo se fez. O concerto da torre dos sinos, e dous que de novo se fizerão. O reparo que se fez em todo o telhado da Sé, e madeiramento. A sacristia, que tambem se fez de novo com as cazas altas. A armação, que se fez de tafetás carmezi e amarello para toda a Sé. O esquife com oito archibancos de moscovia. Dous pulpetos de pau preto bronzeado. As vidraças, que diversas vezes se fizerão e reformarão com grande dispendio, assi pelos

[548] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 176-177
[549] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 11
[550] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 2, fl. 38

officiaes virem de longe como por estar esta Sé exposta a grandes temporaes. O retablo, que se fez de novo, e se dourou de Nossa Senhora dos Remedios. Despezas, que se fizerão nas exequias dos reis e principes deste reino. Calices de prata, custodia, hum resplandor para o trono do Santissimo Sacramento de quinta feira maior, e pianha para o mesmo ministerio, e estrados de madeira para o pavimento da Sé e finalmente ornamentos de varias cores com vestimentas, e capas, e outras mais obras e miudezas, que constão de papeis. Como tambem vinte vestimentas de damasco das quatro cores, que se tem mandado fazer. Hua sacra de prata para o altar mor dous panos pretos para o sepulcro de sexta feira da cruz. Em as quaes obras, e outras miudezas se terão gastado athe vinte mil cruzados pouco mais ou menos [...] entrando tambem dous frontaes de tella branca com guarnição de ouro para os altares collateraes, e hua cortina para a porta do sacrario da mesma tella[551]».

Terminadas as obras nos altares das Relíquias e de Santo Amaro, o desejo de engrandecimento das invocações colocadas no interior da catedral estender-se-ia agora ao altar do Santíssimo Sacramento. Tal como o de Nossa Senhora do Rosário, o altar do Santíssimo, em 1581, tinha uma disposição lateral[552] no plano da igreja. Nele seria erguida a confraria do mesmo nome, uma das quatro existentes - Senhora do Rosário, Senhora dos Remédios e Santo Amaro[553] - antes de, em 1636, se abrir um período de sede vacante. Relativamente aquela confraria, em Outubro de 1611, em Cabido pleno determinou-se:

«que a confraria do Sanctissimo Sacramento se desse aos cidadoes pedendo elles com muita instancia com condição que pague todo o atrassado que deve a confraria e que cumprirão os estatutos que se lhe dere e desta maneira se lhe de e de outra não[554]».

---

[551] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 176-177
[552] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 2, fl. 60
[553] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 52
[554] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 55

A esta decisão, tomada por maioria, deviam ter-se seguido algumas dificuldades porque só em meados de Junho do ano seguinte a sua administração passaria para a responsabilidade dos cidadãos, quando:

> «em Cabido parecerão Antonio Pegas e Antonio de Varejão cidadoes desta cidade (de Miranda) e em nome della pedirão se lhe largasse a confraria do Sanctissimo Sacrameto [sic] pera a governare como sé(m)p(r)e costumavão e o Cabido deu por bem largar lhe e se lhe entregou logo livro e bulla e o mais[555]».

Em data que desconhecemos a capela do Santíssimo Sacramento receberia retábulo e sacrário. Porém, em 7 de Janeiro de 1672, o problema da decência desta capela seria discutido em reunião de Cabido. Daqui resultou um «assento que se tomou sobre se fazer o sacrario, e retabolo da capella do Senhor[556]», porquanto:

> «estava muito damnificado, e aruinado, com o tempo, e pouco decente pera depozito do Senhor[557]».

Pretendendo-se que estas obras fossem feitas de novo, lançar-se-ia mão do dinheiro das rendas da Mitra pela razão da «fabrica desta Se não ter dinheiro pera esta obra[558]». Desejando-se que esta máquina fosse executada com «toda a perfeição», contratou-se o mestre Francisco Lopes de Matos que se obrigou à sua fábrica pela quantia de 325.000 réis de que recebeu logo 125.000 réis. O Cabido encarregou[559] o seu presidente, o chantre Afonso de

---

[555] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 61

[556] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 173v-174. *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 529; CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 112; GONÇALVES, Flávio - *História da Arte. Iconografia e crítica*, s/l., Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s/d., pp. 242-243

[557] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 173v

[558] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 173v

[559] Além de Afonso de Morais Comieiro, foram responsáveis por esta encomenda Luís Machado Pereira Pinto, mestre-escola, Francisco Rodrigues, arcediago de Mirandela, Francisco Simões de Sousa, arcediago de Bragança, e os cónegos Antonio Martins (?), Francisco de Morais, Francisco Cabral de Aragão, João Fernandes, Filipe Ochoa, Manuel do Campo da Veiga, Brás Ferreira Sarmento e Manuel de Araújo.

Morais Colmieiro, para, em nome da Mitra, assinar a respectiva escritura de obrigação.

Do «assento» do Cabido, parece poder concluir-se que o retábulo não foi arrematado em praça pública já que o nome do mestre surgiu por escolha directa e não como consequência de um lance. Estas considerações, mostrando o reconhecimento que os membros do Cabido devotavam ao trabalho de Francisco Lopes de Matos, deixam também adivinhar que, nesta ocasião, o mestre estava em Miranda, cidade onde se lavrou a respectiva escritura. Sendo natural de Viseu, a sua permanência nesta cidade decorre certamente da arrematação de outras empreitadas na Sé ou em igrejas das proximidades. Só assim se explica a confiança que os cónegos da Sé nele depositavam.

A boa fé no relacionamento com este mestre seria confirmada alguns anos mais tarde quando, em meados de Agosto de 1681, os capitulares resolveram:

> «*nemine discrepante* que convinha muito para maior veneração do Sactissimo Sacramento que se espoem na Semana Sancta na ocazião das corenta oras se fizese hua trebuna[560]».

Esta decisão seria acompanhada de algumas orientações relativas à sua localização. Assim:

> «assentarão que se fezesse no altar de Nossa Senhora dos Remedios por não haver outra parte donde se fazer comodamente e com menos despendios, e que para isso se havia de furar a parede, e fazer hu camarim da parte de fora da Se, e que os gastos fossem todos por conta da fabrica[561]».

---

[560] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 208v

[561] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 208v-209; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 529; CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 112; GONÇALVES, Flávio - *História da Arte. Iconografia e crítica*, s/l., Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s/d., pp. 242-243

O cónego Francisco Luís, arcediago de Mirandela, que na altura era o fabriqueiro da Sé, pagaria imediatamente ao mestre e familiar do Santo Ofício, Francisco Lopes de Matos, 60.000 réis para começar a tribuna. Esta seria construída em madeira «conforme a capacidade do lugar (e) com a maior prefeição[562]». Apesar da quantia inicialmente adiantada, referia-se a indicação do Cabido[563] para que:

> «(não) assentasse preço nenhu com elle porque este se faria depois de assentada a obra o que fosse justo, e racionavel, e se ouvesse algua discordia se avaliaria a obra por pessoas que entendessem[564]».

Será necessário considerar algumas das obras referidas no documento de 1672, para assim nos podermos aproximar do conhecimento do edifício na segunda metade do século XVII, tanto mais que a organização dos volumes, massas e materias então utilizados apresenta algumas diferenças relativamente à configuração actual do edifício. Está neste caso a sacristia, então feita de novo e em cuja execução se tirou partido da totalidade do seu volume, como a designação de «cazas altas» permite concluir.

Já a obra do coro alto, apontada como necessária no início da sede vacante, pode corresponder ao erro cometido na sua construção - como

---

[562] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 208v-209; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 529

[563] Nesta altura, o Cabido tinha a seguinte composição: Domingos da Rocha, chantre, Francisco Rodrigues, arcediago de Mirandela, João de Morais Silva, arcediago de Sé, António Martins, António Pires de Paiva, Leonardo Novais, António de Morais Antas, Francisco Cabral de Aragão e António Pegado.

[564] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 209; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 529. ALVES, Alexandre - *Artistas e artífices*, in «Beira Alta», vol. XLII, fascículo 4, Viseu, 1983, pp. 675 e ss.. Nasceu em S. Martinho de Orgens (Viseu) e teve carta de familiar do Santo Ofício, em 18 de Fevereiro de 1677. Francisco Lopes de Matos morava em Viseu «na rua do Soar, foi um dos grandes mestres viseenses do século XVII, na arte de trabalhar a madeira». Além de ter exercido o seu ofício na região de Viseu e de Miranda também levou a sua arte à região de Aveiro. Provavelmente foi da sua autoria o retábulo da capela-mor do destruído convento de S. Francisco de Orgens, onde deve ter aprendido a arte. Ainda de acordo com Alexandre Alves, morreu em 1683. O sacrário desta máquina, aproxima-se do exemplar que está na capela-mor da igreja do antigo convento franciscano de Mogadouro. Nesta sentido, é legítimo o alargamento geográfico da acção deste mestre.

apontava Manuel Severim de Faria - mas igualmente resultava da incapacidade do coro baixo, razão pela qual, no princípio do século XVII, o Cabido se viu obrigado a limitar o acesso a este espaço. No entanto, a sua dimensão acanhada continuou a ser fonte de problemas. Por isso, em meados de Outubro de 1686, em reunião do Cabido, que contou com a presença do bispo D. Frei António de Santa Maria, mais uma vez esta questão foi discutida. Embora a matéria tenha suscitado «altercações de opiniões», a votação determinou:

> «que do dia primeiro de Novembro deste prezente anno em diante se uzasse do choro de sima[565]».

Contudo, previam-se alguns momentos em que os cónegos rezariam no coro de baixo: «a hora da terceira missa e sexta» e ainda nos domingos e festas em que houvesse procissão.

A decisão da mudança para o coro alto, sendo acompanhada de indicações relativas à ocupação de lugares, oferece-nos também algumas referências relativas às aberturas existentes e, de um modo geral, ao novo ambiente:

> «no que toca ao capitular no coro de sima se destinassem as duas primeiras cadeiras de sima junto da genella grande para os capitulares que tem lugar em sima no tal coro, e que os meios conegos capitulem da sua cadeira [...] e porquanto era mais penozo o sobir as escadas declarava Sua Illustrissima que se não pudesse atte o segundo gloria patri do primeiro salmo da reza, e que para maior commodidade no periodo de Inverno (não) chovesse no meio do coro o brazeiro acezo para moderar o rigor do frio, e que as tres genellas atte á do coro, como as outras duas que a elle ficão contiguas mandasse logo o reverendo fabriqueiro fazer vidraças por conta da fabrica e enquanto estas se não fazião se remediassem, e cobrissem as tais genellas de enserados de lenso, em forma que o coro fique claro, e reparado[566]».

---

[565] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 245-245v
[566] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 245-245v

O facto de chover no coro, fazendo justiça ao rifão popular que diz que telha de igreja sempre goteja, colocava novamente o problema da necessidade de reparações na catedral. Nesta medida, importa considerar algumas resoluções que o Cabido tomou no plenário de 1 de Setembro de 1684, em período de sede vacante por ter ocorrido no mês anterior o falecimento do bispo D. Frei Lourenço de Castro. Em causa estavam:

> «a falta que ha de ornamentos nesta Santa Se, e haver obras precisas a que acudir, que pedem grandes despezas [...] para o serviço de Deus e conservação da Santa Se que tão destituida se achava em risco de cahir e de se arruinar o tecto, e madeiramento e telhado e caza da sacristia que tudo se tinha visto por muitas veses de mandado do Senhor bispo defuncto com ordem sua para se reparrar [sic] e refazer[567]».

Porém, a vontade de se enfrentarem estas contrariedades colidia com a escassez dos rendimentos da fábrica. Sendo necessário encontrar a fórmula adequada para a obtenção de liquidez, recorreu-se a uma solução que consistia na venda da prata da Sé. No entendimento dos membros do Cabido, justificava-se tal atitude:

> «por haver quantidade de prata nesta Santa Se, que ficava dos Senhores bispos passados e a mais della ser inutil e não ter serventia, nem outros Senhores bispos successores [sic] e antepassados uzarem della[568]».

Determinando-se o modo como se devia negociar a prata, a necessidade de alfaias, algumas capituladas em visitação anterior, alargaram as vendas a outros objectos ricos:

> «se mandasse vender logo a ditta prata que se pudesse vender, e que tivesse menos serventia, entregandosse ao reverendo fabriqueiro que hoje he o reverendo conego Diogo Mexia Godines para a vender as pessoas que aqui a quizerem comprar ou mandar aonde melhor se

[567] A.D.B., Cabido, *Assento qe se tomou por ultimo acerca da prata escusada e que não tem serventia nesta Se e provimento dos medicos da Mitra e Mesa Capitular*, Cx. 1, Lv. 4, fl. 235
[568] A.D.B., *Assento qe se tomou por ultimo acerca da prata escusada e que não tem serventia nesta Se e provimento dos medicos da Mitra e Mesa Capitular*, Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 235

possa vender, fazendosse declaração de cada peça e do peso della [...] e que do dinheiro mandasse fazer logo os novos castiçais mandados pella proxima vesita do Senhor bispo defuncto por preço, troca, ou compra, onde melhor se possão obrar, mandando tãobem vender as mitras ricas que são duas excepto a antiga das pedras, como tãobem as gremiais, aneis de prata e ouro, cruzes de prata e metal e os bagos lizos e sobredourados com figuras e outros vazos e mais prata [...] e outras miudezas mais que não tem serventia[569]».

Quadro 8

«Declaração de cada peça de prata que se entregou ao reverendo fabriqueiro com o peso de cada hua de per si	**Onças**	**Oitavas**
Hua salva que pesa vinte e sete onças e he de floroes	27	
Hum jarro com frizos dourados que pesa trinta e hua onças menos duas oitavas	31	
Hum prato grande com frizos dourados que pesa secenta e hua onças	61	
Outra salva de flores que pesa outras vinte e sete onças	27	
Outra salva semelhante que pesa as mesmas vinte e sete onças	27	
Hum vaso de ablusão que com sua sapadoura pesa vinte e tres onças menos hua oitava	23	
Hum prato lizo com huas anchoras no meio e pesatrinta e nove onças e duas oitavas	39	2
Seis canudos de bago velho lizos pezão trinta e oito onças e meia	38.1/2	
O alto do mesmo bago com figuras e peças pesa dez marcos menos onça e quarta com declaração que entra neste peso o ferro que tem dentro e que se ha de abater quando se desfeser para se vender	80	
Hua caixa de hostias liza que pesa quize onças e meia	15.1/2	
Hum prato lizo pequeno que pesa desasete onças e duas oitavas	17	2
Dous frasquinhos de prata lizos quadrados que pesão desoito onças e duas oitavas	18	2
Hua naveta que pesa desaseis onças e duas oitavas	16	2
Hua caldeirinha pequena que pesa treze onças e meia	13.1/2	
Dous vasos pequenos que servem de oleo pesarão quinze onças menos duas oitavas	15	
Hua campainha quebrada pesou treze onças e meia	13.1/2	
A patena do oleo pesou tres onças e sinco oitavas	3	5
Duas galhetas pequenas pesarão nove onças e duas oitavas	9	2
O turibulo pesou trinta e tres onças	33	
Hua tigella do balsamo com sua culher pesa sete onças e duas oitavas[570]	7	2
A trempe do turibulo pesou sete onças e duas oitavas	7	2
Hua prancha de prata tosqua pesou dez onças menos duas oitavas	10	
Hum portapaz pesou oito onças e meia	8.1/2	
O bago lizo do Senhor D. Andre pesou setenta e quatro onças	74	

[569] A.D.B., *Assento qe se tomou por ultimo acerca da prata escusada e que não tem serventia nesta Se e provimento dos medicos da Mitra e Mesa Capitular*, Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 235-239v

[570] À margem esquerda: «Esta fica».

Duas galhetas pequenas a modo de gumis pesarão quinze onças menos duas oitavas	15	
Hua palmatoria pesou doze onças e meia	12.1/2	
Hua tisoura de espevitar pesou tres onças e meia	3.1/2	
Hum ponteiro pesou seis onças menos duas oitavas	6	
Hua stante pesou tres arrateis e tres onças	51	
O lavabo inter inoscentes pesou tres arrateis menos sinco onças e meia	42.1/2	
Hum evangelho de S. João pesou quatro arrates menos sete onças e meia	56.1/2	
Hua crus de prata com crucifixo da mesma que pesa sinco onças	5	
Outra crus de prata liza pesa tres onças e meia	3.1/2	
Hum anel de prata dourada com pedras de vidro e com ellas pesou duas onças e sinco oitavas	2	5
Dous corchetes com suas femeas que pesarão onça e meia	1.1/2	
Hum anel com pedra roxa que mostra ser de ouro que se não pesou em rezão da pedra e se não saber o que darão por elle		
Hua crus de latão pequena que se avaliou em hu cruzado		
Hum Cristo de metal pequeno posto em hua crus de pao preto que se avaliou em hua pataca		
Hua mitra cortada de ouro com suas pedras		
Outra mitra bortada de ouro com suas pedras		
Outra mitra bordada de ouro sem pedras que forão dos Senhores bispos defunctos, e imediatos		
Hum gremial vermelho de tella encarnada com armas dominicanas bordadas de ouro		
Dous gremiais de tella branca com cruzes bordadas de ouro».		

Parte desta prata seria vendida a Afonso Preto[571], mercador de Miranda do Douro, à razão de 581 réis a onça e 4.650 o marco. Na realidade foi este

[571] «Rol da prata que mandamos vender como fica no termo retro proximo declarado com declaração do pezo de cada peça, a qual prata se vendeo por nossa ordem a Afonso Preto mercador desta cidade a preço de quatro mil e seiscentos e sincoenta reis o marco
Hum vaso de ablusão com sua sapadoura que tudo pesou - 23 onças; hua caixa de hostias liza - 15 onças; dous frascos pequenos - 18 onças e 2 oitavas; dous vasos pequenos - 14 onças e 6 oitavas; duas galhetas pequenas - 9 onças e 2 oitavas; hum pe de turibulo - 7 onças e 2 oitavas; hum bago lizo - 74 onças e 2 oitavas; duas galhetas como gomis - 14 onças e 6 oitavas; hua palmatoria de vella - 12 onças e 4 oitavas; hum ponteiro - 5 onças e 6 oitavas; hum stante grande - 51 onças; hum lavabo - 42 onças e 4 oitavas; hua sacra - 78 onças; hum evengelho de S. João - 56 onças e 4 oitavas; seis canudos do bago sobredourado - 38 onças e 4 oitavas; hua crus com seu pê - 56 onças; hum abanador - 12 onças e 6 oitavas; hum prato lizo pequeno - 17 onças e 2 oitavas; hua naveta - 17 onças; hua campainha - 13 onças e 4 oitavas; hua patena - 3 onças e 5 oitavas; hua prancha em bruto - 9 onças e 6 oitavas; hum turibulo - 33 onças; o bago sobredourado tirado o ferro que tinha dentro - 65 onças e 2 oitavas; hum anel de prata sobredourada tiradas as pedras - 2 onças; hua caldeirinha - 13 onças e 4 oitavas; hua tesoura de espevitar - 3 onças e 4 oitavas.

Importarão as onças de todas esta prata - 699 onças e 75 oitavas.

mercador quem pagou o preço mais elevado, sabendo-se que com o intuito de a vender já o cónego depositário, Diogo Mexia Godines, se tinha deslocado à

Importarão as oitavas desta prata setenta e sinco que reduzidas à onça fazem nove onças e tres oitavas que juntas às seiscentas e noventa e nove somão por todas setecentas e oito onças e tres oitavas.
Reduzidos a marcos fazem oitenta e oito marcos, tres onças, e seis oitavas e sendo vendido cada marco a preço de quatro mil e seiscentos e sincoenta fas a soma ao tudo em dinheiro de quatrocentos dose mil e oitenta reis conforme parece pellas somas das onças marcos e oitavas a que vai tudo reduzido - 412.080 reis.

A qual prata sobredita se vendeo ao dito Afonso Preto por mandado desta Meza a preço cada onça de quinhentos e oitenta e hum reis, e o marco a preço de quatro mil e seiscentos e sincoenta por não haver na cidade quem pagasse por maior preço, nem na feira do Azinhoso onde foi por mandado da Meza para esse effeito o reverendo depositario o conego Diogo Mexia Godines, e por se evitar as despezas do carretto se se fosse vender a corte de Lisboa ou a outra parte, se resolveo venderse ao ditto Afonso Preto na forma e preço sobredito, de que se tomou rezão nesta Meza, e foi por todos acceita e bem ordenada como tãobem se ouve por bem vendida a mais prata, que se vendeo a particulares pessoas desta cidade a preço de seiscentos reis a onça, e o marco a quatro mil e oitocentos reis, as quais peças e os compradores dellas são as seguintes

hua salva que foi do Senhor bispo D. Andre Furtado de Mendoça [sic] pesou vinte e sete onças e se vendeo ao Muito Reverendo Senhor deão António da Costa por vinte e sete patacas que fazem dezaseis mil e duzentos reis - 16.200; outra salva que foi do mesmo Senhor bispo do mesmo feitio e peso que se vendeo ao Doutor Joseph Lanhas de Figueiredo conigo desta Santa Se por outras tantas patacas que fazem o mesmo - 16.200; outra salva na mesma forma se vendeo ao Muito Reverendo Senhor Doutor Domingos Gonçaves Pereira Vigario Geral que foi do mesmo Senhor bispo no mesmo peso e preço - 16.200; outra salva com pontas douradas antiga que foi do Senhor bispo D. Frei Lourenço de Castro que pesou vinte e hua onças e se vendeo ao reverendo arcediago da Se João de Morais e Silva por doze mil e seiscentos reis - 12.600; hum prato grande com frizos dourados e pesou sesenta e hua onças e se vendeo ao Doutor vigario geral Domingos Gonçaves Pereira por trinta e seis mil e seiscentos reis - 36.600; hum jarro com frizos dourados que pesou trinta e hua onças e se vendeo ao mesmo Doutor vigario geral por desoito mil e seiscentos reis - 18.600; hua crus de prata dourada com crucifixo do mesmo que pesou sinco onças e se vendeo ao reverendo conigo Antonio de Morais Madureira por tres mil reis - 3.000; outra crus de prata e huas colheres quebradas que tudo pesou quatro onças e meia e se vendeo ao reverendo Antonio Fernandes Freire por dous mil e setecentos reis- 2.700; hum Christo de metal pequeno em hua crus de pao preto que se vendeo ao Muito Reverendo Senhor Deão por seiscentos reis em que foi avaliado - 600; hua crus pequena de metal que se vendeo ao sacristão ao padre Cerios Pirez por hu cruzado em que foi avaliada - 400; hum portapaz que pesou oito onças e meia e se vendeo ao Doutor mestre schola Domingos Pires por sinco mil e cem reis - 5100; hum prato grande com huas anchoras no meio que pezou trinta e nove onças e se vendeo a Antonio de Morais Ferreira de Vinhais por vinte e tres mil e quatrocentos - 23.400; hua pixide que pesou vinte e sete onças e se vendeo ao reverendo abbade de Podence Gregorio Pegas de Gouvea por deseseis mil e duzentos reis - 16.200; as quais adiçoins sobreditas somadas fazem computo de cento e secenta e sete mil e oitocentos reis que iuntos com o computo da prata atras declarada que se vendeo a Afonso Preto importa tudo hua e outra quinhentos e setenta e nove mil e oitocentos e oitenta reis [...]».
A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 235-239v.

feira de Azinhoso. Embora no Cabido se tenha também pensado na hipótese de realizar a venda na «corte de Lisboa ou a outra parte», a consideração das despesas com o transporte acabaram por aconselhar a venda na praça de Miranda. Outros particulares, com destaque para muitos clérigos, acabaram por adquirir as peças restantes, principalmente as salvas, pratos e jarros, a preços um pouco mais elevados: a onça a 600 réis enquanto o marco atingia o valor de 4.800 réis. No entanto, algumas peças, cumprindo o que se ordenou ao cónego fabriqueiro, seriam enviadas para Lisboa para aí se venderem. Destacam-se:

> «os vaus que são dous de prata que ficou do Senhor bispo D. Andre Furtado; e tãobem a sua mitra rica de pedra, e outra nova e rica que ficou do Senhor bispo D. Frei Lourenço de Castro, e outra mitra liza, e tres gremiais bordados de ouro hum vermelho e dous brancos. Hum fraldestorio de evano pretto[572]».

Ao mesmo tempo, por se desconhecer o valor das pedras, mandavam-se avaliar alguns anéis e as suas pedras. Sem levar em conta os quantitativos resultantes das vendas na capital, que se desconhecem, com esta operação realizou o Cabido um total de 579.880 réis.

Com este dinheiro pode o Cabido enfrentar algumas das dificuldades com que a administração eclesiástica se batia. Mas, por outro lado, parece que tal decisão, além de não cair no esquecimento, passaria a servir como referência já que, em meados do século XVIII, o ecónomo da Mitra para invectivar o Cabido a chamava a colação , afirmando que tal excesso motivou queixas do bispo D. Frei António de Santa Maria a quem «por conta de tal venda lhe fora precizo tomar posse com hum baculo de páo, e contrahir empenhos para comprar novos paramentos ponteficaes[573]».

---

[572] *Assento que se tomou por ultimo acerca da prata escusada e que não tem serventia nesta Se e provimento dos medicos da Mitra e Mesa Capitular*, Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 239v

[573] A.D.B., *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra deste bispado de Miranda de 20 de Outubro de 1756 ...*, Mitra, Cx. 48, doc. s/nº, fl. 14

10. A remodelação da capela-mor

Em 5 de Maio de 1739, no palácio de D. Tomás de Almeida, Cardeal Patriarca, organizava-se o processo consistorial de D. Diogo Marques Mourato que, em Dezembro de 1740, o Papa Bento XIV confirmaria[574] como bispo de Miranda. Nos finais de Fevereiro de 1741, por procuração passada a Gaspar de Sá Ferreira, então chantre na Sé mirandesa, D. Diogo Marques Mourato tomaria posse da diocese.

Sagrado bispo em 5 de Abril de 1741, só em Outubro do ano de 1742 faria a sua entrada solene na sede diocesana, o que daria ensejo à impressão (1742) de uma «Relaçam» do acontecimento.

A este prelado se ficaria a dever a alteração do plano da capela-mor da catedral. Pelo seu alcance, esta decisão mereceria o aplauso dos membros do Cabido. Por isso, esta orientação seria registada no «assento que se tomou com a noticia de que o Senhor bispo manda fazer de novo a nossa capella mor per conta das rendas da sua Mitra[575]». A acta da reunião dos capitulares, escrita em 10 de Outubro de 1749, sendo lacónica no que respeita à perspectivação das modificações a introduzir na cabeceira da igreja, aponta, no entanto, o principal motivo que as justificava, já que:

> «pelo reverendo senhor deam foi annunciado, que o Excellentissimo Senhor D. Diogo Marques Mourato bispo deste bispado tinha tomado a resolução de executar os pios desejos, que sempre mostrou de mandar fazer a cappella mor desta santa igreja, logo que vio o aperto, em que se achava o altar-mor com o choro pera as funções sagradas principalmente as pontificaes[576]».

---

[574] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 276

[575] A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 6, fl. 92

[576] A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 6, fl. 92; *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra deste bispado...*, Mitra, Cx. 48, fl. 9v

O problema do coro não era novo. No entanto, todas as vezes que se procurou solucionar foi à custa de variantes que apenas iludiam a questão. Agora propunham-se soluções determinantes no sentido de se conseguir maior liberdade de movimentos para as dignidades e cónegos, o que levava a que as funções litúrgicas decorressem com maior esplendor. As intenções do bispo revestiam-se de firmeza dado que, de imediato:

> «mudou o choro pera o cruzeiro emquanto não mandava fazer a obra da cappella mor[577]».

Às vantagens apontadas, acrescente-se uma outra que isentava a fábrica da Sé de concorrer para as obras. Para isso, D. Diogo Marques Mourato mandou passar uma portaria na qual delegava no ecónomo da Mitra, o padre Manuel Soares de Oliveira, poderes para mandar:

> «fazer por conta das rendas della (Mitra) a cappella mor da santa igreja cathedral desta cidade na forma, e pelo modo que lhe temos communicado[578]».

Daí que o Cabido:

> «no dia seguinte onze do corrente em que se rezava de S. Probo Martir, de que ha reliquia insigne nesta sancta igreja se cantasse hua missa pelo mesmo Reverendo Prezidente com toda a solemnidade - depois das horas do choro - em acção de graças, e implorando o auxilio da Virgem Sanctissima da Assumpção nossa padroeira, fim pera que dellatasse digo dilatasse a vida e conceda saude prospera ao nosso

---

[577] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 9v. A tendência para a complexificação do ceremonial, implicava espaços mais amplos. A sua inexistência era, por isso, fonte de problemas. Antes, o aperto da capela-mor da Sé de Viseu, tinha motivado queixas bispo D. João de Melo: «a capela maior é pequena a respeito do corpo da igreja e mal pode receber os Capitulares com a honestidade e decência que convém; porquanto as cadeiras se estendem a parte do cruzeiro da igreja, pelo que determinamos fazê-la de novo». *Instrução e relação da catedral da cidade de Viseu e mais igrejas do bispado para a sagrada Congregação. A diocese de Viseu no tempo de D. João de Melo (1673-1684)*, in «Beira Alta», (Introdução, leitura do texto e notas de Alexandre Alves), vol. LVII, fascículos 1 e 2, Viseu, 1998, p. 46

[578] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 9v

Excellentissimo bemfeitor [sic], como pera nos inspirar os acertos da dita obra, como for de maior agrado, e sancto serviço seu[579]».

As manifestações de reconhecimento do Cabido pela obra anunciada continuariam, quando:

«se acordou que toda esta communidade em corpo de Cabido [...] depois de cantada a missa ditta fosse beijar a mão de Sua Excellencia Reverendissima rendendo lhe as graças pello beneficio, com que o seu grande zello se singularizava em hua obra tão preciza e necessaria, que conhecendo todos a falta que fazia, só o seu zello e liberalidade a intentou remediar a custa das rendas da sua Mitra, sem embargo de se achar com menos a terça parte que lhe leva a Santa Igreja Patriarcal[580]».

---

[579] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra ...*, Mitra, Cx. 48, fl.10

[580] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra ...*, Mitra, Cx. 48, fl.10. Assinaram este termo o Doutor Francisco Geraldes Pavão que o secretariou, Francisco Xavier Aranha, deão, Manuel de Morais Sarmento, arcediago da Sé, e o cónego António Rodrigues de Sá. Pela Bula *Universae Ecclesiae Procurationem* de 12 de Julho de 1741, Bento XIV «desmembrou e separou, de 135 igrejas paroquiais dos padroados de El-Rei, Rainha e Casa de Bragança, as rendas de seus frutos e os aplicou *in perpetuum* à fábrica da patriarcal e sustentação de seus ministros». *Vd.* CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 287

Usando da sua influência junto do papado, D. João V obteve privilégios para a sua capela real que passou a ser colegiada. Dividindo a cidade de Lisboa e diocese em duas partes, em 1716 a ocidental ficaria na dependência da colegiada que passaria a ter a categoria de igreja metropolitana, governada por um arcebispo com o título de patriarca de Lisboa Ocidental. Em 1740, uma bula de Bento XIV, permitiu a incorporação de Lisboa Oriental no Patriarcado. Gozando de inúmeros privilégios, a igreja patriarcal beneficiaria da protecção de D. João V, monarca que não poupou meios para o engrandecimento litúrgico e esplendor do cerimonial. Em 1730, um forasteiro, impressionado, escrevia: «esplende de riquezas, com excelentes quadros e mármores dos mais finos e ricos. As colunas que formam a nave estão revestidas a toda a altura, de lâminas de prata [...], O sacrário é de ouro, cravejado de diamantes e outras pedras preciosas». Em 1719, para projectar a construção de uma nova Patriarcal e palácio real, o rei chamou Filippo Juvarra que ainda não era conhecido como o ilustre arquitecto da corte de Turin e a quem se reconhecia uma fina sensibilidade urbanística. Mas, pela monumentalidade apresentada, os desenhos efectuados não se concretizaram.

Novos desenvolvimentos do processo, mostraram receptividade ao aproveitamento da capela real no Paço da Ribeira. A partir de 1740, com Luduvice à frente do projecto, a velha Lisboa transformou-se num enorme estaleiro para que a Patriarcal pudesse avançar. Em paralelo com o curso das obras, corria um plano de encomendas artísticas que, em Roma convocava as mãos de arquitectos, pintores, escultores, ourives, bronzistas, bordadores, etc. Pelo volume do empreendimento, pelas exigências e pelo requinte, impunha-se que, além do ouro do Brasil, as organizações eclesiásticas contribuíssem com parte dos seus rendimentos para a Igreja Patriarcal. COSTA, António Domingues de Sousa - *Patriarcado de Lisboa*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. V, s/l., Iniciativas Editoriais, 1975, pp. 14-16; *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, (Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p.264; BOTTINEAU, Yves - *Le goût de Jean V: art*

Será conveniente referir que além do assento do Cabido relativo à declaração pelo prelado da incapacidade da capela-mor e ao seu desejo de proceder à reformulação deste espaço, a principal fonte para a obtenção de informações sobre esta obra resulta de uma «clareza» motivada por dissensões entre a Mitra e o Cabido. O ponto fundamental desta disputa tinha a ver com algumas insinuações, segundo as quais a Mitra pagou as obras mas à custa das importâncias que devia pagar à fábrica. Seria, justamente, para refutar esta versão que se lavrou o escrito dissuasor no qual se concluía «que nunca houve conjectura, ou indicio algum de que a dita obra fosse, em todo ou em parte por conta dos rendimentos da fabrica, ou referidas pensões, que lhe devia a Mitra[581]».

Dos factos apontados colhe-se a notícia de que o reverendo Manuel Soares de Oliveira, ecónomo da Mitra que superintendia esta fábrica, tinha contratado os serviços de:

> «hum architeto que fizesse a planta para a obra, e dous entalhadores deste bispado para baixarem o retablo[582]».

A escolha das mãos especializadas não revelaria uniformidade. Se os entalhadores eram nacionais, o arquitecto, cujo nome se desconhece, vinha de Salamanca. Enquanto se apeava a máquina retabular e se projectavam as

---

et gouvernement, in «Bracara Augusta. Actas do Congresso "A Arte em Portugal no século XVIII"». vol. XXVII, nº 64, Tomo II, Braga, 1973, pp. 341-353; SCOTTI, Aurora - *L'Attivita di Filippo Juvara a Lisbonna alla luce più recenti interpretazioni critiche della sua architettura com una appendice sui rapporti Roma-Lisbona*, in «Colóquio Artes», 2ª Série, nº 28, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, pp. 51-63; MANDROUX-FRANCE, Marie-Thérèse - *La patriarcale du roi Jean V de Portugal*, in «Colóquio Artes», 2ª Série, nº 83, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 34-43; *idem*, A patriarcal do Rei D. João V de Portugal, in «Triunfo do Barroco», Lisboa, Fundação das Descobertas, 1993, pp. 38-53; *idem*, *Rome, Lisbonne, Rio de janeiro, Londres et Paris: le long voyage du "recueil Weale" (1745-1995)*, «Colóquio Artes», 2ª Série, nº 109, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, pp.5-22; MONTAGU, Jennifer - *The scholarly importance of the Weale Album*, «Colóquio Artes», 2ª Série, nº 109, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 3-4

[581] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 11

[582] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 10

modificações planimétricas a introduzir na cabeceira da catedral, o reverendo Manuel Soares de Oliveira porfiava:

> «em ir juntando os materiaes necessarios para com a possivel brevidade lhe dar principio, e se continuar[583]».

Desta forma, em «vinte e dous de Outubro de 1749 se deo principio [...] a obra da cappella mor da Sancta Sé[584]», portanto, ainda em vida de D. Diogo Marques Mourato que viria a fechar os olhos depois do Natal deste ano. Todavia, talvez pelo pouco tempo decorrido desde o início da empreitada, o desenvolvimento da obra era bastante limitado, dado que apenas:

> «se achavão [...] os ditos alicerces fora da terra cinco, ou seis palmos[585]».

A D. Diogo de Marques Mourato sucederia D. Frei João da Cruz que tomou posse do bispado em Março de 1750, fazendo a entrada solene em meados de Julho do mesmo ano. Professo na Ordem dos Carmelitas Descalços, em 1739 seria indicado por D. João V para a diocese do Rio de Janeiro, onde chegou no início de Maio de 1741[586]. Aí desenvolveu intensa acção pastoral tendo também contribuído para a obra do convento das religiosas da Conceição. O facto de ter contribuído com quantias próximas dos 20.000 cruzados[587] atesta não somente a sua liberalidade mas também o empenho posto nesta fábrica.

Deixando a diocese brasileira, em Fevereiro de 1746, D. Frei João da Cruz chegava a Lisboa[588]. Em resultado do pedido de D. Diogo Marques

---

[583] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 10
[584] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 10v
[585] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 10
[586] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, pp. 319 - 320
[587] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 13; CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, pp. 323
[588] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, pp. 323

Mourato, ao rei e ao Papa, de «um coadjutor com futura sucessão[589]», D. Frei João da Cruz seria indigitado para a diocese de Miranda.

No momento da passagem de D. Diogo Marques Mourato, ainda D. Frei João da Cruz esperava «as bullas da sua confirmação em bispo coadjutor, e futuro sucessor desta diocese[590]». Contudo, tal facto não constituiu óbice para que o deão, Francisco Xavier Aranha, e futuro bispo de Pernambuco, tivesse feito o ponto da situação a D. Frei João da Cruz.

Quanto às obras da capela-mor, mandou:

> «que se suspendesse a obra ate a sua vinda (para Miranda); pois elle se não contentava com qualquer couza; e que se achasse area capaz, havia de fazer maior obra do que talvez se tinha ideado[591]».

À distância, parece que a experiência ganha nos círculos da corte e na diocese ultramarina inculcaram em D. Frei João da Cruz concepções relativas às necessidades e organização espacial de uma catedral. Desconhecendo-se quais seriam as suas principais referências na orientação que pretendia imprimir às obras, o certo é que a ideia inicial não alcançaria a linha da fortuna. Entrando em Miranda no primeiro dia de Julho de 1750:

> «depois que vio o sitio, e a planta, ordenou que, como não havia capacidade para outra couza, se continuasse a obra na forma que estava ideada e principiada[592]».

O reconhecimento do bispo de que não havia mais nenhuma possibilidade do que a submissão às limitações não evitaria a manifestação do deão, afirmando que «se não fora a substatoria de Sua Excellencia» a obra podia estar muito mais adiantada pois com a ordem para se parar a fábrica

---

[589] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, pp. 324
[590] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 10
[591] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 10v
[592] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 10v

perderam-se «quatro meses de bom tempo, e dias grandes, sem que nella se trabalhasse».

Numa carta não assinada dirigida a um dignitário eclesiástico, provavelmente a D. José Botelho de Matos, Arcebispo da Baía, dava-se notícia da entrada na cidade no bispo D. Frei João da Cruz «no primeiro de Julho» de 1750 e da disposição em avançar com as obras. Interessa-nos particularmente o discurso que serviu de preparação à carta, datada de 19 de Novembro de 1750:

> «como Vossa Excellencia Reverendissima no seu flississimo tempo, tanto desejou a reforma da nossa capella mor, que emtão se frustrou, por nos mandarem substar com as obras por conta da Mitra, participamos a Vossa Excellencia Reverendissima a notticia de que ho Excellentissimo Senhor Tisoureiro de presente passou hua portaria ao seu economo para que por conta das rendas da Mitra, mandasse fazer a nossa capella mor, e com effeito na data desta, se acha já o retablo desfeito; e estamos agora para tirar, e descer o nosso morgado, o famozo painel da Assumpção da Senhora e apostolado[593], para o repormos illezo na nova capella a cujos materiaes se anda dando toda a diligencia[594]».

Certamente ainda no ano de 1750, a mesma pena traçava breves considerações sobre a empreitada, nomeadamente a indicação das medidasda cabeceira. Destacamos:

> «ja com os alicerces fora da terra pois vai continuando com bom animo a obra, que já vai em meia altura, e se lhe vão assentando as frestas, que são duas de cada lado de quatro palmos, e meio de largo, e quinze de alto e a capella tem de comprido quarenta e dois palmos do retablo athe o arco, onde acaba o choro, e trinta e hum de largura[595]».

---

[593] Riscou-se o sublinhado

[594] A.D.B., Mitra, Cx. 35, Pt. 4, doc. nº 131

[595] A.D.B., Mitra, Cx. 35, Pt. 4, doc. nº 131. Neste conjunto, a existência de outra missiva, testemunhando a chegada de 430000 réis por via marítima, reforça a ideia de que o destinatário se encontrava no Brasil.

Iniciada a missiva com a indicação de que a obra corria de acordo com o «discurso de Vossa Excellencia sobre a continuidade da obra da capella mor», concluía-se com votos de que ficasse com aptidão para as funções sagradas e que Sua Excellencia se não contente so com esta obra» ainda que reconhecesse que «a extracção da terça parte das rendas (para a Patriarcal) faz muita falta».

Os extravio do «livro das despezas da cappella mor da Sancta Se», onde o reverendo Manuel Soares de Oliveira apontava as despesas com esta obra, não nos permite acompanhar o curso desta empreitada e, eventualmente, chegar ao conhecimento dos nomes de alguns mestres que nela tiveram actividade. Em todo o caso, a parte de pedraria já estava concluída antes de Maio de 1753. Nesta altura já o ecónomo da Mitra e responsável pela empreitada tinha apresentado a contabilidade das rendas da Mitra, acto em que se considerava «toda a despeza da referida cappela mor , a qual somava dous contos, cento e noventa mil quatrocentos e desessete reis[596]». Também num livro de receitas e despesas, uma rubrica datada de 1758 e assinada pelo procurador da Mitra, o Doutor Jerónimo de Morais Pinto, fornece-nos mais algumas indicações sobre o dinheiro gasto nesta obra por D. Frei João da Cruz. Ao referir determinadas pensões que estavam em dívida:

> «desde o tempo que o dito Excellentissimo Senhor Bispo seu antecessor foi eleito para este bispado e que desde o mesmo tempo continuou a obra da capella mor da mesma Sé por sua determinação e dinheiro das rendas da mesma Mitra no que despendeo mais de sinco mil cruzados a que era obrigada a fabrica[597]».

Uma vez terminada a alvenaria era necessário repor o retábulo no seu lugar. Nesta fase, entendia D. Frei João da Cruz que os custos deviam passar a ser suportados pela fábrica «pois elle tinha cumprido, e não podia fazer mais

---

[596] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra ...*, Mitra, Cx. 48, fl. 11
[597] BP.A.D.B., Mitra, Cx. 8, Lv. 71, fl. 73v

despezas por conta da Mitra[598]». Por isso, o reverendo fabriqueiro, o cónego Manuel Gonçalves Gamboa, passou a cuidar das obras que, no essencial, se resumiam ao assentamento do retábulo. Contudo, a respeito desta máquina entendeu-se submetê-lo a um tratamento de renovação o que implicou a raspagem para se dourar de novo. Os custos desta operação rondaram os dois mil cruzados.

Mas, a respeito destes trabalhos, as diferenças de opinião entre o prelado e os membros do Cabido acentuavam-se. De facto, na tentativa de economizar:

> «este Cabido se contentava com mandar dourar os bancos inferior do mesmo retablo, parecendo lhe que o mais ouro estava ainda bom[599]».

Opinião diferente era a de D. Frei João da Cruz, para quem, como escreveu o defensor da Mitra:

> «sempre isso [...] erão botas encabeçadas, pois o ouro, que então parecia bom, havia de ficar parecendo mal á vista do novo, e como não tinhamos outra couza nesta Se, onde por olhos, senão no nosso altar mor, era de parecer, se dourasse todo, como com effeito se executou[600]».

Ficando clara a importância que se atribuía ao retábulo da capela-mor, logo que se iniciou o seu douramento, optar-se-ia, com a cooperação do bispo, por alguns trabalhos complementares. Nesta medida, mandou-se:

> «fazer de talha hum acrescimo, que guarnecesse em roda o mesmo retablo, e cobrisse o vão da parede das espaldas, que se estava vendo[601]».

Recuperando a tendência que se foi afirmando desde os finais do século XVII, nesta capela-mor a talha tendeu para uma manifestação de horror

---

[598] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra ...*, Mitra, Cx. 48, fl. 11
[599] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra ...*, Mitra, Cx. 48, fl. 11v
[600] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra ...*, Mitra, Cx. 48, fl. 11v
[601] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra ...*, Mitra, Cx. 48, fl. 12

ao vazio, em que as superfícies douradas impunham um movimento cesarista pelo recurso a revestimentos de que resultavam não só a imposição de uma nova linguagem mas também o recurso a regras de anulação das superfícies estáticas ou que se apresentassem desprovidas de qualquer relevo.

Um dos indicadores do interesse com que D. Frei João da Cruz seguiu esta fase dos trabalhos, foi dado pela ordem transmitida ao padre Manuel Soares de Oliveira para que justasse com os entalhadores a quem se entregou o acrescento do retábulo:

> «o pedestal, ou socco para o mesmo retablo, o que fez em 28 de Abril de 1753 por dezesseis mil reis, que satisfez por conta da Mitra [...] pois mandou fazer o dito pedestal de talha, para depois melhor se pintasse de pedra fingida, e se tirasse o antigo, que era de cantaria desta terra[602]».

Em 4 de Fevereiro de 1754, no escritório do tabelião Agostinho da Cruz Monteiro, reuniam-se o cónego tesoureiro-mor da Sé e presidente do Cabido, António Afonso Cameirão, e o cónego Doutor Manuel Bernardo, vedor da fábrica, com o pintor Manuel Caetano Fortuna para oficializarem a arrematação do douramento do arco e da parte correspondente ao acréscimo do retábulo do altar-mor da Sé. Na cópia desta escritura que chegou até nós, exararam-se os trabalhos que Manuel Caetano Fortuna justou, os quais deviam correr:

> «conforme a mais obra que elle tem feito no mesmo retabollo e em algumas partes que a obra o nessessitar levara alguns rubins e esmeraldas segundo o entender delle digo entender elle dito pintor e as credencias do fundo da obra serão os lizos fingidos de pedra ao que toca de fazella e mulduras sera tambem dourado e a fraja do remate e peças della serão dadas de fosco sobre ouro e a parede que se descobre detras do retabollo e parte do (*) sera pintado fingido (*) alegre com

---

[602] *Mappa de toda a despeza feita por conta da Exma. Mitra* ..., Mitra, Cx. 48, fl. 12

alguns serafins tudo a proporssão do citio e da cornije para baixo the as pedras mostra hum filete de cantaria que sera dourado a ouro matte[603]».

Do cónego António Afonso Cameirão, receberia Manuel Fortuna a importância de 150.000 réis. Metade deste valor seria pago no começo da obra e a outra metade na altura da sua conclusão, prevista para o final do mês de Maio, visto que o prazo acordado para a sua fábrica não podia ultrapassar três meses. Combinado o seu arranque para o primeiro dia de Fevereiro, o mestre pintor devia meter mãos à obra, pois, se não desse o seu trabalho concluído nos três meses combinados, podia o Cabido «meter officiais a conta delle pintor[604]».

Uma vez executados estes trabalhos que configuraram definitivamente o retábulo, reuniram-se as condições para o culto se voltar a praticar na renovada capela-mor. Sendo preciso a obtenção da licença do titular da Mitra para se benzer, o Cabido não perdeu tempo a requere-la, apresentando de imediato a respectiva petição[605]. Despachada esta, em 13 de Agosto de 1754, concedia-se autorização[606] ao reverendo chantre ou, no seu impedimento, ao mestre-escola para poder lançar a benção ao altar-mor, pelo que a cerimónia se pôde efectuar no dia seguinte[607].

Normalizava-se, assim, uma situação decorrente da última intervenção de vulto realizada na estrutura da igreja catedral que, em breve, viria a conhecer uma quebra no seu quotidiano provocada pela transferência da sede diocesana para a cidade Bragança.

---

[603] A.D.B., *Treslado da escriptura de arematassão do douramento do arco e acressimo do altar mor da Santa Sé desta cidade (de Miranda)*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 17
[604] A.D.B., *Treslado da escriptura de arematassão do douramento do arco e acressimo do altar mor da Santa Sé desta cidade (de Miranda)*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 17
[605] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 93
[606] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 93
[607] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 93

11. As invocações: altares e capelas

Não sendo abundantes as informações relativas aos pontos em que no interior da Sé de Miranda se levantaram os diversos altares ou capelas e as suas invocações será importante que nos detenhamos na averiguação desta matéria. Da documentação conhecida, parece-nos útil a aproximação às informações do livro de inventário da Sé, escritas no primeiro quartel do século XVIII e às notícias enviadas em 1758 para Lisboa, pelo pároco, Bento de Morais Freire, já que alguns dos seus diversos «títulos» deixam captar indicações com algum interesse para o esclarecimento deste tema.

11.1 Altar-mor

Ponto convergente das perspectivas delineadas pelos robustos pilares de recorte cruciforme da nave central, atraía forçosamente a atenção dos crentes. Concorria para o reforço desta circunstância os efeitos lumínicos sustentados pela diferença existente entre a claridade da capela-mor e a penumbra da nave. No documento que vimos seguindo, as referências ao retábulo-mor são escassas. Considerando-se a existência de «hum cruscifissio de marfim que esta no altar mor com huma coroa de prata com seos espinhos dourada[608]», assinala-se também a presença de «outro cruscifissio grande que esta no remate do altar mor com Nossa Senhora e S. João dos lados[609]», justamente o calvário que ainda nos nossos dias serve de coroamento à estrutura retabular. Assinalar-se-iam ainda «duas imagens de S. Pedro e S.

[608] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 50, fl. 10; RODRIGUES, Luís Alexandre – *A Sé de Miranda. O inventário da sua fábrica no primeiro quartel do século XVIII*, Separata da revista «MVSEU», IV Série, nº 7, Porto, 1998, onde publicámos integralmente o inventário, iniciado em 20 de Agosto de 1720.
[609] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 50, fl. 10

Paulo que estão cada hua ao seo lado do sacrario da capella maior de grandeza proporcionada aos nichos em que se achão[610]».

O cónego Bento Freire, declarando (1758) ter a Sé doze altares, acrescentava ser o altar mor:

> «formosissimo de madeira dourada repartido em coadros romanos que o primeiro e principal he de Nossa Senhora da Assumpção padroeira da mesma Se sobre o appostolado que esta couza maravilhoza e em sima deste hum da Santissima Trindade com belissimas imagens pellos lados coadros tãobem todos da familia sacra[611]».

11.2 Altar do Senhor da Piedade

Situava-se «no altar colateral da parte do avangelho[612]» onde havia um crucifixo «grande» com a imagem do Santo Cristo da Piedade. No mesmo altar existiam ainda as imagens de S. Sebastião e de «S. Bentholanico»[613].

Em 1758:

> «a invocação de Santo Christo da Piedade que em tudo esra assim pollo magestozo da sagrada immagem como pello bom ornato do mesmo altar[614]».

11.3 Altar de Nossa Senhora da Soledade

Não se referindo a localização, anotou-se a presença neste altar da imagem desta Senhora que era ladeada pelas de S. Bento e S. Francisco Xavier[615].

---

[610] *Idem, ibidem*, fl. 10
[611] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1006
[612] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 50, fl. 10
[613] *Idem, ibidem*, fl. 10
[614] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1006v

11.4 Altar da Senhora do Rosário

«Collocada no meio do retabulo do seu altar[616]» estava a imagem desta Senhora em cujo manto seguravam dois anjos colocados aos lados. No «segundo corpo do retabolo» estavão dois santos «de altura de dous palmos e meio [...] cujos nomes se não sabe[617]».

Provavelmente o culto à Senhora do Rosário esmoreceu na Sé de Miranda a partir do final do primeiro quartel do século de setecentos, embora em 1758 se afirmasse ser altar «privilegiado com sua capella e comfraria[618]». Só assim se compreende a pretensão do bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques desejar fortalecer a devoção a esta invocação de que, aliás, era particular devoto. Por isso, em Agosto de 1760, lavrar-se-ia o instrumento de instituição[619] da capela da Senhora do Rosário a erigir na Sé.

Além da especial devoção, também um «votto» determinou o bispo a contrair algumas obrigações de modo a tornar possíveis os seus intentos. Entre aquelas contava-se a instituição «de hua missa cotodiana im perpetuum excetuando os Domingos e nomear capellão – que devia ser natural de Miranda ou em última análise da área do bispado, além de notoriamente devoto da Senhora e douto e de bons costumes - para que cumpra não só com a dita missa mas com as mais obrigações[620]». Esta missa «seria dita no altar da confraria de Nossa Senhora do Rozario podendo ser [...] e no primeiro dia da semana se aplicara pella alma mais necessitada e dezemparada que esta nas pennas do Porgatorio; e no segundo dia pella alma que esta no mesmo

---

[615] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 50, fl. 10v
[616] *Idem, ibidem*, fl. 10v
[617] *Idem, ibidem*, fl. 12
[618] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1006v
[619] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 90
[620] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 90

Porgatorio mais perto de ver a Deos e assim se hira continuando em os mais dias da semana de cada hum anno[621]».

Para isso, D. Frei Aleixo adquiriu por 530.000 réis uma «vinha com seu lagar e pombal», situada na Terronha, limite de Miranda, propriedade do Tenente-Coronel António Bernardo Urbano mas que andava a pregão para satisfação de dívidas. Deste militar era também a cortinha, situada no limite da cidade, em Vilarinho, que o bispo arrematou por 216.000 réis. Esta cortinha tinha pertencido aos bens vinculados à capela de S. Jerónimo, instituída pelo Abade Luís Alvares do Rego mas o seu administrador, José Machado de Ataíde Alvares do Rego, tinha obtido provisão régia, em 13 de Fevereiro de 1748, para a poder trocar por outra terra que era do Tenente-Coronel. A estas propriedades acrescentava-se uma casa na rua da Sé que confrontava com o Hospital Real e que tinha pertencido a João de Ordas Flores, morgado de Duas Igrejas.

Por serem do interesse público, como era o caso do abastecimento de água, e da malha urbana de Miranda, poderemos acrescentar que a cortinha estava:

> «aonde chamão a Caza da Agoa que por ella passão os canos que vem para o chafariz da ponte que esta pella parte do Norte pega com caminho do concelho que vai de Val de Mira[622]».

Na rua da Sé «que vai para o comvento da Santissima Trindade» estava a habitação cujas confrontações e configuração eram as seguintes:

> «defronte do siminario que he hua caza de sobrado com outra piquena terreira tudo faciando para a dita rua que tem de comprimento pella parte de fora da rua do Nascente medindo de Norte ao Sul ambas as cazas quatorze varas e quarta e pega a dita caza grande com a piquena pella parte do Norte com Anna da Silva e tem por esta parte do Nascente ao Poente honze varas, e pella parte de dentro desde a rua

[621] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 90
[622] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 90

athe ao quintal pella parte do Sul pega com as cazas do Hospital Real hum coarto que serve de cozinha e tem face para o quintal tem de medissão pella parte do Poente, do Norte, e Sul pega com as cazas do mesmo Hospital e tem coatro varas do Norte ao Sul e tem a caza hum quintal do mesmo comprimento das cazas com seu poço defronte de hua barandinha, e tem tanto a caza como o quintal[623]».

Doados estes bens à capela instituída, D. Frei Aleixo admitia a compra de outros que também reverteriam para a satisfação dos encargos e obrigações contraídas com a instituição da capela da Senhora do Rosário.

Porém, já depois dos sucessos da transferência da sede episcopal de Miranda para Bragança, por D. Frei Aleixo, e da posterior divisão do bispado de Miranda em duas dioceses – uma das quais era a de Bragança (1770) - episódios que de que ainda se mantinham feridas abertas, o 24º bispo de Miranda, D. Manuel de Vasconcelos Pereira, em Janeiro de 1773 dava a conhecer ao capelão da capela de Nossa Senhora do Rosário, o padre José Pimentel, uma provisão régia, despachada pelo Desembargo do Paço em Dezembro do ano anterior, em que se abolia e se considerava extinta a capela que D. Frei Aleixo pretendeu instituir.

O caso seria despoletado pelo bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira numa petição endereçada a D. José e em que se considerava as propriedades adquiridas e a intenção de D. Frei Aleixo, manifesta na escritura de instituição, de anexar mais fazendas para garantir a subsistência da Capela da Senhora do Rosário. Não chegando a concretizar estas intenções, resultava:

«que pello piqueno fundo da dita cappella se não podião satisfazer as obrigaçoes impostas nos bens em que se fundou, e deduzidos os encargos não rendia annualmente cem mil reis[624]».

Mas para alcançar o objectivo, claramente explicitado, de conseguir a extinção da capela instituída pelo seu antecessor, D. Manuel de Vasconcelos

[623] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 90
[624] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 90

Pereira avançou com alguns argumentos susceptíveis de demonstrarem a existência de vícios de forma processuais. Da argumentação declarada, destacamos:

- a vinha, cortinha e casa afectadas à capela foram compradas com dinheiro da Mitra do bispado de Miranda; pertencendo D. Frei Aleixo à ordem dos Pregadores era regular, logo não podia ter próprios nem erigir capela com aquele dinheiro; tudo o que adquirisse depois de nomeado bispo ficaria a pertencer à igreja.

A estes argumentos o prelado mirandês acrescentava a necessidade da extinção da capela para, uma vez abolidos os seus encargos, os seus bens poderem ser vendidos com o objectivo de se saldarem algumas dívidas do instituidor para com a igreja mirandesa.

Face ao exposto, D. José I pediu também informações ao Corregedor da comarca de Miranda com declaração que fosse também ouvido o padre José Pimentel, na qualidade de capelão da capela da Senhora do Rosário. Deste sabemos «que sendo citado não respondeu couza alguma[625]». Porém, sendo desconhecidos os resultados das averiguações do Corregedor não custa acreditar que iam ao encontro da fundamentação apresentada por D. Manuel de Vasconcelos Pereira, tanto mais que, devido ao atribulado processo da mudança da diocese para Bragança, D. Frei Aleixo de Miranda Henriques tinha perdido a estima dos habitantes da cidade de Miranda.

Assim, a capela instituída por este prelado seria abolida e declarados «os bens della por livres, e alludiaes[626]» pelo que se poderiam vender.

Em 1758, havia na Sé a confraria de São Nicolau com sua imagem collocada no altar da Senhora do Rozario[627]».

---

[625] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 91
[626] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 91

11.5 Capela de S. Pedro

Não se dando nota da presença da imagem de S. Pedro, referiu-se a de Nossa Senhora da Conceição «com sua pianha e resplandor nas espaldas do altar de dous palmos[628]».

A capela de S. Pedro parece ter as suas origens em 1565. De facto, em 6 de Junho deste ano, Diogo Gonçalves, cavaleiro da Casa Real e escrivão da Alfândega da cidade de Miranda, juntamente com a sua mulher, Patrilha Darrua, mostravam um instrumento de fundação e doação «pera poderem edefficar hu alltar da avocação do apostollo São Pedro[629]». Contudo, esta capela ainda não se situava no interior da nova Sé, já que, como se refere no documento, se localizaria:

> «no cruzeiro que esta jumto a porta da samcristia que hora se a de fazer na Se noba[630]».

Sendo pretensão dos fundadores que esta capela servisse de «sepulltura ao pe do dito altar» para eles e seus descendentes, fizerão, como se costumava, várias doações para que dos rendimentos «estivesse comcertado decemte ho dito alltar». Diogo Gonçalves e sua mulher nomeariam para administrador dos bens da capela a Filipe Gonçalves, filho, com a obrigação de, anualmente, mandar:

> «dizer per nossas allmas dous anibersarios nos dias do falecimemto de cada hum de nos [...] nos quais anibersarios lhe dirão ho Cabido desta Se hu noturno de deffuntos com sua missa camtada a que per isso dara ho dito administrador dous mil reis[631]».

---

627 A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1006v
628 A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 50, fl. 10v
629 A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 84
630 A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 84
631 A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 84

No século XVIII voltaremos a ter notícias da capela de S. Pedro, agora através de uma «escritura de troca que se fes da capella do gloriozo Sam Joze com a de Sam Pedro na See desta cidade[632]» de Miranda. De acordo com o documento lavrado, em 18 de Fevereiro de 1736, na nota do tabelião Domingos Correia, eram partes interessadas no acordo celebrado Francisco Soares de Araújo e sua mulher, D. Úrsula Maria Godinha Madureira, moradores em Miranda, o Doutor José Botelho de Matos, provisor e vigário geral do bispado, e o cónego Manuel Gonçalves Gamboa. Os primeiros «herão senhores e ademenistradores da capella de Sam Pedro sita na See[633]»; os clérigos erão administradores «dos soldos e capella do gloriozo Sam Joze[634]», também erguida na Sé.

Pretendiam os cónegos responsáveis pela capela de S. José «fazer lhe capella de novo e ter sufeciencia pera se alargar[635]». Para isso, as circunstâncias aconselhavam a permuta dos sítios de implantação, ou seja, a capela de S. José passaria para onde estava a de S. Pedro, enquanto esta iria ocupar o local onde estava a de S. José.

Entre as condições acordadas para a celebração do contrato, os cónegos comprometiam-se a suportar as despesas com a mudança das armas existentes na capela de S. Pedro e ainda a sepultura dos ascendentes dos administradores para a o local onde estava a capela de S. José. Outra condição passava pela manutenção do retábulo existente nesta capela, «como de prezente esta», a que se acrescentava ainda a obrigação dos cónegos mandarem fazer «hum Sam Pedro de bul(to) muito bem estofado[636]» que seria colocado na nova capela de S. Pedro. Entre as obrigações que os administradores da capela de S. Pedro deviam satisfazer anualmente contava-

[632] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 88
[633] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 88
[634] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 88
[635] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 88
[636] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 88

se a de pagarem dois aniversários pela quantia de mil reis cada um. No âmbito do acordo efectuado, os administradores de S. José comprometiam-se a pagar *in perpetuum*, pelo mesmo preço e à «conta dos soldos do dito santo» um dos referidos aniversários. Uma última condição passava pela mudança para outra parte da sepultura «que tem letreiro», existente na capela de S. José, para que «se não entenda ha dois padroeiros da capella de Sam Pedro[637]». Com a aceitação destas condições, que uma provisão do bispo D. João de Sousa Carvalho sancionava, puderam os cónegos assinar a escritura que estipulava a troca dos sítios onde estavam as capelas de S. Pedro e S. José.

Em 1758, o cónego Bento Freire, evidenciando o nome de Jerónimo Godinho Soares como padroeiro, dava nota da existência da «comfraria de Sam Pedro que consta(va) somente de clerigos e seis irmaos leigos para serventes[638]».

11.6 Capela de S. José

Possuía apenas a imagem deste santo «com hum Menino Deos pella mão[639]». Como antes vimos, em virtude de uma permuta, seria mudado para o sítio onde estava a capela de S. Pedro.

De acordo com as informações do cónego Freire, em 1758, o altar de S. José estava:

> «com capella a parte feita de novo com hum bom retablo e confraria do mesmo santo e todas as expensas a custa delle por haver muitos annos que cobra soldo e ser alferes da amfantaria extranumerario sendo que attente a sua antiguidade fedeledade nobreza e serviços bem parece se

[637] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 88
[638] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1006v
[639] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 50, fl. 10v

fez digno de maior patente he desta capella ademnistrador por provizão rial o reverendo Cabbido[640]».

Em 1759, como veremos ao tratarmos da capela do Santíssimo, localizava-se no transepto, do lado do evangelho.

O seu retábulo serviria de modelo para outras igrejas. Em Fevereiro de 1764 o mestre entalhador João Duarte Pinto, um dos que trabalharam na capela do Paço episcopal de Miranda, arrematou na praça de Miranda do Douro a obra do retábulo da capela-mor de Soutelo da Gamoeda. Nas diversas disposições dos apontamentos para esta obra sublinhou-se «que a talha será a imitação da do retabolo de S. Joze da Santa Se de Miranda[641]»

À semelhança de Santo António, a quem um alvará[642] de D. Pedro II (24 de Janeiro de 1668) permitiu que assentasse praça de soldado no regimento de infantaria de Lagos, vindo posteriormente (1777) a ser graduado em tenente general, também S. José de Miranda do Douro foi titular da patente de alferes de infantaria, de que, já em 1770, recebia os respectivos soldos. Em 23 de Dezembro de 1779, uma ordem régia mandava que os soldos se lhe continuassem a pagar[643].

---

[640] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1006v

[641] A.D.B., Mitra, Cx. 57; RODRIGUES, Luís Alexandre - *A arte da talha dourada e policromada no Distrito de Bragança. Documentos. Séculos XVII - XVIII*, (No prelo).

[642] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, pp. 611-612. No momento da incorporação, foi-lhe dada por fiadora a Rainha dos Anjos. No regimento de Peniche, Santo António era só alferes com soldo de 6000 réis. *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, (Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, pp. 74-75, 120

[643] «Papeis lançados em nota a requerimento do Doutor Manoel Velho Quintella conego Doutoral na Sé desta cidade. Saibão quantos este publico instrumento de papeis lançados em nota ou como em direito milhor lugar haja e chammar se possa virem como sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mill e settecentos e oitenta e trez aos dois dias do mez de março do dito anno, nesta cidade de Bragança e cazas da morada do Reverendo Doutor Manoel Velho Quintella conego doutoral na Sé desta cidade, e provizor neste bispado adonde eu tabalião vim ahi parante mim e das testemunhas ao diante nomiadas e asignadas, appareceu prezente o mesmo que reconheço de que dou fé ser o proprio porque aqui se nomeia, e por elle me foi aprezentada a provizão e recibo do thior e forma seguinte = Dom Bernardo Pinto Ribeiro Seixas por mercê de Dêos, e da Sancta Sé Apostolica bispo de Bragança e Miranda, do Concêlho de Sua Magestade Fidellissima etc. porquanto havendo nós nomeado para recebedor dos soldos do Patriarca São Jozé, que se venera na insigne collegiada de Santa Maria de Miranda, que Sua Magestade Fidellissima lhe

11.7 Capela e altar de Santo Amaro

Juntamente com a imagem do santo padroeiro esteve neste altar a imagem de S. João Baptista que, «por indecente» seria deslocada «para o côro de sima[644]».

---

manda pagar na forma das Reaes ordens expedidas em vinte trez de Dezembro de mil settecentos settenta e nove, ao Reverendo Doutor Manoel Velho Quintella conego prebendado na nossa Santa Sé, e porquanto agóra mandamos remetter para o cófre o produtto vencido na forma do mesmo avizo havemos por bem desobrigar ao referido da dicta admenistração, e por esta dará contas fazendo entrega de tudo o Doutor Francisco Vas de Quina, cónego priôr da dicta collegiada em o livro que serve para a receita e despeza, se farão os termos necessarios para que a todo o tempo conste, e de tudo se fará expressa menção desta nossa seterminação dada em Bragança e sob nosso signal e sello de nossas armas aos doze de Fevereiro de mil settecentos oitenta e trez = lugar do sello de Sua Excellencia Reverendissima = Bernardo bispo de Braança e Miranda = de mandado de Vossa Excellencia Reverendissima eu padre Francisco Jozé Gonçalves Alvarêdo o fiz escrever = para Vossa Excellencia Reverendissima ver e assignar = recebemos eu Franciscco Vas de Quina, Cónego Priôr da insigne collegiada de Santa Maria da cidade de Miranda, como procuradôr de João de Moraes Sarmento veriador mais velho do Senado da Camara da mesma cidade, e o Illustrissimo Carlos Mc Carthy coronel do segundo regimento de infantaria da cidade de Bragança que goarnece a praça de Miranda, o dinheiro e soldos de São Jozé mencionado na provizão ou alvará retro, e de que já passamos recibo em o livro da receita, e despeza do mesmo santo para effeito de o fazermos conduzir para a cidade de Miranda, e ser metido no cófre do mesmos sancto, e recebemos o dicto dinheiro das mãos do Reverendo Doutor cónego Manoel Velho Quintella nomeado na sobredicta provizão, e para sua descarga lhe passamos a prezente que assignamos em Bragança hoje dezessette de Fevereiro de mil settecentos oitenta e trez = o cónego e priôr Francisco Vas de Quina = Carlos Mc Carthy de Ordás coronel = e não se continha mais na dicta provizão, e recibo que lancei a qual me reporto que tornei a entregar ao dicto reverendo Manoel Vélho Quintella, que de como o recebu assignou no fim deste instrumento, o que fiz em cumprimento da petição e despacho da forma seguinte = diz Manoel Vélho Quintella conigo na cathedral desta cidade, que para requerimentos que tem necessita, que qualquer escrivão deste juizo geral lance na nóta a provizão e recibo nella incerto, para a todo o tempo constar da sua existencia, e que de tudo lhe passe certidão com reconhecimento das firmas tornando a entregar a própria = pede a Vossa Mercê Senhor Doutor juiz de fóra seja servido mandar que assim se execute e reberá mercê = sim válle = e não continha a mais a dicta petição e despacho que aqui copiei e juntei ao prezente instrumento, que estepolei e asseitei em nome das partes a quem tóca e tocar póssa, e outrossim reconheço de que dou fé serem as letras, do recibo e assignaturas acima dos conteudos no mesmo reverendo Francisco Vas de Quina, e Cárlos Mc Carthy de Ordas e forão a tudo testemunhas prezentes Francisco Jozé Carneiro, capitão de infantaria do regimento desta praça, e João Evangelista Pereira tenente do mesmo regimento, que aqui tãobem assignarão comigo de que tudo dou fé, Carlos Sebastião Teixeira Chaves tabelião que o escrevi e assignei. reverendo Manoel Velho Quintella = Francisco Joze Carneiro = João Evangelista Pereira = Carlos Sebastiam Teixeira Chávez». A.D.B., Nuc. Not., Bragança, Lv. 98, Mç. 23, fls. 1-2v

[644] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 50, fl. 10v

O questionário de 1758, apenas dá notícia de «outro (altar) de Santo Amaro com sua capella».

11.8 Altar de S. Caetano

Em 1694, o padre António Gonçalves Frontoura, cura de Penas Roias, apresentava uma petição à hierarquia eclesiástica da diocese, juntamente com uma escritura de doação a favor de uma capela da invocação do Nome de Jesus que pretendia «erigir dentro da igreja matriz da ditta villa», dedicada a S. João Baptista. Entre as diversas cláusulas, avultava a sua pretensão de a edificar «do modo que esta a de S. Caetano na See desta cidade de Miranda[645]». Não se conhecendo a sua configuração, a verdade é que servia de modelo para outras edificações.

No primeiro quartel do século de setecentos, particularmente no registo que vimos seguindo, referia-se apenas a existência da escultura do padroeiro «com hum Menino Deos nas maos[646]».

Já em 1758, o pároco apenas dava notícia do altar «de S. Caetano com sua confraria».

11.9 Altar de Santo António

Assinalou-se apenas a presença da imagem de Santo António «com hum Menino Deos sobre hum libro[647]».

Em 1646, o retábulo da capela sofreu algumas alterações pela mão do mestre entalhador Manuel Marcos. De facto, em 20 de Junho deste ano passar-se-ia uma:

---

[645] A.D.B., Mitra Cx. 38, doc, nº 128
[646] Cabido, Cx. 5, Lv. 50, fl. 11
[647] *Idem, ibidem*, fl. 11

«provisão ao conego Manoel Antunes de Paiva pera dar a Manoel Marcos dez mil reis do acrecentamento do retablo de Santo Antonio[648]».

No ano seguinte, este retábulo estava já dourado porque em 12 de Julho ordenou-se que:

«se passe provesão pera o reverendo conego Antonio Martins fabriqueiro deste anno dar 4.000 reis ao padre Manoel Pires (*) da confraria de Sancto Antonio desta See pera ajuda do gasto que se fes no dourar o retabolo do dito sancto[649]».

Em 1758, o pároco referia apenas a presença de «outro (altar) de Santo Antonio com sua capella e comfraria».

11.10 Altar de S. Jerónimo

Não se dando conta da imagem do titular referiu-se a presença de uma imagem de S. Nicolau e de outra de S. Brás que, nesta altura, se considerava «já bem indecente[650]».

Um documento, datado de 18 de Abril de 1616, intitulado «Apresentação de huma petição e instrumento de obrigação do Doutor Luis Alvares do Rego[651]» relativo a uma capela e altar que pretendia erigir na Sé de Miranda, não refere o nome do santo padroeiro. Todavia, num outro documento relativo à instituição que, em 1760, o bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques pretendeu levar a cabo da capela de Nossa Senhora do Rosário[652] referindo-se alguns bens que tinham sido hipotecados à capela de S. Jerónimo adianta-se igualmente o nome do instituidor, o reverendo Luís «Alves» do Rego. Assim, este eclesiástico, sendo abade da igreja de S. Pedro

[648] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 63
[649] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 66v
[650] *Idem, ibidem*, fl. 11
[651] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 85

de Sendim e da igreja de Urrós, foi seguramente o instituidor da capela de S. Jerónimo, objectivo que persseguia em 1615 pois, neste ano, em Travanca, termo da vila de Algoso, o tabelião Pedro Martinho escrevia o instrumento legal em que o abade contraía a obrigação de missas e dois aniversários, hipotecando, ao mesmo tempo, diversos bens de raiz para sustento da capela que intentava fundar.

Apresentada a petição a D. João da Gama, este bispo mandou efectuar as diligências do estilo, após o que, sendo confirmada a liberdade e suficiência do dote, foi indicado o lugar para capela em que se deviam observar as seguintes condições:

> «(na) parede que esta por cima da porta travessa e a podesse romper e nella fazer hum arquo da altura do arquo da porta travessa pela traça e ordem que parecer, e nelle parecer diguo e nelle fazer ho alltar seguramdo da bamda de fora muito bem a dita capella, e nella porei as armas e junto ao dito alltar poderei treslladar os hossos de meus pais e avos e sepultura perpetua pera mim e meus herdeiros, e descemdentes seus[653]».

Covém notar que do articulado parece poder concluir-se que, nesta altura, a Sé possuía apenas uma porta travessa, já que nada sugere a presença de outra entrada. De qualquer maneira, o instituidor comprometia-se a cuidar da decência da sua ornamentação. Assim, a par das missas que nela se diriam, afirmava-se:

> «lhe farei retabollo e o pintarei e dourarei e ornamentarei o dito alltar do necessario e no dito alltar se dira cada hu anno dous anniversarios com seus noturnos de defuntos misas cantada allumiada como he costume[654]».

---

[652] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 90
[653] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 85
[654] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 85

Aceitando o lugar proposto para a edificação da capela, o despacho da Mesa Capitular reforçava a obrigação de:

> «fazella na forma que com elle temos praticado, e a deixara perfeita e acabada, com retabullo, frontais e vestimentas das sinquo cores que manda ho missal romano, calix, toalhas do alltar cortina do retabullo, e grades no arquo da cappella, e mais coussas necessarias, pera se dizer missa[655]».

Por outro lado, acautelando-se a conclusão das obras, impunha-se que as sepulturas que se fizessem se sujeitassem a alguns condicionalismos e, ao mesmo tempo, vincava-se a necessidade de se respeitarem as observações que os capitulares ou visitadores entendessem oportunas. Assim, determinou-se:

> «as sepulturas que na dita cappella quizer fazer seram razas, em altura do pavimento e em casso que Deos ho leve antes de ter acabadas estas coussas deixara dinheiro ou fazenda de que se possa fazer demtro em dous annos immediatos a seu fallecimento: hos administradores da dita cappella seram obrigados a comprir as obras que por nos, ou nossos visitadores lhe forem mandadas[656]».

Na resposta ao interrogatório das memórias paroquiais, o pároco dava nota da presença do altar de «São Jeronimo com sua capella de que he(ra) padroeira hua filha de Joze Machado de Mogadouro cujo nome ignoro[657]».

11.11 Altar do Santíssimo Sacramento

Em consequência do decreto tridentino produzido na 13ª sessão, em 15 de Outubro de 1551, o culto da Eucaristia conheceria grande desenvolvimento. Por isso, a partir desta data, desenhou-se a tendência para a

---

[655] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 85
[656] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 85
[657] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1006v

reserva eucarística ocupar o centro do altar ou ter capela privativa porque até aí conservava-se num armário aberto nas paredes da capela-mor[658].

Em Miranda, na segunda década do século XVIII, expunha-se a imagem de «Nossa Senhora Dassumpção tambem chamada dos Remedios[659]», estando colocada na tribuna «donde se espoem o Santissimo Sacramento[660]». O sacrário era «ornado pella parte extrior com dous anjos com seus encençarios dourados na mão e seis apostollos todos portalles e de grandeza proporcionada aos nixos em que estão colocados[661]».

De acordo com Monsenhor José de Castro, quando, em 15 de Julho de 1759, o bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques visitou a Sé de Miranda ordenou algumas alterações por entender que o Santíssimo Sacramento «não estava bem no altar mais inferior do cruzeiro, num altar sem banqueta[662]». Ainda de acordo com o capítulo de visita, o Santíssimo devia passar para o «altar de S. José, do lado do Evangelho[663]» armando-se uma tribuna para a exposição.

Em 1758, estava «collocado o Santissimo em capella a parte de talha com muita miudeza e ouro e em cujo altar esta(va) fumdada hua comfraria do mesmo Senhor[664]».

11.12 Capela da Senhora da Alegria

Este orago estava colocado «na tribuna velha aonde se expunha antigamente o Santissimo Sacramento sita na capella da mesma Senhora[665]».

---

[658] BORGES, Nelson Correia - *Alguns aspectos da segunda época de João de Ruão*, in «A introdução da arte da renascença na Península Ibérica», Coimbra, EPARTUR, 1981, p. 45
[659] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 50, fl. 11
[660] *Idem, ibidem*, fl. 11
[661] *Idem, ibidem*, fl. 11
[662] CASTRO, José de – *ob.* cit., vol. III, p. 18
[663] CASTRO, José de – *ob.* cit., vol. III, p. 18

Na peanha da Senhora da Alegria enumeravam-se ainda dois anjos portáteis «com hua croa na mão» e que «nacem do mesmo retabulo da tribuna da Expoziçam[666]».

Nas memórias paroquiais, confirma-se a presença do altar «da Senhora da Alegria com sua capella e comfraria militar dos soldados e santuario de relequias que nesta se venera».

11.13 Altar das Relíquias

Neste altar expunham-se relíquias de vários santos. Nos relicários podiam usar-se materiais diversos e configurar-se de diferente modo: de prata perfumada e em forma de cruz era o relicário do Santo Lenho[667]; numa caixinha, de dois palmos por um, guardavam-se relíquias de Santa Vitória[668]; de meio corpo, estofado e dourado, era o relicário de S. Pedro, em cujo peito se guardava «a correia[669]» do apóstolo; num «caixão de veludo cramezim forrado de tafeta verde» guardavam-se «varias reliquas assim de ossos como de partes de vestido que se não não [sic] individualizão por se não alcançar de que santo seião[670]»; a relíquia de Santa Flávia expunha-se num «meio braço estofado de ouro e azul com sua mão e pianha[671]»; várias partes de osso da cabeça de S. Esperdião colocaram-se «na testa de hua cabeça efigi do mesmo santo com sua pianha dourada[672]».

---

[664] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1006
[665] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 85, fl. 11
[666] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 50, fl. 11
[667] *Idem, ibidem*, fl. 6
[668] *Idem, ibidem*, fl. 6
[669] *Idem, ibidem*, fl. 6
[670] *Idem, ibidem*, fl. 8v
[671] *Idem, ibidem*, fl. 7
[672] *Idem, ibidem*, fl. 8

12. Participação em obras de interesse colectivo

Além das diversas despesas obrigatórias a que tanto a Mesa Episcopal como a Mesa Capitular deviam fazer face, contavam-se as contribuições para os gastos da Misericórdia de Miranda e as ajudas aos pobres, presos e doentes do hospital[673]. Também nas guerras da restauração a hierarquia eclesiástica se empenhou fortemente nas obras de fortificação da cidade, para a qual deu grandes contributos financeiros, substituindo-se, por um lado, às obrigações do poder central e, por outro lado, diminuindo ou atenuando os efeitos da desorganização dos nossos meios militares.

Conjunturalmente, quando se levavam a cabo empreendimentos de interesse geral para a circulação de pessoas e bens ou estivesse em causa a saúde pública e até a comodidade dos moradores, prestavam-se outros contributos. Entre estes, será importante o registo de alguns apontamentos relacionados com obras de construção ou reparação de pontes, ainda que estas não se localizassem na área do bispado. Além destas plataformas de passagem, também a construção de fontes e outros trabalhos que, localmente, melhorassem o abastecimento de água às populações podiam suscitar a colaboração pecuniária das entidades eclesiásticas.

Quando se tratava da construção de pontes e fontes, pela sua utilidade e interesse colectivo, o estado eclesiástico não ficava isento de participar nas despesas, como «se costumou, e fez sempre nestes reinos, e nos capitulos da concordia que se fez entre os ecclesiasticos e seculares [...] no tempo Del Rei Dom João primeiro[674]». Nestes termos, o Cabido da Sé de Miranda e os eclesiásticos do bispado, deviam juntar os seus contributos aos dos

[673] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 56, fl. 24v
[674] A.D.B., Cabido, Cx. 24, Pt. 1, doc. s/nº

«moesteiros comendadores e mais privilegiados[675]», conforme, em 15 de Janeiro de 1596, Filipe I escrevia aos capitulares.

Este monarca, reclamando apoio para a reconstrução da ponte de Coimbra, no rio Mondego[676], pretendia aproveitar esta campanha de obras para se «correr com ella mais adiante e em mor altura[677]», conforme a traça que tinha mandado fazer.

---

[675] A.D.B., Cabido, Cx. 24, Pt. 1, doc. s/nº

[676] «Deam dignidades e conegos e Cabido da See da cidade de Miranda. Eu El Rei vos envio muito saudar. Eu escrevi alguas vezes ao bispo Dom Jeronimo de Meneses sendo bispo dessa cidade, e depois ao bispo seu successor sobre a grande necessidade em que estava a ponte da cidade de Coimbra de ser repairada por ter abalados alguns talhamares e estar em risco de cahir com as cheas do Inverno o que vindo a ser se não poderia remediar senão em tempo mui largo com grande trabalho dos povos destes reinos e muito maiores despesas, e por estar em parte aruinada a dita ponte e convir muito correr com ella mais adiante e em mor altura coforme a traça que tenho mandado fazer e ser estrada tam frequentada de gente e a obra della de obrigação tão geral encomendei muito ao bispo quisesse para ella contribuir e os ecclesiasticos desse bispado, moesteiros comendadores e mais privilegiados e quem para isso nomeasse duas pessoas ecclesiasticas que com outras duas da governança dessa cidade e provedor da comarca della assentassem o que devia caber á parte do ecclesiastico e como concordassem na contia da dita contribuição a que tocasse ao ecclesiastico corresse pellas pessoas que para isso o dito bispo nomeasse sem mais o dito provedor nem pessoa secular nisso intervir. E por ser esta obra da qualidade que vedes e se achar pellas pessoas que mandei ver este negocio que devem para contribuir todos os estados conforme o dereito e as comuns resoluçõens verdadeiras e que assi se costumou, e fez sempre nestes reinos, e nos capitulos da concordia que se fez entre os ecclesiasticos e seculares consentir o ecclesiastico em pagar para pontes e fontes no tempo Del Rei Dom Joã primeiro, lhe tornei a escrever encomendando lhe a dita contribuição porque não querendo vir nella mandaria nisso prover em outra forma ao que o dito bispo não differio co a brevidade que delle se esperava e a necessidade do caso requeria de que seria causa seu falecimento, e porque esta obra não sofre dilação e vindo a dita ponte a cahir se não poderia refazer em muitos annos e serião necessarias muito maiores fintas e contribuiçõens vos encomendo que em tamanha necessidade deis ordem a dita contribuição e façais nomeação de duas pessoas ecclesiasticas que com outras duas da governaça dessa cidade e o provedor da comarca della asentem o que deve ficar á parte do ecclesiastico moesteiros e comendadores e como concordarem na contia do com que devem contribuir a arrecadação do que tocar ao ecclesiastico fareis fazer pellas pessoas que para isso ordenardes o que couber á parte dos comendadores que tambem se fara por nossa ordem vos mandarei provisão por outra via. E sendo caso que as ditas pes(soas) não concordarem na contia com que o ecclesiastico e secular devem contri buir (vos) encomendo trabalheis de hos concordar para que aja effeito esta contribuição (de) tamanha necessidade o que de vos se não espera usardes de dilaçõens mand(arei) (f)azer a execução desta contribuição per minhas justiças como nos casos (*) de não querendo os prelados acodir des na parte com o que he tam(*) que a todos os estados toca tam particularmente e devo e posso fazer (*) Lisboa a 16 de Janeiro de 1596. Rei». A.D.B., Cabido, Cx. 24, Pt. 1, doc. s/nº

[677] A.D.B., Cabido, Cx. 24, Pt. 1, doc. s/nº

Todavia, a constação da necessidade da obra da ponte não era nova. Razões semelhantes tinham já suscitado, em 1565, o Cardeal D. Henrique a mandar a Coimbra «o seu mestre moço de sua Camera, Antonio Mendes[678]», para, no local, se inteirar dos problemas a solucionar. Este devia também estudar as possibilidades de encanamento do Mondego, obra que também se projectava. Na ocasião, o Cardeal-rei recomendava a António Mendes que fizesse a planta do rio e entregasse as obras da ponte a um oficial idóneo. Para a segurança desta passagem, optar-se-ia pela construção de oito marachões. No entanto, como se conclui da carta de 22 de Março de 1566, a empreitada não demoraria a ser abandonada, justificando-se esta atitude com a «falta que havia de dinheiro e ser obra muito custosa[679]».

Numa carta, datada de 30 de Março de 1568, D. Sebastião mandava retomar os trabalhos[680] dos marachões do Mondego e, em Outubro do mesmo ano, fazia apregoar a obra da ponte «que se ha de faser do Crucifixo pera Santa Clara[681]» solicitando, para o efeito, os serviços de João de Beja e de Diogo de Castilho. Na ocasião, o jovem monarca incumbiu António Mendes, mestre das obras dos paços de Almeirim, Santarém e Salvaterra, da tarefa de desenhar a planta da obra, devendo igualmente considerar outros trabalhos como o encanamento do Mondego e o cano da rua Sofia[682].

Arrastando-se a empreitada e os problemas que lhe eram inerentes, Filipe I num correio enviado à Câmara de Coimbra, em 1578, dava indicações para que os seus oficiais tratassem com Manuel Quadros[683] os assuntos

---

[678] CAMPOS, João Correia Aires de - *Indices e summarios dos livros e documentos antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, fascículo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, pp. 6-7
[679] CAMPOS, João Correia Aires de - *ob. cit.*, p. 56
[680] CAMPOS, João Correia Aires de - *ob. cit.*, p. 59
[681] CAMPOS, João Correia Aires de - *ob. cit.*, p. 59
[682] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. II, pp. 164, 181
[683] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. II, p. 339

relacionados com a obra da ponte em que Filipe Tércio superintendia[684] e que constituíam o motivo pelos quais se encontrava nesta cidade em 1583.

Relacionada com a mesma matéria, uma carta régia[685] de 1585, acolhendo a representação dos vereadores e mestres de Coimbra, mandava lançar uma finta pelas comarcas da Beira, Trás-os-Montes, Entre-Douro e Minho e Estremadura, do Tejo até à Galiza e da raia de Castela até ao mar. Esta resolução seria comunicada ao Provedor da comarca de Miranda para, em seguida, a transmitir às Câmaras da sua jurisdição, para, assim, ser possível:

> «formar a numeração de todas as fazendas e rendimentos collectaveis na mencionada finta, em que entrariam os privilegiados[686]».

Sem ter estabelecido o quantitativo a pagar pela igreja mirandesa, Filipe I deu indicações para se nomear uma comissão constituída por dois clérigos, duas pessoas da «governaça» da cidade de Miranda e o provedor da comarca. Fundamentalmente, a estes comissários competia o estabelecimento da soma a arrecadar e a nomeação dos recebedores. Esgotadas estas competências, terminava a acção do provedor e outros seculares, pois esta matéria passava a pertencer unicamente ao foro eclesiástico.

---

[684] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 96; CAMPOS, João Correia Aires de - *Indices e summarios dos livros e documentos antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, fascículo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, pp. 6-7

[685] «[...] que o rio Mondego com as forças das cheas dos Invernos passados arruinara por algumas partes a ponte nova da parte do mosteiro de Santa Clara, e fizera muito dano na igreja e offecinas delle, rompera a cêrca do muro de São Francisco, e aballara alguns talhamares da ponte velha, com que ficarão de maneira que se tem receo que, se vierem outras cheas semelhantes, cahirão de todo. E que da partedo caez da dita cidade entrarão tanto as aguas das ditas cheas pellos arrabaldes della que chegarão o anno de oitenta e does ao terreiro de Sancta Cruz alagando muitas casas, em que os moradores dellas receberão muito dano, e que este trabalho e que este trabalho passavão quasi todos os annos por estar o canal do dito rio muito entulhado e os areaes por essa causa quasi iguaes dos ditos arrabaldes, e que se entendia que se a ponte velha não fosse repairada e nova feita de arcos pella mesma traça chegando com ella até o olival, que está de trás do dito mosteiro de Santa Clara, como ja pello Senhor Rei D. Sebastião, meu sobrinho, que Deos tem, fora mandada traçar, que as ditas pontes e moesteiros não poderião esperar outras cheas como a passadas». CAMPOS, João Correia Aires de - *ob. cit.*, fascículo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, pp. 6-7

[686] CAMPOS, João Correia Aires de - *ob. cit.*, pp. 6-7

Encarregado de orçamentar a obra, os cálculos de Filipe Tércio apontavam para valores próximos dos 20.000 cruzados, incluindo-se nesta quantia o contributo de 3.000 cruzados e o quantitativo de 5.000 com que, mais tarde, participou a Fazenda Real[687]. Na comarca de Miranda, apuraram-se 288.598 réis que o recebedor, Henrique Pimentel Pinto, cidadão de Miranda do Douro, recebeu dos seus moradores. Esta quantia seria entregue, como se pode ler num instrumento de quitação[688], ao provedor e contador da comarca de Miranda, o qual, seguindo o estipulado numa provisão régia, a entregaria ao provedor das obras da ponte.

O abastecimento de água aos núcleos urbanos, em geral, e, em particular, aos que sofriam os constrangimentos impostos pelo aperto das muralhas, desde os tempos medievais que aguçou o engenho empírico de muitos moradores e, principalmente, de alguns especialistas para o efeito contratados, tal era a aposta na resolução de tão importante problema.

Nos recintos acastelados quase sempre se adoptavam processos que pudessem captar as águas pluviais de alguns telhados e a sua condução para cisternas. É que às necessidades do quotidiano acrescentavam-se razões de prudência que aconselhavam a manutenção de algumas reservas, essenciais para o combate de possíveis incêndios e que em tempos de conflitualidade político-militar, quando se recorria à imposição de cercos prolongados, poderiam ser fundamentais na manutenção da resistência. Perante a incapacidade de se ultrapassarem os condicionalismos da roldana do poço ou do declive que a fazia correr por gravidade, a água tinha uma função estratégica. Por isso, não seria possível pensar a construção de uma fortaleza

---

[687] CAMPOS, João Correia Aires de - *ob. cit.*, pp. 6-7.Este autor refere ainda, em consequência da escassez de recursos monetários e por não estar concluída a obra, o lançamento de uma nova finta de 8.000 cruzados, decretada pelo alvará de 21 de Maio de 1608. Este diploma, alargando a outras comarcas a obrigatoriedade de contribuirem para as obras, estipulava 400.000 réis para a comarca de Coimbra, não se isentando o clero das respectivas quotas.

[688] A.D.B., Cabido, Cx. 29, doc. s/nº

em sítio onde o aprovisionamento do precioso líquido fosse totalmente dependente do exterior.

Em paralelo com estas razões, outras, em que podiam avultar a comodidade dos habitantes, as preocupações crescentes com a higiene, com a qualidade da água e até com os débitos dos mananciais, levavam tanto os responsáveis locais como os nacionais a fazerem alguns investimentos nesta área de evidente interesse geral.

À luz do referido, compreende-se o contrato[689] celebrado em 1587 entre António Anes, Rodrigo de la Puente e João Martinez sobre a obra dos canos de água que, então, se fazia em Miranda. Os dois primeiros que se intitulavam «mestres dos cannos da agoa» concertavam-se com João Martinez, «mestre de barro», para que este fabricasse naquela matéria uma certa quantidade de canos, os quais teriam a particularidade de serem vidrados. Limitado essencialmente às cláusulas que definiam a produção e o sistema de pagamento, o acordo é pouco explícito no que respeita à natureza da obra. O fabrico dos canos seria pelas formas que Martinez tinha trazido, provavelmente de Espanha, e no seu pagamento respeitar-se-iam o «presso e modo de Castella[690]» recebendo ainda dez mil maravedis, também em moeda castelhana, para poder principiar a obra.

Embora a unificação política fosse uma realidade, o pagamento na moeda que circulava em Espanha, pode ser um indicador da valia dos mestres espanhóis que, parece, não tinham problemas com a eventual concorrência dos nacionais. Dos três práticos apenas se conhece a nacionalidade castelhana de João Martinez. Sobre o seu percurso pessoal e profissional não foi possível apurar mais informações. Quanto a Rodrigo de la Fuente[691] é possível que seja o mestre canteiro trasmerano, natural de Gibaja, jurisdição da vila de Laredo,

---

[689] MOURINHO, António Rodrigues - *Abastecimento de água a Miranda do Douro desde o século XVI aos nossos dias*, in «Brigantia», Bragança, 1998, pp. 69-70
[690] MOURINHO, António Rodrigues - *ob. cit.*, p. 69

que, em 1568, trabalhou na obra da igreja de Benafarces que Juan de Villafaña dirigia.

Mas este contrato, ao referir os canos «que há dentro desta ditta cidade», parece confinar a questão às melhorias que se pretendiam introduzir na condução da água para um ponto dentro do perímetro fortificado, talvez uma fonte de mergulho, onde a população se pudesse abastecer. A ser assim, parece excluir-se a intervenção em qualquer fonte localizada nos arrabaldes. No entanto, relativamente ao recinto defendido pelas muralhas, as notícias de fontes são escassas. Em 1758, o pároco escrevia que o castelo tinha «hua cisterna no seu donjão muito super abundante de agoas com sua escada de cantaria», acrescentando haver na cidade «demtro de si somente possos de corda para o uso das cazas». Já:

> «fora da cidade (havia) sete fontes para beber que são Torronha Fonte Nova E(n))trada Fontainha São João Vilarinho, e finalmente os canos que estão junto da ponte do rio Fresno [...] pelas quais bem a agoa encanada com distancia de hum quarto de legoa[692]».

No entanto, seria nos arrabaldes onde havia intenção de se iniciar um empreendimento com outra dimensão. Para esta empreitada, em 1589, dava Filipe II permissão para os moradores da cidade e seu termo serem fintados «pera os canos dagoa que a ella vem[693]». Esta conduta podia já fazer parte do aqueduto de Vilarinho - local onde o Cabido tinha uma quinta de fresco que servia também de local de recreação- construído para transportar a água para um chafariz situado na proximidade de uma das portas da cidade mas fora dos seus muros e ao qual os moradores acediam por uma ponte lançada sobre o rio Fresno.

---

[691] VASSALO TORANZO, Luis - *ob. cit.*p. 83
[692] A.N.T.T., Miranda do Douro, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fls. 1000v, 1011
[693] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 135

Sob o prisma arquitectónico, a obra do aqueduto manifesta apenas a resolução prática de um problema não se equacionando no momento da sua construção a necessidade de fazer corresponder o plano estético com o plano da sua importância funcional. De facto, tanto na sua execução inicial como nas sucessivas intervenções de que foi alvo, apesar de se tratar de uma obra que contou com o patrocínio régio[694] como um documento do início da segunda metade do século XVIII deixa entender, privilegiou-se a simplicidade de processos, certamente com o objectivo de que o seu custo fosse o mais baixo possível. Por isso nem as esquinas dos atarracados pilares que servem de arranque a alguns arcos de volta redonda nem nos paramentos que ladeiam a conduta se ousou esboçar um qualquer apontamento que pudesse assinalar preocupações de tipo erudizante.

Já no chafariz, para cujas obras um bispo, possivelmente D. Jerónimo Teixeira Cabral (1611-1614), deu dez cruzados e mandou[695] que o Cabido desse à Câmara igual contribuição, procurou-se não só a sua

---

[694] Trata-se de uma informação que o Corregedor da comarca, António Luís de Pargana, enviou ao monarca em 6 de Agosto de 1755 quando se pretendia minorar a a escassez de água que afligia Miranda e, ao mesmo tempo, se davam alguns passos para a reconstrução do sistema de abastecimento. Eis o seu conteúdo: «Senhor pela determinação de Vossa Magestade mandei fazer mapa do aqueducto para melhor se perceber a obra que se pertende redificar cujo remeto incluzo. Fesce vestoria por artifices peritos na arte que declararão serem percizos para a obra dois mil cruzados em ordem a ficar mais estavel e com alguma durasão. Posce a lansos e somente ouve o de cettecentos e setenta mil reis se os povos focem constrangidos a dezemterrar [sic] os canos submergidos a Camara novreza e povo da cidade como totalmente necessitados da obra, sendo ouvidos, convirão com boa vontade na mesma, e com ella abrasão a finta que se diz ser nesesaria e os povos do termo confesão ser muito perciza, todos com a cidade devem concorrer para tão publica utilidade porque se ao tempo que foi erigida foi o maior dispendio por conta da real fazenda de Vossa Magestade como alguns antigos o depoem agora deve a cidade e seo termo redificalla para que permanesa em utilidade de todos rezão porque parece que Vossa Magestade pode, sendo servido mandar pasar a provizão nesessaria para se fintar a cidade e suas terras para se fazer aquela obra tão util como perciza porem Vossa Magestade mandará o que for servido.

Miranda de Agosto 16 de 1755

Com a respostas da Camara, e povos, pergões, e lanso, e mapas junctos.

O corregedor da comarca

Antonio Luiz Pargana».A.N.T.T., Desembargo do Paço (Repartição do Minho e Trás-os-Montes), Cx. 11, Mç. 10, doc. nº 82

[695] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IV, p. 612. O documento em causa não está datado.

monumentalização como ainda, em data mais tardia, a sua sacralização. Destacam-se a carranca, por onde jorra a água, ladeada por duas pedras de armas inscritas em cartelas: uma com as da cidade de Miranda; a outra ostenta no seu campo as quinas de Portugal rodeadas pelos sete castelos. Por outro lado, em 1768, como se lê no cronograma inscrito no alpendre protector lavrou-se na cantaria um quadro relevado com a representação das Almas do Purgatório.

O reconhecimento da importância do aprovisionamento de água em Miranda impulsionava o Cabido a não escusar a sua participação nas despesas da empreitada que, em 1610, a Câmara levava a efeito, como se explicita no seguinte acordão:

> «no proximo Cabido atras passado (23 de Setembro) se assentou que dessem para os canos de agoa desta cidade cem cruzados[696]».

Tal como o Cabido, também a Mesa Episcopal concorria com algum contributo para obras de interesse público, como eram a água e as vias de circulação. Assim aconteceu em 1 de Agosto de 1637, quando:

> «se passou provisão de 7.000 réis para ajuda dos custos dos canos e calçadas[697]».

Igualmente, em 26 de Setembro de 1642:

> «se passou provisão para o reverendo conego Domingos Pires vedor da fazenda dar 6.000 réis a Lourenço Pimentel vereador desta cidade (de Miranda do Douro) para ajuda das obras dos canos da agoa que a ella vem[698]».

Todas estas provisões comprovam que o abastecimento de água era um problema que afligia a cidade de Miranda do Douro e, ao mesmo tempo,

---

[696] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 40v
[697] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 22
[698] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 52v

explicitam que os poderes existentes tomavam algumas atitudes para o solucionar. A intermitência com que se abordava o assunto, pelo menos nos séculos XVII e XVIII, parece tornar claro que as tentativas de remediarem o abastecimento de água esbarravam nas dificuldades de se conseguir encontrar uma solução duradoura.

Sobre a dimensão das empreitadas, assim como do seu interesse arquitectónico, ainda não foi possível adiantar informações relevantes para o seu esclarecimento. Como vimos, antes de 1610 já se davam alguns passos para minorar as dificuldades que todos os moradores sentiam quotidianamente. Em 1612, embora com informação limitada, voltamos a ter a possibilidade de nos confrontarmos com nova tentativa, da qual se pode respigar pouco mais que os nomes de alguns dos seus intervenientes e os lances que, em idênticas circunstâncias, comummente se desenrolavam nos cartórios notariais.

Decorrendo da circunstância de Portugal se encontrar sujeito à coroa espanhola, mais uma vez os protagonistas principais serão alguns dos práticos da região trasmerana e de Castela que se movimentavam na região de Zamora. De facto, um documento datado de 16 de Novembro de 1612 informa-nos de que Mateus Velez Barcena, natural de Valhadolid, se apresentou perante o Tenente Corregedor de Zamora, Hernando de Quejana, para que, nos termos da lei, lhe mandasse traduzir[699] para castelhano uma certidão passada em Miranda do Douro pelo licenciado Gonçalo de Azevedo Cabral que, nesta cidade, desempenhava as funções de juíz-de-fora.

Mateus Velez Barcena era mestre de cantaria e de fontes e, nessa qualidade, tinha arrematado na praça de Miranda «los canos desta ciudad y

[699] Quando se apresentou a petição estiveram presentes como testemunhas «Falcote y Andres Gonzalles», moradores em Zamora. O primeiro poderá ser o pintor maneirista que em alguns momentos se cruzou, na actividade profissional» com os Remessal.

conzertado dellos y tratado en dos mill y quinientos ducados[700]». O encontro de Velez Varcena com o Corregedor de Zamora e a solicitação de outros documentos, nomeadamente uma certidão do escrivão da Câmara de Miranda, António Pegas, em que declarasse ter sido o arrematante e lhe ter sido «dado el ramo publicamente en la plaza desta ciudad[701]», prendia-se com a necessidade que o mestre teve de apresentar fiadores em Castela por não ter encontrado em Miranda quem o quisesse abonar.

Não se especificando quais as cláusulas do contrato, o documento em análise retoma alguns passos da arrematação, sendo possível concluir que o respectivo auto não só foi a despacho a Lisboa como era complementado por outro documento - cuja data de Junho de 1612 faz recuar no tempo o lançamento da empreitada - tratando:

> «de los dichos dos mill y quinientos ducados y la probision de Su Magestad por donde se mandam repartir para conzierto de los dichos canos y para otras cozas en ello declaradas[702]».

Sobre a finta, especifica-se ainda:

> «que la dicha quantia de un quento de marabedis se heche por las partes y lugares nombrados (que se omitem no documento) pollos moradores de la dicha ciudad de Miranda y del termino para que luego se enpreze[703]».

Do articulado anterior parece deduzir-se que estamos em presença de uma obra que consistia na reparação das condutas da água. Todavia, o facto de ter andado «muchos dias al pregon ansi en muchos lugares del reyno de Castilla como de Portugal[704]» e de ser ter entregue a um «muy bueno ofizial esperimentado», embora tenha sido quem fez o lanço de menos valor, permite

---

[700] A.P.Z., Notarial, nº 878, fl. 601
[701] A.P.Z., Notarial, nº 878, fl. 601 v
[702] A.P.Z., Notarial, nº 878, fl. 602
[703] A.P.Z., Notarial, nº 878, fl. 602
[704] A.P.Z., Notarial, nº 878, fl. 602

que se coloque a hipótese do trabalho pedir alguma exigência, tanto mais que a sua «traza y orden» se devia também a Mateus Velez Barcena. Deste, sabemos que em 1605 candidatou-se à adjudicação da obra da ponte de Herrera de Pisuerga, na região de Palência, e, em 1615, o aquitecto Diego de Praves concedeu-lhe poderes para poder receber algumas das quantias que lhe deviam por ter riscado a ponte de Olmedo[705].

Outro documento, intitulado «fianzas para las fuentes de ciudad de Myranda», lavrado em meados de Novembro de 1612, refere o essencial das obrigações de Mateus Velez de Barcena a respeito das fontes e canos:

> «las hazer e fortalezer de canteria e piedra e arcaduzes de barro para por ellos hazer venir e correr agua en la parte senalada y contenida en la postura y remate de la dicha obra[706]».

Podendo aceitar-se que os compromissos assumidos também contemplavam a construção ou reparação de algumas arcas, essenciais para a decantação da água e para o equilíbrio das pressões geradas, a verdade é que continuam a escassear informações objectivas relativas aos trâmites desta obra.

Porém, desta vez, quando o mestre de fontes se dirigiu ao escritório do tabelião Baptista Fernandes de Camon fazia-se acompanhar por um conjunto de notáveis construtores na região de Castela e Leão, como Hernando de Nates, Juan de Alvarado, Juan de Avelar, Juan de Rubayo, todos mestres de cantaria, e ainda de Bartolomeu de Oviedo conhecido mestre carpinteiro nascido em Toro mas cedo radicado em Zamora. A estes juntar-se-ia também Juan de Villabocilla.

Tratava-se de responderem à solicitação de Mateus Barcena para assinarem o documento na qualidade de fiadores, obrigando, assim, as suas pessoas e bens

---

[705] NAVARRO TALÉGON, José - *Artistas zamoranos en la diócesis de Bragança -Miranda*, in «Páginas da História da diocese de Bragança -Miranda. Actas do Congresso Histórico», Bragança, 1997, pp. 608-609

«havidos e por haver» à execução da obra, conhecedores que eram do desenho e de todas as condições da sua arrematação. Por outro lado, responsabilizavam-se ainda pelo pagamento de 3.000 reais ao arrematante para poder enfrentar algumas despesas na fase de arranque da obra, nas quais se incuía a contratação de oficiais, obreiros e materiais. Contudo, enquanto durassem os trabalhos, esta quantia seria disponibilizada faseadamente e de acordo com as despesas semanais, ou seja «dentro de ano y medio desde el dia que les dieren y pagaren los dichos tres mill reales de la primera paga[707]».

Para além da profissão e de sabermos que a sua origem se encontra na cidade do Pisuerga nada podemos acrescentar ao percurso artístico e biográfico de Mateus Velez Barcena. Tão pouco sabemos se Pedro de la Barcena[708] que pelos anos de 1616 se ocupava na ponte de Toro, para onde fora chamado por Hernando de Nates, era seu familiar. Em todo o caso devemos admitir a existência de contactos consistentes entre as pessoas que serviram de fiadores e Mateus Barcena porque de outro modo não faz grande sentido as responsabilidades contraídas por aqueles.

Hernando de Nates era mestre de cantaria. Morava em Zamora mas era natural de Secadura na região de Trasmiera, onde tinha residência fixa. O seu relacionamento com os mestres Juan de Alvarado, também natural de Secadura, Juan Ortiz de Villallave e Juan de Villabocilla é anterior a 1612. De facto, quando, em 1606, Juan de Alvarado contrata a edificação do convento dos padres descalços da Senhora do Carmo[709], em Toro, Hernando de Nates seria um dos fiadores enquanto Juan de Villabocilla, igualmente arquitecto

---

[706] A.P.Z., Notarial, nº 878, fl. 605

[707] A.P.Z., Notarial, nº 878, fl. 606v

[708] VASSALO TORANZO - *ob. cit.*, p. 60. Neste estudo, o autor deu a conhecer informação de grande interesse para o conhecimento da actividade profissional dos mestres que, como fiadores, assinaram a escritura respitante à obra dos canos de Miranda. No mesmo estudo colhemos a informação respeitante à localização da escritura. Posteriormente, daria idêntica informação NAVARRO TALÉGON, José - *Artistas zamoranos en la diócesis de Bragança - Miranda*, in «Páginas da História da diocese de Bragança -Miranda. Actas do Congresso Histórico», Bragança, 1997, p. 609

trasmerano e morador em Zamora, também participa nesta obra. Já em 1617, Hernando de Nates associar-se-ia com Juam Ortiz de Villallabe, Alvarado e Francisco de Praves - o tradutor[710] no primeiro quartel do século XVII de *Los Cuatro Libros de Arquitectura*, de Andrea Palladio - e depois com Ortiz e Senderón na obra da ponte de Toro[711].

Durante a segunda década do século XVII, além da obra do mosteiro do Carmo, às ordens de Juan Alvarado, trabalharia Juan Ortiz na torre da igreja de Benafarces e na sacristia da Colegiata de Toro. Este acompanhamento faria de Ortiz o verdadeiro sucessor de Juan de Alvarado no que respeita às principais encomendas arquitectónicas na região de Toro e Zamora, embora já neste período Ortiz se responsabilizasse pessoalmente por algumas empreitadas. Quanto a Juan de Rubayo e Bartolomeu de Oviedo, ambos aparecerão como fiadores da escritura lavrada em 1617 a propósito da obra da ponte maior de Toro que Juan de Alvarado tinha contratado[712].

Por conseguinte, a presença no escritório do tabelião daqueles mestres, decorrendo das relações de cooperação que mantinham a vários níveis, também poderá dever-se a uma combinação anterior e na qual já se previa a entrada de Ortiz na obra dos canos de Miranda.

O montante das fianças exigidas não se conhece. Mas esta matéria não é factor secundário se levarmos em conta que os comitentes podiam exigir valores bastante elevados aos arrematantes para não ficarem a perder no caso de surgirem problemas não previstos tanto no decorrer da obra como nas condições gerais de uma empreitada. Por outro lado, quando se entregava uma obra com base numa arrematação pelo preço mais baixo temos que admitir

---

[709] VASSALO TORANZO - *ob. cit.*, p.285

[710] PALLADIO - *Libros I y III*, (Traducidos por F. de Praves en Valladolid, 1625), Valladolid, edição fac-similada do Colegio de Arquitectos en Valladolid / Junta de Castilla y Leon / Consejeria de Educacion y Cultura, 1986. Na introdução a esta edição Javier Rivera qualifica Francisco de Praves como «un clasicista albertiano a la búsqueda de los sistemas de sus edificios, en la estruturación de su idea proyectual». *Idem, ibidem*, p. 33

[711] VASSALO TORANZO - *ob. cit.*, p.91

que a disputa do «ramo» entre os diversos interessados podia ferir susceptibilidades pelo que, uma ou outra vez, seria inevitável o desenvolvimento de tensões pessoais entre alguns dos candidatos. Neste sentido, de forma individual ou num círculo de convívio mais alargado sempre se podiam criar dificuldades, mormente quando se tratava de apresentar um fiador. A situação podia, então, adquirir contornos mais sérios, principalmente quando o arrematante era pessoa estranha à comunidade local ou à região. Por isso, a negação de fianças podia implicar para o arrematante a impossibilidade de ficar com a obra, abrindo-se, desta forma, o caminho para que se entregasse a outro pretendente que, porventura, gozasse de maior simpatia local ou beneficiasse da protecção de alguém que pudesse influenciar directamente o processo.

Em todo o caso, na impossibilidade de encontrar fiador em Miranda do Douro, Mateus Velez Barcena não teve dificuldade em achar quem, neste aspecto, o socorresse em Zamora. Ora, como os fiadores arriscavam o património pessoal e familiar, esta situação poderá traduzir um conhecimento pessoal anterior entre estes e o mestre de Valhadolid, provavelmente adquirido no convívio de outras empreitadas onde estiveram envolvidos a título individual ou em comunhão de interesses.

Pouco depois, por motivos que não conseguimos definir com exactidão, mas que podem decorrer de outras obrigações contraídas por Mateus Velez Barcena, este daria forma legal a uma sociedade com Juan Ortiz de Villallave, mestre de cantaria e com residência fixa na cidade de Toro, para levarem adiante a obra dos canos de Miranda. No documento que legalizava a sociedade e em que se determinavam as obrigações mútuas, estabelecia-se:

> «para que el (Juan Ortiz) haga la mytad della dicha obra por la orden y traza y segun y como yo estoy obligado de la hazer para que

---

[712] VASSALO TORANZO - *ob. cit.*, p.130

ygoalmente haga outro tanto en ella como yo tanto uno como outro y que entre my y el ayamos de partir y partamos los dichos dos mil quinientos ducados de presio y remate della com que yo saque y llebar dellos de mi de la dicha my mitad mil y trezentos reales que he gastado en camynos deligencias gastos e custas sobre tomar e afianzar la dicha obra[713]».

Mas em 6 de Novembro de 1612, Juan de Ortiz comprometia-se, juntamente com Juan de Senderón, à reconstrução de um muro no claustro do mosteiro de Santo Agostinho, em Toro e, em Março do ano seguinte arrematava outra obra na igreja de S. Salvador de los Caballeros, de que viria a trespassar metade a Juan de Senderón.

Se foi Juan de Alvarado quem protegeu Juan de Ortiz na sua chegada a Toro e o introduziu no ambiente arquitectónico da cidade agora tudo aponta para ser Ortiz a ter comportamento semelhante na relação com Juan de Senderón que era sobrinho de Juan de Alvarado[714].

Ainda em Março de 1613, Juan Ortiz seria convocado pela cidade de Zamora para, com Andrés del Cerro e Ausgustín de Camón, redigir os apontamentos da ponte maior desta cidade, sobre o Douro, convocatória extensiva à construção da porta norte. Ao assumir estes compromissos, Juan de Ortiz ficava impossibilitado de se deslocar para Miranda dar satisfação às suas obrigações no âmbito do contrato de sociedade celebrado com Mateus Barcena. Por isso, daria amplas faculdades a Juan de Senderón de forma a que este pudesse encarregar-se da sua parte na obra ou então, se o desejasse, pudesse trespassá-la a outro mestre.

A partir do dia em que se formalizou a sociedade (19 de Novembro de 1612), altura em que Mateus Velez de Varcena também contraiu um empréstimo de 260 reais junto de Juan de Villabozilha «por razon de la parte

---

[713] A.P.Z., Notarial, nº 878, fls. 611-611v. O valor de 1.300 reais a que alude seriam descontados na parte que Juan Ortiz iria receber.
[714] VASSALO TORANZO - *ob. cit.*, pp. 66 - 67

dele[715]» na obra da fonte, perdem-se os passos do mestre que tinha o compromisso de executar metade da obra, sobre a qual igualmente se desconhecem elementos relacionados com a sua materialização física. Quanto a Juan de Ortiz continuaria a ser solicitado e a arrematar diversas obras praticamente até à altura da sua morte em 1624. Sobre Juan de Senderón de que não se conhecem notícias da sua presença em Miranda continuaria o exercício do seu ofício, acabando por morrer, solteiro, em 1637 nomeando seu herdeiro o seu sobrinho Gaspar de Arce de que se conhecem obras por si contratadas[716].

Objecto de diversas intervenções no século XVIII e, ao mesmo tempo, sinal da precaridade de meios utilizados, a condução da água prendia na Primavera de 1755 a atenção dos responsáveis da Câmara de Miranda - ocasião em que se tentava obter uma provisão régia para o lançamento de uma finta de modo a conseguirem-se os cabedais que escasseavam - que expunham as dificuldades sentidas:

> «nesta cidade se exprementa grande falta de agoas, principalmente no tempo de Verão, em que os moradores há vinte annos (a esta) parte a mandão buscar a alguas fontes distantes perto de hum quarto de legoa [...] toda esta necessidade he ocazionada de se ter deixado perder a agoa de certos mananciais que por aquaductos fabricados á despeza dos Senhores Reis antiguos vinha ter á ponte desta mesma cidade aomde [sic] sahia por duas bicas para hum tanque em que igualmente se provião os cidadãos seo gado passageiros, e caminhantes[717]».

Um dos documentos deste processo refere-se à arrematação da «obra de reformação dos canos[718]» de Miranda de que foi sujeito activo Francisco Ribeiro, mestre pedreiro de Malhadas, pelo valor de 770.000 réis. Em paralelo

---

[715] A.P.Z., Notarial, nº 878, fl. 606
[716] VASSALO TORANZO - *ob. cit.*, pp. 70 - 71
[717] A.N.T.T., Desembargo do Paço (Repartição do Minho e Trás-os-Montes), Cx. 11, Mç. 10, doc. nº 82
[718] A.N.T.T., Desembargo do Paço (Repartição do Minho e Trás-os-Montes), Cx. 11, Mç. 16, doc. nº 123

com o interesse destas notícias, terá importância a petição que Matias Mouro, também de Malhadas, enviou ao Rei na expectativa de fazer valer alguns direitos que julgava deverem ser considerados.

Para além da sua importância específica relativamente à matéria em análise, este documento possui ainda interesse por nos desvendar um pouco das relações e interesses que conjunturalmente atavam os arrematantes de uma empreitada e os seus fiadores. De facto, Matias Mouro aparece relacionado com esta empreitada por ter sido fiador de Francisco Ribeiro e ainda por ter participado directamente nos trabalhos mas de modo indiferenciado.

Na petição em que Matias Mouro invocava a sua qualidade de fiador também adiantava que o mestre pedreiro o tinha admitido «como socio a perdas, e lucros, e convierão que o supplicado (Francisco Ribeiro) compraria hua junta de bois, e que com elles andaria o supplicante a trabalhar» na mesma obra. Apresentando diversas testemunhas, entre elas o «hermittão da Senhora do Nazo» pretendia fazer valer os seus direitos de sócio que, finda a obra, o arrematante lhe recusava e, deste modo, poder arrecar dos 260.000 réis do lucro obtido pelo mestre «a terça parte por haver outro socio irmão» do pedreiro Francisco Ribeiro.

Independentemente de avaliarmos a idoneidade moral do pedreiro Francisco Ribeiro, interessa-nos evidenciar que estamos perante um caso com contornos diferentes, se comparados com o tipo de relacionamentos que Mateo Velez Varcena mantinha com outros práticos castelhanos e trasmieranos. A estes, a natureza do ofício, independentemente das relações de maior ou menor proximidade mas em que a confiança tinha que ser um adado adquirido, aconselhava-os à cooperação; já o caso de Matias Mouro era diferente porque não praticava um ofício que implicasse responsabilidades especiais na obra. Assim, a sua aceitação como fiador apenas se orientava pela esperança de partilhar os lucros obtidos em igualdade, como neste caso

se pretendia, com o mestre da obra. A possibilidade de ocorrerem prejuízos será também uma hipótese a considerar, só que esta era normalmente afastada pelo conhecimento, directo ou por informações, das capacidades e do carácter do arrematante. Quando aos olhos do potencial fiador estas qualidades pesavam negativamente, este retraía-se e não aceitava correr riscos que além de desnecessários não fossem lucrativos. Assim se explicará que, no meio rural, muitos homens «chãos e abonados» não tivessem hesitado em dar cobertura legal a artistas oriundos de outros regiões e, portanto, relativamente desconhecidos no meio.

Ainda em relação com o problema do lançamento da finta «para reedificação dos canos e restetuição das agoas» diga-se que uma provisão régia deu despacho favorável às pretensões da Câmara de Miranda. Nessa base, o Corregedor da comarca, António Luís de Pargana, como superintendente da finta, estipulou a quantia de 770.000 réis acabando por lançar[719] aos moradores da cidade e do concelho, vistas as suas carências, apenas a quantia de 600.000 réis mas na expectativa que o clero, que também se tinha mostrado interessado na obra, desse um contributo de 200.000 réis. Não sendo obrigada a contribuir para esta soma, a hierarquia eclesiástica entendeu adiantar apenas 40.000 réis, importância que ficava longe dos valores que se lhe pediram. Assim, para perfazer aquela soma, houve que recorrer a outras soluções, nomeadamente ao Monte de Piedade que existia na cidade e que tinha um capital de 14.000 alqueires de cereal. Diga-se que tal procedimento já anteriormente tinha sido utilizado aquando da construção dos «quartéis desta cidade que se fizerão por conta do mesmo pam[720]».

Foi assim possível angariar os quantitativos precisos mas sem entrar em linha de colisão com os interesses e vontade do clero como antes tinha acontecido. Pode, assim, dizer-se que a lição de experiências anteriores serviu

---

[719] MOURINHO, António Rodrigues - *ob. cit.*, p. 78
[720] MOURINHO, António Rodrigues - *ob. cit.*, p. 78

para o futuro. Será, pois, útil recuarmos no tempo para passarmos em revista um episódio que ajuda à compreensão do modo como a igreja encarava alguns problemas sociais e, ao mesmo tempo, não abdicava dos seus tradicionais privilégios.

A estruturação hierárquica da sociedade portuguesa isentava o clero do pagamento de impostos para obras de interesse local ainda que tivessem uma dimensão pública. Entre outras atribuições, à Câmara competia o encargo com a cobrança e administração do real de água, imposto que, recaindo sobre a canada de vinho e o arrátel de carne, era pago temporariamente pelas populações para ajuda de obras com interesse colectivo. Mas, por vezes a conjuntura económica, provocando a subida dos preços destes produtos em que por vezes se incluía o peixe, originava o agravamento das condições de vida dos moradores. Por sua vez, a igreja nem sempre se alheava deste tipo de situações como se conclui da provisão que, em 28 de Janeiro de 1646, ordenava ao:

> «reverendo conego Vicente Lopes de Moura vedor da fazenda dar oito mil reis a João Raposo desta cidade pera ajuda de satisfazer cõ a copia do dinheiro do real de agoa o qual este dinheiro se deu per charidade e esmola pera aliviar o povo[721]».

Contudo, a prática deste tipo de caridade não impedia que os vereadores da Câmara desejassem estender o braço da colecta ao clero, provocando um clima de conflitualidade com os dignitários eclesiásticos, sempre firmes, como aconteceu em 1651, na defesa dos seus privilégios[722]. Foi

---

[721] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 62v

[722] A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fls. 99-100. Outros documentos confirmam a posição do Cabido mirandês, como se mostra pelo seguinte acordão: «Aos dezaseis dias do mes de Agosto do anno de mil e seiscentos, e sinquoenta, e hum annos, em Cabbido pleno, que se convocou a som de campa tangida como he seo louval [sic] costume, se assentou por votos de todos capitulares *nemine discrepante*, que tendo procedido o reverendo vigairo geral com censuras contra os oficiaes da Camara sobre quererem obrigar ao clero pagar real de augua sem aver concentimento de Sua Santidade, nem estar concentido pelo clero deste bispado em cortes encontrando a immonidade ecclesiastica sobre que agravarão, e vendosse o

por isso que no início deste ano o vigário geral, Doutor João Álvares de Carvalho, apresentou ao juíz de fora e vereadores da Câmara de Miranda um precatório a fim de que o rendeiro do real de água fosse autuado. Como

---

aggravo pareseu se devia seguir a causa em todos os tribunaes, e juizos gastandosse nisso todo, o que for necessario das rendas da Mitras por se defender a immonidade e liverdade ecclesiasticas, e em caso que por esta causa se emprazem alguns capitulares serão contados por prezentes, e interecentes e se lhe dara toda a ajuda de custo necessaria, assi aos emprazados, como aos que forem por ordem, e mandado do Cabbido tratar das ditas causas por serem como dito he em defensão da immonidade e liverdade, ecclesiastica alem de que se não encontra nisto o serviço de Sua Magestade de que he muito zelador da igreja, e sua immonidade de que se mandou fazer este termo que todos assinarão e eu conego Domingos Pires Urbano secretario o fis dia, mes e era ut supra

Manoel Mendes Pinto mestre schola
Hieronimo do Campo da Gama arcediago da See
Marcos do Amaral arcediago de Bragança
Vicente Lopes de Moura
Manoel de Oliveira de Escovar
Manoel Antunes de Paiva
Domingos Pires Urbano
Francisco de Chaves
Matheus Alves
Luis da Cunha
Antonio Alves». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 98-98v. No mesmo dia e sobre a mesma matéria, o Cabido produzia outra resolução: «Aos dezaseis dias do mes de Agosto do anno de mil e seiscentos, e sinquoenta, e hum annos, em Cabbido pleno que se convocou a som de campa tangida, como he seo louval [sic] costume, se assentou por voto de todos os capitulares *nemine discrepante* se puxasse pellas palavras do aggravo, que intentarão diante do reverendo vigairo geral o Licenciado Antonio Vas de Parada juiz de fora Alvaro Borges Tristão de Castro Brandão vereadores João de Ordas procurador do concelho, Antonio Moreira como procurador dos sobreditos e da coroa sobre querer obrigar ao clero pagar o real de augua por coanto as ditas palavras são contra o credito e authoridade do Cabbido, que se deve defender assi em geral, como em particular, e que indo alguns capitulares fora, emprazados de ordem do Cabbido sobre este negocio serão contados por prezentes e interecentes, e se lhe darà toda ajuda de custo por conta da Mesa Capitular de que se mandou fazer este assentos e detreminação que todos assinarão e eu o conego Domingos Pires Urbano secretario o fis dia mes, era ut supra

Manoel Mendes Pinto deão
Luis Machado Pereira Pinto mestre schola
O Chantre
Hieronimo do Campo da Gama arcediago da See
Marcos do Amaral arcediago de Bragança
Vicente Lopes de Moura
Manoel de Oliveira de Scovar
Domingos Pires Urbano
Manoel Antunes de Paiva
Luis da Cunha
Antonio Alves
Matheus Alves

argumento forte, defendia que os clérigos se abasteciam de carne no seu açougue «onde se lhe cortava hora a não tinhão per não aver obriguado nesta cidade e no assougue della se lhes não dava carne quando dava a algua pessoa eclesiastica era com o real de agoa de que erão izentos os eclesiasticos e nisto se encontrava a liberdade eclesiastica[723]». Seguia-se a pretensão de se dar carne aos clérigos sem ser taxada «ou licença para se cortar carne no assougue[724] do Cabbido ate aver obriguado como fora custume[725]».

Francisco de Chaves». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 100-100v

[723] A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte 3ª, Mç. 32, doc. nº 91

[724] Ainda antes de ser nomeado para a diocese de Leiria, D. António Pinheiro tinha tomado a resolução de mandar construir açougue e tulha na cidade de Miranda. O sítio inicialmente escolhido para a implantação destes edifícios é que não agradou ao Cabido porque na sessão realizada em 4 de Novembro de 1579 considerou: «ja que o senhor bispo mandou fazer casa de açougue, e casa de tulha que seja advertido o senhor bispo que se fazem as ditas casas na terra e adro da igreja, o que não parece cousa decente».A.D.B., Cx. 1, Lv. 2, fl. 53

Pretendiam, assim, os capitulares que a área do sagrado fosse acautelada, não só pelas funções profanas a que se destinavam tais construções mas também porque junto da Sé havia então uma cortinha que o Cabido costumava arrendar a quem mais desse pela sua exploração temporária. Em 22 de Dezembro de 1612, resolveram os capitulares que «arrendasse o vedor da fazenda a cortinha que esta junto da See a Francisco do Rego per tres annos em nove testoins per cada anno forros pera a fazenda e que Francisco do Rego seja obrigado a tapalla a sua custa». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 63v

O sítio onde acabou por se construir o açougue não se conhece com exactidão. Contudo, não passaria muito tempo sem que tivesse necessidade de ser submetido a algumas reparações. Também a sua área coberta seria acrescentada, como se conclui da determinação que, em 2 de Dezembro de 1587, os capitulares mandavam observar: «se faça hu alpendre ate a porta do açougue e hua janella na parede com huas reias de pao pera se dar por ella a carne, e não entre gente dentro do açougue». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 2, fl. 102

Ano	Obras no açougue do Cabido	Valor (em réis)
1700	«de levantar a parede do açougue». **Fonte:** A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 2, fl. 102	400
1708	«do portal da janella do assougue das paredes do mesmo das geiras dos carpinteiros». **Fonte:** A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 24, fl. 92v	4.000 3.200 17.300
1709	«de telha para o açougue e concerto delle e papel». **Fonte:** A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 24, fl. 96v	3.870

Ouvido o rendeiro do real de água, justificou assim os seus actos:

«para a defenção destes reinos em Cortes se concedeo pellos tres estados o effeito das decimas e real de agua que todo o reino pagassem sem exceição de pessoas e se manda arrendar [...] e nesta conformidade se tem obrado des o anno de seiscentos e quarenta e quatro e os arrendadores tirarão o preço do arendamento pellas portas voluntariamente o que cada hum queria dar e os reverendos capitulares pella sua parte sempre derão a sete oito mil reis em cada hum anno e isto se observara the o anno de seiscentos e quarenta e nove[726]».

Nos cofres do poder central entregava-se o valor da arrematação do real de água. Ora, para não se onerar demasiado o povo, fazia-se um peditório e cada casa dava voluntariamente a sua contribuição. Neste sentido, também o Cabido, como algumas testemunhas declararam, não se eximia a entregar,

1733	«de cal para o assougue de area aos pedreiros de quarenta e sete carros de pedra para o assougue»; «do cepo para o assougue de o cerrar, e telha para o mesmo ao carpinteiro pello assentar». **Fonte:** A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 24, fls. 195, 199v	1650 240 3.000 2.820 580 400 300
1739	«de compor a caza do açougue». **Fonte:** A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 24, fl. 226	8.670
1747	«de dous carros de telha para o açougue»; «de hua chruz para a porta do açougue e pregos». **Fonte:** A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 24, fl. 251v	2.000 100
1764	«da telha para a caza do celleiro e açougue»; «de madeira, pedra, cal, area, pregos, e geiras pera compor o coberto da caza do açougue, e fazer a porta do matadouro». **Fonte:** A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 26, fls. 44, 52v	2.400 10.170
1769	«da renda da caza que servio para o açougue perto de tres annos». **Fonte:** A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 26, fl. 95	6.460

São conhecidas diversas provisões para o Cabido beneficiar do privilégio de um acougue particular. A.D.B., Cabido, Cx. 16

[725] A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte 3ª, Mç. 32, doc. nº 91

[726] A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte 3ª, Mç. 32, doc. nº 91

voluntariamente, entre 6.000 e 8.000 réis. Mesmo nos finais de 1652, o Cabido ofereceu um donativo pelo «asougue particular, sem arrobar nem real de agoa[727]».

Em todo o caso, o conflito estava aberto e com consequências porque se chegou à excomunhão dos vereadores. Cresceram os problemas quando, como era costume e uma provisão régia obrigava, tratando-se da realização da procissão de Aljubarrota (14 de Agosto), em acção de graças pela vitória sobre os castelhanos, se verificou a impossibilidade de participação em corpo de Câmara na procissão.

13. Edifícios eclesiásticos

13.1 O seminário diocesano

Após o conclave de Trento, os seminários diocesanos, enquanto instituições destinadas a preparar os futuros sacerdotes, irão ser, juntamente com os concílios provinciais, com os sínodos diocesanos e visitas pastorais, importantes instrumentos no sentido de se aplicarem a toda a Igreja os princípios reformados. Mas se a realização de sínodos diocesanos, concílios provinciais e a prática de visitas pastorais encontravam fundamento em costumes antigos que o Concílio de Trento se limitou a sancionar, embora imprimindo-lhes maior dinâmica e mais rigor, já os seminários eram instituições substancialmente novas ainda que, em alguns casos, seja possível estabelecer alguma aproximação com as escolas que desde os tempos medievais encontravam acolhimento no espaço de algumas catedrais.

---

[727] A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte 3ª, Mç. 32, doc. nº 94

A deficiente preparação teológica, moral e intelectual do clero fornecia matéria para denúncias frequentes e constituía um dos males que afligiam a igreja pré-tridentina. Foi para combater a gravidade desta situação que Paulo III tinha, em 1536, constituído uma comissão especial[728], já no âmbito da preparação do futuro concílio. Iniciada a reunião ecuménica, a questão seria apreciada promulgando-se uma normativa na sessão XXIII de 15 de Julho de 1563, segundo a qual os bispos tinham a obrigação de erigirem nas respectivas dioceses um colégio, termo usado no texto[729], para ser frequentado por rapazes que, mais tarde, viriam a abraçar o sacerdócio. Ao mesmo tempo, determinava-se que para a sua fundação e sustento se agravassem os benefícios eclesiásticos de que não se podiam excluir as rendas da Mesa Episcopal.

A instituição, pensada inicialmente para a formação de jovens com poucos recursos, exigia como requisitos necessários à admissão a idade mínima de doze anos, nascimento de legítimo matrimónio, conhecimento da leitura e da escrita e a existência de indícios de que o candidato tinha vontade de seguir a vida eclesiástica. No que respeitava ao programa de estudos, o texto normativo silenciava tanto a duração como as disciplinas obrigatórias para se aceder às ordens sacras[730].

Em Portugal, e concretamente na diocese de Miranda, também se desenvolveram esforços para levar à prática a normativa da XXIII sessão do Concílio, tendo Frei Bartolomeu dos Mártires fundado, em Braga, a primeira instituição. Mais tarde, em 1754, recordava D. Frei João da Cruz ao informar o Papa sobre o estado da diocese de Miranda, já «no quarto sínodo de Braga, celebrado em 1566, ao tratar do seminário, ficou assente que se exigisse um para a diocese de Miranda, consoante as normas do Sagrado Concílio de

---

[728] BORROMEO, Agostino - *I vescovi italiani e láplicazione del Concilio di Trento*, in «I tempi del Concilio. Religione, cultura e società nell'Europa tridentina», Roma, 1997, p. 66

[729] BORROMEO, Agostino - *ob. cit.*, p. 66

Trento, no qual se educassem quarenta alunos, pelo menos[731]». Contudo, antes desta data, já o bispo D. Julião d'Alva, que dirigiu os destinos da diocese entre 1560 e 1564, respondia àquela decisão fundando, em Bragança, o seminário de S. Pedro. Esta instituição era tutelada pelos padres da Companhia de Jesus estabelecidos nesta cidade e recebia para se manter as terças das igrejas das povoações de Rebordaínhos, Faílde e Carocedo.

Contudo, a fundação de um seminário na cidade que dava guarida à sede da diocese também estava nos planos dos eclesiásticos que a governavam porque no dia 5 de Abril de 1588:

> «ellegerão os Senhores do Cabido ao reverendo Chrispovão [sic] Dalmança chantre pera que elle assista por parte do Cabido aos negocios tocantes a criação do seminario que o Senhor bispo (D. Jerónimo de Meneses) quer fazer[732]».

Por ter sido Reitor da Universidade de Coimbra[733], D. Jerónimo de Meneses era uma figura com sensibilidade e experiência para compreender a utilidade de um estabelecimento de educação na cidade de Miranda do

---

[730] BORROMEO, Agostino - *ob. cit.*, p. 66

[731] A reunião conciliar é confirmada por D. Rodrigo da Cunha, segundo o qual; «no anno de Christo de 1566 chamou o arcebispo de Braga D. Frei Bartholomeu dos Martires, a sinodo provincial, aos bispos seus sufraganeos, que são os de Coimbra, Porto, Vizeu, e Miranda, com animo de por remedio a muitas couzas, que tinhão necessidade delle». Principiando a oito de Setembro, durou sete meses e, deste sínodo «sahirão constituiçoens excellentes para a reformação dos costumes, e estado ecclesiastico, e melhor serviço das igrejas». CUNHA, Rodrigo da (D.)- *Catalogo dos Bispos do Porto*, Porto, Na Officina Prototipa Episcopal, 1742, p. 199. Era, então, bispo de Miranda D. António Pinheiro que assistiu a algumas sessões deste sínodo. *Vd.* CARDOSO, José - *O IV Concílio Provincial bracarense e D. Frei* Bartolomeu *dos Mártires*, Braga, 1994, pp. 179-180; CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 311.

[732] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 2, fl. 103

[733] No exercício destas funções mostrou algum dinamismo, já que «attendeo aos edificios materiaes das escholas, pondo o terreiro dos Paços Del Rei, na forma que hoje o vemos, sendo d'antes estreito, e pera a parte do Sul despenhado com grandes precipicios». Ainda como Reitor da Universidade, na ocasião em que D. Sebastião e o cardeal D. Henrique foram a Coimbra, D. Jerónimo de Meneses, mandou «fazer grandes aparatos, e festas, e entre ellas se representou a tragedia famosa intitulada *Sedecias*, da destruição de Jerusalem por Nabuchodonosor, composta pelo padre Luis da Cruz religioso da Companhia de Jesu». CUNHA, Rodrigo da (D.) - *Catalogo dos Bispos do Porto*, Porto, Na Officina Prototipa Episcopal, 1742, p. 218

Douro, o que, aliás, esta notícia confirma. Só que os resultados das diligências efectuadas, por si e pela Mesa Capitular, tendo em vista a concretização deste objectivo, ao serem desconhecidos, não nos permitem grandes avanços no conhecimento sobre a criação desta instituição.

Seja como for, se chegou a abrir as portas aos estudantes a sua duração foi relativamente efémera porque, em 1600, D. Diogo de Sousa retomaria a ideia da necessidade que Miranda tinha de uma fundação[734] deste tipo, pelo que lançou mãos à obra. Assim, é possível que a aquisição «do chão que se comprou para o colegio dos colegiaes[735]» tivesse sido efecuado neste tempo.

Um documento do Cabido, produzido cerca de meio século depois, historiando a construção do seminário, confirma a data de 1600 e a atribuição da sua fundação, «na forma do sagrado concilio tridentino para boa educação de moços[736]», ao bispo D. Diogo de Sousa, quem, para o possibilitar:

> «tratou de asinar rendas pellos beneficios e comendas, e vendo que a contribuição de dous per cento que tem asignada, não era bastante uniu as rendas que de antes estavão aplicadas pera o Collegio de São Pedro de Bragança as quaes avião sahido da mesma Mitra[737]».

Como consequência desta medida também o Colégio de Bragança, porque descapitalizado, ficaria unido ao seminário de Miranda. Neste lance, as terças de Rebordaínhos, Faílde e Carocedo seriam novamente incorporadas

---

[734] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit*, Tomo II, pp. 27, 315. Numa informação prestada em 1760 pelo reverendo Gaspar Caetano de Sá Ferreira, relativamente ao um «auto de exames de professores de latim», escrevia que o seminário de S. José, em Miranda, «foi erecto na forma do Sagrado Concilio Tridentino, em o anno de mil e seiscentos e hum, sendo bispo desta diocesi o Senhor D. Diogo de Souza». Também referia que «Bragança hé e sempre foi a terra aonde se juntão mais estudantes». ANDRADE, António Banha de - *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, vol. 2, Coimbra, 1981pp.308-309

[735] O título desta escritura aparece registado, sem indicação de data nem responsável ou responsáveis, no *Livro do padroado das igreias do Cabido (1735-1755)*.A.D.B., Cabido, Cx. 4, Lv. 21, fl. 112

[736] A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a erecção e fundação do seminario e Collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda*, Cx. 1, Lv. 4, fl. 121

[737] A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a ercção e fundação do seminario e Collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda*, Cx. 1, Lv. 4, fl. 121

na Mitra, razão pela qual a Mesa Episcopal passaria a pagar anualmente ao seminário a quantia de cem mil réis[738]. Com o mesmo intuito, D. Diogo de Sousa obrigaria os cónegos[739] ao pagamento anual de 40.000 réis, frustrando, assim, as tentativas destas dignidades para se eximirem a dar alguma contribuição.

Com estes e outros rendimentos, alguns provenientes de abadias[740], pôde o prelado iniciar as obras do novo seminário as quais já corriam em 1607[741]. No ano seguinte, o seminário seria ainda objecto de uma decisão capitular, razão porque:

> «aos 29 de Novembro se votou em Cabido pleno que o conigo Antonio Mendes fosse a Salamanqua acoselhar se sobre o negocio do seminario[742]».

---

[738] Ainda no século XVIII, esta quantia era satisfeita. De facto, em alguns registos das pensões a que a Mitra era obrigada, sem a preocupação de sermos exaustivos, anotaram-se alguns pagamentos referentes ao período de tempo compreendido entre os anos de 1706 e 1738. A.D.B., Mitra, Cx. 1, Lv. 17, fls. 13, 23, 27, 32, 33, 37, 71, 80; *Idem*, Mitra, Cx. 1, Lv. 18, fl. 12; *Idem*, Mitra, Cx. 2, Lv. 20, fl. 14. Em 1725, a quantia paga pela Mesa Episcopal ao seminário excedeu em 14.000 réis o valor que usualmente se pagava. A.D.B., Mitra, Cx. 2, Lv. 21, fl. 35. Em 1737, o valor subiria porque se pagaram ao «seminario de S. Joseph cem mil reis com mais catorze mil reis da renda do coarto em que vive a Senhora D. Antonia Maria de Souza, e seiscentos reis do prazo do seminario velho». Não se podendo afirmar que a casa em que vivia esta fidalga era a primitiva residência dos prelados, esta anotação parece permitir a conclusão de que o edifício comprado para o seminário nos começos do século XVII ainda continuava na posse da Mitra. A.D.B., Mitra, Cx. 2, Lv. 22, fl. 7v

[739] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, pp. 304, 309.

[740] Daremos o exemplo da Abadia de S. Nicolau de Candedo, em cujo livro de registos de pastorais e visitações, desde 1604, se podem ler assentos como os que se seguem: «O pensionario te vinte dias depois de dia de Sam João Baptista mandara paguar ao luguar onde o senhor bispo stiver a porção que lhe foi repartida pera o seminario, e a porção da colecta da Mesa Episcopal, alias o cura pora socresto em os dizimos pertencentes ao dito pensionario, e não o levantara se com effeito lhe constar ter satisfeito com as ditas porçois e os fregueses não lhe acudirão com os dizimos»; «o abbade te os ditos vinte dias depois de Sam João Baptista, mandara paguar a porção do seminario que lhe foi repartida sob pena de suspensão de suas ordes ipso facto». Em 1605, o pensionário pagava ao recebedor do seminário 2.400 réis. A.P.E., *Livro de registos de visitações e pastorais de Candedo*, s/ catalogação, fls. 38-38v. Quase um século depois, o recebedor das rendas do seminário, António Brito e Távora, recebeu do cónego António Brandão de Araújo a quantia de 50.000 réis para o seminário, correspondente ao ano de 1703-1704. A.D.B., Mitra, Cx. 1, Lv. 17, fls. 13, 32

[741] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 305

[742] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 21v

A relativa proximidade desta cidade castelhana e a atracção que constantemente exercia sobre numerosos artistas constituiu razão para, mais de uma vez, o Cabido mirandês procurar nela bons mestres que estivessem interessados em tomarem a responsabilidade de obras que se pretendia executar. Mas no caso vertente, as limitações da informação e a escassez de outras fontes complementares não nos permitem tirar a conclusão de que a viagem a Salamanca era motivada pelo desejo de se solucionar a obra do seminário, até porque outro acórdão[743] do mesmo teor seria produzido em 1611. Assim, perante a indefinição do articulado dos acórdãos fica por esclarecer a razão ou razões que impeliam o Cabido a enviar um seu representante àquela cidade, sabendo-se que várias possibilidades podiam determinar os contactos com Salamanca, os quais, contudo, podiam não excluir a obra do seminário como também podiam contemplar outros assuntos, entre os quais o aliciamento de professores e até a recolha de informações sobre o modelo pedagógico a adoptar.

Entretanto, numa casa que o bispo comprou funcionava provisoriamente[744] o seminário. Não passando de uma estrutura incipiente,

---

[743] «Aos nove dias do mes de Julho de seiscentos e onze em Cabido pleno a som de campa tangida segundo seo louvavel costume se assentou por mais votos que o conego Antonio Mendes fosse a Salamanca a tomar o parecer sobre a materia do seminario e lhe assinarão por dia hum cruzado». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 50

[744] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 305. Tudo parece indicar que era neste edifício que, em 1614, funcionava. De acordo com uma resolução do Cabido, tomada em 19 de Abril, decidiu-se «que segunda feira que vem, em que se contam vinte hum dias deste mes, o deam mestre escholla e o Doutor Lourenço Alves mandem chamar os collegiaes do seminario e os examinem para verem os progresos que tem feito em seus estudos, e do que acharem dem conta em Cabido pera proverem o que parecer mais conveniente». Simultâneamente, ordenava-se «que se passem editaes pera todos os luguares notave(i)s deste bispado, chamando per oppositores todos os moços que quiserem opporsse, ate encher o numero de doze, que de todos serão escolhidos aquelles que teverem as partes e qualidades do concilio». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 77. Na sessão do Cabido, realizada em 30 de Maio, dava-se conta dos candidatos escolhidos, alguns dos quais, anos depois, seriam os principais responsáveis da diocese: «se elegerão pera collegiaes do seminario desta cidade as pessoas seguintes por nellas ocorrerem as qualidades necessarias, e que se requerem conforme o decreto do sagrado concilio tridentino, e institutos do dito seminario, a saber Francisco Peguado de Bragança, Ignacio Ramalho de Vinhaes, Francisco Rodrigues de Izeda, Antonio

malquista pelos beneficiados, dados os encargos a que eram obrigados e até objecto de alguns abusos[745], a vida do seminário ressentir-se-ia com a transferência de D. Diogo de Sousa para o arcebispado de Évora. Desta forma, coube ao seu sucessor, D. José de Melo (1609-1611), organizar o «seminário nesta cidade em huas cazas per eço suffecentes[746]» mas com evidentes limitações ou inconvenientes, já que nelas «se não podia viver com commodidade[747]».

As dificuldades práticas que se levantavam comprovam que a execução do decreto conciliar tinha os seus obstáculos em que avultavam as razões de tipo económico e financeiro. Comprar um edifício ou construi-lo, enfrentar as despesas com os alunos e professores eram situações que requeriam fundos e dispensavam a resistência que os titulares de benefícios cedo demostraram logo que foram confrontados com a obrigatoriedade de pagarem uma taxa. A estes problemas acrescia o de serem escassos os nomes com capacidade para assegurarem a orientação pedagógica dos seminaristas, sabendo-se que, só por si, não era o decreto que elevava o deficiente nível cultural e espiritual dos

---

Tello, de Guide, Joam Amaro, de Pinello, e por familiar a Hieronimo Fernandes natural de Ponenhozo, e a Francisco Manoel da villa da Bemposta, aos quaes se lhe passaram suas provisões, e estaram nesta cidade o primeiro dia de Setembro que vem pera serem admittidos, e serão todos obriguados, assistir os domingos e dias santos nesta See desdas matinas com suas sobrepelizes pera o serviço della, e ajudarem a missa, dos quaes escolhera o chantre dous pera servirem no altar mor». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 78v

[745] Alguns dos abusos, praticados pelos próprios mestres, encontravam a oposição dos capitulares, como se mostra pelo acórdão seguinte: «aos quatro dias do mes de Novembro do ano de 1606 em Cabido pleno se acordou porquanto o mestre de Latim Dominguos Queixada levava de estipendio de messe por ensinar aos estudantes contra o que sempre se usou e neste Cabido se tem assentado acordarão que se lhe notefecasse que daqui por diante sem ninhu modo de premio mais que aquelle que lhe esta ordenado ensinasse». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 2

[746] A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a ercção e fundação do seminario e Collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda*, Cx. 1, Lv. 4, fl. 121

[747] A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a ercção e fundação do seminario e Collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda*, Cx. 1, Lv. 4, fl. 121

clérigos. Assim se explicará as tentativas de se entregar o seminário de Miranda aos padres Jesuítas[748].

Conhecedores das razões que provocavam a irregularidade de funcionamento da instituição, alguns dos bispos que sucederam a D. José de Melo, levando a peito os seus intentos, não temeram as diversas dificuldades pelo que decidiram mandar:

> «fazer cazas com mais ostentação do que hera necessario pera o seminario, não bastando as rendas, per a obra, e fabrica della com que os beneficiados se levantarão da contribuiçam per verem não havia seminaristas[749]».

Porém, devido ao arranque das obras da nova construção e ao posterior arrastamento da sua fábrica, o seminário provisório passaria a ser apelidado de Seminário Velho, inscrevendo-se até na toponímia local, pois, ainda no século XVIII servia como referência[750] no conjunto da malha urbana.

Durante a prelazia de D. João da Gama (1615-1617) seriam afixados editais em Lisboa e nas cidades castelhanas de Zamora e Salamanca para, no tocante a pedraria, se arrematar a obra do seminário[751]. A opção por Lisboa e pelas cidades espanholas decorre da união das duas coroas mas, ao mesmo tempo, estará também relacionada com a vontade de, para a sua execução, se seleccionarem mestres bem apetrechados com os conhecimentos da arte a concurso. Sendo assim, é porque a empreitada seria de vulto e se entendia

---

[748] Mesmo em Itália, este problema estava presente. Por isso, «tanto a Milano, in un primo tempo, quanto a Roma, in modo permanente, la direzione del seminario diocesano fu affidata ai gesuit». BORROMEO, Agostino - *I vescovi italiani e láplicazione del Concilio di Trento*, in «I tempi del Concilio. Religione, cultura e società nell'Europa tridentina», Roma, 1997, p. 71

[749] A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a ercção e fundação do seminario e Collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda*, Cx. 1, Lv. 4, fl. 121v

[750] Numa relação de várias escrituras guardadas no Cabido, consta o «prazo feito a Pedro Lopes Fortuna de huas cazas ao Seminario Velho», em 1719. Em data posterior, a designação continua viva. A.D.B., Cabido, *Livro dos padroados das igreias do Cabido*, Cx. 4, Lv. 21, fl. 50v

[751] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma ao Senhor Dom Frei João de Valladares Bispo illeito de Miranda sobre as obras do siminario*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37

que só mestres habituados ao acompanhamento de grandes empreitadas seriam capazes de a levarem a bom termo.

A planta e apontamentos bem como a metodologia da sua arrematação são desconhecidas. Por isso, não se pode afirmar que a planta levantada, em Novembro de 1791, pelo Tenente-Coronel Engenheiro José de Morais Antas Machado[752] corresponda integralmente às condições propostas cerca de século e meio antes, na altura em que se afixaram editais para a sua arrematação.

Em todo o caso, por ter feito o lanço mais baixo, a obra seria entregue[753] a Manuel Quaresma, lavrando-se na sequência deste acto a competente escritura em 16 de Fevereiro de 1616, provavelmente pelo punho de um tabelião com escritório em Lisboa. Intitulando-se «medidor das obras desta cidade» de Lisboa, Manuel Quaresma, na mesma qualidade, teria intervenção, juntamente com o mestre pedreiro Diogo Vaz, na avaliação a que, em 27 de Setembro de 1616, se procedeu, relativamente à empreitada do convento de Nossa Senhora da Penha de França, executada pelo mestre pedreiro Adrião João, segundo o risco do arquitecto Teodoro de Frias[754].

---

[752] Podem colher-se alguns dados biográficos, notícias de algumas obras e plantas desenhadas por este engenheiro-militar em RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, vol. I, Junta de Freguesia da Sé, Bragança, 1977, pp. 42, 508, 525, 527-530, 544; *Idem, ibidem*, vol. II, pp. 1173, 1185 - 1194. Da sua acção na Índia portuguesa conhecem-se também algumas plantas. *Vd.* ROSSA, Walter - *Cidades Indo-portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 44-45, 47

[753] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.

[754] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. II, p. 33. Identificado como mestre pedreiro, em Lisboa, Manuel Quaresma assinava a escritura de contrato (1625, Julho, 4) da residência de D. Jorge de Mascarenhas, presidente do Senado da Câmara. A traça era do arquitecto Teodósio de Frias; em 1626 (Julho, 20), com o mestre pedreiro Estácio Correia, Manuel Correia, carpinteiro e Domingos Martins e João do Porto, ladrilhadores, comprometiam-se a fazer as obras dos Paços Arcebispais de Lisboa, com risco e direcção do arquitecto Pedro Nunes Tinoco; em 1630 (Outubro, 29), obrigou-se, juntamente com Manuel Correia, carpinteiro, à reparação das casas de morada de D. Maria de Meneses, condessa de Linhares e mulher de D. Miguel de Noronha, vice-rei da Índia. Mais uma vez, o risco e direcção da obra era do arquitecto Pedro Nunes Tinoco. Nesta escritura, Manuel Quaresma é apelidado de mestre pedreiro e medidor das obras da cidade. SERRÃO, Vítor - *Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses (1563-1650)*, in «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa», III Série, nº 90, 1º e 2º tomos, Lisboa, 1984/1988, pp. 86,

A notícia da arrematação da obra do seminário de Miranda decorre de um «memorial» que o próprio Manuel Quaresma dirigiu a D. João de Valadares, bispo que esteve à frente da diocese entre 1621 e 1627. Como o «memorial» não está datado será nestes limites temporais que a sua redacção se deve enquadrar. Neste documento, colhem-se informações de alguma importância para o conhecimento do processo e também de algumas dificuldades que impediam o avanço da empreitada.

Assim, D. João da Gama, depois de aprovar e assinar o risco juntamente com alguns cónegos, passou uma provisão para que o Arcediago de Mirandela, o cónego Francisco Luís, na qualidade de tesoureiro do seminário, entregasse a Manuel Quaresma a quantia de 600.000 réis[755]. Mas como «os Abades estavão revellados a não paguarem[756]» o que lhes competia dos seus benefícios, resultou que as dificuldades de tesouraria se acentuaram. Não havendo tal quantia, Manuel Quaresma partiu para Lisboa sem receber dinheiro algum. No entanto, antes da sua partida passou uma procuração a Manuel Colaço que era mordomo do bispo, delegando-lhe poderes para poder efectuar alguns pagamentos às pessoas com quem tinha contratado o fornecimento de materiais para a obra.

Em 1617, D. João da Gama mandou um correio a Manuel Quaresma para que «fose a corer com a obra e que fose no Espirito Samto que vinha[757]», visto haver então «muito dinheiro cobrado e que Framcisco Luis o tinha em seu poder[758]». Porém, em 28 de Março deste ano[759], estando ainda Manuel

---

87, 92. O facto do seu nome andar associado a estes arquitectos, principalmente ao de Pedro Nunes Tinoco, permite a hipótese do risco do seminário ter vindo de Lisboa.

[755] Trata-se de apreciáveis quantitativos. Normalmente, na escritura de uma obra escalonavam-se os pagamentos em tres partes iguais: o primeiro tinha lugar no começo. o segundo no meio e o último no fim, após vistoria e aceitação da mesma. A ter sido assim, esta empreitada atingia 1.800.000 réis, valor que só o conhecimento da escritura pode confirmar.

[756] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.

[757] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.

[758] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.

[759] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, Tomo II, p. 31

Quaresma em Lisboa, ocorrendo o falecimento do prelado, abriu-se um período de sede vacante que só terminaria, em Outubro de 1618, com a confirmação para Miranda do Douro de D. Francisco Pereira[760].

Antes de D. Francisco Pereira tomar posse da diocese, Manuel Quaresma contactou o deão e o Chantre do Cabido de Miranda, comunicando-lhes «que se querião que fose cumesar (a obra) que iria[761]». A esta diligência, as mais altas dignidades do Cabido responderam que «amdavão com obras da Se que não querião corer com outras ate não ir bispo[762]».

Arrematada, como vimos, em 1616, até esta altura a obra do seminário, com excepção de alguns preparativos, estava em ponto morto. Mas com a chegada a Miranda de D. Francisco Pereira verificar-se-iam novos desenvolvimentos. De facto, como apontou Manuel Quaresma, este bispo:

> «tamto que chegou que vio as acheguas na obra lamsou mão de tudo e tomou as chaves das casas velhas do siminario omde estava recolhido todas as fabricas da obra e comesou a corer com as obras gastamdo nellas todos os meus matriais e fabrica que nella estavão[763]».

A esta inicativa, suceder-se-ia a de mandar:

> «chamar a Moncorvo hum Dominguos da Fomsequa que corese com as obras ao qual eu (Manuel Quaresma) tinha dado prasaria nella e lhe dise que a fisese de jornal».

Evidenciando-se a responsablidade nesta obra de Domingos da Fonseca, por ser sócio de Quaresma, compreende-se igualmente o facto deste poder fazer o seu acompanhamento à distância enquanto, provavelmente, se envolvia noutras empreitadas.

Ignorando-se os termos em que assentava o acordo de parceria entre os dois mestres, parece fora de dúvida a posição secundária que Domingos da

---

[760] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, Tomo II, p. 32
[761] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.
[762] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.

Fonseca desempenhava nesta empreitada. Na verdade, à ordem para fazer a obra de «jornal», Domingos da Fonseca respondeu «que de jornal a não queria faser[764]». Para justificar a não aceitação do sistema proposto pelo bispo, estribar-se ia no argumento de «que ella estava comtratada e tinha mestre[765]», o que implicava o reconhecimento da posição de Manuel Quaresma como principal responsável na orientação desta fábrica.

Quadro 9

Pagamentos pelo fornecimento de materiais para a obra do seminário de Miranda do Douro

«a Sebastião Fernandes e João Gomsalves camteiros deu Framcisco Luis por escritos de Manoel Collaso semto e simquoemta e simquo mil réis pera se aremcar pedraria e alvenaria que se chegou a obra muito mais	155.000 réis
a Baltesar Gomsalves e Pero Afomso Lobeiro e Julião Visemte reseberão de Framcisco Luis outemta e coatro mil reis a comta da cal que avião de dar pera a dita obra da qual puserão muita	84.000
a Framcisco Rodrigues Pimintel e João Aires reseberão de Framcisco Luis sesemta mil so pera tijollo pera o ladrilho e emcanamemtos de que puserão muita camtidade na obra	70.000
Pero Rodrigues carpenteiro resebeu de Framcisco Luis vimte e coatro mil reis pera comprar madeira pera amdaimos e simpres e faser tavoado pera elles que tudo estava na obra	24.000
Miguel Alveres pidreiro resebeu de Framcisco Luis quimse mil reis pera comprar feramenta piquaretes allavancas linha cordas baldes sestos siramdas fabrica pera a obra o que tudo se meteu nas casas velhas do siminario	15.000
soma o dinheiro que se deu a comta da provisão tresemtos e coremta e outo mil reis e de todo esse dinheiro se derão conhesimentos os omes que o reseberão com fiadores abonados os coais emtreguarão as acheguas na obra como se sabe[766]».	348.000

[763] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.
[764] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.
[765] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.
[766] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.

No entanto, Domingos da Fonseca, a quem Quaresma tinha também nomeado procurador[767], daria andamento aos trabalhos, mas nos termos do contrato, ou seja «sem elle numqua levar jornal», motivo pelo qual solicitou ao prelado, obtendo provimento, que mandasse registar todas as despesas efectuadas nesta fase dos trabalhos. Assim, por acção do bispo:

> «se forão gastando todos os matriais de pedraria alvenaria cal tijollo telha que na obra estava tudo por comta do empreiteiro Manoel Coresma e a madeira e lenha que estava recolhida e mais fabricas que estavão fechadas apossamdo se de tudo sem ter de ver com nada[768]».

Tal atitude seria considerada abusiva por Manuel Quaresma. Por isso, procurou dar conhecimento[769] do seu descontentamento ao prelado que se mostrou receptivo para um acerto de contas que, por morte de D. Francisco Pereira, não teria lugar.

Posteriormente, afirmando nunca ter recebido dinheiro desta obra e a necessidade de «dar o seu a seu dono e por as cousas em seu luguar», Manuel Quaresma diria a D. João de Valadares:

> «Vossa Senhoria por bem de que a obra cora na forma do meu comtrato com as comdesois e cllauzullas delle pera que meu parseiro asenara todo o dinheiro que he despemdido asim em jornais como em acheguas que mais vierão a a obra ira por diamte na comformidade do comtrato fasemdo se a medisão della depois de acabada ou cada ves que Vossa Senhoria quiser e com isto ivitara Vossa Senhoria demandas que pode aver[770]».

---

[767] Pouco antes do falecimento do bispo, a propósito da utilização indevida de alguns materiais reservados pelo empreiteiro para a obra e na tentativa de regularização de contas, foram pedidos alguns documentos, entre os quais o contrato de arrematação, a Manuel Quaresma. Apresentando-os, ter-se-iam perdido porque, como dizia: «tudo se lhe deu e deve estar a recado e guardado e Dominguos da Fomsequa a quem tudo foi dirigido com precurasão minha dira omde estão esses papeis ou a quem os emtregou».

[768] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.

[769] No *Memorial*, Manuel Quaresma refere que se queixou ao padre mestre Frei Bartolomeu de Santo António e ao Conde da Vidigueira, os quais escreveram ao bispo para resolver o problema sem prejuízo do empreiteiro.

[770] A.D.B., *Memorial que fas Manoel Coresma*, Mitra, Cx. 58, doc. nº 37, s/fl.

Sendo eleito para Miranda em 1621, D. João de Valadares só em Abril do ano seguinte entrou na catedral[771]. Nestes termos, a informação de Manuel Quaresma deve ser posterior a esta data, o que não impedia que o prelado estivesse ao corrente dos principais assuntos respeitantes à diocese, tanto mais que logo que, em Março, a sua eleição foi conhecida o Cabido enviou[772] a Lisboa o cónego António de Almeida para cumprimentar o novo titular da mitra episcopal. Sendo assim, não custa acreditar que, entre os diversos assuntos tratados, o cónego António de Almeida tivesse apresentado a D. João de Valadares a urgência da obra do seminário, até porque, alguns dias depois da passagem do seu antecessor, os capitulares tomaram medidas sobre a matéria. De facto:

> «aos vinte e tres dias do mes de Janeiro do anno de mil seiscentos e vinte hu em Cabido pleno a som de campa tangida como he seu louvavel custume se acedeu que as obras do seminario corressem por diante, e Diogo Pita fosse sobreintendente destas obras pera o que lhe assinarão vinte, e cinco mil reis de ordenado em cada hu anno[773]».

Mas na sequência desta decisão tão imperativa, deviam-se ter levantado alguns obstáculos porque em Maio, em novo acórdão, retomava-se a matéria, afirmando-se que «per mais votos corresse a obra do seminario[774]». O facto de neste acórdão se omitir o nome de Diogo Pita, personalidade com percurso desconhecido mas antes nomeado superintendente das obras, e o próprio sentido da votação, demonstrativa de que nem todos os cónegos tinham uma opinião favorável ao reinício dos trabalhos, permitem adivinhar algumas dificuldades.

Apesar do normativo tridentino continuar a fornecer principais linhas de orientação à igreja e nelas se contemplar a criação de seminários, a

---

[771] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, pp. 28-29

[772] Esta decisão foi tomada na reunião do Cabido realizada em 2 de Dezembro de 1621. A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 3v

[773] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 115. *Vd.* CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 305

verdade é que o Cabido mirandês sempre pareceu pouco vocacionado para dinamizar institutos desta natureza. Por isso, à sua inépcia se deve o funcionamento intermitente do seminário e o arrastamento das obras do edifício em que se alojariam os estudantes que nele haviam de receber a desejável preparação. Em 1657, a mesa Capitular tentou passar as reponsabilidades que nesta matéria lhe cabiam. Baseando-se na «jurisdição ordinaria que administramos por estar este Cabbido sede vacante», como se refere num acórdão, os cónegos puseram-se de acordo em transferirem as competências educativas e de formação para os padres da Companhia de Jesus. Pelo menos é o que se mostra no «Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a erecção e fundação do seminario e collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda[775]». A esta resolução, tomada em 7 de Abril de

---

[774] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 2

[775] O conteúdo deste documento reafirma outra resolução anterior que, por razões que não conseguimos descortinar, o Cabido mandou parcialmente riscar. A.D.B., Cx. 1, Lv. 4, fls. 118v-120. Em 7 de Abril de 1657 o Cabido debruçar-se-ia novamente sobre a questão do seminário, produzindo novo acórdão que, posteriormente, seria anulado. Apesar desta decisão reflectir algumas hesitações, mostra também qual era, no momento, a orientação do Cabido relativamente ao seminário. Por isso o transcrevemos:

«Jesus Maria Joseph

Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a erecção e fundação do seminario e collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda.

Aos sette dias do mes de Abril de mil e seiscentos, e cinquenta e sette annos nesta cidade de Miranda e See della estando em Cabbido pleno a som de campa tangida como he seu antigo, e louvavel costume, os Muito Reverendos Senhores Doutor Luis Machado Pimentel thisoureiro, Marcos do Amaral arcediago de Bragança, Dionizio Teixeira, arcediago de Mirandella Doutor Vicente Lopes de Moura coneguo doutoral de canones Manoel de Oliveira Descovar, Luis da Cunha, Manoel Antunes de Paiva, o licenciado Domingos Pires Urbano, Antonio Marrão, Matheus Alves, Doutor Thome Alves de Carvalho, coneguo doutoral de canones Doutor Martim Pegado, coneguo doutoral de theologia todos coneguos prebendados nesta Sée sede episcopali vacante, per elles todos foi ditto que havendo considerado per muitos mezes, que sendo esta cidade cabeça de bispado, e da provincia de Tras os Montes, não ha nella, nem sette legoas ao redor neste reino de Portugal, convento de religiosos sendo, que os ha em todas as cidades de Hespanha de que vem a resultar grandes faltas na doutrina, bons costumes, e serviço de Deos; e vendo que o senhor bispo Dom Diogo de Sousa, sendo o deste bispado tratou de erigir seminario nesta cidade o ano de mil e seiscentos, na forma do sagrado concilio tridentino pera boa educação de moços que depois aproveitassem ao serviço de Deos, e da Igreja tratou de asinar rendas pellos beneficios e comendas, e vendo que a contribuição de dous per cento, que tem asinada, não era bastante uniou as rendas que de antes estavão aplicadas pera o colegio de São Pedro de Bragança as quais havião sahido da mesma Mitra e correndo alguns annos, o reverendo bispo Dom Joseph de Mello seu sucessor

ordenara seminario nesta cidade em huas cazas per eço suffecentes, aonde se não podia viver com commodidade, com que se estinguira outra vez o seminario e sucedendo lhe pello tempo adiante outros prellados mandarão fazer cazas com mais ostentação do que hera necessario pera o seminario, não bastando as rendas, per a obra, e fabrica della com que os beneficiados se levantarão da contribuiçam per verem não havia seminaristas que era o intento do sagrado concilio tridentino, e tratando agora elles dittos senhores do modo, que poderia haver, pera que com effeito haja seminaristas e se de execução ao esposto pello sagrado concilio tridentino, visto não haver os taes seminaristas ha mais de trinta e cinco anos e considerando se o negocio com maduro conselho em muitos Cabbidos, e havidos os vottos os muito reverendos padres Affonso de Moraes Colmiero coneguo prebendado na ditta See, e o Doutor Francisco de Chaves coneguo doutoral na theologia, que estavão enfermos em cama se assentou per voto de todos *nemine discrepante* ser muito conviniente que as rendas do dito seminario, e as unidas a elle, e a obra feita com o mais que lhe pertença, se entregue a religião dos padres da Companhia de Jesus, pera que elles com o reitor, e vice reitor, e mestres ensinem e sustentem os seminaristas, e que se seguira o effeito pera o que o sagrado concilio tridentino ordenou os seminarios; a qual renda, e obras se lhes entreguam, com declaração que a ditta religião fara collegio na obra, que esta feita pera si, e emquanto [sic] apartado fara caza do seminario, pera seminaristas, que serão doze naturaes deste bispado cuja eleição sera do prelado pro tempore existente fara mais a ditta religião patio de Estudos Geraes a saber hua cadeira de Moral, e duas de Latim, cujo mestre da primeira sempre sera sacerdote mais hum mestre de ler, e escrever, e no seminario farão alguas celas pera porcionistas, se os houver, aos quaes seminaristas e porcionistas sera obrigado o collegio sustentar com a ração e vestiarias ordenadas nos estatutos. No collegio havera dous pregadores ex officio quatro mestres na forma declarada, e hum relegioso que como reitor do seminario subordenado ao reitor do collegio assista no seminario, e os padres pregadores serão obrigados a preguar os sermões que o bispo lhes encomendar nesta See, e parecendo ao prelado que pello tempo for ser maior serviço de Deos, e bem da igreja haver mais seminaristas, que os doze podera acrescentar as rendas com onião de alguas igrejas, ou de outro modo que lhe parecer covinente [sic] pera que não haja falta no sustento dos relegiosos, e seminaristas, e dizendo os relegiosos do ditto collegio que as rendas delle não bastão pera o sustento dos doze relegiosos e seminaristas o prelado que pello tempo for ou o Cabbido sede episcopali vacante tamquam se dis *apostololic delegatus* lerão os livros das contas, e achando que não he renda bastante escusarão ao collegio hum dos pregadores ex officio, constando ter rendas bastantes obriguarão ao ditto collegio a ter o ditto numero de relegiosos e seminaristas, e a religião sera obrigada a procurar e haver com effeito bullas desta fundação, e onião de Sua Sanctidade em tempo de dous anos, e os custos serão per conta das rendas do seminario, e havida a ditta graça logo a ditta religião mandara a esta cidade hum padre pregador, e outro padre pera ler hua cadeira de grammatica e não fazendo assi se provera em pessoa suffecente como te gora se tem feito, e comettera a correr com as obras que se farão e acabarão em o termo de quatro anos dipois de vindas as bullas, e os cahidos, que houver, e o maes dinheiro, que for cahindo se ha de entregar per via de deposito a pessoa que o bispo determinar pera fazer o pagamento das ferias, emquanto durar a obra a disposição dos religiosos, que com elle correrem, e acabada a obra cessará o tal depozito, perque logo virão pera ella os religiosos, e se formara collegio e seminario na forma sobreditta e vindas as bullas poderão tratar os dittos religiosos de sollecitar, cobrar, e requerer tudo o que for necessario pera boa arrecadação das rendas e cahidos de todas e quaesquer pessoas que a ellas esteverem obriguadas, entregandosse o dinheiro com esta referido ao ditto thesoureiro, e depositario e se dara posse plenaria aos dittos religiosos de tudo que pertencer ao seminario, e em cazo que no ditto collegio se fundem capellas, ou haja enterramentos nunca se perjudicara aos (direitos) parochiaes da Sée como freguezia que he desta cidade, nem outrossi os bens deixados a religião ou adqueredos per ella perjudicarão

1657, seguir-se-ia o «Assento sobre a fundação e erecção da residencia dos padres da Companhia de Jehus [sic]», de 21 de Agosto, e ainda outro «Assento que se fez sobre a reformação do seminario», de 5 de Dezembro do mesmo ano.

Como os Jesuítas nunca se radicaram em Miranda, a conclusão que se pode tirar é que estas decisões, embora votadas por unanimidade em reunião de Cabido, não surtiram efeito. Embora nos escapem alguns dos lances que determinaram tais acções, assim como o papel desempenhado pelos padres da Companhia na criação ou tentativa de aproveitamento das condições que lhes permitissem um alargamento da sua influência, valerá a pena destacar alguns dos argumentos invocados para se definirem os contornos do problema.

Reforçando a ideia de que os beneficiados se estribavam na inexistência de estudantes para deixarem de pagar as contribuições de dois

---

aos dismos do prelado, nem do Cabbido o que tudo o sobreditto disserão, assentarão, e determinarão sub beneplacito santissimo, e que pera tudo o sobreditto davão o consentimento necessario segundo a jurisdição ordinaria administravão per estas este bispado sede episcopali vacante e ordenavão se passassem as cartas, e papeis necessarios pera o sobreditto effeito, havendo se a graça, e bullas com as clausulas referidas, et non alias, *a seter, nec alio modo,* e de tudo mandarão fazer este assento que todos assinarão e eu coneguo Antonio Martins secretario o fiz dia mez e ano ut supra

o Doutor Luis Machado Pereira Pinto	mestre schola
Joze Machado Pimentel	thezoureiro mor
Marcos do Amaral	arcediago de Bragança
Dionizio Teixeira	arcediago de Mirandella
Domingos Pires Urbano	
Vicente Lopes de Moura	
Matheus Alves	
Manoel de Oliveira Descovar	
Luis da Cunha	
Manoel Antunes de Paiva	
Antonio Martins	
Affonso de Moraes Colmieiro	
Thome Alves de Carvalho	
Martim Pegado.	

Não teve effeito este assento, por se ordenar outra couza, eregindosse residencia aos padres da Companhia em lugar de collegio e administração do seminario o que pareceo advertirsse pera que não faça duvida

em os de Outubro de 1657

O mestre schola». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 121-123

por cento, também lançadas às comendas[776], com que se ajudava o sustento do seminário, os capitulares mostravam-se agora empenhados em darem execução «ao esposto pello sagrado concilio tridentino» visto, como diziam, «não haver os taes seminaristas ha mais de trinta e cinco anos[777]», ou seja desde 1622. Outra das razões invocadas para reforçarem o argumento da entrega à Companhia de Jesus do seminário assentava na consideração de que «sendo esta cidade cabeça de bispado, e da provincia de Tras os Montes não ha(via) nella, nem sette legoas ao redor neste reino de Portugal, convento de religiosos[778]» de que resultavam alguns prejuízos à missão catequética.

Assim, todos estes males seriam eliminados a partir do momento em que os padres seguidores de Santo Inácio de Loiola fossem empossados das «rendas do dito seminario, e as unidas a elle, e a obra feita[779]». Nesta, os padres da Companhia fariam colégio com «patio de Estudos Geraes» onde além da leitura e escrita devia haver huma cadeira de Moral e duas de Latim»; em «lugar apartado» devia funcionar o seminário. Neste deviam ser construídas as celas necessárias para doze seminaristas, naturais da diocese e escolhidos pelo prelado embora o sustento e «vestiarias» fossem por conta do colégio. À frente do seminário estaria um Reitor que, hierarquicamente, se devia subordinar ao Reitor do colégio.

Estipulando-se que, para a validade do acórdão do Cabido, competia aos Jesuítas a obtenção junto de Sua Santidade das respectivas bulas no termo de dois anos, acrescentava-se que só então se reuniam as condições para se:

> «correr com as obras que se farão e acabarão em o termo de quatro anos [...] e os cahidos, que houver, e o maes dinheiro, que for cahindo se ha de entregar per via de depozito a pessoa que o bispo determinar para fazer o paguamento das ferias, emquanto durar a obra a disposição dos

[776] A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre a erecção e fundação do seminario e Collegio da Companhia de Jesus, nesta cidade de Miranda*, Cx. 1, Lv. 4, fl. 121v
[777] A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre...* Cx. 1, Lv. 4, fl. 121v
[778] A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre...* Cx. 1, Lv. 4, fl. 121
[779] A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre...* Cx. 1, Lv. 4, fl. 121v

religiosos, que com ella correrem, e acabada a obra cessará o tal depozito, porque logo virão pera elle os religiosos, e se formara collegio e seminario[780]».

Posteriormente, no fim do documento que vimos seguindo escrever-se-ia, «pera que não faça duvida», a advertência que «este assento não teve effeito, por se ordenar outra couza».

De facto, o Cabido tinha alterado os seus planos. O desejo de fixar a Companhia em Miranda mantinha-se mas a ideia da fundação do colégio e da administração do seminário cedia lugar à criação de uma residência para os Jesuítas[781]. Contudo, seriam os rendimentos do seminário a suportar a

---

[780] A.D.B., Cabido, *Assento que se tomou em Cabbido pleno sobre...* Cx. 1, Lv. 4, fl. 122v

[781] «Jesus Maria Joseph.
Assento sobre a fundação e erecção da residencia dos padres da Companhia de Jehus [sic]
Aos vinte e hum de Agosto do anno de mil e seiscentos cinquenta e sete, em Cabido pleno a som de campa tangida como he seo louvavel costume, os muito reverendos (*) Luis Machado Pereira Pinto hora prezidente neste Cabido, João Machado Pimentel thezoureiro mor, Marcos de Amaral arcediago de Bragança, Dionizio Teixeira arcediago de Mirandella Vicente Lopes de Moura coneguo douctoral Manoel de Oliveira de Escovar, Luis da Cunha, Manoel Antunes de Paiva, Antonio Martins Alves , Affonso de Morais Colmieiro Francisco de Chaves coneguo douctoral Thome Alves de Carvalho assi coneguo douctoral Martim Pegado assi mesmo coneguo douctoral todos coneguos prebendados nesta Sancta See de Miranda *sede episcopali vacante* que havendo per muitas vezes considerado que sendo esta cidade cabeça de bispado e de provincia de Tras os Montes ha nella diguo não ha nella nem sete legoas ao redor neste reino de Portugal convento de religiosos, sendo que em todas as cidades de Espanha os ha donde se segue haver grande falta de doutrina e de exercicios spirituais e nos bons costumes, e serviço de Deos, e considerando e conferindo em muitos Cabidos, o grande serviço de Deos que os padres da Companhia fazem em todas as partes em que tem collegios e residensias e assi mesmo fazendo consideração que esta sagrada religião com seo grande zelo do serviço de Deos haproveitamento das almas, e com não menos cuidado na educassão da juventude tinha feito grandes progressos em a vista do Senhor, reformando quanto em sua parte he os desconcertos e maos costumes dos fieis que esquecidos de sua obrigação se não conformão com as leis divinas pertanto com maduro concelho acertamos de fundar hua rezidencia aos padres da Companhia de Jehus nesta cidade com as clausulas e condiçoens seguintes que as rendas do collegio de Bragança que comportão larguos cem mil reis se hão de annexar por bullas appostolicas a dita rezidencia alcansando juntamente de Sua Sanctidade que das rendas do seminario desta cidade se tirem cento e cinquoenta mil reis annuaes pera o sustento dos religiosos que assistirem nesta rezidencia, que tudo faz contia de duzentos e cinquoenta mil reis, que pera que fique mais facil esta annexassão, e venha Sua Sanctidade no que pretendemos sera a Companhia obrigada a ter nesta rezidencia tres mestres todos sacerdotes dous pera ensignar Latim, e hum Theologia moral, aos seminaristas, e mais studantes em estudos gerais havera mais hum pregador *ex officio* nesta rezidencia, ou collegio fundandosse em algu tempo dos tais bens que adquerir pagarão os dizimos a quem direitamente pertencer, sem a Companhia procurar evadir se na dita rezidencia ou collegio

presença da Companhia na sede diocesana. Com efeito, no acórdão em que se assentou esta decisão, admitia-se que das rendas do Collégio de Bragança se pudessem retirar cem mil réis e do seminário cento e cinquenta mil, sendo estes valores afectados anualmente para a residência. Para facilitar a concordância papal, estas medidas seriam acompanhadas da obrigatoriedade imposta à Companhia de ter na residência três padres mestres: aos seminaristas, dois ensinariam Latim e o outro Teologia Moral.

Assim, a questão do seminário voltava aos termos iniciais, ou seja, para a responsabilidade da diocese de cuja esfera, aliás, nunca chegou a sair. Nestes termos, em 5 de Dezembro de 1657, lavrar-se-ia novo acórdão ou «Assento que se fez sobre a reformação do seminario[782]» de que destacamos:

---

numca prejudicarão os direitos parrochiaes desta Se que os ditos cem mil reis não se darão aos padres senão dipois que ouver seminaristas no siminario e nesta forma temos assentado a fundação da rezidencia, pera cujo effeito os reverendos padres da Companhia de Jehus podem alcansar per bullas appostolicas o beneplacito de Sua Sanctidade o que consentimos e prometemos guardar na forma que neste assento se contem, e pera se conseguir o effeito pretendido nos asinamos todos neste assento, e eu Manoel de Oliveira de Escovar coneguo nesta Sancta See o fis per mandado do Reverendo Cabido em auzencia do reverendo secretario, em Cabido

Miranda dia, mes, e anno *ut supra*

Luis Machado Pereira Pinto	mestre schola
João Machado Pimentel	thizoureiro mor
Marcos do Amaral	arcediago de Bragança
Dionizio Teixeira	arcediago de Mirandella
Vicente de Moura	
Antonio Martins	
Luis da Cunha	
Matheus Alves	
Antunes de Paiva	
Antonio Martins	
Affonso de Moraes Colmieiro	
Thome Alves de Carvalho	
Francisco de Chaves	

Martim Pegado». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fls. 125v-126v

[782] «Jesus Maria Joseph.
Assento que se fez sobre a reformação do seminario
Aos cinco dias do mes de Dezembro de mil seiscentos e cinquenta e sette annos estando em Cabbido pleno junto a som de campa tangida como he seu louvavel costume os senhores dignidades e conegos em que presidia o reverendo Doutor Luis Machado Pereira Pinto mestre schola se assentou per voto de todos *nemine discrepante* que perquanto estavão fundadas huas cazas com grandes despezas pera o seminario em que se recolhessem moços na forma do sagrado concilio tridentino havia maes de trinta annos que não assestião

«havia maes de trinta anos que não assestião seminaristas, nem nas dittas cazas, nem no seminario antigo de que se seguia grande escandalo neste bispado». Por isso, a determinou-se que de imediato se escolhessem oito seminaristas, número que posteriormente seria ampliado de acordo com as rendas da instituição, e se nomeasse um Reitor para, de novo, ser possível a formação de novos clérigos[783]».

Para o esclarecimento desta matéria é importante prestarmos atenção a uma correio que, em 5 de Dezembro de 1681, D. Frei José de Lencastre enviou ao Cardeal Cibo, Secretário de Estado do Pontífice Inocêncio XI. Num momento em que já estava indigitado para a diocese de Leiria, traçava o estado da diocese, escrevendo:

«Com grande trabalho restaurei o Seminário que havia mais de vinte anos estava suspenso pela má administração do Cabido; e, em nenhum outro bispado é mais necessário o dito Seminário que no de Miranda, pois é aquele em que faltam mais todos os meios para serem instruidos

---

seminaristas, nem nas dittas cazas, nem no seminario antigo de que se seguia grande escandalo neste bispado e falta de ministros que pudessem aproveitar com exemplo, e doutrina ao bem das almas de todo este bispado, e pellas taes razoes assentamos com maduro conselho, que logo se elejesem oito seminaristas, cujo numero ao diante se ampleara conforme as rendas deduzidas do ditto seminario e que juntamete pera seu serviço terião hum familiar, e hum cozinheiro, e moço de cozinha e pera que os dittos seminaristas sejão bem instituidos, e doutrinados e governados conforme os estatutos do mesmo seminario assentamos que houvesse hum reitor cujo salario se declarara nos dittos estatutos, e que os seminaristas, que entrassem neste seminario sejão limpos, cristãos velhos sem notta infecta nação, nem tenhão comettido crime, per onde corrão em infamia, e que os taes seminaristas que se elegerem sejão de idade de doze, ate dezoito annos, e delles se farão informações na forma dos Estatutos e por este modo houverão os dittos senhores per reformado e eregido o ditto seminario na forma do sagrado concilio tridentino, e pera que em todo o tempo conste se mandou fazer este assento, que todos assinarão e eu conego Antonio Martins o fiz dia mes e anno ut supra

Luis Machado Pereira Pinto — mestre schola
João Machado Pimentel — thezoureiro mor
Marcos do Amaral — arcediago de Bragança
Dionizio Teixeira — arcediago de Mirandella
Antunes de Paiva
Manoel de Oliveira de Escovar
Vicente Lopes de Moura
Matheus Alves
Martim Pegado
Affonso de Moraes Colmieiro». A.D.B., Cabido, CX. 1, Lv. 4, fls. 127-127v

[783] A.D.B., Cabido, *Assento que se fez sobre a reformação do seminario*, Cx. 1, Lv. 4. fl. 127

nas ciências, como no exercício das virtudes e bons costumes [...]. Monsenhor arcebispo de Calcedónia, Núncio nestes reinos, tem-me ajudado muito nesta restauração e ainda a vencer as dificuldades que ainda se oferecem[784]».

Com a invasão castelhana de 1711, o edifício do seminário e Paço seria novamente castigado, agora pelos desmandos das tropas invasoras que se instalaram no palácio do bispo, razão pela qual foi obrigado a viver no seminário. Das várias desordens cometidas pelos espanhóis, refira-se o facto de não hesitarem em queimar os móveis da casa para fazerem lume[785]. Após a retirada dos militares do país vizinho, seguiu-se, mais uma vez o esforço reconstrutivo, o qual sendo afectado pela escassez, na região mirandesa, de alguns materiais[786] necessários para a obra, viu-se na necessidade de os procurar mais longe, atrasando o seu ritmo e encarecendo os seus custos. Projectado para ocupar uma importante área coberta, exigia constantemente elevados rendimentos para a sua fábrica, vendo-se esta agravada não só com a escassez dos mesmos mas também com as calamidades que o afectaram.

Ainda de acordo com as informações que Monsenhor José de Castro coligiu no Vaticano, em 1715, sendo bispo D. João de Sousa Carvalho, já o seminário se encontrava reparado. Era então frequentado por oito estudantes, número que, em 1720, subiria para dez, com a particularidade de cada aluno ficar alojado em quarto independente[787].

---

[784] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 117

[785] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 307. Com a ocupação castelhana (1710, Julho, 8), os capitulares refugiaram-se em Chacim. O bispo D. Frei João Franco de Oliveira, em carta enviada de Lisboa e datada de 28 de Abril de 1711, felicita o Cabido por ver «que a nossa Sée, por tanto tempo desamparada já (contava) com a assistencia de Vossas Senhorias».FERREIRA, Cândida Florinda - *A Guerra da Sucessão no Distrito de Bragança*, in «O Instituto», vol. 78, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 599

[786] Informando o Pontífice Clemente XI, D. João Franco de Oliveira afirmou: «actualmente, o seminário está deserto, porque de longe são trazidas as madeiras para a sua reedificação necessária, que se encontram a 11 léguas desta cidade». CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 307

[787] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 308

Contudo, apesar do projecto do edifício não estar totalmente executado, como o bispo D. João de Sousa Carvalho noticiava a Clemente XI, já deixava ver a sua «magnifica arquitectura, feita segundo o costume moderno[788]». A falta de dinheiro, algumas vezes consequência da fraca determinação dos prelados em fazerem recolher as contribuições a que muitos beneficiados estavam obrigados a pagar para o seminário, provocava o arrastamento das obras que, ainda em 1744, se efectuavam. Neste ano, D. Diogo Marques Mourato dava conta ao Pontífice Bento XIV de algumas realizações na parte do seminário:

> «no seminário contíguo ao palácio (episcopal) e chamado de S. José, foi construído de novo o dormitório, refeito com alguns melhoramentos necessários, e a capela, na qual se celebra missa, é assistida quotidianamente pelos seminaristas, que participam dos exercícios espirituais que, antes não tinham[789]».

Além das reformas a que sujeitou o dormitório dos escolares e da construção da capela, o bispo D. Diogo Marques Mourato estendeu as suas preocupações ao resto do edifício, principalmente à parte ocupada pelo Paço episcopal.

Embora por questões metodológicas, essencialmente relacionadas com a diversidade funcional que levaram a que tivessemos optado por tratar de modo independente o seminário diocesano e o Paço episcopal, impõe-se o esclarecimento de que, a partir dos finais do século XVII e durante o século XVIII, ambas as entidades ocupavam o mesmo edifício, ainda que com relativa reserva de espaço. Em 1758, o pároco testemunhava a existência de:

> «hum palacio episcopal grande e formozo e bem goarnecido de officinas e muito milhor de paramentos para ellas e muitas alfaias para seu adorno. No mesmo palacio há hum seminario ou collegio com o titollo de São Joze para nelle sediarem des ou doze estudantes filhos do

[788] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 308; vol. II, p. 50
[789] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. I, p. 309

bispado com as circunstancias ordinarias e mestres para lhes emsinar [sic] Grammatica, e Moral, e Reitor que os governe, e tem remnda certa cinquenta e oito mil e duzentos reis[790]».

Poucos tempo depois, num auto respeitante a um concurso de professores de Latim, de 1760, assinado pelo reverendo Gaspar Caetano de Sá Ferreira, confirmava-se que o seminário estava:

> «dentro do Passo Episcopal, em forma que a quarta parte de todo o Palacio serve de Seminario e as outras três partes servem de Passo, aonde se acomodão os Senhores Bispos e sua família. E pelos seus Estatutos deve haver, como sempre há, hum Mestre de Gramática a quem o mesmo Seminario paga annualmente quarenta e seis mil reis de ordenado, e dá de comer, roupa lavada, barbeyro, medico e botica e huns çapatos; e outro de Moral, a quem paga quarenta mil reis de ordenado, sem outra couza alguma, e esta assiste fora do Seminario. E nos bayxos deste estrão as duas classes, para as quaes se entra pela porta principal do Palacio[791]».

Neste sentido, nas considerações descritivas e analíticas que imediatamente se seguem, baseadas fundamentalmente na planta finissecular que José de Morais Antas Machado traçou, a utilização indiscriminada dos termos «seminário» e «Paço episcopal» podem referir-se à mesma realidade construtiva.

As intervenções e melhoramentos efectuados no tempo de D. Diogo Marques Mourato parecem ter configurado definitivamente o edifício do seminário e Paço episcopal e contribuído para que na prelazia do seu sucessor, D. Frei João da Cruz, se pudesse afirmar, a propósito de alguns ornatos da Sé que os bispos utilizavam na capela da residência, não serem de grande utilidade, pelo:

---

[790] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Doccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1008v

[791] ANDRADE, António Alberto Banha de - *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771). Contribuição para a História da Pedagogia em Portugal*, Coimbra, 1981, p. 309

«esplendor, e grandeza, com que se acha adornado o palacio episcopal, pois em nenhum tempo se viu tam provido, e asseado de todo o necessario, e tudo fabricado com primor, e preciosodade[792]».

Pelos anos de 1770, no processo de D. Manuel de Vasconcelos Pereira afirmava-se que o Paço «não necessita(va) de reparos[793]». Assim, pode concluir-se que a sua execução estava, finalmente, terminada, embora as circunstâncias da reformulação do quadro diocesano que provocaria a transferência definitiva da Sé para Bragança, nesta ocasião já na ordem do dia, impedissem a continuação das finalidades que determinaram a sua construção.

Quadro 10

Ano	Obras no Paço Episcopal e Seminário	Quantia (em réis)	Fonte
1758	«despendeu com duas carradas de telha para o palacio desta cidade (de Miranda)»;	2.400	A.D.B., Mitra, Cx. 8, Lv.71, fl. 67
1759	«com o carpinteiro Fructuozo de jornaes que deu no paço de Sua Excellencia e se lhe abonarão»;	4.800	A.D.B., Mitra, Cx. 8,Lv.71, fl. 77v
1759	«ao vidrasseiro de toda a obra que fes»;	31.120	A.D.B., Mitra, Cx.2, Lv.22, fl. 34
1759	«hum carro de cal que se acha nos claustros amassada»:	1.710	A.D.B.,Mitra, Cx.2,Lv.24A, fl. 1
1759	«hum carro de madeira com 58 caibros (...) a 80 reis cada hum mais oito couçoeiras de madeira branca»;	4.640 800	A.D.B.,Mitra, Cx.2,Lv.24A, fl. 1v
1759	«aos carpinteiros de geiras do mes de Junho, que forão os dias em que fizerão os caixilhos da porta que se abrio de Sua Excellencia»;	2.200	A.D.B.,Mitra, Cx.2,Lv.24A, fl. 2
1759 Jul.	«ao pintor que me pedio a conta das janelas mais por duas vezes tres arrates de verdete a 560»;	1.680	A.D.B.,Mitra, Cx.2,Lv.24A, fl. 2
1759 Ago.	«ao mestre carpinteiro Fructuozo de onze geiras que se lhe devião»;	2.200	A.D.B., Mitra, Cx.2, Lv.24A, fl. 2

[792] A.D.B., Mitra, Cx. 48, *Mappa de toda a despeza feita por conta das rendas da Excellentissima Mitra deste bispado de Miranda de 20 de Outubro de 1756 dia, em que faleceo o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo de boa memoria D. Frei João da Crux até o dia 4 de Junho de 1758*, fls. 15v-16

[793] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, pp. 51

1759 Ago.	«8 taboas grandes de castanho a 400 11 couçoeiras a 240 16 travessas a 140 3 caibros a 100 carretos de duas carradas 16 pessas de madeira de negrilho sinco duzias e mea de forro a 900 carreto deste 52 caibros de madeira branca a 700 4 taboas de choupo a 120 carretos de duas carradas 66 pessas mais de madeira branca»;	3.200 2.640 2.240 300 2.360 3.250 4.950 480 3.640 480 800 9.160	A.D.B., Mitra, Cx.2, Lv.24A, fl. 10
1760	«ao caleiro a conta da cal que ha de trazer ao ferreiro da ferrage da porta grande e huma chave da fechadura hum milheiro e meo de pregos taboares a 150 o cento mais hum milheiro de forro a 100 caparroza e galha para a tinta»;	3.600 1.580 2.250 1.000 190	A.D.B., Mitra, Cx.2, Lv.24A, fl. 11
1760 Jul.	«mais que vierão para a caza da madeira 33 pessas a 160»;	5.280	A.D.B., Mitra, Cx.2, Lv.24A, fl. 12
1760 Nov.	«a dous officiais e hum servente que andarão nos telhados sobre a escada principal e sala do Provizor»;	1.000	A.D.B., Mitra, Cx.2, Lv.24A, s/fl.
1760	«ao caleiro da cal que se lhe estava devendo que esta no claustro, e se lhe não deu mais de 3.620 a conta de 125 alqueires da dita cal»;	3.705	A.D.B., Mitra, Cx.2, Lv.22,fl. 48
1760	«sete alqueires de cal que forão para tapar os buracos donde se meterão na parede os ferros das grades da frontaria do paço»;	280	A.D.B., Mitra, Cx2, Lv.22, fl. 80v
1761 Jun.	«aos pedreiros que taparão a parede do jogo»;	760	A.D.B.,Mitra, Cx.2,Lv.22,s/fl.
1763 Jun.	«a dous pedreiros que taparão a parede do seminario»;	760	A.D.B.,Mitra, Cx.2, Lv.22, s/fl.
1763 Jul.	«ao caleiro por mais 74 alqueires de cal que ficarão liquidos de 90 que trouxe por se lhe descontar de toda a que tem trazido 16 alqueires de pedra que sahio na tal cal por vezes»;	4.125	A.D.B.,Mitra, Cx.2, Lv.22, s/fl.
1763 Jul.	«por nove carros de areia para se acabar de caldiar a ultima cal»;	720	A.D.B.,Mitra, Cx.2, Lv.22, s/fl.
1763 Jul.	«mais tres officiais e dous serventes que andarão no telhado da xamine dous dias e meo»;	2.100	A.D.B.,Mitra, Cx.2, Lv.22, s/fl.
1763 Ago.	«de duas semanas aos pedreiros que andão no telhado e de quatro geiras ao Fructuozo quando foi com Pedro a madeira que andarão oito dias e o seminario pagou os outro quatro dias»;	5.000	A.D.B.,Mitra, Cx.2, Lv.22, s/fl.
1763 Ago.	«a dous officiais e hum servente de pedreiros que andarão no telhado da cozinha que fixarão a porta da loja duas jeiras cada hum»;	1.040	A.D.B.,Mitra, Cx.2, Lv.22, s/fl.
1763 Set.	«por 350 telhas que dei a Domingos Fernandes que se lhe devião, e de carreto»;	2.050	A.D.B., Mitra, Cx.2, s/fl.
1763	«aos dous pedreiros que andarão no paço e cal que gastarão»;	2.500	A.D.B., Mitra, Cx.2, Lv.24A, fl. 32v
1764 Set.	«a hum homem que andou dous dias e meo a carretar agoa para trapar a cal»;	500	A.D.B.,Mitra, Cx.2, Lv.22, s/fl.

1765 Fev.	«comprei ao castilhano que nos vendia pregos em Miranda, por serem milhores e mais baratos mil e trezentos pregos taboares a 140 o cento de pregos ripares 450 a 80 o cento de pregos caibrais 100 a 260 o cento»;	1.780 360 260	A.D.B., Mitra, Cx.2, Lv.22; s/fl.
1765 Fev.	«por cento e cinquenta tijolos para as cazas por sima do palheiro novo a seis reis»;	900	A.D.B.,Mitra, Cx.2,Lv.22, s/fl.
1765 Jul.	«de barbante para cozer o esteirão da caza do segundo docel e de pregos para o tabique da dita e para o forro do telhado da capela»;	730	A.D.B.,Mitra, Cx.2, Lv.22, s/fl.
1766 Mai.	«de vinho para os mossos do desterro de pedras dos quartos novos»;	80	A.D.B.,Mitra, Cx.2, Lv.22, s/fl.
1766 Jun.	«ao carpinteiro Jeronimo por hir desfazer a tulha ao colegio e a vir armar duas geiras ao mesmo para pregar as missagras da janela e portas dos tres quartos novos 200 pregos por hum rol dos pedreiros de fazer os tabiques que lhe não pertencião nos quartos novos de os fazer em barro e de seis carros de barro e varias obras mais».	400 320 2.990	A.D.B.,Mitra, Cx.2, Lv.22, s/fl.

Com a mudança da sede do bispado para Bragança, a mole do Paço episcopal de Miranda, deixando de ser afectada a uma utilização sistemática, seria, praticamente, votada ao abandono. No entanto, tendo em conta que a cidade de Miranda do Douro era uma praça militar, é possível que a Mitra e a Câmara desta cidade pensassem em dar-lhe uma utilização militar. De facto, considerando a obrigação que cabia ao Senado de instalar as tropas e a ruína dos aquartelamentos existentes, apenas as instalações do Paço mostravam capacidade para a nova função e, ao mesmo tempo, a única possibilidade de se evitar o recurso aos aboletamentos, sistema sempre odioso aos olhos dos moradores.

Desconhecendo-se a amplitude das diligências que, entretanto, tiveram lugar, a verdade é que, atendendo às potencialidades que oferecia, a engenharia militar se interessou pela construção que continuava devoluta. Embora instalado em Bragança, seria o experiente José de Morais Antas Machado, Tenente-Coronel Engenheiro, quem em 1791 traçou algumas plantas do edifício. Por ter sido derrubado posteriormente, estas plantas

constituem as principais fontes tanto para a percepção da sua configuração como para o conhecimento da sua organização espacial.

Numa das plantas, José de Morais Antas Machado, apontando algumas medidas a tomar para que a construção se não perdesse, traçava lapidarmente o seu estado. Das suas considerações destacamos:

> «se acha em muitas partes arruinado, especialmente nos vigamentos, soalhos, e madeiramentos de telhados. E para se reparar ligeiramente será necessario gastar, pelo menos, dous contos de reis, isto só a fim de evitar a continuação das ruinas, que lhe fazem as agoas da chuva; metendo lhe de novo algumas vigas, ásnas, e soalhos, para que totalmente se não inutilize, como está ameaçando, se não for reparado; porque, querendo reparar se a fundamento, a fim de que fique subsistente para qualquer objecto a que se destine, serão precizos de sete athe outo contos de reis, porque então será necessario fazer lhe absolutamente novos todos os madeiramentos, que por mal construidos vão tirando as paredes exteriores dos seus prumos, como ja tem feito, especialmente a da parte do poente, que ja pende para a rua, mais de dous palmos, e que he para temer em hum edificio tão grande, e que no seu tanto respira magnificencia[794]».

Registando-se que, nesta altura, nada estava decidido no que respeitava ao destino deste edifício, a sua envergadura traduzia a sua importância e o destacava, mormente numa terra em que as massas construídas com finalidades civis não atingiam volumetrias que se lhe aproximassem. Por isso, o sentimento que a sua ruína era um perda assinalável era generalizado.

Nesta medida, a Câmara de Miranda do Douro, como lhe competia, tentou, em 1798, que o titular da diocese ou a Coroa, isoladamente ou em conjunto, contrariassem a marcha anunciada da perda de uma construção tão valiosa. Por um lado, evidenciavam o valor do imóvel, considerando ser este Paço «um dos maiores do Reino que não se poderia construir hoje semelhante

[794] B.P.M.P., Reservados, Pt. 24 (10)

com menos despeza de um milhão[795]»; por outro lado, entendia-se que «se elle não tomar o seu primeiro destino, pode ser tomado como proveitoso para qualquer estabelecimento útil ao estado, ou seja para fábrica de manufacturas, para seminário de educação da mocidade ou recolhimento de mulheres honestas e arrependidas[796]».

Contudo, estas soluções não afastavam a hipótese da função militar, tanto mais que servia como quartel de tropas como decorre de um ofício[797] que, em Dezembro de 1798, o Juíz de Fora e Vereadores da Câmara de Miranda do Douro enviaram ao deão e no qual, como veremos, também se evidenciava a urgência de estancar a degradação do imóvel.

Na Primavera do ano anterior, o Senado da Câmara viu-se confrontado com a obrigação de aquartelar um destacamento militar que para Miranda tinha sido deslocado. Perante a inoperacionalidade dos quartéis existentes, que, entretanto foi preciso reparar, só se vislumbrou como única solução para alojar a tropa a casa do Paço episcopal, cujas chaves estavam entregues aos frades trinos que viviam no convento desta cidade. Com o concurso da Câmara, procedeu-se então a pequenas reparações dos telhados e em alguns aposentos. Na mesma ocasião, também a segurança das portas seria revista. Aí, sem problemas de maior, se instalaram os militares até ao momento em que ocorrendo uma mudança no comando da força militar, o novo oficial, à vista do estado do edifício, recusou as chaves e, ao mesmo tempo, solicitou que o Senado vistoriasse o edifício.

Desta diligência, os notáveis de Miranda dariam conta ao deão, em termos claros e que traduzem bem o grau de degradação atingido:

> «se foi ver e examinar, e achamos que tendo cahido o sobrado, e tabique de hum quarto, e estando a ponto de vir abaixo o tilhado deste,

---

[795] MOURINHO, António Rodrigues - *Arquitectura religiosa da diocese de Miranda do Douro-Bragança*, Sendim, 1995, p. 113
[796] MOURINHO, António Rodrigues - *ob. cit.*, p. 113
[797] A.D.B., Mitra, **Cx.** doc. s/nº

e de outro immediato, não apparece taboa nem madeiras algumas destas e do outro immediato mesmo destas ruinas, antes de outros se acharão alguas de fresco arrancadas muita parte das janellas do claustro, e portas de outros apozentos, madeiras de taboados, e hum grande numero de fichaduras, que arrancarão ate chegar a arrombar as madeiras das portas para os extorquirem sabendo se decerto, que a orde na lenha, que por muitos tempos se queimou nas chamines ate do mesmo cappitam, foi das classes, que ainda hoje achamos em hua almofada de janella, e parte de hua taboa queimada[798]».

Como se conclui do texto, a ruína do Paço foi acelerada com as acções de vandalização que se seguiram, tudo o leva a crer, à sua afectação a finalidades militares. Foi por essas razões que o comandante da força se recusou a viver no edifício e a própria Câmara não aceitou ficar de posse das chaves, como fez saber ao deão. Em todo o caso, a edilidade mirandesa, considerando a ruína que o afligia e não ser «este edeficio da classe de se lhe consentir[799]», empenhava-se na recuperação do imóvel. Uma vez avisos anteriores não obtiveram resposta da hierarquia eclesiástica, a Câmara chegou mesmo a considerar a hiótese de lançar mãos à obra, através de possibilidade de «uzar do recurso de pôr em sequestro alguma parte dos rendementos da Mitra[800]». Porém, o processo não teria seguimento quando se constatou que, por dívidas, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real se tinha antecipado[801] em semelhante recurso.

Em 1819, a anotação de um pagamento de 38.800 réis, efectuado «aos pedreiros que forão a Miranda tapar as portas e janellas do Paço Episcopal[802]», parece mostrar que, após esporádicas ocupações, nomeadamente militares, o edifício continuou sem qualquer utilização, o que levaria ao seu desaparecimento. Nesta medida, os desenhos de José de Morais Antas Machado, ao permitirem uma aproximação à forma como se delineava o seu

[798] A.D.B., Mitra, Cx. doc. s/nº
[799] A.D.B., Mitra, Cx. doc. s/nº
[800] A.D.B., Mitra, Cx. doc. s/nº
[801] A.D.B., Mitra, Cx. doc. s/nº

prospecto e à maneira como se organizava a planta constituem, como já dissemos, documentos de grande importância para o seu conhecimento.

Apesar do que fica dito, a planta não resolve uma série de interrogações que, pela inexistência de outras fontes de informação, não podemos resolver. Sendo certo que as plantas que agora apresentamos apoiam e facilitam a leitura geral da construção tal como se apresentava em finais do século XVIII, a verdade é que pouco adiantam para a clarificação do faseamento da suas obras.

Arrastando-se a sua fábrica no tempo, certamente que o projecto inicial, em consequência das necessidades que em cada momento se colocavam e das concepções preconizadas pelos diversos bispos e cónegos do Cabido, foi sofrendo diversas vicissitudes. Por outro lado, devemos admitir igualmente que da falta de dinheiro, determinando alterações nos trabalhos previstos, decorriam soluções práticas porque mais baratas.

Deste modo, o conjunto edificado, em resultado das acoplagens de diversas campanhas de obras, deve ser encarado como uma construção progressiva em que a sua relativa unidade se deve mais a uma lógica funcional do que a um plano que fosse estruturante de todo o processo evolutivo. Nesta medida, a organização final decorre mais das regras ou da personalidade de que alguns espaços se revestiam e da força adquirida para, com as suas determinações, orientarem o desenvolvimento de novas estruturas. Assim, nas suas particularidades, a lógica do processo de crescimento não devia ter sido muito diferente da sedimentação apresentada um pouco por todo o lado por grande número de conventos e mosteiros, facto que, em alguns casos, permite acompanhar as sucessivas correntes estilísticas

---

[802] A.D.B., Mitra, Cx. 3, Lv. 17, fl. 4

e variações de gosto[803]. Lamentavelmente, o estado a que chegou o edifício do seminário e paço episcopal anulou tal possibilidade.

A construção que albergava o seminário e o Paço episcopal implantava-se junto da Sé Catedral e perto de um dos panos de muralhas que envolviam a cidade. Por uma simples observação da planta somos confrontados com uma construção de tipo conventual, com dois pisos, aproximadamente configurada como um quadrado em que os ângulos deixam ver uma esquadria deficiente. A sua organização desenvolve-se em torno de um pátio/claustro, ligeiramente descentrado, em cujo ponto médio pontifica um poço-cisterna com dois degraus que acompanham o recorte hexagonal dos muros da sua boca, em cujos paramentos graníticos se lavraram curvilíneos ornatos relevados. Numa banda, atestando o interesse de D. João de Sousa Carvalho por esta obra, gravar-se-ia o nome deste prelado.

Quadro 11

Mês	**«Fereas da obra do poço (1657)[804]»**	**Pagamentos** (em réis)
2 de Setembro	«A Domingoa Anes a cortar a cantaria tres dias	420
	mais no poço cinco dias	700
	Jeronimo Martins na canteira dois dias a 140 reis	280
	ao mesmo Jeronimo Martins quatro dias no poço a 140	560
	Joseph na canteira dois dias e no poço sinquo a sem reis sam	700
	a Francisco Fernandes de Malhadas quatro dias e meo a cem reis	450

[803] Como, ao estudar a cidade do Porto, constatou Jaime Ferreira-Alves: «As instituições religiosas - mosteiros, conventos, recolhimentos - são sempre centros de grande actividade arquitectónica, constituindo dentro da cidade os edifícios, por vezes os mais 'monumentais', que só raramente cumprem num curto espaço de tempo o programa estabelecido no seu projecto inicial, levando assim muitas dezenas de anos a serem concluídos. Também a necessidade de aumentar o edifício existente, e renová-lo segundo o gosto da época, bem como fazer as obras necessárias para a sua conservação, convertem os mosteiros, conventos e recolhimentos, em lugares preferenciais para o estudo das mais diversas manifestações artísticas de qualquer cidade», FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime - *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras públicas*, vol.I, Porto, 1988, p. 69

[804] A.D.B., Cabido, Cx. 16, fls. 90 e ss.

	Francisco Pires ferreiro de traser seis carros de cantaria a sinquenta reis	300
	Manoel Vicente o mesmo	300
9 de Setembro	de sete carros de barro e hum de area	400
	Jeronimo Martins quatro dias	560
	Domingos Annes sinquo dias	700
	Joseph servente sinquo dias	500
	Domingoa Fernandes	250
	Domingos Gallego	250
15 de Setembro	a Francisco Gallego de Malhadas dos dous dias	200
	Jeronimo Martins quatro dias	560
	Domingos Annes seis dias	840 e 7 vinténs
	Antonio Pinho des dias a7 vintens	420
	Jeronimo Fernandes de Malhadas hum dia	100
	Joseph seis dias a tostam	600
22 de Setembro	João Martins quatro dias a 140 reis	560
	Domingos Annes cinquo dias a 140 reis	700
	Joseph cinquo dias a 100 reis	500
	Domingos Boução dous dias a cem reis	200
	a molher de João pobre de agoa	200
	o caleiro Francisco Alves [...] 130 alqueires a 27 reis	3.410
	Antonio Pinho dous dias no poço	280
	Gonçalo Antonio tres dias a 100 reis	300
	Amaro Alves e Amaro João	300
	Francisco Fernandes de machos dous dias a cem	200
7 de Outubro	João Martins cinquo dias a 140	700
	Domingos Annes tres dias ao mesmo	420
	Joseph dous dias	200
	Gonçalo Antonio cinquo dias	700
	Mathias Alves cinquo dias o mesmo	700
	Bernardo dous dias	200
	Francisco Fernandes de machos seis dias	600
	de 250 picos a 4 reis	1.000
	mais de oito pregos para o sarilho	40
	Francisco Alves carpinteiro de dous feriados a 400 reis	800
	[...] mais de oito carrosde barro a 50	400
15 de Outubro	61 alqueires de cal a 27 reis	1.647
	a Diogo Fernandes dous dias a 80 reis	160
	a Jeronimo Lourenço dous dias a tres vintens	160
	Antonio Diz dia e meo a 80 reis	120
	Antonio Domingues dia e meo a 80 reis	120
	Antonio Bastiam hum dia a 80	80
	Jeronimo Martins quatro dias a 7 vintens	560
	Domingos Annes seis dias a 7 vintens	840
	Francisco Alves dous dias	120
	Francisco Meirinho dous dias e meo a 100 reis	250
	Francisco Fernandes dia e meo	150
	Gonçalo Antonio e Mathias Alves meo dia	140

	Bernardo meo dia	50
	22 carros de barro a 50 reis	1.100
21 de Outubro	Jeronimo Martins quatro dias	560
	Domingos Annes os mesmos dias	560
	Francisco Fernandes hum dia	100
	Francisco Meirinho seis dias	600
	Domingos Martins dous dias	160
	Mathias dous dias	160
	Miguel Fernandes seis carros de barro	300
	Paulo Martins seis carros de barro	300
	sinquo arrates e meo de chumbo a 60 reis	330
	Domingos Mouro dous dias	160
	[...] 60 alqueires de qual	1.620
25 de Novembro	Jeronimo Martins dous dias	280
	Domingos Annes meo dia	70
	Francisco Gallego meo dia	70
	Francisco Fernandes meo dia	50
	a Jeronimo Martins por hir buscar telha hum dia	140
	mais Antonio Martins outro dia	140
	Domingos Annes o mesmo	140
	Francisco Fernandes hum dia	100

Vencida a soleira da entrada principal, abria-se um pátio designado por «loge da entrada» que, permitindo o acesso directo ao claustro, comunicava com dois compartimentos que o ladeavam. Com objectivos funcionais, já que não se respeitavam as regras da simetria, em cada uma das quatro faces do edifício rasgava-se sua porta. Deste modo, permitiam-se ou facilitavam-se as funções inerentes à serventia de alguns compartimentos e, ao mesmo tempo, ampliavam-se as possibilidades de circulação no interior do piso térreo.

Das divisões existentes neste nível, apenas a cozinha do seminário e o celeiro são legendadas na planta. A primeira situava-se no ângulo formado pelas alas voltadas a Oriente, de cuja parede exterior se salientava a chaminé, a Sul. Complementava-a um pequeno espaço subterrâneo que devia servir como despensa e zona de frio; quase a meio da ala Poente, com cota superior à rua, como mostra a existência de uma escada de acesso, situava-se o celeiro. A fachada de tardoz, voltada a Sul, confrontava com a cerca cujo nível estava

doze palmos abaixo da cota do pavimento térreo. A meio desta fachada, abria-se uma arcada, com cinco vãos, assente em pilares que arrancavam ao nível da cerca e sustentavam uma ampla varanda. A amplitude do desnível possibilitaria, no prolongamento de um dos lados da área da arcada, a construção de dois outros compartimentos do tipo meia-cave.

A ala Nascente confrontava com um espaço aberto que tinha a muralha como limite. Neste espaço, registe-se a presença de algumas construções como outra cozinha, com seus fogões e tanque para a àgua, com comunicação para uma «caza de lenha»; encostado à muralha e confinante com as «cazas, e pateo de creação» estava um forno. Registe-se também o lançamento de uma caixa de escadas para acesso a uma varanda e aos gabinetes da fachada principal.

No essencial, a ala Nascente era ocupada pelo seminário. Além de cozinha própria, possuía no piso inferior outras divisões, entre as quais se deviam contar o refeitório e as salas de aulas. O sobrado, em boa medida, era ocupado pelas celas dos estudantes, as quais se dispunham ao longo de um corredor de acesso no qual existia ainda uma estreita escadaria «particular», de um lanço, para comunicação entre os dois pisos.

No entanto, o facto de no sobrado da ala Poente se apontarem compartimentos semelhantes aos quartos existentes na outra ala, leva-nos a pensar que este espaço se reservava aos familiares do prelado. Note-se que nesta ala, apenas metade do seu comprimento era ocupada com celas, iguamente alinhadas ao longo de um corredor. Na articulação entre estes dois pavilhões, desempenhava papel de relevo a fachada de tardoz, animada na sua zona central por uma ampla varanda que quebrava a secura dos paramentos. Era um espaço que permitia a vigilância da cerca para além de proporcionar o aconchego dos raios solares, mormente nos períodos frios de Inverno, dada a sua exposição a Sul. Além de outros compartimentos, continha esta ala uma caixa de escadas em dois lanços na qual, de acordo

com as horas do dia, se podiam movimentar os seminaristas entre um e outro piso. Esta ala integrava ainda o andar superior do claustro que, ao contrário dos outros, estava despojado de quaisquer construções. Por isso perfilava-se como um corredor que organizava os percursos entre os cómodos subordinados à organização do seminário, o que, levando em linha de conta a presença de outras pessoas no edifício do Paço, garantia alguma reserva no que respeitava ao funcionamento quotidiano do estabelecimento de formação.

Pelo modo como aqueles se localizavam no edifício e pelo pragmatismo com que se encararam as possibilidades de circulação interior, resultou um desenho sem desiquilíbrios e, por isso mesmo, revelador da existência de uma linha de orientação que, com alguma constância, teria presidido à sua fábrica. Esta constatação, não se podendo aplicar à totalidade do imóvel, não impede que acreditemos tratar-se da parte mais antiga da construção, uma vez que a sua unidade só poderia ser alcançada desde que não houvesse grandes hiatos entre as campanhas de obras. Verificando-se estes, a retoma das empreitadas, por motivos diversos, dificilmente deixaria de ser acompanhada de modificações relativamente aos propósitos iniciais.

A largueza de espaço porque afirmava prestígio era, como referiram Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, uma característica presente em alguns tipos de residências pertencentes às classes poderosas e terratenentes que transferiram para as cidades o conceito de classe senhorial do campo[805]. Deste modo se foram levantando em todos os centros urbanos vários palacetes de tipologias diversas. No caso vertente, interessam-nos particularmente os que, definindo plantas compridas, ostentavam fachadas com grande desenvolvimento horizontal, geralmente com dois pisos nos quais, aos lados de um aparatoso portal, corriam numerosas janelas e balcões. Ao mesmo tempo, os marcos daquelas e as mísulas destes constituíam o pretexto para

[805] OLIVEIRA, Veiga de e GALHANO, Fernando - *Casas do Porto*, Separata de Douro-Litoral - Boletim da Comissão de Etnografia e História, Oitava Série, VII-VIII, Porto, 1958, p. 4

obra custosa, participavam do esforço de sedimentação social e traduziam a importância de quem vivia de benefícios.

Embora parco em símbolos que anunciassem a sua função, patenteava estes atributos o frontispício do paço dos bispos de Miranda que, afirmando características urbanas se aproximava de um edifício laico. Pelo volume das suas massas destacava-se claramente do restante casario que povoava a cidade, mesmo se comparado com outros exemplares em que se lhes pudessem assinalar linhas de parentesco arquitectónico. Contudo, em matéria decorativa, a desornamentação do seu prospecto apregoava, numa linha de grande austeridade, o ambiente de gravidade e de desprendimento em que, pela natureza do próprio estado, os seus ocupantes deviam viver. No entanto, não podemos esclarecer se esta atmosfera era propositada ou se, pelo contrário, decorria da falta dos meios necessários para cometimentos que fossem além do estritamente necessário.

Posicionado no centro da composição, o portal, sobrepujado por um nicho, perfilava-se neste paramento como a única entrada possível para o edifício. Com jambas e verga rectas, apenas os ressaltos da sua fábrica e a moldura ou cornije que corria sobre o lintel, desenhando linhas de sombra, lhe emprestavam a sensação de volume com o que aparentava maior destaque relativamente à superfície parietal. As duas colunas, ou pilastras - o desenho que possuimos não é explícito - que o ladeavam, de fuste liso, prolongavam-se por duas pirâmides, com remate esférico, que balizavam a base do nicho do coroamento e das quais arrancavam duas envergonhadas volutas, cujo movimento se interrompia no terço inferior das pequenas colunas que, sustentando um frontão triangular, enquadravam o nicho propriamente dito.

Em ambos os lados, dois pares de cinco ventanas, com molduras rectas e lisas, ritmavam a composição, cuja simetria era acentuada pelo cordão que, a meio, percorria a fachada de uma esquina a outra e em que os capitéis dos seus pilares se confundiam com a cornija. Note-se, no entanto que as janelas

seus pilares se confundiam com a cornija. Note-se, no entanto que as janelas do andar nobre, com a pedra de peito ao nível do cordão, eram mais altas do que as que, no mesmo alinhamento, lhe ficavam inferiores.

13.1.1 Escadaria

Nos edifícios de grande projecção como naqueles em que este atributo não marcava presença, a escada era um elemento arquitectónico que, ao possibilitar o acesso ao pavimento superior, cumpria uma função organizadora e estruturante dos diversos compartimentos. Contudo, nas habitações, civis ou religiosas, cuja envergadura do prospecto anunciava que o seu proprietário ou ocupante era pessoa de qualidade, podia revestir-se de outras qualidades para permitir que estes, quotidianamente ou em dias nomeados, se exercitassem na prática de um conjunto de comportamentos sociais que atestassem ou confirmassem o seu estatuto de privilegiado.

Sendo conhecida a apetência que geralmente os altos dignitários eclesiásticos mostravam por contextos cenográficos, certamente uma derivação dos rituais religiosos a que presidiam e dos efeitos decorrentes da posição e consideração social de que disfrutavam, a escadaria oferecia inúmeras possibilidades tanto simbólicas como teatrais. Aos efeitos psicológicos causados pelo desenho da estrutura escalonada, de efeito surpreendente em alguns casos, juntam-se outros decorrentes do simples acto de subir ou descer e das perspectivas visuais que tais movimentos oferecem, a que se pode agregar o concurso de várias artes para, com o auxílio dos seus artifícios, se garantir a eficácia dos efeitos cénicos pretendidos. A par destas estimáveis qualidades, também a percepção da importância da escadaria na transmissão de efeitos dinâmicos foi apreendida pelos construtores para disfarçarem estruturas pautadas pela severidade de linhas.

Por estas razões, durante o século XVIII este elemento arquitectónico conheceu, entre nós, uma importância que nunca teve, sendo objecto de um leque variado de aplicações tanto em edifícios civis como religiosos.

Nas cidades, eram algumas vezes os edifícios de planta comprida que pela sua situação à beira da rua a definiam. No entanto, também esta lhe impunha alguns condicionalismos resultantes da sua própria largura e da necessidade de no seu curso não haver obstáculos que dificultassem a circulação. Iam neste sentido algumas disposições contidas nas Ordenações do Reino que, em diversas posturas os vereadores das Câmaras secundavam. Por isso, ao contrário do que sucedia nas zonas rurais, o palacete urbano viu-se obrigado a integrar a escadaria no interior da sua planta, fazendo-a arrancar do pátio ou vestíbulo situado defronte do portal o que, em resultado da importância adquirida, obrigaria ao aumento da sua área e a maior investimento decorativo visto participar também da função representativa.

Inicialmente era uma situação deste tipo que esperavamos encontrar no palacete dos bispos de Miranda. Porém, o autor ou autores da sua traça, mostrando fortes ligações a uma arquitectura vernácula, decidir-se-iam por uma implantação próxima dum ângulo de uma das galerias do claustro, justamente em contraponto à que, no outro extremo servia essencialmente a ala do seminário, cujo risco e lançamento repetia.

Outra escadaria interior que pelas suas apertadas dimensões dificilmente se prestava a novidades aparatosas possibilitava o acesso, certamente reservado, à capela do Paço. O mestre entalhador João Duarte Pinto, da Quinta das Veigas, foi um dos que, com o seu ofício, contribuíram para a sumptuosidade que a residência episcopal e capela ostentavam logo que o século inciou a segunda metade. De facto, intentando superar algumas dificuldades relacionadas com a execução de uma máquina retabular de uma paroquial próxima de Bragança, o mestre rebatia certas informações, afirmando que era «bem notoria as obras que [...] tem feito e para o mesmo

Paço de Sua Excellencia e por sua mão[806]» e ser «o primeiro que chegou e se acha travalhando nos retabolos do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo».

13.1.2 Claustro

Como se disse, todo o edifício se organizava em volta de uma zona central ocupada pelo claustro-pátio. Assumindo qualidades místicas nas construções monásticas, a este espaço associava-se um forte simbolismo[807], exemplificado na representação terrena do Paraíso, afinal o lugar ideal para o isolamento propiciador da meditação. Embora os clérigos que viviam ou frequentavam o paço episcopal de Miranda pudessem disfrutar do ambiente repousante que o claustro-pátio oferecia, a função deste, pela natureza da casa em que se integrava e pela heterogeneidade dos seus frequentadores, era já de índole diversa se comparada com a que desempenhava nos mosteiros e conventos. Esta realidade, em associação com a existência de um segundo piso, de cujas janelas era possível a devassa da totalidade do seu plano, alteraram-lhe o sentido intimista, transformando-o num espaço aberto.

Ignoramos se em algum momento o claustro-pátio do Paço foi percorrido por procissões, em substituição do claustro da catedral que nunca chegou a construir-se, embora, de início, tivesse feito parte do conjunto de

---

[806] Processo do «Retábolo da capella mor da igreja do lugar de Montezinho de Soutello da Gamoeda, deste bispado». A.D.B., Mitra, Cx. 57

[807] «Centro cósmico se afirmava igualmente, pela união dos três níveis do universo: o mundo subterrâneo, simbolizado pelas sepulturas; a superfície terrestre, presente no solo que se pisa; o mundo celestial, apontado pela fonte, por vezes em forma de obelisco, que já em si é, por excelência, uma alegoria solar e cósmica. Além do mais, a forma quadrangular do claustro, coberta pela cúpula celeste, congregando as mais perfeitas figuras geométricas - o quadrado e o círculo - é, um símbolo eloquente da união da terra com o céu e, consequentemente, da intimidade com os mistérios divinos». BORGES, Nelson Correia - *Arquitectura monástica portuguesa na Época Moderna (Notas de uma investigação)*, Separata da Revista MVSEU, IV Série, nº 7. Porto, 1998, p. 41

preocupações relacionadas com esta edificação. Com efeito, para além de uma carta de D. Julião d'Alva, datada de 4 de Janeiro de 1560, mostrando-se interessado nos desenhos da obra da Sé para, entre outros aspectos,ver onde se poderá fazer a crasta e de que tamanho pode ficar[808]», também nos Estatutos da catedral, codificados em 15 de Abril de 1564 e revistos em 12 de Janeiro de 1573, se apontava:

> «nas seis sextas feiras da Coresma se fara procissaom pella crasta ou ao redor da igreja emquanto naom há crasta as quais viram o juiz e vereadores [...] e nellas iraom as cruzes cubertas excepto a primeira sexta feita[809]».

A mudança do carácter essencial destes espaços parece ter-se iniciado a partir do século XVI, acompanhando, assim, o crescendo de algumas ordens religiosas que, preferencialmente dedicadas ao ensino e à pregação, valorizavam a palavra em detrimento do silêncio e em que a relação com o mundo se sobrepunha ao recolhimento.

Com o advento do barroco, a mudança de atitudes reflectir-se-ia na preferência concedida aos portais e interiores dos templos para a enunciação dos conteúdos dos programas estéticos e decorativos, com claro detrimento dos claustros que, nesta matéria, antes se incluíam nos espaços de privilégio. Perdida a função inicial e secundarizada a sua importância, os claustros manter-se-iam pela força da tradição e pelo seu papel utilitário, nomeadamente pelas possibilidades de ampliação de qualquer mole

---

[808] A.D.B., Mitra, Cx. 2, doc. s/nº, s/fl.; Alves, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. VII, p. 525; TERRA, José da Silva - *Espagnols au Portugal au temps de la reine D. Catarina. I - D. Julião de Alva (c. 1500-1570)*, in «Arquivos do Centro Cultural Português. Homenagem a Marcel Bataillon», vol. IX, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian 1975, p. 495

[809] A.D.B., Mitra, Cx. 5, Lv. 48, fl. 66v. Além desta determinação, no mesmo documento podem ler-se alusões a procissões pelo claustro: «nas festas mais solemnes em que celebram as dignidades por obrigaçaom de seus beneficios se fara a dita procissão pella crasta» (fl. 53). Uma vez que os Estatutos se lavraram quando a fábrica da Sé evoluía, estas indicações devem ser entendidas como uma declaração inequívoca da intenção de se construir o claustro.

construtiva, visto a sua presença ser importante para assegurar a iluminação dos espaços paralelos às suas galerias.

Assim, o desinvestimento artístico determinaria programas inteiramente submetidos às regras da sobriedade, correspondendo já esta característica à transformação do claustro em pátio que, no caso de Miranda, a vizinhança da Sé Catedral devia acentuar por simpatia com o universo social em que o uso do palácio gravitava.

O claustro do Paço Episcopal de Miranda desenvolvia-se em dois níveis e enquadrava-se no tipo constituído por um espaço aberto, o inferior, e outro fechado, o superior, apresentando-se a divisão bem definida pelo cordão ou facha que corria sobre as chaves dos arcos do pavimento térreo. Em cada face deste, com pedraria a formar ângulos rectos, recortavam-se cinco vãos definidos por uma arcada de perfil abatido assente em pilares quadrangulares de socos pouco desenvolvidos. Atestando a incipiência decorativa e a economia de meios de que se lançou mão para a realização da obra, uma moldura saliente dos muros dos ângulos, prolongando-se nos pilares, fazia as vezes dos capitéis. Nas paredes da galeria superior, na prumada do fecho de cada um dos cinco arcos, abriam-se outras tantas janelas, despidas de ornatos, com as pedras da soleira, tal como se verificava nas do frontispício, assentes directamente no cordão separador de ambos os níveis.

A regularidade dos esquemas geométricos inscritos no Paço episcopal, a predilecção pela superfície plana e recta, cuja limpidez e austeridade a contenção ou ausência completa de elementos decorativos acentuavam, apontam coincidências com algumas orientações caras às concepções teóricas e práticas da engenharia militar. Seria pela incorporação destas características que o autor do levantamento da planta do Paço Episcopal, cujo desenho temos seguido como referência, vendo-se, na mesma ocasião, confrontado com a necessidade de elaborar um projecto para o novo edifício do Corpo da Guarda Principal, em Bragança, não hesitou em recuperar alguns dos seus elementos

arquitectónicos. De facto, parece fora de qualquer dúvida que o perfil do claustro do Paço de Miranda foi transportado para a fachada principal da nova composição arquitectónica como se propunha na planta riscada no mesmo ano de 1791 e que, com alterações decorrentes da topografia do sítio de implantação e arruamentos existentes, viria a levantar-se na praça de S. Vicente.

13.2 Paço episcopal

Se atendermos à data da sua criação, a diocese de Miranda tem que ser considerada uma diocese relativamente moderna. Mas, pelo menos nos primeiros tempos de vida, nem por isso deixou de sofrer os efeitos de comportamentos abusivos em que eram sujeitos activos alguns clérigos. No rol de deformações que se podiam apontar ao quotidiano dos párocos e da grande maioria dos prelados contava-se o absentismo, problema que traduzia antigas inércias e que afectava profundamente a disciplina religiosa e a cura das almas.

Nesta medida, a ausência de normativas que impusessem a obrigatoriedade de residência dos prelados e párocos cruzava-se com a perspectiva moral porque a demissão frequente das responsabilidades pastorais não invalidava que continuassem a valer-se dos títulos que lhes garantiam rendimentos e benefícios. Por isso, quando se pretendeu defender o dogma católico face ao avanço do protestantismo e renovar a igreja, a questão da residência dos prelados não poderia deixar de ser objecto de discussão. Por outro lado, se atendermos que a reforma católica reservava para os bispos o importantíssimo papel de apóstolos e pastores não resultava lógico que os principais protagonistas, preferindo a proximidade da corte, continuassem, no essencial, a manterem contactos com as populações que tutelavam por cartas

e outros escritos. Assim, a questão da «residência seria a palavra de ordem que reunia os verdadeiros defensores da reforma[810]».

Todavia, pelos interesses que lesava e pelos problemas que levantava, a matéria em apreço estava longe de colher a unanimidade de opiniões dos participantes no conclave. Alguns dos argumentos esgrimidos, pretendendo associar a obrigação de residência ao direito divino[811], encaminhavam o debate para a definição de sanções de carácter geral que vinculavam todos os eclesiásticos e, por isso, excluíam qualquer possibilidade de serem derrogadas ou de poderem beneficiar de dispensa papal. Em resultado da distância de posições verificada, o decreto sobre a obrigação de residência apresentado na VI sessão do Concílio (Janeiro de 1547) não ia além de uma exortação aos bispos «para que atendam a si e a todo o rebanho [...] trabalhem em tudo e cumpram o seu ministério[812]». A ambiguidade desta decisão mereceria, em 15 de Julho de 1565, algumas precisões, as quais não mencionando a questão do direito divino, procuravam ultrapassar as dificuldades com uma solução de compromisso em que «se apresentava a obrigação de residência como um rigoroso dever moral resultante de um *praeceptum divinum*[813]».

A esta luz, compreende-se que a documentação relativa aos primórdios da diocese de Miranda faça sistematicamente silêncio sobre a residência

---

[810] TELLECHEA IDÍGORAS, J. Ignacio - *EL Obispo ideal según el Concilio de Trento*, in «I tempi del Concilio. Religione, cultura e società nell'Europa tridentina», Roma, 1997, p. 210

[811] Numa das vezes em que esta matéria se discutiu (30 de Dezembro de 1546) contou com a participação de D. Frei Baltazar Limpo que considerou: «a residência não é outra coisa senão o exercício do próprio cargo e a ela são todos obrigados. Elejam-se bons bispos e ordene-se também a residência dos párocos. A residência é de direito natural e de direito divino: de direito divino porque o ofício do pastor é exercer o seu múnus, e não por instrumento de algum mercenário; e o pastor de ovelhas e armentos está incluído nas precrições do direito da natureza, porque as ovelhas seguem naturalmente o seu pastor». CASTRO, José de - *Portugal no Concílio de Trento*, vol. II, Lisboa, União Gráfica, 1944, p. 239

[812] CASTRO, José de - *Portugal no Concílio de Trento*, vol. II, Lisboa, União Gráfica, 1944, p. 276

[813] BORROMEO, Agostini - *ob. cit.*, p. 38

episcopal[814]. Mesmo quando demos conta das diligências para se construir a catedral compreendemos que os prelados faziam o acompanhamento da obra à distância. Por outro lado, a qualidade que costumavam ostentar de membros do Conselho de Sua Magestade era justificação para se manterem por largas temporadas afastados da sede diocesana. Por isso, a existência em Miranda do Paço episcopal era uma realidade perfeitamente acessória na medida em que as curtas estadas não justificavam a compra ou construção da residência adequada aquela finalidade, o que exigia um investimento avultado para condizer com a dignidade do seu titular e com as funções de representação que lhe eram inerentes.

Deste modo, enquanto não se construísse o paço episcopal, o titular da mitra episcopal alojar-se-ia provisoriamente num dos edifícios disponíveis da cidade que apresentasse as condições apropriadas.

---

[814] Não abordaremos aqui a campanha de obras a que se submeteram as casas da Mitra, em Bragança, nem a sua posterior conversão, já na segunda metade do século XVIII, em Paço episcopal. Esta matéria foi estudada em trabalho anterior e, até ao momento, não tivemos conhecimento de documentação que possibilite outros desenvolvimentos. Em todo o caso, será útil referir a indicação contida num livro de rendas e benefícios do bispado, onde refere que o bispo D. António Pinheiro, quando vinha a Bragança, se alojava numas casas que estavam dentro das muralhas do castelo. A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 58, fl. 173v. Respeitando ao ano de 1565, por conseguinte a um período em que ainda se procurava consolidar a estrutura da diocese, natural será a aceitação de tal facto. Contudo, a informação não nos permite concluir se essa pousada era sempre usada ou se seria fruto do acaso. Só nos meados do século XVII seremos confrontados com a existência, em Bragança, de casas episcopais sem, contudo, conseguirmos desenhar a sua configuração exterior ou a organização interna. Complementadas por uma cocheira, foram reparadas em 1641 e 1647. Porém, a razão destas intervenções, mais do que na propalada obrigatoriedade que os bispos tinham de residir anualmente na cidade ducal durante seis meses, poderá encontrar-se no conjunto das precauções que a posição geográfica de Miranda aconselhava, tendo em conta a possibilidade de, no quadro das Guerras da Aclamação, ser tomada pelo exército espanhol. Intentos idênticos determinaram a hierarquia eclesiástica a mandar recolher as pratas da igrejas paroquiais a Bragança. Nunca se concretizando a deslocação para Bragança dos órgãos dirigentes diocesanos, a residência do prelado serviria para as suas estadas no momento das visitas pastorais a esta urbe ou quando, nas mesmas funções, se encontrava em trânsito nas suas proximidades.

Sem se esclarecer a natureza das obras executadas a seguir indicadas, os valores envolvidos permitem admitir a ideia de que se tratava de obras de algum vulto. Assim, pagar-se-iam, em Dezembro de 1641, 19.900 réis e em 22 de Junho de 1647, 10.000 réis. A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 56, fls. 33v, 36

Em 6 de Setembro de 1614, em período de *sede vacante*[815], um acórdão do Cabido estipulava:

> «que os governadores procedessem como lhes parecesse justiça sobre as cazas da fabriqua em que vivião os bispos e nos moradores dellas[816]».

Na mesma reunião, os capitulares entenderam ainda que:

> «se mandasse vir de Roma hum Breve pera se poderem emprazar as cazas da fabrica, ao bispo que vier ou aos conegos[817]».

Vê-se assim que nesta altura ainda não se tinha construído o paço episcopal. Mesmo alguns anos depois, durante a prelazia do bispo D. João de Valadares (1621-1627) continuam a escassear os elementos necessários para nos permitirem uma avalição dos avanços da obra de pedraria do edifício do seminário onde, provavelmente, já se pensava instalar o paço episcopal.

Nesta altura, o bispo continuava a habitar numa das várias casas pertencentes à fábrica da Sé, algumas das quais também se costumavam emprazar a alguns capitulares. Provavelmente pelo tipo de construção e, certamente, pela idade, a residência que se destinava aos bispos apresentava alguns problemas construtivos que impunham despesas frequentes com as obras de conservação. Destes encargos pretendia o Cabido libertar-se. Nesta perspectiva, tem interesse a decisão tomada, *nemine discrepante*, na sessão de 21 de Junho de 1628:

> «porquanto as casas da fabrica em que os senhores prelados deste bispado custumão habitar, são mais em denificação das rendas da ditta fabrica que em pueito [sic] della porquanto comquanto [sic] o rendimento dos alugeres com as despezas das obras que os dittos

---

[815] A 10 de Janeiro de 1614, falecia D. Jeronimo Teixeira Cabral. Suceder-lhe-ia D. João da Gama que só em Maio do ano seguinte o Papa Paulo V confirmaria para bispo de Miranda.
[816] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 83
[817] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 83

senhores prelados nellas fazem pera melhor comodidade sua vem a serem muitos os gastos das despezas do que são os rendimentos dos alugeres e de mais sossederem muitos annos em ses vacantes não serem arrendadas pello que pareceu ao Cabido visto o pouco proveito que se segia [sic] a fabrica e os muitos gastos que lhe acresia com os tais repairos ratar com os Illustrissimos Senhor Bispo [sic] as quizesse emprazar pera si e seus sucessores[818]».

No seguimento destas considerações, o Cabido nomearia o Arcediago de Bragança e fabriqueiro, João de Arrais de Mendoza, e o cónego Manuel Pereira para pedirem ao bispo D. Jorge de Melo «quizesse asseitar as dittas cazas e emprazallas a Meza Episcopal pera si e seus sucessores[819]». Aceite a proposta, nomear-se-iam os louvados para se proceder à avalição da residência episcopal. Por parte do Cabido registam-se os nomes dos cónegos fabriqueiro e Manuel Pereira e do carpinteiro Francisco Navaio; pela parte de D. Jorge de Melo forão escolhidos o chantre Domingos Gil Argulho e o mestre de obras Domingos da Fonseca. Efectuada a peritagem , depois de ajuramentados os louvados, «concordarão todos merecia as dittas casa poder ter de foro em cada hu anno pera a fabrica da ditta Se quatorze mil reis[820]», ressalvando-se, posteriormente, que «se avião os encargos de missas, e anniversarios de pagar dos dittos quatorze mil reis de foro, ficando per conta dos senhores prelados todos os mais encargos de fabricar as dittas casas[821]».

Se, já em 1614, o Cabido tinha considerado a possibilidade de desencadear os procedimentos legais para, no que respeita à casa onde viviam os bispos, alienar algumas responsabilidades próprias, este processo arrastar-se-ia por mais alguns anos visto que só em 1629, no tempo do bispo D. Jorge de Melo, a situação regular-se-ia com o emprazamento aos prelados. Para tal ser possível, era necessária a obtenção da anuência papal. À Bula, assinada por Urbano oitavo, «em pergaminho de letra de mão» tendo de «hua banda os

[818] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 26
[819] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 26v
[820] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 27v

vultos dos bem aventurados apostolos Sam Pedro e Sam Paulo[822]», só em 5 de Janeiro de 1629 foi colocada a chancela pontifícia.

Deste modo, foi possível continuar o processo relativo ao edifício em que «vive e viverão outros senhores bispos[823]», no qual tiveram intervenção o Doutor António de Faria e o Licenciado Manuel Vieira, juízes executores apostólicos, respectivamente deão e provisor e vigário geral da Sé de Lamego. A justificação para se convocarem os clérigos lamecences relaciona-se com o facto de «este bispado de Lamego ser ordinario mais vezinho ao de Miranda[824]». Após inquirirem algumas testemunhas, certificando-se da correspondência entre a situação do prédio e as cláusulas que constavam do documento pontifício, os comissários apostólicos produziram a sua sentença de que, pelo interesse de algumas informações, extraímos:

> «mostrasse o reverendo Cabido do bispado de Miranda ser administrador da fabrica da Sancta See do dito bispado; mostrasse que à dita fabrica pertencem huas casas sitas na dita cidade defronte da porta travessa da dita See, as quais são sobradadas e tem suas varandas por detras com seu quintal e de hua banda partem com casas do mesmo bispado e com houtras confrontações [...]; mostrasse que nas ditas casas em todo ho tempo atras moravão os senhores prelados nellas por aluguer certo e determinado; mostrasse que muitas vezes e de ordinario fazião obras nas ditas casas em que se consumia o aluguer todo muitas vezes não ficava a fabrica cousa nenhua e isto era de ordinario, porque como são grandes, não se passa anno em que não seja necessario fazerem se lhe obras; mostrasse que he grande e evidente proveito pera a fabrica emprazar em perpetuo as ditas casas com foro certo ficando no emphiteuta obrigação de fazer as despezas necessarias as casas e o foro ser livre pera a dita fabrica; mostrasse que o dito reverendo Cabido tem feito acordo e pera milhor dizer emprazado as ditas casas ao Senhor bispo Dom Jorge de Mello em perpetuo com foro de quatorze mil reis cada ano pera a fabrica da dita See e toma sobre si o dito Senhor bispo e seus sucessores o que for necessario pera concerto das ditas casas e seu repairo de modo que o dito senhor bispo e seus

[821] Este acordão tem a data de 3 de Fevereiro de 1630. A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 35
[822] A.D.B., Cabido, Cx. 30, pt. 2, doc. nº 5. A Bula pontifícia está copiada neste processo.
[823] A.D.B., Cabido, Cx. 30, pt. 2, doc. nº 5
[824] A.D.B., Cabido, Cx. 30, pt. 2, doc. nº 5

sucessores ham de pagar a dita fabrica o dito foro de quatorze mil reis em prazo em salvo e elle senhor e seus sucessores farão as benfeitorias que forem necessarias pera as casas a sua custa».

O facto de que no início de 1636 esta casa continuar emprazada ao bispo[825] parece significar que, no que respeita ao edifício, o seminário e o paço episcopal eram ainda realidades distintas apesar de, poucos anos antes, se descortinarem algumas manifestações de zelo relativamente aos interesses do seminário. É o que se constata pela notícia da eleição[826] de um representante do Cabido, o cónego Manuel de Oliveira de Escobar, com o objectivo de «assistir» às contas do seminário.

Depois do pagamento de 3.018 réis que, em Fevereiro de 1637, o cónego Manuel Antunes de Paiva efectuou «ao mestre das obras de hu conserto que se fez nas casas episcopais[827]» só voltamos a ter notícias da residência dos prelados mirandeses quando, em Novembro de 1641 se dispenderam 26.702 réis por conta de obras[828] realizadas.

Em Novembro de 1644, o mesmo eclesiástico, então recebedor das rendas da Mesa Episcopal, foi incumbido de «dar e pagar o que constar dos roes aos officiaes que trabalharão no reparo das cazas episcopaes[829]». Em Dezembro do mesmo ano, talvez porque tivesse feito algum adiantamento, entregaram-se ao deão 9.290 réis que já se tinham gasto em reparações do mesmo edifício[830]. Quatro anos depois, seria ainda o cónego Manuel Antunes de Paiva a dar cumprimento a uma provisão do Cabido que mandava pagar

---

[825] Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 60

[826] Com esta finalidade, o cónego Manuel de Oliveira Escobar foi eleito na sessão realizada em 1 de Outubro de 1633. Mas, em 7 de Novembro, por haver inconveniente na nomeação deste deputado, o bispo ordenou nova escolha de que resultou a eleição do arcediago da Sé, o cónego Dionísio de Carvalho, para exercer aquelas funções. A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 4, fl. 52v

[827] A.D.B, Mitra, Cx. 6, Lv. 55, fl. 24v

[828] A.D.B, Mitra, Cx. 6, Lv. 56, fl. 35v

[829] A.D.B, Mitra, Cx. 6, Lv. 56, fl. 23

[830] A.D.B, Mitra, Cx. 6, Lv. 56, fl. 23v

15.820 réis «aos officiaes que fizerão as obras no quarto das casas episcopaes[831]».

Abrindo-se um grande vazio na informação proporcionada pela documentação, só no ano de 1716, se referem novamente alguns pagamentos relativos a pequenas obras:

> «dispendi per ordem do Reverendo Cabido de 15 de Agosto do dito anno dous mil e cem reis ao mestre que retelhou o palacio da Mitra[832]»;
>
> «dispendi ao mestre Fernandes Manuel Fernandes [sic] dous mil e cem reis pelas obras que fes pera a Mitra[833]»;
>
> «dispendi ao mestre carpinteiro Antonio Fernandes noventa e tres mil reis per madeira e suas geiras e de seus camaradas das obras que se fiserão em o palacio e ficão pagas ate o ultimo de Dezembro de 1716[834]»;
>
> «dispendi mais ao mestre sobredito pera mais duas carradas de madeira e pregos que gastou nas obras do palacio dose mil outocentos e quarenta reis[835]».

Importante é o facto destas obras se executarem já no palácio episcopal, para o qual se adquiriram também, nesta altura, algumas cadeiras, contadores e cabeceiras de leitos, que se tinham encomendado no Porto, o que parece indiciar que também o interior foi objecto de remodelação. Em todo o caso, pelas correcções introduzidas neste edifício, não fica dúvida que a sua construção se tinha processado havia já alguns anos.

A Bula de eleição de D. Jorge de Melo (20 de Setembro de 1627), impondo ao bispo a obrigatoriedade de reservar parte dos frutos da Mesa Episcopal para efectuar reparações na Sé, estabelecia também a necessidade

---

[831] A.D.B, Mitra, Cx. 6, Lv. 56, fl. 40v
[832] A.D.B., Mitra, Cx. 1, Lv. 18, fl. 12v
[833] A.D.B., Mitra, Cx. 1, Lv. 18, fl. 15
[834] A.D.B., Mitra, Cx. 1, Lv. 18, fl. 15v

deste prelado concorrer anualmente com a importância de 200.000 réis para a construção do paço episcopal[836] que, segundo o Monsenhor José de Castro, já em Setembro de 1610 estava a ser construído[837].

Apesar da obrigação contraída por D. Jorge de Melo em adiantar as obras, cremos que não seria ainda na sua prelazia que a residência oficial dos bispos seria levantada. De resto, sendo nomeado, em 1635, para bispo da diocese de Coimbra e vindo a morrer no ano seguinte sem dela tomar posse, a sua fazenda seria objecto de demanda, já que o deão e Cabido de Miranda pretendiam saldar dívidas à fábrica da Sé, seminário e colégio de S. Pedro de Bragança. Assim, não parece crível que D. Jorge de Melo tivesse feito alguma coisa para adiantar a construção do paço.

Por outro lado, sabendo-se que, por não haver titular da Mitra entre 1636 e 1672, a diocese esteve a ser administrada pelo Cabido, este empreendimento haveria de sofrer as consequências provocadas pelo entendimento dos capitulares relativamente a necessidades consideradas de maior urgência. Neste capítulo, se confrontada com aquilo que em nome da decência se reclamava para a Sé, a obra do paço seria claramente desfavorecida.

Nos finais de 1672, era eleito para a diocese D. André Furtado de Mendonça. Das suas obrigações, além da obra do seminário, contava-se também a casa episcopal que devia edificar[838].

Por conseguinte, nesta época ainda os bispos viviam em casa arrendada, de antiga factura, posto que «de boa qualidade e suficiente para habitação[839]», como, em 1678, se escrevia no processo canónico de D. José de Lencastre. Na altura, ainda o seminário não estava totalmente construído.

---

[835] A.D.B., Mitra, Cx. 1, Lv. 18, fl. 15v
[836] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 39, 49
[837] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 49
[838] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, pp. 50, 85
[839] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, pp. 50

Mas, por volta de 1675, tendo sido atingido por um incêndio que o arruinou, este prelado, empenhado em manter as classes de Gramática e Latim em funcionamento, instalou o seminário na casa que lhe servia de habitação, desenvolvendo em simultâneo esforços para restaurar o edifício que as chamas consumiram. Todavia, na parte final do século XVII, outro incêndio devorou parte do edifício que D. João Franco de Oliveira tentou recompor. Ao iniciar-se o século de setecentos, já os bispos habitavam no seminário que ficava junto da Sé.

Convém notar, como adiante veremos, que quando se fala do seminário e do paço episcopal não se trata de duas construções distintas. Na verdade, estamos perante um mesmo edifício mas com uma organização interior estruturada para servir como palácio do prelado e habitação dos seus familiares e dispondo de uma ala reservada para o funcionamento do seminário de S. José. Por isso é que era com os rendimentos do seminário que se pagavam as obras de construção do Paço, embora a Mitra disponibilizasse uma quantia anual a favor do seminário.

Seguindo Monsenhor José de Castro, que dos processos canónicos extraiu diversas informações, só em 1685 é que deparamos com notícias claras relativamente à residência dos bispos. Afirmando-se que a residência que os prelados costumavam usar reclamava uma intervenção de restauro, adianta-se, pela primeira vez, que:

> «o bispo preferia habitar no palácio novo, que embora por acabar, bastava para habitação do bispo e era próximo da catedral[840]».

A 9 de Abril de 1685, celebrou-se o consistório secreto em que se elegeu D. Frei António de Santa Maria, substituindo, assim, D. Frei Lourenço de Castro que tinha falecido em Agosto do ano anterior. Transferido, em 1 de Setembro de 1681 da diocese de Angra para a de Miranda, embora a sua

entrada em Miranda só tivesse ocorrido «depois de 14 de Fevereiro e antes de 3 de Abril de 1682[841]», também a D. Frei Lourenço a Bula de nomeação lha dava a incumbência[842] de adiantar o paço episcopal que, pelo antes exposto, o mesmo é dizer, o edifício do seminário.

No primeiro quartel do século XVIII, quando a construção ainda não estava completamente concluída, mas já suficientemente adiantada para mostrar o valor arquitectónico do conjunto, podemos admitir que D. João de Sousa Carvalho algo tenha feito, tanto mais que seria na sua prelazia que as obras das casas que a Mitra tinha em Bragança sofreram um notável impulso. Contudo, seria o seu sucessor, D. Diogo Marques Mourato, quem, ao empreender algumas reformas na parte do seminário e na capela existente no edifício, teve meios e energia para estender a intervenção ao Paço. Como resultado, quando em Agosto de 1749 prestava contas da sua prelazia ao Papa, dizia:

> «existe também um palácio episcopal, em grande parte aumentado, adornado e reformado à minha custa[843]».

Embora se conheçam algumas intervenções posteriores, mas respeitantes a obras de conservação, parece que à acção de D. Diogo Marques Mourato se deve a última grande intervenção que, definitivamente, moldou tanto no desenho como na organização espacial o edifício.

---

[840] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, pp. 50
[841] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 128
[842] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, p. 126
[843] CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. II, pp. 51

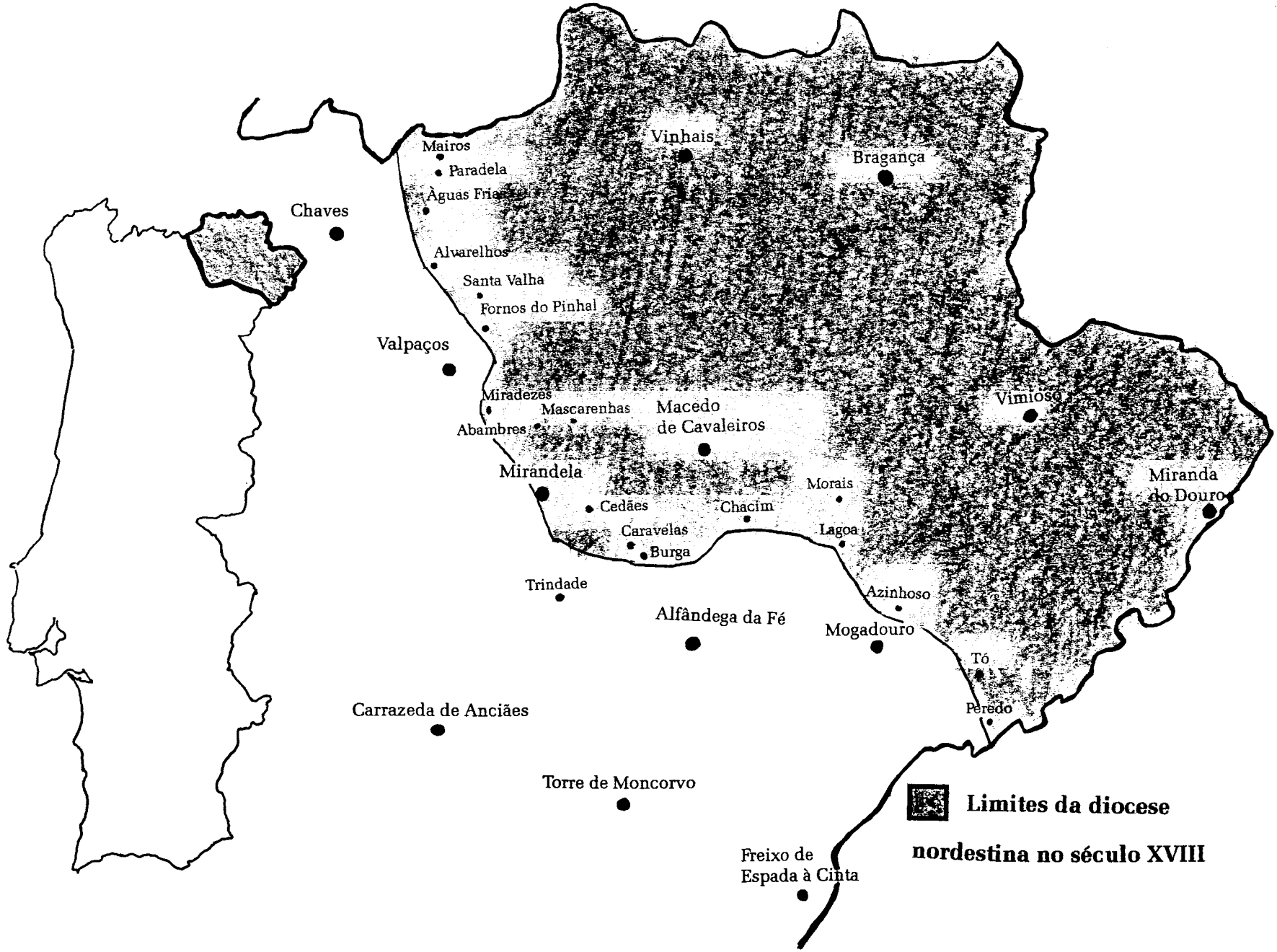
SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO I

AUSÊNCIA DE MONUMENTALIDADE DOS EDIFÍCIOS RELIGIOSOS

Como já se disse, o bispado de Miranda do Douro formou-se à custa de uma operação reorganizativa que determinou que a arquidiocese bracarense perdesse alguns dos territórios que tutelava. Na segunda metade do século XVIII, outros sucessos determinaram que a sede diocesana fosse transferida para Bragança, provocando algumas modificações na organização diocesana entre as quais se contava a criação da diocese de Bragança e Miranda. Mas esta entidade eclesiástica exercia a sua jurisdição exactamente sobre o território que tinha estado na génese do bispado de Miranda. Só mais tarde, pelos anos de 1882, é que o prelado de Bragança e Miranda estendeu a sua autoridade às terras que formam os concelhos meridionais do actual Distrito de Bragança[1]. Todavia, algumas áreas dos concelhos de Valpaços e Chaves, no

[1] Uma reorganização eclesiástica contemplando a redução do número de dioceses foi considerada pela «Junta do exame do estado actual e melhoramento temporal das ordens


Vinhais
Mairos
Paradela
Águas Frias
Bragança
Chaves
Alvarelhos
Santa Valha
Fornos do Pinhal
Valpaços
Miradezes
Mascarenhas
Abambres
Macedo
de Cavaleiros
Vimioso
Mirandela
Morais
Cedães
Chacim
Caravelas
Lagoa
Burga
Miranda
do Douro
Trindade
Azinhoso
Alfândega da Fé
Mogadouro
Tó
Carrazeda de Anciães
Peredo
Torre de Moncorvo
Limites da diocese
nordestina no século XVIII
Freixo de
Espada à Cinta

Distrito de Vila Real, continuavam a pertencer ao bispado de Bragança e Miranda. Só com a criação, em 1922, da diocese de Vila Real[2] as paróquias do arciprestado de Monforte de Rio Livre, justamente aquelas que se sediavam em povoações que na actualidade giram na esfera concelhia de Valpaços e Chaves, passariam para o novo bispado. Configurou-se assim o bispado de Bragança e Miranda, passando o seu titular a exercer o múnus espiritual numa área coincidente com a presente realidade distrital.

Porém, durante a época moderna, fosse na área do antigo bispado de Miranda ou no território em que actualmente tem jurisdição o prelado de Bragança - Miranda, não eram muitos os templos que se destacavam pelo volume da construção ou pela presença de outros artifícios que em regra se podem associar à arquitectura.

Na centúria de quinhentos, além da importante igreja manuelina de Freixo de Espada à Cinta, vila onde casou[3] João de Castilho, adiantavam-se as obras da Sé de Miranda do Douro e da igreja matriz da Senhora da Assunção de Torre de Moncorvo, cujas fábricas em virtude da irregularidade do seu funcionamento só no século seguinte seriam dadas como concluídas. Mas pela

---

religiosas» em 11 de Setembro de 1833. Tal proposta seria prejudicada pelas dificuldades de relacionamento entre Portugal e a Santa Sé, as quais só em 1841 se normalizaram. ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, Tomo I, p. 393. Quanto à remodelação diocesana e às paróquias que foram integradas dos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Carrazeda de Anciães, Freixo de Espada à Cinta, Moncorvo, Vila Flor e Alfândega da Fé, *Vd.* CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. III, pp. 399-400

[2] Em 20 de Abril de 1922, o Papa Pio XI pela Bula *Apostolica Praedecessorum* criou a diocese de Vila Real elevando, ao mesmo tempo, a igreja de S. Domingos à dignidade de catedral. O novo bispado foi constituido «à custa das dioceses de Braga, Bragança e Lamego, num total de 257 paróquias das quais 107 foram desmembradas da diocese de Braga, 71 da de Lamego e 19 da de Bragança: onze do concelho de Chaves e oito do de Valpassos. As de Chaves são: Águas Frias, Bobadela, Cimo de Vila, Mairos, Oucidres, Paradela, Roriz, Sanfins, Travancas, Tronco e São Vicente; as de Valpassos são: Alvarelhos, Barreiros, Bouçoais, Fiães, Lebução, Sonim, Tinhela e Santa Valha». CASTRO, José de - *ob. cit.*, vol. IV, pp. 218, 219

[3] João de Castilho casou com Maria de Quintanilha, filha de Garcia Fernandes de Quintanilha, asturiano que residia em Freixo por andar foragido por questões políticas. ALVES, Francisco Manuel - *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, Tomo XI, Bragança, 1981, p. 316; MOREIRA, Rafael de Faria Domingues - *A arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*, (Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), vol.I, Lisboa, 1991, p. 438

avantajada volumetria, pela consideração das linhas de orientação estética ou até pelos materiais utilizados - marcando claramente o contraste entre o investimento que exigiram e o das numerosas igrejas que se construíram ou reconstruíram durante os séculos XVII e XVIII - estas igrejas - salão constituem casos singulares no panorama arquitectónico da região. Em todo o caso, pelo número e importância das edificações religiosas que se implantaram na malha espacial, a Igreja, através da acção dos seus bispos, cabidos catedralícios, comunidades paroquiais e outros institutos pios, afirmou-se como a principal dinamizadora de empreendimentos arquitectónicos e grande encomendadora de diversificadas obras de arte.

Se a acção de D. João III se revelou importante pelo papel que desempenhou no início da empreitada da catedral de Miranda, para a qual, como dissemos, eventualmente riscou[4] uma planta, já o conjunto formado pelos monarcas seus sucessores, pelos Duques de Bragança e pelos diversos comendadores, entre os quais se contavam os Jesuítas do Colégio de Bragança e os poderosos Távoras, não se podem associar, em geral, a grandes empreendimentos arquitectónicos de função religiosa, apesar do seu efeito prestigiante. Pelo contrário, algumas vezes, na tentativa de salvaguardarem interesses próprios, inibiam os poderes locais em levarem adiante algumas iniciativas.

Na míngua de patrocínios relevantes, ocorrência que seria agravada em período de «côrte na aldeia», a grande maioria das igrejas paroquiais reduziam-se à dimensão e às necessidades de um ambiente rural formado por pequenas e pobres comunidades que viviam centradas sobre si próprias em consequência do isolamento que as difíceis comunicações acentuavam. Nesta medida, as limitações dos cabedais cerceavam ao pequeno número de

[4] Em 15 de Dezembro de 1547, numa carta do primeiro bispo de Miranda, D. Turíbio Lopes, que tinha como destinatário o monarca, pode ler-se: «tambem lembro a Vossa Alteza que esta See e sua e he planta de suas mamos». A.N.T.T., Corpo Cronológico, Mç. 79, doc. nº 142;

moradores das aldeias e das vilas a realização de obras de vulto apreciável. Na verdade não podemos perder de vista que as despesas com as obras do corpo de uma igreja paroquial corriam quase sempre por conta dos seus fregueses enquanto as da capela-mor, não existindo acordos em contrário, eram suportadas pelo clérigo que as paroquiava ou pelo comendador. Mesmo as obras do arco cruzeiro e da sacristia competiam ao povo em metade do seu valor. Por conseguinte, ainda que esporadicamente fosse possível obter a permissão das autoridades diocesanas para a realização de peditórios, era às populações residentes que cabia uma parcela importante das despesas, geralmente complementada com diversas formas de trabalho gratuito levado a efeito aos domingos e dias santos, depois de licenciadas tais actividades pelo bispo ou pelos clérigos em quem delegava poderes.

1. Visitações dos freires de Cristo às igrejas da comenda de S. Mamede de Mogadouro, na primeira década do século XVI

Datados da primeira década do século XVI, tanto os registos de algumas visitações da Ordem de Cristo como os desenhos de Duarte d'Armas revestem-se de grande importância documental por nos possibilitarem uma aproximação à configuração física de algumas edificações religiosas.

De uma decisão do Capítulo Geral[5] celebrado em Tomar no ano de 1503, determinando a realização de visitas às igrejas pertencentes à Ordem de

---

VITERBO, Sousa - *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, p. 135

[5] Em 1626, Os Estatutos da Ordem de Cristo determinavam «que cada seis annos infallivelmente se faça Capitulo Geral [...] e que este se faça sempre no Convento de Thomar, que é Cabeça, e Ballia della». E como todos os que «hão de assistir nelle hão de vir de diversas partes, conveniente cousa é, que se escolha tempo accomodado, em que possam vir com menos oppressão, e molestia». Por isso, estabelecia-se ser o mês de Maio, o mês das viajens por excelência, como época mais vantajosa para a realização destas assembleias. *Definições e Estatutos dos cavelleiros e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*, in «Colecção

Cristo, resultaram várias disposições que de modo involuntário deixam ver a organização arquitectónica dos templos de muitas povoações, a forma como se adequavam às exigências do culto e ainda o tipo de comportamento efectivo de muitos dignatários no que respeita ao cumprimento das respectivas obrigações.

Estas visitações foram inicialmente dadas à estampa por Vergílio Correia[6] em anexo a um estudo em que comprovava a frequente ocorrência de pinturas murais nas nossas igrejas e, depois, com completo desenvolvimento, por Pedro Dias. De todas as referências compendiadas em 1507, por indicação dos visitadores D. João Pereira e D. Diogo do Rego, interessam-nos particularmente aquelas que respeitam à comenda transmontana de S. Mamede de Mogadouro, à qual também pertenciam as igrejas de Santa Maria na povoação de Castelo Branco, de S. João Baptista em Penas Roias, de S. Martinho, em S. Martinho do Peso, e de S. Pedro, em Bemposta.

Convém, no entanto, recordar que em 1507 a organização eclesiástica de Trás-os-Montes ainda não contemplava a diocese de Miranda do Douro. Assim, todas as igrejas da comenda de S. Mamede se implantavam num território submetido à jurisdição eclesiástica dos Arcebispos de Braga. Posteriormente, com a amputação da área da arquidiocese a favor da diocese de Miranda, apenas as igrejas de Mogadouro e Castelo Branco continuariam a integrar a divisão eclesiástica inicial.

Contudo, pela proximidade geográfica e relações administrativas, pelos antigos laços religiosos e pelo facto da capela-mor continuar a pertencer à tutela da Ordem de Cristo parece-nos que devemos atentar nas informações que nos são oferecidas e não valorizar excessivamente a obediência a tutelas eclesiásticas diferenciadas.

Chronologica da Legislação Portugueza (1620-1627), (compilação e anotações de José Justino de Andrade e Silva, Lisboa), 1855, pp. 217, 218

[6] CORREIA, Vergílio - *A pintura a fresco em Portugal nos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1921, pp. 25, 26

Em consequência dos capítulos deixados por D. Diogo do Rego e D. João Pereira tomamos conhecimento de algumas das condições existentes ou desejáveis para a celebração condigna do culto, nomeadamente aquelas que eram ditadas pela existência na igreja de paramentos, alfaias, livros, ou pela sua falta, para além da verificação da presença e estado das obras de imaginária. Por outro lado, enquanto se cismava nas maneiras de remediar as insuficiências detectadas também se aflorava o modo como as edificações se apresentavam, descrevendo-se ou apontando-se a presença de elementos com interesse arquitectónico cujo estudo e análise nos ajuda em domínios diversos, entre os quais a avaliação da qualidade dos materiais usados e ainda a averiguação da envergadura arquitectónica das edificações.

Afastada do casco da povoação actual, no Cabeço dos Mouros, sítio em que um frondoso carrasco desempenha o papel de velha sentinela, ergue-se a igreja de Santa Maria de Castelo Branco também designada como a capela da Senhora da Vila Velha. Se este topónimo parece encontrar a razão de ser na antiga povoação que lançava raízes sobre um antigo castro[7] ali existente, também constitui mais um exemplo a acrescentar à lista de povoações que tinham a matriz situada fora do seu perímetro.

Em Novembro de 1507, quando a visitação teve lugar, a comenda estava na posse do fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, Frei Duarte de Sousa, o qual, no ano de 1501, fazendo fé numa inscrição[8]gravada num cunhal da cabeceira (lado da epístola), teria mandado edificar ou reedificar a igreja. Contudo, dando crédito ao cronograma inscrito no frontispício da actual matriz, a povoação de Castelo Branco passaria a contar com uma nova igreja paroquial, levantada dentro da povoação, em 1532, e de que se sabe terem como anexas as de S. Sebastião, em Valverde, e S. Bento, em Meirinhos.

---

[7] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. X, p. 589. A existência desta capela pode, assim, traduzir a cristianização anterior das ruínas do castro luso-romano. *Vd.* NETO, Joaquim Maria - *O leste do território bracarense*, s/l., 1975, p. 278

Assessorados pelo escrivão Rodrigo Ribeiro, os freires do hábito de Cristo visitaram as igrejas da Ordem, propondo as medidas que entendiam mais adequadas para que as faltas encontradas pudessem ser superadas em nome de maior luzimento do culto. Como consequência destas preocupações, apontar-se-iam algumas reformas que incidiam sobre o estado físico dos templos e que também eram acompanhadas de orientações que atendiam à imaginária, pintura, retábulos, paramentaria, alfaias litúrgicas e outros ornatos que, a expensas próprias, tanto o comendador como os fregueses deviam apresentar.

Valerá a pena sublinhar a existência nas igrejas da comenda, ou a indicação para se comprarem, de algumas toalhas da Flandres - igrejas de Santa Maria de Castelo Branco, Bemposta e Mogadouro - cruzes, também de Flandres - Castelo Branco e Penas Róias - e ainda um turíbulo para a igreja de S. Mamede de Mogadouro. A presença de tais artefactos não só denunciam o peso da tradição comercial com o Norte da Europa como ainda manifestam a amplitude de uma rede comercial com capacidade de penetração em regiões afastadas do litoral, provavelmente em consequência das possibilidades que o rio Douro oferecia, mas sem se excluir a luta travada contra os condicionalismos e dificuldades de navegação[9]. Por outro lado, tais relações comerciais também evidenciam a aceitação que a produção artística nórdica teve em Portugal, de que servem de exemplos, além das inúmeras tábuas pintadas, a série de imagens produzidas em Malines[10] ou a aquisição de retábulos de talha, cuja produção em elevada escala, de acordo com as palavras de Adriano Vasco Rodrigues, atingiu o máximo por volta de 1500.

---

[8] Acompanhando a Cruz de Cristo, o conteúdo da inscrição é o seguinte: «a comenda ano 501».*Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. X, p. 590

[9] Sobre esta temática tem interesse o estudo de DUARTE, Luís Miguel e BARROS, Amândio Jorge Morais - *Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna*, in «Douro. Estudos e documentos», Instituto do Vinho do Porto / Universidade do Porto / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, nº 4, Porto, 1997, pp. 77-118

Tendo como referência este milésimo, este autor aceitou uma variação de dez anos para datar o tríptico de Moncorvo que é consagrado à família de Santa Ana: no volante esquerdo representa-se os esponsais da mãe de Nossa Senhora com S. Joaquim; na caixa central, Santa Ana, sentada numa cátedra, destaca-se relativamente a uma dezena de figuras; no volante direito, representa-se o encontro de Santa Ana e S. Joaquim na porta dourada de Jerusalém[11]. Devendo-se a sua produção a oficinas de Antuérpia[12], não se esbateram ainda as dificuldades para se responder ao modo como o retábulo brabanção foi parar a uma igreja paroquial que na segunda metade do século XVI ainda tinha o seu estaleiro em grande actividade.

Embora se trate de uma área de estudo ainda não explorada, dificilmente a região transmontana, à semelhança do resto do país, se poderia ter furtado à influência artística flamenga, a qual se exercia de um modo quase natural pela via da importação de quadros e gravuras[13] que continuaram a circular em quantidades apreciáveis durante o século XVII. A pintura intitulada «Orfeo atraindo os animais com o toque da sua citra[14]» que

---

[10] TÁVORA, Bernardo Ferrão de Tavares e - *Imagens de Malines em Portugal*, in «MVSEU», Segunda Série, nº 16-17, Porto, 1975, pp. 81-326

[11] Sendo dourada esta entrada da cidade também se chamava oriental por estar voltada para Oriente do Templo, entre as portas da Fonte e do Vale. PACHECO, Francisco - *El arte de la pintura*, Ediciones Cátedra, Madrid, 1990, p. 572

[12] RODRIGUES, Adriano Vasco - *O retábulo flamengo da Parentela de Santa Ana, na igreja matriz de Moncorvo*, in «Estudos sobre Escultura e Escultores do Norte de Portugal. Época manuelina», Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997, p. 259

[13] A importância do relacionamento artístico de Portugal com a antiga região dos Países Baixos, onde pontificavam os portos de Bruges e Antuérpia, durante o século de seiscentos foi demonstrada por HUYLEBROUCK, Roza - *Alguns documentos comerciais lusoflamengos do século XVII com interesse para a História de Arte*, in «Revista da Faculdade de Letras», II Série, vol. VII, Universidade do Porto, Porto, 1990, pp. 281-297. Relativamente à aquisição de gravuras, este estudo (p. 283) comprova que as compras de estampas, sendo variadas e aos milhares, compreendiam ainda dois grupos principais: «uma parte estampas vulgares e baratas, outra parte gravuras de qualidade e caras, em papel e em pergaminho, de todos os tamanhos».

[14] Assim se descreve no «titolo dos [...] quoadros e espelhos da mesma Sé» de Miranda, fazendo parte do inventário iniciado em 20 de Agosto de 1720. A.D.B., Mitra, Cx. 5, fl. 33. RODRIGUES, Luís Alexandre - *A Sé de Miranda. O inventário da sua fábrica no primeiro quartel do século XVIII*, in «MVSEU», IV Série, nº 7, Porto, 1998, p. 238

actualmente se expõe no Museu Abade de Baçal, em Bragança, mas que pertenceu ao património da diocese, é bem um exemplo da fortuna que a arte flamenga alcançou no nordeste transmontano, região que não ficou à margem da influência exercida directamente por pintores oriundos dos Países-Baixos ou aí formados. Antes de 1645, o pintor Adrião Capitão[15], natural de Lille, estabeleceu-se em Bragança, onde teve descendência e viviam outros seus patrícios ocupados no exército ou na tecelagem. Tal como sucedeu em Bragança, Adrião Capitão também respondeu a encomendas para as igrejas de Miranda do Douro e Chaves. Contudo, ainda não foi possível retirar a sua obra do anonimato. O mesmo se passou com o pintor António Leitão que tendo (cerca de 1560) uma aprendizagem erudita em Itália passaria depois a Antuérpia. Nesta cidade, além de desenvolver e aperfeiçoar os seus conhecimentos da pintura, viria a contrair matrimónio com Luzia dos Reis, também flamenga e pintora. De regresso a Portugal, ambos se radicaram em Bragança[16].

Mas independentemente do valor daqueles que exercitavam as artes no nordeste transmontano, convém igualmente chamar à colação a existência de uma rede económica com capacidade de responder à comercialização de ornamentos e outras obras de arte que uma clientela pouco diversificada solicitava.

Dada a qualidade dos principais encomendadores importa ainda ter em atenção a estrutura das dependências eclesiásticas já que esta não somente condicionava os movimentos e opções artísticas dos clérigos colocados nas paróquias rurais mas também, tendo em conta as obrigações que se iam tecendo, afectava a relação e o nível das prestações que se pediam aos crentes. A estes, em última análise, exigia-se prontidão quando por sucessivos actos de desleixo, de que até podiam não ser responsáveis, era urgente cortar o avanço

---

[15] Arquivo do paço Episcopal, *Processo de genere*, Adrião Capitão, s/colocação.
[16] SERRÃO, Vítor - *A pintura maneirista em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Língua Portuguesa, 1982, pp. 24, 29

à destruição da estrutura arquitectónica dos templos, ou encontrar as soluções mais adequadas para se resolverem as dificuldades materiais que permanentemente suscitavam as necessidades do culto que pelas exigências específicas reclamava a conveniência de haver numa igreja uma gama diversificada de ornamentos.

Muitas vezes os padres que curavam as paróquias rurais viam os seus movimentos condicionados pelos interesses de terceiros, clérigos ou não, de quem dependiam e a quem directamente prestavam contas[17].Por outro lado, não é raro que a acção destes se caracterize por práticas displicentes que diversos sinais de desmazelo, na higiene pessoal, nas vestes e conservação da igrejas, tornavam visíveis e que os bispos esporadicamente combatiam nos textos das suas pastorais. Neste sentido, se o prolongado adiamento na execução de obras pode cair no domínio de comportamentos abusivos também é legítimo que se assinale o problema da acumulação de benefícios de que já o autor da «Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires» mostrou vislumbrar algumas consequências:

> «se dão hoje as igrejas paroquiais como quem dá hortas ou quintas. E daí vem que não temos quem insine, quem confesse, nem quem pregue frutuosamente[18]».

Frei Duarte de Sousa era não somente comendador de Santa Maria de Castelo Branco mas também da igreja de Bemposta e de S. Martinho do Peso. Enquanto titular do benefício, Frei Duarte de Sousa tinha a prerrogativa de apresentar nestas igrejas o respectivo vigário que devia ser confirmado[19] pelo

---

[17] A agudização das dependências do clero rural relativamente aos patronos das igrejas e ao bispo reduzindo as congruas «ás magras porções das rendas eclesiásticas que aqueles lhe deixavam» tinha como consequência a formação de «uma espécie de proletariado eclesiástico». MATOSO, O. S. B. José (Frei), *Clero*, in «Dicionário de História de Portugal», *ob. cit.*, vol. II, p. 77

[18] SOUSA, Luís de (Frei) - *A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984, p. 209

[19] Dando nota de alguns contratempos sofridos pelo Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires em matérias de padroado, Frei Luís de Sousa afirmaria: «gozam muitos senhores em

Arcebispo de Braga. Por sua vez, quando as paróquias integravam várias povoações, podia o vigário ser auxiliado no múnus espiritual por um capelão que devia assegurar o culto e ensino da doutrina às comunidades anexas, junto das quais residia em permanência. Nestes casos, era da competência do vigário o pagamento ao capelão, sendo certo que tais meios deviam sair dos rendimentos do primeiro.

Contudo, quando estava em causa a realização de obras na capela-mor ou a sua ornamentação, era sobre a pessoa do comendador que recaíam tais obrigações já que o seu estatuto lhe permitia beneficiar dos principais rendimentos da igreja.

Frei Martim Afonso era o prior de S. Mamede de Mogadouro e de S. João Baptista de Penas Roias, tendo sido apresentado para esta ocupação por D. Manuel quando era Duque de Beja. Sabendo-se que esta igreja girava na dependência hierárquica daquela e lançando mão dos procedimentos em uso, também Frei Martim Afonso pode nomear um capelão para a paroquial de S. Mamede, pagando-lhe do seu bolso o respectivo estipêndio.

Em todo o caso, todos se submetiam aos ministros eclesiásticos da arquidiocese de Braga embora as enormes distâncias relativamente à sede e a irregularidade das visitações turvassem algumas vezes tanto a plena aceitação como a execução das medidas correctivas propostas por aqueles delegados.

Nos capítulos de visitação conhecidos não se colhem indícios de que os freires de Cristo, na sua missão fiscalizadora, tomassem medidas ou levantassem quaisquer entraves que pudessem ser tomados como hostis relativamente às orientações produzidas pelos visitadores do arcebispado[20]. Na

---

Portugal de privilégios antigos dos Sumos Pontífices, polos quais têm faculdade de nomearem ministros em muitas igrejas; nomeados, apresentam-se aos prelados e os prelados são obrigados a aceitá-los, como sejam idóneos». SOUSA, Luís de (Frei) - *A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 353

[20] Mas na reforma dos Estatutos efectuada em 1627, já se fala nas «molestias que os Ordinarios dão aos commendadores, principalmente ás commendas novas; porque, como as visitam, alem da fabrica lhes impõem grandes encargos, com que lhes consomem as rendas, e dão oppressão em recorrerem á Mesa de Ordens». Na mesma ocasião, os freires e cavaleiros de

igreja de S. Martinho do Peso seriam mesmo os freires oriundos de Tomar a estabelecerem uma multa de 2.000 reais a favor do convento desta cidade como forma de pressionarem os moradores a apressarem a encomenda de uma cruz de prata que, em visitação anterior, o representante do Arcebispo de Braga[21] tinha mandado fazer. A mesma linha de orientação saía reforçada pela determinação que, respeitando de modo particular ao comendador das igrejas de Castelo Branco, Bemposta e S. Martinho do Peso, ia no sentido de se cumprirem as obras[22] já estipuladas nas visitações que os visitadores do Arcebispo de Braga tinham efectuado nestas igrejas.

Em todo o caso, no conjunto das diversas disposições exaradas pelos freires visitadores, algumas não deixam dúvidas sobre a forma como o comendador era avaro em dispender parte das suas rendas na conservação material das igrejas e nos objectos de culto. Mas em 1507, pelos sinais que se conhecem, tudo indica que o comendador de S. Mamede não alcançou a benevolência dos visitadores porque estes ao mostrarem firmeza nas decisões produzidas não ocultaram a pretensão de difundirem a ideia de ser conveniente a introdução de correcções em práticas e modelos de comportamentos que com facilidade atingiam a relaxação..

Nestas circunstâncias previa-se a possibilidade de se limitar a acção do comendador, impedindo-o de administrar directamente a totalidade ou parte dos bens e rendimentos da igreja que, assim, se consideravam «socrestados».

Tomar tentaram obter do Papa um Breve «para que os Ordinarios, nem seus visitadores» visitassem as igrejas das comendas nem as suas fábricas. *Definições e Estatutos dos cavalleiros e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*, in «Colecção Chronologica da Legislação Portugueza (1620-1627), compilação e anotações de José Justino de Andrade e Silva, Lisboa, 1855, p. 233

[21] «(...) so pena de dous mil rreais pera o convento de Tomar. E so a dicta pena lhes foy mandado que façam a cruz de prata que tem pera fazer segundo lhes he mandado pella visitaçam do arcebispo». DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, Coimbra, 1979, p. 43

[22] «Virom os dictos visitadores as visitaçooes do arcebispo feitas nas dictas egrejas, e mandaram que se comprisse todo o que nellas he contheudo». DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, Coimbra, 1979, p. 46. Contudo, omitiu-se a natureza das realizações impostas pelos representantes do arcebispo.

A privação de direitos implicava a nomeação de outra pessoa para fiel depositário das rendas, a qual podia acumular a tarefa de mandar fazer as obras que tinham motivado a penalização. Contudo, como muitas vezes tais obrigações passavam simplesmente para os vigários das igrejas, importava obstar a que os laços de dependência pessoal pudessem desencadear interferências não desejáveis. Por isso, o vigário devia ser escrupuloso no cumprimento das determinações estipuladas já que, caso contrário, além da ameaça da pena de obediência, podia sofrer a multa de 50 cruzados e ver-se privado da igreja em que estava colocado. No essencial eram estas as medidas que se consideravam mais capazes para, no quadro descrito, se evitar a transferência de qualquer parcela dos rendimentos de uma igreja para o comendador e, ao mesmo tempo, se criarem as condições necessárias para o início das obras que os freires de Cristo tinham entendido como de realização prioritária.

Simultaneamente era importante que se esfriassem potenciais tentações do comendador para pressionar os clérigos das igrejas dependentes. Assim , sob pena de obediência e suspensão da comenda, proibia-se-lhe que nem «per si nem per outrem» tivesse acção alguma que condicionasse os actos do vigário quando tratasse de dar satisfação às obras[23] impostas. Teoricamente e com o mesmo espírito, perante a constatação ou o desenvolvimento de qualquer tentativa que pudesse ser considerada impeditiva daquele desiderato, determinava-se que o vigário desse imediato conhecimento da situação ao monarca ou aos visitadores.

Diga-se, no entanto, que o comendador não ficava impossibilitado de desencadear, por iniciativa própria, a concretização das obras recomendadas. Embora, como já foi dito, ficasse impedido de movimentar quantias ou bens da igreja com os quais pudesse realizar pagamentos, a quebra de confiança não ia ao ponto de fazer da insensatez lei.

---

[23] DIAS, Pedro - *ibidem*, p. 45

Mas, como muitas vezes o comendador não aceitava a totalidade das responsabilidades que lhe cabiam, era na mão do vigário que as rendas da igreja ficavam retidas, sabendo-se que nem sempre era fácil reunir as quantias necessárias, razão pela qual se programava a retenção dos rendimentos futuros de uma ou mais igrejas. Deste modo, só depois de estarem as obras executadas e garantido o seu pagamento é que o comendador voltava a ter poder de decisão.

Enquanto rendimentos principais, o pão, vinho e azeite comprovam a importância concedida à posse de terras aráveis e o trabalho desenvolvido no arroteamento de encostas com boa capacidade solar. Por isso, compreendendo-se a apetência dos estamentos nobre e clerical para a sua detenção também se vislumbram outros efeitos, os principais dos quais foram enunciados por Vitorino Magalhães Godinho que, entendendo que as comendas eram «afinal atribuições do usufruto de bens de ordens religioso-militares[24]», acrescentava o facto dos seus rendimentos espevitarem progressivamente a ganância na nobreza que, deste modo, tinha ao seu alcance a possibilidade de aumentar um património com rendas seguras. Por outro lado, este estrato social, falho de uma mentalidade empreendedora e escudado nos privilégios de condição, ao não se sentir obrigado a retribuir ao sector produtivo acabava por bloquear os mecanismos económicos fundamentais.

Ainda em relação com o peso das comendas na sociedade portuguesa, privilégios e impunidade quase geral dos seus titulares, são reveladoras as palavras que o biógrafo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires atribuiu a um dos conselheiros do arcebispo quando este, voluntarioso na aplicação das novas orientações promulgadas em Trento, manifestou a sua vontade de visitar as igrejas das Ordens Militares existentes no arcebispado:

---

[24] GODINHO, Vitorino Magalhães - *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Editora Arcádia, 1980, p. 93

«não condenamos querer Vossa Senhoria sojeitar à visita episcopal todas as igrejas dos padroados e Ordens Militares. Santo e pio é tal intento e mui justo que entendam os comendadores que têm as igrejas e as rendas delas em encomenda e como feitores delas, e não em propriedades e como senhores e, conhecendo este título, sirvam e ornem e afermoseem as igrejas do que é verdadeiro património delas; e o que restar, isso gozem eles [...]. Mas pera chegar isto a efeito temos um mar no meio, tão largo e perigoso[25]».

Neste mar era fácil adivinhar muitas dificuldades no combate aos interesses instalados. Daí a qualificação por parte do conselheiro de «causa tão nova e tão árdua[26]», conhecedor que era da dose de coragem e do esforço necessário para se contrariarem as práticas instituídas, as quais, quase sempre baseadas na cedência de rendimentos eclesiásticos tanto a clérigos como a leigos[27], originavam uma elevada percentagem de absorção dos rendimentos eclesiásticos.

Por isso, o relato do estado das igrejas na região do Barroso tem interesse para a compreensão desta realidade:

«entrou nelas (o Arcebispo), visitou-as e, achando-as desbaratadas e pobríssimas de tudo o que pertencia ao culto divino, fez socresto nos fruitos da comenda e mandou-as ornamentar do necessário[28]».

---

[25] SOUSA, Luís de (Frei) - *A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 347

[26] SOUSA, Luís de (Frei) - *A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 348

[27] Os Estatutos de 1627, sancionaram práticas anteriores. Nestes termos, os ideais da clero e da nobreza confundiam-se já que a «primeira e principal obrigação dos Cavaleiros desta Ordem é pelejar contra os inimigos da Cruz de Cristo [...] estando sempre promptos com suas armas para favorecer e servir a Santa Igreja Catholica [...]. Pelo que com esta obrigação, logra cada um, e converte em seus usos as rendas que tem da Ordem [...] e para este effeito são obrigados os commendadores, e Cavalleiros, a ter sempre as armas necessarias para a guerra, segundo sua possibilidade, e as rendas que tiverem da Ordem, ora seja para servir a cavallo, ora de soldado a pé». *Definições e Estatutos dos cavalleiros e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*, in «Colecção Chronologica da Legislação Portugueza (1620-1627), compilação e anotações de José Justino de Andrade e Silva, Lisboa, 1855, p. 201

[28] SOUSA, Luís de (Frei) - *A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 349

Suficientemente elucidativas estas notas respeitavam a igrejas de S. João de Malta. Contudo, a validade do seu conteúdo mantinha-se para as igrejas da Ordem de Cristo[29], cujos titulares, igualmente ciosos dos ancestrais privilégios, revelavam dificuldade na aceitação[30] destas inovações que, com o seu exemplo, o Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires pretendia ver continuadas.

1.1 As igrejas

Pelo conjunto das notícias constantes no relatório das visitações dos freires de Cristo mostra-se que a organização planimétrica dos templos se estruturava em função da cabeceira, onde estava a capela-mor, e do espaço que formava a nave.

De pedra e barro eram os materiais constituintes das paredes da capela-mor as quais, de um modo geral, eram exteriormente rebocadas com cal enquanto se apresentavam «mal cafeladas» interiormente. Se o recurso à utilização de pedra e barro para se levantarem as paredes das capelas maiores parece ser a norma, a igreja de Penas Roias pertencia ao número das excepções por ser construída «de boõa cantaria». Já na ousia da igreja de S. Mamede de Mogadouro, objecto de uma campanha de obras contemporânea da visitação[31], este material reservou-se apenas para as esquinas visto que, para se crescerem os paramentos, continuaram a seguir-se os tradicionais processos técnicos da alvenaria e barro.

Assim, o emprego de cantaria nos cunhais da capela-mor - quando no corpo da igreja se recorre à técnica de alvenaria insossa - apresenta-se como o

---

[29] «O mesmo fez em outras da Ordem e hábito de Cristo». SOUSA, Luís de (Frei) - *ibidem*, p. 350

[30] «assi foi procedendo por toda a parte, sem aceitação de pessoa, colégio nem mosteiro, com gèral [sic] espanto de toda a terra, que não estava acostumada a ver tão grandiosos espíritos». SOUSA, Frei Luís de - *ibidem*, fl. 350

[31] «Virom a oussia da dicta egreja ora novamente feita». DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 33

reflexo das preocupações com a consistência estrutural de um espaço com uma forte carga simbólica e grande importância funcional que os visitadores implicitamente sublinhavam nas imposições a que os titulares das comendas ficavam obrigados.

Num ambiente de ruralidade quase absoluta seriam vários os condicionalismos daí decorrentes. Em todo o caso, faltam-nos elementos de comparação que nos permitam a compreensão plena da qualificação atribuída às cabeceiras das igrejas de Bemposta e de S. Martinho do Peso que se classificavam como altas e espaçosas. Dando igualmente nota destas qualidades, a ousia da igreja de S. Mamede de Mogadouro, apresentava uma cobertura de quatro águas e superiorizava-se relativamente à altura do corpo da igreja.

As informações relativas à ocorrência de aberturas são escassas. Na igreja de S. Pedro de Bemposta, entre as «cousas que mandarom fazer e poer» os visitadores ao comendador, refere-se uma fresta que devia ser rasgada «na parede da parte do abrego» e de modo a que desse «lume ao altar», mandando-se, ao mesmo tempo tapar a abertura «que estaa(va) no telhado». A ideia de um interior mal iluminado, particularmente na cabeceira, parece não encontrar confirmação na atmosfera de S. João Baptista de Penas Róias. Neste templo os visitadores, ao ordenarem que se diminuísse o vão da fresta existente na ousia, tinham como finalidade embaraçarem as possibilidades de alguma pessoa poder penetrar na igreja, embora acautelando a entrada de luz necessária para iluminar o altar.

Na capela-mor da igreja de Castelo Branco, «posto sobre mociço[32]», recortava-se o altar sobre o qual estava a imagem da padroeira Santa Maria que seria qualificada como velha e mal pintada. Tal como nesta igreja também nas de Bemposta, Mogadouro, Penas Roias e S. Martinho do Peso se tinham

[32] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 25

edificado altares robustos ainda que pela qualidade dos materiais empregues pudessem existir ligeiras diferenças entre uns e outros.

Onde havia diferenças era no número de degraus que serviam a mesa do altar, as quais parecem também traduzir a disponibilidade de espaço nas capelas maiores. Sabendo-se que o templo de Penas Roias apresentava um único degrau na capela-mor, o de Bemposta que era «cafellado com cal[33]» implantava-se numa cabeceira desafogada no meio de um patamar ao qual se acedia por três degraus de pedra. Por sua vez, na igreja de S. Mamede de Mogadouro, sabe-se que os degraus eram «bem feitos», em número de quatro e se desenvolviam a toda a largura da ousia, ocupando a totalidade do espaço entre uma e outra parede.

No presbitério da paroquial de Santa Maria, igreja que era cabeça da comenda de Mogadouro, o nivelamento da superfície do pavimento não era característica que pudesse servir de motivo de orgulho aos seus fregueses, uma vez que se definia como «nom muito plano[34]» e estava revestido de lousas, ou piçarras. Por isso, entre as determinações dos visitadores destaca-se a que ordenava ao comendador de Santa Maria de Castelo Branco que fizesse rebaixar o pavimento da capela-mor, de maneira a que depois do seu nivelamento fosse possível fazer um degrau ao altar.

A indicação para se «lagear ou ladrilhar a dita oussia» da paroquial de Santa Maria seria repetida dias depois nas igrejas de Penas Roias e de S. Martinho do Peso. Nesta apontar-se-ia mesmo a conveniência em fazer anteceder esta operação de uma outra que consistia em se «entulhar a oussia da dicta egreja no andar do tavoleiro de çima[35]». Portanto, esta orientação mais uma vez deixa ver que a regularidade dos pavimentos das cabeceiras não era uma regra geral.

---

[33] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 28
[34] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 25
[35] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 42

Neste espaço merece destaque a ordem para se retirarem os poiais[36] que estavam construídos na capela-mor de Santa Maria. Embora a razão de tal procedimento se tenha omitido, talvez haja relação com a vontade de se ganhar mais algum espaço ou então eliminar a razão de eventuais limitações de movimentos. Note-se, contudo, que a presença no interior das igrejas destes bancos de pedra parece ser relativamente corrente. Podendo também assinalar-se a presença destes elementos[37] na capela-mor da igreja de S. Pedro de Bemposta, a sua construção parece não se ter restringido às cabeceiras. De facto, um capítulo de visitação deixado aos fregueses de S. Martinho, impondo-lhes a obrigação de mandarem «fazer poyaaes boons e bem feitos pera ella em que se assentam os homens[38]» seguida da indicação de que fossem «cafellados e pinçelados com cal[39]» parece comprovar que também nas naves se colocavam assentos líticos, embora a instrução não clarificasse com exactidão onde se deviam introduzir tais melhoramentos. Mas como as obrigações abrangiam a totalidade das obras efectuadas no corpo da igreja dificilmente os moradores iriam construir os bancos fora da nave tanto mais que, levando-se em linha de conta que quaisquer obras na capela maior caíam na esfera de competências do comendador, também se devem ter presentes algumas restrições impostas a seculares como a de poderem ouvir missa sentados na cabeceira.

Por iniciativa própria, o comendador Frei Duarte de Sousa mandou proceder a alguns trabalhos no tecto da capela maior da igreja de Santa Maria, justamente na altura em que se realizou a visitação. Por este motivo

---

[36] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 27

[37] Nesta igreja, provavelmente por haver mais espaço disponível na capela-mor, os visitadores ordenaram ao comendador que mandasse «cafelar e pincelar os poyaaes que estam na oussia». DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 31

[38] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 43

[39] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 43

apresentava-se «olivellada de novo de olivel de pinho sobre as asnas[40]», sistema que se sabe ter sido usado na igreja de Penas Róias

Também nas capelas maiores de S. Pedro de Bemposta, , S. Martinho do Peso e Mogadouro se tinha verificado algum investimento em forrar o tecto, aplicando directamente sobre o madeiramento do telhado «ripa juncta. Se atendermos aos materiais, no conjunto das igrejas que vimos tratando, a igreja de Mogadouro, «olivellada de dentro de olivel de castanho sobre as asnas em quatro aguas[41]», pertence ao número das excepções já que nas maioria dos casos se recorreu à aplicação de madeira de pinho.

Em todo o caso, os tectos das ousias eram sempre objecto de cuidados particulares não somente por serem protegidas com forros de madeira mas ainda porque, como se exemplificava na igreja de S. Martinho do Peso, se aproveitavam estas superfícies para se introduzirem sinais de definição de uma hierarquia espacial interna que, no entanto, também transmitia uma nota de alegria que acentuava a veneração devida ao altar-mor[42].

Mas as pretensões de emprestar maior solenidade às cabeceiras esmoreciam quando se passava para as naves dos templos. De acordo com as informações conhecidas, nestes espaços apenas a superfícies aéreas correspondentes aos altares eram eram forradas «com huum pouco de olivellado de ripa junta», como na paroquial de S. Pedro de Bemposta, ficando à vista a totalidade da estrutura que suportava o telhado.

Por conseguinte, nos inícios do século XVI nunca se considerou qualquer programa que contemplasse coberturas abobadadas para as igrejas associadas à comenda velha de Santa Maria de Castelo Branco, a cabeça da comenda de Mogadouro. Nesta vila, durante o último quartel do século XVI, a igreja paroquial de S. Mamede iria ser palco de intervenções técnicas que

---

[40] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 25
[41] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 33
[42] Na vitação efectuada à igreja de S. Martinho do Peso mandava-se «pintar de coores o olivel da dicta oussia». DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 43

alteraram substancialmente a sua configuração e modo de organização interna visto que o corpo da igreja passou a repartir-se em três naves e a cabeceira passou a ostentar uma cobertura abobadada com robusta nervagem de perfis simples onde algumas de combados descrevem caprichosas curvas.

No plano das responsabilidades, trata-se de obras em que os respectivos titulares não se confundiam numa mesma pessoa embora se possa admitir a possibilidade de em alguns momentos poder haver ideias coincidentes por parte dos principais protagonistas. Assim, os custos com as cabeceiras seriam suportados pelos titulares da comenda enquanto as obras do corpo deviam ser pagas pelos fregueses. Os fechos da abóbada da capela-mor desta igreja, ao tornarem visíveis tanto a Cruz de Cristo como as armas dos Távoras, esclarecem a qualidade dos donos da obra embora, em rigor, pouco se adiante quanto à cronologia da sua realização.

Diferente foi o processo relativo à transformação do plano da nave ocorrido na sequência de alguns sucessos que um documento[43] da Chancelaria de D. Filipe I reflecte. Trata-se de um despacho, datado de Maio de 1582, a uma petição dos fregueses da matriz de Mogadouro, concedendo-lhes a possibilidade para se lançar uma «fimta pelos freygueses da dita igreja de São Mamede da comtia de 200000 reis pera com elles se fazerem as obras da dita igreja[44]».

Prevendo que a arrecadação de capital durasse dois anos, o mesmo diploma régio não consentia que o produto arrecadado pudesse ser derivado para finalidades diferentes. Com este intuito, atribuíam-se ao provedor da comarca de Miranda competências para poder acompanhar o lançamento da finta e, posteriormente, vigiar o modo como se gastava o dinheiro apurado.

Pelos aspectos funcionais a sacristia é um espaço necessário ao serviço do culto, pois não só permitia a arrumação e guarda dos paramentos, alfaias

---

[43] Publicado por VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 457
[44] VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. III, p. 457

litúrgicas e papéis da igreja como também possibilitava que os clérigos se recolhessem para meditação nos momentos que antecediam o culto e se paramentassem ao abrigo dos olhares dos fiéis. Na visitação efectuada à igreja de Santa Maria, deu-se conta da presença «dentro na dita oussia (de) huua casa de thesouro[45]» a qual, sendo de reduzidas dimensões, tinha cobertura de telha vã. Apesar da relativa ambiguidade desta notícia, nada obsta a que a casa do tesouro possa ser relacionada com a sacristia e, particularmente, com as obras que os visitadores impuseram ao comendador, entre as quais se considerava a importância concedida à sacristia cujas paredes importava «cafelar e pinçelar» interiormente enquanto se escalonavam outras intervenções como «forrar o tecto com tavoado e fazer nella huum arcaz çarrado ou almario em que estem guardados os livros e ornamentos cotidianos e sobre que se revistam os saçerdotes[46]».

Numa altura em que muitas, senão a maioria, das igrejas não contemplavam a existência destes compartimentos, registe-se a sua presença nas igrejas pertencentes à Ordem de Cristo da comenda de Mogadouro.

Em Bemposta, na igreja S. Pedro, na «parte direita da dicta oussia» identificou-se a existência de uma «samcristia asaz desguarneçida[47]» que era pretexto para se avivarem as obrigações do comendador em suportar alguns gastos, nos quais se compreendia a obrigação de «cafelar e pinçelar» interior e exteriormente a sacristia. A este espaço também o comendador ficava obrigado a «levantar o portal della e poerlhe boõas portas fechadas e a fara fazer bem chaam e poer dentro nella o arcaz que esta na oussia, sobre que se rrevistam os saçerdotes[48]».

Também na paroquial de Mogadouro a entrada para a sacristia se fazia a partir da capela-mor. Todavia, na ocasião em que se efectuou a visita, havia,

---

[45] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 25
[46] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 28
[47] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 29
[48] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 31

segundo parece, algumas impossibilidades na sua utilização por serem evidentes os problemas decorrentes das acanhadas dimensões do seu portal. Contudo, o maior de todos resultava, sem dúvida, do facto de não ter telhado. Esta ocorrência dever-se-ia ao facto da campanha de obras a que a igreja estava a ser submetida. Por esta razão ordenava-se que se terminassem as obras e que se pusesse o telhado e o forro à sacristia. Mas, ao contrário de exemplos anteriores, saliente-se que estas obras deviam correr por conta dos fregueses.

Definindo a separação hierárquica no espaço eclesial, o arco cruzeiro assinalava igualmente as diferenças simbólicas e funcionais que justificavam a existência numa igreja da capela-mor e das naves. Pelo seu lançamento, o arco da igreja de Castelo Branco qualificava-se como um «arco boom de pedraria». Tendo sido objecto de cuidados decorativos, na face voltada para o altar maior não teve um tratamento que se superiorizasse a uma tosca preparação; mas a face visível da nave era revestida com pinturas. Também na igreja de Bemposta se recortava «huum boom arco de pedraria» no qual se patenteavam além de um crucifixo as imagens de vulto ,mas já velhas, de Nossa Senhora e de S. João[49].

Dos vários capítulos de visita respeitantes à igreja de S. Martinho do Peso merece destaque o que impunha ao comendador a obrigação de «fazer ao arco huum degraao de pedraria e huum escabelo mais baixo outrosi de pedraria, e guarnecer ho dito arco muito bem[50]». O interesse principal decorre do facto de se pretender vincar a transição da capela-mor para a nave com a introdução de uma diferença de nível no pavimento que o degrau representava. Na paroquial de Mogadouro, igreja que em meados de Novembro de 1508 se referenciava como «ora novamente feita», assinalava-se a presença de um arco triunfal «grande de pedraria novo e bem feito», onde se

[49] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 29
[50] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 43

deviam colocar «huuas boõas grades bem feitas[51]», as quais tinham o efeito imediato de acentuarem a demarcação entre a nave e a capela-mor.

Merecendo sublinhar-se a ausência do transepto, denominador comum que continuará a tipificar as igrejas da diocese, acrescente-se que esta circunstância contribuía para acentuar o efeito longitudinal da planimetria destes templos cujas volumetrias recusam sempre a monumentalidade.

Quando se atenta à configuração espacial deste conjunto de igrejas transmontanas que nos inícios do século XVI dependiam da autoridade da Ordem de Cristo, merece destaque o plano da igreja de S. Pedro de Bemposta por se afastar do modelo dominante de nave única. De facto, a indicação de que «o corpo da dicta egreja [...] tem no meyo dous esteos de pedra[52]», não constitui apenas uma singularidade tipológica já que, no que respeita aos elementos de suporte, a preferência concedida aos pilares, provavelmente construídos de alvenaria, como as paredes, nos quais repousava o madeiramento do telhado que, tudo o indica, seria de duas águas, e o facto do uso de colunas ser relegado para plano secundário, antecipa uma linha de preferência que marcará arquitectonicamente os tempos futuros.

Definidas por paredes construídas com pedra e barro raramente rebocadas nas superfícies interiores, os paramentos das naves das igrejas paroquiais nem sempre apresentam um tratamento em que se evidenciassem diferenças muito significativas por comparação com as cabeceiras, onde se exigia maior investimento. Na ausência de elementos geradores de focos de animação, onde se compreendiam a reduzida dimensão e o pequeno número de aberturas, os muros forneciam o suporte para se patentearem algumas pinturas murais de intenção didáctica. Sendo possível assinalar variações nesta matéria, acrescente-se que manifestações artísticas de idêntico teor eram ainda visíveis durante o século XVIII em várias igrejas transmontanas, altura

[51] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 35
[52] DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, Coimbra, 1979, p. 29

em que as determinações dos visitadores sobre a «decência» das imagens lograram vencer todas as resistências.

Quadro 1

Ano Localidade	Algumas pinturas murais em igrejas	Fonte
1588 Amendoeira	Na «Mendoeira ate a permeira visitação [...] no outão da parede pintarão a imagem do oraguo a modo de retabolo per mão de bom official».	A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 41
1607 Sarzeda	«Aos 12 de Setembro de 1607 se assentou em Cabido que se mandasse pintar hum retavolo ao fresco na parede da igreja de Sazedas [sic] e que o Daião se consertasse com o pintor e que o Cabido pagara com o que se concertar [sic].	A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 14
1624 Bouça	«Os freiguesses ate a primeira visitação mandarão branquear as imagens do corpo da igreja ate os altares collaterais pena de duzentos reis [...] e não tornarão a pintar outras sem mandado do senhor bispo».	A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.
1624 Edroso	O fabriqueiro e fregueses «mandarão branquear a igreja assi a capella como o corpo da igreja apagando todas as pinturas das paredes per não estarem em forma decente».	A.P.E., *Libro de visitaçois da igreja de Sancta Marinha do lugar de Hedroso*, s/fl.
1628 Sampaio	«vi a ermida do Spirito Santo e me parece estar bem situada e accomodada tem per de dentro as paredes muito bem branqueadas boas portas com fechaduras e o altar bem concertado com suas pinturas a modo de retabollo».	A.D.B., Mitra, Cx. 39, doc. nº 149
1634 Edroso	«Na igreja de S. Simão não há figura santa algua mando aos fregueses que tirado o retabelo velho mandem pintar hua figura do glorioso S. Simão».	A.P.E., *Libro de visitaçois da igreja de Sancta Marinha do lugar de Hedroso*, fl. 23
1637 Quinta Guimaras Corujas	«sobre o altar (*) do retabollo estava pintada na paredeo templo a imagem do Senhor Santo Antão Abbade»	A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. 134
1662 Lagoa	«o reverendo padre Lourenço Gonçalves [...] instituio hua capella, ou altar das Almas que he nicho na parede da igreja de Sam Martinho do dito lugar de Lagoa que he a matris [...] estando feito o dito altar, e ornado de pintura, ou retabolo».	A.D.B., Mitra, Cx. 37
1693 Vale de Prados Grande	«O padroeiro da capella de Nossa Senhora da Conceição mandará pintar a dita capella com hua imagem de Nossa Senhora».	A.D.B., PRQ.,, Cx. 6, Lv. 58, fl. 6
1697 Vale de Prados	«O padre cura [...] e o administrador da capella de Nossa Senhora mandara branquear as paredes de sorte que fiquem cubertas as	*idem*, Cx. 6, Lv. 58, fl. 20v

Vale de Prados Grande	pinturas que tem tão malfeitas que incitão ao rizo e não movem a devoção».	
1699 Espinhosela	Os fregueses «mandarão branquear a capella e igreja de S. Sebastiam por dentro e pintar na parede dos altares e no de Santa Anna huas imagens novas».	Arq. Paroq. de Espinhosela, *Lv. de visitaçois e pastorais da igreja de Santo Estevão*, (1674-1762), fl. 43v
1699 Oleiros	Os fregueses «mandarão reformar e pintar bem por mão de bom pintor as imagens que estão pintadas nas paredes assim da parte de dentro como de fora da capella por estarem indecentes e provocarem mais o rizo que a devossão».	Arq. Paroq. da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Gondesende *(1685-1793)*, fl. 26
1699 Gondesende	Os fregueses de Gondesende «mandarão forrar a capella do dito Santo (André) e pintar huns santos nos altares coletrais».	*idem, ibidem*, fl. 26
1700 Santulhão	Os fregueses «mandarão acabar de branquear, e revocar a igreja pella parte de dentro, em forma, que não fiquem as pinturas a apparecer».	A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 103 A, fl. 1v
1717 Argoselo	«A capella de Santa Cruz que he do povo se mandará branquear por dentro de sorte que não apareção as pinturas que estão nas paredes».	Arq. Paroq. de Argoselo, Lv registo de visitas e pastorais (1698-1758), fl 22v
1728 Serapicos	«Achei tambem que a capella do dito sancto (Sebastião) que se acha fora do lugar não esta com a devida decencia [...] mando que o mordomo das esmollas que tirar mande telhar a dita capella, e revocar do que lhe for necessario e mandara outrossim branquear por dentro e por fora sem lhe deixar pinturas alguas nas paredes por estarem com pouca decencia».	*ibidem*, Cx. 4, Lv. 31, fl. 6
1727 Alvites	«O administrador de Santa Maria Madalena do lugar [...] mandara branquear a capella por dentro extinguindo todas as pinturas que nella há que por indecentes podem causar irreverencia».	*idem*, Cx. 7, Lv. 70, fl. 16
1732 Alvites	«O administrador da capella de Santa Maria Madalena [...] mandara branquear por dentro, e por fora branqueando tambem as pinturas que tem por dentro, ou renovando as de tintas novas».	*idem*, Cx. 7, Lv. 70, fl. 23
1743 Parada	«a capela de Nossa Senhora da Conceição sita nesta mesma igreja (matriz) [...] julgo emcapas [sic] [...] emquanto não estiver com asseio necessario e as patredes branquiadas; o que tambem se fara na capela dos Reis cobrindo de cal aquellas penturas».	*idem*, Cx.2, Lv. 14, fls. 64-64v
1746 Serapicos	«Os administradores da capella de Santa Crus mandarão [...] revocar e branquear as paredes cobrindo de cal as pinturas da mesma parede»	*idem*, Cx. 4, Lv. 31, fl. 31

Pesem embora os fenómenos devocionais, em regra as economias familiares aconselhavam contensão nas despesas e simplicidade de processos nas empreitadas. Por isso, no momento em que se levantavam os alçados, em

matéria de fornecimento de materiais, seguia-se a via da valorização dos recursos e possibilidades do local que desde logo reduzia os gastos com o corte e transporte de cantaria, sempre elevados quando as pedreiras se situavam em zonas afastadas da obra.

Outro aspecto que terá interesse destacar associa-se com os rebocos das paredes, mormente nas faces externas, o que implicava a necessidade de utilização de cal para cobrir as superfícies parietais. Podendo servir este material como um importante ligante na consolidação dos muros, importa realçar outras propriedades já que se por um lado os impermeabilizava também, pela película branca, destacava os templos face às tonalidades de terras dominantes na paisagem, com as quais se mesclava o cromatismo dos xistos e a pátina barrenta do ligante utilizado na construção do casario

No espaço da nave contavam-se sempre dois altares que tanto se podiam organizar aos lados do arco triunfal, como em Santa Maria de Castelo Branco, ou nos ângulos, portanto com uma disposição oblíqua relativamente ao plano da parede, como em S. Pedro, na povoação de Bemposta.

Sobre a existência de capelas particulares nas naves não se conhecem quaisquer notícias. O mesmo se poderá dizer das aberturas de iluminação.

Com excepção da zona dos altares, para os quais, como já se viu, se protegia por um tecto de madeira, tudo aponta para que o corpo das igrejas contasse geralmente com uma cobertura de telha vã que assentava directamente no madeiramento como na de S. Martinho do Peso[53]. Por conseguinte, quando se trata da estrutura física da edificação, a elementaridade de meios parece ser nota dominante.

O plano da nave contemplava um lugar para a administração do sacramento do baptismo. As indicações sobre a existência de um espaço físico destinado a baptistério nas paroquiais da comenda de Mogadouro são

[53] «O corpo da dicta egreja estaa madeirado e cuberto de telha vãa mal telhado». DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 42

limitadas. Contudo, ainda que este não dispusesse de espaço próprio que permitisse a sua individualização não significa que as igrejas não tivessem pia baptismal. Na verdade, em resultado dos capítulos de visitação apenas a pia baptismal concentra as atenções quando está em causa a posição que ocupa na igreja. A igreja de Castelo Branco, regista-se, «tem a huum canto huua pia de baptizar[54]» adiantando-se que tinha uma cobertura, provavelmente de madeira, e que - sinal de proeminência - assentava sobre uma plataforma ou sobre um degrau que a rodeava.

Também na igreja de Bemposta se percebe que a pia baptismal estava num dos ângulos da nave perto da entrada principal. De resto, sendo impraticável a sua localização em frente da porta pelos incómodos que não deixaria de causar, os ângulos revelar-se-iam mais apropriados. Mesmo assim, apontando-se a existência do coro sobre a entrada principal também se assinalava que o posicionamento da pia baptismal estava «debaixo delle», informação que afasta a possibilidade do baptistério ocupar um espaço que se evidenciasse para o exterior do corpo das igrejas. Por outro lado, decorrendo do facto dos altares da nave ocuparem sempre a zona de intersecção dos apoios do arco triunfal com os alçados laterais a área reservada aos baptizados relegava-se para as proximidades da entrada principal dos templos, onde por questões essencialmente práticas se situava «a huum canto». Nas paroquiais de Mogadouro e de S. Martinho do Peso assim era.

Marcando distanciamento com este princípio prático mas aparentemente sem qualquer razão plausível tanto os fregueses como o prior da igreja de S. João Baptista de Penas Roias não pareciam incomodados por terem «a pia de baptizar quasi no meyo da egreja[55]». Por sua vez, os visitadores, mostrando diferente entendimento ainda que sem avançarem qualquer explicação, não hesitaram em exigirem aos moradores que fizessem

[54] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 25
[55] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 37

«tirar a pia de baptizar do logar honde estaa[56]» enquanto apontavam a deslocação para o «canto da egreja» sem, contudo, especificarem se a opção ia no sentido da eleição do lado do evangelho. Contudo, parece poder concluir-se que o espaço dedicado à administração do baptismo não se tornava saliente para o exterior do plano da nave,

Embora a igreja paroquial de Santa Maria ostentasse além da abertura principal mais duas portas travessas, a presença apenas de duas entradas como nas igrejas de Bemposta, Mogadouro, e S. João Baptista de Penas Roias era mais corrente. Relativamente ao modo como se configuravam os portais as informações são omissas. Contudo, a avaliar por alguns testemunhos existentes, o figurino de arcos de volta redonda - Castelo Branco - ou apontado - S. Martinho do Peso - sobre ombreiras simples devia ser o mais comum. As condições sócio-económicas, esfriando potenciais pretensões a desenvolvimentos arquitectónicos de envergadura, determinaram o alcance dos empreendimentos, delineados por concepções muito presas a valores pragmáticos. Para a sua fábrica recorrer-se-ia ao emprego de cantaria talhada em lancis, empregue nas ombreiras, e em volumosas aduelas para os arcos nos quais, sob o ponto de vista decorativo, não se encontrou maneira de combater os efeitos da parcimónia.

Outro elemento arquitectónico que marcava presença nas igrejas visitadas pelos templários era o campanário, em cuja espadana quase sempre se abriam dois vãos para outros tantos sinos. Construído de pedra e barro, podendo em alguns casos ser rebocado com cal, a relação dos campanários com a estrutura da igreja podia sofrer algumas variações.

Na paroquial de Santa Maria, por estar «arredado da dicta egreja[57]» configurava-se como um campanário isento. Idêntica ocorrência também se registava na paroquial de S. Mamede de Mogadouro, igreja em que a massa do

[56] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 39
[57] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 26

campanário se perfilava a um dos lados da capela-mor «sobre huua rocha de penedos». Entre as razões que podem explicar o afastamento da sineira relativamente à igreja poderão estar algumas preocupações relativas à estabilidade das construções porque os materiais utilizados e as técnicas construtivas podiam não aconselhar um acréscimo de cargas sobre os muros.

Já na igreja de S. Pedro de Bemposta a estrutura dos sinos dispunha-se no plano do frontispício «sobre o portal principal», desenvolvimento que se repetia nas igrejas de Penas Roias e de S. Martinho do Peso, sendo que neste templo o «campanairo (era) d'alvenaria de pedra e barro rebocado de cal com seu arco çarrado, e nelle tem dous sinos[58]».

Porém a simplicidade arquitectónica, muitas vezes a rondar a pobreza, não era exclusiva das igrejas transmontanas já que, por comparação com os templos de outras regiões do país, se pode concluir pela inexistência de variações significativas. Conclusão semelhante pode retirar-se da análise dos desenhos traçados por Duarte d'Armas.

1.2 Algumas estampas do Livro das Fortalezas

Pela cronologia e sobretudo pela natureza das informações prestadas por estas duas fontes históricas, as Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510 e os desenhos do escudeiro de D. Manuel, merecem que nos detenhamos mais demoradamente na aproximação analítica que tais testemunhos possibilitam relativamente à igreja de S. Mamede de Mogadouro. As palavras de Frei Francisco e de Rodrigo Ribeiro, escrivães da visitação realizada em Novembro de 1507, permitem a conclusão sobre a existência de obras nesta altura. O facto de terem sido custeadas pelo prior Martim Afonso poderá querer dizer que a intervenção tenha incidido sobre a capela-mor. Embora se

[58] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 41

desconheça a dimensão da reformulação, tudo aponta para uma resposta positiva por parte do prior às obrigações que, neste plano, lhe competiam já que os fregueses concorriam com os ornamentos necessários ao culto no altar-mor, suportando igualmente as despesas com «toda (a) fabrica e corregimento do corpo da dita egreja[59]», ónus que era extensivo aos dois altares aí existentes e, provavelmente à cobertura da sacristia, como, de resto, se lhes ordenou na referida visita.

Note-se, no entanto, que quando a visitação teve lugar, a capela-mor era mais alta que o corpo da igreja. Por não ter merecido a aprovação dos visitadores seria necessário modificar este figurino de modo a que o telhado da nave ficasse à mesma cota da cobertura da capela maior que, então, tinha a particularidade de se organizar em quatro águas. Para que a determinação fosse possível seria necessário proceder ao crescimento das paredes da nave.

Outro aspecto com significativo interesse resultava do facto do campanário desta igreja ser independente desta edificação, erguendo-se a um dos lados da cabeceira a partir de um afloramento rochoso.

Na vista da vila de Mogadouro, «parte leste», que Duarte d'Armas desenhou é visível a igreja. Na generalidade, e atendendo ao articulado do capítulo de visitas, o desenho coincide com alguns dos elementos descritos, como sejam a cobertura de quatro águas, a diferença de cotas entre esta e a do corpo da igreja e a construção de um campanário isento numa zona rochosa.

A sacristia, por estar «aa maão direita» da capela-mor não é visível na panorâmica traçada por Duarte d'Armas. O mesmo não se pode dizer da espadana com dois sinos que se evidencia relativamente a uma maciça construção que sabemos ser de pedra e barro e possuir um revestimento exterior de cal. Situando-se, pela indicação do capítulo de visita, a «huum lado da dicta oussia», no desenho aparece representada no alinhamento do frontispício. A diferença pode resultar de finalidades práticas, uma vez que se

[59] DIAS, Pedro - *ob. cit.*, p. 34

o campanário fosse desenhado a um lado da capela-mor iria ocultar esta parcialmente e ainda a casa que pela volumetria, número de aberturas e de chaminés não deixa dúvidas sobre a nobreza do seu proprietário de quem, aliás, se indica o nome. O poder e influência do alcaide do castelo de Mogadouro, Álvaro Pires de Távora, fica bem patenteado se atendermos a que a sua alçada também se alargava aos castelos de Penas Roias e de Miranda do Douro.

Da observação do desenho da igreja de Mogadouro parece poder concluir-se por uma ligeira deslocação do eixo da capela maior relativamente à nave. Desta maneira, se admitirmos que o desenho traçado é rigoroso, estamos perante uma concepção planimétrica que também já antes tinha guiado os construtores da vizinha igreja medieval de Algozinho, num eco simbólico do descaimento da cabeça de Cristo quando pregado no madeiro da crucificação.

Além de outros desenhos de praças transmontanas, no espaço que mais tarde pertenceria à diocese de Miranda, Duarte d'Armas debuxou as fortificações e casario de Miranda do Douro, Vimioso, Penas Roias, Outeiro, Bragança, Vinhais e Monforte de Rio Livre com a particularidade de, em alguns casos, se verificarem desencontros pontuais quando se confrontam os desenhos com outra documentação.

Constatando-se algumas diferenças na paroquial de Mogadouro fácil se torna verificarmos que se repetem na matriz de S. João Baptista da vila de Penas Róias. Em relação a esta igreja, na visitação descreve-se a existência de um campanário sobre o portal principal. Mas no desenho de Duarte d'Armas aquele elemento é representado alteando-se acima dos telhados e com uma disposição lateral, indiciando que o seu arranque se fazia a partir de um alçado lateral. Curiosa é a verificação da reduzida volumetria da capela maior, mais estreita e mais baixa, quando comparada com a nave.

Quando o escudeiro de D. Manuel passou por Miranda do Douro ninguém podia prognosticar a elevação do estatuto de vila a cidade ou a sua transformação em sede diocesana, circunstâncias que logo de início iria contribuir para que a pacatez quotidiana fosse quebrada pela chegada de gente desconhecida, pela maior circulação de novidades e pelo alvoroço que o estaleiro da catedral não deixaria de provocar. Pela cronologia, as panorâmicas de Duarte d'Armas ainda não podiam dar conta da transformação urbana que a construção da Sé iria causar e, sobretudo, mostrarem o regresso às fachadas das igrejas de duas torres, as quais, no seu desenvolvimento, viriam a ombrear com as da muralha que envolvia o aglomerado populacional.

No entanto, como que espreitando sobre os telhados do casario é possível descobrir parcialmente a compacta espadana da antiga matriz de Santa Maria na qual, como era costume, se rasgaram dois vãos para se alojarem outras tantas campanas. Como em qualquer das vistas tomadas, a volumetria da igreja mal se destaca do conjunto edificado em que, à semelhança dos aglomerados de alguma importância, se alteiam alguns canudos de chaminés, a conclusão a extrair não pode ir no sentido de se afirmar quer a monumentalidade do corpo da igreja quer da sua capela-mor.

Ao contrário de Miranda do Douro, o casario da vila de Vimioso não encontrou espaço no interior da fortificação de que era alcaide o Cavaleiro da Casa Real, Gonçalo Vaz. De planta quadrada e muros baixos pontuados por troneiras, esta fortificação viu três dos seus ângulos reforçados pela agregação de construções redondas, ameadas e salientes para o exterior da quadra, concepção que evidencia avanços nos métodos de fortificar relativamente às tendências medievais mas ainda insuficientes para determinarem a supremacia do baluarte angular.

Embora no denso conjunto do casario seja visível uma pequena construção religiosa, a referência à igreja matriz seria indicada, a modo de legenda, pela inscrição da palavra «igreja». Sendo certo que na vista de Sueste

os perfis de duas elevações ocultam parcialmente este templo, sempre é possível divisar uma construção composta por dois volumes desiguais, com aberturas de pouco significado, e revestimento de telha nas duas águas do telhado. A utilização de telha na cobertura parece-nos particularmente significativa se atendermos ao facto de em grande parte das construções representadas se recorrer à utilização de matérias vegetais nas coberturas, as quais podiam ser constituídas por colmo, ou seja palha de centeio, ou, em sua substituição, por «escovas», termo ainda corrente no planalto mirandês para designar as giestas.

A panorâmica de NW, sendo a mais completa, confirma as tendências volumétricas praticadas em Penas Róias, ou seja, o peso diferente dos volumes da capela-mor, mais baixa e menos larga que a nave. Neste espaço é visível a fachada, sem campanário, em que se recorta um amplo portal com arco de pleno cintro.

Ao alcaide Gonçalo Vaz, cerca de uma década antes da passagem de Duarte d'Armas, confirmou D. Manuel I uma carta de D. João II concedendo o privilégio de couto «a nossa Torre do Vimioso, com esta declaração que atee vinte homiziados, de quaesquer meleficios em que sejão culpados possão viver em o dito castello e estem ahy acoutados e não sejam presos nem tirados do dito couto[60]». Tratando-se de uma terra raiana, onde os acidentes geográficos que dificultassem a passagem entre os dois lados da fronteira não eram muito significativos, importava fixar os homens porque só assim se desencadeavam os mecanismos capazes de gerar interesses particulares que de algum modo promovessem o reconhecimento e reforço dos sinais da identidade nacional. Mas perante os indicadores de uma fraca densidade populacional não se justificaria a existência de uma igreja paroquial de grande dimensão.

[60] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, Tomo IV, p. 449

A circunstância de Vimioso e o seu termo serem da Coroa e pertencerem ao «patrimonio real» legitimavam que D. João III pudesse conceder[61] esta vila a D. Francisco de Portugal que já em 1516 tinha sido agraciado[62] com o título de Conde de Vimioso. Porém, a passagem desta vila da jurisdição da coroa para a esfera de um senhorio particular parece ter suscitado a oposição dos moradores que, no entanto não tiveram peso suficiente para que as suas pretensões pudessem influenciar a decisão régia em sentido contrário.

Todavia, a mercê concedida a D. Francisco de Portugal, embora compreendesse a doação das igrejas até aí pertencentes ao padroado régio, excluía aquelas «que na dita villa forão tomadas pera as comendas[63]».

Por outro lado, provavelmente ainda durante a primeira metade do século de quinhentos, a igreja matriz desenhada pelo escudeiro de D. Manuel I iria ser deslocada para nova posição, acompanhando assim, ou sendo consequência das transformações de carácter político que a vila estava a sofrer. Implantada inicialmente na rua do Calvário, a igreja matriz seria transferida para o sítio onde agora se ergue, num terreno pertencente a João Mendes Dantas. Em todo este processo parece que este fidalgo, padroeiro da capela da Madalena, fundada em 1521, teve alguma importância porque sendo reconhecido o seu envolvimento na decisão inicial também se enaltece a sua colaboração na fábrica da nova igreja durante os vinte e cinco anos que durou a sua construção[64].

Quadro semelhante pode ser detectado em Outeiro. Nesta vila os moradores, embora ao abrigo do castelo, procuraram o sopé da montanha para a instalação das suas habitações, muitas das quais ostentavam coberturas com

---

[61] A concessão de Vimioso a D. Francisco de Portugal data de 28 de Março de 1543, *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, Tomo IV, pp. 451-453

[62] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, Tomo IV, pp. 450-451; Tomo VI, p. 531

[63] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, Tomo IV, p. 452

[64] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, Tomo VI, p. 546; *idem, Vimioso,* Junta Distrital de Bragança, Coimbra, 1968, p. 214

elementos vegetais. Tal como sucedia noutras localidades, também aqui a igreja matriz, dedicada à Senhora da Assunção, se organizava em dois volumes com campanário e uma escada exterior de rústica factura, guardando alguma distância relativamente à maior concentração de edifícios.

Em Bragança e Vinhais, tal como em Miranda, apenas os campanários são visíveis. Deste modo, a aproximação à configuração da igrejas não é fácil embora se saiba que naquela urbe as duas paroquiais, a de Santa Maria e de S. João Baptista, foram remodeladas durante o século XVI.

O conjunto edificado em Monforte de Rio Livre confinava-se ao interior do perímetro defensivo[65]. Tratando-se de uma pequena povoação, a existência de algumas casas arruinadas permite suspeitar do escasso número de moradores na altura em que Duarte d'Armas por lá passou. Também aqui as coberturas colmadas alternam com aquelas que optaram pela utilização de telha.

A igreja matriz implanta-se nas imediações de um dos panos da muralha mas dentro do recinto fortificado. Sobre os telhados de duas águas e sobrepujando a porta principal alteava-se a espadana com um vão para a garrida. Tal como em Vimioso, em Outeiro e Penas Roias, também a configuração arquitectónica da igreja paroquial de Monforte de Rio Livre manifesta evidente preferência pela organização planimétrica longitudinal com os paramentos, lisos e com escassa fenestragem, a definirem dois volumes desiguais. A articulação exterior destes tem a particularidade de enunciar a organização interior. As proporções volumétricas do corpo da igreja avantajam-se claramente às da capela-mor cujo invólucro exterior nunca

[65] Cerca de dois séculos depois, a fortificação desta vila, «da Coroa, e do bispado de Miranda», era descrita assim: «está situada em huma imminencia, murada com debil cerca, e dentro hum castello com huma levantada torre de cantaria de fórma antiga».Relativamente ao seu peso demográfico, a mesma descrição é suficientemente elucidativa: «tem esta limitada villa quatorze visinhos». COSTA, Carvalho da - *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reino de Portugal*, T. I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, pp. 430, 431

atinge a altura e largura da nave. As cabeceiras são planas e cegas e a presença da sacristia não é visível.

De resto, este esquema construtivo parece não ser exclusivo desta parte do país, já que exemplares com tipologia semelhante podem ser vistos nos desenhos relativos a povoações situadas na longa extensão da linha fronteiriça e em que Alcoutim, Monção ou Vila Nova de Cerveira podem marcar os seus pontos extremos.

Pelos elementos apontados não se evidenciam registos com interesse estético assinalável ou que mostrem o recurso a soluções técnicas relevantes nas diversas construções religiosas. Desta forma pode concluir-se pelas limitadas exigências construtivas, sinal de que as concepções que guiaram as fábricas das igrejas desta zona do território nacional, tivessem função paroquial ou não, não ambicionavam a grandeza e monumentalidade que só na igreja do mosteiro de S. Francisco da cidade de Bragança seriam visíveis. À parte esta excepção, na área da diocese a grande maioria dos templos ocupavam escassa superfície e os seus muros, manifestando receio de se elevarem em altura, não consentiam senão pequenas aberturas de iluminação. Por isso, no que respeita à organização interior, as igrejas de nave única são largamente maioritárias. Contudo, a modesta volumetria não impediu o recurso a contrafortes exteriores, solução que, mais do que a absorção das cargas das coberturas, decorre das técnicas construtivas e sobretudo da pobreza dos materiais utilizados na generalidade das construções rurais em que a preferência concedida a estruturas de madeira é de tal modo avassaladora que apenas nas poucas fábricas que contaram com meios de algum vulto se consideraram as coberturas abobadadas.

Nem sempre a planície das igrejas existentes nas paróquias rurais era suficiente para conter toda a população. Mesmo com a reorganização da igreja militante e da normativa que pugnava pela necessidade dos templos terem capacidade para acolher no seu interior todos os moradores e os que

empreendessem alguma deslocação para assistirem aos ofícios por alturas de alguma festividade, a incapacidade interior das igrejas era relativamente comum. Não sendo um caso isolado, no ano de 1727, em Argoselo, considerava-se a possibilidade de se construir nova igreja, não só pelo «mao sitio» mas também por «ser tam piquena, que apenas cabe a terça parte da gente do mesmo povo dentro della[66]».

Por outro lado, a pequena volumetria destas edificações religiosas não obstava a que com alguma frequência fossem postas a nu algumas debilidades construtivas que, não sendo contrariadas, levavam à ruína das igrejas. Ainda na paroquial de Pinhovelo apontava-se em 1591 a urgência em «segurar a capella por estar muito perigosa[67]». Apesar das penas com que a autoridade do visitador acompanhava as suas determinações, nem sempre era possível o seu cumprimento. Por isso, em 1601, constatava-se a necessidade de «por huas travessas que tenham os caibros com espeques nas travessas da igreja de modo que nam caia[68]».

A fraca qualidade dos materiais utilizados era principal fonte de problemas na estabilidade destas edificações. A cantaria, inexistente em vastas áreas, obrigava a custos que as comunidades nem sempre estavam em condições de suportar. Daí que a sua utilização se limitasse muitas vezes às esquinas, aberturas e frontarias. Do recurso a outro tipo de pedras para a construção das paredes - em que o barro tem a função de ligante - decorria a solução de contrafortes exteriores ou interiores, como garantia da solidez dos muros. Todavia, a necessidade de se proceder a intervenções nas paredes das igrejas era constante. Quando se tratava das capelas maiores, quase sempre o processo originava algum contencioso entre os que tinham obrigação de pagar

[66] Arquivo Paroquial da igreja de S. Frutuoso de Argoselo, Livro de capítulos de visitas (1698-1758), fl. 44v
[67] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 48v
[68] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 74v

as obras, pouco dispostos a despesas, e as autoridades eclesiásticas que as impunham.

Fenómeno que, pela sua importância, valerá a pena registar relaciona-se com a localização de um elevado número de igrejas paroquiais fora das povoações, obrigando os moradores a terem que percorrer as distâncias necessárias, algumas vezes consideráveis, para assistirem aos actos de culto. Em alguns casos situavam-se a meio caminho entre duas ou mais povoações num igualitarismo comunitário e paroquial que aparentemente não consentia a supremacia ou o benefício de qualquer tipo de comodismo de uma aldeia sobre outra; outras vezes a paroquial, servindo essencialmente uma única povoação, continua a estar no exterior do seu perímetro. Neste caso, ou se deslocam sempre que são convocados pela realização da liturgia ou, como acontecia em Torre de D. Chama, o povo usava a igreja existente no aglomerado e munia-se das licenças eclesiásticas para apenas nas festividades se deslocar à afastada sede da paróquia. Pelas incomodidades e prejuízos resultantes, nos finais do século XVII e durante a primeira metade do século XVIII, verificar-se-à a tendência para a deslocação para o centro das aldeias das igrejas paroquiais, a que se seguia, depois de observadas algumas normas, o abandono da antiga igreja, de que ainda se conservam as ruínas dos campanários e muros das de Morais, Cova de Lua e Conlelas

2. Encomendadores e fundos para as obras

Escusado será chamarmos à colação a importância que o catolicismo desempenhou na sociedade portuguesa durante o Antigo Regime, período em que se edificaram numerosas igrejas e capelas que acrescentaram o manto branco que, em manifestação de um domínio religioso avassalador, cobria toda a extensão do território nacional.

Revelando o seu poder de agir sobre atitudes que pudessem ser consideradas desviantes, a igreja católica desenvolveu um conjunto de mecanismos capazes de provocarem a exacerbação do fervor religioso ao ponto de gerarem um clima de intolerância em que todas as diferenças, sendo vistas como susceptíves de fazerem perigar a fé cristã, eram objecto de permanente reacção. Alçando-se a posição de domínio, este tipo de mentalidade rapidamente fez da nave da igreja o palco privilegiado onde com severidade, primeiro, e com recurso a uma gama de elementos sensacionais e faustosos, depois, se propagandeasse a superioridade dos dogmas católicos relativamente a outra qualquer manifestação religiosa que, de resto, passaria a não se tolerar. Seguindo os decretos tridentinos, este tipo de orientações daria origem a novas formas de comportamento provocando o aparecimento de novas devoções e práticas penitenciais que viriam a ter largo efeito social.

Será neste quadro que também se deve entender o movimento edificatório que com frequência se materializou e em que eram protagonistas alguns elementos do clero diocesano, alguns particulares privilegiados e o comum da população. Será por isso de utilidade a clarificação dos papéis individuais ou de grupo relativamente às construções religiosas, fosse no momento de levantar uma nova edificação, de atacar os elementos que contribuíam para a destruição das igrejas e capelas já existentes e ainda a multiplicidade de contributos que, em última análise, ambicionavam transformar o espaço interno de modo a proporcionar as condições psicológicas necessárias para se desencadearem vivências que permitissem a aproximação dos crentes a um estado de alma contemplativo.

2.1 O papel dos beneficiados

Tratando de solucionar alguns problemas de competências que se tinham levantado em 1783 na igreja da Senhora da Assunção da povoação de Sonim, o abade de Sendas, Gregório Rodrigues Fontes, fundava a coerência da sua posição na certificação histórica de procedimentos tradicionalmente observados em todos os lugares da diocese:

> «he antiquissimo ememorial costume [...] estarem os povos obrigados ao reparo do corpo da igreja, e os fructos do beneficio, ou comenda, somente a capella mor[69]»

Já em 1507 os freires da Ordem de Cristo no final de cada capítulo de visitação respeitante às igrejas de Santa Maria de Castelo Branco, S. Pedro de Bemposta, S. Mamede de Mogadouro, S. João Baptista de Mogadouro, e S. Martinho de S. Martinho do Peso apontavam idênticas obrigações aos mesmos sujeitos. No plano da diacronia, estes dois momentos, sendo os extremos cronológicos de um segmento de tempo, exemplificam de forma suficiente a sobrevivência das competências apontadas, mostrando igualmente a existência de activas capacidades de esquivança aos efeitos do desgaste que inevitavelmente se manifestaram na longa duração.

Na verdade, em relação às capelas maiores e naves das igrejas paroquiais, os factos não somente confirmam o que parece ser a continuidade de um velho princípio como ainda manifestam alguma evolução em matéria de competências visto que os parâmetros que pontificam no campo de obrigações não cingem as suas dinâmicas a uma moldura que apenas tenha aqueles espaços como limite.

Assim, se para o ano de 1634 é possível especificarem-se algumas obrigações do beneficiado da igreja de S. Ciprião de Vilarinho de Cova de Lua, anexa de Espinhosela, em 1639 já não se dispensa o seu abade de concorrer

para a construção de uma sacristia[70], obra em que devia participar pagando metade das despesas, ficando a outra metade dos custos a cargo dos respectivos fregueses. Anos depois, ao visitar a mesma igreja (Janeiro de 1653), o Doutor Gaspar de Sá, abade de Duas Igrejas e Comissário do Santo Ofício, exarava o comentário e despacho que se seguem, sendo que os respectivos conteúdos, tendo a particularidade de deixarem de fora as obras de pedraria na capela-mor, evidenciam como o campo de obrigações dos beneficiados se alargava:

> «conforme o Direito os abbades presentes são obrigados a compor as igrejas e orna las de todos os ornamentos, e cousas necessarias, mando ao reverendo abbade ponha hu frontal de damasco branco, e hua sobrepelis de hum lenço fino, e huas cortinas de seda para o sacrario, e duas toalhas de mãos, e conserte o almario dos Sanctos Oleos com sua fechadura, e ponha hum prato e patena de stanho [sic] fino para o serviço dos Sanctos Oleos, e mande forrar a capella mor per dentro e per fora e ponha hu ralo de folha de Flandres na capella [...] pora hum frontal e hua vestimenta de chamalote roxo com sanefa de brocatel com suas franjas e franginhas de seda marela e roxa[71]».

Nas festas maiores existia a obrigação de arderem seis lumes no altar principal da igreja paroquial. Na da Senhora da Assunção de Gondesende o beneficiado devia concorrer com quatro velas de cera. Mas como eram insuficientes, impunha-se que tanto os mordomos da Senhora como os do Santíssimo Sacramento, alternadamente, completassem aquele número de velas de modo a que fosse «mais luzida a festa e mais adornado o Senhor no seu sacrário[72]».

---

[69] B.P.A.D. Vila Real, Lv. 160 - UD: Cx. PVL 25 - 05, fl. 54v

[70] «O reverendo abade mandara fazer hua sachristia nesta igreja da qual obra pagara a metade e os fregueses outra metade». Arquivo Paroquial de Espinhosela, *Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua (1634-1785)*, fl. 6v

[71] Arquivo Paroquial de Espinhosela, *Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua (1634-1785)*, fl. 12v

[72] Arquivo paroquial da igreja de Nossa Senhora da Assumpção de Gondesende, *Livro de Visitas*, fl. 2v

Ordenando-se, em 1685, ao Abade de Gondesende para mandar reparar o sacrário «em forma que fique obra lustroza com cornijas e o que mais lhe for necessario[73]», poucos anos depois (1691) era o bispo D. Manuel de Moura Manuel quem lhe impunha a fábrica de um retábulo novo que devia ser feito por bom escultor, embora para alívio económico do abade seja de registar a concessão da faculdade de poder canalizar para esta empreitada a Terça[74] dos rendimentos que as Casa de Bragança auferia na mesma igreja.

Contratada a máquina retabular, sabe-se que em Outubro de 1695, estava pronta para ser colocada na cabeceira. No entanto, demorava-se o oficial a executar o trabalho. Associando-se o atraso com falta de zelo, ameaçava-se o abade com uma multa de 4.000 réis, enquanto se pressionava a que desencadeasse todos os procedimentos necessários tendo em vista aquele objectivo; ao mesmo tempo, estipulavam-se-lhe dois anos para mandar dourar o retábulo[75].

Juntamente com estas obras eram os abades obrigados a terem sempre no altar maior as alfaias que a celebração do culto requeria, como cálices[76] e castiçais[77].

De considerar ainda o caso de um abade falecer sem dar por iniciadas ou por concluídas eventuais obras que lhe tinham sido recomendadas. Neste caso caberia aos seus herdeiros a obrigação de as concretizarem. Como exemplo daremos conta do capítulo de visita - de Junho de 1717 - que,

---

[73] Arquivo paroquial da igreja de Nossa Senhora da Assumpção de Gondesende, *Livro de Visitas*, fl. 2v

[74] Arquivo paroquial da igreja de Nossa Senhora da Assumpção de Gondesende, *Livro de Visitas*, fls. 12-12v

[75] Arquivo paroquial da igreja de Nossa Senhora da Assumpção de Gondesende, *Livro de Visitas*, fl. 18v

[76] Na visitação de 1674, pode ler-se: «não satisfez o abbade compor o calix que lhe foi mandado»; na de 1681 mandava-se-lhe fazer «hum calix com sua patena tudo de prata». Arquivo paroquial da igreja de Nossa Senhora da Assumpção de Gondesende, *Livro de Visitas*, fls. 24v, 26

[77] Na visitação de 1701, o bispo D. João Framco de Oliveira ordenou: «O everendo abbade [...] mandara fazer huns castiçais de estanho ou latão para o altar mor, porque os que se achão

considerando a «indecencia» da imagem de S. Nicolau, padroeiro da igreja matriz de Pinela, impunha ao abade a obrigação de a mandar «reformar [...] ou fazer outra de novo[78]». Servindo este caso como demonstração de que as representações dos santos tutelares das igrejas eram da competência dos padroeiros das capelas maiores também ilustra algumas das atitudes e orientações preconizadas pela igreja sobre o tema das imagens. Em relação com a matriz de Pinela, em Julho de 1721, o reverendo Manuel Monteiro da Mota que exercia as funções de Desembargador da Mesa Episcopal, determinou:

> «na vizita passada foi deixada huma imagem de S. Nicolao orago desta igreja ao reverendo abbade defunto, o que mandou fazer antes do seu falecimento, e se acha posta na sanchristia sem estar ainda estofada, nem encarnada por se dizer não foi feita por bom offecial, e que assim esta imperfeita; e requerendo me o povo a visse, e que se merecesse ser aceite a mandasse encarnar e estofar, me pareceo mandar que os herdeiros do reverendo abbade pozessem todo o cuidado em que se fizesse outra, e que mandassem aperfeiçoar a que se acha feita de sorte que mereça aceitaçam; e para dar satisfaçam ao referido o reverendo parocho dentro de hum mês avizara aos ditos heredeiros para que em termo de trez mezes façam logo executar esta obra[79]».

Também a respeito da capela-mor da igreja de S. Cipriano do Zeive, submetida, em 1744, aos mecanismos inspectivos de uma delegação eclesiástica chefiada pelo Doutor Simão Preto, abade de Santa Valha, se conhecem algumas determinações que tinham como objectivo a efectivação de reformas na construção que, incidindo no forro e telhados, se alargavam às paredes por necessitarem de rebocos e caiações. Embora as atenções tenham também recaído sobre a sacristia, outras orientações respeitavam ao retábulo-

---

nelle são de pao, e muito velhos, e totalmente indecentes». Arquivo paroquial da igreja de Nossa Senhora da Assumpção de Gondesende, *Livro de Visitas*, fl. 68v

[78] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 19, fls. 26v-27

[79] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 19, fls. 39v-40

mor dada a necessidade de se convocarem alguns dos que exercitavam o ofício de pintor, dada a urgência de «compor [...] e renovar as pinturas delle[80]».

Mesmo assim, em Dezembro do ano seguinte, o Doutor Inácio Luís de Campos, abade de Travanca, não ocultou a impressão de pobreza que a capela-mor lhe causava. Deixando entender que tal estado se devia, essencialmente, a desleixo na manutenção, tratou de despoletar alguns mecanismos que pudessem remediar os «defeitos graves» encontrados, cuja responsabilidade não teve dúvidas em atribuir aos herdeiros do abade defunto. Por isso, apontou-lhes as obrigações de:

> «compor o retablo de tudo aquillo que lhe he nesseçario, pois se acha com as pinturas sumidas, e elle todo dezemcaixado [...] e mais forrar o pavimento da capella de madeira como tambem revocar por fora as paredes da cappella mor, e por dentro endireitar a parede, cortando-lhe as pedras que tem lançadas para fora que lhe cauzão desformidades[81]».

Fazendo-se acompanhar estes capítulos da indicação de que as paredes deviam ser vistoriadas, antes do início das obras, por mestres capazes «para examinarem se estam seguras, pois não o estando se devem fazer a fundamentis», acrescentavam-se outras obrigações como a que se segue:

> «se faram huns degraos no altar mor que hande ser tres segundo a boa ordem dos seremoniaes, e como a sacristia esta indecente para o seu menisterio por ser escura e baixa mando concorram os erdeiros do abade para a despeza do que lhe tocar em telhados, e forros, e o mais que lhe tocar de caixoes[82]».

Ao exporem-se vários exemplos da relação que associava os beneficiados às capelas maiores, não se pretende unicamente confinar a questão ao plano das obrigações ainda que se reconheça a sua importância. Da qualidade de encomendadores decorre uma posição de alguma proeminência a qual, indo mais além do simples acto de se pagarem os serviços contratados,

---

[80] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 18, fl. 25
[81] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 18, fl. 27

convertia os beneficiados em sujeitos com voz activa quando se tratava de traçar as linhas orientadoras ou os padrões estéticos que deviam pautar a obra.

Por conseguinte, a acção dos abades não se confinava aos aspectos de doutrina, especialmente os relacionados com o acompanhamento espiritual dos paroquianos, nem se continha no estreito domínio da observação de algumas obrigações específicas; pelo contrário, dever-se-á ressaltar que muitas das obras realizadas na igrejas paroquiais e capelas, mais do que a personalidade do artista, reflectem o modo como este captava o espírito dos beneficiados, já que a estes, por rotina institucional, se lhes atribuíam, com frequência, competências na direcção de obras.

Quadro 2

Igreja de S. Pedro de Carçãozinho: obrigações do abade (1727)
«Doure o retabullo e se reedifiquem as paredes da dita capella maior que estam ameaçando evidente ruina e para a façam destas obras vista a urgentissima necessidade dellas o reverendo padre cura em termo de quinze dias dará conta com o teor deste cappitulo ao Muito Reverendo Doutor Provizor para que sendo servido mande por conta dos frutos da abbadia fazer as ditas obras». «As obras que se fizeram e arrematataram para a igreja de Carcamzinho com a ordem e despacho do Senhor Doutor Provizor e Vigairo Geral sam as seguintes a capella maior as paredes em trinta e cinco mil reis hum missal em [...] cinco mil e trezentos reis huma vestimenta de damasco carmesim huma vestimenta de damasquilho roxo e hum frontal do mesmo huma bolsa de corporais de damasco das coatro cores coatro palas do mesmo coatro veos de tafeta das coatro cores tudo em vente e seis mil reis[83]».

Diga-se que o campo em que podiam interferir não tinha limites bem definidos. Na igreja da Bouça, a propósito de uma imagem da Senhora do

[82] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 18, fl. 28
[83] A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 100, fls. 92-93

Rosário, ficava o juiz da igreja encarregado de contratar com o imaginário a sua execução (1696) mas ressalvando-se que «a dita obra (devia ser feita) a eleiçam do reverendo abbade[84]»; também a capela de Santo Amaro, construída nas imediações de Vilarinho de Cova de Lua pelos anos de 1699, estava em mau estado de conservação. Perante a pobreza dos moradores, de que resultava a falta de meios para a sua reedificação, passou-se ordem para o seu derrube mas com autorização para que os fregueses «possão vender a madeira telha e pedra» que tivesse aproveitamento e comprador. Em paralelo com esta decisão fixou-se que o dinheiro realizado com a venda daqueles materiais fosse destinado para ajuda das despesas com as reparações efectuadas na matriz de S. Ciprião. Porém, nem tudo ficava ao arbítrio do juíz da igreja uma vez que aquelas determinações eram acompanhadas de perto pelos clérigos com responsabilidades na paróquia, estabelecendo-se mesmo que todas as obras deviam ser feitas «conforme dezpozer o reverendo abbade e o padre cura do dito lugar[85]».

Na paroquial de Gondesende, em 1706 ordenava-se ao mordomo do Santo Cristo para mandar fazer um retábulo que fosse «porpocionado ao arco por mão de bom official» mas sublinhando-se que o esquema formal a seguir seria o «que lhe ensinuar o muito reverendo abbade[86]».

Também em 1720, quando se mandava construir um púlpito, para o qual se exigia um «assento de canteria bem feito com grades torneadas», e aperfeiçoar o campanário da igreja de Vilarinho de Cova de Lua igualmente se adiantava que as linhas a seguir deviam pautar-se pelo parecer que «insinuar o reverendo abbade e tudo a seu arbitrio[87]».

---

[84] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.
[85] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua*, fl. 63v
[86] Arquivo paroquial da Senhora da Assunção de Gondesende, *Livro de visitação*, fl. 35v
[87] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua*, fls. 90v-91

2.2 Cabido, Ordem de Malta, Ordem de Cristo, Companhia de Jesus

Outras entidades eclesiásticas como o Cabido catedralício, ordens religiosas como S. João de Malta, Ordem de Cristo ou os regulares da Companhia de Jesus tinham poder e autoridade para determinarem a realização de obras nas cabeceiras das igrejas que administravam. No mesmo plano podem incluir-se diversos leigos agraciados com comendas e, juntamente com as pessoas que tinham Hábitos das Ordens Militares, mais de uma vez acusados[88] pelos elementos do clero secular como principais responsáveis pela diminuição das rendas das igrejas. Embora escritas em outro contexto, têm interesse as palavras de César Saussure, viajante suiço, escritas, em Lisboa, nos começos de 1730:

> «nem só o rei, os príncipes de sangue e grade número de fidalgos são cavaleiros da Ordem de Cristo; são-no também uma infinidade de gentis-homens, de oficiais até de comerciantes [...]. Surpreende-me que o rei e os príncipes da sangue ousem ostentar esta Ordem que até certo ponto se pode considerar aviltada pelo grande número de pessoas de todas as classes que a possuem[89]».

Além da acção que detinham sobre parte dos frutos das igrejas uma outra característica comum os aproximava: raras vezes as suas intervenções no espaço sacro se caracterizavam pelo espírito de iniciativa, sendo por isso necessário que os visitadores fossem insistentes na explicitação de alguns

---

[88] A propósito da reunião das Cortes em Lisboa no ano de 1641, o clero apresentou ao monarca alguns «capítulos» em que se abordavam problemas particulares deste estado social. Nos «Capitulos IV e V» referiam: «Os Senhores Reis progenitores de Vossa Magestade com a sua muita piedade enriqueceram o Ecclesiastico [...]. Há annos que se diminuem em tanta parte, que se sente notavel differença dos tempos passados, pela falta que padecem, pela grossa renda das commendas, prestimonios, e de muitos dizimos, que por varios titulos se concederam a leigos, e ás Religiões, e pensões de beneficios que se despacham em Roma [...]. Na mesma forma estão pensionadas as igrejas do padroado real de Vossa Magestade [...] com o que se desaccomodam e desconsolam os Ecclesiasticos». *Capitulos do Estado Ecclesiastico e propostas que a elles mandei dar*, in « *Colecção chronologica da legislação portugueza (1634-1647)*», (compilação e notas de José Justino de Andrade e Silva), Lisboa, 1855, pp. 52-53

[89] *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, (tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 270

detalhes relacionados com as obras a realizar. No entanto, para que estas fossem concretizadas com a celeridade e perfeição requeridas, quase sempre era preciso voltar a repetir, no todo ou em parte, o conteúdo de alguns capítulos das visitas, os quais, para melhor vincarem os propósitos desejados e evitarem novos adiamentos, geralmente se faziam acompanhar com ameaças[90] de penalizações com incidências situadas entre os limites de multas pecuniárias e de excomunhões.

Com excepção do Cabido- órgão de indiscutível importância na administração da diocese, mormente em períodos de sede vacante - estes institutos religiosos e comendadores particulares, em matéria de direitos, obrigações e preocupações com as cabeceiras das igrejas onde tinham poderes, não se distanciavam muito dos encargos que os titulares de abadias tinham nas igrejas em que eram beneficiados. Contudo, sendo certo que estes, por dependerem directamente dos organismos diocesanos, tinham menor capacidade para conseguirem adiamentos sucessivos nas obras impostas, mais do que a comparação das competências individualizadas interessa-nos a compreensão do papel e das obrigações mais gerais dos privilegiados, estivessem estas na posse de instituições eclesiásticas ou na mão de particulares.

Para se avaliar o poder que os freires da Ordem e Milícia da Sagrada Religião de S. João Baptista do Hospital de Jerusalém, vulgo de Malta, tinham na comenda da vila de Algoso bastaria atentarmos no quadro descrito no auto de posse, datado de Outubro de 1681, em que o reverendo Manuel de Araújo de Afonseca representou, na qualidade de seu feitor e procurador bastante,

---

[90] No *Auto das Cortes que fez aos tres Estados do reino El-Rei Dom João IV, na cidade de Lisboa, a 29 de Janeiro de 1641* e particularmente nos *Capitulos do Estado Ecclesiastico e propostas que a elles mandei dar* os representantes da Igreja apresentavam a D. João IV a constatação de que «no governo de nossas Igrejas se enfraquece muito o remedio das visitas; e sendo por si brando o castigo dos crimes que nellas se executa, de todo se acaba com nos faltarem as provas dos delictos, de que é causa o respeito, e medo, dos poderosos intimidarem os denunciadores».*Colecção chronologica da legislação portugueza (1634-1647)*, (compilação e notas de José Justino de Andrade e Silva), Lisboa, 1855, p. 54

Frei António Correia e Sousa, Balio, Chanceler e comendador de Algoso. Com efeito, antes de se dirigir à igreja de S. Sebastião, orago da matriz, passou pelo castelo desta vila onde decorreu um cerimonial de claro significado para os contemporâneos:

> «ahi tomou o dito procurador posse delle fichando e abrindo as portas do dito castello cujas chaves ficarão na sua mam e loguo fomos a igreja matriz desta villa cuja capella mor lhe pertence e nella tomou taobem posse abrindo o miçal e tomando as gualhetas e tomando outrossim posse de todos os ornamentos que ao dito fidalgo pertencem e assim se lhes deu posse de tudo o mais que ao dito comendador pertence como são tulhas e rendas[91]».

A posse da matriz, significando igualmente a posse sobre as igrejas que lhe eram «aneixas e filiais», tinha uma consequência directa: todos os sacerdotes que nelas exerciam o múnus pastoral deviam ser apresentados pelo comendador. Mas a estas havia ainda que acrescentar as abadias da Senhora da Assunção de Travanca, de S. Pedro de Sendim, S. Pedro de Silva, Santa Olaia de Cércio que «em solidum erão do padraoado desta villa de Algozo e apresentação dos comendadores della do tempo emmemoriavel sem contradição de pessoa algua[92]».

Para todas as igrejas da comenda se passaram a escrito os encargos do comendador e dos seus fregueses. Ainda que neste campo se possam assinalar algumas variações[93], merece a pena evidenciarmos as obrigações de maior

---

[91] A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 99, *Tombo de Algoso*, fl. 19v. O castelo estava em posse do comendador de Malta por doação de D. Sancho II. A.N.T.T., Gaveta 6, Mç. Único, nº 32 - *Sentença a favor da comenda de S. Christovam, e S. Sebastiam de Algozo, e seu ramo de Guide no bispado de Miranda deste reino de Portugal, que he da Ordem, e Milicia da Sagrada Religião de S. João Bautista do Hospital de Jerusalem*, Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1742, pp. 11, 12. No mesmo Arquivo e com a mesma cota encontra-se o manuscrito da sentença que se inicia a fl. 190 e continua por mais trezentos fls..

[92] A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 99, *Tombo de Algoso*, fls. 19v-20

[93] Em 1620, num processo em que se pretendia demonstrar que esta abadia nunca tinha sido da Ordem de Cristo, declarava-se que o comendadores de Algoso recebiam «em cada hu anno a metade dos fruitos da dita igreja de São Mamede e o maes ficava pera o abbade que pagava o mantimento dos cappelães e as obras que se maodavão fazer em vesitação na mesma parochial

significado que, em 1684, o comendador tinha para com a igreja de S. Sebastião de Algoso e em que:

> «por custume antiguo ememoriaes estava o venerando comendador obriguado todo o necessario para ademnistração dos sacramentos sacrario e ornatos retaballo da cappella maior comcerto da samchristia de hua parede e todo o tecto doze arratez de sera hua lampa [sic] com sua luz aseza continuadamente na cappella maior corenta mil reis ao reverendo reitor seis ao reverendo cura quoatro alqueires de triguo e dois almudes de vinho para as missas[94]».

Como as obrigações pressupõem direitos, anotem-se as rendas que ao comendador competia receber:

> «as tres partes dos dismos desta villa e sua reitoria de todos os frutos e criaçoens e as imprimas todas em solidum e que os quoartos dos dismos pertencia ao Ilustrissimo bispo de Miranda[95]».

Sendo útil referir que em relação directa com a reitoria e com a comenda da vila de Algoso se podiam contar dezoito igrejas de outras tantas povoações valerá igualmente a pena acrescentar que a religião de Malta era titular de muitos direitos e propriedades em quase todas as povoações do bispado de Miranda. Uns e outras foram objecto de registo, medição e demarcação no século XVII e novamente em 1707 uma vez que, de acordo com os Estatutos da Religião de Malta, o comendador - nesta altura Frei Heitor Pinto de Miranda - tinha obrigação de fazer Tombo[96] com uma periodicidade

---

e suas annexas e fazia todos os mais gastos e despezas neçessarias». A.D.B., PRQ., Cx. 8, LV. 131, fl. 20

[94] A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 99, *Tombo de Algoso*, fl. 25v

[95] A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 99, *Tombo de Algoso*, fl. 26. A igreja paroquial tinha o estatuto de reitoria «que apresentão alternative o bispo, e commendador de Malta». COSTA, Carvalho da - *ob. cit.*, T. I, p. 482

[96] Em 1707, após provisão régia, foi encarregado de presidir ao Tombo o Juiz de Fora de Algoso, Doutor Manuel de Magalhães e Gouveia. Para escrivão foi nomeado Gaspar Rodrigues Fomtoura, tabelião na vila de Castro Vicente; para Procurador nomeou-se Manuel de Amaral Botelho de Sinfães e para medidores António Simões e Bartolomeu de Morais, ambos da vila de Algoso.

de vinte cinco anos para, desta forma, se evitarem usurpações e se trazerem com boa organização os bens da Ordem.

Todavia, a pertinência deste tipo de preocupações não evitava o aparecimento de actos de cobiça de que resultavam problemas, alguns dos quais só puderam ser ultrapassados após recurso aos tribunais. Contudo, a capacidade limitada destas instituições para dirimirem os conflitos fazia com que alguns pudessem arrastar-se em demorados processos que, não raro, se viam agravados por sentenças judiciais contraditórias.

No termo da vila de Torre de D. Chama ficava a abadia de Guide que tinha o mártir S. Sebastião por orago. Como à posse ancestral da Ordem de Malta[97] se opunham interesses particulares[98] que colocavam os olhos nas possibilidades de obtenção de uma comenda na igreja desta povoação que pretendiam fosse da Ordem de Cristo, seria envolvida numa longa disputa. Tudo parece ter começado por um lapso informativo que permitiu a inclusão da igreja de Guide no conjunto das comendas novas da Ordem de Cristo que D. Manuel I obteve do Papa Leão X. De facto, o Venturoso impetrara de Sua Santidade a faculdade de poder reter em algumas igrejas paroquiais e mosteiros os dízimos necessários para se constituir anualmente uma quantia

---

[97] Numa das tentativas de se justificar a posse, os freires da Religião de Malta invocaram o argumento que se segue: «tambem he certo, que na porta principal da capella mór da igreja de S. Mamede de Guide se achavão esculpidas duas cruzes da insignia do habito de Malta, e ainda se conserva huma em hum dos ditos lugares, e a outra se tirou por occazião da obra, que se fez na igreja». A.N.T.T., Gaveta 6, Mç. Único, nº 32 - *Sentença a favor da comenda de S. Christovam, e S. Sebastiam de Algozo, e seu ramo de Guide no bispado de Miranda deste reino de Portugal, que he da Ordem, e Milicia da Sagrada Religião de S. João Bautista do Hospital de Jerusalem*, Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1742, p. 79

[98] As dificuldades que em alguns momentos se manifestaram podiam relacionar-se também com os desejos de alguns negarem à Mitra de Miranda do Douro qualquer possibilidade de acção sobre a igreja de Guide. Os que seguiam este partido fundamentavam a sua posição na existência de uma antiga associação das igrejas de Guide e da Torre de D. Chama patrocinada em 1462 pelo Arcebispo de Braga D. Fernando. O facto de esta pertencer ao padroado da coroa impossibilitava quaisquer poderes à Sé de Miranda. Porém, os «falsos fundamentos, e falsas provas, tanto de facto, como de Direito» em que esta corrente se estribava, seriam combatidos pela hierarquia mirandesa na «Questão sobre a posse desta igreja (de Guide)». Sobre estas problemáticas *vd.*:A.D.B., «Sentença propria em terceira instancia a favor da Abbadia de S. Mamede de Guide ser da colação do ordinario», Cx. 8, Lv. 131; *idem*, «Questão sobre a posse desta igreja», Cx. 8, Lv. 76; *idem*, Cx. 9, Lv. 84

que chegasse a 20.000 cruzados de renda com a possibilidade de se criarem comendas para nelas serem providos Cavaleiros professos da Ordem de Cristo. Em 1514, conhecer-se-ia o acolhimento favorável que a pretensão régia alcançou em Roma cabendo ao Núncio António Pucio a execução desta Bula papal.

No entanto, a constatação da insuficiência dos rendimentos das igrejas que integravam a lista fez com que o rei D. Manuel I apresentasse nova súplica ao Sumo Pontífice o qual, em 1517, isentando os mosteiros de qualquer contribuição, concedeu licença para se completar aquela quantia à custa dos rendimentos de algumas igrejas do padroado real. No ano de 1520, D. João, bispo de Targa, daria início à execução da Bula de Leão X, tendo «indevidamente[99]» agregado a igreja de Guide ao rol das comendas da Ordem de Cristo.. Assim, às comendas criadas na igreja de Santa Maria de Miranda do Douro, onde anos depois se estabeleceu provisoriamente a Sé, Santa Maria de Mirandela e S. Vicente de Vimioso outras se acrescentaram, ficando a diocese de Miranda então com mais de duas dezenas de comendas novas ou dos 20.000 cruzados[100], incluindo a de S. Mamede de Guide. Nas várias

---

[99] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 131, fl. 23v. Fundamentando estes lances da diplomacia régia na Santa Sé, pode ler-se neste mesmo livro a cópia de uma carta de padrão da comenda de Pero de Góis, datada de 22 de Setembro de 1563 mas registada em 1593 na Chancelaria da Ordem de Cristo. Pode ler-se: «Dom Sebastião per graça de Deos rei de Portugal [...] como governador e perpetuo administrador que sou do Mestrado e Cavalaria e Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo faço saber que o Santo Padre Leão Decimo concedeo per suas Bullas a El Rei Dom Manoel meu bizavo que Deos tem que se pudesse separar e dismembrar dos bens fruitos e rendas que segun [sic] estimação comum daquelles tempos valesse de renda vinte mil cruzados em cada hum anno, pera se unirem anexarem incorporarem e applicarem á dita Ordem e Cavalaria pera sustentação e mantença dos Cavaleiros que o dito Senhor Rei e os Reis que pello tempo fossem destes regnos seus sucessores nomeassem nas preceptorias e comendas que na dita Ordem querião novamente acressentar e erigir ordenando a cada hua das ditas preceptorias e comendas a parte de dira renda que lhe parecesse conveniente e reservando aos rectores das ditas igrejas serta porção declarada nas Bullas do Sancto Padre [...] nas quais preceptorias e comendas o dito Rei e os Reis destes regnos seus sucessores pudessem tambem nomear algus Cavaleiros que per seus merecimentos e serviços lhes parecessem benemeritos e dignos dellas [...]».*Idem, ibidem*, fls. 6v-7v

[100] No *Treslado do livro das comendas da Ordem de Nosso Senhor Jezus Christo o qyual mandou fazer El Rei Dom Sebastião Nosso Senhor po o Doutor Pedralves do seu Dezembargo por seu alvara*, no ano de 1560, escreveu-se: «Arcebispado de Bragua em que entra o bispado de Miranda há nelle duas comendas antiguas e nove comendas do padroado fora Santa Maria

notícias da «Sentença a favor da comenda de S. Christovam, e S. Sebastiam de Algozo, e seu ramo de Guide» colhe-se a informação que a Ordem de Cristo tinha na diocese de Miranda vinte e uma comendas. Tendo como matriz uma certidão de 1737 que tresladava o conteúdo de um «livro de pasta vermelho com suas brochas enquadernado em bezerro», feito por ordem de S. Sebastião em 1571, podemos construir um quadro com as comendas existentes no bispado de Miranda. Todavia, já na altura Frei António de S. José, guarda-mor do cartório da Ordem de Cristo, advertia que, embora tivesse seguido as «ordens do processo» como se encontravam no livro, era possível que algumas das igrejas arroladas tivessem sido «já tiradas as comendas assim por El Rei Nosso Senhor, como pelos Reis seus bizavòs[101]». Noutra certidão, passada com base nas informações extraídas do mesmo livro, Frei António de S. José declara relativamente às comendas dos vinte mil cruzados «não se poem aqui o numero, porque há algumas, que estão sem serem providas de comendadores, e se diz serem tiradas».

---

de Miranda em que he feita See. E das dos 20000 cruzados não se poem aqui o numero porque hai alguas que estão sem serem providas de comendadores, e se diz serem tiradas, e não constou por onde [...] e treze comendas da aprezentação do Duque de Bragança». B.N.L., COD. 900, fl. 48

[101] A.N.T.T., Gaveta 6, Mç. Único, nº 32 - *Sentença a favor da comenda de S. Christovam, e S. Sebastiam de Algozo, e seu ramo de Guide ..., ob cit.* p. 86

Quadro 3

Comendas da Ordem de Cristo na diocese de Miranda no século XVI

(nos termos da «*sentença a favor da comenda de S. Christovam, e S. Sebastiam de Algozo*»)

Comendas	Comendador	Rendimentos «salvos» para o comendador (em réis)	Para o reitor em réis	Ano
Santa Maria de Miranda do Douro[102]				
S. Vicente de Vimioso[103]	Conde de Vimioso, Frei D. Afonso de Portugal	294.000	24.000	1548
Santa Maria de Mirandela[104]	Frei Lourenço de Távora	150.000	24.000	
S. Martinho de Bornes	Frei Diogo Soares de Abreu	353.650[105]	24.000	1562
Mogadouro; Penas Roias; Bemposta[106]	Frei Luís Alvares de Távora	600.000		
S.Mamede de Alimonde	Diogo Botelho Robeira[107] Duque de Bragança			
Santa Marta de Bornes	Frei Francisco de Sousa Tavares	60.000	24.000	
S. Nicolau de Salsas	Frei Antonio do Castelo	80.000	24.000	
Igreja de Izeda «em terra de Oiteiro»	Frei Aires de Sousa Coutinho	120.000	24.000	
Santa Olaia de Santalha	Frei Rui Freire de Andrade	22.000	24.000	1543
Santa Maria de Quintela	Frei António Carneiro	60.000	24.000	
Santa Maria de Mascarenhas	Frei D. Martim Afonso de Sousa	500.000	24.000	1559
S. Ciprião de Angueira	Frei D. Afonso de Noronha	300.000	24.000	1560

[102] Pertencia ao conjunto das cinquenta do padroado real.

[103] Pertencia ao conjunto das cinquenta do padroado real.

[104] Pertencia ao conjunto das cinquenta do padroado real. Nos frutos desta comenda «se criarão mais cinco comendas em cinco anexas».

[105] Relativamente a esta comenda escrevia-se: «está hora vaga por fallecimento de Frei Diogo Soares de Abreu avaliada (em 353656 réis) estando vaga por massa dos rendimentos de tres annos».

[106] «A comenda do Mogadouro, e Pennas Roias, com a que a Ordem há na Bemposta hajão dous comendadores, e haverão as rendas de permeio, e cada hum deve meter Freires, Cavalleiros, guizados, dar armas, e cavallos, e hum dos comendadores morarà em Pennas Roias, e o outro no Mogadouro, de todos estes bens he hora feita huma só comenda, de que he comendador Frei Luiz Alvares de Tavora, foi avaluada em vida de seu pai em seiscentos mil reis».

[107] Diogo Botelho Ribeira «depois a renunciou, e porque o Duque de Bargança trazia demanda com El Rei que Deos guarde sobre esta comenda assima escrita de S. Martinho de Govira se fez despois concerto com o dito Duque, e o Procurador da Ordem por mandado do dito Senhor, pelo qual esta igreja de S. Mamede de Almonde ficava ao dito Duque, e a seus herdeiros para sempre, e se mandou tirar, e riscar do processo».

Santo André de Morais	Frei João Rodrigues de Sá	65.000	14.000	1551
S. Mamede de Sortes	Frei António Perdigão de Góis	60.000	14.000	1583
«Santa Maria de Sufreira entra em Bragança»				
«São Thiago de Morequem em terra de Vimiozo»				
«Santo André de Thiozello em Vinhaes»				
«Santa Maria de Travanca com suas anexas em Terra de Algozo»				
«S. Romão de Edral em terra de Lomba»				
«S. Bartolomeu de S. Jullião termo de Bargança»				
«Santa Maria Magdalena em terra de Algozo»				
«Santa Maria de Bargança»				
«Santa Eugenia de Alla termo de Mirandella»				
Santa Maria de Lemos termo de Lampaças»				
«Santa Leocaza em terra de Miranda»				
«S. Miguel de Ifanes»				
S. Mamede de Guide[108]	Frei Rui de Sá	120.303	14.000	1562

[108] Relativamente a esta comenda escrevia-se: «e agora vaga por falecimento de Frei Rui de Sà, foi avaluada por massa de tres annos estando vaga (em 120303 réis) [...]. Pero de Goes houve Carta de posse o anno de mil e quinhentos e sessenta e tres, e se mandou riscar do rol por sentença que houve o Doutor Antonio Pinheiro reitor da dita igreja o anno de mil e quinhentos e oitenta e hum».Este clérigo era sobrinho do bispo de Miranda D. António Pinheiro, como se diz na «Sentença propria em terceira instancia a favor da Abbadia de S. Mamede de Guide ser da colação do ordinario». A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 131, fl. 3. Neste documento confirmam-se Rui de Sá e Pero de Góis como comendadores, sendo que este pagou ao Convento de Tomar 30082 «que se montão no hum quarto de cento e vinte mil trezentos e trinta e dous em que a renda da dita comenda foi avalluada o anno que della foi provido

Quadro 4

«Carta (10 de Maio de 1549) do Corregedor de Miranda a El Rei dando lhe conta de quantas comendas novas e velhas da Ordem de Christo há naquela comarca de Miranda e seos rendimentos e quanto pagão aos reitores[109]»

Comendas	Rendimento anual (em réis)	Rendimento do reitor (em réis)
«A igreja de Castelo Branquo termo de Mogadouro e suas anexas[110]»	1130 .000	---
«a igreja de São Mamede do Moguadouro»	490.000	24.000
«a comenda de Sam Vicente de Vimioso»	384.000	24.000
«a comenda de Ifanes termo de Miranda»	210 .000	16.000
«a comenda de S. Miguel Dangueira termo de Miranda»	310.000	24.000
«a comenda de Santovaia de Samtalha terra de Vinhaes»	63.000	24.000
«a comenda de Satadre de Tuiolo (Tuizelo) terra de Vinhaes»	453.000	16.000
«a comenda de São Romão de Edral terra de Lo(m)ba»	(*)	56.000
«a comenda de Satadre de Moraes terra de Braguança»	90.000	(*)
«a comenda de Sam Martinho de Sueira terra de Braguança»	140.000	24.000
«a acomenda de Salsas terra de Braguança»	80.000	24.000
«a comenda de Sortes terra de Braguança»	80.000	14.000
«a comenda de Sam Fis de Colnelas»	60.000	16.000
«a comenda de Satadre de Osilhão terra de Braguança»	100.000	20.000
«a comenda de Sa(n)ta Maria de Braguança»	400 .000	29.000
«a comenda de Izeda terra de Braguança»	150.000	24.000
«a comenda de Santa Marinha de Quintela terra de Passo»	90.000	24.000
«a comenda de Lamas terra de Lapaçaas»	70.000	20.000
«a comenda de Santa Marta de Bornes terra de Lapacaas»	90.000	24.000
«a comenda de Sam Julião terra de Braguança»	90.000	20.000

(1563)». Em princípio, estas quantias destinavam-se às «obras e fabrica do convento de Thomar da dita Ordem e cazas a elle annexas». *Idem, ibidem*, fl. 10v.

[109] A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte 3ª, Mç. 17, nº 12

[110] Na informação sobre a comenda de Santa Maria de Castelo Branco. acrescentar-se-ia: «e esta so he das velhas e não há outra nesta comarqua». A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte 3ª, Mç. 17, nº 12. Contudo, reafirma-se que esta igreja não integrava a diocese de Miranda do Douro.

Quadro 5

«E a estas 20 a hi simquo comendas da dita cidade e terra de Braguança a que ho Duque apresenta que são as seguintes»:

Comendas	Rendimento anual (em réis)	Rendimento do reitor (em réis)
«a comenda de Parada»	160.000	20.000
«a comenda de Castelãos»	180.000	24.000
«a comenda de Rabal»	182.000	24.000
«a comenda de Carregosa»	136.000	16.000
«a comenda de Babe»	120.000	24.000
«a igreja Dalimonde» «não achei mais de duas abbaidias [...] que sam a igreja de Constantim terra de Miranda [...] e a igreja de Meixal (Meixedo) terra de Braguança».	120.000	(*)

Resistindo à inclusão neste conjunto de igrejas relacionadas com os freires de Tomar, a Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém conseguiu a recuperação da igreja de S. Mamede de Guide em 1579. Embora pelos anos de 1620 se tivessem voltado a ouvir vozes desfavoráveis a esta decisão o Tribunal das Ordens Militares não as sancionou. Parecendo definitivamente encerrado, este caso ganharia novamente alento em 1726 na sequência de uma mercê concedida por D. João V a Cipriano Pedrosa Robim em que, dando credibilidade à denúncia apresentada de ser comenda da Ordem de Cristo, lhe reconhecia a possibilidade de administrar a igreja de S. Mamede.

Como consequência, mais uma vez a matéria conheceria as instâncias do Direito que, por ordem do Procurador Geral das Ordens, levaria ao sequestro dos rendimentos da comenda de Algoso. Esgrimidos os argumentos e carreadas todas as provas, o tribunal deu sentença a favor de Frei Paio de Abreu e Lima, Comissário da Casa da Moeda e comendador das comendas de

Algoso, Tavora e Aboim da Nóbrega que, em 1741, readquiria legalmente a posse[111] da igreja de S. Mamede de Guide.

Em 1742, por iniciativa de Frei Paio de Abreu e Lima, especialmente por razões atinentes à «segurança da justiça da sua Sagrada Religião Hyerosomilitana», o processo, ao conhecer os prelos, contribuiu para a difusão de diversificadas e importantes notícias. Por estarem na linha dos nossos propósitos, daremos ênfase àquelas que trazem a lume as obrigações dos habitantes de Guide e dos comendadores de Algoso.

No ano de 1708, na povoação de Guide, na presença do juíz do Tombo, o Doutor Manuel de Magalhães e Gouveia, e do Procurador do Comendador de Algoso, Manuel de Amaral Botelho, declarava-se:

> «entre os mais bens pertencentes ao venerando Comendador de Algozo [...] e sua comenda pertenciaõ bem assim eraõ ametade das dizimas de todos os frutos, e criaçoens que neste dito lugar se colhem de marcos adentro, como tambem ametade das imprimicias[112]».

Alguns «homens bons, e dos mais antigos, e do Acordão, e governança» de Guide, depois de ajuramentados *in testimonium veritatis*, haviam de confirmar estas obrigações, acrescentando:

> «sem que o dito venerando Comendador tivesse obrigação alguma á igreja deste dito lugar e que nelle lhe não pertencia outro direito algum mais que o assima dito, e que esta he a posse antiquissima em que estava o dito venerando Comendador, e moradores deste lugar[113]».

Na fase de instrução do processo, o comendador de Algoso, obrigado à conservação e defesa da comenda, entre outros pontos, afirmava:

---

[111] A.N.T.T., Gaveta 6, Mç. Único, nº 32 - *Sentença a favor da comenda de S. Christovam, e S. Sebastiam de Algozo, e seu ramo de Guide*, Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1742, p. 115

[112] A.N.T.T., Gaveta 6, Mç. Único, nº 32 - *Sentença a favor da comenda de S. Christovam, e S. Sebastiam de Algozo, e seu ramo de Guide*, Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1742, p. 12

«provarà que em rezão de levarem os Comendadores de Algozo os dizimos, e primicias dos sobreditos lugares (do termo da vila de Torre de D. Chama em que também se compreendia a povoação de Guide[114]) conforme o direito estavão obrigados a pagar por elles o salario, e congrua necessaria para quem administrasse os Sacramemntos aos moradores dos ditos lugares, e fabrica da igreja [...]. Provarà, que para os ditos Comendadores satisfazerem a essa obrigação a encarregarão ao paroco da igreja de S. Mamede de Guide, largando-lhe para esse effeito ametade dos dizimos, e primicias dos sobreditos lugares, e da mão dos sobreditos Comendadores com o encargo da dita obrigação os recebeo sempre, e leva o dito parroco de Guide por maneira, que de seus meios dizimos, e primicias, que leva *jure particulari*, e não *jure communi* [...] com o encargo da obrigação da fábrica da igreja, e de administrar os Sacramentos aos moradores [...] ficou desobrigado de dar parte alguma dos ditos meios dizimos, e primicias ao Prélado Diocezano bispo de Miranda[115]».

Ao mesmo tempo, estas razões eram vistas como matéria suficiente para justificarem a impossibilidade de se erigir na igreja de S. Mamede alguma comenda da Ordem de Cristo, tanto mais que se alegava o princípio de que, perante a inexistência de menção especial, uma concessão posterior de graça ou privilégio não derrogava o privilégio ou graça anteriormente concedida.

Em 1687 o bispo D. Frei António de Santa Maria exigia que o comendador de S. Jerónimo de Vale de Prados (Macedo de Cavaleiros) levasse à praça a obra do madeiramento da capela-mor[116]. No ano seguinte a exigência ao fabriqueiro Jacinto Rodrigues para adiantar uma quantia destinada para a

---

[113] A.N.T.T., Gaveta 6, Mç. Único, nº 32 - *Sentença a favor da comenda de S. Christovam, e S. Sebastiam de Algozo, e seu ramo de Guide*, Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1742, p. 13

[114] Argumentava-se que a igreja de S. Mamede de Guide «foi erigida em Parrochia da aprezentação da Religião de S. João do Hospital de Jerusalem, e de seu Comendador de Algozo por ser a dita Religião Senhora do mesmo lugar de Guide, e dos lugares da Ribeira, Fradizela, e Val de Gouvinhas, e de Val de Maior, de Mosteiro, e de Val de Prados, Regodeiro, e S. Pedro Velho, do lugar de Fornos todos situados no termo da Villa da Torre de Donna Chama». *Idem, ibidem, p. 79*

[115] A.N.T.T., Gaveta 6, Mç. Único, nº 32 - *Sentença a favor da comenda de S. Christovam, e S. Sebastiam de Algozo, e seu ramo de Guide*, Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1742, p. 60

[116] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 58, fl. 1

obra do arco cruzeiro leva-nos a pensar que a outra metade das despesas com esta obra devia ser suportada pelos fregueses. Na mesma igreja, em 1691 estabelecia-se o período de um ano para os fregueses construirem uma sacristia. Mas a indicação para que o comendador mandasse «forrar a sacristia[117]» - determinação que em 1694 seria repetida e acompanhada da ordem para adiantar 15000 réis para a mesma obra - comprova que as obrigações do comendador também se estendiam à sacristia, espaço em que também se impunha o pagamento de metade dos caixões[118].

Alguns sucessos ocorridos na igreja de S. João Baptista, na povoação de Castrelos, elucidam-nos relativamente às obrigações dos comendadores Desde o princípio do século XVIII que se documenta o desejo dos moradores mudarem a igreja para o perímetro da povoação. Mas no princípio do ano de 1715, apesar de haver já terreno para a nova edificação, ainda não se tinha dado começo à obra. Contudo, o Doutor Bernardino Cabral da Silva Dias, como visitador, não se escusava de congraçar a intervenção do comendador, invectivando-o a «fazer a capella-mor como he obrigado[119]». A ruína da matriz e a distância a que ficava da aldeia constituíam os argumentos essenciais da justificação que saía reforçada com a afirmação de que havia mais de quinze anos que se não dizia missa na matriz.

Mas já em 1719, o Doutor Manuel Botelho de Matos ao salientar a valia dos contributos que a «mão liberal» do comendador tinha disponibilizado para a nova igreja igualmente considerava que, perante as limitações da fábrica, o reverendo confirmado de Castrelos contactasse o comendador para que mandasse fazer o retábulo para a capela-mor, indicação esta que seria repetida até 1726.

---

[117] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 58, fl. 5v

[118] «Os fregueses e o fabriqueiro, farão a expensas iguaes huns caixoes para a sachristia, em boa forma para que condigão com toda a mais obras e com a mesma caza da sachristia, e chegará de hua a outra parede della». A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 58, fl. 24

Quadro 6

Contas da fábrica da igreja de Santiago de Coelhoso da Ordem de Cristo

Ano	Intervenções	Despesa (em réis)	Fonte
1676[120]	«gastou duzentas telhas para a capella mor da igreja matris	200	A.D.B..PRQ., Cx. 1, Lv. 7, fl. 1v
	e de geiras de quem a testelhou»	350	
1677[121]	«do concerto dos caixois oitocentos reis	800	*Idem, ibidem*, fl. 1v
	de madeira para os concertar [...]	250	
	de telha para a capela dozentos reis	200	
	do concerto do sacrario	600	
	mais cem reis de testelhar a sanchristia»	100	
1689[122]	«de retelhar a capella	100	*Idem, ibidem*,
	de telhar a capella	300	fl. 6v, 7v
	de sento e sinquenta telhas»	300	
1692[123]	«do que deu a Gonçallo da Rocha para a obra do tecto da capela tres mil reis»	3.000	*Idem, ibidem*, fl. 10
1697[124]	«de retelhar a igreja por tres anos	400	*Idem, ibidem*,
	de rebocar a banqueta e assentos da capella, cal e condução della	600	fl. 11v
	de hum castiçal concertado, e huns gatos de ferro para o retabollo	330	
	de meio cento de telha»	120	
1701 a 1703[125]	«de telhar a capella duzentos e quarenta reis	240	*Idem, ibidem*,
	de telha tres vintens»	60	fl. 14v
1704[126]	«de compor o sacrario	600	*Idem, ibidem*, fl. 15
	da crous e geiras de compor o sacrario	40	
	de telhar a sancrestia»	100	
1706 a 1709[127]	«de telhar a capella»	150	*Idem, ibidem*, fl. 15
1714[128]	«de hua adufa para hua fresta	750	*Idem, ibidem*, fl. 16v
	de trezentas telhas para a capella	900	
	de tilhar a capella por duas vezes»	720	
1715[129]	«de retelhar a capella com telha	1.200	*Idem, ibidem*, fl. 18
	de revocar a capella e caixoens e mais custos»	5.500	
1716[130]	«para a imagem de Santiago e cera»	550	*Idem, ibidem*, fl. 18v
1721[131]	«do feitio de hum S. Thiago estofado»	1.080	*Idem, ibidem*, fl. 20
1723[132]	«da conta do retablo e sacrario»	7.500	*Idem, ibidem*, fl. 20v

[119] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fl. 7v
[120] Era fabriqueiro Silvestre Afonso.
[121] Era fabriqueiro Silvestre Afonso.
[122] Era fabriqueiro João Afonso
[123] Era fabriqueiro Pedro Dias Malheiro.
[124] Era fabriqueiro Afonso Pires.
[125] Durante este período foi fabriqueiro António Rodrigues.
[126] Era fabriqueiro António Rodrigues
[127] Durante este período foi fabriqueiro Francisco Fernandes Paçó.
[128] Era fabriqueiro Amador Rodrigues.
[129] Era fabriqueiro Joaquim Morais da Quinta de Montesinho.
[130] Era fabriqueiro Joaquim Morais.
[131] Era fabriqueiro Brás Fortes.
[132] Era fabriqueiro Brás Fortes.

1726[133]	«de dourar o sacrario seis mil e quinhentos reis de hua adufa de lata para a fresta»	6.500 500	*Idem, ibidem*, fls. 21v-22
1730 a 1732[134]	«de retelhar a capella trezentos reis hum carreto digo hum cento de telha [...] mais de retelhar a igreja»	300 300 300	*Idem, ibidem*, fl. 24
1731	«com pregos para o forro da capella e geiras [...] do recibo da Meza da Consiensia»	160 240	*Idem, ibidem*, fl. 28v
1735 1736[135]	«em branquiar, e telhar a capela»	1.200	*Idem, ibidem*, fl. 29
1741[136]	«de branquear a capella mor pella parte de dentro cento e sessenta reis de telhar a capella mor e altar e pregagem [...] de compor a capella mor e escaleira alevantar as paredes, sete mil e duzentos reis de hua cadeira que veio da cidade do Porto para a capella mor seis mil reis de outro concerto da capella mor da igreja matris novamente mandada fazer por ordem do Doutor Vigario Geral sete mil e duzentos reis».	160 2.680 7.200 6.000 7.200	*Idem, ibidem*, fls. 32v-34
1744 1745[137]	«de caiar a cappella duzentos e quarenta»	240	*Idem, ibidem*, fl. 38v
1746 1747[138]	«de retelhar a cappella»	200	*Idem, ibidem*, fl. 39v
1761	«fes de gasto Domingos Moreira fabriqueiro de feitio da crux para o altar mor quinze testois e para a dourar dois mil e duzentos	1.500 2.200	*Idem, ibidem*, fl. 43v

Aproximadamente na mesma altura (1716) a cabeceira da matriz de Morais apresentava sérios problemas nas paredes e tecto sendo necessário recorrer ao seu especamento enquanto o bom senso aconselhava também que o Santíssimo se mudasse para um dos altares do corpo da igreja. Por isso, uma nota do chantre, Gaspar da Rocha Ferreira, ordenava ao reitor de Santo André que, com brevidade, participasse à Mesa da Consciência e Ordens «o mizeravel estado» em que a capela se encontrava para, assim, se poder iniciar a recuperação do imóvel. Seis anos depois, perante a falta de resposta do comendador que era o Duque do Cadaval, a deterioração da capela-mor tinha-se agravado, razão que aconselhou a retirada do retábulo para «parte aonde esteja livre de todo o perigo[139]». Mas como o visitador mandou que o pároco avisasse o Provisor do bispado «para mandar fazer sequestro nos fructos»,

[133] Era fabriqueiro Estevão Pires.
[134] Neste período foi fabriqueiro Estevão Pires.
[135] Era fabriqueiro João Rodrigues.
[136] Era fabriqueiro Pascoal de Morais.
[137] Era fabriqueiro Miguel Pires.
[138] Era fabriqueiro José Fernandes.
[139] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fl. 42v

tendo em vista a execução da obra em Junho de 1724, já se tinham desencadeado os mecanismos necessários para que a empreitada fosse posta a lanços.

O comendador devia ainda preocupar-se com a aquisição de vestimentas para a capela-mor. Sobre esta matéria o arcediago da Sé de Miranda, Manuel de Morais, produziu (1730) a seguinte orientação relativamente à igreja de S. Jerónimo, em Vale de Prados, numa altura em que também se afigurava necessário um novo retábulo:

> «acho esta igreja tam necessitada de tudo o que pertence a fabrica que sendo hua comenda tam rendosa não há na igreja pertencente a fabrica hua alva capas nem outras cousas mencionadas em repetidas vesitas por se ter recolhido a limitada fabrica que tem esta igreja ao cofre da de Macedo (de Cavaleiros) donde se consomem e gastão as fabricas das mais igrejas[140]».

Quadro 7

Contas da fábrica da igreja[141] da Póvoa			
Ano	**Intervenções**	**Despesa** (em réis)	**Fonte**
1747 1748	«de hum registo para o lavatorio»; «de o ajustar na cantaria»; «da banqueta para o altar mor»; «de renovar o telhado da capella»; «de pintar a banqueta».	750 60 1.500 100 2.400	A.D.B.,PRQ., Cx. 9, Lv. 90, fl. 2

[140] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 58, fl. 73v. Um registo de 1714, escrito por ordem do cónego magistral, Doutor Jerónimo Preto e Lemos, pode ajudar a esclarecer quais as igrejas que, involuntariamente, sustentavam a de S. Pedro de Macedo de Cavaleiros: «achei que os Provedores trazião uzurpado hum livro da fabrica de S. Vicente da Quinta da Arrifana de que tomavam contas sendo a dita fabrica dos dizmos que a Serenissima Senhora Rainha Dona Catrina de glorioza memoria, deixou as igrejas do ducado da Serenissima Caza de Bragança como são em todas as igrejas circumvizinhas [sic] Valbemfeito, Vale da Porca, Santa Combinha, Macedinho, Carrapatas, Amendoeira, e em outras muitas mais e como estas fabricas sam dizmas, e ainda as que o não sam das mais igrejas de comendas que so tem porsam certa em dinheiro pertencem em solido a conta delas ao Senhor ordinario». *Idem, ibidem*, fl. 33v

[141] Entre outras obras, em 1806 far-se-ia de novo a capela-mor. Daí algumas despesas avultadas: «ao mestre canteiro a conta da 700000 reis porque se obrigou a fazer a capella mor - 132000»;«ladrilhos para a capela mor - 24000».Por sua vez, a escritura de obrigação com o canteiro custou 550 réis. A.D.B., PRQ., Cx. 9, Lv. 90, fls. 75-75v

1752 1753	«da reforma do telhado da igreja»; «mais para a mesma obra de telhar e madeira necessaria, telha, e carpinteiros»; «mais de forros e caibros para a obra da igreja»	12.200 18.460 1.890	*Idem, ibidem*, fl. 8
1753 1754	«de fazer os degraos do altar mor»	6.000	*Idem, ibidem*, fl. 9v
1761 1762	«de compor os degraos do altar mor»	1.200	*Idem, ibidem*, fl. 17
1764 1765	«de lagiar a capella mor»; «de abrir hua janella na igreja»; «dos ferros das grades»; «de conduzir a cantaria para o lagiamento da igreja»; «de erro que houve no ajuste do lageado e janella da igreja»	6.800 3.000 1.300 740 880	*Idem, ibidem*, fl. 22v
1765 1766	«do custo [...] da vidraça de hua fresta da igreja com seu marco, e rede de arame por dentro e opor fora»	2.500	*Idem, ibidem*, fl. 23v
1766 1767	«das portas novas da igreja»; «mais quinze mil e duzentos reis que se derão ao entalhador para precipiar a tribuna»	9.500 15.200	*Idem, ibidem*, fl. 24v
1767 1768	«do feitio da tribuna, e compustura do retablo da mesma tribuna»; «do carreto da madeira da mesma tribuna»; «da compustura dos altares e fazer degraos do supedanio»; «de hua porta, e mudar o pulpito»; «de compor os degraos da capella mor»; «do feitio dos castiçaes, pregos, e missagras para a tribuna»; das escadas da tribuna, e pulpito»	44.800 1.600 7.200 4.000 1.400 1.850 1.200	*Idem, ibidem*, fls. 25v-26
1768 1769	«gastou para a obra dos pintores para a capella mor»; «do feitio da escada da tribuna, e pulpito»	57.600 1.100	*Idem, ibidem*, fl. 27
1770 1771	«de cal para a igreja»; dos carpinteiros que obrarão a madeira»; «de duas geiras para os pedreiros de compor o telhado da igreja	1.750 3.400 400	*Idem, ibidem*, fl. 29
1772 1773	«para obras da igreja, que entregou ao juiz»; «de vinho que se gastou para apanhar a pedra para a igreja»; «para os ferros da fresta»; «para os mestres pedreiros e carpinteiros»; «mais ao ferreiro»	10.000 2.450 1.165 1.160 260	*Idem, ibidem*, fl. 30
1773 1774	«mais de cal, madeira e pagamentos dos mestres onze mil reis»; «da obra dos caixoens da sachristia»	11.000 1.800	*Idem, ibidem*, fls. 31-31v
1774	«para a fresta da igreja»	3.000	*Idem, ibidem*, fl. 32v
1775	«de reformar hum sino»	53.100	*Idem, ibidem*, fl. 33v
1776	«de caiar a igreja»; «ao mestre pedreiro de compor a igreja»; «ao mordomo das Almas pella madeira para a mesma obra»; «de telha para a igreja»	1.400 1.200 1.200 1.000	*Idem, ibidem*, fls. 34v-35

1779	«de pintar o frontal»	1.500	*Idem, ibidem*, fl. 37v
1793	«do vinho que se deu aos obreiros que trabalharão na igreja»;	1.750	*Idem, ibidem*, fls. 54-54vv
	«da obra das portas»;	10.200	
	«das geiras dos pedreiros»;	13.020	
	«das geiras do carpinteiro»;	4.100	
	«da madeira para as portas»;	1.200	
	«da ferragem para as portas»;	4.400	
	«ao moço do barro»;	1.200	
	de hua geira de pedreiro»;	340	
	«mais que se deo para a obra que se anda fazendo»;	30.080	
	«de cortar e lavrar parte da cantaria para o lagiado da igreja»	26.570	
1794 1795	«do que se despendeo com os pedreiros para a obra do baptisterio sacristia e lagiamento da igreja	91.120	*Idem, ibidem*, fl. 55v
	ao carpinteiro para a dita obra	17.100	
	ao ferreiro pelas obras que fes para a igreja	5.200	
	pello vidro da fresta do baptisterio	6.000	
	de telha	4.550	
	de hua biga	200	
	para a compustura do adro	1.100	
	mais ao pedreiro e de cal	11.800	
	de madeira e carpinteiro	9.600	
	mais de telha	1.800	
	mais de pregos	800	
	do feitio de hua imagem de Nossa Senhora da Conceição[142]»	4.100	
1795	«para as obras dos confessionarios e baptisterio na obra da sacrestia	15.500	*Idem, ibidem*, fl. 57v
		5.000	
	de madeira para a mesma	2.160	
	de pintar o pulpito»	6.400	
1798 1799	«de pintar as portas do batisterio e confessionarios	6.650	*Idem, ibidem*, fl. 62

Também na povoação de Tó em 1743 se recomendava ao pároco a urgência em notificar o Marquês de Távora, como comendador de Santa Maria de Castelo Branco, para «prover no douramento» que o retábulo da capela-mor pedia e especialmente o sacrário. A medida que estabelecia o prazo de um ano para se fazer a obra era acompanhada de uma outra que consistia na orientação para os juízes do povo e da igreja sequestrarem os frutos da comenda até que a máquina fosse intervencionada. Porém o comendador tinha artes de se furtar ao cumprimento das suas obrigações, sucessivamente adiadas. Deste modo, em 1760 já não se tratava do douramento do retábulo

[142] Em 1801 pagaram-se 6000 réis pelo feitio de um Santo Cristo e 6400 pela sua pintura. A.D.B., PRQ., Cx. 9, Lv. 90, fl. 68v

mas da execução de um novo devido à incapacidade do existente até porque o sacrário não tinha volume para guardar a píxide[143]. Ao mesmo tempo, mandavam-se fazer degraus «do pe do altar de cantaria à moderna» bem como a pavimentação da capela-mor e a abertura de uma fresta de iluminação[144].

A comenda de Santa Maria de Azinhoso não constava do rol das comendas novas da Ordem de Cristo apesar de D. Manuel ter reformado em 1520 o foral desta vila. Em 1706, o memorialista Carvalho da Costa, dando nota da importância da feira anual de 8 de Setembro que qualificava como a melhor de toda a província - razão pela qual todas as casas se alinhavam ao longo da única rua e tinham alpendres - também dava notícia de ter «oitenta e seis vizinhos com huma igreja parochial, confirmação do bispo, e comenda de Christo[145]».

Apesar da escassez documental, alguns documentos relativos à segunda metade do século XVIII deixam ver as obrigações que os comendadores tinham na capela-mor desta igreja, fosse quando se tornava necessário a renovação de ornamentos, fosse quando se tornava imperioso atalhar às ameaças que periodicamente atacavam o edifício, nomeadamente a cobertura abobadada[146] da cabeceira. Em todo o caso, será útil acrescentar que o

---

[143] A.D.B., PRQ., Cx. 9, Lv. 89, fl. 143v

[144] A.D.B., PRQ., Cx. 9, Lv. 89, fl. 144

[145] COSTA, Carvalho da - *ob. cit.*, T. I, p. 489

[146] «Muito Reverendo Senhor reitor Manoel Vieira de Carvalho
Recebi a carta de Vossa Merce de vinte e hum do mês passado, e estimo muito a certeza que nella me deu da sua saude [...]. Agradeço a Vossa Merce a ificacia com que convocou o juis, e o seu capitão mor para determinar com os mestres que mandei, o melhor e maes siguro modo de reedificar a capella mor da sua igreja para cujo fim mando os apontamentos tanto para a obra de pedraria como de carpintaria espero de Vossa Merce ponha iditaes, e convoque os mestres capazes que ouver nas suas vezinhansas, para que a sobredita obra se faça bem e com a maior comodidade que for possivel. Vejo o que Vossa Merce me dia a respeito do maes que presiza a sua igreja, e não sei a rezão de que tendo estado a comenda vaga huns poucos de anos, se não cuidou em compra los e so essa precizão ficar logo para quando se me fes a merce da tal comenda. Diga me Vossa Merce o dinheiro que se acha da fabrica para se hir aplicando ao maes precizo que não pode fazer se tudo ao mesmo tempo. O mestre que daqui mandei me disse que o seu capitam mor lhe dissera sabia com indeviduação o que dessa freguezia precebia a comenda de Santa Maria, e a Mitra, e as rezoens porque não tinhão obrigação de concorrer com a mesma para as obras, peço a Vossa Merce o loguo queira informar me de isto

comendador João Manuel de Sande e Castro, uma vez informado do estado da igreja pelo seu reitor, o reverendo Manuel Vieira de Carvalho, enviou «um mestre» da sua confiança para no local se inteirar dos problemas existentes e porventura introduzir alguns ajustamentos e correcções nos apontamentos de pedraria e de carpintaria que transportava consigo tendo em vista a arrematação em praça pública da obra da capela maior.

Também os padres da Companhia de Jesus de Bragança estavam obrigados à conservação destes espaços. Estabelecidos nesta cidade desde 1559, aí fundaram um Colégio. Sem excluirmos o papel dos notáveis de Bragança e do titular da Sereníssima Casa, seria muito importante a acção dos bispos D. Julião d'Alva e D. António Pinheiro que sucessivamente agregaram ao Colégio algumas igrejas com parte dos respectivos rendimentos. Em 1574, um Breve de Gregório XIII legitimava[147] tais actos, permitindo, ao mesmo tempo, que os religiosos se pudessem sustentar. Já antes (1560), D. António Pinheiro tinha esclarecido que com a pregação, as confissões e a doutrinação o papel dos regulares na região consistia ainda na leitura do «latim e theologia

---

que ouver sobre este particular, disculpando me de que o nam lhe escrever agora he por não lhe saber o nome, o que farei em outra ocazião [...].
17 de Junho de 1778
João Manoel Paes de Sande e Castro».

Além desta carta do comendador também nos parece com interesse um «escrito» de João de Novais, seu representante, por onde se conclui que as comendas de Santa Maria de Azinhoso e de S. Mamede de Mogadouro andavam na mão da mesma pessoa:
«Como Procurador do Senhor Comendador desta comenda de S. Mamede do Mogadouro recebi da mão do Muito Reverendo Senhor reitor da villa de Azinhozo a copia do capitollo de duas vezitas emmediatas pretencentes as obras deixadas e empostas nelles a dita comenda.
Azinhozo a 17 de Dezembro de 1785
João de Novaes».

Com letra diferente, escreveu-se:
«Ressebi do Reverendo reitor da villa de Azinhozo huma carta que nella continha huns capetellos de vezita que varias obras estão capetuladas cuja carta hei de remeter ao Senhor Comendador desta comenda de São Mamede.
Azenhozo de Outubro 17 de 1787
Do rendeiro da mesma comenda
Luis de Campos Henriques».Arquivo paroquial de Azinhoso, docs. s/colocação.

[147] A.U.C., *Maço 6 e 7 de Parameo e Penas Juntas*, fl. 1

moral em casos que no foro da conscencia ocorrem aos comfessores[148]» e, especialmente, «no insino dos estudantes que aprendem pera clerigos».

Além das igrejas de S. João de Transbaceiro e de Dine, anexar-se-iam ao Colégio a de S. Julião de Paçó (Vinhais), com as anexas de S. Pedro de Lagarelhos, Santa Maria de Rio de Fornos e S. Mamede de Travanca, as de Santa Maria Madalena de Grijó de Valbenfeito, de S. Nicolau dos Cortiços, com a anexa de Sernadela, e ainda de Penhas Juntas com as anexas de S. Martinho de Ervedosa e Santa Bárbara de Brito.

Relativamente às necessidade de alfaias, vestimentas e obras a executar nas capelas maiores das suas igrejas, as obrigações dos padre regulares não diferiam daquelas que competiam aos restantes padroeiros. Registe-se, contudo, o costume dos jesuítas celebrarem contratos com os reitores de cada igreja. Mediante certas condições, estes obrigavam-se a fabricar[149] as cabeceiras de tudo o que fosse necessário. No entanto, a indefinição de certas cláusulas, com alguma frequência, propiciavam a gestação de conflitos entre as partes, mormente depois da acção inspectiva dos visitadores. Mesmo assim e no âmbito das suas obrigações, a tendência para os padres regulares faltarem ao cumprimento, nos prazos estipulados por aqueles ministros, parece ser uma constante. Daí que as indicações para se sequestrarem os frutos pertencentes ao Colégio fossem correntes, como também o eram frequentes as petições[150] dirigidas ao bispo para obterem a anulação do capítulo de visitação

---

[148] A.U.C., *Paço de Vinhaes*, fl. 29

[149] Uma sentença de 1707 sobre a obrigação de se «refazer a capela mor» da igreja do Parâmio, deixa ver algumas das condições do contrato. O «reitor ficara com todos os rendementos do pe de altar e tomara sobre si todas as custas da fabrica e vezitassoins endoenssas sera hazeite da lampeda e todos os mais custos novos e velhos excepto as obras da capella maior quando se arruinasse a maior parte ou se arruinasse todo o tecto ou fosse necessario fazersse retabulo todo de novo porque a estas somente seria o colegio obrigado». A.U.C., *Maço 6 e 7 de Parameo e Penas Juntas*, fl. 285. Para a matriz de Penhas Juntas conhecem-se também «instrumento (s) da fabrica». *Idem, ibidem*, fls-791-791v, 797-797v, 799-799v

[150] Um exemplo de 1667, respeitante à igreja de S. Miguel Arcanjo de Sernadela, por obras não executadas: «Dizem o padre reitor e maos religiosos da Companhia de Jesu do Colegio de Braguansa que vizitando em as suas igrejas dos Cortissos Cernadella e Grijo mandou aos reverendos parochos, e freguezes dellas que com pena de excomunhão não paguassem os

que os obrigava a despesas, uma vez que, como referiam, em 1693, algumas das medidas tinham apenas a finalidade de os vexarem e «fazer lhes gastar o que não he(ra) necessario nem precizo[151]».

Já antes os responsáveis eclesiásticos tinham compreendido que «o multiplicar penas não se fazendo as ditas obras não vem servir de couza algua, pois nem as penas se pagão nem se fazem as obras[152]». Nesta perspectiva, o bispo D. Frei José de Lencastre tentou remediar esta matéria, combinando com os jesuítas de Bragança uma solução, a qual passava pela existência em cada igreja anexada ao Colégio de fábrica bastante e um fabriqueiro que devia atender às obras impostas nas visitações. Em termos gerais, estabeleceram-se estes valores:

> «fabrica para a igreja de Dine annexa do Paramio dous mil reis e para a igreja do lugar de Lagarelhos annexa do lugar de Paçó de Vinhaes tres mil reis e para a igreja do lugar de Travanca annexa do lugar de Paçó Dois mil e quinhentos e para a igreja de Sernadella annexa da villa dos Cortiços dois mil e quinhentos reis [...] as quais quantias o dito Collegio sera obrigado a entregar por dia de Paschoa de flores de cada hu anno ao fabriqueiro[153]».

Estes procedimentos não invalidavam outras obrigações dos regulares, como fossem «alumiar as alampedas» ou fazerem «as capellas ou retabolos

---

dizimos ao cobrador dos ditos padres ate que não dessem comprimento as obras que nas vizitas passadas estavão postas e na prezente e perque não he possivel poderem os ditos padres por as ditas obras em tempo tão lemitado como he hum mês alem do dito Collegio ter este anno grandes perdas e não ter posses para tantas obras que redundão em gastos em tão breve tempo». Em consequência, produzir-se-ia o despacho que se segue: «Porrogo o recurso dos capitullos de vizitação que deixei [...] por tempo de seis mezes [...] com cominasão que não satisfazendo dentro neste tempo serão os reverendos padres condenados a 6000 reis para a Se e meirinho». A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 9

[151] Estas afirmações produziram-se no contexto da necessidade de um retábulo para a capela-maior da igreja dos Cortiços, o qual, pretendia-se, devia ser de «columnas salomonicas somente por estarem os paineis de boas tintas, e bom uso». Resistindo à execução desta obra, consideravam os jesuítas «estar decente ainda a obra do retablo, e estar actualmente o dito Collegio gastando dinheiro em hum retabolo da igreja filial da mesma matris dos Cortiços», ou seja, a igreja de Sernadela. A.U.C., *Comenda dos Cortiços*, Tomo I, doc. 25, fl. 5

[152] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fls. 11v-12

[153] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fls. 30-33

quando se ouverem de fazer de novo», matérias que continuariam a alimentar litígios.

Entre as obras de que se encarregaram os padres da Companhia, destacamos o retábulo da matriz dos Cortiços, contratado em Junho de 1703, e o seu douramento de que se lavrou escritura, em Novembro de 1718. Da obra de entalhador[154] encarregou-se o mestre Bento Pereira que não seguiu fielmente a planta. Por isso foi obrigado a nova intervenção para que a máquina retabular ficasse ao gosto dos encomendadores; por sua vez, Januário da Silva, pintor-dourador[155] da região de Cabeceiras de Basto, obrigar-se-ia a fazer luzir aquela estrutura.

Praticante da mesma arte, natural da mesma terra e com o mesmo apelido, indício da existência de relações familiares, Germano da Silva encarregar-se-ia, em Novembro de 1718, da pintura e douramento do retábulo da igreja de S. Julião de Paçó. Tal como na primeira, também nesta empreitada se exigia que o aparelho fosse «com retalho e não com colla forte e o gesso ha de ser estrangeiro e não com barro como alguns o fazem[156]». A circunstância de, a propósito de um e de outro, se afirmar serem «assistente(s) nesta cidade e seo Colegio», bem como a dispensa de apresentação de fiadores, parece indiciar relações de proximidade com os jesuítas e legitima a hipótese de terem exercitado arte no retábulo da capela-mor da igreja de Bragança.

2.3 Obrigações dos paroquianos

No tombo de Algoso assentaram-se as declarações prestadas (Agosto de 1684) pelo reitor e pelos moradores Pedro da Gama, com oitenta anos de idade, e Domingos Fernandes, com setenta, relativamente aos encargos que

[154] A.U.C., *Comenda dos Cortiços*, Tomo I, doc. nº 4, doc. nº 1
[155] A.U.C., *Comenda dos Cortiços*, Tomo II, fls. 1-2, doc. nº 50
[156] A.U.C., *Paço de Vinhaes*, fls. 317-318

tanto o comendador como os fregueses tinham com a igreja matriz de S. Sebastião. Diga-se que a primeira matriz desta antiga vila se situava em sítio mais elevado, ainda receosa de se distanciar da protecção oferecida pelo altaneiro castelo. Posteriormente, com o reforço do povoamento em terrenos mais descansados mas a curta distância da fortificação, a padroeira da velha matriz, designada por Nossa Senhora do Castelo, cederia a primazia das intenções devotas àquele mártir, sob cuja protecção se erigiu o novo templo[157].

Do conjunto de depoimentos, o Doutor Francisco Monteiro de Miranda, juís do tombo, captou algumas das pendências judicativas que nos aproximavam das rotinas seguidas:

> «os freguezes conforme a mesma posse estavão obriguados aos concertos do corpo da igreja e aos sinos e sua torre e que a Camara estava obrigada a dar oito mil reis por hua provizão de Sua Magestade pera os oficios da Somana Santa e doze arrateis de sera e da villa e sua terra estavão obriguados aos concertos do relogio e sumiterio da torre por hua provizão registada no registo da Camara e que o reverendo reitor e cura estão obriguados a dizer miça altarnata os domingos e dias santos pello povo[158]».

De forma sintética e com o rigor necessário para a sua compreensão, os louvados apresentavam desta maneira as obrigações essenciais dos fregueses respeitantes ao corpo da igreja matriz enquanto se acrescentavam outras relacionadas com a torre dos sinos. Por sua vez, a sacristia, certamente por manifesto esquecimento, nem sequer seria mencionada. Em todo o caso, da repartição de obrigações quase se pode extrair que, em regra, as despesas dos moradores não incidiam sobre a capela-mor. Será, por isso, útil adiantarem-se alguns exemplos concretos em que se mostre não somente o âmbito mas

---

[157] No referido registo anotar-se-ia: «vejo a porta principal da ditta igreja (de S. Sebastião) da parte de fora se achava empermida hua comenda de pedra com o abito de Sam João como taobem nas portas da ermida de Nossa Senhora do Castello que antiguamente fora matriz comforme a tradição que outrosi pertencia ao venerando comendador». A.D.B. PRQ., Cx. 10, Lv. 99, *Tombo de Algoso*, fl. 26

[158] A.D.B. PRQ., Cx. 10, Lv. 99, *Tombo de Algoso*, fl. 26

também a variedade de situações que, no plano de responsabilidades com obras, relacionavam os fregueses com o corpo das igrejas paroquiais.

A partir de 1621, é possível atentarmos nas exigências que, sucessivamente, sobrecarregavam os moradores de Bouça de Nuno (Mirandela). Sumariamente, os parâmetros do problema podem ser assim escalonados: paredes, telhado, pavimento, reparações do tecto da nave, grades do baptistério, eliminação das pinturas murais que revestiam as paredes da igreja (1624), portas, adro, imagens dos altares colaterais, execução e douramentos dos respectivos retábulos.

Em anos posteriores, incidam as preocupações nas igrejas paroquiais ou nas capelas que, geralmente, as populações dedicavam a santos terapeutas, o programa parece ser pouco versátil. Em 1692 visitava a igreja de Santa Olaia de Pinelo (Vimioso) o reitor do Seminário de S. José de Miranda, o Doutor Manuel Tavares de Sousa. Da verificação do mau estado das capelas de S. Sebastião e S. Jerónimo, pertencentes ao povo, resultou a decisão de se mandar fechar as portas destas ermidas acompanhadas da proibição de se voltarem a abrir antes de se lhes fazerem as obras necessárias «para parecerem mais caza de veneração do que recolhimento de gados[159]» ou armazém de cereais[160], como era o caso da capela de S. Sebastião. Porém, a interdição da celebração do culto nestas capelas, atenuada pela autorização para, no dia do orago, se poder rezar missa na matriz, iria prolongar-se. A falta de dinheiro para remediar o estado e a aparência destas, quer da sua estrutura física quer dos seus ornamentos, relacionava-se directamente com as despesas que havia necessidade de fazer na matriz e que o próprio visitador, ao admitir que «os

[159] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 102, fl. 9

[160] Em 1692 o visitador deixava o seguinte apontamento: «se me fes queixa que na dita capella de São Sebastião havia mais curiozidade de recolher trigo que dar esmolas para o ornato della mando com penna de excomunhão maior ipso facto e de vinte cruzados para a See e meirinho que nenhua pessoa ecleziastica ou secular abra nam mande abrir as portas da dita capella, recolha nem mande recolher algu genero de frutos ou couza que o valha na dita capella». A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 102, fl. 9v

freguezes ficão carregados de obras no corpo da igreja[161]», reconhecia serem onerosas. Fundamentalmente, os moradores deviam fazer:

> «dous retabolos para os altares colatrais porpocionados a largura dos mesmos altares e altura conveniente, que sirvão mais de ornato para a igreja do que de rizo á gente[162]».

Preocupações da mesma índole seriam explicitadas em Parada quando, em 1714, o Doutor Jerónimo Preto e Lemos visitou a igreja de S. Gens. Referindo-se ao papel dos fregueses no douramento recente dos retábulos colaterais do Santo Cristo e das Almas o cónego magistral, afirmava:

> «lhe(s) louvo muito e menos o mandarem os fazer por official que so tem mauns para deliniar monos, e obras rediculas que servem mais para motivo de rir que para adorno do culto divino[163]».

Sendo uma forma implícita de expressar a sua opinião acerca de alguns artistas e das suas produções este representante da hierarquia diocesana, quando ordenava a intervenção artística no altar das Almas, esclarecia:

> «em lugar do rediculo painal [sic] , ou quadro que tem o retablo do dito altar mandarão fazer outro quadro de lenço com a pintura das Almas proporcionado por mão de bom pintor, que não seija tam ridiculo como o que pintou, e dourou, o que actualmente tem visto que tanto imitou com as redicularias da pintura as que tinha feito o entalhador[164]».

Sabendo-se que as intervenções se alargariam ao retábulo do Santo Cristo parece mais importante evidenciar o veto que recaiu sobre «o rediculo

---

[161] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 102, fl. 9
[162] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 102, fls. 8v-9
[163] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 14, fls. 4v-5
[164] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 14, fls. 4v-5; RODRIGUES, Luís Alexandre - *A reforma iconográfica e o apelo aos sentidos. A talha em Bragança: reflexões sobre alguns exemplares maneiristas e de estilo nacional (1657-1728)*, in «Páginas da História da diocese de Bragança-Miranda. Actas do Congresso Histórico», Bragança, 1997, p.111

Bautista[165]», o artista responsável por algumas realizações e a quem, como se viu, dificilmente seriam entregues mais obras.

As observações relacionadas com a decência dos retábulos obedeciam às orientações gerais que a igreja divulgava e impunha mas, ao mesmo tempo, tinham também a significativa força de fazer com que os fregueses gastassem mais do que estariam dispostos, visto que das exigências de uma obra cuidada decorrem sempre maiores despesas. Contudo, como as máquinas retabulares proporcionavam um engenhoso enquadramento às imagens, o Doutor Manuel Tavares de Sousa determinava aquelas que na igreja de Pinelo se deviam expor à veneração dos fiéis, a saber:

> «a de Santo Antonio que he do lado do evangelho tera a altura porpocionada em que caiba no meio delle a imagem do Santo Christo com a sua crux que esta no mesmo altar e hu tronozinho da parte do evangelho para Nossa Senhora do Rozario e outro da parte da Epistola para Santo Antonio patrão do mesmo altar, e no altar colatral do lado da epistola que sera na mesma forma que o outro se farão tres pianhas com que se porão tres imagens a saber Nossa Senhora da Expectação no do meio no da epistola Santo Estevão e no do evangelho Santo Amaro patrão do mesmo altar e as tres imagens serão reformadas com pintura incarnação e estofo decente[166]».

Outras vezes, como sucederia em Argoselo, perante a demora do Cabido em materializar competências próprias relacionadas com a capela-mor seriam os moradores a custearem essas obras. Contudo, solucionando problemas provocados pela omissão de outros ou respondendo a obrigações próprias terá interesse uma sucinta averiguação que nos retrate como, em termos gerais, se apresentava a saúde das economias familiares e o modo como se obtinham os quantitativos necessários, por vezes elevados, para se saldarem os

---

[165] A fraca consideração artística que alguns eclesiásticos demonstravam pelo artista Baptista já tinha sido demonstrada, em Outubro de 1709, pelo Deão da Sé, Doutor Bernardino Cabral da Silva quando se tratava do retábulo da capela-mor: «em termo de hum anno (o fabriqueiro) mande fazer o dito retabolo na forma detreminada, para o que sera posto a pregão, e se arrematara a quem por menos o fizer, por mão de bom official, e que não seja o Bautista». A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 14, fl. 3

compromissos que sucessivamente se assumiam com empreitadas e outras encomendas.

Genericamente podemos afirmar que a constatação das necessidade de se gastarem elevadas quantias com obras e ornamentos ou a verificação da pobreza dos moradores raras vezes era motivo para amolecer o ânimo ou a tradicional rigidez dos visitadores, normalmente pouco inclinados a permitirem que a sensibilidade pessoal fosse contaminada pelos efeitos perversos das conjunturas económicas desfavoráveis. Incidindo estas sobre o modo de vida das populações não podiam deixar de manifestar os seus efeitos, mormente quando estava em causa o cumprimento de obras com prazos de realização definidos como acontecia com os capítulos de visita.

No ano de 1700, o cónego Jerónimo Preto e Lemos pretendia que os fregueses de Santa Olaia, da povoação de Pinelo, solucionassem os problemas apresentados pelo forro da igreja paroquial. Apesar do forro da nave estar na sua totalidade «muito negro e podre» apenas se impunha aos moradores a obrigatoriedade de reformarem a parte compreendida entre a «porta travessa athe a capella mor». Apesar de se ter considerado a pouca decência que o forro mostrava, a benevolência do eclesiástico, de acordo com palvras próprias, encontra justificação no facto de ser a obra «de muito custo, (e) estarem os annos cansados[167]». Reflectindo de forma lapidar a ocupação principal dos habitantes, esta expressão traduz bem a ocorrência de maus anos agrícolas e a consequente diminuição dos rendimentos dos agricultores. Dois anos depois, era o próprio bispo D. João Franco de Oliveira que, em paralelo com as depesas da obra já realizada no tecto, levava em conta a pobreza dos moradores para lhes perdoar as multas correspondentes a obras anteriormente ordenadas e não realizadas.

---

[166] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 102, fls. 8v-9
[167] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 102, fl. 16

Com a autoridade permitida pelas suas funções inspectivas, o Doutor Miguel de Carvalho e Almeida determinava, em 1722, relativamente à igreja de S. Vicente de Alvites:

> «os fabriqueiros e freguezes tem despendido tanto dinheiro e feito tantas obras na sua igreja que os acho exaustos de dinheiro por cuja rezão lhe não emponho obras novas e sò lhe recomendo continuem as que tem principiado[168]».

Desanexados da igreja de Pinheiro Novo, os fregueses de Pinheiro Velho (Vinhais) contraíram novas obrigações (1727) com a sua matriz, a qual tinha S. Sebastião como orago. Porém, pesadas as vantagens e decidindo-se o acrescentamento do plano da igreja não tardariam a surgir várias dificuldades. Por isso, em 1732 o Doutor Francisco Xavier Aranha que era cónego Doutoral na Sé de Miranda retomava (1732) alguns dos argumentos já enunciados em anos anteriores e em que se ressaltavam as limitações dos recursos económicos que os moradores podiam disponibilizar para a igreja porque sendo «tam pobres nam admira o dezemparo della[169]».

Outros exemplos comprovativos da «grande falta de frutos que geralmente se experimentarão este prezente anno» (de 1764) - em que o abade de Carrazedo se estribava para justificar a não realização, por parte dos moradores da povoação de Tó, entre outras obras, do douramento do retábulo da capela da Senhora do Rosário que anos antes D. Frei Aleixo de Miranda Henriques tinha mandado que fizessem[170] - podiam acrescentar-se ao rol de conjunturas económicas particularmente desfavoráveis para os homens do século de setecentos. A outros sucessos como as guerras ficaram a dever-se também algumas quebras nos rendimentos das populações.

Perto de Bragança e na proximidade relativa da raia fica a aldeia de Vilarinho de Cova de Lua. Em 1642, o reitor de S. Julião, o reverendo

---

[168] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 70, fl. 4v
[169] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 111, fl. 4v
[170] A.D.B., PRQ., Cx. 9, Lv. 89, fls. 145, 160v

Francisco da Cunha, visitando a igreja de S. Cipriano verificou que os moradores não tinham posto em execução algumas obras, entre as quais se incluíam o alpendre para a porta principal e a parte da sacristia que lhes cabia. Todavia, as penas correspondentes seriam relevadas por:

> «andaré ocupados em defenssão de sua terra pella incurssão dos enemigos e atendendo tambem a sua pobreza[171]».

Situações semelhantes verificar-se-iam em muitas povoações da diocese, principalmente naquelas que se localizavam nas imediações da fronteira. Como sempre, os diferentes tempos de reacção aos fenómenos negativos originavam velocidades diversas quando estava em causa a recomposição das consequências provocadas pelas relações conturbadas entre Portugal e Espanha.

Geralmente, os Jesuítas do Colégio de Bragança não respondiam com prontidão às exigências dos visitadores. Por isso sucediam-se retensões nos frutos das suas igrejas. Todavia, estas circunstâncias originavam demorados processos burocráticos que, amiúde, tinham o efeito imediato de dilatarem os prazos recomendados para se concluírem as obras ou para serem substituídas por outras que estivessem em condições de se aceitarem.

Em 1672, numa petição em que eram autores, os padres da Companhia pediam para lhes ser levantado o sequestro que incidia nos frutos da igreja de S. Mamede de Travanca (Vinhais) e, ao mesmo tempo, se lhes aceitassem algumas obras que tinham sido recusadas por não estarem em condições de receber. A situação e principalmente o estado da igreja era justificada pelos regulares com o argumento de ter sido «roubada no tempo das guerras (razão pela qual) se vai provendo pouco a pouco do necessario[172]».

---

[171] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho dre Cova de Lua (1634-1785)*, fl. 9v

[172] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fls. 5-5v

Sobre as consequências dos actos bélicos, o despacho do visitador revela-se mais esclarecedor:

> «os alivio das penas que lhes deixei na igreja de Travanca, e juntamente lhes levantara o reverendo padre confirmado o socresto sob pena de excomunhão maior e visto ser queimada a igreja de Travanca lhes aceito as obras, que estão postas[173]».

Outras vezes, como sucedeu em 1706 com alguns varões de Castrelos, a deslocação dos braços disponíveis numa povoação para outras funções impedia a concretização de projectos:

> «os freguezes adiantaram pouco a obra da sua igreja havendo sido tam recomendada [...] como tambem vi os materiais que para isso tinham juntos mas como de vinte senco freguezes que sam assistem quatorze auxiliares nas praças não lhe he facil continuarem com a obra[174]».

Na mesma altura e por razões idênticas o Doutor Manuel Carneiro de Figueiredo, Vigário-geral da diocese verificando que estavam por realizar algumas obras a que o abade de Pinela (Bragança) estava obrigado, nomeadamente ao douramento do retábulo da capela-mor e imagem do padroeiro S. Nicolau, daria mostras de compreender a realidade dos factos, visto ter entendido:

> «não ser falta do seu zello, senão penuria de officiais por cauza das prezentes guerras[175]».

Também na povoação de Pinelo (Vimioso), em Maio de 1706, o Doutor Jerónimo Preto e Lemos mandava registar o seguinte capítulo de visitação:

> «os freguezes não satisfizerão com a obra das capellas de S. Sebastião e S. Hieronimo [...] e attendendo a que satisfizerão em parte, e a opressão

[173] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fl. 5v
[174] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fl. 5v
[175] A.D.B., PRQ., CX. 3, Lv. 19, fl. 19v

que tem com a vigillancia das sentinellas por viverem em a raia os alivio em parte[176]».

De resto, como se sabe, durante o período em que se consolidava a soberania após o seu resgate do domínio filipino, mais tarde, na primeira década do século de setecentos e, depois, pelos anos de 1762, viver-se-iam tempos particularmente conturbados na região. Ora, estes sucessos acabavam por marcar negativamente[177] várias facetas da realidade social, económica, religiosa e artística.

Os efeitos da invasão espanhola da segunda metade do século XVIII ainda deviam estar vivos pois em Maio de 1766 os paroquianos da igreja de S. Gens de Parada e em especial o seu juíz, atribuíam à guerra a falta de cumprimento de obras que lhes estavam ordenadas:

> «por me constar de novo que a obra do baptisterio se justou no anno de 1764 e que o juis deste anno fes delegencia requerendo contra o ofecial que arrematou o alevio da multa [...] e tambem ao juis do anno de 1762 atendendo a perturbação que no mesmo anno se expirimentou com a guerra passada e que o impedio com a invazão do inimigo para cuidar da mesma obra[178]».

A venda de cereal que armazenava em tulhas constituía um dos expedientes mais comuns a que os moradores das nossas aldeias recorriam

---

[176] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 102, fl. 20

[177] Relativamente a um requerimento dos moradores de Castrelos para a construção de uma ponte (1768), pronunciar-se-iam várias câmaras. A de Algozo, tentando furtar-se ao pagamento da finta, entre outros argumentos, avançava: «no decurso de seis para sete anos tem experimentado, na esterilidade dos frutos hua mizeravel decadencia reduzindo os a carestia precepetadamente a húa necessaria pobreza que se aumentou tambem pela invazão do exercito espanhol no anno de 62, sendo pelo mesmo já deploravelmente reduzida a cinzas esta villa no de 1709». A.N.T.T., Desembargo do Paço, Minho e Trás-os-Montes, Mç. 49, Cx. 60, s/fl. Senhores de Miranda do Douro, os castelhanos «não cessavão de infestar o paiz, e seus contornos com roubos, queimas, e as mais insolencias que a sua perversidade inventava, asim [sic] o padeceo a vila de Algozo, que cahindo sobre ella hum grosso de cavalaria, sem resistência, a saquearão, roubarão, e queimarão, não lhe escapando o pam que se achava na eira, que tudo reduzirão a cinzas». FERREIRA, Cândida Florinda - *A guerra da sucessão no Distrito de Bragança*, in «O Instituto», vol. 78, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 600

[178] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 14, fls. 126v-127

para conseguirem o capital necessário para saldarem os diversos empreendimentos que os visitadores periodicamente mandavam fazer. Veja-se, por exemplo, o decreto do Comissário do Santo Ofício e abade de Chacim, Doutor Manuel Gouveia, que, em Setembro de 1680, relevava os fregueses da igreja de S. Miguel Arcanjo, de Cernadela, das multas a que se sujeitaram por não terem mandado dourar o retábulo de S. Sebastião. Mas a medida que lhes prorrogava o prazo para esta empreitada, era acompanhada da indicação de que «não sendo bastante o pão que tem em deposito para esta obra os freigeses contribuão com o que faltar[179]».

Quadro 8

Igreja de S. Nicolau de Paçó de Sortes «Condenaçois da segua do pão que fez o juis da igreja (1680)	
Amaro Rodrigues	50 reis
Antonio Rodrigues	50 reis
Maria Gonçalves	50 reis»[180].

Já em Novembro do ano anterior, o abade de Rebordelo, Doutor Seixas Pinto, tinha perdoado aos fregueses as multas devidas por não terem pintado o retábulo do mártir S. Sebastião. A sua atitude encontraria justificação na alegação, pelos moradores, da pobreza em que se encontravam e na declaração de que «tinhão feito hua seara para isso[181]». Sabendo-se que não havia muito

[179] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 39

[180] A.D.B., *Livro de contas da mordomia da igreja de S. Nicolau de Paçó de Sortes*, Confrarias, Cx. 5, Lv. 58, s/fl.

[181] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 37. A existência de searas para pagamento de obras no corpo da igreja pressupõe a existência de terras a ela pertencentes ou às confrarias. As finalidades apontadas reclamavam a laboriosa contribuição de todos os fregueses como se mostra pelo capítulo da igreja de Pinela, respeitante ao ano de 1721: «fese me queixa que muitos moradores deste lugar são remissos, e não querem hir trabalhar as terras da igreja, e confrarias

tempo que a semente tinha sido lançada à terra seria preciso esperar pelo tempo das colheitas para se reunirem as condições necessárias para a concretização do capítulo de visitação.

Além da fábrica de retábulos também para a encomenda de imagens se recorria à venda de cereal como demonstra a declaração seguinte, resultante da passagem, em 1696, de Frei Pedro de Melo pela igreja da Senhora da Assunção, na Bouça:

> «constou me que do deposito da confraria da Senhora do Rosario se vendera hum pouquo de pam e esta o dinheiro por cobrar o quoal dinheiro se tinha aplicado para fazer hua imagem da dita Senhora [...] o juis da igreja mandara fazer a dita obra a eleiçam do reverendo abbade [...] que dara perfeita, eicarnada e estofada[182]».

Procedimento semelhante e com finalidades idênticas permitia-se em Pinheiro Velho (Vinhais) como um dos modos de se realizarem activos, agora para o acrescentamento da igreja dedicada a S. Sebastião. Na verdade, o visitador, o reverendo João de Macedo de Madureira, em Outubro de 1728 declarava:

> «querendo os moradores fazer algua seara ou tomar empreitadas para a juda da despesas da sobredita igreja lhes permito travalhar os dias santos depois da missa[183]».

Entre outros aspectos, este capítulo de visitação põe em relevo um dos processos mais importantes no que respeita às possibilidades de realização dos objectivos fundamentais, principalmente os relacionados com a sustentação das obras da igreja. Referimo-nos às empreitadas, processo a que

---

pello que concedo licença ao juis da igreja possa condenar a cada hum que for revelde [...] em 200 reis, cuja condenaçam aplico para obras desta igreja». A.D.B., PRQ., CX. 3, Lv. 19, fl. 42

[182] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.

[183] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 111, fl. 2v. Note-se, contudo, que já com o século XVIII adiantada ainda a prática das searas era corrente. Algumas obras impostas aos fregueses da Senhora da Assunção de Sonim seriam, em Junho de 1768, suspensas pelo bispo «athe se tirar o pão da faceira». Ou seja, só depois de se ceifar o cereal se podia realizar dinheiro para satisfazer as

já se aludia nas Constituições Sinodais de 1563, nomeadamente quando estabeleciam:

> «onde os fregueses por custume forem obrigados a fabricar o corpo da igreja, ou fazer outras cousas, somente lhes mandaram fazer aquellas que he custume fazerse por elles para as quaes sera repartiçam antre todos elles segundo a fazenda que cada hum tiver ao rico como rico, e ao pobre como pobre, e nam por cabeça, por ser assi mais conforme a rezam[184]».

Quadro 9

Igreja de S. Nicolau de Paçó de Sortes «Condenaçois da empreitada de malhada que se fes aos 12 de Agosto (1680)	
Simão Fernandes	20 reis
Sebastião Rodrigues	20 reis
Francisco Pires	20 reis
Amaro Rodrigues	20 reis
Pedro Rodrigues	20 reis
Antonio Fernandes da Fonte	20 reis
Francisco Pires das Cancellas	20 reis
Thome Pires	20 reis
Estevão Vas	20 reis
Pedro Pires	20 reis
Bento Antonio	20 reis
Lucas Pires	20 reis
Antonio Fernandes	20 reis
Francisco Fernandes da Crux	20 reis[185]».

Ao suscitarem o trabalho dos moradores, gratuito e com finalidades religiosas, as searas também podem considerar-se empreitadas. Todavia, ao

obrigações. B.P.A.D. de Vila Real, *Visitação da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Sonim*, Lv. 160 - UD: Cx PUL 25 - 05, fl. 25

[184] Constituições Sinodais do bispado de Miranda, 1563, fl. 136

[185] A.D.B., *Livro de contas da mordomia da igreja de S. Nicolau de Paçó de Sortes*, Confrarias, Cx. 5, Lv. 58, s/fl.. As multas foram impostas pelo juiz da igreja.

admitir um conjunto mais vasto de obrigações e também alguns condicionalismos, com este termo designa-se uma maior variedade de situações.

Em 1709, o abade e os moradores de Fresulfe determinaram-se, no prazo de dois anos, a mudarem a localização da matriz que tem Santo Estevão como orago.

Concordando com tal resolução o Doutor Manuel Tavares de Sousa, cónego doutoral na Sé de Miranda, enquanto estipulava penas para o caso de não se respeitar o prazo combinado, também incentivava os fregueses a fazerem algumas empreitadas. Ao mesmo tempo, esclarecia:

> «faltando alguem sem justo empedimento o reverendo abbade o condenará dando lhe o juis o rol dos que faltarem em cem reis a cada hum e os evitara da igreja athe pagarem e se for já no serviço da mesma igreja os condenara em sinquenta reis a cada hum e se o juis nam der o rol verdadeiramente será condenado em quinhentos reis por quada ves que o fizer o contrario pagara de sua caza e o evitará da igreja athe que pague e se passar hum mês evitado pagará em dobro por cada hum dos sobreditos acima[186]».

Outra nota, referente à paroquial da Senhora da Assunção de Dine, ajuda a esclarecer os condicionalismos a que as empreitadas se deviam submeter. Em 1724, sentindo o peso das despesas que era preciso fazer em consequência de realizações estipuladas, o Doutor João de Sá Pereira, prior da igreja matriz de Bragança, exarou o seguinte depoimento:

> «comsedo [sic] licença para os freigezes fazerem alguas empreitadas em algus dias santos para as obras precizas na igreja para as quais sempre pedirão licença ao parocho e os que faltarem sem justa cauza serão condenados[187]».

---

[186] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/colocação, fls. 23v-24

[187] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Dine (1688-1754)*, fl. 52

Se a licença do pároco se justificava pela razão do trabalho ser objecto de penalização aos domingos e dias santos, também os trabalhos só poderiam começar depois de todos terem assistido ao serviço religioso, visto tratar-se de um dia em que era obrigatório ouvir missa.

Por sua vez, os carretos eram uma exigência fundamental, principalmente em realizações de alguma importância construtiva. Na altura da mudança da paroquial de S. Frutuoso de Argoselo para a povoação tomaram-se algumas providências que dessem uma resposta adequada ao problema das despesas. Um capítulo de visita relativo ao ano de 1728 informa-nos de que a obra estava ajustada com os pedreiros ficando os moradores unicamente com a obrigação dos carretos. Esclarecia-se, ainda:

> «a estes asistão todos igualmente o pobre como pobre e o rico, como rico e os que não triverem juntas de bois sendo pobres, mizeraveis asistão com suas pessoas ao serviço que a porproção lhes tocar, e os homens de negocio que não tiverem bois pagarão o carreto pro rata que lhe tocar como os mais que fizerem as ditas geiras; e a todo o que não obedecer para o dito serviço quando seja necessario, o supertendente da obra [...] o podera multar em quinhentos reis para as mesma obras[188]».

[188] Arquivo paroquial da igreja de S. Frutuoso de Argoselo, *Livro de registo de capítulos de visita e pastorais da igreja de S. Frutuoso de Argoselo (1698-1758)*, fl. 51

CAPÍTULO II

ARQUITECTURA RELIGIOSA DE FUNÇÃO PAROQUIAL

1. A função cívico-litúrgica do adro

Sublinhando que o termo «adro» deriva da palavra latina *atrium*, Rafael Bluteau adiantava que «hoje chamamos *adro* o taboleiro, ou praça diante da porta principal de huma igreja». Simultâneamente, clarificava a explicação servindo-se de um exemplo retirado do «Martirologio em portuguez» onde aquela palavra aparecia com o siginificado de:

> «cemiterio, porque antigamente não se enterravão os christãos nas igrejas, nem ao pé dos altares, por respeito ao corpo, e sangue de Jesus Christo, que nos ditos lugares se consagra; mas nos adros das igrejas, a saber na entrada, e diante da porta principal dellas se abrião as

sepulturas, por isso entre outros significados *atrium* veio tambem a significar cemiterio[189]».

A prática dos cristãos escolherem para repouso perpétuo um sítio na proximidade da igreja pode ser encontrada no fio temporal que mergulha as raízes no próprio processo de afirmação do cristianismo. Posteriormente, a instituição de tais usos conheceria alguma evolução já que muitas inumações passaram a ter lugar no interior dos próprios templos.

Importa por isso sublinhar o alcance da escatologia cristã, especialmente o ponto que fazia depender a ressurreição dos mortos da existência de sepulturas, as quais, por sua vez, não deviam ser profanadas: ou seja, só ressuscitaria o crente que tivesse sido inumado convenientemente. Daí a importância concedida ao enterro no interior da igreja ou, quando no exterior, junto dos seus muros - enterro *ad sanctos* - porque a crença nos poderes do santo protector para velar permanentemente pelas sepulturas e pelos cadáveres equivalia à garantia do defunto acordar no dia do Juízo Final.

Neste sentido convém saber quais eram os espaços que se destinavam aos enterramentos, tanto mais que se ouviam vozes a manifestarem-se contrárias à opção pelo interior das igrejas. Já no século VI os dignitários eclesiásticos introduziram a discussão deste tema no Concílio de Braga. Como resultado das suas conclusões, passariam a proibir-se os enterramentos nas naves e nas cabeceiras das igrejas. Mas, sobre esta matéria, no Concílio de Magúncia do ano de 813 introduziram-se algumas excepções[190], confirmadas no Concílio de Meaux do ano de 845, que caucionavam a possibilidade de que bispos, sacerdotes e até leigos privilegiados pudessem ser sepultados no interior dos templos.

---

[189] BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario portuguez e latino*, T. I, Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, p. 136

[190] BANGO TORVISO, Isidro Gonzalo - *Atrio y portico en el romanico español: concepto y finalidad civico-liturgica*, in «Boletín seminario estudios Arte y Arqueología», nº 40-41, s/l, s/d., p. 179

Deste modo, o espaço cemiterial compreendia o interior da igreja e prolongava-se no seu exterior, no espaço que constituía, utilizando a designação de Filipe Ariès, os *passus ecclesiastici, in circuitu ecclesiae*[191]. Em consequência, a palavra «igreja» não poderia designar somente a clausura representada pelo edifício por caberem também nos seu limites exteriores algumas extensões ou àreas abertas, com delimitações claramente assinaladas e com funções bem definidas.

Em todo o caso, na tentativa de elucidar o sentido do termo «atrio», Rafael Bluteau, sublinhando ser uma «palavra tão variadamente usada dos antigos[192]», expunha as dificuldades de traçar com rigor o seu genuíno significado.

Cientes da ambiguidade do significante «atrio», alguns autores[193] fixaram-lhe a evolução semântica, sugerindo que a partir do século XI tenha passado a referenciar o espaço que rodeava os templos. Esta extensão, a partir do século XIII, já com o estatuto de campo sagrado, seria indistintamente apelidada de «átrio» ou cemitério.

Historicamente, Filipe Ariès aponta três zonas especialmente destinadas às sepulturas: «*in exchedris ecclesiae*»; o *paradisum*; *in atrio* que,

---

[191] ARIÈS, Filipe - *O homem perante a morte*, Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária, s/l., s/d., p. 67

[192] BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario portuguez e latino*, T. I, Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, p. 644. Invocando diferentes opiniões, este autor testemunhou: «*Atrio*, he como pateo, e lugar descoberto»; «querem outros, que *Atrium*, seja o mesmo, que *Aterreum*, ou *Aterium, quod à terra oriatur*, e por ser o *Atrio* cousa rente com o chão»; outros relacionavam *Atrium* com «Atria, antiga cidade da Hetruria, ou Toscana, em que se costumarão na entrada das casas os primeiros atrios»; «muitos do seu tempo (escrevia Auto Gelio) entendião, que *Atrium*, e *Vestibulum* erão huma e mesma cousa»; «tomase *Atrium*, geralmente por toda a parte interior das cousas, que se vem da rua, quando ficão as portas abertas; neste sentido à imitação de Vitruvio, usou Virgilio da dita palavra, aonde diz *Porticibis longis fugit, e vacua Atria*».

[193] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *O românico*, in «História da Arte em Portugal», vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 32-33. Entre os exemplos citados por este estudioso contavam-se as igrejas românicas de Vilarinho (Santo Tirso) e Serzedelo (Guimarães) que apresentavam o átrio sobtre a frontaria. Entre os casos de que apenas restam vestígios, contam-se as igrejas de Ferreira (Paços de Ferreira) e de Freixo de Baixo (Amarante). SANTIAGO SEBASTIAN - *Mensage simbólico del Arte Medieval. Arquitectura, iconografia, liturgia*, Madrid, 1994, pp. 299-300

ocupando no todo ou em parte a área que rodeava o templo, seria o cemitério propriamente dito[194].

A primeira refere-se à parte semicircular das cabeceiras que em muitas construções medievais se podia apresentar com um formato semicircular. Era uma zona privilegiada como também o era o *paradisum*. Esta zona pode designar-se pelo termo «pórtico», o qual, por sua vez, equivale ao vestíbulo ou nártex que, pelo menos em alguns templos, se agregava quase sempre à fachada principal e que acabaria também por servir como sítio onde se sepultavam pessoas ilustres[195].

Patenteando uma clara função cemiterial, o pórtico ou *paradisum* da igreja românica de São Salvador de Anciães, nas proximidades da vila de Carrazeda de Anciães, tem uma disposição lateral. De resto, em 1721, no texto enviado para a Academia da História, da autoria dos reverendos João Pinto de Morais e António de Sousa Pinto, não se omitiu a referência ao vestíbulo-panteão, que com algum exagero se caracterizava como um «largo adro em sua redondez (da igreja), em que se vem muitas sepulturas com as insignias de comendas das Ordens Militares á cabeceira[196]».

Embora a documentação conhecida não permita grandes conjecturas, parece-nos importante dar relevo à existência de outro desenvolvimento evolutivo destes recintos cemiteriais. Trata-se da paroquial de S. Sebastião de

---

[194] Convém notar que a existência do adro pressupõe sempre a presença da igreja. Contudo, para que uma igreja pudesse ser consagrada era necessário que na área da sua implantação nunca tivesse havido enterramentos. Com este princípio concorda, por exemplo, a doutrina defendida pelo Doutor António de Vasconcelos em alguns debates relacionados com a Sé de Coimbra, nomeadamente quando afirmava: «o cemitério cercava a antiga igreja [...] mas o assento dela jàmais servira para inumações». VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de - *A Sé - velha de Coimbra*, vol. II, Coimbra, 1993, p. 354

[195] «Cantava-se, antigamente, o *In Paradisum*, etc., em certo lugar, junto ao cemitério, em que os fiéis se sepultavam, e não à entrada da porta principal da igreja dentro da qual hoje se enterram; e a isto diziam: fazer o paraviso, aludindo ao dito responsório». Como justificação das suas palavras, este autor refere um documento de S. Tiago de Coimbra de 1303 onde lia: *In loco ubi paravisus fieri consuevit.* VITERVO, Joaquim de Santa Rosa de (Frei) - *Paraviso*, in «Elucidário das palavras, termos e frases», vol. II, Porto, 1993, p. 465

[196] MORAIS, João Pinto de; MAGALHÃES, António de Sousa Pinto de - *Memórias de Ansiães*, Edição da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, Carrazeda de Ansiães, 1985, p. 33

Algoso cujo reitor era da apresentação do comendador da Ordem de Malta. Seria mesmo em função da necessidade e obrigação de se inventariarem todos os seus bens, direitos e obrigações que em 1684 se descreveu a igreja a que se agregavam a sacristia e uma torre. Sabendo-se que este elemento arquitectónico se destinava a alçar sinos, o que também sucedia, interessa reter a notícia da existência de «hua caza de simiterio que esta no baixo da torre[197]». Sem outros desenvolvimentos ou explicações, esta informação seria confirmada quando ao tratar-se das obrigações dos fregueses, estes se reconheciam obrigados às reparações no «sumiterio da torre[198]».

Mas a presença dos pórticos também se pode associar a questões da vida local visto que era ao seu abrigo que muitas vezes se tratavam assuntos relacionados com a vida municipal e com a administração da justiça. Era ainda o sítio onde, de acordo com Bango Torviso[199], as parturientes[200], depois de um período de quarentena, tinham obrigação de se apresentarem a fim de receberem a purificação .

Na celebração de outros actos de valor público procurava-se também a proximidade da igreja: por isso, o adro ganharia o carácter de verdadeiro *locum publicum et ecclesiasticum*, ainda que contrariasse algumas disposições sinodais[201]. No adro da igreja da Quadra (Vinhais) arrematar-se-iam[202] algumas

---

[197] A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 99, *Tombo de Algoso*, fl. 24

[198] A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 99, *Tombo de Algoso*, fl. 26

[199] BANGO TORVISO, Isidro Gonzalo - *Atrio y portico en el romanico español: concepto y finalidad civico-liturgica*, in «Boletín seminario estudios Arte y Arqueología», nº 40-41, s/l.,s/d., p. 184

[200] Numa pastoral impressa do bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, datada de 15 de Dezembro de 1759, podem ler-se (fl. 5) palavras de combate a este costume: «com muito desprazer nosso sabemos, que neste bispado não acabou com a nova lei da graça a lei antiga da Purificação, e que e as mulheres não vem à igreja nem satisfazem a obrigação de ouvir missa nos quarenta dias despois do parto, acabados os quais se presentão aos parochos, que recebendo os seus donativos, as dão por purificadas [...]. Ordenamos a todos os reverendos parochos se abstenhão do seu uso, sob pena de os castigarmos».

[201] Nas Constituições Sinodais de Miranda de 1563, determinando-se «que se não fação feiras, nem almoedas, nem audiencias nas igrejas nem outros actos profanos», entre outras proibições, estabelecia-se ainda: «se não fação ajuntamentos pera tratar de negocios temporaes, e couzas profanas, e seculares, nem se façção cameras, consistorios, e concelhos e que os juizes, procuradores, escrivaens não fação nos ditos lugares audiencias, nem quaesquer

terras para com o dinheiro apurado, cerca de 11.000 réis, se satisfazerem alguns compromisos com obras da matriz. Outras vezes, aí os mordomos das confrarias[203] prestavam contas ao juiz e aos oficiais.

Era também nestes espaços que, algumas vezes, se reuniam os tabeliães com as partes intervenientes para validarem com a força da palavra escrita um qualquer convénio. Na Primavera de 1602 seria no adro da igreja de Grijó de Parada que o Notário Apostólico do bispado acertou com os representantes desta aldeia os termos de uma escritura em que os moradores, a expensas próprias, se obrigavam a «sustentar o repairo e fabriqua» da ermida de S. Roque que por «devoçam des o anno da peste [...] tinhão feito de comcelho[204]»; seria também no adro da igreja de S. Mamede de Guide (Fevereiro de 1629), estando presentes o tabelião, o abade Francisco Manuel, o cura António Telo, o juíz da igreja e homens do Acordão que se lavrou o instrumento de doação que legitimava a pretensão do reverendo Fernandes, natural de Guide, em fazer uma capela dedicada à Senhora da Assunção na matriz[205].

Mas à medida que se desenhava a tendência para se não praticarem inumações no espaço fronteiro à entrada principal resultou que uma boa parte do espaço que rodeava a igreja, o átrio onde a maioria dos fiéis era sepultada, ficasse reservada para esta finalidade.

Para além da insistência com que diversos trabalhos arqueológicos revelam e fundamentam tal realidade também Duarte d'Armas não se eximiu a representar no espaço envolvente de algumas igrejas elementos comprovativos

---

autos judiciais, como são perguntar testemunhas, e outros semilhantes nem os procuradores avoguem, nem os escrivaes escrevão, nem fação contratos de vendas, compras, trocas, afforamentos, nem escripturas dellas».

[202] A.D.B., Nuc. Not., Vinhais, Mç. 64, Lv. 489, *Escretura de venda que feseram o juis e homens di lugar da Coadra e mais povo»*, s/fl.

[203] Como exemplo do que se disse serve o registo de Outubro de 1732, em que se afirma: «no adro de Nossa Senhora do Rozario em presença do juis e mais ofeciaes da confraria e do reverendo parocho tomamos contas ao mordomo Jozeph Afonço». A.D.B., CONF., Paçó de Sortes, Confraria da Senhora do Rosário (1724-1753), Cx. 5, Lv. 59, fl. 14v

[204] A.D.B., Mitra, Cx. 37 - «Treslado da escriptura de doação e (*) seguinte dos moradores do lugar de Grijo de Parada a ermida de Sam Roque», doc. s/nº

[205] A.D.B., Mitra, Cx. 37 - «Instrumento de doação pura e irrevogavel», doc. s/nº.

da sua utilização cemiterial. Assim aconteceu em templos construídos em Terena, em Juromenha- com uma das suas igrejas em ruína e que uma legenda nos informa ter acontecido no tempo da guerra - em Campo Maior e em Castelo Branco. Na paroquial desta terra, a minúcia do desenhador ultrapassou o simples apontamento de algumas lápides que testemunhavam a presença de sepulturas térreas para chegar ao ponto de mostrar um alçado lateral em que se evidenciava uma construção aberta na zona frontal por um grande arco redondo e albergando no seu interior uma arca tumular que, pelo aparato arquitectónico, devia ter servido para encerrar os restos mortais de algum notável local.

Contudo, valerá a pena salientarmos a inexistência nos debuxos do fidalgo desenhador de indícios materiais que revelem a vontade de cercar o espaço de implantação da igreja ou que manifestem potencialidades bastantes para assinalarem a presença de sinais capazes de quebrarem a continuidade com a paisagem natural e instaurarem um conjunto de especificidades próprias numa área de simbolismo bem vincado. Note-se que as igrejas em cujo aro Duarte d'Armas esboçou a presença de sepulturas se implantavam em campos mais ou menos abertos e a alguma distância dos aglomerados populacionais como se os medos que eventualmente povoavam o imaginário dos homens fossem factores de impedimento a uma aproximação frequente com os locais de enterramentos, campos sagrados pela morte e pela proximidade dos Santos, que importava preservar relativamente às vivências do quotidiano.

Na impossibilidade de averiguarmos se este motivo tinha alguma relação com o afastamento de grande parte das igrejas paroquiais pelo menos tinha muito peso quando se assistiu a um progressivo movimento de construir estas igrejas nas povoações ou nas suas proximidades imediatas de que resultaria o abandono das antigas. Todavia, para esta operação estavam

contemplados certos procedimentos que acautelavam as sepulturas existentes e respeitavam a totalidade do espaço sagrado.

Por outro lado, a edificação de uma nova igreja, mesmo tendo presente o problema do aproveitamento de materiais, longe de ser guiada por regras aleatórias, tornar-se-ia objecto da aplicação de um corpo normativo suficientemente consistente mas dotado de alguns atributos de flexibilidade para se poderem atender às exigências do culto e a uma multiplicidade de situações locais.

Por se ter empenhado em sintetizar as orientações promulgadas pelo Concílio de Trento que rapidamente se converteram em legislação católica, especialmente pelo trabalho de adequação do decreto sobre a veneração das imagens aos problemas da arquitectura religiosa, merece destaque a figura do cardeal de Milão, S. Carlos Borromeu (1538-1584). Dando mostras de grande pragmatismo, na obra *Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae*, esforçou-se por dar coerência a um corpo normativo apostado em delinear a adequação da arquitectura religiosa com as necessidades e práticas litúrgicas.

Na continuidade deste afortunado labor muitos seriam os temas abordados. Mas em matéria de execução pugnava-se sempre pelo reforço das competências dos prelados a quem cabia a responsabilidade última quando se jogavam opções arquitectónicas e decorativas. Em consequência, pelo papel de delegados do titular da Mitra episcopal e, por inerência de funções, zeladores permanentes da aplicação dos artigos das Constituições Sinodais também se deve sublinhar a actividade persistente que os visitadores desempenhavam.

Entre o conjunto de normas que pretendiam regulamentar os problemas de edificação de novas igrejas contava-se a que tratava sobre a eleição do sítio. Contudo, os conteúdos destas disposições eram claramente moldadas no texto da autoria do arcebispo de Milão. Nesta linha de orientação merece que se considere a norma que regulava as novas implantações, a qual se formulava nos seguintes termos:

«téngase la precaución de que el sitio se busque de tal manera donde la iglesia pueda ser edificada semejante a uma isla, es decir, desunida y separada [...] desde las paredes de otras casas[206]».

Com estas palavras Carlos Borromeo rematava a sua explicação sobre o sítio mais adequado para a implantação de uma igreja. A noção de isolamento só poderia ser definida pelo estabelecimento de um limite que serviria de referência para a definição do conceito de interioridade por contraste com o meio envolvente. Em regra, tal limite é constituído por um muro de alvenaria, rebocado e caiado, que evolui exteriormente ao redor da igreja e a alguma distância das suas paredes. Deste modo, forma-se o adro, um espaço de superfície variável, dotado de personalidade própria e com capacidade para reforçar de modo integrado as indicações psicológicas de protecção e funcionais de modo a que os vivos, também aí, possam conviver com os mortos.

Quadro 10

«Titullo da demarquação que se fes desta igreja matriz desta villa (Algoso) oragão S. Sebastião como tãobem das varas que tinha o adro (Junho, 1684)[207]»

«achou per medição dos louvados e medidores ter a dita igreja da parte do Norte do canto do Poente ao Nassente de comprimento vinte e nove varas e e da parte do Sul do canto do Poente ao Nacente [sic] vinte e nove varas e da parte do Nassente do canto do Norte athe o do Sul de largura sete varas e meia e da parte do Poente do canto do Sul athe o Norte de largura treze varas e dois palmos e feita assim a dita medição do comprimento e largura da dita igreja pella parte de fora achou elle Doutor Juis do Tombo com os louvados ter o adro da dita igreja em redondes do marquo da parte do Norte ao marquo do Poente vinte varas e meia e do marquo do Poente ao marquo do Sul dezoito varas e fiqua este marquo pera a parte do Poente pera a parte do Sul da parte do Poente ao marquo do Sul da parte do Nassente vinte e oito varas e meia do marquo do Sul da parte do Nassente ao marquo do Nassente vinte duas e hum palmo do marquo do Nassente ao marquo do Norte vinte e oito varas os quoais marquos são de cantaria roliços de altura de hua vara».

[206] BORROMEO, Carlos - *Instrucciones de la fabrica y del ajuar eclesiásticos*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1985, p. 5

[207] A.D.B., *Tombo de Algoso*, Cx. 10, Lv. 99, fl. 27v

Como parece não haver regra sem excepção, apontem-se os casos da matriz de Algoso e da igreja de Mora[208] como exemplos em que o perímetro do adro, sendo definido por marcos colocados nos ângulos da figura geométrica que formava, não era «tapado com parede» como era corrente. Sobre estes casos, nas Constituições do bispado de 1761 ainda se reafirmava a obrigatoriedade da colocação de «devizas, para que dentro das mesmas nada se possa edificar, nem fazer mercados, açougues, curraes, fornos, e qualquer outro uso profano».

Nos termos de um artigo das Constituições Sinodais do bispado de Miranda, de 1563, o adro participava do cerimonial litúrgico por ser local de enterramentos e por ser percurso de procissões. Na verdade, sobre esta matéria regulamenta-se:

> «louvado e géral costume he sairem as segundas feiras com procissam sobre os finados, dizendo responsos e orações por suas almas. O qual mandamos que inteiramente se guarde, não vindo festas de guardar nas ditas segundas feiras. E levaram diante a cruz, e hiram os curas lançãdo agoa benta sobre as covas, e faram tãger os sinos do modo que tãgem aos finados e onde houver adros ou cimiterios fora das igrejas sairám com a procissam por todo o adro salvo quãdo chover ou nevar, porque então se fara somente dentro das igrejas[209]».

Esta disposição comprova que os adros eram sentidos como espaços com características especiais. As qualidades decorrentes da função cemiterial eram ultrapassadas com a criação de uma atmosfera religiosa em que as solenidades e orações piedosas pelos defuntos aí enterrados demonstravam tratar-se de lugares santos e sagrados.

---

[208] No termo de demarcação da igreja de Mora escreveu-se que tinha «seu adro em roda com seus marquos». A.D.B., *Tombo de Algoso*, Cx. 10, Lv. 99, fl. 89

[209] *Constituições Sinodais do bispado de Miranda*, 1563, fl. 82

Evidenciando também como as antigas proibições[210] de sepultarem leigos no interior das igrejas tinham caído no esquecimento, o mesmo trecho permite ainda concluir da existência na área da diocese de povoações escassamente povoadas uma vez que, já na segunda metade do século XVI, se admite a ocorrência de igrejas em que o plano da sua nave era suficiente para os óbitos registados, apesar das reduzidas dimensões que a maioria esmagadora dos templos apresentavam. Significativo é o depoimento do reitor de Parada, Francisco José de Amaral Sarmento, que, no questionário de 1758, ao noticiar a edificação, em 1599, da ermida de S. Roque pelos moradores por causa da peste, adiantava: «foi preciso valerem-se do adro da igreja para enterrarem os mortos por estarem já as sepulturas della occupadas dos cadaveres[211]».

À semelhança de outros casos, a igreja da Senhora da Assunção, matriz de Bouça do Nuno (Mirandela), erguia-se fora[212] da povoação. Embora não se revele fácil a empresa de descrever o ambiente que a rodeava, merece aceitação a hipótese de se tratar de um ambiente de acentuado naturalismo em que a brancura das paredes da edificação não deixaria de acentuar o contraste com a paisagem envolvente. Se bem que esta zona não possa ser caracterizada pela ocorrência de acidentes topográficos importantes, isto não significa que se contrariassem as regras em uso corrente, as quais aconselhavam a opção por um sítio elevado quando se tratava da implantação de uma igreja. À carga simbólica juntava-se o sentido prático. Não sendo assim poderiam ocorrer alguns prejuízos como consequência das dificuldades na domesticação das forças da natureza. Na verdade, como notou o reverendo Belchior de Macedo da Silva em Novembro de 1731:

---

[210] Mesmo no período medieval, os concílios de Braga, em 663, de Meaux, em 845, de Tribur, em 895 e de Reims, em 1117, proibiram tais práticas. DIAS, Vítor Manuel Lopes - *Cemitérios, jazigos e sepulturas*, Coimbra, s/d., p. 192

[211] A.N.T.T., *Parada de Outeiro*, in «Diccionario geographico», vol. 27, fl. 396

[212] «Visto como esta igreja esta fora do lugar e nella pode acontecer o que temos ouvido nestes tempos como foi roubarem o Santissimo Sacramento [...]». A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.

«no tempo de Inverno pellas augueiras que ficão por cima desta igreja não estarem concertadas vinha muita augua pello caminho abaixo de sorte que impidia a entrada da igreja, e que davão trabalho ao padre cura per rezão da administração dos sacramentos[213]».

Embora seguida de orientações aos moradores para «de conselho», ou seja com o contributo de pelos menos um elemento de cada casa, efectuarem as reparações necessárias, podemos dizer que o problema não era novo. De facto, já em 1627 o mestre - escola da Sé de Miranda e visitador, dizia:

«fui informado [...] se fazia grande lagoeiro que impidia o administrar os sacramentos aos enfermos e procissoes e cirvintia da igreja».

Tomando a informação como boa e escutando as soluções que alguns dos moradores mais influentes adiantaram, o licenciado João Miguel adoptaria algumas medidas para a superação do problema. Estabeleceu:

«os freigesses farão calçada lageada por hua das partes por onde se possa livremente passar[214]».

O facto de em todo o discurso nunca se ter mencionado o adro pode significar que, naquela altura, nenhum elemento construído corria à volta da igreja, separando-a com clareza do ambiente exterior. Sendo assim, o adro, como realidade física, não existia. Mas, como em 1640 já se lhe mandavam levantar as paredes e «alargar as grades da entrada[215]», aceita-se que as preocupações com a definição do seu perímetro são anteriores a esta data.

Paredes de alvenaria corporizam geralmente as linhas de separação entre o território pertencente à igreja e aquele que não era sagrado, num esquema que parece continuar o entendimento medieval da palavra «igreja» que, como alguns apontam, «não designava somente o edifício da igreja mas

[213] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.
[214] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.
[215] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.

sim todo o espaço em redor[216]». Assim sendo, o adro, ainda que se considere a sua função cemiterial, deve ser considerado um elemento do edifício sagrado.

Portanto, o muro, enquanto barreira de separação, tinha uma função efectiva de protecção mas também simbólica por corresponder à representação de dois mundos que os fiéis deviam saber identificar sem hesitações. Constantemente reclamada, durante os séculos de seiscentos e de setecentos, tornar-se-à difícil imaginar uma igreja que não tenha o seu adro bem separado do exterior.

A função cemiterial, ao vincar o carácter sagrado do adro e ao acentuar as preocupações relativas à necessidade imperiosa da defesa das sepulturas existentes no seu aro, fazia com que os visitadores os vigiassem de perto, fazendo incidir as atenções especialmente nos seus muros. Em finais do século XVIII, quando vários sinais de mudança agitavam a sociedade, a pressão exercida sobre os moradores mantinha-se como se testemunha pela imposição aos moradores de Gimonde, datada de 1795, para levantarem as paredes do adro de maneira a que ficasse «com tres palmos de altura pella parte de dentro[217]».

No mesmo quadro de finalidades compreendem-se as diligências do abade de Carrazedo, Pedro Vicente da Veiga Cabral, realizadas em 1773, e repetidas em 1780, pelo abade de Chacim, Manuel António de Aragão Cabral, para que os moradores de Castrelos introduzissem algumas correcções no adro da antiga matriz.

Convém esclarecer que razões de comodidade para os fregueses levaram a que a paroquial de S. João Baptista tivesse sido deslocada para o centro da povoação. Em resultado desta decisão a velha igreja matriz seria abandonada. Mesmo assim, o abade de Carrazedo, não hesitou em ordenar algumas medidas que garantissem a indispensável protecção:

---

[216] ARIÈS, Filipe - *ob. cit.*, vol. I, p. 67; idem - Sobre *a história da morte no ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989, p. 27

[217] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 11, fl. 15v

«o povo tapara dentro de hum anno de parede fechada o adro velho por conta da indecencia de que me enformão[218]».

Entre os motivos do descontentamento poderiam estar os que a seguir decorrem das palavras do abade de Chacim:

«informam me que ha certo citio em que algum tempo este a matris deste lugar e ainda hoje se conservão os moradores veneração ao mesmo lugar que servio de sua matris por estar nelle plantada hua cruz onde vão muitas procissoens, e se conservão os corpos de seos antepassados e se escandalizão os ditos moradores de que ao mesmo vão cabar e tirar terra para obras de suas cazas[219]».

A protecção das sepulturas existentes foi, certamente, a ideia principal que levou o reverendo António Esteves Pinheiro de Figueiredo, desembargador da Mesa Episcopal, a mandar ao juíz da igreja de Santo André de Carrazedo «que ao redor do adro velho se encha tudo de amoreiras[220]».

Se a referência ao adro velho constitui indicação de que esta igreja também sofreu uma deslocação antes de 1756, aproximando-se assim da aldeia, importa valorizar o sentido económico que resultaria do plantio de tais árvores tendo em vista a futura venda das suas folhas para a criação do bicho da seda e posterior aproveitamento dos seus casulos nesta importante actividade económica. As possibilidades de se tirar partido das árvores que cresciam nos adros, fossem amoreiras, oliveiras ou negrilhos, nunca se engeitaram.

Em 1732 mandava-se reformar a igreja de S. Nicolau de Corujas, tomando-se, ao mesmo tempo, algumas providências em relação ao seu adro que se pretendia fosse defendido «com boa parede e boas grades de pau». Aquelas orientações, sendo motivadas pelo desejo de se criarem condições mais favoráveis às solenidades do culto, tinham no caso vertente a curiosidade

[218] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fl. 112
[219] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fl. 128
[220] A.D.B., PRQ., Cx. 13, Lv. 124, fl. 14v

de resultarem da pressão exercida pela grande afluência de crentes a esta igreja em virtude dos «evidentes milagres que o milagroso santo continuamente está fazendo em tirar as maleitas geralmente a toda a pessoa que vai a ella de romaria[221]». Independentemente da importância que os milagres acrescentavam ao prestígio de uma imagem e da igreja onde se venerava, interessa-nos dar relevo aos interesses que, ainda em 1732, as árvores do adro representavam na igreja de Corujas:

> «as arvores que se acham no adro da igreja desde aqui por diante mando que rendão para o Santo Christo desta igreja que o reverendo parocho tera cuidado, com o juis da igreja de as rendar todos os annos a seu tempo, e do procedido alumear o altar do Santo Christo nos dias santos estando sempre a lampada aceza[222]».

Na linha de orientação relativa à protecção das sepulturas também o exemplo da mudança da igreja de S. Cipriano do Zeive pode ser apontado. Determinados a realizarem a mudança da igreja para o interior da povoação a partir de 1774, sabemos que ainda não tinha sido possível encontrar um sítio apropriado três anos depois. Porém, em Setembro de 1779, já o abade de Terroso, António Cabral, na qualidade de visitador, louvava os moradores pelo zelo que tinham manifestado na concretização daquele intuito. Todavia, porque o corpo da nova igreja estava por concluir integralmente os moradores ouviam missa[223] na capela-mor da igreja velha, da qual tinham já aproveitado diversos materiais. Perante este quadro de utilização provisória, o abade visitador não hesitou em aconselhar os moradores a tomarem algumas medidas de protecção da igreja e do sagrado. Assim, escrever-se-ia:

> «dentro em quatro mezes [...] taparão todo o continente do adro, e pavimento da igreja demolida com paredes bem defensiveis de forma

[221] A.D.B., PRQ., Cx. 13, Lv. 126, fl. 83v
[222] A.D.B., PRQ., Cx. 13, Lv. 126, fl
[223] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 18, fl. 55v

que não fique profanado aquelle lugar em que se achão sepultados os corpos daquelles que morrerão na comunicação fiel da igreja[224]».

O abandono da igreja seria seguido da colocação de duas cruzes. Uma no sítio das portas principais e outra no do altar-mor. Contudo, desconhecemos se a presença dos símbolos sagrados e das sepulturas continuavam a incluir, como em Castrelos, a antiga igreja no roteiro de alguma procissão[225].

---

[224] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 18, fl. 55v

[225] À luz do documento que a seguir se transcreve parece ter sido frequente que em muitas povoações se fizesse depender o trajecto de algumas procissões da localização das ermidas situadas fora da aldeia. Veja-se o exemplo de Sampaio: «Saibão quoantos esta publliqua escretura de doaçam e obriguaçam inrrevoguavel deste dia para sempre viren como, no anno do nasemento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e vinte e oito annos aos vimte e tres dias do mês de Janeiro da dita era no luguar de Sampaio termmo da villa de Pennas Roias (nas) cazas de Dominguos Afonsso parante mim tabballeão e testemunhas paresseram o dito Dominguos Afonsso e sua molher Caterinna Gomes Allvares e Francisquo Fernandes e sua molher Caterinna Martins e Martim Fernandes e sua molher Martha Rodrigues e Antonio Rodrigues e sua molher Maria Pires e Pero Fernandes e sua molher Maria Rodrigues e Pero Martins e sua molher Ines Fernandes todos moradores neste luguar de Sampaio, e por elles foi dito era verdade que estava feita nelle hua ermida da imvocaçam do Ispirito Santo e para effeito de se dizer nella missa lhe estava mandado dar e fazerem doaçam de beis para a fabriqua della por ordem dos Senhores do Cabido e se vacante da cidade de Miramda de que este luguar de seu bispado, e porque elles ditos tinham devoçam de que fosse em aumento da dita ermida e se dissesse nella missa eram comtentes por serviço de Deos e aumento de sua devoção de fazerem como fazem de seus benis proprios doaçam pera de oje para sempre das peças seguintes [...] e em testemunho de verdade assim o outorgaram elles partes e eu taballiam dou fee serem os proprios que a outorguam e aceito em nomme de quem auzente tocar possa commo pessoa publiqua e foram testemunhas [...] eu dito Diogo Monteiro de Moraes tabballeam publliquo e judicial nesta dita villa de Penas Roias e seu termo por El Rei Nosso Senhor em meu livro de notas tomei e dei este tresllado fis bem e feellmente [...] e vai sem vicio nem coussa que faça duvida, e vai por mim dito tabballeam feito e assinado em (*) nesta dita villa aos vinte e quoatro do dito mês de Janeiro de mil e seiscentos e vinte e oito annos». A.D.B., Mitra, Cx. 39, doc. nº 148

A ambição inicial de um pequeno número de pessoas parece ter-se transformado em desejo colectivo, como se conclui do testemunho que a seguir se transcreve:

«Apresentação de hua petição dos moradores de S. Paio

Anno do nacimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e vinte e oito annos aos des de Julho do ditto anno, nesta cidade de Miranda nas casas da morada do licenciado Francisco Luis arcediago de Mirandella na See Cathedral desta cidade provisor deste bispado de Miranda pello Illustrissimo Senhor Dom Jorge de Mello bispo do ditto bispado e do Conselho de Sua Magestade etc. por elle senhor provisor me forão dados estes autos e petiçois doação e emventario adiante juntos que tudo mandou autuar he se segue Diogo Soares que sirvo de escrivão da Camara o escrevi».

«Dizem os moradores do lugar de S. Paio termo da vila de Penna Rois deste bispado de Miranda, que elles tem feito hua hermida do Esperito Santo no dito lugar, a coal licença pera

Os adros, fossem das antigas igrejas ou das que de novo se construíram em consequência de se ter decidido mudar o sítio da sua edificação, não escapavam à constante atenção dos eclesiásticos.

Enquanto representantes da igreja, estes, zelando pela observação do respeito pretendido, tomavam atitudes que variadas vezes não deixavam de colidir com os costumes ou com interesses particulares de alguns dos

---

se fazer pasou o Senhor bispo Dom Frei João de Valadares [...] pelo que pedem a (*) pelo amor de Deos e pera sua consolação lhe mandem pasar licença pera dizer misa na dita hermida».

«Dizem os moradores do luguar de S. Paio termo da villa de Pena Roias deste bispado que elles não tem outra igreja mais que há de Santa Maria Madalena, e tem devoção e desejo de hua ermida junto ao lugar pera irem com as procissoes das ladainhas e outras que per devações se fazem e per não terem ermida onde ir vivem desconsolados e pesarosos perquanto em todos os lugares deste bispado há ermidas onde vão todos os annos com procissoes e tem elles supplicantes devação que sera do Espirito Santo, e a querem fazer a suas custas, e fabrica la, e a hipotecar terras que rendão pera ella vinte alqueires e mais per anno
pedem a Vossa Illustrissima
que per sua devaçam lhes mande passar licença, pera fabricar a dita ermida, e recebera merce».

A petição mereceria o despacho que se segue, indicando-se, ao mesmo tempo, as condições que deviam ser respeitadas:

«Está satisfeita com as escrituras de doação de propriedades pera a fabrica da ermida do Santo Spirito de que se faz menção, e com autos de posse que o mordomo da ditta ermida tomou de todas ellas e outrossi de como são livres sem foro nem hipoteca conforma lhe foi mandado, as quaes escrituras e autos se entregarão ao secretario do Reverendo Cabido desta See [...] e satisfeito se passe comissão pera o reverendo abbade de S. Martinho do Pezo ver a ditta ermida, e nos informar do sito em que esta, e se tem o telhado, e paredes, per dentro e per fora revocadas em cal, e portas com fechadura, altar guarnecido de madeira com seu retabolo, e imagens, e estrado ao pé, e com toalhas, e mais couzas necessarias pera na ditta ermida se poder dizer missa, com a decencia devida, e com isto se lhes dara a licença que pedem
Miranda e Maio vinte e sete de seiscentos e vinte e oito annos
O chantre».

Como se referiu, o chantre Domingos Gil e o licenciado Vicente Lopes de Moura que governavam o bispado em nome de D. Jorge de Melo mandaram que o reverendo João Pinto, abade de S. Martinho do Peso fosse à povoação de Sampaio verificar o estado da ermida. Este apresentou o seguinte relatório:

«E per vertude da comissão atras dos Senhores Governadores fui ao lugar de São Paio, e vi a ermida do Spirito Santo e me parece estar bem situada e accomodada tem per de dentro as paredes muito bem branqueadas boas portas com fechadura e o altar bem concertado com suas pinturas a modo de retabollo, toalhas e frontal e todo o mais necessario, pera nella decentemente, se poder dizer missa, a parede per a parte de fora, não esta caida, nem o telhado revoquado, nem forrado somente com ripas, porem parece me que per a terra não esta desacomodada, somente de presente tem a dita ermida necessidade de que se aplaine o pavimento della, per estar algu tanto desigoal e isto me parece
São Martinho 16 de Junio de 628
João Pinto». A.D.B., Mitra, Cx. 39, doc. nº 149

habitantes do mundo rural num período em que muitos dos valores da cultura pagã ainda mantinham um assinalável vigor.

Nas zonas rurais, o adro transformava-se muitas vezes no verdadeiro centro cívico das comunidades: fosse por ser um ponto de convergência no que respeitava à participação das comunidades nos diversos actos de culto, fosse por ter alcançado o nível de espaço privilegiado para o desenvolvimento expressivo de outros usos, em que se destacavam os ocasionados pela celebração de uma qualquer festividade. Em ambos os casos se pode referenciar um denominador comum: o ajuntamento de homens e mulheres. Porque nem sempre eram bem tolerados pela hierarquia da diocese, estas orientações, nas quais se contava a prática da caridade, forneciam o pretexto para os visitadores exercitarem a sua autoridade, podendo mesmo usar de um leque variado de admoestações. Comprovava-se assim a escassa compreensão e tolerância da igreja relativamente aos usos do quotidiano que, por serem geralmente contaminados por elementos culturais arcaicos, se distanciavam muitas vezes das regras de comportamentos religioso e social que a igreja militante desejava ver completamente institucionalizadas. Nos aspectos sociais, as interferências eclesiásticas chegariam ao ponto de pretenderem regular os modos de trajar, mesmo quando se pretendia exteriorizar o sentimento de perda pelo falecimento[226] de alguém.

[226] Nm capítulo de visitação relativo à igreja da povoação de S. Julião (Bragança), mandado lavrar pelo Doutor Inácio Luís de Campos em 1745, declarava-se: «Acho haver nesta freguezia introduzido hum hum [sic] uso, que sem duvida he grande abuzo, de trajarem as molheres quando lhe morre algua pessoa de sua obrigação por deferente modo, uzando dos mesmos vestidos que trazião antes do fallecimento das taes pessoas, as avezas virando as fimbrias, ou partes inferiores dos manteos e capas, ou mantilhas para a parte superior, pello que admoesto e exorto a todos que de hoje em diante não virem os vestidos, mas sim os tragam na mesma forma que de antes trazião, como tambem não uzarão das toucas na forma que costumão por não ser este modo prudente, nem indicativo de sentimento, so sim imprudente, e rustico, e não mudando do dito trage serão castigados arbitrariamente». A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 26

Como já dissemos, o espaço do sagrado era delimitado por paredes[227] nas quais se contemplavam uma ou duas entradas. Estas podiam ser fechadas por grades de madeira ou rústicas e incómodas lajes de pedra[228]. Muitas vezes na parte interior do adro, junto das duas entradas que é costume haver, construía-se uma grade lítica que ainda se conserva em muitos adros de paroquiais do bispado de que Santa Maria de Azinhoso, Soutilha e S. Mamede de Guide são exemplos. Enterrada no seu pavimento, deixava apenas aflorar os estreitos topos dos lancis de cantaria que, exteriormente, desenhavam os limites de uma figura geométrica rectangular, sendo que, paralelamente aos lados maiores e com as extremidades a morrerem no encontro com os lados menores, corriam três ou quatro segmentos do mesmo material. Como os espaços entre cada fiada eram vazados criavam-se dificuldades à penetração dos animais no adro. Sendo certo que tal instrumento não facilitava a passagem das pessoas, principalmente das mais idosas, permitia ainda que nas esquinas dos lancis, por raspagem, se pudesse retirar parte da lama dos caminhos que nos períodos chuvosos se agarrava ao calçado.

Pretendia-se que os animais que livremente vagueavam pelos campos ou pelas ruas das povoações não entrassem no recinto do sagrado. A dimensão do problema pode ser avaliada até pelo facto de na Sé de Miranda ter havido um «perreiro[229]», homem a quem competia lançar fora da igreja ou do adro os cães e outros animais que entrassem nestas áreas. Dois exemplos: em 1623 o visitador recomendava aos fregueses da igreja de Santa Marinha de Edroso a

---

[227] «Os freguezes [...] cerrarão o sagrado de parede de sinco palmos com grades nas entradas», ordenava, em 1724, o reverendo Manuel Vaz Torres aos moradores de Cernadela cuja igreja tinha como orago S. Miguel Arcanjo. A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 105v

[228] Como propunha, em 1714, o cónego magistral da Sé de Miranda, o Doutor Jerónimo Preto e Lemos, aos paroquianos de Vale de Prados: «achei o adro desta igreja muito fermozo mas devassado por não ter grades nas antradas [...] mando que em termo de seis mezes se mande tapar na parte que lhe falta, fazendo lhe grades em ambas as antradas, ou de madeira ou de lages». Na mesma ocasião, o Doutor Jerónimo Preto e Lemos mandava exarar uma determinação semelhante na igreja matriz de Parada: «limpar o adro [...] (e) lhe levantaram as paredes de roda, e nas entradas lhe farão grades, ou de pao, ou de lages». A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 58, fl. 32; A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 14, fl. 6

[229] A.D.B., Cx. 1, Lv. 1, fl. 28v

necessidade de tomarem precauções com o adro para «que não entr(ass)em nelle os porcos[230]», em 1780 ordenava-se a colocação de portas na igreja de Castrelos, «nas bocas do adro para evitar os animais imundos que entram nelle[231]».

Porém a matéria revestir-se-ia de maior gravidade quando eram os donos dos animais que os levavam a retouçar as ervas que cresciam no adro, mormente quando a entrada dos animais tinha consequências nos muros, como se explicita no seguinte capítulo de visitação:

> «fui informado que muitas pessoas abrião o sagrado derribando a parede pera meterem la os gados a pastar pello que mando que daqui em diante nenhuma pessoa tenha tal atrevimento[232]».

Esta ocorrência, detectada em 1655 na povoação da Bouça, não era muito diferente de práticas correntes e de que os habitantes de Cernadela também usavam. Por isso, o abade de Podence, Comissário do Santo Ofício e arcipreste de Lampaças, Doutor Gregório Pegas de Gouveia, não abdicou da sua autoridade de visitador para recriminar e ameaçar com penas os moradores:

> «constou me que alguas pessoas metem gado no adro da igreja; mando ao juiz della condene em hu tostão pera a cera do Sanctissimo os que o meterem[233]».

Apesar de sucessivas proibições, o adro continuou durante muito tempo a ser devassado com utilizações particulares. Os moradores, se lhes convinha, não hesitavam em passar por ele palha ou feno[234], a fazerem

---

[230] Arquivo Paço Episcopal de Bragança, *Libro das visitaçois da igreja de Sancta Marinha do lugar de Hedroso*, s/fl.
[231] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fl. 127v
[232] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.
[233] A.D.B., Cx. 5, Lv. 46, fl. 29
[234] Em 1669, o visitador da igreja de Vilarinho de Cova de Lua, o reverendo Francisco Cabral de Aragão, exarava o seguinte despacho: «fui informado que muitas pessoas passão pello sagrado com palha e feno dos palheiros para caza no que há grande indecencia pello que

caminho de passagem dos gados[235], como em 1691 constatava o bispo D. Manuel de Moura Manuel quando visitou a igreja de Santo André em Vilarinho de Agrochão, ou ainda de carros[236]. Pela sua localização perto de um açude onde se localizava um moínho e que regava alguns linhares, o adro da igreja de Santulhão era passagem frequente dos donos dos linhares para irem trabalhar nos mesmos. Ao corrente da situação, o Doutor Jerónimo Preto e Lemos, não hesitou em proibir:

> «nem hum dos que tem linhares detras da igreja se entromecta a romper as paredes do mesmo adro, nem meter carros dentro delle[237]».

Encarado como guarda do templo[238], o adro era ainda importante por permitir a realização de procissões à volta da igreja, cujo percurso[239] devia iniciar-se pelo lado do evangelho, prosseguindo em movimento semelhante ao

---

mando ao reverendo confirmado com pena de execuçam maior os condene em sinquenta reis».Arquivo Paroquial de Espinhosela, «Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua» (1634-1785), fl. 20. Em 1785, o capítulo de visitação deixado pelo abade de Sendas, Gregório Rodrigues Fontes, na igreja da Senhora da Assunção de Sonim, mostra que apesar das condenações estipuladas aquelas práticas estavam profundamente enraizadas: «passão por dentro do adro com palha, e feno, fazendo entrada publica e muradal, do que só he serventia da igreja [...] daqui em diante se alguma pessoa continuar [...] a condenarão em quinhentos reis aplicados para as obras da igreja». B.P.A.D. de Vila Real, Registo de capítulos de visitação de Sonim, Lv. 160, Cx. PVL 25 - 05, fls. 55v-56

[235] «Fomos informados que muitas pessoas passavão goados pello adro da igreja». A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 119, fl. 51v

[236] O abade de Carrazedo, Sebastião Veiga Cabral, visitando, em 1774, a matriz de Santulhão, recomendava: «o juis da igreja [...] não consintão nunqua que morador algum, seja qualquer que for, abra o sagrado da igreja para por elle poder passar com carro». A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 104, fl. 141

[237] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 104, fl. 52. Esta proibição era complementada por outras indicações: «os freguezes mandarão tapar o adro a roda com parede bem feita e segura com suas capas de lages que não tenhão menos de coatro palmos de altura fora da terra, e lhe farão hua aguaeira de tras da capella maior bem funda para expedição de que a agoa não entre na capella, e adro com suas lages por cima, e a parte do adro que intesta com assude que vai para o moinho farão os donos do mesmo moinho, o que complirão deixando lhe grades nas entradas do mesmo adro».*Idem, ibidem*, fls. 51v-52

[238] B.P.A.D. de Vila Real, *Registo de capítulos de visitação de Sonim*, Lv. 160, Cx. PVL 25 - 05, fl. 55v

[239] Em Janeiro de 1746 o Doutor Inácio Luís de Campos, abade de Travanca, ao visitar a igreja de S. Gens de Parada, mandou registar o seguinte: «as prociçoes que se fizerem a roda da igreja principiarão pella parte do evengelho e se recolherão pella da epistolla». A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 13, fl. 66v

dos ponteiros do relógio. Por isso, devia apresentar-se limpo e em condições de ser percorrido. A boa drenagem das águas pluviais era uma das preocupações já que, evitando-se a sua entrada na igreja, como se temia em Pinhovelo[240] ou Vale de Prados[241], também se procurava garantir que não ficassem estagnadas no adro. Quando assim era, algumas vezes construíam-se calçadas. Dois exemplos: em 1728, o arcediago de Mirandela, Manuel de Morais da Silva, impunha ao juíz da igreja de Edroso a obrigação de mandar fazer uma calçada que tivesse pelo menos «hua vara de largo pela banda de cima do corpo da igreja para reparar as agoas della[242]»; em 1756, mandava-se fazer na igreja de Tó, dedicada a Santa Maria Madalena, «hua calçada desde o sahir das portas travessas the o eirado das principaes de largura equivalente para andarem as procissoens[243]».

Todos os acidentes que pudessem causar problemas às pessoas que integravam as procissões deviam ser eliminados. Por isso deparamos com orientações para se «aplanar o adro de sorte que fique direito[244]» bem como para se desentulhar[245]. Algumas vezes, também as árvores que cresciam à volta do adro mereciam reparos. Vejamos a indicação do abade de S. João Baptista de Bragança, André Ramalho Barradas, relativamente às árvores plantadas no adro da igreja de Serapicos:

---

[240] Em 1763 (?), Frei Francisco dos Mártires, da Ordem dos Pregadores, recomendava «o mesmo povo mandara fazer logo um canal a roda do adro para dar sahida a agoa que entra no mesmo adro e se recolhe a igreja e lhe cauza grande damnificação». A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 40, fl. 6

[241] Problema semelhante existia na igreja de S. Jerónimo de Vale de Prados. Em 1766, o bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, ordenava aos moradores: «mandarão avivar a roda do adro o rego de agoa para que não soceda meterse na sacristia quando chova». A.D.B., PRQ., CX. 6, Lv. 59, fl. 49v

[242] Arquivo Paço Episcopal, *Libro das visitaçois da igreja de Sancta Marinha do lugar de Hedroso*, fl.126

[243] A.D.B., PRQ., Cx. 9, Lv. 89, fl. 133

[244] Como, em 1744, se impunha aos fregueses da igreja de S. Julião. A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 22v

[245] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 31v

«consta me que as arvores que estão arrimadas ao adro da igreja prejudicam as insignias das procissoins como sam pendoens e palio os ramos que cahem sobre o mesmo adro mando que o juiz da igreja os mande cortar todoas aquelles que servirem de impedimento[246]».

Na igreja de S. Bartolomeu de S. Julião, as árvores existentes eram fonte de problemas. Em 1753 pareceu ao bispo D. João da Cruz que se deviam evitar. Por isso ordenou:

«o reverendo parocho fará limpar o adro todas as vezes que houver procissão do Santissimo [...] (e) avise todas as pessoas que tiverem arvores ao redor do adro para que dentro em quinze dias as cortem[247]».

Outras vezes, as razões apontadas podiam ser mais curiosas:

«prezenciei hua nogueira que está sobre o adro e igreja a qual cauza hum gravissimo prejuizo o telhado della não só com a folha que emtupe [sic] o correr das agoas mas muito mais com as pedras que a pueril mocidade arroja para lhe lançar as nozes [...] mando que o reverendo parocho avise [...] ao proprietario della para que logo mande lançar abaixo o que da mesma nogueira pode offender a igreja[248]».

Outros aspectos suscitavam as considerações dos visitadores. Assim, em Cernadela (1706) concediam-se dois meses para se «tapar o sagrado» enquanto se determinava que «as pessoas que com elle vizinhão não se servirão do dito adro para serventias menos limpas[249]». Poucos anos depois (1709), o visitador atendia as queixas de alguns moradores de Pinheiro Novo determinando:

«vi occularmente alem do requerimento que me fizerão os moradores deste povo [...] que alguns delles em huma propriedade que emtesta [sic] com a parede do adro defronte das portas travessas da igreja fazem eira onde malhão o pão de que resulta emcherse a igreja e os altares de

[246] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 31, fl. 13
[247] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 56
[248] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 14, fl. 103v
[249] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fls. 79-79v

moinha [...]. mando que de hoje em diante se não use mais da dita propriedade para palheiros nem eira nem nella se malhe mais pão[250]».

Com o mesmo fundamento proibia-se (1736) que Francisco Afonso Serra, paroquiano da igreja de S. Nicolau de Pinela, utilizasse a sua eira que estava situada junto da igreja[251]. Com o mesmo espírito, ainda em 1787, em Castrelos, o juíz da igreja era incumbido de dar notícia aos proprietários dos medeiros que estavam junto do adro para que «em termo de hum mez os mudem dez passos desviados[252]» do sagrado.

Também a proximidade de habitações particulares não era aceitável. Por isso, em 1636 seria necessário adquirir, para em seguida se derrubarem, uma casa e um forno para cozer pão, propriedades de Miguel Godinho, escrivão da Alfândega de Miranda, que, implantadas junto da Sé «o fumo lhe fazia muito prejuizo aos retabolos, e ornamentos[253]». Na generalidade dos casos, a proximidade entre edifícios particulares e as igrejas motivaria a intervenção do visitador, mormente quando entre os moradores não reinava a concórdia ou se entendia que alguns comportamentos não eram aceitáveis. Em Travanca, alguns moradores, considerados «pessoas verdadeiramente timoratas», aproveitaram a visita do Doutor Domingos Lopes Nogueira, abade de Mofreita, para exporem as «indecencias, que escandalizavão as pessoas devotta» que se dirigiam à igreja. As acções susceptíveis de ferir tais susceptibilidades não se explicitam. Refere-se unicamente o cenário onde aqueles actos se praticavam: uma janela da casa do viúvo Domingos Lopes , a qual estava próxima do adro junto da porta principal. Em consequência de tais inconvenientes e especialmente das ofensas a Deus o abade de Mofreita estabeleceu o prazo de oito dias para Domingos Borges, sob pena de dois mil

---

[250] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 110, fl. 17

[251] Em 1736, o abade de Chacim, Gaspar da Rocha Ferreira, exarava o seguinte capítulo de visitação: «consta-me que junto da igreja esta hua eira que no tempo da colheita perjudica muito a mesma (igreja), por cuja cauza mando [...] não uze mais o dono della para o tal menisterio nem outra pessoa». A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 19, fl. 72v

[252] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fl. 130

réis, mandar tapar a referida janela, salvaguardando que, pela necessidade de luz, o juiz do povo, no mesmo espaço de tempo, pudesse abrir outra janela na casa mas para Poente[254].

Outras vezes, pela proximidade da igreja com algumas casas de habitação, os colóquios realizados à entrada destas por pessoas que aí se reuniam perturbavam os actos de culto. Sendo de admitir que as alegadas perturbações resultassem da irritação dos clérigos por não conseguirem eliminar as resistências de alguns moradores no que respeita à participação nos ofícios, também se aceita algum exagero e, sobretudo, a ideia que a igreja fazia de si própria em todos os vectores que pudessem demonstrar a sua preponderância. Sobre este tema é interessante um capítulo de visita (1773) da igreja da Senhora da Assunção de Sonim:

> «por me constar que na escada de Antonio Alves muito proxima a igreja se acentão varias pessoas a converssar em o tempo que o reverendo parocho esta na execução do seu ministerio [...] e ser indecentissimo, e evidente prova de falta de christandade não so não assistirem a elles mas impedirem muita parte do fruito aquelles que se acentão na dita escada no mencionado tempo, mando ao reverendo parocho, que em todas as ocazioins, que se selebrarem os officios divinos, e mais exercicios sanctos pertencentes a devoção, e instrucção do povo multe a cada hum dos sentados na ditta escada, ou junto a ella em vizinhança em 50 reis[255]».

Exceptuando os actos de culto ou cerimónias religiosas, todos os acontecimentos que suscitassem a reunião de pessoas, especialmente dos dois

---

[253] A.D.B., Mitra, Cx. 35, nº 99

[254] «me reprezentarão que hua janella das cazas de Domingos Borges veuvo, que cahe para o adro junto a porta principal da igreja se fazião indecencias, que escandalizavão as pessoas devottas que a ella concorrem; e a fim de evitar os inconvenientes disso rezultão, e especialmente as offensas de Deos Nosso Senhor, mando ao dito Domingos Borges que em termo de outto dias mande tapar a dita janela para lhe dar lus, lhe mande fazer o juis da igreja digo o juis do povo para a parte do Poente dentro dos mesmos outto dias digo mando ao dito Domingos Borges, que em termo de outto dias mande tapar a dita janella sob pena de dous mil reis, e necessitando a caza de outra janella para lhe dar lus lha mande fazer o juis do povo para a parte do Poente dentro dos mesmos outto dias».A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fls. 115-115v

[255] B.P.A.D. de Vila Real, Sonim, Lv. 160-UD:Cx PVL 25-05, fls. 29-29v

sexos, defrontavam a oposição da igreja que facilmente encontrava argumentos para justificar as suas posições, sempre acompanhadas de multas para aqueles que não as observassem.

Não sendo exclusivas dos habitantes de S. Julião (1745), são igualmente conhecidas as ameaças de multas a todos os que «á porta, ou junto da igreja se detiverem em conversação, ou outros divertimentos[256]». Contudo, diga-se que o problema era mais geral e mais antigo como se comprova por diplomas, datados de Março de 1672 e de Junho de 1677, em que, na qualidade de Regente e Governador, o príncipe D. Pedro fez mercê a D. Luís de Sousa, bispo da diocese de Lamego, para que, na altura em que o prelado estivesse crismando nas igrejas da sua jurisdição, estivesse «á porta das taes igrejas um alcaide, meirinho, ou juiz do logar onde o bispo chrismar, emquanto durar o officio da Chrisma, para que não consinta fazerem-se ruidos, nem uniões de que se sigam escandalos[257]».

Outras vezes a razão dos pretensos agravos à religião estava no entusiasmo com que os moradores praticavam o jogo dos paus; outras ainda no aproveitamento de dias santos para se introduzir um corte no quotidiano. Assim, nestes dias podiam juntar-se homens e mulheres, «no campo, ou nas ruas, ou tavernas, e outras casas particulares a bailar, em que muitas vezes se passa(va) muita parte da noite[258]». Esta pastoral de D. Frei João da Cruz, datada de 1754, ao declarar que aos bailes «se seguem grandes peccados desordens e arruidos[259]», sintetizava os receios fundamentais, já expressos anteriormente (1739) em orientações que também estendiam a interdição à realização de «seroens fiadas, e outros semelhantes dos chamados ranchos, e camaradas de obreiros ou segadores[260]». Contudo, os bailes continuariam a ser considerados potenciais perigos para a pureza e castidade, especialmente, como por

[256] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 52
[257] *Colecção Chronologica da Legislação Portugueza (1675-1700), ob. cit.*, pp. 301, 334
[258] A.D.B., PRQ., Mç. 1, Lv. 3, s/fl.; *Idem*, Cx. 1, Lv. 70, fl. 70
[259] A.D.B., PRQ., Mç. 1, Lv. 3, s/fl.; *Idem*, Cx. 1, Lv. 70, fl. 70

questões geográficas sucedia em Rio de Onor, se juntavam homens e mulheres de Portugal e de Espanha[261].

Mas se nem sempre algumas das funções descritas se realizavam no adro, a verdade é que este espaço propiciava uma apreciável vida de relação entre os moradores, circunstância que, como já foi dito, nem sempre agradava às instâncias eclesiásticas. Com o intuito de submeter aos seus propósitos os costumes sociais e religiosos, tem interesse uma orientação que o Cabido publicou em 1689. Pretendendo regular o traje feminino na igreja e fora dela, nomeadamente no que respeitava a decotes e rosto coberto com manto, sob pena de excomunhão, proibia-se:

> «em nenhuma igreja se recitem comedias, ou outras representações ainda que seja de cousas esperituais[262]».

Debaixo da mesma pena, o interdito alargar-se-ia ainda aos mosteiros de freiras mas aparentemente sem resultados efectivos porque mais tarde as freiras de Santa Clara de Bragança eram repreendidas pelo facto de recolherem «na portaria homens pera se vestirem e prepararem pera reprezemtarem comedias[263]» em dias de festividades.

Ainda nas igrejas paroquiais, o Cabido, esgrimia a pena de excomunhão para impor «que nehua pessoa coma ou beba dentro nas igrejas, e lugares a ellas juntos[264]». Diga-se que «autos nom licitos e jogos e tangerees e cantigas[265]» e o hábito de se dormir nas igrejas em períodos de romagens, já em

---

[260] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fls. 48v-49

[261] «Como a vizinhança e comunicação com os espanhois naturalmente inclinados ao baile he a cauza de nesta freguezia se frequentar o mesmo baile entre peçoas de diversos sexos [...] e contudo pello modo como se faz, pellas livardades que nelles se tomam, e per outras sircontancias [sic] que o acompanhao não deixa de ser perigozo e de produzir emfenitos pecados». A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 21, fls. 63-63v

[262] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 30, fls. 23v-24

[263] A.N.T.T., Mosteiro de Santa Clara de Bragança, vol I, fl. 99

[264] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 30, fl. 24

[265] PEREIRA, Gabriel - *Documentos históricos da cidade de Évora*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s/l., s/d., p. 266

1436 tinham merecido forte desaprovação numa carta assinada por D. Duarte durante uma das suas estadas em Estremóz.

O quadro descrito, mostrando a dificuldade em eliminar práticas fortemente enraizadas na longa duração, põe também a nu a inutilidade das medidas repressivas para se conseguir tal desiderato. Assim, em finais do século XVII e durante o século XVIIII, nomeadamente o conteúdo de uma pastoral[266] de D. João Franco de Oliveira (1705), a existência de medidas dissuasórias vem comprovar a vitalidade de actos culturais arcaicos. No princípio do mês de Novembro, os paroquianos da igreja de Santa Marinha de Edroso associavam-se e faziam a festa com castanhas assadas e, decerto, algum vinho. Como já se disse, bastaria a circunstância dos festejos potenciarem a presença de pessoas dos dois sexos, para se tornar uma realização susceptível de merecer a reprovação das autoridades religiosas. Na verdade, em 1679, o abade de Vinhas e Comissário do Santo Ofício, Gaspar de Morais Antas, não hesitaria em tomar providências:

> «fui imformado [sic] que dia de Todos os Santos fazião lumes a porta da igreja fazendo magostos e outras couzas imdecentes pelo que mando ao juis da igreja que vendo que se contenua com estas fogueiras faça rol dos que achar para o dar ao Reverendo Abbade que os comdenara a cem reis cada hu apliquados para o lume do Senhor[267]».

Quase cem anos depois, as fogueiras que acompanhavam este tipo de festejos continuavam a acender-se. De facto, em 1785, o Doutor Gregório Fontes, abade de Sendas, observava:

---

[266] Recordando que muitas capelas do bispado não tinham portas nem fechaduras, este bispo estabelecia pena de excomunhão ipso facto para os romeiros que comessem e dormissem dentro dos templos. Para evitar tais abusos, sugeria-se a construção de hospedarias para os romeiros encontrarem abrigo. Arquivo Paroquial de Vilar Seco de Lomba, *Livro de registo de capítulos de vita e pastorais de Vilar Seco de Lomba (1674-1706)*, fl. 48-49

[267] Arquivo do Paço Episcopal, *Libro das visitaçois da igreja de Sancta Marinha do lugar de Hedroso*, fl. 64v

«por me constar que nas vesperas do dia de Fieis a noute se acende lume no Sagrado mando que daqui em diante não se acenda dentro do adro por não ser o lugar proprio de semelhantes funçoens[268]».

Relacionada com a celebração dos ofícios de defuntos, no mundo rural transmontano era prática corrente dar a caridade no adro, à porta da igreja. Filipe Ariès associa esta refeição simbólica com a palavra *refrigerium* que designava tanto a morada dos bem-aventurados, o Paraíso, «*Justus, si morte preocupatus fuerit, in refrigerio erit*[269]» como «a refeição comemorativa que os primeiros cristãos tomavam sobre os túmulos dos mártires e as oferendas que aí depunham[270]».

Para atestar a importância atribuída a este acto de simbologia piedosa bastará referir que as suas exigências materiais constituíam uma das cláusulas que, com frequência, aparecem exaradas nos testamentos ou, por cópia, nos livros da «taboa» das igrejas. Em 1670, quando legava certos bens à confraria do Senhor existente na igreja de Fresulfe, o padre João Afonso referia que «depois da morte da sua irmã no officio que se lhe fizer darão de caridade a

---

[268] A.D.B., PRQ., CX. 12, Lv. 111 A, fl. 25v. Sobre estas celebrações de Novembro, era costume os rapazes e as raparigas, em grupos sepaados, irem ao monte buscar um carro de lenha que se arrematava, revertendo o seu produto para missas das Almas. Esta função dava igualmente pretexto para a celebração da festa e para se cometerem alguns exageros, como é próprio de acontecimentos onde o vinho corre com abundância. Sobre a relação destas festividades com certos sufrágios pagãos, o modo como foram cristianizados e os seus desenvolvimentos etnológicos *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *ob cit.*, T. IX, pp. 310-311

[269] «O justo, depois da morte, estará no paraíso». ARIÈS, Filipe - *O Homem perante a morte*, vol. I, Lisboa, Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária, s/d., p. 37. Afigura-se de grande interesse a interpretação escatológica de Frei Amador de Arrais no capítulo em que sustenta «Que se deve dar honrada sepultura a nossos corpos». Com efeito, afirmando que a alma separada do corpo do homem não tem movimento próprio, invoca a necessidade «que seja movida, e levada pelos Anjos bons, ou màos, ao lugar que melhor responder a seus meritos, ou demeritos». Adiantando que antes da morte de Cristo as portas do céu não estavam ainda abertas às almas dos justos era necessário que estas fossem levadas por anjos a certo lugar de refrigerio, destinado por Deos, e chamado Seio de Abraham, ou Limbo [...]. E não sô se chama este receptaculo Seio de Abrahão, mas também Paraiso [...]. *Paradisus* significa propriamente pomar, horto deleitoso. Donde he que tambem se toma por metaphora, pela patria do Ceo». ARRAIS, Amador (Frei) - *Diálogos*, Porto, 1974, pp. 483, 484

[270] ARIÈS, Filipe - *O Homem perante a morte*, vol. I, Lisboa, Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária. s/d., p. 37

porta da igreja seis alqueires de pão cozido, e coatro almudes de vinho isto a conta do rendimento dos foros que deixa a confraria[271]».

Em Vilarinho de Cova de Lua, na igreja de S. Cipriano, em 1674, o Licenciado Garcia dos Anjos na qualidade de visitador produziu o seguinte despacho:

> «fui informado que neste lugar se costumava quando se enterrava algu defuncto trazião a igreja hu sesto de comer a que chamavam a charidade e depois se punhão a comer no sagrado com galhofa o que he muito indecente, pelo que mando se não traga daqui em diante á igreja a tal charidade pois a podem fazer pella alma do defuncto em sua caza, ou em outro lugar de fora do sagrado o que cumprirão sob pena de excomunhão e sob a mesma pena não se lance triguo para o andor quando passar em as procissois pois não he cousa que seja serviço de Deos, antes provoca o rizo, e perturba a devoção[272]».

A ancestral adesão a tais práticas fazia com que nem todos os eclesiásticos afinassem as suas orientações pelo mesmo diapasão. Passados três anos, na mesma povoação, o cónego da Sé de Miranda não via qualquer impedimento para que a caridade fosse dada no adro:

> «quando se derem caridades deixadas pelos defuntos ou por devoção dos herdeiros se dem daqui em diante dentro do sagrado pois não rezulta dahi inconveniente[273]».

Interpretação diferente foi manifestada pelo bispo D. Manuel de Moura Manuel porque no ano de 1692, estando na mesma aldeia, mandou exarar o seguinte capítulo de visitação:

> «fomos informados que neste lugar se dava caridade por morte dos defuntos mandamos que daqui em diante as não haja, e que deixando alguem em seu testamento que se de caridade o padre cura junto com o

[271] Arquivo do Paço Episcopal, *Livro de visitações de Santo Estevão de Fresulfe (1568-1588)*, fl. 48

[272] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua*, fl. 24

[273] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua*, fls. 29v-30

juis da igreja fação eleição de dous pobres os mais necessitados do lugar e lhe mandem a suas cazas o que emportar a dita caridade assi de pão como de vinho[274]».

Mas algumas práticas, fundando raízes nas vivências colectivas, não são fáceis de modificar. Por isso, em 1719, quando o bispo D. João de Sousa Carvalho ordenou que o pároco da igreja de Santo Estevão de Fresulfe organizasse num livro o conteúdo de todas as obrigações da igreja e ainda a relação das terras que lhe pertenciam, este, ao fazê-lo não deixaria de anotar as obrigações relacionadas com a caridade, de que a seguir se dá outro exemplo:

«Joam Domingues do luguar de Santa Crus termo da villa de Paço (Vinhais) he obrigado a dar todos os annos cinquo coartas de serodio, que hera hum alqueire pela medida velha, e sessenta coartilhos de vinho, que hera hum almude tabem pela medida velha, que ha de ser do melhor que ouver no dito lugar vespora do martir Santo Estevão patram deste lugar tudo de caridade a porta da igreja deste dito lugar de Frezulfe, com obrigação de que o abbade, ou parrocho que for cante hum responso pela alma do instituidos de que se da tambem sua porçam de pam, e vinho antes de se por o sol, e para pagamento deste encargo esta obrigado o lameiro, e terra, que tudo esta junto no termo de Santa Cruz, aonde chamam ao Porto[275]».

2. Planimetrias

Dificilmente uma igreja poderá ser definida unicamente pelo aspecto físico da sua estrutura já que as concepções que presidiram à sua construção ambicionavam a representação no mundo terreno das complexidades do Cosmos cujos mistérios só poderiam ser sondados pela aproximação ao Criador. Enquanto construção, um templo devia sintetizar princípios

[274] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua*, fl. 50
[275] Arquivo do Paço Episcopal, *«Taboa da igreja de Frezulfe»*, fl. 14v

essenciais de modo a que, com carácter de permanência, se apontassem aos crentes a existência de possibilidades de superação das diversas provações terrenas e limitações humanas como forma de se alcançar um estado de perfeição.

Assim, a aproximação entre a ordem humana e a ordem divina implicava a subida dos degraus da escada simbólica, indicador efectivo da possibilidade de se alcançar o patamar da perfeição. Neste sentido, uma igreja não somente correspondia à prefiguração do universo como se convertia em *axis mundi*, imagem que a associação com o corpo de Cristo, redentor dos homens, reforçava.

Esta simbologia serviria para apoiar desenvolvimentos planimétricos de tipo cruciforme com base na imagem de Cristo pregado no madeiro da crucificação: à cabeça correspondia o altar-mor, aos braços o transepto e ao tronco e membros inferiores o corpo da igreja.

Em arquitectura são conhecidos os fundamentos antropomórficos[276] anunciados por Vitrúvio quando pretendeu não ser possível falar-se de uma obra bem realizada desde que dela estivesse ausente a proporção extraída do corpo de um homem bem formado. Tais orientações teóricas encontrariam diversos seguidores, um dos quais, Cesare Cesariano, ao desenhar o homem-quadrado mas com os braços estendidos horizontalmente, como Cristo na

---

[276] «Las partes de que se componem los edificios sagrados han de tener exacta correspondencia de dimensiones entre cada una de sus partes y su total magnitud. Asimismo, como naturalmente, el centro del curpo humano es el ombligo, de tel modo que en un hombre tendido en decúbito supino, com las manos y los pies extendidos, si se tomase como centro el ombligo, trazando com el compás un círculo, éste tocaría los dedos de ambas manos y los de los pies; y lo mismo que se adapta el cuerpo a la figura redonda, se adapta también a la cuadrada; per eso, si se toma la distancia que hay de la punta de los pies a lo alto de la cabeza, y se confronta com la de los brazos extendidos, se hallará que la anchura y la altura son iguales, resultando un cuadrado perfecto. [...] La regla de las medidas necesarias en toda obra la tomaran de las diferentes partes del curpo humano». VITRUVIO - *Los diez libros de arquitectura*, Barcelona, Editorial Iberia, 1955, pp. 68-69. *Vd.* NUNES, Filipe - *Arte da pintura*, (fac-simile da edição de 1615 com um estudo introdutório de Leontina Ventura), Porto, 1982, p. 96

cruz, corporizava a perfeição geométrica pretendida para a prefiguração do corpo místico da igreja.

A reforma católica, ao potenciar a renovação cristocêntrica em consequência do combate dirigido contra a relaxação geral dos costumes, contra as práticas correntes na igreja e como reacção ao movimento protestante, tomaria como principal opção este tipo de plantas já que sobre as centradas recaía a sombra de terem sido usadas nos templos dos ídolos. Ainda no século XVIII, Inácio da Piedade Vasconcelos, ao referir-se às plantas cruciformes, escrevia:

> «he o (desenho) mais nobre, e o que tem mais propriedade para guardar em si o *Sancta Sanctorum*, e os fieis catholicos nella se armarem contra as tentaçõens de nosso comum inimigo, porque assim como pela preciosa arma da cruz triunfou a Igreja, assim tambem a sua forma he mais forte, e agradavel na vista, pela sua composição[277]».

Tendo sido objecto de sucessivas reconstruções, as edificações religiosas que se ergueram na área da diocese manifestaram uma generalizada preferência por plantas rectangulares, as quais contemplavam a capela-mor e o corpo da igreja como componentes essenciais. Todavia, da necessidade de se observarem os preceitos doutrinários e práticas cerimoniais de que derivavam tanto a importância como a complexidade de alguns actos que a igreja católica impunha aos seus membros, levantava-se a exigência da materialização de outros espaços.

2.1 O formato quadrangular e o círculo

Na área da diocese, as planimetrias das igrejas quase sempre contemplam uma única nave de formato longitudinal. Em consequência, no

---

[277] VASCONCELOS, Inácio da Piedade - *Artefactos symmetriacos, e geometricos*, Lisboa occidental, Na officina de Jozeph Antonio da Silva, 1733, p. 381

panorama arquitectónico da região, estas tipologias apresentam-se com larga supremacia sobre quaisquer outras variantes planimétricas.

Embora não fazendo parte dos nossos propósitos essenciais, valerá a pena, ainda que em breve apreciação, atentarmos em alguns exemplos de construções religiosas de pequena volumetria como as capelas e ermidas que, dando expressão a desejos pios, corporizaram vontades particulares e interesses colectivos. Por isso, em copioso número, seriam levantadas tanto nas entradas e interior de todas as cidades e povoações como ainda em sítios ermos

Na Primavera de 1637, os moradores da Quinta de Guimaras, anexa da paroquial de S. Tiago de Corujas, da qual distava meia légua, tentavam obter da Mesa Capitular - estava-se em período de sede vacante - a respectiva licença para se poder celebrar missa na capela de Santo Antão Abade, na altura restaurada e «com toda a decencia necessaria ornada» como em acto de visitação tinha sido determinado[278]. Em consequência desta petição, o Deão e Cabido de Miranda mandaram vistoriar a capela para cujo efeito encarregaram o arcipreste de Lampaças e reitor de Salsas, Pascoal da Ponte. A este propósito, o padre Pascoal escreveria no seu relatório:

> «vi pessoalmente a irmida do Senhor Santo Antam [...] e achei sua irmida capaz para se poder dizer missa nella por ser casa que esta sobre si apartada das demais e peguado na dita quinta em hu alto em bom sitio contando que lhe fação hua (*) polla parte de fora a banda de cima ao nacente para as agoas não se entrem dentro e lhe ponham hu sobreceo sobre o altar[279]».

O processo parece ter sofrido alguma demora, possivelmente porque devido à pobreza dos moradores a ermida não tinha «ornamentos algus». Só

---

[278] «Achei que a quinta de Guimaras que vai a missa a igreja de Sanctiago de Corujas ista muito distante de sua matris [...] o que não socedera havendo irmida para com decencia se dizer missa; pello que mando aos moradores da dita quinta que ate a primeira visitaçam façam hua irmida capaz, de se dizer missa e de paredes feitas per mam de bons pedreiros, e de tecto outrossi oli(vel)ado per bons carpinteiros». A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 134

[279] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 134

em 1642 se consideravam preenchidas todas as condições para se poder benzer a capela. Nesta data, o reverendo Pascoal da Ponte, fazendo-se acompanhar pelo reitor de Lamas, Francisco Rodrigues e pelo confirmado na igreja de Corujas, António Pires, ao noticiar o estado da capela, apontaria mesmo a configuração geométrica da sua planta:

> «a ditta hermeda estava feita en coadradullo de boas paredes e fora emadeirada por cima e caleada toda por de dentro e por fora nos estremos e que tinha seu altar de pedra e sua sobregoarda de madeira de sete palmos muiro capas pera se poder dizer missa nelle e sobre o altar (*) do retabollo estava pintada na parede do templo a imagem do Senhor Santo Antão Abbade e o tecto bem amadeirado de tabuas juntas[280]».

Umas vezes, estas capelas traduziam o modo como os moradores pretendiam vincular práticas cultuais a santos que por este ou aquele motivo, quase sempre de forma interesseira, se tornaram merecedores da expressão de honras particulares; outras vezes eram a maneira encontrada pelos habitantes de pequenas comunidades anexas ou quintas de poderem assistir à missa, especialmente durante o Inverno, época do ano em que se tornava mais sensível o peso de múltiplas dificuldades, entre as quais se contavam o rigor sazonal do clima, o estado dos caminhos e os agravos em se vencerem as distâncias que os separavam da matriz.

Na Primavera de 1602, como já dissemos antes, reuniam-se no adro da matriz de Grijó de Parada o notário apostólico da diocese, os «homes do acordo do dito lugar», o juíz da igreja, o mordomo e outros moradores para darem forma legal a alguns aspectos relacionados com a fábrica da capela de S. Roque, santo a quem antes, por causa da peste, tinham dirigido preces especiais e prometido uma capela própria.

---

[280] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 134

Protecção era também o que pretendiam os habitantes de Duas Igrejas para não sofrerem os prejuízos causados pela pragas, como a sofrida em 1665, ano em que:

> «per andar grande quantidade de pulgão em as vinhas do ditto lugar em forma que quando as hião vindimar naão tinhaão de que fazer vindima, e naão colhiaão vinho, hate as varas roiaam[281]»

Em consequência das perdas sofridas, decidiram os habitantes construir uma «ermida nas Vinhas» a um santo. Contudo, de início o nome do titular da ermida não estava definido. A decisão encontrada ia no sentido de que a escolha se devia efectuar mediante o processo de sorteio[282]. Assim, «fizerão buletos de todos os santos, e lançando os em hu cantaro[283]», o acaso determinou que Santo Estevão tivesse sido o escolhido.

Diferentes eram as motivações que se impunham ao «juis, homens do acordão, e mais povo» de Soutelo da Gamoeda quando, em meados do século XVIII, pretendiam transferir para a povoação a capela de S. Sebastião que, por ficar «distante do mesmo lugar mais de dois tiros de espingarda», tinha já sido «rouvada, como já socedeo o rouvarem lhe o sino por não acharem outra couza». Mas, para que o articulado da petição tivesse força suficiente para influenciar as instâncias superiores do bispado e conseguirem despacho favorável à mudança e fábrica da nova capela. A estes argumentos outros se juntavam porque:

> «muitos infermos podem na nova tomar o sagrado biatico, e não podem chegar a matris, que fica muito distante da maior parte do povo,

---

[281] A.D.B., Mitra, Cx. 37, doc. s/nº

[282] Numa notícia datada de 1721 dava-se conta da presença na igreja de Outeiro da imagem de S. Gonçalo, a qual se justificava em consequência de «hu grave contagio, que nesta vila ouvera, e que fazendosse buletos com grande quantidade de santos sahira per sorte pera apelação do contagio S. Gonçalo». Assim, para além de se explicarem algumas devoções locais mostra-se como as populações receavam beliscar a sensibilidade de qualquer santo. MATOS, José Botelho de e outros, *Documentos varios para a Historia Ecclesiatica do bispado de Miranda*, B.N.L., Res., COD. 154, fl. 80

[283] A.D.B., Mitra, Cx. 37, doc. s/nº

havendo muitos dias de chuva, de neves, e gellos em que da matris se não pode admenistrar sem grave prejuizo, e da cappella sim, ficando no citio declarado, alem de que entre a matris, e a maior parte do povo corre hum regato, que muitas vezes se não pode passar não sendo de cavallo[284]».

Se neste caso os moradores se comprometiam ao pagamento de todas as despesas com a edificação do novo espaço de culto também se conhecem testemunhos em que a incapacidade económica seria ultrapassada pelo gesto piedoso de um particular. Entre a diversidade de notícias poderíamos destacar, ainda que com cronologias diferenciadas, um exemplo setecentista que tem a particularidade de evidenciar os problemas essenciais que se associavam a casos semelhantes:

«dis o padre Francisco Bernardes da quinta das Pallas, freguesia de Val Paço que a dita quinta dista da matris hua legoa per cuja causa falecem muitos dos moradores sem sacramentos e pera se admenistrar o sagrado viatico per não aver sacrario na matris muitas vezes, tem dito misa os parochos nas cazas dos infermos sem a decencia necesaria per não aver capella na dita quinta e per estas cauzas intentavão os reverendos visitadores obrigar a fazer capella aos moradores da dita quinta mas per serem so sinco e muito pobres a não fizerão, a vista do que elle supplicante per sua devoção e bem das almas quer eregir hua capella com o titollo de São Joseph dotando a com a fabrica necessaria pera sua conservação[285]».

Sendo certo que raras vezes os documentos apontam o formato planimétrico tanto das capelas construídas nas quintas para servirem escasso número de pessoas como daquelas que resultaram de devoções particulares a verdade é que quase sempre as respectivas plantas se aproximam do formato quadrangular. Todavia, esta aproximação parece resultar mais das suas reduzidas medidas do que de uma deliberada intenção de condensar juízos ou especiais preocupações arquitectónicas.

[284] A.D.B., Mitra, Cx. 39, doc. nº 171

2.1.1 O monumento a S. Gonçalo

Na diocese, assinale-se a indiferença com que os membros dos órgãos diocesanos e a generalidade dos encomendadores olharam para as plantas circulares, opção arquitectónica do monumento referenciado como Memória de S. Gonçalo. Dado tratar-se de uma construção redonda, em que as paredes estão ausentes e em que o peso da estrutura é sustentado por uma única ordem de colunas, o termo «monóptero» acabaria por ganhar foros de principal designação.

Ergue-se nos terrenos da uma vasta propriedade, a Quinta Nova, que dando continuidade à Quinta da Tapada ou da Nogueira, constitui, pela sua vastidão, um dos raros exemplos de concentração fundiária existentes em Trás-os-Montes. Pertenceu à casa dos Távoras, linhagem que durante muito tempo senhoreou a vila de Mogadouro. Pelas confrontações, a quinta da Tapada ou da Nogueira aproximava-se desta vila. Em 1700, os moradores de Azinhoso obtinham licença do Cabido para poderem vender aos fidalgos daquela casa algumas terras que confinavam com a «Quinta da Nogueira e S. Gonçalo pera com o dinheiro dellas que são duzentos e vinte mil reis se reparar a igreja da ditta villa do Azinhoso de todo o nescessario por estar em estado mezarando e os moradores pobressimos[286]».

Outro documento - «Instituição e doação de Luis Alvares de Tavora da hermida e horta de S. Gonçalo junto ao Azinhoso[287]» - que pertenceu ao cartório do Cabido mirandês, tendo em atenção as vias tradicionais de circulação, situa a posição geográfica e presta informações relativas à origem da devoção tributada ao santo dominicano português que como atributo principal segura numa das mãos a maqueta de uma ponte. Contudo, também

[285] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 121
[286] A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 5, fls. 112v-113v

pode aparecer com um bordão de peregrino numa das mãos. É assim que se representa na igreja de Lama de Ouriço de que é padroeiro. Símbolo «de compaixam do coraçom, por proveito dos proximos[288]», a ponte simboliza o episódio dos trabalhos do santo na construção da ponte de Amarante. Com esta obra evitar-se-iam mortes e outros perigos a que os caminhantes se sujeitavam para efectuarem a travessia do Tâmega. Por sua vez, a «disposição de continua consiraçom da paixam de Nosso Senhor Jhesu Christo de visitar os seus lugares[289]», determinaram o velho abade a tomar as «cousas de peregrinaçom.s. habito, bordom e sombreiro[290]» para poder encetar a viagem até Jerusalém, donde só regressaria passados quatorze anos.

A proximidade da vila de Azinhoso serve, por conseguinte, como uma das referências para a localização do monumento. No entanto, ao atentar-se no conteúdo daquela escritura de doação, lavrada em Lisboa em 8 de Junho de 1571, conclui-se que o sítio da construção ficava no termo da vila de Penas Róias, numa quinta aí existente e que era apelidada quinta de Margão Frio.

Em termos gerais, no instrumento de doação, enquanto partes, tiveram voz activa Luís Álvares de Távora, membro do Conselho Real e senhor de Mogadouro, D. Filipa, sua mulher, e Fernão de Álvares que se apresentava como «irmitão da igreja e ermida de Samtiaguo do termo da dita sua villa do Moguadouro[291]». Tratava o ermitão de obter a autorização do Távora, dono da quinta de Margão Frio, para construir uma ermida dedicada a S. Gonçalo, com condições para se poder «dizer missa e cellebrar ho ofisio debino». Os motivos da dedicação omitiram-se.

---

[287] A.D.B., Mitra, Cx. 37, doc. nº 17. A par com a indicação para o documento se arquivar no cartório do Cabido também se pode ler: «doação de hu ermitão da Bemposta que lhe fes Luis Alvares de Tavora».

[288] Ho Flos Sanctorum *em Lingoage: os Santos Extravagantes*, (Introdução e notas por Maria Clara de Almeida Lucas), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 164

[289] Ho Flos Sanctorum *em Lingoage: os Santos Extravagantes*, (Introdução e notas por Maria Clara de Almeida Lucas), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 161

[290] Ho Flos Sanctorum *em Lingoage: os Santos Extravagantes*, (Introdução e notas por Maria Clara de Almeida Lucas), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 161

[291] A.D.B., Mitra, Cx. 37, doc. nº 17

Com a solicitação das licenças eclesiásticas, hipotecavam-se os rendimentos de algumas terras para a sustentação da capela, mas observando-se a condição de que tanto Luís Álvares de Távora como os seus sucessores «que em seu morgado socederem sejão sempre padroeiros da dita irmida[292]». Fernão de Álvares, por se obrigar a fazer a ermida do bem aventurado S. Gonçalo «a sua propria custa e despesa[293]» podia concretizar o desejo de ser o ermitão da capela. Todavia, entre as cláusulas do acordo, os Távoras não alienavam a capacidade de, após o falecimento de Fernão de Álvares, poderem apresentar ermitão.

Relativamente a esta construção, o longo emudecimento das fontes históricas só seria quebrado no primeiro quartel do século XVIII, altura em que se elaborou uma memória que tinha como destinatária a Academida da História que o rei Magnânimo teve a iniciativa de fundar.

Foi seu autor o padre Agostinho Dias da Silva, pároco de Azinhoso, o qual, em 17 de Abril de 1720, assinava a informação relativa à vizinha vila de Penas Róias. Dando notícia de algumas capelas anexas à matriz desta terra, como a «mui antiga» igreja de S. Miguel Arcanjo e a capela da Santa Cruz, «sem fabrica nem rendimentos a qual sustent(av)ão os moradores na igreja da Mizericordia», também a ermida de S. Gonçalo lhe mereceu algumas palavras, as quais, por sua vez, esclarecem o estado eclesiástico do seu fundador e abonam a versão que se passou a escrito no documento de doação:

> «Tinha a igreja matris anexa a de S. Gonçalo que sempre foi mui ferquentada [sic] e das esmolas se sustentava o hermitão e com ellas se conservava com decenia e veneração a dita igreja que edificou hum clerigo para nella fazer vida eremitica com consentimento do senhor de

[292] A.D.B., Mitra, Cx. 37, doc. nº 17. Na abordagem do mesmo assunto, embora com referência diferente, *Vd.* MOURINHO (Júnior), António Rodrigues - *Arquitectura religiosa da diocese de Miranda do Douro - Bragança*, Sendim, 1995, p. 238

[293] A.D.B., Mitra, Cx. 37, doc. nº 17

Mogadouro de quem era o sitio o quoal o largou com condição de que havia de aprezentar hermitão[294]».

Afirmando a presença contínua de um ermitão «que sempre teve athe nosso tempo», o padre Agostinho da Silva pretendia acentuar a capacidade funcional da capela. Simultâneamente, as suas palavras também reforçavam a posição geográfica da ermida que situava numa:

> «herdade da Caza de Tavora, e dentro della ficou a sobredita igreja que se mandou arruinar ficando somente a cappella mor, que de prezente serve somente a cappella mor, que de prezente serve para se recolherem os gados[295]».

Porém, expondo o inconformismo dos moradores perante o estado ruinoso, acrescentava:

> «em memoria da devoção que os lugares vezinhos tinhão ao santo eregião sobre a mesma caza hum chepitel sobre colunas à salamonica em que esta a imagem de S. Gonçalo obrada de alabastro labastro [sic] mas com a impossibilidade de celebrar nella o santo sacraficio [sic] da missa[296]».

A ruína e abandono da ermida, transformada em curral, não podia deixar de ser seguida da interdição eclesiástica. Ao mesmo tempo, dificilmente se consegue combinar o sentido destas notícias com o concurso dos vizinhos na construção do monumento a S. Gonçalo. Quando muito, o sentimento de piedade devia seguir caminhos paralelos ao fervor nacionalista. A reconquista da soberania e a proximidade de terras castelhanas não deixou indiferentes alguns dos notáveis locais, clérigos e seculares. Por isso, o facto

---

[294] MATOS, José Botelho de e outros, *Documentos varios para a Historia Ecclesiatica do bispado de Miranda*, B.N.L., Res., COD. 154, fl. 99v

[295] MATOS, José Botelho de e outros, *Documentos varios para a Historia Ecclesiatica do bispado de Miranda*, B.N.L., Res., COD. 154, fl. 99v. *Vd.* MOURINHO (Júnior), António Rodrigues - *ob. cit.*, p. 238

[296] MATOS, José Botelho de e outros, *Documentos varios para a Historia Ecclesiatica do bispado de Miranda*, B.N.L., Res., COD. 154, fls. 99v-100; *Vd.* MOURINHO (Júnior), António Rodrigues - *ob. cit.*, p. 239

de S. Gonçalo ser um elemento da hagiografia portuguesa, o seu culto não podia deixar de estimular algumas das componentes da identidade nacional[297].

Não sendo possível relacionar a dedicação a S. Gonçalo com a presença nas proximidades da capela de uma ribeira com o nome do santo, a qual tinha obrigado à construção de duas pontes, conforme informação prestada em 1768 pelos homens da governança de penas Róias[298], nem havendo interesse particular em considerar as hipóteses justificativas da degradação da capela que, como já se evidenciou, não poderia deixar de receber os decretos de suspensão para nela se celebrar, interessa-nos a compreensão dos desenvolvimentos formais e simbólicos que a rotunda expressava.

Uma plataforma circular integrando três degraus em toda a extensão do seu perímetro serve de assento ao monumento. De seis pedestais individualizados arrancam outras tantas colunas torsas que servem de esteio a um tambor que viu o aparelho da sua superfície ser animada pelas linhas de sombra convocadas pela incorporação de anéis moldurados que se ataram no seu ponto médio e na cornija do remate. Fechava o corpo cilíndrico uma cúpula semi-esférica que exteriormente se disfarçava com uma platibanda de dezoito balaústres torneados que se organizaram em trios, sendo a separação de cada grupo definida por paralelipídedos com meios balaústres adossados e que por se aplicarem na prumada das colunas, reforçam a verticalidade do conjunto.

Indicador do abandono a que o monumento tem sido votado, a cúpula, construída com ladrilhos e cal, apresenta-se em adiantado estado de ruína.

---

[297] Já antes a infanta D. Maria, filha de D. Manuel e da rainha D. Leonor, ao fundar a primitiva igreja de Santa Engrácia, em Lisboa, parece ter ordenado que nos altares, além do Sacramento, só estivessem as imagens de santos portugueses. Assim, com Santa Isabel e S. Frutuoso, também S. Gonçalo estava representado. CARVALHO, Ayres de - *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*, Lisboa, 1971, p. 9

[298] A informação, assinada pelo juíz da Ordenação, Procurador e dois vereadores, tinha o Provedor da comarca como destinatário e fazia parte de um processo destinado a ouvir os governantes da várias localidades sobre a disponibilidade para aceitarem uma finta destinada à reconstrução da ponte de Castrelos nas proximidades de Bragança. A.N.T.T., Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Mç. 49, Cx. 60

Também as pedras que na plataforma da base se perfilavam à mesma altura dos pedestais e que, a este nível, com excepção de uma entrada, definiam uma clausura por preencherem os intercolúnios, se encontram fora do sítio inicial. Na zona central estava antigamente a imagem de S. Gonçalo que, sendo posteriormente retirada, parece ter sido transportada, por volta de 1930, pelos proprietários[299] de então para a residência do Estoril.

Em termos gerais, esta edificação religiosa tem uma personalidade especial pela singularidade do seu figurino arquitectónico, pela enunciação de princípios de erudição construtiva e pelo simbolismo implícito: planta circular como imagem de perfeição; adopção de elementos correntes na arquitectura civil como os balaústres; carácter telúrico que marca simultâneamente o espírito do lugar; consentimento de extensões quando, pela disposição, as colunas, mais do que a sugestão, definem uma clausura; identificação com o *Templum Domini*.

Obra de excepção por ser completamente estranha aos valores arquitectónicos regionais ou nacionais, como o foram outras construções de pequena dimensão, deve resultar do estudo, assimilação e abertura aos valores formais do classicismo pela via de uma aproximação aos preceitos colhidos no método de Vignola, o qual parece ter conhecido larga difusão a partir do momento em que a administração filipina estende o seu domínio a todo o território da Península Ibérica.

A escolha da forma circular, tradicionalmente associada com a imagem da perfeição, referencia o modelo. Por isso, é difícil que o esquema seja indiferente às representações do Templo de Jerusalém, cidade onde os cavaleiros Templários se estabeleceram depois dos cruzados terem conquistado a cidade. Em consequência, no mundo cristão ocidental as igrejas centralizadas pertencentes aos membros desta milícia quase sempre se

[299] Na altura, este património pertencia a D. Ellen Baldwin Dagge. ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. X, p. 737

associaram com o templo hieronimita. Em Portugal, a instâncias de D. Dinis, os bens da Ordem dos Templários, extinta *authoritate apostolica* em 1311, passariam para a Ordem de Cristo que teria na vila de Castro Marim a primeira Casa. Só em 1449 se decidiu a transferência da cabeça da Ordem para Tomar.

A esta luz compreende-se a importância da construção poligonal, e do deambulatório que a cinge, erguida na cabeceira da igreja desta cidade. Na mesma linha de orientação não se poderá perder de vista que, na região de Mogadouro, a Ordem de Cristo tutelava diversas igrejas como a comenda velha de Castelo Branco, a que pertenciam as matrizes das vilas de Mogadouro e de Penas Róias.

A igreja de Tomar, como alguns admitem, parece ter assumido a função de representar a memória de Jerusalém[300]. Também a construção dedicada à Memória de S. Gonçalo parece perseguir idêntica finalidade. Neste sentido, valerá a pena sublinhar o facto de não muito longe se erguer a igreja medieval de Algosinho, em cujo frontispício se vazou uma abertura figurando uma estrela de seis pontas. Independentemente da possibilidade de se poder relacionar este símbolo com a luz, importa valorizar a sua presença por se tratar da possibilidade de uma alusão figurativa e simbólica ao *Santa Santorum* do antigo templo de Jerusalém.

A presença divina no *Santa Santorum* do Templo, ao impulsionar a importância simbólica do protótipo salomónico, parece ter influenciado a forma de muitos sacrários, razão pela qual seriam construídos segundo um modelo centralizado. Face à exaltação que a devoção ao Santíssimo Sacramento conheceu nos tempos pós-tridentinos, como reacção ao cisma

---

[300] ANTONIO RAMIREZ, Juan - *Evocar, reconstruir tal vez soñar. El templo de Jerusalén en la Historia de la arquitectura*, in «Dios arquitecto», Madrid, Ediciones Siruela, 1994, p. 5. Este autor, afirmando a dificuldade em precisar as verdadeiras consequências das fantasias messiânicas divulgadas pelos herdeiros dos Templários na expansão protagonizada pelas nações ibéricas, não deixou, todavia, de «señalar que la esfera armilar de la Ordem de Cristo

protestante que não aceitava a presença de Cristo na Eucaristia, seria o próprio Carlos Borromeu a evidenciar a conveniência do tabernáculo da Eucaristia ser colocado no altar maior enquanto definia para a sua configuração planimetrias centralizadas, circulares ou poliédricas, as mais apropriadas do estado de perfeição:

> «octogonal o redonda, en la medida que parezca más elegante y religiosamente apropriado para la forma de la iglesia[301]».

Em consequência destas orientações , afirmar-se-ia a tendência para os sacrários passarem a ser construções independentes ao mesmo tempo que na sua organização não raro se contemplavam algumas das possibilidades estéticas oferecidas pelas diversas correntes arquitectónicas.

Redondo foi o formato proposto por Francisco de Holanda, em versão erudita e italianizante, para a fábrica de «uma sumptuosíssima Igreja ou Capela em glória e exaltação e memória do Santíssimo Sacramento», a construir em Lisboa, empresa que a sua proposta complementava com os desenhos, também de planta rotunda, de uma «charola pola parte de dentro onde há de estar o sacrario», um sacrário e ainda uma custódia[302]. Exemplos de sacrários com planta centralizada são conhecidos de Norte a Sul do país. No entanto, por justificarem a aceitação regional do mesmo formulário convém dar conta da presença desses modelos em várias igrejas de que se destaca os da Sé de Miranda, o do antigo mosteiro de S. Francisco, em Mogadouro, e o da capela da Ordem Terceira do antigo mosteiro mendicante, em Bragança. No mundo rural, as paroquiais de Veigas (Quintanilha), de Espinhosela ou de Grijó de Vale Benfeito testemunham a manutenção deste tipo de estruturas em igrejas de menores dimensões.

---

es muy parecida a la que corona a Jaquin y Boaz, las dos columnas del Templo de Salomón, en muchas reconstrucciones del Renascimiento».

[301] CARLOS BORROMEO - *Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos*, México, Universidade Nacional Autónoma de México, 1985, p. 19

A sobreposição do círculo com a imagem arquitectónica da perfeição, explicam as opções de Bramante e Miguel Ângelo quando pensaram a nova igreja de S. Pedro, em Roma, de acordo com o formulário de um projecto centralizado. Pleno de significado, a dimensão da fábrica da sede da cristandade devia permitir o desenvolvimento de um conjunto de valores simbólicos de modo a que se conseguisse a identificação, num mesmo plano, de Roma com a cidade de Jerusalém já que os seus templos principais simbolizavam a «pedra angular» que dava firmeza à Igreja.

Desde o século XVI que se assiste também à divulgação de conceitos que estabeleciam paralelismos entre algumas das cidades mais importantes com Jerusalém e em que o perfil dos respectivos monarcas decalcava o de Salomão. Enunciou este princípio o Doutor Francisco de Monzon quando comprava as cidades de Lisboa e de Jerusalém e ainda, quando enaltecendo as contribuições de D. João III para obras de hospitais, igrejas, mosteiros e fortificações, sentenciava que «bien puede Salomon y todos los principes de la tierra dar ventaja al Rey Don Juan Nuestro Señor[303]». Longe de ser original, esta concepção obedecia a um conceito largamente difundido na época e fundava-se na convicção de que a maior glória do rei e dos seus vassalos não assentava nas proezas bélicas mas na edificação de obras de interesse colectivo que fossem perduráveis.

Em Espanha, os defensores da tese que estabelece a pretensa equiparação de Filipe II com Salomão encontram na obra do Escorial alguns argumentos de difícil refutação. Assim, a conhecida afirmação do autor da «Historia de la Orden de Sam Jerónimo, Frei José de Singuenza», que via nesta empreitada «outro Templo de Salomão que o nosso patrão e fundador quis imitar com esta obra (do Escorial)» seria complementada pela «planta em

---

[302] HOLANDA, Francisco de - *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, Livros Horizonte, s/l., 1984, pp. 34-38

[303] B.N.L., Res. 997v, MONZON, Francisco de - *Libro primero del perfecto christiano*, Lisboa, Luis Rodrigues, 1544, fl. 182v

ângulos rectos, a posição da igreja dentro do conjunto e a presença na fachada das esfígies dos reis de Israel[304]».

Sendo conhecido o interesse que Filipe II nutria pelas matérias arquitectónicas, convém afirmar que a emulação com Salomão talvez tenha incentivado o interesse do rei pelo estudo das fábricas dos edifícios. Neste aspecto convém destacar o incentivo ao trabalho de cariz tipográfico, intitulado *In Ezechielem Explanationes*, de que foram principais protagonistas os padres Jerónimo do Prado e João Baptista Villalpando, ambos da Companhia de Jesus. Como objectivo principal dos três volumes que compõem a obra, impressos em Roma entre 1595 e 1606, almejava-se a reconstrução arquitectónica do antigo Templo de Salomão[305].

Na portada do tomo III, intitulado *Apparatus urbis, AC Templi hierosolymitani*, o jesuíta Villalpando inseriu uma gravura com um templo de planta redonda em que se sugere um remate em cúpula à custa de figuras coroadas que, dispondo-se em círculo, orientam os seus gestos para um plano superior onde surge a imagem do supremo arquitecto.

Conhecedor da obra de Villapaldando foi Caramuel de Lobkowwitz (1606-1682). O seu nascimento em Madrid seria consequência da contratação do seu pai que era engenheiro militar pela coroa espanhola. Tendo estudado em Alcalá de Henares antes de vestir o hábito da Ordem de Cister, viria a completar a sua formação em Salamanca e Lovaina. António Ramirez, a quem se devem estes traços biográficos, acrescenta que em 1635 passou a Portugal sem contudo esclarecer o fito com que empreendia essa viagem. Polígrafo notável, da sua pena saíria em 1678 um tratado de *Arquitectura civil recta y obliqua, considerada e debuxada en el Templo de Jerusalem*, título que mostra

---

[304] TAYLOR, René - *Arquitectura y magia. Consideraciones sobre la idea de El Escorial*, Madrid, Ediciones Siruela, 1992, p. 48

[305] TAYLOR, René - *Juan Bautista Villalpando y Jerónimo de Prado: de la arquitectura prática a la reconstrucción mistica*, in «Dios arquitecto», Madrid, Ediciones Siruela, 1994, pp. 155 e seguintes; *idem*, *Arquitectura y magia. Consideraciones sobre la idea de El Escorial*, Ediciones Siruela, Madrid, 1992, pp. 51 e seguintes.

bem onde buscava os fundamentos para sustentar o desenvolvimento teórico do seu texto.

Interessa-nos particularmente a gravura da portada por representar um baldaquino de quatro colunas em que a inscrição *Templum Salomonis* não deixa dúvidas, como nos exemplos anteriormente apontados, sobre o modo como o novo Santo Sepulcro - *Templum Domini* - devia ser representado.

O desconhecimento de quaisquer circunstâncias factuais retira-nos capacidade para podermos relacionar o esquema arquitectónico seguido na construção da Memória de S. Gonçalo com a obra de Villalpando e com a assinalada presença de Caramuel em Salamanca ou mesmo em Portugal. Note-se contudo que as distâncias relativamente curtas que separam esta cidade da região Sul do Distrito, separada de Espanha pelo Douro internacional, atenuavam as dificuldades que entravavam as relações pessoais e a circulação de ideias. Na mesma ordem de ideias, na presença de um fluxo regular de portugueses a viver na cidade do Tormes, muitos de origem transmontana, seja como clérigos seja como estudantes, atraídos pela fama da Universidade, pode estar o interesse, a familiaridade e a difusão da problemática hierosimita. De resto, seria na cidade de Salamanca que Frei Heitor Pinto, em 1568, publicou *In Ezechielem Prophetam Commentaria*, obra que se perfila na linha «tradicional de considerar o Templo sob o aspecto simbólico[306]».

No entanto, parece-nos fora de qualquer dúvida que o «monóptero», pelos elementos arquitectónicos que convocou e pela proposição reflexiva a que alude deve ser incluído na linha de preocupações estéticas e simbólicas que o desenho da portada do terceiro tomo de João Baptista Villalpando sintetiza, ainda que este tenha contemplado colunas de fustes lisos.

Entre os despojos do Templo de Jerusalém que Santa Helena levou para Roma contava-se uma coluna salomónica que, depois, o imperador

---

[306] TAYLOR, René - *Juan Bautista Villalpando y Jerónimo de Prado: de la arquitectura prática a la reconstrucción mistica*, in «Dios Arquitecto», Madrid, Ediciones Siruela, 1991, p. 156

Constantino, seu filho, doaria à antiga basílica de S. Pedro. Participando dessa poderosa corrente bíblica, Francisco de Holanda não somente traduziu a sua ideia num desenho como escreveria que entre estas colunas «torcidas e estriadas», havia uma de maior fama pela razão de que «nela soía Nosso Salvador a se encostar muitas vezes e a pregar[307]». Sendo certo que alguns autores defendem que a proveniência da tal coluna se deve encontrar no espólio de algum edifício clássico, a verdade era que «o altar da antiga basílica vaticana estava construído com estas relíquias, indicando assim, desde a época paleocristã, como a nova Igreja se levantava sobre o antigo Templo[308]».

Ao mesmo tempo, dava matéria para, durante todo o período medieval, alimentar um fio de continuidade que nunca deixou de incorporar o prestígio das colunas espiraladas em alguns edifícios de função religiosa. No Renascimento, a valorização do legado clássico, nomedamente a problemática das ordens, aguçou o interesse de muitos arquitectos pela morfologia das colunas. No entanto, seriam os efeitos plásticos do Baldaquino de S. Pedro a elevarem as suas colunas à condição de protótipos salomónicos, propiciando o aparecimento de sucessivas réplicas que, entre nós, conheceriam larga fortuna a partir do último quartel do século de setecentos.

Relativamente aos suportes do momumento em honra de S. Gonçalo, o figurino escolhido incorporou colunas com fustes pseudo-salomónicos, assim chamados por não possuírem as estrias do terço inferior, dos quais foram arredados quaisquer elementos decorativos[309]. Em si, o partido da coluna

---

[307] HOLANDA, Francisco de - *Da pintura antiga*, Livros Horizonte, s/l., 1984, p. 86

[308] ANTONIO RANIREZ, Juan - *ob. cit.*, p. 23. *Vd.* RÉAU, Louis - *Iconografia del arte cristiano. Iconografia de la Biblia. Antiguo testamento*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1995, p. 340

[309] Associando-se à arte barroca, no nosso país, a coluna torsa parece ter sido aplicada pela primeira vez em 1671, na igreja da Senhora do Loreto, em Lisboa, no âmbito das obras que a resgatavam das ruínas provocadas pelo incêndio de 1651. O facto de ser tutelada pela comunidade italiana, facilitou a importação deste país de várias obras de arte, entre as quais se contavam aqueles desusados elementos. PEREIRA, José Fernandes - *Arquitectura barroca em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, pp. 17-18; SERRÃO, Vítor - *Marcos de Magalhães. Arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)*, in «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa», III Série, nº 89, 1ª Tomo, Lisboa, 1983,

espiralada, é motivo suficiente para que esta construção possa ser associada ao pequeno conjunto de casos em que se regista esta ocorrência arquitectónica. Possuindo uma média de seis espiras, o serpentinado dos fustes morre em capitéis jónicos em cujas volutas o canteiro, ao pretender dar testemunho da sua habilidade técnica e do seu talento, se socorreu, certamente, de um desenho ou estampa que podia fazer parte da colecção de modelos que, por regra, transportava com a restante bagagem nas frequentes deslocações que, por dever de ofício, empreendia.

Contudo, como a capacidade técnica não dispensava os conhecimentos para se fazerem as marcações que permitissem traçar os fustes torsos, salientem-se os exercício de sistematização técnica que Vignola padronizou no seu tratado.

2.2 As geometrias rectangulares

A restrição do tema ao estudo das igrejas com funções paroquiais fez com que alguns organismos religiosos de maior complexidade, como são os edifícios das comunidades monásticas e do colégio e igreja dos regulares da Companhia de Jesus de Bragança, não façam parte da presente análise. Interessar-nos-emos, por isso, pelas construções religiosas onde os membros das paróquias se reuniam para a realização das principais celebrações litúrgicas preceituadas pelo calendário religioso e ainda quando se proporcionava a ocasião para se celebrarem as festas marcantes - baptizados, casamentos e serviços fúnebres - do percurso de vida de todos os membros de uma comunidade que se reconhecia e se identificavam na força simbólica e tutelar do campanário da sua matriz paroquial

---

p.291; GANDRA, Manuel Joaquim - *Coluna salomónica*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, 1989, pp. 130-131

Neste sentido, a universalidade dos conceitos doutrinários coadunava-se, no plano individual, com as pretensões particulares e, no plano cultural, com as expectativas dos respectivos agregados. No entanto, convirá sublinhar-se que, longe de se confinarem aos campos, os modos de vida pautados por padrões puramente rurais continuavam a influenciar a existência de variados laços que continuavam a relacionar as vilas e cidades, sempre definidos e estruturados de acordo com parâmetros de indiscutível fundo camponês. De resto, numa sociedade hierarquizada como era a do Antigo Regime, o poder e privilégios daqueles que tinham supremacia no quotidiano das vilas e cidades assentava geralmente na extensão de bens fundiários de que eram possidentes.

Em termos gerais, todos estes factores condicionavam a construção de uma igreja já que a sua organização, para além da capela maior e corpo, implicava espaços destinados a cemitério, baptistério e sacristia. Por vezes, as dádivas em cereal ou proveniente dos rendimentos próprios da igreja obrigaram à existência de uma tulha que podia, como em Soutelo da Pena Mourisca, continuar a sacristia. Também a importância do sino teria consequências na arquitectura da igreja por ter imposto a presença de torres, soldadas aos frontispícios ou construídas de modo independente, ou então determinando a evolução das próprias fachadas de modo a que pudessem consentir a construção de campanários.

2.2.1 As cabeceiras

A fortuna alcançada pelos templos com naves de formato rectangular seria grande. Ainda assim, valerá a pena assinalar o reduzido número de vezes em que no interior destes espaços é possível contabilizar a presença de espaços individualizados para o estabelecimento de capelas. Por isso, o esforço para os altares existentes se soldarem aos paramentos, em evidente

economia espacial, é sempre notório tanto mais que, por vezes, a planície das igrejas que serviam as paróquias não bastava para conter a totalidade dos fregueses. Em 1588, o cónego da Sé de Miranda, Nuno Vaz Gonçalves, no exercício da suas competências de visitador, apontava aos moradores de Pinhovelo a necessidade de mandarem:

> «fazer huas grades torneadas nos degraus do altar-mor pera que fora delles possão estar alguns homeis dos mais antiguos visto como ha igreja he pequena he não caberem o povo nella[310]».

No mesmo sentido ia a orientação do reverendo João Macedo de Madureira, arcediago de Mirandela, quando, em 1726, mandava «estender de sorte que fique capas» a igreja de S. Martinho, em Vilar do Monte, por entender:

> «esta igreja he muito piquena para as funçoins de concurso que mal cabem nella os moradores do povo[311]».

Mesmo com o reforço da igreja militante e da normativa que pugnava pela necessidade dos templos terem capacidade para permitirem que tanto os paroquianos como as pessoas que empreeendessem alguma deslocação para assistirem aos actos de culto, mormente em tempos festivos, a acanhada dimensão de muitas igrejas parece ser uma realidade, ainda durante o século XVIII. Como adiante veremos, em alguns casos o problema seria ultrapassado pela ampliação umas vezes e, outras vezes, pela edificação de novos templos. Todavia, na povoação de Argoselo, derivando da agudização das alterações registadas na organização do tecido do aglomerado, com destaque para a definição de novas possibilidades de circulação, o distanciamento entre o sítio da igreja - no Bairro de Baixo, no fundo do Adro Velho[312] - e o núcleo

---

[310] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 41
[311] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 63, fl. 13v
[312] LOPES, Miranda - *Argosêlo*, Separata do Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular, s/l., 1931, p. 17

populacional tendeu a crescer. Mas em simultâneo com a tendência para a igreja matriz ficar isolada relativamente ao casario acentuar-se-ia a verificação do desfasamento entre a incapacidade interior do templo e o número de fregueses. Sobre esta matéria, julgamos um capítulo de visitação, exarado em Setembro de 1727 pelo Chantre da Sé de Miranda, Gaspar da Rocha Ferreira, particularmente elucidativo:

> «consta me, que a maior parte dos freiguezes deste povo, comsiderando [sic], o mao sitio em que esta a igreja matris e descomodo geral para todos principalmente no tempo do Inverno por estar coasi fora do mesmo lugar domde poucas vezes se ouvem os sinos, e ser tam piquena, que apenas cabe a terça parte da gente do mesmo povo dentro della[313]».

A avaliação da situação teria como sequência lógica a edificação, em lugar mais cómodo para os moradores, de uma nova igreja[314] que seria benzida[315] no final do ano de 1732 pelo padre Francisco de Morais, em representação do bispo D. João de Sousa Carvalho.

Perante uma decisão tão importante para a população e até para o Cabido da Sé, por ser padroeiro da capela-mor, foram múltiplas as questões equacionadas com o fito de se levar a obra adiante. Entre elas, valorizamos as que mostravam preocupações particulares com a projecção da nova construção. Se os problemas da orientação[316] e indicações sobre as medidas e

---

[313] Arquivo paroquial da igreja de S. Frutuoso, *Livro de capítulos de visita (1698-1758)*, fls. 44-44v; ALVES, Francisco Manuel e AMADO, Adrião Martins - *Vimioso. Notas Monográficas*, Junta Distrital de Bragança, Coimbra, 1968, p. 53; RODRIGUES, Luís Alexandre - *A igreja matriz de S. Frutuoso de Argoselo: algumas notas sobre a sua configuração arquitectónica no século XVIII*, in «Ilgvselo», nº 0, Centro Cultural e paroquial de Argoselo, Argoselo, 2000, p. 6

[314] Foram várias as modalidades de ajuda e que, no seu conjunto, permitiram a construção da nova matriz. Pretendemos, contudo, evidenciar uma inscrição cinzelada numa das pilastras do corpo da igreja - lado da epístola - que nos informa ter pertencido a Maria Diz, mulher viúva, a doação do terreno para a igreja e adro.

[315] RODRIGUES, Luís Alexandre - *A igreja matriz de S. Frutuoso de Argoselo: algumas notas sobra a sua configuração arquitectónica no século XVIII*, in «Ilgvselo», nº 0, Centro Cultural e paroquial de Argoselo, Argoselo, 2000, p. 13

[316] Possivelmente em resultado da configuração topográfica do chão onde a igreja se implantou, nesta construção não se seguiu o velho princípio de se orientar a capela-mor em função do nascimento do sol. De facto, determinou-se: «a igreja se fara com a porta principal

posição das aberturas[317] caíam neste domínio nada se disse quanto à possibilidade do corpo da igreja poder vir a contemplar mais do que uma nave. Assim, tudo parecia decorrer num ambiente social e religioso em que a natureza da decisão, ainda que tão grave, se confundia com a existência de uma única nave, organização planimétrica com a qual se conformavam perfeitamente a acção e expectativas dos moradores, o interesse directo e indirecto das autoridades diocesanas - o Cabido era padroeiro da capela-mor - e o potencial conselho de quaisquer outras pessoas que, sendo reconhecidos pelos comitentes como suficientes no domínio de tais assuntos, pudessem ser convocados a manifestarem o seu parecer.

Entre todas as artes, parece haver unanimidade em reconhecer que a arquitectura é a que melhor evidencia uma estreita relação com as circunstâncias económicas. Nesta medida, parece não terem existido grandes dissonâncias entre as quase sempre insuficientes reservas económicas e as necessidades espirituais dos habitantes das diferentes paróquias, ainda que se deva estabelecer algum tipo de relação entre as limitações daquelas e os condicionalismos que geravam e que seria preciso ponderar quando se decidia o lançamento de algum empreendimento. Em consequência, as opções arquitectónicas que, voluntariamente ou não, conheceram maior fortuna foram aquelas que, tendo em conta as medidas das plantas, as exigências volumétricas e os materiais utilizados, propunham soluções construtivas que

---

para a parte do meio dia, e as travessas hua para poente, e outra para o nascente». Arquivo paroquial de S. Frutuoso de Argoselo, *Livro de capítulos de visitas (1698-1758)*, fl. 49v.
Entre as igrejas com a capela-mor a poente contam-se as de Soutelo da Pena Mourisca, Avantos, Serapicos, Pinela, Calvelhe, Carrazedo, Lamas e Viduedo. Já na implantação da matriz de Podence seguiu-se uma orientação aproximada aos cardeais Norte-Sul.

[317] Para a edificação da nova matriz de S. Frutuoso, em Argoselo, estabeleceu-se que a porta principal não poderia ter menos «que dezoito palmos de altura, e alargura proporcionada». Já as portas travessas teriam medidas mínimas de «doze palmos de altura, e a largura porprocionada a dita altura». No que dizia respeito às aberturas de iluminação, definiu-se: «as frestas asi do corpo da igreja como da capella maior serão feitas por sima a doze palmos do pavimento da igreja, e dahi para sima serão abertas athe intestarem na cornixa da mesma igrejas e capella, tendo ao menos dois palmos de largo cada hua que levarão varões de ferro de

geralmente não apresentavam grande complexidade. Embora seja conhecido o peso de outras motivações, as razões apontadas ajudam à compreensão dos factores que, na maioria das nossas igrejas, estiveram na base da opção pelo partido da nave única.

Para além das naves, as capelas maiores perfilam-se como elementos fundamentais na definição do aspecto físico dos templos com funções paroquiais. Se aquelas se configuram nos limites de uma figura geométrica rectangular, as plantas das cabeceiras delinear-se-iam no âmbito de campos com formato similar, embora se registem, uma e outra vez, aproximações ao quadrado. A junção das duas figuras acentuam o efeito longitudinal da planta em que as preocupações pela concretização dos valores da simetria nunca serão alienados.

Articulando os dois espaços, as jambas do arco cruzeiro assinalam ao mesmo tempo as respectivas diferenças hierárquicas, sinalização que, em regra, também será sublinhada no exterior, por elementos arquitectónicos como uma pilastra simples ou pelo ângulo de um cunhal, dependendo sempre da relação de proporções observada e do formato volumétrico da cabeceira. Exteriormente, as diferenças podem ainda ser evidenciadas pela altura da capela-mor que, sugerindo uma construção independente, se ergue acima das coberturas do corpo da igreja. Quando assim é, pode recorrer-se a um sistema de quatro águas que, de algum modo, contrasta com as duas águas que comummente se aplica nos telhados das naves. Porém, as soluções propostas não seguiam orientações uniformes. A título de exemplo, veja-se um capítulo de visitação da igreja de Travanca (Vinhais), em 1746:

> «por estar o corpo da igreja muito baixo, e não fazer conrespondencia á altura da capella mor mando que seja levantado o que for bastante para ficar na mesma igoaldade[318]».

---

suficiente grossura com suas cruzes, de furco, em furco cada hua». Arquivo paroquial de S. Frutuoso de Argoselo, *Livro de capítulos de visitas (1698-1758)*, fl. 49v

[318] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fl. 115

Diferente era o entendimento do eclesiástico que, em 1755, visitou a matriz de Espinhosela. Entre as matérias que tratou, destaca-se a marcação das diferenças dos volumes que compunham o templo:

> «mando que as paredes da capella mor se levantem mais de sorte que fiquem tres, ou quatro palmos mais levantadas que as do corpo da igreja, e que a dita capella mor fique de duas agoas cornijada em correspondencia da igreja[319]».

Já interiormente, tanto os degraus do altar-mor como a plataforma do presbitério podem igualmente constituir balizas que com grande evidência, nuns casos, ou de forma mais moderada noutros, acentuam tanto simbólica como fisicamente a diferença de comportamentos a observar naqueles dois espaços.

Contudo, se em alguns casos a capela-mor e o corpo da igreja podem apresentar-se com a mesma largura, como nas igrejas de Donai, Soutelo, Carragosa, deve também dar-se nota da ocorrência de outras configurações como aquelas em que a cabeceira é mais larga que a nave ou a nave mais larga que a capela-mor. Acrescente-se, no entanto, que a largura da capela maior raramente excede a do corpo da igreja; por sua vez, os exemplos de naves que neste aspecto se superiorizam às cabeceiras podem ser registados com grande frequência.

Em todo o caso, as cabeceiras são quase sempre rectas. No pequeno grupo das excepções contam-se as igrejas de Castro de Avelãs e as matrizes de Vimioso e de Vinhas. A igreja de Castro de Avelãs, correspondendo à readaptação da igreja românica do antigo mosteiro beneditino, depois de ter sido intervencionada, conserva ainda uma ábside e dois absidíolos. Por sua vez, a capela-mor da matriz de Vinhas encerra-se nos limites de um polígono

---

[319] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Livro de visitações e pastorais da igreja de Santo Estevão (1674-1762)*, fl. 117v

com oito lados, cujas conotações parecem fundar-se na rotunda do Templo do Santo Sepulcro, tal como a cabeceira curva de S. Vicente, em Vimioso.

Vinhas era anexa, juntamente com as de Bagueixe, Gralhós e a extinta Banrezes, da abadia de Castro Roupal. Contudo, atestando a importância da povoação, era em Vinhas que se localizava a residência paroquial do abade, cuja apresentação competia ao Marquês de Távora. Esta igreja, «de huma nave so», tinha como padroeiro S. Vicente e no seu plano contavam-se cinco altares, um dos quais era o da «milagroza» imagem do Santo Cristo. Na resposta ao questionário das memórias paroquiais, o padre José Manuel de Figueiredo Sarmento destacou o fervor devocional que a imagem do Crucificado suscitava. Todavia, as suas palavras não permitem esclarecer algumas dúvidas relativamente à colocação da sua imagem já que se pode suspeitar da sua mudança para o altar-mor, como também sucederia com o Santo Cristo da igreja de S. Vicente, em Bragança, templo em que se contemplou a construção de uma cabeceira semicircular.

O facto de, em 1758, não se considerar a singularidade do formato poligonal da capela-mor da igreja de Vinhas leva-nos a acreditar que, então, o seu recorte em nada se distinguia do formato plano que caracterizava a grande maioria das igrejas transmontanas. Assim, esta capela-mor oitavada deverá corresponder a um considerável aumento da devoção para com a imagem do Santo Cristo, traduzida na sua deslocação para o alta-mor e na clara secundarização de S. Vicente, ocorrência que encontra paralelo em igrejas com o mesmo orago, como a de de Bragança e de Vimioso.

Por outro lado, em comparação com o prospecto principal e corpo da igreja, o modo como se trataram as esquinas, entablamentos, urnas de coroamento e aberturas de iluminação mostram que a capela-mor nunca poderia ter sido levantada antes dos finais do século XVIII não sendo mesmo de descartar a possibilidade desta obra ter corrido já durante a centúria seguinte.

As informações conhecidas sobre as capelas maiores das nossas igrejas fornecem por vezes importantes contributos para a sua caracterização arquitectónica. Mas de um modo geral, para o período anterior ao ponto médio do século XVIII as notícias são mais escassas e, e em regra, a sua substância apresenta-se desprovida da consistência que desejaríamos; já para a segunda metade do século, particularmente a sua parte final, as fontes históricas, ao oferecerem-nos alguma documentação de conteúdo mais sólido, contribuem para o alargamento da compreensão relativa à organização interna e à configuração exterior de várias igrejas levantadas nas povoações da diocese. Neste sentido, o aspecto dos seus paramentos, a figura geométrica das plantas, a articulação com o corpo dos templos, a presença ou não de contrafortes e de pilastras, o sistema de iluminação e as coberturas são aspectos de grande importância.

Contando-se no conjunto das mais antigas que se conhecem, algumas das observações produzidas no século XVII pelos visitadores, relativamente à igreja de S. Miguel de Cernadela, revelam preocupações particulares com a capela-maior. Simultaneamente, traduzem alguns dos problemas fundamentais que, pela importância que lhes era concedida, tarde ou cedo, tocavam a generalidade das igrejas. Ou seja, as exigências do culto desencadeavam efeitos psicológicos que ao serem consubstanciados pela dignidade arquitectónica - geralmente o maior motivo de orgulho das comunidades - reclamavam vigilância constante sobre o edifício de modo a controlar a acção das diferentes incidências que, directa ou indirectamente, podiam agir tanto sobre a sua estrutura como sobre o seu aspecto geral.

Deste modo, factores como telhados, tectos, paredes e pavimentos juntavam-se às exigências de criação de uma atmosfera especial na qual as máquinas retabulares, especialmente por servirem de enquadramento a algumas imagens de santos e, sobretudo, do sacrário, desempenhavam um papel de primeira grandeza.

2.2.1.1 Retábulos

Note-se, contudo, que a variabilidade dos recursos nem sempre permite a acumulação de reservas suficientes para, nas capelas maiores de algumas igrejas paroquiais ou suas anexas, se armarem as características estruturas retabulares.

Por vezes, quando a incapacidade económica era um dado insuperável, as populações aguçavam o sentido pragmático, pelo que recuperavam práticas mais antigas e de sabor tradicional. Consistiam estas na contratação dos serviços de práticos a quem se reconheciam aptidões para fingirem retábulos e representarem as devoções na superfície das paredes da cabeceira. Não sendo rara a utilização de esquemas baseados em estampas volantes, a aplicação de pinturas não somente era um processo barato de reprodução dos elementos que constituíam a arquitectura de um retábulo como ainda permitia que servisse como moldura à representação imagética de alguns santos.

Um exemplo deste procedimento pode referenciar-se em Maio de 1588, quando o cónego da Sé de Miranda, Nuno Vaz, visitando a igreja da vila de Pinhovelo entendeu que também o templo anexo da aldeia de Amendoeira era merecedor de algumas observações. Nesse sentido pareceu-lhe conveniente dirigir-se aos responsáveis pela sua conservação a fim de que tratassem de:

> «revocar a capella que ora novamente tem feita por dentro, he por fora he lhe farão altar e no outão da parede pintarão a imagem do oraguo a modo de retabolo per mão de bom official sob pena de mil reis e taparão de parede bem feita o vão que fica antre a capella he o corpo da igreja[320]».

Mesmo em finais do século XVII, quando muitas das máquinas retabulares da diocese já tinham adoptado o figurino do estilo nacional, ou alguns dos seus elementos, como as colunas pseudo-salomónicas, ainda se

[320] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 41

confiava na perícia dos pintores para agirem sobre as emoções dos fiéis. Sob este ponto de vista, é elucidativo um capítulo de visita respeitante ao ano de 1699 e à matriz de Espinhosela:

> «(os fregueses) mandarão branquear a capella e igreja de S. Sebastiam por dentro e pintar na parede dos altares e no de Santa Anna huas imagens novas[321]».

Apesar de notória a opção por uma certa simplicidade de meios plásticos, a verdade é que a igreja mostrava-se determinada a introduzir correcções profundas em tudo o que pudesse traduzir o seu poder na sociedade e, ao mesmo tempo, reflectir os seus propósitos espirituais. Pela importância do seu simbolismo na liturgia, a capela-mor era objecto de especiais cuidados quer no que respeitava ao seu asseio quer nas medidas relacionadas com a sua conservação e decoro.

Nesta linha de orientação, entre as obrigações imposta aos moradores de Amendoeira na visita de 1587 contava-se «o fazer da capela[322]» maior, obra que, parece, já tinha sido ordenada anteriormente. As penas estabelecidas, no valor de dois mil réis, e a existência de «dinheiro da fábrica que bast(ass)e» explicam a construção de nova capela-mor entre os anos de 1587 e a Primavera de 1588, altura em que também já se pugnava pelo seu apainelamento[323].

Em relação à capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Pinhovelo, em 1591 o mestre-escola da Sé, Nuno Vaz de Albuquerque, fazia acompanhar a indicação de se «segurar a capella por estar muito perigosa[324]» de uma chamada de atenção para a urgência em se «renovar(em) as pinturas

---

[321] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Livro de visitações e pastorais da igreja de Santo Estevão (1674-1672)*, fl.43
[322] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 38v
[323] «O recebedor não cumprio com por o banco por baixo do retabolo nem [...] com mandar apainelar a capella». A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 40v
[324] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 48v

do retavollo nas partes necessareas[325]». Por sua vez, as preocupações com as pinturas do retábulo seriam sucessivamente repetidas entre os anos de 1592 e 1598 e retomadas a partir de 1609. Mas em meados do século XVII, mandando-se dourar o sacrário, dava-se ordem para «renovar o retablo» até à realização da próxima visita, acrescentando-se a seguinte orientação:

> «por mão de bom official, e approvado como he João Alonso de Miranda (do Douro) a quem darão esta obra per ser conhecidamente o melhor official que há por estas partes não havendo outros que melhor e mais barata a faça[326]».

Em Miranda do Douro viveu alguns anos o pintor zamorano Alonso de Remessal II, onde, entre outros trabalhos, se ocupou no retábulo da capela-mor. Entre os filhos que a sua mulher, Antónia de Veja, deu à luz contava-se Alonso de Remessal III de quem se sabe ter seguido, tal como o pai e o avô, a via profissional da pintura. A ocorrência do movimento restauracionista, um ano depois da passagem de Remessal II, parece ter criado algumas dificuldades a esta família castelhana que abandonou secretamente a sede do bispado para se ir acolher à cidade de origem. No entanto, o prestígio alcançado pelo progenitor e a situação de algum favoritismo por parte das autoridades diocesanas eram razões que jogavam a favor de Alonso Remessal III, tanto mais que, em Zamora, os efeitos das dificuldades materiais não demoraram a fazer sentir os seus efeitos. Como em Miranda do Douro a família era proprietária de avultados bens materiais, não será de estranhar a decisão de Remessal III ter voltado a Miranda a coberto da protecção eclesiástica. Contudo, os elementos conhecidos não são suficientes para permitirem o estabelecimento da existência de alguma relação de parentesco do pintor João Alonso com o pintor zamorano Alonso de Remessal.

---

[325] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 48v
[326] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fls. 129v-130

Mas tal insuficiência não pode fazer-nos perder de vista que, na altura, o figurino artístico dominante ainda concordava com os padrões do maneirismo cujos esquemas quase sempre reservavam às estruturas retabulares a função de enquadramento das cenas animadas pelas mãos dos pintores, primeiro, e das obras saídas das oficinas dos mestres imaginários, depois.

Todavia, em Abril de 1700, altura em que o reverendo Amaro Pires Pavão visitou a igreja, já se assinalava a tendência geral para a ornamentação de formas mais gordas e revoltosas, intensamente douradas e policromadas, se assenhorearem de toda a estrutura enquanto, paralelamente, por ocultação se tentava a secundarização dos seus elementos arquitectónicos.

Constatada a inexistência de retábulos na igreja -ocorrência não muito frequente - aquele clérigo preconizou os seguintes procedimentos:

> «acha se esta igreja sem retabulo assim no altar como nos coletrais com que com muita indecencia se celebram os divinos officios e porque no lugar de Carrapatas esta hum rettablo [sic] ainda novo na madeira e ouro que poderia milhor servir na capella desta villa por ser piquena mando que por conta das rendas da Mitra se faça hum retablo maior pera a igreja de Carrapatas por ser a capella maior e o lugar ficar em a estrada aonde os passageiros vem todos os dias e se fara a salamonica e o de Carrapatas se mudara para Pinhovello[327]».

Independentemente de se evidenciar um caso concreto em que dá expressão à mobilidade de retábulos, interessa-nos sublinhar o vigor de dois conceitos principais: por um lado, colocava-se em relevo a relação que devia existir entre a importância que se atribuía à povoação e a máquina que se devia colocar na capela maior da sua igreja; por outro lado, importa valorizar a declaração relativa ao partido da coluna espiralada, em cujo fuste se adivinha uma decoração relacionada com os símbolos eucarísticos e a adopção de um figurino artístico em que algumas aquivoltas fariam recordar os antigos portais

[327] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 41, s/ fl.

românicos. Ao mesmo tempo, definia-se a tendência para a ocupação integral da cabeceira.

A importância concedida aos retábulos não eliminava outras preocupações de carácter mais elementar e que passavam pela manutenção dos telhados[328], caiação das paredes e reparação dos tectos. Mesmo assim, pela pobreza algumas vezes, e quase sempre pelo desleixo ou razões de egoísta conveniência daqueles que tinham obrigação de gastar alguns réis no asseio e manutenção das capelas maiores, estas patenteavam as marcas da degradação física que outros, no exercício de funções epecíficas ou na medida das possibilidades, tentavam contrariar.

Nesta linha de orientação e por corresponder a situações relativamente frequentes, parece-nos elucidativo o exemplo da igreja de Santo André de Morais. Em 1716, afirmando «ser precizo redeficarse a cappela mor», o Chantre Gaspar da Rocha Ferreira pormenorizava as razões do seu juízo:

> «achei assi as paredes da capella mor, como o tecto della com tal ruina que basta dizer estão com espeques para a atalhar [...] e emquanto o mesmo parocho ponha o Santissimo Sacramento em o altar que achar mais capas dos do corpo da igreja[329]».

Pela ruína do tecto da capela-mor, também na igreja de S. Nicolau de Pinela, pelos anos de 1721, foi necessário mudar-se o sacrário para um dos altares do corpo da igreja e, ao mesmo tempo, reforçá-lo com o auxílio de espeques[330]. Apesar da disposição que ordenava que a obra fosse posta a pregão com urgência para ser concluída no espaço de seis meses, os factos conhecidos indiciam que assim não foi. Na verdade, no Verão de 1724,

---

[328] Em 1668, o Doutor Martim Pegado, cónego magistral na Sé de Miranda, visitando a igreja de S. Miguel, em Sernadela, declarava: «e por ver que na capella mor esta chovendo por quatro partes peço ao reverendo procurador (dos Jesuítas) queira dentro de hum mez mandalla retelhar e compor, e athe a primeira vizita branquear por dentro e fora e não lhe ponho pena algua porque se se descuidar nisto poderá cahir lhe a capella, e custar lhe para a levantar grandes dispendios». A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 12v

[329] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 21v

[330] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 19, fls. 40-40v

enquanto visitador, o abade da igreja de S. Mateus de Sobreiró, Tomás Gomes da Costa, não escondia o estado de degradação progressiva da capela-mor, ao ponto de se temer a queda dos seus muros. Por isso, determinava a «execução da dita obra» tanto mais que, como adiantava, já estava arrematada[331]. Impunha-se, por isso, que o mestre, respeitando os compromissos assumidos, desse início aos trabalhos, atitude que, por sua vez, o isentavam do pagamento das multas que os contratos, normalmente, estipulavam.

Também na igreja de Santa Marinha, de Pinheiro Novo, em 1703, se impunha o reboco e caiação da capela-mor, enquanto se reconhecia a importância de se fazer o seu tecto, para o qual, de resto, já tinha sido reunida a madeira necessária. Posteriormente (1728), ao ser desanexada da freguesia de Pinheiro Novo, este templo sofreria obras de algum vulto, como foi a de «levantar o corpo da igreja de sorte que fique na igoaldade da capella[332]». Ao mesmo tempo, a par com o douramento do retábulo, entendia-se muito importante que se atendesse à importância da iluminação interior, razão pela qual se pugnava pelo alargamento da «fresta do altar-mor».

Por sua vez, em 1730, o estado da igreja de S. Sebastião de Pinheiro Velho da qual se desanexou Pinheiro Novo, impunha como inevitável a necessidade de se fazer uma nova capela-mor[333].

Alguns anos depois, também na igreja de S. Julião, localizada na aldeia de Santulhão, olhando-se ao modo como a capela-mor se apresentava em consequência de nela «chover como na rua», considerar-se-ia como imperiosa a necessidade de «tirar della o sacrario[334]». Mas uma vez solucionados os problemas que pediam resposta imediata, tudo indica que só depois de 1755 a

---

[331] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 19, fl. 46v
[332] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 110, fl. 48
[333] «sendo a obra mais precissa a capela mor a quel esta pedindo que logo logo se faça de novo». Na visitação de Dezembro de 1734 recomendava-se aos fregueses «que vão cuidando na factura de sua capella mor». A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 111, fls. 4v, 8v
[334] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 104, fls. 74v-75

cabeceira foi sujeita a intervenções importantes que incidiram sobre o pavimento, sobre a janela de iluminação, sobre o altar e degraus.

A capela-mor da igreja de S. Martinho de Vilar do Monte, pela incapacidade do seu tecto, já em 1728 mereceu reparos[335] do visitador. Em anos seguintes, constatada a omissão do comendador, os mesmos seriam extensivos ao telhado, tecto e até à máquina retabular. Por isso, o abade de Quirás, pretendendo contrariar o progressos da ruína que nos finais de 1745 já eram uma séria ameaça para a igreja, lavrou a decisão seguinte:

> «por conta dos fructos se mandara fazer nova capella pella que está estar ameaçando ruina[336]».

Todavia, seria em 1755 que o cónego magistral Manuel Bernardo Lopes, valendo-se da autoridade resultante da sua posição na hierarquia da diocese, impôs:

> «porquanto vejo que as paredes, e tecto da capella mor desta igreja de S. Martinho se achão tão incapazes que por instantes estão ameaçando ruina, e com grande perigo se celebra na ditta capella; mando que esta se reforme de novo por conta da comenda mandando fazer as paredes, e o tecto de novo, e a parede das costas será de outão, e no lado terá hua fresta, apartada do altar quatro palmos, a qual será de dous palmos de larga, e cinco de alta com sua reixa bem forte; e porque a ditta capella he tão piquena, que nella não cabem os degraos a romana, se alargará para tras o que for necessario para que fique em proporção a ditta obra dos tres degraos a romana, os quaes mando se fação no altar[337]».

Estas directivas, seguidas da que mandava dourar o retábulo logo que as obras se concluíssem e da encomenda de duas casulas de damasco, branco e roxo, ao vestimenteiro José Pires, de Bragança, eram igualmente acompanhadas da possibilidade do pároco poder sequestrar os frutos da

---

[335] Em Novembro daquele ano o abade da igreja de S. João de Bragança, André Ramalho Barradas, determinou: «se necessita muito da reidefecação do tecto da capela mor por estar ameaçando ruina». A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 63, fl. 16v

[336] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 63, fl. 40

[337] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 63, fl. 54v

freguesia para com o seu produto se custearem as obras. Era uma forma de ultrapassar as dificuldades causadas por aqueles que sucessivamente faltavam às suas obrigações e de que o comendador da igreja de S. Martinho era um bom representante, visto, como se escrevia em 1761, haver quarenta e sete anos que não satisfazia os 4.000 reis que, anualmente, tinha obrigação de pagar à fábrica[338].

Quadro 11

Ano / / povoação	**Sumário de algumas obras em igrejas do bispado, segundo o «Livro de lembranças das copias que vão aos comendadores[339]»**
1779, Jul., 28 **Paçó de Sortes**	«Cópia de hum requerimento do juiz da igreja povo e acordaons [...] sobre se lhe mandar fazer hum retablo da capella mor da igreja de S. Nicolao do dito lugar de que he comendador D. Joze de Menezes». (fl. 6v)
1780. Fev., 12 **Vidoedo**	«Copia de hua ordem que levei a D. Joerge de Menezes comendador da comenda que a mesma consta Donna Maria por graça de Deos Rainha de Portugal etc. como governadora perpetua administradora que sou do Mestrado Cavallaria, e Ordem de Nosso Senhor Jezus Christo faço saber a vos comendador da comenda de S. Mamede de Sortes que por me constar por informação do provedor da comarca de Miranda a necessidade que há de se fazer a obra da cappela mor e retabollo da igreja de S. Bertholomeu do lugar de Viduedo anexa da mesma comenda sobre que fostes ouvido o Dezembargador Procurador Geral das Ordens = hei por bem ordenar mandeis fazer a dita obra, dando logo principio, e que a completeis dentro de hum anno; e o dito provedor da comarca mande expedir ordem para que a dita obra findo o referido termo não estiver feita, elle a mande fazer procedendo a suquestro nos rendimentos da comenda para os pagamentos della = a Rainha Nossa Senhora». (fl. 7v)
1781, Mar., 28 **S. Salvador**	«Copia de hum requerimento do juiz da igreja e mais offeciaes e moradores do lugar de S. Salvados termo da villa de Mirandella bispado de Miranda do Douro para se lhe mandar dourar o retabulo da dita igreja de que se deu vista ao Conde de S. Miguel». (fl. 14v)
1782, Nov., 7 **Laviados**	«Copia de hum requerimento dos moradores do lugar de Laviados do termo de Bragança comenda de S. Pedro de Babe para se lhe mandar fazer a capella mor de que se deu vista a D. Pedro da Camara comendador da dita comenda». (fl. 17v)
1782, Set., 30 **S. Salvador** 1783, Ago., 18	«Copia de hum requerimento do juiz e mais offeciais e moradores do lugar de S. Salvador termo de Mirandella para se dourar hum retabolo da dita igreja de que se deu vista ao Conde de S. Miguel comendador da dita comenda» (fl. 17v); Repete-se a matéria do requerimento de 1782. (fl. 19)

[338] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 64, fl.18

[339] A.N.T.T.,Mesa da Consciência e Ordens, Livros diversos, fls. 6v-47

1783, Nov., 4	«Copia de hum despacho que se deu ao Conde de S. Miguel o comendador da comenda de Santa Maria de Mirandela a que pretence a igreja de S. Salvador anexa da dita comenda conclua e ponha na sua prefeição a pintura douramento da capella mor da mesma igreja sem altarar a forma e a altura do arco desta capella e faça prontos os ornamentos precizos de que necessita os quais ornamentos aprezentara nesta Meza para na forma do costume serem aprovados e para concluir huas e outras obras que todas devem ser feitas com a necessaria dessencia lhe concedem o termo de seis mezes inprorogaveis esperando que antes delles as tenha completamente concluido e quando se presuade que tem direito para obrigar os mais intereçados nos dizimos a concorrerem proporcionalmente para esta despeza contra elle deduzindo esse direito pellos meios ordinarios». (fl. 19)
1785, Jun., 23 **Nuzedo de Baixo**	«Copia de hum requerimento dos moradores do lugar de Nuzedo Tespassante no destrito de Vinhais comarca de Miranda em que pedem se lhes mande consertar a cappella mor da sua igreja cujo requerimento se deu vista ao Conde de Vale do Rei comendador da dita comenda», (fl. 24)
1786, Jan., 16 **Lamas de Podence**	«Copia de hum requerimento do parrocho e juiz da igreja e moradores [...] em que pedem se mande dourar o retabulo da capella mor e se de vista ao Marques do Lavradio». (fl. 25)
1787, Fev., 3 **Alvarelhos** **Alvarelhos** 1787, Abr., 2	«Copia de hum requerimento do parocho e moradores da freguesia de Nossa Senhora da Espectação do lugar de Alvarelhos destrito de Monforte de Rio Livre em que pertende se lhe mande dourar e pintar a cappella mor da sua igreja do que se deu vista ao Conde de Valladares comendador da dita comenda». (fl. 26v) «O comendador a que pertence a igreja de Nossa Senhora da Espectação do lugar do lugar [sic] de Alvarelhos da comarca de Moncorvo mande fazer dentro do termo de seis mezes a obra da pintura do teto da cappella mor de hua so cor com tarja no meio e da mesma forma o altar mor somente com seus filetes dourados de que munto caresse esta igreja». (fl. 27)
1789, Ago, 26 Fiães	Estabeleceu-se um ano para o Conde de Vimiodo, na sua qualidade de comendador, executar as obras da capela-mor, sacristia e residência paroquial. (fls. 33v, 45)
1791, Mar., 2 **Lamas de Podence**	«Copia de hum requerimento do parocho e o juiz da igreja [...] para obras da tribuna em que se mandou dar vista ao Conde de Villa Flor, comendador da dita comenda». (fl. 39)
1795, Mar., 5 **Edral**	«Ao comendador da comenda de S. Romão de Edral se ordenou por despacho de 5 de Março para que no termo de seis mezes mande fazer as obras e os ornamentos no termo de tres mezes». (fl. 40)
1792, Jun., 12 **Corujas**	«Copia do juiz da igreja de Curujas freguesia de S. Thiago no bispado de Bragança em que se pede obras e ornamentos de que se deu vista ao Marques do Lavradio». (fls. 45v-46
1792, Jun., 19 **Coelhoso**	«Copia de hum requerimento do parocho e juiz da igreja e povo de Cuilhozo em que pede se lhe mande concertar a sua igreja de que se deu vista a Bellchior de Matos de Carvalho alias Frei Antonio Raimundo de Pina Coutinho»
1792, Ago., 28 **Águas Vivas**	Requerimento do juiz da igreja, povo e fabriqueiro da capela-mor: pediam «se mand(ass)e fazer a capella mor da dita igreja de que se deu vista a Manuel Joaquim de Souza como submenistrador da Caza do Marques do Lourissal alias o Dezembargador Antonio Raimundo Coutinho». (fl. 47)

Problema sempre vivo, podemos dizê-lo, se tivermos em conta que as demonstrações públicas de zelo, através da aplicação de uma parte das rendas auferidas em consequência dos títulos de benefício, são por via de regra proteladas, sejam os titulares laicos ou eclesiásticos. O próprio Cabido, apesar das suas particulares responsabilidades, não se eximia a adiar, algumas vezes eternizando, as intervenções que se impunham e que eram da sua obrigação.

No entanto, o Cabido podia também celebrar contratos com os moradores, de forma a que estes se responsabilizassem pelas obras de reparação e provimento das capelas maiores que antes eram da competência da Mesa capitular. Vigorando de acordo com as circunstâncias e caso a caso, este esquema contratual mantinha intactas as suas virtualidades nos finais do século XVIII. Como exemplo, refira-se o acordo celebrado em Outubro de 1790 entre os moradores de Paradinha de Outeiro e o Cabido relativo ao problema da fábrica da igreja. Esta entidade, fazendo-se representar pelo cónego magistral Manuel de Miranda[340] - natural de Rio Frio - transferia anualmente para a fábrica da igreja de Paradinha - representada pelo juiz da igreja, Martinho Carlos de Miranda, homens do acórdão e cura, o reverendo Roque Martins - «a quantia de tres mil duzentos reis [...] com a condiçam por força de fabrica imposta ficaria a dita Meza Capitular desonerada de todas as obrigaçoens que tem a respeito do reparo da capella mor como da sacristia [...] como tambem ornamentos da mesma percizos para o altar [...] a excepçam do azeite para a lampeda[341]». Desta forma, os fregueses de Paradinha de Outeiro passavam a ser os detentores das obrigações que antes cabiam à Mesa Capitular.

Em todo o caso, sob um ponto de vista formal, era sempre mais simples a decisão de congelar total ou parcialmente os rendimentos que os

[340] Uma procuração dava ao cónego Manuel de Miranda poderes bastantes para tratar e celebrar contratos com diversas paróquias a respeito do problema das fábricas e, particularmente, das capelas maiores das igrejas unidas ao Cabido.
[341] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 22

comendadores tinham nas igrejas para custear as obras que lhes cabiam e que, por omissão, tinham que ser outras entidades a tomar a iniciativa da sua realização. Mesmo assim não era raro que o início de uma empreitada, em virtude das notificações e recursos apresentados à Mesa da Consciência e Ordens, se arrastasse no tempo, uma vez que era sempre possível desviar o cerne da questão para os caminhos da burocracia onde a lentidão com que os processos se movimentavam quase fazia esquecer o problema essencial. Entretanto, a degração física dos edifícios era progressiva.

A superação dste tipo de problemas parecia ser mais fácil quando havia um rendeiro da comenda. Veja-se o caso da capela do Santo Cristo de Abambres pertencente à comenda de Santa Maria de Mascarenhas que andava arrendada ao bragançano Manuel Gomes de Abreu. Sendo necessário fazer-se a capela-mor da igreja de Abambres, obra que o comendador estava obrigado a fazer mas a que não deu andamento, foram os bens sequestrados até que, por despacho do prelado, Gomes de Abreu se resolveu «a pagar o dinheiro da dita comenda que pode emportar o feitio da dita obra e forro della [...] por mestres capazes[342]» e mesmo assim sem ficar isento de apresentar alguém com condições para o abonar.

Embora haja relação com esta matéria, parece-nos interessante a relação arquitectónica e retabular evidenciada num despacho da Mesa da Consciência e Ordens (1789), em que o comendador da igreja de Fermentãos, o Marquês de Valença, era intimado a:

> «levantar a capella mor da mesma igreja a proporção os remates do retablo que se acha demaziadamente baixa que pouco mais deite do paramento quatro palmos, e por isso esta o secrario com tanta indecencia, sem ter banqueta para por castiçais[343]».

[342] A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, Mç. 5, Lv. 17, fl. 17. Na mesma qualidade de rendeiro da comenda, em 1725, Manuel Gomes de Abreu teria também intervenção nas obras da capela do Santíssimo Sacramento de Abambres, determinadas por «despachos ou sentenssas ou capitolos de vezitas». A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, Mç. 5, Lv. 17, fl. 20-21

[343] Este despacho foi antecedido (28 de Agosto de 1788) de um requerimento do pároco e do «juiz da igreja e mais povo do lugar de Formotoens no bispado de Bragança em que pertende

2.2.2 Arco cruzeiro

Em 1703, visitando a igreja da Senhora da Assunção de Serapicos, o abade de Duas Igrejas, Doutor Manuel de Matos Botelho, mandou registar a seguinte disposição:

> «esta igreja necessita de tantas obras [...] que não he facil o accordão sobre esta materia [...] mando que se principie as ditas obras pello arco da cappella mor visto como o zello do reverendo abbade aplica esta mesma obra, e quer a sua mettade que lhe toca do custo della, o qual arco se farà de cantaria liza quanto mais levantado que for possivel[344]».

Percebe-se que o problema do arco cruzeiro não sendo independente da capela-mor também o não é quando estão em causa outro tipo de razões, entre as quais comummente se contava a repartição das despesas na altura em que se tomava a decisão de se fazerem obras no espaço da cabeceira. Confirmavam tais práticas as palavras do cónego doutoral da Sé de Miranda, Manuel Tavares de Sousa, tais quando, em Junho de 1710, visitou a igreja de S. Sebastião de Vilarinho do Monte. Nesta altura a igreja acusava problemas sérios, entre eles «a ruina que esta(va) ameaçando o tecto da igreja e porta principal e arco da cappella abertos[345]».

Perante este quadro, temiam-se as potenciais consequências, já que, em paralelo com os inconvenientes que afectavam o culto, também era manifesto «o prigo por estar especado todo o tecto dos tirantes[346]». Pesando-se os custos, consideraram-se igualmente as vantagens de se proceder à mudança da igreja. Relativamente à localização desta adiantava-se o desconforto que os moradores sofriam uma vez que além da distância relativamente à povoação

---

varias obras para a sua igreja de cujos dois requerimentos (havia um outro de Salsas em que se pedia aumento da côngrua e um coadjutor) se deu vista ao Marques de Valença comendador da dita comenda». A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Livros diversos, *Livro de lembranças das copias que vão aos comendadores (1778-1792)*, fls. 30v-32.

[344] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 30, fl. 45

[345] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 67, fls. 54-54v

[346] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 67, fls. 54-54v

também se valorizava o facto de estar construída «en hum alto descampado que no tempo do Inverno há de ser desabrido, e descomposto[347]».

Estabelecendo o prazo de dois anos para se mudar e construir a nova igreja, cujo incumprimento estava sujeito à multa de 4.000 réis, o visitador recordava aos fregueses as suas obrigações nesta matéria:

> «fazendo o corpo da igreja e a metade do arco da cappella mor porque dahi para dentro corre por conta do Reverendo Abbade[348]».

Independentemente das responsabilidades materiais dos fregueses e dos beneficiados na capela-mor e arco triunfal, importava dar atenção ao lançamento do arco que separava a cabeceira da nave visto que a insuficiência da sua flecha podia transformá-lo num elemento perturbador da visibilidade do presbitério e da estrutura retabular. Quando assim era impunham-se alterações ao seu desenvolvimento, como em 1720, na igreja de S. Martinho de Vilar do Monte, se aconselhava:

> «os freguezes [...] dentro em coatro (anos mandarão) dourar o retabulo de S. Sebastiam e mandaram levantar o arco da cappella mor, o que este permitir athe o tecto della, porquanto, por baixo, impede a vista do altar da dita capella[349]».

Se mais uma vez se comprova a divisão dos custos com obras no arco cruzeiro - metade por conta do abade ou do titular dos rendimentos da igreja e a outra metade por conta dos fregueses - também se deixa ver que o desenvolvimento do arco estava condicionado pela pequena volumetria das igrejas. Aliás, pouco tempo depois, o arcediago de Mirandela, em acto de visita, deixaria um capítulo em que, por considerar a pequena dimensão da

---

[347] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 67, fls. 54-54v

[348] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 67, fl. 54v. Convém notar que em 1717 ainda a mudança da greja se não tinha realizado. Um capítulo de visitação de 1720, não sendo explícito, deixa perceber que se verificaram tentativas de transferir a igreja para a capela do Nome de Jesus. No entanto, a decisão final dos fregueses foi no sentido da reedificação da igreja no antigo sítio. *Idem, ibidem*, fl. 67

[349] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 63, fls. 9v-10

igreja, ordenava aos moradores que a mandassem «estender de sorte que fique capas para [...] a gente que concorre nas festas e ocasiois de concurso[350]».

Por outro lado, as tradicionais imposições dos visitadores eram, por sua vez, uma fonte de problemas porque no desejo de conseguirem obter a consagração de formas de ordenamento aceitáveis nem sempre atendiam às relações de proporcionalidade e exigências de continuidade que, numa igreja, as suas componentes pediam. Em 1720, o Doutor Manuel Monteiro da Mota, Desembargador da Mesa Episcopal, ainda relativamente à igreja de S. Martinho de Vilar do Monte, ordenava:

> «por ver que o retabolo da capela mor desta igreja há coatro annos que se fes de novo, e que athe o prezente se não tem mandado dourar, e que he esta obra mui preciza, e necessaria, recomendo ao muito reitor de Macedo de Cavalleiros, e arcipreste deste destrito que dentro em dois mezes [...] de parte com o treslado deste capitulo ao Tribunal da Meza da Conciencia e ao senhor desta comenda[351]».

Este exemplo do douramento do retábulo serve para avaliarmos algumas das consequências quando temos conhecimento da imposição de se remodelar o arco cruzeiro, obra que não podia deixar de interferir com toda a estrutura da cabeceira. Por isso, em 1727 o cónego magistral da Sé de Miranda, repreendendo os fregueses por não terem iniciado as obras de ampliação da igreja também exigia que se levantasse «o arco da capella maior a perpoção da obra[352]».

Na igreja de S. Nicolau de Pinela, constatava-se, em Julho de 1721, a ruína do tecto da capela-mor, razão pela qual foi necessário especar-se o tecto e mudar-se o sacrário[353] para um dos altares do corpo da igreja. A urgência desta remodelação levou o visitador a escrever:

---

[350] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 63, fl. 13v
[351] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 63, fl. 9
[352] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 63, fls. 14v-15
[353] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 19, fls. 40-40v

«fese me requerimento de que mandando se fazer a sobredita obra, já que se bolia no tecto da cappella mor hera justo se emmendasse hum erro, e deformidade com que se acha o corpo desta igreja, e arco da capella mor porque o que vi he necessario lançarsse abaixo todo o dito arco[354]».

Reformulada profundamente nos primeiros anos do século XVIII, era o bispo D. João de Sousa Carvalho quem, em 1720, louvava o zelo do abade em ornamentar a capela-mor, principalmente quando a máquina retabular estava em vias de colocação. Juntamente com outras obras realizadas no tecto do corpo da igreja, como foi o seu apainelamento, também o arco seria enriquecido pelo revestimento com talha dourada[355].

Na igreja de S. Gens de Parada, o reitor de Paçó de Vinhais, o reverendo José Maria da Rosa, determinou:

«a capella mor desta igreja necessita de se lhe reformar o tecto por se achar o que actualmente tem muito incapas e assim a conta dos frutos desta comenda se deve forrar de novo de boa madeira, e com paineis bem forrados e proporcionados, e as paredes da mesma se devem levantar cinco ou seis palmos como tambem o arco que devede a mesma capella da igreja, se deve levantar na mesma proporção por estar tudo tão antiguo, e baixo não permite o versse o Santissimo quando está exposto tanto do fundo da igreja como do coro da mesma, e o reverendo reitor dará logo parte ao Tribunal da Meza da Consciencia para que se digne mandar levantar as paredes da capella forrar a mesma de paineis, e levantar o retabolo fazendo de novo seu rematte e a metade do arco, e a outra metade será por conta do povo[356]».

---

[354] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 19, fl. 40v

[355] Vejam-se as observações produzidas em 1730 pelo Reverendo Doutor Joaquim Lopes Vilasboas: «como a igreja esta tam excellentemente apainellada e hera a cauza porue se nam podiam dourar os retabolos coleteraes sem esta obra estar finda, mando que forrado o arco de talha pella parte de fora que corresponda aos retabolos estes se dourem [...] e como he obra de grande custo [...] concedo licença ao reverendo abade que possa tirar das confrarias o que lhe parecer justo para a dita obra». Em Maio de 1738 já o arco, juntamente com outras obras, era objecto de douramento. Por isso, o visitador Manuel de Morais Sarmento referia: «louvo muito aos freguezes o cuidado de que tem em dourar o tecto da igreja e altar do Santo Christo e arco da mesma igreja». A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 119, fls. 110, 118v

[356] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 14, fl. 63v

Ainda na segunda metade do século XVI (1756) recomendava-se a introdução de correcções no arco cruzeiro da igreja de Travanca (Vinhais):

> «o povo mandara ...] levantar mais o arco da capella mor pois se acha muito disforme por muito baixo[357]».

Na globalidade, os trâmites seguidos para a reedificação do arco cruzeiro da igreja de Quintanilha são dos mais elucidativos que conhecemos quer no que respeita aos processos técnicos quer no que concerne às formalidades de pagamento e assumpção de responsabilidades dos diversos intervenientes.

Enquanto padroeiro desta igreja, o Cabido tomou a iniciativa de mandar fazer o arco da capela-mor e pagar a empreitada embora pertencesse «ao povo a meação deste por ajuste que se fes no dia 30 de Maio de 1768[358]». Estando também presentes os mestres pedreiros André Iglésias, oriundo da Galiza, e Santiago Rodrigues, natural de Bragança, nesta data avaliaram-se os custos que a obra podia atingir, considerando-se a «alvenaria delle e degrao». A soma

---

[357] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 115, fl. 10v

[358] O texto que se segue comprova a disposição da população em participar no reforço do arco cruzeiro: «dizemos Manuel Cortinha juis do povo, e Antonio Pires juis da igreja homens do acordam e mais abaixo asignados que nos em nome do mesmo povo nos obrigamos por nossas pessoas e bens a mandar fazer o estrivo acima declarado com as condiçoins expressadas pella quantia dos dittos quinze mil reis respectivos ao Senhor Cabbido e povo restituindo ao ditto Senhor Cabbido seis mil reis para o que nos pertencia da parte do arco e para que conste mandamos fazer este que asignamos com os mestres avaluadores os reverendos Domingos Pires Velho natural do lugar de Paço e Antonio Parreira da Veiga o padre João Vara e Manoel da Costa cappellam da Se e emviado pelo reverendo fabriqueiro e eu o padre Domingos Ferreira da Veiga cura de Rio Frio que este fis e asignei Quintanilha dia mês era ut supra
de Santiago + Rodrigues = de Andre + Iglesias
de Manoel + Cortinhas juis do povo = de Antonio + Pires juis da igreja
de Joze + Fernandes = de João + Martins Homens do acordam de Francisco + Cordeiro
de Manoel + Rodrigues = Domingos Pires Velho = Alexandre Vaz = João Pires
o padre João Vas = o padre Antonio Ferreira da Veiga cura
o padre Manoel da Costa = Domingos Ferreira da Veiga». Neste documento, com escrita de outra mão, pode ler-se ainda: «e por se achar que o povo tinha dados settecentas telhas e nove alqueires de argamassa para telhar a sanchristia a que hera obrigado o Reverendo Cabbido que tudo faz de conta dous mil e quatrocentos reis fica o povo de repor abatida esta quantia dos seis mil reis acima mencionados tres mil e seiscentos reis e por verdade nos asignamos
o padre Domingos Pires Velho = o padre Manoel da Costa = o padre Domingos Ferreira da Veiga». A.D.B., Mitra, CX. 58, doc. nº 5

de trinta mil réis seria considerada suficiente. Porém, a quantia necessária seria inferior e decorria da avaliação efectuada pelos dois mestres, os quais julgaram o arco cruzeiro:

> «capas so sim com acidente de necessitar de hum esteio para sua firmeza que assentarão fazer este de custo quinze mil reis que levara trinta pedras de cantaria que atestarão na face exterior do mesmo arco e essas terão cinco palmos de comprimento e quatro de ancho e levara trinta alqueires de cal e chegara de altura emthe o terço do arco e dahi para cima subira o chanfro[359]».

Outro documento, datado de Novembro de 1768, mostra-nos que a relação de André Iglésias, natural de Cellas de Reis, com a obra se tinha modificado: participando inicialmente na «junta» como conselheiro, afirma-se em seguida como responsável pela execução dos trabalhos, contando-se entre as suas obrigações gerais a reforma do arco da capela-mor da igreja de Quintanilha «por preço de onze mil reis e juntamente reformar a empena da parte de detras da mesma capella[360]».

Além de se obrigar a reparar o telhado, trabalho para o qual se estipulavam 4.000 réis, o seu papel mais importante incidia directamente na capela maior, onde se impunha a desmontagem do:

> «arco da parte direita todo fundando em licerse firme e estreitando hum palmo para a parte de dentro ficando o da outra parte todo o pe direito por desfazer e as duas primeiras doellas e o tornarão assentar firmemente e capas[361]».

No mesmo documento, cuja redacção se ficou a dever a ordem expressa do mestre pedreiro André Iglésias, clarificando-se parcialmente as suas obrigações, também se evidenciam procedimentos técnicos e se indicam alguns dos materiais utilizados com frequência:

---

[359] A.D.B., Mitra, CX. 58, doc. nº 5
[360] A.D.B., Mitra, CX. 58, doc. nº 5
[361] A.D.B., Mitra, CX. 58, doc. nº 5

«fortificarei este arco com seis pedras de cantaria largas e compridas que fiquem bem atestadas contra o pe do arco e o estribo duas no nivel das bases duas no meio e duas em direitura do sobreleito da primeira doella e este arco sera assentado em cal treçada com area, juntas tomadas e o mais maciço e emtulhos da dita parede e por cima do dito arco subira a parede na forma que subir a empena da parte de tras e para isto se metera frizo e cornige de pedras novas as que faltarem e as que se achão feitas as asentarei tanto na forma que pede o nivel da dita obra e os emtulhos da empena da parte de tras serão se pedra de alvenaria asentes com barro e toda a mais parede que se fizer exceto a do refuste do arco que sera em argamassa e a crus que se acha feita e piramide as asentarei novamente sem defeito algum e rebocarei e branquarei toda a obra[362]».

Por intermédio dos seus representantes, juiz da igreja, juiz do povo e homens do acordão, os fregueses comprometiam-se ao fornecimento de todas as madeiras para o arranque e desenvolvimento dos trabalhos, a saber «estadas e emdaimos e azimbres».

Com estas condições preenchidas, André Iglésias previa fazer o arco cruzeiro em vinte dias, admitindo ainda remediar por sua conta alguma parede ou outra coisa que, em consequência das obras do arco, pudesse sofrer algum prejuízo. Quanto às formalidades de pagamento, o mestre declarou:

«do dinheiro que me hão de dar não quero algum sem dar a dita obra feita e aceite so sim o que for necessario para comprar a cal e comdução della[363]».

---

[362] A.D.B., Mitra, CX. 58, doc. nº 5

[363] Seria pago em dois pagamentos de que se conhecem os respectivos recibos: «Andre Iglezias mestre pedreiro certifico em como recebi da mão do Senhor Reverendo Conigo Simão dos Santos Graces Coelho por conta da reforma do arco da capella mor do lugar de Quintanilha que ajustei com o mesmo senhor a quantia de quatro mil e oitenta reis, e me obrigo novamente ao mesmo dinheiro por minha pessoa e bens cazo que a obra não esteja feita comforme [sic] o ajuste que se fez e juntamente me obrigo a acabar o estribo que tinha ajustado para o mesmo arco Bragança 21 de Dezembro de 1768 e por não saber escrever pedi ao padre Manoel da Costa capellão da Sé que por mim fizesse este que assignarão as testemunhas seguintes
Andre + Iglezias = João Martins = Affonso Jozeph».Com letra diferente, a mesma folha contém outro recibo de pagamento: «Andre Iglezias mestre canteiro recebi des mil novecentos e vinte reis que resta a dever o Senhor Conego Coelho do segundo ajuste da reforma do arco da cappella mor deste lugar de Quintanilha e para que conste mandei passar o que assignei sem nada me ficar a dever Quintanilha e Janeiro 29 de (17)69

Na mesma ocasião (Novembro de 1768), também Manuel Afonso, mestre carpinteiro natural da vila de Outeiro, pedia ao padre António Ferreira da Veiga para passar ao papel as condições em que se tinha obrigado a dar:

> «feita e amadeirada o amadeiramento da capella mor de Quintanilha de madeira de castanho seca e capas de receber em duas agoas correlativas levando o ponto na forma da arte metido em semicirculo aproveitando toda a madeira que tem a mesma capella, a que poder servir[364]».

Devendo receber oito mil réis pelo seu trabalho, metade no princípio da obra e a outra metade no final[365], apontava-se o período de um mês como limite da execução com a condição de que não ficando a obra nos termos combinados o mestre devia fazê-la de novo.

3. As naves

Articulando-se, as cabeceiras e o espaço da nave ou das naves caracterizam as plantas das igrejas da diocese, das quais se arredou o transepto. Apenas no plano da Sé de Miranda o transepto seria bem marcado, definindo, deste modo, um novo corredor interno de circulação que acentua a separação entre o corpo da igreja e a capela-mor. Pela volumetria e, sobretudo, pela organização interior, pautada pela marcação sem quaisquer ambiguidades da espacialidade das naves e do transepto, este templo não pode ser

---

Andre + Iglezias = o cura Antonio Ferreira da Veiga». A.D.B., Mitra, CX. 58, doc. nº 5

[364] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 5

[365] Assinados pelo mestre carpinteiro Manuel Afonso conhecem-se dois recibos de pagamento: «Confesso ter recebido eu Manoel Affonso carpinteiro 4.000 reis do primeiro pagamento na forma da obrigação acima: e para que conste mandei fazer esta clareza e recibo que a meu rogo escrevo Jozeph Teixeira desta cidade, e assignei Bragança sette de dezembro de 1768
Manoel Afonso». Com letra diferente escreveu-se: «Estou satisfeito da quantia toda porque justei a obra. Bragança e Fevereiro 19 de 1769
Manoel Afonso». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 5

comparado com nenhum outro . Por isso, pertence ao número de casos singulares.

Ao evidenciarem-se, ainda que ligeiramente, para o exterior do alinhamento dos alçados laterais, os dois colaterais da igreja de Mós (de Rebordãos), sugerem os braços de um transepto. Porém, a sua incipiência não contraria a sistemática rejeição destes elementos. Nesta medida, as plantas das igrejas paroquiais são, basicamente, definidas pelas características das cabeceiras e das naves.

3.1 Altares

Não se levando em linha de conta a importância do presbitério, espaço dominado pela presença do altar -mor, será conveniente clarificar o modo como os altares colaterais e laterais, enquanto expositores das diferentes devoções, se posicionavam no corpo da igreja. Independentemente do número de naves, as invocações alinhavam-se interiormente nas paredes laterais, nos ângulos que estas formavam com o arco cruzeiro e, em alguns casos, nos muros que flanqueavam as jambas do cruzeiro. Ou seja, de acordo com três possibilidades fundamentais: posicionamento paralelo ao plano das paredes laterais, posicionamento transversal relativamente ao alçado lateral e posicionamento oblíquo.

Todavia, nas naves das igrejas paroquiais, o número de retábulos reduz-se a um ou dois pares, organizados no respeito pelas regras da simetria.

Na igreja paroquial da Senhora da Assunção de Gondesende um capítulo de visitação de 1699 mostra a existência de altares confinados ao espaço definido por um meio arco[366], solução frequente quando a devoção se

[366] Em 1701, o abade de S. João, de Bragança, mandava que os fregueses de Gondesende fizessem «hum meio arquo de cantaria de hua e outra parte dos altares coletrais de sorte que

posicionava na proximidade do arco cruzeiro.. Este espaço conseguia-se à custa da espessura das paredes que, para o efeito, eram trabalhadas até poderem conter, no todo ou em parte, as estruturas retabulares que se perfilavam a um e outro lado da nave.

O título XIX, Constituição IV, das constituições sinodais da diocese de Miranda (1563), propondo a correcção de atitudes na igreja, impunha «as pessoas ecclesiasticas e seculares [...] estem nellas com o acatamento devido e que não se encostem sobre os altares, nem sobre a pia de bautizar, nem ponham sobre elles o braço, nem os sombreiros, barretes, luvas, nem outras coisas profanas». Este trecho permite-nos adivinhar a pequena dimensão das naves e, ao mesmo tempo, ajuda a compreender as razões que, em muitos templos, justificavam a construçãos de grades separadoras entre os fiéis e os altares colaterais.

Em 1684, os fregueses da paroquial de Bouça de Nuno faziam empreitadas e trabalhavam no aterro do pavimento da igreja para conseguirem os meios para encomendarem um retábulo para um dos altares colaterais e, assim, deixar de «parece(r) mal a vista do outro[367]». O desejo de ordenação espacial não consentia faltas que implicassem desacertos. Por isso, quando o abade de Quirás, António Xavier de Morais Sarmento, visitou (1746) a igreja de S. Vicente de Alvites mandou «por os altares collateraes, ou ao lado de todo, ou de todo postos no arco por ser indecente estarem da sorte que estão[368]». Sobre o modo como se perfilavam nada é dito. No entanto, em consequência da visita efectuada, em 1748, pelo Doutor Simão Preto, escrever-se-ia: «os altares collateraes se mudarão de sorte, que o Santo Christo fique ao

---

fiquem pella mesma medida os dous retabollos». Arquivo paroquial da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Gondesende, *Livro de visitas (1685-1793)*, fl. 28v

[367] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, fl. 29

[368] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 70, fls. 52v-53

lado do evangelho, e Nossa Senhora ao da epistola, e como só se podem accomodar de meia esquadria, como estão, deste modo se collocarão[369]».

Os elementos antes enunciados permitem também concluir que, nesta matéria, os visitadores não pautavam as suas decisões por critérios uniformes.

Considerada indecente pelo abade de Quirás, a posição oblíqua resulta da necessidade de se ganhar mais espaço na nave. Um capítulo deixado à igreja de S. Martinho de Vilar do Monte. em Dezembro de 1761, mostra os matizes deste tipo de soluções:

> «como os moradores deste povo não tem satisfeito as obras deixadas [...] das banquetas, dos altares colleteraes, nem o sitio permite poderem se lhe meter pela pouca largeza que há do arco maior a parede, e so pondo se os altares de meio lado do arco maior estendidos pella parede abaixo; e assim mando se ponhão dentro de hum anno[370]».

Em 1785, o visitador da igreja de S. João Baptista de Rio de Onor recomendava ao juíz da igreja e fregueses:

> «mandarão mudar os altares colateraes para as paredes da igreja de modo que fiquem fazendo face hum ao outro; tirando os do frontespicio do arco; porque ali não tem capacidade para nelles se poder celebrar, por baixos, e estreitos[371]».

Os últimos atributos, em associação com a colocação dos altares no plano do arco cruzeiro, podiam impor soluções radicais como as recomendadas pelo abade de Mofreita, o Doutor Domingos Lopes Nogueira, em meados de Fevereiro de 1746 aos fregueses da paróquia de Santa Marinha de Pinheiro Novo:

> «nos altares colactraes se não pode selebrar comodamente, pella sua pequenhez e ainda assim no estado em que estão, estão emcubrindo [sic] parte do arco, pello que mando que os dittos altares, sejão demolidos em termo de quinze dias [...] e em termo de dous mezes

[369] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 70, fl. 55v
[370] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 64, fl. 18v
[371] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 21, fl. 39

serão edeficados de novo, sobre hum degrao de cantaria labrada ficando encostados a parede do corpo da igreja e serão de pedra e cal, muito direitos, e porpocionados sobre elles cada hum tera banqueta, e crux alta dourada, ou pratiada, feita a romana, com crucifixo entre coatro castiçaes altos[372]».

Porém, o reverendo visitador faria acompanhar estas decisões da lembrança ao pároco de «que antes de fazer os altares os profane com serimonias devidas[373]» para cujo efeito lhe concedia as faculdades necessárias.

Outras vezes, a profanação dos altares era consequência da decisão da sua interdição ou suspensão porque, como considerava em 1746 o visitador da igreja de Travanca, relativamente aos colaterais, estavam «em tanta indecencia que não pode permitirsse que nelles se celebre [...] missa[374]». Por isso, seriam demolidos de acordo com as «ceremonias determinadas» e novamente construídos «sobre hu degrao de cantaria lavrada forrados todos de madeira [..] e assentados nas paredes do corpo da igreja para terem a comodidade necessaria». Porém, cada qual devia passar a ter uma «banqueta bem feita crus alta dourada, ou prateada com crucifixo e pé de triangulo a romana[375]», acompanhando deste modo as orientações para os altares maiores.

3.2 Igrejas com «duas» e «quatro» naves. Uma questão semântica?

Antes da décima sétima centúria, apenas uma fonte, com cronologia da primeira década do século XVI, nos indicava a coexistência de duas naves na paroquial de S. Pedro, em Bemposta. Curiosamente, na segunda metade do século que viu destruir e reconstruir Lisboa do abalo sísmico e incêndios que se seguiram, as alusões a igrejas com duas naves são relativamente frequentes.

---

[372] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 110, fl. 72
[373] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 110, fl. 73
[374] A.D.B., PRQ., Cx. 12, LV. 114, fl. 114v
[375] A.D.B., PRQ., Cx. 12, LV. 114, fl. 114v

A simples leitura das respostas aos inquéritos reunidos no «Diccionario geografico de Portugal» comprovam a asserção anterior. Contudo, tanto a expressão «duas naves» como a expressão «quatro naves» podem aparecer nos textos com significados não coincidentes com o entendimento actual nem com o modo como o espaço interior de um templo se organizava de facto.

Assim, lançando mão de alguns exemplos, importa clarificar esta problemática pois que nem todas as pessoas entendiam uma nave como a parte de um templo destinada aos fiéis; espaço longitudinal definido por duas linhas de suportes, por uma fileira de esteios e o muro do corpo ou somente pelas paredes do recinto. Atente-se no alcance da informação do padre Manuel Vieira de Carvalho, pároco de Santa Maria de Azinhoso, quando (Abril de 1758), sobre esta mesma igreja, noticiava: «a igreja não tem naves[376]». De teor equivalente era a declaração do titular da abadia de Vila Chã de Barciosa: «a igreja não consta de naves, só se compoem de corpo, e capella mor[377]».

Em contrapartida, as igreja de Constantim, da Senhora da Assunção de Tinhela[378] ou de S. Vicente de Vimioso eram apresentadas como exemplos de templos compostos de«huma só nave».

---

[376] A.N.T.T., *Azinhoso*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 5, fl. 1036. Do conjunto de informações, destacamos as devoções existentes: «tem a igreja sette altares a saber 1. O altar mor que he o do Santissimo Sacramento, e no camarim deste altar esta a Senhora que he o orago 2. O altar do Senhor Crucificado cuja imagem he antiquissima e milagroza 3. O altar de Santa Ana 4. O altar de Santo Antonio 5. O altar das Almas 6. O altar de Santa Barbara 7. O altar do Senhor dos Passos». Acrescentando que o «parocho he vigario *ad nutum*; he da apprezentaçam propria da Excelentissima Mitra deste bispado», escalarecia ainda que no tempo do bispo D. Frei João da Cruz, a solicitação dos irmãos da Misericórdia, abriu se o carneiro do cónego João Luís de Madureira, vigario geral do Senhor Dom Fernando Arcebispo de Braga, «e se trasladaram os ossos que nelle se acharam para outra sepultura ordinaria na mesma igreja com pompa funeral para fazer no dito sitio a cappella do Senhor dos Passos pois era o lugar mais decente e acomodado». *Idem, ibidem*, fls. 1036, 1040

[377] A.N.T.T., *Vila Chã de Barciosa*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 40, fl. 1135

[378] Era donatário desta povoação o Conde Atouguia e o Conde de Valadares era o comendador da capela-mor. Como informava o cura João Gonçalves, em 1758, a sua população era de «sesenta e sette vezinhos, pessoas tem duzentas, e trinta e cinco». A matriz tinha «coatro altares, o altar maior donde esta Nossa Senhora o segundo de Sancto Antonio o terceiro de Sancto Antonio digo de Nossa Senhora do Rozario, o coarto das Almas, só tem huma nave». Eram anexas as povoações de Lama de Ouriço, com 95 pessoas, Agordela, com 43 pessoas e

Em relação ao caso de Vimioso, a informação foi retirada do «autto de medição e demarcação e arquitectura[379]» desta igreja quando (Junho de 1758) se tomou conta e passaram a escrito vários assuntos que interessavam à comenda. Por isso, importa destacar os sinais de dessincronização com a observação produzida pouco tempo antes, em Abril de 1758, pelo padre Baltazar Ochôa, a qual fraccionava a igreja paroquial de S. Vicente[380], em «duas naves».

Parâmetros idênticos mostravam o enraizamento desta concepção devia ser grande porque idênticos parâmetros nortearam personalidades diferentes na atribuição do mesmo número de naves às igrejas de Macedo de Cavaleiros[381], Grijó de Parada, Izeda[382], Algoso, Lamas, Coelhoso, Urrós[383], Avelanoso, Castro de Avelãs[384], Grandais[385], Vila Boa de Ousilhão, Sonim, S. Julião, Mirandela, Torre de D. Chama.

Monte de Arcas, com 95 moradores. A.N.T.T., *Tinhela*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 36, fl. 353

[379] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, S. Vicente de Vimioso, s/fl.

[380] «A paroquia esta dentro da vila. Orago he Sam Vicente martir tem seis altares, hum o mor do patram outro da Senhora da Saude, outro de Sam Caetano, outro do Santo Christo outro das Almas, outro de Santo Antonio, tem a igreja duas naves». A.N.T.T., *Vimioso*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 41, p. 2088

[381] «A igreja esta em as fimbrias do lugar [...]. O orago da dita freguesia he Sam Pedro tem a dita igreja seis altares aonde entra huma capela particular [...] hum das Almas outro de Sam Joseph outro de Nossa Senhora do Rosario outro na capela mor que he de Sam Pedro outro do Santo Nome de Jesus outro de Santa Cruz em todos estes se diz missa tem duas naves». A.N.T.T., *Macedo de Cavaleiros* in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 22, p. 58

[382] RODRIGUES, Luís Alexandre - *A vila de Izeda em meados do século XVIII. Notícias da construção da nova matriz*, Bragança, 2000. (No prelo)

[383] «tem cinco altares, em o maior esta o orago Santa Maria Madalena, em os dois colaterais da parte do evamgelio esta em o primeiro Nossa Senhora do Rosario, em o segundo o Santissimo Christo da Peidade, em o primeiro colateral da parte da epistola esta Santo Antonio, o Menino Jesus, Santo Ubaldo, em o segundo esta Santa Barbara, tem duas naves». A.N.T.T., *Urrós*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 41, nº 362, p. 2124

[384] «O seu orágo he São Bento Abbade, e patriarcha dos religiosos bentos, que neste lugar tiverão, não há muitos séculos hum rico mosteiro [...]. Tem duas naves». FERNANDES, Hirondino da Paixão - *Para a «Bibliografia do Distrito de Bragança». Manuscritos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Memorias parochiaes de 1758*, in «Brigantia», vol. III, nº 2, Bragança, 1983, p. 223

[385] «Na Quinta de Grandaes, annexa desta freguezia (Castro de Avelãs) meia legoa distante há hua capela com duas naves, e hum altar em que esta o Archanjo São Miguel titular da mesma

Embora apresentada no conjunto das igrejas com duas naves, a matriz de Mirandela, como adiante veremos, tinha no plano do seu corpo dois sistemas de suportes e arcadas que desenhavam um plano com três naves. Por conseguinte, algumas observações, agora entendidas como referentes à configuração espacial de alguns templos, não podem deixar de ser ponderadas para avaliarmos até que ponto os conceitos que guiavam os seus autores coincidem com a interpretação corrente nos nossos dias. Diga-se, no entanto, que a empresa não é isenta de dificuldades, essencialmente porque a linguagem dos autores dos testemunhos respeitantes ao interior de uma igreja, com frequência, não supera o patamar do laconismo.

A respeito das igrejas da vila de Torre de D. Chama valerá a pena não deixarmos passar em claro as respostas dos clérigos informadores ao inquérito de 1758. Luís Guedes de Miranda Lima Mendonça Albuquerque, senhor da Casa de Murça, era o donatário de Torre de D. Chama. Por ter falecido em 1751, a vila passou a submeter-se directamente ao poder real. No aglomerado viviam cento e oito moradores que habitavam uma malha construída que deixou espaço para duas pequenas praças. Numa delas pontificava o pelourinho que tinha junto «huma urssa de pedra»; na outra fazia-se notar o Cruzeiro das Almas, obra devocional a que o lavor da sua fábrica imprimia, no plano espiritual, certas características pedagógicas:

> «as Almas pintadas, humas no centro do Purgatorio, outras mais acima, outras sahindo delle, com sos demonios em figuras de cobras, e serpentes, e outras varias sortes, e o demonio em bulto, pegando em huma alma pelos cabelos da cabeça. E São Miguel por cima do demonio, com os pés nelle, com huma lança metendo lha por huma queixada[386]».

---

capella, e Nossa Senhora do Rosario, São Sebastião, e Santo Estevão». FERNANDES, Hirondino da Paixão - *ibidem*, p. 223

[386] A.N.T.T., *Torre de D. Chama*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 37, pp. 634-635

A igreja matriz, de que era padroeira Nossa Senhora da Encarnação, tinha a particularidade de estar construída a alguma distância, «em hum alto (a) seis tiros de espingarda[387]». A circunstância da matriz se situar em posição exterior ao aglomerado, sendo geradora de algumas incomodidades para os moradores da sede do concelho, «pela rezam do sitio, e caminho aspero, pella distancia[388]» teria sido factor congregador de vontades no sentido de se edificar, no meio da villa, outra igreja, o que teria ocorrido «há mais de cem annos[389]». À luz das respostas ao questionário, este templo, dedicado a S. Brás, apresentava-se com mais decência do que a própria matriz. Esta tinha três altares: no principal estava a imagem da Senhora da Encarnação; nos colaterais, à «mam direita» havia ainda o altar de S. Brás, onde estava uma imagem do Santo Cristo e, à «mam esquerda» ficava outro altar dedicado a Santa Luzia.

Prosseguindo na descrição do corpo, o clérigo informador declarava ter a igreja «somente duas naves[390]». Relativamente à igreja de S. Brás, observava:

> «tem portas prencipais, e duas travessas de cada lado da igreja suas portas travessas tem as paredes de cantaria, com seu coro, tem dous altares coletraes hum de Santa Anna, e São Joaquim que he da mam esquerda entre Santa Anna, e Sam Joaquim, está Nossa Senhora do Rosario [...]. No altar da mam direita esta hum Santo Christo cruscificado muito ao proprio quasi do tamanho de hum homem[391]».

Porém, à reafirmação de que a sua «grandeza (era) milhor que a matriz» também se seguia a indicação de que esta igreja «he(ra) de duas naves[392]» e que a «sua capella (era) muito mais alta que a igreja ou corpo da igreja, por se reformar de novo, por conta dos moradores, com sua tribuna dourada, os altos e os baixos de varias tintas finas. O teto della está com muita perfeiçam bem

---

[387] *Idem, ibidem*, vol. 37, p. 636
[388] *Idem, ibidem*, vol. 37, p. 636
[389] *Idem, ibidem* vol. 37, p. 636
[390] *Idem, ibidem*, vol. 37, p. 636
[391] *Idem, ibidem*, vol. 37, p. 637
[392] *Idem, ibidem*, vol. 37, p. 637

pintado, cornejado, da mesma madeira, posta em quadros, em cada hum delles e por todos, estam pintados os quinze misterios com muita perfeiçam, e outras mais pinturas bonnas, e suas paredes em arco com bonnas, e perfeitas pinturas de tintas diversas finas[393]».

Em relação à capela-mor, da qual se dizia « suposto nam he grande, he das mais perfeitas destas redondezas» sublinhavam-se outros atributos, entre os quais a existência de duas naves:

> «bem cornejada e com quatro piramedas em cada quina sua duas cruzes entre as duas naves, ou cummes hua sobre o arco, e outra acima das costas da cappella[394]»

Nesta asserção, clarifica-se, sem qualquer tipo de dúvida, que o sentido atribuído ao termo «naves» respeita ao número de vertentes da cobertura e não a quaisquer linhas divisórias do plano do corpo.

Esta interpretação mostra também que a igreja de Mirandela teria também um telhado de duas águas mas uma organização interior diferente por correrem no seu corpo três naves separadas pelos ritmos dos arcos e colunas, sendo que a duas destas se adossavam dois púlpitos. Deste modo subtraída ao hipotético grupo de templos com duas naves, a matriz de Mirandela, em meados de setecentos, deve acrescentar o restrito conjunto de igrejas do bispado com três naves.

Por sua vez, a igreja de Parada (Bragança) constituíu o ensejo comprovativo de outras possibilidades semânticas, pelo que se deve anotar a coincidência entre as três naves existentes e as que lhe lhe são atribuídas no questionário de 1758.

Aos exemplos apontados podem somar-se outros casos em que é duvidosa a sintonia entre as descrições das igrejas e o esquema planimétrico. Referimo-nos a um hipotético grupo de igrejas com quatro naves: «tem a igreja

---

[393] *Idem, ibidem*, vol. 37, p. 637
[394] *Idem, ibidem*, vol. 37, p. 637

coatro navez[395]», escrevia (Maio 1758) o reverendo João Pires, abade de S. Martinho do Peso, a propósito da matriz desta povoação que estudaremos adiante no grupo dos templos de duas naves; «a igreja tem quatro naves[396]», dizia na mesma altura o padre Francisco Afonso, cura da igreja de S. Pedro, da povoação de Peso; «coatro naves[397]», avançava o pároco de S. João Baptista de Sesulfe, António Gonçalves Alvaredo; finalmente, também na mesma ocasião, o pároco de S. Pedro Fins de Conlelas informava ter a sua igreja «quatro naves[398]».

Num souto a alguma distância do casario mais antigo desta povoação ainda está em pé o campanário da primitiva matriz. Mudada a igreja para ponto mais chegado à aldeia, a primitiva, observado o normativo sinodal, seria abandonada depois de se recuperarem alguns dos materiais passíveis de reutilização As linhas que definiam o perímetro do corpo da igreja velha continuam bem marcadas. Mas ainda que não fosse possível registar este facto, a eloquência dos cerca de seis metros que o campanário apresenta de largura, seria suficiente para dificultar a aceitação de uma divisão interior em quatro naves. Por sua vez, na nova igreja - datada no frontispício de 1725, com um púlpito de grades torneadas de 1767, e a porta da sacristia aberta para o exterior em 1777 - nenhuma costura, nem cicatriz autoriza a conclusão de algum dia ter tido tão grande superfície interna.

Relativamente à igreja de Peso, não são muitos os elementos que conhecemos. Porém, o pequeno número de altares[399] e a importância secundária da povoação parecem não ter peso suficiente para justificar uma planimetria tão ampla como a que se lhe atribuía.

---

[395] A.N.T.T., *S. Martinho do Pezo*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 29, fl. 1167
[396] A.N.T.T., *Pezo*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 29, fl. 1174
[397] A.N.T.T., *Sesulfe*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 35, fl. 1171
[398] A.N.T.T., *Conlelas*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 11, fl. 2523
[399] «O orago desta freguezia he S. Pedro, nesta igreja há quatro altares, o primeiro he o do Santissimo Sacramento aonde esta o patrão da freguezia, o segundo o de Nossa Senhora do Rozario, o terceiro de S. Sebastião, o ultimo hua capella do Santo Christo». A.N.T.T., *Pezo*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 29, fl. 1174

Também são limitados os nossos conhecimentos respeitantes à igreja de Sesulfe[400]. Apesar do seu estatuto de vila, resistimos na aceitação da presença de quatro naves tanto mais que as indicações demográficas e os cabedais disponíveis justificavam um empreendimento de volume tão considerável.

A nosso ver, a ausência de correspondência entre as afirmações dos eclesiásticos e o recinto interior dos templos parece, como antes vimos, residir num problema de semântica, o qual só poderá ser ultrapassado no plano da correspondência entre o número de naves e o número de águas das coberturas exteriores.

3.3 Igrejas de uma nave

Em regra, a existência dos espaços da capela-maior e da nave constituem os requisitos suficientes para a realização do cerimonial litúrgico. O poder económico e o pequeno número de habitantes dos nossos aglomerados são razões bastantes para a compreensão do generalizado modelo de igrejas com nave única. O predomínio desta forma de oganização do espaço é de tal forma avassalador que bastará uma simples tentativa de quantificação para nos darmos conta de que qualquer confronto com outras variantes tipológicas só pode apresentar um resultado muito desiquilibrado.

Contudo, provando as suas potencialidades, o modelo dominante permitiria exercícios estruturais e volumetrias diversificadas. Independentemente do recorte das cabeceiras e dos acidentes exteriores dos

[400] «He orago desta parochia São João Baptista na sua degolação. Tem coatro altares a saber o altar mor do Santissimo Sacramento os colateral da direita do Senhor Cruceficado o collateral da esquerda da Senhora da Conceição o coarto da parte direita em capella com arco na parede da mesma igreja com a vocação de Sancto Antonio o qual he do morgado Antonio Pinto Pereira do Lago natural desta villa». A.N.T.T., *Sesulfe*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 35, fl. 1171

alçados, podem-se sintetizar algumas variantes apresentadas pelas igrejas de uma só nave:

a) capela-mor mais estreita que o corpo da igreja;
b) capela-mor e corpo com a mesma largura

Em paralelo também o cume das coberturas pode indiciar:

a) capela-mor mais alta que o corpo;
b) corpo mais alto que a cabeceira;
c) idêntica altura

Configurações tão diversas devem-se a múltiplos factores. Contudo, para além das orientações eclesiásticas e do modo como os padroeiros reagiam às variações do gosto também se devem considerar motivações aleatórias, já que, conjunturalmente, os padroeiros podiam ter interesse na redução do volume da obra a realizar. Por outro lado, a natureza dos materiais utilizados na construção não somente interfere com a textura do edifício como ainda pode determinar a sua volumetria. A escassez da cantaria em muitas zonas da diocese implicava que, em muitas obras, para se evitar um crescendo dos custos, se lançasse mão dos materiais locais, mesmo quando as respectivas aptidões não eram especialmente indicadas para a construção.

Nas povoações onde a cantaria era abundante e de qualidade ou favorecidas pela existência de condições naturais que adiantassem as actividades económicas dos seus habitantes ou o poderio dos padroeiros o resultado final, dotado maior estabilidade e superior monumentalidade, podia ser matéria de orgulho em algumas comunidades.

A igreja de S. Vicente da vila de Vimioso integra o conjunto de templos em que o seu corpo se inscreve num rectângulo. As dimensões e investimento

artístico eram atributos que evidenciavam esta construção no grupo das suas congéneres paroquiais, reservando-lhe igualmente uma posição particularmente marcante no conjunto edificado que, em 1920 era descrito por Vergílio Correia como um «amontoado tôsco de casebres de paredes sem rebôco[401]».

Nas linhas em que tecia alguns comentários aos monumentos que encontrava nessa viagem entre Bragança e Miranda do Douro, este estudioso não hesitou em estabelecer a correspondência cronológica do prospecto principal da igreja de S. Vicente com a parte final do século XVI, decerto por relacionar o seu portal e as duas torres com a lição aprendida na Sé de Miranda. Ao mesmo tempo, não deixaria de registar as diferenças de orientação estética que separam a frontaria e o corpo da igreja, fábrica esta onde a modelação dos paramentos por contrafortes exteriores sugeria um acentuado arcaísmo[402] que também encontrava expressão no sistema de abobadamento da nave.

Contudo, ciente da persistência das formas e das dificuldades dos práticos em se libertarem das metodologias, processos técnicos e conhecimentos aprendidos na aspereza dos estaleiros, Vergílio Correia não deixou de apresentar os perigos do estabelecimento de cronologias sem o apoio de outros elementos já que, como escreveu, «em toda a região de Miranda é vulgar deparar-se com santuarios rurais do século XVI e XVII, que parecem construções algumas centurias de anos anteriores[403]». Bastariam os exemplos das abóbadas do santuário do Santo Cristo de Outeiro, das capelas colaterais da matriz de Pinela ou da capela do Senhor dos Passos, na matriz de

---

[401] CORREIA, Vergílio - *Arte e arqueologia. Estudos, impressões, criticas e comentários*, Lisboa, 1920, p. 82

[402] «Visto de frente, o edificio revela, pelos caracteres da arquitectura e decoração, o fim do século XVI. O resto da igreja, porém, riscado de gigantes grosseiros, parece mais antigo». CORREIA, Vergílio - *Arte e arqueologia. Estudos, impressões, criticas e comentários*, Lisboa, 1920, p. 82

[403] CORREIA, Vergílio - *Arte e arqueologia. Estudos, impressões, criticas e comentários*, Lisboa, 1920, p. 83

Cedães, executadas num tempo em que os formulários do barroco conheciam larga divulgação, para se confirmar o carinho votado a soluções técnicas herdadas dos lavrantes activos em construções que espelhavam a linguagem do gótico.

Da leitura da «Arvore da geraçam, e familia dos Mendes, e Antas da villa do Vimioso[404]», parece poder extrair-se a conclusão de que a construção da matriz no sítio actual se reporta ao segundo quartel do século XVI. Evidenciando-se a celebração da linhagem dos Mendes Antas na tentativa de aparecerem associados à construção do templo, nada indica que a igreja actual seja o resultado desse empreendimento, tendo em vista a desproporção entre os vastos recursos mobilizados e as exigências decorrentes do escasso número de fregueses existentes ao tempo. No entanto, por informação do padre Baltasar Ochoa, datada de Abril de 1758, atribuíam-se a esta «vila moradores dozentos e quarenta e hum, tem mil pessoas de sacramento e passa de dozentas sem sacramentos[405]».

As informações que interessem ao conhecimento da fábrica são nebulosas. Mesmo as relações de dependência da vila de Vimioso com a Casa do Infantado têm oferecido forte resistência à tentativa de fazer uma correspondência positiva com as averiguações[406] efectuadas. Em todo o caso, sabemos que a comenda de S. Vicente era da Ordem de Cristo e em 1548 era seu comendador o Conde de Vimioso Frei D. Afonso de Portugal que percebia «em salvo» 294.000 réis[407], como o Desembargador Pedro Álvares Seco anotava em 1560.

---

[404] *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. VI, p. 544; *idem* e AMADO, Adrião Martins, *Vimioso. Notas monográficas - ob. cit.*, p. 214

[405] A.N.T.T., *Vimioso*, in «Diccionario geographicode Portugal», vol. 41, fl. 2087

[406] A.N.T.T., *Relação de diversos papeis pertencentes a Secretaria da Repartição das Justiças, Mercês, e* Chancellaria *da extinta Casa do Infantado*, Mç. 218-224

[407] Pertencia às comendas dos 20.000 cruzados: «A comenda de São Vicente do Vimioso de cujos frutos forão apartados para o rector vinte e quatro mil reis no processo que fes o bispo do Funchal das cincoenta egrejas do padroado real». *Treslado do livro das comendas da Ordem de Nosso Senhor Jezus Christo o qual mandou fazer El Rei Dom Sebastião Nosso Senhor por o Doutor Pedralves do seu Dezembargo por seu alvara*, B.N.L., COD. 900, fl. 49. Ao ano de

Cinco robustos e altos contrafortes de cantaria, ao dividirem exteriormente as paredes da nave em igual número de células, quase fazem esquecer a sua função estrutural para se converterem em elementos dinamizadores de superfícies em que se arredou qualquer ensaio de animação plástica.

Além das portas travessas, abertas em planos diferentes por causa dos condicionalismos da topografia, com arco redondo, sem impostas e com esquinas vivas, o plano das paredes consente ainda aberturas de iluminação, posicionadas em altura e no eixo de cada unidade celular.

A presença de entradas arqueadas, a exemplo das da Sé de Bragança, ao afastarem-se das instruções de Carlos Borromeo, propondo a substituição dos arcos por lintéis rectos, podem indiciar a cronologia aproximada do arranque da construção. Todavia, a adopção de um portal arqueado, podendo relacionar-se com a observação de regras e princípios técnicos, já que a forma responde bem ao problema da estabilidade dos paramentos, cabia na margem de iniciativa que, nas fábricas de algum volume, se reservava sempre ao arquitecto ou mestre da obra. Neste sentido, se comparados com os lintéis, a aplicação de elementos curvos revelar-se-ia com maior capacidade para aguentar cargas mais pesadas.

Por sua vez, o modelo de janelas parece distanciar-se do esquema adoptado por muitos edifícios ainda presos ao gótico ou em fase de superação desta gramática. Servindo-nos dos exemplos das aberturas da matriz de Freixo

---

1604 corresponde a informação relativa às obrigações d comendador, representado por Cristóvão Peres, abade de Santa Maria de Alcofra no bispado de Viseu: «porquanto na igreja da villa de Vimiozo e suas annexas estavão mandadas fazer alguas obras o senhor bispo pertendia que se fisessem as ditas obras per aver dellas muita necessidade e aver muitos anos que estavão mandadas fazer que quasi não avia na igreja matriz com que se poder celebrar e por esse respeito estavão os fruitos da comenda embargados e por se não perderem elle Christovão Peres pera effeito de se desembargarem obrigava como logo de feito se obrigou por parte dos dous terços da dita comenda que pertence a Dom Manuel de Portugal de por e dar e pagar os dous terços de todas as ditas obras assi da matriz como das anexas athe a primeira visitação [...] e assi dar e pagar dozentos cruzados pera as ditas obras». A.D.B., Mitra, Cx. 6, Lv. 54,

de Espada à Cinta e das que iluminam a cabeceira e cruzeiro da Sé de Bragança podemos clarificar o nosso juízo. Embora a igreja manuelina de Freixo de Espada à Cinta não apresente vãos tão rasgados como muitas igrejas da região centro e do sul do país, a verdade é que continua a incorporar lumes de apreciáveis dimensões para possibilitar que a luz natural se incorporasse no espaço interior e o modelasse com o artifício da transparência.

O desenho arqueado na parte superior repete-se na Sé de Bragança, assim como a presença de enxalços que dão às aberturas a forma das características masseiras. Porém, aqui, alguns elementos decorativos como os ornatos trabalhados à flor da pedra e as mísulas dispostas em diagonal comprovam como as deslocações dos mestres oriundos da região de Santander difundiam as marcas que anunciavam um gosto definido de acordo com alguns dos valores em voga na península itálica.

Se comparadas com estas aberturas, a diminuição dos lumes da matriz de Vimioso e a ausência de qualquer indício ornamental parecem ser já indicadores da gravidade desejada para os edifícios religiosos pelas orientações religiosas reformistas, pretensões que também jogavam com os valores lumínios como modo de acomodarem o ambiente interior à nova espiritualidade.

Além do portal axial, rasgado no frontispício e orientado a Poente, dão acesso à nave duas portas travessas, rasgadas simetricamente nos flancos, as quais tinham a particularidade de, interiormente, agregarem às respectivas soleiras alguns degraus para resolverem os problemas decorrentes da inclinação do terreno. Na verdade, a escadaria exterior da porta do lado do evangelho tinha continuidade no interior do corpo como meio de se atingir a sua planície; já quem quisesse entrar no templo pela porta do lado da epístola tinha que descer alguns degraus para chegar ao pavimento da igreja.

Na sequência de uma ordem de Filipe IV, fez-se, em 1640, sob a responsabilidade do juiz de fora de Miranda, Doutor Francisco Moreira de

Freitas[408], um tombo da igreja de S. Vicente onde, a par de outras notícias, constava a medição e demarcação da igreja. Não tendo conseguido a sua localização, socorrer-nos-emos das luzes disponibilizadas em 1758 por outros memorialistas.

Integrando as memórias paroquiais, a descrição do encomendado Baltasar Ochoa esclarece que o corpo desta igreja tinha «duas naves[409]» com altares onde, como principais titulares, se veneravam as imagens da Senhora da Saúde, S. Caetano, Santo Cristo, Santo António e Almas. A força e importância desta devoção pode sentir-se no número de pessoas que congregava: «dois mil e oitocentos irmãos[410]».

As «duas naves» a que o padre Ochoa alude, como já estudámos, devem corresponder às aguas do telhado e não a qualquer divisão interior do corpo da igreja. Com pouca diferença, visto respeitar ao mês de Junho do mesmo ano de 1758, na qualidade de reitor encomendado da igreja de S. Vicente, reunia-se o padre Ochoa, o padre Inácio de Morais Calado, sacristão-mor da mesma igreja, João Mendes Penis, fabriqueiro, e o Doutor Inácio Xavier de Sousa Pissarro, juiz de fora da vila de Algoso para procederem ao «autto de medição demarcação e arquitectura da igreja desta villa», a que presidia a última personalidade nos termos de uma provisão régia.

Pelo punho de Manuel da Cruz, escrivão do tombo, escrever-se-ia:

> «todo o corpo da igreja hé de huma só nave, de abobeda de cantaria, e tem quatro arcos da da [sic] capella mor para baixo, não tem coro[411]».

Por questões de método não valorizaremos neste lugar as referências à capela-mor e à sacristia. No entanto, julgamos com interesse a confirmação

---

[408] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, S. Vicente de Vimioso, T.C. 542, s/fl.
[409] A.N.T.T., *Vimioso*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 41, fl. 2088
[410] A.N.T.T., *Vimioso*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 41, fl. 2088
[411] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, S. Vicente de Vimioso, T.C. 542, s/fl.

das devoções antes apontadas acompanhadas da sua localização na nave e de uma nota relacionada com a capela particular da linhagem dos Antas:

> «abaixo da capella maior tem cinco altares a saber, hum de Santo Antonio para a parte do Evangelho adonde esta a imagem do mesmo santo, e outras duas logo imediato está outro altar das Almas á parte da Epistola tem hum altar de Nossa Senhora da Saude com a sua imagem, e outras mais, abaixo se segue outro altar de Sam Caetano com a imagem do mesmo santo, e outros mais, estes dois altares estão ambos rodiádos de grades de madeira torniadas, assim como tambem os dois á parte do evangelho, mais abaixo do segundo da epistola está outro altar do Santo Christo, com a imágem do mesmo Senhor, todos os ditos cinco altares tem retabolos dourados, o primeiro á custa da confraria de Santo Antonio, o segundo do evangelho á custa da confraria das Almas, e o primeiro da parte da epistola, á custa dos rendimentos de humas terras que tem algumas esmolas, o segundo de Sam cartano, á custa de hum seu devoto Manoel de Carvalho Salazar desta villa, e o terceiro do Santo Christo á custa do povo: por baixo deste mesmo altar está huma pequena capella de Nossa Senhora da Conceição a qual hé particular, e seu adeministrador Henrrique [sic] de Figueiredo Mendes Antas desta villa, com que vem a ser seis altares no corpo da igreja álem do altar maior aonde está a imagem de Sam Vicente orágo e padroeiro desta igreja que hé da Ordem de Christo, e foi feito o corpo della pello povo desta villa, e a capella maior á custa da comemda[412]».

Juntamente com uma breve descrição do frontispício com as suas duas torres, afirmava-se no tombo:

> «tem o corpo da igreja cinco fréstas de cada ládo para receber a luz, e mais huma no fronteespicio em forma de cruz = tem hum pulpito da parte do evangelho = huma pia baptismal debaixo da torre do mesmo lado = tres pias de ágoa benta = e tres portaes[413]».

Como já dissemos, as aberturas de iluminação são guardadas a uma e outra banda por gigantes que galgam praticamente toda a altura das paredes na face exterior. Interiormente repete-se o quadro, só que àqueles elementos

---

[412] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, S. Vicente de Vimioso, T.C. 542, s/fl.

[413] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, S. Vicente de Vimioso, T.C. 542, s/fl.

correspondem agora pilares salientes e secos com a função de sustentarem pesados arcos torais ou mestres que escalonam a nave em quatro tramos. Note-se que o desenho em volta redonda dos arcos torais tem como consequência a obtenção de uma abóbada relativamente rebaixada.

É ao nível dos respectivos capitéis que arrancam os segmentos principais que formam a teia de nervuras que dão assento à pétrea abóbada, cuja execução grosseira pode levar-nos ao engano quando se trata de estabelecer a sua antiguidade.

Anulando quase por completo o volume dos capitéis, o lavor das mísulas, escasso em elegância, deixou-se submergir nas pretensões funcionais que quadram bem com a patente rudeza e austeridade da cobertura, num processo que alardeava inegáveis aptidões para integrar qualquer obra de feição militar.

Em cada intervalo definido por um binómio de pilares e arcos mestres, os formaletes desenham arcos apontados que servem de moldura ao campo onde se abriu a fenestragem enquanto participam da urdidura formada pelo cruzamento de duas ogivas complementadas pela nervagem auxiliar composta pelos terciarões que se dirigem para o ângulo do tramo e pelos liernes que, a partir do fecho central, tomam o caminho das chaves dos formaletes e dos arcos torais ou mestres.

Sem desenvolvimentos complicados, a abóbada tem nervuras de perfil poliédrico e o liernes central desenvolve-se em cadeia, correndo toda a extensão da nave.

Podendo considerar-se um sistema de cobertura complexo e adequado à unificação espacial de grandes vãos, a verdade é que a nave da igreja de S. Vicente de Vimioso é um dos poucos exemplos transmontanos em que se mobilizaram recursos tão amplos para se conseguir tal desiderato. Mesmo assim, como se vê por uma disposição camarária, datada de Novembro de 1769, o perigo de ruína rondou a construção:

«acordarão elles ofeciaes da Camera que a igreja matris desta villa se achava moito arroionada no tilhado della de sorte que quazi em toda ella se chove arroinando a bobeda e por se evitar maior roina que pode suceder detremenarão se compozesse o dito tilhado de telha e madeira no que lhe fosse nessessario atendenso aos clamores dos reverendos parrochos e povo, e que para a sua composissam se repartisse pellos moradores desta villa nove mil e seiscentos reis, e para repartidores da dita coantia nomearão a Manoel Rodrigues ferreiro e Domingos Martins Janos, e para cobrador nomeavão a Manoel Ferreira Bandos[414]».

Em Portugal, com excepção das zonas onde perduraram as técnicas de construção árabes e mudéjares[415], como é o caso do Alentejo, desde o período medieval que o abobadamento dos edifícios religiosos, quando existia, se reservava para cobrir o espaço das cabeceiras. Nas naves a maioria das igrejas continuava presa à tradicional incorporação de coberturas de madeira.

Na área em estudo, entre as igrejas paroquiais de maior dimensão em que se optou pela solução de nave única contam-se a de S. Sebastião de Algoso, a de Vila Chã de Barciosa, igreja que entre os seus padroeiros contou com o bispo D. Julião d'Alva e Diogo de Teive[416], a matriz de Urrós e ainda a de Tó.

Elegendo como termo de comparação a matriz de Vimioso, algumas das diferenças que se podem seriar relativamente à igreja de Algoso passam pela diferente organização estrutural do frontispício e pelo formato planimétrico da cabeceira. Já o corpo é exteriormente dividido em quatro panos por outros tantos contrafortes, valentes e em cantaria de cuidado aparelho, três dos quais possuem um desenvolvimento escalonado que um esbarro remata pouco abaixo da cornija. No lado do evangelho, com excepção da abertura de uma das entradas, os paramentos são cegos; mesmo no outro flanco o rasgamento

---

[414] A.D.B., ALL., Cx. 3, Lv. 17, fl. 3

[415] SILVA, José Custódio Vieira da - *O tardo-gótico em Portugal. A arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 158

[416] MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., RES., COD. 154, fl. 67

de aberturas de iluminação não se aproxima da regularidade vista em Vimioso.

Assinale-se, no entanto, a diferente configuração das portas travessas. A do lado do evangelho copia um modelo tradicional, também já seguido em Vimioso, ou seja, constituído por um arco de volta perfeita cujas aduelas são sustentadas por jambas de esquinas vivas e sem saimel. Já na entrada do pano do lado da epístola que lhe fica em correspondência, corporizar-se-iam ambições diferentes por se filiarem num discurso mais erudito e de maior modernidade. Aqui, o portal continua a apresentar-se composto por jambas e um arco de volta perfeita. Contudo, o figurino estilístico não somente aumentava o grau de exigência com a destreza dos lavrantes como definia a pretensão de reforçar o significado simbólico da entrada. Por esta razão o seu tratamento arquitectónico, parecendo ter vontade de competir com a obra da frontaria, desenvolver-se-ia nos limites espaciais delimitados por dois contrafortes, a linha de terra e a cornija.

A profundidade alcançada não é grande. Porém, as esquinas chanfradas das jambas, a presença de saimel e o trabalho executado nas aduelas, de modo a que as linhas de sombra sugerissem arquivoltas, comprovam bem que os encomendadores desta obra não se contentavam com a simples resolução dos aspectos funcionais. Obedecendo a um programa de inspiração maneirista, quadrava-se esta entrada com elementos arquitectónicos compostos por pilastras assentes em estilóbatas e molduras, sendo todo o conjunto rematado por um nicho amparado por duas pequenas volutas.

Aos contrafortes exteriores correspondem interiomente robustos pilares de capitel toscano que possibilitam o arranque de arcos mestres bastante apontados, os quais vão ritmar a nave da igreja em quatro corpos celulares.

As mesmas intenções moveram os fregueses da igreja de S. Cristóvão, matriz da povoação de Vila Chã de Barciosa, uma vez que também o seu corpo é modulado por três arcos apontados que, tendo a particularidade de

apresentarem as arestas chanfradas, se estribam em pilares a que não falta fortaleza. Indicador desta qualidade é o facto de, no lado do evangelho, ao pilar mais próximo do arco cruzeiro ter sido possível retirar alguma da sua massa para se poder encaixar o púlpito e, simultâneamente, garantir-se completa amplitude de gestos ao orador de serviço.

Nesta igreja os abades eram obrigados à fábrica da capela-mor e os fregueses, onde se compreendiam os moradores das povoações anexas de Fonte de Aldeia e Freixiosa, «o restante da igreja». Em 1721, apontava-se a existência da irmandade do Santíssimo - com noventa irmãos e sendo cada um obrigado a um contributo anual de meio alqueire de pão - a irmandade de Santa Catarina - da qual se dizia«que antigamente teve grande numero de irmãos» - e a irmandade das Almas, «instituida em o anno de mil settecentos, e seis[417]». Nesta data tinha trezentos irmãos com obrigação de um contributo igual ao da irmandade do Santíssimo Sacramento.

O documento que vimos seguindo refere também a instituição e existência nesta igreja paroquial da devoção da Senhora da Penha de França, nesta data administrada por Maria Afonso, viúva e sobrinha do instituidor:

> «capella eccleziastica, que fundou o padre Matheos de Santiago natural deste mesmo lugar no anno de mil, seiscentos, e noventa, e sinco, com o titulo de Nossa Senhora da Penha de França, com obrigação de doze missas todos os annos e de fabricar a dita capella de todos os necessarios, para o que deixou hipotecados todos os seus bens patrimoniaes[418]».

Além de S. Cristóvão, patrão da igreja, concediam-se especiais louvores a Santo António, ao Menino Deus, às Almas do Purgatório, a S. Roque e à Senhora do Rosário, cuja imagem, reputada de muito milagrosa, motivou a

---

[417] MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., RES., COD. 154, fl. 66

[418] MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., RES., COD. 154, fls. 66-66v

existência no templo de vários painéis[419] que aludiam às graças concedidas a muitos suplicantes.

Em 1758, altura em que os rendimentos da igreja atingiam os 600000 réis[420], as palavras do eclesiástico que respondeu ao inquérito das «Memórias paroquiais» permitem concluir pela ocorrência de modificações no campo devocional. Ao indicar os altares, anotaria:

> «tem altar mor, e quatro altares colateraes, hu do Santo Christo outro de Nossa Senhora do Rosario, outro das Almas, e outro de Nossa Senhora de Penha de França. Tem esta igreja hua irmandade, que he das Almas[421]».

Relativamente às componentes espaciais mais importantes da igreja matriz, registar-se-ia que «não consta de naves, só se compoem de corpo, e capella mor[422]». Sem levarmos em linha de conta o volume destinado a sacristia, bastaria a comparação dos dois panos da nave delimitados por contrafortes exteriores, num dos quais se abriu a única entrada lateral, com o frontispício e o módulo que lhe fica adjacente no lado do evangelho para identificarmos o resultado das transformações introduzidas por uma ou mais campanhas de obras.

De acordo com os termos grafados no pé direito do arco cruzeiro, em 1766 o abade Francisco de Morais custeou a empreitada da capela maior, mais estreita do que a nave mas com uma cobertura exterior de duas águas, a apresentar um cume de cota superior ao do corpo da igreja. Contudo, não estamos em condições de fazer coincidir as obras neste espaço com a cronologia apresentada para a cabeceira.

Em todo o caso, somos de opinião que a configuração do corpo da igreja ficou definida no momento em que se procedeu ao lançamento dos torais e à

---

[419] MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., RES., COD. 154, fl. 66v
[420] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in « Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1017
[421] A.N.T.T., *Vila Chã de Barciosa*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 40, fl. 1135

construção dos seus reforços exteriores que, em dois lanços e remates em esbarro, galgam quase até ao telhado. Como já acontecera na matriz de Algoso, a edificação destes elementos só se compreende num quadro construtivo ambicioso, cujos objectivos deviam responder à vivência de um ambiente religioso tão intenso que talvez tivesse impelido os moradores a contribuírem com meios superiores às suas possibilidades.

A este respeito, tendo em conta que a linha da fronteira estava à distância do horizonte, dever-se-ão admitir também os efeitos de uma mentalidade colectiva pautada por critérios de afirmação da identidade nacional que o Cabido da Sé mirandesa, empenhado como esteve nas guerras da independência, não deixaria de acalentar.

Todavia, os projectos construtivos, tal como teriam sido almejados, não chegaram a conhecer a plena concretização. De facto, tudo indica que o estaleiro da igreja matriz de Algoso como o de Vila Chã de Barciosa se preparavam para lançar uma abóbada que abraçasse o espaço da nave.

Relativamente a estas igrejas as fontes conhecidas são escassas e pouco valiosas para o esclarecimento de propósitos construtivos. Mesmo assim, estas insuficiências não invalidam a hipótese dos moradores, para quem o sacrifício era frequente companhia, terem sido castigados por sucessivos maus anos agrícolas que, condenando-os à pobreza, os foram vergando no que respeita ao cumprimento dos desígnios iniciais. Só assim se entende que a opção pelo completo abobadamento, operação dispendiosa, relativamente demorada e que, sob um ponto de vista técnico, raramente se apresentava isenta de dificuldades, tivesse sido abandonada em favor de uma cobertura de madeira.

No antigo termo da vila de Algoso ficava a povoação de Urrós, cuja igreja, dedicada a Santa Maria Madalena, pertencia, juntamente com a Senhora da Expectação de Picote, à paróquia de S. Pedro de Sendim.

---

[422] A.N.T.T., *Vila Chã de Barciosa*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 40, fl. 1135

Em 1721 viviam em Sendim «trezentos e nove moradores», grande parte dos quais deviam ser membros das onze confrarias - «a do Santissimo ecleziastica, São Pedro ecleziastica, Almas eccleziastica [sic], Nossa Senhora do Rozario eceleziastica [sic], a do Minino Deos eccleziastica, Santa Crus ecleziastica, a confraria de Santo Antonio secular, a de São Brás secular, a de São Roque secular, a de São João secular, e a de São Miguel secular[423]» - existentes na igreja paroquial.

A Urrós atribuía-se em 1721 uma população «de cento e vinte cinco moradores[424]» e em 1758 «cento e trinta vizinhos e de quinhentas pessoas entre parveolos e adultos[425]». Nesta altura, como informou o cura Simão Vaz, localizavam-se na nave desta igreja quatro altares:

> «em os dois colaterais da parte do evangelio esta em o primeiro Nossa Senhora do Rosario, em o segundo o Santissimo Christo da Peidade, em o primeiro colateral da parte da epistola esta Santo Antonio, o Menino Jesus, Santo Ubaldo, em o segundo esta Santa Barbara[426]».

A declaração da existência de irmandades acompanhava a atribuição de «duas naves» à igreja, expressão que, no contexto em que se produziu, deve traduzir a existência de uma cobertura de duas águas e não a existência de qualquer divisão no corpo do templo.

Na actual organização volumétrica continua a manter-se um prospecto principal que se filia na linhagem de esquemas medievais de grande divulgação em zonas rurais. Contudo, nesta igreja podem apontar-se diversas intervenções, algumas das quais, incidindo na cabeceira e corpo, sabemos terem sido executadas a partir de 1770 sob a responsabilidade das parcerias compostas pelos mestres canteiros João Lourenço de Matos, Manuel de

---

[423] MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., RES., COD. 154, fl. 59
[424] MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., RES., COD. 154, fl. 59v
[425] A.N.T.T., *Urrós*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 42, fl. 2123
[426] A.N.T.T., *Urrós*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 42, fl. 2124

Miranda e José Rodrigues. Aos dois primeiros, como veremos adiante, ao tratarmos das obras de pedraria e madeiras, devem-se os apontamentos gerais, sendo de notar que algumas das orientações decalcam delineamentos colhidos em igrejas situadas nas imediações de Bragança. Nesta perspectiva, o retábulo maior devia seguir o feitio do da paroquial de Rabal enquanto a capela-mor se devia orientar pela traça que mostrava a igreja matricial de Carragoza. Prelo prestígio alcançado, estes mestres-empreiteiros, particularmente João Lourenço de Matos, haviam de estender a acção reformadora a outras igrejas na região.

Os paramentos da nave, tal como actualmente se apresentam, ofereceram resistência à entrada de luz. Assim, esta função é essencialmente cumprida pela janela existente na cabeceira.

Por sua vez, a preservação dos contrafortes exteriores reporta-se às necessidades estruturais do edifício, como se os construtores quisessem justificar a velha fórmula biológica de que a função faz o orgão. Interiormente, no alinhamento destes reforços aprumam-se pilares de fuste não muito alto e que sustentam dois arcos mestres de grande amplitude, com fortes aduelas estribadas em pilastras com apoios murais. Num capitel do lado da epístola grafar-se-ia a data de 1771.

Este esquema construtivo aplicar-se-ia ainda em templos desprovidos de funções paroquiais como na Senhora do Monte, em Duas Igrejas, e Santo Amaro, em Sanhoane. Neste santuário, o par de arcos de pleno cintro apoiar-se-ia em pilares muito baixos, pois os respectivos pés direitos não chegam a atingir um metro de altura. Sublinhe-se ainda que esta maneira de construir teve boa aceitação nas paroquiais de povoações próximas do curso do Douro internacional já que, na outra margem, tanto na matriz de Pereña (província de Salamanca) como no santuário da Virgem do Castelo, em Fariza (província de Zamora), enunciaram-se os mesmos princípios técnicos e idênticas preocupações espaciais.

Esquema semelhante pode ser visto na matriz de Tó, onde os fustes e aduelas dos quatro conjuntos de pilares e arcos se revestiram de formas poliédricas. Tendo presentes as dificuldades em se tirarem conclusões seguras, o aspecto compacto e o arcaísmo desta construção pode levar alguns observadores a atribuirem a sua configuração actual a um tempo em que o românico era ainda florescente. Contudo, numa petição endereçada à hierarquia diocesana, com o intuito de obter licença para poder fazer a expensas próprias uma capela dedicada a S. Miguel, em «hua parte do corpo dentro da dita igreja onde se lhe assignalar porquanto o povo tudo tem disso consentimento[427]», o padre Tomé Martins que, havia cerca de duas décadas, curava a paróquia, justificava a sua pretensão:

«por ella estar alargada de novo toda, e ser para isso capaz[428]».

Os termos deste processo referem-se a Setembro de 1621 e os homens do concelho da povoação de Tó, ao atestarem o desejo do padre, confirmariam que a cal das obras ainda não tinha tido tempo de secar.

Por conseguinte, é possível que a esta campanha de obras se deva a estruturação espacial da nave da igreja. E, como os pilares avançam no seu plano, obrigaram à construção de muros que os soldassem aos paramentos. Por sua vez, ao continuarem em toda a curvatura do arco formam membranas com capacidade para interferirem na modulação do espaço da nave em estruturas celulares. Porém, estes módulos, em vez de acelerarem virtualmente a fragmentação espacial, trazem a primeiro plano as massas dos elementos arquitectónicos em presença - pilares, arcos, muros-diafragma e cobertura - para realizarem a unificação espacial, a que o lançamento de uma abóbada daria a máxima perfeição.

---

[427] A.D.B., Mitra, Cx. 39, doc. nº 137, s/fl.
[428] A.D.B., Mitra, Cx. 39, doc. nº 137, s/fl.. *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. VI, p. 477

Como vimos, entre os exemplos apontados apenas os fregueses da matriz de S. Vicente de Vimioso conseguiram reunir os meios necessários e suficientes para se abalançarem ao abobadamento da nave da sua igreja. Porém, os processos técnicos alardeados, sobretudo na rede de nervuras e elementos de sustentação, não deixam dúvidas sobre a educação estética do construtor e dos donos da obra, os quais por razões de inércia cultural manifestavam dificuldades em abraçarem algumas das orientações artísticas que no centro e, especialmente, no Sul do país ganhavam foros de cidadania.

A opção por coberturas abobadadas, mesmo no espaço das cabeceiras, nunca conseguiu beliscar minimamente o domínio esmagador de estruturas e tectos de madeira. Deste modo, qualquer comentário relativo a potenciais desenvolvimentos artísticos que se pudessem inscrever naquelas superfícies não tem qualquer razão de ser.

Contudo, numa altura em que o século XVII já se encaminhava para as despedidas, o lançamento de uma obra numa terra situada quase a meio caminho entre Bragança e Vimioso, veio mostrar como o sistema de cruzaria, em geral, e em particular os conhecimentos e técnicas que lhe são inerentes estavam longe de terem caído no esquecimento. Referimo-nos à empreitada do santuário do Santo Cristo da então vila de Outeiro. Diga-se que esta obra, lançada *a fundamentis*, não se destinava a funções paroquiais, embora um colaborador do Doutor José Botelho de Matos[429] - clérigo que foi abade de Duas

[429] Deve tratar-se de um sobrinho do Doutor Manuel de Matos Botelho, também abade de Duas Igrejas, vigário geral do bispado e irmão de D. José Botelho de Matos que, em 1745, ainda era arcebispo da Baía. Nesta cidade, em 1744, faleceu o Doutor Manuel de Matos faleceu. Esta ocorrência daria ensejo à impressão de uma «Relação summaria dos funebres obsequios, que se fizerão na Cidade da Bahia» onde se dava conta do levantamento, no cruzeiro da catedral de «hum sumptuoso, e magnifico mausoléo, primoroso desenho do insigne architecto Paulo Franco da Silva, pelos preceitos da architectura civil, de figura quadrada, com vinte e seis palmos de largo, e cinquanta e dous de altura, em o qual ardião innumeraveis luzes em vélas de arratel, collocadas em castiçaes de prata de bojo, além dos archotes, que sahião dos jarroens dourados nas cabeças das quartellas do segundo corpo, que servião de encontro ao magestoso tumulo, que sobre elle descarregava; e de vinte e quatro tochas, que em soberbas tocheiras circulavão pelo pavimento todo aquelle maravilhoso artefacto».

Igrejas, vigário geral do bispado e exerceu o cargo de juíz da confraria do Santo Cristo - ao tecer algumas considerações sobre a matriz de Outeiro, de que era padroeira a Senhora da Assunção, afirmasse que o que podia «dizer della o devia calar pella indecencia com que se achava(va) nella collocado o Santissimo[430]». Por outras palavras, o edifício da matriz estava fisicamente maltratado.

Actualmente o santuário é o templo onde decorre a quase totalidade do serviço religioso da povoação. Pelo contexto artístico e pela importância da sua volumetria, seria imperdoável que não lhe dedicassemos algumas linhas.

Em Outeiro, a devoção à imagem do crucificado tinha esmorecido completamente. Assim se explica que até as pedras da capela onde estava a imagem fossem levadas para se lhes dar outro destino, enquanto o seu espaço se ia convertendo em curral[431]. Na Primavera de 1698 (26 de Abril), apareceram no braço esquerdo e outras partes do corpo da imagem gotas de água: o prodígio divulgou-se largamente e, no dia 3 de Maio, originou uma grande concentração de pessoas em Outeiro. O facto seria gravado no

---

A Santa Casa da Misericórdia da Baía também se associou à dó, já que o defunto tinha sido provedor da Misericórdia de Miranda do Douro. Assim, o «pomposo, e magnifico tumulo, que mandou erigir no corpo da igreja, podia apostar ventagens com os mais decantados mausoléos, ainda examinando a attenção os vastos panispherios da Historia. Foi obra dio famoso architecto Antonio Pinto, tambem de figura quadrada, com rigorosos preceitos da architectura civil [...] na engenhosa destreza, com que este architecto se soube accomodar aos estreitos espaços do templo, recopilando nos vinte palmos de largo, e quarenta de alto, que tinha o mausoléo, toda a soberba maquina da sua primorosa idéa [...]. A brilhante pompa das luzes, a exquisita riqueza do ornato, o engenhoso caprocho da contextura, tudo dava muito que ver, e examinar às attencçoens mais curiosas, por mais que huma proporcionada multidão de passamanes de ouro, e prata, que como meteóros na noite mais luzida, scintilavão por entre as nuvens dos mais preciosos brocados negros, e dos mais ricos lós de roxo, e ouro pertendesse confundir a vista nos mesmos adornos, que a encantavão».BARROS, João Borges de Barros - *Relação summaria dos funebres obsequios, que se fizerão na cidade da Bahia, corte da America Portugueza, às memorias do Reverendissimo Senhor Doutor manoel de Mattos Botelho, Abbade de Duas Igrejas, Provisor, Vigario Geral, e Governador do Bispado de Miranda»*, Lisboa, na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, Lisboa, 1745, pp. 9, 10, 18, 19

[430] MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., RES., COD. 154, fl. 80

frontispício da capela - e depois num dos pórticos - que conheceria muitos melhoramentos em 1755 e, em 1758, de acordo com as palvras do padre Tomás Teixeira, se achava «polida no ultimo primor com abobada, e cornejada[432]».

Enquanto fenómeno sobrenatural, o milagre daria ensejo à decisão de se construir um novo templo onde a imagem do Santo Cristo pudesse ser exposta com mais solenidade. Deste modo se congregaram vontades e cabedais «assim deste reino como de Galliza donde houve cavaleiros, que deram seiscentos mil reis de esmola, e quatrocentos[433]»; ao mesmo tempo erigia-se uma confraria que «logo na sua creaçam teve cinco mil irmãos em que entram seculares, ecclesiasticos de toda a graduaçam, paga(ndo) cada hum hua quarta de pam annualmente[434]». Em 1758 estavam inscritos na confraria «neste reino, e Castela quatorze mil irmaos[435]».

Em 30 de Maio de 1698, no cartório do Cabido, registar-se-ia o título do «acento que se tomou sobre o concentimento que se deu aos mordomos da comfraria [sic] que de novo se quer ereger na ermida da Santa Crux da villa de Outeiro[436]». Por sua vez, entre as formas adoptadas para angariar meios que ajudassem à continuidade da obra contavam-se os peditórios organizados. Entre 3 de Maio de 1727 e 3 de Maio de 1728, período de tempo em que Pascoal Afonso exerceu as funções de tesoureiro, anotar-se-ia a despesa de 960 réis para pagamento do «custo da provizão que veio de Çamora para pedir em Castela[437]». Mas também em Portugal, a par com os destinados à Sé e a alguns conventos, estavam como que institucionalizados em várias áreas da diocese.

---

[431] «já ninguem se lembrava de tal imagem, já era precizo fechar a porta da ermida para, que os gados nem entrassem dentro a tomar a sesta, que no cabido, que tinha, era continuo». A.N.T.T., *Outeiro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 26, fl. 431

[432] A.N.T.T., *Outeiro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 26, fl. 429

[433] A.N.T.T., *Outeiro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 26, fl. 432

[434] A.N.T.T., *Outeiro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 26, fl. 432

[435] A.N.T.T., *Outeiro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 26, fl. 432

[436] A.D.B., *Livro de acordos e detreminações do Illustrissimo Cabbido da Santa Sé de Miranda*, Cabido, Cx. 2, Lv. 5, fls. 72-72v

[437] A.D.B., Cx. 6, Lv. 76, fl. 2

Sendo relativamente frequentes as indicações dos visitadores aos párocos para que estes nomeassem mamposteiros com aquela finalidade, constituem exemplos os casos da igreja de Santa Marinha[438] de Pinheiro Novo, onde o responsável pelos peditórios foi nomeado durante os anos de 1714, 1715, 1718, 1720 e 1722, enquanto na igreja de Santo Antão[439], em Vilarinho de Agrochão, no mínimo, se realizaram peditórios em 1716 e 1720. Estas campanhas de angariação de donativos, apresentando-se ao mesmo tempo como importantes agentes na difusão do milagre, abriam linhas de inscrição de novos irmãos. Assim se explicará a força desta confraria e ainda o facto de possuir irmãos em localidades muito distantes da vila de Outeiro.

Contudo, os sucessos da cerimónia do lançamento da primeira pedra, assim como o processo de encomenda e a autoria do risco são ainda desconhecidos. Em todo o caso, em ambiente de forte espírito devocional que ajudava a acumulação de rendimentos, iniciar-se-ia a empreitada. Passados poucos anos da primeira década do século XVIII, já a capela-mor estava levantada, pois:

> «se tresladou esta milagrosa imagem para a sua nova capella em que esta hoje (ano de 1721) no mês de Maio em dia de sua festa no anno de 1713 foi benta poucos dias antes de mandato do Ordinario pello reverendo Manoel Rodrigues de Andrade arcediago de Mirandella[440]»

Apesar de tudo, nesta altura, as obras ainda não estavam terminadas. Em 1721, quando se executava «hua tribuna para o arco e altar com toda a pressa», obras arrematadas pela quantia de 780.000 réis, escrevia-se no documento destinado à Academia da História:

---

[438] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 110, fls. 32 e seguintes

[439] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 119, fls. 80, 82

[440] MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., RES., COD. 154, fl. 84v; em 1758 confirmava-se a mudança da « imagem do Senhor para o templo que se lhe fez no anno de mil settecentos, e treze no dia tres de Maio». A.N.T.T., *Outeiro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 26, fl. 432

«tem continuado na obra da capella com sumo zello, e cuidado e quem se tem empregado no maior, foi o reverendo Manoel Rodrigues de Andrade arcediago que foi na Sé chamado arcediago de Mirandella, e Joseph Sarmento governador do castello desta villa, e he o que tem corrido com a maior parte do trabalho para findar esta capella no estado, em que se acha hoje já acabada a obra de pedraria, e cuberta».

Em seguida descrevia-se o santuário:

«He esta igreja toda de abbobeda tem tres arcos de cantaria lavrada, de donde despedem as aranhas, que vão fechar em hus coriozo [sic] remates; tem duas torres de bastante altura, com seos zimborios, e com sua barandilha sobre o frontespicio de hua torre para outra, já tem hu fermozo sino, que custou passante de duzentos e corenta mil reis, e he do que consta esta obra, com duas portas travessas, e a principal[441]».

Afirmando a suspeita de que a obra terá custado quarenta e cinco mil cruzados, adiantavam-se mais algumas notícias sobre o concurso de diversas contribuições, as quais, ao mesmo tempo, ajudam à compreensão do ambiente devocional e das empatias geradas:

«os carretos de todo o genero de materiaes nada custarão, porque estes os fizerão os moradores desta terra, e de Lombo de Babe, e de outras partes, que pagandosse, emportarião em grande soma, em rezão de ser hum sem numero de cantos, e o principal carreto era de cantaria, que toda veio de Castella, e desta trouxerão os raianos espanhois grande cantidade, e isto ainda quando estavão na maior opressão de guerras com este reino, e os da terra hião buscalla a Castella com tal segurança que não houve the gora pessoa, que lhe empedisse nam houvesse hir de buscala[442]».

Inscrito numa figura de geometria rectangular, o santuário do Santo Cristo de Outeiro tem uma configuração interior com a forma de uma cruz latina. A capela-mor, não muito profunda é totalmente recoberta por um retábulo de talha dourada de estilo nacional a que as arquivoltas policentradas

---

[441] MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., RES., COD. 154, fls. 83v-84

dão um carácter evoluído e, juntamente com outros elementos decorativos, aproximam do exemplar que ocupa a cabeceira da igreja do antigo convento de freiras beneditinas de Bragança. Ao contrário do que frequentemente sucede quando o titular do orago é o Santo Cristo ou quando não o sendo se expõe no retábulo principal, os muros testeiros são rectos. Esta falta arquitectónica seria corrigida durante a fábrica da máquina retabular pois na sua zona central, a que recebia o trono e a imagem, simular-se-ia uma arquitectura aberta de planta redonda e com um remate em cúpula, com evidentes sugestões do figurino dominante do templo mítico de Jerusalém.

Na diocese, o risco desta igreja foi um dos poucos a contemplar a presença de um transepto, sendo que a espacialidade dos seus braços é equivalente à da cabeceira.

O espaço do cruzeiro, intensamente iluminado a partir de duas aberturas rasgadas nas extremidades dos braços do transepto, é definido, no plano do pavimento, com um formato próximo de uma figura quadrangular, pelas bases de quatro pilares que sustentam igual número de arcos com volta redonda.

Para a sua cobertura eleger-se-ia o abobadamento com granito, dando sequência a um modelo que, aproximando-se da representação de uma calote esférica, ambicionava sugerir uma cúpula sobre pendentes com evidente significado simbólico. Ao mesmo tempo, a luz penetrante pelos curtos braços do transepto, reflectindo-se sucessivamente na brancura da cantaria, gerava a ilusão espacial, já que, quando na nave, a primeira impressão é pensarmos na iluminação a partir de um foco superior. Na zona central, um florão marcava o ponto de irradiação, ou de encontro, de oito segmentos, interrompidos nos limites de uma figura geométrica quadrangular, lavrados com finura e de modo a apagarem a lembrança dos sistemas nervados.

---

[442] MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., RES., COD. 154, fl. 84

Por sua vez, na nave, dois conjuntos de pilares e arcos redondos sugerem o seu fraccionamento em três tramos, um dos quais respeita quase integralmente ao coro alto. Com pés direitos elevados, os fustes dos pilares mostram uma considerável envergadura a que as aduelas dos arcos dão continuidade.

Na intersecção do corpo da igreja com a nave transversal ou transepto os pilares mais robustos são acolitados, num plano de 90°, por outros de igual altura mas com secção mais reduzida. Naqueles, fazendo *pendant*, aplicar-se-iam dois púlpitos de balaústres negros e torneados, de indiscutível importância em dias de concurso.

Sob o ponto de vista decorativo, animar-se-iam as suas superfícies pelo recurso aos canelados e a ornatos avulsos de pendor geométrico amplamente divulgados entre nós quer por influência da decoração islâmica, quer ainda por terem sido codificados em pranchas devidas a Serlio ou integrarem o catágolo do nórdico Vredeman de Vries. Trata-se de motivos cruciformes e figuras geométricas como rectângulos e losangos, alguns dos quais podem vislumbrar-se, por exemplo na abóbada de berço da igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Tomar, no piso superior do claustro principal do Convento de Cristo, na frontaria da igreja de S. Salvador de Grijó, na Sé de Miranda e na frontaria de S. Vicente de Vimioso.

Ou seja, num tempo em que pela acção de João Antunes se ensaiava a linguagem do Barroco em Santa Engrácia, seguindo padrões romanos ou piemonteses como referiu Kubler, em Outeiro insistia-se na revitalização formal de ornatos de extracção erudita mas já muito popularizados por uma utilização continuada. Por isso, a sua inclusão nesta obra só pode significar uma atitude conservadora pela recuperação de elementos de uma linguagem que tinha perdido actualidade.

Quadro 12

Ano	Alguns pagamentos efectuados a artistas pelas obras realizadas na igreja do Santo Cristo de Outeiro	Valor (em réis)	Fonte
1726 / / 1727	«Despendeo com o canteiro Antonio para complemento das pedras que se lhe restavão a dever da obra dos arcos»;	6.400	A.D.B., Confrarias[443], Cx. 6, Lv. 76, fls. 1-2v
	«com os canteiros Guedes, e Ribeiro [...] por conta do lajedao»;	2.620	
	«com o canteiro Guedes coatrocentos, e oitenta reis	480	
	com o mesmo e meia coarta de sal trinta reis»;	30	
	«com o canteiro Guedes por minha mão cento, e vinte reis	120	
	com o mesmo pella minha mão do dinheiro da execução que se fes ao Alferes de Santulhão coatro mil, e oitocentos reis»;	4.800	
	«com o canteiro Ribeiro por minha mão do mesmo dinheiro dos bens do Alferes nove mil, e seiscentos reis»;	9.600	
	«despendeo com o canteiro Antonio Rodrigues por minha mão e do mesmo dinheiro da execução do Alferes dezoito mil, e coatrocentos reis com cuja quantia se lhe acabou de pagar tudo o que se lhe devia das obras»;	18.400	
	«com o canteiro Francisco Rodrigues por conta do que se lhe devia da obra dos arcos»;	4.800	
	«com o canteiro Manoel Lopes para complemento das grades e de tudo o que se lhe devia das obras»;	1.200	
	«despendeo com o canteiro Guedes [...] por conta do lagiado»;	4.800	
1727 / / 1728	«despendeo com o canteiro Guedes coatro mil e oitocentos por conta do lagiado»;	4.800	*Idem, ibidem*, fl. 2v
	«com o canteiro Domingos da Silva»;	1.080	
	«com o canteiro Francisco Rodrigues por fim de sua conta do que se lhe devia dos arcos»	4.320	
1728 / / 1729	«no Pedrozo no corte de cantaria»;	900	*Idem, ibidem*, fls. 3v-6v
	«para cal com o caleiro (Manuel Martins Janas) do Vimiozo»;	2.900	
	«com o canteiro Francisco Rodrigues por fim de sua conta do que se lhe devia dos arcos»;	4.320	
	«com o canteiros Guedes e seo irmão	6.510	
	com os mesmos»;	1.200	
	«Com o canteiro Francisco Rodrigues por fim da sua conta do que se lhe devia dos arcos»;	4.320	
	«com os canteiros por fim de suas contas e geiras que derão nesta obra	8.345	
	despenderão com o mesmo pello que se lhe estava dever do lagiado da igreja»;	19.885	
	«despendeo com o aluger das bestas que conduzirão os pulpitos»;	705	
	«de hum pao que se comprou a João Machado para fazer as estadas para as aranhas»;	1.600	

[443] Cópia de um livro do arquivo paroquial de Outeiro.

1729 / / 1730	«para os pulpitos»; «com o entalhador»; «do carreto dos goardapos»;	6.520 6.020 600	*Idem, ibidem*, fls. 7-7v
1730 / / 1731	«despendeo com o relicario»; «com o pintor com o mesmo com o mesmo»; «com o pintor com o mesmo mais com o mesmo com o mesmo»; «mais com o pintor com o desterro do adro mais com o pintor por mão de Domingos Afonsso com o mesmo com o mesmo com o mesmo»; «de gasto no desterro do adro»; «com o pintor com o mesmo»; «mais com o pintor»	24.560 48.000 300 4.910 12.000 14.710 1.600 25.000 61.200 390 480 20.200 700 36.400 780 9.840 3.000 48.000	*Idem, ibidem*, fls. 8v-9
1731 / / 1732	«despendeo com o pintor dia da festa com o mesmo com o mesmo com o mesmo com o mesmo com o mesmo com o mesmo com o mesmo mais com o mesmo»; «com o pintor»; «com o pintor»; «mais com o custo do relicario»; «com o pintor»; «com o pintor por mão de Domingos Alonso»; «com o pintor com o mesmo com o mesmo com o mesmo com o mesmo com o mesmo»; «com o pintor com o mesmo»; «com o pintor por conta da obra do arco»; «com o pintor por fim da obra do retabollo»; «de telha a Antonio Vilachão»; «de telha a Joze Fernandes»; «com o pintor por conta da obra do arco»; «com o pintor por fim da obra do retabolo»;	14.400 107.920 27.220 14.000 2.700 5.160 14.400 48.000 6.400 16.210 14.400 14.270 14.400 2.580 28.800 24.000 12.010 12.960 6.000 3.580 40.800 12.800 9.600 29.540 2.400 2.400 9.600 29.540	*Idem, ibidem*, fls. 10-10v
1732 / / 1733	«pintor despendeo com o mesmo com o mesmo com o mesmo com o dito pintor com o mesmo»;	14.020 20.900 1.140 6.000 6.400 2.060	*Idem, ibidem*, fl. 11v

	«com o entalhador por conta da obra de talha dos lados da capella com o mesmo com o pintor»; «com o pintor com o mesmo com o mesmo»; «com o pintor co mesmo com o mesmo com o entelhador com o canteiro por abrir os boracos nas paredes para assentar a obra»; «com o entalhador com o pintor com o mesmo com o mesmo com o entalhador com o pintor com o mesmo com o mesmo»; «com o pintor com o mesmo com o mesmo com o mesmo»; «com o pintor»; «com o pintor com o mesmo»;	16.800 2.400 7.920 2.000 960 30.000 6.000 7.600 3.800 4.800 900 900 16.88 400 4.200 3.200 2.400 25.600 8.000 3.200 800 9.720 52.800 4.000 40.800 2.000 5.400	
1733 / / 1734	«despendeo com o pintor»; «despendeo mais com nove mil e seiscentos reis com pintor Gaspar de Magalhais o depois de tomada a conta» despendeo mais com nove alqueires de centeio que deu o mesmo pintor que emportarão despendeo mais seiscentos reis de dois alqueires de centeio»;	6.000 9.600 2.900 600	*Idem, ibidem*, fl. 13v
1735	«na pedreira com auxiliares hua medida de vinho, e vinte cinco sardinhas»; «de hum almude de vinho para o carreto da pedra	320 320	*Idem, ibidem*, fl. 16v
1737 / / 1738	«deu ao mestre Antonio Rodrigues»; «para os carretos da cantaria»; «com o mestre Antonio Rodrigues com o mesmo mestre com o mesmo mestre com o mesmo mestre com o mesmo mestre com o mesmo mestre com o mesmo mestre»; «com quem foi ao lombo de Babe a procurar, e conduzir os carretos da cantaria»; «com hum soldado que foi a Noz e Travaços com huas cartas para o carreto»; «com o mesmo Antonio Rodrigues com o mesmo mestre com o mesmo mestre com o mesmo mestre com o mesmo mestre»;	31.660 1.337. 1/2 26.000 6.000 7.600 28.800 15.840 12.000 6.400 1.000 160 11.370 19.200 18.720 16.400 32.010	*Idem, ibidem*, fls. 19-20v

	«com o mestre Antonio Rodrigues»; «deu ao mestre Antonio Rodrigues»; «ao carpinteiro de por a madeira nos alpendres»	38.000 42.000 480	
1738 / / 1739	«a Antonio Rodrigues mestre da obra dos porticos a conta do que se lhe deu»; «ao official Francisco Garcia, a conta da obra dos porticos de baixo ao mesmo»; «a Francisco Garcia a conta dos porticos de baixo»; «a Francisco Garcia a conta dos alpendres»; «ao mestre Antonio Rodrigues dezanove mil e duzentos, e com elles se lhe acabou de pagar os trezentos e noventa e cinco mil reis, em que tinha arrematado a obra dos porticos de cima, e acrecimo que nelles fes, de que deu quitação»; «a Francisco Garcia [...] a conta da obra dos alpendres de baixo, e acabou se lhe de pagar tudo»; «ao canteiro Francisco Garcia, por lagear os alpendres»; «de vinho para o desterro do adro»;	28.400 4.800 1.500 6.400 19.200 940 3.400 240	*Idem, ibidem*, fls. 22-23
1739 / / 1740	«despendeo com o canteiro por conta da obra do coro»; «com o canteiro Francisco a conta do coro»; «ao canteiro Francisco mais mil e dozentos reis»; «com o mesmo»;	4.800 2.880 1.200 9.600	*Idem, ibidem*, fls. 25-25v
1740 / / 1741	«com o emtalhador [sic]»; «com o emtalhador»; «com o emtalhador»; «com o emtalhador [sic]»; «com Antonio Joze pellos ramalhetes»;	19.200 6.400 19.200 57.600 1.300	*Idem, ibidem*, fls. 28-29
1741 / / 1742	«com o canteiro Francisco Garcia a conta da obra do coro»; «com o mesmo com o mesmo»; «com Antonio Joze de pintar huns remilhetes»; «despendeo com o mestre que fes as grades dos pulpitos mais com o mesmo»; «com o canteiro Francisco Garcia pella conta da obra do coro»; «com o canteiro Francisco Garcia de emcaiar e branquiar a capella (velha do Santo Cristo?); «com o canteiro Francisco Garcia da obra do coro e em caiar a capella por oito parcellas»;	2.400 960 8.080 1.200 9.600 10.400 24.000 9.240 7.240	*Idem, ibidem*, fls. 31v-33
1742 / / 1743	«com o **galego** Francisco Garcia a conta de geiras que deu na capella»;	800	*Idem, ibidem*, fl. 36
1744 / / 1745	«despendeo duzentos reis com a escriptura da obrigação do pintores»; «mais com Joze de Magalhais pintor por conta dos retabollos doze moedas de ouro»; «com Joze digo Caetano de Magalhais mestre pintor por conta dos retabolos colletarais dezoito moedas de ouro»; «despendeo mais com Caetano de Magalhais mestre pintor pellos retabollos colletarais»; «despendeo mais em dinheiro que deo para o pintor Caetano de Magalhais com sessenta e seis alqueires e hua coarta de pam centeo a preço de cento e quarenta cada alqueire»;	200 57.600 86.400 38.400 9.725	*Idem, ibidem*, fls. 39-39v

	«despendeo mais em dinheiro que deo para o pintor Caetano de Magalhais com sessenta e seis alqueires e hua coarta de pam centeo a preço de cento e quarenta cada alqueire»; «despendeo mais com o mesmo pintor em dinheiro»;	9.275 2.400	
1745 / / 1746	«mais trinta e oito mil e coatrocentos reis que pagou aos canteiros para lagearem de cantaria a sacristia»; «mais dous mil e oitocentos reis que deo aos mesmos de vinte alqueires de pam que tambem se lhe devião da mesma obra»; «mais novecentos reis para pagar sinco geiras a Antonio Luis que deo no lageamento da sacristia»; «mais cento e oitenta reis ao carpinteiro de fazer hua estada para dourar os retabollos»; mais mil e oitenta reis para seis geiras de quando se lagerão a sacristia»; «mais quatrocentos e oitenta ao pedreiro que alargou os altares; «mais despendeo dezanove mil e duzentos reis com o pintor Caetano de Magalhais por pintar as grades do cruzeiro com o mesmo pintor de dourar os altares 90.040 reis deo recibo e o mais que recebeo o anno passado que tudo emporta (*)tos e oito mil coatrocentos sessenta e sinco reis; «despendeo mais que deo ao pintor Caetano de Magalhais tres mil e trezentos e sessenta reis»; «despendeo mais com huns pregos para as estadas dos retabollos e concerto da caza da Alfandega sinco testois»;	38.400 2.800 900 180 1.080 480 19.200 90.040 92.040 3.360 500	*Idem, ibidem,* fls. 41-42v
1746 / / 1747	«com o pintor tres mil e duzentos mais com o pintor dous mil, e coatrocentos mais com o pintor seis mil, ecento e des com o pintor vinte e sete mil, e dozentos mais com o pintor quatorze mil, e coatrocentos»;	3.200 2.400 6.110 27.200 14.400	*Idem, ibidem,* fls. 43-44
1747 / / 1748	«Despendeusse para pagar ao mestre que apainellou a sancrestia dezassete mil, e seiscentos»; «despendeo ao pintor Caetano de Magalhains de dinheiro que lhe deu a juro por ordem»; «com o pintor Caetano de Magalhains do resto da obra outo mil cento e noventa reis; «com as obras da sancristia dezanove mil e duzentos e outenta reis»;	17.600 20.000 8.190 19.280	*Idem, ibidem,* fls. 45v-47v
1749 / / 1750	«Despendeo com o mestre canteiro por feitio da ginella da sancristia seis mil e quatrocentos reis; «despendeo com o canto da cantaria para a fresta da sacristia de pam vinho, e sardinhas mil quatrocentos, e digo dozentos reis».	6.400 200	*Idem, ibidem,* fls. 48-48v

No conjunto situado nas proximidades do coro, mantêm-se os canelados no fuste dos pilares; já nas aduelas dos arcos estilizaram-se almofadados e, no intradorso, recorreu-se a uma decoração de rosetas que se salientavam do traçado de figuras quadrangulares.

Na cobertura de nervuras estreladas apenas as cadeias terminais e terciarões procuram amparo nos arcos, justamente na zona superior às respectivas chaves. Neste esquema, duas molduras que correm paralelamente e, num plano superior ao das impostas, percorrem a nave em toda a longitude, são fundamentais para a estabilidade do sistema. Nas mísulas que regularmente pontuam estas molduras apoiam-se as extremidades de uma teia artesoada que, ao integrar alguns combados, relaciona os contributos estáticos com o ilusório dinamismo desenhado por estes segmentos. Ressalte-se pois que a redução dos suportes tradicionais como as colunas e os pilares só acentua a unidade espacial interior.

Em cada flanco do corpo agarra-se uma galeria ritmada por um trio de arcos e competentes pilares que participam do sistema de cobertura, em cujos tramos se repete um esquema nervado que integra chaves com lavores de rosetas. Contudo, pela reduzida área a cobrir e pela ausência de dificuldades técnicas especiais, acreditamos que podiam ter sido dispensados alguns dos segmentos que tecem a curvatura da abóbada.

Mesmo levando em linha de conta a amplitude dos vãos, as abóbadas dos pórticos não apresentam diferenças técnicas significativas se comparadas com a da nave. Os ornatos escolhidos para decorarem os respectivos fechos podem considerar-se como capazes de integrarem um mesmo catálogo, já que a diversidade dos motivos e da execução decorrem mais da hierarquia espacial onde se integram do que de quaisquer outros valores. Mesmo a admissão de que estes trabalhos sejam devidos a mãos diferentes também não altera a apreciação relativa às variações no perfil das respectivas nervuras. De facto, o que interessa evidenciar é a grossura dos elementos nervados, o que de

imediato lhes empresta alguma rusticidade. Na tentativa de contrariar esta qualidade, as nervuras da nave seriam rebaixadas profundamente na sua zona central, criando-se assim a sensação de uma estrutura mais leve porque construída com elementos mais finos e a correrem paralelamente.

Em todo o caso, a severidade que se desprende destas coberturas, podendo ser emparelhada com outros atributos da construção, como por exemplo os paramentos exteriores que correspondem à capela maior e transepto, particularmente as células onde pontificam as molduras de dois trios de janelas cegas, levam-nos a não descartarmos a hipótese de ter havido interferência de algum militar afecto a trabalhos de engenharia na região transmontana, os quais, como Azevedo Fortes notava, frequentemente aplicavam os seus conhecimentos em projectos de arquitectura civil e religiosa.

Convirá não esquecermos a pequena distância que separa a povoação de Outeiro da linha de fronteira e a conjuntura de crise que marcava as relações externas. Importantes eram também as circunstâncias de Outeiro pertencer à Sereníssima Casa e de ser uma praça de armas[444]. Neste sentido, fazia parte da trama militar que cobria a região fronteiriça entre Miranda do Douro e Chaves. Por isso não podia deixar de ser visitada por engenheiros militares, a quem periodicamente se encarregava a verificação do estado das defesas ou o levantamento de planos como estudo para introdução de algumas reformas. A estas razões deve também juntar-se o facto de José Sarmento[445],

---

[444] Os progressos na artilharia anularam a importância estratégica de algumas unidades defensivas. Em 1758, o castelo de Outeiro estava já votado ao abandono, como dava conta o padre Tomé Teixeira: «há nesta villa hua fortaleza de hum castelo inconquistavel em rezam do sitio em que se acha o qual esta formado na eminencia de hum outeiro distante da villa tres tiros de bala, tem duas torres, cazas para morarem os governadores, e soldados, tinha sua capella de Santa Luzia porem esta e as cazas se acham quasi demolidas, e damnificadas as muralhas por razam de nam habitarem há annos os governadores na ditta fortaleza, e juntamente incalamidades dos tempos [...] hoje nam tem peça algua, nem moniçoens cada dois mezes vem hua escoadra de infantaria da Praça de Bragança com seu sargento, e alferes». A.N.T.T., *Outeiro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 26, fls. 434-435

[445] A sua sepultura, brasonada, está no pavimento do santuário. Também o arcediago de Mirandela, Manuel Rodrigues de Andrade, foi sepultado na mesma igreja.

Fidalgo da Casa Real e governador do castelo de Outeiro, ter sido, como já apontámos, uma das pessoas que mais se empenhou em levar adiante a fábrica da igreja. Neste sentido, podiam ter jogado algum papel a influência que exercia e até o possível estreitamento de relações que, mesmo em Miranda, donde era natural, podia ter criado com membros da engenharia militar.

A tardia vitalidade do sistema de cruzaria com robustas ogivas não era exclusiva da igreja de Outeiro. Em todo o caso, quando o século de setecentos atingia o seu ponto médio, comprovava-se que a transmissão das antigas técnicas e conhecimentos do ofício tinha conseguido passar, sem interrupções assinaláveis, de umas gerações para outras.

Contudo, o problema não era exclusivo de Portugal. Na Galiza, em meados do século XVII, o cónego D. José de Veja e Verdugo, com uma sensibilidade dirigida para a arte italiana e para as produções da corte de Filipe IV, qualificava de desolador o ambiente artístico que encontrou em Santiago quando deparou com as obras da catedral entregues à direcção de mestres canteiros que «repetían por inercia un clasicismo ya caduco[446]». A manutenção do problema na Galiza significava que pelo menos algumas regiões de Portugal não se podiam furtar às metodologias e correntes estéticas aí dominantes porque muitos canteiros galegos, ao contratarem a execução de obras no nosso país, nomeadamente no santuário de Outeiro e noutras igrejas transmontanas, tornavam-se portantes de práticas e conceitos pouco ou nada sintonizados com os valores preconizados pelo barroco. De resto, na Galiza as primeiras manifestações desta corrente estética não engeitavam o lançamento de coberturas artesoadas[447].

---

[446] VILA JATO, María Dolores - *Promotores, clientes y talleres en la Galicia barroca*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol II, reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, Porto, 1991, p. 561

[447] ORTEGA ROMERO, Marís del Socorro - *A propósito del ornato de la capilla del Pilar de la catedral de Santiago*, in «I Congresso Internacional do Barroco. Actas», vol II, reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, Porto, 1991, p. 182

A igreja matriz de S. Nicolau, levantada na povoação de Pinela, foi mudada de sítio sendo a fábrica do novo templo concluída por volta de 1747, como se depreende da data inscrita na moldura da entrada principal. Estruturando-se como um templo de nave única, integra dois altares dentro dos limites definidos por arcos assentes sobre estribos de razoável altura que se posicionam nos flancos e são adjacentes ao arco triunfal.

Todavia, à sua planta agregar-se-iam duas pequenas capelas quadrangulares, dedicadas ao Senhor dos Passos, a do lado do evangelho, e, em simetria, a Santo António. A comunicação com o interior da igreja é garantida por duas aberturas compostas pelo binómio pilar e arco redondo, com esquinas vivas e capitéis dóricos. Sem diferenças essenciais, ambas as capelas têm a particularidade de terem servido de campo onde, em exercício de revivalismo, o tradicional esquema de abobadamento, com seus arcos torais, formeiros e de ogivas, foi aplicado.

Na capela de Santo António, um motivo cruciforme de fruste factura, assinala o ponto de cruzamento das ogivas, cujo perfil moldurado contrasta com a secção quadrada dos restantes elementos curvilíneos. Como suportes ou pontos de arranque, a presença de quatro mísulas cónicas, posicionadas nos ângulos dos muros, fizeram com que os esteios tradicionais pudessem ser dispensados.

Uma das particularidades do sistema de cruzaria de ogivas da capela do Senhor dos Passos, na paroquial de Cedães, é o fecho central. A sua robusta compleição permitiria o seu vazamento, transformando-se em ponto zenital de luz, exteriormente monumentalizado por um elegante lanternim.

Perto da aldeia de Sernadela (Macedo de Cavaleiros), junto à ponte, levantou-se uma pequena construção destinada ao enquadramento de um retábulo das Almas. Realizado em pedra, a cena desenvolve-se nos dois registos usuais, sendo que o superior representa o arcanjo S. Miguel em triunfo, enquanto no inferior os penitentes com um bispo e um frade por

companheiros de infortúnio, sofrem os tormentos das labaredas do inferno. Uma inscrição dá conta de que «esta obra mandou fazer por sua devoçam Leonardo Joze da Cunha Alcoforado da vila dos Cortiços no anno de 1766». As armas deste fidalgo integrar-se-iam mesmo na arquitectura do templete, onde, sobre um pequeno nicho, ocupavam a zona central do coroamento, fazendo-se amparar por duas aletas. Interiormente, o retábulo era ladeado por duas colunas de fuste torso e capitel compósito tendo no remate um crucifixo ladeado pelo tema das volutas.

Mas interessa-nos sobretudo fixar a configuração da cobertura interior, cuja abóbada participa de um sistema de cruzamento de ogivas. Apesar dos limites acanhados do vão, os perfis triangulares destes segmentos, reunidos ao centro numa chave redonda, continuam a mostrar preferência por formas com alguma protuberância.

Comprova-se deste modo que no mundo rural algumas das metodologias construtivas ancestrais se mantinham vivas, quiçá, em virtude da organização corporativa que continuava a reger as profissões mecânicas e de um gosto local que colhia referências nas igrejas de localidades vizinhas onde os elementos medievais jogavam ainda uma importante função. Sendo certo que algumas vezes as manifestações artísticas barrocas reservavam para os portais a enunciação de apontamentos do seu discurso, a verdade é que as resistências à nova linguagem arquitectónica continuavam activas. Neste contexto, privilegiar-se-iam os revestimentos dos alçados interiores e cabeceiras com arquitecturas em madeira dourada e policromada que se faziam acompanhar de uma panóplia de tumultuosos motivos decorativos.

3.4 Igrejas de duas naves

Pertencendo ao esquema de nave única a planta da igreja de S. Pedro, padroeiro da povoação de S. Martinho de Angueira (Vimioso), constitui uma excepção no panorama arquitectónico regional. Deste templo não conhecemos indicações que nos ajudem a compreender e a fundamentar a singular organização interna.

O arco triunfal separa o espaçoso presbitério da nave. No seu pé direito, do lado do evangelho, inscreveu-se a data de 1747 a qual, se referencia intervenção segura na capela maior, pode, ao mesmo tempo, indiciar que o corpo também foi sujeito a uma campanha de obras.

O plano da nave contempla uma única porta travessa, a entrada principal, no eixo do altar-mor, e o arranque da escada de acesso ao coro alto que se apoia num par de esteios firmados em frente desta abertura; o seu espaço ampliar-se-ia para dar lugar à erecção de três capelas: a das Almas e da Senhora da Purificação no lado do evangelho e a da Senhora do Rosário na parte da epístola. Independentes, todas comunicam francamente com a nave por intermédio de avantajados arcos de volta perfeita que descarregam o peso das respectivas massas em pilastras de diferente configuração. Uma excepção: o arco da capela da Senhora da Purificação, o de maior amplitude, dispensou os pilares por arrancar directamente do pavimento. Parece, pois, poder concluir-se que o arranjo organizativo da nave não se processou de um jacto, antes obedeceu a diversa inspiração dirigente.

Sabendo-se que a capela do Rosário mostra no intradorso do seu fecho a data de 1833, a nossa atenção deverá fixar-se nas outras duas capelas que uma ténue superfície parietal separa. Mesmo assim, a presença de uma passagem é factor limitativo da independência espacial. Contudo, as respectivas configurações não se podem filiar no esquema criptocolateral de muitas igrejas portuguesas, de que é convincente exemplo a do antigo mosteiro de S.

Francisco de Mogadouro. Na realidade, as generosas amplitudes dos seus arcos proporcionam tais aberturas que simulam a presença de duas naves, disposição que é reforçada pelo facto de não serem perceptíveis diferenças na quantidade de luz disponível.

3.4.1 A matriz da Réfega

Desprovida de grande monumentalidade, a matriz da Réfega tem como orago Santa Maria Madalena. É uma das poucas igrejas em que os muros do frontispício não foram vazados para darem lugar à entrada principal. Assim, o único portal posicionar-se-ia no alçado do lado do evangelho, já que o alçado correspondente ao lado da epístola confina com a zona cemiterial.

Trata-se de uma pequena igreja de duas naves separadas por uma única coluna cujo fuste seria ornamentado com esferas e triângulos sobrepostos antes de ser coroado pelo capitel onde se apoia o madeiramento da cobertura com um telhado de duas águas. Os marcos ondulantes da janela que ilumina a capela-mor, com um retábulo, datado de 1794, a ocultar uma pintura mural, não passaram para as duas pequenas aberturas que iluminam o corpo, sendo que a da frontaria se reduz a um pequeno óculo.

O pavimento de lousas, extraídas provavelmente nas pedreiras de Quintanilha ou de S. Julião, reafirma o carácter vernáculo deste templo onde se venera a Senhora do Carmo, protectora da aldeia face aos efeitos, muitas vezes destruidores, das tormentas.

3.4.2 Senhora da Assunção de Constantim

A organização da única nave da igreja de S. Martinho de Angueira parece sintetizar o momento de passagem a possibilidades diferenciadas na estruturação do espaço, tais são as semelhanças com o desenvolvimento evolutivo da espacialidade interna da paroquial da Senhora da Assunção da povoação raiana de Constantim (Miranda do Douro).

Respondendo ao questionário das memórias paroquiais (1758), o vigário José Maria Pimentel, afirmava a propósito desta igreja:

> «esta a parochia dentro do lugar não tendo freguezia dentro della, ou a si sogeita mais que a propria. He seu orago Nossa Senhora da Assumpção e a igreja he de huma só nave; contem dous altares, hum de Nossa Senhora do Rozario, e outro de Santo Antonio. Tem huma irmandade debaixo do titulo de Nossa Senhora de Lux[448]».

A imagem de vestir da Senhora da Luz guarda-se actualmente na matriz. Porém, a sua capela, situada a «vinte passos» do marco de divisão fronteiriça, tornar-se-ia um centro de peregrinação com relevância regional.

Convém no entanto centrar a análise sobre as palavras do padre Pimentel por, a nosso ver, traduzirem a realidade sem grande exactidão. Assim, a referência à «parochia dentro do lugar», enquanto forma de assinalar a situação geografica da matriz, não correspondia exactamente à verdade uma vez que ainda hoje o templo mantém alguma distância relativamente ao casario existente na altura. Por outro lado, a indicação relativa à existência de uma única nave também pode suscitar alguma correcção visto que, ainda que com pouca antecedência, tudo indica ter sido desencadeada uma campanha de obras em resultado da qual se acrescentou mais uma nave ao plano da igreja.

---

[448] A.N.T.T., *Constantim*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 11, fl. 2547

Com o presbitério ligeiramente mais estreito do que o corpo, a diferente importância dos dois espaços seria assinalada no exterior por dois pesados contrafortes. O cume do telhado de duas águas corre sem acidentes em todo o comprimento do templo que apenas vê elevar-se acima da sua cota a tectónica do campanário que coroa o frontispício. A permanência de algumas cicatrizes acima do arco da entrada principal e em toda a linha do alçado Sul indicia a anterior presença de mísulas que parcialmente sustinham a estrutura de madeira de um cabido ou alpendre. Actualmente, este organismo reduz-se à protecção da única entrada lateral, onde, sobre dois muretes, se recortam os perfis de duas colunas que auxiliam à segurança da cobertura. A fenestração privilegiou, ainda que comedidamente, a cabeceira. Por isso, o espaço do corpo da igreja é insuficientemente iluminado.

Até meados do século XVIII, esta igreja compunha-se unicamente de uma nave. Mas, em 1757, cronograma inscrito no altar das Almas que se posiciona na zona testeira da nova nave, ter-se-ia concretizado a ideia de se proceder à ampliação do corpo da igreja.

Motivações semelhantes, mas em tempos recentes, levaram os responsáveis da igreja de S. Pedro, em Sanfins da Castanheira, a conseguir mais espaço para a assembleia de fregueses. Mantendo-se a planta inicial, agregar-se-ia o novo espaço à custa do rompimento dos muros existentes no lado do evangelho e da aplicação de um pilar onde se apoia a viga da cobertura da nova nave.

Mas na igreja de Constantim encontraram-se soluções diferentes. Desde logo porque um arco aberto no flanco do presbitério permitiu a articulação com o novo espaço e a alteração do acesso à sacristia que se encostava à capela-mor e à parede do topo da nova nave, onde se abriu a nova entrada. No plano do mesmo paramento levantar-se-ia o oratório das Almas do Purgatório que, por sinal, o padre José Pimentel não referenciou em 1758 quando respondia ao questionário das memórias paroquiais.

Ao mesmo tempo, o derrube da parede da nave, daria lugar à montagem de outro arco com generosa amplitude e permitia estabelecer uma folgada relação com a nova nave, aos pés da qual seria colocado o baptistério. Por sua vez, o coro limitava-se à largura da nave inicial, onde se manteve a porta solene.

A par destas modificações planimétricas e estruturais, merece nota especial o facto do contraforte exterior preexistente, que correspondia ao arco cruzeiro, permanecer na posição inicial, continuando a desempenhar o seu papel na estática do edifício mas agasalhado, agora, sob a cobertura da nave lateral.

A posição de privilégio da nave preexistente parece nada ter sofrido com o acrescentamento da área coberta da igreja. O facto de se situar no eixo definido pelo altar-mor e pela entrada solene e de aí estarem as principais devoções fez com que os crentes continuassem a conceder-lhe as suas preferências nos dias de concurso.

E se a continuação de um contraforte exterior pode ser um indicador da posição secundária da nave que se agregou, também a tosca armação do seu madeiramento parece comprovar tal hierarquização.

3.4.3 Santa Ana de Fonte de Aldeia

No número das igrejas com duas naves deve contar-se a de Fonte de Aldeia (Miranda do Douro) de que é padroeira Santa Ana. Num documento de 1721, colhem-se as seguintes notícias:

> «não há memoria da fundação da igreja matriz de Santa Anna do dito lugar: he anexa de Villa Cham (de Barciosa) tem hua irmandade de digo não tem fabrica certa, por serem os abbades obrigados a tudo quanto for necesario para a capella mor, e o povo a fabricar o restante da igreja em a qual há hua irmandade chamada das Almas, que foi instituida em o

anno de mil, e seiscentos, e sessenta annos, tem esta dous mil, e tantos irmãos, cada hu dos quais he obrigado dar meio alqueire de pão em cada hu anno para a fabrica da dita confraria, ou irmandade pois não tem outras rendas, em cuja remuneração tem cada irmão quando morrer hu officio de nove lições com des clerigos, que todos lhe dizem missa pella sua alma em o altar previlegiado da dita confraria [...]. Há taobem em a dita igreja matriz hua capella particular de Santo Antonio, instituida por hu Miguel Pretto do mesmo lugar, conforme dizem os vezinhos delle, os quaes ignorão o tempo da sua fundação, he hoje seu administrador hereditario Manuel Martins do lugar de Zinizio, tem este obrigação de mandar cantar hua missa em o dia do Santo e dizer seis rezadas pello anno, e fabricar a dita capella de todos os necessarios para o que lhe forão deixadas terras e prados, que renderão vinte, e cinco alqueires de pão[449]».

A confraria das Almas não era a única existente nesta igreja pois que, em 1721, também tinham irmãos as do Santíssimo Sacramento, Santa Ana, Senhora do Rosário, Santo António, Menino Deus e Santa Bárbara.

Respondendo às memórias paroquiais, o contributo do padre Manuel Manso, cura da igreja, apresentado pelo abade de Vila Chã de Barciosa, também é de escasso alcance para os nossos propósitos. Juntamente com a notícia da relação da igreja com o padroado real e com informações de natureza demográfica, segundo as quais esta povoação tinha «cincoenta, e dous fogos, e cento, e setenta e nove pessoas de sacramento[450]», aquele clérigo apenas acrescenta:

«tem a igreja coatro altares, e vem a ser o altar mor, o da Senhora do Rosario, de Santa Barbara, e de Sancto Antonio e tem a irmandade das Almas que passa de dous mil hirmãos[451]».

Actualmente o retábulo das Almas expõe-se ao culto no lado da epístola colateralmente ao arco triunfal, com perfil apontado. É enquadrado por duas colunas pseudo-salomónicas em cujo tratamento não somente se evidenciam

[449] MATOS, João Botelho e outros - *Documentos varios para a Historia Ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., RES., COD. 154, fl. 67v
[450] A.N.T.T. , *Fonte d'Aldea*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 16, fl. 634
[451] A.N.T.T. , *Fonte d'Aldea*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 16, fl. 634

as dificuldades do prático no manejo do formão como também se mostra falta de clareza no que respeita às opções artísticas dos restantes elementos do enquadramento, pouco concordantes com o partido dos suportes.

Já o motivo central, alardeando uma forte expressão *naif* desenvolve o seu sentido narrativo na tradicional sobreposição de registos. Assim, no nível inferior detectam-se dois tempos distintos que abrangem os pecadores fustigados pelas labaredas que são expelidas da boca de um fantasiado dragão: se num primeiro tempo as almas irremissíveis são sugadas para o interior cavernoso de poderoso e fantástico animal, há um outro plano em que a atitude ascensional dos pecadores realça o trabalho de figuras angelicais na esforçada salvação de alguns pecadores dos horrores das chamas terríveis. No registo médio, ao centro, um anjo de espada em riste, o arcanjo S. Miguel, parece interpretar a vontade do Redentor, separando os condenados dos que ainda podiam ascender ao estádio da perfeição. No coroamento, Cristo, sentado sobre o globo em pose majestática, faz-se acompanhar da sua mãe e de S. Pedro.

Em contraponto a esta figuração venera-se a Santa Cruz, exposta em máquina dourada e policromada de figurino maneirista.

Um arco sobre pilastras de capitel toscano constitui a abertura de uma capela que, relativamente ao corpo da igreja, se destaca para o exterior. Em correspondência, no outro flanco, fica o altar da Senhora da Guia, também a dar corpo ao volume que se evidencia exteriormente face ao plano da parede. Deste modo, na igreja de Santa Ana desenha-se um transepto que tem a particularidade de possuir braços diferenciados, irregularidade esta que se fica a dever à divisão do corpo em duas naves com largura desigual.

Situando-se no mesmo eixo da capela-mor, a nave principal tem de largura medidas sensivelmente iguais às do presbitério. No entanto, se comparada com a nave lateral que corre pela parte do evangelho, a sua largura é dupla. A divisão do espaço é sugerida por um par de colunas de fuste liso e

capitéis dóricos que suportam uma viga, onde se apoia um novíssimo madeiramento de duas folhas com águas desiguais que formam a cobertura interior. Note-se que a par com o seu desempenho funcional, a disposição longitudinal desta viga não se esquiva a contribuir para reforçar a ideia de separação espacial. Em todo o caso, a organização espacial que daí resulta deverá ser qualificada como aberta, já que tanto o número dos elementos colunários como o seu estreito módulo não são suficientes para gerarem clausuras.

Tal como na igreja matriz de Constantim, também aqui foi na segunda nave, junto à entrada principal, que se reservou espaço para a colocação da pia baptismal. Fisicamente independente, por constituir um espaço individualizado, o baptistério mantém-se nos limites espaciais da nave, sem evidenciar exteriormente o seu volume.

Relativamente à fenestração optar-se-ia pelo modelo em forma de masseira, seguindo-se o princípio da limitação do seu número às luzes essenciais. Mesmo assim, em matéria de iluminação, por comparação das respectivas áreas e volumes, a capela-mor, em consequência de uma clara alusão simbólica aos valores lumínicos, levaria a palma a qualquer das naves.

Além da porta principal, com arco redondo e arestas rectas, que não sobressaiem da compacta mole de granito, duas outras aberturas integram corpo desta igreja: a da parte do evangelho, com ombreiras e verga rectas, tinha a sua funcionalidade condicionada por servir apenas como passagem da nave secundária para o cemitério que ocupava aquele lado da igreja; por sua vez, no mesmo alinhamento, a porta do lado da epístola permitia uma utilização quotidiana. É formada pela sobreposição de largas aduelas em arco redondo que descansa sobre pilares que não contam com o trabalho das impostas. Ao contrário do pórtico do prospecto principal, apresenta as esquinas chanfradas. Abrigado por um descaracterizado alpendre, o patim do seu limiar serve de arranque à escadaria dos sinos que por ser lançada

exteriormente presta o seu auxílio à configuração volumétrica do templo em que também pontifica a capela maior, com o cume mais elevado por comparação com o do corpo da igreja.

3.4.4 S. Martinho de S. Martinho do Peso

A organização planimétrica, o interesse arquitectónico dos seus dois portais e até o revestimento pictóricos do muro da cabeceira são atributos que conferem grande importância artística a este templo.

Uma ordem para se pintar a parede do altar «de boõas pinturas e tintas de obra romana ou de imagens[452]» foi dada em Novembro de 1507, na sequência da decisão de se mandarem visitar as comendas da Ordem de Cristo. Na mesma ocasião, tomar-se-iam outras medidas que obrigavam o comendador Frei Duarte de Sousa a executar algumas obras. Em consequência destas decisões traçar-se-ia a configuração física desta igreja, a qual possuía uma cabeceira «alta e espaçosa» com comunicação para a sacristia. O arco cruzeiro era de tijolo «desguarnecido», tendo nas suas ilhargas dois altares com imagens de escultura e outras pintadas nas paredes. Por sua vez, a utilização de pedra e barro na construção tanto das paredes do corpo como das da capela-mor e do campanário[453], juntamente com a irregularidade do reboco deixam ver certas qualidades que se inscreviam num quadro de acentuada ruralidade.

Mas ao contrário da igreja de S. Pedro da vila da Bemposta, templo que na primeira década do século XVI era de duas naves pois tinha «no meyo dous esteos de pedra[454]» a estabelecerem a divisão espacial em dois campos, nada

---

[452] DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, Coimbra, 1979, p. 41
[453] DIAS, Pedro - *ibidem*, pp. 41-42
[454] DIAS, Pedro - *ibidem*, p. 29

permite concluir pela existência de um espaço com mais do que uma nave na matriz de S. Martinho. O silêncio da informação relativa a esta igreja durante um longo período implica a fragilização das condições de análise. Deste modo, qualquer tentativa que tenha como objectivo a determinação do período em que o corpo da igreja foi ampliado para passar a integrar uma nave secundária, parece-nos, entra no domínio da incerteza se não tiver apoio em fontes históricas seguras.

Apesar do arcaísmo da obra dos dois portais, o principal e o da parte do evangelho, há razões para acreditarmos ter sido esta igreja submetida a importantes e sucessivas transformações.

Atarracado e falho de qualquer investimento decorativo, o reconstruído portal do prospecto principal mostra como escasseavam os meios de financiamento ou como era limitado o entendimento arquitectónico dos encomendadores ou até do mestre executante. Por isso, em termos artísticos, o seu desenho fica distante do porte altaneiro e elegante que é apanágio de grande número de portais góticos. Este exemplar mostra umas jambas de pouca estatura mas fortes e lisas e com impostas onde assentam as aduelas que formam um arco apontado. A partir do nível das impostas desenha-se um alfiz cujos perfis salientes formam uma moldura rectangular onde se anicha o arco que, em toda a sua curvatura exterior, é acompanhado por um outro com elementos mais finos e com arestas chanfradas. Já o portal da entrada lateral, também com proporções acanhadas, é constituído por um arco redondo em que as linhas curvas e corte dos seus componentes afirmam a distinção relativamente às peças das ombreiras. Traduzindo algumas preocupações ornamentais, a totalidade do portal é percorrida por uma banda vazada e contínua onde, além da cruz de Cristo, se esculpiram motivos florais que, na regularidade da sua repetição, abrem as suas pétalas delicadas nos termos do lavor «à romana».

Afastando-se da linguagem expressa pelos elementos arquitectónicos que solenizam as entradas da igreja, o arco que separa o presbitério da área do corpo da igreja parece responder ao período em que a hierarquia eclesiástica tinha ao seu dispor mecanismos capazes de condicionarem a liberdade dos artistas e as opções formais e decorativas. Daí a secura da sua massa e a rigidez que a sua dinâmica alardeia. Em todo o caso, no plano dos princípios, esta atitude religiosa encaminhou-se no sentido de favorecer um modelo espacial que fazia do altar maior o ponto de incidência da atenção. Nesta medida, a existência de duas naves não respondia com exactidão às pretensões da igreja militante. Por isso, é possível que a segunda nave tivesse sido acrescentada num tempo anterior à publicação das directivas de extracção tridentina.

Na arquitectura religiosa da região transmontana, tanto no espaço interior como no exterior, não se contam muitos casos em que se tivesse recorrido à utilização da coluna com as funções de suporte ou decorativa. Assim, a presença destes elementos no interior da igreja de S. Martinho é já por si um facto singular. Das quatro colunas que estabelecem a separação em duas naves, uma delas, com o fuste mais fino e claramente de uma família diferente, presta auxílio à sustentação do coro que ocupa um espaço correspondente à largura da nave principal.

Como na igreja de Fonte de Aldeia, os fustes são lisos e os capitéis inspiram-se na ordem dórica, inscrevendo-se nos ábacos ligeiros apontamentos decorativos que elegeram o tema da flor de liz. Um anacrónico forro esconde a estrutura do madeiramento do telhado, o qual consente que a cobertura interior se desdobre em quatro planos, três dos quais, na nave principal, articulando-se de modo a fazerem recordar a família dos tectos de masseira.

Nos primeiros dias de Maio de 1758 o abade João Pires assinava a sua contribuição para o «Dicionário geográfico». Declarando que a abadia de S.

Martinho do Peso era da apresentação do Marquês de Távora e ficava no termo da vila de Penas Róias, adiantava ter «noventa e cinco fogos, e dozentas, e cincoenta pesoas». Já em relação à igreja, a mão do abade rescusou-se a escrever algo que fosse além das informações essenciais. Eis os termos da descrição que apresentou:

> «a igreja parochial esta dentro do povo não tem mais freguezias que a (do) Pezo cujo cura apresenta o Abbade deste lugar. O orago desta igreja he São Martinho bispo tem cinquo altares o primeiro he o orago em cujo altar esta o Santissimo Sacramento o segundo he o de Nossa Senhora do Rosario, o terceiro do Santo Christo, o quoarto de Santo Antonio, o quinto de Nossa Senhora do Socorro[455]».

Afirmando ainda a inexistência de irmandades, a declaração do eclesiático informava ainda ter «a igreja coatro navez[456]».

Terá ainda interesse evidenciar o aperto económico dos fregueses, e as limitações de uma igreja que, nos anos sessenta, não tinha «mais que tres mil reis para a capella mor que nada se pode comprar nem fazer com elles[457]», razão pela qual, como dizia o abade João Pires, não havia «ornatos alguns capazes». Tratava-se da capela-mor, um espaço de primordial importância, em que a obrigação das obras competia ao Marquês de Távora, por ser o comendador. Sucessivas omissões deste fidalgo e a urgência de um retábulo[458] determinaram o povo a custear esta estruturara que, em Outubro de 1760, o visitador mandava dourar. Afirmando-se que o retábulo estava «por dourar há annos, e seja obra que muito necessita de estar com a devida decencia per ter sacrario com os sacramentos[459]», a verdade é que a população, apesar da

---

[455] A.N.T.T., *S. Martinho do Pezo*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 29, fl. 1167
[456] A.N.T.T., *S. Martinho do Pezo*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 29, fl. 1167
[457] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 11
[458] O que existia antes de 1760 devia configurar-se no âmbito de modelos maneiristas pois era composto por «huas taboas pintadas». .A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 11
[459] Relativamente ao douramento do retábulo, conhecem-se os «Apontamentos que hande servir para a obra de S. Martinho do Pezo». Entre as suas cláusulas contemplam-se algumas orientações. O aparelho devia ser com «gesso grosso e mate as manos convenientes e depois se lhe dara bolo tudo com cola de retalho, e sera toda doirada altar e baixos com oiro sobido as

vontade manifestada, não tinha condições para ultrapassar as faltas do comendador. Apesar dos recursos para a Mesa da Consciência e Ordens, da vistoria efectuada pelo Provedor da vila de Moncorvo e dos despachos do bispo a mandar sequestrar 600 alqueires de pão, a verdade é que em 1769, arrastando-se o processo, não se lhe adivinhava o desfecho.

3.4.5 S. Pedro de Silva

Embora com contornos diferentes, alguns anos depois, corria em S. Pedro da Silva um processo igualmente relacionado com a capela-mor e seu retábulo. No Verão de 1782, tanto o bispo como os moradores concordavam na necessidade de se examinarem as obras que era necessário efectuar na igreja de S. Pedro. Seriam mesmo o juízes do povo e da igreja a levar ao conhecimento do prelado o estado em que que a igreja se encontrava. Indecente, diziam, e apontavam as culpas à incúria do abade. Entre as faltas que perturbavam os ofícios religiosos, incluíam-se «o retabulo do altar mor, coatro castiçaes, a imagem de S. Pedro, cortinas[460]». Como o abade tinha falecido apontava-se a solução para a realização destas obras: «a custa dos herdeiros sequestrando se lhe para o dito effeito os fructos, e herança».

Da vistoria resultaram as seguintes declarações:

> «muito se precisa de hua capella mor com mais extençam, e de hum novo retabello a sua preporçam com trebuna que o povo quer fazer a sua despeza e conservandosse a antiga capella mor se preciza quazi de todo redeficaremsse as paredes, e o seu teto compondosse e retucandosse com alguas tintas o seu retabello como ditto tem principalmente o sacrario[461]».

---

cores das figuras serão emcarnadas a polimento e as azas dos sarafins serão estofadas sobre oiro e gravadas a tintas de oiro lvara seus robins e esmeraldas em alguas rozas [...] e tudo sera a eleição do oficial feito tudo nesta forma». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 11

[460] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1

[461] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1

Com data anterior, devem-se ao cura Francisco Rodrigues da Cruz os termos que nos aproximam do conhecimento desta igreja, levantada, em terra da vila de Algoso, numa povoação que, na Primavera de 1758, tinha setenta e seis moradores, e dozentas e cincoenta pessoas[462]». Do mesmo bloco, constam outras indicações que julgamos de interesse, como sejam:

> «tem parochia he aprezentada pelo reverendo Abbade de Villar Seco [...] tem cura annual [...] tem a parochia dentro do lugar orago o Sam Pedro tem a igreja matriz duas fazes digo naves tem tres altares dois para a parte direita hum de Nossa Senhora do Rozario e outro de Santa Luzia e outro da outra parte de Santo Amaro tem tres capelas fora do lugar huma do Spirito Santo e outra de Santo Adriam distante do lugar quazi meia legoa e outra he de Nossa Senhora do Rozario do Monte tem irmandade de hua imagem muito milagroza em dia 25 de Abril em dia de Sam Marcos se ajuntam ahi muitas procissois dos lugares vezinhos que vão vizitar a Nossa Senhora ahi se faz como modo de feira vendendo couzas meudas e de pouqua quantidade[463]».

Actualmente, com excepção do altar-mor, todas as devoções principais, Almas, Senhora, Santa Luzia, têm altares na nave secundária, ocupando a última imagem, protectora dos olhos, um nicho de ático concheado que era ocultado por um retábulo de talha, entretanto vendido.

Na nave principal, cerca de duas vezes mais larga do que a nave secundária, aplicar-se-ia uma cobertura em forma de masseira enquanto um único plano inclinado cobria a nave da parte do evangelho onde também se acomodou o púlpito.

A separação entre os dois espaços é balizada pelo porte esguio de quatro elementos de pedra que sustentam a cobertura. Sensivelmente na marcação do terço superior, na secção octogonal dos respectivos fustes nasce um ligeiro acidente decorativo cuja função permite a transição equilibrada

---

[462] A.N.T.T., *S. Pedro da Silva*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 35, fl. 1197
[463] A.N.T.T., *S. Pedro da Silva*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 35, fl. 1197

para o formato quadrangular. Sem capitéis, têm estes pilares na cabeça um remate em sapata horizontal com recorte de papo de rola nos topos.

Sabendo-se que o canteiro José Gonçalves foi o arrematante das obras realizadas na igreja de S. Pedro e, depois, pelos anos de 1787, também se responsabilizou pela intervenção na capela-mor da igreja de Santa Marinha de Granja, não será de admirar que o mesmo modelo de suportes tenha sido transportado para a igreja desta povoação vizinha. Por outro lado, esta suposição encontra amparo na determinação para que na cabeceira da igreja da Granja se reproduzisse a obra de S. Pedro da Silva.

Pela configuração, estes prumos parecem seguir um modelo de aplicação relativamente corrente na arquitectura civil, seja ao nível da planta baixa, na sustentação de balcões, seja no andar como suporte das respectivas coberturas. Mais frequentes em povoações localizadas em áreas graníticas, a sua ocorrência generalizou-se, tanto mais que o reconhecimento das suas virtualidades tem determinado a eleição e afeiçoamento de toros de árvores para o desempenho de idêntica função. De resto, o curto corpo horizontal que remata a cabeça dos esteios da igreja é um reforço indispensável quando os suportes são de madeira.

Deste modo, às respostas meramente funcionais de um ambiente religioso e cultural camponês que a organização do corpo da igreja parece comprovar, há que acrescentar a recuperação de variantes construtivas muito popularizadas e que os artífices regionais bem conheciam.

Interessa ainda atentarmos numa ideia anteriormente expressa relacionada com a exiguidade da capela-mor. Com efeito, esta ideia reveste-se de grande importância por participar de um movimento de renovação desta igreja ao qual, no plano arquitectónico, se ficarão a dever propostas de reacção contra o pendor arcaico mas profundamente enraizado que caracterizava os valores artísticos em presença.

De facto, bastará a simples observação desta igreja para nos apercebermos dos laços que prendiam o seu sumido corpo aos mananciais da arte medieval. O único portal lateral de arco apontado, onde se vê uma cruz da religião de Malta, pelas dimensões e modelo arquitectónico aproxima-se do que foi aplicado na entrada principal da igreja de S. Martinho do Peso, notando-se a ausência do alfiz como a diferença mais importante. Sem caprichos de obra de escultura, na parte superior do alçado corre uma fila de modilhões que outrora sustentaram um ressalto para suporte da cornija: a sua presença constitui outro indicador da longevidade e serviços prestados ao culto por um edifício com características arcaicas.

Por outro lado, alguns defeitos no aparelho de assentamento com costuras do paramento da parte da epístola, junto do arco cruzeiro, onde se abriu uma pequena janela, parecem ser indícios de obras que buliram com a estrutura edificada e que a data inscrita por cima, mas no eixo do portal gótico - 1780 (?), 1789 (?) - parece confirmar e referenciar cronologicamente. Aliás, a banda superior da parede, justamente a que se estriba na cachorrada, corresponde a um acrescento efectuado com o intuito de aumentar o pé direito do alçado e, consequentemente, dar maior cota ao telhado e estabilizar o equilíbrio volumétrico do templo.

Semelhante procedimento pode detectar-se na igreja de Santa Leocádia, em Cércio, cujos fundamentos seguem uma tipologia medieval. De facto, a confinar com o cemitério, o paramento exterior do lado do evangelho, onde está um arco sólio de desenho quebrado, ainda são visíveis modilhões geométricos que se alinham na fileira que outrora sustentou a cornija, entretanto retirada para dar lugar ao crescimento do muro.

Nesta linha de preocupações, muito outro é o fácies de uma nova capela-mor, construída com maior franqueza de dimensões, mas mantendo uma largura igual à da nave principal enquanto a elevação da sua altura a patamares que suplantavam a cobertura do corpo não podia deixar de

provocar consequências efectivas sobre a ordenação das massas. Todavia, na zona em que o arco triunfal articula os dois espaços, não abrandaram as preocupações com a estática do edifício já que um novo contraforte exterior se apruma na totalidade da sua altura para reforçar a antiga construção.

Na sequência do novo empreendimento, tanto os cunhais da sacristia, com austeros capitéis, como o tratamento das cornijas, especialmente na acentuação das possibilidades plásticas dos frontões, participavam do programa posto em marcha na frontaria, onde apesar do coroamento curvo do portal principal - datado de 1785 - com esguias jambas apaineladas, não deixava de se apontar já uma vontade artística direccionada para os valores do classicismo.

Em todo o caso, o resultado das medidas de 1782 não devia ter sido totalmente satisfatório. Em Fevereiro de 1791 já se passava uma certidão de um capítulo de visitação do reverendo João de Araújo, reitor de Babe, para se tirarem dúvidas acerca de algumas obras que tinham sido impostas na cabeceira. Dispunha esta determinação que dos frutos da abadia se tirasse o dinheiro para se mandar:

> «forrar de madeira tosca junto a telha por causa das neves senão em breve tempo se arruina tribuna e teto da capella maior que fique o forro descama [...] tãobem pellos mesmos frutos se mandara dourar o altar maior e o apainellado do teto da mesma capella maior[464]»

No mês seguinte, o padre Pascoal Rodrigues, cura na igreja de S. Pedro da Silva, certificava:

> «como, aqui vierão a ber as obras capettilladas [sic] mestres que bem o intendam como foi o pintor de Miranda Villa Chaa, Parada; o ultimo lance ficou no de Joze Pereira de Parada que forão cento, e noventa mil reis, e o povo esta muito contente que helle faça a dita obra, como

[464] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1

taãobem [sic], o forrar a capella mor de tres mestres que o vierão a ber ficou o ultimo lanço em quatorze mil reis[465]».

O tecto da capela-mor, de masseira e composto por caixotões onde se misturam pinturas hagiográficas e estilizados concheados rocócó, segue um esquema artístico sem novidades. Assim, o pintor e dourador José Pereira interpretava uma estética ultrapassada na medida em que recusava o espírito da perspectiva, tão caro ao barroco, para animar a tradição seiscentista da pintura em caixotões.

3.5 Igrejas de três naves

Na área do bispado, tal como se definiu até ao momento em que se fez coincidir com o distrito, no grupo de igrejas que faziam da presença de três naves um dos principais atributos caracterizadores da personalidade arquitectónica não se contam muitos exemplares.

O desenho orientador da igreja do mosteiro beneditino de Castro de Avelãs contemplava este tipo de planimetria. Em 1758, o reverendo Domingos Fernandes, observava:

> «Dos arruinádos edificios do tal mosteiro não há mais que huns fragmentos nas cazas da residencia dos parochos, e a capella mor da igreja, que ainda se conserva, mas já decahida da sua vistosa architectura, e duas collateraes, hua da parte do Norte, que serve de sãchristia, e outra da parte do Sul, que se rompeo para dar passagem as procissoens pelo adro. Do circuito espaçoso so mesmo adro, antigamente occupado do ambito da igreja, se mostra a grandeza dquelle magnifico templo, que por difficil na sua conservação se demolio, e fez de novo o corpo da igreja mais pequeno[466]».

---

[465] O processo inclui também os «Apontamentos que ande servir para dourar o retablo mor, e teto da capella mor do lugar de S. Pedro da Silva». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1

[466] FERNANDES, Hirondino da Paixão - *Para a «Bibliografia do Distrito de Bragança». Manuscritos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Memorias parochiaes de 1758*, in «Brigantia», vol. III, nº 2, Bragança, 1983, p. 223

Embora alguns estudiosos tivessem insistido no facto deste projecto arquitectónico[467] algum dia ter sido terminado, a verdade é que a sua destruição[468] acompanhou a progressiva estruturação da nova diocese em que tinha papel de relevo a empreitada da nova catedral.

No mesmo conjunto de templos com projecto tripartido, inscrevem-se as edificações de Santa Maria, em Bragança, da Senhora da Encarnação, em Mirandela, de S. Pedro, em Moimenta da Raia, de S. Gens, em Parada, de Santa Marinha de Granja (Miranda do Douro) e de S. Bartolomeu, em S. Julião de Palácios.

A importância das ermidas de Nossa Senhora da Serra, no cume da Serra de Nogueira, da Senhora da Ribeira, nas proximidades de Quintanilha e da fronteira com a Espanha e da Senhora do Campo, em Lamas, decorre de se terem transformado em centros devocionais que periodicamente atraíam muitos romeiros e peregrinos. O facto de não desempenharem funções paroquiais não é razão suficiente para não considerarmos o estudo destas construções, tanto mais que as estruturas arquitectónicas dominantes e o modo de organização dos respectivos planos não se afastam dos templos onde o culto tem carácter permanente.

3.5.1 Santa Maria de Bragança

Era a sede de uma das duas divisões paroquiais da cidade de Bragança. Situa-se no interior da antiga cerca medieval, no seu ponto mais alto, bordejando, na proximidade da porta do Sol, o eixo viário que ligava esta abertura à entrada principal. Sabendo-se que a sua proeminência na cidade

[467] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *O românico*, in «História da Arte em Portugal», vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 14

andava a par com o estatuto de igreja matriz, o programa arquitectónico que mostrava parecia viver mais de «fervorozos affectos, de que material sumptuozidade», como referiu José Cardoso Borges na memória que redigiu para a Academia Real de História fundada em 1720.

Muito antes, em 1 de Fevereiro de 1531, o conteúdo de uma carta[469] endereçada pelo Duque de Bragança aos homens da governação da cidade deixa ver que estes ambicionavam aumentar a igreja. Porém, o titular da Sereníssima Casa, antes de se comprometer com uma resposta definitiva, quis inteirar-se das necessidades concretas e conhecer o que é que o arcebispo de Braga - nesta altura a diocese de Miranda ainda não tinha sido criada - e o vigário da paróquia pensavam sobre o assunto. Como estes eclesiásticos tardavam em manifestar a sua posição, o duque exigia um desenho com a configuração da igreja e em que também fosse riscado o espaço disponível ao seu redor para, assim, se certificar de que as obras de acrescentamento não obrigavam, como pensava, ao derrube de algumas casas. Por outro lado, o desenho devia seguir acompanhado de uma memória descritiva em que se desse conta do crescimento populacional da cidade, das modalidades e partes que asseguravam o pagamento das obras, além de outros elementos que justificassem tal pretensão.

Dos passos seguintes e do desfecho que as pretensões da Câmara obtiveram nada se pode adiantar. Contudo, ainda no século XVI, a igreja seria submetida a uma campanha de obras para que tanto a envergadura como a capacidade do edifício pudesse ser concordante com o estatuto de cidade e, por outro lado, responder à veneração que os moradores da cidade dedicavam à sua padroeira. Ao mesmo tempo, o partido da tríplice divisão do corpo da

---

[468] RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, vol. I, Bragança, 1997, pp. 301-303

[469] A.D.B., *Manuscritos Antigos*, vol. 5, fl. 55. RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, vol. I, Bragança, 1997, p. 300

igreja poderá ser entendida, nas vertentes funcionais e de dignidade, como um desejo de aproximação à catedral.

Seria no tempo em que D. António Pinheiro era titular da cátedra episcopal (1565-1579) que a cidade, expondo-lhe «o limitado do templo», alcançou licença para poder transferir a sede da paróquia para a igreja de S. Vicente, templo que senhoreava a praça do mesmo nome. Esta mudança, sendo temporária, apenas ficava condicionada pelo tempo que demorasse a finalização das obras de reedificação.

Desta forma, da campanha de obras encetadas na matriz de Santa Maria durante os últimos anos da prelazia de D. António Pinheiro resultaram consequências que foram muito além da simples reparação de algumas das suas partes. Com base num apontamento extraído de um livro da irmandade do «Santissimo Rozario», José Cardoso Borges relatou que as cerimónias religiosas da paróquia ainda no ano de 1579 decorriam em casa emprestada[470].

A intervenção em curso devia respeitar ao corpo da igreja dado que, como o mesmo memorialista afirmou, a capela-mor «por ser de hua comenda da Ordem de Christo, fizerão os comendadores no anno de 1580[471]». A notícia de que a área para a nova capela maior foi oferta dos fregueses «por ficar a antiga incluida no corpo da igreja» não deixa dúvidas sobre o acrescentamento do seu plano. Nesta matéria, a contribuição do novo bispo e antigo reitor da Universidade de Coimbra, D. Jerónimo de Meneses, é desconhecida. No entanto, como durante quase metade do mês de Novembro deste ano estadeou[472] em Bragança, dificilmente poderia alhear-se da obra da igreja paroquial. Por outro lado, sendo oriundo de um meio que acolheu com seriedade as propostas da linguagem renascentista não deveremos descartar a hipótese de D. Jerónimo de Meneses ter tido algum tipo de interferência no

[470] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 8v
[471] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 9v
[472] CASTRO, José de - *Bragança e Miranda*, vol. I, Porto, Tipografia Porto Médico, 1946, p. 246

aconselhamento do alcaide-mor, Pedro de Figueiredo Sarmento, quando empreendeu a construção de uma capela no recinto da igreja matriz.

À perda da soberania seguiu-se a desactivação e até a inutilização das estruturas defensivas da cidade, sendo que as de maior força se levantavam na Vila onde se situava a paroquial. Em consequência das alterações provocadas pela nova conjuntura política ter-se-ia verificado uma inversão hierárquica no conjunto da malha urbana. Assim, a diminuição da importância da cidadela favoreceu a valorização do tecido que exprimia o crescimento extra-muros da urbe, a qual tinha na praça de S. Vicente um dos seus espaços caracterizadores.

Daí que, como se infere, as obras da matriz se tenham arrastado demoradamente, tanto mais que a igreja dedicada a este mártir, pela situação e acessos, garantia mais comodidade à maioria dos moradores.

Nesta altura, achava-se praticamente consumada a destruição dos edifícios do mosteiro de S. Bento de Castro de Avelãs cujos bens e rendimentos formaram o património essencial da diocese de Miranda. A par da notícia da aplicação de um portal completo «nas cazas de Gonçalo Teixeira», diversos materiais como madeiras, telha e ladrilhos foram igualmente retirados e transportados para Bragança onde se gastaram em diversas obras, em que se incluem as que se efectuavam na igreja de Santa Maria[473].

Às razões avançadas para a compreensão do lento evoluir das obras deve acrescentar-se a possibilidade de esta campanha ter provocado uma profunda remodelação que afectou o recinto da nave, ampliado-a, ao ponto da cobertura do seu vão exigir suportes que definissem uma organização planimétrica tripartida.

---

[473] RODRIGUES, Luís Alexandre -*Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, vol. I, Bragança, 1997, pp. 301-303

Juntamente com os aspectos religiosos, esta igreja teve uma crescente importância institucional como se comprova pela participação da Câmara na procissão da Senhora do Sardão, «imagem muito devota e milagrozamente ter aparecido no mesmo sitio onde hoje está a igreja», a solicitação dos fregueses (1623) e a provisão do Duque D. Teodósio, datada de 1624, «em que manda se faça esta celebridade a 19 de Agosto com todos os mesteres, como dia de *Corpus*[474]». A realização das solenidades mais importantes implicava crescentes cuidados com o aparato ornamental que, no seguimento dos critérios estabelecidos pelo normativo eclesiástico, privilegiava a capela-mor. Em 1635, como lhe competia, o comendador Lourenço Dias Preto encomendou[475] uma tribuna, Diga-se, todavia, a indigência da sua arquitectura, na qualificação do memorialista que vimos seguindo, parece nunca ter justificado a despesa com o seu douramento.

Em 1687, era comendador de Santa Maria Domingos Ponte Galego, «biscainho de nação[476]» e Tenente general da Cavalaria de Trás-os-Montes. Com «provanças em Monção», em 24 de Maio de 1659 seria agraciado com o hábito da Ordem de Cristo que o seu filho, António da Ponte Galego, viria a envergar posteriormente. A morte daquele (1687) abriu caminho ao descendente. Em Fevereiro de 1702, o Doutor António de Freitas, na sua qualidade de Contador do Mestrado da Ordem de Cristo passou uma carta para que Domingos Pantaleão Rangel, juíz de fora da cidade, em nome do

---

[474] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fls. 198v-199. Um século depois era nesta igreja que se realizavam as festas religiosas mais importantes. A organização das procissões da Páscoa e *Corpus Christi* pertencia à Câmara, como decorre de uma representação desta instituição (22 de Abril de 1730): «nesta cidade faz a Camera as procissões da Pascoa, e *Corpus* com a solemnidade e grandeza que a terra permite; e para maior ornato foi Vossa Magestade servido per provizoes que he nesta Camera se despendesse com os Cavalleiros das Ordens Militares toda a cera necessaria; e não faltando o Senado a sua obrigação, faltão os Cavaleiros em assisitir as ditas procissoes com seos mantos, como são obrigados em corpo de comunidade, e se faz escandalozo este procedimento principalmente nesta cidade onde há no seo termo quasi o numero de quarenta cavalleiros». A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Mç. 24, Cx. 24. Macete 5, doc. nº 126

[475] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 8v

monarca, pudesse tomar posse da comenda. Na cerimónia de posse, em que se praticou o cerimonial do costume, Domingos Pantaleão estendeu os seus poderes à igreja de S. Romão, em Baçal, que, juntamente com outras propriedades[477], era anexa de Santa Maria[478].

No início de Outubro de 1703, o Tribunal da Ordem de Cristo dava conta de um alvará régio reconhecendo D. Maria Figueiroa como administradora da comenda de Santa Maria. No mesmo dia, esta dama passaria uma procuração ao seu marido, General de Artilharia Sebastião da Veiga Cabral, para em seu nome tomar posse da comenda de Santa Maria de Bragança e suas anexas. Os usos correntes na cerimónia de posse mostram a persistência de gestos arcaicos: «sentandosse na cadeira que esta dentro da cappellla mor e abrindo o missal e fechando o e tomando as galhetas nas maos e abrindo as portas da sanchristia e fechando as e tangendo os sinos[479]». Quando vagou a comenda por falecimento de D. Maria de Figueiroa, em Janeiro de 1748, tornou-se necessário proceder a nova inventariação de bens. Com interesse artístico, percebe-se que D. Figueiroa tinha mandado «pintar de

---

[476] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Papéis diversos, Mç. 24, Cx. 24, Macete 1, doc. nº 22

[477] Além do casal de Baçal, a comenda detinha outro com propriedades em Samil, Cabeça Boa e S. Pedro. O comendador António da Ponte Galego, tinha emprazado por três vidas este casal a Gaspar Gomes de Castro de Avelãs. No exercício da incumbência régia, Domingos Pantaleão nomeou para a comissão de avaliação dos rendimentos da comenda os cidadãos João de Meireles, Manuel Rodrigues, clérigo, e Álvaro Carneiro, mercador de Bragança. Da análise efectuada concluiu-se que o preço do pão de Santa Maria podia render 70.000 réis, valor de renda que o falecido comendador chegou a praticar. No que respeita a Baçal, o preço do último arrendamento (1701) chegou aos 270.000 réis. Os gastos anuais da comenda pautavam-se assim: ao prior de Santa Maria pagava anualmente 42.000 réis; ao confirmado de Baçal, 6.000 réis; para a fábrica da igreja de Baçal, 2.400 réis; ao cura da igreja de Samil, 7.500 réis; ao sacristão de Santa Maria, 2.400 réis mais noventa alqueires de trigo «que a duzentos reis como de prezente estava», 18.000 réis; de azeite pra as lâmpadas de Santa Maria, Baçal e Samil, 14.000 réis; de gastos de missas nas três igrejas com um alqueire de centeio para os curas, 10.000 réis. Em 1702, avaliava-se o valor da comenda em 350.000 réis e as despesas com fábricas e outros encargos em 102.300 réis. A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Ordens militares, Tombo das Comendas, Autos de posse Santa Maria de Bragança e Baçal, Cx. 24

[478] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Ordens militares, Tombo das Comendas, Autos de posse Santa Maria de Bragança e Baçal, Cx. 24

novo, e dourar e fazer de novo hum sacrario dourado e retabollo» da capela maior da igreja de S. Romão de Baçal. Relativamente à igreja matriz de Bragança, devia-se também à «comendadora defunta hua trebuna que toma toda a capella, que se acha dourada cuja obra passou de lhe custar 600.000 réis[480]».

Na compreensão do modo como se distribuíam as devoções, socorrer-nos-emos das palavras do eclesiástico[481] que, em 1758, respondia ao questionário das vulgarmente designadas memórias paroquiais. Nas referências à igreja, salientava-se:

> «ainda que antigo he sumptuozo, e o milhor as cidade, tem tres naves, e esta situado entre o castelão e a caza da Camera».

A relação da capela-mor com a Ordem de Cristo mantinha-se. Era, então, administrada por Francisco Xavier da Veiga Cabral[482], nos termos da

---

[479] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Ordens militares, Tombo das Comendas, Autos de posse Santa Maria de Bragança e Baçal, Cx. 24

[480] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Ordens militares, Tombo das Comendas, Autos de posse Santa Maria de Bragança e Baçal, Cx. 24. Em 1811, Sob o olhar do Corregedor da comarca, Doutor José de Gouveia Osórios, procedeu-se a nova inventariação de bens. Entre estes destaca-se: «a capella mór porpurcionada e segura no seu matrial de pedraria; tem duas frestas ordinarias; tem seu arco cruzeiro. O retablo que hé de forma antiga, assim como tambem a tribuna, porem esta perciza de varios concertos pella sua pouca segurança, e decencia, seguindosse o ser mais util a fazer se huma de novo de forma muderna, pois athé a propria necessidade o exige em razão de se não puder subir sem perigo ao alto della, quando o sacerdote vao colocar o Santissimo Sacramento. O tetto, e as paredes dos lados estão apainelladas de madeira, e tudo pintado. O sacrario tambem esta não com a maior perfeição que pede, huma cidade notavel, e cabeça de bispado, ainda que as cortinas interiores estão decentes, e bordadas de ouro». *Idem, ibidem*, Cx. 24

[481] As respostas não são assinadas. Em 1756, a propósito do questionário relativo aos efeitos do terramoto, assinava o reverendo João de Sá Pereira por Santa Maria e o abade José de Morais Antas pela paróquia de S. João Baptista. Em 1758, as duas paróquias não responderam de modo independente. Contudo, a autoria do texto poderá repartir-se entre reverendo João de Sá Pereira do Lago, prior de Santa Maria desde 1712, Comissário do Santo Ofício e vigário de Bragança e o Abade de S. João.

[482] Com o posto de Coronel em 1751, Francisco Xavier da Veiga Cabral era Sargento-mor de batalha em 1758. Filho do Mestre de campo general, Sebastião da Veiga Cabral, naquela data era governador da praça de Chaves. Por isso, constituiu como seu bastante procurador (13 de Fevereiro de 1751) o seu irmão, o reverendo Sebastião da Veiga Cabral para «como se eu prezente estivera tome posse das trez commendas de Santa Maria de Bragança, e Bassal, S. Lourenço de Deilão, e huma das quatro em que se divide a de S. Bartholomeu de Rabal, a primeira do padroado real, e as outras duas do da Serenissima Caza de Bragança».

posse que lhe conferiu, em 1751, uma carta assinada por João Pedro Ludovici, filho do ourives e arquitecto tudesco[483] que dirigiu Mafra, dado o seu ofício de «cavaleiro contador proprietario do mestrado da Ordem de Christo[484]».

Na capela-mor, na estrutura escalonada, estava colocada a imagem da Senhora do Sardão, como também era popularmente designada a padroeira Santa Maria. Pelo poder que se lhe atribuía de escutar as preces dos fiéis e de interceder pelos seus devotos teve direito a figurar na numerosa lista de milagres que o «Santuário Mariano» salvou do esquecimento.

Os altares colaterais, «feitos de talha a moderna» eram dois: de um indica-se a dedicação às Almas; do outro entendeu-se ser de maior relevância omitir o orago e destacar o administrador[485], Bento José de Figueiredo.

Este indivíduo, militar com a patente de sargento maior de infantaria, era filho mais velho[486] de José Cardoso Borges, sargento-mor, escrivão da Câmara, desenhador, síndico do mosteiro de S. Francisco e, como antes dissemos, autor de um texto que se tem revelado como uma fonte de grande importância para a história de Bragança. Por outro lado, sabemos que Cardoso Borges, juntamente com a sua mulher, D. Clara Maria de Figueiredo, em 5 de Novembro de 1706, tinham fundado um morgado[487] de que as notas de Bento da Silva Vilas Boas davam pública fé. Num livro de registo de óbitos de Santa Maria, a notícia do falecimento do memorialista é acompanhada de uma declaração escrita em que, confirmando-se a fundação do morgado, se afirma a vontade dos instituidores em hipotecarem e obrigarem:

A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Ordens militares, Tombo das Comendas, Autos de posse Santa Maria de Bragança e Baçal, Cx. 24

[483] A 14 de Setembro de 1750, João Frederico Luduvici seria nomeado arquitecto-mor com patente e soldo de brigadeiro de infantaria. A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Ofícios, Mç. 12, Cx. 77

[484] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Ordens militares, Tombo das Comendas, Autos de posse Santa Maria de Bragança e Baçal, Cx. 24

[485] RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança: da averiguação dos efeitos do terramoto de 1755 às memórias paroquiais de 1758*, in «Amigos de Bragança», 9ª Série, nº 3, 1995, p. 15

[486] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 137

[487] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 137

«as terças de todos seos bens á fabrica do altar de Nossa Senhora, sito dentro da capella mor de Sancta Maria desta cidade para a parte do evangelho, e defronte do altar das Almas com a invocação do Rozario, e que de seu fallecimento por diante se lhe de a dominação de S. Jozé, e que esteja a sua imagem juntamente com a da Senhora do Rozario[488]».

A presença destes altares no espaço do presbitério é confirmada pelo próprio Cardoso Borges quando descrevia a capela -mor de Santa Maria:

«os lados da capela (maior) se vestirão na correspondencia da tribuna com dous altares; o da parte do evangelho que deo hum devoto (ele próprio), he de Nossa Senhora do Rozario [...]. O altar da parte da epistola he da irmandade das Almas[489]».

---

[488] A.D.B., PRQ., Lv. de registo de óbitos de Santa Maria, Lv. 4, Mç. 1, fl. 34v. No *Inventario que se fes por morte e falecimento de Bento Jozephe de* Figueiredo *Sarmento [...] e de sua mulher Dona Anna Maria Felis*, (filho e nora de Borges), confirma-se a instituição da capela. A.D.B., Inventários de Menores, doc. s/classificação. *Vd.* RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, vol. I, Bragança, 1977, pp. 305-306

[489] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fls. 9-9v. No estreito corredor de comunicação entre a capela-mor e a sacristia fica a entrada para um limitado compartimento que estava afecto à irmandade das Almas. Actualmente serve de arrumo onde se amontoam e consomem elementos de retábulos descompostos - alguns com considerável interesse artístico - e outras peças. A bandeira da confraria é a única peça posta em aceitável recato. No desorganizado e sujo arrumo vislumbrámos uma tábua que, à primeira vista, parecia ser um ex-voto. Desembaraçada de todos os impedimentos, constatamos que a pintura se limitava apenas à parte superior, sendo a restante superfície, ocupada integralmente com o texto que se segue, o qual, cronologicamente, se reporta a 15 de Setembro de 1751: «O reverendo Francisco Xavier Aranha deão na Santa Sé de Miranda provizor em este bispado pelo Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Frei João da Crus por merce d'Deos e da Santa Sé Apostólica Bisppo de Miranda e do concelho de Sua Magestade e aos que o prezente alvara d'publicação d'indulgencias vieram, faço saber, que Sua Santidade concede a todos os irmãos da confraria das Almas cita na igreija da Santa Maria da cidade de Bragança assim homens, como mulheres, que hoije são, e ao diante forem, que confeçados, e comungados no primeiro dia que se acentarem por irmão, indulgencia pelenaria, perdão e remição de todos os seus pecados, concede mais aos mesmos, que na mesma forma, que contritos, no artigo da morte, envocarem o Santo Nome de Jezus, com a boca e e não podendo con o coração ou fazerem algum sinal de arependidos, a mesma indelugencia e remição, concede mais aos mesmos que confeçados e comungados desde a bespora, a tarde do dia de Paschoa da Reçurreião, e no proprio dia, até ao por do sol, de todos os annos em perpetum, vezitarem devotamente a dita igreja, e nella fazerem preces ou rogarem a Deos pela exatação da Santa Made Igreija [sic], extripação das erezias pas entre os principes christãos, saude de Sua Santidade, quantas fizerem isso, lhe concede Sua Santidade a mesma indulegência e remição de todos os seus pecados: concede mais aos sobre ditos, que confeçados, e comungados, vezitarem a dita igreija e rezarem na forma sobre dita no dia da oitava dos fieis defuntos, que he a festa principal, a mesma indulegencia e remição de todos os seus pecados: concede mais aos ditos irmãos, que confeçados e comungados, vezitarem a dita igreija, dia de São Joze: dia do Espirito Santo, e

Já no corpo, no lado do evangelho, perfilava-se o altar da Senhora da Rosa a que correspondia, no outro lado, o de S. Sebastião. Pela mesma ordem, registava-se a capela de Santo Estevão e a de Nossa Senhora dos Prazeres. Esta, fundada em 1585 por Pedro de Figueiredo Sarmento, era do morgado dos Figueiredos, razão que justifica a presença das suas armas no arco.

Com o avanço do século XVIII, na área da capela-mor apenas seria permitida a presença do altar principal, situação que seria regulamentada posteriormente no sínodo presidido pelo bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques. Tais orientações obrigaram a que tanto o altar da Senhora do Rosário / S. José como o altar das Almas fossem deslocados para o espaço da nave, onde hoje ocupam arbitrária posição.

Entretanto, as devoções da Senhora da Rosa e de S. Sebastião desapareceram, sendo substituídas por outras de interpretação pluralista.

José Cardoso Borges mandaria construir o retábulo para a Senhora do Rosário, onde, em ostensiva atitude de poder, se pintaram as armas da sua casa e morgado. Colocado na nave da parte do evangelho, é uma obra de estilo nacional que mãos hábeis no manejo do formão executaram. Para se manter a disciplina organizativa na distribuição das massas, levantar-se-ia na nave da

---

em dia Dasumpção da Senhora, e fizerem preces mais sete annos e sete quarentenas de perdão: e finalmente concede a todos os ditos irmãos, que asestirem as missas, e o ficios [sic] que se dicerem ou participar da mesma, ou em porciçois ordinarias, ou extraordinarias, ou asestirem aos enterros e aconpanharem [sic] o Santissimo, ou empedidos ao toquar ao Senhor postos de joelhos, e rezarem hum Padre Nosso e hua Ave Maria pelo mesmo infermo, e os pedarem os pobres peregrinos: ou darem esmolas, ou fizerem pazes com os seus proximos e ensinarem a doutrina Christãn, e reduzirem a alguem ao caminho da salvação e rezarem cinco Padres Nossos e cinco Aves Marias, pela alma dos irmãos defuntos ou fizerem algua obra pia quantas vezes o fizerem: ganhão setenta dias de indulegencia pelenaria, que tudo devara para sempre, como tãobem todos os altares prevelegiados para os irmãos: e para que conste mando ao reverendo parocho, publique esta a estação da misa de hum dia santo a seus freguezes: dada em Miranda sob meu signal e sello de Sua Excellencia Reverendissima aos 15 de Setembro de 1751 eu padre Agostinho de Araujo Teixeira escrivão da Camara Ecleziastica que o sob escrevi = Francisco Xavier Aranha = vale sem sello = escausa (?)= Pires = Alvara de indulegencias = alem destas graças tem todas as segundas feiras do anno cinco missas no altar prevelegiado pellos irmao e bem feitores, allem do grande numaro, que se mandão dizer em geral pellas almas».

parte da epístola outro retábulo com arquitectura pautada pelo mesmo figurino artístico. Não sabemos se esta máquina - agora a enquadrar um Calvário que para algumas pessoas representa o Senhor da Vila - pertenceu inicialmente ao altar das Almas. A antiga pujança desta irmandade está hoje reduzida a um altar que se encosta, no lado da epístola, à ilharga do arco cruzeiro. Uma grande tela rasgada e suja, ao ponto de ser preciso grande esforço para se perceber o seu desenvolvimento narrativo, cuja figuração repete a lição de temática tradicional, constitui o principal argumento deste desprezado altar.

Ainda no corpo da igreja, assinalam-se as capelas dedicadas a Santo Estevão, na nave do evangelho, e à Senhora dos Prazeres, na nave do lado da epístola. Salientando-se para o exterior, face ao plano do alçado lateral, a pequena capela, dedicada ao primeiro protomártir da fé cristã, não vai além da simplicidade arquitectónica, sendo de notar que na sua cobertura a pétrea epiderme de duas ogivas cruzadas contrasta com a alvura das paredes caiadas. Para esta capela, os confrades do mártir submetido a crua lapidação mandaram pintar, em 1657, um retábulo que, orientando-se esteticamente pelos padrões do maneirismo, recusou todos os sinais de aparatosa ostentação[490]. Todavia, a inscrição no arco da capela relativa ao ano de 1774, deverá ser indício de alguma intervenção posterior e, ao mesmo tempo, justificação para o facto do retábulo não ocupar a totalidade do paramento testeiro.

Diferente era o discurso estético e sobretudo as ambições de imortalidade de Pedro de Figueiredo Sarmento, alcaide-mor do castelo, para,

---

[490] Sobre esta estrutura retabular *vd.* RODRIGUES, Luís Alexandre - *A reforma iconográfica e o apelo aos sentidos. A talha em Bragança: reflexões sobre alguns exemplares maneiristas e de estilo nacional (1657-1728)*, in «Páginas da História da diocese de Bragança-Miranda. Congresso histórico, Actas». Bragança, 1997, pp. 119-120

em 1585, fundar a capela da Senhora dos Prazeres, posteriomente administrada[491] pela sua mulher, D. Violante Sarmento.

À instituição do morgado seguir-se-ia a obtenção de licença para a apropriação do estreito chão «que medeava entre o templo e a casa da cisterna[492]», designação esta que também se aplica ao edifício românico onde os homens do concelho se reuniam. Em consequência da construção da capela seriam entaipadas três janelas da *Domus Municipalis* e prejudicado o acesso à sala de audiências.

Em resultado da campanha de restituição do edifício à traça inicial patrocinada pelo Estado Novo, as paredes da capela seriam demolidas[493] pelo que a profundidade desta se limita agora à espessura do alçado da igreja sendo o vão preenchido por um retábulo de talha dourada. Deste modo, na nave do lado da epístola, apenas se pode vislumbrar uma arquitectura composta por estreitas pilastras apaineladas e com capitel coríntio, onde se estriba um arco redondo. Encimada por um frontão triangular, a composição contempla ainda nas cantoneiras, dois medalhões com os bustos dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo. À rude factura destas simbólicas figuras, contrapõe-se um grafismo inovador lavrado com mestria na superfície dos pés direitos. Assim, na fábrica deste enquadramento, tratado como se de um portal se tratasse, confrontamo-nos com um esquema arquitectónico que enuncia uma assumida consciência dos valores renascentistas.

Pelas dimensões da sua planta, a capela-mor é um rectângulo em que as medidas dos seus lados se aproximam. Na articulação com o corpo, a largura da cabeceira é balizada pelos altos pés direitos do arco triunfal, onde também se adoçam - com repetição nos muros do coro - um par de elementos pertencentes ao sistema divisório da nave e de sustentação do madeiramento

---

[491] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 110

[492] *Domus* Municipalis *de Bragança*, in «Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais», nº 4, s/l.,1936, p. 15

da cobertura. Entre estes suportes e o coro definem-se, assim, duas linhas imaginárias que, no seu desenvolvimento paralelo, são pontuadas por dois pares de pilares. Deste modo, no sentido longitudinal, as naves apresentam uma divisão tripartida, sendo que as dimensões dos espaços inter-colúnios, pela aproximação à largura da capela-maior, instauram efeitos rítmicos que indiciam o deliberado propósito do autor da traça em alcançar as leis da harmonia.

Na construção da igreja aplicaram-se algumas das técnicas e materiais já usados na construção românica de Castro de Avelãs. A existência nas proximidades da cidade de zonas com abundância de argila, permitiu a produção de ladrilhos, materiais que às aptidões construtivas já provadas acrescentavam o baixo custo da sua fabricação. Perante estas vantagens, no período moderno, o ladrilho continuará a marcar presença não somente nas edificações religiosas mas ainda nas civis e militares. O tijolo compacto, de pequeno volume, seria usado nesta igreja na construção dos pilares, de secção oitavada, e ainda no desenvolvimento das seis arcadas de pleno cintro que, ritmadamente, organizam internamente o recinto.

O plano do corpo, onde se recusou a marcação do transepto, apresenta um nítida supremacia da nave central sobre as laterais, já que a largura daquela é tripla das laterais. Contudo, por aquela não possuir iluminação própria implicou o rasgamento nos alçados laterais de amplas aberturas de de modo a que a luz pudesse invadir toda a zona central. Temos assim um espaço unificado com uma cobertura de duas águas.

Se nas naves laterais as fitas do forro acompanham a inclinação do telhado, já a cobertura abobadada, de madeira, que cobre toda a amplitude da zona central serviu de suporte a uma pintura de grandes dimensões.

---

[493] TEIXEIRA, Raúl - *A "Domvs Mvnicipalis" de Bragança. Notícia histórica*, s/l., s/d., 1941, pp. 19-20

3.5.2 Igreja da Senhora da Encarnação de Mirandela

A igreja matriz de Mirandela, seria incluída no conjunto das novas comendas da Ordem de Cristo que D. Manuel I pretendeu criar. Uma vez obtida a autorização do Sumo Pontífice, foi possível desmembrar cinco dezenas de igrejas do padroado real para se poderem afectar os seus rendimentos às comendas, sabendo-se que, destes, inicialmente, apenas se reservavam sessenta cruzados para sustentação do pároco. A comenda de Santa Maria de Mirandela seria concedida, em 1527, a Rui Lourenço de Távora, Cavaleiro da Ordem de Cristo, como recompensa de serviços prestados à coroa[494]. Pelos anos de 1579, a comenda seria dividida pelo que se criaram nos seus frutos e rendas mais cinco comendas: igreja de Santo Ildefonso de Cedães; Santo Ildefonso de Vale de Telhas; Santo André de Freixeda; Santo Apolinário de Vila Verde; S. Miguel de Vilas Boas[495].

Poucos anos depois (entre 1584 e 1598), andava a comenda de Mirandela na posse de João Francisco de Lafettá[496], cujo apelido, ainda que em versão deturpada, aponta para um descendente dos Affaitati, importante família de banqueiros originários da cidade italiana de Cremona e que desde os finais do século XV mantiveram interesses em Portugal, especialmente os relacionados com o acúcar madeirense e tráfico das especiarias.

Em 1706, António Carvalho da Costa, na sua «Corografia portugueza» esclarecia:

> «he esta villa cabeça de huma reitoria do Padroado Real, que rende cem mil reis; e os dizimos dos lugares anexos a ella pertencem a seis Commendadores, que todos juntos logrão os frutos desta reitoria: hum destes Commendadores leva quatro partes dos frutos, e por essa razão

[494] Em 1563 ainda era comendador Rui Lourenço de Távora. A comenda rendia então 150.000 réis dos quais se tiravam 24.000 para o reitor. SALES, Ernesto Augusto Pereira de - *Mirandela. Apontamentos históricos*, s/l, 1950, pp. 118, 119

[495] SALES, Ernesto Augusto Pereira de - *Mirandela. Apontamentos históricos*, s/l, 1950, p. 120

[496] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das comendas, T.C., 339, s/fl.; *vd. Affaitati*, in «Dicionário de História de Portugal», *ob. cit.*, T. I, pp. 33-34

lhe chamão Commendador das quatro partes[497]: os outros cinco Commendadores, leva cada hum huma parte, e nesta fórma se reparte as nove partes dos frutos desta Commenda, que por esta causa deu motivo a lhe chamar o vulgo a Cõmenda dos nove ladrões[498]».

A igreja parece Ter sido reconstruída[499] nos últimos anos do século XVII, pela acção do seu reitor, João Pinto Cardoso. Alguns anos depois (1723), para efeito de se lavrar o tombo da comenda[500], proceder-se-ia a um auto de medição, pelo que se arrolaram as dimensões da «terra da capella mayor e o da igreja e adro della». Do resultado destes trabalhos apontou-se o seguinte: «a igreja pelo adro pela parte do sul, do nascente a poente, tem vinte e nove varas; e tem pela parte do poente pera donde está a porta principal tem vinte e quatro varas e meia[501]». Outras informações que pretendiam complementar esta medição não acrescentam mais rigor ao acto. Em todo o caso, estas notas permitem-nos a conclusão de que a igreja se levantava num espaço que não

---

[497] Assim era designada num documento lavrado em 1725: «comenda de Santa Maria desta villa a que chamão as quatro partes». A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, Mç. 5, Lv. 17, fl. 36

[498] COSTA, António Carvalho da - *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, T. I, Na officina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1706, p. 449

[499] Assim se pode concluir do texto em capitais de uma lápide existente na igreja: «sendo reitor / João Pinto Car / dozo se fes esta igra no ano de / 1698», SALES, Ernesto Augusto Pereira de - *Mirandela. Apontamentos históricos*, s/l, 1950, p. 86

[500] Em 19 de Julho de 1725, o tabelião António de Almeida deslocar-se-ia a casa de António Gomes Pinho para lavrar uma «escritura de arrendamento da comenda das quatro partes desta villa e suas anexas». António Gomes Pinho arrendaria a comenda a Francisco Alemão de Mendonça, morador em Lisboa, que a tinha arrematado na «Contadoria do mestrado» na mesma cidade. O contrato de trespasse tinha a validade de um ano e envolvia a quantia de 335.000 réis, «livres de todos os encargos que na dita comenda possa haver», que seria paga em três vezes: no Natal, Páscoa da Ressurreição e, como último pagamento, dia de S. João Baptista. A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, Mç. 5, Lv. 17, fls. 33v-35v.
No ano de 1727, em 21 de Junho, a comenda seria arrendada pelo comendador, o Conde de S. Miguel, «assistente na cidade de Lisboa», a António Gomes de Vila Verde. O arrendamento era por um período de três anos, representando um pagamento anual de 395.000 réis que, como era costume, seria repartido em três partes: Natal, Páscoa e dia de S. João Baptista. Relativamente às quantias estipuladas, uma cláusula contratual estipulava: «as quais seram liveres para o dito Senhor com comdisam [sic] de que se amde pagar as obras que o doutor vizitador deixar por comta do dito comendador». A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, Mç. 5, Lv. 17, fls. 180v-181v

[501] SALES, Ernesto Augusto Pereira de - *Mirandela. Apontamentos históricos*, s/l, 1950, p. 88

chegava aos 32 metros de comprimento e aos 27 de largura[502], medidas que tudo indica serem as do adro.

Sobre a igreja, particularmente sobre a sua arquitectura, omitem-se todas as informações. Por isso, as respostas dos reverendos José Luís e Eusébio Esteves Dias, respectivamente reitor e cura da Paroquial da Senhora da Encarnação da vila de Mirandela, no momento de responderem ao questionário das Memórias paroquiais, reveste-se de especial interesse. Pelo punho destes dois eclesiásicos podem ler-se as seguintes palavras:

> «tem esta igreja duas naves que a devidem coatro arcos de cada parte firmados em coatro grossas e bem lançadas colunas nas ultimas de huma e outra parte tem dous pulpetos[503]».

Os termos usados pelo reitor e pelo cura, agregando esta igreja ao conjunto das que se compunham de duas naves só justificam a interpretação que anteriormente expusemos e que consiste na significação ou no modo como alguns eclesiásticos entendiam o termo nave, fazendo-a corresponder a uma água da cobertura. Assim, são frequentes as repostas apontando um fraccionamento em duas partes da espacialidade interior quando o que se pretendia era registar a ocorrência de duas vertentes na cobertura de um edifício religioso.

3.5.3 S. Pedro de Moimenta da Raia

Embora sejam conhecidos capítulos de visitações efectuadas a esta igreja a partir de 1676, o seu conteúdo revelar-se-ia, todavia, bastante indefenido tendo em conta as possibilidades de auxílio para a compreensão da

---

[502] Distâncias calculadas com base na equivalência de uma vara a 1,10 metros. MARQUES, A. H. de Oliveira - *Pesos e medidas*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. V, Iniciativas Editoriais, s/l, 1975, p. 68

[503] A.N.T.T., *Mirandela*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, p. 1036

sua organização interna. Contudo, a visita efectuada em 1681 pelo arcediago de Bragança, Francisco Simões de Sousa, ao determinar a obrigação do fabriqueiro em «retelhar o corpo da igreja junto do campanario[504]» poderá Ter, na nossa perpectiva, alguma importância. Desde logo porque não é crível que o arcediago de Bragança confundisse um campanário com uma torre; por outro lado, ainda que a sobreposição linguística fosse possível, a estrutura da frase parece anular qualquer possibilidade de estarmos em presença de um número par de torres.

Deste modo, a composição da frontaria desta igreja, ao incluir apenas o campanário, parece excluir o figurino espacial interno que suspeitamos ser contemporâneo da construção das duas torres que se atam aos ângulos da fachada. Ou seja, a leitura do plano do frontispício oferece-nos o entendimento de uma planimetria interior com três naves.

Desde 1692 que se apontava a necessidade de se encomendar novo retábulo para a capela-mor, constatada que era a incapacidade da máquina existente. Por isso, neste mesmo ano registar-se-ia a ordem do visitador para que o fabriqueiro, dentro de seis anos, mandasse fazer «hu o moderno com sua tribuna e colunas salamonicas tudo por mam de bom escultor[505]». Porém, esta obra, possivelmente pelos custos exigidos, ainda não tinha sido principiada em Agosto de 1697. Mas, nesta altura, frei Pedro de Melo, em acto de visita, estabelecia o período de um ano para a realização[506] da obra que já estava contratada com o mestre entalhador.

Nos finais de 1699 o retábulo estava executado porque agora as preocupações consistiam na reunião de dinheiro suficiente para o seu

---

[504] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fl. 15

[505] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fl. 31

[506] «Vi o asinado do entalhador em que se obriga principaiar o retabollo quinze dias despois da Paschoa do anno que vem [...] para que faça o dito retabollo, desde a data deste a hum anno». Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fl. 37

douramento[507]. Em 1702, o abade de Podence, Manuel Tavares de Sousa, pedindo «se não largasse a mão de acabar de aperfeiçoar a obra do magnifico retabolo, dourandosse», atentava, no entanto, nos eventuais prejuízos que a poeira causaria no ouro. É que, no que respeitava à igreja havia outras novidades, como se conclui do capítulo que se segue:

> «alguas obras havia de deixar nesta igreja, e havia de mandar fazer reforma dos altares, principalmente collateraes do arco, se me não constara do grande zello que o reverendo abbade tem de alargar esta igreja, e do generozo animo com que os freguezes desta parochia se achão em quererem concorrer com todo o necessario para ella no que toca a condução de materiaes[508]».

Ficava assim claro que o douramento do retábulo só devia prosseguir depois das «obras de alargar, e aperfeiçoar a igreja[509]», ou seja do seu corpo porquanto para a capela-mor apenas se considerou a mudança das suas frestas e a reforma do seu tecto[510].

Com estas obras, o corpo da igreja passaria a organizar-se em três naves. De resto, o ano de 1703 - data também lavrada no lintel da porta principal - parece corresponder a um período que em Moimenta foi vivido com uma intensidade particular. Em Novembro deste ano o abade de Duas Igrejas, Manuel de Matos Botelho, declarava o seu entendimento do problema relativamente às obras em curso:

---

[507] Em Novembro de 1699 o reverendo António de Morais Sarmento mandava exarar o seguinte capítulo de visitação: «nam lhe ponho mais obras, porque he necessario o dinheiro para dourar o retabolo». Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fl. 38v

[508] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fls. 40-40v

[509] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fl. 40v

[510] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fls. 40v

«como as que estão em aberto, são de tanto custo que necessitão de todo o rendimento da fabrica não imporei outras alguas[511]».

Ao mesmo tempo, o mesmo eclesiástico, recriminava alguns moradores que revelavam um comportamento pouco aceitável quando estava em causa um empreendimento destas características e envergadura:

«sendo tanto o serviço de Deos, e de honra e credito dos moradores deste povo, a grandioza obra da sua igreja para a qual não concorrerem mais que os carretos dos materiaes della; inda assi fui informado que havia alguns tão dezarrezoados, que nem com estes querião concorrer[512]».

Destinando-se a igreja a servir a totalidade do povo, o problema seria facilmente ultrapassado pelo recurso a penas. Neste caso a multa de «tres tostoins» por cada falta parece Ter sido suficientemente forte para dispensar as autoridades eclesiásticas de recordarem aos moradores o poder que tinham de os impedirem de entrar na igreja.

Entre 1703 e 1706 não podemos ser rigorosos no que diz respeito à enumeração das obras realizadas na igreja matriz. Na última data o abade de Sicouro, Manuel Rodrigues do Amaral, cumprindo a visitação, afirmaria Ter encontrado «as obras da igreja aumentadas[513]». Embora não tivesse pronunciado quaisquer considerações sobre as obras realizadas ou a realizar, o mesmo eclesiástico daria, apesar de tudo, nota do seu «desconsolo» e das medidas a tomar, por constatar que parte da cobertura «sobre o coro (estava) coberta com colmo[514]».

---

[511] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fl. 42v
[512] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fls. 43v-44
[513] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fl. 44v
[514] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fl. 44v

Só no Verão de 1709, por intermédio do cónego doutoral da Sé de Miranda, Manuel Álvares de Sousa, assinalamos a primeira e elogiosa referência à presença das torres:

> «a obra das torres e alargar a igreja foi couza que muito a afermozeou[515]».

Embora durante a terceira década do século de setecentos (1731) se tenham ordenado obras no tecto, juntamente com a indicação para se crescerem «as paredes da mesma igreja tres palmos», parece que a estrutura arquitectónica do templo, tanto exterior como interiormente, ficou moldada por esta campanha de obras que, de um modo geral, se estendeu por toda a primeira década do século.

Sendo uma zona onde o granito é abundante seria este o material escolhido para a edificação. Por razões de idêntico teor também os pilares que pontuam a nave central seriam construídos em granito. Formando três pares, estes suportes ostentam um perfil oitavado que se mantém no cesto do capitel e que se transmite à arcaria de volta redonda que empresta uma nota de gracioso ritmo ao corpo da igreja.

O tecto foi construído em madeira e apresenta-se liso, nas naves laterais, e em abóbada de berço na central que é mais larga do que as que lhe ficam aos lados. Se a bacia do púlpito - actualmente sem escada nem grades - se apoiava num dos suportes do lado do evangelho, era nos altares das paredes laterais que, em 1758, se expunham à veneração as imagens «do Santo Christo crucificado, o de Santo Antonio e de Nossa Senhora do Carmo, e das Almas[516]».

---

[515] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capitulos de visitas e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1743)*, fl. 45v

[516] A.N.T.T., *Diccionario geographico de Portugal*, vol. 25, nº 258, p. 1917. Actualmente, além do culto a S. Pedro, no altar-mor, mantêm-se vivas, em altares próprios, as devoções da Senhora do Carmo, Santo Cristo e Santo António. Santa Luzia, como a Senhora do Rosário, passou a ter altar particular. No entanto, o retábulo da Senhora do Rosário é proveniente da capela desta invocação que, no século XVIII, se situava dentro do perímetro da povoação.

3.5.4 S. Gens de Parada

Objecto de sucessivas transformações, a paroquial de Parada, dedicada a S. Gens, conserva ainda elementos arquitectónicos de inspiração medieval, com destaque para a abertura da fachada principal. Construído em cantaria, o portal, pelas jambas que agora apresenta, mostra Ter sido desmanchado. As pedras que formam as suas ombreiras são obra de perpianho e somente se destacam da tectónica do muro por não terem sido rebocadas e caiadas. Já as largas aduelas formam um arco quebrado que assenta em fortes e elegantes impostas onde se relevam desenvolvidas meias esferas. Na concepção do portal, recorrer-se-ia novamente à aplicação destes motivos decorativos para, com algum artifício, se acentuar o dinamismo da moldura que acompanha e cerra exteriormente a curvatura. Tornando plausível a possibilidade de estarmos perante um caso de reaproveitamento de materiais, sublinhe-se o facto das juntas desta moldura, com uniões defeituosas, não coincidirem com as linhas irradiantes das aduelas.

Como descrição geral da igreja, usaremos a resposta (24 de Maio de 1758) do pároco Francisco José de Amaral Sarmento ao inquérito das memórias paroquiais. Ao designar esta aldeia por Parada de Outeiro, nome que, esclarecia, não indicava submissão à vila de Outeiro, antes servia para evitar enganos com outras povoações existentes na província transmontana com o memo nome, as palavras do pároco possibilitam a valorização da antiga rede viária em que desempenhava papel importante uma alta ponte de pedra. Deste modo, se venciam alguns dos acidentes geográficos que entravavam as comunicações entre as duas localidades.

Nesta altura, a igreja elevava-se «na mais alta, e melhor planicie que há dentro no lugar[517]». Como anexas a paróquia apenas contava a capela de S. Tomé, na Quinta da Aveleira, onde vivia «hum só morador». No entanto, nos

[517] A.N.T.T., Parada de Outeiro, in «Diccionario geographico de Portugal«, vol. 27, fl. 394

seis bairros que formavam esta povoação havia outras capelas como a de Santo Amaro, administrada pelo Capitão de Dragões, Domingos Pires Pavão de Sousa, a da Senhora da Purificação, administrada pelo Licenciado Francisco de Mesquita Machado e a de S. Roque que parece Ter sido construída pelos moradores em 1599 por causa da peste que vitimou muitos fregueses. De facto, em consequência desta sezão seria necessário «valerem-se do adro da igreja para enterrarem os mortos por estarem já as sepulturas della occupadas dos cadaveres[518]».

Apresentado pela Casa de Bragança, o pároco tinha o título de reitor e percebia a Terça parte dos dizimos de todos os frutos que se colhessem em Parada, os quais, em média, rendiam 150.000 réis. Por sua vez, o pároco apresentava cinco curas nos lugares em que os comendadores percebiam os respectivos dízimos, a saber: S. Pedro de Sarracenos, «distante duas legoas»; Santa Maria Madalena de Grijó[519], «na distancia de hua legoa piquena»; Apóstolo Santiago de Coelhoso; S. Lourenço de Paredes; outro na sede paroquial.

No que respeitava à articulação interior e devoções, o padre Francisco de Amaral Sarmento afirmava:

> «a igreja tem tres naves sobre sette columnas de cantaria lavrada. A da parte do Nascente (lado da epístola) tem quatro. Junto ao arco da capella mor tem hum altar de Nossa Senhora do Rozario, e S. Sebastião fabricada pello povo, e logo junto a este está hum arco de cantaria com grades de madeira que da passagem para hua capella da Adoração dos Reis, da familia dos Machados, e Figueiredos, fabricada pello seu administrador Sebastião Machado de Figueiredo da cidade de Lisboa. Desta mesma parte abaixo da porta travessa tem hum arco de cantaria

[518] A.N.T.T., Parada de Outeiro, in «Diccionario geographico de Portugal«, vol. 27, fl. 396

[519] Em 1772, o bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira, visitando esta paroquial, ordenou: «vendo a indecencia emque se acha o corpo da igreja por estar o seu pavimento sem qualidade alguma de cobertura mandamos que o povo, a quem pertence esta obra mande lagiar o ditto pavimento fazendo se lhe sepulturas distinctas, e separadas com caixilhos e campas de pedra de cantaria [...] item mandamos que do dinheiro do residuo da confraria da Santa Crus se mande dourar, e pintar o retablo, e grades do mesmo altar da confraria». A.D.B., Mitra, Cx. 4, Lv. R, fl. 2

fasciando com a parede com hum altar dedicado ao nosso portuguêz Sancto Antonio, erecto, e fabricado pello rendimento do mesmo sancto[520]».

Passando a descrever o lado do evangelho, o reitor escrevia:

«A nave da parte do Poente tem tres columnas correspondentes à da parte do Nascente, e hum arco de cantaria que corresponde ao de Sancto Antonio, com hum altar das Benditas Almas fabricado pello povo, e logo por cima da porta travessa (aproximando-mo-nos do cruzeiro) está outro arco de cantaria com grades de madeira virado a Sul, que he entrada de hua capella de Nossa Senhora da Conceição, metida a maior parte delle dentro desta nave, e a divide da nave do meio da igreja outro arco de cantaria, e grades de madeira, em correspondencia da da capella dos Reis de que he administrador Antonio Luiz de Moraes Feijo, decimo netto de Alvaro Annes de Madureira Feijo; dentro da dita capella esta tambem hum arco de cantaria de arquitectura tosca, que da entrada e sahida para a capella mor da igreja, que he fabricada pellos seus comendadores, e com o altar della vem a Ter seis altares esta igreja, na qual não há mais irmandades, que a so Santissimo Sacramento da jurisdição real, como o são tambem as quatro confrarias, que há nella sustentadas pellos moradores do povo para a fabrica dos sanctos a quem estão dedicadas, e da mesma jurisdição são as obrigações das duas sobreditas capellas[521]».

A notícia do padre Amaral Sarmento relativa à instituição da capela da Adoração dos Reis Magos também seria veiculada por José Cardoso Borges. Adiantando o ano de 1588 - inscrição visível na capela - como o da fundação do morgado pelo Fidalgo da Casa Real, Sebastião Machado, e pela sua mulher, D. Filipa Jorge, o escrivão da Câmara de Bragança noticiou também que por não terem filhos a administração passou para João da Rocha, filho de Domingos da Rocha e da Maria Alvares de Oliveira, irmã de Helena da Costa, a fundadora do convento de Santa Escolástica de Bragança. Antes de enviuvar e casar novamente, João da Rocha tinha desposado D. Joana da Costa de

[520] A.N.T.T., Parada de Outeiro, in «Diccionario geographico de Portugal«, vol. 27, fl. 394
[521] A.N.T.T., Parada de Outeiro, in «Diccionario geographico de Portugal«, vol. 27, fl. 394

Figueiredo, irmã do Alcaide-mor e fundador da capela da Senhora dos Prazeres, instituída em 1585, na matriz de Santa Maria, em Bragança.

Esta capela forma um volume saliente da prumada dos muros que encerram o corpo desta igreja. De planta aproxidamente quadrada e cobertura de madeira, comunica com a nave por uma ampla abertura formada por um arco redondo que é acompanhado na zona média do seu circuito por um toro liso. A sobrepujar a abertura, corre uma moldura valente, cortada nas extremidades por austeros colunelos que nascem de duas mísulas embebidas na superfície parietal. Ao centro do segmento horizontal, destaca-se um medalhão - onde se grafou o ano da instituição do morgado - que copia a simplicidade do par aplicado nas cantoneiras.

Embora dispensando estes elementos, o carácter artístico da capela da Senhora da Conceição, pertença dos Morgados de Parada, não é diferente do da capela dos Reis Magos, tendo mesmo a particularidade de alguns dos seus elementos arquitectónicos se apresentarem completos. De resto, as duas datas inscritas na cartela do arco da nave central - 1568 e 1577 - da capela da Conceição, em pouco antecedem a fundação da capela dos Reis Magos.

Ao contrário desta, a capela de Nossa Senhora da Conceição implantou-se no espaço da nave, junto do arco triunfal. Aproximando-se de uma figura quadrangular, a sua planta considerava três aberturas direccionadas para a nave principal, para a nave lateral, também por meio de um arco e ombreiras com as esquinas molduradas, e ainda de uma passagem, relativamente apertada, para o presbitério, onde, em Março de 1606, o pintor portuense, Sebastião Pereira, pintava o retábulo[522] principal. A última possibilidade também se considerou na capela dos Reis. Tratando-se de um simples vão aberto nos muros das ilhargas do arco cruzeiro, esta solução parece ser do agrado dos construtores nacionais que nunca recuam quando se torna

[522] Em 12 de Março de 1609, Sebastião Pereira contratava pintura de um retábulo na igreja das freiras de S. Bento, em Bragança. mas o seu compromisso só tinha efeito «tanto que acabar de fazer o retabolo de Parada». A.D.B., Mitra, Cx. 54, Lv. 6, s/fl.

imperioso perfurar paredes para resolver problemas funcionais. É assim que, em várias igrejas do bispado o espaço dos confessionários, algumas vezes em número de quatro, faz parte da estrura dos muros. A princípios idênticos obedeceu, na matriz de Torre de D. Chama, a utilidade do púlpito já que, ocupando este uma posição central relativamente à nave, para aceder à sua plataforma é necessário percorrer o vazio deixado no muro.

Da diversa disposição das capelas, decorre uma desigualdade no número de suportes que definem as divisórias espaciais: quatro no lado da epístola contra as três que separam a nave do evangelho da principal. O porte é robusto com acentuada verticalidade do fuste, liso, que vai adelgaçando da base para o capitel dórico. Como não se lançaram arcarias, o ábaco dá suporte a uma sapata que aumenta o apoio das vigas do madeiramento, sistema que já estudamos na igreja de S. Pedro da Silva.

Seguindo o esquema comum, a nave central é mais larga do que as que lhe servem de guardas. A cobertura actual, de madeira, dispensou desenvolvimentos decorativos e segue o esquema ensaiado em Santa Maria de Bragança. Relativamente às aberturas de iluminação, as razoáveis dimensões dos respectivos vãos comprovam a atenção concedida à luminosidade do interior. Contudo, o facto de se rasgarem com diversidade de cotas, mostram desenvolvimentos que não privilegiavam a obediência a critérios de uniforme.

3.5.5 Santa Marinha de Granja

Nas proximidades de S. Pedro da Silva localiza-se a povoação de Granja, cujo topónimo poderá desvendar as razões que serviram para a fixação dos seus primeiros moradores. Simultaneamente, já em tempos modernos, a área do corpo da igreja também reflecte um número não muito avantajado de habitantes que se ocupavam maioritariamente no amanho da terra.

Exteriormente, o observador é surpreendido pela modelação de volumes, sendo que a capela-mor, com cobertura de duas águas, sobe muito acima da cota do corpo, também com um telhado de duas pendentes. Assim, a honesta humildade deste espaço comprime-se entre o limpo recorte arquitectónico da cabeceira e a estrutura do campanário, com dois vãos, que sobrepuja a entrada principal, sem jambas e com largas aduelas a desenharem um arco de pleno cintro que outrora era abrigado por um alpendre. Ao arcaico figurino do prospecto principal, devem acrescentar-se os dois lanços exteriores de acesso às campanas, os quais jogam papel importante na definição volumétrica do conjunto.

Esclarecedoras são as dimensões da planta: exteriormente o lado mais comprido da capela-mor mede seis metros, enquanto a sua largura interior é de 4,30 metros. Por sua vez, o recinto do corpo desenha uma figura geométrica rectangular em que as medidas dos lados, tomadas interiormente, correspondentes ao frontispício e muros laterais, medem respectivamente 8,10 m e 6,25 m. Tendo em consideração estes números e o facto da capela-mor ser muito mais alta que o corpo parece-nos legítima a hipótese relativa às expectativas que alguma vez se poderiam Ter colocado sobre a construção de um novo corpo com mais capacidade. Contudo, a Ter sido assim, este desiderato nunca se concretizou.

Na capela-mor, particularmente a obra de pedraria do arco cruzeiro seria lançada em 1787, com intervenção do reverendo José Miranda, pároco de Genízio, como constava do articulado do edital que se divulgou:

> «todo o mestre canteiro que quizer lançar no arco da capela mor da igreja da Granja do lugar de S. Pedro da Silva; va falar com o reverendo abbade de Genizio, que tem ordem de Sua Excellencia Reverendissima para mandar por a pregam, e mandar fazer a que, mais varato o fizer
> Genizio 16 de Janeiro de 1787
> O Abbade Joze Manuel de Miranda[523]».

[523] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 9

Quanto à empreitada da capela-mor, deve evidenciar-se a orientação arquitectónica impondo que a obra devia ser executada «a imitação da que se fes e capella do mesmo lugar de S. Pedro da Silva[524]».

Uma petição dos responsáveis locais que tinha o Vigário-geral do bispado como destinatário, tira do anonimato o nome e trabalho de alguns práticos e, ao mesmo tempo, deixa aflorar a complexidade de preferências:

> «Dizem o juis e homens do acordão do lugar da Granja de S. Pedro da Silva que andando a obra da capella mor a lances lançou no que pertence de canteiro e pedreiro Jorge Gonçalves em cento e cincoenta mil reis e Luis Fernandes do lugar de Zenizio em cento e quarenta e seis mil reis mas nos queremos que a faça Joze Gonçalves por ser milhor mestre por coanto fez a de S. Pedro da Silva que ficou a satisfação do povo e do Reverendo Abbade de Zenizio assim nos obrigamos a dar ao Joze Gonçalves os des mil reis que baxou o tal Luis Fernandes e o que pertence de carpinteiro lançou Francisco dos Santos do lugar de S. Pedro da Silva em cincoenta mil reis e por elle a não querer fazer menos se aceitou o lance do mestre (Manuel Fernandes) carpinteiro do lugar de Pallaçoullo em quarenta e oito mil reis e pello mesmo queremos que a faça Francisco dos Santos por ser mestre milhor que fes a de S. Pedro da Silva e ficou capas assim nos obrigamos a dar os dois mil reis pello que
> pedem a Vossa Merce Muito Reverendo Senhor Doutor Provizor e Vigario Geral seja servido mamndallo assim que os tais mestres Jose Gonçalves e Francisco dos Santos fação a obra e receberão merce[525]».

Perante vontades tão firmes, o mestre José Gonçalves, natural de Santa Maria de Âncora, por 146.000 réis, entregar-se-ia da execução da capela maior e sacristia e ainda do «acrecimo do arco cruzeiro em quinze mil e quinhentos reis[526]». Por sua vez, os trabalhos de carpintaria seriam arrematados por Francisco dos Santos, o qual acabaria por baixar o seu lanço para 47.800 réis.

---

[524] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 9

[525] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 9. *Vd.* MOURINHO, António Rodrigues - *Arquitectura religiosa da diocese de Miranda do Douro - Bragança*, Sendim, 1995, pp. 157-158

[526] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 9

A preferência dos representantes dos moradores por estes mestres pode também resultar da disponibilidade e compromisso para aconselharem a intervenção que, provavelmente na mesma ocasião, se efectuou no corpo da igreja e em que os habitantes tiveram directa intervenção. Em todo o caso, nada permite afirmar que a organização espacial do corpo corresponda a uma decisão tomada no último quartel do século XVIII, tanto mais que, junto da porta travessa, um suporte mostra gravada a era de 1745(?).

Apesar do pequeno vão a vencer, foi necessário colocar no corpo dois pares de elementos portantes com a função de aguentarem a armadura de madeira da cobertura que também se apoia nos muros de descarga. Mais grossos na base (25 cm) do que na cabeça, estes pilares de cantaria apresentam uma secção oitavada e faces lisas que apenas nas arestas dos topos permitiram a erupção de meias esferas. A ausência de capitéis foi substituída por sapatas de cantaria para apoio das linhas mestras do madeiramento.

Como curiosidade desta solução espacial, acrescente-se que cada par de suportes se alinha longitudinalmente pelos estribos do arco cruzeiro. Deste elemento, assim como dos muros do frontispício, os prumos mais próximos distam 1, 90 m. Por sua vez, as distâncias entre cada linha de pilares e as paredes laterais dão-nos as medidas das respectivas naves: cerca de 1, 40 m para a do lado da epístola e 1, 60 m para a da parte do evangelho, onde também está a pia baptismal e um pequeno púlpito.

3.5.6 S. Bartolomeu de S. Julião

A igreja paroquial de S. Bartolomeu de S. Julião, tal como a conhecemos, obedece a um projecto de três naves. Contudo, a opção por esta planimetria não foi tomada antes da Segunda metade do século XVIII. Até aí, fazia parte do conjunto maioritário de igrejas de uma só nave.

Então, o corpo deste templo devia oferecer pouca comodidade aos fiéis, dada a potencial insuficiência para abrigar todos os que participavam nos actos de culto. A jurisdição da freguesia de S. Bartolomeu estendia-se à Quinta de Caravela, de que era patrono Santo Antão, acrescentando, por isso, o trabalho pastoral do respectivo pároco. Em 1727, justificando-se a necessidade de um cura coadjutor na sede paroquial, invocavam-se motivos demográficas:

> «attendendo ao grande numero de freguezes que pertencem a freguezia de S. Julião, poes se compoem de cento, e vinte e hum fogos que contam de trezentas, e oitenta pessoas de sacramento, das quaes cento e quatro vivem na Quinta de Caravella que tem vinte e nove fogos, e são obrigados a vir a missa ao lugar de S. Julião[527]».

Mesmo que não se colocassem outras motivações, as razões apontadas são suficientes para justificarem a decisão posterior de se acrescentar a área da nave, visto que os quantitativos populacionais, a manterem-se, transformar-se-iam numa progressiva exigência. Contudo, no ano de 1739, já se devia pesar esta possibilidade porque o reverendo Gaspar José de Sá, cónego prebendado e visitador, admitia uma campanha de obras com incidência na nave:

> «querendo os mesmos freguezes acrecentar e compor de novo o corpo da igreja lhe concedo tres annos para que dentro deste tempo a componhão[528]».

Sendo importante, a declaração de que as obras a realizar deviam ser conduzidas pelo pároco, a verdade é que nos escapa a possibilidade de confirmarmos a ampliação da nave. Poucos anos depois (1744) chamava-se a atenção para a urgência de se proceder à uniformização e alargamento das entradas, principalmente da principal «por ser precizo tenha capacidade de entrar e sahir por ella o palio[529]». Todavia, no ano seguinte dava-se conta da disposição dos fregueses estenderem a intervenção ao prospecto principal,

[527] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 6
[528] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 18
[529] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 22v

obra que em Novembro já estava contratada com o mestre e que compreendia também as portas e campanário.

Será útil precisar que como estas remodelações respeitavam ao corpo da igreja oneravam os fregueses. Neste sentido, a execução, devendo atender às possibilidades e fazendas de cada um, também estipulava penalizações para aqueles que não quisessem pagar ou não participassem nos trabalhos. Nesta empreitada, a condenação atingia os «duzentos reis (por) cada falta aos que não tiverem bois, e os que os tiverem em quatrocentos[530]».

Em 1753 seria a igreja visitada pelo bispo D. João da Cruz. Entre outras disposições, o prelado ordenou a pavimentação da nave, obra que poderia estender-se por seis anos, de modo a que os taburnos ficassem progressivamente ordenados.

Pelo relativo interesse, avançaremos algumas notas colhidas nas memórias paroquiais. Assim, em 1758, atribuíam-se a S. Julião cento e dois fogos com duzentas e quarenta e sete pessoas. Contudo, não se esclareceu se neste cômputo entravam os vinte cinco fogos que se atribuíam à Quinta de Caravela. Com o título de reitor, o pároco era da apresentação do Cabido e, como estipêndio anual, recebia do Visconde de Barbacena, dada a sua qualidade de comendador, 42.000 réis, quatro alqueires de trigo e dois almudes de vinho

Nesta altura a igreja ficava «sita fora do lugar para o Occazo» e além do altar principal contavam-se os da Senhora do Rosário e de Santo Amaro, este apontado como «protector de hua irmandade grande». Mais concisas, as referências com interesse arquitectónico indicavam:

> «a mesma igreja esta toda reformada de novo com seo campanario á moderna, bem cornijada com suas piramidas, e o pavimento de caixilhos de cantaria bem lavrada, e tem tres portas, e está em duas naves[531]».

---

[530] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 27

[531] A.N.T.T., *S. Julião*, in «Diccionario geographico», vol. 18, fl. 265

Ou seja, confirmava-se a realização das obras ordenadas nas visitações antecedentes mas, ao mesmo tempo e como já estudámos, com a expressão «duas naves» evidencia-se a presença de uma única nave. Desta forma, só depois de 1758 se empreendeu a organização interior do espaço reservado aos fiéis em três naves. Mais, antes de 1795, não se detectou disposição alguma dos visitadores, tomada por iniciativa própria ou acalentando qualquer pretensão dos fregueses, que apontasse a reformulação daquele quadro espacial.

3.5.7 Senhora da Ribeira

Informado pelo Doutor Manuel de Matos Botelho, titular da importante abadia de Duas Igrejas, em 1716, o cronista da congregação dos Agostinhos Descalços, Frei Agostinho de Santa Maria, justificava a construção da primitiva ermida pela ocorrência de diversos prodígios, sendo que o primeiro «fora desempedir os orgãos da voz a huma pastorinha, a quem (Nossa Senhora) se manifestàra, a qual era muda de seu nascimento[532]».

Esta ermida fica nas imediações da povoação de Quintanilha e muito perto da raia. Em 1721, as referências de José Cardoso Borges à igreja do mosteiro de S. Francisco da cidade de Bragança obrigaram-no também a fazer algumas observações acerca da ermida da Senhora da Ribeira. Referindo-se à igreja consagrada ao *poverello* de Assis, diria:

> «he esta igreja a maior, que há nesta cidade, em similhante na grandeza a de Nossa Senhora da Ribeira, que dista tres legoas, e fica no termo da villa de Outeiro, que tambem mandou fazer a Sancta Rainha (Isabel)[533]».

---

[532] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *ob. cit.*, Tomo V, p. 612
[533] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 41

A comparação entre a igreja franciscana e a ermida da Senhora da Ribeira justifica-se porque, de acordo com as vozes da tradição, ambas foram beneficiadas pela Rainha Santa quando, vinda de Aragão, entrou no nosso país por estas bandas. Mas, sobretudo, importa evidenciar que, no primeiro quartel do século XVIII, esta igreja, pelas dimensões do seu plano, se podia equiparar com a maior igreja de Bragança.

Sendo um importante pólo devocional[534] o apelo à participação dos devotos de variadas partes, incluíndo de Castela, era reforçado com a realização de uma feira anual. As implicações da afluência de «peregrinos, e romeiros» foram sintetizadas pelo autor do «Santuário Mariano» com a expressão: «he huma igreja muito grande[535]». Sobre o tema, diria ainda: «a igreja da Senhora, he huma das maiores daquelle bispado (de Miranda),e se póde dizer, que a ermida de campo, he a maior que tem Portugal[536]».

Para a sua fábrica pagavam-se alguns foros em lugares do termo da vila de Outeiro, os quais eram dos frades de Castro de Avelãs. Com a transferência dos bens destes para as Mesas Episcopal e Capitular, estas rendas ficariam na posse do Cabido da Sé de Miranda. Daí que em matéria de contas[537] e

---

[534] «A senhora da Ribeira acodem a ella coatro vezes no anno á romagem, a 8 de Setembro e a vinte e cinco de março e dia dos Prazeres, e dia da Santissima Trindade». A.N.T.T., *Quintanilha*, in « Diccionario geographico de Portugal», vol. 30, fl. 100

[535] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *ob. cit.*, Tomo V, p. 611

[536] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *ob. cit.*, Tomo V, p. 613

[537] Como se mostra pela resolução capitular, tomada no Verão de 1557: «Aos XX de Junho de 557 annos em cabido acordarão que ho reverendo Gonçalo Lopez fosse a Nossa Senhora da Ribeira a tomar conta ahos mordomos da dita hermida polo recebido da recepta e despesa e lhe pidiria conta do dinheiro que carrega sobre hos ditos mordomos e se entregara do dito dinheiro achando que hos mordomos dão na conta delle ho entregara a outros que elegera de novo e das esmolas que achar dara quinze cruzados a Catherina de Araujo hirmitoa e ella se hira da dita hermida por justos respeitos e causas e para hermitão para ho futuro elegerão ho hermitão velho de Sam Paulo enquanto fosse sua vontade e assinarão dia e era ut supra hos assinadores do Cabido. a) Gil do Prado Daiam; George Ferreira; Bras da Mota». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 1, fl. 75. Em Abril de 1715, em reunião capitular secretariada pelo Doutor José Botelho de Matos, votar-se-iam os nomes do arcediago de Mirandela e do cónego Francisco Afonso «para hirem tomar as contas da capella de Nossa Senhora da Ribeira», «para cuja diligencia se lhe consignarão dez dias». A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 5, fl. 177v

nomeação do ermitão[538] ou ermitoa, o padroado desta ermida fosse controlado pelo Cabido[539].

Infelizmente, o religioso de Santo Agostinho não valorizou os aspectos que nesta ermida podiam interessar à arte. A capela-mor, de planta quadrada, com cornija amouriscada formada por quatro correntes de telhas e cobertura de três águas, pouco ou nada tem já que a relacione com os tempos em que era suficiente a piedosa vontade de uma rainha para que as raízes da devoção se aprofundassem.

Todavia, na superfície interior das paredes da cabeceira ainda são visíveis as formas e outros efeitos de obra de pincel destinados sobretudo a estimular o aprofundamento do sentimento religioso e, ao mesmo tempo, permitir aos mais humildes a visualização da temática que algum pregador franciscano[540], provavelmente de Alcanices, com entusiasmo de gestos e de voz, não deixou de desenvolver a partir do púlpito. Porém, antes da mão do pintor historiar episódios sacros já a Mesa Capitular tinha mandado fazer um retábulo para o altar-mor pois que:

> «ao ultimo de Fevereiro de (15)84 se determinou em Cabido que o retavolo de Paçò Douteiro se leve a Veigas e o velho de Nossa Senhora da Ribeira a Quintanilha[541]».

Em todo o caso, a generalidade dos sucessos com interesse artístico escapa-nos. Na porta principal, um arco com três grupos de ogivas a que

---

[538] Em 1614, determinava-se: «Aos 19 dias do mês de Março de 1614 annos em Cabido pleno se asentou, que Tristão Gonçalves ermitão de Nossa Senhora da Ribeira que ate gora servio, não seja admittido a ella mais por justos respeitos, e entretanto sirva o que na dita ermida esta e no entretanto se busque pessoa que possa servir a ermida e disto mandarão fazer este assento que assinarão e eu Diogo Ozores secretario o escrevi. a) o Daiam; o Chantre; Mestre escola». A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 3, fl. 75v

[539] «tanto a Senhora da Ribeira como a ermida de S. Sebastião pertenciam aos cónegos de Miranda». A.N.T.T., *Quintanilha*, in « Diccionario geographico de Portugal», vol. 30, fl. 100

[540] Em Bragança e, mais tarde, em Sesulfe e Mogadouro também havia fundações que seguiam a regra de S. Francisco. Conhecem-se mesmo pequenas dádivas que uma e outra vez a hierarquia do bispado concedeu a estes institutos. No entanto, pelos valores concedidos, parece que as casas franciscanas de Alcanices e até de Zamora eram preferidas às da diocese.

[541] A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 2, fl. 78

correspondem os colunelos necessários, parece testemunhar dos últimos assomos de uma corrente artística que teimava em resistir às inovações e mudanças, em boa medida, introduzidas por uma economia à escala do globo e reclamadas por um novo ambiente mental de carácter mais complexo e de pendor mais universalista.

Também o arco cruzeiro é quebrado e com pés direitos de pouca altura. Contudo, os inconvenientes para a visualização do altar principal seriam atenuados pelo rebaixamento do chão da capela-mor que, assim, se apresenta, por comparação com as naves, a um nível mais baixo. No corpo do templo, perseguindo idênticos resultados, afeiçoar-se-ia o pavimento de modo a ficar mais alto na entrada principal e mais baixo na região do cruzeiro. Convém, no entanto, chamar a atenção para o facto de, até há pouco tempo, a nave do lado da epístola se apresentar em rocha viva e acompanhar o acidentado do terreno. Assim, o naturalismo deste espaço não somente originava um ambiente particular como ainda fazia com que a sua cota fosse superior aos demais. E já que falamos do pavimento, também merece referência especial o empedramento do corpo, cabeceira e sacristia, com miúdos seixos rolados que vão formando desenhos de apurado geometrismo.

As três naves do corpo são separadas por dez suportes, cinco de cada lado. Entre o limite do presbitério e a porta travessa de serviço, com arco redondo, assinalam-se duas linhas com seis colunas, depois seguidas por pilares que, assentando em plintos paralelipípedos, têm os fustes chanfrados nas arestas e capitéis cúbicos. No entanto, estes elementos arquitectónicos são de factura recente e a sua presença deve corresponder a um acrescentamento do corpo da igreja.

Por sua vez, as colunas, de fuste liso, assentam em plintos cúbicos e possuem capitéis oitavados e sem decoração. Sustêm as vigas mestras onde se apoiam os tirantes, alguns dos quais ainda mostram uma decoração florida, e,

transversalmente à densidade de linhas paralelas, se desenvolve uma couraça de tábuas recamadas que formam a «cama» para a colocação das telhas.

Não se tratando de uma edificação para uso quotidiano, como o são as que desempenham funções paroquiais, os luzeiros são de pouco significado, reservando-se o de maior vão para servir a capela-mor.

3.5.8 Senhora da Serra

A igreja da Senhora da Serra situa-se no ponto mais elevado da serra de Nogueira num franco descampado. O sítio é ermo e, em dia limpo, permite que o olhar alcance longínquos horizontes. Ao valor paisagístico acrescenta-se a massa das rugosas silhuetas dos carvalhos que, na actualidade, formam a maior mancha florestal desta espécie no país.

Esta igreja não tem funções paroquiais. Independentemente do valor arquitectónico, a sua importância decorre da persistência que esta devoção foi capaz de suscitar desde o século XVI. Em 1549, o Doutor João de Barros tinha já destacado a importância deste santuário, quando escreveu:

> «a duas legoas (de Bragança) està a hermida de Nossa Senhora da Serra, que ha pouco que se fundou de esmollas e offertas, e se fez hua caza tamanha como hu mosteiro, grande, de tres naves, aonde concorre grande numero de gente[542]».

A documentação conhecida, bastante mais moderna relativamente à data da fundação, não deixa de confirmar esta asserção, uma vez que não somente o altar privilegiado da Senhora da Serra é referido em testamentos[543]

---

[542] BARROS, João de - *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Porto, Biblioteca Municipal do Porto, 1919, p. 121

[543] Serve de exemplo o de Sebastião Aires, viúvo, lavrado em 22 de Maio de 1712. No conjunto das suas disposições, destacamos: «que seu corpo seja sepultado dentro da igreja matris desta villa e embrulhado em hum abito de Sam Francisco e que per sua alma lhe façam os tres oficios costumados ofrecidos e alumiados (...) e que lhe diga o padre cura as missas das

com o propósito expresso de nele se rezarem missas como ainda a Confraria da Senhora da Serra mostrava alguma capacidade financeira para realizar empréstimos[544] de valor monetário.

No primeiro quartel do século XVIII, a devoção levou algumas mulheres a superarem as dificuldades e privações que o isolamento e a inóspita situação da ermida, principalmente em tempo de Inverno, não deixavam de fazer sentir. Referimo-nos às ermitoas[545] que a piedade levou a viver em circunstâncias aparentemente tão difíceis na casa do ermitério que ficava junto da igreja da Senhora.

Todos os anos, nos começos de Setembro, uma torrente de peregrinos sobe a serra para pagamento de promessas ou, simplesmente, para rezarem embora muitos empreendam a deslocação em resultado das atracções profanas[546] que sempre acompanham a realização de qualquer romaria. O

Chagas e da Agonia e outra no altar preveliago da Senhora da Serra [...] todas pagas pello preço de sem reis». A.D.B., *Testamento que fes Sebastião Aires desta villa de Rebordaons»*, Nuc. Not., Rebordãos, Mç. 2, Lv. 9, fl. 117v

[544] Entre estes contam-se, a título de exemplos: 10.000 réis efectuada (1724, Maio, 1) a António Gonçalves e sua mulher, Maria Gomes, moradores em Lanção; 12.000 réis (1739, Setembro, 27) a António Esteves e mulher, Catarina Gonçalves que «se obrigam a pagar lhe de juro em cada hum anno emquanto a não remirem setecentos e sincoenta reis que he a razão de seis e coarto per cento»; 11.500 réis Francisco Fernandes e sua mulher, Jacinta Pires (1749). A.D.B., Nuc. Not., Rebordãos, Mç. 3, Lv. 18, fl. 82; *idem*, Mç. 5, Lv. 23, fl. 48; *idem*, Mç. 6, Lv. 28, fl. 80

[545] Uma das ermitoas chama-se Catarina Lopes e era natural da povoação de Rebordaínhos. No seu testamento, escrito em 1 de Maio de 1724, afirmou o seu desejo de ser «sepultada na igreja do povo onde morrer, e sendo cazo que morra estando moradora nas cazas em que vive ali seja enterrada na igreja da Senhora da Serra». Aparentada com Catarina Lopes devia ser Madalena Lopes pois tanto o apelido como a naturalidade, a data da celebração do testamento, a residência «nas cazas do padre irmitão da Senhora da Serra» e os termos do testamento, coincidem. Estes argumentos, na generalidade, são válidos para o caso de Maria Lopes Teixeira. Esta «ermitanha da cappella da Senhora da Serra» deixou os seus bens à padroeira desta ermida «com declaração que os reverendos abades [...] se não emtrumetão [sic] com os ditos bens mas antes estes rendão sempre pera a fabrica da igreja da dira Senhora». A.D.B., Rebordãos, Mç. 3, Lv. 14, fl. 89; *idem*, Mç. 3, Lv. 14, fl. 89v; *idem*, Mç. 3, Lv. 15, fl. 4

[546] Em Janeiro de 1795, seguindo uma indicação do bispo D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, registavam-se nos livros de vistações das igrejas do bispado diversas orientações, uma das quais respeitava às festas: «há pessoas e especialmente mulheres que vão as festas não com rectas e santas intençoins que deverião, mas para dançar e cantar cançoins vergonhozas [...]. Nos conhecemos e experimentamos quanto são grandes os artificios do diabo para substituir o culto a Deos e dos Santos nas festas solennes, fazem feiras, e mercados publicos pelos quais este espirito de malicia dezemcaminha o povo de frequentar as igrejas,

carácter marginal de algumas manifestações tem suscitado fortes e sucessivas vozes contra tais práticas que, por se repetirem com regularidade, podem considerar-se tradicionais. Porém, a força dos púlpitos tem-se revelado fraca para aniquilar tais costumes.

A festa que se realizava a oito de Setembro era motivo para a realização de uma feira visto que em 1739, os vereadores da Câmara de Rebordãos, em cujo termo estava a ermida, o tesoureiro e o mordomo da Senhora da Serra afirmaram:

> «percoanto os moradores (...) alcançarão do Dezembargo do Paço hua provizão regia pera efeito de mudar a feira que se faz a outo de Setembro de cada hum anno junto da Senhora da Serra termo desta villa pera o Domingo depois do mesmo dia[547]».

Sendo verdade que o seu corpo é maior que a maioria das principais igrejas do bispado, os elementos arquitectónicos visíveis parecem querer lembrar-nos a ocorrência de acrescentamentos sucessivos, o que, aliás, deve estar de acordo com a influência cada vez maior que esta devoção exercia sobre as pessoas, atraíndo por isso a atenção de moradores de povoações distantes.

Em 1716, Frei Agostinho de Santa Maria, divulgava a seguinte configuração do templo:

> «he esta ermida muito grande, e tem de comprimento cento e oitenta palmos (cerca de 38 metros); he de tres naves, com proporcionada largura, divididas em dez columnas de pedra, cinco de cada parte[548]».

---

de assistir aos exercicios santos [...] nos quais elle tem achado meio de introduzir [...] jogos e divertimentos obscenos e torpes e impudicos de sorte que naqueles dias as glotices e davassidoins tem tomado o lugar das esmolas; as danças aquele da oração e as bufenarias e chocorices o das pregaçoins que se devião hir ouvir [...]». Arquivo do Paço Episcopal, *Livro de Vistações de Fresulfe (1679-1888)*, fls. 151-151v

[547] A.D.B., *«Procuração bastante que fizerão os ofecciaes da Camera e outros desta villa de Rebordaos»*, Nuc. Not., Rebordãos, Mç. 5, Lv. 23, fl. 43. Francisco Afonso, Francisco da Ponte e Lucas António desempanhavam o cargo de vereadores; André Soares de Madureira e João Martins eram o tesoureiro e o mordomo da Senhora da Serra.

[548] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *ob. cit.*, p. 617

A imagem da Senhora, «de roca, e de vestidos [...] (e) estatura de cinco palmos», ocupava posição central no retábulo principal, estrutura que motivou a celebração de um contrato para o seu douramento em 11 de Janeiro de 1693. Este serviço, só deveria estar concluído na Primavera de 1696, obrigando-se o mestre dourador e contratante, Manuel Monteiro, natural de S. João das Caldas, entre outros trabalhos, a dourar e estofar «o corpo da Senhora que de novo se há de fazer e pintar as ilhargas das paredes fora do retabolo[549]».

Na capela maior, o seu tecto, descrito pelo religioso como uma «admiravel obra de madeira, em que se descobre não só a grandeza, mas a sua muita antiguidade[550]», induz-nos a não afastarmos a hipótese de se tratar de um tecto de alfarge.

Interiormente, o arco cruzeiro de arco quebrado e ângulos chanfrados estabelece a articulação do presbitério com o corpo da ermida. Independentemente do tipo de curvatura, as singularidades planimétricas desta igreja não foram levadas em linha de conta. Daí que as concepções que presidiram à construção deste arco não sejam diferentes dos esquemas adoptados para espaços de nave única. Por isso, o seu lançamento carece de alguma amplitude para poder descobrir mais completamente a capela-mor

Nas ilhargas do arco cruzeiro, zonas testeiras das naves laterais, posicionaram-se os dois únicos altares existentes no corpo que, seguindo a tradição nacional, seriam recamados de talha dourada e policromada.

Um sistema composto por vigas de madeira e poderosos tirantes permite a formação de um tecido de cobertura que, com excepção de uma estreita faixa nivelada sobre a zona central, acompanha as duas águas do telhado. Todos os componentes, incluíndo os caibros e as tábuas do forro, estão à vista. Dispostos paralelamente e de modo regular, os barrotes formam o

---

[549] RODRIGUES, Luís Alexandre - *A talha dourada e policromada no Distrito de Bragança. Documentos (séculos XVII-XVIII)*. Mirandela, João Azevedo Editor. (No prelo)
[550] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *ob. cit.*, p. 616

assento para a colocação do forro que, para melhor agasalho do interior, emprega boas tábuas de castanho organizadas em escama de peixe, ou seja em sucessivas sobreposições.

O peso das coberturas é sustentado - actualmente - por doze esteios, altos e com tipologias diversas, os quais também desempenham uma função basilar na organização espacial do recinto. Entre o arco cruzeiro e a única porta travessa dois pares de colunas jogam papel determinante na divisão das naves; depois segue-se um par de suportes com fustes hexagonais, a um dos quais se encontra adossada a escadaria de um púlpito em cuja base são visíveis ornatos ainda devedores da gramática manuelina e, finalmente, mais três pares de robustos pilares.

Escasso é o poder e a ajuda dos cronogramas de um cunhal da capela-mor (1659 e 1671) perante o desconhecimento de fontes documentais seguras. Em todo o caso, é possível que as variações tipológicas dos elementos de suporte correspondam a outros tantos momentos em que a crescente pressão da piedade popular impôs o acrescentamento da igreja.

As colunas não obedecem aos parâmetros das ordens canónicas. A base não existe mas sugere-se quando, ao nível do pavimento, um toro ou anel contorna o fuste, repetindo-se uns dois ou três palmos mais acima e depois no assentamento dos capitéis. O fuste é liso, reservando-se os lavores decorativos para o cesto dos capitéis onde se detectam algumas rosetas e outras fantasiosas representações de difícil descrição.

A estas colunas parece Ter recorrido o canteiro ou canteiros que se encarregaram de talhar os fustes sextavados, já que não somente repetiu a intenção, visível na aplicação dos toros, anéis e astrálagos, como ainda manifestou, no desenho e volumes, dificuldades para ultrapassar a forma incipiente dos elementos vegetalistas que preenchem os capitéis.

Dos três grupos de pilares só um - o mais antigo - mereceu honras de cinzel para se desfazer a monotonia de uma epiderme lisa. Apesar do nível de

interpretação popular, não se ocultou a pretensão de se produzir obra com alguma erudição, embora decalcada de modelos arcaicos. Na verdade, na fábrica destes robustos blocos graníticos o modelo que estava debaixo da vista dos práticos só podia ser retirado da penumbra de alguma velha abadia medieval onde, com frequência, a massa compacta do suporte principal fingia aligeirar-se com a agregação de elementos mais esbeltos que fingissem contrariar o peso das massas. Com idêntico alcance, na igreja da Senhora da Serra, as esquinas dos pilares sofreriam um tratamento colunário, sendo que a expressão da capacidade técnica dos mestres se patenteou mais na zona dos arranques do que nos remates, sendo os capitéis, alguns com topos de ábacos cordiformes, transformados num campo em que variados elementos fitomórficos se diluem num ambiente de emaranhada indisciplina.

3.5.9 Senhora do Campo

Além do corpo do próprio edifíco eclesial, objecto de intervenção recente que aproximou a configuração exterior de algumas casas que formam certos aldeamentos turísticos do Algarve, as notícias setecentistas de Frei Agostinho de Santa Maria constituem testemunhos de primeira importância. Levanta-se a ermida num monte que se eleva a Ocidente da povoação de Lamas[551]. No primeiro quartel do século XVIII, a elevação seria transformada em sacro-monte. Especialmente durante a Semana Santa, o caminho traçado entre a aldeia e o cume da elevação propiciava aos moradores a prática de exercícios

[551] Em 1758, o reitor, João Gonçalves da Costa, na resposta ao questionário das memórias paroquiais, referindo-se à matriz, declarava: o seu orago he a Senhora da Assunpção tem tres altares o da Senhora da Assumpção, e dous coletraes, hum de S. Sebastião, outro da Senhora do Rosario, e tem duas naves a igreja». Relativamente à Senhora do Campo, o mesmo informador, acrescentava: «a capella da Senhora do Campo a vem vizitar alguns romeiros pello discurso do anno, e no dia 25 de Março se ajunta bastante gente na ditta capella e se faz hua certa feirinha». A.N.T.T., *Lamas*, in «Diccionario geographico», vol. 19, fl. 185

piedosos, «pouco mais de setenta e seis vizinhos[552]», por coincidir com a Via Sacra, da qual devia fazer parte uma pequena ermida dedicada a Santa Bárbara. Todavia, seria no ponto mais elevado, designado por «Valdemonte, e o Facho», por servir de atalaia «para se dar aviso das entradas, que fazião os inimigos», que a capela da Senhora do Campo se construíu. Da «vistosa mata» de então, ainda resiste descendência de veneráveis carvalhos, alguns dos quais começam a mostrar o cansaço de largas décadas a perscrutarem a vastidão dos horizontes.

Baseado na tradição, o religioso agostinho situou a fundação da ermida pelos anos de «1300 e tantos, ou 1400», sublinhando o papel de um «Santo Varão, natural de Biscaya, ou de Navarra», que a construiu a expensas próprias mas «ajustando se em tudo com a planta que trazia[553]» consigo.

Referindo-se à orientação, «do Oriente para o Occidente», com a entrada principal [...] aonde fica o campanario alto, e forte com um sino», voltada a Ocidente, o memorialista descrevia assim o corpo do templo:

> «tem à entrada hum alpendre cuberto sobre columnas de pedra, e todo elle he feito de cantaria. O corpo da igreja tem de comprido cincõeta e cinco palmos, e de largo quarenta. Isto he do arco da capella mòr atè a porta principal[554]».

Quanto à capela maior, acrescentava:

> «he muito perfeita, he de abobada de ladrilho, e com ser tão antiga, pela perfeição com que està feita parece obra moderna. Tem de largo vinte e cinco palmos, e trinta de comprido[555]».

Dando conta de oito contrafortes que reforçavam exteriormente a construção, Frei Agostinho de Santa Maria valorizava a organização interna, as devoções existentes e a máquina retabular da capela-mor:

---

[552] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *ob. cit.*, p. 579
[553] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *ob. cit.*, p. 581
[554] SANTA MARIA, Agostinho de(Frei) - *ob. cit.*, p. 581
[555] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *ob. cit.*, p. 581

«he de tres naves divididas com oito columnas, e de arcos, que ainda que são de ladrilho, são muito bem obrados. Tem dous altares collateraes no topo das naves, hum dedicado a São Bras, e outro a São Caietano. Na capella mòr tem hum retabolo novo, e moderno de muito boa talha, e muito bem dourado, de ouro còrado, de altura de 22 palmos, e dezoito de largo. He formado de dous corpos, divididos com columnas salomonicas, e pinturas nos meios. No primeiro corpo tem dous quadros da paixão de Christo, e no meio delle se vè em hum nicho huma imagem deste Senhor Crucificado, de cinco palmos em alto. No segundo corpo tem outros dous quadros de meio relevo, hum da Encarnação, e outro da Conceição da Senhora. No meio deste corpo se vè collocada em outro semelhante nicho a imagem da Senhora do Campo, patrona e titular daquelle templo[556]».

A descrição arquitectónica do informador eclesiástico corresponde com exactidão à configuração actual. Mesmo a pretensão de se associar o seu risco a uma proveniência espanhola não nos parece descabida, especialmente se atentarmos na volumetria da edificação, particularmente no facto da capela-mor, de planta quadrada e telhado de quatro águas, se elevar muito acima da cumeeira do corpo. Nesta configuração, o volume da capela-maior, mais estreita do que o corpo e com botaréus nos ângulos, mostra uma identidade própria, afirmando a pretensão de, mesmo à distância, anunciar o seu significado simbólico. Frequente em toda a zona castelhana, esta tendência para a individualização espacial da cabeceira conta apenas, na área da diocese, com um pequeno número de templos.

No frontispício, um alpendre espaçoso tem um telhado de três águas, sendo a estrutura do seu madeiramento sustentada por dois partidos de pilares de secção quadrangular, um deles com elementos de grande resistência. Tanto a entrada principal, como a única porta travessa, rasgada na face voltada Sul, apresentam-se com ombreiras e arcos que dispensaram a presença de capitéis ou impostas. A abertura principal, denotando o arcaísmo da sua fábrica, mostra as esquinas chanfradas e com lavores de molduragem. Como focos de

[556] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *ob. cit.*, pp. 581-582

iluminação, a principal abertura situa-se na capela-mor e tem a particularidade de ostentar perfis ondulados, recordando que algumas das características ornamentais do formulário manuelino ainda, na décima sétima centúria, faziam parte do reportório artístico de alguns lavrantes.

O espaço da capela-mor, onde se abre a entrada da sacristia, é fraccionado pelos degraus do presbitério, incluídos no plano mais elevado onde brilha a folha de ouro que reveste uma máquina retabular, acima descrita pela pena do religioso agostinho. No entanto, este espaço não poderia ser referenciado sem uma alusão à cobertura abobadada de ladrilhos, com os cruzamentos das ogivas a desenharem figuras estreladas e com fechos a recordarem discos.

Na cobertura do corpo, esta técnica não teria aplicação. Mais barata era a cobertura de madeira, com vigamento de asnas e forro em escama de peixe, que cobre as naves: nas laterais o forro acompanha a inclinação das duas águas do telhado; em correspondência com a nave central, o tecto tem a forma de masseira.

Tal como na capela-mor, ou na igreja de Santa Maria de Bragança, o ladrilho voltaria ter utilização nos três pares de pilares e nos elementos de volta perfeita que sustentam o madeiramento da cobertura e organizam a planimetria interna em três naves. Diga-se, no entanto, que apenas os pilares mais próximos do arco cruzeiro, com as esquinas arredondadas, se apresentam com independência relativamente aos muros que definem a tridimensionalidade desta capela. Na verdade, os pilares do primeiro grupo, ao manterem contacto directo com a parede do frontispício, acabam por funcionar como contrafortes interiores. Por sua vez, os pilares intermédios, sustentando os arcos que percorrem as naves no sentido longitudinal, suportam também um arco transversal que leva uma extremidade a descansar nos alçados laterais.

4. Elementos do plano (e da construção)

4.1 Baptistérios

A personalidade institucional das igrejas paroquiais dependia, em certa medida, da presença da pia baptismal, onde o escorrer da água purificadora marcava o início de um percurso espiritual, simbolicamente tutelado pela silhueta da cruz que encimava todas as torres e campanários. Nas paroquiais, para se guardar a pia baptismal, reservava-se um dos espaços angulares definidos pelo encontro do muro da frontaria com um dos alçados laterais. Embora fossem admitidas excepções, o espaço do baptistério, com planta quadrada, ocupava o lado do evangelho. Todavia, o baptistério podia evidenciar a sua tridimensionalidade, destacando-se para o exterior de um dos alçados laterais.

Deste modo, a tendência para este espaço afirmar uma relativa independência[557] do interior sacro não pode deixar de ser associada à importância que lhe era concedida.

No calendário litúrgico, a festa da Adoração dos Reis Magos substituiu a antiga comemoração do baptismo de Cristo[558] que se celebrava no dia 6 de Janeiro e era encarado como uma importante manifestação divina, já que à purificação nas águas do rio Jordão seguir-se-ia a teofanía ou descida do Espírito Santo sob a forma de pomba. Acto de voluntária e simbólica humildade, o baptismo de Cristo por João correspondia à instituição deste sacramento e à sua sobreposição relativamente à circuncisão judaica. Já no momento em que saía da água a manifestação do Espírito Santo corresponde à afirmação do seu carácter messiânico.

---

[557] Desde o século III que o baptistério aparece como independente da igreja, assumindo com frequência, por razões alegóricas, um formato octogonal. SANTIAGO SEBASTIAN - *ob. cit.*, p. 90

De acordo com o abade Durand, nos primórdios do cristianismo o baptismo não era conferido solenemente senão duas vezes por ano, nas vigílias da Páscoa e de Pentecostes. Por isso, na altura da realização das cerimónias eram numerosos os aspirantes que se apresentavam para receber o sacramento. Daí a necessidade de que os baptistérios que se construíam fossem espaçosos e, ordinariamente, divididos em duas partes, destinando-se uma aos homens e outra às mulheres. A bacia de pedra, com forma redonda ou de cruz, colocava-se ao centro mas com cota inferior ao nível do pavimento. Para facilitar a descida construíam-se três degraus e outros três para a saída. Ao meio, outro degrau, o sétimo[559], servia para se posicionar o ministro que administrava o sacramento[560].

Nas «Instructiones fabricae et supllectilis ecclesiasticae» do arcebispo de Milão, Carlos Borromeo (1538-1584), texto publicado em 1577 e que se caracteriza pela tentativa de articulação de algumas resoluções conciliares com o problema da arquitectura, recomendava-se a construção de um baptistério nas igrejas mais proeminentes, grupo a que as paroquiais pertenciam. Sob o patrocínio de S. João Baptista, estas construções perfilavam-se, de acordo com o normativo expresso, como capelas independentes já que se apontava a conveniência em se distanciarem da frente da igreja sempre que a natureza do sítio o permitisse.

Ao mesmo tempo regulava-se o recorte da sua planta, manifestando-se a preferência por figuras geométricas regulares que pudessem inscrever-se no interior de um círculo como as de formas quadradas, redondas, octogonais ou hexagonais. Relativamente ao tipo de coberturas, as de abóbada mereciam claramente a eleição, mormente aquelas que pudessem receber uma cúpula. À

---

[558] RÉAU, Louis - *Iconographia del arte cristiano*, T. I, vol. 2, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996, p. 308

[559] O número sete é por este autor associado aos sete sacramentos, de que o Baptismo é o primeiro, ou aos sete dons do Espírito Santo. DURAND, A. - *Le culte catholique dans ses cérémonies et ses symboles d'aprés l'enseignement traditionnel de l'Église*, Paris, 1868, p. 434

[560] DURAND, A. - *ob. cit.*, p. 434

proposta da construção de numerosas janelas, seguiam-se outras indicações como as relativas ao pavimento que devia ser sólido e usando materiais nobres como o mármore mas sem excluir a utilização do ladrilho. Ainda em relação ao pavimento, este devia ficar mais alto do que o nível da via pública mas sem superar o da igreja. A existência de um único altar no baptistério mas com a condição de manter alguma distância em relação à parede construída a Oriente, era outra norma que Francisco Borromeo preceituava.

Todavia, verificando-se a inexistência de possibilidades para se seguirem estas regras, admitia-se a edificação do baptistério no plano da igreja, mas só depois de obtida a licença dos bispos.

Diferindo das práticas da administração do sacramento do baptismo por imersão, costume seguido pelo rito ambrosiano, o baptismo por efusão, adoptado pelo rito romano, passaria a ser usado em quase todas as igrejas. Da diferença de práticas decorriam orientações diferenciadas com consequências sobre as formas dos baptistérios de que nos interessam particularmente as respeitantes ao rito romano.

Nas capelas destinadas à administração deste sacramento, o baptistério devia não só ocupar o centro como situar-se a um nível com cota inferior ao pavimento. Pelo menos três degraus resolviam o problema da diferença de nível. Esta configuração, em forma de tumba, apontava claramente para a simbologia do sepulcro de Cristo, em cujo centro se colocaria a pia baptismal. Esta devia ser redonda ou octogonal, construída em mármore ou noutra pedra não porosa, podia apresentar ornamentação exterior e apoiar-se-ia numa coluna com base quadrangular ou hexagonal. Finalmente, uma colunata, com número de colunas variável, definia o perímetro desta capela. Nos espaços inter-colúnios deviam existir grades e, na parte inferior da própria cobertura arqueada um guarda-pó de seda.

No entanto, a consciência de que nem todas as igrejas dispunham de recursos para executarem obra concordante com estas normas, nomeadamente

a construção de um baptistério independente da igreja, levou Carlos Borromeo a considerar as possibilidades de obra mais simples e, consequentemente, menos dispendiosa. Assim, nas igrejas mais humildes, a coluna podia dispensar-se, embora a exigência da grade e cobertura arqueada do tecto se mantivesse.

Nesta linha de orientação, a pia baptismal ficaria em espaço próprio mas no interior das igrejas paroquiais, elegendo-se a proximidade da entrada principal e o lado do evangelho como os sítios mais apropriados. Sendo conveniente que a área disponível fosse suficientemente ampla, a existência de igrejas relativamente pequenas aconselhou a aprovação de espaços limitados onde apenas houvesse lugar para os padrinhos e para o sacerdote que administrava o sacramento. Todavia, se o sítio de implantação da igreja não consentisse a construção do baptistério no lado do evangelho cabia ao bispo a decisão por outra opção, sabendo-se que de nenhum modo a sua entrada podia ficar obstruída.

Actualmente, muitos baptistérios das igrejas da diocese encontram-se muito alterados e, por vezes, reduzidos a espaços esconsos ou convertidos em arrumos. Mesmo assim, comprova-se que este espaço era tradicionalmente secundarizado, se comparado com os cuidados e atenção que permanentemente se votavam às outras componentes de uma igreja. No entanto, alguns capítulos de visitação deixam ver como, no essencial, os preceitos de Carlos Borromeo eram seguidos.

Na visitação efectuada em 1604 à paroquial de S. Nicolau, em Candedo, o abade de S. Martinho de Angueira, o reverendo Manuel da Rocha, conduzia a construção de um novo baptistério pelas linhas de uma relativa autonomia:

«(os fregueses) farão hua capela que fique fora do corpo da igreja de bom castanho em que caiba a pia de bautizar a quoal faram no direito donde ora esta[561]».

Mas algumas vezes, este tipo de orientações resultava do defeito de grandeza espacial dos templos. À vista da igreja de S. Frutuoso, em Pombares, o Doutor Jerónimo Preto e Lemos, em 1727, não duvidou em considerar:

«a pequenhes da igreja (e) ordenar aos freiguezes aibram hum arco para a parte de sima da entrada das portas principais em que se mera a pia baptismal e o sitio donde ella esta a poram ao libel da igreja[562]».

Em 1755, mandando-se fazer o baptistério da igreja de Vilar do Monte, os moradores deviam seguir um esquema que contemplasse:

«na parede hum arco de cantaria com bastante altura, e fora della farão a dita caza de abobeda por cima com a capacidade que se necessita para nella se colocar a pia baptismal e caixa dos Santos Oleos mitida na mesma[563]».

Na mesma década, na igreja de S. Salvador, o bispo Frei João de Valadares ordenava aos fregueses:

«mandarão fazer da parte do altar de Nossa Senhora hua meia laranja que saia ao sagrado com sua porta rasgada grande aonde metam a pia de bautizar poruanto fui informado que não cabe a gente na igreja hasi ficara lugar pera as molheres e acrescentarão os bancos dos homes paera poderem caber todos[564]».

Ou seja, ao mesmo tempo que se remediava o problema de espaço na nave, definiam-se as regras para a renovação dos baptistérios, insistindo-se no abobadamento das coberturas e na necessidade de, num dos muros, se anicharem as âmbulas dos Santo Óleos.

---

[561] Arquivo do Paço Episcopal, *Livro de visitações da igreja de S. Nicolau de Candedo, (1603-1680)*, s/fl.
[562] Arquivo do Paço Episcopal, *Livro de registo de capítulos de visita e pastorais de Pombares (1706)*, fl. 30
[563] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 63, fl. 55v

Uma campanha de obras que incidiram sobre a capela-mor e nave da igreja de Vilar do Monte podem justificar o atraso na obra do baptistério. Por isso, em 1768, segue-se nova recomendação para se «abrir hum arco para o lado da epistola para nelle se meter o baptisterio[565]». Mas como posteriormente se verificou que a parede não admitia «semilhante obra», esta seria adiada. Interessam-nos as disposições de Outubro de 1780 por nos apresentarem as medidas do baptistério e da abertura de iluminação e ainda por se considerar o nível a que devia ficar o seu pavimento:

> «os moradores [...] mandarão fazer hua caza de batisterio de des palmos de largo e doze de comprido que tera sua porta pello confessionario rompendo se no mesmo sittio o que faltar de parede para se entrar para ella o seu pavimento ficara ao livel do da igreja tera hua fresta de hu palmo de largura e coatro de altura para a parte do meio dia e terão as paredes catorze palmos de altura pella parte de dentro e para a mesma caza se mudara a pia[566]».

Mesmo nas igrejas de maior volumetria, a iluminação interior do baptistério é assegurada por uma fresta ou, quando muito, por um óculo de reduzido vão. Em S. Gens de Parada (1766), estipulava-se:

> «para dar lus ao batisterio se abrira huma fresta em huma das paredes [...] será estreita por fora de modo que não execeda à largura de meio palmo pouco mais ou menos e coberta de huma rede de arame[567]».

Outras soluções espaciais podiam ser adoptadas, quando se impunha a conciliação do normativo estabelecido com as condições existentes e as necessidades funcionais. Por considerar que o baptistério não estava com a devida decência e ainda porque «occupa(va) algum resto do corpo da igreja sendo ella piquena e não tendo a capacidade necessaria para nella estarem os freguezes a missa e officios devinos», mandava (1795) o reverendo Sebastião

---

564 A.D.B., Confrarias, Cx. 5, Lv. 52, fl. 51
565 A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 64, fl. 43
566 A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 64, fl. 60
567 A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 14, fl. 126

José Esteves, reitor de Rabal, que, na paroquial de Travanca (Vinhais) se construísse:

> «huma caza no canto da sacristia para onde sera mudada a pia baptismal cuja caza tera a porta para dentro da igreja cuja sera fechada com bonna segurança e tera a capacidade para nella se recolherem alguns trastes pertencentes a mesma igreja por nella não haver caza de despejo chamada segunda sacristia[568]».

Retomava-se, assim, a linha de orientação já preconizada para a igreja de Gimonde, quando, por entender que estava «impedindo a igreja» o reverendo Manuel Bernardes da Silva, abade de S. Pedro de Montouto ordenava a edificação do baptistério «da parte de fora de modo que fique com o arco de cantaria na parede da igreja[...] cujo arco sera tapado com grades de pao, chave, e fechadura[569]». No entanto, a singularidade da medida proposta para a igreja de Travanca decorreu, certamente, do aperto a que a igreja estava submetida. De facto, em 1756, manifestava-se o desejo de alargamento do adro «fazendo compozição com o dono das cazas contiguas a elle, ou obrigando o para a parte de cima se fazer a sanchristia, e baptisterio[570]». Estando na nave, um gradeamento devia assinalar a identidade deste espaço; mostrando autonomia, a grade colocava-se na entrada. No entanto, como se estipulava (1703) para as igrejas de Dine, de Cernadela e de Vale Prados Grande (Macedo de Cavaleiros), deviam alcançar o «sobreceo delle, com porta e chave[571]», o «tecto com seu guardapó[572]», ou «chegarão até o choro assima[573]».

---

[568] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 115, fl. 89
[569] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 11, fl. 39
[570] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 115, fl. 11
[571] Arquivo do Paço Episcopal, *visitação da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Dine (1688-1754)*, fl. 23
[572] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 80
[573] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 57, fl. 59v

As grades eram sempre torneadas[574] e pintadas a óleo[575]devendo os balaústres «ou bilros» estar tão próximos uns dos outros de modo a que «entre elles não passe pessoa algua[576]» e, quando o grau de exigência era maior, «não caiba braço[577]». Quando a casa do baptistério não era independente da nave e, como em Pinhovelo, se localizava (1724), num ângulo ao «fundo da igreja», sob o coro, obrigava a alguns cuidados principalmente quando o soalho deste apresentasse algumas deficiências[578].

Mantendo-se o uso de grades para delimitar[579] o espaço as quais, como se viu, por vezes chegavam ao coro, contemplava-se ainda um guarda-pó e uma tampa para a pia baptismal que na igreja da Senhora da Encarnação da Torre de D. Chama devia ser piramidal[580]. Embora se conheça a indicação (1789) para o povo de Fresulfe mandar fazer «hua pia baptismal de cantaria como a da igreja de Mofreita[581]», as notícias da mesma índole seriam sistematicamente omitidas.

Em todos os baptistérios deve-se evidenciar a existência de um nicho aberto numa das suas paredes. Com porta e devidamente forrado pela parte

---

[574] Os moradores de Pinela (1762) «mandaram fechar o arco do batisterio com balaustres de castanho feitos ao torno». A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 19, fl. 120v

[575] Em 1755, mandava-se pintar a óleo de cor verde as grades do baptistério da igreja de Serapicos. A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 31, fls. 45, 105. No mesmo ano, a cor preferida para as «grade da pia baptismal, e portinhas dos Santos Oleos» da igreja de S. Julião, em Santulhão, era o vermelho. A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 104, fl. 117v

[576] Arquivo paroquial de Vilar Seco de Lomba, *Livro de registo de capítulos de visita e pastorais da igreja de S. Julião (1674-1706)*, fl. 177

[577] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 63, fl. 3; *idem*, Cx. 11, Lv. 104, fl. 7v

[578] Em 1634, na visitação da igreja de Vilarinho de Cova de Lua determinava-se: «achei que o choro estava muito mal solhado e que a pia baptismal estava debaxo delle caindo muito po sobre ela pelo que mando aos ditos freguezes o forrem por baxo ate as grades da pia muito bem de meo fio conforme que não possa cahir po». Arquivo Paroquial de Espinhosela, *Visitação na igreja de S. Ciprião (1634-1785)*, fl. 1v

[579] «mandaram fazer huas grades de boa madeira que cerquem a pia de baptizar cuberta com seu goardapo por cima das ditas grades de madeira de castanho bem lavradas». A.D.B., PRQ., Cx. 11, LV. 110, fl. 49v

[580] «Mandamos que das rendas da mesma fabrica (da igreja) se ponha huma tampa piramidal na pia baptismal». A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 82, fl. 64

[581] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitações da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, fl. 136

interior de madeira, destinava-se à guarda dos Santos Óleos[582], cujas âmbulas por vezes se recolhiam em caixas de madeiras exóticas[583] como o pau preto.

Relativamente diferente era a função da arca dos Santos Óleos onde as âmbulas argênteas da catedral se guardavam. Construída em pau santo, é de dimensões apreciáveis e ostenta numa das suas caras as armas do bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques. No corpo boleado, a graça sinuosa das linhas das suas molduras é acompanhada pelos ornatos de talha que recamam os saiais e os perfis que irradiam do elemento que constitui o coroamento da tampa de encaixe. Assenta sobre quatro pés devedores da matriz joanina, já que são de garra e bola. Interiormente comportava um trio de ânforas, bojudas e lisas, com inscrições individualizadas, «CATEC», «CHRIS», «INFIR», para conterem os Óleos dos catecúmenos, os crismados e dos enfermos. Noutra perspectiva, a importância concedida aos Santos Óleos era demonstrada pelo Breve[584] que, a partir de 1601, possibilitava que os prelados portugueses os pudessem sagrar com bálsamos do Brasil e de outras partes.

Frequentes eram as imagens com alusões ao Baptismo de Cristo de que constitui um exemplo o capítulo de visitação deixado, em 1744, pelo visitador aos paroquianos de Gondesende:

> «se mandará por na caza da pia baptismal hum painel que esteja pintado o Baptismo de Cristo no Jordão com suas molduras por ser determinação da igreja estar este ministerio naquelle lugar[585]».

Em 1794, o reitor de Rabal, Sebastião José Esteves, recordava aos moradores de Mofreita a obrigatoriedade de:

---

[582] «Os freguezes [...] mandarão por as grades do baptisterio, e forrar o mesmo por sima com perfeição e na parede do mesmo mandarão fazer hua porta para o caixão dos Santos Oleos, e o forrarão por dentro de madeira com sua fechadura, e para a porta do mesmo pella parte exterior lhe mandarão fazer hua cortina de damasco roixo com franjas de seda». A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 11, fl. 3v

[583] «(Os fregueses mandarão fazer) hum baptisterio bom, e hua caixa de pao preto para as ambulas dos Santos Oleos». A.D.B., PRQ., Cx. 6, LV. 58, fl. 69

[584] A.D.B., Mitra, Cx. 56, doc. nº 29

«fazer(em) hum quadro guarnecido com seus frizos tudo de boa madeira de castanho e lhe mandarão pintar a imagem de S. João Baptista e a de Nosso Senhor Jezus Christo reprezentando o baptismo no rio Jordam cujo quadro porão no baptisterio[586]».

No ano seguinte, a ordem repetia-se na matriz de Fresulfe, mas adiantando-se que o quadro devia ser «posto defronte da pia baptismal e de sorte que o menistro do Senhor o possa ver na acção de admenistrar o sacramento do Baptismo[587]».

No baptistério de S. Mamede de Agrochão, a abóbada da cobertura seria revestida com pinturas perspectivadas e inscrições[588], já em mau estado de conservação, que se organizam em função de uma cúpula central onde pousam dois anjos.

O baptistério da matriz de Lamalonga ocupa uma posição frontal à porta travessa pelo que parece evidente a operação de adaptação espacial. Assim, a grade torneada que tradicionalmente separa a pia baptismal e a nave não existe. Em contrapartida, a porta almofadada, com duas folhas, seria enquadrada por artificiosos efeitos em que o sentido arquitectónico se valorizou com a refulgência dos dourados sobre outros efeitos cromáticos.

No interior, a cena hierática, pintada na madeira do tecto, mostra o Baptista, com uma concha na mão, a baptizar Cristo, cuja figura recorda o *Ecce Homo*. Todo o conjunto, onde esvoaça a pomba simbólica, é cercado por policromadas auriculares com linhas de grande dinamismo e acentuada plasticidade formal que repetem a gramática artística enunciada no coro, onde se fixou data de 1768, provavelmente pela mesma mão que, no ano seguinte,

---

[585] Arquivo paroquial da igreja da Senhora da Assunção de Gondesende, *Livro de visitações (1685-1793)*, fl. 97

[586] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 107, fl. 48

[587] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitações da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, fl. 157v

[588] «NON FUIT VASTI SPATIUM PER ORBIS»; «TINGERE LINPHIS»; «SANCTIOR QUIS QUAM GENITUS IOANNE».Há ainda vestígios de uma quarta inscrição, porém, ilegível.

respondeu à solicitação do abade Tomás Gomes da Costa para pintar o tecto e o coro da igreja de Ferradosa.

4.2 Púlpitos

Conhecem-se casos de templos que possuem púlpitos no exterior. As festividades periódicas e a desproporção entre o elevado número de fiéis e as limitações da nave, impunham que a assembleia se reunisse no exterior para ouvir a homilia. Contava-se neste número, a igreja do antigo couto de S. Cristóvão, da Ordem de Malta, por ter um «pulpato de cantaria que fiqua fora da igreja formado sobre seis colunas de cantaria[589]».

A vulgarização do púlpito arquitectónico, separado do altar, deve-se ao espírito mendicante e às experiências ensaiadas desde os tempos medievais para se dotarem as igrejas com espaços interiores mais amplos[590]. Note-se que os franciscanos cedo pretenderam transformar os sermões «sem pequenos espectáculos de imagens, levando quadros de imagens e ou cartazes para o púlpito[591]». Assim se explicará que a apetência narrativa e simbólico tivesse eco na profusão de imagens historiadas com finura de lavores, cedo patenteados em púlpitos românicos e góticos de que constituem expoentes máximos o do baptistério de Pisa (1260), devido a Nicola Pisano, e o da igreja de Santa Maria del lago de Moscufo, elaborado, pelos anos de 1159, na oficina dos imaginários Roberto e Nicodemo.

Também em Portugal, o púlpito manuelino dos Jerónimos e, depois, o de Santa Cruz de Coimbra correspondem a dois momentos em que a mão do escultor provou elevada capacidade plástica.

---

[589] A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 99, fl. 239

[590] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *A igreja de Jesus de Setúbal*, in «Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto», II Série, vol. VII, Porto, 1990, p. 273

Desconhecemos se o púlpito da desaparecida igreja de S. Cristóvão ostentava obra de imaginária. Em todo o caso, a sua monumentalidade arquitectónica, expressa pelas seis colunas de suporte, parece indiciar que a sua fábrica se orientou por padrões artísticos que a época moderna irá progressivamente rejeitando. Na verdade, a revalorização da homilia, na sequência da reunião tridentina, seria acompanhada do aligeiramento físico destas estruturas. Contudo, a existência, em 1684, na igreja de Santa Maria Madalena, em Avinhó, de um «pulpeto de madeira com suas esquadras do mesmo[592]», deve ser compreendido no âmbito de um quadro vivencial de um quotidiano sem abastanças.

Referindo-se aos púlpitos, Carlos Borromeo apontava as vantagens de serem colocados no centro de la iglesia, em um lugar conspícuo, de forma a que o pregador pudesse ser ouvido e visto por todos[593]. Assim, reconhecia-se a importância do verbo fluente, valorizava-se o gesto, porventura, dramático, e a compustura de uma pose grave e previamente ensaiada. Havia que convencer, impressionar e comover o auditório de forma a que os comportamentos individuais e colectivos se apegassem mais fortemente aos preceitos da doutrina, ao aprofundamento do sentido de piedade e de maior generosidade na prática da caridade ou no auxílio aos institutos religiosos.

Sendo certo que algumas vezes o brilho do cerimonial litúrgico exigiu um par de tribunas, a maioria das igrejas do bispado contam apenas com um púlpito. Normalmente, situa-se a meio da nave, no lado do evangelho, onde uma escalinata simples garante alguma comodidade no acesso à sua platafoma. Podiam, contudo, ocorrer situações em que o acesso se fazia a partir da sacristia[594], ou, como nas igrejas da Torre de D. Chama e de Águas

---

[591] GESSE. UWE - *Escultura gótica em França, Itália, Alemanha e Inglaterra*, in «O gótico. Arquitectura. Escultura. Pintura», Colónia, Konemann, 1998, p. 322

[592] A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 99, fl. 71v

[593] BORROMEO, Carlos - *ob. cit.*, p. 61

[594] Como deixava entender o abade de Vilar de Peregrinos, Francisco do Rego Sarafana, quando vistou, em 1726, a igreja de S. Martinho de Ervedosa: «no que toca a sacristia, como

Frias, contemplarem-se soluções que impunham a perfuração das paredes. Na matriz de Ferreira, a escada desenvolvia-se no plano da nave, mas em dois lanços.

Em acto de visitação, o bispo D. Manuel de Moura Manuel, em 1691, impôs aos fregueses da igreja da Senhora da Assunção de Tinhela, a obrigação de fazerem «hú pulpito ao moderno[595]». Na sequência da determinação imposta, em 21 de Setembro de 1694, lavrar-se-ia, pela mão do vigário da igreja, o padre Pedro Álvares, o respectivo termo de arrematação em cujos termos:

> «mandou o juis da igreja deste lugar de Tenhela João Antonio com os mais homeis do acordão Andre Gonçalves do Forno e Andre Gonçalves todos do dito lugar mandarão por a pregão as obras desta igreja de Tenhela a saber hu pulpito e hus escabellos e hua meza de gonzos, jo procurador Pascoal solteiro as pos a pregão em tres dias santos continos e lançou nestas obras Pedro Rodrigues o velho deste lugar de Tenhela, em des mil reis para o que lhe deu o ramo no ultimo dia santo o juis da igreja em prezença de todo o povo[596]».

Perante a ausência de referências complementares, a expressão «ao moderno», utilizada pelo bispo, resulta ambígua. A não ser que tenha em vista os púlpitos abalaustrados, que «por influências italianas, vindas através de Espanha[597]», ou do Brasil[598], determinaram um novo gosto, em que o púlpito

---

esta no mesmo tamanho que havia de ter ainda que não ouvesse por dentro della porta do pulpito [...] ». A.D.B., PRQ., Cx. 13, LV. 125, fl. 77v. Mais explícito seria o capítulo do Doutor Manuel Camelo de Morais, abade de S, João Baptista de Bragança. Em 1701, visitando a matriz de Espinhosela, ordenou aos fregueses: «mandaram fazer hum pulpito com seu assento de cantaria e com suas grades torneadas a contento do reverendo abbade pera o quoal farão hua cazinha pera abrir a porta pella sanchristia pera entrarem pella parte de fora pera o pulpito». Arquivo paroquial de Espinhosela, *Livro de visitações e pastorais da igreja de Santo Estevão (1674-1762)*, fl. 44v

[595] Arquivo Distrital de Vila Real, Lv. 139, UD: Cx PVLP 26-05, fl. 10

[596] Arquivo Distrital de Vila Real, Lv. 139, UD: Cx PVLP 26-05, fl. 17

[597] SMITH, Robert C., *Agotinho Marques "enxambrador da cónega"*, s/l.,Livraria Civilização, 1974, p. 61

[598] FERREIRA - ALVES, Natália Marinho - *Púlpito*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, 1989, pp. 387-388. Esta autora refere ainda a importância da divulgação de gravuras estrangeiras com obras de Jean Lepautre e Filipo Passarini e, depois, da escola de Augsburgo, como as de Franz Xaver Habermann, com influência em Tibães.

com varanda de balaústres se tornou «uma expressão típica do fim de Seiscentos e princípio do século XVIII[599]». Desta maneira, púlpitos como o de S. Pedro, em Sendim, datado de 1653 e trabalhado como a parte inferior de algumas guaritas das fortificações, passariam, a ser marginais relativamente à nova moda. O mesmo se pode dizer dos púlpitos em forma de cálice como os de Vimioso ou de Fonte de Aldeia ou do modelo em forma de caixa, em que a bacia e parapeitos eram suportados por uma coluna, de fuste espiralado e estriado, ou pilar, como em S. Martinho do Peso, Senhora da Ribeira, S. Julião e Constantim.

Em Morais, mandava-se, em 1703, que os fregueses fizessem «de novo hu pulpito com sua escada de cantaria[600]». a qual, como se tinha ordenado em Pinelo (1700), devia ser bem feita e «com sua guarda pella parte fora[601]».
Também, na igreja de S. Jerónimo de Vale Prados, em 1736, se provia a necessidade de um púlpito ao qual deviam ser aplicados balaústres de nogueira[602], omitindo-se, ao contrário do que tinha acontecido em Santulhão (1709), a obrigatoriedade de se tornearem[603].

Em 1785, O Doutor João António Gomes de Sepúlveda ao ordenar a execução de um púlpito novo para a igreja de S. Miguel Arcanjo de Paradinha Nova, definia o modelo a seguir:

> «com suas grades feitas ao torno firmado em pedra de cantaria metida na parede com sua escada de madeira bem feita[604]».

Sob o ponto de vista formal, a mísula que suportava a bacia do púlpito não obedecia a um modelo único e era recamada de folhagem, como na igreja da Ribeirinha, Agrochão e Guide, ou estriada, como o púlpito de Urrós, datado

---

[599] SMITH, Robert C., *Agostinho Marques "enxambrador da cónega"*, s/l., Livraria Civilização, 1974, p. 61
[600] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fl. 7
[601] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 102, fl. 16
[602] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 58, fl. 86
[603] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 104, fl. 11v
[604] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 17, fls. 5-5v

de 1772. Nesta altura, manifestar-se-ia também a tendência para as guardas da escalinata e a caixa do púlpito se oferecerem como um bom campo para os entalhadores e pintores-douradores mostrarem o valor dos seus artifícios.

No entanto, como os púlpitos das paroquiais da Ribeirinha e de Azinhoso, o desta, feito em 1799 «sem auxílio do povo a instâncias do reitor Tello», como testemunha uma inscrição, comprovam que as possibilidades estéticas do púlpito de balaústres ainda não estavam esgotadas.

Como nota final valerá a pena acrescentar o interesse funcional, cénico e artístico dos guarda-vozes ou sobrecéus que por norma simulam a cobertura dos púlpitos. Porém a diversidade de manifestações artísticas não dispensava outras formas de enriquecimento das suas superfícies pelo recurso à paramentaria como se conclui da despesa de 13.730 réis, «com as franjas, forro, e feitio dos panos dos pulpitos[605]», efectuada (1744 / 1745) pelo tesoureiro da confraria do Santo Cristo de Outeiro.

4.3 Confessionários

De acordo com as palavras de Francois Lebrun[606], o confessionário só no século XVI se tornará corrente e, como sustentou Fausto Sanches Martins, de um «modo *ex abrupto* [...] multiplicando-se rapidamente por todo o mundo

---

[605] Arquivo paroquial de Outeiro, *Livro da fábrica do santuário do Santo Cristo*, fl. 39. Pouco antes, idênticas preocupações tinham merecido a atenção do Cabido Bracarense como se conclui da celebração de um contrato, em 20 de Janeiro de 1738, com o bordador Simeão da Costa relativo à «obra do bordamento dos panos do pulpito da Santa See». FERREIRA - ALVES, Natália Marinho - *Nótula para o estudo da paramentaria bracarense no século XVIII*, in «Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto», II Série, vol. VIIII, Porto, 1991, pp. 307-315

[606] LEBRUN, François - *As reformas: devoções comunitárias e piedade individual*, in «História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes», vol. 3, s/l., Edições Afrontamento, 1990, p. 82

católico, como uma das criações mais expressivas da Contra-Reforma[607]». Pautadas por critérios de crescente rigor, as práticas religiosas e as conciências dos indivíduos passariam a ser controladas e objecto de registo específico nas listas de confessados, já que, ao menos uma vez por ano, pela Páscoa, todos os membros da comunidade deviam comungar depois de confessados. Numa sociedade penalizadora de comportamentos não tolerados, a confissão também permitia aos poderes a possibilidade de subjugar atitudes que revelassem dificuldades de adaptação ao aperto do esquema de enquadramento social.

A demorada atenção que, no seu tratado, Carlos Borromeo concedeu aos confessionários mostra bem a importância que a igreja militante atribuía ao arrependimento e à penitência.

As confissões em anexos das igrejas, como as sacristias, passariam a ser proibidas. Ao mesmo tempo, como, já em 1698, o visitador de Santa Olaia de Pinelo sublinhava, as confissões só poderiam ter lugar nos confessionários[608]. Estes, não podendo estar na capela-mor, só na nave encontravam lugar. Ao mesmo tempo, respeitava-se a normativa que impunha a sua localização em lugares abertos e amplos. Em 1699, o arcediago de Bragança, ordenava ao pároco de S. Mamede de Travanca (Vinhais), que, sob pena de excomunhão *ipso factum*, tivesse o «confissionario no meio da igreja em parte que este patente, e sob a mesma pena nam confesse molheres fora[609]» dele. Glosada

---

[607] MARTINS, Fausto Sanches - *A arquitectura dos primeiros colégios Jesuitas de Portugal: 1542-1759. Cronologia, Artistas. Espaços*, (Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), vol I, Porto 1994, p. 981

[608] A.D.B., Cx. 11, Lv. 102, fl. 14

[609] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fl. 45. Mas uma pastoral de D. Frei João da Cruz, datada de 1756, seria publicada em 18 de Setembro de 1758, já no tempo de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques. Do seu conteúdo destacamos: «E porque nos tem chegado a noticia que no que respeita as mulheres muitos confessores se atrevem a confessallas ou fora dos confessionarios, ou dentro delles pela parte em que estão abertos sem gradinhas ou raros o que he indecentissimo e perogosissimo mandamos de baixo de excomunhão maior ipso facto incurrenda e de vinte cruzados pagos de Aljube que nemhum confessor neste nosso bispado confesse molher algua de qualquer condição, e graduação que seja fora do confessionario fechado adentro deste só pelas gradinhas ou raros para que assim cesse todo o escandalo, e ocasião de perigo». Arquivo paroquial de Rebordãos, *Registo de capítulos de visita de Rebordãos (1722 - 1851)*, fl. 62

com insistência, a mesma matéria também seria divulgada na igreja da Senhora da Asssunção da Bouça, onde se determinou a construção de um confessionário «de oito palmos de alto, e fechado por dentro de todas as partes e de boa madeira[610]». A par com o emprego de boa madeira, corria a exigência de porta «sobre si» e grades «meudas[611]» eram imposições que pretendiam vincar a funcionalidade específica destes pequenos volumes de rigorosa austeridade.

Sobre a configuração destas peças, muitas vezes executadas sob a orientação do próprio pároco, sempre se apontava a importância de serem fechados e terem rótulas[612], como em Nuzedo de Baixo, e «com sua porta e gradinhas pelos lados[613]» como na igreja de S. Cipriano de Vilarinho de Cova de Lua.

Em 1789, a indicação do Doutor José Saraiva, para, na igreja de Torre de D. Chama e sob a direcção do abade, se meterem os confessionários nas paredes[614], vem comprovar uma nova tendência de arrumação que consistia na acomodação do sacrário no próprio muro, através do seu vazamento. Esta prática já se seguia bastante antes, pois um confessionário da igreja de Santo Ildefonso, em Vale de Telhas, mostra inscrita no seu lintel a data de 1730. Quando assim era, o número variava entre dois, como por exemplo nas igrejas de Tinhela e Cabanelas e quatro, de que são exemplos as igrejas de Vidoedo (Bragança), S. Tiago de Vilar Seco e S. Pedro de Águas Frias. Comunicando com a nave, pela marcação de jambas e lintéis ou de jambas e arcos de volta perfeita, como o par de confessionários da igreja de Guide, o vão era limitado pelo plano de uma porta onde se tinham introduzido as adaptações ao mester que o justificava.

---

[610] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, fl. 93
[611] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 58, fl. 21v
[612] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 116, fl. 35
[613] A.D.B., PRQ., Arquivo paroquial de Espinhosela, *livro de visitaçam na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua*, fl. 49v
[614] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 82, fl.83

Enquanto peças de mobiliário, tinham o inconveniente de ocuparem espaço em naves onde, geralmente, não sobrava. Por isso, os seus volumes eram perturbadores da ordenação desejada. Daí que se tenham desencadeado outras soluções, como nas igrejas de Vilar de Ossos, Vale Prados Grande (1783) e de Serapicos[615] (1795), onde os vãos das escadarias dos púlpitos ou do coro seriam aproveitados e adapatados a confessionários.

4.4 Coro

Ao mandar fazer, em 1682, o coro de Santo Antão, em Vilarinho de Agrochão, o reverendo Manuel Correia Botelho, reitor de Morais, definiria o sítio da sua implantação nesta igreja: «em sima das portas principaes[616]». Diga-se que tal proposta estava longe de introduzir inovações, antes respeitava o modelo seguido pela generalidade das igrejas paroquiais.

Um capítulo de visitação da igreja de Pinela (1754) aponta os materiais usados: «mandem fazer o coro com hua trave limpa ou forrada e toda a mais madeira limpa ou forrada[617]». Materiais idênticos eram os indicados (1730) pelo reitor de Santa Maria de Bragança, Doutor João de Sá Pereira, aos moradores de Serapicos quando os invectiva a fazerem «hum coro na matriz bem feito e de boa madeira como o reverendo parocho lhe insinuar[618]». Todas as referências conhecidas, como as que impunham reparações no sobrado do coro ou as que davam conta da existência de materiais preparados para

[615] Em 1795, o abade de Rebordãos, Francisco Xavier Gomes de Sepúlveda, onerou os moradores com a construção de «hum confessionario de baixo do coro da escada do pulpito, digo do coro».A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 31, fl. 140
[616] A.D.B:, PRQ., Cx. 12, Lv. 119, fl. 39v
[617] A.D.B., PRQ:, Cx. 3, Lv. 19, fl. 103v
[618] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 31, fl. 8v

alguma intervenção[619], excluem a utilização de materiais que não sejam de madeira. Antes de mais era necessário reunir os troncos com suficiente resistência e amplitude superior à largura do templo para se poderem apoiar nos muros. Diga-se, no entanto, que raramente as nossas igrejas, paroquiais ou não, recorreram ao emprego de colunas ou pilares para suportarem a estrutura do coro. Em todo o caso, excepção feita à catedral, as maiores despesas com a empreitada de um coro teriam lugar no santuário do Santo Cristo, em Outeiro. A escolha da cantaria para a sua construção pode expressar as ambições dos encomendadores, nomeadamente o desejo de conduzir a obra segundo normas eruditas, visíveis no jogo do arco central, de sarapanel, e de volta perfeita, os laterais, nas colunas que os suportavam, com fustes canelados, na balaustrada e na escadaria em espiral que evolui no interior de uma das torres.

Nos termos dos pagamentos efectuados, a partir de 3 de Maio de 1739 pelo tesoureiro da confraria, Manuel Rodrigues, tudo indica que o canteiro Francisco Garcia, de origem galega, foi o mestre principal deste empreendimento.

Onde os cabedais não abundavam, a construção de um coro passava pela exploração de soluções mais elementares e das possibilidades que a madeira permitia. Algumas vezes, a existência do sobrado propiciava enriquecimentos decorativos já que a superfície inferior era apainelada[620]. Outras vezes, por estar demasiado baixo embaraçava o curso das procissões. Em 1714, o da igreja de Santa Marinha de Edroso seria retirado, pelas razões que a seguir se apontam e os materiais aproveitados para outras obras:

> «os freguezes mandarão tirar o coro por empedir a antrada da ditta igreja e serventia della nas prociçoens, e das taboas forrarão a

[619] «Consta nos que os moradores tem madeira serrada para fazer o coro»: assim se pronunciava, em 1766, D, Frei Aleixo de Miranda Henriques na sua visita pastoral à igreja de S, Martinho, em Vilar do Monte. A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 64, fl. 41

[620] Em 1734, mandava-se «apainelar o sobrado do coro pela parte de baixo», na igreja de S. Gens de Parada.

sachristia, e das vigas ou de outra madeira levantarão a porta do baptisterio [...] fazendo tambem as grades[621]».

Relativamente à sua função, valerá a pena incidirmos a atenção sobre um capítulo de visita da igreja de Baçal:

> «achei estar a porta do coro estar incapaz do uso, para que foi destinada por ser muito piquena, e quazi ameaçando ruina pello que mando [...] se mande fazer hum portal novo de cantaria, bem lavrada, e capas de receber, e tudo o mais que para elle for necessario, e estara fichado, e recomendo ao reverendo parocho não deixe entrar nelle pessoa secullar algua, para assistir aos offecios divinos, excepto naquelles dias em que não couber o povo no corpo da igreja[622]».

A porta na escalinata de acesso ao coro, só por si, demonstra as restrições impostas aos paroquianos. No entanto, tudo indica que rapidamente caíam no esquecimento. Esta razão terá levado, já em 1795, o visitador a esclarecer os paroquianos de Santo Estevão de Espinhosela no sentido de se acautelarem comportamentos indesejáveis:

> «os coros são feitos para nelles estarem os menistros do Senhor, e se celebrarem os officios devinos, e não para nelles se fazer profanaçoens e desordens como tem sucedido em varias partes: para que nesta freguezia não venha com o tempo a suceder o mesmo, mando que o juis da igreja [...] apprompte huma porta de boa madeira (de) castanho para o coro com sua xave e fexadura cuja xave estara na mão do reverendo abbade e não se abra senão nas funçoens de maior solemnidade[623]».

Importa igualmente considerar que as formas de acesso deviam seguir um esquema que ocupasse o menos espaço possível no corpo da igreja. Por isso, a escada acomodava-se, apoiando-se numa das paredes laterais, arrancando sempre nas proximidades da porta travessa, ou procurando tirar partido do paramento interior do frontispício. Não raramente, a primeira

---

[621] Arquivo do Paço Episcopal, «Libro das visitaçois da igreja de Sancta Marinha do lugar de Hedroso», fl. 101

[622] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 4, fl. 2v

solução determinava o aproveitamento do vão da escada, através da sua adaptação a confessionário.

Na igreja de Vale Prados Grande (Macedo de Cavaleiros), em 1783, o Comissário do Santo Ofício e abade de Vilar Seco de Lomba, Doutor Tomás Barbosa de Almeida, face às limitações de espaço, remediava a colocação de um novo confessionário:

> «achei dois confessionarios nesta igreja [...] e porque carece de tres mando que hum se faça debaixo da escada do coro por ficar em sitio mais acomodado, e com sua porta fechado[624]».

Idêntica medida era proposta (1795), pelo abade de Rebordãos, relativamente à igreja da Senhora da Assunção, em Serapicos. Também aqui os moradores deviam fazer um confessionário que seria colocado«debaixo da escada do pulpito, digo do coro[625]», ocorrência também registada em Cedães-

Uma referência (1744) a um «passadiço ou corredor, que guia da sanchristia para o choro[626]» da matriz de Vilarinho Agrochão mostra outras formas de acesso mais complexas derivadas provavelmente do facto de se ter acrescentado uma torre a um dos ângulos da frontaria.

Actualmente, a paroquial de Algoso não tem coro. Contudo, a entrada seria feita pela porta exterior da torre. Exterior era também o acesso para o coro da igreja de S. Bartolomeu, em Rabal. Porém, em 1734, o Doutor João de Sá Pereira, prior de Santa Maria de Bragança, não concordava com o lanço exterior que se desenvolvia desde a porta travessa e que formava um patamar coberto sobre o plano do baptistério. Assim, determinou a construção de «hua escada para o coro por dentro da igreja tapando a porta pella pella parte de fora[627]».

---

[623] Arquivo Paroquial de Espinhosela, *Livro de visitações e pastorais da igreja de Santo Estevão (1674-1762)*, fl. 41
[624] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 59 (1755-1803), fl. 2
[625] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 31 (1727-1802), fl. 140
[626] A.D.B:, PRQ., Cx. 12, Lv. 119, fl. 124v
[627] Arquivo paroquial de Rabal, *Livro de visitações (1727-1767)*, fls. 10-10v

4.5 Sacristias

Raramente as sacristias se organizavam de forma tão complexa como na matriz de Àguas Frias, onde o seu plano não somente ocupou a cabeceira do templo como desenvolveu duas alas que abraçavam os flancos da capela maior, com a qual comunicava por portas abertas a um e outro lado. Para não embaraçarem a iluminação da capela-mor, os seus alçados não atingiram grande desenvolvimento vertical. Mesmo assim, as superfícies murárias davam margem ao rasgamento de aberturas de iluminação e arejamento, com marcos de cantaria em que as ligeiras curvas dos lintéis eram contrabalançadas pelos perfis das flores de lis das pedras dos aventais.

Contudo, esta disposição não tinha paralelo nas outras igrejas matriciais, apesar da continuidade da reserva da independência espacial, geralmente no lado do evangelho, e da articulação com o plano das cabeceiras. Perante o reconhecimento da importância desempenhada pelas sacristias, estes espaços passariam a ser objecto de vistorias mais exigentes pelos padres visitadores. Apesar de tudo, algumas orientações relativas à igreja de Pinhovelo, as mais antigas que se conhecem na diocese de Miranda, ao não contemplarem quaisquer referências à sacristia permitem a conclusão de que várias igrejas paroquiais não contemplavam estes espaços. Durante muito tempo, esta realidade foi comum a muitas das igrejas paroquiais. Aos fregueses da matriz de Vilarinho de Cova de Lua, ordenar-se-ia, em 1639, a construção de uma sacristia, obra que seria paga, em partes iguais, pelo abade e pelos paroquianos[628]. A própria matriz de Bragança só em 1640 teve uma sacristia digna, a qual, no primeiro quartel do século de setecentos, era considerada por José Cardoso Borges como a «mais capaz de todas as que há no bispado de Miranda». Segundo este memorialista, a sua construção dever-

[628] Arquivi paroquial de Espinhosela, *Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua (1634-1785)*, fl. 6

se-ia aos «freguezes em acção de graças, na ocazião que a esta cidade, chegou a nova da feliz aclamação do rei D. João IV oitavo Duque que foi da mesma (cidade) e se lhe pos a inscripção de dezejado anno de 1640[629]».

Mas se a partir do século XVII a construção destes espaços passou a ser uma exigência constante, não significa que deixassem de existir paroquiais sem sacristias, sendo de notar que até os cónegos do Cabido declaravam a sua necessidade[630] na Sé. Em 1693, visitando a igreja de S. Miguel de Sernadela, o Doutor Manuel da Cunha de Almeida, protonotário apostólico, estipulava, sob pena de três mil réis, um período de dois anos para os fregueses fazerem uma sacristia «muito bem feita[631]».

Em 1700, juntamente com a consideração da falta que fazia, ordenava-se que «para ella se abrira a porta na parede da capella (maior) e lhe farão hum portal de cantaria muito bem feito[632]». Sem estar iniciada[633] em 1703, ainda não tinha cobertura[634] em 1710, agora por omissão dos padres jesuítas do Colégio de Bragança, os quais se furtavam quase sistematicamente às suas obrigações nas igrejas que tutelavam.

Repetia-se, assim, uma situação de descuido que anos antes (1695) se tinha vivido em Pinelo e que o bispo D. Manuel de Moura Manuel pretendeu ultrapassar quando ordenou ao abade obras na capela-mor porque chovia «nella como na rua» e que mandassse «fazer o telhado da sancristia, que há muitos annos estão feitas as paredes[635]». Em 1732, o Comissário do Santo

---

[629] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 9v

[630] Em 12 de Janeiro de 1636, em reunião do Cabido, apresentavam-se as dificuldades da fábrica da Sé, razão pela qual não se faziam «obras necessrias que faltão há muitos annos». Assim, enumeravam-se os retábulos, casa do Cabido, claustro «e outras cousas precizamente necessarias como sachristiam e choro alto». A.D.B., Cabidom Cx. 1, Lv. 4, fl. 60

[631] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 57

[632] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 68

[633] «Os freguezes mandarão fazer a obra da sachristia», ordenava o Doutor Manuel Tavares de Sousa, cónego Doutoral da Sé de Miranda. A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 71

[634] «Os reverendos padres da Companhia não tem satisfeito com a obra do tecto da sachristia». A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 82

[635] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 102, fl. 11v

Ofício e abade de Sobreiró, a propósito da visita efectuada à igreja de S. Mamede, em Travanca (Vinhais), lavrava o seguinte capítulo:

> «vejo a indecência com que nesta igreja se fazem os officios e celebram as missas despindosse os sacerdotes de suas capas para se revestirem junto ao altar e tabernaculo do Santissimo Sacramento por ser a capella mor muito pequena, tudo por falta de hua sanchristia[636]».

A esta constatação seguir-se-ia a ordem de superação da sua falta enquanto se assinalava tanto o sítio da sua implantação como os sujeitos directos que deviam correr com as obras e as suas obrigações particulares. Assim, se as paredes se deviam levantar na «parte da epistola o que der o terreno a porta do adro[637]» já os custos deviam ser repartidos entre os fregueses e os padres da Companhia de Jesus de Bragança que recebiam as rendas. Invocando o «custume praticado neste bispado[638]», o abade Tomás Gomes da Costa obrigava aqueles à execução das paredes enquanto os Jesuítas deviam pagar as despesas com a cobertura.

Apesar das multas que, quase sempre, acompanhavam as determinações dos visitadores, a sacristia ainda nem sequer tinha sido iniciada quando expirava o ano de 1734. Porém, agora havia razões que, pelos seus contornos, não podiam deixar de suscitar a compaixão do abade de Sobreiró, pelo menos no que respeitava ao pagamento das penas antes estabelecidas: «o estrago deploravel do grande incendio que experimentou o lugar na total ruina das principais cazas delle[639]» e que lançou os moradores desta povoação na pobreza e na miséria.

Atendendo a estas circunstâncias, o abade acabaria por dilatar o prazo para a obra ser executada, «the o São João proximo futuro», enquanto

---

[636] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fl. 87v
[637] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fls. 87v-88
[638] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fl. 88
[639] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fl. 90v

reafirmava «não haver igreja capas sem saachristia[640]» e invectivava os fregueses da inconveniência em estar a capela-mor «ocupada com arcas, caixoes, e outras serventias da mesma, que mais parece hua caza ordenaria que lugar sagrado[641]».

A estas peças de mobiliário, que com variável grau de perícia ornamental, se destinavam ao bom recato dos paramentos e alfaias, somar-se-iam os armários, caixões ou gavetas fechadas para, com independência, «se recolherem e goardarem os dittos livros» de visitações, baptizados, casamentos e óbitos, «de sorte que estejão livres de humidade, e ratos que são os que os destroem[642]». Este capítulo de visitação, da lavra do bispo D. Frei João da Cruz, caracteriza-se ainda pela aceitação de que o móvel dos livros pudesse ser guardado no baptistério.

Progressivamente, os planos das igrejas paroquiais foram incorporando a casa da sacristia tão necessária para o apoio das funções litúrgicas e, particularmente, para a guarda das alfaias, paramentos e livros do seu serviço. Se, em 1677, na igreja da Senhora da Assunção de Serapicos, se ordenava aos fregueses a necessidade de «na parede da sachristia meter huns caixois para nella estrarem os calices e o mais que for necessario com sua fechadura[643]», em 1703, mandava-se fazer aos fregueses e fabriqueiro de S. Jerónimo de Vale de Prados «a expensas iguaes huns caixões para a sachristia, em boa forma para que condigão com toda a mais obra e com a mesma caza da sachristia, e chegará de hua a outra parede della, na frontaria da porta[644]». Sem embargo da fortuna que conheceram os arcazes que ocupavam o comprimento de uma parede, não significa que nas sacristias não se usassem outras peças[645] de

---

[640] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fls. 90v-91
[641] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fl. 91
[642] A.D.B., PRQ., Cx. 2, lv. 11, fl. 43
[643] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 30, fl. 7
[644] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 58, fl. 24
[645] Em 1732, o visitador dava indicações para que se mandasse fazer para a igreja de S. Julião, «huma goarda roupa», e, ao mesmo tempo, concedia licença aos moradores para poderem

mobiliário. A diversidade do mobiliário poderá mesmo ser um indicador do crescente aparato que suportava a teatralidade do cerimonial litúrgico.

À margem das progressivas exigências com as sacristias não podiam ficar quer os aspectos construtivos quer os aspectos que pugnavam por maiores preocupações higienicistas. Visitando a igreja de Serapicos em 1721, pouco depois de esta ter sofrido obras profundas, o Doutor Manuel Monteiro da Mota, desembargador da Mesa Episcopal, não somente mandava que se construísse nova sacristia como ainda definia a sua configuração:

> «sera esta coadrada com quarenta palmos ao menos de comprimento, e outros tantos de largura, muito bem feita com os cunhaes de cantaria e fresta da mesma que lhe de bastante claridade[646]»

Sendo verdade que as frestas e até as janelas eram, por questões de segurança, quase sempre acompanhadas pela colocação de grades de ferro, recomendação que não foi esquecida, mais uma vez se confirma que as despesas com paredes e aberturas eram pagas pelos fregueses enquanto «o tecto e telhado mandara fazer o reverendo encomendado por offecial perito, e de boa madeira per conta da renda desta abadia, pondo em lanços a obra[647]». Nesta medida, a natureza da obra ficava dependente das possibilidades económicas das partes e ainda da conjugação das respectivas vontades. Mas também a comodidade e adequação das portas eram objecto de avaliação, como se verificou (1715) na matriz de Santulhão, impondo-se um «portal de cantaria da terra [...] que não tenha menos de nove palmos de altura e de largura a porpossão necessaria com sua porta posta em marco bem feita com fechadura de cepo[648]». Na mesma linha de orientação, em 1727, para a igreja de S. Nicolau de Pinela, determinava-se:

---

vender «as arquas» das confrarias de S. Bartolomneu, de Nossa Senhora e de S. Sebastião. A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fls. 10v-11

[646] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 30, fl. 69v

[647] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 30, fl. 69v

[648] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 104, fl. 4v

«os freguezes mandaram fazer hum portal de cantaria para a entrada da sacristia que não tenha menos de altura de nove palmos, e cinco de largo com sua porta muito bem feita, pella que tem ser muito baixa[649]».

Preocupações idênticas manifestaria o Doutor João de Sá Pereira, prior de Santa Maria de Bragança, em 1745, em relação à igreja de S. Cipriano do Zeive. Considerando a sacristia «indecente para o seu menisterio por ser escura e baixa[650]» responsabilizou os herdeiros do falecido abade pelas obras dos telhados, forro e mobiliário e, ao mesmo tempo, evidenciava aquelas que eram da responsabilidade directa do povo:

«mandarão levantar as paredes da sacrestia, e emdireitar [sic], e revocar como tambem lhe mandarão meter de cantaria hua janella para poder dar luz [...] e lhe farão hum portal de cantaria para o serviço da igreja por ser muito baixa e incapaz o que tem, e de mais mandarão aterrar o pavimento da mesma sacrestia de sorte que fique igual com o da igreja para se lhe evitar o defeito dos degraos[651]».

A área da sacristia era também matéria importante. Por não ser suficiente para «nella se poderem acomodar os caixõens e mais alfaias[652]», mandou-se, em 1756, aumentar a dos Cortiços, fazendo-se de novo com planta «quadrada dados do cunhal da igreja ate o da capella mor [...] (e com) cunhaes de cantaria com seu frizo, e cornija da mesma cantaria[653]», orientação que passado pouco tempo serviria para a igreja de S. Julião, embora por razões distintas já que, nesta povoação, estava em mau estado físico. Por outro lado, a sua incapacidade era comprovada pelo facto do móvel onde se guardavam os frontais estar arrumado na capela-mor[654].

Além da porta de comunicação com a área do presbitério, algumas sacristias possuíam uma outra abertura que permitia a comunicação directa

[649] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 19, fl. 59
[650] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 18, fl. 28
[651] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 18, fls. 28-28v
[652] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 48, fl. 20v
[653] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 48, fl. 47

com o adro. No entanto, nem sempre a comodidade desta entrada era vantajosa. Em 1762, considerando a pertinência da tal abertura na sacristia da matriz de Sonim, o Doutor Lopes Nogueira, determinou:

> «a porta que se mandou abrir da sanchristia para o adro ainda que parece ser util para algua necessidade tem mostrado a experiencia não ser conveniente pella muita frequencia com que por ella se entra sem necessidade algua, e por essa cauza mando que a porta que há seja tapada de pedra e cal, e querendo abrir outra não seja na mesma parede, mas na que esta para a parte das costas da cappella mor[655]».

Noutra visitação, efectuada pelo Doutor Caetano José Saraiva, abade de Montouto, em 1789, à matriz de Alvites, ampliou-se o nível de preocupações a outros aspectos das sacristias, nomeadamente em relação aos problemas de iluminação e ao lavatório:

> «o juis da igreja a custa da fabrica do corpo da mesma mandara de oito mezes abrir na sacrestia para a parte em que esta prezentemente a fresta huma janella de quatro palmos de largura e sette de altura com grades de ferro acrescentandosse se for precizo as que actualmente tem a pequena janella que esta para a parte do Norte, a qual se tapara e mudandosse o lavatorio para outra parte se assentarão os caxoins no sitio em que agora esta o mesmo lavatorio[656]».

Na mesma linha de preocupações com a iluminação interior, no mesmo ano, o abade de S. Pedro de Bemposta, obrigava os moradores do Zeive a «alargar a fresta e rebaixalla de sorte que de lus bastante[657]».

A execução de «hum lavatório para a sachristia[658]» era obrigação que se impunha, em 1727, aos fregueses de S. Julião e se renovava em 1753, quando se pesavam as vantagens de uma «sacristia maior», a qual devia ter «hum lavatorio bem feito com sua chave de bronze». Sempre que estes espaços eram

---

[654] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 77v
[655] Arquivo Distrital de Vila Real, *Visitação da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Sonim*, Lv. 160 - UD: Cx PVL 25 - 05, fl. 3
[656] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 70, fls. 128v-129
[657] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 18, fl. 62v
[658] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fls. 5, 54v

remodelados com alguma profundidade, estas orientações renovavam-se, como, ainda em 1789, o Doutor António de Magalhães, recordava aos paroquianos da igreja[659] de S. Miguel, em Paradinha Nova.

O modelo dos lavatórios apresenta grande estabilidade formal. São formados pela bacia, pelo registo colocado na boca de uma carranca ou de um anjo alado e por um espaldar geralmente definido por figuras piramidais. A este esquema obecede o da paroquial de Quintela (Vinhais), datado de 1751 ou o, ainda que mais mais monumental e com frontão triangular, de Santa Maria de Bragança, datado de 1662. Curiosa é a imagem esculpida do espécime da igreja de S. Gonçalo, em Lama de Ouriço, que apresenta uma carranca de vulto, lavrada com cabeleira a que só faltam alguns pensos de polvilhos de França para se poder comparar às usadas por alguns dos sujeitos que participam das cenas descritas por Júlio Dantas em «O amor em Portugal no século XVIII».

Mas nas sacristias devia haver também um oratório. Era assim que na igreja de S. Bartolomeu, em S. Julião, se lembrava aos moradores que deviam (1727) «pintar a oleo o nicho, que mandarão fazer para o Sancto Cristo que se há de colocar no meio dos caixoens da sanchristia[660]». Idêntica orientação era proposta em 1795, para sacristia da matriz de Travanca (Vinhais), coagindo-se o juíz da igreja a mandar:

> «fazer huma cruz com cricifixo para estar decima dos caixoens da sacristia e esta sera sera feita por hum entalhador ou escultor que bem a fabrique igualmente lhe mande fazer hum capitel ou nicho diante do qual lhe mandará por humas cortinas de tafetá roxo para que a imagem do Nosso Devino Redentor do modo possivel esteja com a decencia que lhe he devida[661]»

---

[659] «O juis da igreja e povo no prefixo termo de dois annos mandarão fazer a sacrestia com seu lavatorio e fresta com vidraça e rede». A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 17, fl. 7v

[660] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 4v

[661] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 115, fl. 89v

Não chegaram ao nosso conhecimento quaisquer orientações que condicionassem a construção dos oratórios a que se exigia decência de factura, como também se estipulava para a cruz que devia ser «hum crucifizo bem devoto, e incarnado[662]». Note-se, no entanto, que, à semelhança da sacristia da Sé de Miranda, nada impedia que retábulos também pudessem ser armados nas das igrejas rurais. Sendo certo que os testemunhos desta ocorrência são raros, terá interesse referir o caso da sacristia de Edroso onde, já em 1624, havia um retábulo que seria deslocado[663] para a ermida de S. Simão.

Ou seja, a presença de um oratório, exigindo algum investimento ornamental, variável é certo, fazia com que o estatuto das sacristias não se reduzisse a um espaço essencialmente funcional. Daí que as mais de oito dezenas de painéis da sacristia do santuário de Outeiro, pintados e assinados por Damião Bustamante em 1768[664],continuassem a linha decorativa e moralizadora já experimentada na sacristia da antiga igreja dos Jesuítas de Bragança que, pouco depois do decreto que os declarou proscritos, se converteria também em igreja paroquial.

4.6 Alpendres

Os alpendres eram estruturas relativamente correntes durante as épocas medieval e moderna. Já em 1507, na igreja de Castelo Branco (Mogadouro), os

---

[662] Assim se impunha, em 1787, ao juíz e povo de Serapicos. A.D.B., Cx. 4, Lv. 31, fl. 105v

[663] Os fregueses, como estipilava o visitador, Manoel Correia de Aguiar, abade de Monforte, «acabarão a ermida de Sam Simão revocando per fora e dentro e fazer portas com chave e farão o altar de pedra e cal e forrado de madeira e a ella levarão o retabulo velho da sancrestia pena de quinhentos reis». Arquivo do Paço Episcopal, *Libro das visitaçois da igreja de Sancta Marinha do lugar de Hedrozo*, s/fl.

[664] No santuário do Santo Cristo de Outeiro trabalhou-se com intensidade a partir do ano de 1745 / 1746 conforme se conclui pelos sucesivos pagamentos efectuados a canteiros.Nesta altura lajeou-se a sacristia com cantarias. Entre 1747 e 1748, o tesoureiro da confraria, João Rodrigues, continuou a dignificar este espaço, como comprova a seguinte verba: «despendeusse para pagar ao mestre que apainellou a sancrestia dezassete mil, e seiscentos reis». A.D.B., Confrarias, Cx. 6, Lv. 76, fl. 46

visitadores da Ordem de Cristo, anotaram a existência de três portais sem, contudo, deixarem de referenciar a presença de «huus alpendres arredor[665]».

Também no Porto, em Agosto de 1574, o mestre carpinteiro Bartolomeu Duarte, assinava um contrato de obrigação com o cónego Simão Vaz, provedor das obras da Sé desta cidade, para construir o alpendre da catedral. Ainda que o mestre de pedraria, Francisco Fernandes, lhe tenha construído «os esteios e arcos[666]», a verdade é que no contrato de Bartolomeu Duarte estipulava-se a obrigação de «ffazer de novo todo o allpendre da dicta see de madeyra nova de castanho de traves frechaes pernas dasnas e ripas [...] e fforrállo de bordo a llavor desteyra[667]».

Servem estes testemunhos para se comprovar que os alpendres, também designados por cabidos, eram estruturas de protecção aos espaços das entradas dos templo e que a sua construção não era exclusiva das igrejas construídas em lugares ermos. Por outro lado, a obra da Sé comprova também a importância, sem carácter de exclusividade, das madeiras nestas construções.

A função destes espaços parece ser esclarecida em parte pelo abade da paroquial de S. João Baptista de Bragança, André Ramalho Barradas, na altura (1728) em que visitou a matriz de Santo André, em Morais:

> «os moradores da Quinta (anexa) da Sobreda [...] de novo mandarão fazer para resguardo das portas e abrigo da gente no tempo de Inverno hum cabido a proporção da mesma parede da capella[668]».

Estava-se em Dezembro e, por isso, era difícil esquecer as baixas temperaturas. Todavia, nos meses de calor também se agradecia a sombra dos

---

[665] DIAS. Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, Coimbra, 1979, p. 26. São, no entanto, vários os exemplos que se podem colher nos documentos publicados nesta livro.

[666] BASTO, A. de Magalhães - *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, s/d., p. 268

[667] BASTO, A. de Magalhães - *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, s/d., p. 248

alpendres. À capela de S. Sebastião, perto da povoação de Cimo de Vila da Castanheira, em frente à matriz, agregar-se-ia «hum cabbido com parede, e suas colunas sobre a mesma parede aonde se recolhe a gente para ouvir missa no dia em que se celebra a festa do dito santo[669]», altura em que, como era corrente, também se fazia uma feira anual. A função de abrigo levou ainda o abade de S. João Baptista a incumbir o mordomo de Santa Catarina, para fazer na sua capela, na paróquia de S. Jerónimo, em Vale Prados, sobre as portas principais, «hum alpendre de suficiente grandeza, e forrado pella parte de sima o arbitrio do reverendo reitor[670]».

Sinal da importância que se atribuía a estes espaços cobertos é a decisão de, em 1639, se mandar «fazer hu alpendre na porta principal[671]» para substituir «o outro velho» da matriz de S. Cipriano de Vilarinho de Cova de Lua. Quase no fim do século, em Tinhela, Frei Pedro de Melo também não deixaria de repreender os fregueses porque «para a obra desta igreja se valerão da telha do cabido de Nossa Senhora da Veiga[672]». Era, pois, necessário que «athe o Azinhoso», isto é, que até ao dia de Nossa Senhora, padroeira da matriz de Azinhoso, o alpendre fosse reparado.

Em 1726, o Doutor Jerónimo Preto e Lemos, passando pela igreja de S. Bartolomeu, em S. Julião, não deixaria de intimar os fregueses a fazerem:

«huns assentos debaixo do alpendre da igreja de pedra bem feitos[673]».

Acreditamos, no entanto, que pelas sucessivas proibições da hierarquia sobre os jogos e ainda sobre as concentrações de homens e mulheres, os

---

668 A.D.B., PRQ., C. 6, Lv. 53, fl. 60
669 A.N.T.T., *Castanheira*, in «Diccionario geographico», vol. 11, fl. 2251
670 A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 58, fl. 67v
671 Arquivo paroquial de Espinhosela, *visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua (1634-1785)*, fl. 6v
672 Arquivo Distrital de Vila Real, Lv. 139, UD: Cx PVLP 26-05, fl. 20v
673 A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 3

bancos dos alpendres seriam de breve uso, ou motivo de condenações[674]. Por outro lado, em alguns casos, como na capela de S. Sebastião, em Espinhosela, o alpendre abrigava um altar. A sua posição exterior, levaria, em 1699, o Doutor Manuel Camelo de Morais a mandar:

> «derribar o altar que esta na parte de fora junto do cabido e branquear assi nessa parte como em todo o demais[675]».

A ordem (1726) para em Carção de Vila Boa, se «fazer hum cabbido sobre a porta travessa[676]», similar a outra relativa à igreja matricial de Tó (1739), é uma indicação de que a construção de alpendres não se limitava às entradas principais. De resto, nos muros de muitos templos, são ainda muitos os sinais da existência de cachorros destinados a aguentarem o peso do madeiramento da cobertura. Nesta matéria, a igreja de Azinhoso, pela quantidade daqueles elementos e pela extensão da zona de abrigo é um bom exemplo.

Acreditamos que muitos dos alpendres, desde o madeiramento do telhado aos prumos que o suportavam, eram totalmente construídos em madeira, preferencialmente de castanho. No entanto, também havia casos em que os suportes eram formados por pilares, geralmente de robusta factura. Menos frequentes deviam ser os que recorriam ao emprego de colunas e, quando assim era, havia comedimento. Em Aguieiras, o abade Tomás Gomes da Costa, ao ordenar (1764) a fábrica do alpendre da capela da Senhora da Expectação, acrescentaria que devia levar unicamente «duas colunas de

---

[674] Como se verificou em 1789, nos termos de um capítulo de visitação relativo à paroquial de Azinhoso: «consta me que algumas pessoas, sem attenção ao respeito, e reverencia devida ao lugar saggrado, e templo do Deos vivo, costumão fazer jogos no adro e alpendre desta igreja; o reverendo parocho fara vigiar de hoje em diante semelhantes pessoas, e as condemnará a cada hum por cada vez em cem reis [...] cujas condemnaçoens applico desde agora para a cera do Santissimo Sacramento desta igreja». Arquivo paroquial de Azinhoso, *Livro de visitas*, s/ colocação, fl. 78

[675] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Livro de visitações e pastorais da igreja de Santo Estevão* (1674-1762), fl. 43

[676] A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 100, fl. 90v

cantaria com suas bases e capiteis para o sustentar[677]». No alpendre da porta travessa de Soutelo de Gamoeda, as colunas têm a particularidade de assentarem em estilóbatas e de ostentarem os fustes espiralados.

Em todo o caso, as colunas só deviam integrar os espécimes mais elaborados, como devia ser o da capella de Santa Rufina, com cornija amouriscada, que (1715), se mandava fazer por:

> «bons offeciaes as paredes do alpendre e revocallas por dentro e por fora, e assentarem todo o telhado assim da cappella, como do alpendre em aljaros de tres ordens de telha revocadas e branqueadas assentando os bocais das telhas em argamassa[678]».

Apesar do espaço ser vedado por muros não muito altos, era necessário contemplar uma ou mais entradas, às quais se lhes colocava, como em Sernadela, grades para «empedir as entradas dos animais imundos[679]».

Sem embargo de se poderem assinalar o aparecimento de casas com a função de protegerem os deslocados[680], as sucessivas proibições de, nas vésperas das festividades, os fiéis comerem e dormirem nas igrejas e a obrigatoriedade de permanecerem fechadas depois do ocaso, acentuam a importância do abrigo oferecido pelos alpendres, estruturas e espaços que só no santuário do Santo Cristo de Outeiro alcançaram um tratamento superior, ainda que reanimando processos construtivos arcaicos como o sistema de cruzaria das abóbadas.

---

[677] A.D.B., Cx. 7, Lv. 68, fl. 2v

[678] A.D.B., CX. 11, Lv. 110, s/fl.

[679] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 46, fl. 84

[680] Porque à igreja de S. João de Castanheira «vinhão a misa de duas e tres legoas e avia cazas onde de vespera dos sias de pereceito vinhão pouzar os que de longe vinhão». A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das comendas, Tombo da comenda de São João da Castinheira de Monforte de Rio Livre, fl. 7v

De uma contenda que opôs António Ferreira Sarmento, de Vinhais, aos religiosos de Balsemão, por causa da construção de um açude, extraímos as notícias que se seguem: «o dito ministro não foi rezidir a caza da congragação dos supplicantes mas sim ás de hospedaria que só servem de apozento aos romeiros, e pessoas que vão aquelle sitio por ser dezerto, e não haver alli outra habitação senão as ditas cazas que destintas e apartadas se achão fora da

4.7 Tectos e coberturas

Através da combinação de elementos como as asnas, pendurais, madres e caibros, a madeira é um material de utilização generalizada na estrutura de sustentação dos telhados das capelas maiores e naves. No entanto, esta malha pode ser revestida por um forro que a oculta, o qual pode ser organizado em forma de abóbada, como em Santa Maria de Bragança ou Soutelo de Gamoeda, em forma de masseira ou de tumba[681], como na matriz de Alfaião e nas naves centrais de quase todas as igrejas com três naves, ou, então, o generalizado acompanhamento da inclinação das duas águas dos telhados. Em regra só os tectos abobadados, como na matriz de Bragança, foram preparados para permitirem figurações ilusórias e perspectivadas. Já os que apresentavam formas diferentes eram formados pela contínua sobreposição das peças longitudinais de madeira, razão pela qual se apelidão de escama de peixe.

Pelo simbolismo, pela qualidade dos beneficiados, abades e comendadores, e ainda pela carga simbólica, será nas capelas maiores que os tectos apresentam maiores exigências no que diz respeito à construção e à riqueza decorativa. Nesta perspectiva, serão de destacar os espécimes de ogivas da antiga igreja dos Jesuítas e o de alfarge que soleniza a cabeceira do convento de freiras beneditinas de Bragança. Relativamente ao último, não se conhece notícia que ateste a continuidade desta linha matricial na diocese. Neste conjunto podia ainda incluir-se a abóbada de berço da igreja de Azinhoso que, em 1760, D. Frei Aleixo de Miranda Henriques mandava

---

rigularidade dos supplicantes». A.N.T.T., Desembargo do Paço, Minho e Trás-os-Montes, Mç. 27, Cx. 32, s/fl.

[681] Em 1761, na igreja paroquial de S.Martinho de Alfaião, o reverendo Tomás Gomes da Costa, determinava: «como vejo a cappella mor com tanto asseio necessita que o corpo da igreja a imite e assim mando que os freguezes mandem forrar a primeira nave entre o arco toral e o que se lhe segue com forro lizo de tumba bem ajustado que descanse em o emtabolamento [sic] com cornija de meia coroa». Arquivo do Paço Episcopal, *Livro de registo de capítulos de visita e pastorais da paróquia de Alfaião*, fl. 61

reparar por estar «ameaçando hum eminente perigo[682]». Por isso tomavam-se as providências normais, tendo em vista ser «obra de custo» e estar submetida a uma comenda

Na matriz de Vimioso, a molduragem que percorre a abobada da capela-mor, compartimentou esta secção esférica em planos de formato quadrangular e rectangular. Estes, dotados de superfícies mais amplas iniciam-se nos muros laterais, justamente no mesmo plano das mísulas, cilíndricas e achatadas, que servem de apoio às molduras de lançamento transversal. Posteriormente, o conjunto seria completamente decorado com pintura de brutescos, alguma vezes a enquadrarem os instrumentos da Paixão.

Este tipo de pintura, ainda visível no tecto da igreja de S. Vicente, em Bragança, parecia ser do agrado de um vasto leque de pessoas, razão pela qual se prolongou no tempo. Em 1728, era o próprio cónego magistral da Sé, que, na igreja da Senhora da Assunção de Rebordãos, mandava» «pintar de brutescos o tecto da capella maior[683]», realização que se temia fosse prejudicada em 1744, altura em que a chuva tinha causado alguns danos ao forro da capela.

Menor aplicação tiveram os tectos abobadados e apainelados com caixotões líticos. Nesta matéria deve evidenciar-se a obra realizada nas matrizes de Mascarenhas e da Senhora da Assunção, em Ferreira, compondo-se esta por duas dezenas de painéis limitados por robustas molduras, também em pedra de cantaria. Sistema idêntico, pode ainda observar-se numa capela colateral da matriz de S. Pedro, em Macedo de Cavaleiros. Em 1721, a obra era louvada pelo reitor, António de Morais Castro que foi colado à paróquia em 1705:

> «a capela de Jesus Maria Jozeph que fundou e mandou fazer o reitor meu antecessor Jozeph de Oliveira, estando com muita boa arte por ser

[682] Arquivo paroquial de Azinhoso, *Livro de visitações*, fls. 18-18v
[683] Arquivo paroquial de Rebordãos, *Livro de registos de capitulos de visita e pastorais de Nossa Senhora da Assunção (1722-1806)*, fl. 17

de abobada apainellada de pedra escodada com varios frizos, e tendo um retabollo grave[684]».

Em termos cronológicos, esta obra foi realizada entre 1665 e 1705, período correspondente ao tempo em que a paróquia foi dirigida pelo reverendo José de Oliveira.

Todavia, a fortuna destas soluções arquitectónicas nunca pôde competir com as opções que implicavam exigências de grau mais baixo.

Em meados do século XVII, o tecto da igreja da Senhora da Assunção de Bouça de Nuno mereceu alguns reparos[685]. Contudo, as referências produzidas não permitem concluir pela existência de grande investimento artístico já que todas as referências apontam para uma solução elementar limitada ao madeiramento e à telha da cobertura.

Muito depois (1744) mandando-se branquear e retelhar a cabeceira do mesmo templo fazia-se, igualmente, notar a urgência da substituição de algumas madeiras do seu tecto, reformando-as e renovando também «as pinturas da parte do teto, que servem de guardapó para o altar mor[686]».

A partir do ano de 1724, na igreja de Santo André de Morais, reunir-se-iam algumas das condições necessárias para a superação dos problemas de toda a ordem que afectavam a sua capela-mor, os quais eram bem patentes, pelo menos, desde o ano de 1714. Em todo este período de tempo, o Duque do Cadaval, enquanto comendador, mostrou o seu distanciamento em relação à igreja paroquial, escusando-se sistematicamente a ouvir os apelos que lhe eram dirigidos para se atalhar à deterioração da cabeceira do templo. Mas no Verão daquele ano o comendador decidiu-se a notificar[687] o procurador da

---

[684] MATOS, José Botelho de e outros - *Documentos varios para a Historia ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., Reservados, COD. 154, fl. 39

[685] Estas notícias respeitam essencialmente aos anos de 1659, 1668, 1669, 1671, 1672. A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.

[686] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.

[687] Em 1724, referia o Doutor Tomás Giomes da Costa, abade de Sobreiró: «consta me que o Excellentissimo Senhor Duque do Cadaval com tão catholico zello da sua grandeza tem mandado por via do Procurador da Comarqua que se ponha a obra da capella mor a pergão e

comarca - sinal da interferência no processo do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens - para que as obras necessárias fossem arrematadas.

Estas, respeitando aos ofícios de pedreiro e carpinteiro, não excluíam as mãos do pintor e do entalhador. Sabendo-se que João Francisco, da Quinta de Veigas, foi o responsável pela execução do retábulo[688] não será descabida de lógica a admissão de também se ter ocupado na armação do tecto que posteriormente receberia pinturas.

Não se podendo acompanhar pormenorizadamente o curso das obras e a sua celeridade, os elementos conhecidos permitem concluir que o seu tecto só pelos anos de 1730 foi objecto de atenção particular. De facto, nesta altura, por indicação do reverendo Manuel de Morais da Silva, arcediago de Miranda, determinou-se não se imporem mais obras ao fabriqueiro por se levar em consideração que tendo a fábrica da igreja dinheiro fosse canalizado «para aver de pintar o tecto da capella[689]».

Todavia, mais do que a notícia de que em 1735 esta obra ainda não tinha sido concretizada interessam-nos as suas principais linhas de orientação. Desta forma, considerando-se que depois da realização e pagamento de outras obras, impunha-se a assistência do fabriqueiro para que:

> «todo o mais liquido se applique para a pintura do tecto, e appainelado da capella mor que sera feito por mestre, a eleição de pesoa intelligente[690]».

---

lances [...] vendo que cahio e a capella já metade do teto estão cahindo as paredes pello que mando [...] que logo logo faça editaes na forma que lhe deixo detreminado fazendo saber aos melhores mestres de arquitectura». A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fl. 46v

[688] Um capítulo de visitação mandado registar pelo Reverendo Gaspar da Rocha Ferreira, estipulava: «o reverendo parocho fara sequestro no ordinario que para na mão de Francisco Mendes pertencente a João Francisco de Veigas ao coal se fara avizo para que de inteiro comprimento a obra que ajustou tocante a capella mor, com cominação de que não satesfazendo em termo de dous mezes, e mandar fazer por outro oficial por conta do sobredito dinheiro». A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fl. 64

[689] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fls. 61-61v

[690] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fl. 70v

Novamente adiada a pintura do tecto daria o pretexto para o reitor de S. Julião de Paçó (Vinhais), o reverendo José Maria da Rosa, em Fevereiro de 1744, circunscrever os temas a tratar:

> «o fabriqueiro no termo de des mezes mandara pintar o tecto da capella mor ficando os quadros ou como os Passos da Paixão de Christo, ou como os Mesterios da Senhora o que deixo a arbitrio do reverendo reitor e elle o consultara com pessoa inteligente disso, e os rompantes e tudo o mais que he de talha se arrematará ao mestre de milhor notta, e que o faça mais barato[691]».

Mas dois anos depois ainda se estabelecia o prazo de um ano para se «mandar pintar o apainellamento da capella mor». Reafirmando-se o desejo de executar boa obra, o que só um mestre capaz podia fazer, determinava-se:

> «para o ajuste, como para o risco e idea da mesma seguirão a direção que lhe der o Reverendo Abbade de Vinhas, e com a sua direcção a poderão arrematar[692]».

Também nos parece com interesse o capítulo de 1743 que pretendia remodelar a capela-mor da igreja de S. Nicolau de Pinela a qual se julgava «tão indecente, que toda necessita(va) de ser reedificada a fundamentis». Chovendo nela e no altar maior «como na rua» também o forro se corrompeu. Em consequência, o visitador não teve dúvida alguma em ordenar obras de pedraria e em mandar substituir o retábulo existente, considerado velho e podre, por um novo «de talha bem feita com suas colunas á salamonica, em forma que encha toda a parede[693]», ao qual os fregueses «lhe meterão no meio a sua conta hua tribuna da mesma talha com sacrario». Por sua vez, a respeito do tecto, escrever-se-ia:

---

[691] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fl. 89v

[692] Em 1748, estavam concluídas as pinturas porque o abade de Travanca, o Doutor Inácio Luís de Campos, registou que «as obras deixadas na cappella mor por conta da fabrica estão muito bem feitas». A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fls. 95v, 100

[693] A.D.B., PRQ., Cx. 3, LV. 19, fl. 84

«seja o tecto forrado de meia laranja com seus paineis e rozas rozas, e frizos proporcionados, que dividam hus dos outros[694]».

Também a capela-mor de Pinhovelo se encontrava em estado lastimoso pelos anos de 1761. Por isso, impunha-se a realização de obras «de cantaria, alvenaria de madeiras, e retabolo[695]», chegando mesmo o prelado D. Frei Aleixo de Miranda a Henriques a interceder para que «sem demora tudo se fizesse». Tutelada pela Mitra, antes de 1766 já as obras apontadas estavam em curso. Contudo, só dois anos mais tarde chegariam ao nosso conhecimento as orientações propostas para os trabalhos a efectuar no tecto. Adiantando-se que o seu pagamento corria por conta da fábrica e que a obra do forro devia ser arrematada para estar concluída no termo de um ano, especificava-se:

«se forrara de scama [sic] de peixe o teto da capella mor para que as agoas não lancem a perder o de meia laranja que tem e as tintas que nelle se poserem[696]».

Do tipo escama de peixe era também o da Senhora da Assunção de Gimonde, igreja cuja capela-mor era tutelada pelo comendador de S. Pedro de Babe. Em 1732, a igreja de Gimonde serviu de pasto às chamas, «notorio, e infausto sucesso» que a queimou totalmente «sem ficarem altares nem tecto algum[697]». Reconstruída progressivamente, em 1744, com o sacrário no altar colateral do Menino Deus, já se pugnava pela fábrica de uma tribuna para a cabeceira, a qual não devia ser começada sem o mestre que a arrematasse cumprir dois requisitos: por um lado, fazer o respectivo risco e, por outro lado, ter sido «aporvado por sua Excellencia Reverendissima[698]».

Na mesma altura atentava-se também no tecto de S. Genísio de Parada a pedir reformas porque o que tinha considerava-se «muito incapas». Nestes

[694] A.D.B., PRQ., Cx. 3, LV. 19, fl. 84
[695] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 40, fl. 6
[696] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 40, fls. 11v-12
[697] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 11, fl. 2v
[698] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 11, fl. 19v

termos, ordenava-se que «a conta dos frutos da comenda» se devia «forrar de novo de boa madeira, e com paine(i)s bem forrados e proporcionados[699]». Em regra, os painéis tratavam temas cristológicos ou ampliavam o reportório hagiográfico, individualizando as figuras e separando-as por grossas molduras que suscitavam as mãos do entalhador e do dourador. Repetindo-se procedimentos e correntes de gosto, também na matriz da Torre de D. Chama o abobadado tecto da capela-mor, datado de 1752, seria apainelado com vinte e quatro painéis respeitantes aos Mistérios do Rosário[700], aos quatro evangelistas, aos quatro padres da igreja[701] e à padroeira, a Senhora da Encarnação.

De modo diferente, na segunda metade do século, os programas com maior difusão nos ambientes urbanos, bem documentados nos tectos das naves das igrejas de Bragança e do seu Paço episcopal, mostravam uma apetência especial pelos efeitos movimentados, pelas variações decorrentes da policromia intensa e pelos cenários faustosos que, ainda que respeitando as leis da simetria, se desenvolviam em grandes superfícies.

Contudo, a aceitação desta tendência nos meios rurais parece não ter sido fácil pois em 1773, na igreja de Santo André de Avantos, o pintor Damião Vallisoleti assinava, no quadro de Santo Isidro, um empreendimento pictórico de vulto que abrangia a capela-mor, tectos e paredes, e ainda o tecto da nave. Vinte dos vinte e oito quadros do tecto da capela-mor, historiam a vida de Cristo, enquanto no revestimento dos seus paramentos com painéis se individualizam, no lado do evangelho, S. Gregório Magno, Santa Teresa, Nossa Senhora do Carmo, Santo Ambrósio, S. Basílio, Santa Catarina e, no

---

[699] A.D:B., PRQ., Cx. 2, Lv. 14, fl. 63v

[700] Gozosos: Anunciação; Visitação; Nascimento; Apresentação no templo. Dolorosos: Perda e encontro de Jesus no templo; Agonia no horto; Flagelação; Coroação de espinhos; Caminho do calvário; Crucificação. Gloriosos: Ressurreição; Ascenção; Pentecostes; Assunção de Nossa Senhora; Coroação da Senhora como rainha do céu.

[701] Santo Ambrósio, Santo Agostinho, S. Tomás e S. Gregório. No painel onde se representa Santo Ambrósio inscreveu-se a data de 1752.

lado da epístola, S. Jerónimo, Mater Dolorosa, Santo Agostinho, Santa Apolónia, S. João, S. Domingos e S. Francisco.

Mas à obra da cabeceira dever-se-à somar a da nave, com as quinze figurações que ocupam cada um dos topos das paredes laterais, a terem solução de continuidade nos setenta e cinco quadros que, separados pela tradicional molduragem, se podem contar no tecto.

4.8 Janelas

Sobre as aberturas de iluminação das igrejas, não havia regras rígidas. Nesta matéria, o próprio Carlos Borromeo admitia alguma liberdade à acção dos arquitectos. Em todo o caso, o reconhecimento da importância da janelas, nos planos da comodidade e higiene, não deviam prejudicar a privacidade do interior sacro. De resto, esta era uma das razões pela qual os rasgamentos se efectuavam quase sempre em cotas elevadas.

Relativamente às janelas, as informações conhecidas quase sempre utilizam o termo fresta, claramente associado a uma pequena abertura operada num muro. Por isso, a ocorrência destes elementos com reduzido vão, sendo sinal de uma iluminação escassa, também caracterizam o ambiente interior.

Ao mesmo tempo, a necessidade de se vedarem tais vãos e os materiais, então, disponíveis ainda faziam diminuir as quantidades de luz que penetravam nas cabeceiras e nas naves. Em 1625, em Edroso, o abade de Castro Roupal, António Tello, registava as seguintes considerações:

> «porcanto pella mesma fiestra da dita igreja entra o vento [...] mando ao fabriqueiro e freigesses ponhão na dita fiestra hum encerado de lenço ou de folha de Frandes[702]».

[702] Aquivo do Paço Episcopal, *Libro das visitaçois da igreja de Sancta Marinha do lugar de Hedroso*, s/fl.

A colocação de outro «encerado» era ordenada, em 1630, para a fresta da capela maior da igreja de Pinhovelo[703] e, em 1642, para a da Bouça[704]. Na fresta da cabeceira desta igreja, em 1650, mandar-se-ia colocar uma adufa. O recurso à utilização de adufas ainda no século XVIII era corrente, pois em 1739, propunha-se, para a igreja de Serapicos, «huma adufa per a fresta da capella mor[705]». Não com muita antecedência (1727), em Vale Prados Grande, o Doutor Jerónimo Preto e Lemos intimava os fregueses a mandarem «fazer adufas de pano de linho para as frestas da igreja[706]». Nesta altura (1730), em Morais, considerava-se a hipótese se se pintar o tecto da capela-mor da matriz, para cuja janela se devia «comprar hua coadra de moscobia[707]».

Em muitas igrejas setecentistas, as necessidade e vantajens da incidência dos raios luminosos não as isentavam de alguns inconvenientes. Atente-se, por exemplo, na orientação preconizada, em 1709, para a matriz de Carrazedo, motivada pelo facto da fresta da capela mor permitir a entrada de «vento, e agoa em termos que ofendia ao altar e a quem estava dizendo missas». Neste sentido, resolvia-se a dificuldade com «hua corredisa com folha de lata para que possa dar lux e evitar os efeitos dos temporais[708]».

Em 1722, também o abade de Podence se esforçava por solucionar problemas que se manifestavam na paroquial de Travanca (Vinhais):

> «o fabriqueiro mandara alargar a fresta e por lhe hua vara de ferro para que fique segura dando a claridade necessaria a capella mor não ficando nunca no direito do altar por evitar que a sera se gaste mais[709]».

Com idêntico intuito, o reverendo Francisco Xavier Aranha, em 1736, obrigava o abade de Pinheiro Novo a:

---

[703] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 115v, 125
[704] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.
[705] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 31, fl. 18
[706] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 58, fl. 66
[707] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fl. 61v
[708] A.D.B., PRQ., Cx. 13, Lv. 124, fl. 53v
[709] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fl. 71v

«compor a fenestra da capella mor, com sua empanada ou zellozia, em forma que entre a lus ao altar, e repare o vento para não inquietar as luses do altar[710]».

Em 1746, quando ainda circulavam publicações com receitas «para fazer panos de linho encerados em lugar de vidraças[711]», já há notícia da aplicação deste material em povoações excêntricas, como Pinheiro Novo. Todavia, em paralelo com as crescente preocupação com a iluminação interior da matriz andava a preservação da máquina retabular:

«na fresta da capella se mande por vidraça com rede de arame, que a resguarde não so em atenção a decencia mas tambem a conservação do retablo, e douramento delle que recebe grande detrimento nas humidades, agoas, e neves que por ella entrão[712]».

Na mesma linha de interesses, convém evidenciar a ordem (1764) para se alargar a fresta da capela-mor de Gondesende, «pois pello extreito da que existe hé bastantemente escura a dita capella maior». A demora do abade a principiar esta obra motivaria nova ordem (1767) para o alargamento da abertura «para que faça luzir mais o retabulo, e de claridade bastante para se ver a imagem de Nossa Senhora da Assumpção[713]».

Em todo o caso, à medida que o século XVIII se gastava, incrementou-se a utilização de vidraças, resguardadas sempre por grades de ferro e redes de arame, enquanto alguns eclesiásticos usavam do seu poder para, nas zonas rurais, promoverem o alargamento dos vãos de iluminação.

---

[710] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 110, fl. 54v

[711] MONTON, Bernardo de . *Segredos das artes liberais, e mecanicas*, Lisboa, Na Officina de Domingos Gonçalves, 1744, p. 5

[712] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 114, fl. 114

[713] Arquivo paroquial da igreja da Senhora da Asunção de Gondesende, *Livro de visitações (1685-1793)*,s/fl.

Faça-se «hua fresta maior de sorte que fique da largura de dous palmos, e altura correspondente[714]» com a respectiva vidraça: assim se ordenava em Castrelos nos começos de 1756. Mas em 1769 já se estipulava ano e meio para o fabriqueiro «abrir a fresta da capella mor com tres palmos de largo e a sua correspondente altura a qual segurara com fortes grades de ferro e sua vidraça[715]». Idêntica disposição seria registada tendo em vista o ambiente da nave.

A tendência que se vinha desenhando de cabeceiras bem iluminadas também deixaria as suas marcas na austera igreja de Tó, onde, apesar de tudo, se aplicará «hum varão de ferro com sua grade de folha de latão[716]», justamente, em 1756, quando se iniciavam os preparativos para o douramento do retábulo. Todavia, em 1794, as orientações do abade de Rebordãos para a igreja de Vale Prados Grande, apressando a execução de uma janela«de coatro palmos de larga e oito de alta com sua grade de vidro, e rede[717]», dão já a estas aberturas uma suficiente capacidade lumínica para moldar a ambiência interior.

A paroquial de Ferreira, tem a capela-mor orientada a poente e uma janela no lado da epístola. Pretendendo-se mais luz, tirar-se-ia partido da resistência da cobertura pétrea, construindo-se uma lanterna para iluminação zenital da área subjacente. Objectivo semelhante praticou-se na capela do Senhor dos Passos da igreja de Santo Ildefonso, em Cedães. Com a cobertura reforçada por ogivas, perfurar-se-ia o fecho, obtendo-se, assim, uma abertura de iluminação, protegida exteriormente por um lanternim, construído em registos sobrepostos. De maior diâmetro, o primeiro apresenta-se aberto, mostrando prumos canelados e com enrolamentos; sobre este assentam os

[714] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fl. 75
[715] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fl. 111v
[716] A.D.B., PRQ., Cx. 9, Lv. 89, fl. 133
[717] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 59, fl. 102v

volumes de remate, organizados em função de alguns dos preceitos dinâmicos tão caros ao barroco.

O reportório formal das ventanas não é muito diversificado. Todavia, mesmo quando despojadas de ornatos, desempenham papel de relevo na animação dos alçados. Provavelmente, as maiores variações encontram-se nos óculos das frontarias, algumas vezes trabalhados como rosáceas, com as molduras exteriores a apresentarem-se circulares, ovais ou polilobadas.

Janelas de pinázios, com o vão dividido em quatro lumes, apenas conheceram aplicação na igreja de Azinhoso.

Do mesmo modo, janelas com aventais almofadados sobre um balcão sustentado por três mísulas unicamente encontraram aplicação na igreja matriz de Vilar de Ossos. Entenda-se, aplicação na arquitectura religiosa mas com extrapolações no campo civil. De facto, esta tipologia de janelas, datadas de 1699, com suas almofadas e balcões sobre mísulas, teria aplicação no prospecto principal do solar vizinho, nobilitado por uma fiada de seis conjuntos com a mesma traça. Propriedade da família Bacelar, esta casa fidalga comunica, através de um passadiço, com a capela maior da matriz, onde ainda existe a grade que permitia aos fidalgos a assistência ao serviço religioso em posição de privilégio.

O mesmo programa artístico daria lustro às janelas da casa que esta família[718] possuía em Bragança, na Costa Grande.

Contudo, a tipologia de janelas mais vulgarizada privilegiava desenhos rectangulares em que toda a fantasia era banida, sem uniformidade de vãos, e marcos de enxalços, o que lhes dá uma configuração de masseira. Algumas vezes, como na matriz de Vale Prados Grande o lintel pode ser sobrepujado por uma cornija, repetindo um esquema também observável em alguns portais; outras vezes, mantendo-se a obliquidade das superfícies interiores,

[718] Com base no «arruamento da cidade de Bragança para o lançamento da décima», suspeitamos que, em 1764, era propriedade de D. Teodora Maria.

ensaia-se a animação das molduras. Nesta perspectiva dever-se-á dar evidência ao tipo de aberturas da ermida da Senhora do Monte, em Lamas, e da capela da Senhora da Boa Morte, em Sendim.

Por outro lado, janelas como as do alpendre do santuário de Outeiro ou da matriz de Vilarinho de Cova de Lua, com ordenadas linhas de profundidade progressiva a definirem o carácter da molduragem, são pouco frequentes, ainda que se alinhem por procedimentos relativamente correntes na ornamentação de portais.

Na segunda metade de setecentos, especialmente na parte derradeira, como fonte de iluminação das cabeceiras, iria ter grande fortuna uma janela de enxalços caracterizada pela formação nos seus ângulos de volumes cónicas. Ao mesmo tempo, alguns modelos, caros aos lavrantes da obra de Mafra e aos engenheiros-arquitectos empregados na reconstrução de Lisboa, iam penetrando no interior do país.

Embora os vãos se alongassem em altura, as ombreiras continuavam a privilegiar a linha recta, sinal da austeridade e da disciplina espiritual que convinha exteriorizar. No entanto, os peitoris e lintéis encurvavam-se e iam sendo aplicados em igrejas que tinham um largo historial de resistência à inovação arquitectónica, de que a dedicada a S. Vicente, em Vila Chã é bom exemplo.

4.9 Pavimentos

Fossem de uma, de duas ou de três naves, as igrejas paroquiais deviam dar satisfação à pretensão de alguns fregueses em serem sepultados no seu interior ou nas suas proximidades. Durante o Antigo Regime a igreja paroquial não é apenas o principal emblema da comunidade dos vivos por se ter transformado em espaço emotivo onde a coexistência destes com os mortos

era possível e desejada. Enquanto cemitério, o pavimento do corpo da igreja tornar-se-ia numa topografia de sentimentos cuja vivificação e confiança mística encontravam a razão de ser nos prolongamentos de algumas práticas ancestrais do cristianismo e, sobretudo, na maneira como as civilizações pré-cristãs se relacionavam com o mundo dos mortos.

Em evidente manifestação de repulsa, sabe-se que em Roma se proibiam os enterramentos dentro do perímetro urbano, razão pela qual os cemitérios para pagãos e cristãos se organizavam ao longo dos caminhos que conduziam à cidade. O crescimento da consciência religiosa cristã levaria os seus adeptos a procurarem nestes cemitérios a proximidade das sepulturas dos mártires[719] porque, acreditava-se, o grau de protecção dispensado ao defunto seria muito maior. Tais desenvolvimentos viriam a ter uma importância suficientemente grande para justificarem a posterior fundação de igrejas que, sacralizando o espaço, fossem ao encontro das vontades dos que queriam ser enterrados à sua volta.

O posterior crescimento dos aglomerados populacionais levaria a que a cidade dos mortos fosse sendo integrada na cidade dos vivos. Paulatinamente, o antigo interdito perdia vitalidade em detrimento do empenhamento na busca de sepultura perto dos santos. Assim, o defunto ficaria entregue à igreja até ao momento supremo do Juízo Final.

A partir do século VII, como salientou Philippe Ariès, a nova atitude cultural condenaria ao esquecimento a velha interdição[720]. Ao mesmo tempo, por suscitarem as orações dos vivos, os cemitérios deixariam de ser simples locais de enterramento para se converterem em lugares santos cuja forte valência piedosa[721]também servia aos fiéis de aviso permanente relativamente

---

[719] ARIÈS, Philippe - *Sobre a História da morte no Ocidente desde a Idade Média.* Editorial Teorema, Lisboa, 1989, p. 26

[720] ARIÈS, Philippe - *O Homem perante a morte,* vol. I, Publicações Europa - América, s/l., s/d., p. 50

[721] Em 1761, quando pela acção do bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques se elaboravam novas Constituições para o bispado, considerava-se: «he costume antigo, pio, e louvavel na

à vivência e prática de acções capazes de os levarem à salvação eterna. Todavia, a consideração dos efeitos positivos pela sepultura *ad sanctos* não significava que os enterramentos tivessem obrigatoriamente que se fazer dentro da igreja.

Desde o concílio de Braga, reunido em 563, que se tomavam medidas que iam no sentido da proibição dos enterramentos no interior das igrejas[722]. Porém tais proibições ao serem acompanhadas por várias excepções acabariam por anular o alcance das medidas que se aconselhavam.

Na diocese de Miranda, as Constituições Sinodais, publicadas em 11 de Novembro de 1563, também contemplaram o tratamento desta matéria. Ao bispo reservava-se a máxima competência pois, na área da sua jurisdição, reconhecia-se como a única pessoa com autoridade para poder despachar favoravelmente o direito de sepultura na capela-mor de uma igreja e ainda a concessão especial de «capella ou lugar perpetuo na igreja[723]». Mas quando estava em causa a abertura de sepulturas no corpo da igreja e no adro já a licença do pároco seria suficiente.

Igreja Catholica enterrarrem-se os corpos dos fieis christãos defunctos, nas igrejas e cemiterios dellas porque como são lugares a que os mesmos fieis concorrem para ouvir, e assistir as missas, e officios divinos, e oraçõens, á vista das sepulturas se lembrem de encomendar a Nosso Senhor as almas dos dittos defunctos, especialmente as dos seus para que mais cedo sejão livres das penas do Purgatorio e tenhão junctamente os mesmos fieis vivos vendo as memoria da morte». A.D.B., *Con(s)tituições sinodaes do bispado*, Lv. 4º, Titulo 9, Constituição 8ª, 1761, s/fl.. A mudança de mentalidades provocou modificações no modo de encarar esta questão. Em 8 de Março de 1836, o Doutor Rodrigo de Sousa Machado, governador do bispado, assinava um edital em que se afirmava: «tendo em todos os tempos os Santos Padres, e os concilios declamado contra o abuso de sepulturas e cadaveres nas igrejas, e lugar de oração, como contrario a antiga pratica da igreja nos seculos primitivos [...] introduzido pouco a pouco pela superstição, e erro dos povos, que lhes fazia crer, que a salvação das almas dependia da conjugação do cadaver com as reliquias e imagens dos santos, e tendo me constado que muitos pparocos, bem longe de mostraem aos seus freguezes as vantagens que rezultão a saude publica da construção de cemiterios». A.D.B., PRQ., Cx. 9, Lv. 83, fls. 26 e ss.

[722] ARIÈS, Philippe - *O Homem perante a morte*, vol. I, Lisboa, Publicações Europa - América, s/d., pp. 42, 60

[723] *Constituições sinodais da diocese de Miranda*, 1553, fl. 87

Em termos gerais, não se consentiam[724] enterramentos na área das capelas maiores, proibição que implicava a pena de quinhentos réis a quem a violasse. Contudo, admitiam-se algumas excepções que compreendiam «quem tiver sepultura com titulo, ou direito pera a ter ou for padroeiro, rector, ou cura confirmado da tal igreja porque estes se poderão enterrar sem mais licença[725]».Porém, «a nenhua pessoa se dar(i)a licença pera ter sepultura dos degraos do altar (maior) pera cima[726]».

Com ligeiras adaptações estas disposições continuariam a ter força de lei nas Constituições Sinodais lavradas após a convocatória do sínodo de 1761 por D. Frei Aleixo de Miranda Henriques. Contudo, algumas informações válidas tanto para o século XVII como como para o século XVIII, reiterando a proibição de inumações na capela-mor sem licença do prelado, não deixam dúvidas que o articulado legal não passava, algumas vezes, de letra morta. De resto, em 1715, em acto de visitação à igreja de S. Gens de Prada, o reverendo Sebastião de Morais Cidade, tesoureiro-mor da Sé de Miranda, exarou o seguinte capítulo:

> «fui informado que coalquer pessoa se enterrava na capella mor, o que mando que daqui em diante se não enterrem nella senão as pessoas nobres, e os lavradores prencipais, e querendo se enterrar outras pessoas pagarão seis mil reis[727]».

Em 1577, nas *Instrucciones*, o Arcebispo Carlos Borromeo não negando essa possibilidade aos bispos e outros membros do clero, embora aponte o coro e a capela-mor como locais vedados a tais práticas[728], também admite sepulturas de laicos na igreja que fazia depender da licença dos prelados diocesanos com a advertência que, como já se tinha decidido no Concílio de

---

[724] «a nenhua pessoa consentiram enterrar na capella principal de nehua das igrejas do nosso bispado». *Constituições sinodais da diocese de Miranda*, 1553, fl. 87
[725] Constituições sinodais da diocese de Miranda, 1553, fl. 87
[726] *Constituições sinodais da diocese de Miranda*, 1553, fl. 87v
[727] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 14, fl. 10

Bari, nunca se aproximem dos altares e que também nunca se evidenciem relativamente ao nível do pavimento da igreja[729]. As representações da cruz ou de imagens sacras também serão proibidas nas tampas das sepulturas[730]

Se dependia da «especial licença» do bispo a possibilidade de se colocar «sobre a sepultura do defunto lage alevantada do chão ou tumulo de madeira» ou «tumba ainda que seja chaã[731]», já não se consentia que alguém pusesse « sinal da cruz no chão sobre as ditas campãas[732]», proibição que seria renovada no sínodo de 1761 e extensiva a quaisquer imagens de anjos, de santos, aos nomes de Jesus e de Nossa Senhora. Por outro lado, desde o século XVI que se definiam orientações que demonstravam preocupações em atalhar algumas atitudes menos zelozas com a ordem que o pavimento interior sempre devia ostentar:

> «mãdamos aos herdeiros, e sucessores, e testamenteiros dos defunctos ou quem a ello obrigado for, que tenhã cuidado de ladrilhar, lagear, ou cõcertar suas sepulturas, de maneira que nã estem alevãtadas das outras senã igoaes, e que as cocertem dentro de XX dias depois do enterramento do tal defunto[733]».

Quem estivesse sujeito a esta disposição e não a observasse devia ser penalizado pecuniariamente podendo ainda, depois de admoestado, ser impedido de entrar na igreja enquanto o problema se mantivesse insolúvel.

À luz dos Estatutos da Universidade de Coimbra, confirmados em 1593 por Filipe I e editados nesta cidade no ano de 1654, entre as obrigações do tesoureiro (ou sacristão) da capela da Universidade conta-se a obrigatoriedade de a trazer «limpa, mui bem varrida, e juncada duas vezes no anno: uma,

---

[728] BORROMEO, Carlos - *Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos,* México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1985, p. 72

[729] BORROMEO, Carlos - *ob. cit.*, 1985, p. 73

[730] «en la cubierta superior no se esculpa o se represente de algún modo la cruz y outra imagen o efigie sacra, para que no se manche com la inmundicia y el esputo del polvo o del lodo, y no sea hollada com los pies de los transeúntes». BORROMEO, Carlos - *ob. cit.*, p. 74

[731] *Constituições sinodais da diocese de Miranda,* 1563, fl. 88

[732] *Constituições sinodais da diocese de Miranda,* 1563, fl. 88

[733] *Constituições sinodais da diocese de Miranda,* 1563, fls. 87v-88

vespera de todos os Santos; outra, vespera de Natal[734]». Obrigação idêntica fazia parte das competências do vedor da obra da Sé de Miranda, devendo «juncar [...] a igreja e choro hum mes antes do Natal e renova lo[735]» posteriormente.

Em Bragança, no Inverno, há notícia da aplicação deste material na cabeceira da igreja dos Jesuítas. Mas a encomenda, em Lisboa, no ano de 1657, de azulejos para a ornamentação da capela-mor permitiu alterar práticas rotineiras, já que «os ceirões em que veio o azulejo se tem aplicado para servirem na capella mor em lugar de junco[736]». Estas plantas herbáceas que crescem espontâneamente em todo o país também eram utilizadas em Portalegre, na igreja de Santa Maria do Castelo[737] quando (1572) ainda servia de Sé.

Na capela da Senhora da Ribeira, como se viu, optou-se por um tipo de pavimento formado por seixos rolados. Apesar das diferenças de desenho, a concepção não diferia muito daquela que foi posta em prática na sacristia de Santa Maria de Bragança, a qual utilizou vértebras humanas para definir alguns desenhos, e no santuário da Senhora do Nazo, ermida que «quasi toda he calçada de osos, com pedras entremetidas, e com lavores que a fazem curiosa, e vistosa[738]».

Da maior ou menor regularidade com que a morte convocava as vidas de alguns paroquianos dependia a frequência de intervenções sobre o pavimento da nave. Por outro lado, mesmo considerando os cuidados postos

---

[734] *Collecção chronologica da legislação portugueza (1648-1656)*, (Compilação e anotações por José Justino Mendes e Silva), Lisboa, 1856, p. 137

[735] A.D.B., Mitra, Cx. 5, Lv. 48, fls. 25v, 36v

[736] MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, vol. I, p. 652

[737] Em 1572, pagar-se-ia a João Gonçalves 320 réis «do junco para juncar a igreja». Era de uma só nave e seria derrubada nesta altura, quando a Sé Nova reunia algumas das condições necessárias para o culto. O espaço que ocupava terá ficado incluído no adro e, depois, integrado no claustro. PATRÃO, José Dias Heitor - *"Ereição" da Sé de Portalegre*, in «2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre», Lisboa, Associação dos Professores de História, 1996, p. 94

[738] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *ob. cit.*, Tomo V, p. 632

na compactação de terras, o grau de sedimentação das sepulturas era variável. Desta forma não causará admiração o facto de serem relativamente correntes as naves com superfícies irregulares. Os altos e baixos eram frequentemente acompanhados de diversos materiais soltos que perturbavam o passo dos fiéis. Em 1653, enquanto se mandava «por as luizas no pavimento[739]» da matriz de Pinhovelo também se afirmava a necessidade de «tirar lhe as taboas que estão pello chão[740]». Estas pertenciam às sepulturas que, a avaliar pelo apontamento sobre a necessidade de ordenamento, se dispunham de forma desorganizada.

Para evitar semelhantes perturbações e entraves é que o bispo D. João de Sousa Carvalho em visita à igreja de Santo André de Morais, em 1717, mandou:

> «os freguezes the a primeira mandarão solhar a igreja de estrados de madeira assim para conveniencia dos que assistem nella como para evitarem o perigo de quedas e tropeços nas procissoens[741]».

Apesar do significado positivo que tais atitudes continham, a dificuldade em se afirmarem parece manifesta. Em 1687, o abade de Chacim, Manuel de Gouveia, entendeu que os moradores de Vilarinho de Cova de Lua tinham obrigação de serem mais zelosos com a igreja da povoação e, particularmente, com o pavimento, ao qual:

> «mandarão botar [...] toda a terra que for necessaria pera fiquar igoal, e legialla muito bem the a primeira pena de 400 reis[742]».

Da inexistência de referências a esta matéria nos anos sucessivos parece poder inferir-se que o povo de imediato lançou mãos a esta obra, dando cumprimento à determinação do visitador. Mas, alguns anos depois (1706) já parecia pertinente ao abade de Sicouro, Manuel Rodrigues do Amaral, dar o

---

[739] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 131v
[740] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 39, fl. 131v
[741] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fl. 27v

prazo de três meses para os paroquianos «achanar(em) as louzas provido as que faltarem[743]» de modo a conseguir-se a regularização do pavimento.

No entanto, além dos problemas decorrentes das sepulturas no plano da nave outros podiam ter lugar. Atente-se, por exemplo, na determinação que o abade de Duas Igrejas, o Doutor Manuel de Matos Botelho, pretendeu ver praticada, em 1703, na paroquial da Senhora da Assunção de Pinhovelo:

> «os mesmos freguezes [...] aterrarão a igreja em forma que fique igual o pavimento della, com o baptisterio, porque nesta forma ficara mais livre das agoas que agora a inundão, e se poderão profundar mais as covas, o que agora não permitte a fraga ou rocha em que esta fundada a mesma igreja[744]».

Conclui-se, assim, que um solo rochoso pela solidez que garantia às fundações podia não se revelar como uma boa opção quando se tratava da implantação de uma igreja. Por outro lado, o sítio escolhido nem sempre vencia os condicionalismos da topografia ou resistia convenientemente às forças da natureza, como acontecia em Rio de Onor cuja igreja contava com um pavimento irregular e que se inundava com frequência[745].

Durante a primeira metade do século XVIII, a presença de soalhos de madeira de castanho parece ser de uso não muito corrente pela predominância de pavimentos revestidos com lajes de pedra, solução menos exigente em termos de trabalho e menos dispendiosa se atentarmos na sua durabilidade. Em 1722, davam-se dois anos ao juíz da igreja de S. João Baptista, em Castrelos, para «mandar sobradar a igreja[746]», orientação que seria retomada em 1732 e seguida da indicação de que se devia empregar madeira de

---

[742] Arquivo Paroquial de Espinhosela, «Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua» (1634-1785), fl. 44

[743] Arquivo Paroquial de Espinhosela, «Visitação na igreja de S. Ciprião do lugar de Vilarinho de Cova de Lua» (1634-1785), fl. 71

[744] A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 41, s/fl.

[745] Em 1768, O Doutor José da Rocha deixava o seguinte capítulo de visitação: «os moradores dentro de hum anno mandarão aterraplanar a sua igreja, ao menos dous palmos, para lançar fora della as agoas, e depois lagealla muito bem por cima». A.D.B. PRQ., Cx. 3, Lv. 21, fl. 14

[746] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fl. 26

castanho[747]. Indicação importante e que, pela organização que propunha, permite a hipótese de estarmos perante práticas que progressivamente se alargavam foi o capítulo de visita que o cónego magistral da Sé de Miranda, o Doutor Jerónimo Preto e Lemos, exarou em 1727 no livro de visitação da matriz de Serapicos:

> «os freguezes em termo de hum anno mandarão sobradar o pavimento da igreja das portas travessas para cima fazendo taburnos de madeira de castanho muito bem ajustados ao livel de sorte que cada hum delles se possa levantar quando for necessario para abrir alguma sepultura, para o que lhe porão argollas de ferro em cada hum delles o que farão de concelho, ou repartindo pro rata a cada tantos moradores seu estrado[748]».

Apesar do seu racionalismo e de traduzir uma fase avançada de organização, esta medida deparou com a oposição dos moradores que, tendo apelado desta decisão para o prelado, conseguiram que este lhes comutasse «o sobrado em lageado[749]». Aliás, seria no seguimento desta decisão que o abade de S. João Baptista de Bragança, André Ramalho Barradas, em 1728 estabelecia, sob pena de oito cruzados, o prazo de quatro meses para os moradores darem início aos trabalhos de «lagear a dita igreja de alto a baixo com boas lages e igualdade tudo ao livel[750]». Repetia-se, deste modo, o sucedido na igreja de Morais, em 1720, altura em que o bispo também permitiu que os fregueses substituíssem a obra do soalho do pavimento da igreja pelo seu lajeamento, contando que «o fizessem de boas pedras cortadas e bem unidas[751]».

A mudança de procedimentos parece decorrer dos custos mais elevados da organização das sepulturas com tampas de madeira. Por isso, em 1715, pretendendo-se que assim se organizasse o pavimento da igreja de S. Gens de

---

[747] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fl. 34v
[748] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 31, fl. 3
[749] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 31, fl. 6v
[750] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 31, fl. 6v

Parada, o visitador não hesitou em autorizar a possibilidade dos moradores se poderem valer do dinheiro da confraria do patrono da igreja «para pagarem os ofesiais[752]» a fim de que executassem a obra.

Pelos exemplos apontados parece notória a vontade da hierarquia diocesana em conseguir que todas as igrejas apresentassem um chão regularizado, sem obstáculos e sem disformidades. Quanto aos materiais utilizados estes dependiam da capacidade das fábricas das igrejas, geralmente em relação directa com a bondade dos ciclos produtivos.

A persistência das orientações parece ter vencido ou diminuído as dificuldades e resistências a partir do momento em que o século de setecentos se aproximava da viragem do seu ponto médio.

Em 1749, o mestre canteiro Francisco Gomes, natural de Santa Marinha das Fragas, na Galiza, tinha arrematado a obra da paroquial de S. Pedro[753], em Mós (de Rebordãos). Encontrando-se impedido de se deslocar à sede do bispado, delegaria poderes na pessoa de Pedro Tato, também galego e companheiro de profissão, para efectuar a deslocação com a finalidade de receber 50.000 réis. Este dinheiro respeitava à obra, já concluída, do «lagiado da capela da villa de Rebordaos com os degraos do altar a romana[754]». A escritura de arrematação e os apontamentos, são desconhecidos e a «procuração bastante», para além de uma quantia apreciável, não nos fornece indicações exactas dos trabalhos efectuados no pavimento da igreja de Rebordãos, os quais também se estendiam à capela-mor. No entanto, parece não ficarem dúvidas que os trabalhos de organização dos pavimentos se entregavam a pessoas com capacidade técnica e experiência do ofício.

---

751 A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fl. 36v

752 A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 14, fl. 9

753 Afirma-se no documento: «mestre canteiro que tem feito a igreja matris de Sam Pedro deste logar de Mos termo da villa de Rebordaons». Tendo em conta o conteúdo do documento e o conhecimento de certas práticas linguísticas correntes, somos de opinião que com a expressão «tem feito» o tabelião pretendeu afirmar que a obra estava em curso e não, como à primeira vista parece significar, já concluída. A.D.B., Nuc. Not., Rebordãos, Mç. 6, Lv. 28, fl. 48v

754 A.D.B., Nuc. Not., Rebordãos, Mç. 6, Lv. 28, fl. 48v

O grau de exigência com o aspecto e materiais usados nos pavimentos, como se demonstra pelo capítulo relativo ao ano de 1753 e à igreja de S. Bartolomeu da povoação de S. Julião, era crescente:

> «o povo mandará lagear a igreja de cantaria fazendo lhe sepulturas de caixilhos com suas tampas de duas, ou trez pedras com seo buraco para se lhe meter hua chave de ferro quando se houverem de abrir, para se não quebrarem e as sepulturas não ficarão muito cheias de terra para que não cresça e serão numeradas, e o reverendo parocho quando falecer algua pessoa, porá á [sic] margem do assento que fizer o numero da sepultura, para saber o tempo que tem passado, para que não suceda abrir se estando ainda o corpo por consumir, e para esta obra lhe damos o tempo de seis annos, com declaração, que cada anno se fará a Sexta parte, ou depositará o dinheiro, que poderá importar em mão segura[755]».

A partir deste momento era já possível estabelecer medidas para as coxias ou corredor de circulação entre as sepulturas. Na verdade já em 1744 se determinava «hua coxia de cantaria bem unida pello meio abaixo, que ao menos tenha quatro palmos de largura, e principiara na capella mor, e acabara nas portas principaes[756]». Mas na igreja de Aguieiras, respeitando-se o traçado da coxia que corria pelo meio dos taburnos desde o degrau da capela-mor até à porta principal e «desde huma the outra porta travessa[757]», já se apontava a largura de «seis the sete palmos que sera lagiado de cantaria em modo que fique quazi igoal com a suprefice dos taburnos[758]».

Contudo, os encargos com a moderna ordenação do pavimento podiam tornar-se demasiado onerosos para os moradores. Nestes casos, podia-se encontrar uma solução equivalente mas que exigisse menor esforço financeiro. Foi o que aconteceu na igreja de S. Jerónimo, em Vale de Prados, quando, em Dezembro de 1761, foi visitada pelo abade de Penhas Juntas, o Doutor

---

[755] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fls. 56-56v
[756] A.D.B., PRQ., Cx. 6, LV. 53, fl. 90
[757] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 68, fl. 10
[758] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 68, fl. 10

Francisco Barroso. Compreendendo que «por lhe ficar longe a cantaria[759]» a sua extracção e transporte representava custos elevados o visitador, estabelecendo o limite de dois anos, mandou sobradar a igreja do seguinte modo:

> «primeiramente seram devi(di)das as sepulturas sobre si com soleiras de castanho abertos a meio fio para serem encaixadas as campas que estão podendo ser seram de huma taboa só; e não as havendo seram duas de macho, e femia com sua trabessa para que se não entortem[760]».

Por outro lado, convém referir algumas tendências para a normalização de procedimentos. Nesta perspectiva, registe-se a indicação do Doutor António Esteves Pinheiro de Figueiredo, Desembargador da Mesa Episcopal, para os fregueses da paróquia de Santo André de Carrazedo (Fevereiro de 1756) taburnarem a igreja «da forma em que esta a de Santa Maria[761]», matriz da cidade de Bragança. No mesmo sentido, em 1785, era a vez do abade de Montouto, Manuel Bernardo da Silva, repreender os moradores de Mofreita por, como estava decidido, não terem cumprido com com a obra do pavimento da igreja. Renovando a sua necessidade, estipulava o período de um ano para a conclusão da obra, sabendo-se que seria executada em «pedra de cantaria, ou de madeira com sepulturas destinctas e bem formalizadas com suas divizoes á imitação da igreja de Montouto por ser hua das mais bem pavimentadas do bispado[762]». O pavimento da igreja de S. Pedro de Quirás também serviria de modelo aos moradores de Pinheiro Novo. De facto, em 1787, vendo que algumas das pedras do pavimento da igreja de Santa Marinha estavam partidas e fora de sítio, o beneficiado da colegiada de Santa Maria de Bragança não hesitou em estabecer a pena de dez mil réis e um prazo de dois

[759] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 59, fls. 28v-29
[760] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 59, fls. 28v-29
[761] A.D.B:, PRQ., Cx. 13, Lv. 124, fl. 12v
[762] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 107, fl. 14

anos para se pavimentar a igreja «com marcos na forma em que esta a de S. Pedro de Quiraz[763]».

5. Frontispícios

Em arquitectura, a definição tridimensional dos espaços exige a conjugação de vários elementos da construção para se obter uma eficácia estrutural concordante com a *firmitas* vitruviana. Pelo modo como se relacionam entre si e até pelas qualidades intrínsecas, os elementos da construção - suportes, arcos, coberturas, contrafortes, muros e aberturas - estabelecem o formulário arquitectónico que caracteriza uma época e o estilo dominante.

Por suportarem parte ou a totalidade das cargas dos sistemas de cobertura e, ao mesmo tempo, definirem as clausuras dos espaços projectados, os muros desempenham uma função de importância fundamental. Por outro lado, o concurso de factores como as técnicas usadas no seu crescimento, a textura e tonalidades dos materiais locais - xistos e granitos aglutinados com barro ou cal - não pode ser desprezado, uma vez que podem estar em causa a solidez e durabilidade da obra, os factores psicológicos relacionados com o uso e ainda a relação de equilíbrio com o espírito do lugar. Num outro plano, também não são desplicentes as possibilidades e ambições das entidades encomendadoras.

Rebocadas e caiadas por imposição sinodal, as edificações em xisto, apresentavam frequentemente problemas de estabilidade construtiva. Para contrariar efeitos tão negativos reforçavam-se os muros com contrafortes exteriores e raramente se abdicava do concurso do aparelho de cantaria para

[763] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 112, fl. 5

as esquinas, material de que também se faziam correntemente as aduelas e marcos das aberturas.

Mesmo assim, as construções não ficavam imunes aos problemas de natureza estática, circunstância que, ciclicamente, obrigava a reformas mais ou menos profundas, as quais uma vez desencadeadas podiam alterar o contexto arquitectónico inicial.

Os paramentos compactos, lisos e muitas vezes presos ao chão, raramente se deixaram impregnar por acidentes portadores de efeitos de animação das suas superfícies. Uma ou outra vez, nos vãos de iluminação ensaiaram-se tentativas de aprofundar tais intentos. Porém, logo se constavam os problemas derivados da instabilidade pecuniária e as respectivas incidências sobre uma teoria artística consequente.

As igrejas paroquiais de Quintela de Lampaças, S. Pedro da Silva, Cércio e Grijó de Parada, são exemplos em que as reformas encetadas pouparam filas de modilhões que continuaram a adornar os alçados com valores medievais, cuja persistência só poderá ser compreendida no âmbito de uma ruralidade incapaz de gerar dinâmicas produtivas e sociais que ultrapassassem um arcaismo perdurante. Daí as dificuldades de inovação artística e a consequente manutenção ou prolongamento de procedimentos há muito aprendidos, visíveis pela incorporação nos paramentos de fragmentos de antigos e rudes conjuntos esculpidos - Edroso, S. Facundo (Vinhais) - ou na reutilização de elementos curvos, devedores do românico e do gótico, na monumentalização de entradas.

Em todo o caso, nos planos arquitectónico e decorativo, o maior empenho reservar-se-à para o muro da fachada ocidental. Umas vezes, este paramento será guardado por duas torres; outras vezes integra apenas um destes elementos mas fazendo variar o seu arranque de um dos ângulos para a zona central da fachada principal. Porém, quando se trata das estruturas para alçar sinos, o domínio pertence aos corpos com um, dois ou três vãos que

coroam as frontarias e, simultaneamente, acentuam a tendência para os respectivos desenvolvimentos em altura.

Contudo, dos recursos afectados à solenização deste plano, destacam-se os destinados às obras dos portais.

5. 1 Fachadas cegas

À norma foge um pequeno número de templos que se singularizam por possuírem frontespícios cegos ou apenas com uma insignificante abertura de iluminação.

A consagração deste figurino representa a aplicação, no interior do nosso território, de esquemas e práticas construtivas que alcançaram incontestável fortuna no outro lado da fronteira e de que são exemplos as paroquiais de Moveros e de Cervantes

A ausência de aberturas na fachada para acesso ao interior é o denominador comum das paroquiais da Réfega, Vale Frades (antes de ser transformada), matriz de Outeiro, Especiosa, Cércio. A mesma característica é ainda visível no santuário da Senhora da Cabeça, perto de Nogueira.

A igreja de Santo André de Vale de Frades pertencia à comenda de S. Vicente de Vimioso, razão pela qual, em 1758, o venerando D. Antão de Almada devia fazer certos pagamentos[764] ao respectivo cura. No mesmo ano lavrar-se-ia um auto relativo à arquitectura da igreja em que o juíz do tombo mandou se anotassem as características mais relevantes:

> «achou que hé de hua só nave, tem sua cappella mór com presbitério de tres degráos = tem seu retablo dourado com a imagem de Santo André

[764] Contratualizados estavam: «oito mil reis em dinheiro, e vinte e quatro alqueires de trigo, e doze almudes de vinho, e doze quartilhos de azeite para alumiar a lampada cada mez, e seis arrateis de sera branca, e para a fabrica da cappella mór quatro mil reis». A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, S. Vicente de Vimioso, s/ fl.

que hé o orago desta matris = hum sacrário em que se conserva o Santissimo Sacramento = o corpo da igreja tem dois altares colatrais = o da parte do evangelho com seu retablo pintado, e a imagem de Santo Amáro a quem hé dedicado, e o da parte da epistola hé de Nossa Senhora da Asumpção com retablo dourado[765]».

A presença do baptistério «no fundo da parte direita da igreja» e o forro de madeira de duas águas, no corpo, e de quatro águas, na capela-mor, onde apenas havia uma fresta, compunham o quadro. Contudo, na parte relativa ao frontespício, declarava-se:

«não tem porta principal, e sómente hua travessa para a parte do Sul que lhe serve de principal[766]».

Sendo certo serem nulas as relações arquitectónicas da igreja de meados da centúria com a fachada actual, onde se grafou 1793, bem como com o seu corpo, esta igreja permite a hipótese de outras ocorrências em que a personalidade dos respectivos frontespícios, entretanto reformados, tivesse sido determinada pela ausência de aberturas.

Ao frontespício da matriz de Outeiro associam-se os lanços da compacta escadaria para os sinos, concebida na dependência da fachada; na paroquial de Santa Maria Madalena de Réfega abriu-se apenas um pequeno óculo para iluminação do seu corpo com duas naves; na matriz de Especiosa, como resultado de uma qualquer intervenção, deixar-se-ia um diminuto vão que se posicionou no eixo da frontaria mas com cota muito baixa. Mesmo assim, este acidente não é suficiente para alterar a morfologia desta fachada, rude e desornamentada. As mesmas qualidades adequam-se à caracterização do austero frontespício da matriz de Cércio onde os cunhais não se autonomizaram. Contudo, são sugeridos pelos paralelipípedos do remate, copiados das torres da Sé de Miranda, que encimam as esquinas e ladeiam o

[765] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, S. Vicente de Vimioso, s/ fl.
[766] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, S. Vicente de Vimioso,

corpo da sineira com dois vãos. No entanto, para lá da monumentalidade, também valerá a pena evidenciar o carácter maciço e a isodomia do aparelho granítico a formar um volume de geometria quadrangular.

Este modelo de igrejas oferece ainda a possibilidade de se confrontar as diferenças com aqueles que caucionam grande relevância funcional e artística ao vão principal da frontaria.

5.2 Portais: tipologias

Ao marcar-se a relação entre o exterior e o interior do templo, evidencia-se o significado simbólico de oposição entre o céu e a terra, o eterno e o efémero e, implicitamente, teoriza-se sobre os comportamentos adequados a um espaço que prefigura o sagrado. Em consequência, a importância do portal ultrapassa os aspectos utilitários, revestindo-se de valores antropológicos, cuja lição, desenvolvida pelos construtores românicos e góticos, pode ser sintetizada na expressão *terribilis est locus iste*, sinal de que o sagrado não só protege os homens como avisa dos perigos que correm os que não o respeitarem. Com sentido equivalente, S. João atribuiu a Cristo as palavras seguintes: «eu sou a porta. Se alguém entrar por mim será salvo». No século XVI, Carlos Borromeo, seguindo o exemplo do templo de Salomão[767] para explicitar a vigilância dos bispos, ainda pugnava para que as entradas dos templos fossem guardadas por leões esculpidos. Assim se explicará a presença de dois leões no ático do frontão policêntrico da igreja setecentista de S. Julião, em Vilar Seco de Lomba (Vinhais). No frontespício da paroquial de Santa Maria Madalena, em Grijó de Valbenfeito, pode ler-se: *hec est domus Dei et porta coeli,* inscrição semelhante à de uma das cartelas que flanqueiam o

---

s/ fl.

[767] BORROMEO, Carlos - *ob. cit.*, p. 11

nicho da Senhora da Conceição, título primitiva da capela da Misericódia de Murça. A actual construção foi edificada em 1692 e, na sua fachada, colocar-se-ia o aviso: *Quam terribilis est locus est: hic est domus Dei et porta coeli.*

Nos poucos exemplos de templos com fachadas cegas, existe apenas um portal rasgado no alçado virado a Sul por estar mais exposto aos raios solares e mais abrigado do vento e da chuva. Mas a regra é colocar a entrada solene aos pés da nave principal e no seu eixo, com orientação a poente. Esta prática evidencia a tendência longitudinal do corpo dos templos e a importância das leis de simetria na ordenação dos espaços de devoção. Complementam estes efeitos certos princípios de ortogonalidade, dado que a linha longitudinal, ou eixo maior, é, na generalidade, intersectado pelo segmento que relaciona entre si as duas portas travessas. Para além do serviço quotidiano, estas aberturas eram essenciais nos dias festivos, por causa das procissões que se realizavam à volta da igreja. Também há exemplos, como nas igrejas de Fonte de Aldeia e Calvelhe, em que o acesso ao cemitério se fazia a partir da porta do lado do evangelho.

Na contrução dos portais os arquitectos românicos e góticos recorreram ao emprego de arcos de volta perfeita ou quebrados. No entanto, a elementaridade da primeira solução conheceria uma vitalidade que a projectou muito para lá dos limites cronológicos do estilo. De um modo geral, na formação dos arcos talharam-se largas aduelas de pedra que assentavam em estribos e jambas geralmente desprovidas de impostas e bases. Como regra, os portais são pouco profundos, sem ressaltos assinaláveis relativamente ao plano da fachada, e, no campo decorativo, as despesas nunca foram avultadas. Quando muito chanfravam-se as arestas e ensaiva-se a moldução ou o apainelamento das respectivas superfícies. Na vastidão deste tema, as igrejas de Edrosa, Grijó de Parada, Abambres, Penas Róias, Duas Igrejas, Vilar do Monte, Fonte de Aldeia, Alvites, Alvarelhos, Sicouro, Soutelo, Bornes,

Bobadela, Morais, Campo de Víboras, Salsas, Lampaça e Vale de Asnes ilustram a tendência para a desornamentação.

Independentemente da monumentalidade ou da densidade ornamental, todos os portais definem o eixo vertical das frontarias e raramente se autonomizam face aos valores das superfícies das fachadas.

Alguns portais, como os das igrejas de Algozinho, Penas Roias, Azinhoso, Malhadas, Edroso e Vilar Seco respeitam directamente a práticas construtivas medievais. Há, no entanto, grande quantidade de exemplos em que a manutenção do arco de volta redonda nas entradas apenas comprova a contínua validade da solução técnica. Os portais medievais eram estruturas independentes na medida em que tanto os arcos como os elementos de sustentação das cargas formavam um sistema resistente e dotado de estabilidade própria. Por isso é que o sistema, particularmente o arco de pleno cintro, continuou a merecer os favores dos construtores à medida que a longa duração do românico ia sendo corrompida por procedimentos, ilustrados nas paroquiais de Salsas e Alvites:

A) propensão para o arco de volta perfeita aumentar a dimensão das aduelas que o formam, em cuja aplicação nem sempre se respeita o princípio da distribuição simétrica. Prejudicada a modulação de volumes, registe-se a tendência para o achatamento da arcatura, mesmo quando as arestas são cortadas;

B) enquanto elemento de suporte ou de decoração, as colunas quase desaparecem, sendo substituídas por ombreiras desornamentadas, sem impostas ou, quando presentes, sem grande desenvolvimento.

O portal principal da matriz de Castelo Branco (Mogadouro), datado de 1532, e o portal do lado da epístola da igreja de S. Nicolau dos Cortiços, datado de 1574, esclarecem que as transformações arquitectónicas se

estenderam por todo o século de quinhentos. Dedicada à Senhora da Assunção, a paroquial de Castelo Branco construir-se-ia na povoação para minorar os incómodos resultantes da excentricidade da velha matriz. A igreja de S. Nicolau era do padroado real até Fevereiro de 1572, altura em que o monarca assinou em Almeirim a carta[768] de consentimento para que pudesse ser anexada ao Colégio dos Jesuítas de Bragança. Em 1580, o reitor Manuel da Cunha não recusava a sua obrigação[769] de contribuir com os rendimentos do pé de altar[770] para as obras da igreja que estavam ordenadas e que eram o retábulo da capela-mor, pavimento e cobertura.

O portal da entrada lateral segue um risco idêntico ao do prospecto principal. Contudo, as possibilidades geométricas deste plano dariam lugar a pretensões de um relativo aparato arquitectónico. Na verdade sobre as ombreiras e arco da abertura marcar-se-ia, como se de um desenho se tratasse, uma arquitectura com dois andares e um frontão triangular. A acusada tendência linear apenas seria contrariada pela concavidade do nicho, de ático concheado, posicionado sob o frontão e na linha do eixo vertical.

A secura do esquema não parece ter induzido muitos construtores a copiarem o modelo. Mesmo assim, a mão que traçou o portal da igreja de S. João Baptista de Sesulfe foi informada pela traça que enobrecia o portal da matriz da então vila dos Cortiços. As aduelas são largas, as ombreiras lisas e a linha de sombra decorre do breve ressalto da falsa imposta. Contudo, nas ilhargas o arco é cortado por duas estreitas pilastras que fornecem o pretexto para o desenvolvimento de um frontão triangular com perfis moldurados.

Em Quintela (Vinhais), a paroquial de Santa Marinha foi objecto de diversas intervenções, algumas das quais, efectuadas em meados do século

---

[768] A.U.C., Comenda dos Cortiços, Tomo I, doc. nº 33, fl. 1

[769] A.U.C., Comenda dos Cortiços, Tomo I, doc. nº 16

[770] Definia-se como «as offertas, e mais emolumentos dos parocos, e sacerdotes, que administrão os sacramentos, e servem no altar. *Emolumenta eorum, Qui altari inserviunt*». BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario portuguez e latino*, Tomo VI, Lisboa, Na Officina de Pascoal da Silva, 1720, p. 334

XVIII, parece não terem respeitado o desenvolvimento do portal. Por esta razão, actualmente conhecemos a versão incompleta deste espécime. As jambas são acompanhadas por duas pilastras apaineladas que na evolução dinâmica de sentido vertical se sobrepõem, parcialmente, ao arco, para se interromperem no encontro com um lacrimal sustentado por cabeças humanas de modelação rudimentar. No entanto, a brusca interrupção no desenvolvimento deste enquadramento arquitectónico recorda que a sua continuidade não devia ser diferente dos modelos de S. Nicolau e de S. João Baptista.

A tipologia desta abertura deve ser contemporânea do portal de S. Pedro de Bobadela e da matriz de Alvarelhos. Na igreja de S. Pedro o portal conserva unicamente as aduelas do arco visto e as jambas já não são independentes do plano do muro. Mas se a curva exterior do arco ainda é perceptível pela marcação das juntas de união, na paroquial de Alvarelhos tanto o arco como as ombreiras perdem totalmente a independência porque os seus elementos já fazem parte integrante da superfície da fachada.

Todas estas frontarias têm ainda a particularidade de não possuírem aberturas destinadas à iluminação interior. Esta característica passaria também para os frontespícios de igrejas em que as entradas principais já se pautavam por um figurino consentâneo com as estratégias accionadas pela igreja reformada, tendo em vista o controlo dos programas artísticos, agora convertidos em instrumentos de propaganda dos valores da fé. Neste sentido, o reportório iconográfico da igreja militante dificilmente seria compatível com algumas liberdades de interpretação que transportavam para as edificações religiosas temáticas de carácter profano. Assim, o pragmatismo das novas orientações dificilmente aceitaria os valores e comportamentos que não acrescentassem a disciplina ou não contribuissem para o reforço do ideário religioso tridentino.

Nesta linha, contrariavam-se as aplicações arqueadas e pugnava-se pela construção dos portais com elementos rectos. Deste modo, enquanto elementos da construção e de adorno, os lintéis foram progressivamente substituindo os arcos. Assim se verificou na paroquial de Roriz, servindo tanto as ombreiras como a verga do portal de suporte decorativo através do recurso à incisão de uma ingénua sucessão de linhas curvas e quebradas. No que respeita à iluminação, duas pequenas janelas de enxalços oblíquos, rasgadas na face virada a Sul, do corpo e cabeceira, consideravam-se como suficientes. Por isso, se arredou a abertura de outros focos de luz do frontespício desta igreja.

Um lintel recto com sobreposição de lacrimal constitui também o remate do portal principal da igreja de Santa Eulália, matriz de Santa Valha. Porém, assinale-se o regresso às fachadas das aberturas, ainda que representadas por um modesto óculo de molduras simples. Posicionado no eixo, seria ladeado por duas pedras armoriadas: de um lado, com data de 1655, símbolos de resistente identificação, encimados por um chapéu eclesiástico, com cordões e duas borlas a envolver o escudo; do outro lado, o escudo real onde se fixava a dependência da abadia de Santa Valha ao padroado da monarquia. Em todo o caso, será útil registar a longa perdurabilidade deste tipo de aberturas nas frontarias das igrejas e o vazamento axial.

No campo da arquitectura será útil destacar o papel das *Instructiones* de Carlos Borromeo, particularmente quando, ao teorizar sobre as entradas das igrejas, rejeitava os elementos construtivos com desenho pagão:

> «cuídese esto: que por la parte superior aquéllas no sean arqueadas, debiendo ser diferentes de las puertas de las ciudades, sino cuadrangulares [...]. Pero que no sean más bajas que uma esctructura humilde, sino dos veces más altas de lo que se extiende la latitude, como permite el tipo de arquitectura[771]».

[771] BORROMEO, Carlos -*idem, ibidem*, p. 11

De acordo com algumas asserções do padre Rafael Bluteau, as portas de um aglomerado serviam para recolher impostos, para «guardar os moradores» e ainda para se «introduzir(em) os mantimentos[772]». Todavia, desde o texto de Vitrúvio[773] que as portas de uma cidade eram objecto de reflexão de todos os que trabalhavam em arquitectura, especialmente dos engenheiros militares. Parecendo seguir Scamozzi[774], o português Luís Serrão Pimentel e, depois, Manuel de Azevedo Fortes[775] teorizaram sobre as entradas das cidades, tendo produzido considerações sobre a importância do partido arquitectónico e dos ornatos para que parecesse a «Praça invencivel, e formidavel a seus inimigos[776]».

A partir do Renascimento, a importância das portas das cidades tendeu a derivar das funções[777] defensivas para as transformar em emblemas tanto de representação como do poder da cidade, algumas vezes sublimadas em aparatosas construções de carácter efémero de que se conhecem os debuxos das levantadas aquando da entrada de Filipe III em Lisboa, em 1619, e, em 1687, a propósito do enlace[778] de D. Pedro II com D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo.

Porque as portas das cidades simbolizavam o mundo profano e belicoso é que o Arcebispo de Milão vislumbrou a necessidade de as distinguir das entradas dos templos. Para isso advogava que no plano sobreposto ao lintel se

---

[772] BLUTEAU, Rafel - *Vocabulario portuguez e latino*, Tomo VI, Lisboa, Na Officina de Pascoal da Silva, 1720, p. 625

[773] *Vd.* VITRUVIO - *Los diez libros de arquitectura*, Barcelona, Editorial Iberia, 1995, p. 22

[774] SCAMOZZI, Vicenzo - *L'idea della architecttura universale*, Parte prima, Libro terzo, In Venetia, Presso Lautore, 1615, p. 193

[775] FORTES, Manuel de Azevedo - *O engenheiro portuguez*, T. II, Lisboa Occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1729, pp. 136-137

[776] PIMENTEL, Luís Serrão - *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das Praças regulares e iregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architectura militar*, Lisboa, Na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, 1680, pp. 146, 147

[777] BONET CORREA, Antonio - *El urbanismo en España e Hispanoamerica*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1991, p. 56

[778] *Vd.* BORGES, Nélson Correia - *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*, Paisagem Editora, s/l., s/d.

aplicasse um frontão curvo cuja moldura delimitaria o campo para se exporem imagens sacras, pintadas ou esculpidas.

Ainda que se possa confirmar a sobreposição das propostas artísticas de Carlos Borromeo e as orientações eclesiásticas, especialmente as dos visitadores, a verdade é que é sempre necessário considerar variáveis como as diferentes velocidades de assimilação das novas orientações, os factores de resistência e a capacidade de realização de novas empreitadas. A este respeito, uma verba do «Livro do padroado das igrejas do Cabido», datada de 1800, demonstra a existência no mundo rural de evidentes desfasamentos:

> «ao mestre canteiro Joze Gomes de Quintanilha por abrir o portal, e fazello de novo de cantaria sendo que ate agora estava estreito, baixo, de fitos de pau que já o senhor (cónego) Miranda tinha justo esta obra, e não a concluhio por morrer antes de se lhe dar principio [...] e que os moradores se obrigarão a hir buscar a cantaria[779]».

Diferente seria a moldura artística da obra do portal da Sé de Miranda, já analisada na primeira parte deste estudo. Gizada por critérios de erudição, na sua fábrica não se ocultavam as ambições de representação, cujos efeitos deviam, pelo menos, espelhar a solidez administrativa e a autoridade religiosa do bispado. Sob o ponto de vista artístico, será, pois, admissível que aquela estrutura tenha exercido algum fascínio sobre outras realizações.

Independentemente do peso das economias locais, note-se que a envergadura do portal catedralício não era de fácil adaptação às, quase sempre, modestas superfícies de igrejas paroquiais. Daí que apenas o desenho do registo inferior tenha merecido honras de modelo, embora com redução do número de colunas. Para além da igreja da Misericórdia de Miranda, e do portal de S. Francisco de Bragança, o esquema seria adoptado nas paroquiais de Vimioso, de Algoso, de Caçarelhos, de Sendim e de Castelãos (Macedo de Cavaleiros). Mas, apesar de não se conhecerem notícias seguras que permitam

[779] A.D.B., Cabido, Cx. 4, Lv. 21, *Livro do padroado das igrejas do Cabido*, fl. 16

seriar com rigor a execução destas empreitadas, tal não significa o primado da diacronia.

A matriz de Vimioso é uma obra de grande volumetria cuja fachada, com duas torres unidas por uma balaustrada, deve ter influenciado a paroquial de S. Pedro, da Moimenta. Contudo, o portal desta, datado de 1703, obedece a critérios de vincada severidade e pertence a uma família diferente. Em S. Vicente de Vimioso recorreu-se ao emprego do arco pleno, mas tratando as aduelas de modo a sugerirem arquivoltas de portais mais arcaicos. Esta simulação de profundidade do portal continuava-se nas impostas e nas pedras que formavam os estribos de sustentação. Pelo prisma da ornamentação, assinale-se a chave do arco, saliente e trabalhada como uma mísula para exposição do padroeiro, e, nas cantoneiras, dois medalhões já sem figuras, a denunciarem o afastamento semântico e iconográfico de obras como os portais bragançanos das igrejas dos Jesuítas e de Santa Clara. Como se de uma moldura se tratasse, todo este conjunto seria delimitado por elementos que tendiam a ganhar personalidade própria, já que eram independentes do paramento. Com efeito, dois paralelipídedos ou pedestais serviam de assento a duas colunas de fuste acepilhado que flanqueavam a abertura. O carácter anticlassicista desta fachada enuncia-se nos capitéis não canónicos que suportam um entablamento que não é continuado por um frontão.

Esta característica é comum ao conjunto de portais que relacionamos com a Sé de Miranda. Na igreja de S. Sebastião, em Algoso, os medalhões das cantoneiras servem como emblemas da religião de Malta e no friso relevaram-se alguns ornatos geométricos que recordam os do segundo andar da catedral. Contudo, o portal desta vila parece ser obra enxertada numa frontaria com figurino diferente. Em todo o caso, assinale-se a peculiar abertura de iluminação, formada por uma cruz vazada que, na senda da igreja de Vimioso, encima a entrada.

Em Castelãos, o prospecto principal da matriz é dominado pelo portal, encimado por um pequeno nicho, e pelo corpo aguçado da espadana. Sabemos que em 6 de Outubro de 1787, se pensava acrescentar a capela-mor. Para tal, o tabelião da vila de Vale Prados-o-Grande, chegou mesmo a lavrar uma escritura[780] em que João Pinto de Sequeira, como prático, e José Pires, como fiador, se comprometiam a levar adiante a obra que tinham arrematado. Todavia, esta escritura , ao não ser assinada pelas partes, carecia de validade. Por isso, não teve efeito.

Mas nos últimos dias de Janeiro do ano seguinte o tabelião de Vale de Prados seria novamente solicitado por causa da mesma empreitada. Agora os protagonistas eram outros: José Gonçalves Ótimo, apresentado como sendo do Felgar (Moncorvo), e Francisco José Fernandes, de Castelãos. Na escritura[781] afirma-se ter sido a obra da capela maior arrematada por Ótimo enquanto José Fernandes, de Castelãos, como fiador, respondia pelos 170.000 réis da empreitada. Porém, apesar do interesse destas informações, não conseguimos apurar se esta campanha de obras se estendeu à frontaria, cuja organização nada acrescenta aos exemplos anteriores. Na igreja de Sendim, repetiram-se as características fundamentais da linhagem, mas como remate do entablamento ensaiou-se a construção de um encorpado nicho que se alongou até à linha da cornija que serve de base à espadana dos sinos.

A valorização da importância arquitectónica e cénica dos nichos contribuiu para que outra via evolutiva se começasse a desenhar. O portal do lado da epístola da igreja de S. Sebastião, em Algoso poderá servir como padrão da nova tendência. Trata-de de uma variante maneirista que se desenvolve em dois andares, separados por um par de molduras ou lacrimais. No primeiro, ordena-se uma entrada pouco profunda com arco de largas aduelas apaineladas e com limitado ressalto. Nos flancos, com base em altos

[780] A.D.B., Nuc. Not., Vale de Prados, Mç. 5, Lv. 21, fls. 19-20
[781] A.D.B., Nuc. Not., Vale Prados, Mç. 5, Lv. 21, fls. 43-43v

pedestais, projectou-se um par de pilastras de fuste apainelado que sustentam os lacrimais e enquadram o portal. No coroamento, destaca-se a concavidade do nicho com ático concheado que se fez ladear por pilastras e por duas volutas pouco encorpadas.

Podendo conter ligeiras variantes, uma das quais podia passar pelo emprego de colunas, este modelo de portal gozou de grande fortuna em todo o país durante o século XVII. Na sua matriz regional, também não se deverão excluir a entrada principal da antiga igreja dos Jesuítas de Bragança (actual Sé), nem as regras que pautaram a entrada da epístola da catedral de Miranda.

O desenvolvimento em registos escalonados e a presença de um nicho com enrolamentos nas ilhargas constituem o denominador comum. Mas a regra não excluía a disciplina do desenho e as resistências oferecidas aos ornatos que interferissem com o sentimento de austeridade.

Quadro 13

Alguns portais datados

Localidade	Igreja / capela	ano	Posição	frontão / arco / lintel
Cortiços	matriz	1574	entrada lateral	arco de volta perfeita
Parada	capela da Senhora da Conceição	1577	matriz: nave lateral / / lado evangelho	arco de volta perfeita
Bragança	Senhora dos Prazeres	1585	nave lateral da igreja de Santa Maria	triangular
Parada	capela dos Reis Magos	1588	matriz: nave lateral / / lado epístola	arco de volta perfeita
Castelãos	matriz	1594	frontespício	arco de volta perfeita/ /colunas
Santulhão	misericórdia	1623	entrada lateral	arco redondo
Bragança	igreja de S. Francisco	1635 e (37) ou (57)	frontespício	arco de volta perfeita/ colunas
Santa Valha	matriz	1655	frontespício	lintel
Giijó	matriz	1680	frontespício	triangular
Macedo de Cavaleiros	matriz	1685	entrada lateral	curvo
Alvites	matriz	1693	entrada lateral	lintel
Calvelhe	matriz	1694	entrada lateral	lintel
Santa Valha	S.Miguel	1697	frontespício	triangular

Vilar de Ossos	matriz	1699	frontespício	triangular
Moimenta	matriz	1703	frontespício	triangular
Podence	matriz	1703	frontespício	triangular
S. Julião	matriz	1716	frontespício	triangular
Tuizelo	matriz	1717 (?)	frontespício	triangular
Mascarenhas	matriz	1721	frontespício	quebrado
Abambres	capela do Sagrado Coração	1722	frontespício	triangular
Soutelo de Gamoeda	matriz	1725	porta travessa	lintel
Conlelas	matriz	1725	frontespício	triangular
Soutilha	matriz	1729	frontespício	quebrado
Vila Franca	matriz	1740	frontespício	lintel
Santa Comba de Rossas	matriz	1741	frontespício	triangular
Vale Benfeito	matriz	1742	frontespício	triangular
Cova de Lua	matriz	1745	frontespício	arco de volta perfeita
Pinela	matriz	1747	frontespício	triangular
S. Pedro Velho	matriz	1751	entrada lateral	lintel
Constantim	capela Senhora das Dores	1752	frontespício	arco de volta perfeita
Outeiro	capela do Santo Cristo	1755	frontespício	curvo
Avantos	matriz	1756	frontespício	redondo
Izeda	matriz	1757	frontespício	quebrado
Paçó de Sortes	matriz	1757	frontespício	quebrado
Cabanelas	matriz	1759	frontespício	triangular
Cernadela	Alminhas	1766	frontespício	quebrado
Ferreira	matriz	1767 (?)	frontespício	
Agrochão	matriz	1768	frontespício	triangular
Sacoias	matriz	1768	frontespício	quebrado
Rebordelo	matriz	1761	sacristia	lintel
Vale de Janeiro	matriz	1772	frontespício	quebrado
Lamalonga	matriz	1774	frontespício	triangular
Ribeirinha	matriz	1775	frontespício	
Vale de Lamas	matriz	1777	entrada lateral	lintel
Matela	Nossa Senhora do Bom Despacho	1783	frontespício	sinuoso
S. Pedro da Silva	matriz	1785	frontespício	arco de volta perfeita
Parâmio	matriz	1787	frontespício	sinuoso
Genísio	matriz	1792	frontespício	sinuoso
Vale de Frades	matriz	1793	frontespício	sinuoso
Bragança	Misericórdia	1793	frontespício	curvo
Lamas	matriz	1796	frontespício	triangular

Na passagem do século XVII para o século XVIII, a então vila de Outeiro assistiu ao lançamento e evolução da maior fábrica da diocese depois da obra da Sé de Miranda. Embora se conheçam os nomes de práticos que

fizeram avançar a obra do Santuário do Santo Cristo, alguns originários da Galiza, o verdadeiro responsável pelo projecto, também riscado no pavimento interior do corpo, continua no anonimato.

Duas torres escalonadas em quatro corpos guardam a frontaria deste templo que, ao ser coroada por uma balaustrada, comprova o gosto por uma arquitectura que valoriza os aspectos cenográficos. Algumas vezes joga-se com os valores da paisagem e do relevo para a criação ou dramatização de ambientes particulares. O sítio de implantação deste santuário, falho de acidentes importantes, não permitiu, como em Vimioso, ou Caçarelhos, a construção de escadórios que teatralizassem a entrada principal. Em contrapartida, as perspectivas da obra eram favorecidas por um amplo logradouro com capacidade para grandes concentrações de pessoas.

Entre as torres, de esquinas com revestimento almofadado, definia-se a geometria de um corpo triplamente seccionado. Ao centro, rasgou-se o portal e um óculo de iluminação enquanto, nos flancos, o espaço era percorrido por um par de colunas a que se sobrepunham dois nichos de frontão quebrado, um deles enquadrado por suportes com fuste helicoidal. Na sua essência, o esquema do frontespício alinha-se pelos ditames do figurino maneirista, integrando reminiscências colhidas na Sé de Miranda, aportações dos rusticados, que os engenheiros militares tanto admiravam, e uma gama de elementos amplamente divulgadas em construções aparentadas com a matriz de Moncorvo, S. Gonçalo de Amarante e S. Domingos de Viana do Castelo.

De certo modo, as concepções arcaicas da estrutura interior e dos alpendres laterais atenuam-se na frontaria pelo renovado desempenho de alguns dos seus elementos arquitectónicos. Arcaico é, por exemplo, o varandim do coroamento, já presente na Sé de Miranda mas que, nos começos do século XVIII, mereceria os favores de João Antunes no santuário do Bom Jesus da Cruz, em Barcelos; arcaicos podem ser considerados os suportes espiralados, também empregues pelos construtores do românico e do

manuelino. E, no entanto, entre nós, o seu uso na parte final da centúria de seiscentos indica a vontade de se trilharem os caminhos do barroco; arcaico pode ser considerado o portal, com ombreiras de caixotes, esquinas molduradas e com os estribos decorados com pontas de diamante.

Nesta abertura, prendem a atenção os dois arcos geminados, com um pingente central, e apainelados a desenharem arquivoltas lisas. O tema tinha tradição nacional, tal a intensidade com que foi empregue pelo manuelino, de que existem abundantes testemunhos em Freixo de Espada à Cinta[782]. Todavia, o facto de ser igualmente corrente em construções plateresca de Espanha não exclui a sua utilização durante os tempos medievais, como se comprova no portal da igreja românica de Santiago do Burgo, de Zamora, cidade com a qual se mantinham contactos frequentes.

Porém, estas arcaturas continuavam vivas durante os últimos anos do século XVII e durante o primeiro quartel do século XVIII. Em Ferradosa, na casa Castro, vê-se a verga de uma janela, com data provável de 1692; pouco depois, num postigo da igreja de Moimenta repete-se o figurino, também patente noutra abertura da cabeceira do santuário de Outeiro ou da igreja de Santa Marinha, em Vilarinho, na Sanábria (município de Trefácio). Contudo, o maior emprego do arco geminado ficaria à conta da talha: em Espanha, na zona central do retábulo-mor da igreja de S. Cornélio e S. Cipriano, de Comunión (Álava), arrematado, em 1702, por Filipe Echandia e concluído[783] por Marcos de Alcazar, recorreu-se ao emprego do arco geminado; também em Portugal, a presença de arquivoltas polilobadas conta-se entre as principais características dos retábulos mais evoluídos de estilo nacional.

---

[782] Nesta perspectiva tem interesse o estudo de CARVALHO, Teresa Pires de - *Contributo para uma tipificação dos vãos de decoração manuelina de Freixo de Espada à Cinta*, in «Carlos Alberto Ferreira de Almeida. "in memoriam"», vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s/d., pp. 249-264

[783] VELEZ CHAURRI, Jose Javier - *El retablo barroco en los limites de las provincias de Alava, Burgos y La Rioja (1600-1780)*, Vitoria-Gasteiz, Diputación Foral de Alava, s/d., p. 378

A par com a persistência destes elementos no vocabulário artístico, terá interesse sublinhar a utilização de colunas, tradicionalmente pouco vistas na arquitectura da diocese. Duas são as ordens que animam a frontaria do Santo Cristo: em pedestais com altura equivalente a metade das jambas da entrada, assentam os exemplares mais monumentais, com fustes estriados e capitéis de tipo dórico. Dos respectivos ábacos partem outras colunas, de menor porte, mas com fustes espiralados e capitéis de tipo jónico em cujo cesto se esculpiram anjos alados. Espigas de trigo formam a decoração que continuadamente acompanha as torsões da colunas. Estas servem de enquadramento a nichos de frontão quebrado, colocados lado a lado. Porém, nas extremidades, na prumada do cunhal interno das torres, o resultado seria menos feliz, pelo desiquilíbrio dos enquadramentos. Assinale-se ainda a aplicação de mísulas, nichos e cornijas, concebidas para quebrarem a uniformidade de perspectivas e como meio de valorização das massas pela incidência variável da luz sobre os volumes

Na viragem da centúria, na matriz de Bragança, como na Misericórdia de Murça, ensaiava-se, com mais ousadia, a superação do formulário seco do maneirismo. Em consequência, os portais destas igrejas mostram que tanto os procedimentos como os programas eram alimentados pela mesma seiva que fazia proliferar as formas soberbas e inconformistas da talha.

Vontade idêntica manifestar-se-ia na frontaria da matriz de Prada (Vinhais), a qual, apesar da sua pequena dimensão, daria lugar à afirmação de um singular programa artístico. Esta construção de nave única é um dos raros exemplos em que a torre-campanário é independente da estrutura. Todavia, mais que no plano conceptual, a génese das diferenças com outras paroquiais achar-se-á nas relações volumétricas, na solução do coroamento do frontespício e nas propostas decorativas enunciadas tanto no portal como no plano do remate.

Durante o século XVII, mais poderosas que as influências do barroco italiano parecem ter sido as superfícies ricas de igrejas de Valhadolid, de Salamanca e exemplos de decoração vegetalista em templos da Galiza. George Kubler evidenciou os resultados deste poder em Braga, onde as igrejas das Beatas Capuchas e de S. Vicente, configurando-se como «elevados paralelipípedos e de uma só nave, vivem sobretudo dos painéis de pedra esculpida "pendurados" como molduras nas janelas e sobre as portas[784]». O mesmo tipo de preocupações tinha sido já plasmado na janela circular do frontespício do Santo Cristo de Outeiro. Comparativamente com outros templos, não só o seu vão se alargou, como o seu perímetro se animou, com rolos, rosetas e folhagem que iam alternando com enrolamentos.

A igreja de Prada, cuja cronologia se desconhece, não se afasta desta tendência. A incisão na face exterior dos marcos do portal, ombreiras e verga, continua o gosto pelos efeitos contrastantes, jogando com a variação do ângulo de reflexão dos raios solares para se nutrirem os efeitos plásticos. Onde estes valores melhor se evidenciam é na zona superior da entrada onde grinaldas pendentes envolvem um campo com uma cruz relevada em cujos limites se movimentam dois enrolamentos. A colocação no eixo da frontaria de uma abertura polilobada, acentua o efeito de verticalidade desta frontaria que uma cornija divide em dois registos.

O superior seria totalmente preenchido por um frontão quebrado de pendentes ligeiramente curvas e com as extremidades enroladas. Como coroamento do conjunto, um fantasiado volume, de difícil classificação, com volutas no assentamento mostra motivos fitomórficos. No entanto, destaque-se a originalidade da presença nesta pequena composição de um duplo frontão invertido como enquadramento de um protuberante florão. Este elemento arquitectónico[785], inventado na segunda metade do século XVI por Bernardo

---

[784] KUBLER, George - *ob. cit.*, p. 164

[785] BONET CORREA, Antonio - *El frontón invertido*, in «Bracara Augusta», Actas do Congresso "A Arte em Portugal no Século XVIII", vol. XXVII, nº 63(75), Braga, 1973, pp. 63-87

Buontalenti e divulgado por gravadores e tradistas, caracteriza-se pela originalidade e ainda pelo seu carácter anticlassicista. Contudo, na área da diocese, tal como na generalidade do país[786], os favores que se lhe tributaram seriam escassos.

Embora mais tardia, relacionamos a matriz do Zeive com esta categoria de templos, essencialmente pelo facto da organização arquitectónica do portal integrar uma tabela que substitui o tradicional nicho e oferece o campo para exercícios decorativos e para a inscrição de memórias. Nos casos conhecidos, a sua superfície relaciona-se ainda com a silhueta de um óculo. Por razões idênticas, associamos também a este conjunto a capela do apóstolo S. Bartolomeu, em Caçarelhos. Datada de 1776, a sua concepção obedece a práticas rotineiras. No entanto, esta afirmação não é extensiva à estrutura do portal, com frontão ondulante, e à gramática *rocaille* que reveste o conjunto central. Ou seja, é o reconhecimento da primazia do conceito e a secundarização da forma que nos permite aproximar a capela de Caçarelhos com as paroquiais de Prada e do Zeive.

No frontespício desta, destaca-se o portal, com lintel recto e um frontão triangular com o tímpano a ser quase integralmente vazado para alojar um foco de iluminação. Como solução de continuidade, relacionam-se estes elementos com um motivo morfológico aparentado com os ostensórios e devedor da arte argêntea, em cujo centro se esculpiu um coração de onde se ergue a cruz. Estes símbolos, de elevado significado religioso, repetir-se-iam, embora com diferente agenciamento, na entrada lateral. Na fachada de

---

[786] No primeiro quartel do século XVIII, o tema já fazia parte do vocabulário arquitectónico portuense, sendo glosado, por exemplo, na Sé do Porto. A obra «Perspectiva Pictorum et architectorum» da autoria do padre Andrea Pozzo, parece ter contribuído para a difusão do frontão invertido. *Vd.* FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*, vol. I, Porto, 1988, p. 58; MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse - *L'image ornementale et la litterature artistique importées du XVe. au XVIIe. siecle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais*, in «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. 1, 2ª série, 1983, p. 159. O primeiro tomo, editado em 1693, foi conhecido em Portugal. Mas o segundo tomo, de 1700, conheceu maior divulgação. Em 1768, ainda o beneditino Fr. José de Santo António Vilaça utilizava o tratado do padre Pozzo.

cerimónia, a composição de raios estriados formando uma dominadora glória solar, dificilmente podia diversificar os efeitos cénicos, ou consentir a concavidade de um nicho.

Como se sabe, a devoção do Sagrado Coração suscitou forte apego dos portugueses embora não deva ter sido conhecida[787] antes de 1728. Neste sentido, a capela de Abambres, datada de 1722 e dedicada ao Sagrado Coração, deve resultar de uma mudança de titular. Para a consolidação da devoção[788] , tiveram papel relevante as letras apostólicas assinadas pelo Papa Pio VI que, a instâncias da Rainha D. Maria, solenizavam no nosso país a festa do Santíssimo Coração de Jesus, com vigília, jejum e defesa da execução de qualquer obra servil. Por aviso régio, o diploma seria divulgado na diocese a partir da Primavera de 1780 e, em 1781, já o abade de Sonim, na qualidade de visitador da matriz de Serapicos, impunha aos fregueses a obrigatoriedade de mandarem «fazer hua estampa do Santissimo Coração de Jesus a imitação da que esta em Pinella. Orientação de igual teor, publicava-se no mesmo ano aos

---

[787] COUTINHO, Bernardo Xavier - *Apontamentos para a história do culto do Coração de Jesus em Portugal*, in «Album da Exposição de Arte Sacra sobre o Coração de Jesus e o Coração de Maria», Porto, 1946

[788] Em 1760, quando ainda era princesa do Brasil, D. Maria I, determinava-se a fundar uma igreja e convento dedicados ao Santíssimo Coração de Jesus, se do seu ventre nascesse um filho. Na descrição da «solemnidade da benção da cruz, e primeira pedra fundamental», lançada a 24 de Outubro de 1779, sublinha-se a devoção da rainha ao Sagrado Coração, nomedamente pelas inscrições gravadas na primeira pedra, «de marmore branco e figura cubica, e palmo e quarto de largo» e ainda nas medalhas cunhadas para a cerimónia, as quais «tinhão todas esculpida a imagem do Santissimo Coração de Jezus». CIDADE, Manuel Pereira - *Memórias da Basílica da Estrêla*, (publicadas e prefaciadas por António Baião», Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, pp. 23 e seguintes. Projectada por Mateus Vicente, o desenvolvimento da Basílica seria, posteriormente, conduzida e a traça alterada por Reinaldo Manuel dos Santos. Em termos arquitectónicos, esta obra, na «intenção e na estética tem bem presente a empresa de Mafra, mas o resultado é menos grandioso e rico».BORGES, Nelson Correia - *Do barroco ao rococó*, in «História da Arte em Portugal», vol. 9, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 103-106; *idem, Mateus Vicente de Oliveira*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 330-331;AVERINI, Riccardo - *As pinturas de Pompeo Batoni na basílica do Sagrado Coração de Jesus da Estrela*, in «Bracara Augusta. Actas do Congresso 'A Arte em Portugal no século XVIII'», vol. XXVII, nº 64(76), T. II, Braga, 1973, pp. 468 e ss.; *vd.* FRANÇA, José Augusto - *Lisboa pombalina e o iluminismo*, Lisboa, 1983, pp. 192-194

moradores S. Pedro de Carçaozinho[789] e aos fregueses de S. Martinho de Alfaião. O painel para esta igreja devia ser «a emitação do que se acha na igreja de Samil para por esta meio satisfazer ao Real Decreto da Rainha Nossa Senhora e todos lucrarem a indulgencia que foi concedida pelo Sanctissimo Padre Pio VI a todos aquelles que no segundo Domingo de cada mez depois de confessados e comungados vizitarem o altar em que estiver colocado o referido painel[790]». Anos depois, em 1787, também se obrigaram os moradores de S. Julião a fazerem para a capela da Santa Cruz «uma estampa de madeira, e pintar nella a imagem do Santissimo Coração[791]».

Cronologicamente, a construção da igreja de S. Cipriano, no Zeive, deve corresponder ao último quartel do século XVIIII. De facto, se no Verão de 1774 se manifestava a vontade de se proceder à mudança da paroquial, em Setembro de 1779 já se louvava o zelo dos moradores na fábrica da nova igreja enquanto se lhes recordava a obrigatoriedade de preservarem o espaço da velha matriz, «de forma que não fique profanado aquelle lugar[792]».

Assim, olhando unicamente ao aparato arquitectónico, esta construção religiosa, sendo mais recente do que a capela de S. Bartolomeu, em Caçarelhos, ou do que a matriz da Ribeirinha, faz eco de um discurso artístico demasiado tímido no que a inovações artísticas concerne.

5.2.1 Frontões quebrados

As orientações preconizadas pelo Arcebispo de Milão para as entradas das igrejas tiveram eco no nártex da igreja de Santa Maria de Bragança, no portal do baptistério e no arranque da escadaria para o coro. Na verdade, estas

[789] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 32, fl. 17
[790] Arquivo do Paço Episcopal, *Livro de registo de capítulos de visita e pastorais da paróquia de Alfaião* (1734-1801), fl. 106
[791] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 108

obras seguem o mesmo risco e o rectângulo do seu vão estrutura-se com marcos simples e rectos, sendo o lintel encimado por um frontão curvo.

Mais complexo seria o programa arquitectónico e decorativo da frontaria[793], o qual, em certos aspectos, não se afastou muito das traças que guiavam os entalhadores na execução de máquinas retabulares. Contudo, o conjunto portal-janela, a inclusão de colunas colibrinas a sustentarem frontões curvos sobrepostos e a persistência de elementos do formulário maneirista mostram como um programa arquitectónico de características barrocas era interpretado no interior do país nos últimos anos do século XVII ou no início da centúria seguinte.

A presença da torre sineira num dos ângulos da frontaria obrigou os construtores a exercícios de adaptação para manterem os princípios da simetria no plano da composição. Por isso, o portal seria ladeado de janelas cegas ou nichos, com molduras lisas mas com aventais e remates de pendor dinâmico. Os efeitos das suas massas equilibravam a composição enquanto o impacto arquitectónico e decorativo se alargava à quase totalidade do prospecto principal.

A arquitectura do portal estrutura-se em dois níveis e serve de enquadramento aos vãos da entrada e da janela que se lhe sobrepõe para iluminação do coro. Uma molduragem de almofadados, relativamente corrente em edifícios civis, guarnece o rectângulo da entrada cujos lados maiores se fizeram acompanhar por colunas assentes em pedestais, com lavores relevados que seguem o movimento convexo-concâvo das superfícies, e capitéis coríntios. Os fustes serão marcados pelo movimento espiralado e ornamentadas com caules de parreira e pelas derivações de cachos de uvas, gavinhas e folhagem mas sem os rechonchudos meninos.

---

[792] A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 18, fl. 55v

[793] *Vd.* RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, Bragança, 1977, pp. 270-273

Juntamente com alguns modilhões relevados, as colunas sustentam um robusto frontão quebrado com enrolamentos terminais e, ao mesmo tempo, fornecem o enquadramento para o janelão, reforçado e monumentalizado por outro par de colunas torsas e um frontão redondo.

Em termos gerais, a arquitectura do registo inferior da portada principal de Santa Maria parece ter sido padronizada na gravura da portada da «Regola delli cinque ordini d'Architetura» De Vignola, tratado que também incluía uma estampa em que se esquematizava o método para torcer as colunas. Sendo de admitir que o texto deste teórico também terá informado obras de autores de nomeada, como João Antunes, a verdade é que até ao momento ainda não foi possível associar a traça de Santa Maria ao nome do seu autor. A recordação do frontespício da Misericórdia de Murça, também estruturada como um retábulo e seguindo o partido espiralado nos suportes, é inevitável.

Poder-se-ia esperar, olhando à proximidade geográfica e à relação das comendas, que o portal de Santa Maria pudesse ter influenciado o da matriz de Baçal. Porém, nesta igreja seguir-se-iam orientações que mostravam o gosto pela valorização das molduras do portal e pela aceitação do motivo ondulante nas pendentes do frontão, em cujos limites se assinala a concavidade de um nicho.

Já a traça do portal da paroquial de Sacoias, dedicada à Senhora da Assunção, não nega ter colhido a inspiração na fachada da matriz de Bragança. A data de 1768, inscrita na verga da entrada e comprovando o avanço do século, mostra como o esquema da coluna torsa e frontão quebrado ainda tinham adeptos. Nos marcos do portal, observar-se-ia uma rigorosa austeridade que não seria prejudicada nas estilóbatas duplas das colunas, onde se apontaram alguns geometrismos. Estas apresentam-se emparelhadas e sem qualquer ornato nos fustes espiralados. Seria nos capitéis que a mão do canteiro daria testemunho de escassa compreensão quer quanto à importância artística quer no que respeitava à função destes elementos. Da pouca prática

em lavores de minúcia, o anónimo autor mostraria grande indecisão na moldagem dos pretendidos ornatos vegetalistas e volutas. Daí as dificuldades de seriar estes elementos cuja matriz erudita só pôde ser acompanhada por uma interpretação popular e, mesmo assim, sem grande rasgo.

Apesar dos laços que atam este portal ao da matriz de Bragança, sublinhe-se a presença no campo do frontão quebrado da igreja de Sacoias de um nicho que encerra a imagem do orago e a inexistência, tal como na igreja de Faílde, de qualquer ponto de luz na frontaria.

De facto, sabendo-se que tanto os nichos como as aberturas de iluminação, com formas muito variadas, serão elementos presentes nas frontarias das paroquiais durante todo o século XVIII, a sua colocação, tal como a molduragem do vão de entrada, contribui para a definição tipológica do portal.

Na paroquial de Carragosa, as jambas e o lintel apresentam esquinas rectas e às volutas do frontão sobrepõe-se uma janela. Também na matriz de Guide, de que é orago S. Mamede, a armação do portal é formada por pilastras de austeros capitéis e um lintel. Ao contrário do que muitas vezes se observa, depois do encontro com a cornija do frontão, a verticalidade das pilastras não se prolonga por outros desenvolvimentos, nomeadamente por pirâmides de remate. No entanto, a colocação de um nicho sobre os enrolamentos do frontão impulsiona o sentido ascensional desta frontaria, dando força a um eixo que também passa pelo óculo, com intradorso estriado, colocado no andar superior e se prolonga nas alturas do campanário.

A definição de dois registos resulta do facto de em muitas igrejas se fazer correr a cornija também pelo frontespício, dando deste modo solidez ao muro para se crescer a estrutura dos sinos. No entanto, relativamente às fachadas de um só plano as diferenças não são significativas. Assim, o nicho, esteja compreendido nos limites interiores (Vinhas) ou no exterior do frontão (Martim, Valbenfeito), ocupa sempre o eixo vertical da frontaria. Em relação

ao número de aberturas de iluminação, quase sempre reduzidas a pequenos óculos, raramente se ultrapassa o número de três. Quando a frontaria não tem andares e apresenta três aberturas (Santo António de Coelhoso[794]), posicionam-se duas nas ilhargas das vertentes do frontão, enquanto para a terceira se reserva uma posição mais elevada e no caminho do eixo. Esta prática mantém a validade no caso de haver um único óculo, como na igreja de Soutilha ou S. Justo de Calvelhe; quando o número se reduz a um único par mantêm-se as posições nas zonas laterais, como em Vinhas, Refoios, Martim, S. Nicolau de Paçó de Sortes. Também com dois andares, a paroquial de S. João, em Fontes Tresbaceiro, evidencia-se pelo facto do seu nicho estar colocado no registo superior, sobrepujando, deste modo, o frontão e o único óculo existente.

De acordo com a memória inscrita no lintel, a matriz de Valbenfeito[795], dedicada à Senhora da Assunção, foi construída em 1742 pelo mestre António Rodrigues. Em regra, na maioria das edificações religiosas da diocese recorreu-se ao uso da pilastra. Nesta construção, de dois andares, as pilastras que reforçam a entrada principal continuam o seu movimento ascendente para se interromperem no corpo onde se alçam dois sinos. Assim, fragmenta-se esta fachada em três planos que, no entanto, não têm correspondência na organização interna por ser uma igreja de nave única.

---

[794] Construída em consequência de sucessivas aparições, iniciadas em 1617, de um frade franciscano "descalço, e com habito portuguez" a um rapaz que guardava ovelhas, ordenando-lhe a construção de uma ermida da invocação de Santo António. Obtida licença do bispo D. João da Gama, iniciaram-se as obras, ficando a imagem, provisoriamente num «humilhadeiro [...] o qual he a modo de alpendre, levantado em colunas, e aberto por todas as partes». ESPERANÇA, Frei Manuel da - *Historia serafica da ordem dos frades menores de S. Francisco da provincia de Portugal*, Lisboa, Na Officina Craesbeeckiana, 1656, pp. 56-58

[795] Em 1772, o bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira, em acto de visitação, produziu o despacho que se segue: «o altar de S. caetano sera mandado puxarsse fora o que parecer necessario para commodamente nelle se celebrar [...]. Deixamos ao arbitrio do reverendo abbade a pintura do teto do corpo da igreja detreminada na vezita antecedente calcullando o mesmo as rendas da fabrica da mesma igreja, e da capella mor para ver quando se pode fazer a dita obra para a qual lhe não taxamos tempo». A.D.B., Mitra, Cx. 4, Lv. R, fl. 3

Embora nesta igreja, a decoração seja inexistente e a animação seja obtida pelo contraste entre a epiderme da cantaria e a película branca dos muros caiados, sublinhe-se também a tendência para se tirar partido dos enquadramentos verticais e horizontais das entradas. Na verdade, é relativamente frequente adornarem-se as superfícies exteriores das jambas e lintéis dos vãos com geometrismos, lavores de molduras e apainelados. Por sua vez, enquanto elementos, real ou simuladamente, necessários à sustentação do frontão ou ao seu equilíbrio, as pilastras também dão o seu contributo, seja pelas relações volumétricas que instauram seja por apresentarem o fuste lavrado com estrias.

O portal da igreja de Vila Nova apresenta um frontão semelhante ao da igreja de Terroso, o qual interrompe o desenvolvimento da curvatura na zona central, para, sobre um pequeno nicho, ostentar uma cruz cujo braço maior é coincidente com o eixo cardeal da frontaria. Não apresenta aberturas na frontaria, animada pelas linhas curvas e contra-curvas das pendentes.

5.2.2 Frontões redondos

S. Martinho, de Alfaião, e Santa Maria Madalena, em Curopos, são exemplos de templos com frontões redondos. Os pés direitos são lisos e os capitéis simples. A nudez das superfícies abrange também as vergas e o friso de ambas as composições. Na mesma linha de procedimentos, defenderam-se os tímpanos de acidentes como vazamentos, concavidades e trabalhos de ornamentação. As mesmas características servem para qualificar as frontarias de Santo André, em Avantos, e de S. Julião, em Paçó (Vinhais). Porém, as duas últimas igrejas apresentam dois óculos e pendentes mais alegres. Note-se que a igreja de S. Julião pertenceu ao padroado dos Jesuítas de Bragança. Em

Outubro de 1746, corria um contencioso[796] entre os padres da Companhia e o promotor do bispado de Miranda sobre a utilidade da mudança da paroquial para o sítio onde estava a capela de S. João Baptista. Mas em 1758 ainda a matriz estava afastada da povoação. A mudança só teve lugar em 1766, ano em que o pároco e oficiais da igreja contrataram[797] a obra com José Luís Gonçalves, Francisco Gonçalves e João Gonçalves, canteiros minhotos, oriundos da freguesia de Santa Maria de Gontinhais.

Além de ter sofrido sucessivas intervenções, a paroquial de S. Bento, na povoação de Castro de Avelãs, pertence ao número das que não têm sineira na estrutura. Desta forma, os limites da sua frontaria ficam compreendidos entre as prumadas dos cunhais e as duas águas da cobertura. Sendo sobrepujado por uma janela rectangular de enxalços oblíquos, o frontão curvo, de tímpano seco, caracteriza-se também pela ausência do segmento horizontal que sempre se sobrepõe ao friso que corre sobre a verga. Mais elaborado é o prospecto principal da paroquial de Vidoedo, dedicada a S. Bartolomeu e deslocada para a povoação, do sítio do cemitério actual, quando o século XVIII já ia adiantado. Compõe-se de dois andares e, no remate a espadana da sineira com três vãos. Duas severas pilastras acompanham o elevado pé direito do esguio portal. Um filamento horizontal não somente distingue o lintel do friso como simula o capitel. O facto destes elementos mostrarem dificuldades em autonomizarem os seus volumes do paramento não disfarçam o peso da cornija e do frontão, cuja volta dupla acentua a profundidade do tímpano. Agarrados à cornija separadora dos andares, os lintéis das duas janelas repetem o desenho do frontão. Na zona central do andar superior, a concavidade de um nicho, apoiado numa mísula fusiforme, comprova a fortuna deste elemento.

---

[796] A.U.C., Mç. 5°, *Paço de Vinhaes*, fls. 197-206, 314-314v
[797] A.D.B., Nuc. Not., Mç. 65, Lv. 493, fls. 13-14

5.2.3 Frontões policêntricos

Com a invocação de S. Pedro, a paroquial de Quirás e a de Meixedo, dedicada a Santo André, pertencem ao grupo de frontões com mais do que um centro. Trata-se de portais com armadura simples, sem nichos, registando-se, no que respeita à decoração, a marcação de apontamentos vegetalistas no ático da igreja de Santo André.

Ao conjunto de igrejas com frontões policêntricos pertencem também as paroquiais de Carocedo, de Santalha e de Vilar Seco de Lomba. A matriz de Carocedo enuncia um programa de vãos bem marcados por molduras de perfil boleado, pilastras sobrepostas e, no remate, um frontão achatado com três arcos que alberga no seu ático um nicho. Já nas igrejas de Santa Eulália, em Santalha, e de S. Julião, em Vilar Seco de Lomba, o problema dos frontões foi equacionado de diferente modo, visto que a unidade arquitectónica dos portais não se respeitou. Nestes, para além de serem escassas as preocupações decorativas com as peças que delimitam o vão da entrada, não se executaram os elementos exigidos para se relacionar o portal com a obra do frontão. Por isso, a falta das pilastras faz com que estes pareçam como que suspensos na zona central dos frontespícios.

A avaliar pela tendência comum para a verticalidade e molduragem dos arcos, pode admitir-se que um deles tenha inspirado o outro. No entanto, os programas enunciados nos respectivos tímpanos apresentam algumas diferenças. Assim, a concepção que presidiu à traça do frontão de Santalha não só contemplou a concavidade de um nicho ladeado por duas ingénuas volutas como ainda consentiu uma perfuração polilobulada como fonte de luz. Distanciando-se da limpidez que caracteriza o desenho e volumes deste frontão, o da igreja de S. Julião ostenta apenas um nicho destinado à imagem do orago. No entanto, o plano do ático, limitado por curvilíneo contorno, seria

objecto de intenso exercício decorativo, cobrindo-se com folhagem gorda e revoltosa e com dois levantados leões a ocuparem as ilhargas do nicho.

5.2.4 Frontões triangulares

Como remate de composições arquitectónicas, o frontão triangular tem raízes profundas na história da arquitectura. Na área submetida à jurisdição da diocese de Miranda, desde o século XVI que se conhecem alguns testemunhos desta opção, cujas potencialidades artísticas fizeram com que não se limitasse às edificações de natureza paroquial.

O programa da capela da Senhora dos Prazeres, que o alcaide-mor Pedro de Figueiredo fez construir na igreja de Santa Maria em 1585, é rematada por um frontão triangular. Também o coroamento do portal principal da Sé de Miranda, do convento de Santa Clara, ou da igreja de S. Vicente, em Bragança, constituem a demonstração do continuado reconhecimento das possibilidades formais do frontão triangular. Se durante a centúria de seiscentos o laconismo das fontes não permite a fixação de tendências, no século seguinte o motivo mostraria grande pujança e capacidade para conviver com outros formulários.

Um exemplar datado é o da capela de S. Miguel, em Santa Valha, reedificada em 1697 à custa dos devotos de S. Caetano e do abade Martim Velho Barreto. Submetida a uma importante campanha de obras, o portal da igreja de Moimenta certifica a sua construção em 1703. Trata-se de um sistema composto de jambas apilastradas, em que o lintel equivale ao entablamento e, no coroamento, três segmentos moldurados que desenham um triângulo equilátero. Como sempre, um dos vértices posiciona-se no eixo da frontaria enquanto os dois restantes correspondem aos extremos de uma linha que

corre paralelamente à verga da entrada. Porém, nem sempre esta figura geométrica apresenta os segmentos com medidas iguais.

Ainda na igreja de Moimenta, em posição exterior ao frontão, abrem-se duas janelas quadrangulares com marcos rectos, mas sem capacidade para quebrarem a severidade da frontaria que é encimada por uma balaustrada.

Nos frontespícios com frontões depurados, triangulares ou não, os vãos de iluminação, pelo interesse funcional, pela posição e pela morfologia, podiam jogar um papel positivo no que respeita à animação das superfícies. Juntamente com os receios de alargar os respectivos vãos, raramente se valorizaram as suas possibilidades formais e dinâmicas. Por isso, não se pode estabelecer qualquer relação entre uma tipologia do frontão e um certo tipo de aberturas. Da mesma maneira, a sua posição na fachada depende geralmente do seu número ser par ou ímpar. Convirá, no entanto, sublinhar que os pontos de luz com forma circular ou polilobada, seguindo orientações[798] preconizadas por Carlos Borromeu, têm larga preferência sobre os modelos rectangulares e de maior vão, geralmente aplicados nos paramentos do corpo e cabeceira. Neste sentido, a presença de janelas nas fachadas dos templos de Vila Chã de Barciosa, Vilarinho de Agrochão, Sonim e Mascarenhas devem ser vistas como casos singulares. Sob este ponto de vista tem interesse o esquema aplicado nas ilhargas do frontão triangular de Santo Ildefonso de Cedães; definindo-se duas áreas quadrangulares, com evidentes intuitos de se simularem janelas, apenas se chegaram a rasgar pequenas aberturas quadrilobadas.

Em todo o caso, a presença ou ausência de acidentes no frontão triangular permite-nos estabelecer subconjuntos, nos quais não se levará em conta o facto de que nem sempre o triângulo ser completamente fechado ou ainda quando se assinala a aplicação nas empenass, em manifesta sugestão de continuidade das jambas, de pirâmides encimadas por bolas.

---

[798] Nos frontespícios, o cardeal de Milão aconselhava a contrução de uma janela «orbicular, ampklia según la medida de la iglesia, a semejanza de ojo, por el frente sobre la entrada mayor». CARLOS BORROMEO, *ob. cit.*, p. 13

A igreja de Moimenta não é a única a solenizar o prospecto principal com um frontão triangular de linhas depuradas. Apresentando a mesma figura geométrica, a igreja de Sobreiró de Cima (Vinhais) é exemplo dos mais simples, já que não projectou qualquer abertura para a fachada. Se em Corujas a abertura do único óculo se reservou para o interior do frontão, nas igrejas de Valpaço (Vinhais), Junqueira, Vale Prados Grande, Fradizela e Vila Chã de Barciosa, os solitários focos de luz são exteriores ao frontão e alinham-se na prumada do eixo vertical. Na matriz de Castrelos não se contemplaram óculos nem janelas mas sobre o frontão colocar-se-ia um nicho.

5.2.4.1 Frontão triangular com nicho

A igreja de S. Pedro Fins de Conlelas sintetiza a versão mais simples da tipologia caracterizada essencialmente por integrar no seu tímpano um nicho para a imagem do orago. Como sempre, o nicho tem uma organização vertical, apontando o eixo da frontaria. As variantes que se podem enumerar relacionam-se com o número e posição das aberturas e ainda com o lançamento do frontão visto que, nas igrejas com mais de um andar, como a matriz de Tuizelo, pode cortar a linha da cornija e fazer contactar o seu vértice superior com a base do corpo da sineira.

As igrejas de Pinela, Passos, Ouzilhão, S. Julião, Serapicos, Lamas, Cabanelas e Agrochão são alguns exemplos que ilustram este subconjunto.

5.2.4.2 Frontão triangular com nicho e ornatos

Nesta classificação, todos os frontões contemplam um nicho no plano do seu tímpano. Contudo, esta concavidade deixará de ser o único acidente por passar a ser acompanhada de outros elementos decorativos, como pirâmides com bolas, cruzes e, quase sempre nos ângulos da base, volutas. Na matriz de S. Pedro Velho, tanto no entablamento como no nicho recupera-se a erudição dos almofadados, já vistos em Santa Maria de Bragança.

Em alguns casos, como nas igrejas de Montouto, Fresulfe, Soeira e Gostei, o perfil triangular do frontão pode apresentar-se truncado. Nas três últimas igrejas, o curso normal das linhas oblíquas interrompe-se no momento em que encontra a linha horizontal da cornija. Contudo, em S. Pedro de Montouto ou na capela de S. Sebastião, em Soutelo de Gamoeda, a interrupção do normal desenvolvimento só se verificará após a intersecção da linha da cornija.

A vontade de acrescentamento da consistência expressiva dos tímpanos era concordante com a tendência para a valorização dos marcos da entrada principal, sobretudo, pelo avivamento do verticalismo das ombreiras, da horizontalidade do lintel e marcação dos ângulos rectos. Podendo apresentar ligeiras variações, a vitalidade do esquema assentava essencialmente na molduragem sobreposta e na modulação da matéria, alternando as superfícies côncavas com as convexas de modo a que tanto a incidência como a reflexão dos raios luminosos transformassem a plástica da obra.

O linearismo do portal da igreja de Montouto padroniza a tendência para sugerir maior investimento decorativo. Todavia, esta valorização do ornato estender-se-ia por vezes aos elementos de enquadramento das janelas, como nas da galilé do santuário do Santo Cristo de Outeiro ou da matriz de Vilarinho de Cova de Lua.

5.2.5 As inovações

De um modo geral, as intervenções nas frontarias das igrejas durante a segunda metade do século XVIII pautaram-se por desenvolvimentos austeros nem sempre muito distantes da linha conservadora da centúria anterior. Todavia, uma ou outra vez pode assinalar-se como que uma fuga a esta tendência através da parcial ondulação e engrossamento das cornijas aplicadas nas pendentes que custodiavam a espadana dos sinos. Observável nas igrejas de Vale de Telhas, Parâmio e Ribeirinha, esta tendência ou gosto artístico afirma-se mais pretensiosa do que o simples encurvamento dos mesmos elementos da frontaria nas igrejas de Argoselo, Vale de Gouvinhas ou Santulhão.

Note-se que a igreja do Parâmio era uma das que contribuíam para a sustentação do Colégio que os jesuítas administravam em Bragança. Sendo padroeiros da igreja, o adorno e a conservação física deste templo dependia destes eclesiásticos. Conhecem-se, no entanto, acordos em que, a troco de alguns benefícios, a responsabilidade das fábricas transitava para a responsabilidade dos fregueses e dos párocos.

Posteriormente, os sucessos relacionados com a desnaturalização dos padres regulares colocou esta igreja sob a tutela da Universidade de Coimbra. A comunicação endereçada em 1782 ao reitor da Universidade sobre a ruína da paroquial originava o contributo profissional do mestre de obras da Universidade de Coimbra, Manuel Alves Macamboa[799], o qual, no princípio de 1783, apresentava um orçamento das obras.

---

[799] Manuel Macamboa era mestre carpinteiro que trabalhava nas obras públicas de Lisboa até 1773, altura em que foi enviado para Coimbra, onde começavam as obras de remodelação do complexo de dominação jesuítica para a Universidade. Progressivamente ser-lhe-ão confiadas maiores responsabilidades, como comprovam os trabalhos do observatório astronómico, jardim botânico, açougue, hospital de S. Lázaro, igreja de S. Bartolomeu e abastecimento de água ao convento de Santa Clara. Atendeu também aos edifícios do padroado da Universidade, visitando, elaborando desenhos e informações para Santa Eulália dos Passos (Penafiel), S. Miguel de Leça da Palmeira e, entre outras, Santa Eulália da Cumieira (Vila

A ausência de frontões é também um dos factores comuns a este grupo de igrejas intervencionadas na segunda metade do século XVIII. Na solenização das frontarias, a uniformidade de soluções não constitui a característica dominante. No entanto, os esquemas dominantes obedecem a duas categorias principais definidas essencialmente pela ausência do frontão ou pela sua marcação e ainda pelo papel desempenhado pela abertura de iluminação.

Os frontespícios das paroquiais do Parâmio e de Santulhão possibilitam-nos a leitura do discurso estético referenciado na primeira categoria e das suas diferenças. Na igreja do antigo Parâmio, do antigo padroado dos padres da Companhia, a ondulante agitação das vertentes pode considerar-se como a resposta ao movimento desenhado no lintel por um arco de vários centros. Ao mesmo tempo, enunciava-se a importância do respeito pelas leis da simetria quando se dava destaque ao eixo da composição. Era este efeito, acentuado pelo modesto vão lumínico, de formato oval, que se coroou com um curvo lacrimal.

Na severa fachada da matriz de Santulhão, a que sólidos cunhais dão consistência, afirmou-se diferente prática artística. Na entrada principal, o pequeno ressalto das jambas angulares não anula o seu sentido linear. A tendência para a anulação dos volumes também se expôs no lintel, formado por um arco pouco pronunciado e em que, como motivo de adorno, se valorizou a marcação da pedra do fecho. Relativamente à iluminação do coro, não se pode apontar sinais evolutivos já que tanto o vão, de pequena capacidade, como o desenho, quadrilobado, são relativamente correntes nas frontarias desde a centúria de seiscentos.

Real). CRAVEIRO, Lurdes - *Manuel Alves Macamboa arquitecto da reforma pombalina da Universidade de Coimbra*, Instituto de História de Arte, Faculdade de Letras, Coimbra, 1990. Na região de Bragança, além de um alçado lateral para a capela-mor do Parâmio, Manuel Macamboa riscou também o retábulo da igreja da Senhora da Assunção de Dine. AFONSO, Belarmino - *O colégio do Santíssimo Nome de Jesus de Bragança. Subsídios para a sua História*, Coimbra, 1975, pp. 28, 52

Todavia, esta tipologia de aberturas, óculos e portais teria força para sobreviver durante o século XIX, como se testemunha, entre outras, na igreja de S. Brás, em Caravelas, onde o cronograma de 1871 é suficientemente elucidativo da longa permanência de certos formulários.

Esta tipologia caracteriza-se pela presença de jambas apilastradas, como em Argoselo, ou pelo seu molduramento como nas igrejas de Vale de Telhas e Vale de Gouvinhas. Os lintéis encurvam-se, podendo ou não acusar a marcação dos fechos, dando também lugar ao surgimento de frontões formados por uma cornija com vários centros e por conseguinte com variações na ondulação. Na zona axial da paroquial de Genísio, a abertura de um pequeno óculo com quatro lóbulos não corresponde à tendência dominante, afirmada no rasgamento de grandes vãos que sobrepujam os portais. Contudo, se na igreja de Argoselo a traça da janela repete a do portal, na de Vale de Telhas optar-se-ia por um desenho de linhas sinuosas que se transformou em instrumento de animação da fachada de cerimónia.

Este esquema de frontão seria empregue na capela de S. Bartolomeu (1776), em Caçarelhos. Será, no entanto, conveniente afirmar-se que a convocatória para o núcleo central de uma gama de ornamentos *rocaille*, comprova a materialização da nova linguagem no território da diocese, sem, contudo, deixarem de continuar activas as resistências à difusão e desenvolvimento arquitectónico da nova corrente.

Atitudes de inovação detectam-se também na matriz da Ribeirinha, cujo frontão, de suave curvatura, se reduz à cornija que encima a abertura da entrada, cujas jambas seriam molduradas com elegância e algum refinamento de pormenores como se acusa nos enrolamentos que pontuam movimentadas aplicações junto à soleira. A função mobilizadora do portal teria continuidade no singular óculo quadrilobado que ocupa posição axial na frontaria. Sem acrescentamentos extraordinários do vão, este elemento, a que se reconhece longa perdurabilidade, ver-se-ia enriquecido pelo acompanhamento, no seu

perímetro, de concheados assimétricos, fruto de inovadora interpretação fantasiada.

Apesar da contida difusão de ornatos *rocaille*, a alegria da linha curva agita-se no remate desta frontaria em que a verticalidade dos cunhais se prolonga nos fogaréus. Assinale-se ainda a particularidade da sineira ter sido deslocada do corpo central para um alçado lateral com o propósito de se anular o seu volume na sombra das massas.

6. Torres e Campanários

Na expressão do professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «o uso das torres nas igrejas precedeu muito o emprego dos sinos, isto é, as torres não começaram a nascer por causa dos sinos, não foram campanários logo de início[800]». Em consequência, nesses tempos belicosos, a agregação de torres aos templos tinha como função primordial proteger as gentes das corridas que, por razões religiosas e políticas, grupos adversos frequentemente protagonizavam. Neste sentido, a essência destas construções não era diferente das que se colavam às casas senhoriais e que, quando mais tarde desapareceram os motivos que as justificavam, continuaram a solenizar muitos edifícios solarengos[801].

Como enquadramento cronológico, o mesmo estudioso, seguindo H. Leclercq, afirmava que no século VI já havia sinos em mosteiros enquanto nas igrejas só na oitava centúria se registou a sua presença[802]. Não demoraria, pois,

---

[800] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Carácter mágico do toque das campainhas. Apotropaicidade do som*, Separata da Revista de Etnografia nº 12, Junta Distrital do Porto, Porto, s/d., p. 4

[801] O tema da casa-torre seria desenvolvido por AZEVEDO, Carlos - *Solares portugueses*, s/l., Livros Horizonte, 1988, p. 19 e seguintes

[802] Depois da permissão de Constantino para a realização de assembleias religiosas, o serviço divino era anunciado com matracas, instrumento ainda em uso nas celebrações da Semana Santa. Nesta perspectiva, o abade Durand admite a introdução dos sinos durante o século V,

a compreender-se que, em certos contextos, o espírito guerreiro e o pensamento religioso não eram contraditórios, tanto mais que, a par da convocatória para os actos litúrgicos, o som das campas tangidas também desempenhava relevante função social quando avisava da aproximação de forças antagónicas ou da deflagração de um incêndio.

Os desenhos de Duarte d'Armas documentam a importância dos sinos quando nos informam sobre as estruturas que os suportavam, mormente sobre as torres que, como as da cintura dos velhos burgos, dominavam a paisagem.

Na povoação de S. Julião, a nomeação pelo pároco, em 1753, de um homem que tocasse semanalmente às avé-marias, às trindades e pelas Almas, mostra como o quotidiano das comunidades era regulado pelos sinos. Mesmo nos aglomerados urbanos onde existia um relógio da Câmara, como em Bragança, ou nas povoações cedo apetrechadas com relógios de sol, como Fresulfe[803] (1577), os sinos das igrejas ritmavam a organização do quotidiano[804]. Não admira, por isso, que nas Constituições Sinodais de 1563 já se determine a obrigatoriedade das paroquiais terem um sino.

---

acto que, pela necessidade de estruturas adequadas, determinou mudanças na arquitectura das igrejas. DURAND, A. - *Le culte catholique dans ses cérèmonies et ses symboles*, Paris, 1858, pp. 449-450

[803] Em acto de visita efectuada em Agosto de 1577 pelo bispo D. António Pinheiro, determinou-se: «o mordomo (da Senhora do Rosário?) em termo de hum mês comprara hum relogio de sol pera por elle se saber a hora». Posteriormente, um pároco de espírito pragmático escreveu: «e quando não houver sol de que serve o relogio». Arquivo do Paço Episcopal, *Visitações da igreja de Santo Estevão de Fresulfe*, s/colocação, fl. 37

[804] Ainda que incidindo no período medieval, tem interesse o estudo de KRUS, Luís - *A vivência medieval do tempo*, in «Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques», vol. I, Editorial Estampa, Lisboa, 1982, pp. 345-355. A importância que se reconhecia às campanas, levou algumas catedrais, como a de Évora, a elaborarem o «Regimento do toque dos sinos da Sé». ESPANCA, Túlio - *Cadernos de História e Arte eborense*, Separata do Boletim «A cidade de Évora», nº 33-34, Évora, 1953, pp. 54-60. Curiosa é também a admiração do estrangeiro e viajante César Saussure que nos começos de 1730 permaneceu algum tempo em Lisboa. Numa carta dava conta da sua admiração pela vida e bulício do Terreiro do Paço, surpreendendo-se «de encontrar mais de mil pessoas». No entanto, a surpresa seria maior quando, ao bater do meio-dia, o silêncio invadiu este espaço público e a maioria dos presentes, de joelhos, se recolheram em oração. Era o toque do «Ângelus», ocasião em que se fazia a elevação em todas as igrejas e capelas.*O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, (tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, pp. 264-265

Por outro lado, a ausência do sino numa igreja ou capela parece ser indicador de que escapava à alçada da hierarquia da diocese. Assim se pode concluir do registo de uma visitação efectuada à capela de S. Caetano, em Espinhosela, que D. Manuel de Moura Manuel mandou eregir[805], dotando-a com os meios de sustentação. Posteriormente, em consequência de uma herança deixada pelo titular da abadia, os jesuítas passaram a ter obrigações na capela. Mas na visita de 1706, o abade de Sicouro ver-se-ia impossibilitado de franquear o seu limiar porque os regulares pediram a chave ao capelão, com a finalidade «que o visitador a não visitasse tomando por pretexto que fiquava esenta da jurisdiçam ordinaria porquanto não tinha sino[806]».

Todavia, aos sinos reconheciam-se também qualidades apotropaicas. «O costume de tocar os sinos contra as trovoadas é quasi geral por todo o distrito de Bragança[807]», escrevia o Abade de Baçal e Jorge Dias anotava a importação para Rio de Onor do mesmo costume que era tradicional para os «lados de Vinhais[808]».

Na matriz de Mirandela havia um sino que era apelidado de Santa Bárbara. Fundido em 1854, a sua legenda continha o nome do mestre - «Thiago me fez» - e uma invocação, «Santa Bárbara orae por nos[809]». A resistência de Santa Bárbara a abjurar o cristianismo provocou a ira do seu

---

[805] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Livro de visitaçois e pastorais da igreja de Santo Estevão (1674-1762)*, fl. 49

[806] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Livro de visitaçois e pastorais da igreja de Santo Estevão, (1674-1762)*, fl. 49

[807] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IX, p. 369

[808] DIAS, Jorge - *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*, Porto, 1953, p. 292, Em 1758, o abade de Vinhais, Francisco de Morais Sarmento, na resposta ao questionário das memórias paroquiais, informava: «na freguezia de S. Facundo (Vinhais) estão dous sinos de tanta virtude contra os trovões e tromentas, que conhcendosse indicios dellas, e principiandosse a tocar, não há memoria de que no termo desta villa, fezessem damno algum, e para cuidado de se tocarem a tempo há pessoa destinada, a quem cada hum dos moradores da villa, e Bairros, da em cada hum anno hu quarto de pam centeio hum destes sinos foi achado por hum lavrador ao pe da igreja anadando a lavrar». A.N.T.T., *Vinhais*, in «Diccionario geographico», vol. 41, fl. 2105

[809] SALES, Ernesto Augusto Pereira de - *ob. cit.*, p. 87

pai, homem desapiedado que a conduziu ao cume de um monte para lhe cortar a cabeça.

«Regimento do tanger dos sinos (da Sé de Miranda)

Hos sinos pera as matinas se tangerão as oras seguintes: desde o primeiro dia de Novembro atheê o derradeiro de Janeiro se tangera das sete oras ateê [sic] as oito, dos do [sic] principio de Fevereiro athe o derradeiro Dabril das seis ateê as sete de o primeiro de Maio athe o derradeiro de Julho das cinco ateê as seis, e dos do primeiro Dagosto athe o derradeiro de Outubro das seis athe as sete.

Quandoouver matinnas cantadas procissão ou pregaçam ou algua outra ocupação se tangera mais cedo hua hora quando ouver matinnas cantadas de festa que caem em Verão da Pascoa the Outubro se começaraom matinas as cinco horas, se tangera das coatro, ateê as cinquo.

Nas matinnas cantadas de Novembro teê a Pascoa que são dia de Todos os Santos, e ao seguinte pollas matinas dos finados quando se dizem depois das do dia cantadas dia dos Reis, dia da Purificação, e dia da Annunciação se tangera das cinco as seis, e as seis em ponto se destangera, pera começar, e o sineiro o cumprira so(b) pena de dozentos reis por cada vez, o samcristão ho avisara sob a mesma pena.

Nas festas que não forem de dignidade avera repique somente de dous sinos, e nas de dignidade tres nos dias de pontifical coatro.

Quando se tanger por algum defuncto se for homem se tamjam com dous sinos somente tres sinais, e se for molher dous sinais, e o sineiro não tangera mais sinos que dous por mortos sem licença do Cabido salvo sendo o defuncto bispo ou capitular, e o dito sineiro naom tangera mais por badaladas por finado algum como se fazia a que chamaom tanger por baixo sob pena de cem reis que ho fizer[810]».

Após o acto parricida, o castigo foi imediato, pois logo o verdugo caiu fulminado por um raio. Justifica-se, assim que a Santa Bárbara se encomende a protecção dos campanários, embora na região transmontana o seu culto[811] só

[810] A.D.B., Mitra, Cx. 5, Lv. 48, fls. 103v-104

[811] Na primeira década de setecentos levantou-se na cerca do Colégio de Bragança uma capela «de grande beleza artística, dedicada a Santa Bárbara [...] cujo nome e invocação eram, praticamente, desconhecidos da gente daquela região». MARTINS, Fausto Sanches - *A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*, (Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), vol. I, Porto, 1994, p. 678; *Idem - Presença dos Jesuítas em Bragança e introdução do culto e devoção a Santa Bárbara no século XVIII*, in «Páginas da História da diocese de Bragança-Miranda. Congresso histórico. Actas», Bragança, 1997, pp. 773-782

tenha sido introduzido nos começos do século XVIII, por iniciativa da Companhia de Jesus.

No entanto, a padroeira dos fundidores de sinos, pelo risco de queimaduras, é Santa Águeda, mártir a quem se arrancaram os peitos. Como a ostensão de uma sua relíquia deteve uma perigosa erupção do Etna, ser-lhe-iam reconhecidos poderes sobre toda a forma de fogo. O padroado da santa fundamenta-se também no facto dos sinos recordarem os seus peitos amputados e ainda pelo hábito de se tangerem os sinos na altura de fogos[812].

Em Bragança, na igreja de S. Vicente, venerava-se antigamente, na capela do Santo Cristo, a imagem da Senhora de Roncesvales, muito milagrosa, especialmente por parte das mulheres, em ocasião de partos difíceis. Invocando-a «logo se vem alumiadas com bom successo», embora fosse preciso dar «nove toques no sino daquella igreja o que vai fazer, ou o marido, ou a pessoa mais chegada[813]» da parturiente.

Relativamente ao cerimonial religioso, sublinha-se a norma de se repicarem os sinos quando saísse o Santíssimo Sacramento, como, ainda em Junho de 1770, o cónego António José da Rocha fazia questão de recordar aos fregueses de S. Vicente de Alvites[814]. Também quando «se levanta a Deus» se devia fazer ouvir o som do sino, procedendo-se como o Doutor Domingos Lopes Nogueira aconselhava ao pároco e juiz da igreja de Santo Estevão de Espinhosela: «o juiz da igreja mandara a hua pessoa dar sinal no sino, quando se levanta a Deos nas misssas cantadas e conventuaes dando huma badalada ao levantar hostia, outra ao levantar o caliz, e outra no meio destas duas, e no

---

[812] RÉAU, Louis - Iconografia del arte cristiano. *Iconografía de los santos*, Tomo 2, vol, 3, Barcelona, 1997, p. 34

[813] SANTA MARIA, Frei Agostinho de - *ob. cit.*, Tomo V, p. 647. O Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida pretendeu que os nove toques representem a «memória dos nove meses durante os quais (Nossa Senhora) trouxe Jesus em seu seio». ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Carácter mágico do toque das campainhas. Apotropaicidade do som*, Separata da Revista de Etnografia nº 12, Junta Distrital do Porto, Porto, s/d., pp. 19, 20

[814] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 70, fl. 103v

fim de todas se repicara para que as pessoas devotas despertadas de este avizo possão adorar ao Santissimo Sacramento[815]».

Pelo prestígio, um sino podia ser presente régio. Em 1496, a expensas do monarca, fundia-se o do mosteiro franciscano feminino de Setúbal, fundado por Justa Rodrigues, ama de D. Manuel[816].

No dia da aclamação de D. João IV, os sinos da matriz de Sacoias, «se repicàrão por si mesmos[817]» pelo que esta acção misteriosa rapidamente seria interpretada como a legitimação divina da nova dinastia.

Em ocasiões festivas era indispensável que se ouvisse o som das campanas. Servem de exemplo as festas «pella felix restauração da praça de Miranda[818]», em Março de 1711 e, depois, a promovida pelo morgado de Mateus, D. Luís António de Sousa, na Primavera de 1795, para, a propósito do nascimento do infante D. António, Príncipe da Beira, mostrar a sua alegria e fidelidade à Casa Real. Então, o programa das celebrações religiosas, com exposição do Santíssimo Sacramento, seria acompanhado de outras manifestações, com destaque para a iluminação do palácio durante três noites,

---

[815] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Livro de visitaçois e pastorais da igreja de Santo Estevão (1674-1762)*, fl. 91. O mesmo visitador, em 1746, propunha idêntica disposição para a igreja de S. Pedro de Montouto. Arquivo do Paço Episcopal, *Livro de visitações da igreja de S. Pedro de Montouto*, Lv. 2, fls. 40v-41

[816] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *A igreja de Jesus de Setúbal*, in «Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto», II Série, vol. VII, Porto, 1990, p. 269

[817] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *ob. cit.*, Tomo V, p. 588. O prodígio deve ser enquadrado no contexto particular da Restauração em que também se divulgaram visões sobrenaturais como a que, entre outras pessoas, testemunhou D. Gastão Coutinho, Fronteiro de Entre-Douro-e-Minho: «viram na Lua um notável sinal à maneira de uma hóstia, em meio de duas figuras, que se lhe representaram serem Anjos que a adoravam». O fenómeno também terá sido visto em Bragança. MARQUES, João Francisco - *A Parenética portuguesa e a Restauração 1640-1668. A revolta e a Mentalidade*, vol. I, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, pp. 104, 106

[818] «Para haver hu dia de luminarias pela restauração da paraça de Miranda [...]. Em demonstraçam de alegria pella feliz restauração da paraça de Miranda, que se rendeo em quinze do prezente mez ficando prisioneira de guerra a sua guarniçam; fui servido resolver que nesta corte houvesse luminarias, salvas, e repiquez em Segunda feira, que se contão vinte, e tres desta mez. A Mesa da Consciencia, e Ordens o tenha entendido e que não há de haver propinas
Lisboa, a 21 de Março de 1711». A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Ordens militares (papeis diversos), Mç. 31, macete 3, doc. nº 68

tiros de morteiros, «fogo do ar, (e) repiques de sinos[819]». Por outro lado, as estruturas construídas para se alçarem os sinos eram elas próprias engalanadas aquando de comemorações especiais. Foi assim que, perante o impedimento de D. Maria I, o decreto de 15 de Julho de 1799, conduzindo D. João a Príncipe Regente, motivou festividades em várias partes do reino. No Porto, pela iniciativa do seu Corregedor e Provedor da Comarca, Francisco de Almada e Mendonça, decorreram diversas cerimónias (entre 23 e 26 de Agosto) que não dispensaram os desenvolvimentos lúdicos, de que destacamos a «iluminação e embadeiramento da torre[820]» da igreja dos Clérigos, templo onde a missa solene foi «acompanhada por uma completa orquestra de vozes e instrumentos[821]».

Em algumas paróquias rurais, os fregueses tocavam os sinos para avisos de ocupações que não mantinham relação directa com o culto. No ano de 1703, estando em Morais, na igreja de Santo André, o bispo D. João Franco de Oliveira referia a este propósito:

> «achando nos em vezita em o lugar de Izeda nos constou que no dito lugar, e em outros mais deste bispado se observa o notavel erro, e abominavel abuzo de de tangerem os sinos das igrejas ou capellas para os gados sahirem para o monte, e para fazerem concelhos[822]».

Tanto os argumentos do prelado de que tais actos contrariavam «os rituais romanos, hindo contra as seremonias da igreja», como as multas aplicadas pouco podiam contra a força do costume. Anos depois (1719), repreendiam-se os moradores de Castrelos porque utilizavam os sinos da igreja para «sinais profanos» e, em 1727, o Doutor Sá Pereira, prior de Santa Maria de Bragança, penalizava os moradores de Montouto em quinhentos réis

---

[819] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *A participação nas manifestações festivas e gratulatórias relacionadas com a Família Real: alguns exemplos setecentistas transmontanos*, in «Actas do Congresso A festa popular em Trás-os-Montes», Bragança, 1995, p. 32

[820] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Festejos públicos no Porto pela "declaração da regencia" de D. João, Príncipe do Brasil*, in «Poligrafia», nº 7 / 8, Arouca, 1999, p. 27

[821] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Idem, ibidem*, p. 27

para obras da igreja sempre que tocassem o sino para reunir a população em assembleia a fim de combinarem ou darem execução a trabalhos de interesse geral.

Na linha das medidas tomadas em Gimonde (1724), pouco tempo depois (1728), em S. Julião, ordenava-se a factura de uma porta e respectiva chave, destinada ao campanário, para se «evitar que cada hum vá tocar quando quer[823]». Mas na segunda metade do século XVIII, os abusos continuavam apesar da rigidez do clero não ter abrandado. A propósito da matriz de Alfaião, o cónego Manuel Velho Quintela retomava procedimentos antigos e inovava:

> «se não toque o sino sem sua licença (do pároco) [...] pena de sinco tostoens a quem o fizer, e para mais se evitar esta desordem que observei mando se retire a escada de fora, e se ponhão as cordas por dentro e que do choro se faça escada para os mesmos sinos e hum alçapão para mais segurança da igreja[824]».

Esta medida, confronta-nos com o problema e modalidades de acesso ao sinos que adiante abordaremos.

Importa ainda valorizar as constantes preocupações eclesiásticas com o timbre destas peças, sintetizadas nas orientações que, em 1692, mandavam reparar o sino das missas da igreja dos Jesuítas de Bragança, acrescentando-lhe «tres arrobas de metal pouco maes ou menos[825]» ou, em 1789, na igreja de Azinhoso, refazendo-o com acrescentamento de metal para que o seu som fosse de «hua armonia suave conveniente a hua igreja tão excelente e povoação tam populoza[826]». A tendência para se produzirem sinos de maiores

---

[822] A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 53, fl. 8
[823] A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 8
[824] Arquivo do Paço Episcopal, *Livro de registo de capítulos de visita e pastorais de Alfaião*, (1734-1801), s/colocação, fl. 86
[825] MARTINS, Fausto Sanches - *A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*, vol. I, Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1994, p. 672
[826] Arquivo Paroquial de Azinhoso, *Livro de visitas da igreja da Senhora da Natividade*, s/colocação, fl. 75v

dimensões parece ser uma realidade, possivelmente com base nas ancestrais técnicas de fundição divulgadas[827] por Teófilo, monge do mosteiro beneditino de Helmarshausen (Alemanha) e autor de um importante tratado, escrito, segundo alguns especialistas, durante o século XII.

Na verdade, são várias as notícias que documentam aquela orientação, por vezes acompanhadas de preocupações económicas que contemplavam a fundição de alfaias para acrescentamento do peso das campanas, de que são exemplo as duas arrobas[828] que se mandavam acrescentar ao sino da igreja de Pinheiro Novo. Desta prática não se excluía a catedral porque sabemos que, pelos anos de 1720, «oito pratos e seis galhetas» de estanho, mais dois castiçais, uma campaínha, «hua caldeirinha de bronze de auguoa benta sem aza» e ainda «dous pedaços de metal que sobejaram do sino grande», tudo de bronze[829], se derreteram para um sino. Anotem-se ainda os actos voluntariosos, contrariados por uma disposição de 1690 em que o bispo D. Manuel de Moura Manuel ordenadava aos fregueses da igreja de S. Pedro de Carção de Vila Boa a reposição de quatro castiçais de bronze, indevidamente, fundidos para o sino[830]. Em consequência da crescente importância concedida aos sinos, a nossa atenção deve também incidir sobre as estruturas que os suportavam, as torres e as espadanas.

6.1 Torres

Em Portugal, no período anterior ao século XVI as igrejas paroquiais que possuíam torres nas suas fachadas eram raras e quando estas se podiam

---

[827] TEÓFILO - *As diversas artes*, Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, , comentários e notas por V. Ferreira Jorge, III Série, nº 89, 1º Tomo, 1983. Os assuntos directamente relacionados com a fundição de sinos aborda-mse a pp. 132-135

[828] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 110, s/fl.

[829] RODRIGUES, Luís Alexandre - *A Sé de Miranda. O inventário da sua fábrica no primeiro quartel do século XVIII*, Separata da Revista MVSEU, IV Série, nº 7, Porto, 1998, pp. 234-235

referenciar era quase sempre em número ímpar. Apesar de não retratarem o quadro completo, os desenhos do «Livro das Fortalezas», de Duarte d'Armas, ao referenciar as igrejas de mais de meia centena de povoações, revela-se um precioso auxiliar na averiguação da ocorrência destes elementos arquitectónicos. Documentando a ocorrência de construções religiosas com simples campanários[831] também se apontaram orgulhosas torres num dos flancos de algumas igrejas. À luz destes desenhos parece que apenas a povoação de Nisa foi capaz de reunir os meios necessários para incorporar duas torres no prospecto principal da sua igreja, juntando-se assim a um pequeno conjunto em que pontificavam as catedrais.

Normalmente com planta quadrangular possuíam poucas e estreitas aberturas ocorrendo também exemplos em que só se contemplavam os vãos indispensáveis para os sinos. Estas características podiam ser complementadas pela robustez da construção, pela presença de ameias e de outros dispositivos militares, justificados pelos patrocínios particulares e das ordens militares, o que esclarece as possibilidades de extensão funcional, de grande utilidade em períodos de instabilidade provocada pela aproximação de exércitos inimigos ou, como também acontecia, nos momentos em que partidos rivais se digladiavam.

Por estes motivos, a que em alguns casos se podia acrescentar a importância do relógio, as torres das paroquiais também se associavam a uma imagem de autoridade e de soberania, ou não fosse a igreja o palco onde a demarcação dos estratos sociais era sancionada.

Depois de perdida a antiga função defensiva, a torre continuaria a andar associada à arquitectura religiosa, dada a sua aptidão para alçar sinos, cuja importância nos actos de culto se revelou indispensável. Mas na diocese, à

---

[830] A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 100, fl. 52

[831] A ocorrência de alguns destes elementos em igrejas nos inícios do século XVI pode colher-se nas «Visitações da Ordem de Cristo» que integram o estudo de CORREIA, Vergílio - *A pintura a fresco em Portugal nos séculos XV e XVI (Ensaio)*, Lisboa, 1921, pp. 23-30

vista do número de espécimes conhecidos, a torre nunca beliscou a tradicional hegemonia dos campanários-frontões, de construção e manutenção mais concordantes com os meios ao dispor das comunidades rurais.

Enquanto elementos arquitectónicos, o par de torres que sublinham os flancos da frontaria da catedral de Miranda também encontrariam aplicação no santuário do Santo Cristo de Outeiro ou, com o estatuto de paroquial, em S. Vicente de Vimioso. Do mesmo modo, também não se pode relacionar a presença de torres com uma organização espacial interna uniforme, como as três naves de Miranda e a nave única de Vimioso comprovam. Na mesma linha de orientação, os responsáveis pelos templos onde se veneravam imagens muito milagrosas que, pela acção das confrarias, mobilizavam peregrinos de terras distantes, não mostraram apego à verticalidade das torres, ainda que contassem com os meios necessários. Neste sentido, o santuário de Outeiro é uma excepção.

Subjacente à presença de torres está quase sempre um anúncio de poder e grandeza. Contudo, as fábricas da diocese quase nunca incorporaram mais elementos ou qualidades do que as indispensáveis à estrutura. Assim, a insipiência dos programas arquitectónicos foram acompanhados pela ausência de preocupações decorativas, pelo que os muros se apresentam com a textura e tonalidade da cantaria ou com a epiderme rebocada e caiada. Por conseguinte, tanto os alçados como as coberturas distanciam-se dos exemplares de muitos aglomerados que alardeiam a matriz erudita das linhas orientadoras e suficiente largueza de meios.

Na diocese, quando se agregou um par de torres ao plano das igrejas, estas ocuparam sempre os ângulos da frontaria. Já nos casos em que apenas se levantou um destes elementos, a integração sofreu variações. Deste modo, a única torre podia ser colocada atrás da cabeceira, de forma isenta, colocada num dos ângulos da frontaria ou mesmo no seu eixo.

6.1.1 Duas torres nos ângulos da frontaria

Embora não representem um dado completamente inovador, a presença de duas torres na fachada merece ser assinalada porque, como já se disse, além de até ao século XVI não se poderem contar muitos exemplos entre nós, também a generalidade das igrejas da Europa no Renascimento raramente ostentavam um número par de torres nas suas fachadas. Mesmo na Itália, importante referencial artístico para Portugal, no início do Renascimento era vulgar que o campanilo estivesse separado da igreja[832], facto que, apesar de tudo, não impediu que estas edificações tivessem sido objecto de um tratamento majestoso, como se mostra nas torres da catedral de Ferrara e na igreja do Espírito Santo de Roma.

Nesta medida, a construção de duas torres no frontespício da Sé de Miranda dá força à afirmação de Pais da Silva, para quem foi no nosso país que este esquema renasceu «com pleno êxito dentro da História da Arte universal[833]».

Será útil, no entanto, atentarmos que nem todas as Sés criadas por D. João III apresentavam torres na frontaria. Na de Leiria, por exemplo, adaptar-se-ia para funções religiosas uma torre da muralha que, depois da reconstrução[834] levada a cabo no século XVIII pelo bispo D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, ainda hoje ocupa uma posição isolada relativamente ao plano do edifício.

O frontespício da catedral de Portalegre organiza-se em três registos verticais, separados por pilastras sobrepostas, e dois andares marcados pela linha da cornija. A cada nave corresponde sua entrada. Nos flancos posicionam-se duas torres de planta quadrangular que avançam relativamente

---

[832] BURCKHARDT, Jacob - *The architecture of the italian renaisance*, Harmondsworth, Penguin Books, 1987, p. 113
[833] PAIS da SILVA - *Estudos sobre o maneirismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, p. 132
[834] ZUQUETE, Afonso - *ob. cit.*, p. 117

aos três pórticos, com frontões agitados e sobrepujados por janelas de sacada. As torres, de esquinas apilaradas, são segmentados em três corpos de volumes decrescentes, onde se abriram janelas de enxalços e com lumes reduzidos, algumas das quais se fizeram coroar com frontões redondos. Nas faces do último corpo, rasgaram-se os vãos dos sinos, e aplicaram-se agudas coberturas de bases oitavadas, outrora revestidas de azulejos verdes e brancos[835]. Todavia, como recorda a inscrição da entrada principal, *COEPIT HOC TEMPLUM / EXTRUI AN. DNI. MDLVI / INSTAURATUM POSTEA / AN. SALUTIS / MDCCXCV*, estamos perante uma fábrica finissecular e muito afastada do vocabulário praticado em Miranda do Douro.

Nas torres desta urbe, também com planta quadrada, o ressalto das esquinas gera um fio de sombra suficiente para evidenciar o sentido de verticalidade, apesar de se registar a tentativa de atenuação deste efeito com a saliência de um cordão que percorre horizontalmente a frontaria. Distanciadas da tectónica expressa nas das sés medievais do Porto ou Évora, marcadas por fortes contrafortes exteriores, as torres de Miranda, sendo mais evoluídas, não andam longe da configuração tipológica que, por exemplo, se expressou na torre quinhentista[836] da matriz de Vila do Conde, construída depois de se concluírem as obras da igreja, entre 1511-1514, e na torre, manuelina[837], da igreja da colegiada de Santa Maria da Oliveira, em Guimarães, cuja fachada remonta ao reinado de D. João I.

---

[835] KEIL, Luís - *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, vol. I, Academia Nacional das Belas Artes, Lisboa, 1943, p. 120

[836] Em Novembro de 1507, o pedreiro Gonçalo Anes, morador em Vila Real, avaliou a obra que faltava fazer na matriz por biscaínhos e orçamentou os trabalhos a realizar, nos quais se incluía a torre, em 550$00 réis. FERREIRA, J. Augusto - *Vila do Conde e o seu alfoz*, Porto, 1923, p. 25. Em 1573, João Lopes-o-moço encarregou-se de algumas obras na torre da igreja, as quais ainda não estavam terminadas em 1581, ano em que o mestre trabalhava na igreja de Azurara. *Vd.* RUÃO, *A arquitectura maneirista no Noroeste de Portugal. Italianismo e flamenguismo*, Coimbra, 1996, p. 111

[837] «Deve-se ao Dr. Pedro Esteves e a sua mulher, Isabel Pinheira, que a terão concluído pelos meados da segunda década do século XVI». DIAS, Pedro - *A arquitectura manuelina*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1988, p. 153

Em consequência de concepções e práticas bem enraizadas na tradição nacional, o seu aspecto compacto permanecia como também se mantinha vivo o costume da subdivisão dos alçados em corpos sobrepostos. Por outro lado, alguns atributos militares como os merlões (Guimarães) ou balcões riscados pelo tipo de mata-cães como nas igrejas de Vila do Conde e da vizinha de Azurara, já não se usaram nas torres da catedral mirandesa. Apesar de na torre da igreja de Guimarães, a esquina ter fornecido o campo para se exercitarem lavores cordiformes, a tendência para se tratarem os cunhais dos planos de frente em aresta viva manteria a sua força.

Seguindo o processo evolutivo já observado em torres militares de raíz gótica com funções habitacionais - desde a de menagem de Bragança até às construídas no século XVI nas praças do Norte de África - acentua-se a tendência para se abrirem janelas de vãos mais amplos.

Todavia, algumas qualidades formais, sintetizadas na secura de linhas, na austeridade das superfícies lisas, e na ausência de ornatos, remetem-nos ainda para os procedimentos típicos da engenharia militar, profissão de certo modo indiferenciada porque multifacetada no que respeita à variedade de obras em que os seus membros se empenhavam, um dos quais consistia na redução máxima do número de aberturas exteriores. Nas torres da Sé de Miranda, a severidade arquitectónica manter-se-ia mesmo depois de 14 de Setembro de 1689, data em que um raio que caíu na capela de Santo António derrubou grande parte da «torre da cera[838]» e causou prejuízos de monta em obras exteriores. Ainda que não se conheçam em toda a extensão os danos provocados, a reconstrução da torre certamente que se processou no respeito pela anterior configuração. Por isso, conservando-se, aquela qualidade estava implícita na notícia que o cónego Bento de Morais Freire enviou, em 1758, para Lisboa:

[838] A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 5, fl. 35v

«duas torres a tuscana com cornijas de meia coroa com cunhais frizados de relevo para fora e lizos com seus cordoens que as cruzão. Bazes capiteis colarinhos e simalha sobre as mesmas cornijas com remates de abobada de meia laranja oitavados estes com suas claraboias[839]».

As palavras deste eclesiástico confirmam também como as funções e tendências estéticas evoluíram, já que elementos como merlões e coberturas abobadadas salientes para o exterior das cimalhas, tornados obsoletos, foram sendo substituídas por balaustradas, coruchéus e lanternins, recordando estes o desenho das guaritas de muitas praças militares. Também as janelas passariam a ser rasgadas em níveis mais baixos dos alçados, repetindo muitas vezes o partido usado nos vãos do corpo central. Quanto ao sentido ascensional, ou se atenuava, pelo recurso à marcação exterior de andares nos quais se estabelecia a correspondência individual com pilastras, ou se acentuava, como em Miranda, pela utilização de pilastras que se faziam correr desde a base até ao coroamento da torre.

Mas com o «renascer» do gosto de se aplicarem duas torres aos flancos das fachadas de algumas igrejas construídas em solo metropolitano, insular e ultramarino, recorrer-se-ia a um discurso arquitectónico cujo vocabulário, apesar de relativamente diversificado, não oculta a presença de um denominador comum resultante da evidente preferência por um desenho marcadamente geometrizante. Se considerarmos os prospectos principais das igrejas de Santa Maria da Graça (1565-1572), obra do arquitecto António Rodrigues e transformada em catedral com a criação da diocese de Setúbal, da igreja de Santa Maria da corporação dos Livreiros de Lisboa[840], da Sé de Angra do Heroísmo (1570-1642) e também o da Sé de Miranda facilmente nos apercebemos de algumas características que as distinguem entre si se

[839] A.N.T.T., *Miranda do Douro*, in «Diccionario geographico de Portugal», vol. 23, fl. 1006

[840] As obras de reedificação desta igreja iniciaram-se em 1557. O seu primeiro empreiteiro foi o mestre pedreiro Pero Nunes que seguiu um desenho, provavelmente, do mestre das obras régias, Afonso Álvares. VITERBO, Sousa - *ob. cit.*, vol. II, pp. 202-209. Inclui três desenhos desta igreja.

atendermos ao módulo escolhido para o estabelecimento do sistema de proporções, ao carácter mais ou menos robusto dos respectivos corpos, às características de maior ou menor verticalidade, à solução adoptada para os remates da figura central ou ao figurino dos pórticos cuja geometria não esconde a evidente filiação tratadística.

Contudo, a par com estas diferenças, algumas vezes mais aparentes que reais, recorria-se normalmente a um desenho cuja tipologia não ocultava uma certa identidade de processos: um corpo central encaixado entre formas prismáticas mais elevadas e que apesar de recorrer ao emprego sistemático dos mesmos elementos arquitectónicos como vãos com proporções e molduras idênticas e pilastras, dificilmente conseguia a realização equilibrada do conjunto já que as torres se perfilavam sempre como realidades autónomas.

Este esquema que muito deve a práticas militares só depois de 1590, data do início das obras de construção da igreja de S. Vicente de Fora, em Lisboa, seria ultrapassado pela sábia integração das torres na fachada do edifício à custa de um tratamento arquitectónico erudito e bem adaptado à realidade urbana.

Porque na altura em que se levantaram as torres da catedral nordestina alguns resquícios góticos não tinham sido ainda completamente ultrapassados, aquelas não podiam ficar imunes ao reflexo de algumas ambiguidades que impossibilitaram a completa clarificação das opções artísticas adoptadas. Por isso, a distância que separa o discurso praticado em Miranda com a lição erudita e estrangeirada das torres da igreja de S. Vicente de Fora é enorme.

Na mesma linha de orientação, também com as igrejas da Companhia de Jesus com duas torres nas fachadas será difícil encontrar argumentos que tornem plausível qualquer relação. De facto, seja na igreja da Sé Nova de Coimbra, seja em S. Lourenço do Porto ou ainda no Oriente, na igreja do Espírito Santo de Margão, perante o cesarismo das poderosas aletas

importadas da igreja de Gesú, as torres não disfarçam as dificuldades de se acomodarem aos respectivos frontespícios. Na verdade, sendo conhecida a fortuna que beneficiou aqueles elementos arquitectónicos, inicialmente experimentados em solo italiano, as torres seriam relegadas para segundo plano ficando quase sempre ocultas pelo desenvolvimento dos sugestivos enrolamentos com que os padres inacianos gostavam de animar o coroamento das fachadas das suas igrejas.

Na igreja de S. Vicente de Vimioso, a balaustrada que, entre as torres, remata a frontaria parece reflectir a lição de Miranda. Contudo, os esquemas construtivos não são passíveis de exacta sobreposição. Ao contrário das torres da sede catedralícia, as da matriz de S. Vicente não apresentam as pedras angulares em ressalto e os respectivos planos só se individualizam do paramento da frontaria depois de vencidas as cotas do telhado. Este efeito seria deliberadamente acentuado com a marcação no paramento frontal das vertentes da cobertura mas sem a intenção de se definirem quaisquer registos, apenas visíveis na secção terminal e na base dos olhais dos sinos. Estes vãos, por constituírem as únicas aberturas, afastam estas torres das de Miranda que viram as suas faces vazadas com janelas de peito, cornijadas e frontão nas da fiada superior da fachada.

No arrolamento dos bens da comenda de Vimioso, efectuado em 1758, dando-se nota da presença das torres, esclarecia-se: «na do ládo direito está o relogio que sustenta a camara e na do lado esquerdo dois sinos do uso da igreja[841]».

Durante as primeiras luzes de setecentos o aspecto compacto de algumas construções religiosas continuava a ter adeptos, certamente pela forças da inércia e da desconfiança que a proximidade de Espanha justificava. Pela geografia, a povoação de Moimenta e suas imediações foi cenário de

[841] A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, doc. cit., s/fl.

bravas escaramuças que opunham as forças dos dois lados da fronteira, chegando mesmo a ser queimada[842].

Na fábrica da matriz de Moimenta, onde um par de graníticas torres comprimem uma fachada submetida a um severo programa construtivo, parece terem-se levado em conta as lições da História, especialmente as que consideravam que as precariedades construtivas das habitações particulares podiam ser ultrapassadas por uma igreja sólida e com capacidade para, em situação de aperto, funcionar como reduto defensivo. Note-se que, apesar dos privilégios citados pelas normas sinodais e reconhecidos pelas ordenações, as igrejas, no calor da refréga, mais do que uma vez foram violentadas. Nesta medida, as funções primordiais das torres nunca foram esquecidas. A notícia de que o capitão-mor de Miranda, Pedro de Melo, em 1641, mandou dinamitar[843] as portas da igreja espanhola de Brandilhães, onde muitas pessoas, civis e militares, se protegiam, comprova o papel defensivo de construções religiosas.

A obra das torres da igreja de S. Pedro de Moimenta coincidiu com o alargamento do corpo para três naves. Em Junho de 1709, consideravam-se os benefícios[844] estéticos destas obras e, em 1714, o Deão da catedral, Doutor Bernardino Cabral da Silva, atribuía uma função específica a uma das torres, quando determinava:

> «o depozitario tera cuidado de mandar fazer provimento de azeite e sera para o gasto da lampada, e altar [...] e para o dito efeito se comprara hua talha que leve tres almudes ou coatro e esta estara fichada na caza da

---

[842] Como represália, as nossas forças incendiaram os lugares de «Irmizende, Sam Cibrão, a Teixeira, Parada, e Crastelinhos todos de Castela», dado que «os naturaes delles serem delinquentes no incendio de Moumenta, que pagarão na mesma moeda». *Tratado das vitorias que alcançou Simam Pitta de Ortigueira governador do presidio de Moumenta, e Monfreita, á ordem do fronteiro môr Rui de Figueiredo de Alarcam*, Lisboa, 1641

[843] *Quarta relaçam verdadeira da victoria, que o fronteiro môr de Tras los Montes Rui de Figueredo de Alarcam ouve na sua fronteira, sinco legoas de Miranda, em Brandelhanes terra de Castella*

[844] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capítulos de visita e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1745)*, fl. 45v

torre dos sinos na coal mandara fazer porta com sua fichadura e chave[845]».

Vê-se assim que a ordenação das torres na monumentalização das fachadas pode ser acompanhada de respostas funcionalmente diferenciadas no espaço interior, incidências que também podem tocar à caracterização do coro alto, com formação de um de nártex à entrada do templo, e ao posicionamento dos baptistérios, como em Vimioso, na base de uma das torres.

Por não ter funções paroquiais, a pia baptismal estava ausente do santuário do Santo Cristo de Outeiro. Por isso, a planta baixa de uma torre servia de arrecadação. Já a do lado da epístola tem o seu interior preenchido por uma colibrina escadaria que leva ao coro e aos sinos.

Nas igrejas de Miranda, Moimenta e Vimioso, a planta das torres inscreve-se na clausura do corpo da igreja; no templo de Outeiro, os dois elementos prismáticos só interiormente se relacionam com o plano da nave. Em consequência desta concepção, as faces posteriores e laterais definem a largura e alinhamento das galilés que se adossam a um e outro lado da nave.

Com hesitações no estabelecimento da justa proporção, organizam-se as torres em quatro secções: uma fita estreita, lisa e de pequeno ressalto, separa as duas primeiras; por outro lado, a cornija que percorre o corpo e frontaria, ao prolongar-se nas torres, define o arranque do segundo corpo; por sua vez, a parte terminal nasce ao nível do cume do telhado da nave e fez-se rematar por um varandim que oculta a formação das pontiagudas coberturas. Para os sinos, rasgaram-se, em cada face, vãos de arco redondo, os quais têm a particularidade de serem moldurados. Estas aberturas caracterizam-se também por serem muito maiores do que as dos restantes registos, reduzidas, no inferior, a simples frestas com molduras que recordam as *tabluae hansatae*.

---

[845] Arquivo paroquial de Vilar de Ossos, *Livro de registo de capítulos de visita e pastorais da igreja de S. Pedro de Moimenta (1676-1745)*, fl. 49

Na sucessão de cunhais apilastrados para reforço da verticalidade das torres, acentuada pelos prolongamentos piramidais, destaquem-se os da zona frontal por serem os únicos a merecerem um revestimento com almofadados.

Contudo, tanto as balaustradas das cimalhas, também vistas em Miranda, Vimioso e Moimenta, recordação civilista dos defensivos merlões, como os lavores de almofadas não eram suficientes para eliminar a pose majestática destes elementos prismáticos em cujas superfícies a preferência pelo ângulo recto continuava a sinalizar a recusa pela jovialidade da linha curva ou pela ondulação dos alçados. Neste sentido, mal se vislumbram quaisquer sinais de emancipação relativamente ao discurso artístico que os membros da Companhia de Jesus vinham divulgando há várias décadas.

6.1.2 Uma torre

Como se disse, na área em estudo, não são muitos os templos que agregaram torres ao seu plano ou ao sítio da sua implantação. Todavia, o conjunto de edificações com um só daqueles elementos, sendo pequeno, supera o que contempla um número par. Ao contrário deste, naquele agrupamento nem sempre as torres se posicionam no frontespício, como na antiga igreja dos Jesuítas de Bragança.

6.1.2.1 Torre posterior à cabeceira

Apesar da reconhecida influência que os regulares da Companhia de Jesus exerceram na arte nacional, em geral, e na arquitectura em particular, a verdade é que a construção da igreja de Bragança não se orientou por critérios emanados da Companhia. Na verdade, tanto a igreja como as restantes dependências do complexo foram inicialmente contruídas para convento de

freiras de Santa Clara. Iniciadas as obras em 1539, concluíam-se em meados da centúria e, em 1562, por acordo do Sereníssimo Duque Dom Teodósio com a Câmara de Bragança, entregavam-se as instalações aos Jesuítas. Por este motivo, adiar-se-ia a instalação na cidade da comunidade de religiosas franciscanas.

Em todo o caso, a igreja, de nave única e sem capelas laterais, adequava-se às exigências da pregação. Todavia, como hoje se sabe, os problemas da adequação da igreja e colégio, levantados ainda no século XVI, estavam sobretudo na má vontade de alguns padres destacados nesta cidade. De resto, no rol das incomodidades[846] que os regulares residentes apontavam, decerto com algum exagero, contavam-se ainda os rigores climáticos, a má qualidade do pão, das carnes e até da lenha.

Além de pequena, também se considerava a igreja incómoda. Estas razões constituíram motivos para os regulares tentarem alcançar a construção (1579) de «otro edificio a nuestro modo y en sitio escogido[847]». O projecto seria posteriormente abandonado, mas com contrapartidas. De facto, em 1588, uma deliberação da Câmara permitiria que pudessem «elles ditos padres allarguarse para a prassa e tereiro do dito seu collegio ate des palmos e poderão tomar a travessa que ora vai para as Eiras do Arssebispo [...] para bom edeficio da dita sua igreja poderão ocupar assim no tereiro como na prassa [...] (o) que convier a boa trasa da dita igreja[848]».

Nas possibilidades desta concessão, deve incluir-se o espaço para a construção da torre, justamente na área posterior à cabeceira da igreja. Nesta

---

[846] MARTINS, Fausto Sanches - *A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*, (Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), vol. I, Porto, 1994, p. 604 e seguintes. Sobre «Il modo proprio da Companhia» interessa o estudo de SANTOS, Paulo F. - *Contribuição ao estudo da arquitectura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil*, Separata do vol. IV das Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso - Brasileiros, Coimbra, 1966

[847] MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 606

[848] A.D.B., *Acordãos da Camara*, Cx. 1, Lv. 3, fls. 39v-40v; RODRIGUES, Luís Alexandre - Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura, Bragança, 1997, p. 252

medida, o seu posicionamento e relação com o templo não tem paralelo em nenhum outro edifício eclesiástico da região. A configuração actual é enganadora pois a altura da torre foi acrescentada neste século. Todavia, a sua planta quadrangular manter-se-ia.

A primeira notícia que conhecemos remonta ao ano de 1601, altura em que o Provincial, padre João Correia, de visita ao colégio mandava cobrir e telhar a torre e, ao mesmo tempo, apontava a necessidade da colocação do «sino do relogio, como os mais sinos[849]». Nos finais de 1602 estudava-se a possibilidade de «se acomodar a portaria na torre», e em 1604 o padre António de Mascarenhas, na sua qualidade de visitador, ordenava que algumas das janelas da torre se tapasssem «de pedra e barro, ou com janellas de pao[850]». Na sequência da adaptação do piso térreo da torre a portaria do Colégio, construir-se-ia na sua entrada uma elegante galilé, ritmada por quatro arcos, três frontais e um lateral, que colunas assentes em pedestais suportavam.

Três anos mais tarde ainda a torre apresentava à vista o tosco dos seus paramentos, razão pela qual se ordenou a eliminação dos «buracos todos da torre da parte fora, e os do sobrado dos sinos[851]» para impedir que os pássaros fizessem neles as suas criações. O aproveitamento das potencialidades do volume interior só pelos anos de 1612 começaram a ser encaradas. De facto, nesta altura considerava-se a hipótese de se poderem «fazer tres andares de sobrados» com interesse «pera muitos usos da casa e abitação dos nossos em aperto[852]». Na mesma ocasião aconselhava-se a colocação nas aberturas da torre de adufas e portas, as quais deviam estar fechadas.

No ano de 1668, nos inícios de Setembro, a torre sofreu um incêndio. Os prejuízos causados não se conhecem em pormenor. Todavia, na Primavera do ano seguinte já a torre, com os sinos e o relógio, estava reparada «muito

---

[849] MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 620
[850] MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 622
[851] MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 626
[852] MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 630

melhor do que estava», mas sem a divisão por andares. Só algum tempo depois (1672) houve disponibilidade para estas obras. Então: solharãose ambas as casas da torre dos sinos alta e baixa fizeramselhe portas, janellas, gelusias[853]».

Poucos anos antes (1657), enquanto um oficial do Porto reparava o relógio, procedia-se a algumas reformas porque estando «na torre deceose para caza onde fica fezse lhe caza de madeira nova [...] fezse na portaria o lugar para os pezos decerem e avendo cuidado nelle andara certo sem as incomodidades do tempo que tinha na torre, e sem o trabalho de se ir la concertar[854]». Se estes trabalhos revelam tanto a importância concedida ao relógio como o prestígio dos seus detentores, não causará admiração o zelo do Provincial, padre Antão Gonçalves, quando mandava (1699) consertar o maquinismo, de modo a bater os quartos e as horas, pois além da indicação dos tempos de oração também tinha a pretensão de regular a vida de uma cidade cujo crescimento a afastava do castelo, onde estava a torre com o relógio[855] da Câmara.

A marcação do tempo pelo relógio da Companhia deve ter-se prolongado após a expulsão dos seus membros, acto que foi seguido da promoção da mesma igreja a catedral, em resultado da sua transferência para Bragança, a que, pouco depois, se anexou a paróquia de S. João Baptista.

Em todo o caso, na área de estudo, a agregação da torre à capela-mor seria uma concepção arquitectónica singular que não encontrou seguidores.

---

[853] MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 660

[854] MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 652

[855] Poderá admitir-se o desejo da Companhia competir com as autoridades civis no que à regulação do tempo respeita. Atente-se no caso do Porto, cidade que contava desde os finais do século XIV ou inícios do século XV com um sino do relógio colocado numa das torres da Sé. Na segunda metade da décima sexta centúria , o relógio mecânico seria retirado pela Câmara, sob a justificação de que «o relógio não fazia falta, pela abundancia que dêles havia na cidade». Esta atitude, indiciando um litígio, surdo ou não, entre o poder local e a hierarquia religiosa, não deixa de transportar a vontade das Câmara afirmar a supremacia do poder civil na marcação do tempo. *Vd.* FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., *Elementos para a História artística da Sé do Porto*, in «Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto», II Série, vol. VIII, 1991, pp. 277-279

6.1.2.2 Torres isentas

Nem sempre as sineiras contribuíram para o delineamento das planimetrias de algumas paroquiais. No entanto, conhecem-se casos em que as respectivas estruturas constituíam edificações independentes, embora levantadas a pouca distância das igrejas.

Depois de investida de funções paroquiais e feito «de novo o corpo da igreja mais pequeno[856]», em S. Bento de Castro de Avelãs a torre que tinha servido a igreja do mosteiro continuou activa. As respostas do reitor, padre Domingos Fernandes da Costa, ao questionário das «memórias paroquiais» têm importância, no plano do esclarecimento relativo à implantação da torre, à sua relação com a igreja antiga e ainda ao tipo de perfil:

> «no adro desta igreja, aonde era o frontespicio da outra que se demolio, esta hua torre quadrangular com hu pequeno sino, mas com disposição para quatro maiores, que da parte do Norte, e do Occidente se sustenta sobre arcos de cantaria, a abobada de tijollo, de que era tambem a da capella mor e collateraes; mas já ameaça ruina ao Poente por hua brecha que tem haverá muitos annos de alto a baixo[857]».

Os arcos referidos são apontados e a abobadada cobertura interior seria reforçada com o lançamento de dois arcos de cruzaria. Em 1795, por iniciativa do Cabido, levaram-se a efeito várias obras na igreja de Castro de Avelãs. Em Março registava-se mesmo o pagamento «ao mestre canteiro de Cabeça Boa (Bragança) de seis moedas (28.800 réis) para dar principio[858]» à empreitada. A omissão do nome do arrematante não impede que se coloque a hipótese de se tratar de António Fernandes, canteiro muito operoso na parte final do século.

Desde Março de 1795 que se conhecem várias notas de pagamentos pelo seu trabalho em Castro de Avelãs, a maior das quais respeitava a Setembro, num valor de 110.570 réis. Na altura, com várias obras a correr,

---

[856] FERNANDES, Hirondino da Paixão - *ob. cit.*, vol. III, nº 1, 1983, p. 223
[857] FERNANDES, Hirondino da Paixão - *ob. cit.*, vol. III, nº 1, 1983, p. 224

afirmava-se «falta(r) o campanario[859]». Ainda em Setembro, pagavam-se ao canteiro António Fernandes «para cortar a cantaria para o campanario, e carretos[860]» 6.000 réis. Mas em Novembro, o reverendo fabriqueiro do Cabido, Manuel Doutel de Figueiredo Sarmento, frisava ter entregue «mais ao mestre de Crasto por ajuste de contas do campanario[861]» a quantia de 12.260 réis. Embora saibamos que a empreitada não tinha terminado, as fontes silenciaram a intervenção na torre, estrutura que o fabriqueiro sempre denominou como campanário.

Só mais tarde a mão do mesmo fabriqueiro testemunharia, em breves linhas, nova intervenção:

> «dispendi com as geiras dos pedreiros que baixarão a torre de Castro de Avelans, e fazer os cunhais no portal do adro 7.280 (réis)[862]».

O momento desta intervenção não se pode estabecer com rigor. Mas o facto desta nota ter sido imediatamente antecedida do pagamento à fábrica da igreja de Nogueira de valores respeitantes ao período entre 1808 e 1811 permite concluir que a diminuição da altura da torre da paroquial de S. Bento não ocorreu antes desta era. Provavelmente, a evolução da fractura a que o padre Domingos Fernandes da Costa aludia em 1758, poderá ter sido um dos motivos que determinaram esta decisão.

Relativamente aos sinos desta igreja, refira-se o pagamento, em 1693, ao «sineiro de Duas Igrejas pello sino que fes para Castro de Avelans[863]» de 10.800 réis. Pelo Natal de 1791, o reverendo Manuel de Figueiredo Sarmento, escrevia a seguinte memória:

---

[858] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 22, *Livro da fábrica das igrejas*, fl. 4v.
[859] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 22, *Livro da fábrica das igrejas*, fl. 5
[860] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 22, *Livro da fábrica das igrejas*, fl. 5 v
[861] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 22, *Livro da fábrica das igrejas*, fl. 5 v
[862] A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 22, *Livro da fábrica das igrejas*, fl. 34
[863] A.D.B., Cabido, Cx. 4, Lv. 21 A (1693-1697), *Livro das contas das fábricas das igrejas das prebendas da Mesa Capitular*, fl. 9

«do feitio do sino para Crasto que pezou cinco arrobas e meia e onze arrates dei ao Senhor (Cónego) Quintela 7.450 réis; mais tinha dado para levar o metal para Vila Nova, e por o pezar na Alfandega 380[864]».

Do ano seguinte datam as seguintes verbas:

«por compor os ferros do sino de Crasto, e algum ferro que levarão dei ao mestre ferreiro 3500 (réis); ao mestre carpinteiro para fazer a cabeça do sino para Crasto 1.200[865]».

As memórias paroquiais referentes à paroquial de Bouçoães, do padroado real e com o Conde de Atouguia como donatário, mostram que esta igreja também tinha uma torre independente. Afastada da povoação, tinha a Senhora da Ribeira como orago e altares dedicados à Senhora do Rosário e a S. Sebastião. O Santíssimo guardava-se na aldeia, no sacrário da capela de Santa Maria Madalena.

Ao abade António Xavier Fernandes devem-se também as notícias (13 de Abril de 1758) referentes a:

«hua torre á antiga afastada da igreja á parte do Sul com dous sinos[866]».

Outro documento, datado de 1721, tratando igualmente da paróquia, pode esclarecer o sentido da expressão «à antiga»:

«(a) torre dos sinos dizem fora feita por os romanos, e que hum cappitam delles estava interrado em hua sepultura que esta nas costas da capella mor com as letras seguintes *O ALOV*[867]».

---

[864] A.D.B. Cabido, Cx. 5, Lv. 22, *Livro das fabricas das igrejas*, fl. 2

[865] A.D.B. Cabido, Cx. 5, Lv. 22, *Livro das fabricas das igrejas*, fl. 2v. Rafael Bluteau, ao esclarecer o significado da palavra *Porca* mostrava o campo de intervenção destes ofícios: «Porca do sino he o madeiro, do meio do qual está pendendo o sino, e com um movimento o sino se abala, e tange, Leva a porca as aldrabas de ferro, e os gatos, com que se aperta o sino, o qual anda sojugado com duas cunhas em cima. Braços da porca se chamão as suas duas extremidades e os ferros, que andão nella, para fazer tanger o sino, lhes chamão *segonhas*, que tambem as vezes são de pao». BLUTEAU, Rafael - *ob. cit.*, Tomo VI, Lisboa, Na Officina de Pascoal da Silva, 1720, p. 615

[866] A.N.T.T., *Bouçoaes*, in «Diccionario geographico», vol. 7, fl. 1075

[867] MATOS, José Botelho e outros - *Documentos varios para a historia ecclesiastica do bispado de Miranda*, B.N.L., COD. 154, fl. 57

A fertilidade do solo ou a posição geográfica permitiram que a Quinta de Lampaça se transformasse na povoação com o último nome. Pouco afastada da aldeia, no interior de um antigo castro, edificou-se a matriz, inicialmente dedicada à Senhora da Ribeira e, depois, à Senhora das Candeias.

Na simplicidade da sua factura, o templo é constituído por dois volumes, limpos e com cobertura de duas águas. A capela-mor é mais estreita e mais alta que o alongado corpo, onde se resistiu ao vazamento dos muros para aberturas de iluminação. No frontespício, de empenas rectas, apenas se rasgou a porta principal, com arco apontado. Junto da cabeceira, para o ponto cardeal Sul, levantar-se-ia uma torre em que o carácter maciço decorre das fiadas de blocos graníticos usadas na construção.

Uma única abertura, com elementos ciclópicos e sólidas impostas , permitia o acesso ao interior onde escadas de madeira, apoiadas em pedras salientes, auxiliavam o sineiro de serviço a subir até às campanas.

Não era muito diferente o figurino da matriz de S. João, em Castanheira, povoação também designada por Cimo de Vila, cabeça de uma comenda da Ordem de Cristo que tinha (1743) D. Miguel Luís de Meneses, Conde de Valadares, por comendador. Ao contrário da de Castro de Avelãs, construída no exterior do adro mas voltada para a fachada principal, a torre de S. João foi levantada nas proximidades da cabeceira, para Norte. Como a igreja do antigo instituto beneditino também a matriz de S. João se filia na corrente românica, embora a gramática artística as aproxime de distintos grupos linguísticos. No entanto, apesar da fixação do carácter românico, na igreja de S. João inscrever-se-iam outras preocupações, como aquelas que ditaram o alargamento do vão dos lumes para alterarem a ambiência interior.

No tombo da comenda, lavrado em 1743 pelo Doutor Evangelista Sarmento, escrevia-se:

«esta igreja como dito fica em hum alto e sendo vista por elle juis e imformação [sic] de homens velhos e figuras varias que se achão de bulto em as paredes della que esta dita igreja antiquissima e ficou do tempo dos mouros por aver tambem o pe dela vestigios de huma forteficação deles em cujo alto esta a ermeda de S. Sebastião[868] e junto ao adro desta igreja (de S. João) huma torre de sinos tudo de pedra de cantaria[869]».

Poucos anos depois (1758), o cura, Francisco Fernandes, esclarecia:

«esta igreja (do lugar de Cimo de Vila do Vale da Castanheira) esta muito forte de paredes e toda a roda cornijada de varias figuras com capacidade bastante com sua torre esta quazi arruinada a igreja, e tem dois sinos[870]».

A importância social desta igreja retratava-se ainda na descrição do tombo da comenda, particularmente, quando se declarava:

«a esta igreja vinhão a missa de duas e tres legoas e avia cazas onde de vespera dos dias de pereceito vinhão pouzar os que de longe vinhão de que achou geral tradição e que ainda se conserva huma esmola de pão e vinho que deixou se dese na dita igreja a pobres em dia de Natal de cada hum anno huma molher que faleceo em a quenta de Lampaça que hoje he Abbadia de Bouçoaes [...] e consta a deixou para os necesitados que de longe vinhão a misa[871]».

À semelhança da de Lampaça, a torre de S. João perfila-se como um robusto paralelipípedo em que os seus paramentos apenas são animados pela sobreposição de fiadas graníticas. No patamar dos sinos, as aberturas são menos pronunciadas do que na torre daquela igreja paroquial. Uma breve

---

[868] Sobre esta ermida, informava-se nas «memórias paroquiais»: «há em hum alto huma capella do martir Sam Sebastiam que esta antiguamente foi igreja grande há annos se mandou reformar esta capella, e em parte do corpo da igreja ficou hum cabbido com parede, e suas colunas sobre a mesma parede aonde se recolhe a gente para ouvir missa no dia em que se celebra a festa do dito santo [...] esta capella fica defronte da igreja matriz trezentos passos». A.N.T.T., *Castanheira*, in «Diccionario geographico», vol. 11, fl. 2251

[869] A.N.T.T., *S. João da Castanheira*, Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, fl. 7v

[870] A.N.T.T., *Castanheira*, in «Diccionario geographico», vol. 11, fl. 2249

[871] A.N.T.T., *S. João da Castanheira*, Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, fl. 7v

escadaria permite vencer o desvão exterior e penetrar no interior onde pedras salientes relativamente ao plano dos muros são indicadores da função de apoio a escadas de madeira.

Aliás, estes elementos salientes tiveram larga fortuna, dado que funcionaram até muito tarde como encosto de escadas amovíveis que permitiam subir aos campanários. Ainda nos nossos dias é elevado o número de templos onde este elementos, geralmente posicionados, em altura, junto de um dos cunhais, se conservam.

Também no campanário/torre da igreja matriz de Edral (Vinhais) permanece o esteio de uma escada de mão. Tipologicamente, esta construção carece de alguns elementos e da organização construtiva de uma torre. Na verdade, independentemente das características das plantas, dos paramentos, dos vãos, dos tipos de coberturas e da densidade ornamental, as torres definem-se quase sempre como construções em que os muros vedam espaços interiores sobrepostos, articulados por uma escadaria de feição mais ou menos elaborada. Ou seja, a marcação de níveis resulta da marcação em andares e de um aproveitamento do vazio interior.

Tal organização não se considerou em Edroso. Embebida no muro exterior do adro, a estrutura sineira desta paroquial configura-se em dois corpos: o primeiro é um volume maçiço com cunhais bem marcados nas superfícies que olham a igreja; sobre estes, edificou-se um corpo superior, estruturado em dois vãos para os sinos. Uma cruz enquadrada por um par de elementos retorcidos servem de remate à composição, frequentemente vista nos prospectos principais das igrejas.

De acordo com a versão de informadores locais, o modelo da sineira de Edral não devia ser muito diferente da que pontificava no adro da igreja de Santa Maria Madalena, em Curopos onde uma construção maçiça sustentava e alteava o corpo onde podia oscilar um único sino. Em 1938, a sineira sofreria alterações que modificaram profundamente tanto a configuração

arquitectónica como o seu posicionamento. Destruído o primeiro corpo, salvar-se-ia a estrutura onde se alça o sino, a qual seria aplicada em novo volume, dotado com um lanço de escadas, adossado a um dos alçados laterais na zona de separação da cabeceira com o corpo da matriz.

Também no adro da igreja de Prada ainda se conserva a torre-campanário, a partir do qual, outrora, as vozes dos sinos levavam às extensões da geografia os sinais de um quotidiano pautado pelo trabalho, pela festa e pelas várias sombras que, nos planos individual ou colectivo, afligiam os membros das comunidades. Delineada na linha da elementaridade arquitectónica que geralmente caracteriza a arquitectura popular, a sua construção não apresenta elementos substancialmente diversos dos já vistos na sineira da matriz de Edral.

6.1.2.3 Uma torre num ângulo da frontaria

Os desenhos de Duarte d'Armas, ao permitirem a visualização do modo como se organizavam algumas das construções civis, militares e religiosas de um número apreciável de vilas e cidades de Portugal, constituem testemunhos de reconhecida importância. Interessando-nos primordialmente as edificações religiosas, socorremo-nos das panorâmicas da cidade de Bragança, onde a par com a estrutura em dois corpos do mosteiro dos frades menores, cuja solidez apenas dava lugar ao vão para uma única sineira, também se evidenciam a torre de S. Benedito e a torre da igreja paroquial de S. João Baptista. No espaço da cidadela, onde se implantou a matriz de Santa Maria, apenas são visíveis dois campanários, um dos quais devia respeitar a esta igreja paroquial.

A torre de S. Benedito, situada nas proximidades de S. Vicente, igreja que também integra um torre, configura-se como uma estrutura de função militar. Desprovida de ameias, a torre, de planta quadrangular, seria

complementada por um pano fortificado, com ameias e merlões e onde se vazou uma entrada de arco redondo. Um volume onde se recortam os perfis de duas campanas coroava o elemento prismático. Tal como a devoção tributada a este santo, as notícias relativas a esta construção são muito escassas. No entanto, a hipótese de se tratar da adaptação a novas funções de uma antiga linha de muralha onde, quiçá, se abria uma das entradas da cidade, não deve ser afastada. Nesta linha de orientação, a devoção prestada a S. Benito podia resultar do facto da porta desta urbe estar submetida à sua protecção.

A pouca distância, em frente ao terreiro onde depois se levantariam as instalações das freiras beneditinas, situava-se a igreja de S. João, cuja torre altaneira dominava a totalidade do tecido ubano que tinha recusado o aperto das muralhas do castelo. De planta quadrangular, as duas faces visíveis apenas consentiram duas estreitas frestas antes de terminarem em vãos rectangulares, onde não se representaram sinos, que recordam o formato das ameias e dos merlões. Aparentemente, apenas a cobertura, alta e aguçada, parece negar a filiação medieval desta construção, onde os laços de parentesco com torres como as de Lampaça e de S. João de Cimo de Vila parecem evidentes.

Os sucessos factuais relacionados com as campanhas de obras efectuadas na matriz de Santa Maria são mal conhecidos. É, no entanto, provável que a torre que sublinha o seu prospecto principal se enquadre no mesmo conjunto de preocupações que determinaram a construção do pórtico quando as luzes de seiscentos se apagavam e se iniciava nova centúria. Deixando de lado duas janelas-nichos que participam do programa de enquadramento arquitectónico do portal, a torre não patenteia quaisquer elementos susceptíveis de revelarem a sua identidade artística. De facto, nem os paramentos, lisos, caiados e sem cunhais vincados, nem as aberturas, sejam de iluminação, sejam os vãos dos sinos, um por face, ostentam sinais que indiciem a valorização de quaisquer elementos artísticos.

Interiormente, a sua base é ocupada pelo baptistério, sendo a sua entrada monumentalizada com um frontão redondo. O rasgamento da parte superior da porta, de duas folhas, permitiu a aplicação de balaústres torneados para intensificar o arejamento e melhorar a iluminação deste espaço que uma diminuta janela lateral complementava. Em consequência, o acesso aos sinos ficou dependente da abertura, no plano do coro, de uma porta para a torre.

O exemplo de Santa Maria mostra que algumas vezes o piso térreo das torres não era ocupado pela caixa da escadaria. Sob este ponto de vista, interessa vincar o caso da matriz de Algoso já que num «titullo de demarquação da igreja desta matriz desta villa», lavrado em 1684, se dava conta de «hua caza de simiterio que esta no baixo na torre[872]». No mesmo documento, declarava-se também a existência de:

> «coro de madeira com hua janella resguardada para a parte do poente feita em crux hua torre com dois sinos hum relogio e a torre tem oito janellas grandes com seu simborio e hum sino mais piqueno que esta no telhado da igreja da parte do Norte[873]»

Actualmente a igreja não tem coro. Porém, a marcação interior de uma porta na torre, em posição elevada, mostra que aquele elemento foi considerado. Por outro lado, a perda da antiga função cemiterial, motivou a reorganização dos acessos, concretizada certamente durante a intervenção de que a torre foi objecto em data incerta. Na verdade, se a forma de cruz da janela que marca o eixo cardeal da frontaria não variou, o mesmo não se passou com a torre, já que as oito aberturas seriam reduzidas para as quatro actuais. Seccionada em três corpos pelas linhas das cornijas, os efeitos da verticalidade seriam valorizados pela decrescente largura dos cunhais, prolongados na secção terminal por pináculos esféricos. Estes partiam de plintos que também apoiavam a balaustrada do remate.

---

[872] A.D.B., Cx. 10, LV. 99, *Tombo de Algozo*, fl. 24
[873] A.D.B., Cx. 10, LV. 99, *Tombo de Algozo*, fl. 24

Ao contrário dos espécimes que temos estudado, na abadia de S. Cristóvão, em Vila Chã de Barciosa, a torre evidencia-se da planimetria da nave. Por isso a sua silhueta individualiza-se do alçado lateral e denuncia ainda um ligeiro recuo relativamente ao plano da frontaria.

Sob o ponto de vista arquitectónico, o seu volume atarracado segmentar-se-ia em dois corpos, com planos lisos, linhas secas e em que as possibilidades ornamentais se limitaram ao branqueamento do corpo da base e à exploração do singelo contraste que os vãos das aberturas sempre oferecem. Por sua vez, a cúpula da cobertura esconde-se nas teias da neutralidade.

Em 1736, o Doutor João de Sá Pereira, tomava medidas relativamente à torre da igreja da Senhora da Assunção, em Rebordãos, nomeadamente quando ordenou aos fregueses:

> «mandaram tirar o chapitel da torre por estar ameaçando ruina e cobriram a torre com telhas argamaçadas[874]».

Porém, os problemas não seriam completamente ultrapassados, dado que, dois anos depois, o cónego António Rodrigues de Sá, determinava:

> «por achar prejudicial a factura de derrubar a torre, ou seu capitel pois lhe há de custar mais aos freguezes a desfazella, do que a rehedificalla mando se concerte bem de modo que não chova nella[875]».

Outra disposição do abade de Travanca, reverendo Inácio Luís de Campos, produzida no dia de consoada de 1747, esclarecia:

> «o deixar chuver em hua igreja he cauza de grandes gastos pela damnificação de madeiramentos e das paredes se arruinarem, e como he hua grande parte deste inconveniente estarem abertos os buracos dos sinos, que não tem sinos mando se tapem de pedra, e cal, e como fica muito inconveniente não se poder tocar sino algum sem subir a

[874] Arquivo paroquial de Rebordãos, *Livro de registos de capítulos de visita e pastorais de Nossa Senhora da Assunção*, fl. 26
[875] Arquivo paroquial de Rebordãos, *Livro de registos de capítulos de visita e pastorais de Nossa Senhora da Assunção*, fls. 27-27v

torre se mudará o sino piqueno para o boraco que esta da parte do coro, e se lhe mandará por hua cadea que chegue ao menos athe o coro para poderem tocar a missa[876]».

Diferente solução guiou os construtores da torre da matriz de Mirandela que, em 1758, tinha «quatro sinos e hum zimborio muito elevado que tudo faz(ia) huma ademiravel prospectiva[877]», segundo a opinião avançada pelos seus reitor e cura.

Já na cobertura da paroquial de Santo Antão, em Vilarinho de Agrochão, aplicar-se-ia um coruchéu piramidal. Nesta igreja, a obra da torre seguiu-se à visita efectuada, em Dezembro de 1728, pelo reverendo Joaquim Lopes Vilas Boas, abade de Vale Benfeito e arcipreste de Mirandela. De facto, no livro onde se anotavam tais actos pode ler-se:

«querendo o reverendo abade fazer hua torre para os sinos dando lhe o povo os carretos da obra, e o custo que lhe fizer o tabernacolo para os sinos [...] mando se faça[878]».

Ao mesmo tempo também o apainelamento do tecto da igreja, obra já decidida em visita anterior, devia executar-se. Em 1730, o mesmo eclesiástico, decarou:

«os freguezes tenho muito que lhe louvar pela brevidade como tem dado comprimento a obra do tecto da igreja, e com o mesmo zelo espero continuem com mandar fazer hua porta para a torre, do corredor [sic], e que em o zimborio que fizeram para a mesma torre seja com sua esfera, e cruz a eleiçam do reverendo abade[879]».

Caiada e rebocada, depois de 1732, no alto da torre seria depois colocado um cata-vento dourado.

---

[876] Arquivo paroquial de Rebordãos, *Livro de registos de capítulos de visita e pastorais de Nossa Senhora da Assunção*, fl. 42
[877] A.N.T.T., *Mirandela*, in «Dicionario geographico», vol. 23, fl. 1037
[878] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 119, fl. 105v
[879] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 119, fl. 107

Apesar de construída num momento em que as novas edificações dificilmente podiam esquivar-se às influências da gramática do barroco, a torre da paroquial de Santo Antão, concebida em discreta ordenação, pautar-se-ia em dois corpos com alvas superfícies planas de esquinas vivas negando-se também a intromissão de todo o elemento que pudesse transformar-se em agente de animação. Daí que das resistências de algumas comunidades rurais em abraçarem um discurso arquitectónico inovador possa inferir-se o peso da sedimentação teórica que a doutrina tridentina exerceu sobre a arquitectura regional.

6.1.2.4 Torre no eixo da frontaria

Em Izeda, as orientações para se mudar a igreja de sítio suscitaram a divisão da população em dois partidos, um dos quais trabalhou para que este desiderato não se concretizasse. Dirimidos, em várias instâncias, os argumentos dos contendores, venceram as posições daqueles que acreditavam ser do interesse geral a construção de uma nova matriz. Por isso, em meados do século XVIII iniciar-se-iam os trabalhos da nova fábrica de que não se conhecem testemunhos que permitam seguir *pari passu* o seu desenvolvimento, circunstância que é extensiva às obras das paroquiais de Torre de D. Chama e de Macedo de Cavaleiros. Todavia, os nomes de João Fernandes e José da Veiga, mestres canteiros de Bragança, devem associar-se a esta obra, por a terem arrematado em Setembro de 1756, e ainda à comissão, presidida pelo Corregedor, Doutor António Luís Pargana, que no mesmo dia procedeu a uma vistoria na matriz velha para avaliar o seu estado[880].

Posicionada no eixo da fachada, da planta da torre apenas um dos lados se sobrepõe à parede do alçado principal. Esta organização não deixaria de ter

[880] A.N.T.T., Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Mç. 12, Cx. 14

consequências: por um lado, a estrutura prismática evidenciar-se-ia do plano da frontaria, datada[881] de 1757; por outro lado, o estatuto tradicional da torre modificar-se-ia, dado que o seu registo inferior foi configurado como um nártex onde se inscreveu o pórtico principal. Por si só, estas razões fazem de Santa Maria de Izeda um caso singular da arquitectura regional. Contudo, entre as soluções com peso na estruturação arquitectónica da sineira encontra-se o primeiro dos três andares. Trata-se de um corpo elevado que atinge a altura das cornijas do telhado e onde se recortam três arcadas com alto pé direito e impostas que têm continuidade nos cunhais.

A raíz deste esquema parece derivar da simplicidade dos alpendres e da valorização do seu carácter funcional. Porém, desta vez, a ambição construtiva estribou-se na criatividade, com laivos de erudição, juntando às características utilitárias o acento de uma volumetria ascencional que, ao dominar o prospecto principal origina um novo tipo de fachada.

A lição da torre de Santa Maria de Izeda parece ter tido eco na da matriz de S. Pedro em Macedo de Cavaleiros. Nas informações que em Agosto de 1721 o reverendo José Botelho de Matos organizou para a Academia Real da História a igreja de S. Pedro mereceu particular atenção. No entanto, pelo conjunto de referências, acreditamos que, na ocasião, a igreja ainda não tinha torre. Também em 1758 o reitor, Aleixo Borges de Carvalho, entre outras notícias, afirmava ter a igreja «duas naves e frontespicio[882]». As «duas naves», como já vimos, deviam corresponder às águas da cobertura. Porém, o termo «frontespício» parece ser de tal modo abrangente que incluía a espadana do tradicional campanário.

---

[881] Apesar de se tratar de um processo conflituoso, a data de 1757 deve corresponder ao início das obras da nova igreja. Esta conclusão pode extrair-se também do testemunho do reitor, João Gonçalves: «no terremoto não padeceo ruina algua somente a igreja matris por estar já muito antiquada correo o forro cousa de hum palmo para o arco da capella mor, e com effeito cahio em o mês de Setembro do anno de 1757 e por esta rezão o ordenario com consensso da maior parte do povo determinou se fizesse (a nova matriz) em o meio do povo». A.N.T.T., *Izeda sua discrição*, in «Diccionario geographico», vol. 18, fl. 345; RODRIGUES, Luís Alexandre - *A vila de Izeda em meados do século XVIII. Notícias da construção da nova matriz* (No prelo)

Em todo o caso, reformas posteriores dotaram a igreja com uma torre dividida em dois corpos com os ângulos robustecidos por cunhais que apoiam as linhas das cornijas. No último andar, evidenciam-se as gárgulas de canhão e os remates piramidais com bola. O seu volume que, em relação ao corpo inferior, diminuiu a envergadura, recolhe-se ligeiramente, deixando abrir em cada uma das suas quatro caras o espaço para uma campana sendo as jambas e arco da abertura moldurados.

O corpo inferior, de grande altura, é percorrido na sua região média por uma banda que, no pano fronteiro se encurva para evidenciar a concavidade de um nicho concheado. Mais do que as aberturas, sem grande rasgo nem elementos que mereça a pena destacar, importa dar relevo à planta da base onde, à semelhança da obra de Izeda, as três faces salientes mostram aberturas de arco redondo que configuram a clausura que imediatamente antecede a espacialidade da nave.

Também a organização da frontaria da igreja da Senhora da Encarnação, em Torre de D. Chama, seria condicionada pela torre que ocupa o eixo cardeal. Mas, ao contrário das igrejas paroquiais de Izeda e de Macedo de Cavaleiros, o seu corpo, com arcadas na base, projecta-se no interior da planta da nave. Se um dos seus arcos se alinha pelo pórtico de entrada, facto que acentua a longitudinalidade planimétrica do templo, os restantes iniciam o caminho da caixa de escadas que também leva ao coro, formado sobre um monumental arco em asa de cesto, ou aconchegam, no lado do evangelho, a arrumação da pia baptismal, ou sublinham a coincidência com a entrada principal.

Sendo certo que o prospecto principal deste templo mostra um cronograma com a data de 1815, a verdade é que a inicitativa da obra respeita à última década do século XVIII. Por outro lado, se os elementos ondulantes do frontão e do remate da empena correspondem a citações datadas, também a

[882] A.N.T.T., *Macedo de Cavaleiros*, in «Diccionario geographico», vol. 22, fl. 57v

traça que informou a fachada da matriz de Vale Benfeito, datada de 1742, pode ter aqui algumas das suas referências básicas.

Note-se que na visita realizada em 1830, o arcediago de Mirandela, reverendo António José Vieira, determinou:

> «os moradores dentro em dois anos farão concluir o corpo da igreja sob pena de 100.000 réis de condenação aplicados para a mesma obra[883]».

Para o arranque da empreitada teve papel importante o padre Manuel de Carvalho Carneiro, abade da Torre de D. Chama, S. Mamede de Guide e suas anexas». Nos primeiros dias de Agosto de 1790 analisava-se em Lisboa uma sua petição em que afirmava gastar os rendimentos da igreja, num valor próximo de 4.000 cruzados, em benefício da mesma e na ajuda aos pobres. Na petição dirigida à rainha D. Maria, o abade Carneiro referia ainda que, desde a sua colação «as duas matrizes daquella villa, a mais antiga e principal somente durou hum anno [...] e cahio por terra, e a menos antiga, já com espeques inteiramente arruinada[884]». Reedificando a primeira desde os alicerces, à sua custa, via-se perante a impossibilidade suportar as despesas da matriz situada na vila. Por isso propunha o lançamento de um imposto sobre o vinho vendido nas tabernas e sobre a carne cortada nos açougues da vila e do seu concelho.

Arrastando-se no novelo da burocracia, o processo encontrava uma saída positiva em 1794, ano em que o provedor da comarca de Moncorvo, Manuel António Pinto de Escovar, mandou arrematar em praça pública a obra de pedraria da matriz, na forma do risco e apontamentos que para o efeito se tinham mandado fazer. Um mestre canteiro que vivia em Alvites (Mirandela), João António, «cantou» o lanço mais baixo que chegou a um conto e setecentos mil réis. Mas como em Outubro do mesmo ano se ordenava que a

---

[883] A.D.B., PRQ., Cx. 9, Lv. 83, s/fl.
[884] A.N.T.T., Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Mç. 268, Cx. 346

obra voltasse à praça para se entregar a quem «por menos (a) quizer rematar» ficamos na dúvida sobre o verdadeiro contributo do canteiro João António.

Contudo, importa assinalar que a obra do frontespício, tal como hoje a conhecemos, apresenta algumas diferenças relativamente à traça que terá servido no acto da arrematação. Esta não se distanciava do espírito da economia e por isso era menos monumentalizada mas, em todo o caso, submetia-se aos jogos caprichosos que a tradição borromínica também tinha inculcado na frontaria da Misericórdia de Bragança. Nas prumadas dos cunhais destaquem-se os perfis dos capitéis, enviesados de modo a continuarem harmoniosamente as linhas curvas de um frontão que, na região central, complica o seu desenvolvimento para terminar num arco conopial que esconde o arranque da torre. O mesmo espírito manifestar-se-ia nos frontões das janelas de avental que ladeiam o portal e no janelão elíptico que o sobrepuja.

Se internamente não se assinalam grandes diferenças entre o projecto inicial para a torre e a obra realizada, já o mesmo não se pode dizer da configuração exterior. Acima da linha da cornija manteve-se a divisão em dois andares. Porém, o discurso apresenta algumas diferenças, visíveis na complexidade e volume das cornijas e cunhais que separam e reforçam os dois registos, na diversidade dos contornos dos vãos dos sinos e no elemento de cobertura da torre, matéria esta em que um cónico zimbório se sobrepôs à opção inicial de uma cúpula bolbosa.

6.2 Campanários

Nas torres da sede episcopal projectava-se a autoridade do bispo. Mas os raros volumes prismáticos que dominavam os horizontes a partir das igrejas paroquiais repercutiam a mesma função simbólica, fazendo ecoar a

importância religiosa do pároco e o peso social e político que exercia sobre a comunidade. Por isso, no momento da colação, juntamente com a abertura do sacrário e outros procedimentos impostos pelo cerimonial, também o novo titular devia tocar os sinos.

Nesta perspectiva, empreender a construção de uma torre era sempre um sinal de poder e da posse ou controlo de rendimentos pingues. Compreendem-se assim os motivos que, nos distantes tempos medievais, perante a sumptuosidade da comunidade monacal de Cluny, levaram o abade Bernardo Claraval à recusa de tais excessos e a fundar a ordem de Cister. Nas novas edificações, sujeitas a regras mais rigorosas, não se permitiu a construção de torres, autorizando-se unicamente a existência de uma sineira cujo corpo não podia elevar-se muito acima do telhado[885].

Desconhecemos com exactidão até que ponto estas orientações se repercutiram nas nossas paróquias bem como a capacidade de persistência. Em todo o caso, as silhuetas de austeros campanários são uma das imagens de marca da arquitectura paroquial da diocese. Contudo, formas similares podem apreciar-se em Espanha, pelo menos na região confinante com a fronteira e ainda em França, nas zonas rurais do Centro e Midi[886].

O facto de jamais terem sobrado os cabedais e o modesto desenvolvimento volumétrico dos templos nas zonas rurais, muitas vezes condicionados pelas qualidades dos materias, são factores que apontam o entendimento de uma relação essencial de proporcionalidade entre todos os elementos do conjunto, também extensiva ao corpo dos sinos.

---

[885] KAISER, Wolfgang - *A arquitectura românica na Alemanha*, in «O românico. Arquitectura. Escultura. Pintura», Colónia, Konemann, 2000, p. 68

[886] CHAVENT, Martine e ROBINNE, Paul-Edouard - *L'esprit de clocher*, in «L'Architecture en représentation», Inventaire génèral des monuments et des richesses artistiques de la France, Paris, 1985, pp. 113-117. Destacamos: «le clocher-mur est un principe de construction simple, répetitif et économique, adopté dans les églises et les chapelles rurales, et largement représenté dans les campanhes du Centre et du Midi de la France [...]. Cette typologie d'architecture, qui semple remonter à lépoque romane, s'est maintenue avec une acuité particulière dans tout le Limousin».

O crescimento de uma torre implicava custos mais elevados e problemas construtivos que eram significativamente reduzidos quando se optava pela continuação de um dos muros que participava do sistema de clausura da própria igreja. Por outro lado, esta solução, não sendo restritiva, comportava a possibilidade do corpo dos sinos se poder individualizar relativamente à estrutura da frontaria.

Apesar da sua simplicidade, a duradoura fortuna dos corpos que sustentam as sineiras e a pequena atenção votada às torres explicar-se-ia também pela concentração das habitações e pela pequena dimensão das povoações. Deste modo, os sinais dos sinos facilmente eram audíveis por todos os fregueses.

No leque de potencialidades, não são desprezíveis os contributos para a acentuação da verticalidade das fachadas e para a submissão, em rigorosa simetria, de todos os elementos ao poder ordenador do seu eixo. A estas razões convém acrescentar ainda o papel arquitectónico do corpo dos sinos, enquanto elemento sistematicamente aplicado no coroamento das frontarias.

No entanto, embora à margem do domínio quase absoluto desta tendência, eram possíveis outras soluções. A matriz da Ribeirinha ainda hoje é dos raros exemplos em que a sineira, de um só vão, se levanta sobre o alçado lateral. Por outro lado, em 1736, quando o cónego Doutoral Francisco Xavier Aranha visitou a paroquial de S. Julião, em Vilar Seco de Lomba, ordenou a reedificação da capela de S. Lourenço, na Quinta anexa e lugar de Passos, estipulando o acrescentamento da sua planta, «de comprimento mais des palmos, e de largura mais sinquo palmos». Para o alçado principal, os apontamentos estabeleciam:

> «portal de boas pedras de cantaria, e da mesma cantaria serão as cantoneiras, e cunhaes da frontaria e da mesma cantaria sera a cornija e

frizo da frontaria sobre a porta a qual ira arrematar em hua bem feita crus da mesma cantaria sobre a porta[887]».

Em relação ao corpo para sustentar os sinos, determinava-se:

«o campanario se pora sobre hua das paredes do lado, qual melhor lhe ficar[888]».

Apresentando diversas configurações, também é variado o modo como as sineiras se articulam com o plano da fachada. Essencialmente com base nestes pressupostos, apontam-se algumas proposições expressas no sistema de classificação que se segue:

- sineiras de tipo arcaico;
- sineiras de corpo único, com um, dois ou três vãos. Registando-se a ausência de empenas também se valoriza a sua presença, bem como a sua configuração recta ou curva. Valorizam-se também os remates, horizontais, triangulares ou curvilíneos;
- sineiras com dois corpos. Os parâmetros anteriores continuam a ser essenciais para a classificação desta tipologia que, quase sempre, apresentam três vãos.

6.2.1 Sineiras de tipo arcaico

Em termos factuais, o historial dos templos associados a este ítem está por realizar. Assim, raros são os casos em que há condições objectivas para a seriação das intervenções de que foram alvo bem como de outras vicissitudes que, de algum modo, tenham tido consequências sobre a configuração física.

---

[887] Arquivo paroquial de Vilar Seco de Lomba, *Livro de registo de capítulos de visita e pastorais da igreja de S. Julião (1674-1706)*, fl. 55

[888] Arquivo paroquial de Vilar Seco de Lomba, *Livro de registo de capítulos de visita e pastorais da igreja de S. Julião (1674-1706)*, fl. 55

Algumas das edificações deste agrupamento ainda conservam cachorradas e, mais raramente, portais que afirmam as origens medievais. Todavia, outras, de que são exemplos as paroquiais de Urrós e de Fonte de Aldeia, podem pertencer já ao período moderno, embora apresentando laços de parentesco com modelos arquitectónicos eivados de forte arcaísmo.

Sobretudo, interessam-nos as fachadas das quais as sineiras são partes integrantes. De um modo geral, estas fachadas são uma espécie de écrans onde, por regra, só é possível assinalar os vãos da porta principal e dos sinos. Outra característica relaciona-se com o escalonamento do muro (Avelanoso, Malhadas, Vilar Seco, Constantim, Fonte de Aldeia), em resultado da sua espessura evoluir na proporção inversa ao seu crescimento, mas onde é patente o cuidado de se disfarçarem os ressaltos.

Deste modo, estamos perante volumes pouco espessos e com a face anterior a recortar-se como um rectângulo em cujo lado superior se enxertou o corpo dos sinos. Por norma, esta estrutura faz parte integrante do muro do frontespício, como se comprova pelos apoios laterais com disposição oblíqua. Por isso, aos corpos dos sinos falta-lhes o fulgor necessário para definirem uma identidade distinta.

Além dos agudos remates, estas estruturas caracterizam-se pelas aberturas destinadas a albergarem as sonoras campanas, as quais, sendo separadas por uma secção apilarada, escorrência axial do próprio muro, se apresentam com arco redondo sobre jambas aprumadas num conjunto em que se recusou a modelação plástica para não ferir a austera nudez do paramento enobrecido.

Nos limites definidos por estas características, as diferenças da sineira resultam fundamentalmente do número de vãos para os sinos: dois nas igrejas de Edroso, Abambres, Romeu Campo de Víboras, Avelanoso, Sicouro, Fonte de Aldeia, Duas Igrejas, Vilar Seco e Constantim; três, nas igrejas de Grijó de Parada, Malhadas, Azinhoso, Urrós e Alvites. Sobrepondo-se ao eixo vertical,

o vão da terceira sineira, relativamente pequeno, ocupa sempre a posição mais próxima ao último vértice da frontaria.

Nesta tipologia de templos, tanto as paroquiais de Urrós, de Azinhoso como a de Alvites contam-se entre os raros exemplos que, para facilitação da iluminação interior, mostram uma abertura no plano da fachada, rectangular nas duas primeiras e um óculo na matriz dedicada a S. Vicente. Mas, indiciando decisões dessincronizadas, em Santa Maria de Azinhoso sublinhe-se a singularidade do corpo dos sinos se desviar do alinhamento que disciplina o portal e a janela de quatro lumes com pinázios.

6.2.2 Sineiras de corpo único

Enquanto texto normativo, as Constituições Sinodais apontavam a necessidade de existir proporcionalidade entre o número de fregueses e a nave da igreja, de modo a que esta fosse suficiente para os acolher a todos. Desta pretensão decorria um certo sentido de equilíbrio pois não calhava bem a uma igreja pequena um corpo de sinos grandioso. Por outro lado, povoações com poucos moradores não se podiam abalançar a fábricas de vulto visto que, se por um lado o dinheiro não sobrava, por outro lado não eram muitos os braços para o trabalho das empeitadas.

6.2.2.1 Com um vão para um sino: empenas rectas; empenas curvas; cornijas

Nas povoações com população não muito numerosa não é raro que os templos apresentem uma pequena estrutura para suportar o único sino ou, como acontecia algumas vezes, somente uma garrida. Assim aconteceu na igreja de S. Brás, antiga paroquial da vila de Torre de D. Chama que, como

dissemos, foi completamente reconstruída a expensas do abade em finais do século XVIII.

Seguindo a regra geral, o corpo da sineira sobrepõe-se ao eixo do prospecto principal, projectando o muro em altura, a partir de um plano que corta horizontalmente o cume das águas do telhado. Esquema semelhante praticou-se nas paroquiais da Quadra, de Lama de Ouriço, de Sanfins, de Nuzedo Sub-Castelo, de Sobreiró de Cima e de S. Vicente da Raia. Contudo, nas duas últimas igrejas, dedicadas a S. Mateus e à Senhora da Natividade, a base onde se estriba o corpo da sineira faz parte de um plinto que, pelo seu relativo desenvolvimento, se evidencia das empenas rectas.

A esta família pertencem as igrejas de Valpaço, de Ferradosa e a de S. Sebastião, em Soutelo da Gamoeda. Em relação a este trio de igrejas, importa referir que a cornija que remata os alçados laterais se prolonga na fachada, correndo acima dos cunhais. Com a definição desta linha, quebra-se a unidade volumétrica dos frontespícios, dado que as respectivas superfícies são fraccionadas em dois corpos: um rectangular, onde se inscrevem o portal e as aberturas, complementado por um desenho aproxidamente trapezoidal que é rematado pela sineira.

Contudo, nas empenas destas igrejas manteve-se a preferência pela linha recta. Já nas paroquiais de Caravela e de Dine, encurvaram-se as empenas.

Por norma, o corpo destas sineiras é constituído por duas secções de pilares que sustentam um volume onde se afeiçoou um arco redondo. Na passagem deste elemento para os suportes, fingindo capitéis, perfila-se, geralmente, uma moldura com variável desenvolvimento. Em contraste com a frequente ocorrência de pináculos, a marcação ornamental é escassa, contando-se a matriz de Dine e a paroquial de Santo António, em Passos, no número das excepções em virtude do corpos das respectivas sineiras serem flanqueados por gordos enrolamentos.

6.2.2.2 Com dois vãos

Esta categoria engloba as sineiras com capacidade para dois sinos. Nesta tipologia, as características que acompanhavam as estruturas dotadas de um único vão mantêm-se. Porém, o modo de rematar os corpos das sineiras, ao ser objecto de interpretações diversificadas, reforça as possibilidades de se constituírem subunidades de que se explicitam os caracteres distintivos.

6.2.2.2.1 Remate horizontal; sem empenas

A matriz de Vilarinho de Cova de Lua é uma das poucas igrejas do bispado com a frontaria completamente rebocada e caiada, em vivo contraste com a epiderme granítica que reveste algumas fachadas. Relativamente às últimas é bom exemplo a da matriz de Vale de Porco, a qual se filia na linhagem das paroquiais de Valcerto, S. Martinho do Peso e Castelo Branco (Mogadouro). Nestes edifícios sagrados, o corpo das sineiras forma um volume compacto que ocupa quase toda a largura da frontarias. Por outro lado, a ausência de empenas vinca a pureza geométrica das duas figuras que, em Vale de Porco, são articuladas pelo cordão moldurado da cornija que percorre a fachada.

Embora pertencendo à mesma família, na paroquial de Babe fez-se passar a linha da cornija pelo vértice superior do frontão triangular, e as linhas verticais das pilastras dos ângulos continuaram pelos elementos piramidais rematados com bolas, pousados num par de robustos blocos que guardam a figura escalonada, que serve de base ao corpo de uma sineira erguida no respeito rigoroso pelo estatismo.

6.2.2.2.1.1 Remate horizontal: empenas rectas; sem cornija

As paroquiais de Alvarelhos, Bobadela, Travancas, Roriz e Seixas constituem bons exemplos de igrejas com sineiras de remate horizontal e que continuam uma fachada de empenas rectas e em que o paramento não foi dividido pela passagem, entre um e outro cunhal, da linha definida pela cornija. Apesar das diferentes concepções que os respectivos portais expressam, especialmente assinaladas pela presença do arco redondo ou do lintel, em todas estas fábricas, de volumetria despretensiosa, a severidade arquitectónica é avassaladora.

Contudo, se estas qualidades podem ser comprovadas em grau quase semelhante nas igrejas de Castrelos, Vale de Janeiro e Vale das Fontes, na de Lamalonga ensaia-se, ainda que sem grande convicção, o apainelamento das três secções de pilares da espadana.

As paroquiais de Espinhosela, de Alfaião e de Sendas reafirmam o emprego, na construção destes corpos, da pedra de cantaria, depois de escodada pela mão calosa do canteiro. A este sinal de importância, acrescente-se que raramente a espadana e os cunhais eram caiados para, assim, se destacar a textura do granito no confronto com a película leitosa que revestia os paramentos. Na matriz de S. Martinho, em Alfaião, sublinharam-se os vãos dos sinos com a marcação nas jambas e no arco de uma moldura lisa que também percorreu os ângulos da espadana. Prática idêntica levou-se a efeito na igreja de S. Pedro, em Sendas, onde a base dos pilares se alargou para poderem sugerir os volumes fugidios de duas volutas. Alargando-se à matriz de Martim, esta solução não teria eco no corpo dos sinos da igreja de S. Pedro Velho, apesar da expressiva vontade que recamou a sua fachada.

6.2.2.2.1.2 Remate horizontal: empenas rectas; com cornija

As práticas arquitectónicas e concepções artísticas que enformam os elementos deste subconjunto não diferem significativamente das que guiaram as obras do agrupamento anterior. A única variação de monta decorre dos efeitos exercidos pela cornija sobre a frontaria, visto que os contributos para aumentar a resistência do muro frontal aos impulsos da tracção, também redefine a geometria da fachada por gerar uma figura que pede o contributo da sineira para um coroamento equilibrado da composição.

A constância do figurino arquitectónico seria acompanhada, mais do que da austeridade, pela recusa do ornamento. Assim o comprovam as igrejas de Fradizela, de Vale de Salgueiro, de Rebordelo e de Soutilha, embora o engenho de mestre Estevão, pelos anos de 1737, tenha aberto a excepção, ao lavrar almofadados nos pilares e redondear os arcos com incisões paralelas. No entanto, apesar da patente nudez das superfícies, valorize-se o processo de construção do corpo dos sinos, o qual, para ser dotado de estabilidade própria, era moldado pedra a pedra e armado como se de um *puzzle* se tratasse.

6.2.2.2.1.3 Remate horizontal: empenas curvas; sem cornija

O encurvamento das empenas parece reflectir o avanço de alguns ideais estéticos do barroco e o modo como eram entendidos e interpretados quer pelos encomendadores quer pelos práticos que, nas zonas rurais, iam dando resposta às empreitadas, frequentemente impostas pelos visitadores.

Mas, como é sabido, os que instauravam modelos dinâmicos e se pautavam pelas páginas de tratados ou por gravuras avulsas, faziam depender as orientações artísticas, e as artes da natureza dos espaços. Ou seja, os valores da ordem arquitectónica, da proporção e o desenho cuidado que guiavam a fábrica das máquinas retabulares e a força plástica da obra de pincel,

dominando e hierarquizando os interiores, não tinham continuidade quando se passava para o exterior.

De alguma maneira, este comportamento dúplice era propositado porque decorria dos princípios doutrinários, amplificados pelos pregadores franciscanos que do alto dos púlpitos ensinavam que o ornamento exterior, sendo sinal da vaidade mundana, não podia embaraçar a riqueza interior, receptáculo natural da espiritualidade e veículo da salvação.

Nesta linha de orientação, o prospecto das igrejas de Vilar do Monte, de Lebução, de Vale Prados Grande (Macedo de Cavaleiros) e até a de Faílde, propagandeavam o despojamento decorativo e anunciavam um titubeante entendimento no que respeita à animação dos alçados. Se na igreja de Avantos as empenas alardeiam o balanço curvilíneo do novo gosto, será mais para a parte finissecular que os templos do Parâmio e principalmente nos de Vale de Gouvinhas e de Vale de Telhas, estes na mesma linha gramátical do primeiro risco para a matriz da Torre de D. Chama, darão mostras dos valores instaurados pelo inconformismo das linhas ondulantes, logo refreados na Senhora da Assunção de Carragosa.

Todavia, sob o ponto de vista formal, as espadanas dos sinos conservavam as estruturas modestas enquanto, em matéria ornamental, continuavam imunes a qualquer contágio inovador.

6.2.2.2.1.4 Remate horizontal: empenas curvas; com cornija

Tais resistências, mantêm-se na organização dos volumes das sineiras e na organização dos elementos que integram as frontarias onde a linha da cornija joga os efeitos já descritos. Porém, a aplicação deste fio moldurado parece andar associada às aspirações colectivas de engrandecimento dos

templos, sistematizadas no desejo de realização da *firmitas* vitruviana e no esboço exterior da noção operatória de *venustas*.

Por isso, o derradeiro propósito, ainda que com enorme timidez, imprimir-se-ia em ornatos levemente relevados na sineira de S. Miguel de Fermentãos, onde se recuperam os ornatos de pendor geométrico para o revestimento dos pilares e se finge o encorpamento das arcadas com a marcação das aduelas. Séries de elementos enrolados, ao encostarem-se às jambas das espadanas estreitam os laços de parentesco tipológico entre os edifícios sagrados de Paçó (Vinhais), Ouzilhão, Gostei e Vilar de Lomba.

6.2.2.2.2 Remate triangular; sem empenas

Desta categoria é exemplo a sineira da igreja mogadourense de Tó, cuja espadana se articula com um volume austero e compacto de que constitui o coroamento. Contudo, o seu corpo, singularizando-se pelo remate agudo, não mostra elemento algum que possa concorrer com os efeitos da secura de linhas e das superfícies lisas. Também na matriz de S. Pedro, perto de Bragança, em resultado da aplicação de um corpo que abrange quase toda a largura da nave, se dispensaram as empenas. Aqui balançam dois sinos em vãos relativamente altos. Um volume triangular, moldurado no seu perímetro, encima a sineira e projecta o sentido ascencional desta frontaria.

6.2.2.2.2.1 Remate triangular; empenas rectas

Na igreja de S. Gens, em Parada, o portal de arco apontado e a orla de elementos esféricos indicia o arcaísmo desta construção que, sem embargo, foi cenário de reformulações sucessivas. Tratando-se de uma igreja de três naves,

a alvura do corpo central eviencia o seu plano relativamente às construções implantadas a um e outro lado. Um singelo fio de sombra, ao interromper por instantes a mancha branca da cal, marca a transição do plano facial para o corpo onde se vazaram duas aberturas para as sineiras. Pela nudez das superfícies, esta espadana permite uma aproximação à matriz de Sesulfe e até à de Sacoias, ressalvados o desigual percurso das oblíquas que acompanham as águas do telhado e o ligeiro escalonamento das vertentes que rematam o campanário da última igreja.

Repetindo procedimentos já vistos, nas espadanas das igrejas de Conlelas, Carrapatas e Genísio simula-se a pretensão do movimento pela colagem nas respectivas ilhargas de formas serpentinadas. Devendo-se à mesma mão que riscou a de S. Pedro da Silva, a espadana de Genísio apresenta um tímpano com contornos bem definidos, circunstância que também se regista em Conlelas e Serapicos.

Nas igrejas de Samil e Coelhoso, com rasgos esguios e onde se repetem os arcos de volta inteira, optar-se-ia por se assinalar o remate triangular mas diminuindo a amplitude das respectivas flechas.

6.2.2.2.2.2 Remate triangular; empenas curvas

Independentemente das incidências da organização planimétrica sobre a volumetria e do diferente recorte do pórtico principal, a frontaria da paroquial de Palácios não apresenta diferenças importantes quando comparada com o corpo central da matriz de Parada. Sendo possível estender os laços de parentesco às sineiras, sobram os ângulos superiores do corpo da frontaria de Palácios, onde as empenas se encurvaram. De resto, esta circunstância nem sempre se explicitou claramente, como se constata na elaborada frontaria da matriz de S. Pedro da Silva, agregada pelos anos de

1785 a um corpo medieval. Em todo o caso, a sua sineira serviu de modelo à de Genísio que deve ser de 1792, altura em que se reformulou a fachada.

O desenho curvo da empenas das igrejas de Alimonde e de Tinhela não oferece as dúvidas que se colocam na paroquial de Quintanilha. Com excepção do curto ressalto formado pela banda que, nos vãos dos sinos, assinala a transição do pilar para o arco, na espadana daquele templo eliminou-se todo o elemento ornamental, e o seu tímpano teve um tratamento semelhante ao de um muro. Rejeitando tais procedimentos, em Tinhela e Quintanilha as molduras regressaram ao corpo das sineiras e, nas de Vale de Frades e de S. Martinho de Angueira, estabeleceram os limites do frontão.

6.2.2.2.3 Remate curvilíneo; empenas rectas

Pela organização da estrutura, as espadanas dos edifícios sagrados que integram esta categoria de templos não apresentam características particulares que as distingam das demais. A única diferença de monta relaciona-se com as soluções do coroamento. Assim, estamos perante corpos de sineiras de formato rectangular em que os lados menores se implantam na prumada do paramento facial e os maiores têm a particularidade de serem moldurados; destes, um serve como base enquantro o outro serve de plataforma ao desenvolvimento arquitectónico do coroamento.

Os pináculos que pontificam nas extremidades deste plano balizam volumes de desenvolvimento heterogéneo, por vezes quase incipiente, e contornos ondulantes. Quase sempre se trata de um par de volutas organizadas de modo a acentuar a verticalidade, como nas paroquiais de Santa Valha e Amendoeira, ou reduzindo essa possibilidade, como em Cernadela ou Vilarinho de Agrochão. A primeira solução, ao proporcionar o vazamento do volume do remate, obrigou a um maior apuramento na elaboração dos

movimentados enrolamentos que também constituem a base para a colocação da cruz, como nas paroquiais de Guide e de Agrochão.

Em 1730, a população de Vilarinho de Agrochão via praticamente concluída a obra da torre da matriz, iniciada pouco antes. É provável que os sinos tivessem sido deslocados da espadana para a nova estrutura e os vãos da sineira inicial adaptados, como actualmente, a nichos, onde se alojavam algumas imagens. De facto, na mesma ocasião (1732) em que o visitador louvava a obra da torre também enaltecia o abade pelo cuidado que teve:

> «em mandar vir as imagens de Sam Pedro e Sam Paulo e a de Santo Antam do frontespicio da igreja [...] pois não sendo obrigado tudo fez a sua custa[889]».

Não sendo abundantes as obras de imaginária que ocupam os nichos das frontarias sempre se podem contar algumas figuras de santos lavradas em pedra. Mais raras são as fabricadas em barro cozido como a encomenda a que se alude e de que se omitiu a autoria e oficina. Note-se, no entanto, que a relativa proximidade de Braga, em cujo aro o Mosteiro de Tibães se afirmara como relevante «centro produtor de obras de escultura em barro cozido[890]» que irradiavam pela região setentrional do país, é uma hipótese de proveniência que não deve ser descartada.

Assim, satisfeita a encomenda, perante a ausência de nichos na fachada desta paroquial é mais que provável que a desactivada sineira passasse a cumprir nova função.

---

[889] A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 119, fl. 109v

[890] Neste campo evidencie-se a importância dos barristas de Alcobaça e o nome de Frei Cipriano da Cruz, autor do S. João baptista do Fontanário do Páteo dos Carros de Tibães. VASCONCELOS, Flórido de - *Notas sobre estatuária nortenha em barro cozido*, in «MVSEU», IV Série, nº 1, 1993, p. 16. Em Cyrillo colhem-se informações sobre a capacidade e conhecimentos técnicos de modelação do padre Inácio da Piedade e Vasconcelos. MACHADO,

6.2.2.2.3.1 Remate curvilíneo; empenas curvas e cornija

Dando continuidade a procedimentos relativamente correntes, a igreja de Santo André, em Meixedo, patenteia no seu prospecto de cerimónia empenas curvas que ligam a base do corpo da sineira aos plintos e elementos esféricos que, alinhando-se na primada dos cunhais, pontuam as extremidades da cornija que fracciona a cara do templo. Na sineira, propriamente dita, destaque-se o remate curvo o qual, não transportando inovações estéticas, se pode emparelhar com as soluções postas em prática nas paroquiais de Santa Valha e de Amendoeira.

Mantendo a ondulação das empenas e a linha da cornija na fachada, a paroquial de S. João, em Fontes Transbaceiro afirma-se como um exemplo diferenciado por solucionar o remate do corpo da sineira com uma ondulação de forma peraltada.

6.2.2.3 Com três vãos

6.2.2.3.1 Remate triangular; sem empenas

Configurando-se como um vasto écran, a frontaria da igreja de S. Pedro, em Sendim, seria rematada por um corpo onde podem soar três sinos. Como sempre, a campana de cota mais elevada posiciona-se no eixo da frontaria e o seu vão é menor do que os do par que dominam o corpo da sineira.

Do sentido de equilíbrio das massas decorreu algum comedimento na expansão volumétrica da sineira, cujo plano frontal recusou a tentação de ocupar integralmente a largura da frontaria que seria impulsionada

---

Cyrillo Volkmar - *Collecção de memorias relativas as vidas dos pintores e escultores, architetos, e gravadores portuguezes*, Lisboa, 1823, p. 253

verticalmente pelos dois cubos sobrepostos que, na prumada das esquinas, rematam a fachada, enquanto servem de enquadramento à sineira.

Já no santuário de Santo Amaro, em Sanhoane, a sineira ocupa toda a largura da frontaria, sendo a separação assinalada por uma moldura. Porém, ao quebrarem-se as pendentes daquela, definindo uma sucessão de planos inclinados, animar-se-ia a silhueta da sineira com uma volumetria aligeirada pelos francos vazamentos para os sinos.

6.2.2.3.1.1 Remate triangular; empenas rectas

Quando comparados com as sineiras de terminação triangular e um só par de campanas, os espécimes deste subconjunto não apresentam diferenças de monta. A mais importante consiste no vazamento efectuado na superfície central do triângulo que coroa a composição, como se observa, entre outras, nas igrejas paroquiais de S. Julião, Sonim, Vale de Nogueira, Junqueira, Rebordaínhos, Rossas, Cortiços e Pinela.

Relativamente ao último templo, sublinhe-se o facto de apresentar uma cornija na frontaria, passando pelo vértice superior do frontão e com consequências sobre o plano da fachada.

Nos templos enumerados, a base do remate triangular do segundo corpo coincide, geralmente, com a largura do plano donde surge. Sob o ponto de vista decorativo destaque-se a sineira da matriz de Podence que mostra um friso com cabeças de anjos alados, também visíveis nos campanários das igrejas de Lamas, Ferreira e Bornes.

6.2.2.3.1.2 Remate triangular; empenas curvas

Sendo certo que a amplitude da base do triângulo que remata a sineira da matriz de Avinhó e a de Santulhão é menor do que o plano em que se estriba, a verdade é que também se contam exemplos, como em Paçó de Sortes e Vidoedo, em que se podem assinalar as respectivas coincidências. Nas fachadas destes templos, o encurvamento das empenas constitui uma ocorrência generalizada e factor que contraria o estatismo de algumas fachadas.

Aponte-se a alvura da frontaria da matriz dedicada a Santa Maria Madalena, em Avinhó, onde se recorta a cruz de Malta, numa atitude de rejeição das tonalidades cinzentas que caracterizam a generalidade dos campanários.

6.2.2.3.2 Remate curvilíneo

Campanhas reformistas levadas a efeito durante a segunda metade do século XVIII deixariam as marcas diferenciadas nas igrejas paroquiais de Cabanelas, Baçal, Vila Nova (Bragança) e Argoselo. Nas frontarias destas igrejas inscreveram-se orientações arquitectónicas diversificadas, particularmente traduzidas na linguagem dos frontões que as enobrecem, no partido das aberturas de iluminação, assim como no seu posicionamento.

Destacamos a configuração do corpo terminal das igrejas de Cabanelas e de Ferreira, cujos vãos seriam ladeados por volutas que aproximam os seus enrolamentos na zona do eixo da frontaria, onde apertam uma bola que serve de base à cruz do remate. Já em Argoselo, os lados pendentes do triângulo encurvam-se, ao aproximarem-se da base, para prosseguirem uma movimentação de sentido horizontal e paralela à moldura que corre acima das

duas aberturas onde se alojam os sinos. Essencialmente repete-se o delineamento dos frontões da porta principal e da janela que a sobrepuja. A intenção de reproduzir os frontões de algumas aberturas de edificações civis da segunda metade do século XVIII parece ter tido expressão na paroquial de Lagoa.

Não é muito diferente a movimentação do coroamento da igreja de Vila Nova. Como diferença maior aponte-se a anulação do vértice superior, circunstância igualmente observável na de Salsas, pelo que se observa uma curvatura que, em breve trecho, reproduz o arco do terceiro vão. Por sua vez, na igreja de S. Romão, em Baçal, em lugar do vértice superior construiu-se uma concavidade para acomodação da cruz enquanto as duas pendentes descrevem arcos lobulados que se interrompem para permitirem a individualização de duas pirâmides sobre plintos que se levantam nas extremidades.

6.2.3 Sineiras com dois corpos

Ainda que somente incorpore dois vãos, na matriz de Soeira consagra-se já o desejo de monumentalizar as sineiras, sobrepondo-se ao volume onde se rasgou o espaço para os sinos, um outro que se trabalhou como se de um muro se tratasse.

Perfurado o novo volume, daria lugar, algumas vezes, a um simples óculo, ou mais frequentemente permitiria a colocação de outro sino.

6.2.3.1 Três vãos; sem empenas

A sineira da igreja de Penas Roias estriba-se sobre o corpo da fachada, ligeiramente mais largo, de formato rectangular e onde a porta principal, com jambas rectas e arco de volta inteira, mostra ser a única abertura. Na ausência de elementos que simulem a articulação entre os dois volumes, ganha protagonismo o fio de sombra que percorre a frontaria, preparando o surgimento da estrutura onde se alçaram os sinos.

Ordenou-se esta peça pelos parâmetros da simplicidade. Nas aberturas, manteve-se o arco redondo a arrancar de pés direitos lineares mas com a particularidade dos apoios extremos apresentarem uma compleição física mais robusta do que o central. Sobre o plano horizontal que encima este corpo, balizado por pináculos, oscila um só sino numa estrutura em que as massas das jambas e do o arco se reduziram a valores máximos.

6.2.3.1.1 Três vãos: remates de linhas horizontais; empenas rectas

A frontaria da igreja de S. Justo, em Calvelhe, com o lintel recto da porta principal a ostentar o cronograma de 1694, apresenta empenas oblíquas a acompanharem o declive das duas águas da cobertura e, na zona central, eleva-se a espadana com uma definição que, em substância, não se afasta da da igreja de Penas Roias. Ou seja, sobre o corpo da base, com dois vãos, edificou-se nova estrutura destinada a acomodar apenas uma campana. Limitando-se o seu volume, somente a zona axial seria ocupada e, como é tradição, uma cruz rematava o conjunto.

Ao acrescentarem-se as massas e a altura do volume superior, a tendência para monumentalizar as espadanas seria reforçada, como a igreja de

Refóios expressa, e, paralelamente, a animação das ilhargas tende a cortar a severa quietude que caracteriza muitas das estruturas onde se armam os sinos.

6.2.3.1.2 Três vãos: remates de linhas horizontais; empenas curvas

O desenvolvimento em altura dos corpos sobrepostos das sineiras, quando associado ao encurvamento das empenas, valoriza positivamente as frontarias, transfigurando-as pela introdução da dialéctica do movimento. Parecendo uma construção relativamente tardia, a matriz de S. Pedro, em Águas Frias, acusa a tranquila assunção de tais valores. Todavia, na paroquial de Santalha, os mesmos propósitos seriam expressos na ondulação do frontão que enobrece a frontaria e ainda pela colagem nas peças onde giram as sineiras de blocos pétreos redondeados e relevados de linhas colibrinas. Nesta tipologia, este procedimento estender-se-ia às igrejas de Montouto, Fresulfe, Nunes e Carrazedo.

6.2.3.2 Três vãos: remate triangular

Seja pelas preocupações com a animação dos planos, seja pela monumentalidade, destaque-se a matriz de Caçarelhos estruturada em volumetrias sobrepostas que molduras horizontais individualizam e seccionam antes de terminarem na figura de geometria triangular, em cujo vértice nasce a cruz que marca o eixo cardeal.

6.2.3.3 Três vãos: variantes

A parte terminal da espadana da paroquial da Senhora da Ascensão, em Carocedo, foi, não há muitos anos, reparada da destruição causada por um relâmpago. Não se pouparam esforços para acentuar o desenvolvimento elegante e esguio das suas linhas. Para estes efeitos, muito contribuiu o apainelamento das pilastras que revestem os pilares e o acoplamento, nas ilhargas, de enrolamentos que na evolução vertical, diminuindo a resistência visual, se projectam como pequenas consolas de suporte ao andar superior.

O volume inferior da paroquial de Vinhas foi apainelado e moldurado. Por sua vez, o corpo superior seria perfurado por uma abertura polilobada, com tratamento similar ao de alguns óculos das frontarias, em exercício de evidente significado estético por não se destinar a incorporar campanas.

6.3 Modalidades de acesso aos sinos

Já ao introduzirmos o tema das torres e campanários ficou implícita a ideia de que o acesso aos sinos não se caracterizava pela uniformidade de soluções. Nas torres, o quadrilátero interior tanto consentia a adaptação de soluções simples como possibilitava obras de algum aparato. No primeiro caso, escadas de madeira apoiando-se directamente nas paredes ou em saliências específicas da construção permitiam que as diferenças de nível fossem vencidas; todavia, a escadaria podia integrar soluções mais elaboradas e, consequentemente, de maior custo, fazendo-se progredir em espiral o piso dos degraus, em torno de um pião ou mastro central que formava o seu eixo.

Nos templos em que a torre era inexistente, alargavam-se as possibilidades de acesso às campanas. Na matriz de Outeiro, Duarte d'Armas testemunhou a resolução do problema através do posicionamento no

frontespício de um simples tronco com segmentos transversais, definindo, assim, um plano inclinado que simplificava a superação do desnível entre o solo e a sineira.

Igualmente elementar, é uma outra solução que consistia na aplicação de uma pedra num dos alçados laterais, muito perto do cunhal e em posição elevada, fazendo-se destacar da parede sessenta ou setenta centímetros. Com formato de paralelipípedo, e evidenciando-se transversalmente em relação ao plano do paramento, constituía um bom apoio para uma escada de mão que tinha a vantagem de ser amovível. Este processo de subir à sineira, fosse por se tratar de uma solução económica, fosse por garantir o toque dos sinos apenas em situações regulamentares, conheceu larga difusão, ao ponto de, nos nossos dias, serem muitas as igrejas que ainda conservam a pedra de encosto ou os seus vestígios. No entanto, a validade do esquema ou a sua actualidade comprova-se ainda nas paroquiais de Avantos, de Martim, de Refoios e de Cernadela, apesar da madeira, enquanto material de construção das escadas amovíveis, ter sido substituída por outros materiais.

De resto, quando olhadas pelos prismas da funcionalidade ou da estética, algumas soluções modernizantes, experimentadas nas paroquiais de Serapicos, Rossas, Ferreira e Vidoedo, não se revelaram mais eficazes do que os procedimentos praticados em Avantos ou Refoios.

Em todo o caso, convém não perder de vista a relação, geralmente conflituosa, das sineiras com as coberturas. Em 1633, visitando a matriz de Santa Marinha, em Edroso, o prior de Santa Maria de Bragança, reverendo Belchior de Macedo da Silva, estipulava o dia de «Nossa Senhora de Agosto» como o limite para os fregueses mandarem «concertar, o telhado junto aos sinos[891]», disposição que se repetia em 1635. Ainda na mesma paroquial, mas no Verão de 1634, o Cónego Doutoral, Vicente Lopes de Moura, esclarecia:

---

[891] Arquivo do Paço Episcopal, *Libro das visitaçois da igreja de Sancta Marinha do lugar de Hedrozo*, fl. 21

«he mui necessario fazer se hua escada para ir aos sinos quando for necessario porquanto subindo pello telhado se quebrão as telhas, e chove no almario onde estão os Santos Oleos[892]».

Alguns anos depois (1674), na matriz de Santo Estevão, em Espinhosela, o reverendo Garcia dos Anjos, tomava a iniciativa de recomendar aos fregueseses a reparação do «tecto do campanário de modo que não fique aberto[893]», acautelando, assim, os efeitos negativos que, a prazo, as águas das chuvas não deixariam de provocar. Quase um século depois (1762), juntamente com o cornijamento do corpo da igreja, mandava-se «fazer hua cupula no campanario para evitar as agoas, e amouriscar o entablamento do mesmo para que não entrem as agoas pella parede abaixo[894]». E, dois anos mais tarde, em Fevereiro de 1764, decidia-se a construção de uma escadaria interior[895], independente da nave, que levava ao coro e deste ao campanário.

Acreditamos que a «cúpula» a que se aludia não era mais do que o «cabido dos sinos», estrutura semelhante a um alpendre que se acoplava à parte posterior da sineira e com um pavimento sustentado por robustos cachorros. Esta construção, protegia ainda das intempéries o alçapão existente sempre que o acesso se fazia interiormente, a partir do coro. Espaçados no tempo, dois exemplos respeitantes à igreja da Senhora da Assunção, em Gimonde, ilustram a asserção anterior. Se em 1732, o visitador mandava «compor o cabido dos sinos[896]», em 1774, ordenava-se a reparação do forro da igreja «e por hua porta no alçapão dos sinos com seu ferrolho por dentro bem

---

[892] Arquivo do Paço Episcopal, *Libro das visitaçois da igreja de Sancta Marinha do lugar de Hedrozo*, fl. 23

[893] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Livro de visitações e pastorais da igreja de Santo Estevão /1674-1762)*, fl. 12v

[894] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Livro de visitaçõis e pastorais da igreja de Santo Estevão /1674-1762)*, fl. 130v

[895] «Os moradores de Espinhosela dentro de des mezes farão hua parede que siga a idea da que esta feita, e a do altar de S. Braz para que pello vão da mesma se faça hua escada para subirem ao coro, e campanario, e toda a mais idea que pedir esta obra se regularam pella que der o seu reverendo abbade». Arquivo paroquial de Espinhosela, *Livro de visitaçois e pastorais da igreja de Santo Estevão* fls. 1-1v

forte de forma que fique a igreja segura e não possão por elle entrar a rouba la[897]». Medida idêntica era proposta pelo cónego Manuel Velho Quintela, visitador, em Junho de 1774, da matriz de Alfaião. Em paralelo com o estabelecimento de multas para quem tocasse os sinos sem licença do pároco, seguir-se-iam outras medidas tendentes à eliminação de abusos, como a que se segue:

> «e para mais se evitar esta desordem que observei mando se retire a escada de fora, e se ponhão as cordas por dentro e que do choro se faça escada para os mesmos sinos e hum alçapão com seu ferrollho para mais segurança da igreja[898]».

No entanto, esta solução nunca deixaria de se fazer acompanhar de alguns problemas, o mais importante dos quais era o facto de ser parcialmente permissiva às infiltrações pluviais, como se depreeende das medidas propostas, em 1785, pelo Abade de Montouto, Manuel Bernardo da Silva, para a paroquial de Vilarinho de Cova de Lua:

> «reparar o capitel dos sinos para impidir as agoas que vem ao coro[899]».

Note-se que esta medida seguia-se a ordens anteriores que pugnavam pela «revocação do campanario» e pela reparação do sino[900]. Contudo, paralelamente à protecção oferecida pela estrutura de madeira da zona posterior das sineiras, levantavam-se impedimentos a uma boa propagação sonora de que era exemplo, em 1728, a igreja da Senhora da Assunção, em Gondesende:

---

[896] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 11, fl. 1v
[897] A.D.B., PRQ., Cx. 2, Lv. 11, fl. 97v
[898] Arquivo do Paço Episcopal, *Livro de registo de capítulos de visita e pastorais da paróquia de Alfaião*, s/colocação, fl. 86
[899] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Visitaçam na igreja de S. Ciprião o lugar de Villarinho de Cova de Lua*, fl. 212
[900] Arquivo paroquial de Espinhosela, *Visitaçam na igreja de S. Ciprião o lugar de Villarinho de Cova de Lua*, fl. 212

«os freguezes mandarão compor o tecto da igreja junto aos sinos, em termo de coatro mezes, e dentro do dito tempo mandarão retirar as taboas do chapitel para que a vos dos sinos se ouça nas quintas[901]».

Mas a inexistência de soluções uniformes para o problema do acesso ao campanário era antiga. Em 1722, o Abade de Podence, Doutor João Pinto de Morais, ao visitar a matriz de Fesulfe, não teve dúvidas em ordenar a intervenção no:

«tecto da igreja removendo a serventia dos sinos para a parte de fora aonde porão escada capas a elleição do reverendo Abbade[902]».

Em contraponto, em 1773, o Doutor Manuel Bernardo Lopes, Cónego Magistral na Sé, juntamente com a imposição aos paroquianos de Santa Catarina, em Aguieiras, de «hum sino novo e fundir o que actualmente se acha quebrado de sorte que fiquem dous na igreja», determinava ainda:

«mandarão fazer hua escada para os sinos e no simo della hum capitel para que os mesmos se possão tocar dentro da igreja[903]».

Já antes (1767) o bispo D. Frei Aleixo tinha obrigado os fregueses de Gondesende a fazerem:

«hua coberta ou tilheiro pela parte de dentro do campanario para que não chova no coro, e de forma que se possão comodamente tocar os sinos[904]».

Em consequência, as opções por um determinado esquema de escadaria dependiam do modo como os visitadores, os párocos e os fregueses

---

[901] Arquivo paroquial da igreja da Senhora da Assunção de Gondesende, *Livro de visitações (1685-1793)*, fl. 68v

[902] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitações da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, fl. 43

[903] A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 68 (1764-1880), fl. 15

[904] Arquivo paroquial da igreja de Senhora da Assunção de Gondesende, *Livro de visitações (1685-1793)*, fl. s/fl.

interpretavam alguns condicionalismos locais, nomeadamente os danos originados pela força dos elementos.

Geralmente, as igrejas que contemplam o acesso aos sinos pelo interior, como a de Soutelo da Gamoeda, têm coro. É neste sobrado que se arma uma escada de madeira, executada com grande simplicidade, para se alcançar a cobertura e o exterior do edifício. Em regra, a madeira, como na matriz de Duas Igrejas, é o material de eleição para a construção da escadas. No entanto, o lanço entre a nave e o coro pode empregar lancis de cantaria, como na paroquial da Bouça, ou integrar uma solução mista, ou seja o lanço da base em pedra e o segundo lanço em madeira, como na igreja de Ferradosa.

Outra solução passava pelo aproveitamento do plano do coro e pela possibilidade de rasgamento de uma abertura no alçado lateral, geralmente a face virada a Sul, cujas ombreiras enquadravam um patim exterior, por vezes suportado por robustas mísulas. A partir desta plataforma, arrancava uma sucessão de degraus, geralmente em número de sete, com um dos topos a fazerem parte da massa parietal que só se interrompia, ao nível da cornija, no encontro com o plano do fronstespício. Escalinatas deste tipo lançaram-se, por exemplo, nas igrejas de Vale de Telhas, de Tó e da Bouça, caracterizando-se os degraus das duas últimas por se apresentarem arredondados nas faces opostas aos espelhos.

Nas igrejas de Rabal e de Agrochão mantinha-se uma porta no coro, mas agora com continuidade na escadaria exterior que arrancava no adro, geralmente nas imediações da porta travessa. À elegância das escalinatas aéreas das igrejas da Bouça e de Tó sucedem massas que pela sua solidez afectam a volumetria geral das edificaçõs, tanto mais que o patamar da entrada do coro alarga a sua superfície por corresponder à cobertura do baptistério, construído no plano baixo, como em Rabal ou Baçal.

A opção por uma escadaria completamente exterior tem vasta representação. No entanto, as escalinatas sóbrias, como a da igreja do Romeu,

não mereceram tantos favores como os que foram concedidos aos lanços compactos que separavam a linha de terra do plano das cornijas.

Independentemente do número de lanços, da rudeza de factura e da ausência de ornatos deste tipo de escadarias não podemos deixar esquecida a solução da matriz de Outeiro, por se tratar de um caso singular. A ausência da porta principal, no plano voltado a ocidente, é atributo decisivo na moldagem do carácter arquitectónico deste templo, constituindo mesmo uma das suas originalidades. Em consequência, o alçado frontal seria quase integralmente ocupado por uma escadaria que, pela austeridade e desenvolvimento, parece descender da linhagem das que serviam os cubelos das fortificações medievais.

Igualmente singular foi a solução adoptada na matriz de Carragosa. No exterior e com independência dos muros que cerram a matriz, construir-se-ia um arco de volta perfeita, alinhado pelo frontespício, sobre o qual se lançou uma plataforma para os sinos. Assim, o sistema, com acesso garantido por uma escadaria, configura-se como uma ponte que, em termos volumétricos, complementa a da frontaria do templo.

7. Obras de pedraria e madeiras

As obras de 1636 efectuadas por Filipe Pires dos Pereiros e as levadas a efeito nas igrejas de Santulhão e Quintanilha, sendo de pedreiro e carpinteiro, mostram a dificuldade, embora não constituam uma impossibilidade em serem tratadas separadamente.

Em finais de Outubro de 1636 o Cabido da Sé de Miranda deliberou entregar 3.000 réis a Filipe Pires, da povoação de Pereiros, por conta de obras

realizadas na capela-mor da igreja[905] de S. Miguel de Soutelo da Pena Mourisca, a qual, como referia num escrito o padre Domingos Luís, tinha já «concertada de boa madeira em o tecto, e mais partes necessarias da capella e bem segura so lhe falta(ndo) revocalla de cal que por hora não he(ra) tempo para o fazer[906]».

Noutro documento, datado de Dezembro de 1635, confirmando a obrigação que tinha assumido de fazer o emadeiramento da capela-mor de S. Miguel, Filipe Pires esclarecia ser:

> «obra toda de novo e de olivel e de boa madeira de castanho e com todas as coatro soleiras novas e comcertarei [sic] as duas esquinas da dita capela da parte do arco e as calearei por demtro e fora e telharei a dita capela a revocarei e emsoparei em cal[907]».

Como limite para a conclusão da obra apontava-se «ate todo o mês de Abril» do ano seguinte (1636). A limitação do prazo entender-se-á se pensarmos nas modestas dimensões do templo - que os 11.000 réis da arrematação parecem confirmar - e ainda no fraco rendimento do trabalho no período do Inverno, altura em que faz muito frio e não há muitas horas de luz.

Em 1670, a mesma entidade diocesana ordenava ao vedor da fazenda e arcediago de Mirandela, Francisco Rodrigues, que desencadeasse os mecanismos para se «compor de madeiramento novo, e o que for necessario de parede e revocar[908]» nas cabeceiras das igrejas que tutelavam as povoações de Santulhão e Quintanilha.

---

[905] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 26, Juntamente com estas informações, o mestre assinava um recibo de pagamento: «recebi eu Felipe Pires da mão do Chantre os tres mil reis contenidos na provisão asima e por verdade asinei em 27 de Outubro de 636
a) Felipe Pires».

[906] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 26

[907] A.D.B., Cabido, Cx. 30, doc. s/nº, s/fl.

[908] «Nós Deam Deginidades Coneguos Cabbido da Santa Seé desta cidade de Miranda pela presente ordenamos e mandamos ao reverendo Francisco Rodrigues arcediago de Mirandela vedor da nossa fazenda, mande compor de madeiramento novo, e o que for necessario de parede e revocar as capelas das igrejas do lugar de Santulhão, e Quintanilha valçendoce de algum dinheiro da fabriqua que estiver em ser e ademais da (*) fazenda que fiquem bem compostas e como convem, e o custo que fizerem lhe levamos em conta com recibo dos

Também a «obra do forro» da capela-mor do Santo Cristo dos Milagres da Misericórdia, em Mirandela, arrematada pelo minhoto Bento Ferreira e por António Duarte, morador na Quinta das Veigas, comprova dispensar-se a separação acima referida porque entre as diversas cláusulas contratuais contava-se a pretensão de se responsabilizarem por «toda a obra de pedrereiro [sic] ou canteiro[909]» que se viesse a tornar necessário fazer.

Quadro 14

Obra de pedraria da capela-mor de Mós

«se fara hum arco cruzeiro de cantaria bem lavrada com sua vaza e capitel apillarados de largura, no desvão terá quatorze palmos e na altura vinte e cinco,
tera quatro cunhaes de cantaria bem lavrada, e apillarados com sua vaza e capitel, e cornija de papo de rolla com as pedras metidas humas pellas outras,
e as paredes terão de grossura tres palmos muito bem dereitos e argamassados de cal, e area sem barro, rebocadas por dentro e por fora e branchiadas,
terão os espegois do meio trinta e cinco palmos de alto, tera comprimento e largura o que se achar na capella velha,
terá huma porta para a sanchristia no lado da epistola com nove palmos de alto, e quatro e meio de largo com sua face de cantaria lavrada para a parte da capella,
terá duas frestas em cada lado da capella sua, estas terão de lus cinco palmos de alto e dous de largo,
terá duas cruzes em cada espegão sua, cada hum de cinco palmos de alto feitos a romana,
terá quatro piramodas em cada cunhal sua com cinco palmos de alto, e dous palmos de grosso com sua meia cana e bucel por cima com dous filletes, hum por cima, outro por baixo e no pescoço tera meio palmo de grosso com seu jungilho por cima, e a cabeça outavada,
tera o pavemento lagiado com hum degrao no arco, com seu filete por baixo, e por cima redondo, e a altura será comforme [sic] a reparteção dos do altar,
terá hum altar de pedra com des palmos e meio de alto, largura e pillares para assento do banco do retablo sera pela medida que der o mestre que assentar
o retablo tera tres degraos tornejando para as bandas com dous palmos e meio todos na altura repartidos todos no que der com palmo e meio de passo, excepto o de cima que tera cinco palmos que serve de taburno[910]».

---

officiaes nas contas que der da dita nossa fazenda dada em Miranda e Cabbido sob nosso sello e sinais dos asinadores em (*) o Conego Martim Delgado secretario do Cabbido a seis de mil e seiscentos e setenta annos
O Deão
O Chantre
Choa». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 28
[909] A.D.B.,Nuc. Not., Mirandela, Mç. 4, Lv. 14, fls. 106v-107v
[910] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 20

Por outro lado, as intervenções de fundo que se efectuaram em telhados e tectos eram normalmente precedidas de trabalhos de importância nas paredes de suporte.

Em Abril de 1745, no Aljube da cidade de Miranda, por ordem do Doutor Francisco Xavier Aranha, foi posta a pregão a empreitada da capela-mor da igreja de S. Pedro de Mós, povoação que se situa nas proximidades de Rebordãos.

Respeitando aos ofícios de pedreiro e carpinteiro, os trabalhos a fazer foram licitados em separado. José da Costa e Isidro Martins, mestres canteiros da vizinha aldeia de Santa Comba de Rossas, arrematataram a obra da sua especialidade por 200.000 réis; por sua vez, a obra de carpintaria seria entregue a José Nogueira, o velho, natural de Mós, pelo valor de 50.000 réis. Prevendo-se dois pagamentos para os trabalhos, um no princípio e outro no fim, também, uma vez concluída a empreitada, devia José Nogueira dar garantias ao dono da obra, aceitando que «fosse vista por pessoa que bem entenda della[911]».Tal como Isidro Martins e José da Costa, também o mestre carpinteiro teve que dar fianças. Mas se os dois primeiros apresentaram José Machado, homem «rico e abonado» do lugar de Fernande, já José Nogueira, o velho, para receber o primeiro pagamento ofereceu como seu fiador[912] a José Nogueira, o moço, seu filho e igualmente de Mós.

[911] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 20

[912] «Diz José Nugueira o velho do lugar de Mós de Rebordaos que elle rematou o madeiramento da capella mor do mesmo lugar de Mos em cincoenta mil reis cuja quantia se lhe ha de pagar em dois pagamentos e para que se lhe entregue o primeiro offrece para fiador a Jozé Nugueira o moço do mesmo lugar de Mós o qual he abonado, e conhecido». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 20

Quadro 15

Obra de carpintaria da capela-mor de Mós

«terá no cimo de cada parede das bandas huma soleira com dous tirantes nas pontas, em cada parte seu ficarão embebidos dentro da parede, mais huma (*) aonde arematão os caibros no cimo do espigão, sera caebriada com caebros quadrados com destancia de palmo quadrados e entre hum e outro sera forrada por cima dos caebros de escama de peixe,
sera por baixo dos caebros apainellada com cinco paineis na bolta, e no comprimento o que der em boa ordem com seus rumpantes muito bem feitos
e huma porta para a sacristia liza muito bem feita
tudo isto sera madeira de castanho e a porta com sua fechadura e a mais ferragem necessaria
[...] e declaro que fara o telhado bem rebocado de cal e area popndo toda a telha nova que faltar e se aproveitara da madeira que for capas[913]».

Ainda em relação com esta obra terá interesse o conteúdo de um documento datado de Setembro de 1746 em que o padre Manuel Dias, cura da igreja de S. Pedro de Mós, noticiando ao provisor e vigário-geral do bispado a conclusão da empreitada nos termos dos apontamentos, refere também a execução de trabalhos que não estavam previstos inicialmente. Atendendo à utilidade destes, evidenciava os respeitantes a carpintaria: «comieira banco em roda e cartelas aonde se firma o princípio do painelamento para maior segurança[914]». Atendendo a estas circunstâncias sugeria ao vigário-geral que se contemplassem pagamentos extraordinários tanto aos canteiros - cujos trabalhos se omitiram - como ao mestre carpinteiro como forma de compensação de prejuízos.

Em Novembro de 1749, na vila de Rebordãos e em casa do tabelião Pedro Antão Alexandrino, José Nogueira voltaria a assinar o seu nome numa escritura de arrematação, fiança e abonação em que também intervinha o seu filho. Tratava-se agora da obra da capela maior da igreja de Santo Ildefonso, matriz da vila de Faílde. Por estar arruinada, levou-se à praça o «tecto como o

[913] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 20
[914] .A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 20

amadeiramento e telhado[915]», não se sabendo se esta empreitada foi precedida pela intervenção do ofício de pedreiro.

Anos depois (1780) Manuel Nogueira, o moço, ou um seu descendente, ainda estava activo. No final deste ano justou a obra de carpintaria da capela-mor de Melhe, anexa da abadia de Rebordãos. Ao mesmo tempo, Francisco Martins Grandais encarregar-se-ia da parte pertencente ao «seu ofício de albanaria e cantaria». Declarando-se que os apontamentos saíram da mão do abade Lucas Rodrigues, a obra de carpintaria tinha o valor de 32000 réis enquanto a de pedraria alcançava os 90000 réis[916].

O mesmo Manuel Nogueira, em 1785, arrematariа o tecto da cabeceira da igreja de Santa Maria Madalena de Grijó de Parada, então freguesia da povoação de Parada, cuja matriz tem S. Genésio por padroeiro. Cerca de meio século antes (1731) o entalhador João Francisco tinha arrematado, por 10000 réis, a execução do retábulo maior[917] da igreja de Grijó. Porém, agora, e de acordo com a escritura de fiança, António Gonçalves, de Rebordãos, abonava o mestre carpinteiro para fazer:

> «o tosco da capella mor do dito lugar de Grijo (de Parada) na forma dos apontamentos baixa lo o apainellado do teto da capella e os dois lados e a trebuna[918]»

Note-se, contudo, que as obrigações de Manuel Nogueiro só entravam em vigor «depois de os padroeiros terem concluido a sua obra[919]». Tal facto parece não deixar dúvidas de que a intervenção na capela-mor convocou primeiro o engenho dos pedreiros para intervirem nas paredes e, talvez, na construção de uma plataforma que, ocupando cerca de metade da ampla

---

[915] A.D.B., Nuc. Not., Rebordãos, Mç. 6, Lv. 28, fls. 129-130
[916] A.D.B., Nuc. Not., Rebordãos, Mç. 8, Lv. 43, fls. 62-63
[917] A.D.B., Nuc. Not., Faílde, Mç. 1, Lv. 6, fls. 48v-49. RODRIGUES, Luís Alexandre - *A arte da talha dourada e policromada no Distrito de Bragança. Documentos. Séculos XVII - XVIII*, João Azevedo Editor, Mirandela. (No prelo)
[918] A.D.B., Nuc. Not., Rebordãos, Mç. 9, Lv. 46, fls. 57-57v
[919] A.D.B., Nuc. Not., Rebordãos, Mç. 9, Lv. 46, fls. 57-57v

capela-mor, tem altura suficiente para se desenvolverem três degraus na zona central enquanto os topos fornecem o campo para a inscrição, em ambos os lados, de lavores quadrangulares posicionados de forma dinâmica. Só depois, e no prazo de três meses, Manuel Nogueira devia dar resposta aos seus compromissos. Posteriormente, todo o tecto da cabeceira seria embelezado com quarenta e nove quadros com cenas da vida de Cristo e de Nossa Senhora.

Na igreja de Vale de Frades, desde 1755 que havia tentativas de proceder a algumas obras na capela-mor. De facto, sabemos hoje[920] que, por essa razão e, essencialmente, porque o comendador se esquivava às suas obrigaçãos, naquele ano o cura notificou o Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens sem, no entanto, ter recebido qualquer resposta à sua pretensão.

Por outro lado, antes de Maio de 1761, far-se-ia registar no livro de visitações, por ordem do visitador Sebastião da Veiga Cabral, a seguinte indicação:

> «o teto da capela mor carece de que sem a menor dilaçam se concerte antes que o vigor do Inverno o acave de aruinar e porque a fabrica tem dinheiro bastante para esta obra mando que por conta da fabrica dentro de hum mês se faça[921]»

Em Maio de 1761, também em resultado de um acto de visita efectuada pelo reverendo André Xavier da Rocha, constava-se e recomendava-se:

---

[920] Tratando-se, no ano de 1767, de estabelecer algumas directivas para as obras a realizar, um despacho do prelado ordenava para se «proceder com brevidade ao sequestro que for necessario para a dita obra». Porém, no mesmo documento, em nota à margem com data de 16 de Março de 1767, exigia-se que o pároco declarasse «se já se acha feito sequestro [...] e se há recibo da conta que se deu ao Tribunal da Meza da Conciencia e que tempo há se lhe deo». Pedindo-se para se juntar o recibo, se ainda existisse, ao processo, o cura iria declarar ter juntado o recibo «por donde consta que no anno de 1755 o reverendo paroco deu parte na Meza da Conciencia e pela participaçam que he feita pela mão do reverendo cura dis que se lhe não respondeo». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 30

[921] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 30

«a capela esta amiaçando ruina pello que se componha não so o tecto mas tambem as paredes[922]».

Dilatando-se no tempo a iniciativa da intervenção aumentava também a visibilidade dos efeitos perversos pelo trabalho continuado dos agentes de destruição. Perante o alastrar das chagas que dilaceravam a capela-mor, o reverendo Xavier da Rocha era claro na identificação do dono da obra, razão pela qual ordenava para se proceder ao «sequestro ate cincoenta ou sesenta mil reis nos frutos da comenda visto se ter dado conta a Meza da Conciencia e não ter rezultado ate o prezente couza alguma[923]».

Com a capela em ruínas e em tal estado que precisava de ser especada, seguida da indicação do visitador para se disponibilizar algum dinheiro, tudo parecia encaminhado para se proceder à arrematação da obra. Contudo, seria ainda necessário fazer alguns acertos em que o carácter técnico era importante como se conclui da missiva que o fabriqueiro da igreja, Frutuoso Gonçalves, fez chegar ao bispo. Solicitando providências sobre «a qualidade da obra», Frutuoso Gonçalves pretendia orientações que não deixassem margem a dúvidas, tanto mais que o dinheiro disponível obrigava o programa construtivo a alguns condicionalismos. Vejamos, por isso, os termos, sugestões e interrogações da exposição que o fabriqueiro dirigiu ao bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques:

«se a obra se há de fazer de simples alvenaria, sem cunhais de cantaria, e quinas da mesma para ficar segura e decente, então podra [sic] bastar a dita quantia porem se ella se ouver de fazer, como diz de cantaria nas partes necessarias e seus emadeiramentos então certamente não chega a dita quantia e se presizão noventa mil reis assim o tem declarado os mestres, e não há quem por menos a faça[924]»

---

[922] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 30

[923] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 30. Note-se que a cópia deste capítulo de visitação, efectuada pelo padre António Martins, tem data de 19 de Maio de 1761. Todavia, outro documento do mesmo processo, sem data mas certamente de 1767, mostra que o pároco deu conta à Mesa da Consciência e Ordens da necessidade das obras na capela-mor em 1755.

[924] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 30

No despacho, assinado em Março de 1767, não somente se contemplava a realização da empreitada, com recurso à utilização de «cantaria mettendo lhe a que for preciza para segurança da mesma obra[925]», como ainda se determinava que o provisor e vigário-geral do bispado mandasse «proceder com brevidade ao sequestro que for necesario para a dita obra nos termos do Dereito[926]».

Mas a obra da capela-mor não se limitava unicamente ao ofício de pedreiro, já que, numa petição que os juízes do povo e igreja e ainda os homens do acordão da povoação de Vale de Frades apresentaram ao prelado davam nota de um capítulo de visitação em que se ordenava uma intervenção no madeiramento do tecto, assim como na parede do corpo da igreja, no lado da epístola. Para além de não se saber quem era o comendador, como Frutuoso Gonçalves afirmava, os representantes da freguesia não esconderam as dificuldades com que se depararam. De facto, concluída a reconstrução da parede da nave, «achou se, que o arco da capela mor, per ser feito de alvenaria, esta aberto de parte a parte de sorte que não pode segurar o amadeiramento do tecto[927]». Confrontados com esta dificuldade, entendeu-se que a melhor solução passava por se «mandar fazer o arco de cantaria lavrada», concorrendo a fábrica e o povo, em partes iguais, para as despesas. De acordo com um documento datado de Novembro de 1764, estas não seriam inferiores a 36.000 réis, correspondendo esta quantia aos lances de dois mestres carpinteiros de que não se indicaram os nomes. Todavia, embora se admita a predisposição dos donos da obra para lhes entregarem a empreitada, o facto de não a poderem «fazer athe a Primavera (de 1765) por não terem

[925] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 30

[926] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 30. Na margem esquerda do documento, ao fundo, pode ler-se: «Declare o reverendo parocho se já se acha feito sequestro em quantia dos sessenta mil reis que determinou o reverendo vizitador e se há recibo da conta que se deu ao Tribunal da Meza da Consciencia e que tempo há se lhe deo da conta, e havendo do recibo junte o mesmo a sua informação que dará logo em vinte e quatro horas. Bragança, e Março 16 de 1767. Teixeira».

[927] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 30

madeiras capazes[928]» permite a admissão de outros desenvolvimentos no que respeita aos verdadeiros protagonistas da arrematação. Por outro lado, conforme o «termo do suquestro feito nos fruttos da comenda», o início da obra devia ter sofrido algum atraso porque só em Abril de 1767 se cativaram quinhentos alqueires de centeio e trinta de trigo[929] que estavam na tulha e celeiro que o comendador, D. António de Almada, tinha em Vimioso.

Desde o princípio da década que o problema da fábrica da igreja de Abambres opunha os moradores desta povoação aos de Cabanelas[930], questão que tinha grande actualidade em 1760 e que se mantinha viva cinco anos depois[931]. Mas em Setembro de 1765 o problema parece ter sido ultrapassdo já que, nesta altura, António Afonso arrematou a obra da capela-mor, «tanto de pedra como de madeira por presso de duzentos e senquenta e nove mil reis na forma dos apontamentos[932]», tendo em consequência deste acto celebrado uma escritura de fiança[933] em que apresentava José Gomes, de Vale de Telhas, onde também nasceu o mestre, como seu abonador.

Pouco tempo depois (29 de Março de 1767), o mestre carpinteiro da vila de Outeiro, Manuel Afonso, contratava com o cura da matriz de Milhão, o padre Domingos Pires Velho, procurador do cónego Simão dos Santos Coelho, fabriqueiro das igrejas do Cabido, a execução do madeiramento da capela-mor

---

[928] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 30

[929] Estas quantidades de cereal correspondiam a «dois terços» dos frutos de que era titular D. António de Almada. Em 1767, era rendeiro da comenda Manuel de Carvalho Salazar que neste processo seria fiel depositário dos frutos sequestrados. A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 30

[930] A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, «Escreptura de obriguassam que fazem os moradores de Cabanellas ao sargento mor Matheus de Morais Sarmento Nogueira [...] pelo seu travalho e despeza que faz a sua custa de terar a fabrequa que os moradores de Abambres trazem uzurpada a esta igreja», Mç. 12, Lv. 45, fls. 21v-22v

[931] *Vd.* «Escreptura de contrato que faz o juis e conceliarios e mais moradores do luguar de Cabanellas com Matheus de Morais Sarmento Nugueira do mesmo luguar», A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, Mç. 12, Lv. 46, fl. 77

[932] A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, Mç. 12, Lv. 46, fls. 91-92v

[933] «Escreptura de fiança da obra da capella mor da igreja deste lugar de Cabanellas que da Antonio Afonso solteiro de Val Telhas que a rematou», A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, Mç. 12, Lv. 46, fls. 91-92v

da igreja de Quintanilha. Empregando unicamente madeira de castanho, comprometia-se a seguir e a fazer as operações seguintes:

> «será de duas agoas com sua trabessa por cima e pernaria por baixo com hus univeis e por dentro a figura de tres agoas e todo o amadeiramento formado em hua grade de madeira com quatro quadrados e tera seu tabolamento forrada a escama de peixe por cima dos caibros com alquetrave no tabolamento e corneja[934]».

Sabendo-se que o contrato também compreendia uma porta para a sacristia «com suas almofadas» e que, à cabeça, se dariam ao mestre 12.000 réis de um total de 20.000 réis «para comprar, e serrar madeira», será útil evidenciar as preocupações com o estado e qualidade das madeiras, especialmente no que respeita às precauções relativas à época do abate de árvores:

> «a madeira há de ser seca e não cortada agora (Março), porque a que agora se cortar, não pode estar em termos de servir, e se emadeirar a igreja logo que a obra de pedreiro der lugar a isso, e não convem madeiramento de madeira verde, ou pouco seca[935]».

No entanto, as obras agora efectuadas não invalidaram que em 1768, na capela-mor da igreja de Quintanilha, se tornasse necessária nova intervenção com o objectivo principal de reformar o arco cruzeiro. Na verdade, em Novembro de 1768, André Igreja, galego de Callas de Reis, obrigava-se «a reformar o arco da capella mor [...] e juntamente reformar a empena[936]». Depois de executada esta obra, seria a vez do mestre carpinteiro Manuel Afonso, de Outeiro, se obrigar a «dar feita e amadeirada o amadeiramento da capella mor de Quintanilha de madeira de castanho seca e capas de receber em duas agoas[937]».

---

[934] A.D.B., Cabido, Cx. 30, doc. s/nº, s/fl.
[935] A.D.B., Cabido, Cx. 30, doc. s/nº, s/fl.
[936] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 5
[937] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 5

Nas proximidades de Vimioso ficava a povoação de S. Joanico, cuja igreja tinha S. João Baptista como orago. Sendo anexa[938] da igreja de Caçarelhos, compreende-se que o abade se mostrasse apreensivo pois, como dizia em informação prestada ao bispo, a sua capela-mor «se acha há tempos summamente arruinada, e necesitada de inteira providencia quanto as paredes, tecto, e retabulo[939]». Recordando a possibilidade de se levantarem algumas quantias dos «benefficios vagos» para obras nas igrejas, como consentia o conteúdo de um Breve obtido a favor da soberana, o abade de Caçarelhos pedia ao bispo para se afixarem editais onde se desse notícia das arrematações das obras de paredes, tecto e retábulo da capela-mor.

Para além do enunciado dos procedimentos a observar na construção da capela-mor, de que a seguir daremos nota, também o conjunto das formalidades relacionadas com esta construção se revestem de grande interesse, na medida em que explicitam os procedimentos mais frequentes.
Assim, a hierarquia diocesana, representada pelo Doutor Manuel Velho Quintela, dada a sua qualidade de provisor do bispado, delegou no Doutor José da Serra, abade de Sicouro[940], o início e acompanhamento de todo o processo. Deste modo competia-lhe deslocar-se a S. Joanico a 3 de Novembro de 1787, o dia estipulado para a arrematação, e tomar os lances dos mestres, sabendo-se que o ramo seria entregue a quem, observando as cláusulas

---

[938] O Abade de Baçal não deixou de referenciar a possibilidade de terem existido algumas dúvidas «quanto à dependência de Caçarelhos, pois o visitador da dioceses, por legação do bispo, a 14 de Junho de 1630 mandou que o cura e fregueses de S. Joanico reconheçam a igreja de Caçarelhos por sua matriz». Alves, Francisco Manuel e AMADO, Adrião Martins - *Vimioso*, Publicação da Junta Distrital de Bragança, Coimbra, 1968, p. 166

[939] A.D.B., Mitra., Cx. 58, doc. nº 13

[940] Desconhecemos se o Doutor Francisco José da Serra tinha aptidões especiais que o recomendassem particularmente para as funções de que era investido. No documento que vimos seguindo (fl. 4), ao notificar-se o abade de Sicouro para ir fazer a arrematação a S. Joanico mas «fazendo hum risco e apontamentos da dita obra que se há de rematar». Esta passagem sugere que o abade de Sicouro seria o autor do risco. Porém, mais à frente o Doutor Manuel Velho Quintela ao enumerar as responsabilidades cometidas ao abade adianta que a obra deve correr «na forma do risco e apontamentos que se lhe ham de dar». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 13, fl. 4

contidas nos apontamentos, estivesse disposto a obrigar-se à empreitada por menos dinheiro.

Quadro 16

«Plano ou planta e apontamentos[941] da obra de pedreiro da capella mor da igreja de Sam Joanico anexa da abadia de Caçarelhos

Terá esta capella pella parte interior trinta palmos de cumprido, a saber vinte e quatro de capella, e seis de tribuna para o que se puxara atras todo o que for precizo
terá de largo vinte palmos, e de alto vinte e quatro a saber vinte até o amadeiramento e mais para cima serão as paredes feitas de pedra, e barro de tres palmos e meio de largo, e os alicerces de seis, e altura necessaria para segurança das paredes
levarão estas paredes sua faxa, ou soquo de cantaria a roda de tres palmos de alto
terá a parede da parte do Sul sua fresta de cantaria de altura de seis palmos de alto, e de tres de largo com seus ferros e o mais precizo que o mestre pora
levara sua corniga a roda assentada sobre seu frizo
e levara os quatro cunhaes de cantaria e sobre elles suas piramedes e cruzes no meio feitas de altura e forma perporcionada assentadas em suas pedrastais
terá o arco seus capiteis e vazes e altura preporcionada
fará o solar da capella de cantaria
fará os tres degraos dous da largura da capella, e o terceiro em quadro a proporção do altar que o mestre fará
fará mais a sacristia e porta para ella
ficará obrigado a rebocar as paredes e branquear, e fazer os tilhados dando o mestre toda a telha e argamassar os cumes e beiras da dita capella e sacristia que tambem lagiara e ficara livre dos carretos».

Compareceu à arrematação José Gonçalves, mestre canteiro minhoto e que era oriundo da freguesia de Santa Maria de Âncora[942]. Na parte respeitante ao ofício de pedraria mas com a condição de que ficariam por conta do abade de Caçarelhos «os carretos de pedra barro, e cal[943]», José Gonçalves mostrou-se interessado na obra e fez um lance de 213.000 réis. Ao facto de ter sido o

[941] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 13, fl. 8. O documento é assinado pelo Abade de Sicouro e pelo mestre José Gonçalves.
[942] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 13, fls. 6-6v. *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, Tomo VII, Bragança, 1981, p. 214
[943] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 13, fl. 6v. Fazendo parte do mesmo processo, outro documento (fl. 11) serve como demonstração dos custos que o abade suportou: «declara se que o reverendo abbade da matriz de Caçarelhos na falta dos moradores de Sam Joanico se obriga como fica dito a dar todos digo a pagar todos os carretos precizos para complemento de todas as referidas obras e dar homens para ajudar a abrir os alicerces e o mais precizo e isto pelas parte que o povo devia contribuir para o que toca e pertence a sua obrigação».

único canteiro que esteve presente à arrematação - o que poderá indiciar preferência e parcialidade na divulgação da empreitada[944] - adicionava-se a força do prestígio adquirido e o seu reconhecimento, por ser:

> «este mestre de provada fe pratica, e credito nas muitas obras das igrejas que tem feito nesta terra[945]».

Em consequência, o abade de Sicouro, na sua qualidade de «juis comissario lhe recebeo o dito lance», dando-se a obra de pedraria como arrematada.

Quadro 17

«Apontamentos da obra de carpentaria da capella mor de São Joanico

Como esta capella há de ter vinte quatro palmos digo trinta palmos de cumprido a saber vinte quatro de capella e seis de tribuna e vinte de largo
será todo este cumprimento e largura forrado toscamente e por baixo apainelada até o retablo com seus caexilhos de molduras e suas rosetas nos cantos de cada hum
levará suas quartellas nos frizos ressaltiados com sua cornige e levarão as quartellas sua talha com largueza que avulte
fará a porta para a sacristia de duas a que pora seu caravilhão e forrará a mesma sacristia lizamente na forma chamada escama de peixe com seu frizo a roda
fará tudo de boa madeira branqua da melhor da terra, e bem pregada a conta do mesmo mestre
ficará o mestre livre dos carretos[946]».

Para aumento da decência da capela-mor da igreja de S. Joanico também as mãos do ofício de carpinteiro seriam solicitadas. Nesta linha de orientação, a arrematação teria lugar no mesmo dia em que os trabalhos de pedraria foram apregoados na praça. Sinal do interesse que tinham na

[944] Apesar de uma declaração em que, dando-se notícia das despesas efectuadas na capela-mor pelo Abade de Caçarelhos, se diz «não acudirão mais mestres a esta arrematação comtudo [sic] forão lhe remetidos os apontamentos a outros e convoquados algum tempo antes do dia assinalado». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 13, fl. 11
[945] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 13, fl. 6v

execução da obra, acorreram à arrematação os mestres carpinteiros Manuel Fernandes, da povoação de Palaçoulo, e Manuel Afonso, da vila de Outeiro[947]. Nenhum dos lances dos dois mestres carpinteiros seria inferior a 58.000 réis e a obra seria entregue a Manuel Fernandes. Entre as condições que pesaram na decisão parecem ter sido determinantes outras razões, entre as quais se contava o facto de:

> «ser o mesmo mestre de boa fé credito e inteligencia cujas obras do seu officio hé constante terem provado bem nesta terra[948]».

Por sua vez, o mestre entalhador José Fernandes[949], natural de S. Martinho, termo de Miranda do Douro, contrataria a execução do retábulo que preencheria toda a cabeceira, sabendo-se que a «capella há(via) de ter de altura vinte quatro palmos, e vinte de largo[950]». A propósito desta igreja terá interesse o registo de uma nota do Abade de Caçarelhos, José Francisco Padrão, que foi provido na abadia em 18 de Dezembro de 1783. Algumas das suas informações sobre o estado da igreja complementam o que já foi dito, outras acrescentam novos dados:

> «como toda esta igreja estava na maior indigencia e necessidade dei inteira reedificação pela sua pequenes, velhice e ruina que indiciava

---

[946] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 13

[947] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 13. *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, Tomo VII, Bragança, 1981, p. 214

[948] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 13. «E logo no mesmo dia e hora de tempo aparecerão prezentes em suas pessoas de que dou fe serem os mesmos Manoel Fernandes mestre carpenteiro do lugar de Palaçoulo termo da cidade de Miranda e Manoel Affonço da villa de Outeiro e pelo dito Manoel Fernandes foi dito que pelos apontamentos juntos a estes autos que eu escrivão lhe li em forma que muito bem os entendeo e percebeo, e que respeitão a dita obra da capela mor da matriz deste lugar lançava, e se obrigava a fazer la completamente nos termos da arte pela quantia de cincoenta e oito mil reis pondo por sua conta toda a boa madeira branca e pregage por menos de cuja quantia a não podia fazer e por dizer o outro dito mestre Manoel Affonso lhe não fazia conta por menos quantia elle reverendo juis comissario recebeo ao dito mestre Manoel Fernandes o lance que fazia e dava dos sitos cincoenta e oito mil reis não só por não aparecerem outros mestres que por menos a fizessem [...] e os carretos de madeira ficão tambem por conta do reverendo abbade».

[949] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 13. *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, Tomo VII, Bragança, 1981, pp. 214-215

[950] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 13,

começou o dito novo abbade a pensar na construção da sua capella (mor) que com effeito fazendo demolir a velha fiz logo edifficar a nova na forma em que hoje (1783?) se acha fazendo toda a obra a sua custa tanto de pedreiros, carpinteiros como entalhador fazendo athe a parte que competia ao povo da meação do arco maior, sacristia caixoens, e camarim da tribuna, em cuja contemplação lhe derão os moradores os carretos para esta obra a excepção dos que ainda pagou[951]».

Tecendo algumas considerações sobre a reedificação, à sua custa, da casa de residência do cura da igreja de S. João, o abade José Francisco Padrão adianta outras informações que por estarem relacionadas com a igreja há interesse em reter:

«se deve tambem prenotar que como o corpo desta igreja estava no estado que fica dito a respeito da capella, e esta foi precizo puxa la mais atras alguas braças para ficar com a competente capacidade e dar logar a mesma para o corpo da igreja que consecutivamente ficava aberto pedia a necessidade que se tratasse logo da inteira formação desta, como com effeito se tratou e feitos os apontamentos e ajustes competentes pello respectivo reverendo abbade se demolio esta igreja e começou a fazer a nova que com effeito se concluiu sem interrupção[952]».

Perto de Vale de Frades fica a povoação de Avelanoso cuja igreja, nos anos imediatos à viragem da metade do século XVIII, foi objecto de intervenções.

Em Maio de 1752, o Doutor Francisco Aranha, deão da Sé de Miranda, assinava o edital[953] que, devendo ser afixado nas portas da catedral, noticiaria a arrematação da capela-mor da igreja de S. Pedro.

---

[951] A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 105, *Inventario da igreja de S. João Baptista*, fl. 2v

[952] Relativamente aos custos, acrescentou-se: «contando toda a despeza tocante a pedreiros reboques, e telhados sino grande novo, carpinteiros retablo tambem novo do Santo Christo e concerto de Nossa Senhora se fez a de trezentos settenta e seis mil novecentos para o que deu o povo em dinheiro 114.260 de casca (') que fez e tirou da confraria de Santo Antonio pois o mais resto da despeza correu por conta do reverendo abbade». O Santo Cristo e Nossa Senhora eram os titulares dos colaterais. A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 105, *Inventario da igreja de S. João Baptista*, fls. 6, 7v

[953] «Faço saber que aos quatro dias do mês de Junho deste prezente anno se há de rematar na Praça desta cidade a obra da capella mor da igreja de Avellanozo a quem por menos a fizer na

Conforme a data previamente marcada, no dia quatro de Junho, na praça pública da cidade de Miranda e depois do porteiro Manuel Vicente ter apregoado a obra - «que se há de fazer *a fundamentis*» - lançou nela Manuel Gonçalves[954], mestre canteiro de quem se dizia ser oriundo da província do Minho. Sendo-lhe entregue o ramo, sinal de que nenhum outro dos potenciais candidatos estava em condições de licitar com valores inferiores aos 430.000 réis do mestre minhoto, a sua aceitação, por sua vez, significava a concordância com as cláusulas gerais que a entidade encomendadora tinha definido. Entre os pontos mais importantes destacava-se a obrigação do mestre Manuel Gonçalves, por sua pessoa e bens, executar a obra dentro de um ano e de acordo com os apontamentos estipulados. Ao mesmo tempo, devia apresentar uma pessoa abonada como fiador que também desse garantias de que a empreitada seria terminada de modo a estar capaz de se «receber», sinal de que tinha sido realizada de acordo com as regras da arte.

Mestres do mesmo ofício seriam indicados pelas partes para avaliarem o resultado final. Elemento indicativo das normas de rigor que acompanhavam a evolução dos trabalhos era explicitado pela determinação que a capela-mor «não estando na forma dos apontamentos se lançara abaixo, e sera feita de novo a custa delle rematante[955]». Desta maneira só após o julgamento positivo é que o mestre se poderia considerar desligado da obra[956] e, simultaneamente,

---

forma da planta que se acha na mão do reverendo Manoel Soares de Oliveira depositario dos beneficios vagos; e para que chegue a noticia de toda a pessoa que quizer lançar na ditta obra se passou este edital para as portas da Santa Sé.

Dado em Miranda sob meu sinal aos 22 de Maio de 1752 eu o padre Agostinho de Araujo Teixeira escrivão da Camera Eclessiastica o fis

a) Aranha». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 14

954 A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 14. *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, Tomo VII, Bragança, 1981, pp. 215-216

955 A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 14

956 Em Junho de 1753, o cura da igreja de S. Pedro, Francisco Martins, certificava a conclusão da empreitada. A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 14

com condições para acabar de receber a última prestação do valor[957] da empreitada.

Quadro 18

«Apontamentos da capella mor da igreja de Avelanozo

Terá de comprimento esta capella pella parte de dentro vinte e seis palmos, e de largo vinte e dous, e de alto dezanove, tudo por dentro.
O arco cruzeiro terá de alto dezanove palmos no pe direito, e de largo quatorze, com sua sepa em lugar de vaza, e imposta em lugar de capitel, e esta caminhará pellos lados para arrancar a abobeda. O mesmo arco será apilarado pella frente. As paredes dos lados sairão de seis palmos, e meio the a gola da terra, e ahi serão cortadas pella parte de fora, e serão de cinco palmos, e meio dahi para sima. A empena das costas sera de tres palmos, e mio, e a do arco será de tres palmos, e todas as paredes referidas serão asentadas em fragua. Levará seus cunhaes de pico apilarados nas costas, estes não terão vaze nem capitel, subirão na altura necessaria para dar corrente ao telhado que há de ser asente sobre a abobeda entulhado de mescla, e pedra, e correrá a sua cornige de meia cana, e levará quatro piramides nos cunhaes; e os dous cunhaes da parte do arco sairão, o que descobrirem do corpo da igreja. Levará duas cruzes nas empenas com seus pedestraes.
As paredes serão de masacote a saber cinco partes de barro, e tres de cal, e serão feitas de boa pedra e bem tramadas. Da parte da Epistola terá sua fresta de seis palmos de alto na lus, e dous de largo, com suas fachas por dentro, e por fora.
Terá seu degrau com seu bucel ao arco cruzeiro, e será toda lageada, e muito bem ajustada, e a cantaria muito bem lavrada, e com seu bucel; os dous primeiros correrão de parte a parte e o terceiro fará trez entradas. O mesmo altar será feito de pedra, e cal, e por sima lageado, e ficará bem repartido no meio da capella, e não terá menos altura e cumprimento, que o frontal novo que ultimamente se fes para o mesmo altar, e pello dito frontal, se governará o mestre desta obra a qual será muito bem rebocada por dentro, e por fora com cal e area, e da mesma forma branqueada.
O telhado será dobrado, e muito bem embocado de cal e area, na forma que está o de Santa Crus desta cidade (de Miranda).
A porta da sachristia servira a mesma, e se lhe acrescentarão as contras para encher a grossura das paredes.
As piramedes serão de sepa, gola, e espigão, com sua bola em cima.
As aduellas do arco cruzeiro não terão menos de palmo, e quarto na cabeça lavrada, e metade dele he por conta do povo.
Esta obra será vista, e examinada por mestres piritos, e se se não achar comforme [sic] estes apontamentos se lançará abaixo e será feita de novo a custa do mestre della[958]».

[957] Arrematada, como se disse, por 430.000 réis, determinou-se no respectivo contrato: «a sobredita quantia lhe sera satisfeita em tres pagamentos igoais, o primeiro ao principio da obra o segundo estando em meio fazer, e o terceiro estando feita vista examinada pellos examinadores». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 14

[958] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 14. *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *Memórias arqueológico - -históricas do Distrito de Bragança*, Tomo VII, Bragança, 1981, pp. 215-216

O Doutor José da Serra, abade de Sicouro «e suas anexas», voltaria a ter algum protagonismo pelos anos de 1782, a propósito de alguns problemas relacionados com a igreja de S. Pedro, na povoação de S. Pedro da Silva.

De facto, nos primeiros dias de Junho deste ano, o Abade de Sicouro que também desempenhava as funções de arcipreste do ramo de Miranda ordenava ao meirinho deste arciprestado para notificar o reverendo António José Vieira de Carvalho e suas irmãs para, enquanto herdeiros do falecido abade de S. Pedro da Silva, «se verem louvar em huma vestoria que se faz na dita igreja matris[959]». Conhece-se uma petição - de 2 de Abril de 1782 - em que os juízes da igreja e do povo, juntamente com alguns moradores, davam conta à competente autoridade diocesana do falecimento do abade Francisco José Vieira de Carvalho e do estado de insuficiência em que deixou a igreja visto serem patentes as faltas do «retabulo do altar mor, coatro castiçaes, a imagem de S. Pedro, cortinas de forma, que se não pode com decencia dizer missa no dito altar[960]». Partindo do princípio de que tais obras deviam ter sido mandadas fazer pelo abade defunto, era pretensão daqueles oficiais que fossem feitas e pagas «a custa dos herdeiros sequestrando se lhe para o dito effeito os fructos, e herança[961]». Ao abade de Sicouro foram, pois, dadas competências para fazer as averiguações que se impunham, nomeadamente se as obras eram necessárias e caso se confirmasse pertencerem ao abade defunto calcular a quantia necessária para a sua execução pelo recurso ao congelamento das rendas em valor igual ao montante necessário.

O padre António Martins, cura da Granja, e o pároco de S. Pedro da Silva, Manuel Vaz Delgado participaram neste processo como louvados, de que se lavrou o respectivo «auto de vestoria». Em causa estava o retábulo, a imagem do orago e também a capela-mor. Relativamente a esta, a opinião dos

[959] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1
[960] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1
[961] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1.

louvados, fundamentada no exercício de pormenorizada inspecção, chegaria ao nosso conhecimento nos seguintes termos:

> «acharão o que se fes notoriamente manefesto que a capella mor he pequena e muito antiga cujas paredes, e teto ameassão ruina com principio de abreturas nas paredes, e estas propenças para as partes de fora por cujo motivo se perciza ou de redeficarem se as paredes, e teto, ou fazersse de novo com mais extençam[962]».

Contudo, a par com estas verificações também se chegaria à conclusão, pela análise das orientações preconizadas pelos visitadores, da inexistência de alguma ordem para os abades fazerem novo retábulo, nova imagem do padroeiro ou procederem à reedificação das paredes da capela-mor. Como obras consideradas prementes, apenas um capítulo datado de 1756 impunha ao abade a obrigação de «forrar de novo o teto da capella mor[963]». Porém, diga-se que nesta data o reverendo Francisco Vieira de Carvalho ainda não tinha tomado posse daquele benefício eclesiástico.

Conhecidas as deficiências que a capela-mor evidenciava, deve admitir-se que fossem acompanhadas de algumas tentativas de lhes encontrar o remédio adequado. Mas só no início da última década do século de setecentos será possível determinar novas intervenções. Reportamo-nos à cópia de um capítulo de visitação em que o reitor de Babe, João de Araújo, determinava:

> «por conta dos frutos da abbadia mandarão forrar de madeira tosca junto a telha por causa das neves senão em breve tempo se arruinara

---

[962] Relativamente ao retábulo e imagem escreveram: «conservasse o presente retabello que tem retocando de ouro, e tintas em alguas partes principalmente no sacrario, porque suposto o ditto retabello seja muito antigo ao presente tem o seu ouro com muito boa cor, e bem sobresahido excetuando o sacrario que preciza de algua obra, e exeminando a imagem do padroeiro o Senhor Sam Pedro se acha por muito antiga carunxoza falta das suas tintas, e estufados e com algua indecencia se conserva e exeminarão e declararão que muito se preciza de hua capella mor com mais extençam, e de hum novo retabello a sua preporçam com trebuna que o povo quer fazer a sua despeza e conservandosse a antiga capella mor se preciza quazi de todo redeficaremsse as paredes, e o seu teto compodosse e retucandosse com alguas tintas o seu retabello como ditto tem principalmente o sacrario». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1

[963] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1

tribuna e teto da capella maior que fique o forro descama (de peixe) para milhor defender a neve e chuva [...] como tãobem pellos mesmos frutos se mandara dourar o altar maior e o apainellado do teto[964]».

Em consequência, em Fevereiro de 1791, o cónego Quintela, provisor do bispado, mandava colocar «escriptos na porta da igreja, e na da Sé[965]» para se efectuar a sua arrematação. Nos finais de Março, o cura de S. Pedro da Silva e Granja, Pascoal Rodrigues, certificava que «aqui vierão a ber as obras capettilladas [sic] mestres que bem o intendam como foi o pintor de Miranda (Manuel Fortuna ?) Villa Chaa, Parada[966]». De acordo com a informação do pároco sabemos que «o ultimo lance ficou no de Joze Pereira (da povoação) de Parada que forão cento, e noventa mil reis[967]», devendo igualmente extraír-se das manifestações de contentamento da população por ser ele o escolhido um sinal de que a sua fama se tinha estendido a áreas significativas da região. Contudo, o trabalho deste pintor-dourador devia incidir sobre o retábulo e tecto porque se indicia que relativamente ao trabalho do forro da capela-mor houve três mestres interessados e que foi entregue ao que fez um lanço de 14.000 réis.

Conhecidos são também os «apontamentos que ande servir para se dourar o retablo mor, e teto da capella mor» da matriz de S. Pedro. Entregue esta obra a Manuel Pereira, o pintor devia seguir os procedimentos estipulados e que para o tecto determinavam:

> «os ronpantes [sic] do teto seram as rozas doradas o meio dellas sera pratiado e o depois de robim ou esmeralda a meia cana que leva o coadro na borda como a que vai no meio das rozas seram douradas as cornijas o alto dellas da mesma forma os coadros sam vinte cinco e seram pintados de ornatos, e brutescos com bonnas tintas no coadro do meio se lhe pintara o urago que he S. Pedro nos coadros dos nichos dos

[964] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1
[965] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1
[966] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1
[967] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1

Santos de retablo se le fingirá hua primavera de matizes os anjos do remate seram emcarnados[968]».

A documentação conhecida permite ainda associar o pintor - dourador José Pereira à intervenção no retábulo maior da matriz de Mós, em 1750, à pintura e douramento do tecto da capela-mor da igreja de Talhinhas (1752) e ainda ao retábulo e tecto, também da capela-mor, da igreja de Penhas Juntas (1753).

Um documento relacionado com a obra da capela-mor da igreja de Granja de S. Pedro, declarando que devia ser feita «a imitassão da que se fes e capella do mesmo lugar de S. Pedro da Silva[969]», não deixa dúvidas sobre as ambições dos seus fregueses. A publicação, em Janeiro de 1787, de um aviso para os mestres interessados na execução do arco cruzeiro parece ser indicador de que nesta altura a fábrica da capela maior estava na ordem do dia. A parte pertencente ao ofício de pedreiro e canteiro foi disputada por José Gonçalves, minhoto de Santa Maria de Âncora, que fez um lance de 150.000 réis e por Luís Fernandes, natural da vizinha povoação de Genísio, que licitou menos 10.000 réis que o outro candidato. Em consequência do valor mais baixo, a obra devia ser entregue a Luís Fernandes já que as cláusulas dos apontamentos seriam respeitadas.

Todavia, a força da popularidade profissional e, certamente, pessoal de José Gonçalves, era de tal modo notória que, só por si, parecia ser suficiente para afastar a concorrência. Com efeito, após a arrematação o juiz da igreja e homens do acordão, relatando ao provisor e vigário-geral do bispado o modo como tudo tinha decorrido, afirmavam o desejo de modificar o que a arrematação determinou. Para alcançarem os seus propósitos, diziam:

«nos queremos que a faça Joze Gonçalves por ser milhor mestre por coanto fez a de S. Pedro da Silva que ficou a satisfação do povo e do

[968] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 1
[969] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 9

Reverendo Abbade de Zenizio assim nos obrigamos a dar ao Joze Gonçalves os 10.000 reis que baxou o tal Luis Fernandes».

Na mesma petição, os oficiais da igreja e população, acrescentavam, agora tendo em conta a obra de madeiras:

«e o que pertence de carpinteiro lançou Francisco dos Santos do lugar de S. Pedro da Silva em cincoenta mil reis e por elle a não querer fazer menos se aceitou o lance do mestre carpinteiro do lugar de Pallaçoullo em 48000 reis e pello mesmo queremos que a faça Francisco dos Santos por ser mestre milhor que fes a de S. Pedro da Silva e ficou capas assim nos obrigamos a dar os 2000 reis[970]».

Embora não se tratando da igreja sede de paróquia, a igreja da povoação de Figueira[971], anexa de Travanca, interessa-nos particularmente por um dos protagonistas nesta obra ser irmão de Matias Lourenço de Matos, importante mestre de pedraria e responsável por diversas obras na zona de Vila Real.

Em Outubro de 1770, no Paço Episcopal de Bragança João Lourenço de Matos arrematava[972] por 129.000 réis a obra da capela-mor da igreja de

---

[970] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 9

[971] Sendo anexa de Travanca só pode tratar-se da povoação de Figueirinha localizada entre as de Sanhoane e de Granja. A utilidade deste esclarecimento impõe-se pelo facto de existir no concelho de Mogadouro uma outra povoação com o nome de Figueira, esta localizada perto de Zava. Contudo, respeitaremos a designação das fontes históricas contemporâneas dos factos a que nos reportamos.

[972] «Auto de rematação da capella mor do lugar de Figueira que arrematou João Lourenço mestre canteiro assistente nesta cidade em cento e vinte nove mil reis na forma dos apontamentos juntos

Aos sete dias do mês de Outubro de mil setecentos e setenta annos nesta cidade de Bragança e Paço Episcopal ahi pello Doutor Andre Xavier da Rocha provizor e vigario geral neste bispado ahi mandou ao porteiro deste Juizo Estevão Pires que arrematasse a cappella mor do lugar de Fegueira dizendo que se havia de rematar que se havia de algua pessoa que nella quizesse lançar que se lhe tomaria lance a quem por menos a fizesse andando e apregoando em altas vozes dezemdo com hum ramo verde na mão há quem queira lançar ma obra da capella mor da igreja do lugar de Fegueira que se havia de rematar e não ouve quem lançasse nella mais que João Lurenço [sic] mestre canteiro e assistente nesta cidade que a arrematou a dita obra em cento e vinte nove mil reis na forma dos apontamentos aqui juntos com a chave na mão e de como aseitou o disse assinou este termo que elle assinou com o reverendo menistro e Porteiro Francisco Xavier de Almeida escrivão o escrevi

a) Rocha

a) João Lourenço de Matos

Figueira - actual Figueirinha. Contudo, embora tivesse assinado o auto de arrematação sabemos que a sua apresentação a este concurso se fazia em parceria com os mestres de cantaria Manuel António de Miranda e Agostinho Gonçalves[973].

Quadro 19

«Apontamentos da capela maior de Figueira de pedra e madeiras

Tera a dita capela mor, de comprimento, vinte e coatro palmos, e de largo dezaceis palmos,
com dois conhais de cantaria com soco e vaza e capitel na ordem toscana e terão os conhais de face ou paramento dois palmos e meio apilarados,
e levantarão altura da mesma igreja com seu frizo por cima lizo que tera de alto palmo e meio coarto de palmo e hua cornige de papo de rola com seu filete no leito e outro no cimo digo no meio correra tanto o frizo como a cornige lados
e impena das costas da cala mor [sic] com duas piramidas e hua crus de coatro palmos de alto e de larga dois palmos
com dois varois de ferro com coatro traveças apilarada por dentro e por fora
hua porta para a sancrestia apilarada so da parte da capela mor lagiada de cantaria *com duas sepulturas*[974] hu degrau no arco crozeiro e outro nos previterios que tope de parede a parede e outro que cirva de taburno do comprimento do altar
e ce desfara o arco crozeiro e ce fara de novo e cervindo toda a cantaria que tem metendo lhe toda a que faltar de novo com doze palmos de vão de largo e de alto o que pedir a mesma obra
groçuras de paredes tres palmos e meio, acentes em barro rachada e goarnecida por dentro e por fora com areia e cal
declaro que o arco crozeiro levara vazas e capiteis na forma da mais obra
e levara hua fiada de tinta preta ou amarela de tres palmos de alto com algu feitio e adorno isto ce emtende por dentro
e tudo por conta de quem arrematar declaro toda a cantaria cera assente em cal de po de pedra[975]».

---

a) Sebastião Pires». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 4. Os apontamentos devem-se a João Lourenço de Matos.

[973] Na parte final do «auto de arrematação», embora com letra diferente e em registo independente, escreveu-se a seguinte declaração: «Declaro que os lançadores sam tres João Lourenço Manoel de Miranda e Agostinho Gonçalves e todos tres arrematarão a dita obra na forma assima e na dos apontamentos e assinarão com ele reverendo menistro e porteiro e de pagamentos serão tres hum no prencipio da obra, outro no meio da obra e outro no fim della e assenarão e darão a obra finda athe o fim de Maio do presente anno eu Francisco Xavier de Almeida o escrevi
a) Rocha
a) Manoel de Miramda [sic]
a) Augustinho Gonzales». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 4. *Vd.* ALVES, Francisco Manuel - *Memórias arqueológico históricas do Distrito de Bragança*, Tomo VII, Bragança, 1981, p. 298; MOURINHO (Júnior), António Rodrigues - *Arquitectura religiosa da diocese de Miranda do Douro - Bragança*, Sendim, 1995, p. 228

[974] As palavras em itálico riscaram-se.

[975] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 4

Em 25 de Abril de 1772, como certificou o padre Manuel Afonso Freire, a empreitada considerava-se concluída. Contudo, pouco antes do seu término o mestre canteiro Manuel de Miranda duvidando da seriedade de João Lourenço de Matos, com base em omissões anteriores e que respeitavam ao modo como lhe prestava contas do dinheiro recebido, solicitou[976] e obteve do vigário geral do bispado um despacho que embargava o valor de 18.000 réis que o depositário, Domingos Fernandes, para aquele efeito tinha em seu poder.

Quadro 20

«Apontamentos de madeiras (da capela-mor da igreja de Figueira)

levara coatro soleiras que terão de largo o alto hu palmo e de groço tres coartos de palmo metidas nas paredes para milhor cegorança dois tirantes da mesma groçura feita de pernas com seos oliveis forrado de escama de peixe terão os caibros de groço coatro dedos e de altura meio palmo e meio quarto de pallmo cera esta madeira branca como a da igreja por não aver outra na terra todas as madeiras cerão bem labradas e bem pregadas e as coleiras e tirantes levarão bonnas cabilhas e cera todas estas madeiras bem pregadas e atabicadas e cera tilhada pondo lhe a telha de novo a que faltar e as bocas das telhas primeira e cegundas assentadas em cal e tãobem as faces das paredes, e cumio do ponto do emmadeiramento tudo por conta de quem arrematar[977]».

Esta questão, por insistência[978] de João Lourenço de Matos, seria resolvida em 10 de Maio de 1772, altura em que este canteiro e a mulher de

[976] «Dis Manoel de Miranda mestre canteiro desta cidade que elle e João Lourenço de Mattos que elles dois supplicantes lancarão na obra da capella mor do lugar de Figeira anexa a de Travanca e por estar coazi finda e João Lourenço de Mattos ter cobrado a maior parte do dinheiro de que faz pouca conta de dar conta delle e se acha em depozito de Domingos Fernandes dezoito mil reis e assim
Pede a Vossa Merce Muito Reverendo Senhor Doutor Provizor Vigario Geral seja servido se lhe faça embargo no dito dinheiro athe se lhe fazerem contas entre ambos e recebera merce». À margem esquerda deste documento escreveu-se: «Ponhasse esta na mão do depozitario o qual não entregara dinheiro algum ao dito João Lourenço sem o suplicante ser ouvido
Bragança, 20 de Outubro de 1771
a) Miranda». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 4

[977] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 4. Os apontamentos devem-se a João Lourenço de Matos.

[978] «Dis João Lourenço de Mattos mestre que rematou a obra da capela mor do lugar de Figueira bispado de Miranda e como a obra esta acabada na forma da sertidão junta paçada pelo reverendo abade de mesma abadia de Travanca e como coando se deu entrega e contas ao

Manuel Miranda, por este estar ausente[979] na cidade do Porto, dividiram[980] em partes iguais a quantia de 4.600 réis.

Voltaremos a deparar com os passos de João Lourenço de Matos a propósito das obras efectuadas na igreja matriz de Urrós. Em Novembro de de 1771, decidia-se a fábrica de um novo retábulo para a sua capela-mor - que devia ser custeado pelos frutos da abadia[981] - e, por edital, marcava-se o dia

---

dito abade logo se deixou o emporte do resto que se devia da mesma obra, na mão do depozitario ou tizoreiro Domingos Fernandes mordomo do Paço e portanto
Pede a Vossa Senhoria, e Senhor Governador deste bispado, seja servido mandar que o depozitario Domingos Fernandes emtregue o resto que se deve que ao supliquante João Lourenço de Mattos e recebera merce». No documento escreveu-se o despacho: «Responda o canteiro Manoel de Miranda se esta já satisfeito do embargo que requereu contra o supplicante pela parte que lhe pertencia na arrematação desta obra em que forão socios como consta da petiçam incluza
Bragança 9 de Maio de 1772
a) Ferreira
Confessando a mulher do dito Manoel de Miranda o ajuste que o supplicante relata na sua replica o depozitario entregue a ambos as partes que lhe tocarem na forma do mesmo ajuste vista a certidão juncta do reverendo Abbade de Travanca por onde consta estar satisfeita a dita obra
Bragança e Maio 10 de 1772
a) Ferreira». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 4. *Vd.* MOURINHO (Júnior), António Rodrigues - *ob. cit.*, Sendim, 1995, p. 228

[979] «Senhor Doutor Provizor, e Governador do bispado
Como Manoel de Miranda se acha fora desta terra, em a cidade do Porto com requerimentos que nella tem, e o dito João Lourenço não pode estar esperando se recolha a esta por necessidade que tem rezão porque pede a Vossa Senhoria Muito Reverendo Senhor Doutor Provizor e Governador do bispado seja servido mandar que a mulher do dito Manoel de Miranda receba a metade da dita quantia e elle a outra ametade por assim o terem justo e recebera merce».A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 4

[980] «Recebi eu e mais, a molher de Manoel Antonio de Miranda coatro mil e seiscentos reis eu recebi a metade e a molher do dito Manoel Antonio recebeu a metade que he dois mil e trezentos reis e por verdade nos asinamos hoje Bragança 10 de Abril de 1772 annos digo do mês de Maio - 10 de 1772 declaro que recebi da mão do depozitario Domingos Fernandes na forma do despacho retro e por este o desobrigamos do dito resto da arematação da obra de Figueira he de Serra asina pela sobredita Milgel [sic] Martins
a) João Lourenço de Mattos
a) Miguel Martins».A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 4

[981] Sabe-se que, em consequência das obras da capela maior, o sacrário tinha sido deslocado para um altar colateral. Mas as dificuldades da realização do culto eram grandes porque o corpo da igreja também andava em obras. Porém, a obra do retábulo afligia os moradores porque entre outros motivos temiam a concorrência de outras igrejas da abadia, onde se incluía a de Sendim: «tem os supplicantes noticia de que os do lugar de Sendim requerem se lhe faça tãobem a capela mor, o que se não deve prosseguir a não ser que haja em depozito dinheiro bastante, sem que primeiro se conclua esta por estar principiada». A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 7

oito de Dezembro para a sua arrematação. Será útil esclarecer que esta obra fazia parte de um conjunto de determinações resultantes de um acto de visita que, antes de 1771, levou o bispo D. Frei Aleixo àquela localidade. De resto, a matéria seria esclarecida num documento em que o juiz da igreja, em nome individual e dos moradores, declarava:

> «na vizita passada ficou em capitulo que se fizesse de novo a capela mor da igreja matris com seu retablo, e com effeito esta concluida no que respeita a paredes, e tecto resta agora o retablo[982]».

Ou seja, todo o processo relacionado com a máquina retabular só podia ser iniciado após a conclusão das obras de pedraria e madeiramento do tecto da capela-mor. Entre outras particularidades, os seus apontamentos esclarecem que a capela-mor devia ter «trinta e tres palmos de altura e vinte e tres de largura», determinando-se também que seria «todo este sitio ocupado com a mesma obra[983]». Arrematada a obra pelo «escultor» e mestre entalhador Francisco António da Silva[984], da vila de Mogadouro, e lavrada a respectiva escritura somos confrontados com a assinatura de João Lourenço de Matos que, como testemunha, assistiu ao acto notarial.

Se por um lado este mestre canteiro tinha assumido compromissos profissionais na povoação de Figueira - actual Figueirinha- a pouca distância entre esta e Urrós, para além das relações pessoais que se estabelecem com encomendadores e artistas, só por si podem justificar a intervenção de João Lourenço de Matos. Todavia, como sabemos agora que a capela-mor da matriz de Urrós sofreu importantes intervenções na sua estrutura antes da arrematação do retábulo, compreende-se que, a par com o interesse deste, as mãos de pedreiros e canteiros tenham sido convocadas para a sua execução.

---

[982] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 7
[983] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 7
[984] Intitulando-se umas vezes escultor e outras mestre entalhador, Francisco António da Silva arrematou este empreendimento por 197.000 réis. A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 7

No dia 30 de Dezembro de 1770, no Paço Episcopal de Bragança teve lugar a arrematação da obra de pedraria da capela-mor de Urrós. Anunciada pelo porteiro Sebastião Pires e precedida de editais a obra seria entregue a três práticos que a arrematararam em sistema de sociedade por 190.000 réis, valor este que seria repartido, como era relativamente corrente, em três pagamentos. Além de Lourenço de Matos integravam a sociedade José Rodrigues e Manuel de Miranda, todos canteiros, sabendo-se que o último deve ser o seu sócio da igreja de Figueira. A deslocação, em 1766 (21 de Setembro), de João Lourenço de Matos, juntamente com a sua mulher, a casa do tabelião Luis Alves do Couto e Sampaio para tratarem de uma procuração bastante[985] em que davam poderes ao seu irmão e cunhado, Matias Lourenço de Matos, da «villa de Villa Real», para resolver uns assuntos relacionados com a pretensão dos inquilinos de uma casa que tinham arrendada em Vila Real, constituem a primeira notícia conhecida da presença daquele prático em Bragança.

Posteriormente, o registo de nascimento de uma filha do mestre canteiro, baptizada em 5 de Fevereiro de 1769 com o nome de Maria[986], não deixa dúvidas sobre o facto de ter fixado residência nesta cidade e ser freguês da paróquia de S. João Baptista que, por se ter arruinado a sua igreja, viu a sua sede ser integrada na esfera da catedral.

[985] A.D.B., Nuc. Not., Bragança, Mç. 15, Lv. 59, fls. 139-139v
[986] A.D.B., *Livro de baptizados de S. João Baptista (1763-1782)*, Lv. 3, Cx. 2, fl. 81

Quadro 21

«Apontamentos[987] para a obra da capella mor da igreja do lugar de Urrós

Tem a capela mor vinte e dois palmos de largo em bam de comprida em bam trinta e tres palmos
teram as paredes de groço tres palmos e meio
sera lagiada de cantaria pondo lhe a pedra que faltar e desfara as sepulturas que estam feitas e se tornarão a fazer de novo
levara tres degraos a romana
levara huma fresta de tres palmos de largo no plinto e seis de alto levara grade e rede de arame de ferro
e levantar o arco cruzeiro mais tres palmos levando vazas e capiteis na ordem toscana pondo lhe a cantaria que faltar o mesmo sera limpo e apilarado
tera a capela mor a altura da igreja levara dois cunhais apilarados de tres palmos de face levando vazas e capiteis feitos na ordem toscana sera cornijada de palmo e coarto tambem do feitio de papo de rola repartido com filete no meio e outro no leito
ficara a capela mor de duas agoas e duas piramadas feitas em bonna ordem com altura de seis palmos e seu pedastal em corpo coadrado huma crus a romana de altura de sinco palmos em toda altura dela com seu pedrastal [sic] bem feito a cantaria sera asente em cal
declaro o frizo cornige corera nas costas da capela mor fazendo empenna sera rebocada e caada por dentro sera feita por fora de silharia de pico comforme [sic] a que se acha feita na mesma forma seram as juntas bem touradas
a porta da **sacrestia** sera limpa e apilarada de sinco palmos de largo e des de alto
sera tilhada primeira e segunda telha asentada em cal e limatois e pondo a telha que faltar para a mesma obra toda a despeza que fizer e esta obra sera a conta dos rematantes
declaração para **madeiras** sera forrada de escama de peixe e sera de pernas com seus uliveis asentados estes em soleiras inteiras que são duas em cada huma tres gatos de ferro huma em cada ponta e hum no meio de sinco palmos de comprido e chumbados na parede para milhor sigorança e as ditas soleiras teram de groço tres coartos de palmo e de largo palmo e coarto e levara seu emtabolamento por dentro de madeira com suas molduras em bonna ordem
e sera esta obra bem tabicada em madeiras bem labradas e bem pregadas
como tambem levara hum **retablo de novo todo pelo feitio da capela mor de Rabal** do termo de Bragança
serão as madeiras de castanho sera dourada toda a talha e os altos e baixos de pedra fingida azul e verde e outras cores que bem o adornem estas tintas seram finas e levara sua banqueta ou urna bem feita seis castiçais e huma crus com seu corcuficio serão feitos a romana e dourados e pintados na forma do retablo e o corcuficio emcarnado [sic] que fique bem feito
e estes **apontamentos foram feitos por Manoel Antonio de Miranda e João Lourenço de Matos**
para toda esta obra não se da mais nada senão o dinheiro porque rematar e pedra e madeira velha da mesma sem telha alguma pedra velha que se acha em huns pardieiros de humas cazas velhas de hum abbade antigo por se não fazer já cazo dele
João Lourenço de Mattos».

[987] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 7

Quadro 22

«**Apontamenttos, para o emadeiramento da capela mor do lugar Doros, aneixa de Cendim**

levara tres coleiras hua de cada lado e houtra nas costas da capela mor e levara as duas coleiras que topão no arco crozeiro hua gato de ferro cada hua chumbados o pe do mesmo arco e pregados nas pontas das mesmas soleiras terão estas soleiras de largo palmo e coarto de palmo e de groço tres coartos de palmo e de alto em groçura meio palmo e meio coarto de palmo e levarão de vão entre perna e perna palmo e meio de vão e levarão as pernas se os oliveis embotidos, a meia madeira, sera o forro por cima das pernas, em tosco descama de peixe e sera por baixo forrado e apainelado com suas coartelas e frores ou rozas nos remates dos paineis e toda **na forma da capela mor de Caragoza**, e sera toda esta hobra de madeira de castanho e sera tilhada toda com a telha velha e so lhe pora a telha nova que faltar e sera rebocado, o cumio no ponto e em baixo primeira e segunda telha e asentes em cal, e levara vidraça e rede na fresta da mesma capela mor como tãobem levarão mais dois gatos de ferro no meio de cada coleira hu de cada lado pregados e chumbados com bonna segurança
Joze Gonçalves carpinteiro[988]».

Em Bragança, além de Maria, a sua mulher daria à luz Bento[989] (27 de Março de 1770), Damião José[990] (17 de Janeiro de 1772), Henrique José[991] (20 de Dezembro de 1775) e Ana Maria[992] (14 de Maio de 1778).

De acordo com estes registos, ficamos a saber que João Lourenço de Matos era natural de Timpeira, freguesia de Santa Maria de Borbela, perto de Vila Real e estava casado com Brites Alvares da Silva, «do lugar de São João de Roios». O seu pai, Pascoal Fernandes, natural do lugar de S. Julião, termo de Valença do Minho, radicar-se-ia em Timpeira, terra de naturalidade da sua mãe, Ana Lourença.

Tanto a procuração como os dados biográficos não deixam quaisquer dúvidas sobre o facto de João Lourenço de Matos e Matias Lourenço de Matos[993] serem irmãos. Confirmam-se, assim, as suspeitas avançadas por

---

[988] A letra deste documento parece ser de João Lourenço de Matos.
[989] A.D.B., *Livro de baptizados de S. João Baptista (1763-1782)*, Lv. 3, Cx. 2, fl. 96
[990] A.D.B., *Livro de baptizados de S. João Baptista (1763-1782)*, Lv. 3, Cx. 2, fl. 119
[991] A.D.B., *Livro de baptizados de S. João Baptista (1763-1782)*, Lv. 3, Cx. 2, fls. 179v-180
[992] A.D.B., *Livro de baptizados de S. João Baptista (1763-1782)*, Lv. 3, Cx. 2, fl. 219
[993] Tendo arrematado a obra da capela de Nossa Senhora da Pena, em Sequeiros (Vila Real), o mestre António Nogueira Coura passá-la-ia, em Novembro de 1755, para a responsabilidade de Matias Lourenço de Matos. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., *A capela de Nossa*

Joaquim Jaime Ferreira-Alves num estudo pioneiro dedicado a Matias Lourenço em que, balizando a sua actividade entre os anos de 1733 e 1780, demonstrou que este mestre canteiro para além de ser empreiteiro também foi autor de alguns riscos.

A alguns dos empreendimentos aparece associado o nome de João Lourenço de Matos. Em Março de 1749 era o próprio João Lourenço que, pelo valor de 760.000 réis, arrematava a «obra dos arcos e cazas ao pe delles na prassa do Tabolado[994]» que o Senado da Câmara de Vila Real pretendiam fazer. Note-se, contudo, que nesta obra João Lourenço era apenas o representante de uma sociedade em que também participavam o seu irmão Matias Lourenço de Matos, António Luís dos Santos e João Fernandes, todos mestres de cantaria. Já em 23 de Agosto de 1750, no coro da capela de S. Veríssimo da vila de Galegos, dar-se-ia forma legal a uma sociedade em que além de João Lourenço e Matias Lourenço era também integrada por Manuel Rodrigues Canheiro, Manuel Francisco de Oliveira, Sebastião de Outeiro, João Francisco e Paulo Pinto de Magalhães. Como objectivo fundamental desta associação enunciava-se o propósito de quando algum deles arrematasse alguma obra de pedraria se obrigavam «todos e cada hum de pre sim a precas e ganhos que ellas derem a sorte risco e venttura[995]» enquanto se impunha uma penalização relativamente pesada (20.000 réis) para quem não cumprisse esta cláusula contratual.

Pelo número de membros da sociedade e pelas finalidades que perseguiam seria difícil que outros candidatos à execução de uma obra lhe pudessem fazer frente. Facilitando-se a reunião das quantias necessárias de dinheiro, superavam-se eventuais dificuldades no momento da apresentação de fiadores, os quais certamente levavam uma percentagem dos ganhos.

---

[994] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime - *Matias Lourenço de Matos, mestre pedreiro de Vila Real no século XVIII. (Aportações documentais para o estudo da sua actividade)*, in «Estudos transmontanos», Biblioteca Pública Arquivo Distrital de Vila Real, nº 1, 1983, pp. 250-251

[995] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime - *Matias Lourenço de Matos, mestre pedreiro de Vila Real no século XVIII. (Aportações documentais para o estudo da sua actividade)*, in «Estudos transmontanos», Biblioteca Pública Arquivo Distrital de Vila Real, nº 1, 1983, p. 251

Também era mais fácil a eliminação da concorrência já que, no momento da licitação de uma qualquer obra, combinados uns com os outros, podiam influenciar a arrematação, coadunando os lances e preço final com os interesses próprios da sociedade. Por outro lado, a capacidade de movimentação de outros companheiros de ofício, ficando cerceada, tornava-os dependentes da sociedade. Desta forma, o elevado grau de ambição patenteada parece não oferecer dúvidas.

Uma procuração lavrada em Setembro de 1754, pela qual João Lourenço constituía como seu procurador a Matias Lourenço, dá-nos conta de que o primeiro contratou por 300.000 réis «no juizo da provedoria da comarca de Guimaraens a obra da fonte da villa e couto de Provezende[996]» e, por 220.000 réis, «a obra da fonte da villa e couto de Goivaens e huma capella no lugar de Cazal de Loyvos termo da villa de Goivaens, em o juizo da provedoria da cidade de Lamego[997]». Para além dos valores envolvidos, sinal de que se tratavam de obras de alguma envergadura, importa realçar a capacidade de João Lourenço que, ao contratar obras em diferentes lugares, parece afirmar-se como empreiteiro.

Novamente em associação com o seu irmão e com o mestre carpinteiro José Teixeira Bacelar participaria (1760) na obra de acrescentamento da casa de João Feliz de Queirós, em Sanhoane, termo de Penaguião, obra que seria trespassada no tocante a mãos de carpinteiro[998]. Finalmente, data de Fevereiro de 1761 a última notícia em que os dois irmãos, juntamente com o mestre carpinteiro Manuel Teixeira, se obrigaram à construção da residência do abade de Santa Maria da Cumieira, Manuel José Justiniano[999].

A partir deste momento fica-se com a ideia de que os caminhos dos dois irmãos se tornaram divergentes. Mas, além da actividade do ofício, os

---

[996] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime - *ibidem*, p. 252
[997] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime - *ibidem*, p. 252
[998] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime - *ibidem*, pp. 252-253
[999] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime - *ibidem*, pp. 253-254

A partir deste momento fica-se com a ideia de que os caminhos dos dois irmãos se tornaram divergentes. Mas, além da actividade do ofício, os documentos conhecidos deixam ver que João Lourenço de Matos mantinha estreitas relações pessoais com alguns influentes membros do Cabido. Por outro lado, este relacionamento pode indiciar que João Lourenço além de empreiteiro também era conselheiro dos principais órgãos da diocese para os assuntos artísticos, especialmente para os relacionados com a arquitectura e com a talha. Assim se justifica que, no momento em que arrematavam as obras das cabeceiras de Urrós e Figueirinha, sejam da sua autoria os apontamentos. Todavia, as indicações para que o retábulo da capela-mor de Urrós fosse (1770) executado pelo feitio do da matriz de Rabal, e o forro e apainelamento da mesma capela maior como o da paroquial de Carragoza, mostram um artista bem informado sobre as obras existentes no interior das igrejas e, ao mesmo tempo, com preferências bem definidas. Assim, faz sentido a hipótese de lhe poderem ser atribuídas estas duas últimas realizações. Por outro lado, se à mão de João Lourenço de Matos dever-se-iam ainda as plantas que acompanhavam os apontamentos também é lícito supormos a sua interferência no risco de algumas máquinas retabulares, prática que, aliás, alguns notáveis[1000] arquitectos não engeitaram.

[1000] Bom exemplo seria Miguel Francisco da Silva, arquitecto e entalhador [...] que, sem nunca abandonar as suas funções como arquitecto, uma vez fixado no Porto, interpretará magistralmente, como entalhador e autor de riscos, a arte da talha, encontrando-se na génese da escola joanina portuense». À sua mão devem-se os riscos para os retábulos das capelas maiores de S. João da Foz, igreja do convento de S. Francisco de Guimarães, colaterais e frontespício do arco cruzeiro de Santo André de Canidelo (Gaia) e ainda o risco da tribuna do retábulo-mor de S. Pedro de Amarante. FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - *Estruturas retabilísticas portuenses da primeira metade do século XVIII*, in «Poligrafia», nº 6, Arouca, 1997, pp. 32, 42, 43. Outros estudos valorizam também o contributo para a talha de artistas como Nasoni, Francisco Pereira Campanhã «um dos maiores riscadores de talha rococó» e Sebastião Dinis da Fonseca. *Idem - O entalhador Sebastião Dinis da Fonseca: alguns dados sobre a sua actividade, in «Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto»*, II Série, vol. VIII, Porto, 1991, pp. 289-295; *idem - A talha rococó da escola portruense e as figuras de Francisco Pereira Campanhã e José Teixeira Guimarães*, in «Poligrafia», nº 7 / 8, Arouca, 1999, pp. 51-62

Na Primavera de 1767, tomavam-se medidas para, na igreja de Carrapatas, se dar cumprimento a algumas determinações do padre visitador, especialmente as atinentes à capela maior e à sacristia. Sabemos que Frutuoso, mestre carpinteiro oriundo do Minho, arrematou os madeiramentos daquelas obras em 1766, deslocando-se de seguida para a sua terra natal. Aí se manteve até Setembro, altura em que se apresentou para iniciar os trabalhos. Porém, como o tempo «não era conveniente para fazer a obra por cauza da muita agoa, e (o mestre) não ter a madeira capaz[1001]», a arrematação seria anulada. Só em 1767 voltaria à praça pública, onde, entre outros, novamente compareceu o mestre Frutuoso e ainda um mestre minhoto chamado João da Cruz. Provavelmente porque a proposta para a realização da empreitada era idêntica, o confirmado da igreja de Carrapatas, reverendo João Rodrigues da Cruz, não aceitou qualquer dos lanços. No entanto, afirmaria:

> «agora de prezente (28 de Maio de 1767) lançou nella Joze de magalhais do lugar de Podence nos mesmos quarenta mil reis e este na minha opinião he o que a deve fazer por ser da terra, e juntamente he o que fez a obra da capella de Pinhovelho, que he esta obra das melhores das igrejas de Vossa Excellencia e sendo servido dar lha [...] nem hum a há de fazer melhor[1002]».

Obtida a aprovação do prelado, em 2 de Julho de 1767, na cidade de Bragança, o mestre entalhador, também designado por mestre carpinteiro, José de Magalhães, então a residir em Espadanedo, onde certamente realizava alguma obra, arrematava[1003] a capela-mor e sacristia de Carrapatas por 40.000 réis, estipulando-se um prazo de realização de dois meses.

[1001] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 12
[1002] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 12
[1003] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 12

Quadro 23

«Apontamentos para a obra da capella maior, e sancristia do lugar de Carrapatas

Primeiramente levará hua trave, e será de pernas fechadas, e será forada por baixo dos caibros, e por cima o tosco de esquama de peixe com seu tabolamento **como a de Pinho Velho** com grade fechada, os caibros terão quatro dedos de grossura, e cinco de altura, e toda a madeira de castanheiro limpa, e capaz de receber; e os espigoens da parede donde há de vir a trave serão a conta do que a arremata
e a sancristia será de esquama de peixe e os caibros serão da msma bitolla, que os da capella maior, tanto hua, como outra terão palmo, e meio de hum a outro caibro, e levará hua trave quadrada ou forrada e os quaibros atabicados tudo de madeira de castanheiro capaz de receber»

Em 1787, na igreja de Castelãos, não sabemos se por iniciativa do comendador ou em consequência de algum capítulo de visitação, pretendia-se acrecentar a capela maior. Com esse intuito chegariam a celebrar, na vila de Vale de Prados Grande, uma escritura em que se dava conta do facto de João Pinto de Sequeira, morador na Quinta do Azibeiro, se ter responsabilizado, em acto público de arrematação, pela «obra do acrecimo da capella mor[1004]», dando, na ocasião, o nome de José Pires, também da Quinta do Azibeiro, para fiador. Contudo, se no texto da escritura se deixou um espaço em branco para, posteriormente, se declarar o montante da obra, a verdade é que este documento não chegaria a ser assinado pelas partes o que, em termos legais, lhe retirava qualquer tipo de validade[1005].

Entretanto, os problemas existentes seriam superados porque, em Janeiro de 1788, lavrar-se-ia nova escritura de obrigação e fiança em que se comprova que José Gonçalves Ótimo, do Felgar, tinha arrematado a obra da capela-mor da igreja daquela povoação por 170.000 réis, dando, ao mesmo tempo, por seu fiador a Francisco José Fernandes, morador em Castelãos[1006].

No princípio da última década do século XVIII, o mestre canteiro António Fernandes, morador na Quinta de Cabeça Boa, termo de Bragança, arrematava a capela-mor de Paredes por 270.000 réis. Na mesma escritura,

[1004] A.D.B., Nuc. Not., Vale de Prados, Mç. 5, Lv. 21, fls. 19-20
[1005] No final do documento escrever-se-ia: «Esta não teve efeito pellas partes a nam vir asegnar».

lavrada na Primavera de 1790, Francisco José Pires e sua mulher, Maria Pires, naturais de Paredes, assinavam como fiadores[1007].

Antes (1788), já este mestre canteiro, com um lance de 89500 réis, tinha levado o ramo relativamente à concorrência de outros que exercitavam o mesmo ofício. Referimo-nos à arrematação da obra da capela-mor da igreja de Vale de Lamas que, então, era anexa da igreja paróquial de S. João Baptista em Bragança. Por outro lado, com esta arrematação e execução da obra encerrava-se um contencioso motivado pela assunção de responsabilidades próprias entre a paróquia, o vigário-geral da diocese e os herdeiros do abade de S. João, Raimundo José de Morais Antas[1008]. Muito activo, o nome deste mestre associa-se ainda à obra da nova matriz de Izeda e ao santuário de Cabeça Boa, em Bragança.

Em 1792 o mestre carpinteiro Manuel de Vila Seca arrematava o madeiramento da capela-mor da igreja de Cedainhos por 70.000 réis, apresentando como fiador Lourenço Vieira de Melo, conhecido boticário de Mirandela[1009].

Os mesmos protagonistas voltariam ao escritório do tabelião António José de Novais (Maio de 1793) para, no desempenho de idênticas funções, darem força legal a uma escritura de obrigação e fiança que tinha como objecto principal o madeiramento e pedraria da capela-mor da igreja da Senhora da Encarnação, igreja matriz da vila de Mirandela. Esta obra seria arrematada pela quantia de 119.000 réis que seriam pagos em três pagamentos[1010], tudo na forma dos apontamentos que, no entanto, se desconhecem. Na qualidade de testemunha, Manuel Vila Seca estaria também presente no momento em que o mestre carpinteiro Manuel Rodrigues se encarregava (1795) do madeiramento, portas, coro, confessionários e telhado

[1007] A.D.B., Nuc. Not., Faílde, Mç. 4, Lv. 25, fls. 61v-62
[1008] RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, vol. II, Junta de Freguesia da Sé, Bragança, 1977, pp. 580, 603, 675-682
[1009] A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, Mç. 20, Lv. 87, fls. 82v-83v

da igreja de Vale de Telhas, obras a que, à frente, daremos atenção mais demorada.

Nos primeiros dias do ano de 1794, o tabelião António José de Novais voltaria a lavrar nova escritura de obrigação e fiança em virtude do mestre carpinteiro José Luís Matos ter arrematado o madeiramento da obra da capela-mor da igreja de Santo Ildefonso de Cedães. Tomás Caetano de Cepeda, de Cedães, assinaria o documento na qualidade de fiador e principal pagador, responsabilizando-se, assim, por eventuais faltas no caderno de encargos que, apesar de desconhecido, estipulava uma empreitada de 149.000 réis[1011].

8. Mudança de igrejas

Em 25 de Março de 1567, na linha das orientações aprovadas no Concílio de Trento, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo e Senhor da cidade de Braga, na qualidade de Metropolita Primaz, dava início à penúltima sessão - a quarta - do IV Concílio Provincial Bracarense cujos trabalhos decorreram na catedral daquela cidade. Nesta reunião que contava entre os seus objectivos a ambição de sancionar alguns procedimentos que ajudassem a corrigir costumes e a uniformização de práticas doutrinais, participaram alguns dos prelados sufragâneos[1012] do arcebispo como D. Rodrigo Pinheiro, da diocese do Porto, D. João Soares, bispo de Coimbra e conde de Arganil e ainda D. António Pinheiro, titular da diocese de Miranda do Douro cujo Cabido também se fazia representar nos trabalhos por um procurador.

Entre a diversificada gama de assuntos a tratar incluía-se o problema da erecção de novas igrejas. Ao constituir-se como a directiva principal, o artigo

---

[1010] A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, Mç. 20, Lv. 90, fls. 11v-12
[1011] A.D.B., Nuc. Not., Mirandela, Mç. 20, Lv. 90, fls. 23v-25
[1012] Neste número contavam-se também os bispos das dioceses de Viseu e de Lamego. Contudo, o bispo de Lamego não marcou presença em nenhuma das sinco sessões.

26º, no seu articulado, acabaria por condensar as principais linhas de força deste tema e ao mesmo tempo, ainda que com moderação, propunha-se controlar a edificação de novas igrejas matrizes:

> «não se construa, a não ser que alguma parte dos paroquianos diste da matriz pelo menos uma légua [...] ou isso seja para proveito dum número de paroquianos não inferior a trinta, mais ou menos. A não ser que exista uma dificuldade especial, como montes e rios carecidos de ponte, ou outra dificuldade[1013]».

Ressalvadas as razões que mostravam relação directa com os fenómenos de densidade populacional ou que evidenciavam claros sinais de prejuízos espirituais que encontrassem os respectivos fundamentos nos elementos da geografia, a tendência que se desenhava parecia ir no sentido da manutenção da rede existente de igrejas principais já que da sua capacidade de agregação dependia em boa medida a organização do quadro eclesiástico que, simultaneamente, se pretendia estável e que se desenvolvesse numa atmosfera em que os focos de conflito não eram certamente desejáveis. Com efeito, se considerarmos que durante o Antigo Regime praticamente se confundiam os conceitos de freguesia e de paróquia, a extensão frequente do título de igreja principal, implicando o aparecimento de novos centros dinamizadores, não deixaria de colocar a necessidade de, em paralelo, se proceder à reorganização senão de todo o sistema pelo menos naquele estrato onde com maior visibilidade se cruzavam os interesses dos fiéis e, principalmente, dos párocos. Relativamente aos últimos não deixariam de se manifestar alguns aspectos relacionados com sensibilidades e interesses individuais, nomeadamente os que decorriam da hierarquização das paróquias. Assim, a falta de rigor na edificação de novas igrejas não somente iria provocar a necessidade de constantes arranjos, fazendo variar o relacionamento entre a

---

[1013] CARDOSO, José - *O IV Concílio Provincial Bracarense - e D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, APPACDM Distrital de Braga, Braga, 1994, p. 150

matriz e as anexas, circunstância que também não deixaria de se transformar em fonte de novos problemas pelas oscilações das rendas.

Por outro lado, a presença de uma igreja paroquial numa determinada área geográfica representava de algum modo uma solução de compromisso entre os moradores das várias povoações que reconhecendo a tutela do mesmo orago se identificavam como membros do mesmo corpo social. Aliás, esta realidade poderá ser responsável pela edificação das igrejas principais fora das povoações, normalmente em sítios ermos: em termos correntes tratava-se de «dividir o mal pelas aldeias», expressão popular que neste caso expressava relutância em definir uma hierarquia com base na importância atribuída às povoações da mesma circunscrição paroquial.

As sínteses culturais que foram marcando o território compreendiam aspectos religiosos em cujo âmbito se desencadeavam diversos fenómenos responsáveis pela erecção de muitas capelas em sítios onde aparecem vestígios de antigos castros. A posterior deslocação dos habitantes destes povoados para terras mais baixas determinou o seu abandono mas não a desactivação dos lugares de culto que, por isso, se foram mantendo. Sendo desde há muitos anos «assaz conhecido no campo da Arqueologia, o fenomeno da continuidade dos santuarios atravez dos tempos, pela lenta substituição de cultos ante-romanos aos romanos e pela destes aos cristãos nos mesmos lugares[1014]» também muitos estudiosos têm evidenciado, nomeadamente o Abade de Baçal, que, no esforço de cristianização dos povoados arcaicos, não era raro que a igreja procurasse «no seu calendário um santo de virtudes ou

[1014] CORREIA, Vergílio - *Arte e Arqueologia. Impressões, criticas e comentários*, Lisboa, 1920, p. 44. Impressionado pela «Capela do "crasto" da Senhora da Alegria», no mesmo escrito, este distinto professor e investigador complementava o seu juízo: «as nossas capelinhas, perdidas nos altos, destacando-se muito brancas no vêrde-escuro das cômas dos pinheiros ou no cinxzento-violeta das penedias, representam, na sua mais pura derivação aqueles remotos santuarios que os pré-romanos instituiram no cimo das montanhas, no meio das suas habitações redondas, dentro do cercado dos seus muros de aparelho poligonal [...]. Inumeros são em Portugal os castros e as citanias em que as capelas assentam sobre os restos das habitações preistoricas ou protoistoricas».

predicados correspondentes ao deus pagão que ia substituir[1015]». Ou seja, à medida que o processo de cristianização progredia, «passou a ser muito significativa a presença de um santuário cristão no local onde existia anteriormente um santuário dedicado a outros deuses[1016]». Em consequência, à medida que os nomes de diversos deuses foram desaparecendo, os santos, a Virgem Maria e o próprio Cristo foram pouco a pouco desempenhando, ao nível da acção da igreja, algumas das funções que os Antigos atribuíam aos seus deuses».

O estudioso transmontano, avançando o exemplo das ruínas próximas da aldeia de Vila Nova onde se viria a levantar a capela de S. Jorge, não teve dúvidas em afirmar que este santo substituiu um culto guerreiro existente no *loca sacra*. Mas independentemente do problema da sucessão de cultos, os sítios onde se levantaram altares caracterizam-se por um elevado apego aos lugares de origem. Assim se explica que em Picote a capela do Santíssimo Cristo dos Carrascos a qual «foi algum dia igreja principal desta paroquia[1017]» tenha continuado em um antigo povoado: em Donai, nas proximidades de Bragança, no sítio chamado o Sagrado - também conhecido pela designação de Igreja Velha[1018], o que atesta a presença da antiga matriz - as lápides, mós manuárias, restos de cerâmica comprovam tratar-se de um antigo povoado.

O vasto rosário de casos idênticos pode ser padronizado pela construção no castro de Sacoias da antiga igreja matriz. Na capela-maior deste templo venerava-se a milagrosa imagem de Nossa Senhora, a qual, no primeiro quartel do século XVIII, se descrevia com o Menino Jesus nos braços, acrescentando-se que «he(ra) de roca, e de vestidos[1019]» e com quatro palmos de altura. Provavelmente com base nas opiniões dos seus informadores, um

---

[1015] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IX, p. 87
[1016] JORGE, Ana Maria C. M. - *A dinâmica da cristianização e o debate ortodoxia / heterodoxia*, in «História religiosa de Portugal», vol. 1, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, p. 21
[1017] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IX, p. 71
[1018] ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. IX, p. 55

dos quais foi o abade da paroquial de S. João Baptista de Bragança, Frei Agostinho de Santa Maria pretendeu dar relevo à antiguidade desta igreja. Para isso recorreu ao velho receituário dos tempos heróicos, em que a tradição convocava os mouros, já que se fazia derivar a sua construção de uma antiga mesquita; a existência de um óculo de luz na parede da cabeceira, voltada a nascente - pois diziam «os antigos tinhão todas as mesquitas dos mouros[1020]» - era argumento que justificava semelhante posição.

Nesta altura a povoação de Sacoias era anexa da abadia de Santo André de Meixedo e compunha-se de uma meia centena de vizinhos, número mais do que suficiente para ser obrigatória a existência de sacrário na sua igreja. Frei Agostinho de Santa Maria louvando as virtudes da padroeira dar-nos-ia a conhecer mais algumas notícias relativas à igreja, destacando-se as que respeitavam à localização da matriz e ao encerramento do Sacramento :

> «está collocada esta Santissima imagem no altar mòr da igreja matriz, a qual fica fóra do lugar, por cuja causa està o Santissimo Sacramento, e pia baptismal em huma ermida dentro delle, não pelos perigos, mas para assim se acodir mais promptamente aos enfermos[1021]».

[1019] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *Santuario mariano*, T. V, Lisboa. Na Officina de Antonio Pedrozo Galran, 1716, p. 590

[1020] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *Santuario mariano*, T. V, Lisboa. Na Officina de Antonio Pedrozo Galran, 1716, p. 590. Opiniões semelhantes seriam posteriormente divulgadas: «a egreja matriz fica fora do lugar, pelo que o Santissimo está em uma capella dentro d'elle. A egreja é antiquissima, e segundo a tradição, foi construida no tempo do gôdos sendo depois mesquita mourisca». PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa - *Portugal antigo e moderno*, vol. 8, Lisboa, 1878, p. 319. No mesmo castro, construir-se-ia uma capela, cuja inauguração teve lugar em 4 de Junho de 1905. As obras realizadas mostraram a existências de fundações anteriores. Esta circunstância levou o Abade de Baçal, um dos seus principais promotores, a julgar: «estes alicerces deviam pertencer àquela igreja de que fala Pinho Leal [...] pois a mesma tradição refere que a matriz actual, situada no meio do povo, foi construida haverá dois séculos, com os materiaes do castro. E a capela onde segundo o mesmo autor, situada no povo, se conserva o Santissimo, seria a de S. Sebastião». ALVES, Francisco Manuel - *O castro de Sacoias*, in «O Archeologo portugês», vol. XII, Lisboa, 1907, p. 260

[1021] SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) - *Santuario mariano*, T V, Lisboa, Na Officina de Antonio Pedrozo Galran, 1716, p. 590. A devoção que se tributava a esta imagem provocava importantes reuniões de pessoas. Por sua vez, estas razões forneceram matéria para se pedir a realização de uma feira em Agosto que posteriormente, um alvará régio mudaria para a altura da Páscoa de Flores: «Eu El Rei faço saber aos que este alvará virem, que os moradores do logar de Sacoias, termo da cidade de Bragança, me enviaram dizer por sua petição, que eu fôra servido, por alvará de 6 de Março de 1679, que offereciam, conceder-lhes faculdade para

Nestes casos pugnava-se para que as igrejas fossem construídas em sítio que oferecesse o maior número de vantagens tendo em vista a sua utilização pelos respectivos paroquianos. Em todo o caso, a problemática suscitada recorda-nos que no domínio do conhecimento histórico nunca será demais o esforço efectuado para ajudar à percepção das antigas paisagens e linhas de itinerância que os caminhantes tinham de percorrer num país em que os principais eixos viários, tanto no período medieval como no período moderno, continuavam a «seguir bastante de perto o traçado dos que os romanos nos legaram[1022]». Ainda que à luz de um quadro de dificuldades se compreenda melhor o sentido de caridade que levou alguns possidentes, especialmente durante o período medieval, a deixarem valores destinados à construção de pontes, já que o pressentimento dos passos da parca aguçava o sentido de piedade como meio de assegurar a eternidade, no caso vertente devemos ter em conta os caminhos vicinais, justamente aqueles em que as populações rurais, no afã da vida quotidiana, mais utilizavam em pequenas deslocações.

---

fazerem uma feira em 15 de Agosto de cada anno, dia em que se celebra a festa da Assumpção da Virgem Senhora Nossa, em uma igreja do dito logar, a uma imagem da mesma Senhora, muito milagrosa, e que, por o ser, é tão grande o concurso da gente que acode de varios pontos á festa, que se faz com grande solemnidade, que, occupados todos na igreja, se não trata de feira , e se frusta o fim para que se pediu: - e porque pelas Oitavas da Paschoa de Flôres, se fazem varias romarias á dita Senhora, e nesse tempo fica mais conveniente o fazer-se a dita feira, me pediam lhes fizesse mercê conceder licença para transferir a dita feira para as tres Oitavas da Paschoa. E visto o que allegaram, informação que se houve pelo provedor da commarca da cidade de Miranda, e resposta dos Officiaes da Camara, Nobreza e Povo da de Bragança, que, sendo todos ouvidos sobre este requerimento, não tiveram a elle duvida - hei por bem que a feira que até agora se fazia no logar de Sacoias em o dia de 15 de Agosto de cada anno, se faça pelas Oitavas da Paschoa de Flôres, todos os annos, como os supplicantes pedem. Pelo que mando ás Justiças a que o conhecimento disto pertencer, cumpram e guardem este Alvará, como nelle se contém, o qual valerá, posto que seu effeito haja durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do Livro 2º titulo 40 em contrario. E pagaram de novos direitos 540 réis. Thomaz da Silva o fez, em Lisboa, aos 10 de Abril de 1699. Francisco Pereira de Castello Branco o fez escrever. = Rei».*Collecção chronologica da legislação portugueza (1675-1700)*, Compilação e notas de José Justino de Andrade e Silva, Lisboa, 1857, p. 447

[1022] MARQUES, José - *Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI*, in «Revista da Faculdade de Letras», Universidade do Porto, II Série, vol. XIV, Porto, 1997, p. 95

Por outro lado, a natureza destas linhas de circulação, em que troços com pavimentos empedrados eram excepções, e a estreita relação do seu traçado com os acidentes da topografia faziam com que a comodidade da viajem variasse de acordo com a época do ano em que se empreendia. Mesmo as curtas deslocações à volta de uma aldeia podiam ser afectadas já que, por exemplo, a limitada ou nula importância de um simples fio de água, durante o tempo de Verão, se podia converter em tumultuosa corrente durante os meses de Inverno, originando grande entrave à circulação durante este período de tempo. Algumas destas linhas podiam ser designadas por caminhos «de sacramento» visto definirem o percurso para os sacerdotes, em procissão, levarem o Viático aos doentes. Por isso, em algumas regiões do país[1023] eram os próprios visitadores a tomarem a iniciativa de imporem aos moradores alguns trabalhos de conservação dos caminhos.

Aliás, em Outubro de 1569, quando D. António Pinheiro visitou a igreja de Santo Estevão de Fresulfe constatou as dificuldades que os moradores encontravam quando se dirigiam à igreja. Parecendo-lhe que sem o recurso a uma decisão emanada de quem tinha autoridade para a tomar não seria fácil congregar vontades para elegerem meios facilitadores, o antiste entendeu que não podia alhear-se da resolução de tal assunto. Nesta matéria, a sua interferência resumir-se-ia a impor aos fregueses, sob pena de obediência, um capítulo de visitação em que se ordenava:

> «emcomendamos e mandamos ao concelho que ponhão hua pontezinha no ribeiro que esta no caminho da igreja para passarem os fregueses com mais quietação[1024]».

[1023] MARQUES, José - *Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI*, in «Revista da Faculdade de Letras», Universidade do Porto,II Série, vol. XIV, Porto, 1997, p. 95

[1024] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1568-1588)*, s/cota, fl. 24

Todavia, na lógica dos problemas colocados por uma pequena linha de água podemos extrapolar as dificuldades acrescidas que a passagem de um rio representava.

É certo que a devoção, associada muitas vezes com toda a espécie de sacrifícios, levava os fregueses a suportarem estoicamente os grandes incómodos e dificuldades que decorriam do frequente afastamento da igreja matriz relativamente aos núcleos populacionais.

Contudo, as dificuldades não passavam apenas pelas distâncias a percorrer em caminhos tortuosos em que à irregularidade e aspereza do seu pavimento, muitas vezes lamacento, há ainda que juntar as inclemências sazonais. O temor de furtos era uma realidade que não estava totalmente afastada das preocupações dos moradores e dos clérigos que paroquiavam as freguesias.

No Verão de 1630, visitando a igreja da Senhora da Assunção de Bouça de Nuno, o padre Belchior de Macedo Silva, vigário da cidade de Bragança, ordenava as medidas que considerava mais adequadas para prevenir a igreja da profanação que por inqualificável era a mais temida:

> «visto como esta igreja esta fora do lugar e nella pode acontecer o que temos ouvido nestes nossos tempos como foi roubarem o Santissimo Sacramento mando ao padre cura, em virtude de obediencia e pena de suspensão de suas ordens, seja mui vigilante e cuidadozo (com a) guarda da custodia desta igreja para melhor o poder fazer [...] daqui por diante trara consigo em hua fita, ou cordão de seda ao pescoço as chaves do sacrario, de sorte que com ellas não traga outras juntas, pella veneração e respeito que se deve ao Santissimo Sacramento[1025]».

Mas a incipiência das soluções propostas, desta e de outras de teor idêntico, fazia com que, sempre que as paroquiais estavam afastadas da povoação, a hierarquia religiosa não deixasse de incentivar os párocos e fregueses a deslocarem os templos para as imediações ou interior das aldeias.

[1025] A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl.

Problema importante resultava dos casos urgentes em que era preciso socorrer os enfermos e os moribundos com a comunhão. O sacramento da comunhão, como determinavam as Constituições Sinodais de Miranda de 1563, devia-se administrar aos enfermos sempre que o solicitassem, «ainda que seja sobre o jantar ou de noite, onde houver tal necessidade que pareça que nam chegaram ao outro dia». Ao mesmo tempo determinava-se também o enquadramento para o transporte do Santíssimo até à casa do doente, sendo desejável que fosse acompanhado em procissão:

> «ao tempo de levar o Sanctissimo Sacramento, (o clérigo) não o levará ocultamente, mas faça primeiro dar sinco badaladas com o sino maior da igreja, e tanger a campainha de comungar ao redor della, pera acodir a gente ao acompanhar» (fl. 51v).

Comprovando-se igualmente a importância atribuída ao Santíssimo Sacramento no contexto da reforma católica, refira-se o rigor das normas pois que, se por negligência do padre algum dos fregueses doentes viesse a morrer sem o conforto da comunhão, a condenação implicava uma multa de mil réis e suspensão do ofício de cura durante o tempo que bispo arbitrasse.

Nesta linha de orientação justificava-se que os sacrários, enquanto receptáculos da partícula sagrada, estivessem na primeira linha de preocupações, como determinavam as Constituições do bispado de 1563:

> «pela grande necesidade que há de estar o Sanctissimo Sacramento nos lugares pera isso deputados, e assi pera ser viatico e esforço pera os que morrem, como conssolaçam espiritual pera os que vivem [...] ordenamos e mandamos que em todas as igrejas parrochiaes ou capellas onde se administram os sacramentos que tiverem trinta fregueses, juntos a ellas em povoaçam e dahi pera cima, façam sacrarios, se nam os houver mui bem feitos e de bom tamanho, em meio dos altares diante dos retavolos, bem cravados nelles de maneira que estem fixos e fortes, e sejão pintados a oleo, e dourado a partes, em que este o Sanctissimo Sacramento com toda a veneração»

Em relação com esta problemática também será útil termos em conta a directiva que definia os critérios para se guardar o Santíssimo nas endoenças. Pretendendo-se a máxima reverência para o culto, tudo se organizava para promover grandes cerimónias com vários clérigos que por sua vez provocavam grandes concentrações de fiéis, as quais só seriam possíveis desde que se restringisse o número das igrejas onde a partícula consagrada pudesse ser exposta. Determinou-se, por isso, que «em taes dias he(ra) rezam que assi capellães como os frégueses reconheçam e reverenceem suas igrejas matrizes». O reconhecimento da importância desempenhada em toda a linha da administração religiosa pelas igrejas tutelares da paróquia seria confirmado com a decisão que estipulava que «daqui por diante sómente se encerre (o Santíssimo) nas igrejas matrizes e nam em outras». Porém, esta decisão só na aparência era taxativa uma vez que abria lugar para algumas excepções, sempre submetidas à autorização do prelado e ao preenchimento de outras condições como ser lugar de muitos vizinhos e ficar longe da igreja principal.

Seria ainda no contexto da celebração das endoenças e da presença do Sacramento que se reafirmava a preferência concedida aos locais onde as igrejas principais se deviam implantar:

> «e posto que matrizes sejam, mandamos que se não encerre nellas o Sacramento estando mui apartadas de povoado» (fl. 54v).

Relativamente ao afastamento de muitas igrejas paroquiais das povoações a sensibilidade dominante em dioceses como a do Porto e de Braga não era diferente da de Miranda do Douro. Reflectindo as conclusões do sínodo de 1687, as Constituições do Porto, impressas em 1735, ao tratarem «Da edificação e reparação das igrejas parochiaes», estabeleciam:

> «se edifique em lugar povoado, ou tão junto a elle, que se possa guardar bem o Santissimo Sacramento da Eucharistia, e acodir melhor à obrigação de o administrar aos enfermos. E achando nossos visitadores algua igreja parochial edificada em lugar despovoado, afastado

consideravelmente da villa, ou lugar, farão disto autos e summarios, em que se declare, quantos passos dista da povoação que nos inviarão com seu parecer, pera que [...] se mude pera povoado, ou pera junto das casas do lugar per conta dos frutos, e rendas da mesma igreja, ou de quem direito for[1026]».

Com poucos anos de diferença, as Constituições do Arcebispado de Braga, ao tratarem «Das visitações, e visitadores» recomendavam a estes representantes do prelado:

«verá se está a igreja em lugar tam ermo, que corra perigo provavel de ser profanada, ou roubada, para nos avisar, que a mandemos mudar para outro mais conveniente[1027]».

Por sua vez, já na segunda metade do século XVIII, nas Constituições Sinodais ordenadas pelo bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques ao tratar-se «Dos requizitos que se devem indagar, e há de haver para se edificarem, ou repararem as igrejas», o problema enquadrava-se nos termos anteriormente praticados na diocese de Miranda e noutras dioceses embora a influência do texto da diocese do Porto pareça evidente:

«tambem se deve procurar, que as igrejas se edifiquem em lugar povoado ou tão junto a elle que o possa goardar bem o Sanctissimo Sacramento da Eucharistia e acudir em diligencia, e presteza a administração aos enfermos; e havendo em nosso bispado igrejas distantes em lugares despovoados, a que vão ouvir missa diversos povos, se nos dará logo parte, para determinarmos, o que for justo, e com informação da distancia se tranferir para lugar mais conveniente ao serviço de Deos, e utilidade dos freguezes por conta dos fructos, e rendas da mesma igreja, ou de quem direito for[1028]».

[1026] *Constituiçoes Sinodais do bispado do Porto novamente feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. João de Sousa*, Coimbra, No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1735, pp. 362-363

[1027] *Constituiçoens Sinodais do Arcebispado de Braga*, Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes, 1697, p. 482

[1028] A.D.B., *Constituições Sinodais do bispado de novamente feitas, e ordenadas pelo Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Frei Aleixo de Miranda Henriques [...] propostas, e aceites em o Sinodo Diocesano, que o ditto Senhor celebrou em 10 de Maio de 1761*, Lv. 4º, título 1º, Constituição 2ª. Estas Constituições nunca conheceram os prelos pelo que se conservam manuscritas. O facto de terem sido elaboradas pouco antes da transferência da

Se nas solenidades a exposição do Santíssimo devia ser acompanhada permanentemente de um certo número de lumes, nos outros dias exigia-se o sacrário e um vaso em que ardesse permanentemente uma luz alimentada a azeite. As obrigações decorrentes da presença continuada do Sacramento podia ser objecto de negociação entre os moradores e os padroeiros da capela-mor da igreja.

Puro zelo católico foi o factor que moveu, em Abril de 1671, o juiz da vara, homens do acordão, justiças e populares de Sarzeda a procurarem João Gomes, tabelião da vila de Rebordãos, para que este lhes passasse a escrito e validasse uma petição para se colocar sacrário na matriz daquela povoação e

---

sede diocesana de Miranda para Bragança parece justificar a ausência, no título, do nome do bispado (*bispado de*).

Sobre a influência exercida na região nordestina pelos textos normativos da diocese do Porto e Arquidiocese de Braga será útil transcrevermos parcialmente uma nota que o bispo D. José Alves de Mariz, bispo de Bragança e Miranda, enviou ao clero diocesano em Janeiro de 1888. Referindo-se às dificuldades no exercício do múnus pastoral, especialmente aos casos reservados relacionados com o «ministerio do confessionario», declarava: «emcontram se [sic] na verdade estes cazos simplesmente enunciados nas antigas Constituições do bispado de Miranda (Titulo X Constituição 7ª) organizadas pelo nosso antecessor o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Julião d'Alva, e propostas em o dia 11 do mês de Novembro de 1563, sendo aprovadas e publicadas para todos os effeitos como lei diocezana; mas são tão raros os exemplares destas Constituições, e rarissimos os que não tenham qualquer mutilação, que se tem tornado um livro mais conhecido do bibliographo pelo seu valor extrinseco do que dos clerigos do bispado de Bragança, os quaes precisavam todos de o possuirem como lei disciplinar de sua diocese. Posteriormente reformadas e ampliadas pelo nosso antecessor o Excellentissimo e Revrendissimo Senhor Dom Frei Aleixo de Miranda Henriques, foram aprezentadas e aceites as novas Constituições Diocezanas em Sinodo celebrado em Miranda no dia 10 do mez de Maio de 1761 encontrandosse ahi expostos no Livros 1 Titullo 9º Constituição 12 os mesmos peccados rezervados da diocese [...]. Não passaram porem de manuscriptas estas Constituições por motivos extranhos a vontade do venerando prelado que as propos, pelo que não tiveram promulgação que tornasse obrigatoria a sua observancia como é de Direito. É certo que as Constituições do bispado do Porto teem sido lei diocesana no bispado de Bragança em cazos omissos nas antigas Constituições Sinoades de Miranda; entendemos porem que semelhante recurso não deve valer relativamente á rezervação dos peccados, porque é privativo do bispo proprio esta rezerva a respeito dos seus diocesanos. Nestas condições, tratando de peccados e cazos rezervados os ministros do Sacramento da Penitencia tem acontecido que uns (muito poucos) se rezervem das antigas Constituições de Miranda, outros se dirigem pelas Constituições Sinodaes Bracarenses e estes são todos os clerigos que tendo pertencido ao Arcebispado de Braga ficaram sendo nossos subditos em virtude da circunscripção diocesana effectuada em 1882 e muitos recorrem as refferidas Constituições Portuenses, uzando alguns simultaneamente d'estas Constituições e das de Miranda». Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fls. 191-191v

de que era orago o mártir S. Lourenço. Sabendo-se que esta igreja pertencia ao Cabido de Miranda intentavam conseguir a respectiva licença para, assim, poderem ter para sempre «em sacrario o Sanctissimo Sacramento».

Argumentando com as «traiçoes que o diabo arma em as emfermedades na hora da morte aos fieis christãos e querendo aproveitarse naquela hora do Sacratissimo Sacramento da Eucharistia viatico» afirmavam a disposição de todos os habitantes para perpetuamente alumiarem o Sacramento pelo que contraíam as obrigações necessárias, a saber:

> «cada homem e mulher cazados darião cada anno pella novedade hum alqueire e por dia de Natal na mesma forma dara cada morador sendo cazados sinquenta reis e por dia de São João Bauptista outros sinquenta reis e as veuvas ou veuvos e solteiros a vinte e sinco reis [...] e que não bastando esta ditta obrigação se obrigavão a fazer finta pera o necessario pera gasto da alampeda[1029]».

Paralelamente com este compromisso, também se determinava que enquanto a confraria do Santíssimo não tivessem cera para arder nas procissões suprissem esta falta as confrarias da Virgem do Rosário e de S. Mateus[1030].

As obrigações contraídas para a existência de sacrário podem apresentar ligeiras variações. Em Sesulfe, durante a prelazia do bispo Dom Diogo Marques Mourato (1739-1756), como todos os moradores pretenderam ser confrades da confraria do Santíssimo obrigaram-se a dar «cada um que fizer sementeira com junta de bois hum alqueire de pão centeio, e o a que a fizer com meia junta meio alqueire, e os que não tivessem bois huma Quarta[1031]».

[1029] A.D.B., Cabido, Cx. 20, doc. s/nº
[1030] A.D.B., Cabido, Cx. 20, doc. s/nº
[1031] A.D.B., Confrarias, Cx. 5, Lv. 57, fl. 2v

Numa altura em que se se exigia um pedido de licença e pagamento de taxa[1032] para a exposição do Santíssimo, o receio de se morrer sem o Sacramento era uma preocupação geral e que se mantinha ainda na segunda metade do século XVIII, como se comprova pelas escrituras e obrigações contraídas pelos habitantes de Martim, Gostei e Vila Nova. Por isso todas as directivas iam no sentido de encorajar a conservação do Santíssimo na povoação[1033] através de soluções flexíveis nos casos em que a matriz estava fora da povoação poderia guardar-se numa capela existente no seu perímetro; por sua vez, aos habitantes das quintas, quer pelo seu pequeno número quer ainda «porque residem afastados da Igreja numa grande distância e porque, em virtude dos montes inacessíveis e das solidões incultas[1034]» que dificultava ou até impossibilitava a condução do Viático, poderia conceder-se autorização para poderem construir capelas onde a Reserva se pudesse manter.

Com notável espírito de previsão, já o IV Concílio Provincial Bracarense tinha traçado os contornos desta problemática, nomeadamente quando no capítulo 48º definiu as circunstâncias em que se podia aceitar a fundação de novas ermidas.

Mas a fundação destas nem sempre era consequência das paroquiais se implantarem em sítios ermos nem da conveniência em se manter o Sacramento na povoação. Já antes apontámos os exemplos da ermida de S.

[1032] Num livro de contas da confraria do Santissimo Sacramento, fundada na igreja paroquial de S. Jerónimo, da vila de Vale de Prados pode ler-se: «mais cincoenta reis da licença para se expor o Santissimo na sua festa». Embora esta referência respeite a Maio de 1739, repete-se em anos sucessivos. O conteúdo mantém-se mas o quantitativo pode variar: em 1780 pagavam-se 90 réis e em 1782 130 réis. A.D.B., Confrarias, Cx. 6, Lv. 66

[1033] Quando assim era, deviam observar-se algumas regras, entre as quais devia haver «tribuna firme e as luzes que detreminão as Constituiçois do bispado tendo os mais paramentos necesarios». Numa petição do pároco de Vilar Chão (Monforte de Rio Livre), com data de 14 de Julho de 1775, explicitam-se algumas das regras, evidenciando-se a importância do retábulo: «Diz o parocho de Villar Chão e jumtamente [sic] os moradores de Sam Lourenço padroeiro da mesma igreja que elles suplicantes querem fazer lhe a sua festa no seu dia proprio com toda a solenidade posivel tendo o Senhor exposto para o que tem todos os paramentos necesarios e o melhor retabollo de tribuna fixa que tem o concelho de Monforte e juntamente quer o reverendo parocho nesse dia fazer a procição do Sacramento trazendo o em procição pellas ruas». A.P.E., Lv. de Registo da Câmara Eclesiástica (1775), fls. 18-18v

Roque, em Grijó de Parada, cujos moradores, em 1606, se obrigavam «a sustentar o repairo e fabriqua» da ermida de S. Roque que tinham prometido construir por «devoção e voto des o anno da peste[1035]», ou «pera irem com as procisões das Ladaínhas e outras que per devoções se fazem[1036]», como pretenderam os moradores de Sampaio ao desejarem edificar a ermida do Espírito Santo (1628).

Num instrumento de obrigação, datado de Janeiro de 1679, relacionado com a edificação por ordem dos visitadores na Quinta das Cavages, freguesia de Vale de Janeiro, arciprestado de Monforte de Rio Livre, da capela de S. Miguel avançavam-se as linhas de força que se seguem:

> «esta quinta fiqua mais de meia legoa da igreja matris caminho muito asparo e sovido e que nesta Quinta não avia asi pera os fieis se encomendarem a Deus como pera se dar a sagrada comunham aos enfermos senão ha da embocaçam de Santa Oufemia hum coarto de legoa da dita Quinta e muito disbaratada hantre montes[1037]».

Mais do que uma vez a escassez dos meios dos moradores não permitia a superação das dificuldades apontadas: servem de exemplo os da quinta das Palas. Por «serem so sinco e muito pobres», nesta quinta que era anexa da freguesia de Valpaço (Vinhais) seria o padre Francisco Bernardes, nela nascido, quem, ao garantir a expensas próprias os rendimentos bastantes para a fábrica, consolidava o desejo de se levantar a capela de S. José. Na petição que tinha como destinatário o bispo D. João de Sousa Carvalho referia-se:

> «a dita quinta dista da matris hua legoa per cuja causa falecem muitos dos moradores sem sacramentos e pera se ademenistrarem o sagrado Viatico per não aver sacrario na matris muitas vezes, tem dito missa os parochos nas cazas dos infermos sem a decencia necesaria per não aver capella na dita quinta[1038]».

[1034] CARDOSO, José - *ob. cit.*, p. 196
[1035] A.D.B., Mitra, Cx. 37
[1036] A.D.B., Mitra, Cx. 39, doc. nº 148
[1037] A.D.B., Mitra, Cx. 37
[1038] A.D.B., Mitra, Cx. 38, doc. nº 121

A decisão de se proceder à mudança da matriz não se podia tomar de ânimo leve tanto mais que os custos, sendo sempre elevadíssmos, representavam um pesado ónus para os fregueses. Por esta razão as resistências a semelhante operação eram grandes embora se conheçam casos em que a mudança foi decidida pelo visitador.

Relativamente à matriz de Fresulfe temos notícia da sua mudança em 1577, traduzida por uma lacónica ordem que impunha aos fregueses a colocação de «huma cruz de pao aomde esteve a igreja de Santo Estevão[1039]». Depois desta data seguem-se pequenas notícias relativas a obras correntes de manutenção embora se assista a um crescimento de importância da capela da Senhora do Rosário que sofreu obras antes de 1581, as quais incidiram no telhado que passou a ter quatro águas e, na entrada, passando a incorporar um alpendre «com suas grades e colunnas de madeira ao redor[1040]» e que, em anos sucessivos, absorvia quantias crescentes. Embora se conheçam notícias da existência da capela do Santíssimo Sacramento as fontes conhecidas não permitem estabelecer se se trata de uma capela independente ou de uma capela existente no plano da matriz.

Na parte final do século XVII era já visível a tendência para se adiar a execução de obras impostas aos moradores, no corpo da igreja, e ao abade, na capela-mor. Durante a primeira década do século de setecentos a redução de penas pelas obras não realizadas são sintomas de compreensão para com os problemas da comunidade já que, como se escrevia, «as obras parecem maiores do que pode o rendimento do benefício e qualidade do lugar[1041]». Apesar de tudo, em 1703, o Doutor de Matos Botelho, reparando na

---

[1039] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1568-1588)*, s/cota, s/fl.
[1040] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1568-1588)*, s/cota, s/fl.
[1041] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fl. 20

«indignidade» do material da cobertura, mandava que «a parte da igreja matriz que está coberta de colmo[1042]» fosse substituída por telha.

Quadro 24

ano	povoação	Mudança de igrejas paroquiais	Fonte
1652 1758	Bouça (Mirandela)	«(Os fregueses) mandarão duas fechaduras com dous ferrolhos para as duas portas da igreja que fiquem bem seguras porquanto esta no hermo»; «esta a parochia fora do lugar».	A.D.B., PRQ., Cx. 8, Lv. 72, s/fl. A.N.T.T., *Diccionario geographico*, Vol. 7, fl. 1067
1684	Algoso	«vejo a porta principal da ditta igreja (matriz de S. Sebastião) da parte de fora se achava empermida hua comenda de pedra com o abito de Sam João (de Malta) como tãobem nas portas da ermida de Nossa Senhora do Castello que antiguamente fora matriz».	A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 99, fl. 26
1685	Pinhovelo	«Consta me que no termo do lugar e principalmente junto adro se achão alguas sepulturas de cantaria antigas, e inda com os corpos dentro e ossos [...] mando que de hoje por diante achandosse algua dem logo parte ao parrocho e mandara trazer os ossos para o adro onde se interrem»	A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 41, s/fl.
1687	Vilar Seco de Lomba; Passos	«vendo como na igreja matriz se não pode goardar (o Sacramento) por ficar apartada do lugar, mandamos aos freigezes fação hua ermida tão capas de gente, que dentro della e de hum alpendre caiba toda a freiguezia [...] e tambem fará relicario para se levar o viatico aos moradores de Paços em horas da tarde ou da noite, em que a necessidade for urgente, e não se pode dizer missa, como temos ordenado em outra igreja»	Arq. paroq. de Vilar Seco de Lomba, *Livro de registo de capítulos de visita e posturas de Vilar Seco de Lomba* (1674-1706), fl. 21v
1696	Ervedosa	«achei que a igreja deste povo estava fora delle com distancia da villa e em descampado, e achar ser mais conveniente estarem as igrejas em o povoado e querer assim o o reverendo abbade como os freguezes que a dita igreja se mudasse para o povo mando que esta mudança se faça e adentro em hu anno»	A.D.B., PRQ., Cx. 13, Lv. 126, fls. 42-42v
1696	Nogueira	«Dis o Reverendo Cabbido por seu procurador o juiz e maes povo do lugar de Nogueira por seus bastantes procuradores que elles tem alcançado licença para effeito de poderem mudar a igreja matris por estar fora da povoação e fazerem outra nova no lugar»	A.D.B., Mitra, CX. 58, doc. nº 32

[1042] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fl. 20v

1699	Sernande (Vinhais)	«Os moradores [...] mandarão fazer de novo as paredes da capella, e tecto por estar tudo vindo abaixo, e querendo a mudar de sitio, que lhe fique mais decente lhe concedo licença para o poderem fazer, e se valerem dos materiaes da velha[1043]»	A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 110, s/fl.
1699	Vilarinho de Agrochão	«Ao reverendo abbade nem aos freguezes deixo obras porquanto querem fazer de novo a igreja e cappella mór cuja planta me mostrarão»	A.D.B., PRQ., Cx. 12, Lv. 119, fl. 67
1701	Fontes Barrosas	«foi deixada em vizitaçam hua capella dentro do lugar para ademenestração dos sacramentos pela matris estar fora do lugar, a coal tem mandado fazer, e por estar ainda pelos liceses e ser de muita conveniencia»	A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 27
1703	Castrelos	Sobre a mudança da igreja e sitio della achei inda algua controversia entre os moradores do povo, procedida das conveniencias particulares de cada hum, e porque esta primeiro a comua, e a esta so se deve attender mando que se faça no meio do lugar [...] e quando haja algum o que não espero, que por qualquer modo a encontre ou impida o hei por condemnado a des mil reis que aplico para as obras da mesma igreja»	A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 5, fl. 4
1704	Alvaredos	«Dizem os moradores [...] tem feito hua capella no meio do lugar pella muita necessidade que della havia por cauza de estar a igreja matris distante do lugar, e passar hum ribeiro em meio»	A.D.B., Mitra, Cx. 37
1709 1762	Fresulfe	«vi ao mesmo reverendo abbade e ao povo resulutos a fazer hua so igreja por se evitar os gastos de fabricar tres»; «o reverendo parocho actual [...] a sua propria custa tem feito a sua igreja»	A.P.F., *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, fls. 23v, 107

[1043] Relativamente a esta capela, anexa de Pinheiro Novo, pode ler-se num capítulo de visita deixado pelo Doutor Xavier Aranha em Novembro de 1736: «visto que o reverendo abbade me disse queria fazer o gasto da capella de S. Antonio de Sernande, mando que seja mudada para o meio da quinta, e que os freguezes juntem a pedra, e madeira, e a ponhão prompta dentro de hum anno». A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 110, fl. 55. Num livro de contas da capela de Santo António, discriminam-se as seguintes obras: 1774 - «para o feitio do sino - 7440 reis» (fl. 4); 1799 - «de telhar a capela - 320 reis» (fl. 9); 1806 - «para o retabolo - 28.340 reis» (fl. 15); 1836 - «para pintar o retablo - 25000 reis» (fl.33v). Todavia, em 1781 a mudança da capela ainda não tinha sido efectuada. De facto, num capítulo deixado pelo visitador, adiantava-se: «aos moradores [...] louvo muito a sua determinação, que tem de quererem mudar a capella de Santo Antonio para o meio da sua quinta, não só por se achar a capella, que actualmente tem, em hua total ruina, mas tambem por se achar distante da dita quinta, em perigo de ser roubada, e ficar no novo sitio mais acta [sic] para ser frequentada pellos ditos moradores na oração [...] concedo lhe a licença para fazerem a nova capella no sitio arbitrado em termo de hum anno, penna de dois mil, e quatrocentos que pagarão da sua bolsa, se forem homissos [...] e por me constar que o dinheiro que actualmente tem não he bastante para completar a dita obra por me informarem ser so quarenta mil reis, e os moradores da dita quinta, e outros vizinhos se ofrecem veluntariamente aquelles a trabalhar em empreitadas, e estes fazerem carretos nos dias de preceito eu lhes concedo licença». A.D.B., PRQ., Cx. 11, Lv. 110, fls. 92-92v

1710	Vilarinho do Monte	«pella distancia com que lhe fica do povo em hum alto descampado que no tempo do Inverno há de ser desabrido e descomposto. Pello que mando aos freguezes attendendo mais as suas conveniencias do que elles emaginam principalmente para a administaçam dos sacramentos a que mais precisamente se deve acudir [...] em termo de dous annos façam e mudem a sua igreja do lugar donde esta para o que for mais conviniente no meio do povo [...] e em caso que sejam repugnantes os ditos freguezes a mudar a igreja como lhe mando ordeno pagaram de condenaçam quatro mil reis»	A.D.B., PRQ., Cx. 7, Lv. 67, fls. 54-54v
1716	Sacoias	«Està collocada esta Santissima imagem (de Nossa Senhora) no altar mòr da igreja matriz, a qual fica fóra do lugar»	Santa Maria, Frei Agostinho de - *ob. cit.*, T. V, p. 590
1717	Viduedo (Bragança)	«A capella maior que esta a saida do lugar indo para o lugar de Sortes junto a estrada, que vai para Bragança».	A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombo das Comendas, *Tombo da comenda de S. Marinede Sortes da Ordem de Cristo*, T.C. 476, fl. 57v
1717	Sortes	«no lugar de Sortes tem hum casal que antigamente trasia Francisqua Cordeira viuva [...] e tem o dito casal huma terra que estava aonde chamão a igreja velha»	A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombo das Comendas, *Tombo da comenda de S. Marinede Sortes da Ordem de Cristo*, T.C. 476, fl. 17v
1718	Carragosa	«huma terra a igreja velha que levara de semeadura alqueire e meio».	A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombo das Comendas, *Tombo da comenda de Santa Marinha de Rio Frio de Carragoza*, T.C. 436, fl. 63v
1719	Salselas	«Lembrança de quando se mudou a igreja de Santo Lourenço para o lugar e se fes matris na igreja de Nossa Senhora do Rosário o dia que principiou e se pos a primeira pedra no licece das paredes que toda se fes de novo e se mudarão os cimentos (?)»	A.P.E.,Lv Baptizados defuntos e casados de Salselas, fl. 53v
1721	Chacim	«a igreja matriz sua padroeira Santa Comba, esta se mudou para o meio da villa ahonde está de huma capella por invocação Nossa Senhora do Desterro, a coal fica ao pé de hua serra agoas vertentes para a dita villa em distancia de hum tiro de besta»	B.N.L., Reservados, COD. 154, fl. 29
1721	Salselas	«no dito lugar de Salsellas se demolio hua igreja que tinha bastante, muito distante do povo e juntamente lemitada para a redificação de outro templo que se principiou na era de 1718 e findouse na era de 1721 no qual obrou o Muito Reverendo Rodrigo de Sa Soares com muito zelo, e dispendio; tem por patram S. Lourenço»	B.N.L., Reservados, COD. 154, fl. 33
1721	Vale Prados (Macedo de Cavaleiros)	«A igreja matris se acha com a muita antiguidade da villa que suposto foi mudada no mesmo sitio em que se acha por não estar com a decencia necessaria a antiga,	B.N.L., Reservados, COD. 154, fl. 45

		os moradores da dita villa sendo quasi todos zellosos da igreja a eregirão de novo avera couza de trinta annos pondo lhe a porta principal para o Sul, e estando esta na entrada do lugar deixando a com boa archetetura [...] tem por orago Sam Jeronimo».	
1721	Ferreira	«A igreja matris fiqua ao Nacente defronte do ditto lugar ao pe de hua serra inculta metendosse de permeio hua ribeira no Inverno caudalloza que com a corrente das agoas tem empedido alguas vezes o irem os moradores a missa a ditta matris tem por orago a Senhora Dassumpção».	B.N.L., Reservados, COD. 154, fl. 47v
1721	Murçós	«levantarão os moradores hua igreja com a invocação de Sam Lourenço ficando fora do lugar [...] e por se achar, a igreja fora do lugar os moradores deste tempo averá coatro annos a demolirão formando matris em hua cappella de S. Sebastião que se achava no meio do lugar fazendo cappella maior e tudo o mais necessario para poder se matris»	B.N.L., Reservados, COD. 154, fl. 48v
1721	Bouçoais (Valpaços)	«He antiquissima, a segunda ou primeira parochia desta como de Monforte de Rio Livre, esta edificada num campo junto a hum cabesso [...] e neste lugar de Bouçoaes (está a capela) de Santa Maria Magdalena, aonde esta o sacrario com o Santissimo Sacramento».	B.N.L., Reservados, COD. 154, fl. 57
1721	Santalha (Valpaços)	«tem mais fora do lugar hua capella que dizem foi matris desta freguezia S. Leocadia tambem ornada por conta do povo».	B.N.L., Reservados, COD. 154, fl. 70
1721	Algoso	«a coal igreja matris (de S. Sebastião) não tem fabrica algua, é do comendador e poem todos os necessarios para a cappella maior como tambem para a cappella de Nossa Senhora do castello [...] per haver sido matris e se ter conservado a mesma igreja igreja [sic] que entam hera».	B.N.L., Reservados, COD. 154, fl. 90v
1721	Macedo do Peso (Mogadouro)	«a igreja tem a cappella de S. Domingos que em outro tempo foi matris e há poucos annos a demolirão deixando somente a cappella mor para com menos despesa a conservarem e a do Santissimo Sacramento hornada decentemente a qual fundaram os moradores no meio do povo, e nella celebrão os officios devinos por ficar extra opidum a matris».	B.N.L., Reservados, COD. 154, fl. 100
1727	Arrifana	«Os moradores da Quinta de Arifana visto terem licença de Sua Illustrissima [...] de mudarem a capela para o meo da Quinta satisfaram em termo de nove mezes»	A.D.B., PRQ., Cx. 6, Lv. 58, fls. 67-67v
1728	Carçaozinho e Vila Boa de Carçaõzinho	«Na vizitação que fis no lugar de Villa Bonna mandei (o que) estava mandado na vizita antecedente que assim os moradores daquele lugar como tamem os deste fizessem, dego mudassem a capella da Santissima Trindade para o sitio de S. Roque poe se achar em maior distancia e em sitio pouco accomodado para a devoção dos frei(gese)s, e por me parecer justo, e mais conveniente aos freguezes de hum e outro lugar e porque a tal capella he fabricada	A.D.B., PRQ., Cx. 10, Lv. 100, fls. 94-94v

		por ambos os povos e deve para a mudança della concorrerem uniformemente»	
1728	Argozelo	«Os freguezes mandarão logo sem demora por em execução a obra da igreja matris no sitio para ella destinado com a obrigação em que ficara o povo de mandar dizer as tres missas por tenssão *im perpetum* de quem doou a area para fazer a igreja, e adro».	Arq. paroquial de S. Frutuoso Argozelo, *Lv. de registo de capítulos de visitas e pastorais, (1698-1758)*, fl. 48
1736	Cisterna	«vistas as informações que tomamos [...] e nos constar que o sitio em que se acha a capella velha alem de ficar fota de todas as cazas da Quinta, em hua ponta della, he incapaz para nella se fundar a nova capella [...] mandamos que a dita capella velha [...] seja demolida [...] mandamos que a nova capella seja fundada no sitio que o reverendo vizitador a principio tinha delineado»	Arq. paroq. Quirás, *Lv. de registo de capítulos de visita e pastorais de Vilarinho de Lomba*, (1735-1801), fl. 5
1738	Landedo	«os moradores da quinta do Landedo em termo de hum anno mandarão mudar a igreja de S. Jorge para dentro do lugar para sitio mais comodo e livre que paresser ao reverendo paroho e aos sacerdotes da mesma Quinta para evitar o grande emcomodo que (*) no sitio donde se acha cauza da terra e de hum ribeiro que passa pelo meio»	A.P.E., Lv. de visitações da igreja de S. Pedrp de Montouto, Lv. 2, fl. 32
1745	Castanheira (Chaves)	«a igreja de S. João da Castanheira cita ó pe de hum alto e apinado monte em o campo ermo e dezerto entre os lugares de Cimo de Vila e Dadim que ambos fazen freguezia desta igreja em a coal por menos capas de abitação nam assistem os reitores mais tem em a igreja de S. Fins onde tem cazas e pasaes por ser da mesma comenda»; «Esta igreja como dito fica em hum alto e sendo vista por ele juis e imformação [sic] de homens velhos e figuras varias que se achão de bulto em as paredes dela que esta dita igreja antiquissima e ficou do tempo dos mouros por aver tãobem o pe dela vestigios de huma forteficação deles em cujo alto esta a ermeda de S. Sebastião».	A.N.T.T., Mesa da Consciência Ordens, Tombo das Comendas, *Termo de como o Doutor João Evangelista de Moris Sarmento veio a esta comenda*, T.C. 139., fl. 6, 7v
1749	Paçó de Sortes	«por a igreja matrix ficar fora do lugar, e em despovoado, e ser muito antigua que tem alguas ruinas mandou o reverendo visitador que se mudasse na vizita ultima para o lugar»	A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 31
1753	Soeira	«esta igreja se mudou do lugar em que estava que hera fora desta povoação para o meio della em que se acha, edificandosse em hguma capella de Nossa Senhora da Emcarnação [sic] que para esse effeito se demulio, havera vinte e sinco para vinte e seis annos».	A.N.T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Tombo das Comendas, *Autos do tombo da comenda de São Martinho do lugar de Soeira e sua annexa Villa Boa de Ousilhão*, T.C. 473, fls. 18-18v
1754	Fornos de Ledra. Anexa: Vila Nova	«há mais de cimco para seis annos estão ouvindo missa [...] na igreja velha com muito discomodo [...] com bastante perigo e imdecencia e a que fizerão de novo esta muito suficiente de paredes, e forros e portas e caida e branquiada muito capas de se bemzer»	A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 10

		esta muito suficiente de paredes, e forros e portas e caida e branquiada muito capas de se bemzer»	
1755	Ferradosa	«O Reverendo Abbade [...] mandara por sua bondade em termo de dois annos fazer a capella maior desta igreja com seu retablo, e tudo o mais que pede a ditta obra [...] e exhorto aos freguezes desta igreja concorrão da sua parte [...] merecendo em attenção ao mesmo o que desmerecerão, por falta dellas, na mudança da ditta igreja»	A.D.B., PRQ., Mç. 1, Lv. 3, s/fl.
1756	Carrazedo	«mando que o redor do adro velho se encha tudo de amoreiras»	A.D.B., PRQ., Cx. 13, Lv. 124, fl. 14v
1756	Izeda	«o juis homens do acordão, e mais povo do lugar de Izeda [...] suplica a Vossa Magestade a graça de mandar comprir o capitollo de vizita em que o ordinario deste bispado ordenou se mudasse a igreja parrochial do mesmo lugar do sitio, em que esta para o meio do lugar por nelle ficar mais conveniente para todo o povo, e porque necessitando a igreija de total forma por estar muito arruinada e emcapas [sic] de existir senão projudica o povo pois o mesmo há de custar o edificar de novo no sitio aonde pertendem acomodado para todos alem de que ficando ella neste sitio evitão reedificar a capella de S. Sebbastiam necessaria não se mudando a igreija matriz.	A.N.T.T., Desembargo do Paço (Minho e Trás-os-Montes), Mç. 12, Cx. 14, doc. nº 109
1758	Quintela de Lampaças (Bragança)	«Fora do povo, para a parte do Sul tem huma ermida de São Miguel, a qual na fundação deste lugar foi igreja matriz».	A.N.T.T., *Diccionario geographico*, vol. 30, fl. 121
1758	Torre de D. Chama	«A paroquia ou igreja matris, esta fora desta villa, em hum alto seis tiros de espingarda, distante desta villa, entre o Nascente e o Norte. Porem sómente nos dias do seu orago, se celebra nella, sacrificio, pela rezam do sitio, e caminhos aspero, pella distancia e haver no meio desta villa, huma igreja que mandaram fazer [...] com mais decencia que a propria matris».	A.N.T.T., Diccionario geographico, vol. 37, fls. 633-651
1758 1766	Paçó (Vinhais)	«Esta a paroquia de São Julião desta villa situada fora da mesma quaze hum tiro de balla» «tinham comtratado [sic] e justo a favrica da obra da igreja matris de Sam Joham da mesma villa [...] fecando estes (oficiais) tam somente alem da fatura da dita obra com obregaçam de cortar a cantaria nesesaria de desser e por em a obra que tem a capela de Sam João da dita villa em cujo sitio e territorio se há de fundar a referida igreja matris e alguma cantaria que se haja de tirar tamvem da igreja de vaixo».	A.N.T.T., *Diccionario geographico*, vol. 27, fl. 1 A.D.B., Nuc. Not., Vinhais, Mç. 65, Lv. 493, fls. 13-14
1758	Bouçoaes (Chaves)	«Tem o dito lugar trinta, e seis fogos, tem a igreja matriz em hum cabeço afastado do lugar ao Norte hum grande quarto de legoa com a invocação da Senhora da Ribeira tem tres altares».	A.N.T.T.,*Diccionario geographico*, vol. 7, fl. 1705

1758	Tronco (Chaves)	«A igreja esta fora do dito lugar para a parte do Poente apartada das primeiras cazas hum tiro de pedra».	A.N.T.T.,*Diccionario geographico*, vol. 37, fl. 1152
1758	Fiães (Valpaços)	«Esta a parochia fora do lugar hum tiro de valla».	A.N.T.T.,*Diccionario geographico*, vol. 15, fl. 403
1758	Junqueira (Vimioso)	«A igreja esta fora do lugar hindo para a Matella tem huma capella no meio do povo chamada da Senhora do Rozario adonde se parrochia pois a igreja ficou em capitello de vezita que se lançasse abaixo e de novo se tornasse a redeficar [...] o orago he Sam Bento».	A.N.T.T.,*Diccionario geographico*, vol. 18, fl. 297
1758	Cimo de Vila da Castanheira (Chaves)	«Tem o lugar de Cimo de Villa do Vale da Castanheira a igreja matris hum quarto de legoa distante do povo, e da Quinta de Dadim meia legoa [...] esta igreja esta muito forte de paredes e toda a roda acornijada de varias figuras».	A.N.T.T.,*Diccionario geographico*, vol. 11, fls. 2250-2251
1758	Quintela de Lampaças	«Fora do povo, para a parte do Sul tem huma ermida de São Miguel, a qual na fundação deste lugar foi igreja matriz».	A.N.T.T.,*Diccionario geographico*, vol. 30, fl. 121
1767	Carocedo	«e por elles todos juntos foi dito que elles tinhão ajustado a obra da igreja matris deste dito couto para a fazer na forma dos apontamentos com o mestre canteiro Domingos Peres da villa de Salvaterra reino da Galizia [...] e não se disfarão as igrejas velhas sem primeiro se lavrar a cantaria que for preciza [...] ficando o mestre com a obrigação de desfazer as igrejas velhas quando for precizo»	A.D.B., Nuc. Not., Faílde, Mç. 3, Lv. 14, fls. 45v-47
1769 / 1778	Frieira	«Para a capella de Fieira - 14400 para mudar o retabullo, e madeira da cappella vela - 600» reis.	A.D.B., Cabido, Cx. 4, Lv. 21 A, fl. 80v
1772	Contins	«Dentro de dois mezes (por ordem do bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira) se fara igreja nova para este povo no lugar em que pella maior parte delle for julgado o milhor sendo o edificio comforme [...] a grandeza do mesmo povo [...] por não admettir o estado em que se acha a mesma igreja genero algum de concerto, mas se necessitar enteiramente de novo edificio, com novo lugar».	A.D.B., Mitra, Cx. 4, Lv. R, fl. 9v
1774	Zeive	«os moradores deste lugar do Zeive não fizeram as obras capituladas na visita passada com o fundamento de quererem mudar a igreja para dentro do povo e attendendo eu ao requerimento, que me fizerão e estar a dita igreja no monte, e que alguns moradores ficão distantes para ouvir missa a ella lhe dou licença para que a mudem para o povo a lugar decente»	A.D.B., PRQ., Cx. 3, Lv. 18, fls. 47v-48
1775	Coelhoso	«Dizem os moradores do lugar de Coelhoso que fazendo elles suplicantes petição a Vossa Excellencia Reverendissima para que lhe concedesse tempo para a mudança da sua igreja foi servido conceder lhe des meses»	A.P.E., Lv. Registo Camara Eclesiastica (1775), fls. 21v-22

1781	Cortiços	«E como vi, e prezenciei que a igreja matriz desta villa se acha fora do povoado, e quazi no ermo, exposta a roubos, e indecencias ao Santissimo Sacramento como tem socedido em muitas partes deste reino, e juntamente com mais dificuldade para o povo hir ouvir missa [...] e da mesma forma para se poder acudir com presteza com os santos sacramentos aos infermos que estam em muito prigo de vida. pelas rezoens já ditas de ficar a dita igreja distante, e fora da villa, e ter hua costa aspera para se subir para ella, e os moradores desta freguezia bobres, e mecanicos [...] estam promptos ajudando se dos materiaes da igreja velha [...] mando que a dita igreja se mude para o excelente sitio que se acha vago no meio da dita villa»	A.D.B., PRQ., Cx. 5, Lv. 48, fls. 89-89v
1787	Caravela (Bragança)	«os moradores deste lugar não tem feito a capella de S. Sebastião que se acha suspensa á tantos annos [...] e conformando me com o parecer de alguns devottos que querem concorrer com suas esmollas particulares edeficando se de novo no sitio chamado a Cruz mais comodo para todos poderem ir a ella	A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 27, fl. 109
1788 / 1794	Vila Nova (Bragança)	«a capella mor da igreja que de novo se acha feita no lugar [...] fica sendo a mesma igreja matris da freguezia, e nestes termos os moradores taparão o arco da capella de S. Jorge pondo lhe portas para se poderem servir della na ocazião, em que ahi vai por costume e procissão da Camara».	A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 8, fl. 23; A.P.E., Lv. Câmara Eclesiástica (1777), fls. 187-187v
1798	Fontes Tresbaceiro	«arruinando-se a mesma (matriz)e contendendo os suplicantes entre si sobreo sitio em que se devia edificar a nova por estar a antiga em capo ermo, e despovoado, decidindo se se edificasse dentro do lugar de Fontes»	A.D.B.-, Mitra, Cx. 58, doc. nº 61
1801	Soutelo Mourisco	«percizavão fazer de novo toda a igreja e suas oficinas por estar há muitos annos capitullada em vezita mandandosse mudar de sitio em que estava por se achar arruinda e emdessente [sic] fora do povoado sujeita a roubos».	A.D.B., Cabido, Cx. 18, doc. s/nº

Em Junho de 1709, declarando a falta de cumprimento das obras impostas tanto ao abade como aos fregueses, o Doutor Manuel Tavares de Sousa, cónego doutoral na Sé de Miranda, registava a formação em Fresulfe de um movimento de opinião que visava a reunião de todas as devoções numa única igreja. Por isso impunha-se a construção de um novo templo onde

também teriam lugar as celebrações do culto paroquial. Com este procedimento pretendiam os moradores e pároco:

> «evitar os gastos de fabricar tres como hera a de Jezus Maria que estava mandada derrubar[1044] ou reformar a de Nossa Senhora do Rosario aonde esta o Sacramento e a matris[1045]».

Se por um lado a pobreza dos moradores era levada em linha de conta por não fazer grande sentido «fazer maiores gastos em paredes velhas[1046]» também não se descurava a comodidade dos moradores já que a matriz se erguia fora da povoação. Aplaudindo tal resolução, o cónego Doutoral Manuel Tavares de Sousa estabeceu um prazo de dois anos para se edificar a nova construção, «em sitio decente e capas com a perfeiçam possivel», suspendeu a aplicação de multas anteriores por obras não realizadas e concedeu a possibilidade de ajudarem a obra através da autorização para se poderem realizar empreitadas. Simultâneamente, definia penalizações para os que se escusassem a prestar o seu concurso:

> «e faltando alguem sem justo empedimento o reverendo abbade o condenará dando lhe o juis o rol dos que faltarem em cem reis a cada hum e os evitara da igreja athe pagarem e se for já no serviço da mesma igreja os condenara em sinquenta reis a cada hum e se o juis nam der o rol verdadeiramente será condenado em quinhentos reis por quada ves que o fiser o contrario pagara de sua caza e o evitará da igreja athe que

---

[1044] A destruição da ermida de Jesus Maria foi decretada em 1703 pelo Doutor Manuel de Matos Botelho nos seguintes termos: «a ermida de Jezus Maria esta indigna deste nome e invocação; e porque o povo se escuza por sua pobreza da renovação e fabrica della, mando que não podendo renovar a dita ermida que fique decente para nella se celebrar, se arruine de todo». Neste processo merece relevo a instrução que determinava: «o padre cura hira primeiro e desfarà a pintura da parede, cujos fragmentos de rebocco enterrarà onde lhe parecer». A estas notas seguiam-se outras respeitantes ao aproveitamento «nas igrejas do lugar e não em outra obra algua» da madeira e pedra e ainda ao dever de se colocar uma cruz de pedra «no lugar da dita ermida [...] para sinal e memoria da reverencia do lugar». Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fls. 20v-21

[1045] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fl. 23v

[1046] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fl. 23v

pague e se passar de hum mes evitado pagará em dobro por cada hum dos sobreditos acima[1047]».

Em Janeiro de 1715, a mudança da matriz para a aldeia não tinha desenvolvimentos assinaláveis. As limitações dos frutos que o benefício propiciava ao abade e a «muita pobreza e vexação que (os «fregueses) tem experimentado nestes annos com as guerras e tributos[1048]» parecem ter sido razões mais fortes que a vontade do abade e seus paroquianos.

Entretanto, a intenção de se mudar a matriz justificava sucessivas omissões em obras de manutenção. Consequentemente, em 1719, o bispo D. João de Sousa Carvalho não só retratava o modo como a igreja se apresentava como também definia alguns passos necessários na tentativa de fazer com que o lugar onde se celebrava o culto retomasse um aspecto concordante com a sua função:

> «vendo nos com grande magoa nossa o lastimozo estado em que se acha a igreja matriz deste lugar [...] e querendo nos rezumir e reduzir a effeito, a multidão das vizitas passadas, que pella falta da execção, mais servião de confundir, do que reformar, ordenamos e mandamos ao reverendo abbade actual [...] mande logo dentro em tres mezes fazer hum retabolo a selamonica para a capella mor da matriz, com seu sacrario, cuja obra custe de setenta mil reis em madeira tudo feito por official perito, e o dito reverendo abbade actual debaxo da pena de suspenção mande dentro de seis mezes lagear a folhas de madeira a dita capella mor á sua custa reformar os telhados della de sorte que lhe não chova, atacar, e emsopar as paredes embranquealla por dentro, de sorte que fique mais alva e perfeita[1049]».

Ao mesmo tempo, o prelado apontava outras intervenções que deviam ser custeadas pelos fregueses e que compreendiam a encomenda de dois

---

[1047] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fls. 23v-24

[1048] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fl. 25v

[1049] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fl. 33

retábulos «de boa talha» para os colaterais, pavimento, paredes da nave e telhados.

Os fregueses deviam igualmente fazer com que as paredes da capela da Senhora do Rosário fossem caiadas. Independentemente da devoção à titular do orago, a importância desta capela decorria do facto de nela se guardar o Santíssimo Sacramento por estar na povoação. Note-se que os fregueses eram obrigados a concorrerem com o necessário para que nas festas litúrgicas mais importantes se reunissem as condições exigidas para que o Santíssimo pudesse sair em procissão. Como a confraria de Fresulfe não tinha rendimento fixo estabelecer-se-ia por ordem do Chantre Gaspar da Rocha Ferreira que «comforme [sic] o uso nas mais igrejas deste bispado comcorra cada hum sendo cazal com meio alqueire de pão, e os demais a coarto, que o mordomo da mesma confraria cobrará em cada anno na colheita e sendo remissos em pagar, o reverendo parrocho [...] os evitará da igreja[1050]».

Em consequência das medidas tomadas, nos anos seguintes, por comparação com os tempos imediatamente anteriores, a matriz devia apresentar já um aspecto mais cuidado, o qual se tornaria mais evidente logo que os retábulos[1051] da cabeceira e dos altares colaterais estivessem assentes.

Como já se viu, a questão da mudança da igreja paroquial deixou de estar no conjunto das principais preocupações dos moradores. Mas ao visitar a igreja em Janeiro de 1744, o Doutor Simão Preto, abade de Santa Valha, daria actualidade a esta velha problemática:

[1050] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fl. 41

[1051] O retábulo da capela maior estava já executado mas não colocado na cabeceira por culpa do mestre entalhador. Por isso, o chantre da Sé de Miranda, Gaspar da Rocha Ferreira, recomendava ao abade que obrigasse o mestre a cumprir o contrato «visto se ter acabado o tempo em que se obrigou». Também os colaterais não estavam nos respectivos altares «pella rezão sobredita do altar mor». Pelo trabalho destes o mestre já «tinha recebido [...] des moedas», ou seja 48000 réis. Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fls. 40, 40v

«não mando, mas recomendo aos fregueses que fação igreja nova no sitio, que parecer mais accomodado vizinho à capella de Nossa Senhora de boa architectura moderna, a que ajudarão as instrucçoens do reverendo Abbade, que promovera esta nova obra para gloria de Deos, e espero da sua christandade, que mande fazer a capella mor por sua conta com a perfeição possivel[1052]».

Considerando a possibilidade de haver razões tais que aconselhavam a que «a igreja se ajuncte com a capella» da Senhora do Rosário - possibilidade que aceitava - o abade recordava algumas normas que era preciso ter em atenção. Assim, decretava:

«no caso, em que se faça a nova igreja, se destruiria a igreja antiga cuja pedra servirá para a nova, e em tal caso os alivio do forro da igreja antiga, e de reformar as paredes da capella, na qual ficará a imagem de Nossa Senhora (do Rosário) passando o Sanctissimo para a nova igreja, estando em termos[1053]».

Relativamente à receptividade que este capítulo encontrou no seio da comunidade nada se disse. Todavia, parecendo ser detentor de uma personalidade resoluta, o Doutor Inácio Luís de Campos, abade de Travanca, em Dezembro de 1745, não teve dúvidas em compreender que o problema só poderia ser ultrapassado com uma decisão cuja fundamentação não permite dúvidas sobre as orientações autoritárias:

«acho da parte dos freguezes a desordem de não se terem detreminado mudar a sua igreja parochial, ao mesmo tempo que esta em lugar desporpocionado para as funções parochiaes, precizando os esta desporpoção a maior despeza nos ornatos da igreja, ao mesmo tempo que comfeção ser pobres; e como isto he falta de concideração ainda para o seu bem mando que o reverendo parocho, e freguezes athe a primeira vezita mudem a igreja para parte e lugar em que fique mais apto para a celebração dos oficios devinos e mais funções da igreja»

[1052] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fl. 69

[1053] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fl. 69

Ao abade ficava a escolha do lugar «e forma assim na sua cappella como do corpo da igreja» sabendo-se que a obra, para a qual havia «já cortadas alguas madeiras» deveria ser iniciada «no termo de des mezes pena de doze mil reis», ou seja até Outubro de 1746.

Contudo, parece que o início da nova igreja teve lugar antes dos limites temporais estabelecidos uma vez que, em Dezembro de 1747, o Doutor Inácio Luís de Campos afirmava:

> «tenho muito que agradecer, e louvar ao reverendo abbade e freiguezes o zello que tem na sua nova igreja e porque continuão na perfeição della, lhe não deixo obras[1054]».

E na visitação realizada em Janeiro de 1756, antecipando os encómios que tinham o pároco Bartolomeu Afonso como destinatário porque «a sua propria custa tem feito a sua igreja» o visitador mandava exarar o despacho seguinte:

> «como acho esta igreja feita de novo, com tudo perfeita e asseada e provida de todos os ornamentos precizos e necessarios e tudo com muito asseio não tenho que prover nella, so sim louvar o zello e perfeição do reverendo abbade a liberalidade com que para ella tão largamente tem concorrido[1055]».

No âmbito dos procedimentos necessários para a mudança de sítio de uma matriz paroquial, onde se incluíam a vistoria à capacidade e benção prévia, atente-se na licença concedida pela hierarquia eclesiástica, em 1701, aos moradores de Fontes Barrosas para que se pudessem valer «da materia da antiga igreja para a nova erecção[1056]». Com finalidade similar, mas com carácter excepcional, nos finais de 1794, o cónego Manuel Doutel de Figueiredo permitia que os moradores de Vila Nova, que pouco antes tinham

---

[1054] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fl. 73

[1055] Arquivo do Paço Episcopal, *Visitação da igreja de Santo Estevão de Fresulfe (1679-1888)*, s/cota, fl. 89

construído a nova paroquial na povoação pudessem aproveitar-se «da madeira, e telha do corpo da igreja vendendo a para do seu producto poderem fazer a dita obra da capella[1057]». Não se tratava, contudo, da nova capela-mor da matriz, mas sim da antiga, dedicada a S. Jorge, em cuja honra a Câmara de Bragança realizava anualmente uma procissão, na qual a imagem do santo ia montada num formoso cavalo branco que um oficial militar, apeado, conduzia à rédea.

Ou seja, dado o interesse da Câmara de Bragança, conservar-se-ia a cabeceira mesmo quando o corpo tinha sido demolido. No entanto, apesar deste estado, havia que respeitar as normas gerais. Nestes termos, determinava-se:

> «pelo que respeita as paredes as não arruinarão de todo, mas sim ficarão de quatro, ou sinco palmos de altura para se não profanar o que he sagrado[1058]».

Ainda em relação com a mudança das paroquiais valerá a pena dar relevo ao facto da nova implantação, algumas vezes, ir ocupar um sítio já sagrado pela existência de uma capela. Veja-se, por exemplo, o caso de Nogueira quando num documento do processo de mudança, com data de 1696 e em que se relatava a obtenção de licença para o efeito pretendido, se escrevia:

> «pera mudarem a igreja de Sam Pellaio que he a matris do dito lugar pera dentro do povo, e a fazerem aonde esta a ermida de Sam Sebastião por lhe ficar assim mais conveniente aos moradores[1059]».

Mais tarde, em 1751, o processo de mudança desejado pelos moradores de Paçó de Sortes, confirmaria tal prática:

[1056] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 27
[1057] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 8, fl. 23
[1058] A.D.B., PRQ., Cx. 1, Lv. 8, fl. 23
[1059] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 32

«neste (lugar) há hua capella da Senhora do Rosario antigua, e mandou tambem o reverendo vizitador que mudando a igreja para o lugar, pudessem tambem juntar a dita capella com a igreja ficando o altar da Senhora do Rosario dentro do corpo da igreja[1060]».

[1060] A.D.B., Mitra, Cx. 58, doc. nº 31

CONCLUSÃO

Na sequência da criação da diocese de Miranda do Douro, dava-se andamento à construção da catedral. Em 1609, altura em que o chantre Manuel Severim de Faria visitou esta cidade, estava o seu frontispício em fase de conclusão. Algumas inovações que os Descobrimentos possibilitaram não tiveram sempre imediata aceitação, mesmo por parte de alguns que frequentaram instituições de ensino no exterior das nossas fronteiras. À medida que se aprofundavam os conhecimentos das novas terras, mostrava-se quão falacioas eram, amiúde, as verdades consagradas e como a generalidade dos programas escolares eram avessos à experimentação. Em todo o caso, o campo das letras aproximar-se-ia mais cedo do legado clássico. Na Itália, berço da civilização romana, não escasseavam edificações que, agora, seriam novamente valorizadas pelos estudiosos da arquitectura. Contudo, entre nós, a assimilação dos novos valores estéticos seria lenta e contraditória, pois as oscilações entre uma vontade artística subordinada às orientações e processos da obra executada «ao moderno» e uma nova atmosfera em que as realizações «à antiga» inspiravam numerosos artistas e mecenas a estudarem e interpretarem a Antiguidade. Esta dialéctica seria perceptível no interior da Sé de Miranda ou nas de Leiria e Portalegre, onde a emergência da linguagem

clássica seria dificultada pela relativa solidez dos subsídios artísticos de pendor gótico.

A encomenda de uma estrutura retabular para a capela maior e a tendência para se exibirem retábulos em todos os altares não era suficiente para ocultar o peso dos valores da austeridade que dominavam o partido arquitectónico. Simultâneamente, as obras de talha do retábulo maior e do cadeiral darão trabalho a oficinas de algumas cidades espanholas e visibilidade a artistas que, a título individual ou em associação com outros, arrematavam as obras que iam à praça, as quais, ainda que pudessem ter um carácter público contavam com a liberalidade dos titulares das instituições eclesiásticas.

Pela cronologia e características arquitectónicas, o estudo da Sé de Miranda articular-se-ia com as propostas enunciadas nas catedrais de Leiria e Portalegre, as quais se relacionaram ainda com as tendências artísticas que se manifestavam no país.

As orientações para se eliminarem antigas inércias incidiram sobre o absentismo dos prelados e sobre a formação dos elementos do clero. Daí a importância do edifício que serviu para o alojamento do bispo e para a instalação do seminário.

Nas zonas rurais pontificavam as igrejas com função paroquial. As suas rendas atraíam uma multidão de benificiados com estatutos diversificados. Obrigados às obras que fosse necessário realizar na capela-mor, incluíndo paramentos e alfaias, quase sempre se mostravam reticentes a responderem com prontidão e adequadamente às solicitações, matérias em que os visitadores os invectivavam com relativa frequência.

Já as obras respeitantes ao corpo dos templos competiam aos fregueses. As empreitadas implicavam a participação a título gratuito dos moradores em certos trabalhos, sendo um dos meios frequentes para a realização de recursos financeiros ou para o desenvolvimento das intervenções nas igrejas

paroquiais. A escassez de rendimentos reflectia-se na limitada monumentalidade dos templos. Nos seus paramentos, onde a austeridade era um factor comum, raramente se rasgavam grandes vãos. Pela carga simbólica, era nos portais da fachada principal que se concentravam os maiores esforços decorativos. Todavia, em vivo contraste com a simplicidade exterior, era no espaço das naves e sobretudo das cabeceiras que a plástica refulgente da talha dourada e policromada de magníficas máquinas retabulares fazia eco do distanciamento entre a racionalidade fixada para a arquitectura e a acumulação de atitudes trangressoras e excessivas de algumas das propostas artísticas do barroco.

ÍNDICE

RESUMO DA TESE DE DOUTORAMENTO V
SUMMARY OF THE DOCTORATE THESIS IX
RÉSUMÈ DE LA THÈSE DE DOCTORAT XIII
PLANO DE TRABALHO XVII
PREÂMBULO XXI
SUMÁRIO XXVII
FONTES E BIBLIOGRAFIA XXXV
ABREVIATURAS E SINAIS XCI

INTRODUÇÃO 1

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

Razões ponderosas e ambiente artístico

1. A criação de novas dioceses 12
2. A diocese de Miranda do Douro 17
3. O quadro geográfico 23
4. Indefinição das orientações artísticas: obra «ao moderno»; obra «à antiga» 54
5. D. João III amador de arquitectura 92

CAPÍTULO II

A Catedral de Miranda do Douro

1. A deslocação de Gonçalo de Torralva a Miranda 112
2. Hesitações na escolha do risco 120
3. O lançamento da primeira pedra 126
4. O arranque das obras 128
5. Mudanças de orientação 148
6. Os mestres da obra 153
6.1 Francisco Velasquez 153
6.2 Manuel Camelo 161
6.3 Gaspar da Fonseca 165
6.4 Domingos da Fonseca 172
7. A arquitectura da Sé 180
7.1 O peso da tradição 180
7.2 O interior: planta e elementos arquitectónicos 185
7.3 Cabeceiras 197
7.4 A linhagem das igrejas-salão 198
7.5 O exterior 201
8. O apelo aos sentidos. Um rei, dois países. A intensificação dos contactos artísticos 210
9. Sede vacante (1636-1673) 232
10. A remodelação da capela-mor 256
11. As invocações: altares e capelas 267
11.1 Altar-mor 267
11.2 Altar do Senhor da Piedade 268
11.3 Altar de Nossa Senhora da Soledade 268
11.4 Altar da Senhora do Rosário 269
11.5 Capela de S. Pedro 273

11.6 Capela de S. José 275
11.7 Capela e altar de Santo Amaro 277
11.8 Altar de S. Caetano 278
11.9 Altar de Santo António 278
11.10 Altar de S. Jerónimo 279
11.11 Altar do Santíssimo Sacramento 281
11.12 Capela da Senhora da Alegria 282
11.13 Altar das Relíquias 283
12. Participação em obras de interesse colectivo 284
13. Edifícios eclesiásticos 307
13.1 O seminário diocesano 307
13.1.1 Escadaria 344
13.1.2 Claustro 346
13.2 Paço episcopal 349

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO I

Ausência de monumentalidade dos edifícios religiosos

1. Visitações dos freires de Cristo às igrejas da comenda de S. Mamede de Mogadouro, na primeira década do século XVI 364
1.1 As igrejas 376
1.2 Algumas estampas do Livro das Fortalezas 390
2. Encomendadores e fundos para as obras 399
2.1 O papel dos beneficiados 401

2.2 Cabido, Ordem de Malta, Ordem de Cristo, Companhia de Jesus 408
2.3 Obrigações dos paroquianos 431

CAPÌTULO II

Arquitectura religiosa de função paroquial

1. A função cívico-litúrgica do adro 446
2. Planimetrias 476
2.1 O formato quadrangular e o círculo 478
2.1.1 O monumento a S. Gonçalo 483
2.2 As geometrias rectangulares 495
2.2.1 As cabeceiras 496
2.2.1.1 Retábulos 504
2.2.2 Arco cruzeiro 515
3. As naves 522
3.1 Altares 523
3.2 Igrejas com «duas» e «quatro» naves. Uma questão semântica? 526
3.3 Igrejas de uma nave 533
3.4 Igrejas de duas naves 567
3.4.1 A Matriz da Réfega 568
3.4.2 Senhora da Assunção de Constantim 569
3.4.3 Santa Ana de Fonte de Aldeia 571
3.4.4 S. Martinho de S. Martinho do Peso 575
3.4.5 S. Pedro de Silva 579
3.5 Igrejas de três naves 584
3.5.1 Santa Maria de Bragança 585
3.5.2 Igreja da Senhora da Encarnação de Mirandela 598

3.5.3 S. Pedro de Moimenta da Raia 600
3.5.4 S. Gens de Parada 605
3.5.5 Santa Marinha de Granja 609
3.5.6 S.Bartolomeu de S. Julião 612
3.5.7 Senhora da Ribeira 615
3.5.8 Senhora da Serra 619
3.5.9 Senhora do Campo 624
4. Elementos do plano (e da construção) 628
4.1 Baptistérios 628
4.2 Púlpitos 638
4.3 Confessionários 642
4.4 Coro 645
4.5 Sacristias 649
4.6 Alpendres 657
4.7 Tectos e coberturas 662
4.8 Janelas 669
4.9 Pavimentos 674
5. Frontispícios 686
5.1 Fachadas cegas 688
5.2 Portais: tipologias 690
5.2.1 Frontões quebrados 708
5.2.2 Frontões redondos 713
5.2.3 Frontões policêntricos 715
5.2.4 Frontões triangulares 716
5.2.4.1 Frontão triangular com nicho 718
5.2.4.2 Frontão triangular com nicho e ornatos 719
5.2.5 As inovações 720
6. Torres e campanários 723
6.1 Torres 731

6.1.1 Duas torres nos ângulos das frontarias 734
6.1.2 Uma torre 742
6.1.2.1 Torre posterior à cabeceira 742
6.1.2.2 Torres isentas 746
6.1.2.3 Uma torre num ângulo da frontaria 752
6.1.2.4 Torre no eixo da frontaria 757
6.2 Campanários 761
6.2.1 Sineiras de tipo arcaico 765
6.2.2 Sineiras de corpo único 766
6.2.2.1 Com um vão para um sino: empenas rectas; empenas curvas; cornijas 766
6.2.2.2 Com dois vãos 768
6.2.2.2.1 Remate horizontal; sem empenas 768
6.2.2.2.1.1 Remate horizontal; empenas rectas; semcornija 769
6.2.2.2.1.2 Remate horizontal; empenas rectas; com cornija 770
6.2.2.2.1.3 Remate horizontal, empenas curvas; sem cornija 770
6.2.2.2.1.4 Remate horizontal; empenas curvas; com cornija 771
6.2.2.2.2 Remate triangular; sem empenas 772
6.2.2.2.2.1 Remate triangular; empenas rectas 772
6.2.2.2.2.2 Remate triangular; empenas curvas 773
6.2.2.2.3 Remate curvilíneo; empenas rectas 774
6.2.2.2.3.1 Remate curvilíneo; empenas curvas e cornija 776
6.2.2.3 Com três vãos 776
6.2.2.3.1 Remate triangular; sem empenas 776
6.2.2.3.1.1 Remate triangular; empenas rectas 777
6.2.2.3.1.2 Remate triangular; empenas curvas 778
6.2.2.3.2 Remate curvilíneo 778
6.2.3 Sineiras com dois corpos 779
6.2.3.1 Com três vãos: sem empenas 780

6.2.3.1.1 Três vãos: remate de linhas horizontais; empenas rectas 780
6.2.3.1.2 Três vãos: remate de linhas horizontais; empenas curvas 781
6.2.3.2 Três vãos: remate triangular 781
6.2.3.3 Três vãos; variantes 782
6.3 Modalidades de acesso aos sinos 782
7. Obras de pedraria e madeiras 788
8. Mudança de igrejas 824

CONCLUSÃO 858

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO

ERRATA AO VOLUME I

Página Páginas	Linha	Onde se lê	Deve ler-se
VII	7	ascencional	ascensional
XI	1	to the hold bells	to hold the bells
XXIII	12	excessivamente	excessivamente longo
XXIV	5	hà	há
XXIV	17	conselhos, tornaram-se	conselhos tornaram-se
XLIX, L, LI		«Diccionario geographico»	«Diccionario geographico de Portugal
LII	17	(papeis diversos)	(papéis diversos)
LIV	10	*Penas JuntasPaço de Vinhaes*	*Penas Juntas Paço de Vinhaes*
6	16	saír	sair
9	25	simbólico elementos	simbólico de elementos
17	7	ecesiástico	eclesiástico
53	21	os mirandese	os mirandeses
63	5	duvitativo	dubitativo
64	23	compreender-se-à	compreender-se-á
77	13	desaptação	desadaptação
88	19	abóboda	abóbada
116	8	de forma poder	de forma a poder
140	4	influênciado	influenciado
147	3	atribuía	atribua
191	7	abóbodas	abóbadas
200	5	constituíu	constituiu
217	5	Alonso de Remessal-o velho	Alonso de Remessal-o-Velho
244	15	ainda «a pintar «mais o arco	ainda a pintar «mais o arco
279	20	levar a cabo da capela	levar a cabo a capela
317	1	Lisboa, ocorrendo	Lisboa e ocorrendo
326	2	Collégio	Colégio
343	18	cornije	cornija
372	18	relaxação..	relaxação.
377,394, 484, 485		Penas Róias	Penas Roias
436	18	palvras	palavras
487	6	penas Róias	Penas Roias
489	1	templo hieronimita	templo hierosolimitano
491	13	comprava	comparava
493	17	hierosimita	hierosolimitano
494	18	setecentos	seiscentos
511	14	D. Joerge de Menezes	D. Jorge de Menezes

Página Páginas	Linha	Onde se lê	Deve ler-se
514	9	dste tipo	deste tipo
531	21	constituíu	constituiu
534	22	dotado	dotando
544	11	dizia«que	dizia «que
574	20	sobressaiem	sobressaem
578	2	Penas Róias	Penas Roias
605	4	mostra Ter	mostra ter
606	4	parece Ter	parece ter
607	18	afirmaria Ter	afirmaria ter
621	17	atraíndo	atraindo
622	25	incluíndo	incluindo
639	12	no centro de la iglesia	no centro da igreja
643	2	conciências	consciências
649	2	Àguas Frias	Águas Frias
669	3	dever-se-à	dever-se-á
687	25	reservar-se-à	reservar-se-á
717	26	empenase	empenas
734,742, 749,		frontespícios	frontispícios
757	21	a esta obra	àquela obra
758	13	ascencional	ascensional
761, 767,783, 788		frontespício	frontispícios
858	8	falacioas	falaciosas
859	22	incluíndo	incluindo

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO